

# Arquivo Histórico da Madeira

Nova Série | N.º 6 | 2024



**Título:** *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 6

**Editor:** Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira

**Local e Data:** Funchal, Março de 2024

**Periodicidade:** Anual

**ISSN:** 2184-5743

**Sítio da Internet:** <https://ahm-abm.madeira.gov.pt>

**Contacto Eletrónico:** [ahm.abm.srtc@madeira.gov.pt](mailto:ahm.abm.srtc@madeira.gov.pt)

**Direção:** Nuno Mota

**Conselho Editorial:** Filipe dos Santos (coord.); Bruno Abreu Costa; Nélio Pão; Susana Caldeira

**Conselho Científico:** Ana Madalena Trigo de Sousa (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Ana Salgueiro (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Diogo Ramada Curto (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa); Fátima Barros (Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira); Fernando Tavares Pimenta (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira); Inês Amorim (Faculdade de Letras – Universidade do Porto); Jorge Freitas Branco (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa); Paulo Esteireiro (Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode); Paulo Miguel Rodrigues (Faculdade de Artes e Humanidades – Universidade da Madeira)

**Capa (Imagem):** PIMENTA, Élia, s.d., *Sem Título*, óleo sobre tela, 115 x 180 cm, coleção do MUDAS. Museu de Arte Contemporânea da Madeira, créditos fotográficos de Gregório Cunha

A revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, respeita a liberdade dos autores no que concerne à escolha da ortografia; assim, este n.º 6 apresenta contributos que seguem o Acordo Ortográfico de 1990 e outros redigidos segundo normas anteriores.

O conteúdo dos estudos e ensaios é da exclusiva responsabilidade dos seus autores, o mesmo se aplicando aos direitos das imagens inseridas.

A denominação, o conteúdo e a permanência das hiperligações e dos sítios da Internet referenciados nos artigos não estão sob o controle da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, entidade editora da revista; consequentemente, não são da sua responsabilidade.

A revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, é indexada e referenciada nas seguintes bases de dados de publicações periódicas científicas:



# Índice

## Contents

<b>Editorial</b>	5
<b>Estudos / Ensaios</b>	11
Studies / Essays	
<b>O Anjo da História em Cabral do Nascimento. Parte I: Dualidades Históricas e o Tempo da Fundação, da Direção e da Demissão do Arquivo Distrital do Funchal</b>	13
The <i>Angel of History</i> in Cabral do Nascimento. Part I: <i>Historical Dualities</i> and the Time of the Foundation, Directorship and Resignation from the District Archive of Funchal <i>Ana Salgueiro</i>	
<b>Tratamento Arquivístico dos Autos de Contas de Administração de Capelas da Madeira: Contributo de uma Análise Granular para o Estudo do Fenómeno Vincular</b>	71
Archival Processing of Chapels Administration's Accounts in Madeira: Contribution of a Granular Analysis for the Study of the Entailment Phenomena <i>Fátima Barros</i>	
<b>O Arquivo Empresarial João de Freitas Martins</b>	101
João de Freitas Martins Company Archive <i>Joana Judite Gonçalves da Silva</i>	
<b>Cuscuz: Um Prato, Muitas Viagens, Diversos Sabores (Séculos XVI-XXI)</b>	121
Couscous: A Dish, Many Travels, Several Flavours (16 <sup>th</sup> -21 <sup>st</sup> Centuries) <i>Isabel Drumond Braga</i>	
<b>A Multiethnic Trajectory within Identity and Consciousness. João Fernandes Vieira's Case</b>	159
Uma Trajetória Multiétnica dentro da Identidade e da Consciência. O Caso de João Fernandes Vieira <i>Samuele Avantage Junior Goury</i>	
<b>Aspetos do Quotidiano na Tabua dos Séculos XVII e XVIII: O Morgadio do Capitão Diogo Afonso de Aguiar como Unidade Económica e de Poder Familiar</b>	223
Aspects of Daily Life in 17 <sup>th</sup> and 18 <sup>th</sup> Centuries Tabua Parish: Captain Diogo Afonso de Aguiar's "Morgadio" as an Economic and Family Power Unit <i>Teresa Florença</i>	

<b>O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte II – Aspetos Materiais</b>	311
The Daily Life of the Franciscan Male Community in Madeira, in the 18 <sup>th</sup> and 19 <sup>th</sup> Centuries: Part II – Material Aspects <i>Paulo Ladeira</i>	
<b>A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII</b>	471
Lime and Construction in the Madeira Archipelago in the 17 <sup>th</sup> -18 <sup>th</sup> Centuries <i>Dinis Gouveia Pacheco</i>	
<b>A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX</b>	501
Lime in the Madeira Archipelago in the 19 <sup>th</sup> -20 <sup>th</sup> Centuries <i>Dinis Gouveia Pacheco</i>	
<b>Islas del Azúcar y del Tabaco: Canarias, Mirando a Madeira y Azores desde la Ventana de la Segunda Globalización (1850-1914)</b>	591
Sugar and Tobacco Islands: Canary Islands, Looking at Madeira and Azores from the Window of the Second Globalization (1850-1914) <i>Santiago de Luxán Meléndez</i>	
<b>O Lugar do Arquipélago da Madeira na Rota Musical do Fado (1870-1974)</b>	623
The Place of the Madeira Archipelago in the Musical Route of Fado (1870-1974) <i>Paulo Esteireiro</i>	
<b>O Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Defesa do Padroado Português do Oriente (1874-1880)</b>	649
The Archbishop Aires de Ornelas e Vasconcelos and the Defence of the Portuguese Patronage of the East (1874-1880) <i>Fernando Tavares Pimenta</i>	
<b>A Administração Financeira do Município do Funchal entre 1880 e 1895: Tutela do Governador Civil e Tentativa de Equilíbrio das Contas Municipais</b>	713
The Financial Administration of Funchal's Municipality between 1880 and 1895: Civil Government Supervision and Effort to Municipal Accounts' Balance <i>Ana Madalena Trigo de Sousa</i>	
<b>A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)</b>	763
The Social Life of Georesources: Extractions and Extractivism in Porto Santo Island (since the 20 <sup>th</sup> Century) <i>Jorge Freitas Branco</i>	

- A Esperança (1919-1938): A Materialização de uma Revista Católica de Formação Social Madeirense** 889  
*A Esperança (1919-1938): The Materialization of a Madeiran Catholic Bildung Magazine*  
*Bruno Abreu Costa*
- Recrutamento de Madeirenses para o Colonato do Limpopo (Moçambique) entre 1960 e 1962** 1007  
*Recruitment of Madeirans to the Limpopo Colony (Mozambique) between 1960 and 1962*  
*Odete Mendonça Henriques Souto*
- Horácio Bento de Gouveia: Romances com o Mar lá dentro** 1043  
*Horácio Bento de Gouveia: Novels dashed by the Sea*  
*Susana Caldeira*



## Editorial

É agora dado ao público o n.º 6 da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, fruto da concretização continuada e perseverante de um desiderato científico e editorial que a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), por intermédio da Direção de Serviços do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV), assumiu enquanto parte inalienável da sua missão.

Segundo a Portaria n.º 369/2020, de 16 de julho, que aprova a estrutura nuclear da DRABM, ao CEHA-AV compete, entre outras, as seguintes atribuições: «Produzir investigação sobre a história insular e o papel da Madeira na construção do espaço atlântico»; «Promover e organizar eventos científicos nos domínios da história, da memória e do património insulares»; e «Contribuir ativamente para a renovação e qualificação do campo de conhecimento da história insular e promover uma mais ampla, aprofundada e sistemática utilização das fontes históricas».

Outra incumbência vem, em teoria e na prática, congregar as anteriores e servir a disseminação dos seus resultados: «Garantir a publicação anual da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, e assegurar a respetiva coordenação editorial numa perspetiva de observância de requisitos editoriais internacionais em matéria de publicações científicas»<sup>1</sup>.

Após a realização, em novembro de 2021, do *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, a DRABM planeou, organizou e levou à execução – com sucesso – um outro congresso de semelhante envergadura (com três dias de trabalhos), que teve lugar sensivelmente passados dois anos: o *Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)*.

---

<sup>1</sup> Como se pode constatar na ficha técnica, a revista está indexada e referenciada em três bases de dados de publicações periódicas científicas: Dialnet; RCAAP – Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal; e Open Academic Journals Index.

Este congresso ocorreu, pois, na linha de anteriores iniciativas, desde 2020: o nomeado congresso de 2021; e outros encontros de partilha de saber (seminários, conferências, mesas-redondas), mais curtos se contarmos o tempo de realização, mas de igual relevância se medirmos a qualidade científica. Desta vez, tentou-se, numa ótica mais global, inscrita no Atlântico, aliar: a produção de ciência interna (no seio do CEHA-AV) e externa (por investigadores convidados); a realização de eventos de modo regular e criterioso; e a divulgação para os públicos possíveis – num primeiro tempo de forma oral<sup>2</sup>, e num tempo posterior através da escrita.

O *Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)* serviu o propósito de explorar questões de vários tipos, com enfoques multidisciplinares, que vão desde a História da Globalização e do Mundo Atlântico, até aos Estudos Regionais e Locais.

Que questões, por exemplo? Como caracterizar os diversos estádios da Globalização Atlântica? Quais os processos e fenómenos económicos, políticos, demográficos, sociais, culturais e ambientais que se desencadeiam no espaço atlântico desde o século XV até à atualidade? De que maneira o Atlântico se afirma como espaço de fluxos imateriais nos planos cultural, das línguas, das artes, dos saberes, das mundividências, dos imaginários e das crenças? Qual o contributo das Ilhas Atlânticas sob influência portuguesa e espanhola – Madeira, Açores, Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe – para a estruturação do Atlântico enquanto sistema de relações? Como conciliar as particularidades dos percursos históricos desses microcosmos insulares com as tendências do Atlântico enquanto plataforma global?

Perguntemos, com efeito: elos entre diversos continentes – o europeu, o americano, o africano; espaços aparentemente paradoxais de confluência entre as dimensões local e global, central e periférica; espaços cuja dimensão territorial, por vezes, não faz adivinhar a sua real importância histórica – podem os universos arquipelágicos atlânticos ser vistos como microcosmos globais? Ou por outra – podem ser vistos como geografias que criaram, precocemente, a Globalização, e a projetaram em vagas sucessivas até aos nossos dias?

---

<sup>2</sup> Tem sido aposta da DRABM divulgar as gravações vídeo dos congressos – e de outros acontecimentos, de pendor mais científico ou de cariz mais cultural – que tem vindo a organizar; as conferências e comunicações do *Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)* podem ser vistas no canal do YouTube da DRABM: [https://www.youtube.com/watch?v=gFJIBqaC4vE&list=PLRN7IQoXeCNYRuZskBUTJMG-LwO\\_OQRQ6](https://www.youtube.com/watch?v=gFJIBqaC4vE&list=PLRN7IQoXeCNYRuZskBUTJMG-LwO_OQRQ6).



Indagações estas que forçosamente passam por temáticas como: as mudanças ecológicas; a exploração de recursos marinhos e recursos terrestres; mitos e mitologias; o património material; a transferência de técnicas e léxicos; práticas de nomeação; comidas e bebidas que se tornaram tradicionais e emblemáticas, que se tornaram simultaneamente capital material e cultural; atos de afirmação simbólica de poder; o poder e as suas elites; elites – por sua vez – que se movem a uma escala imperial; linguagens artísticas; veículos editoriais de difusão de conhecimento e ideologias e de criação de opinião pública; memórias e representações identitárias; rotas migratórias e científicas; comunidades de homens de negócio; forasteiros em trânsito; geoestratégia e conjuntura.

Fica assim levantado um pouco o véu sobre os diversos e enriquecedores contributos trazidos ao congresso. Numa lógica de sinergia entre investigação, promoção de momentos científicos e disseminação de conhecimento – como elos de uma só cadeia, como veios atados num mesmo nó –, elegeu-se por objetivo que as versões escritas (estudos e ensaios) das conferências e das comunicações apresentadas ao congresso fossem inseridos neste *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*; o presente número divulga já uma parcela desses contributos<sup>3</sup>; os restantes farão parte de números vindouros.

Parece-nos importante, neste momento, um pequeno exercício de reflexão.

Convocamos algumas palavras de Bernard Bailyn, eminente historiador americano que, entre outras áreas de especialização, dedicou-se à História do Atlântico e foi um dos seus principais defensores. Quando questionado sobre o que seria um historiador (em concreto, é-lhe perguntado como descreveria ou caracterizaria o que é um historiador), Bailyn acabou por traçar vários perfis profissionais ou ocupacionais do ofício. Mencionou, como elementos de base, os académicos *tout-court*, que trabalham nas universidades, ressaltando contudo que os historiadores não podem ser reduzidos somente a esta condição<sup>4</sup>. Partindo desta premissa, referiu depois, em

---

<sup>3</sup> Vejam-se, seguindo a ordem do índice, os artigos de Isabel Drumond Braga, Dinis Gouveia Pacheco (o seu segundo escrito), Santiago de Luxán Meléndez, Paulo Esteireiro, Fernando Tavares Pimenta, Bruno Abreu Costa e Odete Mendonça Henriques Souto.

<sup>4</sup> Enfatizou, aliás, que «One of the interesting things about the practice of history these days [1991] is that history, while largely the domain of academicians, is not entirely so.» (BAILYN, Bernard, 1994, *On the Teaching and Writing of History. Responses to a series of questions*, ed. Edward Connery Lathem, New Hampshire, University Press of New England, p. 8).

primeiro lugar, os que, não sendo académicos, são todavia «professionally trained»<sup>5</sup>. A seguir, mencionou os que ele chamou de «public historians», que trabalham em «commercial organizations», e que produzem estudos históricos rigorosos por contrato ou encomenda (lembremo-nos que Bailyn falou a partir de um *locus* específico, os Estados Unidos da América); em terceiro lugar – na numeração do entrevistado –, trouxe à liça historiadores que trabalham em entidades estatais, regionais ou locais – especialistas, como diz, em história regional ou conhecedores abalizados de arquivos específicos. Finalmente, mencionou os historiadores que são jornalistas, e que se especializam em história mais recente<sup>6</sup>.

Assim temos estes perfis, que nos fazem pensar. Consoante as geografias e os tempos haverá certamente outros: totalmente diferentes ou em situação de sobreposição parcial em relação aos perfis mencionados por Bailyn. Sem quaisquer pretensões de exaustividade – e correndo o risco de injustiça por omissão –, observemos o caso da Madeira. As primeiras páginas dos artigos dos anteriores números, 1 a 5, do *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série* – no total, são 85 artigos por 62 autores – constituem, a nosso ver, um mostruário representativo da realidade regional. Nessas primeiras páginas estão, em rodapé, segundo o que ditam as normas editoriais da revista, um texto de apresentação dos autores, contendo idealmente a filiação institucional, o percurso científico ou académico ou ainda profissional e as principais áreas de interesse e investigação.

Encontramos, como não podia deixar de ser, os académicos, com carreira universitária, que apontou Bernard Bailyn. Merecem especial menção, depois, porque – mais uma vez – falamos da Madeira, os profissionais que laboram na administração pública regional, a que pertence a DRABM e o CEHA-AV, entre outras instituições; estes profissionais inserem-se em diversas carreiras: a de investigação; alguns são técnicos superiores; outros são docentes em regime de mobilidade; inclusive há assistentes técnicos.

Temos, igualmente, os seguintes perfis (que podem se cruzar entre si, e com os do parágrafo anterior, como em certos casos efetivamente se cruzam), ordenados

---

<sup>5</sup> Deu o exemplo de Barbara Tuchman que, não obstante deter «the credentials of a professional scholar, [...] she practiced, so to speak, as an amateur – in the sense that she was not involved in the critical, systematic development of knowledge in certain areas and was not responsible for passing on to the next generation a large scale, integrated picture of what our past has been.» (BAILYN, 1994, *On the Teaching and Writing of History* [...], pp. 8-9).

<sup>6</sup> BAILYN, 1994, *On the Teaching and Writing of History* [...], pp. 9-11.

sem critério específico: investigadores que, não se considerando ou intitulando a si próprios como historiadores, acabam por trazer contribuições válidas para a História, e são cultores de áreas tão díspares como a Arquivística, a Musicologia, a Museologia, a Etnografia, os Estudos Literários, a Linguística, a Geografia, a Engenharia, a Arquitetura, a Economia; académicos jubilados; docentes de níveis de ensino não universitário (por vezes também já aposentados); membros ou sócios de instituições ou associações culturais; investigadores independentes, sem qualquer filiação a instituições de investigação ou de ensino; bolseiros de investigação e colaboradores em projetos de investigação financiados por entidades governamentais (centrais ou regionais); membros e colaboradores de centros de investigação universitários; profissionais liberais; estudantes universitários em programas de mestrado e de doutoramento, que produzem artigos que de algum modo poderão estar relacionados com as pesquisas conducentes à obtenção desses graus académicos<sup>7</sup>.

Posto isto, queremos sobretudo chamar a atenção para o que se segue. É fundamental perceber que, neste mundo da criação do conhecimento, pode e deve haver: diversos perfis de agentes ou de criadores; vários enquadramentos (mais ou menos formais) para o exercício da produção de saber; diferentes motivações e obrigações; no fundo, múltiplos e plurais contributos.

Mas torna-se imprescindível – digamo-lo de forma porventura algo simplista – que tais contributos, independentemente dos seus contextos e condicionalismos, sejam informados, ancorados em fontes, tenham metodologias apuradas, usem de rigor e cuidado; que sejam gizados com entrega ao saber. É imperioso que, usando a famigerada expressão de Lucien Febvre, sejam “estudos cientificamente conduzidos”.

Chegados a este ponto, devemos assumir e anunciar que é precisamente isto o que a DRABM e o CEHA-AV fazem: considerar a existência de vários perfis de criadores de ciência; reconhecê-los e aproveitá-los – numa óptica de valorização coletiva, de troca e divulgação de informações e de experiências, aumentando e diversificando deste modo o caudal do conhecimento.

---

<sup>7</sup> Aproveitamos para dar conta dos restantes autores deste volume, seguindo a ordem do índice: Ana Salgueiro, Fátima Barros, Joana Judite Gonçalves da Silva, Samuele Advantage Junior Goury, Teresa Florença, Paulo Ladeira, Dinis Gouveia Pacheco (o seu primeiro artigo), Ana Madalena Trigo de Sousa, Jorge Freitas Branco e Susana Caldeira.

O *Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)*, na sequência de precedentes iniciativas, trilhou precisamente este rumo. A revista *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, também palmilha este caminho.

Em nome da DRABM e do CEHA-AV agradecemos penhoradamente a todos os autores da revista – os passados, os presentes, os futuros (porque, na verdade, não se termina um volume sem se principiar o seguinte). Com elevada qualidade científica, com verdadeira noção de serviço público, com entrega e magnanimidade, os autores aqui vertem contributos que ficarão seguramente para a posteridade como alicerces robustos da sempiterna edificação do conhecimento – sobre a Madeira, as Ilhas Atlânticas, o Atlântico e a Globalização. Assim o fazendo, muito honram e dignificam, consequentemente, a Madeira e a sua Autonomia.

*Filipe dos Santos*

**Estudos / Ensaio**

Studies / Essays



## **O Anjo da História em Cabral do Nascimento. Parte I: Dualidades Históricas e o Tempo da Fundação, da Direção e da Demissão do Arquivo Distrital do Funchal<sup>1</sup>**

The *Angel of History* in Cabral do Nascimento. Part I: *Historical Dualities* and the Time of the Foundation, Directorship and Resignation from the District Archive of Funchal

Ana Salgueiro<sup>2</sup>

«Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus* [...]. O anjo da história deve ter este aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de factos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre

---

<sup>1</sup> O presente artigo constitui a versão revista e amplamente desenvolvida da comunicação homónima, apresentada em novembro de 2021, no *Congresso de História da Madeira – Rumos de Pesquisa, Problemáticas, Análises*, promovido pelo Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira (CEHA-AV). Dada a extensão do texto final escrito, optámos por dividi-lo em duas partes. A primeira, com o subtítulo «*Dualidades Históricas e o Tempo da Fundação, da Direção e da Demissão do Arquivo Distrital do Funchal*», é publicada no presente número da *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*; a segunda parte será publicada numa próxima edição desta mesma revista. «*Dualidades Históricas*» é, como veremos, parte do título de um dos primeiros textos ensaísticos de Cabral do Nascimento (CN) publicado no *Diário da Madeira*, em novembro de 1914, então com apenas 17 anos, e onde aborda, justamente, problemáticas da História – J. C., 02-11-1914, «*Horas Vagas. Dualidades Históricas [...]*», p. 1.

<sup>2</sup> Doutoranda em Estudos de Cultura na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP), mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Línguas e Literaturas Modernas – Estudos Portugueses. É investigadora integrada no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da UCP e investigadora colaboradora no CEHA-AV | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Os seus trabalhos, nas áreas dos Estudos Literários, de Cultura e Insulares, têm-se ocupado sobretudo dos sistemas insulares da Macaronésia Lusófona. Assume preferencialmente enquadramentos interdisciplinares e aborda questões como: o exílio e a mobilidade humana, cultural e textual; as implicações entre cultura e poder; a relação entre fenómenos culturais, imaginários e fenómenos naturais; o papel dos discursos artístico e académico nas sociedades contemporâneas. Este trabalho tem sido apresentado em reuniões científicas e eventos culturais, e publicado em livros, atas e publicações periódicas especializadas, nacionais e estrangeiras. Contacto eletrónico: [ana.meb.salgueiro@madeira.gov.pt](mailto:ana.meb.salgueiro@madeira.gov.pt).

ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas [...]. Este vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até ao céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval.»

Walter Benjamin (2010 [1940]), «Sobre o Conceito da História», p. 14

A teoria, num texto, deve estar como a água na terra molhada: está lá, constitui-o, mas não de uma forma imediatamente perceptível<sup>3</sup>.

### Resumo

Em carta datada de 13-10-1962 dirigida a João Gaspar Simões, João Cabral do Nascimento resume o seu percurso curricular, destacando, entre outros dados, o facto de ter aceitado «o cargo de director do Arquivo Distrital do Funchal, cuja criação [ele] propusera e [...] instal[ara] de alto a baixo» e de, «enquanto arquivista», se ter dedicado «*malgré moi*, a trabalhos históricos», ter editado «uma revista da especialidade» e ter sido «nomeado académico correspondente da Academia Portuguesa de História». Se destas palavras não restam dúvidas sobre a inequívoca identificação de Cabral do Nascimento como arquivista (*de facto* e *de iure*), o mesmo não se pode concluir da sua identificação com o papel de historiador. Desde logo, pelo recurso ao galicismo *malgré moi*, quando se reporta aos numerosos textos acerca de figuras e fenómenos culturais com relevo para a História da Madeira que deu à estampa, de forma dispersa, em várias publicações periódicas locais e em livro, sobretudo durante o período que acompanhou a fundação do Arquivo Distrital do Funchal (ADF) e enquanto responsável editorial pela revista *Arquivo Histórico da Madeira* (AHM).

Tomando como objeto de análise o fundo do ADF à guarda do atual Arquivo e Biblioteca da Madeira, assim como os nove volumes da AHM publicados sob sua direção entre 1931 e 1951, colocando alguma desta documentação em articulação com textos literários e não literários, onde a questão do tempo ou temáticas históricas madeirenses são abordadas por Cabral do Nascimento, procuraremos indagar sobre o sentido das reticências que se insinuam nas suas palavras, quando se refere ao seu papel como historiador. Tratar-se-ia de uma reserva sobre a qualidade do seu trabalho na área da Historiografia? Ou, um pouco na senda do pensamento de Walter Benjamin sobre a Filosofia da História (autor coevo de Cabral do Nascimento e, como ele, de ascendência judaica), o galicismo *malgré moi* antes sinaliza as reservas epistemológicas de um sujeito fascinado pelo passado, mas consciente da própria historicidade do fazer historiográfico e das fragilidades e limitações que a História apresenta(va), enquanto disciplina e discurso científico que quer resgatar o passado para o presente?

---

<sup>3</sup> Paráfrase de palavras de Jacinto do Prado Coelho, partilhadas por Alberto Carvalho num seminário de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (citado de memória).



**Palavras-chave:** Teoria da História; Cabral do Nascimento; Anjo da História; Arquivo; Ruínas; História da Madeira; Arquivo Distrital do Funchal.

### **Abstract**

In a letter dated 13 October 1962 and addressed to João Gaspar Simões, João Cabral do Nascimento outlines his own curricular pathway. There, he highlights both the facts of having accepted «the director function at the District Archive of Funchal, whose establishment he himself had proposed [...] and set up from head to toe», and of having been dedicated, «whereas archivist» and «*malgré moi*», to historiographical works, as well as having published «a specialized journal» and having been «appointed Corresponding Member of the Portuguese Academia of History». With these words, Cabral do Nascimento unambiguously identifies himself (*de facto e de iure*) as an archivist. The same cannot be said about his own identification as an historian. Starting forthwith because he employs the Gallicism *malgré moi*, when he refers to the numerous texts on both Madeiran historical figures and cultural phenomena that he dispersedly published in periodicals and in books, mainly in the period when he was following the District Archive of Funchal (DAF) foundation and was the director of the journal *Historical Archive of Madeira* (HAM). We selected as our *foci* of analysis the DAF documental fund preserved at the Archive and Library of Madeira, as well as the nine volumes of HAM, directed by Cabral do Nascimento between 1931 and 1951. Our aim is to confront some of these documents with other literary and non-literary texts signed by Nascimento and thematically related to the experience of time and Madeiran historical issues. By doing so, we will be looking for a possible meaning to the reservations we have read in his words when he refers to his historical work. Could they be read as a sign of his doubts about the quality and relevance of his own historiographical work? Or could they be read, in line with Walter Benjamin's Philosophy of History (a contemporary author of Cabral do Nascimento and, like himself, an intellectual of Jewish ascendancy), as an echo of the epistemological questions and doubts of a human subject fascinated with the past, but also very aware of both the historicity of the Historiography, and the fragilities and limitations of History, as a discipline and a scientific discourse trying to recover the past to the present.

**Keywords:** Theory of History; Cabral do Nascimento; Angel of History; Archive; Ruins; History of Madeira; District Archive of Funchal.

## **Cartas de um Homem sem História ou Pistas para uma Teoria da História em João Cabral do Nascimento**

Em carta datada de 13-10-1962, dirigida a João Gaspar Simões e hoje conservada no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, João Cabral do Nascimento (Funchal, 1897 – Lisboa, 1978) resume o seu percurso biográfico e curricular, de forma algo inusitada e que aqui interessa observar:

«Aos dados biográficos que já conhece – **dum homem que não tem história**, apesar da sua vida já longa [...]. Sabe que nasci no Funchal, em 1897, que estudei no liceu daquela cidade e me inscrevi, **em 1915, na Faculdade de Direito de Lisboa**. Aqui me **relacionei com alguns poetas e artistas de Orfeu** e publiquei o primeiro folheto de versos. Suspendi os estudos durante **a guerra** – os submarinos alemães corriam nossos mares – e continuei-os **em Coimbra, de 1919 a 1922**, data da formatura. Em Coimbra **fundei, com outros, a revista literária Ícaro**, colaborada por Teixeira de Pascoais, Eugénio de Castro, António de Sousa...

Advoguei uns três anos, depois fui professor do Ensino Técnico Profissional [...]. Desse lugar pedi posteriormente licença ilimitada para aceitar **o cargo de director do Arquivo Distrital do Funchal, cuja criação eu propusera e que instalei de alto a baixo**. Mais tarde regressei ao Ensino Técnico [...] e hoje **estou aposentado** de Professor da Escola Ferreira Borges (**antes do limite de idade, é claro...**). **Enquanto arquivista dediquei-me, malgré moi, a trabalhos históricos, publiquei uma revista da especialidade e fui nomeado académico correspondente da Academia Portuguesa de História [...]. Ultimamente** tenho estado **em Angola**, onde vivem pessoas de família e **onde gostaria de residir se não fosse esta incerteza que sabemos**»<sup>4</sup>.

Nas palavras acima citadas, sublinhamos (a negrito) algumas notas bio-curriculares que de seguida comentaremos e nas quais, pese embora a sua aparente singeleza, podemos ler pistas para a compreensão do que consideramos ser uma (a sua) Teoria da História. Entre estas, destacamos: a afirmação de que Cabral do Nascimento, em 1962 (quando, já aposentado «antes do limite de idade, é claro...», completara 65 anos), era um «homem que não t[inha] história»; e a ressalva «*malgré moi*», quando se reporta ao seu trabalho historiográfico, recorrendo a esse galicismo, onde podemos ler a insinuação de algumas reservas quanto à (sua) Historiografia.

Comecemos por analisar a primeira afirmação. Se, por um lado, ela parece sinalizar a habitual discrição de Nascimento, quando atuou na cena cultural portuguesa (sobretudo a partir da década de 1940, quando, deixando uma vez mais o Funchal, se fixou mais demoradamente em Lisboa), por outro lado, nela podemos ler a ironia que frequentemente aflora no seu discurso, não raras vezes matizada por um sarcasmo auto-irónico e magoado, como aqui parece acontecer. O que seria um *homem sem história* para João Cabral do Nascimento, em 1962, e em que medida a sua história de vida justificaria, então, esse epíteto? Para além desta interrogação,

---

<sup>4</sup> Carta de CN para João Gaspar Simões (Lisboa, 13-10-1962), Espólio de J. G. S, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC), E16. Destaques a negrito são nossos.

outras se levantam, a partir desta sua afirmação: poderá Nascimento estar aqui a apontar algumas reservas (também legíveis no insinuativo «*malgré moi*») em relação ao que, naquele tempo, vulgarmente se entendia/fazia como História em Portugal e na Madeira? Ao considerar-se um *homem que não tinha história*, Cabral do Nascimento teria em mente o modelo da figura heróica que tanto agradava à Historiografia glorificadora do Estado Novo? Um modelo de herói e de narrativa do passado que, de resto e desde muito cedo, não parece ter interessado ao autor de *Além-Mar. Poemeto épico que fez Joam Cabral do Nascimento para narrar a historia tormentosa das Caravelas que aportaram á Ilha do Senhor Infante na madrugada do seculo XV* (1917), narrativa cujo género (epicamente diminuído, pela classificação poemeto) indicia o carácter menos luminoso que a viagem quatrocentista aí narrada (a de Zarco até à Madeira?) parece apresentar<sup>5</sup>.

Antes de avançarmos com tentativas de respostas, cruzemos estas considerações de Nascimento com outras enviadas, também por carta mas, mais tarde, poucos meses antes da sua morte, a Luís Amaro, seu assíduo correspondente quer na Portugália Editora (onde Nascimento publicou grande parte da sua obra tradutória), quer na Fundação Calouste Gulbenkian, onde Amaro era Secretário de Redação da revista *Colóquio/Letras*. Em junho de 1977, Nascimento, dirigindo-se a este seu amigo, escrevia: «aceito todos os pareceres das pessoas que considero idóneas, e, por mim, não faço qualquer reclame ou propaganda – deixo aos outros o encargo [...] de fazer a sua crítica. Se se calarem, também não me melindro. **O tempo fará o resto, e o futuro dirá de sua justiça, quando eu já não for deste mundo**»<sup>6</sup>.

Embora podendo ser lidas, uma vez mais, como simples manifestação de humildade autoral, estas palavras, colocadas em diálogo com a nota curricular de 1962 e, sobretudo, com o modo como Nascimento pensou e se entregou à edificação quer da revista *Arquivo Histórico da Madeira* (AHM), quer do Arquivo Distrital do Funchal (ADF), ganham novos sentidos.

Comentando, nesta passagem, a subjetividade e a inconstância que, em seu entender, caracterizavam qualquer tipo de avaliação sobre a obra produzida por

---

<sup>5</sup> Sobre a nossa leitura da versão de 1917 de *Além-Mar*, ver: SALGUEIRO, 2015, «Uma ilha *Além-Mar* ou a nostalgia do Paraíso Perdido em Cabral do Nascimento».

<sup>6</sup> Carta de CN a Luís Amaro, datada de junho de 1977, hoje à guarda da BNP – BNP, ACPC, Esp. N5, negrito nosso.

alguém no seu próprio tempo (o que não invalidava que ele próprio desse maior relevância aos «pareceres das pessoas que consider[ava] idóneas»), Cabral do Nascimento projetava para o futuro («quando eu já não for deste mundo», ou seja, para o tempo da escrita da História), a possibilidade de um *juízo final* terreno, em que a obra humana (neste caso, a sua) pudesse talvez ser avaliada com maior rigor e justiça. Não deixa, porém, de manifestar alguma hesitação sobre «os pareceres das pessoas» que determinam o que é ou não é *um homem com história*, isto é, as pessoas que definem, num determinado contexto (pessoal, ideológico e histórico), o valor (nem sempre consensual) da obra realizada por alguém. Uma hesitação que, do ponto de vista teórico-conceptual (como veremos na Parte II do presente trabalho), faz eco das múltiplas crises que marcaram os modernismos do início do século XX, em que Nascimento participou e sobre os quais produziu interessante reflexão crítica (crise epistemológica, crise identitária e do sujeito, crise representacional e referencial da linguagem, etc.); mas que, como aqui procuraremos demonstrar, não terá sido igualmente alheia à sua experiência pessoal como ativo agente cultural na Madeira e no continente, e sobretudo como fundador e diretor quer da revista AHM, quer do ADF.

Tivemos já a oportunidade de demonstrar que, apesar da sua atitude muitas vezes discreta, Cabral do Nascimento foi uma figura extremamente dinâmica e relevante na vida cultural nacional e insular, desde a década de 1910, tendo acompanhado, com espírito crítico e originalidade, alguns dos principais debates estético-literários e político-ideológicos da primeira metade do século XX<sup>7</sup>. Razão para nos perguntarmos se tudo isto, em 1962, faria dele (ou não) um *homem que não tinha história*, ou seja, um homem cuja obra não tinha sido relevante para o seu tempo, porque não tinha marcado nem acompanhado ativamente as transformações que a passagem dos dias sempre implica.

Julgamos que assim não foi e que essa sua (sarcástica) autodefinição antes deve ser lida num sentido distinto: o de um agente cultural extremamente empenhado e (auto)crítico ao longo da vida, mas cuja experiência lhe tinha dado uma aguda consciência de que nem sempre o voluntarismo e a qualidade dos que se entregavam a projetos com relevância cultural e política mereciam um efetivo reconhecimento da parte de quem tinha o poder quer para deixar acontecer e apoiar

---

<sup>7</sup> Sobre a heterogeneidade e relevância da obra de CN na história da cultura madeirense e portuguesa do século XX, ver: SALGUEIRO, 2020, «Nascimento, João Cabral».

o que, de facto, era importante, quer para legitimar, para memória futura, as obras (e os seus autores) que, mais tarde, deveriam ser consideradas *marcos históricos*. No seu caso (como veremos de seguida), o não efetivo reconhecimento do mérito do seu trabalho (na Madeira, materializado nos muitos obstáculos que foram criados ao desenvolvimento da sua ação como diretor do ADF) não decorria de este ser devedor de qualidade ou relevância; decorria antes de os critérios definidos para essa avaliação, nem sempre justos e honestos, serem muitas vezes determinados por interesses pessoais e corporativos instalados, em relação aos quais Nascimento não aceitou ser conivente.

Para atestarmos a efetiva relevância da sua obra que, porém, na década de 1960, parecia não ser devidamente reconhecida pelas autoridades, nem na Madeira, nem a nível nacional, acompanhemos um pouco do que foi, até então, o seu percurso biográfico e curricular.

### **O Lugar da Intervenção Cultural e Político-Ideológica no Pensamento Orgânico e Crítico de Cabral do Nascimento**

No que aos sistemas literários e culturais diz respeito, lembremos, por exemplo, a participação de João Cabral do Nascimento nas discussões em torno dos modernismos e vanguardas dos anos 1910-1920 (facto a que regressaremos na Parte II deste artigo e que o próprio autor destaca na nota enviada a João Gaspar Simões); ou, já na década de 1940 (e em colaboração com uma mais nova geração literária portuguesa, que incluía, por exemplo, Jorge de Sena, Tomás Kim, José Blanc de Portugal ou Ruy Cinatti), na criação do projeto *Cadernos de Poesia*<sup>8</sup>.

Ainda no domínio literário e cultural, refiramos a volumosa obra tradutória de Cabral do Nascimento, cujo valor decorre, sobretudo, de, entre as décadas de 1940 e 1970, «[c]om a sua assinatura ou sob o pseudónimo Mário Gonçalves», ter contribuído «para a introdução no sistema cultural português de pelo menos 114 autores e mais de 120 textos, pertencentes a cerca de 11 sistemas literários nacionais distintos», destacando-se, aqui, «autores de língua inglesa, provindos maioritariamente

---

<sup>8</sup> No que diz respeito ao contributo de CN para os sistemas literários português e madeirense, ver: SALGUEIRO, 2022, «João Cabral do Nascimento: um Autor Contemporâneo [...]», pp. 254-310; SALGUEIRO, 2022, «*Fábulas* de Cabral do Nascimento[...]», pp. 100-131; SALGUEIRO, 2015, «Uma ilha *Além-Mar* ou a nostalgia do Paraíso Perdido[...]»; SALGUEIRO, 2015, «Estranho para um Outro-eu [...]».

dos sistemas literários britânico e norte-americano», cujas novidades editoriais Nascimento fazia questão de acompanhar<sup>9</sup>.

Este foi um período em que, apesar do isolamento pretendido pelo Estado Novo, Portugal experienciava várias mudanças culturais, entre as quais a gradual passagem da esfera de influência francesa para a anglófona, em grande medida potenciada pela crescente hegemonia da exibição cinematográfica de Hollywood e pela novidade da publicação, em livro e em formato integral, de traduções de obras que tinham o inglês como língua de partida. Sendo um dos mais prolíficos tradutores portugueses do seu tempo, reconhecido como especialista em tradução de autores anglófonos, o contributo de Cabral do Nascimento foi de extrema relevância para essa transformação cultural no país. Noutro sentido, pelo cosmopolitismo e pela modernidade que caracterizaram a sua atividade tradutória<sup>10</sup>, esta (a par com as de outros escritores coevos que foram também tradutores de textos contemporâneos e anglófonos para português – por exemplo Jorge de Sena ou José Rodrigues Miguéis) foi determinante para a emergência no sistema cultural português de uma *biblioteca traduzida* que se distanciava claramente da *biblioteca* desejada pelo Estado Novo, defensor de uma política e uma cultura nacionalistas reacionárias, orientadas por um espírito passadista e pela máxima *orgulhosamente sós*.

Ousando traduzir inclusivamente o que seriam «potenciais alvos da Censura», ora por os autores em causa «se identificarem com posicionamentos ideológicos e/ou morais considerados reprováveis pelo Estado Novo» (por exemplo Máximo Gorki ou Oscar Wilde), ora porque «a substância temática das obras em questão era passível

---

<sup>9</sup> SALGUEIRO RODRIGUES, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor [...]», pp. 178-179. Com data de 10-02-1954, existe no espólio de Luís Amaro uma carta remetida por CN, onde, a respeito de uma polémica entretanto surgida acerca da sua tradução do livro de Fiódor Dostoiévski de 1859, editada pela Portugália em 1943 com o título *A Granja de Stepanchikovo*, dá conta da sua *oficina de tradutor*, mostrando como acompanhava as novidades editoriais e literárias internacionais, nomeadamente as estado-unidenses: «Eu já tinha visto esse eco na “Gazeta Literária” [a polémica], mas não lhe havia ligado importância. Em todo o caso, a afirmação contida na cinta e no prospecto da “Portugália” não é leviandade, pois na altura da tradução lemos isso em qualquer parte. Todavia não consigo lembrar-me onde foi. A versão inglesa não diz nada sobre o assunto, mas, como é da Modern Library, americana, talvez venha nalgum dos seus catálogos. O que de pronto se pode responder é que as próprias edições russas, durante o tempo do Império, estavam censuradas, e que só agora, pelos manuscritos do Arquivo Central dos Sovietes, apareceram os textos completos. Pela mesma razão, as traduções francesas, inglesas, etc., não eram integrais, e, como as portuguesas haviam sido feitas daquelas, logicamente se deduz que estavam cortadas» – BNP, ACPC, Esp. N5.

<sup>10</sup> Grande parte das obras traduzidas por CN era de autores contemporâneos, recentemente premiados nos seus países de origem ou a nível internacional.

de ferir a susceptibilidade daqueles que pretendiam uma sociedade orientada pelos ideais de *Deus, Pátria e Família*» (por exemplo *Madame Bovary*)<sup>11</sup>, a *biblioteca traduzida* por Cabral do Nascimento foi um importante instrumento que, em pleno Estado Novo, se desenvolveu contra o silêncio e o isolamento culturais e intelectuais impostos pelo regime. Uma ousadia que inclusivamente lhe valeu, como demonstrou Vanessa Castagna, alguns processos de censura, os quais (suspeitamos) não terão sido alheios nem à reforma antecipada de Cabral do Nascimento, nem ao desejo de se afastar da metrópole. Dados biográficos que o intelectual madeirense não deixa precisamente de sublinhar na nota enviada a Gaspar Simões, em 1962<sup>12</sup>.

No que diz respeito às dimensões político-ideológicas (que Cabral do Nascimento, com o seu pensamento orgânico, não dissociava das culturais e estéticas), notemos, antes de mais, a sua empenhada reflexão teórico-crítica sobre os regimes

---

<sup>11</sup> SALGUEIRO RODRIGUES, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor [...]», pp. 179-184.

<sup>12</sup> Vanessa Castagna tem-se dedicado ao estudo continuado da tradução de CN, demonstrando que, na década de 1950, várias obras traduzidas pelo madeirense e publicadas pela Editorial Minerva (editora particularmente vigiada pelo regime) foram proibidas pela censura. Entre outras, em 1953, a tradução de *Madame Bovary*, atribuída a Mário Gonçalves (um dos pseudónimos com que CN assinou traduções potencialmente incómodas para o regime); em 1955, a tradução de *Le lettere da Capri* de Mario Soldati, assinada por CN e Inácia Dias Fiorillo, arrojadamente publicada com o título *Carne Viva* e com um prefácio de Antonio Fiorillo, «alusivo a bocaccianas licenciosidades» presentes na narrativa – CASTAGNA, 2013, «Tradução e Censura [...]», p. 83. Em entrevista a Castagna, Inácia Dias Fiorillo afirmou que os tradutores de *Carne Viva* (ela própria e CN) foram ameaçados pela Censura, porque os inspectores classificaram a obra por eles traduzida como potencialmente pornográfica – CASTAGNA, 2009, *Voz de muitas vozes*, p. 129. Estes dados relativos à atividade tradutória de CN na década de 1950, associados à dupla afirmação de que, em 1962, CN desejava manter-se em Angola, distante da metrópole e da Madeira, tendo-se aposentado recentemente, antes do limite de idade previsto, levaram-nos a concluir que este duplo afastamento (do ensino e das coisas do Estado, assim como das cidades a que sempre estivera ligado – Funchal e Lisboa) não seria alheio aos processos de censura a que recentemente fora sujeito, nem às atribuições que, no Funchal, o levaram a demitir-se do cargo vitalício de diretor do ADF em 1954 – SALGUEIRO RODRIGUES, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor [...]», pp. 180-181. No continente, a censura constituía uma forma de o regime obstaculizar o trabalho cultural que CN considerava ser necessário promover no país; na Madeira, embora de forma um pouco mais dissimulada, CN também sentira idênticas pressões, da parte de vários poderes dominantes (a Igreja, o poder económico e certas facções do poder político insular), desde que, em 1931-1932, assumiu a direção do ADF. Num pequeno bilhete para Luís Amaro, datado de janeiro de 1953 e redigido a lápis por CN (ironicamente no verso de um convite do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, para uma exposição de escultura e pintura, promovida por esse órgão de vigilância do Estado), a consciência do risco da censura a que os intelectuais da altura estavam sujeitos é claramente exposta por CN: «Caro Luís Amaro, [/] Obrigado pela Árvore e felicitações pelos seus versos. Já li o primeiro artigo e achei-o 100% comunista. Realmente, é melhor não pôr o n.º à venda ...» – BNP, ACPC, Esp. N5. *A Árvore: Folhas de Poesia* foi uma publicação orientada para a divulgação e crítica de poesia de qualidade, sem filiações estético-doutrinárias; nasceu em Lisboa em 1951 e viria a ser apreendida pela PIDE no dia 17 de abril de 1953, precisamente por o regime considerar que a publicação divulgava poetas com posicionamentos estéticos e ideológicos a banir do sistema cultural português, fosse por neles haver uma clara divergência em relação à ideologia do Estado Novo, fosse pela irreverência formal dos textos e/ou dos comportamentos sociais dos seus autores.

monárquicos e republicanos, sobre os totalitarismos fascistas e comunistas<sup>13</sup> ou a respeito do Integralismo e do Regionalismo, assumindo quase sempre posicionamentos desalinhados com aquelas que eram as concepções e práticas dominantes nestas diversas áreas políticas. E se é certo que muitas vezes reconheceu que, em política, mais lhe interessava a reflexão teórico-crítica do que a ação partidária *tout court*, nem por isso recusou a atividade político-partidária efetiva, pelo menos em dois momentos.

Em 1922, ainda em Coimbra (onde então completava o curso de Direito), militou (e desempenhou o cargo de secretário) no Nacionalismo Integral monárquico, cujo órgão difusor foi o semanário *Restauração* (fundado pelo madeirense Luiz Vieira de Castro em 1921, por algum tempo subdirigido pelo próprio Cabral do Nascimento e amplamente colaborado por outros insulares), defendendo o entendimento das diversas facções monárquicas em benefício da causa comum e do que, então, considerava ser o melhor para o país. O Nacionalismo Integral apresentava-se como um movimento de jovens dissidentes do Integralismo Lusitano liderado por António Sardinha, com uma forte adesão de estudantes madeirenses, mas do qual Cabral do Nascimento logo se afastaria, por quanto a ação partidária lhe revelara dos vícios e do carácter insanável dos conflitos existentes entre monárquicos<sup>14</sup>.

Por outro lado, entre os últimos meses de 1924 e meados de 1925, num período em que a instabilidade governativa na República e no arquipélago ganhava contornos caóticos de ingovernabilidade, Cabral do Nascimento aceitou o cargo de Delegado do Governo no concelho do Funchal, quando o madeirense republicano Alfredo Rodrigues Gaspar era presidente do ministério<sup>15</sup> e após nomeação pelo Governador Civil José Varela, validada por «voto unanime da Comissão Municipal do P. R. P.»

---

<sup>13</sup> Foram vários os textos publicados por CN entre 1923 e 1925 sobre os vários totalitarismos então emergentes. Entre outros: CABRAL, 15-09-1923, «O Sr. Mussolini e a propriedade familiar», p. 1; CABRAL, 22-09-1923, «O Bolchevismo e o Fascismo», p. 1; CABRAL, 22-12-1923, «À procura dum ditador», p. 1; CABRAL, 30-04-1925, «Ditadura do Proletariado», p. 1; e CABRAL, 06-05-1925, «Ditadura do Proletariado», p. 1.

<sup>14</sup> Sobre o heterodoxo pensamento político de CN, nomeadamente no respeitante ao Nacionalismo Integral, ver: RODRIGUES, 2015, «Cabral do Nascimento - aspectos [...]», pp. 42-72. No semanário *Restauração*, CN publicou, sob a forma de folhetins, várias narrativas *policiárias* (designação à época utilizada por Fernando Pessoa, que também praticou este género), de forte pendor satírico, em que os vícios e superficialidades da aristocracia e dos monárquicos não raras vezes são denunciados – SALGUEIRO, 2015, «Cabral do Nascimento, ficcionista policial [...]», s.p.

<sup>15</sup> Alfredo Rodrigues Gaspar presidiu ao ministério entre 06-07-1924 e 22-11-1924, cujo governo cairia na sequência do chumbo de uma moção de confiança, que alguns deputados do PRP não apoiaram – Anónimo, s.d., «Governo de Alfredo Rodrigues Gaspar», s.p.



(Partido Republicano Português, PRP)<sup>16</sup>. Neste mesmo período, em claro antagonismo com a sua anterior filiação no Nacionalismo Integral, fez parte do Centro Republicano Português Afonso Costa do Funchal, onde desempenhou funções de «relator» no Conselho Fiscal<sup>17</sup>.

Tanto a ação do futuro diretor do ADF como Delegado do Governo entre 1924 e 1925 (ano em que, talvez não por acaso, a Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal decidiu criar a revista *Arquivo da Madeira*, projeto editorial que, como veremos adiante, só em 1931 se materializaria com o novo título *Arquivo Histórico da Madeira*, sob a chancela da Câmara Municipal do Funchal e pela mão de, entre outros, Cabral do Nascimento), quanto a efetiva adesão do antigo monárquico aos valores do PRP estão ainda por estudar<sup>18</sup>. Porém, à semelhança do que acontecera com a sua militância no Nacionalismo Integral, também a atividade partidária e política de Nascimento no seio do PRP foi efémera<sup>19</sup>, trazendo-lhe a ele e ao próprio

---

<sup>16</sup> «Delegado do govêrno. Tomou ontem posse deste cargo o Sr. Dr. João Cabral do Nascimento», 03-10-1924, p. 1. Segundo esta notícia, CN tomara posse como Delegado do Governo a 02-10-1924.

<sup>17</sup> A 24-01-1925, sob «a presidencia do sr. major Vasco Crispiniano Silva, reuniu [...], na sua séde, a assembleia geral do Centro Republicado Português “Dr. Afonso Costa”, afim de resolver sobre os assuntos constantes do aviso convocatorio», discutir e elaborar a «definitiva redacção das bases dos estatutos» e eleger os «corpos gerentes [...] durante o novo ano», tendo CN integrado o «Concelho Fiscal», como «Relator», ao lado do «Presidente – Dr. Gastão Figueira» e do «Secretario – Manuel Coito» – «Centro Republicano Português “Dr. Afonso Costa”», 28-01-1925, p. 2.

<sup>18</sup> No *Diário de Notícias* (DN) de 05-02-1924, e em resposta à provocação de Luiz Vieira de Castro (LVC) que dias antes, no *Jornal da Madeira* (JM), pusera em causa a honestidade ideológica de CN na aproximação aos republicanos, o futuro Delegado do Governo no Funchal afirma: «Sem traír os seus princípios políticos, qualquer cidadão português *acata as leis* da república, até mesmo o sr. D. Manuel II... Outra não é a opinião do Prof. [João Maria Telo de] Magalhães Colaço. E, sendo eu advogado, mal dos meus clientes se assim não sucedesse! Tal atestado [de *fidelidade às instituições republicanas*, que LVC afirmava ter sido assinado por CN], pois, de nenhuma maneira representa fidelidade ou adesão às instituições actuais, como insidiosamente pretende o sr. Luiz Vieira de Castro», acrescentando, depois, diversos factos que, contraditando outras acusações feitas pelo diretor do JM, procuravam testemunhar a sua «independência» intelectual e ideológica – NASCIMENTO, 05-02-1924, «Resposta á Letra», p. 1. Em que medida este ideal de independência ideológica e crítica terá ou não permanecido em CN, durante os meses em que colaborou com o PRP, é pergunta cuja resposta só se alcançará com um estudo exaustivo do sistema político madeirense na década de 1920, ainda por fazer.

<sup>19</sup> A 22-12-1924, António Rodrigues Leitão toma posse como novo «governador civil substituto», quando um «novo ministerio» surgia no país, dele fazendo parte o «talentoso madeirense sr. dr. Pestana Junior» – «Novo Governador Civil do Funchal. A posse do sr. António Rodrigues Leitão», 23-12-1924, p. 1. A 15-06-1925, um novo governo da República nomeava Valentim Pires como «governador civil substituto do distrito do Funchal» que, no dia seguinte, exonerava «todos os delegados do govêrno nos concelhos rurais» – «Governador Civil Dr. Valentim Pires», 17-06-1925, p. 1 e «Exonerações de delegados do govêrno», 17-06-1925, p. 1. Certamente não alheia a toda esta instabilidade governativa, à solidariedade para com os seus pares dos municípios rurais e a todas as convulsões que se viviam no país, na Madeira e também dentro do PRP, CN, nesse mesmo dia (16-06-1925), requer «a sua exoneração do cargo de delegado do Governo» – «Delegado do Governo no concelho do Funchal», 17-06-1925, p. 1. A 18-06-1925, o DN informa que o pedido de demissão apresentado por CN ao novo governador não fora por este aceite – «Delegado do govêrno. Dr. João Cabral do Nascimento», 18-06-1925, p. 1. Contudo, o mesmo DN, no dia 25-06-1925, noticiava que, no dia anterior, Francisco

partido vários dissabores, cujas repercussões, no caso de Nascimento, se haviam de repercutir até à década seguinte, com forte impacto tanto na direção do ADF, como no desenvolvimento do seu trabalho arquivístico e historiográfico.

Na verdade, como veremos adiante, a animosidade que, nos anos 1930, alguns dos mais notáveis clérigos madeirenses e apoiantes da Igreja manifestaram contra Nascimento e o ADF (destacando-se, entre estes, António Homem de Gouveia, cónego da Sé do Funchal, que contra o diretor do arquivo manteve uma acesa disputa nos jornais funchalenses, em 1934<sup>20</sup>) parece ainda fazer eco da antipatia causada pela aproximação do ex-monárquico ao PRP em 1924-1925. Uma colaboração certamente não esquecida pelo poder eclesiástico local que, dez anos decorridos, via agora, na implementação, pelo ADF, das políticas republicanas exigidas por lei ao seu diretor (nomeadamente, a que exigia a transferência dos registos paroquiais da Madeira para este arquivo do Estado<sup>21</sup>), a confirmação de uma cumplicidade

---

Correia Caldas tomara posse como novo Delegado do Governo no município, substituindo CN. Agradecemos a Paulo Miguel Rodrigues, a colaboração na identificação precisa das fontes onde se encontravam alguns destes dados sobre a ligação de CN ao PRP, em 1924-1925.

<sup>20</sup> Esta polémica foi gerada a partir de um artigo de CN, publicado no DN a 06-06-1934, em que o diretor do ADF, com base em documentação recentemente encontrada e divulgada na AHM, corrigia a identificação de uma pedra tumular exposta no Museu Regional, instituição que ocupava parte do Palácio de São Pedro, edifício que também acolhia o ADF e a Biblioteca Municipal que, então, CN procurava fundir. A tradição popular atribuía essa lápide, retirada da igreja da Madalena do Mar, a Henrique Alemão, figura lendária do século XV madeirense. O cónego Homem de Gouveia (também funcionário do museu), melindrado com a correção, vem então a público sustentar a versão lendária contra a que CN agora defendia, aproveitando a oportunidade para acusar a República, o ADF e o seu diretor de atentado contra o património da Igreja, nomeadamente no que dizia respeito aos registos paroquiais, a obras de arte existentes nas igrejas do arquipélago (e que se pretendia transferir para o museu), e também em relação ao saber de que a Igreja fora, durante séculos, a principal detentora e/ou legitimadora. Entre outros textos que integram esta polémica, ver: J.C.D.N, 06-06-1934, «Não é de Henrique Alemão a lage tumular exposta, como tal, no átrio do Palácio de São Pedro», p. 1; e *HOMEM*, 15-06-1934, «A pedra tumular de Henrique Alemão», p. 1.

<sup>21</sup> Na Madeira, a recusa da Igreja transferir os registos paroquiais para a tutela do Estado já fora anteriormente verbalizada, por exemplo, a 30-01-1924, nas páginas do *JM*, num artigo não assinado (mas muito provavelmente escrito por LVC, editor do jornal) e com o esclarecedor título «Não Concordamos. Registos Paroquiais Devem Permanecer nas Paroquias. É a resposta a dar ao ofício dirigido ao sr. governador civil do Funchal». Dando conta de que «O sr. dr. Julio Dantas, inspector das Bibliotecas e Arquivos, chamou a atenção do sr. ministro do Interior para a necessidade que ha de intensificar os serviços de incorporação, nos Arquivos do Estado, de todas as coleções documentais dispersas pelo paiz, e especialmente a dos livros de registo paroquial, anteriores aos ultimos cem anos», solicitando «igualmente que se pedisse aos governadores civis de diversos distritos, incluindo o do Funchal, que perante as comissões executivas dos municipios das sédes dos distritos, demonstrassem a vantagem, da criação dos respectivos arquivos que, creados pelo Estado, subvencionados pelas corporações administrativas e subordinados tecnicamente á Inspeção, recolhessem todas as riquezas documentais respectivas a cada distrito», o autor do artigo do *JM* opunha-se a essa medida republicana, alegando a ilegitimidade da apropriação de património da Igreja e das populações locais, o aumento injustificado de despesas decorrente da centralização dessa documentação nos arquivos do Estado, e a (em seu entender) zelosa conservação dos registos pelos párocos. A demora na fundação do ADF terá adiado para a década seguinte, na Madeira, o conflito entre a Igreja e o Estado, já latente em 1924,

que ameaçava o poder da Igreja e a sua influência sociocultural e política no arquipélago.

Logo em 1924, a colaboração de Nascimento com o PRP suscitou, como seria de esperar, violentas críticas de alguns dos seus antigos companheiros monárquicos do Nacionalismo Integral, acusando-o de traição e falta de honestidade político-ideológica. Entre estes, destacou-se Luiz Vieira de Castro, que nas páginas do *Jornal da Madeira* (periódico regionalista e monárquico, com forte ligação à Igreja, por si fundado em 1923) se baterá contra ideias defendidas por Nascimento no (republicano) *Diário de Notícias*, sem esconder a aversão que lhe causava a atual aproximação do seu ex-correligionário ao PRP.

A título de exemplo, recuperemos a polémica desencadeada pelo artigo de opinião «Nota á Margem», que, a 26-01-1924, Nascimento publicou no *Diário de Notícias*, criticando e desmontando a tese recentemente defendida por António Sardinha (e também partilhada por regionalistas insulares) de que os Açores e a Madeira seriam um reduto das mais íntegras tradições portuguesas, onde a suposta essência da portugalidade ainda se conservaria. Contrariando esta tese e encontrando argumentos na história passada da Madeira e em exemplos do presente, Cabral do Nascimento defendia que, bem pelo contrário, o resgate dessa origem pristina da portugalidade (isto é, o resgate de um passado primordial, tarefa que não podemos deixar de aproximar daquela que, afinal, é a do historiador) era inviável na Madeira, por se tratar de um território que, desde o povoamento inicial até à crescente hegemonia da indústria turística no século XX, sempre estivera sujeito a um processo de «desnacionalização», decorrente do contacto com diferentes povos, suas línguas e culturas, cujas marcas (ainda que fragmentárias ou adulteradas/aclimatadas) iam sendo paulatinamente integradas na cultura e nos hábitos madeirenses<sup>22</sup>.

Acusando o incómodo causado por este artigo assinado por um antigo colaborador do *Restauração*, mas que agora criticava um dos mais conceituados teóricos do Integralismo e desmontava uma das bases teóricas do próprio Regionalismo, Luiz Vieira de Castro replica, logo no dia seguinte. Serve-se das páginas do *Jornal da Madeira*, dando azo a uma acesa discussão com Nascimento, em que o espaço de embate se estendeu aos dois jornais aqui referidos. A polémica, centrando-se em várias questões relativamente às quais os dois intelectuais não estavam manifestamente de acordo (o perfil da identidade cultural madeirense, a legislação

---

pela guarda e conservação dos registos paroquiais – «Não Concordamos. Registos Paroquiais Devem Permanecer nas Paroquias [...]», 30-01-1924, p. 1.

<sup>22</sup> CABRAL, 26-01-1924, «Nota á Margem», p. 1.

do jogo, a importância do turismo para a Madeira, etc.), foi particularmente aguerida na acusação de traição (por parte de Vieira de Castro a Nascimento) e na autodefesa (por parte deste último) da legitimidade e da coerência identificáveis na sua recente aproximação aos republicanos<sup>23</sup>.

À crítica oriunda das hostes monárquicas insulares, juntar-se-ia, ao longo de 1925, a de certos setores extremistas do PRP que, na Madeira e no continente, viram com desconfiança e até repulsa, a aceitação de independentes com vínculos monárquicos (mais passados ou mais atuais) em órgãos dirigidos pelo PRP. Situação em que Nascimento, de facto, se encontrava e cuja polémica, ganhando maior intensidade nos meses de junho e julho de 1925, quer a nível nacional, quer a nível regional, terá contribuído, certamente, para a sua demissão do cargo de Delegado do Governo, apresentada pelo ex-monárquico a 16-06-1925, ao recém nomeado Governador Civil do Funchal.

A título meramente ilustrativo, leia-se a entrevista concedida por Pestana Júnior ao *Diário de Lisboa* e que, na Madeira, o *Diário de Notícias* transcreveu a 18-06-1925, significativamente na mesma página em que informava os seus leitores de que o novo Governador Civil do distrito não aceitara a demissão apresentada por Cabral do Nascimento dias antes. Tomando por título uma das afirmações do democrata radical madeirense – «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar» –, a entrevista a Pestana Júnior incidia sobre a leitura que este fazia do recente congresso do PRP e da eleição no novo diretório, mais moderado do que radical. Reconhecendo a existência de divergências entre republicanos e defendendo que, em 1925, estavam ainda «por fazer o Estado republicano, a finança republicana e o funcionalismo republicano», Pestana Júnior afirmava que a «esquerda democratica ou as esquerdas coligadas patentearam a sua força no Congresso», ainda que tivessem sido vencidas por aquela outra «parte que obteve sobre nós trezentos votos de maioria, na eleição do Directorio», colocando em causa, em seu entender, o projeto republicano democrático, pois havia o risco de fazerem «escudo com os conservadores»<sup>24</sup>. Neste caso, para Pestana Júnior,

---

<sup>23</sup> Na sequência do artigo de CN de 26-01-1924, ver: CASTRO, 27-01-1924, «Á Margem duma nota...», p. 1; CABRAL, 02-02-1924, «Ensaio para o estudo da desnacionalização da Madeira», p. 1; CASTRO, 03-02-1924, «Resposta a um Monóculo», p. 1; NASCIMENTO, 05-02-1924, «Resposta á Letra», p. 1; L. V. de C., 06-02-1924, «Ponto Final», p. 1; CABRAL, 09-02-1924, «Fechando parêntesis», p. 1; e CABRAL, 16-02-1924, «O dialecto madeirense», p. 1.

<sup>24</sup> «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, p. 1.

então ainda ministro, exigir-se-ia o debate já não de uma mera «questão política», mas antes de uma mais profunda «questão de fundamentos, de alicerces gerais dum regime» que, em sua opinião, fora entregue pelos próprios republicanos «nas mãos dos monárquicos, que teem tudo, que conquistaram as cidades, expulsando para as provincias os oficiais, o professorado, os magistrados republicanos»<sup>25</sup>. Uma situação que o levava a concluir, sem esconder o tom de ameaça: «Meia duzia de tiros na Rotunda podem levantar as massas populares. [...] Ou temos que governar de dentro para fóra, sendo govêrno, ou temos que caminhar em sentido contrario»<sup>26</sup>.

A polémica sobre estes acordos mais ou menos legítimos entre alguns membros do PRP e monárquicos, que, como demonstravam as palavras de Pestana Júnior, ameaçavam o projeto republicano e criavam sérias divisões internas no PRP, também ecoou na Madeira. Aqui ganha especial virulência na coluna «Política da Madeira» que o *Diário de Notícias* publicará na primeira página de várias edições de junho e julho de 1925, incluindo cartas abertas trocadas entre os ex-governadores Júlio Cabral e José Varela, o último dos quais fora responsável pela nomeação de João Cabral do Nascimento para o cargo de Delegado do Governo no final de 1924<sup>27</sup>. Movidas por «paixões políticas, exacerbadas por ressentimentos individuais», como acertadamente reconhecia José Varela<sup>28</sup>, estas cartas abertas não só confirmavam a existência dessas colaborações entre republicanos e monárquicos quando se tratava de órgãos ou decisões de política municipal e regional, como também evidenciavam o mal-estar que essas alianças (quase *anti natura*) e as polémicas por elas geradas (também na Madeira) criavam quer dentro do PRP nacional e do PRP regional, quer entre o PRP nacional e o PRP regional<sup>29</sup>. Razões mais do que suficientes para Cabral do Nascimento, à semelhança do que fizera em relação ao Nacionalismo Integral, desejar o afastamento das lides político-partidárias republicanas.

---

<sup>25</sup> «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, p. 1.

<sup>26</sup> «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, p. 1.

<sup>27</sup> Ver: CABRAL, 28-06-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», p. 1; VARELA, 01-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do Dr. José Varela», p. 1; CABRAL, 03-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», p. 1.

<sup>28</sup> VARELA, 01-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do Dr. José Varela», p. 1.

<sup>29</sup> Varela chega mesmo a afirmar existir uma «fúria com que em Lisboa se pretende destruir a sua [do PRP] organização, neste distrito, aliás já definitivamente fixada» – VARELA, 01-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do Dr. José Varela», p. 1.

## Da Fundação do Arquivo Distrital do Funchal (1925-1931)

Mas voltemos ainda à afirmação de Cabral do Nascimento de que, nos anos 1960 (e pese embora todo este passado), seria um *homem sem história*. Palavras que nos levaram a encetar a revisitação do seu multifacetado percurso bio-curricular que aqui vimos registando. Foquemo-nos, por agora, em dois dos muitos projetos editoriais e culturais que o intelectual madeirense empreendeu e que, sendo também destacados na carta de 1962 a Gaspar Simões, se relacionam inequivocamente com o tema que aqui nos ocupa: a Teoria da História em Cabral do Nascimento. Referimo-nos à revista *Arquivo Histórico da Madeira* e ao Arquivo Distrital do Funchal, de que foi, em ambos os casos, um dos fundadores e diretor, contando sempre, nessa dupla tarefa, com a colaboração do seu amigo de longa data, Álvaro Manso de Sousa (Funchal, 1896-1953), primeiro conservador do ADF, que, entre 1937 e 1948 (período durante o qual Nascimento se ausentou do Funchal por motivos que abaixo analisaremos), chegou mesmo a substituir o diretor do ADF.

Imagem 1. Caricatura de Ramon, alusiva ao lançamento do n.º 1 da AHM, com a legenda: «O Dr. João Cabral, da Associação dos Arqueólogos e cronista-mór destes reinos e Alvaro Manso, bravo guarda-mór do Arquivo da Torre ... aos Tombos, no momento histórico da Apresentação às massas, do Arquivo Histórico da Madeira.»



Fonte: RAMON e IVO, 07-07-1931, «Nas Garras do Re-Nhau-Nhau», p. 8.

O n.º 1 da AHM apresentou-se nos escaparates da ilha a partir de março de 1931, ainda com a chancela da Câmara Municipal do Funchal (CMF) e antes da constituição do ADF, instituição reclamada pela Madeira há vários anos (sobretudo depois que, em 1916, o Estado iniciou a criação da rede nacional de arquivos distritais e bibliotecas públicas, sob tutela da IGBA – Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos), mas que apenas seria formalmente criada a 30-07-1931, através do Decreto n.º 19952, e finalmente regulamentada pelo Decreto n.º 20690, de 30 de dezembro de 1931<sup>30</sup>. Ora, se é certo que, no ano seguinte, em entrevista publicada n’*O Jornal* a 22-06-1932 (o sucedâneo do *Jornal da Madeira* e já depois de apaziguados os desacertos que em 1924 haviam oposto Luiz Vieira de Castro a Cabral do Nascimento), o diretor do ADF assume que «Sim, essa publicação [a AHM] é, mesmo, o órgão do Arquivo Distrital”, os impasses, retrocessos e indefinições que marcaram a atribulada génese da nova revista acabariam por se replicar e, em certos momentos agudizar, ao longo dos mais de vinte anos em que Nascimento assumiu a sua direção.

Nesta entrevista de 1932, Cabral do Nascimento faz questão de relatar sumariamente (mas indicando datas e nomes com precisão) o percurso que conduziu ao surgimento do n.º 1 da AHM em março de 1931. Sublinha que este era um projeto editorial desejado por muitos e há muito tempo, nomeadamente por figuras marcantes da Historiografia madeirense como Álvaro Rodrigues de Azevedo (anotador do canónico volume II de *As Saudades da Terra*), ou pelo padre Fernando Augusto da Silva (um dos consagrados co-autores do *Elucidário Madeirense*, que em 1927, com Nascimento e outros madeirenses, seria eleito sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal<sup>31</sup>).

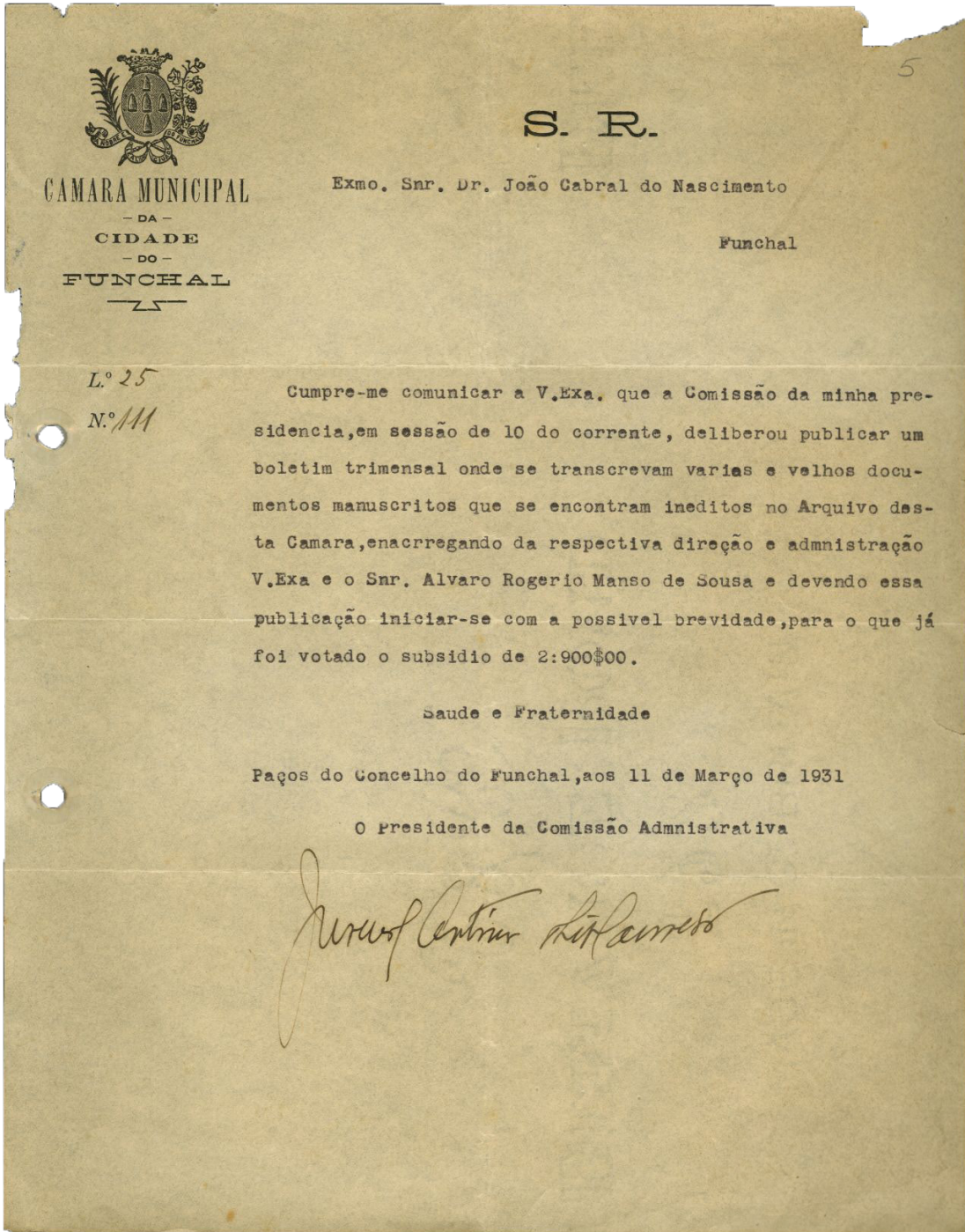
Contudo, não deixa também de referir as dificuldades internas que a concretização dessa aspiração madeirense havia tido nos anos mais recentes, as quais, porém, não o tinham inibido a si, a Álvaro Manso de Sousa e à CMF de avançar com a criação da AHM.

---

<sup>30</sup> MACEDO, 2012, «Nota Introdutória», p. IV. Da equipa inicial do ADF faziam parte: o diretor, João Cabral do Nascimento; o conservador, Álvaro Manso de Sousa; e o servente Leandro de Freitas – NASCIMENTO, 2012, *Coleção da Correspondência Oficial de João Cabral do Nascimento* [...], p. 7.

<sup>31</sup> A 09-11-1927, o DM noticiava que em «sessão magna da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, com sede em Lisboa, no histórico palácio dos Condes de Almada [...], foram nomeados sócios correspondentes da mesma colectividade, os distintos publicistas madeirenses srs. Padre Fernando Augusto da Silva, Tenente coronel Alberto Artur Sarmento, Major João dos Reis Gomes, Dr. João Cabral do Nascimento e Dr. Juvenal Henriques de Araújo, que ficaram constituindo a delegação nesta cidade» – «Sociedade Histórica da Independência de Portugal», 09-11-1927, p. 1.

Imagem 2. Ofício de 11-03-1931, destinado a Cabral do Nascimento e remetido pelo Presidente da Comissão Administrativa da CMF, encarregando-o e a Álvaro Manso de Sousa da «direção e administração» de «um boletim trimestral onde se transcrevam varios e velhos documentos manuscritos que se encontram ineditos no Arquivo desta Camara», «devendo essa publicação iniciar-se com a possivel brevidade»



Fonte: ABM, Arquivo Distrital do Funchal (ADFUN), Correspondência recebida (1931-1937), pt. 23, fl.5.



Esta era uma publicação que, como se esclarecia na secção «De Rebus Pluribus» do volume I, «não se destina[va] apenas aos eruditos, senão também a todas as pessoas a quem interessar o conhecimento da história dêste arquipélago»<sup>32</sup>; que, também por isso, colhera, desde os primeiros números já publicados, o interesse de vários setores da sociedade portuguesa e madeirense, assim como de leitores estrangeiros; que, dedicando-se a «assuntos históricos e arqueológicos», não descurava também os «artísticos e científicos»; e que assumia um inequívoco espírito arquivístico (de resto sublinhado no título), por ter como principal missão garantir que aí seriam «insertos e comentados os documentos de valor para a história da Madeira»:

«A **publicação duma revista** em que fossem **insertos e comentados os documentos de valor para a história da Madeira é uma ideia antiga**. Já o **anotador das «Saudades da Terra»** preconisara as vantagens dêsse elemento de cultura e divulgação das nossas fontes históricas.

“O **Elucidário Madeirense**” pela pena do seu distinto co-autor, **rev.º padre Fernando Augusto da Silva**, defendeu, também, igual necessidade [...] uma ideia que resistia, ao rodar dos tempos e das gerações [...]. Em **1925**, o então presidente da **comissão executiva da Junta Geral**, sr. dr. [Domingos Augusto] **Reys Costa**, propoz na sessão deliberativa de **13 de Novembro** que fosse inscrita no orçamento de todos os anos uma **verba de cinco mil escudos**, para “**subsidiar a publicação duma revista de investigação científica e estudos históricos, denominada de Arquivo da Madeira**”. Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**, estando presentes á sessão 31 procuradores, sob a presidência do sr. dr. Vasco Marques [...]. Em **14 de Outubro de 1930**, a **Camara Municipal do Funchal**, da presidência do sr. dr. **Juvenal de Carvalho**, resolveu **encarregar-/me e ao sr. Alvaro Manso de Sousa, de continuar o inventario e indices dos manuscritos encadernados ou avulsos do seu arquivo** (que remonta a 1470), deliberando também a **publicação duma revista**.

E, assim, poudeser-se já publicar, no passado ano de **1931, o 1.º volume com 4 fascículos**, todos **editados por aquele corpo administrativo**.

No princípio dêste ano, **estando já criado o Arquivo Distrital do Funchal, entendi que era este estabelecimento quem devia publicar a revista, como seu órgão, e para tal pedi autorização ao Inspector Geral, sr. dr. Julio Dantas**, que não a demorou, nem regateou louvores pela ideia [...].

Como as **despezas do Arquivo Distrital correm pela Junta**, reconheceu a digna comissão administrativa que **as da revista também o deveriam ser**, e assim espontaneamente o deliberou, **em sua sessão de 21 de abril**, resgatando desta maneira, com muito acêrto, o êrro cometido com a anulação do que fôra deliberado em 1925.

A revista, que se chama “**Arquivo Histórico da Madeira**”, sai quatro vezes por ano e cada ano forma um volume.

---

<sup>32</sup> NASCIMENTO, 1931, «De Rebus Pluribus», p. 48.

Ocupa-se não só de **assuntos históricos e arqueológicos**, mas também **artísticos e científicos** [...] tem sido **bem recebida** em toda a parte, quer **em Portugal**, quer no **estrangeiro**, e por **todas as correntes políticas** ... sem exceptuar o sr. D. Manuel de Bragança, que é hoje, em assuntos bibliográficos nacionais, uma autoridade de reconhecida competência. Até lhe direi que o “Arquivo Histórico” vai figurar na exposição da Imprensa que brevemente se realizará em Tiflis, capital da Geórgia da União da República dos Soviéticos!

Pormenor curioso: um terço dos assinantes, na Madeira, pertence à colónia estrangeira, principalmente inglesa»<sup>33</sup>.

A citação é longa, mas parece-nos justificável, pelos muitos pormenores que apresenta acerca da génese da AHM. Verifica-se, desde logo, que a revista desejada, mesmo antes de se materializar em 1931, oscilou entre a tutela da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAF) – que propôs a criação de uma revista com idêntico perfil, no ano em que Cabral do Nascimento desempenhava o cargo de Delegado do Governo no Concelho do Funchal<sup>34</sup> – e a da CMF, embora, perante as hesitações e recuos da primeira (sujeita às flutuações decisórias que as sucessivas mudanças governativas nos últimos anos da I República implicaram), tenha sido a segunda a avançar com a execução do projeto, delegando a empreitada em Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa, ambos, já então, a desenvolverem trabalho de organização e inventariação documental no arquivo municipal e, no caso de Cabral do Nascimento, quando a sua bibliografia incluía já vários trabalhos sobre história

<sup>33</sup> «O Arquivo Distrital [...]», 22-06-1932, pp. 1-2. Negritos nossos.

<sup>34</sup> A demissão de CN do cargo de Delegado do Governo ocorre em junho de 1925, e, segundo ele nesta entrevista, apenas em novembro de 1925 a JGDAF propusera que no orçamento de cada ano, constasse uma verba destinada à publicação da revista *Arquivo da Madeira*. Porém, o confronto desta entrevista com o ofício de 15-03-1934 por si enviado ao Presidente da Comissão Administrativa da JGDAF, verifica-se uma aparente inconsistência de datas: na entrevista de 1932, CN indica 13-11-1925 como data em que a «comissão executiva da Junta Geral [...]» propoz na sessão deliberativa [...] que fosse inscrita no orçamento de todos os anos uma verba de cinco mil escudos, para “subsidiar a publicação duma revista de investigação científica e estudos históricos, denominada de Arquivo da Madeira” – «O Arquivo Distrital [...]», 22-06-1932, p. 1. Contudo, o ofício de 15-03-1934 indica 13-02-1925 como a data em que «a Comissão Executiva da Junta Geral resolveu votar no orçamento ordinário para o ano seguinte», uma «verba de Esc. 5.000\$00» como forma de «subsidiar a edição do “Arquivo da Madeira”» – ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 46. Esta inconsistência que ainda não tivemos oportunidade de desfazer, consultando documentação existente no Fundo da Secretaria da JGDAF existente no ABM, coloca a hipótese de a deliberação da JGDAF quanto ao apoio à criação da revista ter ocorrido ainda durante o período em que CN fora Delegado do Governo no Funchal, situação que lhe conferiria certamente algum poder de influência junto daquele órgão administrativo. Se tivermos em consideração que, desde 1923, a colaboração de CN na imprensa periódica local (nomeadamente no *Correio da Madeira* e no DN) versava, frequentemente, sobre história e património madeirenses (ver antologia de textos dispersos de CN em: SALGUEIRO e RODRIGUES, 2015, *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II), não será totalmente descabido conjecturar que, já em 1925, CN tenha apoiado (ou até proposto) a criação dessa revista junto da JGDAF.

do arquipélago: artigos publicados na imprensa periódica madeirense, assim como o livro *Apontamentos de História Insular*, editado em junho de 1927 e entusiasticamente recebido pela crítica no Funchal, como se evidencia na recensão ao livro, publicada a 19-06-1927 no *Diário da Madeira*, então dirigido pelo consagrado João dos Reis Gomes e tendo como redator principal e editor o também destacado J. C. Baptista Santos, ambos localmente reconhecidos pelos seus interesses historiográficos e regionais/regionalistas. Referindo-se ao valor dos doze capítulos do novo livro do ainda jovem escritor madeirense, o crítico afirmava:

«leem-se todos, com maior aprazimento de espirito, não só pela clareza da exposição, pelo interesse que o assunto desperta sempre, pela força da dialectica, pela inteireza de investigação e de crítica, mas também pela belesa e elegancia da dicção e ainda pela notável correcção da linguagem.

**Os Apontamentos da História Insular constituem um valioso trabalho de investigação e críticas historiográficas, que ficam completamente integradas nos limites da bibliografia madeirense, ocupando nela um lugar do mais saliente e brilhante relevo. A leitura dêste livro passa a ser obrigatoria e indispensável a todos os que pretendam conhecer com certa profundidade a historia do nosso arquipélago, particularmente no periodo decorrido desde o seu descobrimento até aos fins do século quinze.**

Representa, sem possível contestação, um bom serviço prestado á historiografia madeirense, sendo muito para desejar que o seu distinto autor continue a consagrar os seus ocios ao estudo e ao cultivo da especialidade literária e scientifica, que tão auspiciosa e brilhantemente iniciou»<sup>35</sup>.

Apesar de ter nascido num contexto municipal e antes da fundação do ADF, a AHM, por proposta apresentada superiormente por Cabral do Nascimento após a criação do Arquivo Distrital, visando sobretudo um mais coerente enquadramento institucional da revista, passou a apresentar-se como órgão-boletim do ADF, a editar pela JGDAF. Tal transferência colheu o parecer favorável de Júlio Dantas, em nome da IGBA, e a concordância quer da CMF (que, em 1932, tinha como vice-presidente e vereador com o pelouro dos museus e bibliotecas, um amigo de longa data de Cabral do Nascimento: o artista plástico Francisco Franco<sup>36</sup>), quer da própria Junta

---

<sup>35</sup> «Bibliografia. "Apontamentos de História Insular" de João Cabral do Nascimento», 19-06-1927, p. 1. Negritos nossos.

<sup>36</sup> Para além de, em 1926, terem editado, em conjunto, *Descaminho* (um livro que reunia poesia de CN e xilografuras de Francisco Franco), ambos os autores integraram, desde a década de 1910, o grupo que César Pestana, em 1952, apelidou de *Os Artistas Independentes*, mas cuja designação (como tivemos já oportunidade de demonstrar) talvez apenas tenha sido assumida pelos próprios cerca de 1923, ano em que alguns dos artistas que integravam o grupo funchalense promoveram, com outros, o *Salão dos Cinco Independentes* na Sociedade Nacional de Belas Artes – SALGUEIRO, 2022, «João Cabral do Nascimento: um Autor Contemporâneo Apagado de um Certo Retrato de Família», pp. 282-286. Para além disso, a 08-09-1928, CN casa com Maria Franco, sobrinha de Henrique e Francisco Franco.

Geral, instituição que, por lei, devia suprir o pagamento de todas as despesas do ADF, incluindo também, a partir de então, as inerentes à edição da sua revista-boletim.

Porém, a consulta dos primeiros nove volumes da AHM, editados sob direção de Cabral do Nascimento, mostra claramente o que também se pode confirmar através da leitura da correspondência trocada, nesses mesmos anos (1931-1954), entre a direção do ADF e a JGDAF e entre aquela e a IGBA. Apesar do interesse manifestado pelos leitores e pelos autores que iam colaborando na revista (entre os quais se destacavam personalidades de diversas áreas, cujo prestígio regional, nacional e internacional valorizava a publicação<sup>37</sup>), a periodicidade da AHM foi bastante irregular. Uma situação que muitas vezes afligiu o seu diretor e que se ficou a dever, sobretudo, ao não cumprimento das obrigações financeiras que, por lei e por acordo prévio, a JGDAF devia ao ADF. Na verdade, apesar das insistentes reclamações de Cabral do Nascimento, a JGDAF raramente transferiu para o ADF as verbas necessárias ao custeamento da impressão da revista. Uma situação que exigiu a suspensão da sua publicação por diversas vezes e, *in extremis*, que o seu diretor tivesse de recorrer de novo à CMF e até a Junta de Educação Nacional, procurando financiamentos que suprissem os custos da edição da AHM e evitassem, assim, constrangimentos orçamentais na gestão ordinária do ADF ou o próprio fim da sua revista.

### **Dos Atropelos à Direção do ADF I: As Limitações Financeiras**

Entre muita outra documentação que atesta as dificuldades com que Cabral do Nascimento teve de lidar quotidianamente no ADF e os atropelos a que a sua direção esteve sujeita ao longo dos mais de 20 anos em que exerceu o cargo, vejamos a carta

---

A identificação deste último como vice-presidente da CMF e como vereador dos museus e bibliotecas surge em «Camara Municipal do Funchal. Principais Melhoramentos Realizados», 22-06-1935, pp. 20-22.

<sup>37</sup> Ver em vários volumes, a colaboração de, entre outros autores de prestígio: o Padre Fernando Augusto da Silva, sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses; A. da Rocha Madahil, conservador da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Manuel de Almeida Zagalo, do Conselho Superior de Belas Artes; Diogo de Macedo, diretor do Museu Nacional de Arte Contemporânea; ou Ernesto Gonçalves, autor e investigador respeitado na Madeira. No volume IX, CN decidiu «reproduzir algumas das cartas [...] dirigidas por individualidades de marcada evidência em Portugal e no estrangeiro e referentes à ação cultural desenvolvida nas colunas do *Arquivo Histórico da Madeira*»: Afrânio Peixoto, académico brasileiro com assento na Academia Brasileira de Letras; o lusófilo britânico, Edgar Prestage; Alfredo Pimenta, intelectual português com uma página regular no *Diário de Notícias* de Lisboa; e Alberto da Veiga Simões, escritor que fez parte do grupo modernista de Coimbra nos anos 1910 (em que CN também participou) e que, enveredando, mais tarde, pela carreira diplomática, representou Portugal em Berlim entre 1933 e 1940, ano em que Salazar o afastou de funções, sob acusação de, na Alemanha, se opor ao regime Nazi, conspirando contra as políticas por ele seguidas.

que, logo a 12-03-1934, Cabral do Nascimento escrevia ao «Exm.º Sr. Presidente da Junta de Educação Nacional» (JEN), expondo as difíceis condições financeiras em que se encontrava o ADF e que tornavam «forçoso [...] suspender a publicação do seu boletim», apesar de este ser «distribuído por muitas bibliotecas e estabelecimentos científicos do país e do estrangeiro»<sup>38</sup>. Tendo em consideração que uma das missões da JEN era «promover ou subsidiar publicações de carácter científico» e «auxiliar “publicações destinadas a tornar conhecida fora do país a cultura portuguesa” [...] [entre as quais] revistas”», o diretor do ADF tomava a «liberdade de pedir» ao presidente da JEN que este «se dign[asse] informa[-lo] das possibilidades actuais dêsse organismo [a JEN] [...] habilitar a Direcção dêste estabelecimento [ADF] a solicitar um subsídio de Esc. 2.500\$00 destinado a continuar a publicação do “Arquivo Histórico da Madeira” até à aprovação pela Junta Geral do Funchal do seu orçamento de ano económico de 1934-35»<sup>39</sup>. Em sua opinião, o alcance nacional e internacional da revista justificava-o.

Não pudemos até agora confirmar se este apoio da JEN foi concedido ao ADF. Sabemos, porém, que o volume IV da AHM teve uma edição irregular, bienal (1934-1935) e não anual como era ordinário, incluindo apenas três fascículos e não constando nele qualquer referência à JGDAF como entidade editora. Para além disso, o primeiro fascículo do volume IV inclui uma nota final aos leitores, esclarecendo o carácter excepcional desse volume e acrescentando: «Devido à irregularidade da publicação, não se aceitam assinaturas anuais, sendo cada fascículo vendido avulso ao preço de 8\$00»<sup>40</sup>. Uma decisão que, embora correta para com os leitores, terá agravado a situação financeira da AHM: a partir de então, a revista deixava de poder contar com os pagamentos antecipados das assinaturas anuais que, certamente, aliviariam, ainda que temporariamente, o rombo existente nas contas da revista e, conseqüentemente, nas do ADF.

Não surpreende, portanto, que na abertura do volume IX, em 1951 (ano em que a AHM completava o seu «Vigésimo Aniversário»), Nascimento fizesse um breve balanço (quase a adivinhar que esse seria o último volume sob sua direção), não deixando de assinalar que: (1) foi «em Março de 1931 [...] que apareceu o primeiro fascículo do primeiro volume» da revista, «por iniciativa de João Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa (mais tarde nomeados funcionários do Arquivo Distrital do Funchal) e a expensas da Câmara Municipal deste concelho»; (2) embora a «revista (órgão, desde 1932, do Arquivo Distrital) tivesse interrompido a sua publicação durante alguns anos, a verdade é que, por deliberação da Câmara Municipal, foi ela

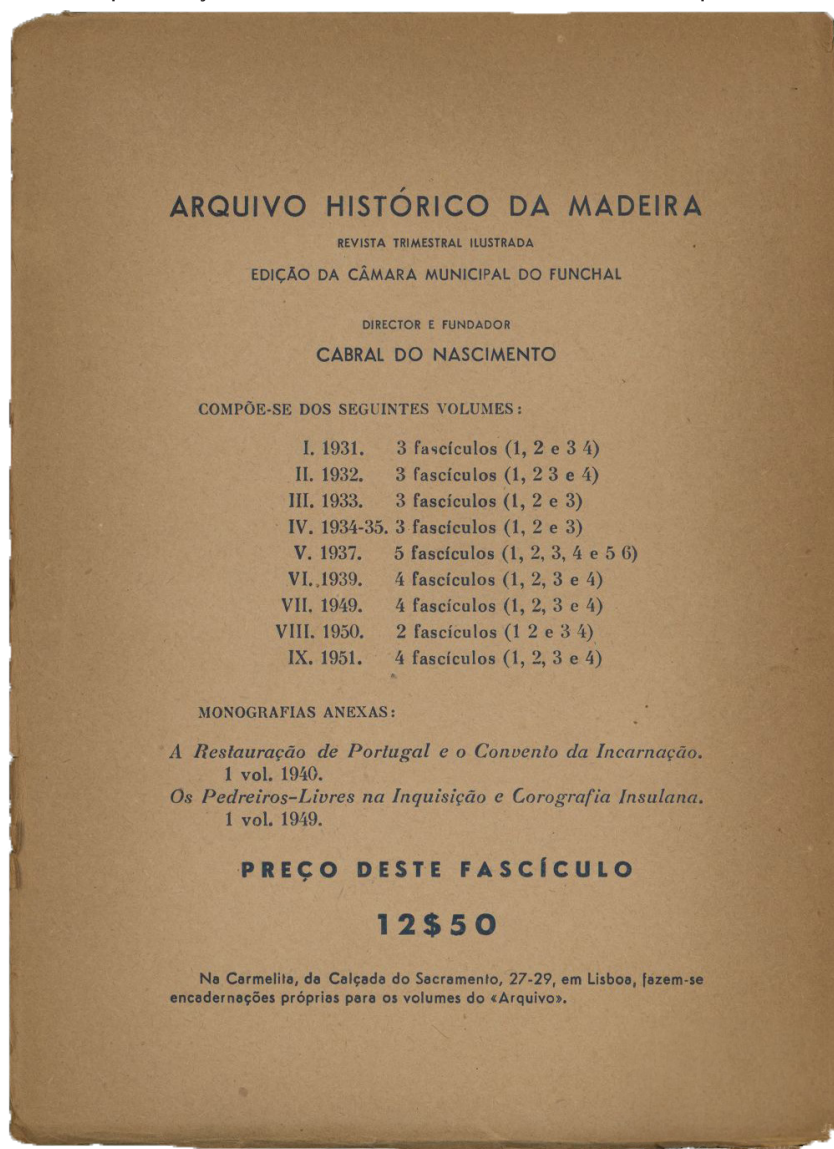
<sup>38</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 45.

<sup>39</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 45.

<sup>40</sup> NASCIMENTO, 1934-35, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, s.p.

recomeçada em 1949», continuando a publicar «documentos, artigos, comentários e estampas de inegável interesse para a história política, artística e científica do arquipélago»; e (3), que «foram os fascículos do 1.º volume do *Arquivo Histórico da Madeira*» (em grande medida resultantes do trabalho que Cabral do Nascimento e Álvaro Manso desenvolviam no arquivo municipal) que «provocaram a criação do Arquivo Distrital do Funchal»<sup>41</sup>.

Imagem 3. Última página do volume IX da AHM, dando conta dos volumes já editados e dos respectivos anos de publicação, tornando assim evidentes os anos em que a revista foi suspensa.



Fonte: NASCIMENTO, 1951, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, p. 257.

<sup>41</sup> NASCIMENTO, 1951, «Vigésimo Aniversário», pp. 5 e 9.

O índice dos nove volumes publicados até 1951 (a que se juntam duas «Monografias Anexas» à AHM, datadas de 1940 e de 1949<sup>42</sup>) demonstra essa mesma irregularidade de publicação, sendo que, até 1951, a responsabilidade editorial apenas é atribuída à JGDAF no volume III, referente ao ano de 1933. Suspensa em 1936, em 1938, nos anos 1940 a 1948 (inclusive) e, de novo, após 1951<sup>43</sup>, a responsabilidade editorial do boletim foi quase sempre atribuída à CMF: o ADF apenas surge como editor em 1932, sendo que os volumes IV e V não indicam entidade editora, referindo apenas que a AHM era o órgão do ADF; e é à CMF que são atribuídos os créditos de edição nos volumes I (1931), VI (1939), VII (1949), VIII (1950) e IX (1951).

Por outro lado, a consulta do fundo do Arquivo Distrital do Funchal (ADFUN), hoje à guarda do seu sucedâneo Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), leva-nos ao encontro de múltipla documentação que evidencia a existência de uma constante tensão (ora mais explícita, ora mais latente) entre a JGDAF e o diretor do ADF, desde os primeiros anos da existência deste arquivo até à data em que o seu diretor vitalício se demitiu<sup>44</sup>. Os motivos para essa tensão foram diversos.

Houve-os de ordem financeira, na medida em que, como já referimos, a JGDAF, contrariando a lei, nem sempre transferiu para o ADF as verbas suficientes para pagamento das despesas correntes da instituição e, menos ainda, as que decorriam da edição do seu boletim. Uma situação que motivou constantes reclamações de Cabral do Nascimento, quer junto da JGDAF, quer da IGBA. Por exemplo, em ofício datado de 15-03-1934, enviado ao Presidente da Comissão Administrativa da Junta, o diretor do Arquivo, sugerindo que a JGDAF «poderia incluir, no próximo orçamento ordinário» uma «verba de Esc. 5.000\$00», igual à que em «13 de Fevereiro de 1925, a Comissão Executiva da Junta Geral resolveu votar no orçamento ordinário para o ano seguinte», como forma de «subsidiar a edição do “Arquivo da Madeira”, revista que não chegou a sair»<sup>45</sup>, acrescentava:

---

<sup>42</sup> NASCIMENTO, 1940, *A Restauração de Portugal e o Convento da Incarnação*; e NASCIMENTO, 1949, *Os Pedreiros-Livres na Inquisição e Corografia Insulana*.

<sup>43</sup> O volume X só seria publicado em 1958, já sob direção de José Pereira da Costa, o novo diretor do ADF, nomeado em 1954.

<sup>44</sup> Ver compilação e transcrição semi-diplomática realizadas por Laureano Secundino Ascensão de Macedo, respeitantes aos ofícios expedidos quer pela JGDAF, quer pelo ADF e que se conservam no ABM, em NASCIMENTO, 2012, *Coleção da Correspondência [...]*, pp. 7-92.

<sup>45</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fls. 45v-46. *Arquivo da Madeira*, como já vimos, foi o título que, em 1925, se equacionou atribuir a uma revista que se queria editar no Funchal, a expensas da JGDAF.

«Em Fevereiro de 1932 resolveu a direcção dêste Estabelecimento continuar publicando uma revista de investigação científica, iniciada e até então editada pela Câmara Municipal do Funchal. Ficaria sendo um boletim-órgão dêste Arquivo Distrital, mantendo-se a mesma orientação e **inserindo-se, de preferência, documentos inéditos incorporados neste Arquivo, com notas e comentários, além de artigos sôbre história, arqueologia, arte, etnografia, etc., tudo acompanhado de gravuras e impresso em bom papel nacional** [...].

Aconteceu, porém, que em vez de ter sido votada uma verba especial para custear os encargos da edição, foram estes, pelo contrário, sendo satisfeitos pela verba de expediente (5.325\$80) da dotação anual dêste Estabelecimento. Como dessa mesma verba se pagam tôdas as contas de papel, tinta de escrever, impressos, encadernação de manuscritos, latas de insecticidas, artigos de limpeza, transporte de livros paroquias e até contas da mudança do Arquivo para o Palácio de S. Pedro – nas quais se incluiu nova instalação eléctrica e enceramento do soalho – é evidente que a referida verba de expediente, já de si escassa, não podia deixar de encontrar-se, nesta altura do ano, quási esgotada, tanto mais que haviam ficado, do ano anterior, alguns fascículos do aludido boletim em dívida.

Nestas condições, é impossível continuar a publicação da revista, não só porque ela absorve a importância destinada ao expediente do Arquivo Distrital, como também porque não foi ainda pago o último número da revista nem uma parte do penúltimo»<sup>46</sup>.

E já em 28-04-1952 (ou seja, quando, de novo, se antevia a suspensão da revista), em ofício uma vez mais enviado ao presidente da JGDAF, Nascimento escrevia:

A revista “Arquivo Histórico da Madeira”, iniciada em 1931, tem sido publicada ora pela Câmara do Funchal ora pela Junta Geral do Distrito.

Sendo, desde 1932, órgão do Arquivo Distrital, parece-me que deveria ser editada por este mesmo Estabelecimento, cujas despesas de instalação e manutenção estão a cargo dessa Junta Geral nos termos do Dec.-Lei n.º 31095. Não havendo, porém, na respetiva dotação, rubrica onde se possa incluir esta actividade, tenho a honra de solicitar para o assunto a esclarecida atenção de V. Ex.<sup>a</sup>, sugerindo a votação anual dum subsídio de importância de 25 contos (despesa em que vem importando, mais ou menos, a publicação de quatro fascículos de cada volume) ao abrigo do art.º 24 n.ºs 6 e 11 do referido Estatuto dos Distritos Autónomos, considerando que o Arquivo Distrital tem uma função cultural como lhe é reconhecido pelo art.º 41 do Dec. 19.952 de 30-7-1931, que diz: “Os estabelecimentos dependentes da Inspeção (das Bibliotecas e Arquivos) poderão publicar os inventários, registos ou índices das suas espécies, bem como os manuscritos das suas colecções”.

Como ainda não saiu nenhum número este ano, e convindo manter o interesse que o público dispensa ao “Arquivo Histórico da Madeira”, tomo a liberdade de pedir a V. Ex.<sup>a</sup> a inclusão das aludidas verbas no próximo orçamento suplementar.<sup>47</sup>

<sup>46</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fls. 45v-46. Negritos nossos.

<sup>47</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 401-402.



Imagem 4. Fotografia de uma exposição de «manuscritos artísticos e antigos» do Arquivo Distrital do Funchal, realizada entre 21 e 24 de novembro de 1940, na sala de leitura da Biblioteca Municipal do Funchal (Palácio de São Pedro, onde também se situava o ADF e o Museu Regional) e promovida no âmbito das Comemorações dos Centenários da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência<sup>48</sup>



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Foto Figueiras, cx. 7, n.º 17, n.º de inventário PHF/1051.

Contudo, para além das questões financeiras que parecem nunca ter sido ultrapassadas, existiram outras relacionadas com o funcionamento e a orgânica institucional, assim como com as instalações do ADF, sendo que, nestes casos, como veremos de seguida, os verdadeiros motivos dos desacertos entre o diretor do Arquivo e a presidência da Junta Geral parecem ter ultrapassado claramente o

<sup>48</sup> «Festas Centenárias na Biblioteca Municipal. Exposição de manuscritos artísticos e antigos», 13-11-1940, p. 1. A preocupação em divulgar a documentação à guarda do ADF esteve sempre presente na ação conjunta de CN e Álvaro Manso de Sousa, fosse através da AHM, fosse em iniciativas como esta exposição. E como fica claro no ofício datado de 15-03-1934, enviado ao Presidente da Comissão Administrativa da Junta e anteriormente citado, essa divulgação não negligenciava nem aquilo que era património artístico, nem o cuidado estético com que o davam a conhecer. Ver, por exemplo, a crescente inclusão de desenhos e fotografias de objetos artísticos nos fascículos da AHM. Na divulgação no DN desta exposição de 1940, sublinha-se que o valor artístico de alguns dos livros apresentados foi um dos critérios da seleção.

âmbito da relação institucional que entre si existia. Antes terão sido determinados (ou pelo menos amplificados) por conflitos de interesses locais (por exemplo, o desenvolvimento turístico e a modernização dos espaços urbanos da ilha *versus* o respeito e a preservação de património cultural e histórico) e/ou por disputas de poder (por exemplo, entre a Igreja e o Estado republicano ou entre o poder económico e o poder dos pequenos organismos do Estado, como era o ADF).

### **Dos Atropelos à Direção do ADF II: Condicionantes do Funcionamento, Indecisões da Orgânica Institucional e Prorrogação do Caráter Provisório e Precário das Instalações do ADF**

Quer enquanto cidadão com forte intervenção crítica no espaço público madeirense desde a década de 1910, quer enquanto correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses desde janeiro de 1931 e diretor do ADF, *de iure*, desde fevereiro de 1932, Cabral do Nascimento não podia deixar de se pronunciar acerca dessas situações, que atentavam ao respeito pela lei do Estado e pela instituição que ele dirigia e punham em risco o património insular que lhe merecia o maior respeito<sup>49</sup>.

Na verdade, a tensão entre Cabral do Nascimento, por um lado, e, por outros, a Igreja, certo poder político e administrativo e alguns interesses económicos ligados à indústria turística antecipou a fundação do ADF, registando-se desde os anos 1910, umas vezes assumindo um carácter mais pessoal, outras uma feição mais corporativa. Contudo, medidas entretanto tomadas quer pela Igreja (em defesa do seu protagonismo na sociedade madeirense e contra a ação do ADF que, executando as leis da República, de algum modo o ameaçava), quer por órgãos de poder político e administrativo (desde o início do século XX, apostados em políticas de *melhoramentos* do Funchal que rapidamente tornassem a capital da ilha um apetecível e moderno destino turístico), e cujos membros muitas vezes zelaram, com especial cuidado, dos interesses pessoais que tinham nesse mesmo setor, pondo em causa a defesa e a preservação do património histórico e cultural do arquipélago, que ao diretor do ADF, por convicção pessoal e pelas funções que desempenhava, cabia assegurar.

---

<sup>49</sup> A 05-02-1932, tomavam posse: Álvaro Manso de Sousa, como conservador; e Leandro de Freitas Jardim, como servente. A 20-01-1932, o Ministro da Instrução Pública faz publicar o despacho que cria o cargo de diretor do ADF, que, a 26-02-1932, viria a ser formalmente ocupado por CN, a quem foi dada posse no Governo Civil do Distrito Autónomo do Funchal, a pedido do Inspetor Geral da IGBA que, impedido de se deslocar à Madeira para esse fim, delegou no governador civil esse ato formal – MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», p. vi.

Imagem 5. Fotografia de um grupo de professores da Escola Industrial do Funchal (15-06-1931), incluindo Cabral do Nascimento e tirada no ano em que a AHM era lançada. Primeira fila, da esquerda para a direita: Dr. José Marcelino de Freitas Ribeiro; Dr. Álvaro Reis Gomes (sub-diretor); Pintor Alfredo Vital Migueis; Major João dos Reis Gomes (diretor); Pintor Henrique Franco de Sousa; (não identificado); e Dr. Manuel Domingos Gouveia de Freitas. Segunda fila, de pé, da esquerda para a direita: (não identificado); Sr. Manuel, professor da disciplina de embutidos; Dr. Luís Bettencourt da Câmara; João Cabral do Nascimento; Dr. Juvenal Araújo; (não identificado); (não identificado); e Jorge Ascensão de Freitas.



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Photographia Vicente, cx. 293, n.º 14, n.º de inventário VIC/21529.

No que à Igreja diz respeito, Laureano Secundino Ascensão Macedo, de forma detalhada, dá conta da *guerra aberta* que, logo após a fundação do ADF, caracterizou o relacionamento da sua equipa (e em especial do seu diretor) com párcos locais, com altas figuras da Igreja e, por contágio, com a Santa Casa da Misericórdia do Funchal que, à data, tinha entre os seus dirigentes «membros vinculados à Diocese do Funchal»<sup>50</sup>. Duas situações potenciaram especialmente o agravamento desses atritos.

<sup>50</sup> Sobre a situação conflituosa do ADF com a Igreja na década de 1930, ver MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. xv-xxii.

Por um lado, a atribulada transferência dos registos paroquiais para o ADF, já adivinhada, na Madeira, pelo menos desde 1924, quando (como acima referimos) os jornais católicos da ilha começaram a publicar opiniões contrárias à letra da lei, contribuindo para atear o rastilho da tensão que, na década seguinte e à semelhança do que aconteceu em outros distritos do país, se tornaria explosiva. Na verdade, não raras vezes foi necessário recorrer à intervenção do Governador Civil, da polícia, do Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos, entre outras entidades e instituições, para tentar ultrapassar a aparente insolubilidade desses conflitos e até sustentar a violência da oposição da Igreja e das próprias populações locais (facilmente manipuladas pela influência dos seus párocos) à equipa do ADF (Cabral do Nascimento, Álvaro Manso de Sousa e Leandro de Freitas Jardim), a quem cabia executar a lei republicana. Esta, fiel ao princípio da laicidade do Estado e consciente da impraticabilidade de um sistema de arquivo documental do Estado exclusivamente central, criou, a partir de 1915, uma rede de arquivos nas sedes dos distritos do país, exigindo que fossem transferidos para esses organismos estatais os registos paroquiais, entre outros documentos de interesse público, que então ainda se encontravam na posse da Igreja.

Desta contenda, o próprio Cabral do Nascimento dá conta aos leitores da AHM, no volume III de 1933. Na secção «De Rebus Pluribus» de um dos fascículos deste volume, transcreve parte «dum relatório enviado ao Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos pelo Director do Arquivo do Funchal, para cumprimento do art. 33 do Decreto n.º 19.952», em que há referência a «alguns núcleos documentais recolhidos neste estabelecimento» e onde denuncia precisamente os problemas gerados pela incorporação dos registos paroquiais:

«Para cumprimento do Dec. 1630 de 9 de Junho de 1915, enviei uma circular aos Párocos das 50 freguesias da Diocese, requisitando os livros existentes naquelas igrejas e anteriores ao período de cem anos.

Nestas diligências encontrei grande número de obstáculos. A maioria dos detentores dos livros opunha-se à sua entrega, alegando que estes eram propriedade única e exclusiva da Igreja. Ao respectivo Prelado tinha eu remetido um ofício [...] no qual lhe pedia exortasse os vigários das freguesias a não porem embargos à incorporação legal. Esse ofício não teve resposta.

.....  
Nesta altura o *Jornal*, órgão oficioso da mitra, publicou algumas considerações impertinentes, contestando a legitimidade da recolha dos livros e induzindo a opinião pública a ver nisso um[a] perseguição à igreja católica. Com data de 23 de Junho de 1932 enviei para os jornais uma nota oficiosa, esclarecendo devidamente o caso e anulando insinuações.

Dias depois comecei a incorporação, que alguns párcos, de manifesta má vontade, classificavam de extorsão entregando-me protestos escritos e baseados numa norma que lhes fôra remetida pelo R.do Vigário Geral. Não obstante haverem dito que a guarda da igreja era a “única segura e prudente” todavia muitos tomos achavam-se no mais ruinoso estado. De alguns cartórios paroquiais haviam desaparecido livros que os seus detentores prestavam, com pasmosa facilidade, a algum já falecido curioso de genealogias»<sup>51</sup>.

E num outro ofício de 10-08-1935, desta vez remetido pelo diretor do ADF ao Governador Civil do distrito do Funchal, Nascimento participava o comportamento ilegal, violento e até caricato tido no dia anterior pelo pároco da freguesia de São Vicente, quando o ADF a esta se dirigiu para «recolher, nos termos do Dec. 1630, de 9 de Junho de 1915, alguns livros do registo paroquial [...] que não poderam ser abrangidos na diligência ali efectuada em 28 de Setembro de 1932», relatando o seguinte:

«o respectivo pároco, Padre António Pinto da Silva, atreveu-se a sonegar os referidos livros, que são propriedade do Estado, declarando na presença de testemunhas Dr. Conservador do Registo Civil daquele concelho; Tenente João Carlos de Sousa; escrivão José Maria Vieira; Carlos João de Sousa e muitas outras pessoas, que não só os não entregava como não dizia onde êles se achavam guardados.

Recorri então ao Administrador do Concelho para que esta autoridade me acompanhasse na busca que pretendia realizar.

Entretanto o pároco dirigiu-se à Igreja, onde julgo que se encontram os livros, e fechou a porta, ao mesmo tempo que, pela sua atitude espectacular e inconveniente, parecia querer incitar a população contra os funcionários presentes, o que foi confirmado pelas testemunhas já nomeadas.

Não querendo empregar violências e desejando evitar qualquer motim que a conduta daquele sacerdote fazia esboçar, resolvi desistir, por ora, do cumprimento da lei e expor a V.Ex.<sup>a</sup> êstes gravíssimos factos, que se prendem com a ordem pública e atentam contra o prestígio das autoridades civis e das leis da República Portuguesa»<sup>52</sup>.

Segundo Ascensão Macedo, «quase todas as paróquias da diocese se manifestaram em unísono contra a política de transferências de registos paroquiais para o ADF, referente à documentação anterior a 1860», tendo respondido à circular do ADF que, a 01-08-1932, requeria a entrega dessa documentação com uma mesma minuta, sujeita a pequenas adaptações, revelando, assim, tratar-se de uma ação concertada e orquestrada superiormente.

Outra situação que agudizou a querela já existente entre o ADF e a Igreja (que entendemos estar intimamente relacionada com a disputa pelos registos paroquiais) foi a interrupção da colaboração (e confiança) entre a equipa do ADF e a Santa Casa da Misericórdia que, sobretudo depois de 1931 (ver Imagem 6), se havia instituído.


<sup>51</sup> NASCIMENTO, 1933, «De Rebus Pluribus», pp. 63-64.

<sup>52</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 37-38.

Imagem 6. Ofício datado de 17-10-1931, enviado pelo Presidente da Comissão Administrativa da JGDAF a CN, nomeando-o e a Álvaro Manso de Sousa como responsáveis pela catalogação dos livros e documentos existentes no arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, entretanto «oferecido[s]» ao Arquivo Distrital

5 10

**SERVIÇO DA REPÚBLICA**

  
JUNTA GERAL  
DO  
FUNCHAL

Ex.<sup>mo</sup> Snr. .... Dr. João Cabral do Nascimento .....

L.<sup>o</sup> 3<sup>o</sup>  
N.<sup>o</sup> 1744

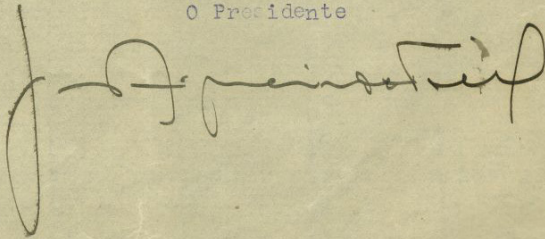
Tendo a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia desta cidade oferecido ao Arquivo Distrital tudo o que compunha o arquivo daquela Casa, com a condição desta Junta Geral nomear dois peritos que catalogassem em duplicado todos os livros e documentos nêle existentes, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que a Comissão Administrativa a que presido nomeou V. Exa. e o Snr. Álvaro Manso para o referido fim.

Cumpre-me informar V. Exa. que o original deve ser entregue á Comissão Administrativa da Santa Casa.

Saude e Fraternidade

Junta Geral do Funchal, IV de Outubro de 1931

O Presidente



Fonte: ABM, ADFUN, Correspondência recebida (1931-1937), liv. 1, p. 5.

Ascensão Macedo nota que, na verdade, em 1933, já depois de a AHM publicar o «inventário do fundo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal», em que Cabral do Nascimento e Álvaro Manso de Sousa vinham trabalhando desde 1931<sup>53</sup>, «o provedor da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, Cónego Manuel Camacho», acusando uma forte indisposição relativamente à transferência, para um organismo do Estado, de documentação (da Misericórdia e das paróquias) que, até então, sempre estivera sob a alçada de elementos da Igreja, «requereu a devolução do “códice ou catálogo dos documentos do Tombo e Arquivo desta Misericórdia”, alegando que “a falta d’esse catalogo ou códice pode[ria] causar prejuízos e sérios embaraços á vida administrativa d’esta Santa Casa”»<sup>54</sup>. Perante a recusa da devolução por parte do diretor do ADF, que considerou aquela exigência «absolutamente extemporânea», o provedor, em «retaliação», enviou para Lisboa, o valiosíssimo «fundo da Escola Médico-Cirúrgica do Funchal» de que a Misericórdia era «detentora», em condições que Júlio Dantas considerou completamente inadequadas, mas cujas espécies, depois de devidamente acondicionadas, o Inspetor Geral das Bibliotecas e Arquivos se encarregou de reencaminhar para a Madeira, para que aqui ficassem à guarda, conservação e estudo do ADF<sup>55</sup>.

Portanto, como bem refere Ascensão Macedo, na década de 1930, entre o ADF e a Diocese do Funchal, instalou-se «uma brecha que conduziu ao desgaste de relações» não só entre as duas instituições, mas também entre Cabral do Nascimento e algumas das mais altas individualidades do catolicismo madeirense<sup>56</sup>. Uma acrimónia que, após 1932, dados o poder e o ângulo de influência da Igreja no arquipélago, rapidamente se estendeu a outras figuras dominantes da sociedade madeirense com ligação a setores religiosos, políticos e económicos, acabando por ter impacto negativo no desempenho do diretor do ADF e, consideramos nós, na consolidação de um conceito de História (sem verdades absolutas, sem heróis perfeitos, fragmentária e em permanente reelaboração) que desde muito cedo se manifestara no seu pensamento e na sua escrita.

No que diz respeito ao turismo, setor que os poderes político e económico madeirenses, desde o início do século XX, assumiam como inquestionável pedra angular para o desenvolvimento do arquipélago, as reservas de Cabral do Nascimento remontam, de facto, a um período anterior à fundação do ADF, apesar de, em 1925,

---

<sup>53</sup> MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. v-vi.

<sup>54</sup> MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», p. xxi.

<sup>55</sup> MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. xi-xii.

<sup>56</sup> MACEDO, 2021, «Nota Introdutória», pp. xv-xvi.

ter sido eleito como secretário da Associação de Turismo da Madeira (provavelmente enquanto Delegado do Governo)<sup>57</sup> e de, em 1937, já na qualidade de Diretor do ADF e *malgré lui*, ter integrado o Conselho de Turismo da Madeira e aí ter sido eleito como secretário deste órgão consultivo da Delegação de Turismo da Madeira<sup>58</sup>.

Recentemente criada pelo Ministério do Interior, no âmbito do Conselho Nacional de Turismo, através do Decreto-lei n.º 26:980 de 05-09-1936, que também classificava o arquipélago da Madeira como «estância de turismo», a Delegação de Turismo da Madeira tinha por missão «disciplinar e fiscalizar» o setor, nomeadamente aqueles que «em detrimento do turismo, se obstin[ass]em em viver fora da lei» e colocassem em causa o proveito de uma «estância da categoria do Funchal»<sup>59</sup>. Era constituída por um «presidente de livre escolha, nomeação e destituição do Ministério do Interior, exerce[endo] as suas funções como delegado do Govêrno»; por um secretário e um tesoureiro, representando «na Delegação, respectivamente, o Conselho Nacional de Turismo e o Conselho de Administração de Jogos», ambos também «nomeados e destituídos pelo Ministro do Interior, sob proposta dos organismos representados»; e por um Conselho de Turismo, «órgão auxiliar de colaboração e consulta» do presidente da Delegação, onde estariam representadas várias instituições e organismos insulares (a Capitania do Porto, a Junta Autónoma das Obras do Porto, a Alfândega, a Direção de Finanças do Distrito, a Direção do Arquivo Distrital, o Governo Civil, a Junta Geral do Distrito, as Câmaras Municipais do Distrito, a Associação Comercial do Funchal, o setor da indústria hoteleira, os grémios patronais, os sindicatos de profissões ligadas ao turismo), competindo-lhe, entre outras atribuições, a de «dar parecer sôbre os projectos de obras e melhoramentos a realizar»<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> «Associação de Turismo da Madeira», 07-05-1925, p. 1.

<sup>58</sup> A 07-04-1937, o DN dava conta da realização da primeira reunião do Conselho de Turismo da Madeira, ocorrida na «sala das sessões da Delegação de Turismo», a 05-04-1937, «composto dos srs. Comandante Teixeira Diniz, capitão do porto; Dr. João Abel de Freitas, presidente da J. A. dos Portos do Arquipélago; José Viveiros Ferreira, director de Finanças; Mario Maçãs Fernandes, director da Alfandega; Dr. João Cabral do Nascimento, director do Arquivo Distrital, estes cinco como membros natos, e ainda os representantes: do Governador Civil, Dr. Juvenal de Carvalho; dos sindicatos ligados ao turismo, Dr. Paulo Amaro (que representou também as camaras municipais); da Associação Comercial, Dr. Juvenal de Araújo; da Industria Hoteleira, Carlos de Moraes Teixeira; dos gremios patronais, Cipriano Frazão Sardinha». Acrescentava que, por «motivo de doença faltou o representante da Junta Geral, Dr. Correia Figueira», tendo sido «eleita, por escrutinio secreto, a direcção do Conselho, que ficou assim composta: Presidente o delegado da Associação Comercial; Vice-Presidente, o representante da Junta; Secretarios o director do Arquivo Distrital e o representante dos gremios patronais». Ficava então também definido que as «reuniões ordinarias [e]fectuar-se-ão na primeira segunda-feira de cada mez» – «Conselho de Turismo da Madeira. A sua primeira reunião», 07-04-1937, p. 1.

<sup>59</sup> Ministério do Interior, 05-09-1936, «Decreto-lei n.º 26:980», pp. 1069-1072.

<sup>60</sup> Ministério do Interior, 05-09-1936, «Decreto-lei n.º 26:980», p. 1072.



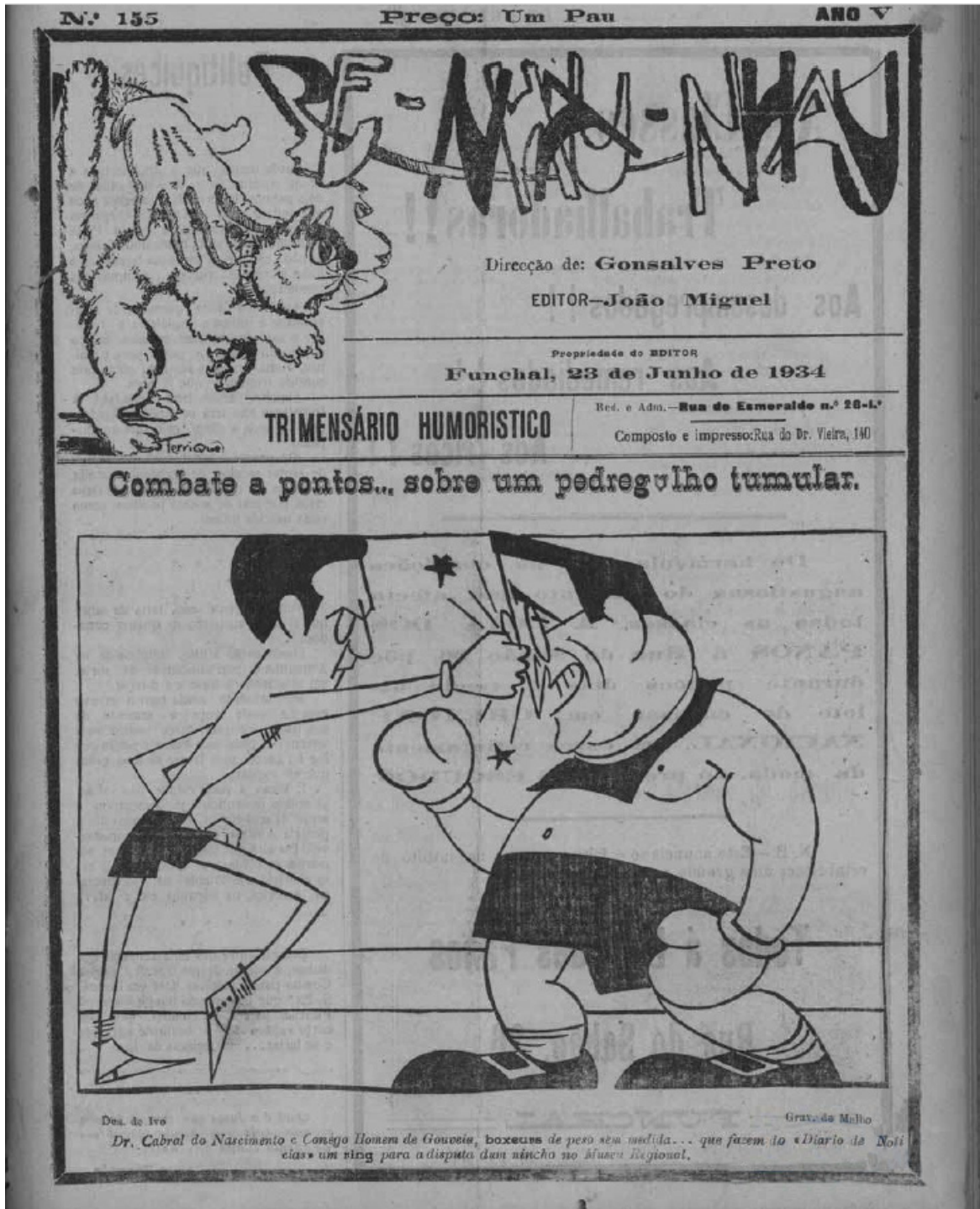
Com uma feição claramente corporativa, a Delegação de Turismo e o seu Conselho reuniam interesses diversos. E ainda que fosse da incumbência desta nova delegação, segundo o artigo 5.º b), «[di]fundir o gôsto pelas artes, ofícios e curiosidades de tradição local, reintegrando-os no pitoresco e na pureza das suas características», segundo o artigo 6.º c), «[c]ontribuir para o restauro e conservação dos monumentos de valor histórico, artístico, científico, lendário ou pitoresco, de acôrdo com os organismos que nêles superintendam» e ainda, segundo o artigo 6.º i), «Manter um serviço de informação e propaganda turística no País e no estrangeiro», a análise da primeira constituição do Conselho de Turismo deixa também entrever que a proteção e a conservação do património histórico e cultural do arquipélago não seriam certamente interesses primordiais da maioria dos membros do Conselho, à exceção do Diretor do Arquivo Distrital, que, desde 1931, era também sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Sobretudo, quando essa defesa constituía aparentemente um obstáculo aos *melhoramentos* que a indústria turística considerava serem de implementação imprescindível e cuja realização se exigia célere, sobretudo no Funchal.

Por tudo isto, não surpreende que, logo após a criação do Conselho de Turismo e a eleição de Cabral do Nascimento como seu secretário, quando várias obras e intervenções urbanísticas se projetavam para a *capital-porto* da ilha, o conflito estalasse entre o Diretor do ADF e a maioria dos membros do Conselho, afastando Nascimento dos seus pares e agravando a situação de algum isolamento público, que nos últimos anos vinha sendo agudizada pelas sucessivas polémicas em que se envolveu contra figuras e instituições detentoras de poder no meio insular. Conflitos que justamente decorreram do facto de Nascimento não abdicar: (1) nem da defesa do rigor na pesquisa historiográfica, como aconteceu em junho de 1934<sup>61</sup>, quando se bateu, nas páginas do *Diário de Notícias*, com o cónego Homem de Gouveia, a respeito da identidade da figura histórica a que se reportava a pedra tumular exposta no Museu Regional e que fora retirada da igreja da Madalena do Mar; (2) nem da salvaguarda do património histórico e cultural do arquipélago, como se verificou quer na luta que travou com a Igreja para que, cumprindo a lei, os registos paroquiais fossem transferidos para o ADF, quer na discórdia com a JGDAF, a Santa Casa da Misericórdia e a Delegação de Turismo da Madeira, relativamente à decisão de dismantelar a capela de Santa Isabel, em suposto benefício do embelezamento modernizador da cidade e da construção das novas instalações da Junta.

---

<sup>61</sup> Ver, *supra*, nota 19.

Imagem 7. Caricatura de Ivo alusiva à violenta polémica sobre a pedra tumular exposta no Museu Regional, protagonizada por Cabral do Nascimento e o Cónego Homem de Gouveia, «boxeurs de peso sem medida... que fazem do "Diario de Noticias" um ring para disputa dum nicho no Museu Regional»



Fonte: IVO, 23-06-1934, «Combate a pontos... sobre um pedregulho tumular», p. 1.

Porém, antes de concluirmos acerca do impacto que todas estas disputas tiveram na história do ADF, na própria vida de Cabral do Nascimento e no que este, em virtude de todas estas experiências, poderá ter ido concebendo como História (e como um *homem com/sem história*), vejamos o modo como, desde a década anterior, o agora (mas por curto e atribulado período) secretário do Conselho de Turismo entendia a relação deste setor com a cultura e o património insulares.

Em artigo publicado a 09-08-1924 no *Diário de Notícias*, com o sugestivo (e irónico) título «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», Cabral do Nascimento começa por comentar a impropriedade do termo “turismo” que, segundo ele, «em melhor português e não menos elegante, se poderia jeitosamente exprimir com a palavra excursionismo – o que concorda com os factos e não afronta demasiado a etimologia»<sup>62</sup>. Fazia também lembrar aos seus leitores que já no passado, «quando começaram as obras para a construção dum quiosque na Rua do Aljube, junto das paredes da igreja [Sé]», ele fora «a única pessoa que protestou contra tal atentado», apesar de, então, a sua «voz» ter encontrado «fracos ecos», perdendo-se «na geral indiferença dum meio hostil à inteligência e ao bom-gôsto», onde «muita gente teria mesmo suposto que os [s]eus protestos fossem apenas um capricho ou até uma garotice, pela pouca idade do protestante»<sup>63</sup>. O posicionamento crítico de Nascimento em relação ao turismo (já adivinhado na ironia do título e no sarcasmo do comentário etimológico, denunciadores de uma certa subserviência acrítica dos seus contemporâneos relativamente aos turistas e à indústria que então se impunha hegemonicamente na Madeira) é inequívoco no resto do texto e certamente não seria do agrado dos investidores turísticos da época.

A citação é extensa, mas justificável pela clareza com que nos apresenta o posicionamento do autor quer em relação ao turismo no arquipélago, quer em relação ao património, quer em relação ao equilíbrio de forças que, em seu entender, deveria ser assegurado entre o desenvolvimento turístico e a preservação do património (ou entre o «progresso» e a conservação do «monte de ruínas» do passado, se quisermos recuperar a imagem de Walter Benjamin citada em epígrafe, que nos merecerá comentário mais desenvolvido na segunda parte do presente artigo) e entre o apoio

---

<sup>62</sup> CABRAL, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», p. 1.

<sup>63</sup> CABRAL, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», p. 1. O texto em que denunciava o crime patrimonial causado pela instalação de um quiosque «junto da parede norte da sé Catedral, mesmo por baixo duma formosa rosácea de basalto que dá luz para a capela de Santo António» fora publicado no *Correio da Madeira*, em maio de 1923 – CABRAL, 29-05-1923, «Carta aberta Ao sr. Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal», p. 1.

à atividade turística e o respeito pelos sujeitos e comunidades insulares, onde as carências (também de ordem cultural e formativa) eram, em seu entender, muitas:

«Afirma a respeitável opinião pública que a Madeira oferece extraordinárias condições para servir de ponto de turismo internacional, ou seja, por outras expressões: que ela reúne os necessários encantos para atrair os nacionais e estrangeiros que se dão ao prazer, em certo instrutivo, de viajar por terras estranhas. Destas condições se inferiu que seria rendosa a indústria respectiva, e deu-se começo ao reclamo nas gazetas europeias e americanas [...] [tendo] como base os seguintes elementos:

1.º Belezas naturais muito apreciáveis.

2.º Clima uniforme; temperatura sem variações bruscas.

Para que tal clima e tais belezas possam ser devidamente apreciados, indispensável se torna, dizem, resolver quanto antes o problema das comunicações terrestres: estradas e viação acelerada. Resolvido êle, estaria garantida a indústria do turismo na Madeira, e abertas as portas da felicidade a todos quantos vivem neste chamado «rincão» da pátria portuguesa.

Querendo eu concordar, em princípio, com o largo desenvolvimento do excursionismo, porei de parte as reflexões que me sugere o contacto das moedas estrangeiras, altamente cotadas, com o depreciado escudo lusitano. Ao invés da opinião corrente, afigura-se-me esse contacto deveras nocivo á economia geral do arquipélago [...]. Por outro lado, a Madeira não tem agricultura, o que é mau, e algumas das suas indústrias, como a dos bordados, mantêm-se devido ás diferenças cambiais, o que é péssimo. Tudo isto, que á primeira vista oferece o espectáculo duma consoladora riqueza (que fácil será todavia descobrir como é fictício) mereceria um estudo documentado e extenso [...]. Pergunta-se: o clima (que aliás não é tão excelente como se pretende) e as belezas panorâmicas rurais bastarão para satisfazer ás curiosidades e exigências dum público de excursionistas civilizado e culto, como é mister desejar?

Questão profunda e complexa! Meditemos, primeiro que tudo, neste decálogo aterrador:

1.º A Madeira não tem polícia.

2.º O Funchal não tem um museu etnográfico, nem uma biblioteca *visitável*.

3.º Também não possuiu um jardim botânico.

4.º Os automóveis andam sempre com excesso de velocidade.

5.º Os raríssimos monumentos artísticos não têm sido respeitados: pelo contrário, ou são barbarizados ou demolidos.

6.º As ruas da cidade abundam em lixo.

7.º Nas ditas ruas (e mesmo nalgumas *avenidas*) não há árvores. As que caíram ou secaram não têm sido substituídas.

8.º Pelo motivo mais fútil, é costume atordoar a população com fortíssimos morteiros, ás 6 horas da manhã [...].

9.º A população [dos agregados rústicos] envenena-se com aguardente.

10.º A mania do luxo fez desaparecer os trajes regionais característicos, pelo que os campos perderam grande parte do seu interêsse.

A Associação de Turismo, que se propõe editar um livro-chamariz sôbre a Madeira, deveria antes ponderar alguns, senão todos os números acima referidos. Sem isso, creio que tudo o mais ficará prejudicado. Não é justo igualmente esquecer que *nos quoque gens sumus* e

portanto necessário se faz atender primeiramente ao bem-estar da população indígena, e só depois preconizar a visita de estrangeiros. Cingindo estas considerações á cidade, forçoso é dizer que ela não está em condições de servir a uma população avultada como é a nossa, se bem que nímiamente inculta. É certo que o incaracterístico Funchal não possui as tradições de qualquer pequena cidade, demográficamente inferior, porém trabalhada pelo decorrer da civilização. [...] Não temos sugestões históricas nem artísticas. O pouco de notável que, nesse assunto, constituía o nosso património, perdeu-se pela selvajaria dos costumes [...] Não será preferível tornar a terra, primeiro que tudo, atraente aos seus naturais e em segundo lugar chamar os peregrinos a compartilhar connosco dos seus possíveis encantos?»<sup>64</sup>.

Seguindo a mesma linha de pensamento, João Cabral (nome com que então assinava as suas crónicas e artigos no *Diário de Notícias*), neste mesmo jornal e cerca de um ano depois (28-11-1925), retomava a crítica ao modo como, na Madeira, de modo algo subserviente, se começava a subjugar tudo (incluindo a relação com o património) aos interesses turísticos, subalternizando inclusivamente as populações locais e a sua cultura.

Com o título «Acêrca do Museu», este artigo começa por sublinhar o carácter dissonante da voz do articulista, «sempre contrário ao da maioria», para logo comentar a «provável [...] fundação, nesta cidade, dum museu regional» (o mesmo museu que, anos mais tarde, ocuparia o Palácio de São Pedro com o ADF e a Biblioteca Municipal, e onde se viria a expor a pedra tumular desencadeadora da polémica de Nascimento com o cónego Homem de Gouveia)<sup>65</sup>. Congratulando-se com essas «notícias», logo afirma, porém, que não pode concordar com as «razões que vulgarmente v[ia] apresentadas como justificáveis daquêle simpático melhoramento», segundo as quais «a Madeira necessita[ria] de um museu regional, no dizer mais corrente e quotidiano, porque: 1.º - Possui belezas naturais apreciáveis e um clima apreciavel igualmente. 2.º - Foi visitado pelos srs. Lloyd George, Lord Birkenhead e Bernard Shaw»<sup>66</sup>. Embora estes fossem os «motivos que v[ia] estampados nas gazetas», João Cabral não os «consider[ava] de peso», elaborando, a partir daqui, uma contra-argumentação que punha a nu (e sem evitar a provocação sarcástica) a superficialidade, incoerência e irresponsabilidade de tais justificativas:

«Ter ou não ter paisagem é de todo indiferente para a criação dum instituto como esse que se pretende agora levar a efeito. Nas salas do futuro museu, creio, não iremos apresentar aos visitantes, bem rolhados e catalogados, frasquinhos com *clima da Madeira em pó*, ou pedaços de panorama, fosseis, dentro de montras de vidro. Quanto

<sup>64</sup> CABRAL, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», p. 1.

<sup>65</sup> CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

<sup>66</sup> CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

a este segundo ponto haveria talvez uma solução: e era, em vez de paredes de cal, fazer construir o prédio de uma substância transparente, de modo a que se pudessem observar as belezas naturais perfeitamente ao vivo e sem imitação. Aí fica o alvitre.

Acêrca, todavia [...] [de] individualidades de destaque, como são estas citadas obriga[rem] [...] a possuir um museu regional [...]. Será cavalheiresco, mas um pouquinho dispendioso.

O sr. Bernard Shaw, por exemplo, ha-de dispensar, pela sua parte, a impreteribilidade do museu. É um *blaguer* e da sua visita á Madeira só colheu ensejo para uma anedota picaresca. Com ele os demais visitantes (e podemos incluir na lista os nomes de Kipling, Anatole France, Mantegazza e tantos mais) ligaram-nos tanta importância que, se por acaso fazem referência á ilha, a confundem inocentemente com Taiti ou Fernando Pó.

**Portanto – e sem xenofobia alguma – ousou reclamar para nós, todos madeirenses, como nacionais e residentes, a honra de termos dado motivo, pela nossa curiosidade e cultura, á fundação duma casa em cujas salas possâmos estudar e apreciar a nossa etnografia, a nossa industria, a nossa geologia, a nossa história natural, a nossa arte e ‘tutti quanti’.**

Mais do que a ninguem, a nós é que isso interessa. Percorrendo as salas do museu, ao **contacto com as manifestações artísticas regionais (cujos documentos se consigam obter) é que o povo adquirirá certos conhecimentos de civilização que tanto lhe escasseiam.** A mocidade das escolas terá tudo a lucrar com a abertura do museu, como complemento do seu aprendizado de história local.

O **museu, com a biblioteca anexa, será finalmente o arquivo** onde os que se entregam, a monografias regionais, poderão colher os elementos necessários á confecção das suas obras. E assim está justificada a missão do nosso museu regional.

Mas não confundamos isto com turistas e belezas naturais. Cada coisa tem o seu lugar»<sup>67</sup>.

Portanto, refutando o modelo de museu regional como um *gabinete de curiosidade para turista ver* que, em certa medida e com fins meramente comerciais, transformava a Madeira num produto falsificado que ludibriaria os «excursionistas» («frasquinhos com *clima da Madeira em pó*, ou pedaços de panorama, fosseis, dentro de montras de vidro»), não trazendo verdadeiramente qualquer valor para a população insular, Cabral do Nascimento (quando ainda, certamente, não se imaginava futuro diretor do ADF) imaginava o seu museu ideal como um espaço de recolha de todo o tipo de «documentos [que] se conseg[uisse]m obter» sobre «a nossa etnografia, a nossa industria, a nossa geologia, a nossa história natural, a nossa arte e *tutti quanti*»<sup>68</sup>. Ou seja, pensava-o como um verdadeiro arquivo democrático e heterogéneo, onde fosse possível recolher e dar a conhecer, da forma mais informada possível, o que se conseguisse resgatar e conservar de mais significativo do passado e do presente do arquipélago, quer em termos de património natural, quer em termos

<sup>67</sup> CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1. Negritos nossos.

<sup>68</sup> CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

de património cultural. O museu regional de Cabral do Nascimento, assumia, assim, uma fundamental missão recoletora e pedagógica, devendo destinar-se, antes de tudo, a «nós, todos madeirenses, como nacionais e residentes», nomeadamente: ao «povo» (isto é, o público não especializado), que em seu entender se encontrava tão necessitado de «certos conhecimentos de civilização» e de se descobrir e/ou conhecer melhor enquanto comunidade; a «mocidade das escolas» que, em seu entender, muito lucraria «com a abertura do museu, como complemento do seu aprendizado de história local»; e, por fim, aos especialistas «que se entregam, a monografias regionais», os quais, no museu e na «biblioteca» anexa e complementar a ele, «poder[iam] colher os elementos necessários á confecção das suas obras».<sup>69</sup>

Ora, regressando ainda aos temas que aqui nos ocupam (em primeiro lugar, o da Teoria da História em Cabral do Nascimento, central às duas partes do presente artigo; e depois, em específico neste capítulo, o dos atropelos à direção do ADF), importa sublinhar que o modelo de museu regional idealizado, em 1925, pelo futuro diretor do ADF se aproxima claramente quer do propósito e da linha editorial que orientaram a fundação da revista AHM, quer da orgânica (e respectivas instalações) que, desde 1932, Cabral do Nascimento desejou para o ADF ou, melhor, para a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal (BPADF), num modelo institucional também adotado em outros distritos do país, mas que não ficara contemplado no decreto fundacional do ADF de junho de 1931.

Debrucemo-nos, antes de mais, sobre a orgânica e as instalações do ADF. Inicialmente alojado no Palácio da Encarnação (a título provisório), em 1933 o ADF é deslocalizado para o Palácio de São Pedro, edifício da CMF que também acolhia o museu e a biblioteca municipais da capital da ilha<sup>70</sup>. Na verdade, essa transferência, para além de tentar prover melhores condições para o ADF (que, mesmo em São Pedro, se sabia não serem as ideais, constituindo, por isso, uma nova sede provisória), enquadrava-se num conjunto de iniciativas encetadas desde o ano anterior, quando Francisco Franco tinha o pelouro dos museus e bibliotecas do município, e em que se estreitou a cooperação entre a CMF e o ADF. É em 1932 que o município aceita a transferência da chancela editorial da AHM para o ADF/JGADF; e é também em 1932, que se discute, se aceita e quase se oficializa a fusão do ADF com a Biblioteca Municipal

---

<sup>69</sup> CABRAL, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», p. 1.

<sup>70</sup> Ver cópia de ofício de 04-05-1933, enviado por CN ao Presidente da Comissão Administrativa da JGDAF, dando conta do acordo estabelecido com a CMF, sem qualquer ilegalidade, uma vez que o «art.º 27.º do Decreto 19952» já «previa a hipótese de os Arquivos Distritais funcionarem em edifícios ou do Estado ou de qualquer das corporações administrativas» – ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1, fl. 27v.

do Funchal (BMF) num novo organismo: a BPADF, em que, como no museu regional idealizado por Nascimento em 1925, a valência de um museu/arquivo de espécies várias e a de uma biblioteca pública com depósito legal se complementariam.

No relatório de 1951, submetido à IGBA no ano seguinte (isto é, quase vinte anos após a proposta de fusão do ADF com a BMF ter obtido o aval de todos os envolvidos e de a IGBA ter chegado a remeter para a Secretaria de Estado da Instrução Pública a «minuta do Decreto criando a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal»), Cabral do Nascimento relatava o histórico deste projeto sempre adiado, voltando a insistir na sua validade:

«Quando em 1932 foi criado este estabelecimento previu-se, no respectivo regulamento, a sua fusão com a biblioteca municipal (que seria transformada em Biblioteca Pública) aceitando-se como certa a criação oportuna dum estabelecimento que se denominaria Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal.

Nesse propósito, o director do Arquivo Distrital solicitou então da Inspeção Geral a criação dum estabelecimento, nesta cidade, do tipo estadual-municipal sujeito a uma direcção única, beneficiando a biblioteca de todas as vantagens inerentes às instituições congéneres do Estado [...], com quadros privativos ou quadro comum e sob a direcção técnica e administrativa dum director único.

Em 3 de Dezembro de 1932, comunicou-me essa Inspeção que o Ministro da Instrução Pública, por despacho de 28 de Setembro, concordava com o parecer da Inspeção Geral no sentido de ser aceita a proposta feita pela Câmara Municipal do Funchal em 14 de Setembro e que iam ser promovidas as necessárias providências para a publicação do respectivo decreto. Dias depois, em 12 de Dezembro, essa Inspeção participava-me que a minuta do Decreto criando a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital do Funchal e tornando extensivas a este organismo as obrigações do depósito legal, já fora remetida à Secretaria de Estado da Instrução Pública.

Apesar da concordância da Junta Geral do Distrito, da Câmara Municipal e da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, e do despacho do Ministro da instrução, o decreto não chegou a sair e o assunto caiu no esquecimento. A razão da não insistência da minha parte [neste assunto] filiava-se na circunstância de, praticamente, a fusão estar realizada, pois a Biblioteca e o Arquivo têm funcionado no mesmo edifício, que é o Palácio de S. Pedro»<sup>71</sup>.

Acrescentava ainda que «a renovação do projecto de 1932» se mantinha viável, na medida em que «continuariam a estar de acordo as duas corporações administrativas interessadas», fundamentando, assim, a rejeição da proposta, recentemente apresentada pela JGDFAF, cujas condições, de facto, não conhecemos totalmente, mas a qual nos suscita alguma perplexidade<sup>72</sup>: a proposta era a de que

<sup>71</sup> ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fls. 60-60v.

<sup>72</sup> ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fl. 60v.



o ADF fosse transferido para novas instalações (necessidade reivindicada pelo seu diretor desde 1932 e que nos últimos anos assumia maior urgência, ora porque o volume de incorporações aumentara consideravelmente, ora porque, depois do incêndio de janeiro de 1947, a consciência do risco se tornara mais alarmante), mas que essas novas instalações se situassem, precisamente, na «área ocupada pela antiga capela de Santa Isabel do edifício dessa Junta Geral»<sup>73</sup>.

À partida, a estranheza suscitada por esta situação deveria incidir sobre a recusa de Cabral do Nascimento em aceitar a mudança por que sempre pugnara. Porém, o foco da nossa surpresa desvia-se para o facto de a JGDAF ter justamente escolhido essa área das suas novas instalações para acolher em definitivo o ADF. Isto, porque não ignoraria certamente que a capela de Santa Isabel (e a intervenção que nela a junta havia realizado em 1937) tinha sido o motivo desencadeador de uma outra polémica envolvendo Cabral do Nascimento e em certa medida o arquivo, cuja violência e cujo alcance o levariam a deixar o Funchal, delegando a direção do ADF (com a devida autorização superior) no seu amigo e conservador, Álvaro Manso de Sousa, e a fixar-se com a família em Lisboa, cidade onde, para além de continuar a fazer investigação arquivística, retomaria a docência e iniciaria uma regular atividade tradutória. Tanto quanto pudemos apurar, só em 1948-1949 se assistiria a um regresso de Cabral do Nascimento ao Funchal e ao ADF, na sequência de duas situações particularmente difíceis: (1) a 10-01-1947 ocorria um incêndio no Palácio de São Pedro, tendo afetado parte da documentação existente no ADF<sup>74</sup>; e (2), entre setembro de 1947 e agosto de 1948, segundo rascunho de carta datado de 02-10-1948 (manuscrita por Cabral do Nascimento, mas com assinatura atribuída a Álvaro Manso de Sousa), o filho de Cabral do Nascimento e Maria Franco esteve doente, exigindo especiais cuidados familiares e tratamentos médicos<sup>75</sup>.

---

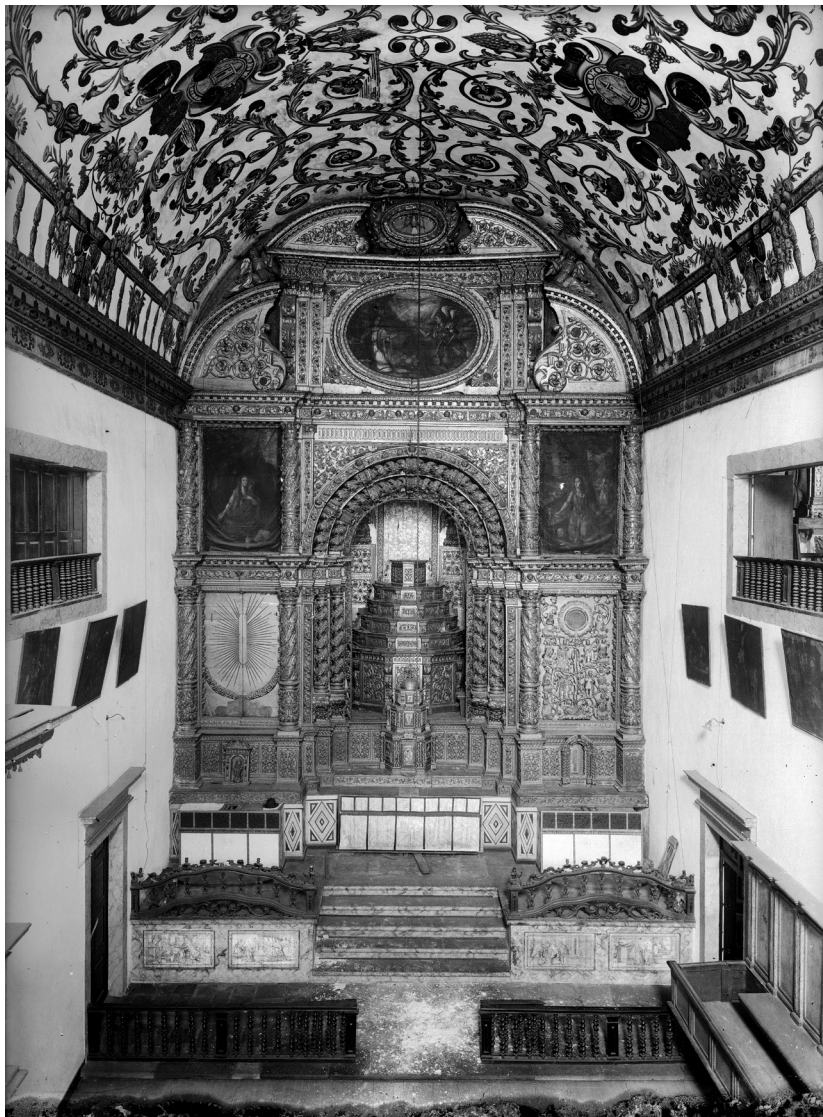
<sup>73</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 404.

<sup>74</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, pp. 301-303.

<sup>75</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, p. 292. O cruzamento de informação recolhida através da consulta da documentação do ADFUN permite-nos afirmar que CN terá deixado o Funchal com a família nos últimos meses de 1937, após ter requerido superiormente uma licença graciosa para investigação nos arquivos da Torre do Tombo, que lhe foi oficialmente concedida, através de despacho publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, de 16-05-1938, documento que também confirmava a delegação das competências da direção do ADF em Álvaro Manso de Sousa (AMS) que, a partir daí, passaria a assinar a maior parte da correspondência oficial do arquivo e os relatórios anuais dirigidos à IGBA, como «conservador servindo de Director». O relatório de 1937, datado de 29-01-1938, era ainda assinado por CN, que uma vez mais aí denunciava dois problemas já aqui referidos: a resistência da Igreja à entrega dos registos paroquiais ao ADF; e os problemas financeiros que punham em causa a continuidade da publicação da AHM (ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fl. 31-31v). Porém, o relatório de 1938, datado de 30-01-1939, já era assinado por AMS (ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-

Imagem 8. Capela-mor e teto da capela de Santa Isabel (c. 1700), inserida no antigo Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Funchal, que em 1937 viria a ser desmantelada, por decisão da JGADF.

Fotografia anterior a 1937



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Perestrellos Photographos, cx. 97, n.º 5, n.º de inventário PER/550

---

30, pt. 58, fls. 33-34). Macedo aponta 1948 como o ano de regresso de CN ao Funchal e à direção do ADF (MACEDO, 2021, «Nota introdutória», p. xxxii), embora não precisando a data concreta, nem a(s) fonte(s) que efetivamente fundamentam a sua declaração. Até agora, não conseguimos também identificar a data precisa desse regresso e quando se oficializou a retoma da direção por CN. A documentação compulsada indicia, porém, que CN se encontrava no Funchal em 1948, ainda que AMS continuasse a assinar correspondência oficial do ADF até ao final do ano; permite-nos ainda confirmar que, entre 1949 e 1954, CN volta a assinar os relatórios de atividade do ADF (de 1948, 1949, 1950, 1951, 1952 e 1953), dirigidos à IGBA, o que nos leva a concluir com relativa certeza que, a partir de 1949, CN reassume, *de facto* e *de iure*, as funções de diretor do ADF, delegadas em AMS em 1938 (ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fls. 50-65).

Na verdade, em 1937, a JGDAF decidira dismantelar a capela de Santa Isabel, um imóvel classificado do século XVII<sup>76</sup>, até então integrado no antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, que fora recentemente adquirido pela JGDAF para aí instalar a sua nova sede e proceder a diversos *melhoramentos* nessa área do centro da cidade do Funchal. Fê-lo, porém, sem auscultar o devido parecer da tutela do património nacional, mas, segundo Nascimento, com a conivência do Conselho de Turismo e com um apoio alargado da opinião pública local que, como em outras ocasiões, considerou excessivo ou até ridículo o zelo com que o sócio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses defendia, inabalavelmente e sem vacilações, aquela capela da cidade, ao ponto de recorrer a todas as instâncias superiores (quer na área da cultura, quer na do turismo) para travar a apressada destruição desse monumento. Os seus críticos não compreenderiam, certamente, o alcance da preocupação e da luta do arquivista madeirense, para quem (como veremos na parte II deste artigo), todos os documentos do passado eram, na verdade, monumentos: o benjaminiano monte de escombros que se acumulava aos pés do arquivista-historiador contemporâneo, arrastado pelo progresso, e cujo valor decorria de essas ruínas conservarem em si alguns vestígios (e respetiva aura) ainda eventualmente resgatáveis do passado.

Em ofício datado de 20-04-1937 e dirigido ao Presidente do Conselho Nacional de Turismo, relativamente ao qual estava subordinado o Conselho de Turismo da Madeira da Delegação de Turismo do distrito, o diretor do ADF (membro nato deste último conselho e dele secretário, desde a sua primeira reunião, realizada no início desse mesmo mês de abril) faz sérias acusações quanto ao comportamento dos responsáveis por aqueles órgãos e instituições, no que tocava ao processo de dismantelamento da capela de Santa Isabel:

«Considero como base fundamental da indústria do turismo a protecção às obras de arte e monumentos históricos e arqueológicos.

Ora a Junta Geral do Funchal, de cumplicidade com a Comissão da Santa Casa da Misericórdia, acaba de dismantelar o interior da capela de Santa Isabel, classificada de imóvel de interesse público pelo decreto 21611, e preparava-se para a demolir por completo quando chegou ordem de suspensão emanada da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Como o art. 6º da alínea c) do art. 26980 determina que a Delegação de Turismo providenciará pela conservação dos monumentos, comuniquei hoje mesmo ao respectivo Presidente que não assistiria a mais nenhuma reunião do Conselho sem que

---

<sup>76</sup> Segundo CN, o edifício do antigo Hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal datava de 1685 e a capela seria da mesma época – ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 149.

a dita Delegação promovesse as necessárias diligências para que a parte demolida da mencionada capela fôsse reposta e acatadas as disposições do decreto 20985 de 7 de Março de 1932, – tanto mais que o precedente agora aberto põe em perigo a integridade dos outros monumentos existentes na área do distrito»<sup>77</sup>.

E em ofício de 07-06-1937, onde participava esta mesma «barbárie» ao presidente do Conselho Superior de Belas Artes, o tom da denúncia era ainda mais contundente:

«Em 1932, tendo a Junta Geral do Funchal adquirido o edifício construído em 1685, onde estava instalado o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, logo pensou a Comissão Administrativa daquele corpo distrital em demolir [...] [a capela de Santa Isabel] [...], interessante e valioso espécimen [...].

Os motivos alegados pela entidade compradora consistiam no desejo de alargar as instalações do corpo administrativo. O atentado, porém, era tão evidente, que nesse mesmo ano foi feita uma proposta ao Ministério da Instrução, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [...] no sentido de aquela [...] ser classificada de imóvel de interesse público e ficar, portanto, a gozar das vantagens concedidas pelo dec. 20985. Assim se salvaria um curioso exemplar dos fins do século XVII interiormente revestido de talha dourada e com painéis de azulejos e extremamente notável pelo belo pórtico de cantaria trabalhada [...].

Pois, a-pesar-de tudo isto, no princípio deste ano de 1937, a actual Comissão Administrativa da Junta Geral do Funchal, de combinação com a Santa Casa da Misericórdia, e sem respeito nenhum pelas leis – e neste caso uma das mais notáveis leis do Estado Novo – começou a dismantelar o interior da capela [...], arrancando as talhas, arrancando e danificando os azulejos, com o propósito de “transferir” o imóvel para uma légua de distância da cidade, para o alto da montanha, ao lado do novo hospital da Misericórdia, construção de estilo moderno.

De nada serviram as regalias que usufruía a capela. O seu recheio precioso atravessou o Funchal em camions, mal acomodado, pedras de misturas com retábulos, numa desordem incrível. Preparavam-se a seguir para a demolição completa quando chegou um ofício do sr. Director Geral dos Monumentos, mandando repor imediatamente o que fôra destruído, sob pena de procedimento judicial. Esta ordem sensata e absolutamente justa não teve acatamento. O corpo administrativo [...] negou-se a reparar o mal que tinha feito. Em vista disso S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Obras Públicas determinou a vinda à Madeira dum architecto dos Monumentos Nacionais, a expensas da Junta Geral, para dirigir os trabalhos de reposição.

O sr. Presidente daquele corpo administrativo [João Abel de Freitas] tem tão pouco a noção do que seja um monumento nacional ou um imóvel de interesse público, que admite com a maior naturalidade deste mundo a transferência da capela para outro sítio. Reproduzo uma passagem da entrevista por êle concedida ao “Diário de Notícias” do Funchal e inserta em o n.º de 28 de Maio p.p.:

---

<sup>77</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 140-141.

“Lembro-me que nessa ocasião também tratei da demolição e transporte dos materiais da capela [...] do Hospital para local indicado pela Comissão Diocesana, afim de ser reconstruída tal qual se encontrava, visto tratar-se duma edificação considerada monumento nacional”. E a seguir: “Agora os eternos espíritos da contradição voltam a fazer um certo ruído sôbre esta medida que por todos os motivos se impõe, principalmente porque há necessidade de ampliar as instalações da Junta e porque, tendo saído de lá o Hospital, nada justifica a permanência da capela nesse edifício e no interior, que até por êsse motivo lhe apaga a beleza arquitectónica. Veremos como o caso se resolve...”

Estas estranhas declarações definem bem a mentalidade que preside ao primeiro corpo administrativo da Madeira e ao mesmo tempo à Delegação de Turismo, organização que [...] tem a obrigação de “contribuir para o restauro e conservação dos monumentos de valor histórico, artístico, científico [...] Com esta inovação da “transferência” de imóveis classificados por lei foram-se abaixo as garantias que cercavam os monumentos nacionais [...].

É absolutamente indispensável que se ponha còbro a êste estado de coisas, para prestígio da lei ultrajada, para segurança dos nossos monumentos. A Comissão da Junta Geral está esperançada em que o atentado se complete, movendo para isso tôdas as influências. O assunto, porque já foi discutido na imprensa local, é do conhecimento do público, e tem constituído um grande escândalo. A consumir-se tão medonha ilegalidade, a vergonha dêsse acto recairia até sôbre o govêrno que, pela sua integridade comprovada e alto patriotismo, não pode nem deve sancionar tamanha barbárie»<sup>78</sup>.

A «esperança» da JGDAF consumou-se e Cabral do Nascimento decidiu afastar-se da Madeira e da direcção presencial do ADF, ainda que continuasse a investigar sobre o passado e o presente insulares e a tentar manter viva a AHM.

Por conseguinte, outra resposta não poderia ser dada pelo diretor do ADF, em 1952, à pergunta algo lacunar que o presidente da JGDAF lhe colocava em ofício datado de 02-05-1952. Neste, o presidente António Teixeira de Sousa, evocando uma eventual conversa pessoal e sem fazer qualquer referência ao local preciso em que a JGDAF pretendia localizar a nova sede do ADF, indagava:

«Estando a proceder-se à revisão do projecto de adaptação do edifício da Junta Geral destinado a diversos serviços, entre os quais está incluído o Arquivo Distrital e tendo V. Ex.<sup>a</sup> informado verbalmente [leia-se oralmente] da vantagem desse Arquivo continuar a funcionar no mesmo edifício da Biblioteca, venho solicitar a confirmação do seu parecer acerca deste assunto, a fim do mesmo ser considerado da forma mais conveniente»<sup>79</sup>.

A resposta de Cabral do Nascimento não se fez esperar e foi endereçada a António Teixeira de Sousa, logo no dia seguinte, a 03-05-1952, confirmando que:

<sup>78</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fls. 149-152.

<sup>79</sup> ABM, ADFUN, Correspondência recebida (1952-1956), pt. 25, fl. 38.

«efectivamente discord[ava], por motivos de ordem técnica, da instalação definitiva deste Arquivo na área ocupada pela antiga capela de Santa Isabel do edifício dessa Junta Geral, e que [lhe] parec[ia] mais lógico continuar este Estabelecimento no Palácio de S. Pedro, onde ora se encontra, uma vez que, num futuro mais ou menos próximo, se lhe dê maior expansão, aproveitando-se, de acordo com a Câmara Municipal, os espaços disponíveis do prédio»<sup>80</sup>.

E coincidência ou não, a 10-05-1952, o mesmo Cabral do Nascimento que em 1937, após toda a polémica a respeito da capela de Santa Isabel, se afastara da Madeira, dirigia ao «Senhor Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos» novo requerimento para uso de «trinta dias de licença graciosa», a qual lhe foi concedida oficialmente a 21-05-1952<sup>81</sup>. Álvaro Manso de Sousa falecia alguns meses depois, a 24-01-1953<sup>82</sup> e a 20-01-1955, o novo conservador do ADF, António Aragão Mendes Correia (que entre 1972-1986, ocuparia o cargo de diretor do arquivo), no «Relatório dos Serviços durante o ano de 1954», informava o Inspector Superior das Bibliotecas e Arquivos de que «O Dr. João Cabral do Nascimento, que exerceu durante 24 anos o cargo de Director deste Arquivo, pediu a demissão do respectivo cargo em Outubro do ano findo»<sup>83</sup>.

Quer para o Arquivo Distrital do Funchal, quer para o seu primeiro diretor vitalício (que, em 1962, afirmava a João Gaspar Simões ser *um homem sem história*), terminava uma fase particularmente complexa que terá certamente condicionado o pensamento de Cabral do Nascimento acerca do que era a História na sua relação umbilical com os arquivos e do que caracterizaria os sujeitos que, com mais ou menor mérito, merecem ser considerados figuras históricas.

## **Breve Ponte para a *Outra Margem*, a Parte II**

Intelectual exílico, como em outro lugar tivemos oportunidade de demonstrar<sup>84</sup>, Cabral do Nascimento apresenta uma obra muito heterogénea que não só tematiza a experiência do trânsito, da liminalidade e da fragmentariedade arquipelágica,

---

<sup>80</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 404.

<sup>81</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2, fl. 406.

<sup>82</sup> ABM, ADFUN, Copiador de correspondência expedida (1953-1956), pt. 3, fl. 4.

<sup>83</sup> ABM, ADFUN, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58, fl. 68a.

<sup>84</sup> SALGUEIRO, 2019, «Tudo o que É Sólido se Dissolve... e Recicla», pp. 103-120.

como é ela própria marcada pelas dinâmicas da tensão, da instabilidade e do contraponto que definem a condição exílica. Qual arquipélago, cada fragmento da sua obra tem vida própria, podendo ser lido *per se*, sem contudo deixar de se complementar, em diálogo mais ou menos contraditório e complementar, com as outras partes dessa unidade fragmentária e complexa.

Não se considerando um *homem de ação* (outra etiqueta que, à semelhança da de *homem com história*, levaria a longo debate), Cabral do Nascimento também não foi um teórico. O seu contributo valioso, quanto a nós, situou-se quase sempre no exercício da crítica e da autocritica, em que o discurso, quando sério e consistente, exige a experiência efetiva do que se critica e descobre.

Compreende-se, por isso, que não encontremos, entre as largas centenas de textos que nos deixou, um tratado ou um ensaio mais desenvolvido sobre a (sua) Teoria da História. Porém, tal como a água na terra molhada (imagem que, a concluir a primeira parte do presente artigo, recuperamos da epígrafe, citada de memória, com que abrimos este «O Anjo da História em Cabral do Nascimento»), consideramos que toda a sua obra é, na verdade, percorrida por uma contínua reflexão sobre a temporalidade, o seu impacto na vida humana e a inviabilidade de, no presente, suspendermos o tempo e resgatarmos/conhecermos totalmente o que foi (vai sendo) o passado. E como demonstraremos na Parte II deste artigo de fundo, há na sua bibliografia um considerável número de pequenos ensaios, crónicas, poemas, narrativas breves, etc., em que o pensamento sobre o tempo, sobre a memória e sobre a história se evidencia.

Porém, o que aqui quisemos começar por compreender e salientar foi não só a história de dois projetos a que Cabral do Nascimento (com Álvaro Manso de Sousa, sublinhe-se) se dedicou com especial intensidade (a AHM e o ADF), mas também demonstrar como nessas suas duas obras há também, subjacente a cada uma delas, um pensamento (ou, talvez melhor, um *pensar-fazendo*) sobre o que era, para si, a História.

E mesmo a terminar, em modo de ponte para a argumentação que seguiremos na Parte II de «O Anjo da História em Cabral do Nascimento», retomemos a imagem do museu (na verdade, um museu-arquivo-biblioteca) que, ainda nos anos 1920, Cabral do Nascimento imaginou para a Madeira e cujas características e objetivos não só parecem espelhar os modelos editorial e organizacional que tentou imprimir na revista e no próprio arquivo, mas também ter subjacente a sua Teoria da História.

Conhecer e dar a conhecer o passado (tarefas complementares que sempre parecem ter fascinado o diretor do ADF) implicavam não esquecer o que, logo em 1914, o jovem estudante funchalense parecia ter já intuído, ao publicar um dos seus primeiros textos de temática histórica, “Horas Vagas. Dualidades Históricas. Napoleão e Nero. A Guerra»<sup>85</sup>: a história é sempre uma narrativa do presente sobre o passado, sujeita a manipulações e a limitações decorrentes dessa condição subjetiva e de distância; é um ir (re)fazendo/remontando interminável, a partir dos indícios ainda resgatáveis nas ruínas do que se perdeu com o tempo e do seu cruzamento com o que outros, antes ou ao lado de cada historiador, foram descortinando ao revistar o que resta.

A estrutura da *Arquivo Histórico da Madeira*, fragmentária, multidisciplinar e de reiterada atualização, quase sempre privilegiando contributos breves e empenhada na compilação, descrição e divulgação de documentação de toda a espécie (escrita, iconográfica), na sua grande maioria, dispersa em vários arquivos públicos e privados portugueses, integráveis em áreas tão díspares como a genealogia e a heráldica, a política, a administração e as instituições, a economia, a arte, as tradições e os costumes, essa orgânica – dizíamos – tornava-a o verdadeiro lugar do fazer dessa *história-arquivo* em que Nascimento parecia acreditar. A revista integrava alguns ensaios e artigos mais longos, onde se apresentavam leituras mais demoradas de documentos analisados. Porém, a regular publicação de erratas, de notas complementares ou de correção a leituras prévias<sup>86</sup>, parece ter também subjacente a ideia modern(ist)a de que não há leituras únicas e definitivas da vida, nem no presente, nem no passado e que, por conseguinte, a História é uma edificação em constante revisão e descoberta, a partir de um permanente exercício de recomposição e revisão das ruínas/restos, muitas vezes ocultas sob o amontoado de escombros indecifráveis causado pelo progresso, até que o arquivista-historiador, na sua tarefa obsessiva e interminável, as descubra e revele.

---

<sup>85</sup> J. C., 02-11-1914, «Horas Vagas. Dualidades Históricas. Napoleão e Nero. A Guerra», p. 1.

<sup>86</sup> Ver, por exemplo, no volume VII, a «Nota da redacção» que, transcrevendo o «Auto do Voto (1523)» e «Auto do Milagre (1538)» (pp. 141-143), complementava o artigo «A procissão do voto» do Visconde do Porto da Cruz, publicado nas páginas anteriores (pp. 139-141) – NASCIMENTO, 1949, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VII, pp. 139-141 e 141-143. Em 1951, na secção «De Rebus Pluribus», a AHM publicava também uma nota de correção ao *Elucidário Madeirense*, com o título «O pintor Nicolau Ferreira», em resultado da descoberta de nova documentação – NASCIMENTO, 1951, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, p. 45.



## Fontes e Corpora de Análise

- «A esquerda dos Democraticos. A Republica não pode ser conservadora porque não tem nada que conservar», 18-06-1925, in *Diario de Noticias*, n.º 15312, Funchal, Empresa do Diário de Notícias p. 1.
- «Apontamentos de História Insular», 05-06-1927, in *Diário de Notícias*, n.º 15883 Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Arquivo Distrital do Funchal, Copiador de correspondência expedida (1932-1934), liv. 1.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Copiador de correspondência expedida (1935-1952), pt. 2.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Copiador de correspondência expedida (1953-1956), pt. 3.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência recebida (1931-1937), pt. 23.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Correspondência recebida (1952-1956), pt. 25.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Relatórios de atividade 1931-09-06/1970-01-30, pt. 58.
- ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, Foto Figueiras, cx. 7, n.º 17, número de inventário PHF/1051.
- ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, Perestrellos Photographos, cx. 97, n.º 5, n.º de inventário PER/550.
- ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, Photographia Vicente, cx. 293, n.º 14, n.º de inventário VIC/21529.
- «Associação de Turismo da Madeira», 07-05-1925, in *Diário da Madeira*, n.º 4169, Funchal, Empresa do Diário da Madeira, p. 1.
- «Bibliografia. «Apontamentos de História Insular» de João Cabral do Nascimento», 19-06-1927, in *Diário da Madeira*, n.º 4781, Funchal, Empresa do Diário da Madeira, p. 1.
- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Esp. N5 [Luís Amaro].
- BNP, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Esp. E16 [João Gaspar Simões].
- BNP, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Esp. N28 [João Cabral do Nascimento].
- CABRAL, João, 29-05-1923, «Carta aberta Ao sr. Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal», in *Correio da Madeira*, n.º 338, Funchal, Madeirense Editora Ltd.<sup>a</sup>, p. 1.

- CABRAL, João, 15-09-1923, «O Sr. Mussolini e a propriedade familiar», in *Diário de Notícias*, n.º 14809, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 22-09-1923, «O Bolchevismo e o Fascismo», in *Diário de Notícias*, n.º 14815, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 22-12-1923, «À procura dum ditador», in *Diário de Notícias*, n.º 14889, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 26-01-1924, «Nota à margem», in *Diário de Notícias*, n.º 14915, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 02-02-1924, «Ensaio para o estudo da desnacionalização da Madeira. 1.º O Dialecto», in *Diário de Notícias*, n.º 14920, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 09-02-1924, «Fechando o parêntesis», in *Diário de Notícias*, n.º 14924, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 16-02-1924, «O dialecto madeirense», in *Diário de Notícias*, n.º 14930, Funchal, Empreza do Diário de Notícias. p. 1.
- CABRAL, João, 23-02-1924, «Compêndios de História», in *Diário de Notícias*, n.º 14936, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 22-03-1924, «A História de Portugal Segundo o Espírito Moderno», in *Diário de Notícias*, n.º 14958, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 29-03-1924, «A Versão de Zurara sobre o Descobrimento da Madeira», in *Diário de Notícias*, n.º 14963, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 09-08-1924, «Modesta tentativa de artigo sôbre o turismo», in *Diário de Notícias*, n.º 15066, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 30-04-1925, «Ditadura do Proletariado», in *Diário de Notícias*, n.º 15275, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 06-05-1925, «Ditadura do Proletariado», in *Diário de Notícias*, n.º 15279, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, João, 28-11-1925, «Acêrca do Museu», in *Diário de Notícias*, n.º 15447, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, Julio, 28-06-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», in *Diario de Noticias*, n.º 15319, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- CABRAL, Julio, 03-07-1925, «Politica da Madeira. Carta do sr. Julio Cabral», in *Diario de Noticias*, n.º 15322, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Camara Municipal do Funchal. Principais Melhoramentos Realizados», 22-06-1935, in *Diário da Manhã*, n.º 438, Lisboa, Companhia Nacional Editora, pp. 20-22.

- CASTRO, Luiz Vieira, 27-01-1924, «Á Margem duma nota...», in *Jornal da Madeira*, n.º 52, Funchal, Grafica Madeirense, Ltd.ª, p. 1.
- CASTRO, Luiz Vieira de, 03-02-1924, «Resposta a um Monóculo», in *Jornal da Madeira*, n.º 58, Funchal, Grafica Madeirense, Ltd.ª, p. 1.
- «Centro Republicano Português “Dr. Afonso Costa”», 28-01-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15209, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 2.
- «Conselho de Turismo da Madeira. A sua primeira reunião», 07-04-1937, in *Diário de Notícias*, n.º 18728, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Delegado do govêrno. Tomou ontem posse deste cargo o Sr. Dr. João Cabral do Nascimento», 03-10-1924, in *Diario de Noticias*, n.º 1511, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Delegado do Governo no concelho do Funchal», 17-06-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15311, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Delegado do govêrno. Dr. João Cabral do Nascimento», 18-06-1925, in *Diario de Noticias*, n.º 15312, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Exonerações de delegados do govêrno», 17-06-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15311, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- «Festas Centenárias na Biblioteca Municipal. Exposição de manuscritos artisticos e antigos», 13-11-1940, in *Diario de Noticias*, n.º 20007, Funchal, Empreza do Diario de Noticias Lda., p. 1.
- «Governador Civil Dr. Valentim Pires», 17-06-1925, in *Diário de Notícias*, n.º 15311, Funchal, Empreza do Diário de Notícias, p. 1.
- HOMEM, Cónego, 15-06-1934, «A pedra tumular de Henrique Alemão», in *Diario de Noticias*, n.º 17898, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- IVO, 23-06-1934, «Combate a pontos... sobre um pedregulho tumular», in *Re-Nhau-Nhau. Trimensário Humorístico*, n.º 155, p. 1.
- J. C., 02-11-1914, «Horas Vagas. Dualidades Históricas. Napoleão e Nero. A Guerra», in *Diario da Madeira*, n.º 1022, Funchal, Empreza do «Diário da Madeira», p. 1.
- J.C.D.N., 06-06-1934, «Não é de Henrique Alemão a lage tumular exposta, como tal, no átrio do Palácio de São Pedro», in *Diario de Noticias*, n.º 17892, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 4.
- J.C.D.N., 12-06-1934, «A Pedra Tumular de João Rodrigues da Madalena II», in *Diário de Notícias*, n.º 17895, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 4.
- J.C.D.N., 16-06-1934, «A Pedra Tumular de João Rodrigues da Madalena III», in *Diário de Notícias*, n.º 17899, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 4.

- J.C.D.N., 21-06-1934, «A pedra sepulcral de João Rodrigues da Madalena e outros assuntos vindos a lume», in *Diário de Notícias*, n.º 17903, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, pp. 1 e 2.
- L. V. de C., 06-02-1924, «Ponto Final», in *Jornal da Madeira*, n.º 60, Funchal, Gráfica Madeirense Ltd.ª, p. 1.
- Ministério do Interior, Conselho Nacional de Turismo, 05-09-1936, «Decreto-lei n.º 26:980», in *Diário do Governo*, I.ª Série, n.º 209, Lisboa, pp. 1069-1072.
- «Não concordamos. Registos paroquiais devem permanecer nas paróquias. É a resposta a dar ao ofício dirigido ao sr. governador civil do Funchal», 30-01-1924, in *Jornal da Madeira*, n.º 54, Funchal, Gráfica Madeirense, Ltd.ª, p. 1.
- NASCIMENTO, Cabral do, 26-01-1927, «Introdução a um Livro de História», in *Diário de Notícias*, n.º 15782, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, Cabral do, 16-02-1927, «O Livro 2.º das “Saudades da Terra”. I. Esboço de uma introdução ao seu estudo», in *Diário de Notícias*, n.º 15798, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 05-02-1924, «Resposta á Letra», in *Diário de Notícias*, n.º 14921, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, João Cabral, 07-10-1927, «A Moda das Biografias», in *Diário de Notícias*, n.º 15980, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1927, *Apontamentos de História Insular*, Coimbra, Atlântida.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1931, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1931, «De Rebus Pluribus», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. I, p. 48.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1932, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, Funchal, Arquivo Distrital do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1933, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, Funchal, Junta Geral Autónoma do Distrito [sic].
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1933, «De Rebus Pluribus», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, pp. 63-64.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1934-35, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, Funchal, s.n.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1937, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. V, Funchal, s.n.

- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1939, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VI, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (transcrição, prefácio e notas), 1940, *A Restauração de Portugal e o Convento da Encarnação*, Funchal, Arquivo Histórico do Funchal e Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1949, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VII, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (transcrição, introduções e notas), 1949, *Os Pedreiros-Livres na Inquisição e Corografia Insulana*, Funchal, Arquivo Histórico do Funchal e Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1950, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. VIII, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do (dir.), 1951, *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1951, «Vigésimo Aniversário», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IX, pp. 5-9.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 2012, *Coleção da Correspondência Oficial de João Cabral do Nascimento, Diretor do Arquivo Distrital do Funchal*, edição, introdução, seleção e notas de L. S. Ascensão Macedo, Funchal, SRCT/ARM.
- «Novo Governador Civil do Funchal. A posse do sr. Antonio Rodrigues Leitão», 23-12-1924, in *Diário de Notícias*, n.º 15178, Funchal, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.
- «O Arquivo Distrital. Um Novo Serviço Público Criado na Madeira. Uma entrevista com o seu director, Sr. dr. João Cabral do Nascimento», 22-06-1932, in *O Jornal*, n.º 38, Funchal, Madeirense Editora, Ltd.<sup>a</sup>, pp. 1-2.
- RAMON e IVO, 07-07-1931, «Nas Garras do Re-Nhau-Nhau», in *Re-Nhau-Nhau. Trimensário Humorístico*, n.º 53, Funchal: s.n., p. 8.
- «Sociedade Histórica da Independência de Portugal», 09-11-1927, in *Diário da Madeira*, n.º 4898, Funchal, Empresa do Diário da Madeira, p. 1.
- VARELA, José, 01-07-1925, «Política da Madeira. Carta do Dr. José Varela», in *Diário de Notícias*, n.º 15320, Empresa do Diário de Notícias, p. 1.

## Bibliografia

- Anónimo, s.d., «Governo de Alfredo Rodrigues Gaspar. 1924», in MALTEZ, José Adelino (dir.) *POLITIPÉDIA – Enciclopédia Política Portuguesa*, disponível em <https://politipedia.pt/governo-de-alfredo-rodrigues-gaspar-1924/>, consultado em 18-10-2023.
- BENJAMIN, Walter, 2010, «Sobre o Conceito da História», *O Anjo da História*, ed. e trad. João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim, pp. 9-20.
- BUESCU, Helena, 2005, «Introdução – Modernidade, Fronteira, Cristalização», in *Cristalizações: Fronteiras da Modernidade*, Lisboa, Relógio D'Água, pp. 21-44.
- CASTAGNA, Vanessa, 2009, *Voz de muitas vozes: Cabral do Nascimento, tradutor*, Lisboa, Principia.
- CASTAGNA, Vanessa, 2013, «Tradução e Censura durante o Estado Novo sob o Paradigma Pragmático de Cabral do Nascimento», in *Rassegna Iberistica*, n.º 98, pp. 79-90.
- GIL, Isabel Capelo, 2009, «Paisagens em Ruínas. A Modernidade Distópica no Cinema Americano do Pós-Guerra», in SILVA, Maria de Fátima (coord.) *Utopias & Distopias*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 247-262.
- JAMESON, Fredric, 1991, *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism*, Durham/New York, Duke University Press.
- MACEDO, L. S. Ascensão, 2021, «Nota Introdutória», in NASCIMENTO, João Cabral, *Coleção da Correspondência Oficial de João Cabral do Nascimento, Diretor do Arquivo Distrital do Funchal*, edição, introdução, seleção e notas de L. S. Ascensão Macedo, Funchal, SRCT/ARM, pp. i-xxxvi.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2015, «Cabral do Nascimento – aspectos do seu pensamento político», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. I, Funchal, Imprensa Académica, pp. 42-72.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Cabral do Nascimento, ficcionista policial. Propaganda anti-republicana, desdobramento autoral e questionação dos valores da Modernidade», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.

- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Estranho para um Outro-eu: a Madeira enquanto espaço identitário luso-britânico na obra de Cabral do Nascimento», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Notícias de um Folhetim Moderno (1916-1918): Experimentalismo de uma Escrita em Rede. «Novela Romântica e Burlesca de Cinco Artistas Vagabundos», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. I, Funchal, Imprensa Académica, pp. 73-82.
- SALGUEIRO, Ana, 2015, «Uma ilha *Além-Mar* ou a nostalgia do Paraíso Perdido em Cabral do Nascimento», in SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.
- SALGUEIRO, Ana, 2019, «Tudo o que É Sólido se Dissolve... e Recicla. A Vertigem da Tradição e do Arquipélago em Modernidades Lusófonas Insulares», in *TRANSLOCAL. Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas | Modernidade(s), Modernismo(s)*, n.º 2, pp. 103-120.
- SALGUEIRO, Ana, 2020, «Nascimento, João Cabral», in *Aprender Madeira*, disponível em <https://aprendermadeira.net/article/nascimento-joao-cabral-do>, consultado em 20-07-2023.
- SALGUEIRO, Ana, 2022, «*Fábulas* de Cabral do Nascimento. Uma voz poética em 'zoom' e ainda à escuta do mundo», in NASCIMENTO, Cabral do, *Fábulas*, Funchal, Imprensa Académica, pp. 100-131.
- SALGUEIRO, Ana, 2022, «João Cabral do Nascimento: um Autor Contemporâneo Apagado de um Certo Retrato de Família», *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 22 (Special Issue), pp. 254-310.
- SALGUEIRO, Ana e RODRIGUES, Paulo Miguel (coord.), 2015, *Cabral do Nascimento. Escrever o Mundo por detrás de um Monóculo e a partir de um Farol*, vol. II (ebook), Funchal, Imprensa Académica.
- SALGUEIRO RODRIGUES, Ana, 2009, «Cabral do Nascimento tradutor: um intelectual entre a «vilzinha pobre» e a «biblioteca» do mundo», in *Estudos do Século XX*, n.º 9, pp. 171-194.





## **Tratamento Arquivístico dos Autos de Contas de Administração de Capelas da Madeira: Contributo de uma Análise Granular para o Estudo do Fenómeno Vincular<sup>1</sup>**

Archival Processing of Chapels Administration's Accounts in Madeira: Contribution of a Granular Analysis for the Study of the Entailment Phenomena

*Fátima Barros<sup>2</sup>*

### **Resumo**

O presente artigo pretende retratar o arquivo do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas da Madeira (JRC), entidade com competências em matéria de legados pios e cuja atividade gerou um considerável acervo com mais de 11 000 documentos, imprescindíveis para o entendimento do fenómeno vincular, que condicionou a realidade económica e social insular dos séculos XV a XIX. Informa sobre o seu percurso custodial e arquivístico, sobre o seu âmbito e conteúdo e respetivo sistema de organização, sobre as condições de conservação e acesso. Destaca a importante série de autos de contas de administração de capelas e as opções de tratamento arquivístico tomadas, no sentido de favorecer

---

<sup>1</sup> Abreviaturas e siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; cf. – confronto; cx. – caixa(s); doc. – documento; DRABM – Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira; f(f). – folha(s); fasc. – fascículo; JRC – Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas; JRE – Juízo do Resíduo Eclesiástico; liv. – livro(s); p(p). – página(s); proc. – processo; pt. – pasta; u.i. – unidades de instalação.

<sup>2</sup> Licenciada em História pela Universidade de Coimbra (1986), pós-graduada em Ciências Documentais (opção Arquivo), pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1993). Arquivista da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira – antes Arquivo Regional da Madeira e Arquivo e Biblioteca da Madeira – onde ingressou em 1986. Foi diretora desta instituição (1997-2012; 2016-2019) e subdiretora da Direção Regional dos Assuntos Culturais (2012-2013). É autora de vários artigos relacionados com a gestão do Arquivo Regional da Madeira e sobre arquivos insulares. Contacto: [fatima.barros@madeira.gov.pt](mailto:fatima.barros@madeira.gov.pt).

À Senhora Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lurdes Rosa, a quem coube a primeira leitura do texto, a autora agradece reconhecidamente as valiosas sugestões e esclarecimentos. Agradeço, ainda, a revisão pelo Conselho Editorial da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, na pessoa do Senhor Dr. Filipe dos Santos.

o entendimento da instituição “capela”, de evidenciar as suas características e de facilitar o acesso a esta documentação, num intencional auxílio à investigação histórica.

**Palavras-chave:** Madeira; Vínculos (Morgados, Capelas); Séculos XV-XIX; Arquivos.

### **Abstract**

The current paper seeks to present the archive of the “Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas da Madeira” (JRC), an entity responsible for pious endowments whose activity led to a substantial collection with more than 11,000 documents, essential for the understanding of the entailment phenomena, which shaped the socioeconomic reality of Madeira during the 15<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries. Information is provided on this archive’s custodial and archival history, its scope and content, and respective organizational system, as well as its conservation and access conditions. This work highlights the significant collection of chapels administration’s accounts and the archival processing options adopted, aiming to enhance the understanding of the chapel (“capela”) as an institution, to highlight its characteristics and to facilitate the access to this documentation, intentionally aiding historical research.

**Keywords:** Madeira; Entails (Majorats, Chapels); 15<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> Centuries; Archives.

## **Introdução**

Um conjunto de circunstâncias, que foram surgindo paulatinamente, propiciou o retomar de um projeto interrompido há cerca de 30 anos – a descrição dos autos de contas de administração de capelas do Juízo dos Resíduos<sup>3</sup> e Provedoria das Capelas da Madeira. Começou em 2016, com uma parceria firmada entre o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) e o Centro de Estudos de História do Atlântico (CEHA), então na dependência da Direção Regional da Cultura. Visava, por um lado, incrementar o tratamento arquivístico do acervo daquela arcaica organização judicial e, por outro, facultar um estudo orgânico da instituição e, ainda, um estudo da instituição vincular no Arquipélago da Madeira<sup>4</sup>. Esta proveitosa sinergia entre o trabalho desenvolvido pelo arquivista e o trabalho desenvolvido pelo historiador<sup>5</sup> seria significativamente amplificada anos depois, em 2022, no âmbito do projeto *Vinculum* e do protocolo estabelecido entre a Secretaria Regional do Turismo

---

<sup>3</sup> «Resíduos, i. e., bens deixados com o encargo de obras pias» (*Ordenações Filipinas. Livro Primeiro*, 1985, p. 93, nota 1).

<sup>4</sup> ABM, Arquivo corrente do ABM, Arquivo do Juízo dos Resíduos e Capelas (séculos XVI-XIX): estudo histórico e tratamento documental [...], 2016-05-30, nota interna n.º 39 (com despacho favorável de 2016-06-17).

<sup>5</sup> O referido protocolo estabelecido entre o ABM/CEHA pressupunha que a orientação da componente arquivística do projeto seria assumida pela arquivista Fátima Barros e a vertente de investigação ficaria a cargo da investigadora Ana Madalena Trigo de Sousa.

e Cultura / Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM) e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa<sup>6</sup>.

De permeio, um fator imprescindível alcançado em 2022: a facilidade de dedicação quase exclusiva da arquivista responsável pelo tratamento do fundo documental e, em particular, da série de autos de contas de capelas, com o nível de granularidade que se impunha.

E aqui chegados, ainda que longe da meta final, já é possível avançar com um razoável conjunto de informações sobre o arquivo do Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas da Madeira (JRC). Informação tanto mais pertinente se pensarmos no quão pouco se conhece sobre as vicissitudes, conteúdos e sistema de organização dos arquivos de grande parte das provedorias das comarcas de Portugal continental e Ilhas; isto a avaliar por um estudo efetuado em 2021 pela equipa do projeto *Vinculum* à informação disponibilizada em plataformas digitais de descrição arquivística nos *sites* das instituições detentoras e em Instrumentos de Descrição Documental (IDD). O mesmo estudo indica que «São relativamente raros os fundos documentais descritos na sua totalidade, ou em parte significativa»<sup>7</sup>.

O presente trabalho pretende, assim, contribuir para um conhecimento mais aprofundado do funcionamento desta entidade, a partir da sua produção documental. O texto amplia uma comunicação de março de 2023, no contexto de uma apresentação do projeto *Vinculum* na Madeira<sup>8</sup>.

Umhas breves notas históricas sobre o JRC servem de contextualização à apresentação do acervo do organismo: esclareceremos o seu percurso arquivístico, desde a respetiva história custodial até ao ingresso no Arquivo Distrital do Funchal; caracterizaremos o acervo em presença; mencionaremos as intervenções arquivísticas de que foi objeto; divulgaremos outras fontes relacionadas com o JRC e relevantes para o estudo do fenómeno vincular. Finalmente, concentrar-nos-emos nos autos de contas de administração de capelas: primeiro, tentando compreender a capela fúnebre, essa complexa figura jurídica que, explica Maria de Lurdes Rosa, dá «corpo» e institucionaliza a alma do defunto – alma herdeira de bens terrenos, sufragada

---

<sup>6</sup> ABM, Protocolo de cooperação [...], 2022-02-10, documento interno. Visa: disponibilizar ao projeto *Vinculum* as descrições arquivísticas da série de autos de contas de capelas do fundo JRC, ainda não públicas; por sua vez, o projeto *Vinculum*, *Entailing Perpetuity: Family, Power, Identity. The Social Agency of a Corporate Body (Southern Europe, 14<sup>th</sup>-17<sup>th</sup> Centuries)* custeou a despesa respeitante à conservação e restauro de 5000 folhas dos mesmos documentos.

<sup>7</sup> FARELO et al., s.d., *Estado atual da informação arquivística* [...].

<sup>8</sup> VINCULUM PROJECT DAY Madeira, 06-03-2023, ABM, CEHA-AV e Igreja Paroquial de Machico.

e amparada até ao fim dos tempos pelos administradores nomeados, pela Coroa e pela Igreja; realidade só entendível num contexto de extrema religiosidade e crença na salvação espiritual «própria do mundo antigo e medieval»<sup>9</sup>. Só depois caracterizaremos a importante e volumosa série documental de autos de contas de capelas, que a existência deste instituto possibilitou na Madeira, explicando as opções de tratamento arquivístico que foram tomadas e apresentando, inclusivamente, alguns dados estatísticos que contribuem para o estudo sociológico do universo vincular.

## **1. A Instituição Produtora: O Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas da Madeira (JRC)**

Na Madeira, o peso da propriedade sujeita ao sistema de vinculação foi particularmente bem vincado por Cabral do Nascimento, quando sustenta ser esta Ilha «uma das terras portuguesas onde em maior número existiram e se desenvolveram os vínculos»<sup>10</sup>.

Vincular uma propriedade implicava condicionar durante gerações a sua posse e transmissão. Várias motivações estavam implícitas no ato fundador de um vínculo de morgado (um testamento ou, menos frequentemente, uma escritura notarial): a preservação do património familiar, a manutenção ou promoção da linhagem e seus privilégios, a perpetuação da sua memória e a garantia da salvação da alma, remida até à perpetuidade.

Se cumprir a vontade do morto impunha-se como «código de ética familiar»<sup>11</sup>, no outro extremo, a Coroa também provou estar vigilante quanto ao cumprimento das vontades testamentárias e fortemente interessada na regulação e supervisão de todas estas matérias, atinentes ao cumprimento do serviço de Deus e ao cuidado da alma dos seus súbditos<sup>12</sup>. E fê-lo não só através da produção de um amplo *corpus* jurídico, mas designadamente através da institucionalização do JRC, a entidade responsável pela fiscalização do cumprimento das disposições testamentárias dos defuntos.

---

<sup>9</sup> ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...], p. 2.

<sup>10</sup> NASCIMENTO, 1935, «Capelas e morgados da madeira», p. 65.

<sup>11</sup> ROSA, 1995, *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*, p. 42.

<sup>12</sup> Como bem demonstrou Maria de Lurdes Rosa, na sua exímia obra de 2005, *As almas herdeiras* [...], pp. 119-159, onde estuda a relação dos monarcas com as vontades dos defuntos e analisa a progressiva intervenção régia, em detrimento do papel da Igreja.

Cabe a Ana Madalena Trigo de Sousa a autoria do ensaio mais completo sobre as competências e funcionamento deste juízo no Arquipélago da Madeira e do seu enquadramento no quadro político-administrativo regional<sup>13</sup>.

Presente nesta Ilha desde 1486, o juiz dos resíduos e provedor das capelas era um magistrado judicial a quem competia:

«a verificação do cumprimento das determinações deixadas pelos defuntos instituidores de capelas; a verificação do desempenho dos testamenteiros no cumprimento das vontades dos defuntos; a verificação do tratamento ministrado aos doentes sob cuidado de hospitais, albergarias, gafarias e confrarias; a defesa dos interesses dos órfãos; e a arrecadação dos dinheiros dos resíduos para a redenção dos cativos»<sup>14</sup>.

Tais atribuições assemelhavam-se às dos demais provedores das comarcas do reino. Contudo, uma particularidade: «No domínio dos resíduos, os provedores partilhavam a atividade com o Juízo do Resíduo Eclesiástico, instituição eclesiástica, em regime de alternância mensal, em virtude do disposto na concordata inclusa na lei de 3 de novembro de 1622»<sup>15</sup>. Maria de Lurdes Rosa refere que tal alternância já acontecia desde o reinado de D. João I, o que consistiu numa grande conquista da Coroa, num braço de ferro que apesar disso se continuou a arrastar<sup>16</sup>.

No JRC, operavam ainda outros agentes: o promotor ou procurador, o escrivão, o contador das custas, o porteiro. Aí exercia-se uma magistratura de primeira instância. Das suas sentenças apelava-se ou agravava-se para o Juízo da Ouvidoria (até 1766) e para o Juízo da Correição e, em última instância, para os tribunais superiores do reino, apelando aos sobrejuizes da Casa do Cível e aos desembargadores da Casa da Suplicação. De notar, ainda, a relação com o Juízo das Capelas da Coroa, no caso dos vínculos de capelas com administração vacante, por direito da Coroa.

O JRC foi formalmente extinto pelos decretos n.ºs 22 e 23 de 16 de maio de 1832, no contexto de dissolução de outros juízos privativos então existentes no reino. Porém, os vínculos só viriam a ser extintos em 1863, pelo que foi necessário providenciar quanto ao exercício da tomada das respetivas contas.

A fiscalização dos encargos não cumpridos foi assumida pela Santa Casa da Misericórdia do Funchal, para onde transitaram os respetivos autos de capelas,

---

<sup>13</sup> Veja-se SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira [...]», pp. 103-150.

<sup>14</sup> SOUSA, 2021, «História administrativa/biográfica/familiar».

<sup>15</sup> SOUSA, 2021, «História administrativa/biográfica/familiar».

<sup>16</sup> ROSA, 2005, *As almas herdeiras [...]*, pp. 183 e segs.

de acordo com o decreto de 7 de agosto de 1834<sup>17</sup> e do consequente alvará de 5 de novembro de 1835, do governador civil do Distrito do Funchal<sup>18</sup>.

A reforma administrativa de 1835, operacionalizada pelo Código Administrativo de 31 de dezembro de 1836, no seu artigo 136.º, incumbe os administradores dos concelhos de «tomar contas aos testamenteiros do cumprimento dos legados pios»<sup>19</sup>. O decreto de 2 de abril de 1838 esclarece que, tal como os testamenteiros, os administradores de capelas e morgados também prestariam contas perante os administradores dos concelhos pois tratavam-se de «actos puramente administrativos»<sup>20</sup>. E o Código Administrativo de 1842, através do seu artigo 248.º, confirma esta competência, bem como a de «tomar contas às irmandades, confrarias, hospitais e misericórdias»<sup>21</sup>. Mais tarde, o artigo 3.º do Código Administrativo de 5 de novembro de 1851 diz ser competente nesta matéria, nas comarcas do reino e ilhas adjacentes, «os administradores de cada uma das cabeças das respetivas comarcas»<sup>22</sup>; o artigo 8.º do diploma também insiste na custódia dos processos de contas de legados pios não cumpridos pelas misericórdias e hospitais.

Pela lei de 30 de julho de 1860 e depois de 19 de maio de 1863 foram abolidos os morgados e capelas<sup>23</sup>. Os bens desvinculados foram desonerados de encargos pios, exceção feita às pensões em dívida, de que se continuaram a prestar contas até a década de 70 desse século.

Este é o enquadramento normativo da gestão dos vínculos na fase que se seguiu à extinção do JRC, em 1832. E na prática, como decorria? Pois bem, de uma análise à produção documental do arquivo desta entidade, verificamos que até 1835 os testamenteiros, tal como os administradores dos vínculos, continuavam a prestar contas perante o corregedor da comarca, que havia vários anos exercia cumulativamente o ofício de juiz dos Resíduos<sup>24</sup>. E podemos confirmar que, entre

---

<sup>17</sup> ABM, Coleção de Legislação, Decreto de 7 de agosto de 1834, liv. 6, p. 246.

<sup>18</sup> Alvará mencionado no ofício do secretário do Governo Civil, de 1835-11-12 (ABM, Governo Civil do Funchal, Registo de ordens da Prefeitura, liv. 721, f. 227).

<sup>19</sup> *Código Administrativo Portuguez*, 1837, Lisboa, p. 67.

<sup>20</sup> ABM, Coleção de Legislação, Decreto de 2 de abril de 1838, liv. 3107, p. 111.

<sup>21</sup> SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira [...]», p. 119.

<sup>22</sup> ABM, Coleção de legislação, Decreto de 5 de novembro de 1851, liv. 3116, pp. 400-401.

<sup>23</sup> Veja-se SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira [...]», p. 119.

<sup>24</sup> Verificados vários autos de contas de testamentos e de capelas (ABM, JRC, cx. 10, n.º 8, cx. 53, n.º 26, cx. 55, n.º 30, cx. 104, n.º 1, cx. 341, n.º 8, entre outros). Em 1833 era corregedor e provedor dos Resíduos e Capelas Francisco António Rodrigues Nogueira. Em 1835 João José Victorino Duarte e Silva intitulava-se corregedor e provedor dos Resíduos e Capelas e João Nazianzeno Pita continuava a designar-se escrivão da Provedoria dos Resíduos e Capelas (ABM, JRC, cx. 341, n.º 8, f. 67, auto de conta de 1835-07-31).

1836 e 1849, as contas das capelas são tomadas perante a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal; já na década seguinte de 50 é responsável o administrador do concelho. Portanto, a práxis real corria em consonância com o estabelecido, embora aplicado em tempo mais retardado.

## **2. O Arquivo do JRC da Madeira**

O estado avançado de organização e descrição do fundo do JRC já nos permite ter uma visão consistente sobre o conjunto do arquivo e sobre as suas diferentes tipologias documentais, decorrentes do exercício fiscalizador e jurisdicional deste juízo.

A apresentação do acervo inicia-se com informação sobre a sua história custodial e sobre o ingresso no Arquivo Distrital do Funchal, bem como enumera as intervenções arquivísticas ocorridas ao longo do tempo. A caracterização do fundo inclui informação atinente à sua identificação e ao seu âmbito e conteúdo, bem como quanto aos critérios de organização, classificação e ordenação que presidiram à sua estruturação.

### **2.1. História Custodial e Incorporação**

«Dispersos e [...] julgados perdidos andaram os documentos respeitantes às instituições de morgado desta Ilha [...] jaziam esquecidos num cubículo da Santa Casa e só em 1931 os funcionários do Arquivo Distrital os descobriram de mistura com os papéis velhos do tombo da Misericórdia, cedidos pela respectiva confraria para [...] este estabelecimento oficial»<sup>25</sup>.

Retomemos algumas informações fornecidas no capítulo anterior, quando mencionamos os diplomas legais que orientaram a fase final da tomada de contas de encargos pios.

Com a extinção do cargo de juiz dos Resíduos, todos os processos relativos a legados pios foram transferidos para a Santa Casa da Misericórdia do Funchal, nos termos do decreto de 7 de agosto de 1834 e do consequente alvará de 5 de novembro de 1835, do governador civil do Distrito do Funchal, em que ordenou ao escrivão do extinto Juízo, João Nazianzeno Pita, que procedesse à entrega de todos os autos de contas de capelas existentes no seu cartório. Paralelamente, o secretário do Governo

---

<sup>25</sup> NASCIMENTO, 1935, «Capelas e morgados da madeira», p. 66.

Civil, a 12 do mesmo mês, expediu um ofício ao presidente da Comissão da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, a informá-lo de tal diligência e para arrecadar tais autos<sup>26</sup>.

Não obstante a tutela da tomada de contas dos legados pios não cumpridos ter passado para o administrador do concelho (códigos administrativos de 1836, 1842 e 1851, atrás mencionados), o cartório do JRC permaneceu na Santa Casa da Misericórdia do Funchal, como estabelecido no artigo 8.º do decreto de 5 de novembro de 1851. Em dezembro de 1853, o Governo Civil do Funchal e a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal trocaram correspondência no sentido de serem postos «à disposição do Administrador do Concelho do Funchal, no Cartório d'essa Santa Casa, todos os livros e documentos que ali existem, relativos a este objecto»<sup>27</sup>.

Data de 1931 a primeira incorporação no então Arquivo Distrital do Funchal, procedente da Santa Casa da Misericórdia do Funchal<sup>28</sup>: entraram os livros<sup>29</sup> do cartório, os autos de contas de capelas e, cremos, parte dos autos de contas de testamentos com data anterior a 1935; «de-envolta com os processos de morgado havia testamentos que não tinham instituído vinculação, mas que impunham só por uma vez certas obrigações de missas, legados ou pensões»<sup>30</sup>.

A parte remanescente dos autos de legados pios, constituída por «vários maços e papéis soltos de número indeterminado», deu entrada no Arquivo Distrital em 8 de janeiro de 1934, e procedeu do Comando da Polícia de Segurança do Distrito do Funchal, entidade que assumiu parte das funções da extinta Administração do Concelho do Funchal<sup>31</sup>. No relatório de 1934 do Arquivo Distrital do Funchal, o diretor Cabral do Nascimento esclarece: os autos de instituição de capelas e morgados

---

<sup>26</sup> ABM, Governo Civil do Funchal, Registo de ordens da Prefeitura, liv. 721, f. 227.

<sup>27</sup> ABM, Misericórdia do Funchal, Registo de ofícios e portarias, liv. 474, f. 57 v.º.

<sup>28</sup> De acordo com o registado na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, 1932, vol. II, p. 83 e vol. IV, 1935, pp. 66-67 e em ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Registo de incorporações I (1932-1955), liv. 61, f. 11.

<sup>29</sup> A relação dos livros do cartório do JRC consta do Roteiro (ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Roteiro e índices do Arquivo Distrital do Funchal, 1935, liv. 60) e foi publicada na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, 1933, vol. III, pp. 47-50. De tal lista não constam os fragmentos dos tombos, de que falaremos adiante, mas julgamos que estariam junto com a restante documentação então ainda não identificada.

<sup>30</sup> NASCIMENTO, 1935, «Capelas e morgados da madeira», p. 66.

<sup>31</sup> ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Registo das incorporações I (1932-1955), liv. 61, f. 11. No arquivo da Administração do Concelho do Funchal encontram-se os autos de contas de legados pios dos anos de 1841 até à década de 1910 (ABM, Administração do Concelho do Funchal, Maços de legados pios, cx. 6-25).



procedem da Santa Casa da Misericórdia do Funchal, e os autos de testamentos de pessoas que deixaram legados pios, sem vinculação de bens, provêm do Comando da Polícia de Segurança Pública<sup>32</sup>. No relatório do ano anterior, o diretor já afirmara que desta entidade também viera o “livro de Inventário de todas as capelas e testamentos” (JRC, liv. 426)<sup>33</sup>. cremos que estes autos de contas de testamentos incluíam os da mesma natureza procedentes do Juízo do Resíduo Eclesiástico (JRE), primitivamente ordenados por ordem alfabética, mas posteriormente dispostos por freguesia.

Os registos de incorporação supramencionados não aludem à restante documentação que compõe este fundo – os autos de contas de administração de confrarias e os processos de contencioso –, mas julgamos que integraria ambas as incorporações, uma vez que, no decurso da intervenção de tratamento arquivístico em curso (2022-2023), ainda estamos a encontrar muitos destes processos misturados com as restantes séries documentais.

Por fim, é de referir a recente integração no fundo JRC de documentos, geralmente de contencioso, encontrados entre os processos de feitos findos e na coleção de documentos avulsos da Câmara Municipal do Funchal. E é de mencionar, também, a integração dos tomos 14.º, 18.º e 19.º (livros de registo geral) da Provedoria dos Resíduos e Capelas<sup>34</sup>, que antes constavam nos fundos da Misericórdia do Funchal e da Administração do Concelho do Funchal.

## 2.2. Intervenções Arquivísticas

O trabalho arquivístico, como o historiográfico, é um labor em permanente evolução – em função do conhecimento do organismo e matéria em causa, das competências profissionais do arquivista, da evolução dos conceitos e normas de descrição, do dinamismo próprio do saber e fazer arquivísticos, das ferramentas tecnológicas ao dispor do profissional de informação. O trabalho de cada um, parecidos, assenta sucessivamente nesta cadeia de esforços e conhecimentos acumulados, os quais não devem ser esquecidos – bem pelo contrário. Daí a pertinência do registo das ações arquivísticas conhecidas no tocante a este espólio.

---

<sup>32</sup> ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Relatórios de atividade, pt. 58, f. 20.

<sup>33</sup> ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Relatórios de atividade, pt. 58, f. 17.

<sup>34</sup> ABM, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, liv. 412 (tombo 14.º), liv. 436 (tombo 18.º) e liv. 437 (tombo 19.º). Cotas antigas: Misericórdia do Funchal, liv. 694[A]; Administração do Concelho do Funchal, liv. 368 e 369. Ver informação adiante, pp. 80 e 83-84, sobre esta série documental.

Intervenções no arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Funchal:

Os autos de contas de testamentos e os autos de contas de capelas foram respetivamente ordenados, numerados sequencialmente e dispostos em maços, constituindo-se um livro de registo para controlo e acesso aos mesmos autos; este inventário foi iniciado em 1838-03-02, por ordem da Comissão Administrativa da Santa Casa, sendo então presidente Carlos Acciaiolly de Noronha<sup>35</sup>.

Intervenções arquivísticas no Arquivo Distrital do Funchal, depois Arquivo Regional da Madeira, Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) e Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM):

O primeiro ato organizativo foi constituir o núcleo “Resíduos e Capelas”, com documentação apartada da proveniente da Misericórdia do Funchal, atendendo à sua extensão e importância<sup>36</sup>.

Quanto às iniciativas de organização e descrição tomadas no correr do tempo, apresentá-las-emos seguindo a opção primitiva de tratar primeiro dos livros do cartório e depois da restante documentação. Assim:

– Livros do cartório da Provedoria dos Resíduos e Capelas: foi publicada a sua relação na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, 1933, vol. III, pp. 47-50, na vigência do diretor João Cabral do Nascimento. Posteriormente, e já na direção de José Pereira da Costa, a maior parte destes livros (muitos de confrarias) foram cotados e integrados no arquivo da Misericórdia do Funchal (IDD n.º 63, junho de 1964) e no inventário *Livros e Documentos das Confrarias* (exemplar datilografado, sem número, desativado), mais tarde descritos na publicação «Confrarias e Irmandades no Arquivo Regional da Madeira: Catálogo Documental», vol. XXII da revista *Arquivo Regional da Madeira*<sup>37</sup>. Fragmentos dos tombos do JRC: foram efetuados resumos e transcrições parciais pelo antigo diretor Luís de Sousa Melo<sup>38</sup>. Já a descrição dos tombos 14.º, 18.º e 19.º encontra-se quase concluída<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> O inventário possui a cota atual ABM, JRC, liv. 426. Refira-se que a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal também ordenou a realização do inventário dos autos de contas de testamentos procedentes do Juízo do Resíduo Eclesiástico (cota atual: ABM, JRE, liv. 304).

<sup>36</sup> S.A., 1932, «Catálogo dos manuscritos [...], p. 83.

<sup>37</sup> JARDIM, 1999, «Confrarias e Irmandades no Arquivo Regional da Madeira [...], pp. 9-183. Em breve, cotejaremos estes instrumentos descritivos para reconstituir os livros efetivamente produzidos pelo JRC.

<sup>38</sup> Estes fragmentos estão acondicionados em sete caixas com as cotas ABM, JRC, cx. 393-397 e 410-411. Quanto aos índices e transcrições parciais acima referidos, foram recentemente localizados e, em breve, serão adaptados e descritos de forma normalizada. Atualmente, está em curso a descrição dos tombos 14.º, 18.º e 19.º.

<sup>39</sup> Descrição por Fátima Barros.

– Autos de contas de administração de capelas:

i) A primeira descrição sumária dos processos de contas de capelas, em fichas ordenadas alfabeticamente pelo nome do instituidor, foi efetuada na vigência do diretor José Pereira da Costa (entre 1956 e 1966);

ii) Na década de 1990, sob a direção de Luís de Sousa Melo, procedeu-se à catalogação de cerca de 58% dos processos de capelas utilizando-se a ficha de catalogação nível 5 (P) do programa Arqbase, fornecida pelo extinto Instituto Português de Arquivos<sup>40</sup>. Deste trabalho resultou um índice, datado de 1993 (IDD n.º 42 – “Índice dos Processos de Tomada de Contas de Capelas (JRC)”, versão 01, desativado).

iii) Em meados de 2021, sob a direção do atual diretor regional, Nuno Mota, retomou-se o trabalho de descrição desta série documental, já na plataforma Archeevo, trabalhando-se em duas frentes: a) rever, completar e adaptar à norma ISAD(G) (General International Standard Archival Description) as descrições existentes, fornecendo descrições o mais exaustivas possíveis em função do interesse informativo, da antiguidade e estado de conservação dos processos; b) descrever de forma sumariada todos os processos, quer os que já tinham fichas Arqbase, quer os que não possuíam qualquer instrumento de recuperação de informação. Criou-se um novo índice destes autos (IDD n.º 42, versão 02).

– Autos de contas de administração de testamentos:

i) Em altura não determinada, mas ao que tudo indica na vigência do diretor José Pereira da Costa, procedeu-se à junção dos autos de contas de testamentos do JRC e do JRE, ordenando-os por freguesias e acondicionando-os em caixas de folha zincada. Constituiu-se um inventário (IDD n.º 43, versão 01, desativado);

ii) Em meados da década de 1990, foi efetuado um levantamento sistemático dos mesmos processos, aferindo-se o nome do testador, data, procedência e cota, informação esta inscrita na capilha que envolvia os autos. Em seguida, procedeu-se à separação dos processos das duas entidades, e atribuíram-se novas cotas<sup>41</sup>. Também se atualizou o IDD n.º 43 atrás mencionado;

iii) Por volta de 2002-2003, iniciou-se a catalogação dos processos em fichas especialmente concebidas para o efeito, substituídas logo depois por fichas extraí-

---

<sup>40</sup> Com a orientação técnica da arquivista Maria Favila Vieira da Cunha Paredes, o trabalho foi desenvolvido por Fátima Barros, com colaboração pontual de Gastão Jardim.

<sup>41</sup> Trabalho realizado pelos arquivistas Elsa Gonçalves e Leonardo Pereira.

das da plataforma CALM, e cuja descrição já obedecia à primeira versão da norma ISAD(G). Essas fichas foram transferidas para a plataforma CALM, logo após a sua implementação no então Arquivo Regional da Madeira. Desde 2017 decorre o processo de revisão dessas descrições, agora na plataforma Archeevo, desta feita mais completos e com alguma adaptação à evolução da referida norma. Refira-se que, em 2023, também se optou por descrever de forma sumariada os processos de contas de testamentos sem qualquer descrição relacionada, de que resultará um índice alfabético de todos os autos (IDD n.º 43, versão 02)<sup>42</sup>.

– Autos de contas de administração de confrarias:

i) Ainda na vigência de José Pereira da Costa, os autos de contas às confrarias foram sumariamente incluídos no inventário das confrarias atrás referido, tendo sido classificados por freguesia;

ii) Em meados da década de 1990, foram organizados e descritos 1215 processos desta série documental, ordenando-se os processos de acordo com um critério geográfico, por concelho e freguesia<sup>43</sup>.

– Documentos de contencioso e de natureza administrativa:

De 2016 a 2019, procedeu-se à descrição e classificação de um conjunto documental composto por cerca de 730 documentos compostos distribuídos por diversas séries documentais. Inicialmente descritos em ficheiro excel, estes registos foram migrados para a plataforma Archeevo<sup>44</sup>. Em curso o desenvolvimento destas descrições, bem como a descrição dos cerca de 330 processos sem qualquer descrição associada<sup>45</sup>.

## 2.3. Caraterização do Acervo

### 2.3.1. Elementos de Identificação, Conservação e Acesso

O cartório do JRC contempla um universo documental resultante da atividade jurisdicional e de supervisão de todas estas matérias relacionadas com capelas, morgados, instituições pias, resíduos e órfãos. Cobre um extenso arco temporal,

---

<sup>42</sup> Descrição realizada pela arquivista Elsa Gonçalves.

<sup>43</sup> Descrição realizada pelo arquivista Gastão Jardim: JARDIM, 1999, «Confrarias e Irmandades no Arquivo Regional da Madeira [...]», pp. 9-183.

<sup>44</sup> A descrição e sistematização dos cerca de 730 processos foi realizada pela investigadora Ana Madalena Trigo de Sousa e consistiu num contributo inestimável para o avanço da inventariação e disponibilização deste conjunto documental.

<sup>45</sup> Desenvolvimento e descrição em curso pela arquivista Fátima Barros.

do início do século XVI ao XIX, mas retém vários traslados de documentos do século XV. Conta com 452 u.i. (17 livros e 435 caixas contendo cerca de 11 200 processos)<sup>46</sup>. Infelizmente, de forma geral, o acervo encontra-se em muito mau estado de conservação; uma parte significativa do mesmo encontra-se fora de consulta, o que é mencionado ao nível de cada unidade descritiva. Apenas existem réplicas digitais para cerca de 4% dos autos de contas de capelas.

Somente os registos descritivos dos autos de contas de capelas se encontram disponíveis em linha, na plataforma de descrição documental Archeevo<sup>47</sup>. A consulta destes mesmos autos beneficia, ainda, da existência de um índice alfabético (IDD n.º 93, versão 02), o que também acontecerá em breve para os autos de contas de testamentos.

### 2.3.2. Âmbito e Conteúdo

O acervo do JRC documenta o fenómeno da vinculação da propriedade no Arquipélago da Madeira, nos séculos XV a XIX: as estratégias de preservação do património familiar e da condição social dos seus membros, a transmissão de valores e memórias, a sujeição de determinados bens materiais ao cumprimento de encargos pios, destinados a salvar a alma dos defuntos fundadores.

Como bem notou a historiadora Ana Madalena Trigo de Sousa no ensaio já citado<sup>48</sup>, o arquivo possui uma riqueza informativa extraordinária, propiciadora de múltiplas linhas de investigação nos vários domínios da história. Assegura preciosa informação para estudos de genealogia e história da família, de análise da estrutura social, da religiosidade e das mentalidades da época; fornece «indicadores sobre a vida patrimonial e económica das famílias»<sup>49</sup>.

Pelo volume e importância, destacamos as séries de autos de contas de administração de capelas e de testamentos e os inúmeros processos de contencioso de variada natureza, que fornecem igualmente elementos sobre o modo de funcionamento do próprio Juízo<sup>50</sup>.

---

<sup>46</sup> Ponto de situação em junho de 2023. A contagem poderá variar apenas ligeiramente, em função do desdobramento de alguma caixa, da junção de fragmentos ou da eventualidade de surgir mais algum documento do JRC noutra fundo do ABM.

<sup>47</sup> BARROS, 2021, *Autos de Contas de Administração de Capelas*. Alertamos para o facto de estas descrições apresentarem diferentes níveis de normatividade e desenvolvimento, uma vez que o trabalho se encontra em curso.

<sup>48</sup> SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira [...]», pp. 103-150.

<sup>49</sup> SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira [...]», p. 106.

<sup>50</sup> A título de exemplo, consulte-se os processos com as cotas ABM, JRC, cx. 72, n.ºs 17 e 18, com informação interessante sobre a nomeação do cargo de contador dos Resíduos.

É de evidenciar, também, a importante série dos tomos, de que restam fragmentos do que pensamos serem os primeiros volumes, para além dos tomos 14.º, 18.º e 19.º atrás mencionados. Tais tomos teriam sido iniciados em 1590 pelo desembargador António de Melo, «fazendo oito livros de grande volume» que, em 1768, informa o corregedor da comarca, «se acham todos lacerados sem principio nem fim».<sup>51</sup> Os aludidos fragmentos, constituídos por folhas de grande dimensão guardadas em sete caixas, em mau estado de conservação, contêm o registo de documentos produzidos entre 1489 a 1688, respeitantes à instrução do vínculo, como o instrumento de fundação, os autos de medição e confrontação dos bens vinculados e as sentenças que atestariam a sua posse. Incluem, ainda, alguns títulos de permutação e sentenças de abaixamento de pensões. Já os tomos posteriores, com registos efetuados entre 1787 e 1831, assumem-se, claramente, como livros de registo geral: contêm o traslado de testamentos, cartas régias, provisões, ordens e ofícios respeitantes à posse, administração e abolição de bens vinculados e, ainda, relativos ao funcionamento administrativo e institucional do próprio Juízo – por exemplo, cópias de provimentos de ofícios e de editais de correições.

### 2.3.3. Sistema de Organização

No decurso do recente processo de organização do fundo, esta documentação foi distribuída por três secções distintas, constituídas em função de um critério funcional:

SC A – Administração;

SC B – Ação Fiscalizadora;

SC C – Ação Jurisdicional.

As séries documentais foram compostas predominantemente em função da tipologia dos documentos. Já a ordenação das séries obedeceu a diferentes critérios: nas secções A e C, optou-se pela ordenação cronológica dos documentos; na secção B, escolheu-se proceder a uma ordenação que difere para as diferentes séries (utilizados os critérios alfabético, geográfico e de reconstituição de maços de origem); esta disposição só muito raramente coincide com a arrumação física dos documentos, devido ao profundo estado de desorganização em que se encontrava o acervo.

---

<sup>51</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Madeira, Correspondência da Madeira, Ofício do corregedor da comarca Francisco Moreira de Matos para o governador João António de Sá Pereira, 1768-02-01, cx. 2, n.º 288.

A descrição dos documentos respeitou as regras gerais da descrição arquivística multinível e as orientações constantes da norma ISAD(G) e dos documentos normativos internos da DRABM.

Tabela n.º 1 – Arquivo do JRC – Madeira (estado em junho de 2023)

Secções	Principais Séries	Dimensão	Datas Extremas
A – Administração	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Livros de receita e despesa</li> <li>– Livros de protocolo de audiências</li> <li>– Requerimentos dirigidos ao juiz</li> <li>– Tombo (registo geral)</li> <li>– Livros de registo de pensões e missas</li> </ul>	C. 140 u.i.	1649-1854
B – Ação Fiscalizadora	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Autos de contas de administração de capelas</li> <li>– Autos de contas de administração de testamentos</li> <li>– Autos de contas de administração de confrarias e de capelas/altares</li> </ul>	2474 proc. C. 6330 proc. C. 1340 proc.	Séculos XVI-XIX (inclui cópia de documentos do século XV) 1626-1837 Segunda metade do século XVIII e século XIX
C – Ação Jurisdicional	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ações cíveis de embargos, de justificação, de sequestro, de arrematação, etc.</li> <li>– Apelações e agravos para a Ouvidoria, para o Juízo da Correição e para a Casa da Suplicação</li> <li>– Sentenças diversas</li> <li>– Autos de tutoria de órfãos e de inventário de bens vinculados</li> <li>– Provisões e petições</li> </ul>	C. 940 proc.	1662-1859 (inclui cópia de documentos do século XV)

#### 2.4. Unidades de Descrição Relacionadas com o JRC e a Instituição Vincular

O estudo da instituição vincular não se esgota, de forma alguma, na consulta e análise da produção documental do JRC. Outros fundos do Arquivo e Biblioteca da Madeira detêm documentação de particular relevância quanto a esta temática.

Começamos pelos três livros do registo vincular, realizado entre 20 de novembro de 1862 e 10 de abril de 1863, pelo Governo Civil do Distrito do Funchal, e contendo o registo dos títulos vinculares de 15 proprietários de morgados insulares<sup>52</sup>.

No arquivo da Câmara Municipal do Funchal, destaque para o Registo Geral, onde constam as nomeações dos oficiais dos Resíduos e Capelas.

Identicamente, é de referir os arquivos de família depositados no ABM: da família Bettencourt Mimoso (administração do morgadio de Nossa Senhora do Faial); da família Bettencourt Perestrelo de Vasconcelos (administração do morgadio de Diogo de Bettencourt Perestrelo, 7.º capitão donatário do Porto Santo); da família Torre Bela (administração do morgadio da Torre, em Câmara de Lobos); da família Ornelas Vasconcelos (administração dos morgadios do Caniço, da Lombada da Ponta do Sol, e reivindicação do morgadio dos Teive), da família Freitas Lomelino e da família Pereira de Gouveia (com documentação do morgadio de Urbano Lomelino e padroado do Convento de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz).

Nos fundos judiciais, cumpre-nos indicar os autos cíveis de abolição de vínculos, de prestação de contas, de justificação de alimentos, de libelo para prova de sucessão de morgadio, de troca de bens vinculados, de aforamento de bens vinculados, entre outras ações de natureza cível.

No acervo da Misericórdia do Funchal, merece registo os livros de capelas, de capelanias, de reduções de encargos, de pagamentos de missas.

O fundo da Autoridade Tributária – Assuntos Fiscais, procedente da 2.ª Repartição de Finanças do Funchal, integra importante documentação da extinta Repartição da Fazenda do Funchal relacionada com os bens próprios da Coroa / Fazenda Nacional, fundamental para o estudo da fase final do regime vincular.

No Arquivo Nacional Torre do Tombo é possível localizar inúmera documentação referente aos Resíduos e Capelas e aos vínculos insulares, muita em suporte digital e disponível em linha na plataforma da instituição. Enumerando: o fundo do Desembargo do Paço, subsecção “Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas” (com provisões e alvarás referentes a extinção de vínculos e abolição de encargos); Arquivo do Arquivo, série “Avisos e Ordens”; fundo dos Feitos da Coroa, série “Capelas da

---

<sup>52</sup> Com as cotas atuais Governo Civil do Funchal, liv. 984, 985 e 986. Foram incorporados no Arquivo Distrital do Funchal em 1834-11-08, procedentes do Governo Civil do Distrito Administrativo do Funchal (ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Registo de incorporações I (1932-1955), liv. 61, ff. 13 v.º-14). Estes volumes foram minuciosamente analisados por SOUSA, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal [...]», pp. 151-211. Sobre o registo vincular desta Ilha da Madeira veja-se a coleção “Morgados e Capelas” do Arquivo Nacional Torre do Tombo, adiante apontada.



Coroa”; fundo da Casa da Suplicação, com instância de agravo e de apelação em matéria de capelas e resíduos insulares; fundo do Corpo Cronológico (inclui, por exemplo, cartas de entidades regionais sobre assuntos respeitantes à sonegação de capelas); fundo do Convento de Santa Clara do Funchal, série “Obrigações de capelas”; fundo do Ministério do Reino, série “Requerimentos”; fundos da Chancelaria Régia e Registo Geral de Mercês (contendo nomeações de funcionários dos Resíduos e Capelas desta Ilha); coleção “Morgados e Capelas”, série “Registos vinculares”, subsérie “Funchal”.

### **3. Tratamento Arquivístico dos Autos de Contas de Administração de Capelas**

#### **3.1. Compreender o Instituto “Capela”**

De modo geral, a literatura consultada apresenta-nos a capela como um conjunto de bens vinculados, sujeitos à sustentação de encargos pios, ficando os administradores com uma certa quota dos seus rendimentos. Já no caso da instituição morgado, «o administrador, e possuidor desses bens, é responsável, apenas, pelo cumprimento dos encargos pios. Os rendimentos dos bens revertem para benefício do próprio administrador e possuidor»<sup>53</sup>. A distinção entre morgado e capela é ténue e assenta na questão da proporção dos rendimentos e da finalidade de fundação; «com excepção do destino dado aos rendimentos, a forma de instituição e as regras que sustentam ambos os vínculos são em tudo idênticas»<sup>54</sup>.

Filipe dos Santos constata que no diploma fundador «não era clara ou fácil de destringer a tipologia do vínculo criado, além de que ambas as palavras chegavam a ser usadas indiferentemente»<sup>55</sup>.

O vínculo de morgado ou capela é fundado por meio do testamento ou de escritura notarial, documento onde o fundador fixa as regras do vínculo, de acordo com a sua vontade: estipula os bens a vincular, os encargos a cumprir e a forma de sucessão. Um instituidor podia fundar vários vínculos de morgado ou capela<sup>56</sup>. E fazia-o livremente, independentemente da sua condição social – isto até 1770, quando a legislação pombalina impôs restrições tendentes a controlar o excesso de propriedades afetas a fins devocionais.

---

<sup>53</sup> SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira [...]», p. 110.

<sup>54</sup> ESTEVES, 2008, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens [...]*, p. 20.

<sup>55</sup> SANTOS, 2020, «Vínculos (morgadios e capelas)».

<sup>56</sup> Veja-se o caso de Gonçalo de Faria Leal, que em 1681 institui mais de meia dúzia de capelas fúnebres (ABM, JRC, cx. 133, n.º 2).

São as seguintes as principais características dos vínculos:

– Património inalienável e indivisível, geralmente terra, mas também casas, rendas, foros e até bens móveis, como escravos ou «panos de ras»<sup>57</sup>;

– Encargos perpétuos: espirituais (missas, ofícios) ou materiais (em género ou monetários – dotes de órfãs, resgate de cativos, manutenção do templo, por exemplo). O instituidor do vínculo também podia impor aos sucessores administradores outro tipo de obrigações, como o uso do apelido, porte de armas, o dever de anexar a terça dos seus bens ou mesmo a exigência de um comportamento idóneo e adequado, sob pena de perda da administração;

– Sucessão perpétua, privilegiando-se a varonia ou masculinidade, em detrimento das linhas secundogénitas e feminina. Usualmente, mesmo que o fundador não tivesse filhos, garantia-se que tal esquema de sucessão de pai para filho se consolidaria na geração seguinte do parente escolhido, geralmente o mais chegado.

Maria de Lurdes Rosa foi a autora que mergulhou mais fundo na análise do complexo universo das capelas fúnebres. Procurou entender não só o seu funcionamento, mas as motivações profundas que estavam na origem da sua edificação. Estas motivações muito provavelmente explicam a durabilidade e transversalidade social deste instituto, que tem como foco principal o bem da alma do defunto. A historiadora define a capela como uma instituição com características especiais:

– Vontade do fundador como “lei interna”;

– Reprodução institucional específica (ancorada em estruturas sociais informais);

– Baseada em imperativos religiosos e éticos;

– Funcionando para o sobrenatural<sup>58</sup>.

A fundação de uma capela revela-se como um meio privilegiado de alcançar a salvação espiritual do defunto, pois sujeita um conjunto de bens e nomeia administradores encarregues de garantir a sufragação da sua alma *ad aeternum*. Uma instituição “estranha”, portanto, que confere uma «existência legal» às almas dos mortos<sup>59</sup>. Estranha numa conceção anacrónica de instituição, dado o seu fim último: garantir a salvação das almas, consideradas «sujeitos de direito»<sup>60</sup> – algo impensável

---

<sup>57</sup> Vínculo instituído em 1694 por Francisco de Vasconcelos Bettencourt, o *Velho*, em que junta à terça os seus «panos de ras» para «andarem em morgado» (ABM, JRC, cx. 105, n.º 9, f. 7 v.º).

<sup>58</sup> ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...], pp. 572 e segs.

<sup>59</sup> ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...], p. 7.

<sup>60</sup> Como bem explica a historiadora Maria de Lurdes Rosa na sua tese de doutoramento, já por várias vezes citada (ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...]), cujo título remete logo para a questão da institucionalização da alma, da sua «afirmação como sujeito de direito», tema desenvolvido ao longo da obra (cf. pp. 12, 188, 194, 202, 517).

no sistema institucional e legal contemporâneo. Mas, sem dúvida, uma instituição<sup>61</sup>, na conceção da época, o que explica a produção de enorme quantidade de informação a conservar (logo, arquivos): tanto por parte dos proprietários, como por parte das duas instituições que sempre quiseram seguir de perto o que correspondia, na verdade, a uma enorme riqueza patrimonial – a Coroa e a Igreja<sup>62</sup>, que por seu turno desenvolveram normas e instituições próprias para tal fim. Maria de Lurdes Rosa explica-nos bem esta interessante dialética: por um lado, a Igreja queria fiscalizar o pagamento dos sufrágios e a correção do funcionamento das capelas, dentro dos templos; por outro lado, a Coroa pretendia assegurar-se que os sufrágios eram cumpridos, por motivos de crença religiosa mas, também, para impedir a acumulação de riqueza por parte do clero, na continuidade das leis desamortizadoras existentes desde início do século XIII<sup>63</sup>. Entre outras instituições, foram centrais os juízos de capelas, nos quais se conserva testemunho da própria ação (fiscalizadora, sobretudo), mas também da ação da esfera dos instituidores, em cópias, como constatamos no arquivo do JRC.

### 3.2. Caracterização da Série Documental

«Os autos, volumosos cadernos com o testamento ou doação do instituidor»; «De fôlhas dilaceradas e roídas dos insectos, com a tinta sumida e misturados arbitrariamente, esses maços estavam incompletos, alguns irremediavelmente perdidos»<sup>64</sup>.

A série documental de autos de contas de administração de capelas conta com 2474 processos<sup>65</sup>, com datas compreendidas entre a primeira década do século XVI e o último quartel do século XIX. Contudo, os vínculos mais antigos documentados

---

<sup>61</sup> O estudo da especificidade institucional das capelas é o tema central da tese de doutoramento de Maria de Lurdes Rosa: «a capela enquanto instituição de vivos e mortos [...] instituições, sem dúvida, com tudo o que isso implica, e nem sempre tem sido tido em conta; mas instituições com uma natureza particular, movendo-se numa esfera legal ela própria diversa da nossa» (ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...], p. 527).

<sup>62</sup> Sobre estas instituições – Coroa e Igreja – que produziram, receberam e/ou conservaram informação sobre a vinculação, consulte-se, na página institucional do projeto *Vinculum*, FARELO et al., s.d., «Guia do Sistema de Informação Vincular», nomeadamente a página Instituições – Coroa e Igreja (<https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt/instituicoes/>).

<sup>63</sup> Maria de Lurdes Rosa esclarece: «Se tal [a “reforma da Igreja”] passa muito claramente pela drástica limitação da posse de bens à Igreja, não é pela descrença do papel desta na salvação das almas, através da intercessão ritual. A afirmação do domínio régio sobre os bens temporais do seu reino colidiu com o facto de, depois de séculos de doutrina e prática neste sentido, boa parte daqueles bens estarem afectos a fins espirituais; e com a realidade de ser a monopolização dos cuidados com estes fins, por seu lado, que alimentava a força do poder eclesiástico. As lutas pela hegemonia foram portanto inevitáveis, e não podem ser escamoteadas» (ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...], p. 5).

<sup>64</sup> NASCIMENTO, 1935, «Capelas e morgados da Madeira», p. 66.

<sup>65</sup> Número sujeito a alteração até à conclusão da inventariação do núcleo documental.

nos processos em apreço foram instituídos no último quartel do século XV, como o de João Preto, fundado em 1470, ou o de Gil Eanes, carpinteiro, constituído em 1482<sup>66</sup>.

Infelizmente, mantêm-se atuais as observações acima registadas por Cabral do Nascimento em 1935, quanto ao deplorável estado de conservação destes processos. 71,37% da série foi assinalada como fora de consulta, havendo réplicas digitais apenas para 83 processos (3,35%). O projeto de conservação e digitalização, iniciado em 2022, já concluiu a conservação curativa de 9688 documentos (folhas) e produziu um total de 16 698 imagens<sup>67</sup>.

Os autos de contas de capelas resultam da verificação, por parte do JRC, do cumprimento das determinações deixadas pelos defuntos instituidores de capelas. Da maioria dos processos constam as seguintes tipologias de documentos: o documento de criação do vínculo (o testamento ou uma escritura notarial, como um dote, uma doação, um aforamento), as tomadas de contas e quitações, sentenças, embargos, mandados, autos de sequestro, componendas de encargos pios, sub-rogações, entre outras tipologias. Os autos de contas de capelas documentam, assim, o processo de transmissão do vínculo a herdeiros/administradores no decorrer do tempo, com todos os efeitos sociais e económicos decorrentes da inalienabilidade e indivisibilidade dos bens vinculados. Alguns documentos, designadamente os testamentos e escrituras, contêm informação que complementa lacunas de outros universos documentais, como os registos paroquial e notarial, o que se revela de extrema importância para a investigação genealógica e de âmbito patrimonial. A riqueza informativa subjacente proporciona imensas possibilidades de utilização historiográfica da série.

### 3.3. Tratamento Arquivístico da Série Documental

#### 3.3.1. Sistema de Organização

Atendendo à desorganização e péssimo estado de conservação dos autos de contas de capelas, pretendeu-se recriar, ainda que apenas intelectualmente, a cotação original dada pela última entidade custodiante, a Santa Casa da Misericórdia

---

<sup>66</sup> Capelas anexas de João Preto, Pedro Álvares do Trato, escudeiro, e mulher Leonor Álvares, ABM, JRC, cx. 305, n.º 4; capela de Gil Eanes, ABM, JRC, cx. 99, n.º 2.

<sup>67</sup> Processo de conservação e digitalização levado a cabo pela equipa da DRABM / Direção de Serviços de Conservação e Restauro, beneficiando da colaboração do projeto *Vinculum* (contributo financeiro no restauro de 5000 folhas).

do Funchal, refletindo fielmente o inventário efetuado em 1838 pelo escrivão do cartório (JRC, liv. 426), que dispôs os referidos processos da seguinte forma:

Maços 1 a 73, n.ºs 1-656 – Maços congregando os autos de capelas dos administradores com maior número de vínculos e, presume-se, residindo nas freguesias urbanas do concelho do Funchal: Sé, São Pedro e Santa Maria Maior;

Maços 74 a 130, n.ºs 657-1863 – Maços de capelas organizados por freguesia (excluindo as freguesias urbanas do Funchal atrás mencionadas). Os maços 127 a 129 englobam diversas freguesias não especificadas e o maço 130 diz respeito à Ilha do Porto Santo;

Maços 131 a 132, n.ºs 1864-1893 – Maços de capelas litigiosas;

Maços s/n.º de capelas vagas à Coroa (total de 4 maços com 61 processos não identificados);

Maços s/n.º de capelas abolidas (total de 10 maços, também não discriminados);

Maços s/n.º de diversas capelas (muito provavelmente procedentes dos 19 maços de capelas «inúteis e muito dilaceradas» referidos no inventário, a f. 29 v.º, mas não discriminados).

O governador Travassos Valdez, num ofício de 1827, refere haver 800 ou 1000 vínculos na Madeira<sup>68</sup>. Ora, deste inventário da Misericórdia, poder-se-ia inferir a existência, no ano de 1838, de 1893 capelas ativas (incluindo as litigiosas e excluindo as vagas à Coroa). Porém, já verificamos que alguns dos autos terminam em meados do século XVIII, reportando-se aos vínculos certamente extintos por ocasião da reforma pombalina. E, por outro lado, no levantamento por nós já efetuado, confirmamos a existência de inúmeros processos que não constam do inventário da Misericórdia, muitos deles igualmente finalizados no século XVIII.

Pelo que a apresentação mais segura do número de vínculos ativos em 1832, por ocasião da extinção do JRC, só será possível numa fase mais avançada de descrição dos autos, quando se souber a data final de todos eles.

### 3.3.2. Descrição

Para bem descrever é necessário entender e interpretar o objeto de descrição. No caso em apreço, para empreender a descrição dos autos de conta de administração de capelas foi importante compreender o significado de capela.

Tal apreensão não foi imediata, na verdade, o modo de sistematização da informação do registo descritivo sofreu alterações ao longo do tempo e a respetiva

---

<sup>68</sup> Citação a partir de SOUSA, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal [...]», p. 154.

estabilização beneficiou muitíssimo da leitura das obras da historiadora Maria de Lurdes Rosa citadas ao longo este artigo.

O projeto de tratamento arquivístico desta série obedeceu a dois ritmos: i) uma descrição sumária dos autos, já concluída, que visou uma primeira identificação de todos os vínculos de capela<sup>69</sup>; ii) e uma descrição sistemática, detalhada, ainda em curso.

A descrição sistemática dos autos considera os elementos que caracterizam a instituição vincular: identificação do instituidor em título, data e local do estabelecimento do vínculo, motivos da sua criação, encargos (mencionando reduções), forma de sucessão do vínculo, bens vinculados (anotando vicissitudes ocorridas ao longo dos séculos, como sub-rogações, sequestros, arrematações, administração vacante), primeiros e último administradores, extinção do vínculo, quando mencionado. Deste modo, intentamos, também, registar os momentos mais importantes do fluir do processo administrativo, para além das habituais tomadas de contas e quitações de encargos pios. Acrescentamos informação sobre outros vínculos instituídos ou na posse do instituidor, bem como referências a escravos, vestes, arte e património, literacia, enfim, elementos seguramente do interesse do investigador e que se pretendeu salvaguardar, dada a vetustez e mau estado de conservação dos processos.

Pretendeu-se, em suma, caracterizar o vínculo de capela, mas também guiar o investigador no percurso dos principais momentos que documentam a forma como se desenvolveu cada instituição específica, em contraponto com o que foi estabelecido no documento fundador<sup>70</sup>. Momentos estes nem sempre de fácil perceção, devido à letra difícil, ao mau estado de conservação ou, simplesmente, porque os documentos, contendo tais referências, não são de todo evidentes, sendo necessário seguir com muita atenção o desenrolar do processo.

---

<sup>69</sup> Este levantamento permitiu-nos: obter um controlo sobre todas as unidades; juntar fragmentos de processos que se encontravam dispersos; relacionar vínculos; dispô-los no respetivo maço. Em simultâneo, criaram-se os necessários instrumentos de gestão e controlo do processo (ficheiro partilhado com registo das intervenções arquivísticas e de conservação e digitalização; ficheiro de controlo e de equivalência de cotas).

Agradeço à colega arquivista Elsa Gonçalves a preciosa ajuda prestada no acondicionamento e cotação dos documentos.

<sup>70</sup> Maria de Lurdes Rosa, na obra de 1995 *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*, ao explicar as fontes utilizadas, refere: «Pretendíamos deste modo observar a já referida articulação entre o modelo proposto e a forma como foi vivido [o morgadio]» (ROSA, 1995, *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*, p. 22).

### 3.3.3. Algumas Características dos Vínculos Descritos

A análise de um fenómeno tão complexo e determinante para a sociedade portuguesa dos séculos XV a XIX como os vínculos (morgados e capelas) é, indiscutivelmente, um exercício muito difícil e apenas cabalmente possível no âmbito de projetos de investigação coletivos. Tal é o caso do projeto *Vinculum*, investigação que abarca como época de estudo os séculos XIV a XVII e os espaços continental e atlântico.

Contudo, da descrição efetuada dos autos de contas de capelas, podemos já extrair alguns dados quanto à sociologia dos fundadores madeirenses, embora tal não seja o objeto principal deste artigo. Assim, dos 2474 processos, 2237 são de instituidores individuais<sup>71</sup> (inclui dois anónimos e alguns nomes repetem-se<sup>72</sup>); os restantes 237 são instituições conjuntas, onde prevalecem ligações de parentesco (predominantemente de marido e mulher – 91,56%, mas também de pais e filhos, de irmãos, entre outras). Há também um ou outro caso de capelas anexas, em data posterior à da primeira fundação: caso do processo da capela de Domingos Gonçalves, o *Velho*, fundada cerca de 1633, que incorpora idêntico vínculo do seu filho e nora, capitão Domingos Gonçalves Pinto e D. Joana Cabral Catanho, instituído em 1675<sup>73</sup>. Distintamente, temos a registar o auto de contas respeitante à administração da capela de Nossa Senhora do Amparo, Ponta do Pargo, que inclui o título dos bens, das pensões e dos vários dotadores da ermida<sup>74</sup>.

Constatamos uma certa igualdade de género no ato de fundar uma capela fúnebre: dos 2237 indivíduos, 52,01% são do sexo masculino e 47,98% do sexo feminino.

Quanto ao estado civil conhecido por ocasião do estabelecimento do vínculo: no conjunto dos fundadores individuais (2237), verificamos que 34,51% são casados, 16,8% são viúvos, 7,91% são solteiros (muitos eclesiásticos); dos restantes 40,76% desconhece-se o estado civil.

Uma análise do estado social e da categoria profissional dos instituidores careceria de uma investigação mais aprofundada, designadamente com recurso a fontes genealógicas, que não cabe no presente estudo. Contudo, não deixaremos de notar que nos deparámos com indivíduos de diferentes estratos sociais e de

---

<sup>71</sup> Estes instituidores individuais algumas vezes testam em conjunto com o cônjuge, porém os encargos das respetivas terças são tomados em autos apartados. Nalguns casos, verifica-se que o cônjuge sobrevivo alterou as cláusulas testamentárias referentes à terça dos seus bens, em codicilo posterior.

<sup>72</sup> A repetição de nomes ocorre porque um instituidor pode fundar vários vínculos, caso do padre José Homem de Gouveia, que em 1699 estabelece quatro vínculos de capela (cotas ABM, JRC, cx. 352A, n.º 2 a n.º 5).

<sup>73</sup> Com a cota ABM, JRC, cx. 240, n.º 1.

<sup>74</sup> Com a cota ABM, JRC, cx. 323, n.º 16.

diferentes categorias profissionais, como servidores da administração régia ou senhorial, eclesiásticos, homens de leis, militares, lavradores, oficiais mecânicos.

Acrescentaríamos, ainda, algumas observações quanto às datas de criação dos vínculos insulares. Uma ressalva: a análise recai apenas sobre 1755 do total dos 2474 processos de capelas existentes, correspondendo tal amostra aos autos que continham o instrumento de instituição do vínculo ou àqueles de que tínhamos a indicação segura da data próxima de fundação, por exemplo, através do registo de óbito do seu criador. Temos então que o maior número de vínculos é fundado nos séculos XVII (44,44%) e XVIII (34,58%). Compreensivelmente, a percentagem diminui nas centúrias anteriores: 0,56% na segunda metade de Quatrocentos e 20,39% no século XVI.

#### 4. Conclusão

A dimensão e persistência secular do regime de propriedade vinculada na sociedade portuguesa deve muito à atuação protetora da Coroa, em termos legislativos e institucionais, e à sua «real preocupação» com a «salvação da alma, própria e dos súbditos»<sup>75</sup>.

A fiscalização do cumprimento das disposições testamentárias dos defuntos é a função central do JRC, tribunal privativo presente na Ilha da Madeira desde meados do século XV até 1832. Os seus magistrados proviam, ainda, sobre hospitais, albergarias, confrarias, gafarias e misericórdias, e intervinham na defesa dos interesses patrimoniais dos órfãos.

Em resultado desta ação fiscalizadora e jurisdicional, o JRC gerou um importante acervo documental, que abrange os séculos XVI a XIX (com cópia de documentos do século XV) e que totaliza mais de 11 000 documentos. Estes foram estruturados em três secções distintas, de âmbito funcional: “Administração”, “Ação Fiscalizadora” e “Ação Jurisdicional”.

Afortunadamente, o atual estado de organização e tratamento arquivístico deste núcleo documental permitiu-nos apresentar um panorama geral sobre a composição do arquivo e adicionar informações a respeito da sua história custodial e ingresso no Arquivo Distrital do Funchal; também foi possível enumerar as principais intervenções arquivísticas ocorridas desde o tempo em que a Santa Casa da Misericórdia do Funchal custodiou este arquivo até aos dias de hoje.

---

<sup>75</sup> ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...], p. 5.



Trata-se de documentação imprescindível para o estudo da sociedade madeirense do Antigo Regime até fins do século XIX – sociedade marcadamente religiosa, agrária e onde imperava a instituição vincular, definida pela existência de bens indivisíveis, inalienáveis e com parte do rendimento sujeito à satisfação de encargos pios<sup>76</sup>.

A profusão de vínculos é atestada pela importante série de autos de contas de administração de capelas, perto de 2500 processos que incluem a cópia do instrumento de constituição do vínculo, autos de tomada de contas e quitações de missas, e outros documentos relacionados com a sua gestão.

Já os autos de contas de testamentos, mais de 6300 processos respeitantes à administração de obrigações a cumprir por uma só vez após a morte do testador, apresentam valiosos traços sobre a realidade social e mental da época.

De considerável valor informativo e preciosos para a análise dos vínculos são os tombo do JRC, onde ressaltam os registos que comprovam a fundação e posse dos vínculos, bem como traslados de cartas régias, provisões, alvarás, ordens, relacionados com matérias de resíduos, capelas e morgados e com o funcionamento do próprio tribunal.

As contas da administração, quer dos vínculos de morgados e capelas, quer das disposições testamentárias, quer das associações caritativas e religiosas, eram bastas vezes objeto de conflito entre os administradores e o JRC ou com terceiros, conflitos esses dirimidos e sentenciados em autos à parte – de sequestro, arrematação, embargos, agravos, entre outros, reunidos na secção de contencioso deste acervo (secção C – Ação Jurisdicional).

O tratamento arquivístico dos autos de contas de administração de capelas constitui o capítulo final deste escrito. A sua descrição atendeu aos aspetos que caracterizam a instituição vincular, pelo que o entendimento do significado do instituto “capela” foi determinante para empreender tal processo de descrição.

A informação principal de caracterização do vínculo foi extraída do documento fundador. Mas, tratando-se de processos transeculares que documentam a gestão da capela fúnebre pelos sucessivos administradores, não quisemos excluir de tal análise documentos ulteriores, como autos de sequestro, sentenças de redução ou termos de sub-rogação de bens. Estes sugerem momentos de tensão protagonizados pelo

---

<sup>76</sup> Sobre a propriedade agrícola vinculada, vejam-se as reflexões do deputado António Correia Herédia no âmbito do largo debate público que antecedeu a abolição dos vínculos, citadas e estudadas por Ana Madalena Trigo de Sousa (SOUSA, 2020, «O Sistema Vincular da Madeira [...]», pp. 543-579).

herdeiro sucessivo face à vontade do falecido antepassado, cuja alma era, na prática, o proprietário do bem vinculado.

A descrição metódica e meticulosa destes autos, em curso, é tanto mais granular quanto maior a sua antiguidade, maior o seu interesse informativo e pior o respetivo estado de conservação. Compreendemos, pois, que a condição de difícil leitura e o mau estado de conservação obstaculizam o acesso a esta riquíssima fonte documental, pelo que a descrição facultada tornar-se-á, assim, numa nova fonte de informação (que se pretende o mais fiável possível) e não apenas num instrumento facilitador de acesso.

A intervenção arquivística efetuada já nos permitiu obter alguns dados importantes para a análise das capelas fúnebres insulares, não obstante carecerem de investigação aprofundada: o período áureo de fundação ocorreu no século XVII, ainda que na centúria seguinte, sobretudo na primeira metade, se tenha mantido uma tendência em alta. Tais vínculos eram criados, de forma equilibrada, tanto por homens como por mulheres. Predominavam os indivíduos casados, seguidos dos viúvos. A representação sociológica dos fundadores é heterogénea, todavia ainda não é possível caracterizá-la com maior pormenor.

Por fim, diga-se que a descrição sistemática da globalidade do arquivo do JRC e, em particular, dos autos de contas de capelas, está longe do seu termo. Apesar disso, a informação e documentação já disponibilizada na plataforma Archeevo do sítio do Arquivo e Biblioteca da Madeira representa um auxílio qualificado à pesquisa científica histórica: por um lado, pelo contributo dado na historicização dos vínculos descritos; por outro lado, por disponibilizar novas e renovadas fontes de informação, importantes para a construção de um conhecimento mais fundo da história e das dinâmicas sociais do instituto vincular.

## **Fontes e Bibliografia**

### Fontes

ABM, Administração do Concelho do Funchal, Maços de legados pios, cx. 6-25.

ABM, Arquivo corrente do ABM, Arquivo do Juízo dos Resíduos e Capelas (séculos XVI-XIX): estudo histórico e tratamento documental – proposta de projeto conjunto do ABM (Fátima Barros) / CEHA (Ana Madalena Trigo de Sousa), 2016-05-30, nota interna n.º 39, 11.02.01/P.31.

- ABM, Arquivo corrente do ABM, Protocolo de cooperação entre a Universidade Nova de Lisboa, através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, e a Secretaria Regional do Turismo e Cultura, do Governo Regional da Madeira, no âmbito do Projeto “VINCULUM”, 2022-02-10, documento interno, 11.02.01/P.31.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Registo de incorporações I (1932-1955), liv. 61.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Relatórios de atividade, pt. 58.
- ABM, Arquivo Distrital do Funchal, Roteiro e índices do Arquivo Distrital do Funchal, 1935, liv. 60.
- ABM, Coleção de Legislação, Coleção de Decretos e Regulamentos Mandados Publicar por Sua Magestade Imperial, desde a sua Entrada em Lisboa até à Instalação das Câmaras Legislativas, Terceira Série, 1840, Decreto de 7 de agosto de 1834, liv. 6.
- ABM, Coleção de Legislação, Coleção de Leis e Outros Documentos Oficiais Publicados no ano de 1838, Oitava Série, Decreto de 2 de abril de 1838, liv. 3107.
- ABM, Coleção Oficial da Legislação Portuguesa, ano de 1851, 1852, Lisboa, Imprensa Nacional, Decreto de 5 de novembro de 1851, liv. 3116.
- ABM, Governo Civil do Funchal, Registo de ordens da Prefeitura, liv. 721.
- ABM, Governo Civil do Funchal, Registo Vincular, liv. 984, 985 e 986.
- ABM, Juízo do Resíduo Eclesiástico, Inventário dos papéis do JRE, liv. 304.
- ABM, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, Autos de contas de administração de capelas:
- Capela de Gil Eanes, cx. 99, n.º 2;
  - Capela de D. Guiomar de Couto, cx. 104, n.º 1;
  - Capela de Francisco de Vasconcelos Bettencourt “o Velho”, cx. 105, n.º 9;
  - Capela de Gonçalo de Faria Leal, cx. 133, n.º 2;
  - Capelas anexas de Domingos Gonçalves “o Velho”, de seu filho e de sua nora, capitão Domingos Gonçalves Pinto e D. Joana Cabral Catanho, cx. 240, n.º 1;
  - Capelas anexas de João Preto, Pedro Álvares do Trato e mulher Leonor Álvares, cx. 305, n.º 4;
  - Capela de Nossa Senhora do Amparo da Ponta do Pargo, cx. 323, n.º 16;
  - Capela de Luís Álvares “o Moço”, cx. 341, n.º 8;
  - Capelas do padre José Homem de Gouveia, cx. 352A, n.ºs 2-5.
- ABM, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, Autos de contas de administração de testamentos:
- Testamento de Francisco Rodrigues Figueira, cx. 10-8;
  - Testamento de João Pereira Jorge, cx. 53-26;
  - Testamento de António Pereira dos Passos, cx. 55-30.

- ABM, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, Autos cíveis de agravo para o Juízo da Correição, cx. 72, doc. n.º 17 e n.º 18.
- ABM, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, Inventário dos autos do JRC, liv. 426.
- ABM, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, Tombos (Registo Geral), cx. 393-397 e 410-411; liv. 412; liv. 436 e 437.
- Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, Madeira, Correspondência da Madeira, Ofício do corregedor da comarca Francisco Moreira de Matos para o governador João António de Sá Pereira, 1768-02-01, cx. 2, doc. n.º 288.
- Codigo Administrativo Portuguez*, 1837, Lisboa, Imprensa da Rua de S. Julião n.º 6, disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1814.pdf>, consultado em 2023-07-07.
- FARELO, Mário et al., s.d., «Guia do Sistema de Informação Vincular», in *Vinculum*, disponível em <https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt>, consultado em 2023-06-05.
- Ordenações Filipinas. Livro Primeiro*, 1985, edição fac-símile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, no Rio de Janeiro, 1870, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

## Bibliografia

- ABREU, Laurinda, 2002, «Algumas considerações sobre vínculos», in *Revista Portuguesa de História*, tomo 35, pp. 335-343, disponível em [https://www.academia.edu/27511921/Algumas\\_considera%C3%A7%C3%B5es\\_sobre\\_v%C3%ADnculos](https://www.academia.edu/27511921/Algumas_considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_v%C3%ADnculos), consultado em 2023-01-30.
- BARROS, Fátima, 2021, *Autos das Contas de Administração de capelas*, disponível em: <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1085085>, consultado a 2023-12-14.
- CASTRO, Armando de, 1989, «Morgado», in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 345-348.
- COSTA, Teresa e CALVÃO, Filipe, 2001, «Fundação de Capelas na Lisboa quatrocentista: da morte à vida eterna», in *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, n.ºs 13-14, pp. 337-368, disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/7373/7163>, consultado em 2023-01-30.

- ESTEVES, Judite Maria Nunes, 2008, *Do morgadio à divisão igualitária dos bens dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*, Tese apresentada para cumprimento dos requisitos à obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/66770>, consultado em 2023-02-05.
- SALVADO, João Paulo, 2015, «Capelas», in *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa, disponível em <https://edittip.net/2015/12/20/capela/>, consultado em 2023-02-05.
- FARELO, Mário et al., s.d., «Estado atual da informação arquivística relacionada com os vínculos (Provedorias das Comarcas até 1700)», in *Vinculum*, em fase de elaboração em <https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt/arquivos>.
- FLORENÇA, Teresa, 2020, «Uma Fazenda em Santo António e seus Administradores: Subsídio para o Estudo das Instituições Vinculares na Madeira (Séculos XVI-XIX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, Funchal, pp. 81-143.
- JARDIM, Gastão, 1999, «Confrarias e Irmandades no Arquivo Regional da Madeira: Catálogo Documental», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXII, pp. 9-183.
- NASCIMENTO, João Cabral do, 1935, «Capelas e morgados da Madeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. IV, fasc. II, pp. 65-72.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 2013, *Abolição dos morgadios: O caso da Madeira*, working paper apresentado no workshop sobre *Property in the making of the Portuguese Empire*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em <https://landsoverseas.files.wordpress.com/2013/12/wp-miguelrodrigues.pdf>, consultado em 2023-07-07.
- ROSA, Maria de Lurdes, 1995, *O Morgadio em Portugal. Séculos XIV-XV*, Lisboa, Editorial Estampa.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2005, *As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13303>, consultado em 2023-02-03.
- S.A., 1932, «De Rebus Pluribus», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, pp. 51-52.
- S.A., 1932, «Catálogo dos manuscritos oferecidos pela Santa Casa da Misericórdia desta cidade, ao Arquivo Distrital do Funchal», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. II, pp. 83-94.

- S.A., 1933, «Livros do cartório da Provedoria dos Resíduos e Capelas», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. III, pp. 47-50.
- SANTOS, Filipe dos, 2020, «Vínculos (morgadios e capelas)», in *Aprender Madeira – Dicionário Enciclopédico da Madeira*, Agência de Promoção da Cultura Atlântica, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/vinculos-morgadios-e-capelas>, consultado a 2023-03-01.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira (Finais do Século XV a 1832): Enquadramento Jurídico, Titularidade e Exercício», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, Funchal, pp. 103-150.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma Análise da Instituição Vincular na sua Fase Derradeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, Funchal, pp. 151-211.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2020, «O Sistema Vincular da Madeira nas Reflexões de António Correia Herédia: Para uma Análise das Questões Sócio-Económicas em torno da abolição dos “Morgadios”», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, Funchal, pp. 543-579.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2021, «História administrativa/biográfica/familiar», in *Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas*, disponível em <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=2801967>, consultado a 2023-12-14.

## O Arquivo Empresarial João de Freitas Martins

### João de Freitas Martins Company Archive

*Joana Judite Gonçalves da Silva*<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O presente trabalho tem como finalidade demonstrar o valor e a importância dos arquivos privados e como a intenção da preservação da memória está cada vez mais presente na nossa sociedade. Em jeito de estudo de caso, é abordado o Arquivo João de Freitas Martins, uma empresa ainda em atividade, com informação que abrange os séculos XIX e XX, e que está em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira.

**Palavras-chave:** Arquivo; Empresa; Família; Privado; Preservação.

#### **Abstract**

The present work aims to demonstrate the value and importance of private archives and how the intention of preserving memory is increasingly present in our society. As a case study, the João de Freitas Martins Archive is approached, a company still in activity, with information that covers the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, and which is in deposit at Arquivo e Biblioteca da Madeira (Madeira Archives and Library).

**Keywords:** Archive; Business; Family; Private; Preservation.

O conceito tradicional da arquivística distingue-se, segundo a sua natureza, em duas características – público ou privada –, dependendo sempre da entidade produtora, que eventualmente poderá não ser a que acumulou a informação. Em jeito de comparação, um arquivo público é formado durante o funcionamento das

---

<sup>1</sup> Arquivista da Direção de Serviços de Comunicação e Acesso da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2007), mestre em História e Património – ramo de Arquivos Históricos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2009) e doutoranda em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico Institucional na Faculdade de Artes e Humanidades da Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: joanajuditesilva@gmail.com. Todas as fotografias são da autoria da autora.

atividades das instituições ligadas à administração pública, podendo ser de âmbito nacional, regional e municipal, e um arquivo privado abrange toda a informação produzida por instituições privadas e/ou acumuladas por indivíduos, famílias, empresas, etc., sendo que a produção de informação obedece a uma orgânica cujo valor e importância histórica estão cada vez mais vinculados na nossa sociedade.

Este conceito é bem visível na Lei de Bases do Património Cultural<sup>2</sup> de 8 de setembro de 2001, art. 80.º, que refere inclusive a integração de coleções factícias geradas por práticas antigas que fogem à orgânica natural de uma instituição. O art. 81.º demonstra as várias categorias de arquivos, já anteriormente nomeadas, e os arts. 82.º e 83.º expõem os critérios e formas de proteção do património arquivístico independentemente do suporte.

No decorrer do final do século XIX e do início do século XX, denotamos um maior interesse relativamente aos arquivos privados devido ao seu potencial informativo e isso formaliza o aparecimento de novas abordagens de pesquisa histórica.

Um dos princípios basilares para uma organização de um acervo documental é o respeito pela sua proveniência e ordem original, conceito amplamente divulgado na obra *Manual for the Arrangement and Description of Archives*<sup>3</sup>, de Samuel Müller, Johan Feith e Robert Fruin, deixando para segundo plano a pesquisa histórica, sendo que no caso dos arquivos privados consideram que estes são coleções artificiais por não serem dotados de vínculos orgânicos. Na obra *Estratégias de Classificação dos Arquivos Familiares e Pessoais Contemporâneos: O Exemplo do Arquivo da Família Benito Maças*<sup>4</sup>, o autor contrapõe esse conceito com outros autores mais recentes, demonstrando a evolução deste ideal atribuído ao conceito de arquivos privados/familiares, até chegarmos às nossas atuais orientações.

Dentro das várias tipologias de arquivos privados, os arquivos empresariais são sem dúvida dos mais pertinentes pois são peças cruciais para entender o desenvolvimento social e económico de uma sociedade, promovendo a partilha da experiência e conhecimento com as futuras gerações. A sua preservação permite-nos compreender o património de uma comunidade, documentar um passado coletivo, promover estudos académicos, aprender um pouco mais sobre a história local e analisá-la por diversos ângulos, inclusive efetuar estudos antropológicos e sociais,

---

<sup>2</sup> Decreto-Lei n.º 107 de 8 de Setembro, in *Diário da República*, n.º 209/2001 – I-A Série.

<sup>3</sup> MÜLLER et al., 1940, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*.

<sup>4</sup> LIMA, 2016, *Estratégias de Classificação dos Arquivos Familiares e Pessoais Contemporâneos: O Exemplo do Arquivo da Família Benito Maças*, pp. 29-33.



que tanto nos apoiam no melhor entendimento de uma sociedade que se altera e evolui, mas que muitas vezes mantém a antiga essência.

A especificidade da documentação varia entre os registos empresariais, os financeiros, os de produção, os de recursos humanos e os de vendas e *marketing*. No entanto, a grande maioria destas casas empresariais são iniciadas em família, e os arquivos produzidos são muitas vezes de foro familiar e pessoal, tornando-se mesmo o âmago de todo o arquivo empresarial. Não nos é possível conhecer a história de uma empresa, sem conhecer o arquivo de família que lhe deu origem.

Assim sendo pretende-se, através desta resenha, tentar demonstrar como uma nova consciência em relação à história empresarial portuguesa, neste caso específico a madeirense, é cada vez mais emergente num mundo em que a informação primária continua a ser os documentos de arquivo, até porque são estes registos documentais que formam o conjunto denominado património documental, e que segundo José Manuel Lopes Cordeiro<sup>5</sup> «tem vindo a conquistar, progressivamente, o estatuto científico e académico que nos outros países já há muito lhe está reconhecido».

No artigo «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing»<sup>6</sup>, é referido que tanto Núñez Fernández<sup>7</sup> como González Pedraza<sup>8</sup>, nos seus respetivos estudos, defendem que as iniciativas internacionais de salvaguarda de património arquivístico empresarial remontam ao início do século XX, como já havia sido referido acima, utilizando os exemplos das empresas alemãs Krupp, Siemens e Bayer, que instituíram arquivos centrais com esse objetivo, ou o exemplo do Reino Unido, onde, no ano de 1934, são criados os Business Archives Councils, que seriam instituições privadas que mais tarde dariam origem ao Council for the Preservation of Business Archives e ao National Register of Archives. Estas são instituições que efetuam um recenseamento de arquivos históricos de empresas no país, que a título de curiosidade, em 1985, contava com um total de mil arquivos de empresa recenseados. Ainda na Europa, a Suíça fundou um projeto interessante em 1910, em Basileia, o arquivo Schweizerischen Wirtschaftarchiv, cujo papel é a recolha de documentação proveniente das sociedades comerciais até ao século XVIII; os Países Baixos iniciaram os seus projetos de recuperação e preservação de fundos documentais ligados à história social, económica e comercial cerca de 1914; e em França, apesar de ter sido mais tardia,

---

<sup>5</sup> CORDEIRO, 2001, «Arquivos de empresa e história empresarial», s. p.

<sup>6</sup> MUÑOZ-CAÑAVATE *et al.*, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing», pp. 210-251.

<sup>7</sup> NÚÑEZ FERNÁNDEZ, 2000, «Los archivos de empresa y el patrimonio documental industrial y mercantil como patrimonio cultural», pp. 99-128.

<sup>8</sup> GONZÁLEZ PEDRAZA, 2010, «Los archivos de empresas: un estudio comparativo», pp. 31-57.

foi criada uma Direção de Arquivos do país, de uma maneira relativamente bem sucedida, de modo a salvaguardar a documentação histórica das empresas; é de referenciar ainda a iniciativa dinamarquesa de criar o National Danish Business Archives que, como indica o nome, dedica-se à aquisição voluntária de acervos empresariais desde o século XVI até o XX, com o objetivo de salvaguardar essa parte da história do país.

Mas estas iniciativas não se ficam por aqui. Em Itália, em 1971, a Fiat, com o apoio da administração pública, começa por instituir um estudo na área dos arquivos empresariais que depois teve continuidade ao inventariar a sua documentação e colocando-a ao dispor dos investigadores; seguindo este exemplo, várias empresas do sector bancário optaram por publicar os seus inventários já na década de 90.

Do outro lado do oceano, os Estados Unidos da América, país caracterizado pelo seu vanguardismo, aplica desde a década de 40 uma forte política de gestão documental nos arquivos públicos; e já anteriormente, na década de 20, temos a Business Historical Society, de Boston, em conjunto com a Universidade de Harvard e o MIT, a criar um núcleo para organização de acervos com ligação à sociedade de Boston, que se transforma depois na Baker Library, atualmente vinculada à Harvard Business School.

Ainda no continente americano, mas a sul, temos o exemplo do Brasil, que desde 1960 tem vindo a instituir leis de apoio e proteção dos arquivos, e que criou dentro do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) uma secção apelidada “Arquivos de Empresas Privatizadas ou em Processo de Privatização”, e nas últimas duas décadas tem demonstrado um crescente interesse e investimento, assim como publicado muitos estudos na área da arquivística.

No plano da salvaguarda de arquivos privados em Portugal, veremos que a primeira aparição de legislação que promove a conservação de documentação empresarial é no primeiro Código Comercial<sup>9</sup>, datado de 1888, em que o art.º 40 do «Título IV Da Escripuração» afirma que toda a correspondência, documentos contabilísticos e livros de escrituração deverão ser conservados por 20 anos. Este art.º, apesar da boa intenção, não contemplou a pretensão de preservar a informação, mas apenas intentou implementar boas práticas na atividade comercial, sendo que após 20 anos tudo era passível de ser eliminado. Quase um século depois esse mesmo prazo vê-se reduzido para metade, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 41 de 1972<sup>10</sup>, e por entre mais algumas mudanças no que toca a leis de proteção do

---

<sup>9</sup> Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 aprovando o Código Comercial, in *Diário do Governo*, n.º 203.

<sup>10</sup> Decreto-Lei n.º 41/1972 de 4 de Fevereiro, in *Diário da República*, n.º 29/1972 – I Série.

património, é em 2001, com o Decreto-Lei n.º 107<sup>11</sup>, que aparece um capítulo com diversos arts. dedicados à documentação arquivística e à sua valorização, tornando todos os arquivos públicos com mais de cem anos bens de interesse nacional. Obviamente, sobre toda esta temática revolvem muitas mudanças em termos de avaliação e seleção de documentos, a regulamentação aplicada, especialmente no que diz respeito à informação de recursos humanos, finanças e património, pois nas últimas três décadas denota-se uma célere evolução no que diz respeito à produção de informação e a como a devemos preservar.

Os documentos gerados pelas atividades desenvolvidas por determinadas organizações, pessoas ou famílias constroem o registo da história e da memória humana, e são verdadeiros testemunhos intemporais e únicos na sua relação com o tempo e o espaço. Em 1986, no artigo «Os Arquivos Particulares e História da Madeira»<sup>12</sup>, Alberto Vieira, referindo-se ao arquivo privado da firma Cossart Gordon e C.<sup>a</sup>, afirma que «A matéria-prima com que lida o historiador, não obstante essa forte vinculação aos arquivos oficiais, não se traduz a essa documentação oficial, mas alarga-se a todo o tipo de documento e que assume a condição de fonte histórica»; seguindo o seu raciocínio, consolida-se a ideia de que a informação presente nos arquivos privados, juntamente com a informação dita oficial, transmite-nos uma realidade que se reporta a vários tipos de vivências, sejam elas de domínio público ou privado.

No artigo de Muñoz-Cañavate e demais autores<sup>13</sup> é efetuado um estudo ao caso português no que concerne os arquivos empresariais, abordando essencialmente três tipos de iniciativas, jurídicas, institucionais e científicas e/ou associativas.

Tendo já abordado anteriormente as leis que foram estabelecendo a política de salvaguarda da memória coletiva dos acervos privados, faríamos apenas uma breve análise às outras linhas de estudo. No caso das iniciativas institucionais, Portugal ainda depende do apoio da Administração Pública e das suas diretrizes, seja com a inclusão desses arquivos nas suas instituições, seja apelando à disponibilização do acesso aos fundos documentais na posse de sociedades comerciais e assim sensibilizando empresários para a importância dessa ação. Obviamente trata-se de um trabalho a longo prazo e que, apesar das influências estrangeiras, tem demorado a atingir o seu propósito, necessitando sempre do apoio de um organismo público e de exemplos que vinguem. O lugar do arquivista numa empresa, independentemente do ramo

---

<sup>11</sup> Decreto-Lei n.º 41/1972 de 4 de Fevereiro, in *Diário da República*, n.º 29/1972 – I Série.

<sup>12</sup> VIEIRA, 1986-11-20, «Os Arquivos Particulares e História da Madeira», p. 14.

<sup>13</sup> MUÑOZ-CAÑAVATE, MONTEIRO, FREITAS, BORGES, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing», pp. 210-251.

de ação, continua a ser algo utópico e considerado não essencial nas empresas portuguesas, e só mediante acontecimentos mais gravosos, como a aplicação de leis referentes aos tempos de manutenção de determinados registos, ou à eliminação de documentação sem a devida atenção e regras a que isso deve ser submetido, é que se procura ajuda, muitas vezes tardiamente. Não obstante, podemos verificar que na última década e meia tem havido cada vez mais iniciativas de proteção deste tipo de património e o público que procura conhecê-lo já não se restringe a estudiosos de determinada área, evoluindo para um público muito mais diversificado, o que significa que o conhecimento também se está a expandir.

No que concerne a iniciativas científicas e/ou associativas, Muñoz-Cañavate *et al.* abordam os vários pontos fracos e a necessidade de que seja criado um guia de arquivos de empresas para o país. A falta de sensibilidade das empresas em termos de gestão documental é uma das maiores problemáticas, e o risco de perda a que todos esses acervos empresariais são sujeitos é iminente.

De entre os exemplos apresentados, destacam-se os do setor bancário, como o Banco de Portugal e a Caixa Geral de Depósitos, cuja salvaguarda desta informação é uma forte aposta. A criação do Grupo de Trabalho de Arquivos Empresariais, que é responsável pela realização de encontros centrados nestes temas, é também uma mais valia para conseguir apelar à importância da preservação do património documental das empresas, assim como identificar os problemas inerentes.

Para este estudo em específico optou-se por abordar um arquivo privado, com uma conotação tanto empresarial como familiar, e que é de relevância para a história madeirense: o Arquivo João de Freitas Martins.

Trata-se de um acervo documental modesto, com cerca de 183 documentos, composto por 11 subfundos, que são na verdade as várias empresas que João de Freitas Martins fundou, maioritariamente na área dos transportes marítimos, e cujo documento mais antigo data de 1800 e contém informação que remete para o século XV.

Este trabalho iniciou-se quando o bisneto de João de Freitas Martins, João Welsh, quis organizar os papéis da empresa e verificou a importância dos documentos que ali estavam, iniciando assim o primeiro contacto para que me deslocasse ao local para averiguar o acervo. Quando nos deparamos com esta documentação, avaliámos o seu estado e propusemos uma cronologia de trabalhos com o objetivo de inventariar, descrever extensivamente, acomodá-la fisicamente da melhor maneira possível e efetuar um relatório e instrumento descritivo para melhor facilitar o acesso à informação. Em julho de 2015 deu-se início aos trabalhos acordados, sendo que os documentos não saíram em momento algum da empresa e, conforme iam sendo

descritos, eram acomodados. Foi mantida a organização em que se encontravam para tentar preservar alguma orgânica, visto que, segundo nos foi informado na altura, aquele acervo era o pouco que havia sido salvo e preservado ao longo dos anos e, por isso, estava guardado num cofre para evitar mais perdas, uma importante medida tomada pelo seu guardião, João Welsh; apesar de ser um acervo fácil de ser manuseado, ao verificar a documentação apercebemo-nos que este arquivo, apesar de ser conotado como empresarial, tem também muito de familiar.

Em termos de estado de conservação, os documentos encontravam-se em bom estado, tirando as eventuais dobras ou rasgos, e com necessidades baixas em termos de preservação.

O que este arquivo tem de modesto muda completamente ao avaliarmos a variedade tipológica da documentação. É um acervo complexo e heterogéneo, o que dificulta a elaboração de séries documentais.

Tabela n.º 1 – Tipologias documentais do Arquivo Empresarial João de Freitas Martins

Cadernos Manuscritos	Fotografias
Genealogia	Registos de Propriedade
Apólices	Minutas Notariais
Correspondência	Documentação Avulsa
Controle de Passageiros	Receita e Despesa
Contratos	Formulários
Plantas	Cartas de Nomeação
Recibos	Documentação Pessoal
Ações	Notificações
Documentação da Empresa JFM	Documentação da Empresa do Cabrestante
Documentação de Gestão	Atas
Letras	Livros de Razão
Livros Diário	Inventários
Livros de Caixa	Livros de Horas de Trabalho

A documentação notarial, englobando cerca de um quarto da documentação, é a mais representada, embora seja focada maioritariamente em assuntos de foro pessoal e não de gestão empresarial.

O sistema de cotas seguido foi relativamente simples. Atribuiu-se a sigla JFM – João de Freitas Martins – e, conforme foi-se descrevendo o acervo, foram atribuídos números sequenciais.

No final do trabalho, a documentação ficou dividida por oito caixas, sendo que os livros, por serem fora de formato, ficaram fora das mesmas.

Figura n.º 1 – Pormenor das caixas contendo os documentos do Arquivo João de Freitas Martins



Fonte: fotografia da autora.

João de Freitas Martins nasceu a 2 de fevereiro de 1863<sup>14</sup>, na freguesia de Nossa Senhora do Monte, filho de Pedro de Freitas Martins e Isabel de Freitas, e veio a falecer a 24 de julho de 1939<sup>15</sup>, com 76 anos. A sua morte e funeral foram amplamente relatados nos periódicos *Diário de Notícias*<sup>16</sup> e *O Jornal*<sup>17</sup>, demonstrando a sua importância e o apreço que por ele tinham; teve direito a missa de corpo presente dirigida pelo prelado da diocese e marcha funerária até ao cemitério com várias entidades governamentais.

Vindo de uma família com muitos terrenos na zona da Ribeira de João Gomes, no Monte, segundo alguns documentos de arrendamento e dívidas em nome do seu pai e do seu avô, João de Freitas Martins cresceu num ambiente de negócios e desde muito novo decidiu enveredar por esse caminho. Atribui-se o ano de 1888 ao início da sua atividade como comerciante, sendo registada a sua firma como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada a 21 de junho de 1919<sup>18</sup>, por documento

<sup>14</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paroquiais, Paróquia do Monte, liv. 1571, ff. 6 e 6v.º.

<sup>15</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatórias do Registo Civil, Funchal, liv. 284, f. 425v.º.

<sup>16</sup> *Diário de Notícias*: 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 1.

<sup>17</sup> *O Jornal*: 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 4.

<sup>18</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 95.

de um notário em Lisboa, e depois registada como João de Freitas Martins, Limitada – Agência de Navegação, a 6 de dezembro de 1934, no Funchal. Apesar de esta ser a empresa que deu continuidade ao seu legado, João de Freitas Martins foi uma importante peça no crescimento da economia madeirense através da sua dinâmica no meio comercial, acabando por estender os seus negócios ao imobiliário, aos vinhos e aos bordados.

De entre os vários documentos do acervo documental desta empresa, destacam-se os da aquisição de um terreno de 400 metros quadrados na avenida do Mar a 10 de julho de 1946<sup>19</sup> e a subsequente construção do edifício<sup>20</sup> onde se situam, até à data, os escritórios da João de Freitas Martins e outras empresas.

Foi sócio fundador de diversas empresas, maioritariamente ligadas aos transportes marítimos, como: a Empresa de Navegação de Cabotagem, proprietária da chalupa *Viajante*<sup>21</sup>, construída na vila de Machico em 1889; a Martins e Martins, que seria uma casa de comissões/consignações e conta própria, com sede em Lisboa na rua da Prata e com sucursal na cidade do Funchal; a Empresa Madeirense e Açoriana de Navegação, o que explica a existência de uma agência nos Açores da qual existe correspondência no arquivo histórico da empresa; a Companhia Madeirense e Açoriana de Navegação a Vapor, constituída por escritura a 18 de fevereiro de 1907<sup>22</sup> e com dezenas de sócios, como por exemplo a Viscondessa de Monte Belo, o Visconde de Caçongo, Luís da Rocha Machado, entre muitos outros; a Companhia Madeirense de Navegação, constituída em 1917<sup>23</sup> e tendo entre os sócios o seu filho Ludgero, que também geriu a empresa mãe por um certo período de tempo, sendo o objetivo primário desta empresa a aquisição de vapores e navios para viagens de cabotagem; a Empresa Marítima, constituída em 1925<sup>24</sup> e cujo objeto social era a exploração do serviço de cabotagem com a chalupa *Viajante* ou outro barco que a empresa viesse a adquirir. Foi também sócio fundador da Martins e Martins<sup>25</sup>, constituída por escritura a 26 de junho de 1893, no Funchal, e dissolvida a 5 de setembro de 1895, e que seria uma casa de comissões/consignações e conta própria, com sede em Lisboa na rua da Prata, n.º 279, 2.º andar, e com sucursal na cidade do Funchal na rua dos Murças, n.º 53.

---

<sup>19</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 43.

<sup>20</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 93.

<sup>21</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 1.

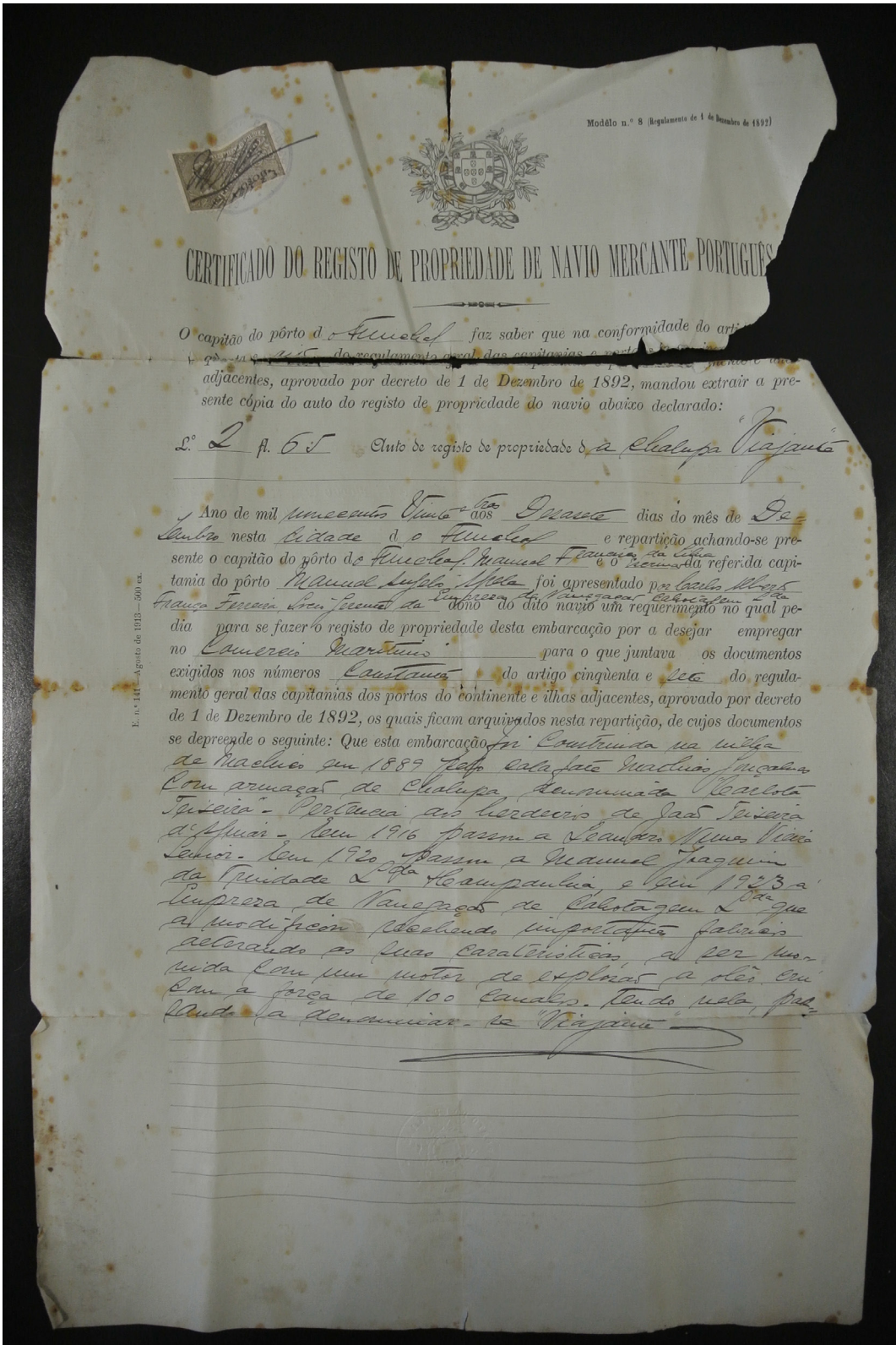
<sup>22</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 13.

<sup>23</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 97.


<sup>24</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 98.

<sup>25</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 96.

Figuras n.ºs 2.1 e 2.2 – Registo de propriedade da chalupa Viajante



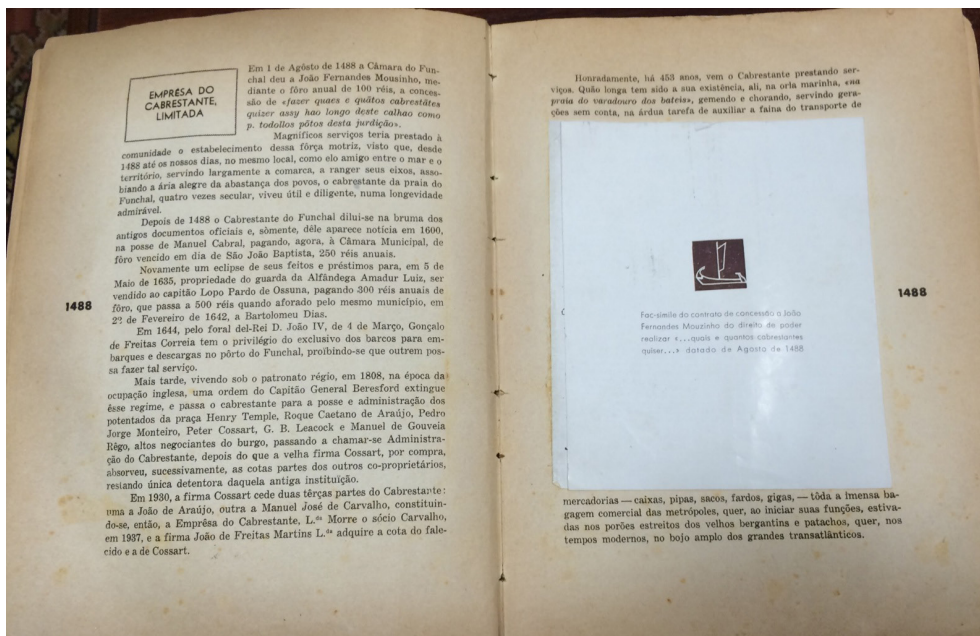


certidão de medição desta embarcação consta ter sido medida, pela regra 2.<sup>a</sup>  
gem a seguinte: Tonelagem bruta expressa em metros cúbicos, 194,167  
Tonelagem bruta expressa em toneladas, 68,07  
Dedução dos espaços respectivos à tripulação expressa  
em metros cúbicos, 17,47  
Dedução dos espaços respectivos à tripulação expressa em toneladas,  
5,18 (a) Tonelagem líquida  
expressa em metros cúbicos, 145,280 Tonelagem líquida expressa  
em toneladas, 5,130 Comprimento medido entre a face de  
vante da roda de proa por baixo do gurupés e à face de ré do cadaste exterior, 27,5  
Bôca máxima exterior, 5,70  
Pontal da ponta de tonelagem a meio do comprimento do navio 7,86  
Tem 11 mastros, 1 beque, popa retundada  
tem 11 pavimento, borda falsa e a carena forrada de metal  
A sua construção é de Madeira  
Achando-se portanto legalizada a aquisição desta embarcação, pelo modo acima expen-  
dido, fica por isso desta data em diante com o número oficial « 851 » e a denominação  
de Tráfago pertencendo única e exclusivamente a Sociedade  
República de Nações Unidas Limitada  
Residência no Brasil  
E para constar se lavrou o presente auto, que é assinado pelo mesmo capitão do porto,  
desta Cidade, e por mim Heitor da capitania Que e Heitor  
e Heitor  
(aa) O Capitão em Manuel Francisco da Silva - Capitão  
Comandante Manuel Augusto Spels  
Observações - Comunicação para que se declare P.C.  
Declaração assinada pelo capitão do porto - Sr. Manoel Spels  
Pagou pelo registro e certidão 5805  
Verba n.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_  
Está conforme.  
Capitania do porto de Funchal, em 17 de Dezembro de 1947  
Manuel Augusto Spels  
  
107 - IMPRENSA NACIONAL - 1918-1914

Fonte: fotografias da autora.

A 7 de outubro de 1937, João de Freitas Martins adquire à Cossart, Gordon & C.<sup>a</sup> a sua cota da Empresa do Cabrestante e a cota pertencente a Manuel José de Carvalho, que havia falecido nesse mesmo ano, ficando então em posse de 90% da que era considerada como a mais antiga empresa de Portugal, distinção essa que fora atribuída em 1940, aquando das Comemorações Centenárias do Mundo Português. Em 1938 o Governo deliberou a constituição da Comissão Nacional dos Centenários pelo Decreto-lei n.º 29087<sup>26</sup> de 28 de outubro, para comemorar o Duplo Centenário (Fundação de Portugal e Restauração), com várias festividades culturais desde 2 de julho até 2 de dezembro, sendo que uma delas foi a iniciativa da Associação Comercial de Lisboa com o Acto de Consagração das Casas Centenárias do Comércio e da Indústria<sup>27</sup>, no dia 30 de novembro, e que depois culminou com a publicação de um livro intitulado *Mais de Cem anos de Honestidade e Trabalho*<sup>28</sup>, com pequenos históricos de várias empresas centenárias portuguesas, sendo a Empresa do Cabrestante a primeira a ser abordada ao longo de duas páginas, com uma reprodução fac-similada do contrato de concessão a João Fernandes Mouzinho do direito de poder construir cabrestantes e datado de agosto de 1488.

Figura n.º 3 – Páginas do livro *Mais de Cem anos de Honestidade e Trabalho* fazendo menção à Empresa do Cabrestante, Limitada como sendo a mais antiga de Portugal



Fonte: fotografia da autora.

<sup>26</sup> Decreto-Lei n.º 29087/1938 de 28 de Outubro, in *Diário do Governo*, n.º 250/1938 – I Série.

<sup>27</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 119.

<sup>28</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 176.

Uma outra empresa constituída por João de Freitas Martins, juntamente com outros quatro sócios, a 15 de julho de 1916, foi a empresa Freitas Martins, Caldeira e C.<sup>a</sup> Lda., cujo objeto social girava em volta do comércio de vinhos e bordados, e que a 2 de setembro de 1960 foi vendida à empresa Madeira Wine Association Lda., por acordo unânime entre os sócios e João de Freitas Martins Júnior. Eventualmente, na década de 70, esta marca acabou por ser cessada em termos de produção pela atual Madeira Wine Company. É também de notar que a firma João de Freitas Martins teve igualmente uma quota na Madeira Wine Company já desde os primeiros anos da sua atividade.

Após o falecimento de João de Freitas Martins, os filhos Ludgero e João mantiveram-se na gerência das empresas e criaram outras duas sociedades, nomeadamente a Transportes Marítimos do Cabrestante e a Hovelmann, Saturnino e C.<sup>a</sup> Lda.

Uma das diversas singularidades encontradas neste arquivo foi documentação da confraria de São Pedro Gonçalves Telmo, composta por um livro de receita e despesa datado de 1815 a 1892<sup>29</sup>, um diário de receita e despesa de 1863<sup>30</sup> e um livro ilustrado à mão e com caligrafia francesa, com o título *São Pedro Gonçalves Telmo Arrais*, com a Ata Solene a São Pedro Gonçalves Telmo<sup>31</sup>, o *Padroeiro do Mar*, assinado por diversas individualidades como o Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, Fernando de Almeida Couto, João Camacho de Freitas e o próprio filho de João de Freitas Martins, Ludgero. Ainda sobre os livros da confraria de São Pedro Gonçalves Telmo, encontramos no acervo documental da Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal<sup>32</sup> uma subsérie dedicada a essa mesma confraria, mas cujas datas extremas são posteriores a 1916 seguindo até 1945, sendo este um exemplo de como vários fundos documentais, provenientes de diversas instituições, públicas ou privadas, podem se complementar e promover uma nova visão sobre uma temática.

---

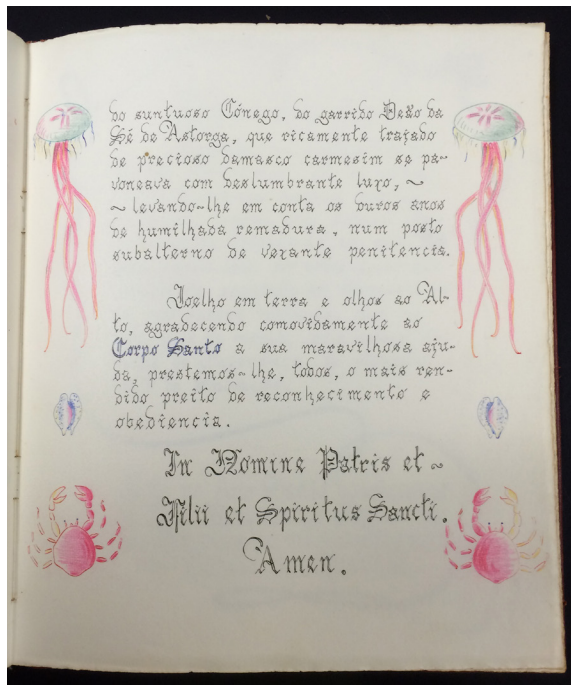
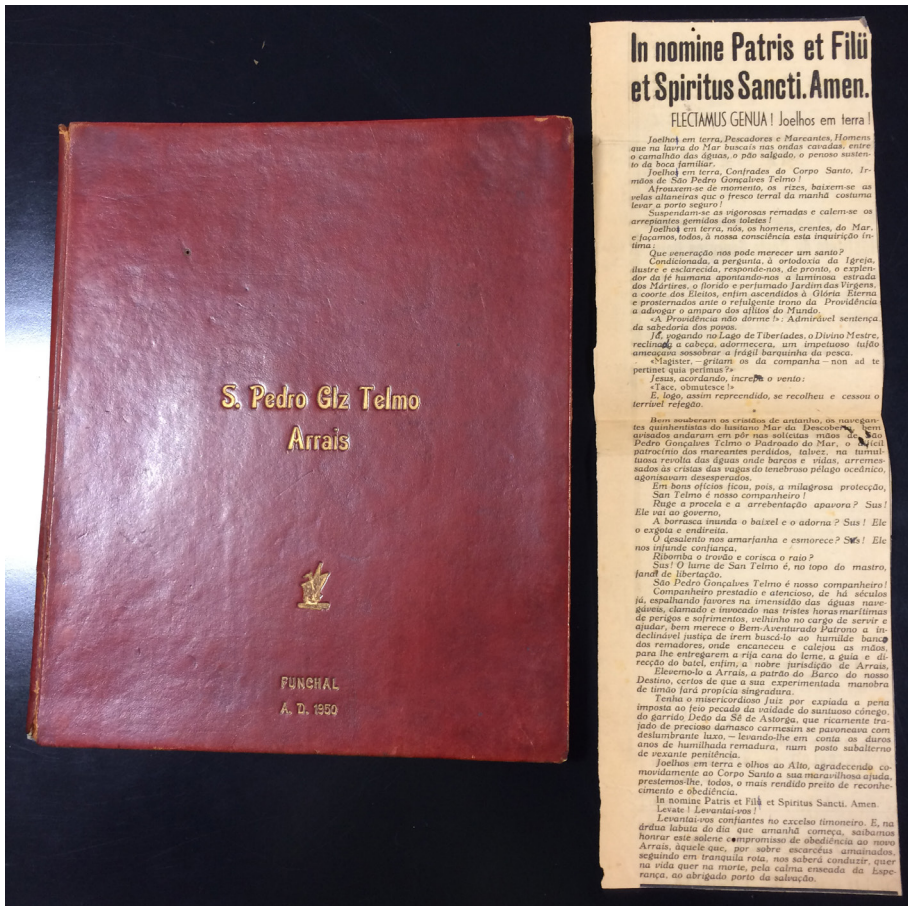
<sup>29</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 38.

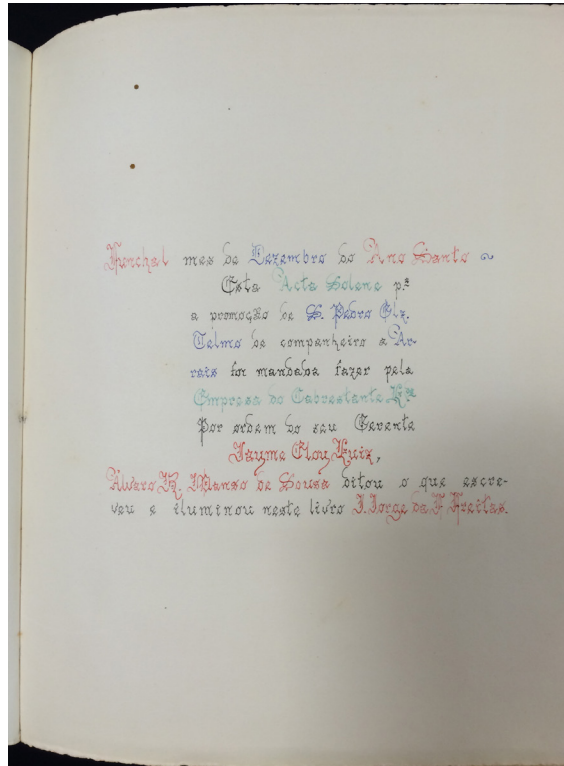
<sup>30</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 39.

<sup>31</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 179.

<sup>32</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Instrumento Descritivo 46.

Figuras n.ºs 4.1, 4.2 e 4.3 – Pormenores do livro *São Pedro Gonçalves Telmo Arrais*





Fonte: fotografias da autora.

A 8 de Julho de 2016 é dado um novo passo na história da preservação deste acervo documental, com a assinatura do contrato de depósito, pelo prazo de 50 anos, entre a empresa João de Freitas Martins, S.A., representada por João Welsh, e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, e a documentação é transferida para a sua nova morada – o que hoje é o Arquivo e Biblioteca da Madeira; a seu tempo, e após a conclusão de todos os procedimentos necessários, a documentação irá estar acessível ao público, tornando-a património da sociedade e o primeiro acervo documental empresarial e histórico a ser entregue enquanto a mesma ainda está no ativo. Findo o prazo acordado, os herdeiros do espólio poderão optar por renovar o depósito ou doá-lo.

Este é um acervo que nos auxilia a compreender a dinâmica económica e social da Ilha da Madeira. Se por um lado temos um grande manancial de minutas, escrituras, documentação de gestão financeira e contabilística e correspondência recebida e expedida, por outro temos um seu complemento, através de documentos pessoais dos seus gestores e familiares, tais como fotografias, passaportes, cartas de nomeação de cônsules honoríficos de diversos países (República Dominicana, Haiti, Itália, Grécia), e especialmente correspondência pessoal entre família, amigos e conhecidos.

Não obstante, a especificidade muito própria dos arquivos empresariais, no que diz respeito ao sigilo, à privacidade e à livre iniciativa na gestão empresarial, assim como o complexo diálogo entre os sectores privados e a administração pública, acaba por tornar o processo de entrega de acervos documentais de empresas – a instituições cujo objetivo passa por salvaguardar a memória de um povo, mas também por divulgá-la –, um pouco mais demorado e complexo. Torna-se imperativo demonstrar às empresas que só têm a ganhar com um tratamento de arquivo adequado a curto e longo prazo, mesmo que se trate de uma empresa relativamente recente, pois só assim conseguiremos preservar a nossa memória coletiva e contribuir um pouco mais para o enriquecimento cultural e histórico da comunidade.

A definição de uma política arquivística mais imponente e determinante é absolutamente essencial, e o atraso que se esconde atrás do argumento da ressalva e organização de fundos documentais de natureza empresarial, muitas vezes com o objetivo de assegurar que os “segredos do negócio” ou informações específicas não venham ao conhecimento do público, torna-se um pouco mais preocupante, visto que nas últimas décadas muitas empresas históricas têm desaparecido e, com isso, os seus acervos. Com a aplicação de determinados critérios e políticas estruturais de arquivística delineadas tanto para o público como para o privado, parte da nossa memória coletiva poderá ser preservada, e assim surgirão, conseqüentemente, mais descobertas e estudos.

É importante também realçar o importante papel que a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação tem vindo a desempenhar, com os seus Encontros de Arquivos Empresariais que já contam com sete edições, assim como as iniciativas da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), que contribuem para o conhecimento sobre a história económica e social, consolidando esta política de preservação da memória coletiva.

Em jeito de conclusão, os arquivos de empresa são conjuntos de documentos produzidos e recebidos ao longo da gestão das sociedades comerciais, documentos esses que seguem uma organização hierárquica e funcional dentro de uma política de gestão documental que poderá ser interpretada como um ciclo vital, e que, após o cumprimento do seu propósito, passam de ferramentas funcionais para ferramentas de investigação. Sendo as tipologias e as características das empresas variadas, os riscos de perda de informação, seja ela por destruição ou dispersão, aumentam de forma drástica.

No fundo empresarial João de Freitas Martins encontramos alguns desses exemplos, como a dispersão, devido à quantidade de empresas que o empresário detinha e os diversos escritórios espalhados pelo país, ou a destruição, pelas intempéries ocorridas ao longo dos anos, visto que alguns documentos apresentam

sinais de terem sido atingidos por água. Estas duas razões são por si próprias a justificação por termos um espólio documental que não chega a 200 documentos. Em todo o caso, a mentalidade em relação à salvaguarda da memória empresarial está a mudar aos poucos, sendo o exemplo do empresário João Welsh um importante passo neste caminho que se adivinha longo.

### Fontes Citadas

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatórias do Registo Civil, Funchal, liv. 284.  
Arquivo e Biblioteca da Madeira, Fundo João de Freitas Martins, 1, 13, 38, 39, 43, 93, 95, 96, 97, 98, 119, 176, 179.  
Arquivo e Biblioteca da Madeira, Paroquiais, Paróquia do Monte, liv. 1571.  
Arquivo e Biblioteca da Madeira, Secretaria da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Instrumento Descritivo 46.  
*Diário de Notícias*: 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 1.  
*Jornal (O)*: 25-07-1939, p. 3; 26-07-1939, p. 4.

### Bibliografia Consultada

CARVALHO, Rita Almeida de, 2019, *Arquive-se – Uma viagem pelos arquivos nacionais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.  
CORDEIRO, José Manuel Lopes, 2001, «Arquivos de empresa e história empresarial», in *Encontro de Arquivos Empresariais – Arquivos Empresariais: instrumentos de gestão e património documental: novos desafios, novas soluções* [CD-ROM], Lisboa.  
COSTA, Nuno Marques da (ed./coord.), 1940, *Mais de Cem anos de Honestidade e Trabalho*, Lisboa, Editorial Império.  
COX, Richard J., 2009, *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*, Litwin Books.  
GONZÁLEZ PEDRAZA, José Andrés, 2010, «Los archivos de empresas: un estudio comparativo», in *Revista Andaluza de Archivos*, n.º 2, pp. 31-57.  
HILDESHEIMER, Françoise, 1990, *Les archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives*, Paris, Edition Christian.  
JARDIM, José Maria, 1987, «O Conceito e a Prática de Gestão de Documentos», in *Acervo*, n.º 2, vol. 2, pp. 35-42.

- LIMA, Luís Horta, 2016, *Estratégias de Classificação dos Arquivos Familiares e Pessoais Contemporâneos: O Exemplo do Arquivo da Família Benito Maçãs*, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- MERLO, Franciele, KONRAD, Gláucia Vieira Ramos, 2015, «Documento, História e Memória: A importância da preservação do património documental para o acesso à informação», in *Informação & Informação*, vol. 20, n.º 1, pp. 26-42, disponível em [https://www.researchgate.net/publication/281214081\\_Documento\\_historia\\_e\\_memoria\\_a\\_importancia\\_da\\_preservacao\\_do\\_patrimonio\\_documental\\_para\\_o\\_acesso\\_a\\_informacao](https://www.researchgate.net/publication/281214081_Documento_historia_e_memoria_a_importancia_da_preservacao_do_patrimonio_documental_para_o_acesso_a_informacao), consultado em 2018-06-14.
- MULLER, Samuel, FEITH, Johan, FRUIN, Robert, 1940, *Manual for the Arrangement and Description of Archives*, Nova Iorque, The H. W. Wilson Company, disponível em <https://archive.org/details/manualforarrange0000samu/page/n7/mode/2up>.
- MUÑOZ-CAÑAVATE, António, MONTEIRO, Maria Gracinda Barata, FREITAS, Maria Cristina Vieira de, BORGES, Maria Manuel, 2017, «Os arquivos empresariais em Portugal: do tradicional ao cloud computing», in *Perspectivas em Ciências da Informação*, n.º 22, pp. 210-251.
- NUÑEZ FERNANDEZ, Eduardo, 2000, «Los archivos de empresa y el patrimonio documental industrial y mercantil como patrimonio cultural», in *Estudio básico sobre el patrimonio documental industrial asturiano: los archivos históricos industriales y mercantiles*, Gijón, INCUNA – Asociación de Arqueología Industrial, Ediciones Trea, pp. 99-128.
- OLIVEIRA, Emanuel Domingues, 1966, «A Arquivologia e os Arquivos de Empresas», in *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, n.º 3, vol. 3, pp. 94-100, disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/965/964>.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PESTANO, Juan Ramón Nunez, ROSA, Maria de Lurdes, ARMAS, Judit Gutiérrez de (coord.), 2020, *Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia*, La Laguna, Instituto de Estudios Canarios e Instituto de Estudios Medievais.
- QUINTANA, Miguel Rodríguez Díaz de, 1989, *Miller y Compañia: Cien años de Historia*, Las Palmas de Gran Canaria.
- RAVINA, Agustín Guimerá, 1989, *La Casa Hamilton – Una empresa británica em Canarias – 1837-1987*, Santa Cruz de Tenerife.



- RODRIGUES, Abel, 2018, «Os Arquivos pessoais e familiares em Portugal entre dois paradigmas: da teoria à prática», in *Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: Arquivos Privados de Pessoas e Famílias*, Vigo, Fundación Olga Gallego, pp. 31-50.
- SANTO, João Espírito, 2022, «O século XIX e a concepção tipológica das sociedades comerciais: uma centúria de progresso. Do *Code de commerce* (1807) à *Gesellschaft mit beschränkter Haftung Gesetz* (1892)», in *Revista de Direito Comercial*, pp. 671-781, disponível em [https://www.academia.edu/76533716/O\\_s%C3%A9culo\\_XIX\\_e\\_a\\_conce%C3%A7%C3%A3o\\_tipol%C3%B3gica\\_das\\_sociedades\\_comerciais\\_uma\\_cent%C3%BAria\\_de\\_progresso\\_Do\\_Code\\_de\\_commerce\\_1807\\_%C3%A0\\_Gesellschaft\\_mit\\_beschr%C3%A4nkte\\_Haftung\\_Gesetz\\_1892\\_](https://www.academia.edu/76533716/O_s%C3%A9culo_XIX_e_a_conce%C3%A7%C3%A3o_tipol%C3%B3gica_das_sociedades_comerciais_uma_cent%C3%BAria_de_progresso_Do_Code_de_commerce_1807_%C3%A0_Gesellschaft_mit_beschr%C3%A4nkte_Haftung_Gesetz_1892_), consultado em 2022-07-07.
- TIECKER, Aline, 2010, *Arquivos Administrativos Empresariais: Um Estudo de Caso*, Monografia de Especialização em Gestão de Arquivos, Rio Grande do Sul, Brasil, Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria.
- USSMAN, Ana Maria, 2004, *Empresas Familiares*, Lisboa, Edições Sílabo.
- VIEIRA, Alberto, 1986-11-20, «Os Arquivos Particulares e História da Madeira», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 14.
- VVAA, 1995, *Os Arquivos Insulares: Atlântico e Caraíbas – Actas da Sessão de Arquivos do IV Colóquio Internacional de História das Ilhas Atlânticas*, Tenerife, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

## Legislação

- Carta de Lei de 28 de Junho de 1888 aprovando o Código Comercial, in *Diário do Governo*, n.º 203, disponível em <https://dgpj.justica.gov.pt/Portals/31/CodComercial.pdf>.
- Decreto-Lei n.º 29087/1938 de 28 de Outubro, in *Diário do Governo*, n.º 250/1938 – I Série. Presidência do Conselho. Mantém a Comissão Nacional nomeada pelas portarias da Presidência do Conselho de 11 de Abril e 2 de Junho de 1938 e define as suas atribuições, pp. 1439-1441, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/29087-1938-351551>.
- Decreto-Lei n.º 41/1972 de 4 de Fevereiro, in *Diário da República*, n.º 29/1972 – I Série. Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro. Dá nova redação ao art.º 40.º do Código Comercial, p. 132, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/41-1972-398370>.

Decreto-Lei n.º 429/1977 de 15 de Outubro, in *Diário da República*, n.º 239/1977 – I Série. Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura. Estabelece normas relativas à salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas, pp. 2498-2498, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/429-1977-279380>.

Decreto-Lei n.º 107 de 8 de Setembro, in *Diário da República*, n.º 209/2001 – I-A Série. Assembleia da República. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, pp. 5808-5829, disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>.

## **Cuscuz: Um Prato, Muitas Viagens, Diversos Sabores (Séculos XVI-XXI)**

### **Couscous: A Dish, Many Travels, Several Flavours (16<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> Centuries)**

*Isabel Drumond Braga*<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Não obstante a presença muçulmana no espaço que hoje constitui Portugal continental remontar ao século VIII, o cuscuz, inicialmente entendido como comida de mouros, expressão por vezes com conotação depreciativa, só se documenta a partir do século XV. Do continente, o produto e o prato passaram para os espaços ultramarinos, designadamente para os arquipélagos atlânticos e para o Brasil. Nessas viagens, não raras vezes, as adaptações aos produtos locais fizeram-se sentir, dando origem a combinações e preparados diferenciados no tempo e no espaço, em permanente recriação.

**Palavras-chave:** África; Culinária; Cuscuz; Identidade; Madeira; Portugal; Receitas; Séculos XVI-XXI.

#### **Abstract**

The Muslims have lived in the territory that is now Portugal from the 8<sup>th</sup> century onwards. However, couscous has only been documented since the 15<sup>th</sup> century. It was initially understood, disparagingly, as a food of the Moors. The product and the dish went overseas, namely to the Portuguese Atlantic archipelagos and Brazil. Adaptations to local products occurred, giving rise to combinations and preparations differentiated in time and space, in permanent recreation.

**Keywords:** Africa; Food; Couscous; Identity; Madeira; Portugal; Recipes; 16<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> Centuries.

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-UÉ), Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-ULisboa) e Instituto Universitario "La Corte en Europa" da Universidad Autónoma Madrid (IULCE-UAM). Endereço eletrónico: [isabeldrumondbraga@gmail.com](mailto:isabeldrumondbraga@gmail.com).

## Estado da Questão e Objetivos

As historiografias estrangeiras têm produzido textos diferenciados sobre a origem e as tradições relativas ao cuscuz, ligando o preparado aos momentos de alegria e de tristeza, ao quotidiano e às celebrações especiais, à partilha, à convivialidade e à identidade<sup>2</sup>. Os testemunhos da arqueologia<sup>3</sup> e a influência da comida do al-Andaluz, não necessariamente do cuscuz, nos receituários de Castela e da Catalunha e na chamada dieta mediterrânica também tem interessado aos investigadores<sup>4</sup>.

Em Portugal, o cuscuz mereceu uma obra coletiva publicada em 2019, intitulada *Cuscuz: identidades e recriações*<sup>5</sup>, que contou com historiadores de Portugal, Marrocos e Brasil, e um capítulo na *História global da alimentação portuguesa*<sup>6</sup>, disponibilizada em 2023. Antes, Mouette Barboff, ao estudar o pão e os cereais, não deixou de referir a sua presença em Trás-os-Montes, na Madeira e nos Açores<sup>7</sup>. A par destes estudos, encontram-se diversas referências, nem todas assinadas e nem todas com o necessário aparato crítico, em sítios de produtos tradicionais e rotas de sabores, parte das quais deve ser lida com cautela.

Se, como veremos em seguida, o cuscuz esteve presente nas mesas populares e nas abastadas durante toda a Época Moderna, atualmente, só em Trás-os-Montes e na ilha da Madeira continua a ter algum significado, enquanto produto preparado de forma tradicional e, porventura, sem hiatos. Esta situação contrasta com o resto do território continental que, contudo, nas últimas décadas, assistiu à redescoberta do cuscuz, quer nos restaurantes étnicos quer através das embalagens comuns nos supermercados, provenientes da produção industrializada, nacional e estrangeira. Se este é um ponto de chegada, importa refletir sobre o percurso e a importância deste produto, viajando rumo ao passado.

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, METTOUCHI, KHERBOUCHE, 2012, «Couscous, du Sahara Vert au monde berbère», pp. 77-131 e a bibliografia aí citada.

<sup>3</sup> VAQUERIZO GIL, 2017, «La alimentación en al-Andaluz a partir del registro arqueofaunístico: estadio de la cuestión», pp. 341-358.

<sup>4</sup> MARÍN, 2004, «From al-Andalus to Spain: Arab traces in Spanish cooking», pp. 35-52.

<sup>5</sup> BRAGA, 2019, *Cuscuz: identidades e recriações*, Lisboa, Relógio d'Água.

<sup>6</sup> BRAGA, 2023, «De África para o mundo: o cuscuz», pp. 603-608.

<sup>7</sup> BARBOFF, 2011, *A tradição do pão em Portugal*, p. 68.

## **Práticas Alimentares e Identidade**

Partindo do pressuposto metodológico que entende as práticas alimentares dos diferentes povos como saberes que lhes conferem identidades específicas, procuraremos perceber a presença do cuscuz – sêmola de trigo cozida a vapor – em Portugal continental e nos arquipélagos atlânticos. Na realidade, a dificuldade de dissociar os usos metafóricos dos usos materiais da comida permite perceber a complexidade e a relevância que esta tem no quotidiano. As rejeições, as adaptações e as transformações dos alimentos são mais do que meras questões de gosto ou de capricho, representam a essência do valor que é dado aos diferentes bens e conduzem a questões que permitem ajudar a definir uma comunidade. Efetivamente, o consumo alimentar parece ser um dos fatores mais relevantes da construção das identidades culturais através da inclusão ou da exclusão de determinados géneros e das tradições gastronómicas.

As cozinhas nacionais e regionais, que se podem definir como espaços específicos que se distinguem de outros pelas suas características físicas, humanas e históricas, nas quais se encontram práticas e gostos alimentares distintos de outros espaços<sup>8</sup>, desenvolveram-se a partir do século XIX, embora o século XX tenha acelerado de forma acentuada o processo. Comboios, barcos a vapor e carros, em paralelo com alguma melhoria das condições de vida, permitiram efetuar itinerários, descobrir locais, explorar espaços de lazer e fomentar o turismo. A Inglaterra foi pioneira nesta prática<sup>9</sup>.

Sabemos que a existência de pratos nacionais e regionais não foi uma realidade contemporânea dos primeiros livros de cozinha. A afirmação da identidade culinária<sup>10</sup> só aos poucos se foi tornando algo concreto. Não esqueçamos que, no espaço europeu, em textos de proveniência diversificada, podemos encontrar receitas com as mesmas designações e com um conteúdo idêntico. Por outro lado, as receitas “à moda de” constituíram uma prática europeia, documentada bastante cedo<sup>11</sup>,

---

<sup>8</sup> Vejam-se as observações de RAMBOURG, 2010, *Histoire de la cuisine* [...], p. 270, *passim*.

<sup>9</sup> Vejam-se, por exemplo, LÖFGREN, 1999, *On holiday* [...]; BATTILANI, 2009, *Vacanze di pochi* [...], pp. 12, 107-112, *passim*; BOYD, 2017, *Travellers in the third Reich* [...].

<sup>10</sup> Sobre as questões de identidade culinária, veja-se SCHOLLIERS, 2001, «Meals, food narratives [...]», pp. 3-22.

<sup>11</sup> O mesmo aconteceu em França, onde a internacionalização permitiu referir receitas à moda da Inglaterra, Alemanha e Holanda. Veja-se ARON, 1989, *Le manger du XIX<sup>e</sup> siècle*, p. 150. Para Castela, veja-se PÉREZ SAMPER, 1998, *La alimentación en España* [...], pp. 28, 210. Para Itália, vejam-se CAPATTI, MONTANARI, 2002, *La cuisine italienne* [...], pp. 36-44; MONTANARI, 2007, *Il cibo come cultura*, p. 109.

o mesmo acontecendo com as que apresentam denominações de certas regiões<sup>12</sup>. Assim, têm total pertinência as palavras de Martin Bruegel e de Bruno Laurioux:

«L'alimentation d'un peuple, d'un groupe ou d'un individu, s'élabore à l'intersection des contingences matérielles et des dispositions mentales: parmi tout l'éventail des denrées disponibles, les acteurs sociaux font un choix qui discrimine entre le comestible et l'immangeable, le potable et l'imbuvable; d'autre part, ils hiérarchisent les nourritures, les techniques, les comportements à table. Ces opérations de classification aboutissent à la construction d'un répertoire alimentaire singulier qui, par sa composition et par les opérations qu'il autorise sur ses composants, distingue les groupes les uns des autres»<sup>13</sup>.

O reconhecimento de determinados produtos e de alguns manjares é, contudo, diferente da identificação de uma cozinha como um conjunto de pratos e de regras. Isto é, os preparados locais, ligados a produtos da zona, existiram sempre e deles há menções em livros de culinária um pouco por toda a Europa. Esta prática não tinha como objetivo a valorização das especialidades de um espaço. Para alguns, pelo contrário, aspirava a juntar experiências diversas, evidenciando internacionalização e procurando um modelo de culinária universal<sup>14</sup>. Importa, contudo, salientar duas realidades diferenciadas: os pratos “à moda de” e os pratos genuinamente de determinado local. No caso das receitas “à moda de”, poderemos estar apenas a combinar ingredientes e modos de preparação típicos de um determinado local sem que nesse mesmo local se faça aquele prato dessa mesma maneira, enquanto no caso das receitas nas quais se indica serem genuinamente de certo país ou região, estaremos perante uma receita efetivamente originária de determinado espaço<sup>15</sup>. Ora, só com o nascimento das identidades regionais houve lugar para o aparecimento das cozinhas de determinadas zonas. Por vezes, em contextos particularmente paradoxais, tal foi o caso da Itália, em que o processo foi paralelo à unificação política. Isto é, enfatizou-se o ruralismo e o regionalismo ao mesmo tempo em que se promoveu a centralização administrativa do Estado unitário<sup>16</sup>.

As cozinhas locais, com os seus pratos tradicionais saídos dos contextos económico e social que os produziram, por vezes de pobreza considerável,

---

<sup>12</sup> Para o caso francês, veja-se CSERGO, 2001, «O surgimento das cozinhas regionais», p. 384. Para o caso italiano, vejam-se CAPATTI, MONTANARI, 2002, *La cuisine italienne* [...], pp. 60-62; MONTANARI, 2007, *Il cibo come cultura*, p.113, *passim*; MONTANARI, 2010, *L'identità italiana in cucina*, pp. 75-80.

<sup>13</sup> BRUEGEL, LAURIOUX, 2002, «Introduction: histoire et identités [...]», pp. 10-11.

<sup>14</sup> Sobre estas concetualizações, veja-se MONTANARI, 2007, *Il cibo come cultura*, pp. 109-112.

<sup>15</sup> BRAGA, 2004, «Influências estrangeiras nos livros de cozinha», pp. 101-118.

<sup>16</sup> Sobre esta conjuntura, veja-se MONTANARI, 2010, *L'identità italiana in cucina*, p. 78.

começaram a fazer cada vez mais sentido, quer enquanto recurso económico, quer do ponto de vista da valorização cultural<sup>17</sup>, sendo apresentados em novos meios. E estas realidades tiveram eco nos próprios livros de culinária. Efetivamente, Carlos Bento da Maia, em 1904, publicou a sua obra *Tratado Completo de Cozinha e de Copa*, na qual, apesar de o título não o indiciar, contém um número considerável de receitas regionais, em especial do Alentejo e de Trás-os-Montes<sup>18</sup>. Mais tarde, presumivelmente em 1936, em edição póstuma, Olleboma, anagrama lido ao contrário de António Maria de Oliveira Bello, apresentou no seu livro *Culinária Portuguesa* o primeiro grande conjunto de receitas de várias regiões do país<sup>19</sup>. Outros autores e títulos se juntaram. Destaque para a obra de Maria Odete Cortes Valente, *Cozinha Regional Portuguesa* (1962)<sup>20</sup> e para Maria de Lourdes Modesto, com a sua monumental *Cozinha Tradicional Portuguesa* (1981). A esta última autora voltaremos.

As décadas seguintes foram igualmente profícuas quer nas ações governativas visando a promoção das especialidades regionais, quer na saída de obras específicas sobre a matéria. Não esqueçamos a mobilização de esforços para salvaguardar identidades e para afastar falsificações, nomeadamente com os estatutos de denominação de origem protegida conferidos a certos géneros, a par da criação de diversas confrarias gastronómicas, tão em voga na atualidade.

Importa, contudo, perceber como um prato pode ser simultaneamente exemplo de comida identitária, que define a pertença a um grupo, e de comida de aproximação entre duas culturas. Recue-se, portanto, para perceber a influência da comida árabe em Portugal e as suas múltiplas transformações, a partir de um prato específico, o cuscuz, bastante popular nos países do Norte de África, tanto mais que, em 2019, Argélia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia conseguiram entender-se e solicitar à UNESCO a inscrição do cuscuz magrebino como património imaterial da humanidade. O desiderato foi conseguido em 16 de dezembro de 2020, tendo em conta as práticas e as tradições inerentes à preparação e consumo do produto e do prato. Consubstanciava-se a ideia do prato nacional, embora com as suas múltiplas

---

<sup>17</sup> Para França, veja-se CSERGO, 2001, «O Surgimento das Cozinhas Regionais», p. 393.

<sup>18</sup> MAIA, 1995, *Tratado Completo de Cozinha e de Copa*.

<sup>19</sup> OLLEBOMA, 1999, *Culinária Portuguesa*. Sobre esta obra, veja-se GUERREIRO, 2018, «Uma cozinha portuguesa, com certeza», pp. 221-236.

<sup>20</sup> Sobre esta autora, veja-se MOUTA, 2023, «Maria Odete Cortes Valente: o regional e o global», pp. 521-526.

variantes, a estender-se a quatro países, e confirmava-se, assim, a tese que defendeu a construção do mesmo como uma representação do que os outros consomem por oposição a nós mesmos<sup>21</sup>, não obstante as múltiplas variedades que o manjar pode assumir.

### **O Cuscuz: Produto e Prato**

O cuscuz, cujas origens magrebina e, em concreto, berberes<sup>22</sup>, se perdem no tempo, numa cronologia ainda hoje discutível, está presente na ampla zona que se estende do Mediterrâneo ao Golfo da Guiné e do Atlântico aos confins do deserto líbio. Trata-se de cereal manipulado com recurso a uma técnica complexa que compreende a apresentação sob a forma de pequenos grãos, a preparação com recurso a farinha humidificada, enrolada e peneirada e a cozedura a vapor, o que não obsta a variantes<sup>23</sup>, daí se encontrarem preparados que se compõem de pequenos grãos esféricos, obtidos a partir de um processo de enrolamento e de secagem da sêmola do trigo duro, que pode ser de tamanhos pequeno, médio ou grande. Há também o cuscuz de cevada, chamado *amazighe marocain toumzine*, e o cuscuz *badez*, à base de farinha de milho. Produzido a partir das farinhas de trigo, o mais consumido; cevada ou milho, e até de outros cereais, é comido ou diretamente à mão, em geral nas vilas e nos lugares rurais do Magrebe, ou com recurso a colheres, em especial por parte das gerações mais jovens. A preparação tradicional magrebina é feita nos lares, pelas mulheres que manipulam o cereal, desfazendo a sêmola e usando o vapor, antes de juntarem legumes variados e, por vezes, carne. Pode ser coberto com outros alimentos, assumindo a designação de *madfoun*, ou servido com cabeça de carneiro e frango nele enterrado ou ainda com passas, canela e leite e de tantos outros modos<sup>24</sup>. Às práticas seculares tradicionais, juntou-se, mais recentemente, a produção industrial de cuscuz.

---

<sup>21</sup> HUBERT, 2000, *Cuisine et politique*, p. 10.

<sup>22</sup> DAVIDSON, 2006, *The Oxford companion* pp. 220-221.

<sup>23</sup> METTOUCHI, KHERBOUCHE, 2012, «Couscous, du Sahara Vert au monde berbère», pp. 77-131.

<sup>24</sup> HOUARI, 2019, «O cuscuz no Magrebe: passado e presente», p. 45.



Fig. 1 – Cuscuz tradicional preparado com carneiro, servido num restaurante étnico de Lisboa



Fonte: fotografia da autora.

A presença muçulmana na Península Ibérica, a partir do século VIII, deu origem a alterações em várias áreas incluindo a alimentar<sup>25</sup>. Chegaram novas práticas e novos hábitos, alguns dos quais se mantiveram durante séculos. Porém, só ficaram documentadas a partir do final do século XV, início do século XVI, através do primeiro livro de cozinha – o chamado *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* – e, posteriormente, em outras obras sobre culinária, sem esquecermos algumas fontes literárias e processos movidos pelo Santo Ofício da Inquisição a mouriscos acusados de práticas islâmicas ao longo dos séculos XVI e XVII<sup>26</sup>. Neste último caso, as informações eram, especificamente, sobre as práticas alimentares da comunidade mourisca e não acerca da influência destas na comunidade cristã-velha.

Para José Pedro Machado, a entrada do vocábulo cuscuz na língua portuguesa terá sido tardia. O autor referenciou-o sem a inclusão do artigo definido arábico *al* num texto do século XV, a *Crónica do Infante Santo*, de frei João Álvares,

<sup>25</sup> MILLER, 2007, «The pleasures of consummation», pp. 135-161.

<sup>26</sup> BRAGA, 1999, *Mouriscos e cristãos*.

redigida entre 1451 e 1460<sup>27</sup>. Como se sabe, esta obra, escrita a pedido do infante D. Henrique (1394-1460), refere-se ao cativo e morte do irmão, o infante D. Fernando (1402-1443), em Fez. Portanto, nesta narrativa, o consumo de cuscuz por parte do filho do rei D. João I (1357-1433) ocorreu no Magrebe.

A trajetória do cuscuz originário do Magrebe em Portugal terá que ter em conta o seu caráter identitário, ligado à sociabilidade nos momentos de passagem, tais como casamentos e mortes; a perceção do prato, enquanto consumo quotidiano e festivo das comunidades de mouriscos e de cristãos-velhos desfavorecidos, bem como o alargamento dos apreciadores, uma vez que se encontram referências a cuscuzeiros em inventários de bens da casa real e receitas de cuscuz nos livros de cozinha de leigos e de conventos, destinados aos grupos com posses; a presença do cuscuz nos restaurantes étnicos da atualidade e a sua preparação, enquanto objeto de recriação por parte dos *chefs* e das famílias no seu quotidiano; bem como a especificidade do cuscuz – preparação e consumo tradicionais – em Trás-os-Montes e na ilha da Madeira; a identificação das adaptações no Brasil e em Cabo Verde, com recurso não ao trigo, mas ao milho e à mandioca.

Atendendo à origem magrebina do cuscuz, era expectável que, no Portugal medieval e moderno, o seu consumo estivesse circunscrito aos mouros e aos mouriscos. Contudo, as ligações entre as pessoas de diversos grupos, designadamente entre cristãos-velhos de condição social mais baixa e elementos das minorias, facilitava trocas, resultantes da convivência. As celebrações eram momentos propícios à unidade e à identificação do grupo, tendo a alimentação um papel social integrador e marcante das diferenças face aos cristãos-velhos. Temos, assim, duas características interessantes documentadas desde o século XVI, o cuscuz enquanto comida identitária, que define a pertença a um grupo, o dos mouriscos; e o cuscuz enquanto comida de aproximação de duas culturas, em que se torna claro a descoberta de um prato e, certamente, o apreço por ele, por parte dos cristãos-velhos<sup>28</sup>. A presença dos portugueses no Norte de África, a partir do século XV, também permitiu verificar o consumo de cuscuz pela população autóctone<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> MACHADO, 2003, *Dicionário etimológico*, vol. 2, p. 269.

<sup>28</sup> BRAGA, 2019, «Reinventando um prato magrebino: as duas vidas do cuscuz em Portugal», p. 66.

<sup>29</sup> ÁLVARES, 1960, *Tratado da vida e feitos [...]*, cap. 34, p. 228; *Crónica de Almançor [...]*, 1997, p. 381; REDMAN, BOONE, 1979, «Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer)», p. 32.

A estima pelo cuscuz<sup>30</sup> acabou por ser socialmente transversal, pois constará em receituários manuscritos e impressos, destinados aos cristãos-velhos dos grupos privilegiados. Tenha-se em atenção que as receitas de cuscuz foram passando via oral e não através de livros de cozinha magrebinos, pois não os havia, o que remete para uma observação relevante. Isto é, Portugal, como eventualmente outros espaços europeus, começou a fixar receitas de cuscuz, através da escrita, muito antes de tal prática ser uma realidade comum no Magrebe<sup>31</sup>. Não obstante, importa referir que em dois receituários do século XIII, o anónimo *Kitab al tabikh fi-l-Maghrib wa-l-Andalus fi' asr al-Muwahhidin, li-um'allif majhul*<sup>32</sup>, ou seja, o *Livro de cozinha do Magrebe e do al-Andalus na era almóada, por um autor desconhecido*, datado do ano da hégira de 623, isto é, 1226, e copiado em 1604; e o *Fuḍālat al-Hiwān fi tayyibāt al-ta 'ām wa-l-Alwān*, isto é, *Relevos nas mesas: sobre as delícias da comida e dos diferentes pratos*, de Ibn Razīn al-Tuḡībī (1260)<sup>33</sup> incluíram receitas de cuscuz<sup>34</sup>. Tenha-se presente que estes dois receituários copiaram e reproduziram outras obras anteriores como o livro sírio do século XIII, *Kitab al-Wusla ila al-Habib*, composto por 635 receitas<sup>35</sup> e que se encontram algumas outras em textos médicos anteriores, marcados pela clássica teoria dos humores acrescentada com novos conhecimentos<sup>36</sup>.

Em meados do século XVI, João Brandão, de Buarcos, fez um levantamento da vida económica de Lisboa, dando a conhecer os ofícios e os seus rendimentos. Pelo seu texto, pode conhecer-se a quantidade de vendedores ambulantes de alimentos que escolhiam um espaço para se fixarem ou percorriam as ruas da cidade. O cuscuz era vendido diariamente, exceto aos domingos, por 50 mulheres, brancas e negras, forras e cativas, que partiam da Ribeira com as suas panelas cheias de arroz, chicharos e cuscuz. Tudo isto era adquirido por trabalhadores braçais, brancos e negros, e por

---

<sup>30</sup> DAVIDSON, 2006, *The Oxford companion* [...], pp. 220-221.

<sup>31</sup> BRAGA, 2019, «Reinventando um prato magrebinos: as duas vidas do cuscuz em Portugal», p. 59.

<sup>32</sup> *La cocina hispano-magrebí durante la época almohada segun un manuscrito anónimo del siglo XII*, 2005, pp. 2235-226; *Kitab al tabikh fi-l-Maghrib wa-l-Andalus fi' asr al-Muwahhidin, li-um'allif majhul*, 2012.

<sup>33</sup> *Relives de las mesas, acerca de las delicias de la comida y los diferentes platos – Fuḍālat al-Hiwān fi tayyibāt al-ta 'ām wa-l-Alwān*, 2007, pp. 130-133.

<sup>34</sup> Veja-se HUICI MIRANDA, 1957, «La cocina hispano-magrebí durante la época almohada», pp. 137-155.

<sup>35</sup> Veja-se CARTAYA BAÑOS, 2022, «Relieves de las mesas: los tratados de cocina en el Al-Ándalus (ss. XIII-XIV)». E o texto em tradução inglesa em PERRY, 2017, *Scents and flavors: a Syrian cookbook*.

<sup>36</sup> GARCÍA SÁNCHEZ, 2011, «La alimentación de los andalusíes: entre las normas médicas y la vida cotidiana», pp. 121-134.

crianças. Neste caso, temos o consumo de cuscuz por parte de população com poucos recursos, mas não apenas de ascendência muçulmana<sup>37</sup>. Ainda no século XVI, e na casa real portuguesa, entre os bens arrolados nos inventários relativos ao património da rainha D. Catarina (1507-1578), mulher de D. João III (1502-1551), contam-se cuscuzeiros, demonstrando-se, deste modo, que o consumo não se limitava à população com menos recursos. A pragmática de 1570 não deixou de tentar controlar os gastos das casas nobres, ao determinar a quantidade e a qualidade dos pratos que se poderiam consumir. A lei determinou: «Item, pessoa alguma não poderá comer, nem dar a comer à sua mesa mais do que um assado e um cozido e um picado ou desfeito ou arroz ou cuscuz e nenhum doce, como manjar branco, bolos de rodilha ou os mexidos ou outras cousas desta qualidade»<sup>38</sup>. De novo, temos o cuscuz a aparecer num contexto não popular<sup>39</sup>.

No primeiro livro de cozinha impresso em Portugal, um sucesso que contou com sucessivas edições, a *Arte de cozinha*, de Domingos Rodrigues, cuja primeira datou de 1680, não se apresentou a receita de cuscuz. Porém, a preparação foi referida ao explicar-se como se faziam «Talhadas de ovos», pois esclareceu-se que a massa devia manipular-se «como quem desfaz cuscuz». Nas indicações acerca das iguarias que deveriam constar nos banquetes de acordo com os meses do ano, para março, sugeriram-se «dez pratinhos de cuscuz, ou letria»; para outubro «seis pratos de galinhas com cuscuz» e, numa ementa para uma semana, os convidados, à quinta-feira, poderiam comer, como primeiro prato, «Caldo de galinha com sopas». Nesta obra, destinada a profissionais, não se considerou necessário esclarecer como se preparava o cuscuz, inclusivamente, o modo de proceder era de tal forma conhecido que serviu para explicar como se deveria agir em relação a uma outra massa, ao mesmo tempo em que se aconselhou a sua apresentação em banquetes. Isto é, o cuscuz, outrora um prato de pessoas com poucos recursos, foi conquistando adeptos entre os abastados<sup>40</sup>, continuando, contudo, a ser consumido em contextos de pobreza.

Em alguns dos receituários de origem monástica ou conventual, repositórios de receitas de proveniência diversa e de cronologia abrangente, o cuscuz esteve

---

<sup>37</sup> BRANDÃO (DE BUARCOS), 1990, *Grandeza e abastança de Lisboa* [...], p. 72.

<sup>38</sup> FIGUEIREDO, 1790, *Synopsis Chronologica*, p. 155.

<sup>39</sup> BRAGA, 2019, «Reinventando um prato magrebino: as duas vidas do cuscuz em Portugal», p. 69.

<sup>40</sup> *Primeiro tratado* [...], 2017, pp. 151, 158, 166, 176.

presente. Num manuscrito seiscentista, que outrora pertenceu à livraria dos beneditinos de Tibães, aparece uma receita de cuscuz, a qual também consta do denominado *Caderno de Refeitório*, um manuscrito do século XVIII, pertencente a uma casa religiosa desconhecida, com pequenas variantes no início e com diversos acrescentos no final. Neste caso, dão-se várias opções doces e uma salgada. Chame-se a atenção para a presença do cuscuzeiro em ambas as receitas e para a introdução de frutos na segunda. Igualmente nesta última, um interessante apelo aos sentidos – visão e audição – com as expressões «Conhece-se que os cuscus estão cozidos, quando sahir fumo por toda a bocca do cuscuzeiro» e «E conhecer-se-ha que os cuscús estão cozidos quando eles com a agua a ferver imitem as pancadas de um tambor»<sup>41</sup>.

Cuscuz em receituários portugueses da Época Moderna em comparação

Cuscus	Cuscus
Tomar-se-há o pó e o olho da farinha de trigo anafil, ou tremês ou de mourisco, quando não houver outro, e deitando-a em hum alguidar se borrifará com hum isope de quarquexa, estando a agoa temperada com sal e não muito quente, assim como o forem pouco a pouco borrifando, e assim o irão revolvendo e embrulhando, pera o qual será boum serem dous os obreiros. Isto feito se peneirá por hua peneira larga e rala, e depois por outra mais basta e a farinha que cair da peneira se tornará a isopar e peneirar, e torcer na joeira, andando com a palma da mão dentro dela ao redor. E posta em hum taboleiro com pano por baixo e por cima que cubra ponham-no a enxugar hum pouco. Depois se tomará hua panela meia de agoa com cebola, coentros, ortelã, segorelha e se porá a ferver sobre o fogo, e metido o cuscuzeiro dous ou 3es dedos do fundo e atochado na boca da panela se barrará com massa e o cuscus se botará dentro, e se cozerá com o bafo e fumo da panela. E advirta-se que com o muito ferver não chegue a agoa ao fundo do cuscuzeiro. E conhecer-se-há ser cozido, quando por toda a	Tomem o pó e olho da farinha de trigo tremez ou anafil, e na falta destes mourisco; e botado em alguidar se borriffe com isope de carqueja. A agua deve estar temperada com sal e não muito quente, e com ella, com a agua irão borrifando pouco a pouco, revolvendo para o que serão dois obreiros. E se peneira com peneira rala, e depois com outra mais fina; e a farinha que cair da peneira se tornará a hyssopar e peneirar, e torcer na joeira, e andarão com a palma da mão dentro dela ao redor sobre a farinha, pondo-a depois em taboleiro que tenha um panno no fundo e cobrindo a farinha com equal panno em duas dobras, para que assim enxugue um pouco. Depois se toma uma panella com agua temperada de sal, cebola, coentros, hortelan, segorelha e se poe a ferver em fogareiro. E mettidos os cuscus no cuscuzeiro, e posto dois ou tres dedos abaixo da bocca da panella, se barre esta em roda da bocca, devidamente coberta com o testo. Tenha-se cuidado em que a agua não chegue ao fundo do cuscuzeiro. Conhece-se que os cuscus estão cozidos, quando sahir fumo por

<sup>41</sup> *Caderno do refeitório*, s.d., pp. 36-38.

<p>boca dele sair fumo. Se o cuscus for pouco ou se for muito dar-se-lhe-há mais, ou menos tempo. E depois deste sinal tira-lo-hão e deita-lo-hão em hum alguidar, e desfeitos os terroins com a colher com que lhe botarão a manteiga, a qual será sempre boa quantidade e será necessariamente de vacas, que penetre e se consuma nele. Comessarão por hua borda ao ir desfazendo entre as maons, o que tudo acabado se deitará em hua tigela e sobre ella se deitará o caldo que ouver de ser ou de vaca, ou de carneiro, ou de galinha, ou de grãos, também com asucar, o qual ficará um dedo sobre o cuscus e se abafará muito bem. Fa-se tambem de rolão da mesma farinha. Tambem se coze metendo hum pano no fundo do cuscuzeiro ficando huma ponta pera cubrir e abafar a boca<sup>42</sup>.</p>	<p>toda a bocca do cuscuzeiro. Quando os cuscus forem poucos, se deixarão estar mais um pouco de tempo e tirados os deitem em alguidar e lhe deitarão manteiga de vacca em quantidade que penetre e seja absorvida pelos cuscus. Desfaçam-se em alguidar, esmagando-os com as mãos contra a borda do alguidar. O que feito se lance em uma tigela e sobre ella caldo de vacca, carneiro, galinha, de modo que cubra os cuscus na altura de um dedo e os abafe muito bem, deitando-lhe cheiros, coentros, hortelã e segurelha. Também se fazem do rolão da mesma farinha. Ao cozer se pode por um pano no fundo do cuscuzeiro, ficando de fóra uma ponta que dobre sobre a bôcca. E conhecer-se-ha que os cuscús estão cozidos quando eles com a agua a ferver imitem as pancadas de um tambor. Conservam-se por muito tempo em bom estado, quando, depois de cozidos, os ponham a inxugar. Tambem se fazem com assucar e agua, manteiga e alguma agua rosada, com cannella por cima. E assim mesmo se podem fazer de leite, mas n'este caso não levam manteiga, e sim assucar, agua-de-flôr, sal e cannella. Tambem se fazem de camoegas ou peras, debulhando-as muito bem, e tirando-lhes as pevides, depois de cozidas em panella, e por tal forma que fiquem desfeitas. E depois levam assucar, agua-de-flôr, e cannella; e se acabarão de cozer, temperando com sal<sup>43</sup>.</p>
--	---

Nestas receitas é visível a presença de ingredientes como açúcar, manteiga, água rosada e canela, para acompanhar carne, tal como acontece em outras de origem portuguesa da época. Não se trata, contudo, de um preparado muito comum no Magrebe, um prato de cuscuz doce, conhecido por *mesfouf* ou *seffa*, consumido vulgarmente para quebrar o jejum, e composto por sêmola de trigo, açúcar, manteiga, canela e passas de uva ou tâmaras, admitindo variantes nos ingredientes<sup>44</sup>.

<sup>42</sup> RAMOS, CLARO, 2013, *Alimentar o corpo e saciar a alma* [...], pp. 168-169.

<sup>43</sup> *Caderno do refeitório*, s.d., pp. 36-38.

<sup>44</sup> BRAGA, 2019, «Reinventando um prato magrebino: as duas vidas do cuscuz em Portugal», p. 75.

Fig. 2 – *Mesfouf* preparado em Portugal, com sultanas douradas, nozes e laranja cristalizada



Fonte: fotografia da autora.

No manuscrito intitulado *Livro de Receitas de Cozinha, de Cosméticos e de Mezinhas compilado por frei Manuel de Santa Teresa*, um franciscano setecentista, explica-se que o cuscuz se prepara como o arroz, mais se acrescentando que o prato deveria incluir manteiga ou azeite, açúcar e canela<sup>45</sup>. Encontra-se igualmente uma receita de cuscuz, diferente das apresentadas anteriormente:

#### Receita de Cuscuz

##### Coscus como se temperão e guezão

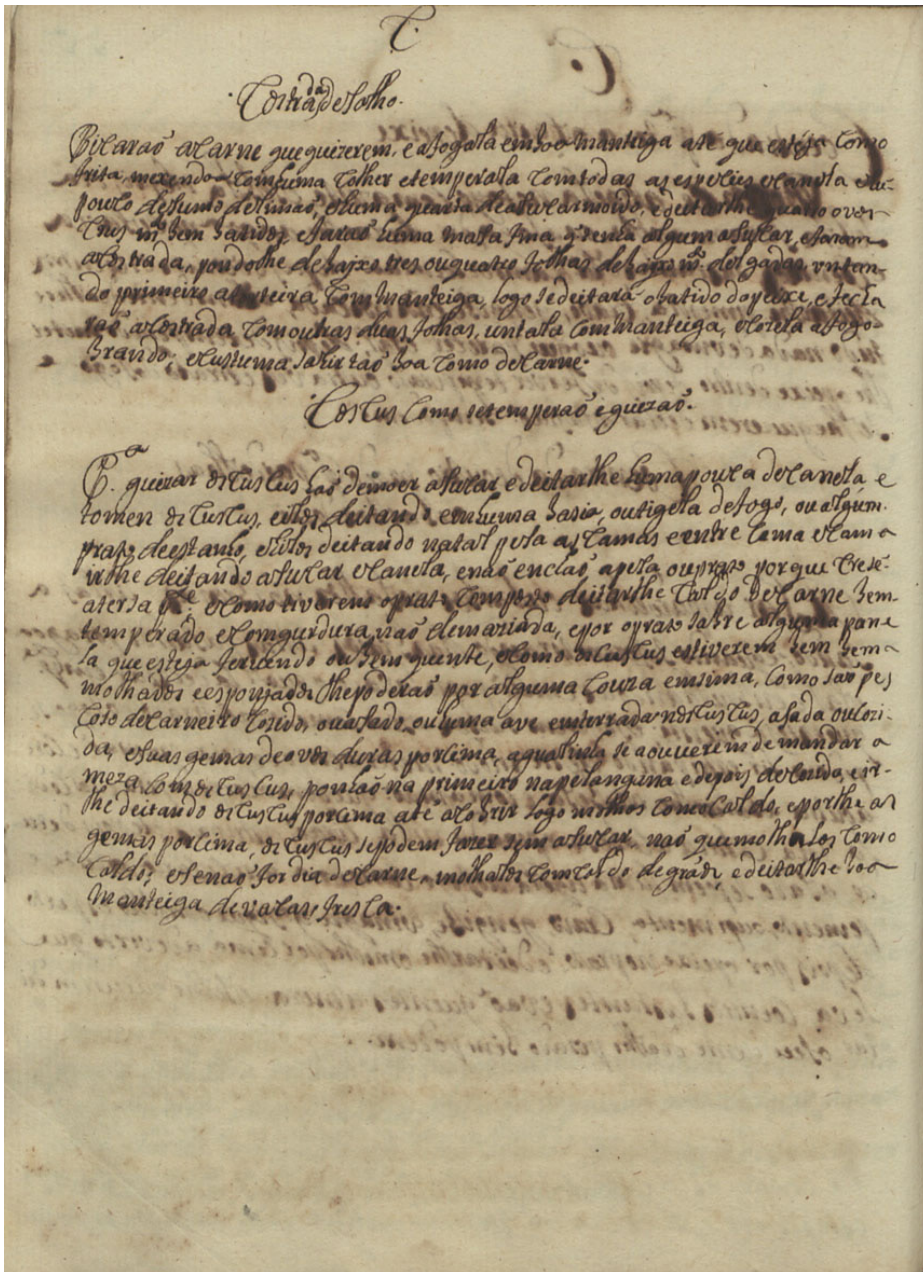
Para guizar os cuscus hão de moer asucar e deitar-lhe huma pouca de canela e tomen os cuscus, e i los deitando em huma basia ou tigela de fogo ou algum prato de estanho e hi los deitando na tal pesa as camas e entre cama e cama ir lhe deitando asucar e canela e não enchão a pesa ou prato porque crese a tersa parte e como tiverem o prato composto deitar lhe caldo de carne bem temperado e com gurdura não demaziada e por o prato sobre alguma panela que esteja fervendo ou bem quente e como os cuscus estiverem bem bem (*sic*) molhados e esponjados lhe poderão por alguma couza em cima, como são pescoso de carneiro cozido ou asado ou huma ave emterrada nos cuscus, asada ou cozida e suas gemas de ovos duras por cima, a gualinha se a ouverem de mandar a meza com os cuscus, ponhão-na primeiro na pelangana e depois de cozida e ir lhe deitando os cuscus por cima até a cobrir logo molhos com o caldo e por lhe as gemas por cima, os cuscus se podem fazer sem asucar, não que molha los com o caldo e se não for dia de carne molha los com caldo de grão e deitar lhe boa manteiga de vacas fresca<sup>46</sup>.

<sup>45</sup> BRAGA, 2015, *Sabores e segredos: receituários conventuais [...]*, p. 129.

<sup>46</sup> BRAGA, 2015, *Sabores e segredos: receituários conventuais [...]*, p. 136.

Nesta receita, as referências às gemas de ovos duros colocadas por cima do cuscuz recordam o prato de cuscuz de carne de camela com favas, *ibawen*, igualmente acompanhado e decorado com ovos duros, neste caso gema e clara, ainda hoje preparado em vários pontos de Marrocos<sup>47</sup>.

Fig. 3 – Receita de cuscuz apresentada por frei Manuel de Santa Teresa



Fonte: Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cod. 11390, fol. 25v.

<sup>47</sup> HOUARI, 2019, «O cuscuz no Magrebe: passado e presente», p. 52.



Fig. 4 – *Ibawen*, isto é, cuscuz preparado à base de vários cereais, com carne de camela e favas, acompanhado e decorado com ovos duros



Fonte: fotografia de Hossin Houari.

Em contexto leigo, a primeira receita de cuscuz está contida no manuscrito de Francisco Borges Henriques, datável da primeira metade de Setecentos. Trata-se de um receituário de uma casa particular, fortemente marcado pela globalização dos produtos, quer os que eram manipulados para produzir mezinhas quer os que se destinavam a doces e salgados<sup>48</sup>.

<sup>48</sup> HENRIQUES, 2021, *Receitas de milhores doces e de alguns guizados* [...].

Receita do cuscus

Para se fazer o cuscus he preciso hauer delle comecilho (*sic*) ou semente *que* he o *que* fica deitado do criuo fora e *para* ter este prestimo não ha de hir ao lume nem ser cozido, este tal comecilho (*sic*) se lanca no alguidar e se lhe da *primeiro* algũas uoltas com a mão e com forca, sempre *para* demtro e de quando em quando seo reues com a ilharga da mão *para* a outra parte e emtaõ salpicaraõ com agoa, o que se fas com hum ramo de carqueja e em sua falta com hum ramo de tojo ou alecrim e se uaj dando uoltas e botando com a mão esquerda a farinha  *muito* miudo e se uaj trabalhando emquanto tem farinha e se lhe bote agoa hũa e mais uezes se lhe he *necessaria* e dando lhe seos reuezes e tirando *para* hum prato o *que* se fas massa; e estando ia bem trabalhada *que* não haia farinha, tendo porcao de meio arratel ou mais, se lance no criuo largo /p. 179/ largo e se peneire, bandeando de hũa *para* outra parte e o groco *que* fica se uaj pondo no prato e este taõbem serue quando não ha comceilho ou semente, rallando o paõ e misturando o com elle e ao despoes se passa o dito cuscus pelo criuo mais apertado e o *que* fica se lança em hum tabolleiro e o *que* fica *que* cahio he o comecilho (*sic*) *para* se hir comtinuando e feita a porcaõ *que* querem e *que* cabe no cuscuzeiro e o teraõ deitado em hum tabolleiro a parte e antes disso haueraõ posto ao lume hũa panella grande, mais alta *que* larga em cuja boca fica ajuxtado o cuscuzeiro e com agoa, mas *que* não chegue ao cuscuzeiro nem ainda feruendo, e despoes o peguem com massa de senteio ao redor da panella e tanto *que* fumar pelo cuscuzeiro *que* he despoes de feruer a agoa, meteraõ o *dito* cuscus em hum pano groco e o meteraõ no cuscuzeiro cubrindo o  *muito* bem com o *dito* pano e, tanto *que* fumar por todo o pano e este estiuer molhado, se tire e sobre hum pano limpo partiraõ em quartos o quejo e tiraraõ hum dos quartos e o outro o deichem abafado emquanto o pacarem pello criuo largo e assim se hira fazendo ao mais; segue sse emtaõ emchugarem no ao sol  *muito* bem e em tempo de inuerno em tacho ao lume como quem passa cauacas e lho tornaraõ a repetir despoes de frio outra ues *para que* não tome bollor nem mofo e tudo com  *muita* limpeza. [acrescento:] <e a farinha para elle seja uiua><sup>49</sup>.

Aparentemente, no século XVIII, o cuscuz foi perdendo terreno na culinária portuguesa. Rafael Bluteau, habitualmente prolixo e utilizador de um número considerável de abonações, foi bastante lacónico ao definir o preparado: «massa reduzida a grãosinhos e cozida com o vapor da água quente»<sup>50</sup> e o cuscuzeiro como «tigela de fogo, mais alta do que as ordinárias, acabando sempre mais estreita para o fundo, cheia de buraquinhos para cozer cuscuz»<sup>51</sup>. Para o século XIX e boa parte da centúria seguinte, a tendência parece ter-se acentuado em Portugal continental. Porém, na Madeira, a preparação e o emprego terão continuado. Em Setecentos, integrava a alimentação dos dias festivos, por exemplo, nos conventos femininos da Encarnação e de Nossa Senhora das Mercês. Da Madeira, pelo menos em 1829,

<sup>49</sup> HENRIQUES, 2021, *Receitas de milhores doces e de alguns guizados* [...], 178-179.

<sup>50</sup> BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez e latino*, p. 645.

<sup>51</sup> BLUTEAU, 1712, *Vocabulario Portuguez e latino*, p. 645.

chegou a sair cuscuz rumo a Lisboa, como o atesta a documentação da Provedoria e Junta Real da Fazenda do Funchal, relativa aos direitos de saída dos géneros.

O visconde do Porto da Cruz, em texto de carácter etnográfico, datado de 1949 e republicado a título póstumo em 1963, considerou o cuscuz como um dos pratos mais divulgados, mesmo fora do arquipélago, e indicou o modo de preparar o ingrediente e de confeccionar as iguarias, salientando o «cuscuz vulgar» e o «cuscuz rico». O primeiro, feito apenas com cuscuz, água, sal, seurelha e manteiga, e o segundo, com esses mesmos ingredientes a que se juntavam passas de uva, azeitonas, pedaços de chouriço e de outras carnes de porco, galinha e até conservas de pepino, de couve-flor e de outros vegetais<sup>52</sup>.

Em recolha de receitas relativamente recente, publicada em 1993, Zita Cardoso forneceu informações afins às do visconde do Porto da Cruz, acrescentando que o cuscuz fora prato de ricos e de pobres. Habitualmente, preparava-se durante o verão, para secar convenientemente e ficar disponível para todo o ano. Era muito popular nas freguesias rurais da Madeira e do Porto Santo, em especial nas de Ponta do Sol, Ponta do Pargo e Calheta. Era utilizado, muitas vezes, como substituto do arroz e especialmente apreciado quando preparado com caldo de cozido (isto é, o líquido onde se cozinhavam diversos vegetais e carnes), pois adquiria um sabor mais intenso<sup>53</sup>.

Entre a publicação do visconde do Porto da Cruz e a de Zita Cardoso, houve lugar para o aparecimento, em 1981, da *Cozinha tradicional portuguesa* de Maria de Lourdes Modesto (1930-2022). Esta obra foi uma consequência do primeiro segmento culinário português, o programa televisivo *Culinária* (1958-1970), da Rádio Televisão Portuguesa, o qual foi exibido semanalmente em horário nobre, após o *Jornal da Noite*, durante 12 anos. A obra resultou de um concurso lançado no programa, em 1961. A gastrónoma era apreciadora da cozinha francesa e acabou por ser solicitada pelo público a dar mais atenção às receitas tradicionais portuguesas. Perante as enormes variações do receituário regional, surgiu a ideia de criar um concurso cujo objetivo era o envio, por parte dos telespetadores, de receitas das suas terras<sup>54</sup>.

Na *Cozinha tradicional portuguesa*, as receitas aparecem ordenadas tendo em conta as regiões de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral, Ribatejo, Estremadura, Alentejo, Algarve, Madeira e Açores. Para cada uma delas foram apresentadas receitas de sopas, peixes, carnes, aves,

---

<sup>52</sup> PORTO DA CRUZ, 1963, «A culinária madeirense», p. 43.

<sup>53</sup> CARDOSO, 1993, *Segredos da cozinha* [...], pp. 18, 134.

<sup>54</sup> Sobre esta autora, vejam-se ABREU, 2018, *Cozinha Tradicional Portuguesa* [...]; ESTEVES, 2020, *A Culinária na Rádio Televisão Portuguesa* [...]; ESTEVES, 2023, «1958 – Cozinha e televisão: Maria de Lourdes Modesto e o *Culinária*», pp. 509-514.

legumes e doces, sendo, em algumas delas, criados apartados para açordas, bolas, caldeiradas, folares, migas, papas, sarrabulhos, de entre outros. No caso específico da Madeira, encontram-se sopas, acompanhamentos, peixes, carnes, saladas e doces. O cuscuz, enquanto ingrediente, está presente na receita de cozido à madeirense. Nela se podem ler algumas informações complementares, tais como o modo de cozer o cuscuz, no passado, recorrendo ao cuscuzeiro, e numa versão mais atualizada, fazendo uso da bola de cozer arroz. No primeiro caso, a verificação da cozedura seria feita recorrendo a pequenas pedrinhas ou conchas de lapas, para se aferir se seria necessário acrescentar água:

Cozido à madeirense

Para 6 pessoas

1 kg de carne de porco magra salgada;

4 batatas doces;

4 batatas;

4 nabos;

4 cenouras;

1 couve coração-de-boi;

1 abóbora verde (abóbora que não cresceu);

200 gr. de cuscuz;

1 ramo de tomilho.

Lava-se a carne e coze-se em água. Quando a carne estiver quase cozida, juntam-se-lhe todos os legumes inteiros e lavados. À couve devem retirar-se as folhas exteriores mais rijas. Junta-se ainda um ramo de tomilho.

À medida que os legumes cozem, vão-se retirando do caldo. **Molha-se o cuscuz com um pouco de água e coloca-se na parte funda do cuscuzeiro.**

Logo que a carne e todos os legumes estiverem cozidos (estes já retirados da panela) **coloca-se o cuscuzeiro sobre a panela para que o cuscuz seja cozido a vapor. Para evitar que o vapor se escape, coloca-se um pano na borda da panela entre esta e o cuscuzeiro.**

Depois de tudo pronto, volta a introduzir-se no caldo (salvo o cuscuz), para que o cozido seja servido bem quente.

**O cuscuzeiro é hoje substituído pela bola de arroz. Neste caso, a bola com o cuscuz é introduzida no caldo onde o cozido coze. Introduz-se nos últimos 10 minutos.**

**O cuscuz, que outrora era preparado pelos próprios, vende-se agora nas mercearias pronto a utilizar.**

**Quando preparam em casa o cuscuz (granulado), para saberem se a água do cuscuzeiro não se evaporou toda e para evitar perder o vapor fazem a verificação deitando algumas pedrinhas ou conchas de lapas ou de berbigão no fundo do cuscuzeiro. Se sobre o lume, ao ferver, não telintarem, é sinal de que a água se esgotou, pelo que se torna necessário juntar mais<sup>55</sup>.**

<sup>55</sup> MODESTO, 1997, *Cozinha tradicional portuguesa*, p. 300; o negrito é nosso.

Na Madeira, atualmente, o cuscuz confeciona-se com farinha de trigo da região, fermento e água morna temperada com sal e folhas de segurelha, trabalhando-se até obter uma massa granulada. Em seguida, coloca-se no cuscuzeiro sobre uma panela com água durante cerca de duas horas. Depois de cozido esfrega-se manualmente e coloca-se a secar ao sol durante dois ou três dias<sup>56</sup>. A presença do cuscuz na Madeira é de tal modo comum que, de 2014 a 2018, foi promovida uma mostra nos Lameiros (freguesia e concelho de São Vicente), uma iniciativa do pároco local, Hugo Filipe Almada Gomes. A escolha da localidade parece homenagear a preparação segundo o método mais antigo que se manteve preservado<sup>57</sup>, apresentando, contudo, uma textura diferente da do cuscuz do Magrebe<sup>58</sup>. Com a valorização do produto, pretendeu-se igualmente que o cuscuz produzido nos Lameiros obtivesse certificação de origem, desde 2015, o que não foi conseguido<sup>59</sup>, alegando-se que, atualmente, na localidade não se produz trigo.

Fig. 5 – Preparação do cuscuz em Lameiros (São Vicente – Madeira), durante a mostra de cuscuz de 2018



Fonte: fotografia da Confraria Gastronómica da Madeira.

<sup>56</sup> *Produtos tradicionais portugueses: cuscuz*, s.d.

<sup>57</sup> SANTOS, 2014, *Primeira mostra do cuscuz*. Veja-se um pequeno filme, sobre a forma tradicional de fazer cuscuz na Madeira: *Cuscuz: tradição da Madeira*, 2016, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=A1nWeM1VGnY>, visualizado a 22 de agosto de 2018.

<sup>58</sup> *Cuscuz da Madeira*, 2014.

<sup>59</sup> DRUMOND, 2015, «Cuscuz poderá ter certificação de origem», p. 5.

Fig. 6 – Preparação do cuscuz em Lameiros (São Vicente – Madeira), durante a mostra de cuscuz de 2018



Fonte: fotografia da Confraria Gastronómica da Madeira.

Fig. 7 – Preparação do cuscuz em Lameiros (São Vicente – Madeira), durante a mostra de cuscuz de 2018



Fonte: fotografia da Confraria Gastronómica da Madeira.

Se consultarmos o sítio *Produtos tradicionais portugueses*, encontraremos o cuscuz como um dos géneros da Região Autónoma da Madeira, definido como «massa granulada, consistindo em pequenos grânulos de cor acastanhada. O cuscuz, depois de cozinhado, serve de acompanhamento em diferentes pratos, normalmente como substituto do arroz. É comercializado embalado em sacos de plástico». Podemos, ainda, ficar a saber que o cuscuz «pode ser confeccionado de diferentes formas sendo, no entanto, mais apreciado com água de cozido (mistura de couves, batata, nabos, cenouras e carne de porco). É também utilizado como arroz para acompanhamento de carne de porco». E, finalmente, que «o processo de fabrico é muito rudimentar. O cuscuz é feito com farinha de trigo da terra (porque o outro trigo deixa-o «empapado»), fermento e água morna temperada com sal e folhas de segurelha, sendo trabalhada até se transformar numa massa granulada. A massa assim granulada vai para o cuscuzeiro que é colocado sobre uma panela com água, demorando duas horas a cozer a massa. Depois de cozido, o cuscuz é retirado e esfregado, ainda quente, com as mãos. Finalmente, é espalhado num terraço onde seca ao sol durante dois ou três dias, e está pronto a ser consumido»<sup>60</sup>.

O sítio *Cultura Madeira*, por seu lado, apresenta um texto da autoria de Lídia Goes Ferreira e César Ferreira, ilustrado com fotografias de Fernando Líbano e Florêncio Pereira, no qual se podem apreciar os vários passos da preparação do cuscuz, no sítio dos Lameiros (freguesia e concelho de São Vicente)<sup>61</sup>. A importância do produto na ilha da Madeira levou à criação de uma rota do cuscuz, com a apresentação dos produtores das freguesias de Calheta, Ponta do Sol e São Vicente, salientando-se as diferenças na elaboração nestes três espaços da Macaronésia<sup>62</sup>. Eis o cuscuz como um fator de promoção turística gastronómica sustentável, segundo o projeto SABOREA<sup>63</sup>. No âmbito deste, saliente-se ainda o *Festival gastronómico Madeira Saborea, a journey through taste*, que decorreu em julho de 2022 e de 2023, promovido pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

---

<sup>60</sup> *Cuscuz*, s.d.

<sup>61</sup> FERREIRA, FERREIRA, LÍBANO, PEREIRA, s.d., *Gastronomia tradicional: o cuscuz*

<sup>62</sup> *Rota do cuscuz*, s.d.

<sup>63</sup> MARQUES, 2021, «A rota do cuscuz», pp. 107-117.

Fig. 8 – Cuscuz preparado na Ponta do Sol (São Vicente – Madeira) pronto a ser cozinhado



Fonte: fotografia da autora.

Fig. 9 – Cuscuz com frango, salpicão, amêndoas, passas, mel e couve, preparado em contexto familiar



Fonte: fotografia da autora.



Fig. 10 – Cuscuz de marisco com dourado, couve e creme pil pil preparado num restaurante do Funchal



Fonte: fotografia da autora.

Em Trás-os-Montes manteve-se igualmente a prática da preparação do cuscuz, ali comumente designado por cuscus. Não se sabe quando teve início, presume-se que bastante cedo, por influência necessariamente muçulmana, quer direta, quer por mediação. Preparado com trigo barbela, uma variedade de trigo mole ali cultivada, que apresenta grande capacidade de adaptação às condições climáticas da região, o cuscuz transmontano confeciona-se de forma idêntica à de outros espaços. Acabado de cozer a vapor é designado por carola. Usa-se, em especial, nos pequenos-almoços ou nos lanches, simples ou com açúcar ou mel. Também pode ser preparado com leite e enfeitado com canela, tal como o arroz doce sem ovos. Outras possibilidades de consumo, desta feita em pratos salgados, são os cuscus de tomatada e os cuscus reais com cordeiro ou caça miúda, lembrando o cuscuz real marroquino<sup>64</sup>.

Depois de um crescente apagamento do cuscuz em Portugal continental, eis que vai reaparecendo. O produto encontra-se em supermercados – provavelmente terá sido reintroduzido em Portugal por uma cadeia francesa de supermercados<sup>65</sup> – estão disponíveis receitas em páginas da *internet* e o prato pode ser degustado

<sup>64</sup> BARBOFF, 2011, *A tradição do pão em Portugal*, p. 68; BRAGA, 2019, «Reinventando um prato magrebino: as duas vidas do cuscuz em Portugal», pp. 82-84. *Cuscus*, s.d.

<sup>65</sup> Agradeço esta sugestão ao Prof. Doutor Jorge de Freitas Branco.

em diversos restaurantes, especialmente nos étnicos magrebinos. Porém, está muito longe do que se passa, por exemplo, em França, país com comunidades imigrantes significativas provenientes dos países do Norte de África. Ali, o cuscuz, inicialmente um prato estrangeiro, foi-se tornando parte integrante da culinária gaulesa da atualidade. De tal modo que, em 2015, apareceu no terceiro lugar das preferências salgadas dos franceses.

A presença de imigrantes dos países do Magrebe em Portugal é extremamente baixa. Face a uma tão pequena comunidade, não se pode esperar um número expressivo de lojas e restaurantes com oferta de ingredientes e pratos específicos de Marrocos, Argélia, Tunísia e Mauritânia. No caso dos restaurantes magrebinos, são apenas marroquinos ou de inspiração marroquina, tornando-se claro que os clientes são maioritariamente portugueses e estrangeiros oriundos de outros países da Europa. A chamada restauração étnica marroquina em Portugal conta atualmente com poucos espaços, os quais apresentam comida marroquina e indiana, adequada a vegetarianos e, em alguns casos, também a adeptos da opção *vegan*. Os proprietários investem em decorações de clara influência magrebina, com cores quentes, cheiros intensos e objetos emblemáticos, como as *shishas* para fumar. A música e a dança do ventre ao vivo estão presentes em vários destes espaços de restauração, alguns muito bem avaliados, por exemplo, no sítio do *Tripadvisor*. Naturalmente, pratos como os mais variados cuscuzes e tagines, a par dos doces à base de frutos secos e de mel, marcam presença nas ementas<sup>66</sup>.

## De Portugal Continental para Outros Espaços Atlânticos

Como verificámos, em Portugal, o cuscuz começou por ser um prato identitário da comunidade muçulmana, continuou a ser preparado e consumido pelos mouriscos e acabou por se expandir para outros contextos económicos e culturais de cristãos-velhos dos grupos abastados, leigos e eclesiásticos. A circulação de pessoas entre o reino e as restantes zonas sob o domínio português, quer cristãos-velhos quer mouriscos ou outros familiarizados com a preparação e consumo de cuscuz, bem como a presença de trigo em espaços como a ilha da Madeira permitiram a expansão do preparado, independentemente de ser impossível provar as vias de entrada do prato em cada território. Nos Açores, a produção de cuscuzeiros de barro, na ilha de Santa Maria, ficou documentada desde a Época

---

<sup>66</sup> BRAGA, 2019, «Reinventando um prato magrebino: as duas vidas do cuscuz em Portugal», pp. 85-93.

Moderna o que significa, necessariamente, a preparação de cuscuz quer naquela, quer em outras ilhas do arquipélago, tanto mais que ali também se produzia trigo<sup>67</sup>. Por outro lado, a presença de população açoriana no sul do Brasil, concretamente em Santo António de Lisboa (Florianópolis – Ilha de Santa Catarina), poderá ter sido responsável pelo uso de cuscuz (salgado e doce) naquela região, embora preparado com farinha de mandioca, hábito que chegou à atualidade<sup>68</sup>.

Quando não havia trigo ou o mesmo era escasso, a opção foi o uso de um outro cereal, assim aconteceu em Cabo Verde – onde é comum o cuscuz com mel, um doce tradicional apresentado aos quadrados e consumido na véspera da quarta-feira de Cinzas, ou ainda como guloseima frequente, a par da ingestão de fatias de cuscuz com leite e açúcar ou com manteiga – na Guiné Bissau – onde, na atualidade, alguns privilegiados o comem com iogurte – e no Brasil – um prato comum com variantes ao longo do país – espaços onde se utiliza o milho e a mandioca para preparar o cuscuz<sup>69</sup>. Atualmente, aparece sob a designação de cuscuz marroquino o prato preparado à base de sêmola de trigo. Retenha-se que a prática de substituição de ingredientes foi comum no Brasil, desde o século XVI<sup>70</sup>.

Fig. 11 – Cuscuz de milho preparado por uma cabo-verdiana



Fonte: fotografia de Maria Filomena Semedo.

<sup>67</sup> GOMES, CASIMIRO, NETO, 2017, «Acerca do consumo de cuscuz na alimentação açoriana», pp. 411-420.

<sup>68</sup> SOUSA, 2010, *Alimentação e culinária na cultura* [...], pp. 16, 36, 38, 48.

<sup>69</sup> ROCHA, 2019, «O cuscuz brasileiro: um património vivo da migração culinária», pp. 101-116.

<sup>70</sup> BRAGA, 2010, *Sabores do Brasil em Portugal* [...].

Fig. 12 – Cuscuz preparado em Cabo Verde, consumido com manteiga ou margarina



Fonte: fotografia de João Pedro Gomes.

Aparentemente, a primeira referência ao cuscuz no Brasil consta num texto de 1587. Gabriel Soares de Sousa, dono do engenho Jaguaripe, localizado na Baía, e autor do *Tratado descritivo do Brasil*, ao aludir à mandioca não deixou de salientar que era rejeitada em Portugal, mas de consumo corrente no Brasil mesmo entre os brancos, para, em seguida, explicar que se tratava de um produto suscetível de transformação, em especial através do açúcar. O autor começou por referir que a mandioca servia para alimentar animais e pessoas, passou para a utilização dada pelos índios àquela raiz e, em seguida, salientou as melhorias que as mulheres portuguesas tinham conseguido introduzir na preparação dos pratos, dando conta que as pessoas “de primor”, isto é, de qualidade, consumiam beijus. Realisticamente, as portuguesas trataram a farinha de mandioca como se farinha de trigo fosse e prepararam bolos, “domesticando” ou europeizando o produto usado pelos índios. No que se refere à preparação levada

a cabo pela população autóctone, esteve presente a comparação com o cuscuz, evidenciando, mais uma vez, ser um consumo transversal aos vários grupos sociais, e que, possivelmente, também se preparava naquelas paragens:

«para se aproveitarem os índios e mais gente destas raízes, depois de arrancadas rapam-nas muito bem até ficarem alvíssimas, o que fazem com cascas de ostras, e depois de lavadas ralam-nas em uma pedra ou ralo, que para isso têm, e, depois de bem raladas, espremem esta massa em um engenho de palma, a que chamam tapeti, que lhes faz lançar a água que tem toda fora, e fica essa massa toda muito enxuta, da qual se faz a farinha que se come, que cozem em um alguidar para isso feito, no qual deitam esta massa e enxugam sobre fogo, onde uma índia a mexe com um meio cabaço, como quem faz confeitos, até que fica enxuta e sem nenhuma humidade, e fica como cuscuz, mas mais branca, e desta maneira se come, é muito doce e saborosa»<sup>71</sup>.

Não obstante a dificuldade em demarcar concetualmente comidas regional, tradicional e típica<sup>72</sup>, no Brasil atual, verifica-se a presença de variações regionais significativas na elaboração do cuscuz, que permitem referenciar pratos regionais<sup>73</sup>. O cuscuz paulista é um dos mais conhecidos. Preparado com milho, inclui também ovos, galinha, palmito, pimentão, tomate, milho, ou, em substituição da galinha, camarão ou peixe. No Rio Grande do Sul, concretamente em São Miguel das Missões, o cuscuz missioneiro é feito de sêmola moída e cozida a vapor, acompanhada de carne, legumes e enchidos.

Fig. 13 – Cuscuz paulista preparado por Silvana Castro do Nascimento



Fonte: fotografia de Lina Gorenstein.

<sup>71</sup> SOUSA, 2000, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, p. 134.

<sup>72</sup> Sobre esta matéria, veja-se CONTRERAS, GRACIA, 2011, *Alimentação, sociedade e cultura*.

<sup>73</sup> Sobre o cuscuz brasileiro, veja-se o texto de ROCHA, 2019, «O cuscuz brasileiro: um património vivo da migração culinária», pp. 101-116, que aqui seguimos.

A norte de São Paulo, pode encontrar-se o cuscuz branco ou cuscuz de tapioca, na Baía, preparado à base de fécula de mandioca e apreciado tanto na versão salgada como na doce. No primeiro caso, o cuscuz salgado é frequentemente recheado com azeitonas, sardinha, palmito, entre outros ingredientes, aproximando-se do cuscuz paulista. No caso do cuscuz doce, o açúcar, o coco e o leite de coco permitem preparar uma iguaria diferenciada. No Nordeste, o cuscuz de milho é feito com flocos de milho, cozido num cuscuzeiro, e servido com ovos mexidos, manteiga de garrafa ou com leite e açúcar. Conhecem-se variantes menos comuns, umas com acréscimo de coco e açúcar, outras com linguiças e toucinho ou bacon. A receita mais simples, geralmente, consta do pacote<sup>74</sup>.

Fig. 14 – Mini cuscuz paulista (Uberlândia-Minas Gerais)



Fonte: fotografia de Mônica Chaves Abdala.

---

<sup>74</sup> Informações fornecidas pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Mônica Chaves Abdala.

Fig. 15 – Cuscuz de milhoarina salpicado com ricota (Uberlândia-Minas Gerais)



Fonte: fotografia de Mônica Chaves Abdala.

Fig. 16 – Cuscuz de tapioca (Uberlândia-Minas Gerais)



Fonte: fotografia de Mônica Chaves Abdala.

Em outras regiões de Minas Gerais, é frequente a preparação e consumo do cuscuz salgado e do de tapioca, comumente entendidos como baianos. No Ceará, o cuscuz chama-se pão de milho. Vulgarmente, é consumido ao pequeno-almoço, humedecido com leite de coco, ovo e queijo coalho, acompanhando uma chávena de café com leite. Nas demais refeições, é usado na forma de farofa ou ainda com leite e carne seca assada. No Maranhão, o cuscuz é feito com flocos de arroz, goma de tapioca, água e sal, daí ser chamado cuscuz de arroz. Algumas receitas incluem coco<sup>75</sup>.

Desconhece-se se o consumo de cuscuz no Brasil conheceu continuidade até ao presente ou se foi reanimado ou reintroduzido a partir da presença das comunidades de sírios e de libaneses que aportaram ao país a partir do último quartel do século XIX, estimuladas pelo imperador D. Pedro II<sup>76</sup>. As contribuições destes imigrantes extrapolaram o quotidiano familiar consolidando-se nas ementas dos restaurantes e nos festivais de cuscuz.

Fig. 17 – Cuscuz de milho, enquanto acompanhamento, preparado num restaurante do Crato (Ceará-Brasil)



Fonte: fotografia da autora.

<sup>75</sup> ROCHA, 2019, «O cuscuz brasileiro: um património vivo da migração culinária», pp. 101-116 e a bibliografia aí citada.

<sup>76</sup> Sobre estas comunidades no Brasil, cf. SILVA, 2006, *Migração e cultura* [...]; RIBEIRO, 2012, «A implantação e o crescimento do Islã no Brasil», pp. 106-135.



## **Epílogo**

Apesar de os contactos históricos entre Portugal e Marrocos serem seculares, a presença da cozinha árabe no país é restrita, visando públicos médio e alto, se tivermos em conta a oferta dos restaurantes. Já no que se refere a uma influência enraizada e quotidiana desconhecida do comum da população, a situação é diferente, pois confeccionam-se alguns pratos de influência árabe de forma recorrente (tais são os casos, por exemplo, das almôndegas e do maçapão). Esta situação não obsta à preparação caseira de cuscuz, confeccionado com mais ou menos inspiração, por parte dos apreciadores deste prato de tradição secular, no seio de algumas famílias.

Fig. 18 – Cuscuz com passas, amêndoas e manga acompanhando costeletas de borrego, preparado em contexto familiar



Fonte: fotografia da autora.

Fig. 19 – Cuscuz com beringelas, curgetes e tomate, acompanhando corvina, preparado em contexto familiar



Fonte: fotografia da autora.

Num primeiro momento, o cuscuz apareceu como uma forma de conservar os cereais em contexto doméstico e como uma comida identitária, preparada no seio de uma comunidade, com recurso a um saber fazer próprio reputado e a uma convivialidade específica à volta da mesa, em especial em momentos de passagem. Acabou por se tornar um prato do agrado de todos os grupos sociais, tendo, em seguida, caído no esquecimento. O uso do cuscuz por parte dos abastados nunca obistou à continuação do seu consumo em meios pobres. Num segundo momento, completamente distinto, a matriz identitária continuou presente, mas o realce parece ter sido a ligação intrínseca entre gastronomia, economia local e regional, turismo e reconhecimento das tradições locais, no caso da Madeira, a par de criatividade culinária e construção de reputação gastronómica quer no arquipélago quer no resto do país, mormente em resultado da influência de grandes nomes da gastronomia.

## Agradecimentos

A autora agradece a cedência de fotografias às seguintes pessoas e entidades: Prof.<sup>a</sup> Doutora Mônica Chaves Abdala, Prof.<sup>a</sup> Doutora Lina Gorenstein, Prof. Doutor João Pedro Gomes, Senhor Alcides Nóbrega, Sr. Hossi Houari, Senhora D. Maria Filomena Semedo e Confraria Gastronómica da Madeira.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Impressas

- ÁLVARES, Frei João, 1960, *Tratado da vida e feitos do muito virtuoso senhor infante D. Fernando*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis.
- BLUTEAU, Rafael, 1712, *Vocabulário português e latino*, tomo 2, Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- BRANDÃO (DE BUARCOS), João, 1990, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte.
- Caderno do Refeitório: comezainas, mezinhas e guloseimas*, s.d., 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa, Barca Nova.
- CARDOSO, Zita, 1993, *Segredos da Cozinha: Madeira e Porto Santo*, Funchal, s.n.
- Cocina (La) hispano-magrebí durante la época almohada segun un manuscrito anónimo del siglo XII*, 2005, traduzido por Ambrosio Huici Miranda, estudo preliminar de Manuela Marín, Gijón, Ediciones Trea.
- Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, de António de Saldanha, 1997, estudo crítico, edição e notas de António Dias Farinha, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- FIGUEIREDO, José Anastácio de, 1790, *Synopsis Chronologica*, tomo 2, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- HENRIQUES, Francisco Borges, 2021, *Receitas de milhores doces e de alguns guizados particulares e remedios de conhecida experiencia (1715)*, estudo introdutório e glossário de Isabel Drumond Braga, transcrição paleográfica de Maria da Graça Pericão, Lisboa, Relógio d'Água.
- Kitab al tabikh fi-l-Maghrib wa-l-Andalus fi' asr al-Muwahhidin, li-um'allif majhul*, 2012, traduzido para inglês e publicado por Candida Martinelli, s.l., disponível em [http://italophiles.com/andalusian\\_cookbook.pdf](http://italophiles.com/andalusian_cookbook.pdf) e <https://cmartinelli.wordpress.com/2013/01/17/the-anonymous-al-andalus-cookbook/>.
- MACHADO, José Pedro, 2003, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 8.<sup>a</sup> edição, vol. 2, Lisboa, Livros Horizonte. A primeira edição é de 1952.
- MAIA, Carlos Bento da, 1995, *Tratado completo de cozinha e de copa*, Lisboa, D. Quixote. A primeira edição é de 1904.
- MODESTO, Maria de Lourdes, 1997, *Cozinha tradicional portuguesa*, 17.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Verbo. A primeira edição é de 1981.
- OLLEBOMA [António Maria de Oliveira Bello], 1999, *Culinária portuguesa*, Lisboa, Assírio & Alvim. A primeira edição presume-se ser de 1936.

- PERRY, Charles (trad. e coord.), 2017, *Scents and flavors: a Syrian cookbook*, Nova Iorque, New York University Press.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1963, «A culinária madeirense», in *Das artes e da história da Madeira*, n.º 33, p. 43.
- Primeiro tratado de cozinha: arte de cozinha*, 2017, coordenação de Isabel Drumond Braga (= *Obras pioneiras da cultura portuguesa*, direção de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais), vol. 21, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Relives de las mesas, acerca de las delicias de la comida y los diferentes platos – Fuḍālat al-Hiwān fi tayyibāt al-ta ‘ām wa-l-Alwān*, 2007, de Ibn Razīn al-Tuġġibī, estudo, tradução e notas de Manuela Marín, Gijón, Trea, pp. 130-133.
- SOUSA, Gabriel Soares de, 2000, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Belo Horizonte, Itatiaia, 2000.

## Bibliografia

- ABREU, Maria Margarida Sarmento Gomes Mota Pinto, 2018, *Cozinha Tradicional Portuguesa de Maria de Lourdes Modesto: Contributos para a construção de identidades e do património culinário português*, Lisboa, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Gastronómicas apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- ARON, Jean-Paul, 1989, *Le manger du XIX<sup>e</sup> siècle*, prefácio de Marc Ferro, Paris, Payot.
- BATTILANI, Patrizia, 2009, *Vacanze di pochi, vacanze di tutti: l'evoluzione del turismo europei*, 2.<sup>a</sup> edição, Bolonha, Il Mulino.
- BARBOFF, Mouette, 2011, *A tradição do pão em Portugal*, Lisboa, CTT-Correios de Portugal.
- BOYD, Julia, 2017, *Travellers in the third Reich: the rise of fascism through the eyes of everyday people*, Londres, Elliot and Thompson.
- BRAGA, Isabel Drumond, 2023, «De África para o mundo: o cuscuz», in BRAGA, Isabel Drumond (coord.), *História Global da Alimentação Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 603-608.
- BRAGA, Isabel Drumond, 2010, *Sabores do Brasil em Portugal: descobrir e transformar novos alimentos (séculos XVI-XXI)*, São Paulo, Editora Senac de São Paulo.
- BRAGA, Isabel Drumond, 1999, *Mouriscos e cristãos no Portugal quinhentista: duas culturas e duas concepções religiosas em choque*, Lisboa, Hugin.
- BRAGA, Isabel Drumond, 2015, *Sabores e segredos: receitas conventuais portuguesas da Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Annablume.

- BRAGA, Isabel Drumond, 2019, «Reinventando um prato magrebinho: as duas vidas do cuscuz em Portugal», in BRAGA, Isabel Drumond (coord.), *Cuscuz: identidades e recriações*, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 57-100.
- BRAGA, Isabel Drumond, 2004, «Influências estrangeiras nos livros de cozinha portugueses (séculos XVI-XIX): alguns problemas de análise», in BRAGA, Isabel Drumond, *Do primeiro almoço à ceia: estudos de história da alimentação*, Sintra, Colares Editora, pp. 101-118.
- BRUEGEL, Martin, LAURIOUX, Bruno, 2002, «Introduction: histoire et identités alimentaires en Europe», in BRUEGEL, Martin e LAURIOUX, Bruno (coord.), *Histoire et identités alimentaires en Europe*, s.l., Hachette, pp. 37-51.
- CAPATTI, Alberto, MONTANARI, Massimo, 2002, *La cuisine italienne: histoire d'une culture*, tradução de Anna Colao, Paris, Seuil.
- CONTRERAS, Jesús, GRACIA, Mabel, 2011, *Alimentação, sociedade e cultura*, Rio de Janeiro, Fiocruz.
- CSERGO, Julia, 2001, «O surgimento das cozinhas regionais», in FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo (dir.), *História da alimentação*, vol. 2, *Da Idade Média aos tempos actuais*, tradução de Maria da Graça Pinhão e de Catarina Gândara, Lisboa, Terramar, pp. 383-398.
- DAVIDSON, Alan, 2006, *The Oxford companion to food*, 2.<sup>a</sup> edição, Oxford, Oxford University Press.
- DRUMOND, Orlando, 2015, «Cuscuz poderá ter certificação de origem», in *Diário de Notícias*, n.º 45702, Funchal, 19 de outubro, p. 5.
- ESTEVES, Rita Peixeiro Lopes, 2023, «1958 – Cozinha e televisão: Maria de Lourdes Modesto e o *Culinária*», in BRAGA, Isabel Drumond (coord.), *História Global da Alimentação Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 509-514.
- ESTEVES, Rita Peixeiro Lopes, 2020, *A Culinária na Rádio Televisão Portuguesa: Maria de Lourdes Modesto, uma pioneira*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História do Género apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GARCÍA SÁNCHEZ, Expiración, 2011, «La alimentación de los andalusíes: entre las normas médicas y la vida cotidiana», in CARABAZA BRAVO, Julia María, MAKKI HORNEDO, Laila Carmen (coord.), *El sabor en al-Andalus: textos y estudios*, vol. 5, Sevilha, Universidade de Sevilha, pp. 121-134.
- GOMES, Rosa Varela, CASIMIRO, Tânia, NETO, José Luís, 2017, «Acerca do consumo de cuscuz na alimentação açoriana: achegas para o seu estudo», in *Atlântida*, n.º 62, pp. 411-420.

- GUERREIRO, Fábio Banza, 2018, «Uma Cozinha Portuguesa, com certeza: A 'Culinária Portuguesa' de António Maria de Oliveira Bello», in *Revista Trilhas da História*, vol. 8, n.º 15, pp. 221-236.
- HOUARI, Hossin, 2019, «O cuscuz no Magrebe: passado e presente», in BRAGA, Isabel Drumond (coord.), *Cuscuz: identidades e recriações*, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 43-56.
- HUBERT, Annie, 2000, «Cuisine et politique: le plat national existe-t-il?», in *Revue des Sciences Sociales*, 27, pp. 8-11.
- HUICI MIRANDA, Ambrosio, 1957, «La cocina hispano-magrebi durante la epoca almohada», in *Revista del Instituto de Estudios Islámicos en Madrid*, 5, pp. 137-155.
- LÖFGREN, Orvar, 1999, *On holiday: a history of vacationing*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press.
- MARÍN, Manuela, 2004, «From al-Andalus to Spain: Arab traces in Spanish cooking», in *Food and History*, vol. 2, n.º 2, pp. 35-52.
- MARQUES, Sónia Tavares, 2021, «A rota do cuscuz: contributos para a criação e desenvolvimento de um destino turístico gastronómico sustentável na ilha da Madeira», in CHAVES, Duarte Nunes (coord.), *Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia: itinerários turísticos do património gastronómico e vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 107-117.
- METTOUCHI, Amina, KHERBOUCHE, Farid, 2012, «Couscous, du Sahara Vert au monde berbère», in *Paella: una historia mediterránea*, Valencia, Fundación Asamblea de Ciudadanos y Ciudadanas del Mediterráneo (FACM), pp. 77-131, disponível em <https://fundacionacm.org/fr/publications-acm>.
- MILLER, H. D., 2007, «The pleasures of consummation», in FREEDMAN, Paul (coord.), *Food: the history of taste*, Londres, Thames & Hudson, pp. 135-161.
- MONTANARI, Massimo, 2007, *Il cibo come cultura*, 2.ª edição, Roma, Bari, Laterza.
- MONTANARI, Massimo, 2010, *L'identità italiana in cucina*, Roma, Bari, Laterza.
- MOUTA, Raquel, 2023, «Maria Odete Cortes Valente: o regional e o global», in BRAGA, Isabel Drumond (coord.), *História Global da Alimentação Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates, pp. 521-526.
- PÉREZ SAMPER, María Ángeles, 1998, *La alimentación en España en el Siglo de Oro: Domingos Hernández de Maceras, Libro del Arte de Cocina*, Huesca, La Val de Onsera.
- RAMBOURG, Patrick, 2010, *Histoire de la cuisine et de la gastronomie françaises*, Paris, Perrin.

- RAMOS, Anabela, CLARO, Sara, 2013, *Alimentar o corpo e saciar a alma: ritmos alimentares dos monges de Tibães. Século XVII*, Vila Real, Direção Regional de Cultura do Norte, Porto, Edições Afrontamento.
- REDMAN, Charles L., BOONE, James L., 1979, «Qsar es-Seghir (Alcácer Ceguer): a 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> Portuguese colony in North Africa», in *Studia*, n.º 41-42, pp. 5-50.
- RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto, 2012, «A implantação e o crescimento do Islã no Brasil», in *Estudo de Religião*, vol. 26, n.º 43, pp. 106-135.
- ROCHA, Ariza Maria, 2019, «O cuscuz brasileiro: um património vivo da migração culinária», in BRAGA, Isabel Drumond (coord.), *Cuscuz: identidades e recriações*, Lisboa, Relógio d'Água, pp. 101-116.
- SCHOLLIERS, Peter, 2001, «Meals, food narratives, and sentiments of belonging in past and present», in SCHOLLIERS, Peter (dir.), *Food, drink and identity: cook, eating and drinking in Europe since the Middle Ages*, Oxford, New York, Berg, pp. 3-22.
- SILVA, Idelma Santiago da, 2006, *Migração e cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)*, Goiânia, Dissertação de Mestrado em História.
- SOUSA, Rose Maria Martins Gomes de, 2010, *Alimentação e culinária na cultura dos descendentes de açorianos em Santo António de Lisboa – Florianópolis (Ilha de Santa Catarina – Brasil)*, Lisboa, Dissertação de mestrado em Antropologia Social e Cultural apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2010.
- VAQUERIZO GIL, Desiderio, 2017, «La alimentación en al-Andaluz a partir del registro arqueofaunístico: estadio de la cuestión», in *Lucentum*, n.º 36, pp. 341-358.

#### Referências Eletrónicas

- CARTAYA BAÑOS, Juan, 2022, «Relieves de las mesas: los tratados de cocina en el Al-Ándalus (ss. XIII-XIV)», disponível em <https://asgt.es/relieves-de-las-mesas-los-tratados-de-cocina-en-el-al-andalus-ss-xiii-xiv/>, consultado a 14 de setembro de 2023.
- Cuscos*, s.d., disponível em <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/outros-produtos-vegetais/1129-cuscos>, consultado a 23 de agosto de 2023.
- Cuscuz da Madeira*, 2014, <http://loorock.blogspot.com/2014/03/cuscus-da-madeira.html>, consultado a 21 de agosto de 2018.
- Cuscuz*, s.d., <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/outros-produtos-vegetais/296-cuscuz>, consultado a 22 de agosto de 2023.

FERREIRA, Lúcia Goes, FERREIRA, César (texto), LÍBANO, Fernando, PEREIRA, Florêncio (fotografias), s.d., *Gastronomia tradicional: o cuscuz*, disponível em <https://cultura.madeira.gov.pt/visitas-virtuais1/291-gastronomia-tradicional-o-cuscuz.html>, consultado a 23 de agosto de 2023.

*Produtos tradicionais portugueses: cuscuz*, s.d., disponível em <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/cat/outros-produtos-vegetais/296-cuscuz>, consultado a 21 de agosto de 2018.

*Rota do cuscuz*, s.d., disponível em <https://www.saboreamadeira.com/rota-do-cuscuz>, consultado a 23 de agosto de 2023.

SANTOS, Paulo, 2014, *Primeira mostra do cuscuz*, disponível em <https://dica.madeira.gov.pt/index.php/eventos/799-1-mostra-do-cuscuz-este-domingo-19-de-outubro-nos-lameiros-em-sao-vicente>, consultado a 21 de agosto de 2018.



## **A Multiethnic Trajectory within Identity and Consciousness. João Fernandes Vieira's Case**

### Uma Trajetória Multiétnica dentro da Identidade e da Consciência. O Caso de João Fernandes Vieira

*Samuele Avantage Junior Goury*<sup>1</sup>

#### **Abstract**

João Fernandes Vieira's story has been chosen because it seems to trace a quintessential Atlantic journey. A Tricontinental trajectory that etymologically derives from the Latin *traicēre*: "to pass beyond" a point in motion, and in relation to a reference system. Therefore, it turns out to be the most appropriate term to name a life path that actually crossed the limits of his time. First, the meanings of identity and consciousness; must be defined and so it has been decided to opt for an epistemological study that involved: Philosophy, Biology, Neurology, Chemistry, Psychology and Sociology. Through this research, different tools have been collected that will be used as vectors both to guide the gnoseological understanding and its application in social contexts.

The narrative element has emerged as one of the most important, capable of shaping the interactions between consciousness and identity, as well as influencing the emotional responses of the individual, struggling inside a real internal conflict.

The "soul phases" methodology of analysis is suitable for the evaluation of the experience, or better the trajectory, of João Fernandes Vieira's life. The soul phases method allows to follow that dynamism aforementioned.

---

<sup>1</sup> Graduated in History and with a Master in Historical Sciences from the Università Degli Studi di Milano; doctoral student at the Universidad de La Laguna, in the DOCTESO program (Doctorado en Territorio y Sociedad, Evolución Histórica en un Espacio Tricontinental (África, América y Europa)); his research project foresees the publication of a thesis in Ethnographic Studies that will include the anthropological analysis of Macaronesian societies in the Atlantic Slave Trade centuries. Through the focus on forms of dependence in the Canary Islands, Madeiran, Azorean and Cape Verdean contexts, it will be highlighted the developments that characterized the birth of the Atlantic multiethnic society. Email adress: samuelegoury@icloud.com.

It should be noted that this paper emerges from an Erasmus+ internship at Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

The peculiarity of the path traced by João Fernandes Vieira lies in the information available, sometimes rich, detailed and fictionalized, sometimes scarce, null or clearly altered by Vieira himself. This certifies a friction between consciousness and identity that led him to sublimate political-media strategy of social affirmation.

**Keywords:** Identity; Consciousness; Memory; Forms of Dependence; Narrative Personality; Sameness; Selfhood; Outsider; João Fernandes Vieira; Multiethnicity.

### Resumo

A história de João Fernandes Vieira foi escolhida porque parece traçar uma viagem atlântica por excelência. Uma trajetória tricontinental que etimologicamente deriva do latim *traicēre*: “passar além” de um ponto em movimento, em relação a um sistema de referência. Portanto, acaba por ser o termo mais apropriado para nomear um caminho de vida que realmente cruzou os limites do seu tempo. Primeiramente, os significados de identidade e consciência devem ser definidos e, por isso, optou-se por um estudo epistemológico que envolvesse: Filosofia, Biologia, Neurologia, Química, Psicologia e Sociologia. Através desta pesquisa, foram selecionadas diferentes ferramentas que serão utilizadas como vetores tanto para orientar a compreensão gnoseológica como para a sua aplicação em contextos sociais.

O elemento narrativo surgiu como um dos mais importantes, capaz de moldar as interações entre consciência e identidade, além de influenciar as respostas emocionais do indivíduo, lutando dentro de um verdadeiro conflito interno.

A metodologia de análise das “fases da alma” é adequada para a avaliação da experiência, ou melhor, da trajetória da vida de João Fernandes Vieira. O método das fases da alma permite acompanhar esse dinamismo acima mencionado.

A peculiaridade do percurso traçado por João Fernandes Vieira reside nas informações disponíveis, por vezes ricas, detalhadas e ficcionadas, por vezes escassas, nulas ou claramente alteradas pelo próprio Vieira. Isso atesta um atrito entre consciência e identidade que o levou a sublimar a estratégia político-mediática de afirmação social.

**Palavras-Chave:** Identidade; Consciência; Memória; Formas de Dependência; Personalidade Narrativa; Mesmidade; Ipseidade; Forasteiro; João Fernandes Vieira; Multiethnicidade.

## I – Introduction to Identity and Consciousness

«En el progreso del conocimiento científico sobre las culturas prehistóricas, y más aún en tanto aprehensión de un proceso concreto de su dinámica sociocultural, como supone la transformación que se deriva del contacto con otras culturas, la Historia, a lo largo de todo el siglo XX, ha reconocido el valor de la interdisciplinariedad, al menos en términos de programa epistemológico, para tratar de afrontar con garantías lo que tradicionalmente se ha venido definiendo como la “Historia de los pueblos sin historia”»<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> BAUCCELLS MESA, 2004, «Historiografía y etnohistoria. Las fuentes narrativas canarias y el estudio del contacto entre aborígenes y europeo», pp. 225-250, cit. p. 226.

Sergio Baucells Mesa reveals the need for an “epistemological program” to recognize the value of an interdisciplinary discussion. For the analysis to be effective, it is essential to present, quantify and qualify the meanings of consciousness and identity. The aim is to filter the bibliographic contents in order to create a base able to support the events that will be exposed in the next chapters.

If within slavery, identity and consciousness are re-sized<sup>3</sup>, inside the forms of dependence, these terms acquire different meanings. The task is even more complicated because of the variety of subjects in which identity and consciousness converge.

Starting from a historical point of view, according to Giampiero Arciero in *Estudios y dialogos sobre la identidad personal*, the origin of these concepts refers to the invention of writing. From this moment forward, according to the author, a very subjective reflections have begun to be developed, while previously «no había un sentido de interioridad individual deslindada del colectivo»<sup>4</sup>. Greek philosophy, the Judeo-Christian tradition and medieval theology traced different forms of interiority, however it was only with Cartesian philosophy that occurred the first individualization of contents in the history of Western philosophy: «El fundamento de la certeza de existir como sujeto consciente es alcanzado por Descartes a través de la duda metódica [...] pienso, luego soy [...] asegura simultáneamente la realidad de mi existencia»<sup>5</sup>.

René Descartes overturned the use by altering the meaning of the terms subject and object, yet his speeches remained of an existential human nature<sup>6</sup>.

It was John Locke who later marked the turning point shifting the attention to the individual, by placing the rediscovered subject as the object of analysis. Locke's intuition was to introduce two elements that acted as a bridge for the achievement of a deeper, more specific, level. With experience and reflection, in fact, Locke was able to discover the double thread bond that unites identity and consciousness.

---

<sup>3</sup> Exclusively theoretical annihilation. For obvious reasons, a living physical entity like that of a slave sometimes bypassed the legal limits imposed.

<sup>4</sup> ARCIERO, 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, cit. p. 22.

<sup>5</sup> ARCIERO, 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, cit. p. 23.

<sup>6</sup> «En la Edad Media, el término subjectum fue usado para aquello que yace-delante. Un objectum, en cambio, era en la Edad Media algo que es arrojado-al-encuentro de mi representar; a mi repraesentatio. Objectum, en el sentido medieval, es lo que meramente es representado [...]. Al final de la Edad Media, en realidad todo es invertido de arriba abajo. Hoy usualmente por sujeto se entiende el “yo”, mientras que el nombre de objectum se reserva para designar las cosas que no tienen carácter de yo, vale decir, los objetos». HEIDEGGER, 1987, *Seminari di Zollikon*, cit. p. 190.

By analyzing the own experience in a detached way, the individual is able to detect “self-awareness”.

«Locke delinea así un sentido de interioridad, la conciencia de sí, que aunque acompaña cada experiencia se distingue de cada experiencia particular [...] lo que él llama sí mismo, y de ese modo se distingue a sí mismo de todas las demás cosas pensantes, en eso solamente consiste la identidad personal, es decir, la mismidad de un ser racional»<sup>7</sup>.

Thanks to Locke, consciousness become part of the epistemological discussion. Above all, by introducing the experience, he allowed to highlight the narrative memory as a constituent element of consciousness as well as identity. His thoughts stimulated those of later philosophers, such as David Wiggins who was fascinated by consciousness being understood as «self-recorder»<sup>8</sup>.

Mariano Rodríguez González managed to find a keystone in his own work thanks to the continuity granted by the conscience of memory<sup>9</sup>, and Adam Smith too, praising the reflective analysis of the individual capable of judging “from outside” his own experiences on the basis of feelings and emotions. Focusing on moral feelings, Smith, in continuity with Locke, proposed a model of consciousness that rework and evaluate our behaviours, and above all sensations and perceptions arising from them<sup>10</sup>. The intuition of the two philosophers has since been supported by empirical knowledge resulting from several experiments that ascertain an important influence, exerted by emotions, on the neuro-psychophysiological functions: «a negative emotional state, like anger or frustration, produces an incoherent order of erratic, irregular beat-to-beat waveforms»<sup>11</sup>.

Smith’s theories and those of the moral philosophical current, will be useful later, for now the analysis is limited to the observation of the importance acquired by consciousness and all that results from it.

---

<sup>7</sup> ARCIERO, 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, cit. p. 26.

<sup>8</sup> WIGGINS, 1980, «Locke, Butler and the Stream of Consciousness: and Men as a Natural Kind», cit. p. 140.

<sup>9</sup> In *El problema de la identidad personal*, Rodríguez González approaches the theme of identity by placing it in a long-term temporal context, presenting and comparing the same individual at different times in his life and questioning the equivalence of identity. «La identidad de la persona a través del tiempo se hace posible en virtud de su capacidad de considerarse a sí misma la misma a través del tiempo. Esto significa que la consciousness se convierte en la clave de todo el asunto, en el sentido de que la identidad de una persona llegaría hasta donde puede ser extendida hacia atrás su conciencia de acciones y experiencias, o sea, hasta donde alcanza su memoria». RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2003, *El problema de la identidad personal: más que fragmentos*, cit. p. 64.

<sup>10</sup> ARCIERO, 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, pp. 28-29.

<sup>11</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 207.

In the midst of a eulogy to Darwinism, Juan Gavilán explains that consciousness is not even the ultimate purpose of human evolution, but rather a result of the ability to sublimate the informative reworking of data from the outside world<sup>12</sup>.

Without directly mentioning Locke, Gavilán also credits the importance of experience in building consciousness. He rarely uses the term “experience” but his writings evidence the influence of the English philosopher in the debate. With expressions such as: «Cuando se habla de conciencia, se hace referencia obligada a la capacidad de conocimiento de la realidad»; but especially with others like: «Tener conciencia significa, además de tener conocimiento de la realidad, la capacidad de acceder a la propia experiencia de ese conocimiento»<sup>13</sup>, the author resumes (voluntarily or not) the Lockean notion of reflection according to which through an intense analysis of experience, consciousness is generated.

Gavilán's greatest contribution concerns the biological field, within which the nervous system and above all the brain are organs that have evolved over three thousand five hundred million years to develop a consciousness able to automatically process the individual, or building that “self-consciousness” to which Rodríguez González also refers to.

By highlighting the paternity of reflexivity on consciousness, Gavilán wants to eliminate the spirit aura that, starting from Plato, surrounds the subject of consciousness. According to the Greek philosopher, consciousness forms an abstract subject on the margins of the individual, an extracorporeal essence that flanked,

---

<sup>12</sup> Gavilán attributes consciousness to a series of chemical, biological and neurophysiological processes. He suggests the peculiarity of human characteristics and the functioning of the mind have led to the development of consciousness, «así como la capacidad de pensar y todo su potencial cognitivo». Here Gavilán gives a very firm tone to his theses but his speeches in *Cerebro, mente y conciencia* are more suggestive. He argues the issues by offering timely parallelisms by comparing man and animal, or by comparing animal with vegetable. GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 37; for all else pp. 33-41. Gavilán's theses suggest contradiction with Juan Manuel Argüelles, Melina Gastélum and Ximena González who, in *Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes*, speak about the influence of memory within the construction of the conscious narrative. The authors bring human characteristics significantly close to primate's experiments in which memory related to future orientation: «deben ser considerados como parte de una organización general de memoria y acción encontradas en varios grados en un amplio rango de especies» ARGÜELLES SAN MILLÁN, GASTÉLUM VARGAS, GONZÁLEZ GRANDÓN, 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», cit. p. 221. If identity and conscience are distinguished, the theses by the different authors can be seen as congruent. This is precisely the invitation that is offered in «Autocoscienza e identidad: dos fenómenos independientes» as the title suggests. Associating Gavilán's theories with consciousness and identity, it is evident how assumptions can lie in harmony. This comparison will be resumed in the next chapters and highlighted because it is decisive for the verification of the final hypothesis.

<sup>13</sup> GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 157.

interacted and has been influenced “from the outside”. On the contrary, for Gavilán it represents a «unidad»<sup>14</sup> projected from various brain regions.

In relation to Plato, it is emblematic that Shaun Gallagher has both entitled his article and given as epithet (with consent) to Michael S. Gazzaniga: «The neuronal Platonist [...]». It consists of an interview in which Gazzaniga’s approach is explained exhaustively. In his experiments, the neurologist highlights the left hemisphere for acting as an event-sensing actor. This is the “interpreter”, the one who creates consciousness<sup>15</sup>.

Anthony Quinton took the same line of interpretation and went on saying the following about the soul:

«All I have tried to show is that there is no necessary connection between the soul as a series of mental states linked by character and memory and any particular continuing human body. The question now arises: must the soul be associated with some human body? The apparent intelligibility of my crude ghost story might seem to suggest that not even a body is required, let alone a human one»<sup>16</sup>.

By including an anatomical analysis, it is possible to know the mechanisms that determine the functioning of these elements.

An abstract character, almost dreamlike, reveals what experts define as a non-local transmission: «the empirical discovering of quantum entanglement or nonlocality – that everything in the universe at the subatomic level is interconnected and nonseparable»<sup>17</sup>. The concept of hologram can help to explain the non-local connection as the distributed and simultaneous organization of information exchange allows the action of a self-conscious “body” that encodes through energetic radiations.

Thus, self-consciousness has peculiar characteristics that will be discussed later. Firstly, various components have allowed biologists (in particular neurologists) to determine different types of consciousness.

---

<sup>14</sup> GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 160.

<sup>15</sup> GALLAGHER, GAZZANIGA, 1998, «The neuronal platonist, Michael Gazzaniga in conversation with Shaun Gallagher», p. 713. His contribution does not stop there, Gazzaniga deepens the analysis accusing this interpreter of reconstructing a personal narrative based so much on «true facts of ones’ life as well as false facts, that we believe to be true. The resulting spin that comes out as our personal narrative is, as a result, a bit fictional, like the idea we are in control of our behaviour» cit. p. 713. This quotation allows us to identify another cardinal point of Gazzaniga’s thesis, that is, the questioning of the total control of our actions that will be taken up later when the characteristics of personal identity and in particular of the narrative aspect are exposed.

<sup>16</sup> QUINTON, 1962, «The soul», cit. p. 408.

<sup>17</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 201.

“Primary consciousness” consists of a state of sensory perception, a rudimentary and predefined state of lucidity, the synchronism within the brain systems ensures its functioning; in other words, the neuronal network, in its units and groups, generates consciousness thanks to a simultaneous and synchronized transmission of information interchange. In particular: «Son los núcleos dinámicos dentro del sistema talamocortical los que generan la conciencia, unos grupos de neuronas con una conexión funcional diferenciada en la que aparece un alto nivel de complejidad»<sup>18</sup>.

Vision has a similar organization to that of the functioning of consciousness with several centres that coordinate action for a complementary result. It is not by chance that one of the most influential elements is acquired from sight: “the visual consciousness”.

However not all visual information arrives in their appropriate areas for processing, the axiom that connects the view to the visual consciousness is less trivial if considered that a part is dispersed (without getting lost) within the subcortical transmission. These data offer the possibility for self-consciousness to reconstruct and detect perceptions/sensations even in the presence of damages or injuries to the cortex<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> The author repeatedly traces the importance of the unity of consciousness, the fact that there is no single centre and that it makes no sense to refer to consciousness as a separate entity. Yet what emerges from the studies that the author himself proposes appears controversial, especially if «La sincronización constituye el mecanismo fundamental para conseguir la interacción de unos grupos determinados de neuronas». It is not clear whether this small group of neurons that we will see later reside between the thalamus and the cerebral cortex is more responsible, or whether synchronism predominates over consciousness. Probably the cause of this confusion lies within that complexity of connections mentioned above. GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 173; for all else pp. 171-176. This complexity requires a chemical contribution to speech. Studies show that serotonin and norepinephrine are the substances that promote a state of consciousness and vigilance; while ketamine and phenylclidine produce a loss of consciousness, in particular, there was a high presence of acetylcholine during sleep. On the contrary, to avoid unconsciousness, the body releases glutamate in the cerebral cortex, capable of blocking the production of the aforementioned molecules responsible for the loss of consciousness. GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 176. The latter should be understood more as a state of lucidity that is related to the arguments of the elaborated and that indeed lies on the margins of the reference issues.

<sup>19</sup> For example, when a monkey's cortex has been removed or in a human being with damage to the visual cortex, there is in both cases a resilient ability of processing data that «les permita la localización de los objetos, la orientación de la percepción del movimiento y la intensidad del estímulo. Posiblemente debido a alguna forma de procesamiento subcortical se produce una visión primitiva consistente en la discriminación visual de algún tipo de fenómeno, aunque el sujeto no logre tomar conciencia de esa visión». GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 166. This can be highlighted in victims of Anton syndrome who «por una lesión en el lóbulo occipital no pueden ver, pero se niegan a reconocerlo», cit. p. 167.

«Hay conciencia del color, pero no hay conciencia de la presión sanguínea. Las neuronas conectadas a los barorreceptores de las paredes arteriales no producen un estado consciente, porque esas células no forman parte de los circuitos neuronales de la conciencia. Dicho de otra manera, los circuitos que regulan la presión sanguínea forman un arco reflejo, pero no pertenecen a los núcleos talamocorticales que regulan la conciencia»<sup>20</sup>.

Needless to say, how important sight is in an individual's life<sup>21</sup>, Semir Zeki offers the opportunity to understand more of the relationship between sight and visual consciousness. Within his studies, it is clear that of the thirty areas involved in the development of a vision, only some generate consciousness, and more precisely, only those that receive and exchange information with the thalamus. Zeki estimates that, for there to be consciousness, the transmission of information of the thalamic-cortical zone must travel at a minimum frequency of 40 Hz<sup>22</sup>. This is also reinforced by the assumptions of Gerald Edelman and Giulio Tononi who discuss the relationship (through neuronal circuits) between the thalamus and the cerebral cortex: «Distributed neural activity, particularly in the thalamocortical system, is almost certainly essential for determining the contents of conscious experience»<sup>23</sup>. For the authors it would be in particular reciprocity, more specifically the "return/reentry" of information that develops consciousness<sup>24</sup>. For more technical clarity:

«el tálamo dispone del núcleo reticular que puede controlar la actividad cerebral en los estados como los de la vigilia y el sueño. En realidad, puede funcionar como un interruptor en el que se activa la conciencia. Es la puerta de entrada para la actividad cortical. Desde la parte central de los núcleos intralaminares se hacen proyecciones hasta la corteza visual; desde este núcleo hasta el cuerpo estriado se establecen las funciones motoras, pero también ciertas funciones cognitivas»<sup>25</sup>.

Of the three most important types, the "mnemonic consciousness" is the closest function to the topics that will be developed during the next chapters. Axiomatically linked to experience and its storage inside the memory, mnemonic consciousness

---

<sup>20</sup> GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 172.

<sup>21</sup> H. Klüner e P. Bucy's experiments showed that by removing the temporal lobe, primates showed an increase in sexual activity, a reduction of stress and a total absence of anger excess. At the same time there were also difficulties in the cognitive recognition of objects that led them to the attempt of tasting whatever was offered; bringing the two scientists to treat the disorder as a syndrome of Klüner-Bucy. GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, pp. 163-164.

<sup>22</sup> ZEKI, 1995, *Una visión del cerebro*, pp. 401-41.

<sup>23</sup> EDELMAN, TONONI, 1998, «Consciousness and complexity», cit. p. 2.

<sup>24</sup> EDELMAN, TONONI, 2000, *A Universe of Consciousness: How Matter Becomes Imagination*, pp. 105-106.

<sup>25</sup> GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 168.



and memory in general are the most affected by the narrative element. Both mnemonic consciousness and narrative element will be deepened later.

The nervous system is the basis of consciousness and yet, depending on the type, the concerned "centre" will be different. It is more appropriate to say that it is such an articulated element that arises from the interaction of various parts of the body that collect different information then transmitted to the brain. Based on the theory of nonlocal transmission, we cannot think that consciousness is the result of a process that is produced in a single centre<sup>26</sup>. To better understand these functions it is necessary to tap into on the quantum universe, in particular the concept of hologram, previously mentioned. The communication between two or more interlocutors brings sometimes to the creation of an electric field within which an exchange of information occurs through the emission of energy waves:

«it is known that the returning wave contains nonlocal quantum-level information about the object's internal organization [...]. Moreover, the complete event history of the object's movement in time through its three-dimensional environment is carried by a quantum hologram. Taken altogether, this produces a holographic process in which micro-scale nonlocal quantum-level information about the object's organization and history is encoded and communicated back to the macro-scale source of the initial wave»<sup>27</sup>.

This explains the nonlocal return/reentry that also occurs in the hologram creation of identity and consciousness. Yet, the thalamus-cortical bond seems to be the most incisive in the cognitive action. It relates in turn with an unconscious transmission network, or rather, subconscious, a mechanical function, an automatism that not only guarantees the supply of information but processes data, also autonomously «antes de que sus operaciones o sus efectos lleguen hasta la conciencia; procesa la información antes de que el sujeto sea consciente de que en su seno»<sup>28</sup>.

It seems the already mentioned self-consciousness that deserves space and clarification. According to Gazzaniga, in the dorsal canal, which connects the parietal lobe, lies the "control centre" of self-conscious analysis<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> Gavilán invites not to consider consciousness as a «bloque monolítico». Either way, the study of consciousness provoked discordant interpretative lines. GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 163.

<sup>27</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 204.

<sup>28</sup> GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 168.

<sup>29</sup> «Something called the dorsal stream heads up toward the parietal lobe. The other stream of information, the ventral stream, projects into the temporal lobe. Well, the visual system listened to Yogi and took both streams, though inevitable duties to certain information may favour one stream over the other». GAZZANIGA, 1998, *The Mind's Past*, cit. p. 109.

José Maria Bermúdez and José Luis Díaz emphasize self-consciousness as the ultimate expression of animal physiological evolution. The information that processes and organizes at the service of the individual is so developed that it produces a «proprioception»<sup>30</sup>; not only is, this image of the self, inserted into the average environmental dimension, but also the subject is able to consider itself in function of the other. This is another important characteristic of self-consciousness<sup>31</sup>. Bermúdez in particular associates self-consciousness with a «somatic proprioception» to offer a list of ways in which the brain would autonomously collect information, creating what the author calls: «somatic information systems»<sup>32</sup>.

Not only the brain, but also the heart and the general neurobiological apparatus is capable of perform this intuitive activity of projection of self:

«the interaction between these two wave fields generate an interference pattern in which [...] both waves are spatially and temporally coherent. As a holograph, the interference pattern spectrally encodes phase-dependent information about the object's internal and external organization, and its event history. To decode the information a reference wave is required»<sup>33</sup>.

Spatial representation is another area within which self-consciousness acts. Bermúdez identifies two capacities that he claims are divergent: «cognitive maps» and «spatial-awareness component». The first represents a topographical environmental reading capable of coordinating the movement in the surrounding area, while the second would consist of a «personal-level state»<sup>34</sup>, that is a cognitive virtualization of space and movement.

An environmental dimension within which self-consciousness is able to project the image of the individual. Together with the temporal dimension, the person comes to conceive own existence both in space and time. In fact, memory allows an introspective journey into the experiences of the past that, not only affect the

---

<sup>30</sup> BERMUDEZ, 1998, *The paradox of self-consciousness*, cit. p. 131.

<sup>31</sup> This would represent an evolutionary point that few other animal species (besides the human being) can boast of having reached. From the sources it emerges that only in cases of a large proportionate development of the brain function the organism is able to generate consciousness of itself and the other; empathy has as well been found in pachyderm, primates and corvids, thus enabling them to recognize themselves in the mirror. DÍAZ GÓMEZ, 2016, «Cerebro, voluntad y libre albedrío», pp. 114-115.

<sup>32</sup> BERMUDEZ, 1998, *The paradox of self-consciousness*, cit. p. 133.

<sup>33</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 204.

<sup>34</sup> BERMUDEZ, 1998, *The paradox of self-consciousness*, cit. p. 203. This series of assumptions helps to demonstrate not only how the debate on conscience and self-consciousness is controversial, but at the same time wide and multidisciplinary too. For further information: pp. 203-207.

choices of the present (thanks to moral and ethical evaluations) but can, through quantum analysis, determine future projections.

The capacity to generate «juicios valorativos, éticos y estéticos»<sup>35</sup> is another property akin to the issues that will be developed during the course of this paper. A truly peculiar aspect that if applied to cultural analysis is able to relate consciousness and identity on two levels: personal and social. Within the management of stored information, self-consciousness is therefore able to connect not only the two elements: identity and consciousness but also the two dimensions: individual and collective.

We can simplify by stating that the bridge that unites consciousness and identity is composed of pieces of memory. In fact, the self-conscious reworking of data is able to determine the affinity between consciousness and identity. Consequently, the social narrative, consisting of historical dynamics analysed in the broadest sense, will be a valid and useful foundation for the final hypotheses developed when the personal dimension of João Fernandes Vieira will be examined inside the interaction with the collective imagination, the historical narrative of which he was protagonist.

Within the reworking of historical data in memory, it could be possible to interpret João Fernandes Vieira's self-consciousness function in order to estimate a projection of his identity and conscience and in so doing evaluate the sense of belonging as well as the unease of belonging, those that are technically defined as «sameness» and «selfhood»<sup>36</sup>.

For the operation to succeed, identity and consciousness will be conveyed inside a dialectic expression aimed at facilitating the identification of these introspective elements that by osmosis affect as well as are influenced by social dynamics.

Gavilán helps understanding the importance of memory with a practical analogy between brain functioning and that of a computer processor:

«Por los avances de la inteligencia artificial durante las últimas décadas del siglo XX, sabemos que el poder de procesamiento de una máquina depende de la capacidad de memoria de la que desponga. [...] Si atendemos al desarrollo de los procesos cognitivos en la inteligencia de los niños, podríamos comprobar que la diferencia en la capacidad de pensamiento con respecto a los adultos depende de la cantidad de mecanismos y de instrumentos, así como de la cantidad de información de la que pueda disponer

---

<sup>35</sup> ARGÜELLES SAN MILLÁN, GASTÉLUM VARGAS, GONZÁLEZ GRANDÓN, 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», cit. p. 216.

<sup>36</sup> ARCIERO, 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, cit. p. 60.

su memoria. De hecho, los psicólogos han podido establecer un principio de carácter general: que el nivel de desarrollo de las capacidades intelectuales depende del nivel de desarrollo de la memoria.»<sup>37</sup>

Memory can be seen as a real library of information in which our brain is able to store a maximum of twenty million volumes. Within this library, self-consciousness or the conscious individual consults experiences and knowledge that were acquired in the past.

There is one last aspect, which is an obscure nuance of memory that needs to be revealed. The question revolves around the false memories and the ascendant that these exert on memory itself. Gazzaniga believes memory can be unreliable, especially because we are not able to distinguish false memories from true ones. This is the same perspective of the famous Marc Bloch that revolutionized the work of historians. Thanks to false testimonies of his comrades in arms during the First World War, Bloch was able to identify a real gap in the methodology of historical investigation. The war experience led him to deepen his intuition within a work that made him famous at the time and that still today fills the institutional and monographic programs of worldwide history courses: *Les rois thaumaturges*<sup>38</sup>. His deductions highlighted the lack of reliability not only of an earlier past, but also of more recent events. For this reason, the key to understanding offered by Bloch will be taken into account within the methodology also because these parameters redefine the mnemonic consciousness.

Self-consciousness when stripped of its ancient Greek mysticism can impersonate a nonlocal physiological machine and is capable of reworking the data and information that is useful to ascertain the existence of «los pronombres en primera persona (“yo”, “mi” y “mío”)»; a semantic representation that together with an army of neurons, contribute to the creation of a «automonitorización»<sup>39</sup> system.

---

<sup>37</sup> «El cerebro humano depende de la memoria de la misma manera que el nivel de procesamiento de la máquina depende de la cantidad de memoria que pueda almacenar». GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 178. Also interesting is the reference that the author makes to chess programs or those designed for the problems of thermodynamics that need a considerable amount of information to store. For chess in particular it is emblematic that the level of difficulty goes hand in hand with the amount of games available to the computer.

<sup>38</sup> As expressed about the war studies BLOCH, 1921, «Fausses nouvelles de la Guerre (Les réflexions d'un historien sur les)». Bloch's innovations were ahead on his time, he was able to identify "in mind" what is now being tested and verified "by machine" by neurologists: «we can't tell the difference between true and false memories. When complex scalp recordings are made, the experimenter cannot detect that the brain responds differently to a true as opposed to a false memory. In short, both are part of our fabric of our personal narrative». GALLAGHER, GAZZANIGA, 1998, «The neuronal platonist, Michael Gazzaniga in conversation with Shaun Gallagher», cit. p. 714.

<sup>39</sup> DÍAZ GÓMEZ, 2016, «Cerebro, voluntad y libre albedrío», cit. p. 115.

Following Locke, along with self-consciousness, an awareness of the other: a «heteroconciencia»<sup>40</sup> is also generated.

This is how consciousness becomes a mechanism for the construction of our personality; it is a system that is constantly bombarded and influenced by information from the experiences that lead it to «coadyuvar pero no determinar por completo el fenómeno de referencia social que supone la identidad»<sup>41</sup>.

At this point, the set of questions raised can be disorienting; the feeling of being in the middle of a maze is useful to stimulate the reader, pushing her/him to identify with the hypothetical subject in analysis: the individual who struggles between identity and consciousness. An “internal conflict” also affirmed by Kenneth J. Gergen in *El yo saturado* in which he highlights the concept of multiple voices that upset the mind<sup>42</sup>.

The ethnical and cultural differences that have composed Macaronesian contexts are similar to those that are still nowadays causing heated debates on belonging. From an anthropological perspective, it is clear that the Macaronesian identity issues are pioneers compared to contemporary European analogies. For this reason, the proposed models of “internal conflicts” that tend to be applied to individuals of contemporary age, are comfortable if inserted in the Atlantic mosaic on both personal and collective level.

A series of problems emerge that create dialectical contractures. Identity and consciousness have such rich meanings that affect different thematic levels. This only increases the difficulty coefficient, with the risk of getting lost within what Rodríguez González claims to be «El laberinto de la identidad personal»<sup>43</sup>.

The assertions of Rodríguez González stand out from the development of this summary. His criticism of empiricism together with the inexorable philosophical openness allow to work with dynamic parameters that permit a correct assessment of personal identity. Even more resonant are the appeals launched by Anthony P. Cohen in *Self Consciousness* to reconsider the ego and consciousness indeed within anthropological analysis. The complex structure that capitalist society has assumed has forced European anthropologists to review modern methods of study. Macaronesian contexts seems to anticipate contemporary developments and

---

<sup>40</sup> DÍAZ GÓMEZ, 2016, «Cerebro, voluntad y libre albedrío», cit. p. 116.

<sup>41</sup> ARGÜELLES SAN MILLÁN, GASTÉLUM VARGAS, GONZÁLEZ GRANDÓN, 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», cit. p. 222.

<sup>42</sup> GERGEN, 2006, *El yo saturado: dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*, p. 72.

<sup>43</sup> RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, 2003, *El problema de la identidad personal: más que fragmentos*, cit. p. 33.

problems; archipelagos multiethnicity and multiculturalism are fertile grounds for the propagation of identity and consciousness crises.

This is why an efficient dialectic basis could be useful to calibrate the terms inside societies as articulated as the ones under consideration. To this end, there will be set benchmarks that define personal identity.

First of all, consciousness and identity are interconnected elements, reaffirming the bridge that unites them as constituted by the memory-narrative. Not only that, there is another equally important element that determines a pseudo-ambivalence between identity and consciousness: the social context that, first of all, determines "juridical identity" and then influences consciousnesses, filtering and sometimes manipulating perceptions or rather "proprioceptions" (a more accurate self-perception). Gergen explains how social relationships (more properly forms of dependence) compromise personal identity<sup>44</sup>.

The result is another important aspect: the profession as an identity marker. Of particular interest because it's an obvious principle at the base of the social structure. Within the work context, the forms of dependence, together with the mnemonic narrative of experience, determine the "sense of belonging" of individuals and sometimes distinguish from an "unease of belonging" that in extreme cases can manifest a "sense of survival". The forms of dependence, associated with the historical dynamics of the Slave Trade, are fundamental to fix these levels of discrimination.

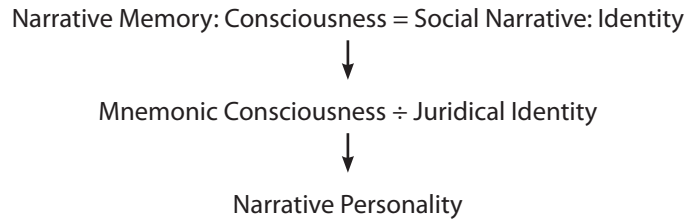
For greater understanding an organogram is offered within which these four elements bind within a proportion ratio where memory, which stores all data and information related to experiences, offers the consciousness the possibility of creating a story that fades, overlaps in a heterogeneous way or fits perfectly; that struggles or coexists in harmony with a personal identity that on the other side of the ego comes to be directly proportionate to the narrative generated by the social context<sup>45</sup>. Simplifying, the consciousness that has become mnemonic is proportionate to an almost juridical identity.

---

<sup>44</sup> Gergen, in fact, approaches the speech with a very decisive character, as demonstrated by his chosen terminology. He refers to a «supresión contemporánea del yo individual», blaming «las tecnologías de la saturación social» to influence or, better «invadir la vida cotidiana». A real «colonización del ser propio» which has the consequence of reflecting our social environment, that is to say, making it fit with our identity. GERGEN, 2006, *El yo saturado: dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*, cit. p. 80.

<sup>45</sup> Donald Spence, with his work *Narrative truth and Historical Truth*, allows a step forward in the understanding of the forces that regulate the perception of self. By identifying these two variants, these distinct truths, it gives a clearer idea of the resultants arising from the forces acting within and outside the individual. SPENCE, 1984, *Narrative Truth and Historical Truth: Meaning and Interpretation in Psychoanalysis*.

**a) Narrative Personal ratio**



An epistemological universe of elements that is essential for the correct identification of the "Narrative Personality".

The narrative component is a fundamental element in analysis. It connects the two members of the dialectical expression, representing their dynamism. Dressed in mnemonic experiences that have been revealed to be proportionate to consciousness, the narrative also falls within the variables of social contexts that are linked to identity. It follows that for an appropriate interpretation of personal identity and consciousness that passes precisely through the consideration of the relative socio-cultural contexts, the narrative returns to be a deterrent to the incoherent dynamics that develop between the socio-legal theory and the actual practice of the forms of dependence. The impression is that with the narrative method those false memories detected by Bloch can be tamed. Not only that, it can be also bypassed the discrepancies of the social machine generated by what we prefer to call forms of dependence, following the guidelines offered by Viti and Meillassoux<sup>46</sup>.

João Fernandes Vieira is a striking example of how these forms of dependence and belonging create peculiar results sometimes in antithesis with laws and/or customs of the time.

Speaking of belonging, the emotional responses within his biography will determine the intensity of "sameness" and "selfhood". The first represents a value of emotional stability based on a continuity guaranteed by the consistent integration of experiences (which create a certain familiarity). On the contrary, selfhood means a sense of rejection in contrast with the «unidad organizativa del dominio emotivo [...] (selfhood/ipseidad) se opone a aquella de modo radical. El Sí Mismo, "fuera de sí",

---

<sup>46</sup> «Spetta a Marx, probabilmente, il merito di aver concettualizzato la "dipendenza personale" che caratterizza le forme economiche precapitalistiche, distinguendola dalla "dipendenza materiale", propria dei rapporti di produzione capitalistici, dove il denaro diventa il *nexus rerum et hominum* e dove l'indipendenza personale è fondata sulla dipendenza dalle cose». VITI, 2007, *Schiavi, servi e dipendenti: antropologia delle forme di dipendenza personale in Africa*, cit. p. 11. These, which are anthropological elements, are useful for understanding the cultural perceptions of the individuals under examination.

encuentra su ipseidad en su propio actuar y sentir inmediatos, y allí permanece cada vez»<sup>47</sup>.

There is one last aspect that has not been previously introduced, which derives from the anthropological condition of “not relative”. Facing a basic coincidence that is not a prelude to slavery, Meillassoux, in fact, specifies that:

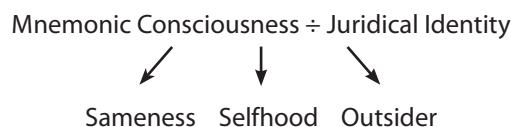
«Il fondamento economico di questa distinzione tra liberi e stranieri consente di scoprire una delle condizioni oggettive per la comparsa dello sfruttamento del lavoro nelle società domestiche. Occorre qui notare, per evitare ogni ulteriore confusione, che il funzionamento della società domestica genera semplicemente la distinzione tra ingenuo e straniero. Il rapporto di sfruttamento al quale essa, nel quadro di una società domestica, può servire da punto di partenza, è puramente occasionale. Esso può evolvere verso la schiavitù solo se, a seguito dell’inserimento della società domestica in una economia di scambio, mutano, e nello stesso tempo scompaiono, le condizioni della sua esistenza»<sup>48</sup>.

Meillassoux explains that others before him had set the study in this way, that is by using the links of kinship and the concept of extraneousness. Suzanne Miers and Igor Kopytoff already in 1977:

«propongono nella loro introduzione una spiegazione genetica della schiavitù [...]. Partendo dalla constatazione che quelli che chiamano i «minori» (bambini, giovani, donne) si trovano in una posizione di dipendenza all’interno della famiglia, e che, d’altra parte, il sistema di parentela permette dei trasferimenti di questi dipendenti, Miers e Kopytoff vedono nella schiavitù l’estensione di questo duplice fenomeno a degli stranieri. Di conseguenza il nucleo centrale della loro argomentazione verte intorno a ciò che essi definiscono il «continuum schiavitù-parentela»<sup>49</sup>.

Based on emotional responses, the narrative interaction between consciousness and identity generates a threefold result from the dialectic proportion:

### b) Emotional Belonging



<sup>47</sup> ARCIERO, 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, cit. p. 60; developing the immutable aspects of character and integrating them with the bewildered emotions that disturb this unity, the individual tries to model the narrative of his own identity in a coherent way to achieve that continuity that can safeguard it from possible trauma. ARCIERO, 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, pp. 60-63.

<sup>48</sup> MEILLASSOUX, 1992, *Antropologia della schiavitù*, cit. p. 31.

<sup>49</sup> MEILLASSOUX, 1992, *Antropologia della schiavitù*, cit. pp. 17-18.



By tracing the history of Vieira and by making a synthesis with all the elements, it will be finally possible to reconstruct the narrative personality. The peculiarity of the narrative approach is given above all by the possibility of temporal extension of the individual capable of projecting the perception of self in the future; not by chance Neisser calls it «extended self»<sup>50</sup>, «the tacit information about remote or future events which is perceived and processed by the body's psychophysiological system»<sup>51</sup>. From past analysis to future planning, the intentions of the individual once again reside in the creation of their own "Socio-cultural Narrative Personality"<sup>52</sup>.

In order to reach the objectives that have been set, it is necessary to know how to maintain the right distance between identity and consciousness which, even if belong to the same individual, could diverge in semantics<sup>53</sup>.

If it is true that, as Gavilán states, consciousness is generated in the uniqueness of the neuronal machine that reworks and assembles billions of information in memory, it is also true that it would be impossible for the individual to decompose this reworking; if in essence you wanted to enter inside your assembly line and analyse these billions of "bits" of information, the result on a computational level, would be the most classic of the "404 error".

In the evolution of the nervous system humanity has doubled in cognitive terms and it is the very structure of self-consciousness that confirms this<sup>54</sup>. Consciousness

---

<sup>50</sup> «nonminimal self» for Daniel Dennett. ARGÜELLES SAN MILLÁN, GASTÉLUM VARGAS, GONZÁLEZ GRANDÓN, 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», cit. p. 220.

<sup>51</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 197. «the theory explains how informations about a future or distant object/event is quantum-holographically encoded in the radiation of energy as an implicate order, which exists as a domain apart from space/time. [...] the human autonomic nervous system (ANS) unconsciously responds to randomly selected future emotional stimuli». BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 198.

<sup>52</sup> Pribram provides the ontological contribution explaining how this temporal continuity arises from the interaction between «el sistema fronto-límbico (que incluye los polos anteriores de los lóbulos temporal y frontal) y elementos de la formación límbica». ARGÜELLES SAN MILLÁN, GASTÉLUM VARGAS, GONZÁLEZ GRANDÓN, 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», cit. p. 220.

<sup>53</sup> This division will be highlighted in the following chapters, for now we note that «una consciencia sin introspección del yo, narrativa de vida que proyecta un futuro y una biografía generada mediante la interpretación de situaciones y experiencias como generadora de personalidad no es condición necesaria para que un organismo presente una identidad». ARGÜELLES SAN MILLÁN, GASTÉLUM VARGAS, GONZÁLEZ GRANDÓN, 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», cit. p. 225; but the opposite could also happens: if the identity were to change, the consciousness could, remain anchored to a personal narrative belonging to past.

<sup>54</sup> Self-conscious analysis can be based on the subconscious and act independently of lucid and active cognitions.

and self-consciousness cannot exist without duplicity, specifically Gavilán's uniqueness cannot exist within a situation in which an individual, while striving, will never be able to conceive in real time the totality of his functions.

In this sense, another great contribution (in addition to the already mentioned studies on cardiac neuronal centre) is offered by the experiments of Benjamin Libet, thanks to whom it is easy to note a certain autonomy of the neuronal system, and not only, on consciousness. Libet's experiments also affect free will, he goes so far as to demonstrate how neuronal action, what he calls "readiness potential", anticipates both the moment of action and, above all, the onset of the conscious intention to act: «The initiation of the preparation to culminate in a freely voluntary movement arises unconsciously in the brain, preceding the conscious awareness of wanting or intending to "act now" by about 400msec or more»<sup>55</sup>.

This is not surprising if we consider the reaction times of the neuronal analysis of the heart (which has already been mentioned) that arrive at anticipating the manifestation of facts in the short-term future of 4-5 seconds<sup>56</sup>.

Careful analysis reveals a latent space where Platonic philosophy can still be inserted until science makes further progress. What is certain for now remains that «con la técnica de observación que existen actualmente, todavía resulta imposible conocer la relación que se produce entre las distintas áreas de la corteza visual y de cada una de las regiones de la corteza cerebral; e incluso es imposible conocer la relación que se establece entre la corteza y el tálamo»<sup>57</sup>.

As well as is impossible to perceive the quantum transmission, specifically the: «logon»<sup>58</sup> namely the momentum in which a transfer of information exchange is created. Even if we were to object that we are aware of some "vibrations", we could not determine specifically the elements that make up this dimension, at least consciously it would be impossible to determine the parts; conversely self-consciousness continues diligent management of the memory database. In every biological func-

---

<sup>55</sup> LIBET, 2004, *Mind Time. The temporal factor in Consciousness*, cit. p. 141.

<sup>56</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», p. 199: «the heart activity patterns in the pre-stimulus period predicted the randomly generated outcome by as much as 12 to 14 seconds». This is made even more interesting by considering how the reaction times are affected depending on the emotional involvement of the individual. BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 200.

<sup>57</sup> GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 172.

<sup>58</sup> Unit of measurement of the basic energy needed for the exchange of information, also called «quantum of information [...]». In mathematical terms the logon is a sinusoidal module variably constrained by space-time coordinates – essentially a space-time-constrained-hologram». BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 202.

tion success or failure is determined by the simultaneous action of the conscious individual and his self-consciousness; by that control centre, that “headquarters” that, not coincidentally Gazzaniga defines the: «unsung hero»<sup>59</sup> because it preserves and orders the items. Those fragments of which are useful for establishing the bodily response, and so the reaction of the self-conscious for every eventuality. Not only that, the author refers to this autonomy that allows to have «acceso únicamente al producto de estos módulos cerebrales, pero no al proceso mismo»<sup>60</sup>, a modularity that guarantees parallel operation. At first these autonomous modules would be the protagonists of an action/reaction, a behavior that only in second place is detected by what the author calls: «módulo “intérprete”»<sup>61</sup>. The most important contribution of the neurologist concerns the understanding of the awareness importance. Cultural processes act on a biological basis, the individual who is aware of these automatism generates reactions that could regulate its social environment so that it can avoid situations that are capable of triggering unwanted mechanisms<sup>62</sup>. This is exactly what happened to João Fernandes Vieira, who was able to draw on self-awareness within the careful analysis of the surrounding context, through the conscious and selfconscious reworking in order to shape at will the identity, colliding or better calibrating it as consciously as possible to dominate the socio-cultural Narrative Personality.

These summaries are fundamental not so much to reinvigorate the philosophical, abstract and mythological side of consciousness, as to allow us to identify parameters and apply the epistemological results, as well as to support the final thesis of based on the analysis and the correct assessment of João Fernandes Vieira’s consciousness and identity.

The narrative method will ensure the correct interpretation of the interactions of multiethnic individuals in multiethnic societies.

In this regard it is relevant to emphasize the socio-cultural importance, perhaps the most appropriate reference to the issues that will develop in the following chapters:

«Evidentemente, la cultura tiene unas leyes autónomas y un funcionamiento independiente, pero nunca se puede desligar de las condiciones biológicas y de los sistemas cerebrales conseguidos en el proceso evolutivo. Todos los elementos de la complejidad cultural hunden sus raíces en la trama oculta de la organización biológica

---

<sup>59</sup> Referring to the aforementioned parietal lobe. GAZZANIGA, 1998, *The Mind's Past*, cit. p. 110.

<sup>60</sup> GAZZANIGA, 1993, *El cerebro social*, cit. p. 16.

<sup>61</sup> GAZZANIGA, 1993, *El cerebro social*, cit. p. 18.

<sup>62</sup> GAZZANIGA, 1993, *El cerebro social*, cit. pp. 19-20.

[...]. La propia organización de la vida es productora de conocimiento, de autonomía, de identidad y de conciencia»<sup>63</sup>.

This quotation makes it possible to orient both the sense of identity and consciousness (while respecting the mnemonic interface).

To achieve the objective, the socio-cultural narrative ratio inaugurated through the above epistemological analysis will be applied. This methodology will bring together a narrative that will be superimposed on the experience and in general on Vieira's trajectory of life. This lends itself impeccably as a glaring example of the final hypothesis that wants awareness to manifest itself in quantum dimension within which the individual can act not merely in perspective but also in future projection, in respect but regardless of social limits. When the term awareness means a status of conscious, self-conscious and active perception, a personalized identity function, both of its own position and of the potential narrative depth to which the individual aims and to which he aspires in his future:

«since, by virtue of the overlap among logons, each logon contains spectrally enfolded information about the future, then each quantum hologram also contains quantum-level information about the future organization of the macro-scale object with which it is associated»<sup>64</sup>.

Finally, will be possible to pass through a hypothetical scale of values that consider the times of protagonist evolution, his experiences, highlighting the forms of dependence of the aristocratic contexts within which he's inserted.

This will require an in-depth analysis of identity and consciousness applied to the context, because if on one hand it is already complicated to properly define the two elements, it turns out to be an immense enterprise circumscribing them when they interact within the social relations<sup>65</sup>.

In this chapter were chosen to acquire heterogeneous knowledge to offer the possibility of a broad vision of the elements; a synthesis forming an epistemological empirical model. The multidisciplinary inclusive approach will serve above all as a support base for both the understanding and the elaboration of the theses and

---

<sup>63</sup> This cultural perspective is taken up later by the author who adds: «El cerebro se ha ido modificando con los cambios culturales, porque la adquisición de la cultura le exige adaptaciones a los sistemas cerebrales. La propia mecánica de la evolución ha conseguido que el cerebro de la especie humana se convierta en la maquinaria apropiada para dominar el desarrollo de la técnica, para convertirse en la base de los hábitos y de las creencias, para procesar y controlar cada uno de los patrones culturales y cada uno de los actos mentales» GÁVILAN, 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, cit. p. 40.

<sup>64</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 205.

<sup>65</sup> Social relations that directly, indirectly, and sometimes even inversely, provide identity.

hypotheses that will be developed soon when the analysis takes a more properly historical, social and cultural direction.

This study will include considerations on the sense of belonging and that of social discrimination generate from forms of dependence within the economic/labour context, and which may influence if not precisely determine the legal sphere<sup>66</sup>.

Identity and consciousness, in the interaction with the forms of dependence and anthropological analysis of the Atlantic Slave Trade, play a fundamental role for the conscious genesis of the ego projection in ambivalent action within the introspective space, which is then reflected in the world around and vice versa inside the context that influences the narrative perspective.

They were the same kind of reflections that led the aforementioned Quinton in 1962 to instigate the term «soul-phases»<sup>67</sup>. Thanks to his intuition it is possible to define an approach that sublimates understanding through the “phases of belonging”. Quinton selects certain stages within the Socio-cultural Narrative Personality. In this process, the individual goes through several stages with as much “sameness” and “selfhood”. Reordering the operation by dividing in three specific contexts useful to highlight the trajectory of Vieira’s participation in the Atlantic space, will be possible to draw on the properties of self-consciousness of reworking data in memory and build, in doing so, the stages of this belonging. In this sense, the elaborate will become “the self-consciousness” that manages (or rather “interprets” according to Gazzaniga) the information given by the historical, ethnological, archaeological and anthropological memory of João Fernandes Vieira.

## **II – João Fernandes Vieira**

«Poucas figuras da história brasileira terão dado tantas oportunidades à dúvida e à controvérsia quanto a de João Fernandes Vieira. Muitos episódios de sua vida, desde o seu nascimento até a sua morte, estão carregados de incerteza e obscuridades»<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> As for consciousness, we will try to identify the main characteristics in its different types: primary, visual, mnemonic. Speaking of identity, the major contribution will refer to the professional factor as an indicator of identity combined with the concepts of “sameness” and “selfhood” above mentioned.

<sup>67</sup> «A soul-phase is a set of contemporaneous mental states belonging to the same momentary consciousness. Two soul-phases are directly continuous if they are temporally juxtaposed, if the character revealed by the constituents of each is closely similar, and if the later contains recollections of some elements of the earlier. Two soul-phases are indirectly continuous and connected by a continuous character and memory pat». QUINTON, 1962, «The soul», cit. p. 398.

<sup>68</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 17.

Antônio Gonsalves de Mello inaugurates in this way his biographical work on the historical figure to whom this paper is dedicated. A quote that immediately direct the reader into a narrative full of doubts which will be discussed through the tools highlighted in the previous chapter.

Despite these uncertainties, João Fernandes Vieira's biography is well documented. Among them all, *João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*, of the aforementioned Gonsalves de Mello, represents the primary source for the information extrapolation.

With the tools collected during the first part, it will be possible to evaluate the senses and unease of belonging of an axiomatically Atlantic Portuguese individual.

It is right in the heart of the ocean, on the island of Madeira, where he was supposedly born in 1613. Although most sources agree with the same date, Vieira throw the certainty off by stating that he embarked emigrating at the age of 10 years and a few months, unlike what Diogo Lopes de Santiago in *Historia da Guerra de Pernambuco* and Fr. Rafael de Jesus in *O Castrioto Lusitano* (which however Vieira commissioned) say, both agreeing with the aforementioned date of birth and with the departing referring to 1624, so with 11 years old<sup>69</sup>.

The exact place of birth is also a source of incertitude, as well as it is uncertain whether he was born in Faial or Funchal, a difference of 33km that doesn't involve great importance as instead assumes the voluntary omission of its ancestry. Vieira never declared the name of his parents, a fact of remarkable importance considering that, for the access to high secular and ecclesiastical positions, the aristocratic society typologies (both Madeirense and Pernambucana) required illustrious ancestors. If this is added to the mention Vieira makes of his parents in-laws in the same testamentary act in which, in his regard, he simply states «que sou filho da Ilha da Madeira, e não tenho herdeiros forçados alguns, por meus paes e avós serem já mortos»<sup>70</sup>, it is possible to notice there is a meticulous attention to mediatic information details. Vieira accurately managed what let it be known, this is one of the most important element for the final assessment of identity and consciousness.

For the strong ambition that distinguished him, he could never reveal the noble but poor paternal origins, this explains what can be found in the sources: «homem de

---

<sup>69</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 18.

<sup>70</sup> «Testamento de João Fernandes Vieira», 1872, cit. pp. 19-20. The fact that we are in the presence of the will, and therefore the epilogue from the documentary point of view of the Madeirense's life, is indicative of a detailed attention to this omission that does not stop even when, reaching the apex of his career, he could afford a "lowering of guard".

baixíssima sorte»<sup>71</sup> or «homem baixo por nascimento»<sup>72</sup>. The hypothesized aristocratic family remained totally unknown at least until 1873 when Lima Felner published a series of documents in which Francisco de Ornelas Muniz was supposed to be the father. Felner outlined a genealogy of the family trees within which Vieira appears second son with the real name of his father: Francisco de Ornelas, which he later changed after moving to Brazil.

Gonsalves de Mello in the aforementioned work supports the thesis of Felner relying on a figurative detail that appears on the cover of the work commissioned by Vieira himself where it is possible to see graphic references to Ornelas and Muniz<sup>73</sup>.

A number of causes move away from Felner's hypothesis: the two hundred years elapsed from Vieira's life experience and the first assertions about his family lineage, a theoretically not necessary change of name, indeed, counterproductive to the recognition of "purity", the obliteration of any reference to his family origins<sup>74</sup>, as well as the accusations of an anonymous contemporary: «esse Senhor a esta terra e Capitania de Pernambuco da Ilha da Madeira donde he natural e filho de uma mulata rameira a quem chamão a Bemfeitinha e de hum homem que lhe dão por pay, que foi ali degradedado em titulo de ladrão»<sup>75</sup>. But, if that was indeed the case, if, as the ornamental details on the shield graphic lead us to think, João Fernandes Vieira was truly that Francisco de Ornelas son of the homonymous Muniz, then the accusations of the anonymous chaplain, here mentioned, would help to justify the total omission that Vieira made regarding his ancestry. This possibly indicates personal emotional issues that have led to family dysfunctions which may have brought him to leave the island at the age of 10/11 years old. As already said, the temporal calibration is inaccurate, according with other references on this first part of life. Vieira himself does not help the research by offering two different dates of birth: 1602 and 1610. As if it were not enough, even the revived hypothesis of the Madeirense lineage

---

<sup>71</sup> Denominated by the Ultramarine Adviser Jorge de Castilho. Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de Fevereiro de 1647, Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A e código 14, fls. 13v.-14.

<sup>72</sup> Defined by Rui de Moura, Councillor of State. Arquivo da Casa de Cadaval, «Memórias», código 1081, fls. 155-156, consulta do Conselho de Estado de 7 de Fevereiro de 1656.

<sup>73</sup> The author outlines the family tree belonging to both families, especially as regards the Ornelas which descended from a captain of Machico, «fidalgo da casa do infante D. Henrique». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 21.

<sup>74</sup> Among the many, we do not find the *provança* concerning the "purity" of his blood. MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 23.

<sup>75</sup> LAMEGO, 1913, «Papéis Inéditos sobre João Fernandes Vieira», pp. 33-50.

doesn't help to filter out the various information, indeed it anticipates the 17<sup>th</sup> century by dating the birth of Francisco de Ornelas in 1596<sup>76</sup>.

The target of this paragraph is an analysis of his life experience by pointing out the events that allowed a social rise technically out of his ethnic connotations. Dwelling on solving puzzles is not the aim (almost an impossible operation to do); differently, the aspects and stages that have marked an exceptional social climb will be highlighted, in order to be understood, an exception that came out of the tracks both of custom and law.

Likewise, the circumstances of his arrival on the American continent are not clear. Was he alone or accompanied? Did he have Brazilian family links? It is surprising that in his second job as an employee at the service of Affonso Rodrigues Serrão and his wife Isabel Ferreira, Vieira came to inherit the entire land and mobile assets of the spouses<sup>77</sup>. Among those inherited, the butcher shop, in general the sale of meat, was the most profitable activity or at least the one that put him in contact with local bourgeois and military environment.

He joined the army as a volunteer during the defense of San Giorgio's fort in Recife. The Dutch attempted a first attack on the 20<sup>th</sup> of February, 1630, which was repulsed by the Portuguese who were unable to do anything when, a week later, they saw the Flemings return to attack with a heavy artillery bombardment to which the defenders had to surrender.

It is important to note that the participation of João Fernandes Vieira in this war event is primarily given by his biographical source: *Historia da guerra de Pernambuco e feitos memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira*, in which the author Diogo Lopes de Santiago extols the exploits stating that after three consecutive days and nights watch shifts, Vieira «mandou a um moço que tinha a sua companhia que salvasse a bandeira da infantaria do capitão Afonso de Albuquerque [...] e a prata da ginetá»<sup>78</sup>. It is emblematic, from a media point of view, to specify that the non-biographical sources do not mention Vieira; on the contrary, they claim that the Portuguese left without flags<sup>79</sup>.

Historical fact or autobiographical emphasis? What emerges from the research is a meticulousness in media care of details related to the also narrative reconstruc-

---

<sup>76</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 26-28.

<sup>77</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 29-30.

<sup>78</sup> SANTIAGO, 1943, *Historia da guerra de Pernambuco* [...], cit. p. 42.

<sup>79</sup> Dutch sources in particular proclaim the taking of two flags.



tion of his origins and a commissioned chronicles that wants to enhance deeds and anecdotes.

Despite the capitulation, Vieira did not abandon the Portuguese defenders and took care of their procurement. The food supplied came from his company, which indicates a decent availability of primary goods, «situação económica mediana» as defined by the aforementioned Gonsalves de Mello, a general income such as to allow Vieira to maintain «dois criados»<sup>80</sup>.

During the Dutch rule of the territory, Vieira became a collaborator, much closer to the political adviser Jacob Stachouwer. The sources do not reveal any details of how this relationship was established other than the anonymous chaplain accusations, which suggests an opportunism of the Madeirense aimed at informing the Dutch about goods and riches the Lusitanian inhabitants (mostly imprisoned) owned.

Gonsalves de Mello questions the causes that convinced Vieira not to run away from Recife: «perspicaz como era, haveria de ter percebido as possibilidades de fortuna em negócios ou a serviço dos invasores»<sup>81</sup>; then again «Demonstrou desde os 10 anos e poucos meses de idade, qualidades nada comuns de resolução, iniciativa e vontade de vencer, das quais veio a dar mostra em muitas ocasiões posteriores»<sup>82</sup>. Whatever the reasons that led him to remain under Dutch rule, he was certainly not the only one to collaborate with the new Flemish government<sup>83</sup>.

His spirit of initiative, charisma, cunning at the service of his own ambition, mixed with opportunism, led him to a rapid rise through the aforementioned economic relations with Stachouwer, of which he first acted as a consultant, later on as an employee, from 1637 as manager of the new agricultural activity undertaken by the Dutch aristocrat who, in the same summer, decided to resign as political adviser and prefer to focus on sugar cane production within which Vieira became precisely «feitor dos seus engenhos e mais tarde como seu procurador»<sup>84</sup>.

When in 1638 Stachouwer went back to motherland, he promotes Vieira to *procurador* which puts him in charge of all three properties that the Dutch bought during his Pernambucan stay. Real estate of a value that at the time fluctuated between 27 and 30 thousand florins each, indicates trust, confidence, responsibility

---

<sup>80</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 38.

<sup>81</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 42.

<sup>82</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 29.

<sup>83</sup> From Dutch sources it is clear that other men, of considerable standing, were favourably disposed to collaborate, while others remained hostile also for possible Portuguese repercussions. MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 42.

<sup>84</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 47.

and above all potentially new social opportunities. In short, the power Vieira reached increased exponentially, precisely because he was able to improve the property in a rapid and dizzying climb not only within the personal relations with Stachouwer, but also inside the interactions with other government officials.

«avait été quelques années domestique de l'un des politiques, prit connaissance des affaires, s'acquiesça de la créance, tenoit à ferme les droits de la Compagnie sur le sucre qui se faisoit dans les Engins, faisoit couper le bois de bresil, avoit toujours quelque proposition à faire pour le profit de la Compagnie»<sup>85</sup>.

At the same time as the Madeirense was intertwined with the high offices of the Dutch government, many of his Portuguese compatriots (including his future father-in-law) were imprisoned and had to defend themselves against charges of maintaining correspondence and giving asylum to the enemies of the new government. Not just any people but almost all owners of saccharine companies, including Pedro da Cunha de Andrade, the leading exponent of local land property, died in prison<sup>86</sup>.

A year after the judicial inquiry, in 1639 Vieira was twice proposed (although both unsuccessfully) to the office of mayor, first in Olinda, then in Recife when the Pernambucan capital was moved.

According to several sources, the election campaigns generated a rivalry with Gaspar Dias Ferreira, consultant, or better, «advogado administrativo, a quem se recorria para resolver qualquer assunto difícil junto ao conde e ao Conselho»<sup>87</sup>. Ferreira used literary skills to nurture friendship with the Count of Nassau and consequently also increase his wealth. Not by chance the latter was in charge of appointing mayors, which indeed guaranteed Ferreira the institutional office. In contrast, Vieira used a merchant strategy, entrepreneurial, that revolved on the revenues of sugar crops and on slaves sale. This approach gave the Madeirense a long-term success; the large sums of money that Vieira came to manage, either on behalf of his Dutch employer or on his own account, earned him a readiness of 184,500 florins on purchase of contracts «dos dízimos dos açúcares das capitánias de Pernambuco e de Itamaracá e das pensões dos engenhos da primeira»<sup>88</sup>.

Land ownership linked to the management of primary importance goods in the Brazilian economy, such as sugar and slaves, connected Vieira to the network of local

---

<sup>85</sup> MOREAU, 1651, *Histoire des Derniers Troubles du Bresil* [...], cit. p. 48. The inclusion in Dutch aristocratic network even earned him the concession to confiscate the servitude of those inhabitants who fled to other territories.

<sup>86</sup> Others were beheaded and others exiled. For further information please refer to the list that Gonsalves de Mello drawn up. MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 50-51.

<sup>87</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 52.

<sup>88</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 53.

power. So it was that in 1640 he came to represent the Portuguese inhabitants in the assembly called by the aforementioned Count of Nassau; between 27<sup>th</sup> of August and 4<sup>th</sup> of September, the leading members of the Pernambucan land aristocracy were gathered. This is proof of what was said about the sudden rise to power of the Madeirense, which went hand in hand with increasing his personal property (if not delegated by Stachouwer) through other purchases of the same nature as those mentioned above<sup>89</sup>.

Buying and selling real estate and what were, prototypes or not, certainly industrial companies, involved the management of large sums of money, sometimes borrowed from the Dutch West India Company, which in 1641 appointed Count of Nassau as contact person for debt collection in Pernambuco. A strategic move which was aimed at recovering the interest that the company owned against debtors. The designation of the Count coincided with a tragic year for the production of sugar cane caused by a series of factors: a particularly harsh winter, the proliferation of a plague that consumed the plant from inside, as well as the explosion of a particular epidemic that only in Paraíba killed 1100 slaves<sup>90</sup>.

Remarkable facts because, according to the allegations of the anonymous chaplain, they would fall within the causes that led to the insurrection of Portuguese settlers in a state conquered and ruled by the Dutch; the insurrection of Pernambuco of which Vieira was among the main protagonists.

Respecting the chronological order of events that characterized the rise to the top of Pernambucan society, it is good to dwell on the events that involved the Madeirense in the tax collection process used by the Dutch West India Company. Vieira was an insolvent debtor; in order to fix his position, he proposed:

«que a Companhia pagasse aos seus credores 39.000 florins que lhes devia e lhe fornecesse 60 escravos dos que desembarcassem nos navios a chegar, 20 de cada um, a serem por ele escolhidos, para trabalhos nos engenhos, com o serviço dos quais seria possível apressar o pagamento da dívida. Entretanto, no caso de não ser aceita, prontificava-se a entregar à Companhia em pagamento, dois dos seus engenhos, moentes e correntes, com 40 negros e 40 bois cada um e outros bens que pudesse dispensar»<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> «contraía dívidas enormes: tomou à sua conta os engenhos comprados a crédito por Stachouwer e por este em sociedade com Nicolaes de Ridder, que eram os Engenhos do Meio, Sant'Anna e Ilhetas, comprometendo-se a pagar por eles o total de 119.000 florins; adquiriu a Jacques Hack [...] o Engenho Nossa Senhora do Rosário, depois São João [...]. Os compromissos não se limitavam à compra dos engenhos; faziase indispensável adquirir escravos, cobres, restaurá-los». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. pp. 54-55.

<sup>90</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 55.

<sup>91</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 59.

The project presented to the Count and the High Council (made responsible by the Company too) was ratified on 30<sup>th</sup> of June, 1642, with a three-year instalment plan from 1643 to 1645 that provided for the guarantee of all the mobile and real estate property of the Madeirense. The guarantors of this new contract were Francisco Berenguer de Andrada and Bernardim de Carvalho<sup>92</sup>.

Nevertheless, in 1661, following the peace treaty (better understood as a truce with hindsight) signed between Holland and Portugal, the Dutch West India Company wrote the list of its debtors, in which Vieira occupied the second place for the amount of 321,756 florins due<sup>93</sup>.

The success, but above all the fortune accumulated by Vieira had indeed been possible thanks to the intellect and opportunism of the Madeirense. As well as it's important to consider that without the loans, the concessions and moreover the trust bestowed upon him it would not have been possible to accumulate all that abovementioned wealth which allows to renounce his name also through banquets (financed at his expense), so common and famous either among the Portuguese sources, just like in the Dutch ones<sup>94</sup>.

High-sounding fact considering the context of the time in which ostentations and social blazon was given by the family bloodline, constituted an intrinsic value added to the person. Even more the Pernambucan one, consisting on descendants of Albuquerque's, Cavalcanti's, Carvalho's, Berenguer de Andrada's and other lineages.

In the process of social ascent, Vieira found himself competing with other equally ambitious characters, like the aforementioned Gaspar Dias Ferreira, with whom he shared the same aspirations which were promoted with different strategies and approaches. While Vieira sought to forge clientelist relations with both the Dutch government and the Lusophone land elite, Ferreira based his hegemony on his relationship with the Count of Nassau, so as to follow him to Holland when the latter left Recife.

Indicative is the interpretation of Gonsalves de Mello: «Cremos que foi principalmente a sua fé religiosa que impediu que Vieira se transformasse de colaborador em colaboracionista dos flamengos»<sup>95</sup>. Various sources ascertain the

---

<sup>92</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 61. Figures to whom we will return to speak later in the context of the insurrection war. In particular, Francisco de Berenguer has already been introduced as Vieira's future father-in-law.

<sup>93</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 62.

<sup>94</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 63.

<sup>95</sup> «firmeza de fé que faltava em Gaspar Dias, ao usurpar bens dos Beneditinos e naturalizar-se holandês». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 65.

propensity for faith of Vieira who took care and worried about adorning churches as much as assisting clerics, soldiers, poor and orphans.

Ethical or strategic, this philanthropy certainly earned him the consolidation of social ties binding them through forms of dependence. With the Berenguer de Andrada's, the madeirense came to be axiomatically linked to the Lusophone group, involving him in the insurrection process.

From Dutch sources too, there are manifestations of this participation; in 1642, in fact, the High Council of Recife discovered and inquired a letter sent to King John IV of Portugal in which senders congratulated for the restoration of the throne and in substance lent themselves to renewal the representation and delegation of services that they used to perform under John IV's predecessors. The letter delivered by the son of Francisco Berenguer de Andrada was signed by the latter in conjunction with Bernardim Carvalho, Antônio Cavalcanti and João Fernandes Vieira.

The letter was discovered because of a tip from Arent Jansz van Norden (Dutchman employee under both Vieira and his father-in-law), who personally accompanied the journey of delivery. In the Dutch unavoidable stopover of the trip with destination Lisbon, Van Norden was the necessary interpreter. He was certain of the purpose of betrayal and the uprising of the conspirators according to the confidence of Antônio Berenguer Andrada (brother-in-law of Vieira), who, as already mentioned, acted as a messenger.

Despite dropping the charges, the Dutch High Council promulgated the confiscation of all weapons held by the Luso-Brazilian owners, «dos capitães-de-campo e seus auxiliares e que se não permitisse aos mulatos, índios, negros e mamelucos possuírem armas, quer em casa, quer em caminho»<sup>96</sup>.

Among the listed qualities and characteristics, João Fernandes Vieira lacked a belonging that he could not compensate with his own resources. He was missing a certified lineage and a noble affirmation. If the first was always hidden, concerning the career, Vieira had now reached an economic-political position such as to allow the juridical seal of nobility. To do so, it was sufficient to arrange a marriage with a descendant of one of the aforementioned houses. In line with his strategic talents, a year after announcing his inclination for marriage in 1643, João Fernandes Vieira married D. Maria César of 13 or 14 years, daughter of Francisco Berenguer de Andrada, «de boa estirpe»<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 70.

<sup>97</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 64.

The age of his bride proves once again the social aims also confirmed by Vieira's will which does not mention his parents, while not failing to mention the names of both his in-laws<sup>98</sup>.

«Ligando-se aos Berenguer de Andrada e aos Albuquerque, João Fernandes Vieira ajuntava ao seu prestígio econômico não só o brilho nobiliárquico, como o apoio do grupo da «nobreza rural» aliado daquelas famílias, com o qual poderia fazer face a outra facção, a dos seus inimigos»<sup>99</sup>.

A process of acquisition of juridical-nobiliary prerogatives developed hand in hand with the organization of the conspiracy. From 1643 onwards, on Berenguer-Vieira axis, through the mentioned marriage, the foundation of the entire Pernambucan insurrection was built<sup>100</sup>.

It would be the influence of Berenguer and the other lusophone landowners that made Vieira slip into the conspiracy as early as 1641<sup>101</sup>.

The social reasons that pushed the Pernambucan population to the uprising were the following. The Lusophones had not yet become accustomed to the new Flemish domination that was guaranteed just until the great influence that the Count of Nassau exercised. From a political point of view, the restoration of the Portuguese King John IV in 1640 has already been mentioned. Juridically, the disputes and abuses between the two groups were increasing right since the return to Holland of the aforementioned Count of Nassau. Economically, large sums of money were owed by the Lusophone inhabitants (and not only) to the Dutch West India Company. Finally, a religious reason existed: despite being both Christian, Dutch radical Calvinism and Portuguese Catholicism gave further causes of divisions and tensions between the parties<sup>102</sup>.

«Embora senhor de cinco engenhos, Vieira possivelmente não dispunha de capitais suficientes para [...] pôr-se a salvo na Bahia com a família e com fazenda bastante para viver honradamente. Os bens móveis de que poderia dispor não seriam suficientes para uma transferência da sua condição de senhor de terra e fábricas, e para conservá-la era-lhe imprescindível permanecer em Pernambuco»<sup>103</sup>.

---

<sup>98</sup> In *O Valeroso Lucideno*, Frei Manuel Calado do Salvador elaborates a broad description of the Berenguer dynasty, also from Madeira Island since they descend from an ancient ancestor "fidalgo" of King John III. SALVADOR, 1648, *O Valeroso Lucideno, e triumpho da liberdade*, vol. I, p. 334.

<sup>99</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 65.

<sup>100</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 71.

<sup>101</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 115.

<sup>102</sup> Although exploited, the religious reason represented the most intensely used motive, not by chance Vieira and Cavalcanti inaugurate a document aimed at organizing and lifting the community of Capibaribe with: «em nome da liberdade Divina», before finishing: «a Deus Todo-Poderoso e a Virgem de Nazaré». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 130-131.

<sup>103</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 115.

João Fernandes Vieira, in particular, had additional reasons to gather forces against the Flemish government, mainly linked to economic and social factors relating to sugar plantations and which are directly or indirectly exposed in the *O Valeroso Lucideno*, where, after having first specified the religious intolerance of the Dutch, there are more references to the abuses that the Portuguese population endured<sup>104</sup>.

Considering the capital due to the West India Company, it is easy to guess the main reason, not only for participation, if not commanding and planning, at least for the leading role played in the revolt<sup>105</sup>. The fervour generated from the restoration of Portuguese sovereignty spreads all over the corners of the Lusophone world and involved all individuals of Portuguese descent/belonging. The crown itself helped to animate the already hot spirits in an attempt to recover part of the territory lost in the years of Iberian unification. Frei Estevão de Jesus first, replaced later by Frei Inácio de São Bento and André Vidal de Negreiros, acted as real secret agents on behalf of the King, one fomenting discontent and the others organizing the revolt by connecting the major Portuguese landowners of Pernambuco, all assisted by the governor of Bahia, Antônio Teles da Silva.

The fact that there were many factors and characters at play in this crucial phase of the Pernambucan history, highlights the polarizing qualities of Vieira to focus the attention of the Portuguese group, making himself one of the main references of the revolt: «João Fernandes Vieira era o líder reconhecido do movimento, pelo seu prestígio econômico, pela sua participação constante na vida social e religiosa da comunidade portuguesa, pela sua inteligência»<sup>106</sup>.

Calibrating the above quotation, it is important to point out that despite being one of the main referents, to think Vieira as the total commander of the operations would seem a little exaggerate; it is the same Gonsalves de Mello who specifies having been a “duumvirate” in college with Antônio Cavalcanti, leader of the «nativista e nobiliárquica» faction, more conservative and prudent.

With Cavalcanti, the Madeirense found disagreement in the organization of the plan that expected the fictional setting up of a double marriage between the sons of Berenguer de Andrade and Cavalcanti, that aimed to the imprisonment of the major Dutch government institutions just during the ceremony. Too reckless according to the conservative line<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 91-92.

<sup>105</sup> It is good to be considered the position that Vieira possessed as second greater debtor of the West India Company.

<sup>106</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 127.

<sup>107</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 127-128.

Moreover, we must consider that within this type of society, more than ever oligarchic, the position of a landowner was reflected on a micro community composed of its own employees and subjected, inevitably forced to follow the will of what it was more than an employer but a master of all intents and purposes.

The forms of dependence generated by the slave society were adversely affecting employees, whether they were free wage earners or slaves; at different levels and repercussions, all were required to follow and execute orders that sometimes exceeded the labour skills, as in this case when they arrived at «assegurar a participação na luta dos seus dependentes»<sup>108</sup>.

It is assumed that Vieira proximity to the Dutch government, built in a decade of proxies, business affairs, banquets and various collaborations, also helps him to become one of the main men of a revolt in which contacts and trust that Vieira enjoyed could determine the fate at stake.

Trust that faded away after yet another anonymous complaint sent to the High Council, in which Vieira was reported as commander of the conspirators<sup>109</sup>.

It might also be possible that it was the aforementioned Cavalcanti the secret instigator of this anonymous complaint, of which authors confessed to be Sebastião de Carvalho and Fernão do Vale, who delegated to Dr. Abraão de Mercado the delivery to the Dutch Governing Council. The hypothesis of Cavalcanti's involvement arises from the Lusophone origins of the protagonists who by virtue of their cultural affiliation would have had contrary interests to that perpetuated, if they had not been precisely driven by Cavalcanti due to organizational and logistics divergences, especially considering the fact that «Sebastião de Carvalho tinha um passado de luta contra os holandeses, que fizeram preso para Holanda, em 1639, como um adversário perigoso»<sup>110</sup>.

So it was that Vieira found himself to be one of the wanted (perhaps the most) by the Dutch authorities, who first issued an order of appearance, from which Vieira released himself with various excuses, then of capture attempted in vain by lieutenant Jochem Denninger who could not find him in his house. All this happened about less than a month from the beginning of the aforementioned supposed plan of revolt, on 12<sup>th</sup> of June, 1645<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 129.

<sup>109</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 132.

<sup>110</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 133. For further information on the confessions of Carvalho and Oliveira, MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 132-133.

<sup>111</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 136.



From the moment they saw themselves persecuted, the plans fell through, and after regrouping in a sugar factory, about fifty armed people came out led by the primordial nucleus of the Pernambucan insurrection: «Antônio Cavalcanti, Manuel Cavalcanti, João Pessoa Bezerra, Antônio Borges Uchoa, Francisco Berenguer de Andrada com seu filho Cristóvão Berenguer»<sup>112</sup>, with attached slaves and employees.

Within few weeks, thanks also to a media campaign that promised freedom to slaves and cancellation of debts contracted with Dutch and Jews, the insurgents came to count in their ranks a thousand men. On the other hand, the Dutch High Council notified the act according to which wives and children of the rioters were no longer in guarantee of safety<sup>113</sup>. Thus, once the clashes began, a series of kidnappings followed the fights; on both sides, wives of high-ranking officers and commanders were taken as prisoners. In particular, Dutch Captain Johan Blaer, following the kidnapping of his own, organized the hostage of the wives of Francisco Berenguer de Andrada, his brother-in-law Antônio Bezerra and of Vieira's compatriot, Amaro Lopes de Madeira, respectively: Antônia Bezerra, Isabel de Goes and Luísa de Oliveira. A noteworthy fact because the Portuguese reaction that ensued led to the prompt departure of the concerned husbands, short distance followed by the bulk of the forces, joined in the meantime by the ground reinforcements captained by Antônio Filipe Camarão and Henrique Dias, and seafarers troops under the orders of the aforementioned André Vidal de Negreiros. Taken aback by a careless relay of sentries, the Dutch forces were met, surrounded and taken prisoner by the Portuguese:

«o Governador João Fernandes Vieira [...] tomou nas ancas do seu cavalo a D. Antônia Bezerra mulher de seu sogro [...] e Francisco Berenguer nas ancas do seu a sua cunhada D. Isabel de Goes [...] e Amaro Lopes de Madeira a sua mulher Luísa de Oliveira e nos recolhemos todos para a Várzea a descansar do importuno trabalho e tomar refeição no engenho do Governador»<sup>114</sup>.

A total of 243 Dutch soldiers, including Captain Blaer himself, the commander of the Indian contingent Johan Listry and Lieutenant-Colonel Hendrick van Haus were taken prisoner. The latter was already in retreat because of a heavy defeat given to him by Antônio Dias Cardoso near a mountain, *das Tabocas*, chosen by Cardoso as the perfect place to compensate not only for the inferiority of the armaments

---

<sup>112</sup> «Cosmo de Castro Paços, Antônio Carneiro Falcato, Antônio Bezerra, Miguel Bezerra Monteiro, Luís da Costa Sepúlveda, Francisco de Faria, Álvaro Teixeira de Mesquita»; without neglecting João Fernandes Vieira, who from sources (even of the time) emerges more and more as the leader of the group. MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 141.

<sup>113</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 143-148.

<sup>114</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 152.

compared with those supplied to the Dutch army, but to cope with the inexperience of the Lusophone forces on the field<sup>115</sup>.

Not actively participating in the battle (for security reasons according to sources), Vieira promised «de construir duas igrejas, uma a Nossa Senhora de Nazaré e outra a Nossa Senhora do Desterro»<sup>116</sup>. The fact that was forbidden to Vieira the participation to the battle indicates, on the one hand, the importance, for the success of the cause, of preserving the safety of the Madeirense, on the other, the significant military skills of Cardoso, decisive on more than one occasion.

Not even Cavalcanti was on the scene of the great success obtained by the aforementioned Cardoso because he was engaged in an incursion elsewhere where he died in early September 1645. With the death of his ally-rival, Vieira found himself the sole director of a war «da qual tinha sido sempre a principal figura»<sup>117</sup>. An even more prominent position for the Madeirense who was *Mestre de campo* since the meeting with Vidal de Negreiros, *Capitão-mor* after Cavalcanti's death who was the original holder of the office, and *Governador desta Guerra da Liberdade Divina*, title that Vieira has shared with the same Cavalcanti since the planning of the insurrection<sup>118</sup>.

Once again the media component, orchestrated for one's own person political propaganda, was the key to success, in addition to other characteristics like a marked intelligence at the service of an ambition that had no limits, and examples of charisma that fed a free will able to interpret the King's orders at will. So it was that Vieira, followed by most of the Pernambucan insurgents, refused to surrender to the enemy, as ordered by the court of Lisbon: «neguei com razões mui curiaes a obediencia a humas ordens de El-Rey meu senhor [...] com que fiz suspender o que todos procuravão executar e não passou muito tempo que me não chegassem outras em contrario»<sup>119</sup>.

The uncertainty about what to do with the Pernambucan situation was due to the struggle to remain independent from the Iberian unification under Castille which perpetuated a military pressure throughout the adjacent border. The danger

---

<sup>115</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 150.

<sup>116</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 151.

<sup>117</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 153.

<sup>118</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 154.

<sup>119</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, Fundo Geral, caixa 27, doc. 76. For further information consult MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], that shows the answer of 15<sup>th</sup> of May at p. 234.

of confronting the Dutch in another war context caused alarm and, consequently, doubt to the Portuguese crown.

For reasons of space and thematic content, it will not be possible to propose a chronicle of the events but, the highlighting of salient phases that interested Vieira's participation to the Lusophone process of insurrection in Pernambuco, will continue. Between 1645 and 1646 there was a crucial moment, following the defeats suffered, when the Dutch hid in the most important towns improving the fortifications, waiting for reinforcements from the motherland, preparing as best as they could for the attacks of their opponents. Attacks that did not come, for the Portuguese lingered for a long time, due also to the King's procrastination.

The blame fell on Vieira, already considered responsible for the failure of the initial plan and the stagnant and uncertain phase. It is not by chance that at this very moment, when the Madeirense suffered a popularity falls, the anonymous chaplain was denouncing Vieira: on the 5<sup>th</sup> of April, 1646.

From the above accusations Vieira demonstrates a capacity for media conceptualization in taking care of his public figure through propaganda. In 1648 he published a work he had commissioned to Frei Manuel Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno*, already started in September 1645. Meanwhile, he took care in keeping the King informed, sometimes justifying himself from the accusations made against him by that noble faction that had gone reinvigorating with the arrival from Bahia of eminent personalities of the time that certainly did not agree with Vieira's "impure profile" having such wide margins of exercise of power<sup>120</sup>. The smear campaign against the Madeirense revolved around the critical points of the nobiliary/institutional legitimacy:

«filho de uma mulata rameira apelidada de Benfeitinha e de um degredado, por roubo, que «lhe dão por pay»; em Pernambuco, servira a princípio a um João Peres Correia, cristão-novo e depois a um marchante, Afonso Rodrigues Serrão, e com a chegada dos holandeses permanecera nesta ocupação [...] rendido o qual conseguira fazer-se aceito por Stachouwer e pelos holandeses»<sup>121</sup>.

Accusations that are based precisely on a previously mentioned family belonging stained by a double "impurity" ethnically and ethically not consistent with the parameters of that time. In fact, it is almost unacceptable for the *limpieza de sangre* his multiethnicity, as well as the occupation carried out by both parents: she

---

<sup>120</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 239-241.

<sup>121</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 243.

dedicated to prostitution, he degraded for theft. Deficiencies of “quality” and “purity of blood” which have already been described and which will be re-proposed in the concluding paragraph. Clarified the aspect related to the impure family lineage, the qualitative criteria refer to the ways, customs, occupations and above all to the lifestyle of the Madeirense. In the service of merchants and butchers, Vieira did not reach the parameters of the nobility that as a principle did not include these occupations because they were not considered at the height of that social class.

The accusations on Vieira made extensive reference to power abuses aimed at the expropriation of slaves, cronyism and nepotism in institutional appointments, documentation and licenses easily bestowed on familiars or members of his circle of acquaintances. The indictment also referred to Vieira’s debt to the Dutch, which led him opportunistically to support the cause of the Lusophone inhabitants of Pernambuco, to underline his socio-political chameleonism, and again, following the victory of the «Monte das Tabocas»:

«maltratou a muitos da sua própria facção, chamando-os de traidores e desprezando a nobreza da terra e ainda induzindo e obrigando a todos que fizessem declarações a seu favor, escrevendo para Portugal e para Bahia no sentido de ser nomeado governador da Capitania, a ele que tantos roubos, mortes e violências praticava contra o povo, mandando assassinar, desonrando as famílias e abusando do seu prestígio para enriquecer [...] ele dizia nas cartas ao rei que fazia a guerra à sua custa, quando na verdade «ela he feita com o sangue dos pobres». Os cargos e ofícios entregava-os a protegidos seus e aproveitava-se dos despojos dos engenhos abandonados pelos flamengos e judeus, de modo que ele e outros chefes militares estavam ricos e o povo espoliado. Crimes de mortes tinha cometido por cobiça ou libidinagem mas, por temor, ninguém ousava escrever o que se passava em Pernambuco»<sup>122</sup>.

Under the scrutiny of the Ultramarine Council, the prosecution of Vieira divided the members. There were those like Jorge de Albuquerque who demanded a punishment that served as a warning and an example. Jorge de Castilho followed the homonym, granting at least the benefit of the doubt to the accused, while Jorge de Albuquerque was certain of the crimes committed by the accused on the basis of other documents received. Others, like Salvador Correia, tended to minimize and circumscribe the accusations which were coming from a sender who belonged to the Pernambucan countryside, place where Vieira governed generating unavoidably dissatisfaction due to the fact that it would have been impossible to satisfy everyone, pointing out that the funds donated by the Madeirense were in themselves an excuse

---

<sup>122</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 244.

for some authoritarian choice aimed at its economic compensation of the military campaign costs<sup>123</sup>.

These causes led Vieira to a countermove propaganda, sending (in what Gonsalves de Mello describes as a secret mission) to the press of the first part of the commissioned pseudo-biographical work.

In any case, the King had already chosen for the acquittal of the accused, adopting the defensive line of the aforementioned Salvador Correia, who considered the importance of the functions carried out by Vieira in the war for the liberation of Pernambuco, putting them before the misdeeds alleged<sup>124</sup>.

With the support of the King, the Madeirense continued his intense request for aid on all fronts, from the Ultramarine Council to the Portuguese Court, due also to the news of the imminent arrival of Dutch reinforcements including the presence of his former employer Stachouwer. Also to the latter, Vieira addressed an epistle of warning on the purposes of Pernambucan inhabitants who had no intention of surrendering to the old rulers and who were indeed eager to make scorched earth, and to give their lives rather than submit to the Flemish, adding that because of the fires in the sugar cane plantations, there would be no source of income possible<sup>125</sup>.

Meanwhile, following the arrival of Dutch reinforcements in Recife in June 1646, the situation became even more tense and general governor Antônio Teles da Silva reduced the military contingent used to support the insurgents. This did nothing but animate the discontent towards Vieira so much that he even came to face an attempt on his life. In July of the same year, three men shot to kill him; one of the guns imploded but the other two bullets ended up passing his chest, wounding but not mortally<sup>126</sup>.

The attempt to Vieira's life went to add havoc to the already hovering state of insecurity; the troops threatened mutiny (those few that had not been returned to Bahia); and, as if that were not enough, the Dutch were informed of the distrust surrounding the Madeirense.

At this juncture Vieira made a renewed appeal to the King of France, through the help of a French friar, Cyril de Mayenne, preparing the eventuality in which the Lusophone reinforcements wouldn't arrive in time or ignore the appeal in general<sup>127</sup>.

---

<sup>123</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 245.

<sup>124</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 246.

<sup>125</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 248.

<sup>126</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 254-255.

<sup>127</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 261-263.

For all the above reasons, the general governor did not delay in restoring in his former office of «mestre-de-campo-general do Estado do Brasil»<sup>128</sup> Francisco Barreto, as soon as the latter managed to escape from prison. The disappointment and reticence of the *mestres de campo* Vidal de Negreiros and Fernandes Vieira whipped it out; on 16<sup>th</sup> of April Barreto received the high commands, on 9<sup>th</sup> of July there is news of their blame in a document addressed to the Ultramarine Council in which it was expressed their certified superior war experience inside the Brazilian contexts<sup>129</sup>.

Despite the downgrading, Vidal and Vieira continued to serve with aptitude and disposition, Vieira in particular did not miss the opportunity to show his perspicacity, advising and applying (in conjunction with his lieutenant and true military genius Cardoso) a war strategy that has proved as successful several times during that conflict: the “*guerrilla*”<sup>130</sup>.

When, on 18<sup>th</sup> of April, 1648, more than 4500 Dutch soldiers went out searching for an open battle field into the Pernambucan campaigns, Vieira, supported by Cardoso, insisted on organizing the resistance in a logistical position that could guarantee a frontline of little space, in such a way to make up for the problem of the numerical inferiority that vice versa could have represented an unfavourable turn to the Lusitanian, who instead came out once again winners near «Boqueirão, dos Outeiros dos Guararapes»<sup>131</sup>. Followed on April 22<sup>nd</sup> by the expulsion of the Dutch from Olinda<sup>132</sup>.

So it was that even when on the 17<sup>th</sup> of February, 1649, the Dutch forces decided again to engage the Lusophone enemy, they were ready and achieved, a little less than a year later, in the same Guararapes, another victory that earned Vieira

---

<sup>128</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 273.

<sup>129</sup> «Ganharam 130 léguas de campanha, que é desde o Ceará-mirim, que fica abaixo do Rio Grande, até o Rio São Francisco, que o inimigo ocupava. Ganharam 9 fortalezas, afora muitos redutos e casas fortes, e nelas ganharam setenta e tantas peças de artilharia em que entraram muitas de bronze de 24 libras e a este respeito os mais calibres, havendo morto e aprisionado dezoito mil e tantos homens do inimigo». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 275.

<sup>130</sup> «Ihe faltava a experiência militar de André Vidal de Negreiros e do sargento-mor António Dias Cardoso, veteranos de tantas pendências em que se foram apurando os estilos da “guerra brasílica”, para que dele partisse a melhor sugestão. Vieira possivelmente não fez senão repetir o parecer do seu subordinado hierárquico, mas superior a ele em conhecimentos militares, que era Cardoso». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 288.

<sup>131</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 279.

<sup>132</sup> It should be noted that the forces and reinforcements that arrived from Holland, although they were made up of experienced and well-equipped soldiers, did not feel directly involved in the clash to which the Portuguese were axiomatically linked at an emotional level. For this reason the value of the Lusitanian fighters, also reported by Flemish sources, outclassed Dutch soldiers who on the contrary were motivated by money. MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 276-278.

acolades and praises from Barreto and the King himself who, informed by several sources (including Vieira and Barreto) of the good news, notified:

«João Fernandes Vieira etc. Do bom sucesso que minhas armas (por merce do Ceo) tiverão no mez de Fevereiro do anno passado, segunda ves contra os Olandezes que infestão essa Capitania (de que o Mestre de Campo General me deu conta particular) sey a parte que vos coube, pelo valor com que proçedestes nellas, e zello de meu serviço com que obraes o que vos tocca, e porque estou com satisfação, de tudo volo quis dizer por esta e segurar-vos que haveis de achar sempre em my boa vontade de vos remunerar os serviços que me fazeis e estais continuando. Lisboa a 18 de Feveiro de 650. Rey»<sup>133</sup>.

The only relief for the Flemings came from the sea; the corsair war against the Portuguese ships had yielded 108 ships in 1647 and 141 more in 1648<sup>134</sup>. To face the constant threat, Vieira, once again proposing on what to do, suggested the suspension of saccharin export. Under the scrutiny of the Ultramarine Council and King John IV himself, it was preferred to rent the help of English and French intermediaries, with their ships, to prevent attacks on portugueses cargo<sup>135</sup>.

So much fame and prestige reached by Vieira placed him in a position of embarrassment when an English ship carrying clothes and money for the military arrived. It was said that Barreto was not inclined to distribute these goods, so some of the troops mutinied claiming to answer directly to the only governor who they recognized: João Fernandes Vieira<sup>136</sup>.

The care and zeal with which he treated his subordinates enriched his fame in the same form by which he consolidated his power by having him rest on a stable military clientele. It was probably the consensus that he enjoyed among the soldiers, presumably reinforced by his identity trajectory, to guarantee him respect in the form of fear over the other men of power<sup>137</sup>.

The suggestion that exercised, the charisma of Vieira, went to involve not only his subordinates; even King John IV was always inclined to justify and protect, both in words and deeds, the actions of the Madeirense.

Gonsalves de Mello outlines a trend towards international politics. There are documents in which Vieira appear to be acting as a foreign affairs adviser, writing

---

<sup>133</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, códice 275, fl. 163; the consultation of the Overseas Council referred to is from the 9<sup>th</sup> of July, 1649.

<sup>134</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 281.

<sup>135</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 283-284.

<sup>136</sup> Gonsalves de Mello notes the hypothesis of an involvement of Vieira himself in the promulgation of the news of the arrival of supplies from the homeland, as well as the accusations of greed against his superior Barreto. MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 290-291.

<sup>137</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 304.

directly to the King the reasons why it would be appropriate to remove the Dutch group from the Brazilian territories, based on what he eavesdropped during the collaborationist period. What he heard foreshadowed a Flemish expansionism aim at conquering all of Brazil<sup>138</sup>. But it was above all the loans given to the King of Portugal that projected Vieira under the protective wing of the Lusitanian crown that in fact honored him «com correspondência firmada de sua mão. O homem vaidoso que ele era, começa a querce fazer-se notado pelos seus préstimos e merecer do seu rei o reconhecimento e estimação de que gozavam os que se distinguiam no seu serviço»<sup>139</sup>.

The advice given to the King, sometimes went so far as to consider certain rewards for his own person, so that in 1649 Vieira found himself suggesting to be invested with the title of count:

«que se lhe concedesse o marquesado da Serra de Copaoiva (que ele prometia conquistar ao gentio à sua custa, levantando ali uma vila), os títulos de conde e de conselheiro de guerra de Sua Majestade, o senhorio da capitania do Rio Grande ou de Cunhaú (obrigando-se a descobrir as minas que ali existissem), duas comendas das Ordens Militares, sendo uma da renda de dois mil cruzados e outra de mil cruzados, três hábitos de três Ordens para pessoas de sua obrigação, dois ofícios de justiça ou fazenda para homens da sua casa, dez léguas de terra a começar da última sesmaria da parte de Santo Antão (Vitória) para o interior, comprometendo-se a conquistá-las aos índios e povoá-la, o posto de almirante do estado do Brasil, com jurisdição e proveitos iguais ao do Reino e, finalmente, um dos governos do Ultramar, a saber, o de Pernambuco vitaliciamente, ou o Maranhão por nove anos, ou de Angola por seis»<sup>140</sup>.

The Ultramarine Council provided for the assignment of the required hectares, as well as the administration of the district of Maranhão for six years, with the obligation, proposed by the same Madeirense, of discovering the gold mines located there<sup>141</sup>.

For his part, the King, on the eve of the battles of Guararapes, had already taken care to appoint him «fidalgo da sua casa, do hábito da Ordem de Cristo e de uma comenda da mesma Ordem, de 300\$ de renda anual e de o conservar no posto de mestre-de-campo, enquanto não lhe dava outro lugar maior»<sup>142</sup>, to which

---

<sup>138</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 294-297.

<sup>139</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 294.

<sup>140</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 309. Vieira justified his promotional expectations by listing all the services rendered to the Portuguese crown, keeping the army at his own expense, as well as ensuring pious deeds to the church that included restoration of churches. More generally becoming a champion of Brazilian Catholicism against the Dutch Protestantism of Calvinistic disposition.

<sup>141</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 310.

<sup>142</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 306.



must be added the title of «Freire Comendador, ao lhe ser passada, em 15 de Julho de 1653, a Carta da Comenda de Santa Eugênia de Ala, do bispado de Miranda»<sup>143</sup>. Perhaps for this reason Vieira tried to obtain further titles in the aftermath of the enormous success reported in the aforementioned battles. The high regard he enjoyed with King John IV is also testified by the order of attack that the King himself sent to him on the occasion of the Recife blockade used by the Portuguese navy.

Coinciding with the outbreak of the war between England and Holland in May 1652, the Lusitanian crown finally decided in a resolution of the Pernambucan situation by organizing a plan of maritime attack to which an overland one had to follow<sup>144</sup>. The letter ordering the infantry besiege of Recife began by putting the name of Vieira before that of his superior Francisco Barreto, «reconhecendo o prestígio pessoal de João Fernandes Vieira, entre soldados e moradores»<sup>145</sup>.

Vieira was entrusted with the honour of the first assault on the city fortifications of Recife on the 15<sup>th</sup> of January, 1654; according to sources, he animated the ranks of his vanguard as a true charismatic leader. In the same way, after having conquered the first defences and obtained the surrender of the Dutch on the 26<sup>th</sup> of January, it was always the company of the Madeirense to march at the head of the line through the streets of the conquered Recife.

Great commander and great propagandist, for public policies but especially personal, Vieira continued undaunted to care for both aspects of his social rise through public and military administration, demanding

«que se substituísse o governo do Maranhão que se lhe concedera, pelo de Angola; insistia pelo posto de almirante do estado do Brasil e, agora com designativo, pelo título de conde do Ceará, a ser instituído no Rio Grande do Norte, com jurisdição civil e criminal sobre as terras e povoações de feudo, concluindo por pedir que enquanto não entrasse na posse do governo ultramarino se lhe desse o posto de mestre-de-campo-general»<sup>146</sup>.

He never achieved the acquisition of a county title, nor did he rise to be governor of the Brazilian state, yet the promotions he received made him one of the leading administrative and institutional figures of the Portuguese colonies of the Atlantic Ocean. After having obtained two commendations, in addition of the permission to embark 400 cases of exempt sugar, he was entrusted with the office

---

<sup>143</sup> «cujos rendimentos eram avaliados em 300\$ anuais». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 315.

<sup>144</sup> After years of uncertainty, doubt, orders and counterorders, the Portuguese institutions found themselves undecided between complying with Dutch demands or favouring their colonists in the process of insurrection.

<sup>145</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 298.

<sup>146</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 311.

of mayor of Pinhel on 15<sup>th</sup> of June, 1654; a village located 22km from the Spanish border that had been a place of clashes with the Castilians so much so that it had a castle with double tower and a wall preserved mostly in good condition. In addition, he was granted hectares of property in Vitória de Santo Antão, as well as three sugar factories and a house in Recife, donated by Barreto, that has served as a synagogue. The most redundant reward was the award of the three-year post of governor of the Angola kingdom on 8<sup>th</sup> of July, 1654, with an effective political-administrative exercise that occurred between 1658 and 1661. He previously served in the office of governor in the jurisdiction of Paraíba from 1655 to 1657, which he preferred in general to that of the African region<sup>147</sup>.

Despite the achievement of high levels administrative responsibility, Vieira had to persevere in confronting situations of tension. For reasons of space and competencies, the events that interested him in the four years government of the Angolan colony (that Gonsalves de Mello outlines in detail) will be omitted, however, it is good to underline once again the extent reached by Vieira from a political-administrative point of view. It has already been highlighted the confidential bond established by the Madeirense himself with King John IV; when his son Affonso VI came to succeed him, the situation did not change and indeed the new King, in continuity with his father, kept this tendency to ensure a kind of immunity to Vieira for the service given to the crown, the deeds and investments offered.

So it was that when in 1665, upon his return to Brazil, following the African experience, Vieira found himself having to defend against accusations of power abuses aimed at the seizure of his personal property, the King dropped the charge because: «observou pequena falha do processo e considerou-o nulo, determinando que outra devassa se fizesse»<sup>148</sup>. Not to mention the successor of Afonso VI, his brother Peter II, who referred to Vieira as «o herói de nossa idade»<sup>149</sup>.

For this reason, «a sua ambição de mando era insaciavel»<sup>150</sup>, and it aimed at the general government of all Brazil<sup>151</sup>.

---

<sup>147</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], pp. 316-318.

<sup>148</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 354.

<sup>149</sup> JESUS, 1679, *O Castrioto Lusitano*, lib. I, cit. p. 701. To be taken taken with a grain of salt considering that the work remains a commission on behalf of Vieira himself.

<sup>150</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 374.

<sup>151</sup> Vieira never reached a government/exercise of power of the entire Brazilian colony; the last institutional office entrusted to him was that of *superintendente das fortificações* in the 26<sup>th</sup> of August 1671. MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], p. 421.

João Fernandes Vieira reached the peak of a career that, according to the jurisdiction (of law or in costumes), should not even have started. The ethnic and cultural origins were not consistent with the parameters required at the time, yet with truly extraordinarily discerning talents, with stubbornness, courage and luck, Vieira succeeded in establishing itself in an aristocratic society that left tiny and labile margins of insertion that the Madeirense was able to exploit. We could continue the historical narrative of the character, except that (as already mentioned) this chapter does not want to be yet another biography, but here we want to highlight the salient moments that determined its social rise. By stressing the most important details of his trajectory it can be possible to understand the ways and forms of dependence on which Vieira leveraged to further his career.

«Pelo seu prestígio pessoal e de senhor de tantas propriedades, de «Senhor Governador», de «Senhor Superintendente», de «primeiro aclamador e restaurador destas Capitânicas» (de que usava quase como um título [...]), pela sua riqueza, pelos seus serviços e iniciativas, pela sua ostentação pessoal, pela sua participação na vida social e política de Pernambuco e das capitânicas vizinhas, João Fernandes Vieira tinha-se feito a figura de maior influência do Nordeste, o líder reconhecido da chamada nobreza rural. Tendo centenas de pessoas livres a seu serviço – «descobridores» no Rio Grande do Norte [...], vivia como um potentado, numa pequena corte»<sup>152</sup>.

The epilogue will apply the epistemological parameters set out in the first chapter to the above events and finally define and interpret, in the limit of the possible, identity, consciousness and the belonging of the multiethnic João Fernandes Vieira.

### **III – Personal Epistemological Application**

In the course of this chapter we will apply, as the title itself indicates, the notions described in the introduction. The results of the epistemological investigation on identity and conscience will be useful in João Fernandes Vieira's life experience.

The ratio of proportion theorized in the first chapter is proposed again in a model in which memory, that stores all the data and information related to the experiences, offers consciousness the possibility of creating a story that fades, overlaps in a heterogeneous way or fits perfectly; that struggles or coexists in harmony with a personal identity that, on the other side of the self, comes to be directly proportionate to the narrative generated by the social context. Simplifying, the consciousness that has become mnemonic is proportionate to a pretty much

---

<sup>152</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 382.

juridical identity (see organigram a)); proportion that does not aim to quantify arithmetically or algebraically, but rather reflect on the dialectic results. The goal is to propose an epistemological methodology that could be useful for tools applicable to other contexts. Despite the high coefficient of difficulty that the analysis of identity and consciousness entails, the insertion of the narrative element allows a semantic link and consequently a simplification of understanding. Moreover, it gives to the theory an elastic patina found in the reality of social interactions, far from the parameters of jurisdiction. For this reason, it has been chosen to represent the social narrative through the “forms of dependence”, in order to offer an additional opportunity to understand the dynamic ties that regulated the Atlantic societies.

Also applicable to a collective level, within the personal dimension, the connection between mnemonic consciousness and juridical identity consists in the ultimate stage within which the narrative personality would materialize.

Mnemonic consciousness results from a capacity to manage spatial cognition through the functions of primary and visual consciousness, able to install a cognitive map of the environment such as to bring an “extended self” both to functionally filter the information of one’s own past, and to project a futuristic intuition drawing on the quantum characteristics of the heart intelligence.

On the other side of the ego, identity, relating to the social narrative, cannot but become juridical. Kenneth J. Gergen, and not only, explains how social relationships (more properly forms of dependence) undermine personal identity<sup>153</sup>; thus, the profession is crystallized as an identity marker.

This synchronization between mnemonic consciousness and juridical identity would determine the individual’s grades of belonging and proprioceptions (see organigram b)).

If synchronized in a consistent way: on the same perceptive transmission, the belonging will be sensible and the conjunction between the factors will reach its own level of “sameness”; vice versa, if the connection between identity and consciousness occurs at different frequencies and is therefore inconsistent, generating contractions and frictions in the individual proprioception, the emotional result will lead to an unease of belonging, properly called “selfhood”.

---

<sup>153</sup> Gergen approaches the speech with a strong tone that can immediately be noticed from the chosen terminology. He refers to a «supresión contemporánea del yo individual», blaming «las tecnologías de la saturación social» to influence or, better yet, «invadir la vida cotidiana». A real «colonización del ser propio» which has the consequence of reflecting our social environment, that is to say, making it fit with our identity. GERGEN, 2006, *El yo saturado: dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*, cit. p. 80.

There is one last degree of perception that João Fernandes Vieira partially knew because it concerns an annihilation of juridical identity, a stage in which the rights of the person are compromised; stage within which the individual finds himself to be an “outsider”. A striking example of this state of affairs is given by the condition of the slave, proven by a total incongruity between a mnemonic consciousness that literally cannot be recognized inside the juridical identity to which consequently it is not bound except for the preservation of a fleeting and mere sense of survival<sup>154</sup>.

Macaronese contexts anticipate contemporary developments and issues; the multiethnicity and pluriculturalism in which they are born, grown and are structured, are fertile ground for the propagation of crises inside the personal self.

The consciousness of the “quality” of his profile should have led Vieira to notice a not adequate condition for the social ascent requirements. Quality which was one of the focal points of the debate at the time because secular and ecclesiastical offices access passed through what has gone down in history as the *limpieza de sangre*:

«As Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa, aprovadas em 1640, e que vigoraram no Brasil até a promulgação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, colocavam como impedimento para promoção às ordens sacras ter «parte de nação hebreia, ou de outra infecta, ou de negro ou de mulato»<sup>155</sup>.

It is worth to point out that this is nothing more than a ratification of a custom in vogue for more than a century. The Mediterranean religious wars have raised the attention on ethnic characteristics rather than a matters of faith. If before the sub-Saharan component had not constituted a factor for conscientious objection, with the structuring of the Atlantic colonies and with the development of the Atlantic Slave Trade, the secular and ecclesiastical institutions felt obliged to formally legally define the parameters of offices access. Medieval European aristocracy used a criterion based on “manners”, linked to use and habits of the individuals, to which it is obviously implied a bloodline of noble lineage. This custom where it previously constituted a cultural “qualitative” exclusivity, later on, in the early modern era, switch to be institutionalized as a racial discrimination of the *homens bons/homens honrados*<sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> This last emotional proprioception was born as a hypothesis of the studies on the forms of dependence that were generated during the Atlantic Slave Trade. Precisely because it comes from forms of dependence, we invite to consider this stage with a narrative approach that allows the right reading of relational dynamics.

<sup>155</sup> OLIVEIRA, 2015, «A administração do Sacramento da Ordem aos negros na América Portuguesa: entre práticas, normas políticas e episcopais (1702-1745)», cit. p. 424.

<sup>156</sup> VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, cit. pp. 148, 165.

All this suggests a media strategy of Vieira in hiding his not so illustrious origins, in order to achieve the posts he went to occupy: «Os biógrafos seus contemporâneos são do mesmo modo silenciosos a tal respeito – o que tudo parece evidenciar uma imposição do interessado ou um assunto omitido de propósito»<sup>157</sup>.

This, essentially, is the context in analysis, which looms the formal beginning of a double discrimination that was only of a gentlemanly nature and proved to reach as many levels as possible.

After having exhaustively presented the origin and evolution of the history and the meanings of these terms, all that remains is to superimpose the results so as to crystallize, as far as possible, the facets that have characterized the Madeirense's life.

The prelude allows to unite the basis of epistemological research overlapping the historical facts that have characterized the narrative of João Fernandes Vieira. In this way, the scientific instruments highlighted in the first chapter can be applied to the trajectory set out in the second part of the article. Conveying everything it is possible to start from the methodology borrowed from Anthony Quinton: by establishing three (atemporal) moments, three soul phases from which it's possible to evaluate the senses or uneases of belonging related to the following contexts: genealogical, collaborationist, insurrectionist.

From a genealogical point of view, almost nothing is known for sure, except suppositions or pretensions such that they do not certify anything other than the birth in Madeira and the arrival in Pernambuco between the age of 10 and 13 years old: «determinou a pôr em efeito deixar sua pátria, sendo de tão pouca idade como era a de 11 anos»<sup>158</sup>.

As has already been noted during the previous chapter, Vieira commissioned a biography to Frei Manuel Calado do Salvador, who states that the Madeirense was born in 1613 and that «era de 11 anos [...] quando resolveu-se em passar às partes do Brasil [...] e se embarcou no ano de 1624»<sup>159</sup>. In a letter sent by Vieira himself:

«ao provedor e Irmãos da Santa Casa da Misericórdia da «dittoza Cidade do Funchal e Ilha da Madeyra» diz que era ela sua «pátria», de onde se ausentou com «10 annos e alguns mezes» de idade; entretanto chamando «ditosa» à cidade, recordando dela o «sitio da Santa Caza» e acrescentando que «na minha tenra ydade, conhecy o aperto della» (o que denota conhecimento pessoal do lugar), parece confirmar que tivesse nascido no Funchal»<sup>160</sup>.

---

<sup>157</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 19.

<sup>158</sup> SANTIAGO, 1943, *Historia da guerra de Pernambuco* [...], cit. p. 222.

<sup>159</sup> JESUS, 1679, *O Castrioto Lusitano*, lib. I, §§ 8-9.

<sup>160</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. pp. 18-19.

This quotation, besides offering a discordant data with the previous references, is useful to introduce the analysis of another aspect, even more significant for the evaluation of the sense/unease of belonging: the family context of belonging. As mentioned in the previous chapter, if Lima Ferner's assumptions about the Ornelas-Muniz lineage were true, it would not be explainable why the Madeirense did not draw on the possibility of flaunting, even though labile and decayed, a noble membership fundamental for his career.

Vieira himself claims to have known personally the ecclesiastical institute to which he refers, that would confirm he grew in the city of Funchal and consequently an almost certain birth in the same urban centre.

On the basis of the above assumptions, it remains to emphasise the possibility that the Madeirense does not come from the Ornelas-Muniz; drawing once again on an already mentioned sources so important to be repeated:

«esse Senhor a esta terra e Capitania de Pernambuco da Ilha da Madeira donde he natural e filho de uma mulata rameira a quem chamão a Bemfeitinha e de hum homem que lhe dão por pay, que foi ali degredado em titolo de ladrão»<sup>161</sup>.

We must filter the reliability of the quotation because it came from an opposed faction to Vieira, who on his part never bothered to deny. From the meticulous descriptions he made of his belongings, as well as of his sonship<sup>162</sup>, it is easy to see how this omission was a real strategy that can be defined as political in the purposes for which it was used. Thanks to this same vacuum he was able to access the highest institutional offices of regional representation as *Mestre-de-Campo* and governor, as well as to access to the "Ordem de Cristo", otherwise impossible considering that

«os que a ela fossem recebidos deviam ser nobres, fidalgos, cavaleiros ou escudeiros, limpos, sem mácula alguma em seus nascimentos, nem outros impedimentos e defeitos, proibindo-se a entrada de quem descendesse de mouro o judeu, ou fosse filho ou neto de mecânico, e sobre os pais e avós do candidato deveria ser feita uma série de perguntas a testemunhas idôneas, tudo conforme aquelas «definições e estatutos»<sup>163</sup>.

Considering his narrative propensity to spread news, the omission and the total absence of genealogical references is inexplicable.

---

<sup>161</sup> LAMEGO, A., 1913, «Papéis Inéditos sobre João Fernandes Vieira», pp. 33-50. Whereas «degredado em titolo de ladrão» would seem to establish the true paternal ancestry of the Madeirense.

<sup>162</sup> All "illegitimate" as proof of a contradictory tendency to strategically quote what was convenient and, on the contrary, to omit the inconvenient: «cuidou da sua glória com desvelada minúcia, detendo-se em pormenores, enumerando os cruzados despendidos na campanha, os engenhos que possuía, os filhos que tivera». «Gente das Ilhas na Guerra da Restauração», 1942, cit. p. 435.

<sup>163</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 314.

«Declaro que sou filho da ilha da Madeira e não tenho herdeiros forçados alguns, por os meus pais e avós serem já mortos; de mais, caso que fossem vivos, não eram meus herdeiros, porque não trouxe de sua casa fazenda alguma, e vim para esta Capitania de Pernambuco de idade de 11 anos, e toda a fazenda que possuo adquiri com minha agência e indústria e com as mãos, que ficam sendo bens castrenses, que não são obrigados a herdeiros»<sup>164</sup>.

Vieira offers in few lines the possibility of a threefold analysis. By declaring to have no descent, by totally generalizing the death of his own ancestry, it pops out a sort of unease of belonging; in fact, in the stipulation of the will he could have still cite his parents. By then, close to death, there would have been no legal problems or related to a career that had almost ended. Furthermore, it needs to be considered the probability of some surviving descendant who might have been cited. The certainly voluntary omission of his ancestry reveals a trauma, almost a repudiation of his familiar origins and a particular attention to what could be called today a media policy.

Within this soul phase, we note a “low” starting point, but just enough to serve as a launching pad for the ascending trajectory that has marked his career. A professional path that begins precisely under the employ of Affonso Rodrigues Serrão and consort Isabel Ferreira, «como assalariado e depois trabalhou como auxiliar de um marchante»<sup>165</sup>. The fact that from the spouses he came to inherit all their property, leads Gonsalves de Mello to hypothesize that they were relatives and does not exclude that the trip from Madeira had the intention of putting himself at their service. Hypothesis which remains impossible to be proved, considering that they could have adopted him even without the links of an actual kinship. It is also a fact that Vieira did not hide, in fact he highlighted this work experience, enhancing his own manual work, «num tempo em que exercitar ofício mecânicos representava inferioridade»<sup>166</sup>.

It was clear even before the collaboration with the Flemings that he had a talent for business; even better, that he could find himself in a position to meet the urgent needs of others. A striking example of this is the siege of the fort of São Jorge, which saw Vieira remain in voluntary service as a food supply officer for four years; he did not abandon the defenders even in the most dramatic phases within which, on the contrary, he distinguished himself for considerable deeds such as the custody of a Portuguese flag or the sentry service for three days and three nights in a row.

---

<sup>164</sup> «Testamento de João Fernandes Vieira», 1872, cit. pp. 19-20.

<sup>165</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 30.

<sup>166</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 30.



These are noteworthy facts because they demonstrate the ability to pose himself as a solution to overcome problems mostly of an economic nature, and then meticulously documenting and registering everything. Precisely, the above mentioned chronicles were commissioned by him almost at the same time as: «Os artigos da rendição acima transcritos determinavam que os luso-brasileiros saíram do Forte de São Jorge “*sin bandera*”»<sup>167</sup>. It is good to dwell on this last point because if Marc Bloch hypothesizes the theory of false memories based on his comrades war experience during the First World War, Vieira instead seems to use it as a tool in a voluntary and strategic purpose<sup>168</sup>.

Thanks to the Dutch trading partners, first of all Stachouwer, Vieira was able to undertake economic activities that led him to a decent financial situation; the management as procurator of others assets allowed him to carve out a space of manoeuvre for himself.

During the second chapter the collaborationist period in which Vieira, through the partnership with Stachouwer, established himself among the leading Lusophone referents of the Dutch government was well described. Between banquets and business agreements, the Madeirense managed to carve out a hegemonic role in the Pernambucan economic chessboard that allowed to insert himself in the Flemish relational clientele network. The position reached also made possible to stand out in the opposing faction; just because of this new profile of consultant for the Dutch, Vieira was finally noticed by the Lusophones, moreover he managed to create his own economic structure, exploiting at the best the entrepreneurial activity that took care at the same time of Stachouwer's transactions but also (and then above all) of his own interests: «Conquistada a confiança de Stachouwer, procurou Vieira captar a dos altos conselheiros holandeses, para o que começou a oferecer-lhes os seus serviços, ao mesmo tempo que procurava multiplicar os seus negócios»<sup>169</sup>.

Vieira made the most of the Dutch need for local contacts by knowing the business dynamics and mediating economic transactions. Precisely because of this advice and familiarity with Pernambucan trades, the Madeirense came to participate as a candidate in the designation to be mayor of Olinda, proof of a well-established trust.

---

<sup>167</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 37.

<sup>168</sup> The conditional remains mandatory because there is no certainty that this lack of feedback in other sources is attributable to a reason of veracity and reliability of Vieira's statements, or if it was a mere oversight, or even a consideration of an irrelevant detail for the Portuguese administrative bodies.

<sup>169</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 49.

Vieira moved so many skills and capitals, as to alarm the West Indian Company that to draw up a list of credits due in which the Madeirense appeared at second place. It has already been seen how Vieira moved to remedy the situation and which solutions were offered to the aforementioned company. Vieira owed his fame, prestige and wealth to them and in general to the Dutch compages, in the representation of its institutions and high offices: «de ordinário se apresentavam os senhores Governadores, sendo acompanhados antes por João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti, Jorge Homem Pinto»<sup>170</sup>. Vieira himself would seem to confirm: «no decurso de oito a nove anos [para] remir minha vexação e por segurar a vida [deu] a todos os Governadores e seus Ministros [holandeses; em presentes, propinas] e em grandiosos banquetes [que] ordinariamente lhes oferecia pelos trazer conteúdos [mais de cem mil cruzados]»<sup>171</sup>.

Emblematic is the fact that two of the three cited Portuguese, Vieira and Cavalcanti, will be main protagonists of the insurrection process, coming to proclaim themselves: «Capitão-mor e Governador desta Guerra da Liberdade Divina»<sup>172</sup>. In fact, Vieira came to occupy a leading role in the Lusophone insurrection. Precisely because of the heavy debt incurred and the series of other reasons listed in the previous chapter: the position taken against what hitherto represented clientele and therefore exclusive trading partners, highlight the opportunism of the Madeirense who was ready to take advantage of social, religious and cultural tensions that arose from the coexistence between the Portuguese and the Dutch.

The second place of the insolvents list stipulated by the aforementioned company is talkative in the analysis of a purely political, economic and entrepreneurial profile like Vieira's. Connected (only in the second measure) by religious, social and patriotic reasons, that's why he took care to put his signature in the letter that sanctions the Lusophone renewal of availability to the restored King of Portugal John IV. It is by no coincidence that the next step of what would seem to be a chess strategy was the more than ever political marriage that sanctioned a decisive alliance for the Pernambucan dynamics between Vieira and D. Maria César, daughter of Berenguer de Andrada, a prominent man among the local elite<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 63.

<sup>171</sup> «Testamento de João Fernandes Vieira», 1872, cit. p. 30.

<sup>172</sup> MELO, 1856-1858, *Biographias de Alguns Poetas e Homens Illustres da Provincia de Pernambuco*, vol. II, cit. p. 165.

<sup>173</sup> There seems to be no doubt about the political nature of the marriage considering the difference in age with a spouse who arrives at the wedding between 13 and 14 years.

It could be possible to go further with research suppositions considering a redundant marriage not only for local geopolitics but also, on a purely personal level, for the ennobling legitimacy process purposes, more generally for Vieira's civil and military career. This last point would enhance the engagement in the Lusophone insurrection campaign because it would represent the only hope of social affirmation, otherwise improbable in the Flemish aristocracy, considering the Lusophone origins, faith discrepancies and a past as an opponent. If the already mentioned and contemporary ethnic-discriminatory laws are added to the racist institutionalization of the administrative requirements, it is assumed that the choice made was well thought out and inevitably in favour of the insurrectional process<sup>174</sup>. It remains astounding the commitment, tenacity, sagacity and stubbornness (pushed to the point of disobedience to a direct royal order) with which Vieira wanted to lead the rebellion, that is, as an almost absolute protagonist. We have already had the opportunity to describe the details, if not of the war, of the attitude of the Madeirense who once again (as it had been for the defence of the fort of São Jorge) took care to find himself in the position of an economic and/or moral creditor, who could exert direct pressure on the Portuguese Court. The key to this that continues to loom as a media-political tactic were the letters, the reports and in general the epistolary relations maintained directly with King John IV.

The process that involved him in the restoration of Portuguese rule in Pernambuco was not simple. A war with a high coefficient of difficulty that have been widely described, in which the great landowners invested literally all: energies, resources and men, and as in the case of Cavalcanti, also life.

In all of these three soul phases, there is one element that keeps returning: the media narrative.

It is impossible to know Vieira's level of education (if he ever received it), although the intense correspondence, as well as the extensive autobiographical documentation commissioned, suggest a certain familiarity and at least a basic literacy. The importance and attention that Vieira placed in correspondence for informational purposes, the attention to media details, lead to think that there was more than just a basic education. Without the historical certainty given by the sources, this remains a mere hypothesis:

«João Fernandes Vieira. Eu El Rei vos envio muito saudar. Entraste com tão bom zelo na empresa de libertar esse Estado da sugeição e captiveiro dos Hollandezes [...]. Estai muito certo que nem o vosso nome, nem os dos vossos filhos, se Deos for servido vo-los-

---

<sup>174</sup> Despite the fact that the above laws were promulgated by the Archbishopric of Lisbon.

-dar (como desejo), me hão de sahir mercê muito conforme aos merecimentos de vosso serviço. Por ora vos mandei fazer a merce que permite a estreiteza do tempo, e espero acrescentar-vo-la nas occasiões que se offerecerem. Escripta em Alcantara a 29 de Abril de 1654. Rei»<sup>175</sup>.

With the application of “sameness” and “selfhood” precepts, this paper enters now in more articulated dynamics. First, it’s relevant to start by setting the differential detail given by the context; depending on where, the hypothetical results could be different.

For example, respecting the chronological order, starting from the genealogical soul phase, in which Madeira determines the original environment, it seems clear the perceptive generation of “selfhood” that is concretized in the refusal of any parental reference, even when (according to Ferner’s suppositions) he could have drawn on a noble lineage, which would have been more functional in order to legitimize a social ascent that wanted to bypass the limits of the jurisdiction in force.

The total omission of his parental ties, therefore, leaves no room for other interpretations that do not assume humble origins and an unease of belonging, a selfhood consisting of a contraction, an emotional friction, born from the attrition between a mnemonic consciousness in contrast with and an acquired juridical identity that cannot afford not illustrious ancestors, by virtue of customs and traditions institutionalized in Vieira’s lifetime<sup>176</sup>. If the theory of kinship with the Ornelas-Muniz and the consequent change of name were to be true, then this would be an additional element at his service to legitimize the process of noble ascent. For an expert in media-information management, therefore, it would not be explainable why not take advantage of the opportunity. And in fact, it is not explained the zeal used to hide, if not erase (considering an almost total void), all his family ties and still make direct mention of both his parents in-laws: «Declaro que sou casado com D. Maria Cezar, filha legítima de Francisco Berenguer de Andrada, e da primeira sua mulher D. Joana de Albuquerque»<sup>177</sup>. Another important detail needs to be considered: Vieira proudly claim to have forged himself with the only help of the “dirty work of his hands” this carelessness goes in antithesis with his political strategy: «toda a fazenda que

---

<sup>175</sup> MELO, s.d., *Biographias*, Biblioteca de Ajuda, vol. II, n.º 82, fl. 2v., 52-X-6, cit. p. 13.

<sup>176</sup> Reference is made to the above-mentioned synodal constitutions, fundamental for a cultural reading of the context under analysis. It was a discriminating institutionalization which previously relied informally on discrimination to cultural uses, customs and traits but not precisely ethnic ones.

<sup>177</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 19.

posso adquirir com minha agência e indústria e com as mãos, que ficam sendo bens castrenses»<sup>178</sup>.

Thanks to this inconsistency it is possible to verify some of the article hypotheses. Already established a maniacal attention to his personal data; Vieira, lets go to a strong emotional response that affirms his practical work skills. He seems to admit that despite having worked manually and hard, he still managed to enter inside, not only the Pernambucan aristocracy but especially the Portuguese one. Vieira seems to consciously flaunt the fact that he has overstepped the legal limits of noble use and customs, yet he will never allow the truth about his parents to be known. He's almost mocking the system, but once again aware of the limits which will never allow him to reveal the identity of his parents.

A single element of belonging can result from the donation given in the testamentary deed in favour of the *Misericórdia da Ilha da Madeira*. However, two factors must be contextualized: it was a common custom of the elite at that time to donate in charity to ecclesiastical. In the same way it has to be considered the Madeirense origins regarding the family of the spouse: the Berenguer de Andrada<sup>179</sup>.

For what it concerns the Brazilian context, in the purpose of evaluating Vieira's emotional response, many variables that turn around the other two soul phases selected, namely the collaborationist and the insurrectionist, need to be considered. Starting from a general framework relating to a purely geographical parameter, or rather socio-geographical, guidelines have been identified that lead to see how the Pernambucan reality has been the favourite of Vieira that, in fact, in the apex of his career (the Angolan governorate) requested the transfer/return to the Brazilian *capitania*: «que se substituísse o governo do Maranhão que se lhe concedera, pelo de Angola; insistia pelo posto de almirante do estado do Brasil»<sup>180</sup>; he was prepared to renounce the possibility of exercising hegemonic rule in a delicate not only of the Atlantic chessboard but also within the African continent itself, as was Angola. Considering also the needs of the Angolan situation/issue,

«Portugal encontrava-se em uma situação bastante complicada, pois precisa dos missionários para recuperar as alianças no interior, nesse caso os capuchinhos tiveram um grande destaque, principalmente na conversão da rainha Nzinga, e na do Jaga Cassange, a onde os lusos recuperaram um grande mercado de escravos no sertão.

---

<sup>178</sup> We have already had the opportunity to directly quote the protagonist, but the abovementioned sentence is, too important ton not repropose it. «Testamento de João Fernandes Vieira», 1872, cit. pp. 19-20.

<sup>179</sup> SALVADOR, 1648, *O Valeroso Lucideno, e triumpho da liberdade*, vol. I, p. 334.

<sup>180</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira [...]*, cit. p. 311.

Apesar da conveniência, a Coroa teve várias restrições a entrada dos capuchinhos nas suas possessões na África Central, a prioridade eram dos missionários portugueses, as quais a Coroa teria que agir com muita cautela, pois a cultura política lusa favorecia os Jesuítas pelo fato deles terem dado apoio aos lusos na restauração de 1640»<sup>181</sup>.

On the basis of this, it is possible to deduce a clear sense of belonging to the Pernambucan context that arouses what is defined as “sameness”. The difficult part comes with the analysis of two phases, the aforementioned collaborationist and insurrectionist, lying in this same environment that, generally said to be of belonging, developing in both controversial dynamical moments, sometimes offering a coherent and positive sense of perception, then leaning towards the opposite psycho-emotional perception (or better proprioception) in the subsequent experience.

The collaborationist soul phase is a trajectory that saw Vieira inserting himself in the clientelist interactions of the new Flemish government. Although he had settled in the Pernambucan region for years (since the time of the previous Portuguese domination), the Dutch arrival and conquest of the territory pushed Vieira beyond the margins of social belonging. All the Lusophone inhabitants found themselves, in the aftermath of the Flemish settlement, to be “foreign bodies” to the new cultural customs, especially of religious nature.

More than strangers, foreigners in a land that gave birth to many of them, an anthropological aspect that helps psychological considerations. It is necessary to dwell on the concept of “foreigner”; Claude Meillassoux explains this notion by inserting it into an elementary social context: “domestic society”, making the outsider match the «not relative». The first to highlight this essential trait was Paul Bohannan in 1963<sup>182</sup>, also picked up by Émile Benveniste in 1969:

«Il senso primitivo [...] non è, come si sarebbe tentati di pensare, “liberato da qualunque cosa”; è quello dell'appartenenza a un ceppo etnico designato attraverso una metafora di crescita vegetale. Questa appartenenza conferisce un privilegio che lo straniero e lo schiavo non conoscono mai»<sup>183</sup>.

This aspect would lead to the hypothesis of a Vieira in the only possible emotional condition: the outsider. In fact, this would appear to be the case, given the ambiguous service held at the Dutch Government: delegations and advice of

---

<sup>181</sup> SOUZA, 2015, «João Fernandes Vieira e sua Relação com as Ordens Religiosas em Angola, 1658 a 1661», cit. p. 2.

<sup>182</sup> MEILLASSOUX, 1992, *Antropologia della schiavitù*, pp. 39-41.

<sup>183</sup> BENVENISTE, 1976, *Il vocabolario delle istituzioni indoeuropee* in MEILLASSOUX, 1992, *Antropologia della schiavitù*, cit. p. 29; a concept that concerns not so much consanguinity, but congeneration. The author refers to the Maninkas who can be identified in this way: «Ka wolo nyoronka, ka mo nyoronka»: thus to born together, to mature together.

an exclusively economic nature; the importance that Vieira came to acquire went through the possibilities offered by the commerce world and the experience which he could boast in this field. Only after a consolidated financial status could he have been considered in the nomination for an institutional post such as mayor.

For what concerns the insurrectionalist phase, well documented in the previous chapter, the investigation of the primary cause of participation is not essential in the detection of the senses and/or unease of belonging; but, if it were (among many) to highlight the main reason that convinced Vieira to intervene, it would be suggest to consider the ambitious, and sometimes opportunistic, nature that distinguished him. This soul phase, the insurrectionist phase, saw Vieira polarizing the social attention, just as it allowed him to crystallize his narrative personality through the consideration of his identity, and above all the conscious and self-conscious rework of his neurobiological systems.

What is supposed to be the attainment is the “awareness” that allowed the extension of a self. Precisely this projection led him to recommend the most appropriate rewards and assignments, as occurred in 1649 when Vieira found himself suggesting, to the restorer King John IV, to be invested with the title of count.

The social context determines legal identity; so, despite the career and the leading roles achieved, Vieira remained for many a «homem de baixíssima sorte»<sup>184</sup>.

«Avançando na compreensão entre ausência de padrão de concessão e a aplicação da casuística, parece-me fecunda a argumentação de José Pedro Paiva que propõe que a análise das relações entre os poderes secular e temporal possa ser captada levando em consideração as várias conjunturas que foram sendo criadas e atentando-se para o nível dos comportamentos dos indivíduos e/ou grupos que desempenharam funções na Igreja, no Estado ou em outras instâncias de poder. Nesses contextos, ocorreriam diversas decisões, negociações e conflitos, sendo ora favorecidos uns e prejudicados outros, mas permitindo sobretudo visualizar interesses individuais, familiares, de linhagens e de clientelas que foram construindo estratégias de ação e disputando em conjunturas variadas, para além de uma visão institucional enrijecida»<sup>185</sup>.

And it was precisely this field of action that Vieira preferred, within which he managed to make a difference out of the ordinary. The proprioceptions of the selfhood have pushed to extend himself beyond the legal-legislative limits. It was

---

<sup>184</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de Fevereiro de 1647, Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A e código 14, fls. 13v.-14, especially in relation to his origins: «homem baixo por nascimento». Arquivo da Casa de Cadaval, «Memórias», código 1081, fls. 155-156, consulta do Conselho de Estado de 7 de Fevereiro de 1656.

<sup>185</sup> OLIVEIRA, 2015, «A administração do Sacramento da Ordem aos negros na América Portuguesa: entre práticas, normas políticas e episcopais (1702-1745)», cit. p. 432.

an impeccable management of the forms of economic dependence in which a hegemonic and reference role was built from scratch, mixed with a meticulous care for a media information that is more than ever narrative, that made him an essential person both for the Dutch (in the collaborationist soul phase), and for the Portuguese (in the insurrectional pro-Lusophone soul phase); in general a polarizer and catalyser in Pernambucan social dynamics.

Not surprisingly Vieira distorted discriminatory prerogatives in use; not even the above-mentioned synodal constitutions stopped his career despite the multiple ethnic references that his contemporaries (rivals, political opponents, etc.) made.

The aura of mystery that João Fernandes Vieira not only contributed to, but even created, is entirely related to an ethnic issue. There are several contemporary sources that define his multiethnicity, that we hypothesize as evident to the visual consciousness or that, in any case, he could not hide, considering that the Dutch also refer to it:

«Alguns deles o conheceram pessoalmente: tal é o caso de Gaspar Dias Ferreira e do Rabino sefardim Isaac Aboab da Fonseca, que residiu no Recife de 1642 a 1654. O primeiro, em carta escrita em latim e dirigida ao conde João Maurício de Nassau, datada de Amsterdão, de 2 Outubro de 1645, diz-lhe que já devia estar informado da insurreção pernambucana pois era de crer tivesse recebido «a notícia [...] do crime e traição do mulato Vieira («notitiam [...] de scelere et perfidia illius mulati Vieira»), concluído com a frase do Evangelho: «no potest arbor mala, bonus fructus facere.» O segundo, em um poema composto em 1646 [...] escreveu acerca de Vieira: «É conhecido como um homem cruel e sua mãe é uma negra e do seu pai não se sabe o paradeiro.»»<sup>186</sup>.

French sources certify this in the same way. On two different occasions, Pierre Moreau states: «Iohan Fernandes Vieira Molate», and «Iolian Fernandes Vieira, Molate de naissance, esclave affranchy [...] sont pere estant Portugais»<sup>187</sup>. And still:

«O autor anônimo do *Diário ou Breve Discurso* chama-o de «mulato e bastardo» (ou, traduzindo literalmente, «de meio sangue negro, e bastardo»). O folheto intitulado *Extract ende Cope van verscheyde Brieven en Schriften, belangende de Rebellie der Paepsche Portugesen* chama-o de «mulaet», seguido pelo *De Brasilsche Breed-Byl* (O Machado do Brasil): «Ian Fernandes Vieira een mulato was», etc. Mais explícito é o folheto raro intitulado *Le Bon Voisin; c'est a dire le Portvgais* (1646): «Iean Fernandes Vieira premier & principal chef, le segnor Governador, est natif de l'isle de Madere. Fils d'un portugaes & d'un Negrinne, bastard par consequent & mulate», etc.»<sup>188</sup>.

<sup>186</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 24-25.

<sup>187</sup> MOREAU, 1651, *Histoire des Derniers Troubles du Bresil* [...], cit. pp. 44,48.

<sup>188</sup> A further example is given in the footnotes by Mello, in addition to this extensive list of examples: «um mulato, João Fernandes Vieira». MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. pp. 25-26.



This aspect, which springs from the maternal genealogy, represents the fulcrum of his impurity, harlot or not; the mother of Vieira, whether she was a slave or free, black (or hybrid), she gave him those exotic features that marked his aesthetic appearance.

In general, despite an overall sameness to the Brazilian context, in both of the selected soul phases, collaborationist and insurrectionalist, Vieira had to face an uneases of belonging. Despite the achievement of high institutional and military positions, the broad framework of that society, inside which Vieira's life and trajectory placed his narrative, is constituted by a strong selfhood. Following this interpretation, it is possible to justify the extraordinary media and political effort he made along his lifetime.

From an identity point of view, Vieira shaped his profile at will, editing, sometimes erasing or at least omitting, characteristics and origins that establish his own identity. This was certainly caused by a self-awareness that recognized himself as being incongruous with the parameters and requirements for public office access; in fact, Vieira lacked, considering that time mental frameworks, personal and familiar qualities.

It seems clear that João Fernandes Vieira was therefore born in selfhood (unease of belonging), that led him to emigrate, recreating a totally different "personality narrative". From there on, his trajectory adopts gradations and shades of the sameness module recreating a belonging that will bind him axiomatically to the Brazilian context (more than the Macaronese one), coexisting with a selfhood proprioception generated by the forms of society discrimination. Despite a more unique than rare success, the nuances of selfhood did not abandon him and remained a constant composition of a context lived as a foreigner, better outsider, during the collaborationist phase; this selfhood was constituted by forms of ethnic discrimination that continued to pursue him also and especially in those contexts (such as the Brazilian) in which, despite everything, a sense of belonging was ascertained too.

Once again, the possibility of being in the middle of a labyrinth is renewed; this sensation is useful to stimulate the reader, pushed to identify with the subject in analysis: João Fernandes Vieira, fighting between identity and consciousness. This malaise analysed by Michael Billig, from a psychological point of view, was discussed in the first chapter and lays at the base of the typical condition of each individual: an "internal conflict".

Can, therefore, sameness and selfhood coexist within the same life experience? It would seem so, and it is probable that this same coexistence causes the internal conflict.

Returning once again to the genealogical vacuum deliberately left by Vieira, although Felner hypothesizes a noble lineage, in this article, the Ornelas-Muniz genealogy will not find any support unless accompanied by scepticism. This approach that certainly creates more questions than answers could be more constructive than the obsessive search for reconstructions based on speculations. In fact, it is considered more functional a question left open rather than a statement, thesis or hypothesis, given for certain but that certainly does not manifest as an axiom. Also because not infrequently, vice versa quite common in the Atlantic space since the 16<sup>th</sup> century, documented requests of donations and concessions. Several Multiethnic progeny asked the King to be able to inherit the patrimony and/or the paternal profession of a deceased (usually of noble origins) white father by whom they had been designated<sup>189</sup>.

«João era filho natural do também Padre Inácio de Barcelos e de Felicia Tourinha, todos nascidos na cidade do Rio de Janeiro, e neto pela parte paterna de Luiz de Barcelos Machado e Caterina Machada, tinha como avós maternos Ventura de Paiva e Isabel da Rocha uma mulher “preta”. Todas as testemunhas inquiridas nas habilitações de gênero afirmaram conhecer João, dos 7 depoimentos 6 afirmaram que o habilitando nascera já sendo o pai clérigo, o mesmo número de depoentes atestou que sua mãe era uma mulata. Seis testemunhas também repetiram que seus avós paternos eram inteiros cristãos velhos da “melhor nobreza desta cidade”»<sup>190</sup>.

It makes little sense that Vieira did not draw on this possibility or claim a noble ancestry even though fallen. Emblematic fact considering that, on equal terms of requirements and conditions, or rather prohibitions – «proibindo-se a entrada de quem descendesse de mouro o judeu, ou fosse filho ou neto de mecânico»<sup>191</sup> – he did not miss an opportunity to point out that all that he achieved, he did it

---

<sup>189</sup> An operation that was more or less legitimate in relation to the legislation in force. For this reason, the Royal Court act ambiguously and not always allow the legacy of the heritage. Please refer to OLIVEIRA, 2015, «A administração do Sacramento da Ordem aos negros na América Portuguesa: entre práticas, normas políticas e episcopais (1702-1745)». From this source came out from multiple results arising from different experiences that have involved several protagonists. In *A administração do Sacramento da Ordem aos negros na América Portuguesa* the aforementioned Machado de Olivera offers numerous multiethnic experiences in which they claimed not only to inherit the heritage from a father but also more or less legitimate access requests to public offices.

<sup>190</sup> OLIVEIRA, 2015, «A administração do Sacramento da Ordem aos negros na América Portuguesa: entre práticas, normas políticas e episcopais (1702-1745)», cit, p. 418.

<sup>191</sup> MELLO, 2000, *João Fernandes Vieira* [...], cit. p. 314.

with the sweat and hard work of his hands; so it is not explainable how he was so reminiscent on his family ties.

It is only through self-awareness that João Fernandes Vieira managed to bypass a personal identity that the social narrative defined and limited within the ethnic, social and religious forms of discrimination (although the latter did not concern the case of Madeirense). On the basis of this hypothesis, it is clear that awareness was an essential element for personal emancipation passing through the individual and collective mnemonic consciousness.

Not surprisingly, analysing the subject, the philosopher John Locke already intuited this new dimension. Through the use and detection of two elements that lend themselves to the achievement of a deeper level, precisely with experience and reflection, Locke was able to discover the double bond able to unite identity and consciousness. By observing one's own experience in an almost detached way, the individual is able to obtain self-awareness.

João Fernandes Vieira's life experience offers the opportunity to consider how narrative-memory and social-narrative not always are well proportionated. Precisely, when not coherent, they create inconsistencies that are reflected in the interaction between mnemonic consciousness, on the one hand, and in juridical identity, on the other side of the ego.

In this regard, it is possible to explain Vieira's trajectory in Physics terms; to facilitate the understanding of his path, Schrödinger's theories can be borrowed, which explains well a phenomenon, that of particles diffusion so that as their number increase, the result will be increasingly coherent, while analysing an individual experience; the line drawn by the single particle is dictated by randomness and inconsistency.

«Se con della nebbia [...] riempite la parte inferiore di un recipiente di vetro chiuso, vi accorgete che il limite superiore della nebbia gradualmente si abbassa con una velocità ben definita [...]. Ma se voi fissate la vostra attenzione, con l'ausilio di un microscopio, su di una particolare gocciolina, trovate che essa non cade regolarmente con velocità costante, ma esegue dei movimenti molto irregolari, i cosiddetti moti browniani, i quali corrispondono a un regolare abbassarsi soltanto in media»<sup>192</sup>.

Here the physical phenomenon is also reflected in the human dimension of social interactions that disregard the laws that must order the juridical society. Inside the personal analysis, the narrative can develop a peculiar trajectory that goes

---

<sup>192</sup> SCHRÖDINGER, 1995, *Che cos'è la vita? L'aspetto fisico della vita delle cellule*, cit. pp. 31-32.

beyond the imposed canons and therefore becomes incoherent with the ordinary, especially with the legal order.

The multidisciplinary of this article serves as an aid to the understanding of the multiethnic trajectory and multicultural experience of Vieira. Neurophysiology, in particular, presents, if not clarifies, aspects and details that elude historical analysis. The emotional responses that result as real facts in the available documents, the events and the positions taken, acquire a functional logic if inserted in the competent contexts. For this reason, it was considered useful to break down through a methodology that could separate and isolate what Quinton defines as soul-phases, that have highlighted different and overlapping emotional responses of belonging, discomfort and marginalization. All guided by an extended self, at the service of an awareness, according to neurological studies, which is axiomatically suitable to extend to future projections inside a quantum dimension. Not for nothing, «the heart activity patterns in the pre-stimulus period predicted the randomly generated outcome by as much as 12 to 14 seconds»<sup>193</sup> as we can see, self-consciousness possesses the ability of quantum action in the future.

The difference between a conscious individual and another individual aware lies in the prediction, at times visionary, of the narrative impact both personal and collective that one (aware) considers to be able to shape, while the other (conscious) does not perceive entirely possible through the personal action. Two modules, also of the soul, that reveal a first step, the conscious one, in which the actor could be said to be stoic in the limiting sense of the term, that is to say, determines his movements within the legal boundaries; in awareness, on the other hand, it would be possible to acquire a control of the surroundings and of one's own abilities to overcome forms of dependence/discrimination as it has been seen evident for Vieira's case.

Following the same principle, we propose again the notions of Michael Gazzaniga that defines «unsung hero»<sup>194</sup> as that self-conscious control centre, able to store and sort information and fragments useful for establishing self-conscious reaction for any eventuality. Not only that, the author refers to this autonomy that allows to have «acceso únicamente al producto de estos módulos cerebrales, pero no al proceso mismo»<sup>195</sup>, a modularity that guarantees a parallel operation. A function that only later is detected by what the author calls «módulo "intérprete"»<sup>196</sup>.

---

<sup>193</sup> BRADLEY, 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», cit. p. 200.

<sup>194</sup> Referring to the aforementioned parietal lobe. GAZZANIGA, 1998, *The Mind's Past*, cit. p. 110.

<sup>195</sup> GAZZANIGA, 1993, *El cerebro social*, cit. p. 16.

<sup>196</sup> GAZZANIGA, 1993, *El cerebro social*, cit. p. 18.

This the most useful contribution of the neurologist concerns the understanding of the function of this “awareness”. As a result, individuals (in our case Vieira), regulate the management of the social environment in a dual aware and self-conscious action so that they can project her/himself in the short and long term of her/his context<sup>197</sup>.

The ultimate goal of this work consists precisely in highlighting awareness as a further stage emerging from conscious and self-conscious union that, through identity analysis, arrives at the emancipation of the individual. This stated axiom trivially helps the understanding of a sort of legerdemain, more or less subversive, certainly aimed at overcoming systems and parameters, limits and requirements; regularizing, in an exclusive and discriminatory way, the access to offices. Considering the highly hierarchical social typology, not only aristocratic but above all patrician, the ascending trajectory of João Fernandes Vieira is outstanding, tracing an emancipation path exploiting a media-narrative strategy. In the overall of these multiple elements already arose ahead as biological protagonists of conceiving the concepts related to self and what surrounds, Vieira developed a strategy of management but above all of disclosure of personal and collective information. An exploitation of news that manifests not only with the biographical commissions, but also with accurate epistolary relations maintained with institutional leaders, in particular with the King of Portugal, John IV.

In conclusion, consciousness can be defined as a sensorial function of collection and partial reworking of data. The more developed it is, the less space will allow to the subconscious to act in an almost passive self-conscious way; on the contrary, a discreet management of information will lead to the intelligent development of a properly active consciousness. And it is here that awareness, which draws on both components (conscious and self-conscious) will materialize, for more profound, effective and incisive results. This is how awareness becomes a module for actively building our personality: within a system constantly influenced by information from external experiences that leads one to «coadyuvar pero no determinar por completo el fenómeno de referencia social que supone la identidad»<sup>198</sup>.

This voluntary construction of identity allows to model an “active personal narrative”, at the contrary a “passive personal narrative” will follows contextual guidelines without using consciously all the neurological functions of our organism, which also represents the starting point stage of human condition. The episte-

---

<sup>197</sup> GAZZANIGA, 1993, *El cerebro social*, cit. pp. 19-20.

<sup>198</sup> J ARGÜELLES SAN MILLÁN, GASTÉLUM VARGAS, GONZÁLEZ GRANDÓN, 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», cit. p. 222.

mological application of identity and consciousness gives a broad sense, because multidisciplinary, to the features and unique properties of the multiethnic trajectory of João Fernandes Vieira.

## Sources and Bibliography

- ARCIERO, G., 2005, *Estudios y diálogos sobre la identidad personal: reflexiones sobre la experiencia humana*, Buenos Aires, Amorrortu.
- ARGÜELLES SAN MILLÁN, J.M., GASTÉLUM VARGAS, M., GONZÁLEZ GRANDÓN, X., 2016, «Autoconciencia e Identidad: dos fenómenos independientes», in *Cerebro subjetividad y libre albedrío: discusiones interdisciplinarias sobre neuroética*, edited by M. Giordano, R. E. Mercadillo, J. L. Díaz Gómez, Mexico City, Herder, UNAM.
- Arquivo da Casa de Cadaval, «Memórias», código 1081, fls. 155-156, consulta do Conselho de Estado de 7 de Fevereiro de 1656.
- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, código 275, fl. 163.
- Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco, papéis avulsos, caixa 3-A e código 14.
- BAUCELLS MESA, S., 2003, «Historiografía y etnohistoria. Las fuentes narrativas canarias y el estudio del contacto entre aborígenes y europeo», in *Tabona: Revista de Prehistoria y de Arqueología*, n.º 12, pp. 225-250.
- BENVENISTE, E., 1976, *Il vocabolario delle istituzioni indoeuropee*, Torino, Einaudi.
- BERMUDEZ, J.L., 1998, *The paradox of self-consciousness*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, Fundo Geral, caixa 27, doc. 76.
- BLOCH, M., 1921, «Fausses nouvelles de la Guerre (Les réflexions d'un historien sur les)», in *Revue de Synthèse Historique*, vol. 7, n.º 13.
- BRADLEY, R.T., 2011, «Resolving the enigma of nonlocal intuition: a quantum-holographic approach», in *Handbook of Intuition Research*, edited by M. Sinclair, Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- COHEN A. P., 1994, *Self Consciousness: An Alternative Anthropology of Identity*, London, Routledge.
- DÍAZ GÓMEZ, J.L., 2016, «Cerebro, voluntad y libre albedrío», in *Cerebro subjetividad y libre albedrío: discusiones interdisciplinarias sobre neuroética*, edited by M. Giordano, R. E. Mercadillo, J. L. Díaz Gómez, Mexico City, Herder, UNAM.
- EDELMAN, G., TONONI, G., 1998, «Consciousness and complexity», in *Science*, vol. 282, no. 5395, pp. 1846-1851.

- EDELMAN, G., TONONI, G., 2000, *A Universe of Consciousness: How Matter Becomes Imagination*, New York, Basic Books.
- FIGUEIRÔA-RÊGO, J.D., OLIVAL, F., 2011, «Cor da pele, distinções e cargos: Portugal e espaços atlânticos portugueses (séculos XVI a XVIII)», in *Tempo*, vol. 15, n.º 30, pp. 115-145.
- GALLAGHER, S., GAZZANIGA, M., 1998, «The neuronal platonist, Michael Gazzaniga in conversation with Shaun Gallagher», in *Journal of Consciousness Studies*, vol. 5, nos. 5-6, pp. 706-717.
- GÁVILAN, J., 2012, *Cerebro, mente y conciencia: mecanismos cerebrales de la identidad personal*, Biblioteca Nueva, Madrid.
- GAZZANIGA, M., 1998, *The Mind's Past*, Berkeley, University of California Press.
- GAZZANIGA, M.S., 1993, *El cerebro social*, Madrid, Alianza Editorial, S.A.
- «Gente das Ilhas na Guerra da Restauração», 1942, in *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. II, Lisboa.
- GERGEN, K.J., 2006, *El yo saturado: dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*, Barcelona, Paidós.
- HEIDEGGER, M., 1987, *Seminari di Zollikon*, Napoli, Guida.
- JESUS, Fr. Rafael de, 1679, *O Castrioto Lusitano*, lib. I, Lisboa.
- LAMEGO, A., 1913, «Papéis Inéditos sobre João Fernandes Vieira», in *RIHB*, t. 75, 2.ª parte, Rio de Janeiro.
- LIBET, B., 2004, *Mind Time. The temporal factor in Consciousness*, Boston, MA, The President and the Fellows of Harvard College.
- MEILLASSOUX, C., 1992, *Antropologia della schiavitù*, Milano, Mursia.
- MELLO, J.A. Gonsalves de, 2000, *João Fernandes Vieira: Mestre-de-Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MELO, A. Joaquim de, 1856-1858, *Biographias de Alguns Poetas e Homens Illustres da Provincia de Pernambuco*, vol. II, Recife.
- MELO, Antônio Joaquim de, s.d., *Biographias*, Biblioteca de Ajuda, vol. II, n.º 82, fl. 2v., 52-X-6.
- MOREAU, P., 1651, *Histoire des Derniers Troubles du Bresil. Entre les Hollandois et les Portugais. Par Pierre Moreau, natif de la ville de Parrey en Charollois*, César de Bourbon duc de Vendôme, Parigi, Augustin Courbé (libraire).
- OLIVEIRA, A.J. Machado de, 2015, «A administração do Sacramento da Ordem aos negros na América Portuguesa: entre práticas, normas políticas e episcopais (1702-1745)», in *Revista de História Juiz de Fora*, vol. 21, n.º 2, pp. 415-442.

- QUINTON, A.M., 1962, «The soul», in *The Journal of Philosophy*, vol. 59, no. 15.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, M., 2003, *El problema de la identidad personal: más que fragmentos*, Madrid, Biblioteca Nueva.
- SALVADOR, Frei M. Calado do, 1648, *O Valeroso Lucideno, e triumpho da liberdade*, vol. I, Lisboa, Paulo Craesbeeck.
- SANTIAGO, D. Lopes de, 1943, *Historia da guerra de Pernambuco e feitos memoraveis do Mestre de Campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*, Recife, Governo de Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco – CEPE.
- SCHRÖDINGER, E., 1995, *Che cos'è la vita? L'aspetto fisico della vita delle cellule*, Piccola biblioteca Adelphi.
- SOUZA, L. Nascimento de, 2015, «João Fernandes Vieira e sua Relação com as Ordens Religiosas em Angola, 1658 a 1661», in *XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares de Historiadores: velhos e novos desafios*, Florianópolis, 27-31 Julho.
- SPENCE, D.P., 1984, *Narrative Truth and Historical Truth: Meaning and Interpretation in Psychoanalysis*, New York, Norton.
- «Testamento de João Fernandes Vieira», 1872, in *Revista do instituto arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, n.º 25, Recife.
- VERÍSSIMO, N., 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Coleção História da Madeira, 1, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VITI, F., 2007, *Schiavi, servi e dipendenti: antropologia delle forme di dipendenza personale in Africa*, Milan, Cortina.
- WIGGINS, D., 1980, «Locke, Butler and the Stream of Consciousness: and Men as a Natural Kind», in *Sameness and Substance*, edited by A.O. Rorty, Oxford, Basil Blackwell.
- ZEKI, S., 1995, *Una visión del cerebro*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.



## Aspetos do Quotidiano na Tabua dos Séculos XVII e XVIII: O Morgadio do Capitão Diogo Afonso de Aguiar como Unidade Económica e de Poder Familiar<sup>1</sup>

Aspects of Daily Life in 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> Centuries Tabua Parish:  
Captain Diogo Afonso de Aguiar's "Morgadio" as an Economic  
and Family Power Unit

*Teresa Florença<sup>2</sup>*

### Resumo

A Tabua era, no século XVII, um pequeno núcleo populacional que se tinha fixado nas exíguas margens e vertentes da ribeira que a atravessa. A vida decorria ao sabor do tempo, das condições climáticas, das cheias, que em tempo invernosos paravam a localidade.

---

<sup>1</sup> Abreviaturas e siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; APEF – Arquivo do Paço Episcopal; ATAF – Autoridade Tributária/Assuntos Fiscais; Cf. – Confira; CHR – Chancelaria Régia; CMFUN – Câmara Municipal do Funchal; CMPTS – Câmara Municipal da Ponta do Sol; CNSEF – Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal; CSCF – Convento de Santa Clara do Funchal; CSF – Cabido da Sé do Funchal; cx. – caixa; DSIEV – Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal; fl(s). – fólio(s); JRC – Juízo dos Resíduos e Capelas; JRE – Juízo do Resíduo Eclesiástico; JUD – Judiciais; MCO – Mesa da Consciência e Ordens; NOT – Notários; p(p). – página(s); PJRFF – Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal; PRQ – Paroquiais; REFFUN – Repartição de Finanças do Funchal; RGM – Registo Geral das Mercês; TSO – Tribunal do Santo Ofício; v. – verso; vol(s). – volumes. Nas citações e transcrições documentais, no corpo de texto e em rodapé, a grafia foi atualizada.

<sup>2</sup> Professora de História da Cultura e das Artes, da Escola Secundária Jaime Moniz. Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1986. Mestre em História pela Universidade da Madeira em 2000, com a dissertação *O Movimento Republicano na Madeira 1882-1913* (2004, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico). Tem estudos publicados na área da história da imprensa madeirense: *Terra de jornais: A Imprensa Pontassolense 1909-1923* (2007, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais e Arquivo Regional da Madeira) e *Imprensa Republicana Madeirense 1880-1826* (2010, Centro de Estudos de História do Atlântico). Ao nível das instituições vinculadas, refere-se o estudo de caso: «Uma Fazenda em Santo António e seus Administradores: Subsídio para o Estudo das Instituições Vinculadas na Madeira (Séculos XVI-XIX)», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 2*, pp. 81-143. Contacto: [teresaflorenca@hotmail.com](mailto:teresaflorenca@hotmail.com).

Tratava-se, então, de um microcosmo onde ricos e pobres se interligavam em relações de dependência centradas na terra. Para os mais abastados a vida era desafogada. A produção vinícola, a criação de gado e a pesca foram os alicerces económicos das suas casas. Para os outros, o quotidiano era de subsistência.

Hoje, a capela de Nossa Senhora da Conceição, erguida na margem direita da ribeira, simboliza uma parte dessa história. Do património antigo pouco resta, mas guarda a pedra tumular do fundador, o capitão Diogo Afonso de Aguiar e da sua mulher, Maria de Ornelas Florença.

Com este estudo de caso pretende-se entender a fixação da população numa pequena zona rural, os seus grupos sociais, como viviam e se complementavam, entender a posse da terra, pelas relações que motivou, como sustentáculo de quem a trabalha ou a possui. Conhecer as especificidades do morgadio do capitão Diogo Afonso de Aguiar, a sua gestão no tempo como unidade económica, e as estratégias implementadas para a manutenção do poder da família, assim como as suas contradições, são outros objetivos que propomos.

**Palavras-chave:** Ilha da Madeira; Tabua; Instituições Vinculares; “Morgadios”; “Capelas”; Património.

### **Abstract**

In the 17<sup>th</sup> century, Tabua was a small population center that settled on the narrow banks and slopes of the stream that crosses it. Life flowed according to the weather, weather conditions, floods, which in winter brought the town to a standstill.

It was, then, a microcosm where rich and poor intertwined in relationships of dependency centered on the land. For the more affluent, life was unencumbered. Wine production, cattle raising and fishing was the economic foundations of their homes. For others, everyday life was subsistence.

Today, the chapel of Nossa Senhora da Conceição, built on the right bank of the stream, symbolizes part of that history. Little remains of the old heritage, but it still houses the tombstone of the founder Captain Diogo Afonso de Aguiar and his wife, Maria de Ornelas Florença.

The aim, with this case study, is to understand the population’s settling in a small rural area, their social groups, how they lived and complemented each other, to understand land ownership, by the relationships it motivated, as a support for those who work or own it.

Knowing the specificities of Captain Diogo Afonso de Aguiar’s estate, its management over time as an economic unit, and the strategies implemented to maintain the family’s power, as well as its contradictions, are other objectives that we propose.

**Keywords:** Madeira Island; Tabua; “Morgadios” Entails; Chantries; Heritage.

## Parte I. O Lugar da Tabua

### Crescer nas Margens de uma Ribeira

O lugar da Tabua, ou paróquia da Santíssima Trindade, como é designado em muitos documentos antigos atendendo ao seu orago, no início do século XVI, era constituído por um pequeno núcleo populacional, que se instalara junto da ribeira e pelas encostas.

Documentos de natureza religiosa, facultam alguns dados demográficos e permitem perceber o seu crescimento.

Figura 1 – A ocupação da Tabua foi condicionada pela ribeira que a atravessa.



Fonte: ZIEGLER, Jakob Melchior (cartógrafo); STEINER, P. (gravador) & LEUZINGER, Rudolf (gravador), 1856, *Physical Map of the Island of Madeira*, Londres, E. Stanford, disponível em <https://www.e-rara.ch/zut/content/titleinfo/11639697>, pormenor.

Conforme atesta uma certidão do mestre Nuno Cão, deão e vigário-geral da Sé do Funchal, que data de 29 de julho de 1518, Pedro Afonso, vigário da igreja da Trindade da Tabua, servira a «dita vigairaria» nos dois primeiros «quartéis» desse ano e tinha dito «as Missas dos Infantes»<sup>3</sup>. Era a justificação para que lhe fosse pago o mantimento, o que confirma a existência de serviço religioso na localidade.

<sup>3</sup> ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 76, n.º 108, fl. 1v.

Anos mais tarde, em 1577, o vigário continuava a usufruir anualmente, para seu sustento, dessa quantia que foi acrescentada em 8\$700 réis, por alvará régio, para perfazer 20\$000. O motivo foi o aumento populacional que se verificara. A Mesa da Consciência e Ordens tinha decidido, para o bispado da Madeira, que os vigários das paróquias que tivessem «de cem fogos para baixo» recebessem a dita quantia, sendo o pagamento extensivo ao padre da Tabua. Contaram-se então «na dita freguesia 53 fogos»<sup>4</sup>.

O padre, considerado «idóneo e suficiente» pelo bispo do Funchal, receberia o novo mantimento, mas ao aumento acrescentaram-se outros deveres. Deveria cumprir todas as suas obrigações, inclusive «ensinar doutrina cristã ao povo, aos tempos e pela maneira que o prelado ordenar». E caso não o fizesse corria o risco de ganhar menos «quatro mil réis por cada ano». Ficava também obrigado a celebrar aos sábados as «missas dos Infantes», mas pelas quais não receberia coisa alguma<sup>5</sup>.

Duas décadas depois, um novo recenseamento de 1598 revela um crescimento da população. Existiam na Tabua 74 fogos e 264 «pessoas de Sacramento» e um número incógnito de crianças com menos de sete anos de idade<sup>6</sup>.

No século XVII, o território, com exceção das zonas mais altas da serra, estava ocupado de modo disperso. Aqui e ali existiam pequenos núcleos populacionais que se fixaram para o trabalho agrícola nas terras do senhor, com o estatuto de caseiros, ou em terra própria. As melhores estavam já nas mãos dos mais abastados, quer nas zonas mais baixas da localidade, quer nas altas.

As populações fixaram-se encosta acima até aos limites da serra, conforme atestam os primeiros registos paroquiais que temos conhecimento. Morava-se ou trabalhava-se a terra, junto ao mar e pelas encostas. Em sítios como o Zimbreiro, o Lugar da Serra, a Ribeira da Caixa, o Pico do Ferreiro, o Cabouco do Feio, a Corujeira, as Ladeiras, a Ribeira da Tabua, o Pomar, o Barbusano, o Bouqueirão, a Junqueira, o Cascalho, entre outros locais muitas vezes identificados, pelos nomes dos proprietários.

No primeiro quartel do século XVIII surgem novos dados relativos à população da freguesia, que tinha então 250 fogos e 954 almas<sup>7</sup>.

A orografia naturalmente terá condicionado a ocupação do solo, sobretudo pelo seu declive, pela dificuldade em sustentar as terras em tempo invernosos. Essas con-

---

<sup>4</sup> ANTT, CSF, mç. 13, n.º 47, fl. 1.

<sup>5</sup> ANTT, CSF, mç. 13, n.º 47, fl. 1v.

<sup>6</sup> GOMES, 1933, «Recenseamento dos fogos Almas, Freguesias e mais Igrejas que tem da Madr.<sup>a</sup> tirado pellos rois das Confições, assim em geeral como em particular», p. 34.

<sup>7</sup> NORONHA, 1996 [1722], em *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da Diocese do Funchal na ilha da Madeira*, refere que em 1722 existiam 250 fogos e 954 almas, p. 219.

dicionantes foram sendo alteradas à medida que foi implementada a construção dos poios, que travavam a erosão, a escorrência provocada pela chuva e criavam núcleos de solo arável<sup>8</sup>. Mas também aconteceu a ocupação do exíguo território junto à praia, na foz da ribeira, apesar da vulnerabilidade causada pelas cheias e pelo ataque de corsários.

O mar facultava o acesso ao barco, ao meio de transporte em direção à cidade e a outras freguesias, melhor possibilidade de obtenção de recursos através da atividade piscatória, e o abastecimento e escoamento de produtos agrícolas.

Dividida de norte a sul por «uma furiosa ribeira»<sup>9</sup>, a Tabua teve de aprender a conviver com as suas cheias que, em tempo invernosos, não permitiam as deslocações locais. As comunicações por terra com outros povoados eram naturalmente difíceis, por veredas e caminhos que ao longo do tempo foram sendo construídos.

Figura 2 – A freguesia da Tabua em 1969



Fonte: ABM, Colecção Fotográfica do Arquivo e Biblioteca da Madeira (COLFOT), n1789.

<sup>8</sup> Vide BRANCO, 2019, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, pp. 28-31, sobre a importância da construção dos poios na ilha para a produção agrícola.

<sup>9</sup> NASCIMENTO, 1949, *Os Pedreiros Livres na Inquisição e Corografia insulana*, p. 67.

Apercebemo-nos dessas dificuldades de comunicação através de um alvará régio de 1621, que responde a um pedido do vigário da igreja paroquial. O padre queixara-se ao rei do trabalho que tinha em deslocar-se ao almoxarifado da cidade cobrar a «ordinária de pão e vinho», que recebia em cada ano a referida vigairaria, por «distar quatro léguas daquele lugar»<sup>10</sup>.

Por esse motivo o rei decidiu que esse pagamento fosse efetuado na vila da Ponta do Sol. Mandou que os rendeiros, a quem fossem arrematadas as rendas da vila, lhe pagassem, «no tempo da novidade», como faziam em relação ao clero das igrejas da Ponta de Sol. E as contas seriam posteriormente acertadas com o almoxarifado do Funchal<sup>11</sup>.

Mais de um século depois, os problemas de deslocação mantinham-se. O padre António Miguel pede ao rei a criação de um novo curato na igreja da Santíssima Trindade, apresentando os motivos. O alvará régio de 2 de julho de 1743 teve em consideração os seus argumentos. A Tabua é referida no documento como um lugar «muito fragoso e de ásperos caminhos para se decorrer por eles situado entre duas caudalosas ribeiras»<sup>12</sup>.

Conforme se explica, não havia clérigo algum para ajudar nas confissões e um só vigário não poderia satisfazer as necessidades paroquiais das mais de «mil pessoas entre maiores e menores», o que ainda era pior no inverno, quando os sacerdotes das paróquias circunvizinhas não podiam transitar «impedidos pelo curso das águas das ditas ribeiras»<sup>13</sup>.

Atendendo às circunstâncias, foi colocado na paróquia um cura, Bartolomeu António Homem de Abreu, que passou a usufruir da cõgrua de um moio e meio de trigo e pipa e meia de vinho, pagos pela Real Fazenda «na renda dos dízimos dos frutos da terra»<sup>14</sup>.

No ano seguinte, em 1744, Bartolomeu apresenta uma petição ao rei para que lhe fizesse mercê de «certa porção» em dinheiro, acrescentando o que recebia em géneros, como acontecia com os outros curas, pois tinha um trabalho «muito maior» pelo facto da paróquia ser «muito extensa»<sup>15</sup>.

A atestar o perigo que a ribeira representava, para quem vivia nas margens, está a aluvião de 9 de outubro de 1803 que devastou a Tabua durante a noite. A descrição

---

<sup>10</sup> ANTT, CSF, mç. 15, n.º 34, fl. 1.

<sup>11</sup> ANTT, CSF, mç. 15, n.º 34, fl. 1.

<sup>12</sup> ANTT, CSF, mç. 15, n.º 63, fl. 2v.

<sup>13</sup> ANTT, CSF, mç. 15, n.º 63, fls. 2v., 3.

<sup>14</sup> ANTT, CSF, mç. 15, n.º 63, fl. 3.

<sup>15</sup> ANTT, CSF, mç. 15, n.º 63, fl. 1.

do vigário Manuel Pinto é elucidativa: «foi tanta a chuva nesta freguesia, que cresceu a ribeira de tal sorte que passou fora dos seus limites, e deu tanta perda que muitos moradores ficaram inteiramente pobres por lhes levar o seu sustento que eram os inhames»<sup>16</sup>.

A ribeira destruiu várias fazendas e vinhas, assim como as três pontes, arrasando os sítios onde se localizavam, de tal modo que a sua reconstrução não poderia ser efetuada «sem grande soma de dinheiro», explica o padre<sup>17</sup>.

«A Igreja esteve em perigo de padecer uma grande ruína, porém foi Deus servido de escapar»<sup>18</sup>. Ficou «incomunicável porque a entrada para ela tudo a ribeira levou»<sup>19</sup>. Apesar da destruição salvaram-se as vidas, pois como relata Manuel Pinto, «não morreu pessoa alguma o que se atribuiu a milagre da Senhora Mãe de Deus»<sup>20</sup>.

### A Igreja e a Toponímia nos Documentos Antigos

Os documentos, tanto o de 1518, de Nuno Cão, como os que se seguem, indicam que existia na Tabua um templo antigo, que já se denominava igreja da Santíssima Trindade. Mas, por razões que desconhecemos, foi edificado outro no fim do século XVI. A vontade expressa por Domingos Alves, e registada no livro de óbitos a 25 do mês de outubro de 1593, assim o confirma.

Casado com Maria Delgada, manifesta no seu testamento o desejo de ser enterrado na igreja da Santíssima Trindade, «se estivesse já benta», mas a conclusão da obra não se fez a tempo de concretizar o seu desejo. Conforme escreve no óbito o vigário Manuel de Espínola, por ainda não estar terminada foi enterrado na ermida da Madre de Deus «que serve de paróquia». Mas, Domingos Alves, prevendo esse contratempo, decidiu também o futuro. Quando estivesse pronta, o seu corpo deveria ser tresladado para a «igreja nova», contemplando-a com 100\$000 réis para obras<sup>21</sup>.

Um ano depois o templo ficou concluído. As primeiras pessoas a serem enterrados ali foram: a menor, Cecília, e a sua mãe, mulher de Pascoal Pires, que faleceram a 27 de fevereiro de 1594<sup>22</sup>, pelo que se conclui que nesta data o templo estava benzido. No entanto, apesar da existência da igreja, verifica-se que alguns enterramentos

---

<sup>16</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 430, fl. [140v].

<sup>17</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 430, fl. [140v].

<sup>18</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 430, fl. [140v].

<sup>19</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 430, fl. [140v].

<sup>20</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 430, fl. [140v].

<sup>21</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fls. 4-5.

<sup>22</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 5v.

continuaram a ser efetuados nas capelas da Tabua, como Maria Esteves, em 1604, que foi sepultada na Ermida da Apresentação «por assim o pedir»<sup>23</sup>.

O padre Fernando Augusto da Silva escreve em 1946 que o templo que existia tinha sido destruído por uma aluvião, situando-o em frente à capela da Conceição. Acrescenta ainda que um «mandado do Conselho da Fazenda de 22 de outubro de 1675 determinou que se procedesse à edificação de um novo tempo»<sup>24</sup>, mas desconhece se as obras tiveram início nessa data e se a construção se prolongou no tempo. Conclui que a inscrição existente na frontaria da Igreja, «Rei Dom Pedro 1696», «é certamente a data da conclusão do edifício»<sup>25</sup>. A propósito, Henrique Henriques de Noronha refere, em 1722, que a igreja paroquial da Santíssima Trindade tinha sido «reedificada de novo há poucos anos, pela piedade del rei D. Pedro II»<sup>26</sup>.

No que diz respeito à toponímia do lugar, o já referido documento de 1518 acrescenta também alguns pormenores. Na certidão de Nuno Cão utiliza-se o vocábulo «atabua», mas no sumário apostado ao documento emprega-se a palavra «Tabua». Desconhece-se a data do mesmo, mas atendendo à caligrafia terá sido posterior<sup>27</sup>.

Figura 3 – Igreja paroquial da Santíssima Trindade da Tabua, entre 1991-1996.



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Artur Campos Fotógrafo, ACF/120.

<sup>23</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 13v.

<sup>24</sup> Cf. SILVA & MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 342.

<sup>25</sup> Cf. SILVA & MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. III, p. 342.

<sup>26</sup> NORONHA, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da Diocese do Funchal na ilha da Madeira*, p. 219.

<sup>27</sup> ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 76, n.º 108, fls. 1, 1v.



Nos primeiros registos de batismo na igreja da Santíssima Trindade existentes, efetuados pelo vigário Manuel de Espínola, e que datam de 1587, emprega-se «Tabua», mas em 1624<sup>28</sup> encontramos o vice-vigário, António Velho de Amil, a usar «Atabua».

As diferentes grafias foram sendo utilizadas ao longo do tempo: o alvará régio de 1743 regista «Atabua» e a petição do cura Bartolomeu, de 1744, «Tabua»<sup>29</sup>. O mesmo aconteceu nos registos paroquiais, que foram escritos ao gosto dos clérigos que ali exerceram, impondo-se a designação Tabua, em termos de escrita, em 1838, a partir do padre António Francisco Drumond de Vasconcelos.

### A Terra: Da Sobrevivência à Fonte de Excedentes

Nos séculos XVI-XVII a terra constitui, para a maioria dos indivíduos que vivem na localidade, o principal meio de subsistência. Para os camponeses, deter uma courela é a garantia da sobrevivência da família. É no bocado de terra que se engendra a casa palhaça, coberta de colmo. É também na terra alheia, na do senhor, que a edificam e encontram trabalho.

Para os mais abastados, detentores das melhores áreas agrícolas, a posse da propriedade ultrapassa a mera questão de matar a fome. É a possibilidade de arrecadar excedentes e de obter outros rendimentos. Alguns produtos, pelo seu valor comercial, entraram no circuito mercantil nacional e internacional, como é o caso do açúcar e do vinho.

É na fazenda que os maiores proprietários edificam o que designam por aposento, normalmente composto pela casa principal, ou casa-mãe e outras casas de menores dimensões e dependências como o moinho e o lagar.

A casa acolhe a família alargada, e é com ela que alguns dos seus membros se identificam e escolhem viver até ao fim da vida. Em alguns casos, era edificada uma capela para o culto privado quotidiano e para celebrações, como missas, casamentos e batizados. Servia também, no fim da vida, como última morada<sup>30</sup>.

Atendendo à orografia e à escassez de terra junto das moradias, como acontecia em outras partes da ilha, os mais ricos possuem outras fazendas dispersas por lugares da freguesia da Tabua, ou em outros locais, incluindo zonas de serra, os montados, fonte de madeiras e espaço para pastagens.

---

<sup>28</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 104v.

<sup>29</sup> ANTT, CSF, mç. 19, n.º 64 fl. 2v.

<sup>30</sup> Vide ROSA, 2005, *As almas herdeiras* [...], p. 13, relativamente à edificação da capela: «o mais importante de todos estes bens era a própria capela. Uma espécie de “casa da alma”, prolongava a casa que abrigara os corpos físicos dos seus fundadores».

Ao longo do tempo, as referências à terra são diversas e com significados diferentes: o termo «fazenda» pode, ou não, significar maior ou melhor localizada. Há no entanto a utilização de outros vocábulos que são empregues em relação a outros terrenos de menor importância e que são designados por «pedaços» ou «bocados» de terra.

Em termos de produção, e para efeitos de avaliação de propriedades aquando de compra, venda ou partilhas, distinguem-se ainda as terras «semeadiças», «de vinhas», «de cana», «de inhame» e os «pomares», ou «terra de fruta» e cujo valor varia consoante o tipo de produção.

Tudo indica que as terras atribuídas por sesmaria ou compradas teriam maiores dimensões nos primeiros séculos de colonização, mas que ao longo do tempo se foram fragmentando, em especial por questões de heranças, dotes e encargos pios. São comuns as situações em que filhos herdavam bocados de terras que se confrontam entre si, revelando que tinham integrado uma única propriedade.

Para além da sociedade civil, as instituições religiosas também são detentoras de propriedades na Tabua, funcionando como um senhorio, com contratos de arrendamento semelhantes a outros. Como exemplo refere-se o Convento de Santa Clara do Funchal. Algumas fazendas deram entrada na instituição como dote e heranças de noviças, por arrematações e ou execução de dívidas que tinham sido contraídas por empréstimos e cujos devedores não satisfaziam os pagamentos.

O trabalho agrícola era entregue a foreiros através de contrato e pagamento de foro<sup>31</sup>. Delas o mosteiro usufruía o que ficava estipulado<sup>32</sup>. Outras instituições religiosas detinham propriedades na localidade, nomeadamente o Convento de Nossa Senhora da Encarnação e o Colégio de São João Evangelista.

### A Criação de Vínculos e os Encargos Pios

Ao longo do século XVII assiste-se nesta freguesia à vinculação de bens, sob a forma de morgadios e/ou capelas<sup>33</sup>. No caso específico do morgadio as propriedades

---

<sup>31</sup> Vide SOUSA, 1994, *História Rural da Madeira: a colónia, sobre os contratos estabelecidos entre senhores e colonos desde o século XVI ao XIX, que assumem diversas formas, duração, pagamento...* evoluindo por várias razões para a colónia que, segundo o investigador, se afirma a partir do XVIII. «A expressão “sua colónia” aparece num contrato de 23 de Maio de 1608», pp. 169-206. Cf. sobre o mesmo assunto SILVA, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, vol. I, pp. 198-202.

<sup>32</sup> ANTT, CSCF, l.º 25, fls. 21v.-23.

<sup>33</sup> Vide, a propósito da diferença entre morgadio e capela, as *Ordenações Manuelinas*, 1984, l.º segundo, título XXXV, § 49, p. 192.

caracterizavam-se pela sucessão única no filho primogénito e constituíam um património indivisível e inalienável<sup>34</sup>, condicionado a encargos pios, como missas e doações variadas à Igreja, às confrarias, aos conventos... destinados ao salvamento da alma<sup>35</sup>. O seu pagamento era efetuado durante um período determinado ou perpétuo, gerido por gerações de sucessores. Esse património deveria ser acrescentado para prestígio da família e manutenção da linhagem<sup>36</sup>.

Entre as famílias com maior poder económico e social a tendência é vincular a melhor propriedade, com maiores rendimentos, atribuí-la ao primogénito e fazer dele morgado. É comum o instituidor acrescentar terras, casas e outros bens livres. Constituía-se assim um morgadio cuja sucessão e administração deveria seguir a linha varonil, através de gerações. No entanto, observaram-se casos em que há uma clara preferência pela sucessão no feminino.

Quanto aos outros filhos, poderiam também herdar terras sob a forma de vínculo, constituindo-se outros morgadios ou capelas, aos quais se poderiam juntar outras propriedades livres. Nos casos analisados, a vinculação relativa à capela fúnebre, assenta sobre fazendas de menor dimensão, seguindo uma prática comum, mas com rendimentos que então se consideravam suficientes para o cumprimento dos encargos pios<sup>37</sup>.

Em 1600, Diogo Pacheco, filho de António Medeiros e Beatriz Pacheca, era proprietário de uma fazenda nas Ladeiras, na Tabua<sup>38</sup> que deixou à sua prima Maria Vogada. Esclarecia que, junto da mesma, existia um pedaço de vinha e decidiu o que fazer por morte dela: «se faça em capela e fique a seu herdeiro macho mais velho o qual administrará e trará sempre bem consertada, com encargo de duas missas cantadas enfatiota<sup>39</sup> em cada um ano», uma por ele e outra por Maria Vogada. E estabeleceu ainda uma série de encargos pios<sup>40</sup>.

---

<sup>34</sup> Vide LOBÃO, 1841, *Tratado Prático de Morgados*, sobre a origem dos morgadios, sucessão e legislação, pp. 1-293.

<sup>35</sup> Vide FLORENÇA, 2020, «Uma Fazenda em Santo António e seus Administradores: Subsídio para o Estudo das Instituições Vinculares na Madeira (Séculos XVI-XIX)», pp. 81-143.

<sup>36</sup> Vide ROSA, 1995, *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV, Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, a propósito do morgadio em Portugal, pp. 13-309.

<sup>37</sup> Vide SANTOS, 2019, «Vínculos (morgadios e capelas)».

<sup>38</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 11v. Irmão de Manuel de Medeiros. O padre da paróquia era então João de Medeiros Miranda, notário apostólico.

<sup>39</sup> Uma alusão ao contrato agrário perpétuo.

<sup>40</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 11.

Margarida Uzel, casada com Francisco da Fonseca, a 15 de novembro de 1619, deixa a sua terça a Catarina Fernandes, com o encargo de três missas rezadas em cada ano, e por sua morte ao seu filho Henrique Lopes<sup>41</sup>. Verificaram-se outros casos em que os testamenteiros deixam a sua terça a familiares ou entidades, com os já mencionados encargos.

Henrique Lopes faleceu a 10 de julho de 1624 e o seu testamento revela o poder económico que possuía. Casado com Luzia Fonseca Pereira, deixou a terça à sua mulher e à prima e cunhada Helena de Freitas, com a obrigação perpétua de entregar 600 réis, cada ano, aos vigários da igreja da Tabua, para que lhe mandassem dizer, todos os anos e para sempre, um ofício de um noturno sobre a sua sepultura, assim como outras obrigações.

Deixou o resto da sua fazenda à sua mulher «com a condição que ela se faça foreira em pedaço de terra, ou dê o direito para que se faça um foro, que renda dois cruzados cada ano»<sup>42</sup>. Destinava-o à confraria da Santíssima Trindade, da igreja da Tabua, para que gastasse em peças que fossem necessárias «ao ornato do seu altar», com a condição da dita confraria lhe mandar dizer, em cada ano, a título perpétuo, duas missas rezadas além de outras obrigações pias<sup>43</sup>. Os compromissos não eram esquecidos. A Igreja permanecia atenta ao seu pagamento. As queixas de incumprimento, em relação às peças acima mencionadas, foram averbadas, pouco tempo depois, no seu registo de óbito, pelo vigário António Velho de Amil.

Em 14 de junho de 1634, Aldonça Delgada, mulher de Miguel Bettencourt Freitas, decidiu que a sua fazenda seria para o sobrinho, filho de Francisco Álvares Uzel e seguiu o costume. Sobrecarregava-o com um encargo de duas missas rezadas perpetuamente. Ao marido deixou um lugar, a que «chamam [Junqueira]» com outra obrigação: uma missa rezada todos os anos ao Bom Jesus da igreja da Santíssima Trindade<sup>44</sup>.

Estas decisões, prevendo a morte, são sinónimo de alguma riqueza, mas, ao longo da segunda metade do século XVII, verifica-se uma certa moderação dos mais abastados em relação aos legados pios, o que poderá indicar perda de poder

---

<sup>41</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 28.

<sup>42</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 34.

<sup>43</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 34.

<sup>44</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 49v.

económico. Observamos também que um grupo de indivíduos reduz os encargos pios a uma vez na vida, em vez de a título perpétuo, para não comprometer os futuros administradores.

Ao longo do tempo, assiste-se, quer à concentração de terras em morgadios e capelas, quer à transferência de propriedades para instituições religiosas. À Igreja, conforme desejo de alguns proprietários, são entregues como garantia do salvamento da alma. Aos conventos oferecem-se como dote pela entrada de um filho ou filha na instituição, salvaguardando o seu futuro, às confrarias, a troco de missas e outros encargos religiosos e ainda a outras entidades.

Nas gerações seguintes, muitos administradores de vínculos, por variadas razões, nomeadamente, má administração, pouca propensão para o trabalho rural e consequente distanciamento, encargos excessivos... não cumprem com os encargos pios estabelecidos nos testamentos dos instituidores.

A administração passava a ser da responsabilidade da Igreja, dos vigários das paróquias, dos confrades, das abadessas e de outras entidades, ou terminava na venda do património envolvido em praça pública, conforme decidisse o Juízo dos Resíduos e Capelas, que fiscalizava e fazia cumprir as disposições testamentárias dos defuntos<sup>45</sup>.

Para o século XVII-XVIII verificaram-se algumas dessas transferências de propriedades para o Convento de Santa Clara, do Funchal. Quando Isabel Henriques, filha de Gonçalo Henriques, entrou no mosteiro, foi entregue, como dote, uma terra de vinhas na ribeira da Tabua, também denominada Ladeiras, por escritura datada de 6 de julho de 1596<sup>46</sup>. A mesma propriedade, já na posse da instituição, teve como foreiro Afonso Anes, morador na localidade, cujo pagamento do foro continuou a ser efetuado pelo seu filho Baltazar Fernandes.

Manuel Fernandes Camacho, mercador no Funchal, pagou também um foro 2\$000 réis por uma terra no referido local, relativo ao dote da madre Isabel, cujo pagamento, após a sua morte, o foi efetuado pelo genro, Diogo Afonso de Aguiar<sup>47</sup>. João Escócio de Vasconcelos, morador no Funchal, pagava 2\$000 réis de foro por uma

---

<sup>45</sup> Cf. SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira (Finais do Século XV a 1832): Enquadramento Jurídico, Titularidade e Exercício»; foi «em 1486, que se registou a primeira referência ao juiz dos resíduos e provedor das capelas, hospitais, albergarias, gafarias e órfãos da ilha da Madeira», p. 3.

<sup>46</sup> ANTT, CSCF, l.º 18, fl. 13v.

<sup>47</sup> ANTT, CSCF, l.º 18, fl. 13v.

terra no Zimbreiro, que integrou o mesmo dote. O pagamento continuou também a ser satisfeito por Manuel Fernandes Camacho e depois pela sua mulher Ana de Sousa Florença<sup>48</sup>.

Pela entrada da madre Isabel de Hungria o mosteiro passou a usufruir de uma terra situada na Quebrada e de outra na Corujeira, após a partilha de bens<sup>49</sup>.

Em 1701 entrou para o convento uma propriedade na Quebrada como dote das madres Maria de São José e Antónia de São Luís<sup>50</sup>. A instituição recebeu ainda outro pedaço na Corujeira, através da madre Antónia de Pádua, que dela tomou posse após as partilhas<sup>51</sup>.

Em 1757, pelo pagamento de dívidas e arrematação em praça pública deram entrada no Convento de Santa Clara duas propriedades no Zimbreiro e na Ribeira da Caixa<sup>52</sup>. Em 1775, Francisco Nunes de Andrade, arrematou uma propriedade de vinhas, de árvores de fruto, localizada no Zimbreiro, para a madre abadessa da referida instituição, por execução feita ao padre João Vieira de Abreu, da paróquia da Tabua<sup>53</sup>. Em 1726 o Convento de Nossa Senhora da Encarnação era também proprietário de uma fazenda na Terra Chã<sup>54</sup>.

Ainda em relação ao século XVIII, Álvaro Rodrigues de Azevedo menciona a Companhia de Jesus como detentora de impostos na localidade. O Colégio de São João Evangelista do Funchal usufruía de rendas de pão, vinho, miunças, verduras e pescado, que entre 1759 e 1761 totalizaram 3 229\$400 réis. Por sua vez, os rendimentos da capela-mor, do referido colégio, integram também os lucros da fazenda do Boqueirão, que totalizaram entre 1759 e 1761, 59\$250 réis. Aos jesuítas pertenceram também rendas significativas, relativas às freguesias vizinhas da Ribeira Brava, Serra de Água e Campanário<sup>55</sup>.

---

<sup>48</sup> ANTT, CSCF, l.º 18, fl. 13v.

<sup>49</sup> ANTT, CSCF, l.º 25, fl. [21v.].

<sup>50</sup> ANTT, CSCF, l.º 25, fl. [21].

<sup>51</sup> ANTT, CSCF, l.º 25, fl. [21].

<sup>52</sup> ANTT, CSCF, l.º 25, fls. 21v.-23.

<sup>53</sup> ANTT, CSCF, mç. 4, n.º 10, fl. 1.

<sup>54</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 89v.

<sup>55</sup> FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra*, pp. 747-749. Veja-se o que refere sobre o mesmo assunto Henrique Henriques de NORONHA, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da Diocese do Funchal na ilha da Madeira*, p. 247.

## As Elites e outros Estratos Sociais da Localidade

Para o período em estudo, a Tabua constitui um pequeno núcleo populacional onde se espelham modos de vida característicos de uma sociedade hierarquizada, própria do Antigo Regime.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, o topo da estrutura social estava ocupado por um grupo que incluía donos de terras e uma elite de militares também proprietária, que integrava as companhias de ordenanças, a quem cabia a defesa da linha da costa, contra corsários, no caso específico da Tabua, mas também de outras freguesias como Ribeira Brava, Ponta do Sol, Madalena e Arco da Calheta<sup>56</sup>. Juntavam-se os mercadores e o clero, algum oriundo das principais famílias e de outros estratos sociais, a quem confiavam as últimas vontades: o testamento e a encomendação da alma.

Em 1511 vivia na localidade João Martins<sup>57</sup> mercador que recebeu oito moios de trigo dos Açores de Sebastião Morais a troco de 56 arrobas de açúcar<sup>58</sup>. Pela mesma data Martinho Anes, também morador na Tabua anda no negócio do trigo<sup>59</sup>. No recenseamento de 1598 refere-se: «Foi no princípio da Ilha esta ribeira [da Tabua] de muito açúcar tem duas ermidas, a da Madre de Deus pela Ribeira acima, e a de Nossa Senhora da Apresentação na fazenda dos Britos»<sup>60</sup>.

Gaspar Frutuoso, em *As Saudades da Terra*, refere que ali viviam os Medeiros, «gente nobre e honrada». Escreve que era terra de «muitas vinhas, canas e frutas»<sup>61</sup>, e dá conta da existência de dois engenhos.

Para o período a que este estudo se reporta, além dos Medeiros, destacam-se outras famílias: Uzel, Bettencourt, Vogado, Camacho...

---

<sup>56</sup> Vide ABM, CMFUN, l.º 474 e l.º 475, *passim*, e VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, pp. 323-349, relativamente à estrutura militar estabelecida na ilha para travar o ataque dos corsários.

<sup>57</sup> NORONHA, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da Diocese do Funchal na ilha da Madeira*, p. 461 refere João Martins, o *Velho*, «que teve o foro antigo de cavaleiro fidalgo», e a mulher Catarina Afonso eram moradores na Tabua. Escreve que era pai de João Martins, o *Moço*, que casou com Catarina Salvago, mas desconhecemos se é alguma destas pessoas.

<sup>58</sup> ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 25, n.º 199.

<sup>59</sup> ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 33, n.º 125 e mç. 35, n.º 54.

<sup>60</sup> GOMES, 1933, «Recenseamento dos foguos Almas, Fregesias e mais Igrejas que tem da Madr.<sup>a</sup> tirado pellos rois das Confições, assim em geral como em particular», p. 34.

<sup>61</sup> FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra*, p. 95.

Noutro estrato social situam-se os camponeses, que detinham pequenos bocados de terra, os que não a tinham e viviam na condição de foreiros ou caseiros e os que faziam trabalhos eventuais. Existiam ainda homens livres que integravam o grupo dos ofícios: o alfaiate, o ferreiro, o moleiro, o tanoeiro, o sapateiro, o pedreiro... Outros trabalham permanentemente nas casas mais abastadas. São conhecidos por moços e desempenham funções agrícolas ou outras. No trabalho quotidiano da casa, servem também as moças, as criadas.

Na base da pirâmide social encontram-se os escravos. São também denominados de «sujeitos», ou «servos». Algumas vezes são conhecidos pelo nome do proprietário, como Bento, «servo do capitão Diogo Afonso de Aguiar e de Maria de Ornelas sua mulher»<sup>62</sup>.

Entre 1587 e 1689 foram batizados na igreja da Santíssima Trindade cerca de 57 crianças escravas. A análise dos registos de batismo relativos a esse período acrescenta dados sobre a condição social dos seus proprietários. São donos de fazendas, militares, homens da Igreja. Surge também um caso de um alfaiate.

Como proprietários de escravos referem-se os capitães: Francisco Ferreira Pestana, que foi responsável pela Companhia de Ordenanças da Ribeira Brava e Tabua e que prestou juramento a 30 de novembro de 1646<sup>63</sup>, João Ferreira Gabriel que também dirigia a Companhia de Ordenanças da Tabua a 21 de janeiro de 1653<sup>64</sup>, Diogo Afonso de Aguiar, que assumiu o mesmo cargo a 27 de junho de 1667. Francisco de Andrada Araújo, João Ferreira Mesquita, o padre João Medeiros e mulheres como Maria Delgada, Ana de Sousa Florença, D. Inácia, entre outros.

As crianças são identificadas pelo próprio nome, e pelo nome do proprietário e na maioria dos casos pelo nome da mãe. Só num caso foi referido o nome do pai. O pároco, em algumas situações escreve sobre a filiação ou pertença: filho de «pai não sabido», como António, escravo de D. Inácia<sup>65</sup> ou «a quem se não deu pai», António, escravo do capitão Francisco Ferreira Pestana<sup>66</sup>.

A maioria das crianças escravas nascidas na Tabua, durante o período em análise, pertence aos capitães Diogo Afonso de Aguiar e Francisco Ferreira Pestana. Cada

---

<sup>62</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 426, fl. 70.

<sup>63</sup> ABM, CMFUN, l.º 474, fl. 109. Tomou posse a 30 de novembro de 1646.

<sup>64</sup> ABM, CMFUN, l.º 474, fl. 129v. Tomou posse a 21 de janeiro de 1653.

<sup>65</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 143.

<sup>66</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 177v.



um era dono de sete menores. Maria Delgada possui seis, o capitão João Ferreira Gabriel cinco, os capitães Francisco de Andrada Araújo e Bartolomeu de Melo Berenguer, ambos com quatro.

Neste período, batizam-se ainda na paróquia outros escravos: Joana, Maria, António, Esperança e Luzia, esta última já estava «instruída nos mistérios da fé»<sup>67</sup>. Eram oriundos de Angola e Guiné, mas desconhece-se se eram ou não crianças<sup>68</sup>.

Alguns escravos conquistavam a liberdade na hora da morte e o direito a serem sepultados na igreja. Assim aconteceu com Clara, escrava de Bento Ferreira, que faleceu a 9 de novembro de 1630. Recebeu todos os sacramentos e foi enterrada em sepultura da fábrica, na igreja da Tabua, «por seu senhor a ter forro»<sup>69</sup>. O mesmo aconteceu com António, escravo do capitão Brás Ferreira da Fonseca, que morreu a 16 de novembro de 1630<sup>70</sup>. Lourenço, escravo do capitão de Arcabuzeiros da Tabua<sup>71</sup>, Diogo Vilela Bettencourt, que morreu a 16 de outubro de 1630, foi sepultado na igreja numa sepultura do seu proprietário, que o forrou antes da morte<sup>72</sup>. Francisco, um menino que ainda não tinha sete anos, escravo do capitão Diogo Afonso de Aguiar, faleceu a 17 de agosto de 1669, e foi enterrado na igreja da Santíssima Trindade na cova da Fábrica, «por seu senhor o forrar em vida»<sup>73</sup>. Maria, escrava de Aldonça Delgada, também conquistou a liberdade com a morte da sua dona, a 14 de junho de 1634, mas recaiu sobre ela uma obrigação: ficou forra com a condição de lhe mandar dizer, todos os anos, uma missa rezada a Nossa Senhora do Rosário, «enquanto pudesse trabalhar»<sup>74</sup>.

Entre os mais humildes, as diferenças eram também evidenciadas pelos párocos, que averbavam no registo de batismo elementos de identificação baseados na sua condição física, económica ou outra: faleceu mulher «aleijada e paupérrima»<sup>75</sup>. A 24 de abril de 1656 faleceu Catarina Alvares, «mulher baça»<sup>76</sup>.

---

<sup>67</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 29v.

<sup>68</sup> Veja-se, a propósito das crianças e suas mães, e dos proprietários, o Apêndice.

<sup>69</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 43v.

<sup>70</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 43v.

<sup>71</sup> Foi capitão da referida companhia por mais de 22 anos. Por ser velho e doente, reformou-se a 14 de dezembro de 1633, cf. ABM, CMFUN, l.º 474, fl. 42.

<sup>72</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 43v.

<sup>73</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 426, fl. 46v.

<sup>74</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 49v.

<sup>75</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 34.

<sup>76</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 426, fl. 12.

Pela condição de nascimento refere-se sobre Luzia: «não se soube quem era seu pai»<sup>77</sup> e sobre Maria «a qual se achou na pia da porta enjeitada e não se soube pai nem mãe»<sup>78</sup>. O abandono de recém-nascidos é uma prática. São deixados no adro e porta da igreja e ainda junto às casas.

Os defuntos são também identificados pela alcunha, como Domingos Rodrigues, o *Caneta*, Manuel Ferreira, o *Rei*, Sebastião Rodrigues, o *Gago* e Manuel Pereira, o *Louro*<sup>79</sup>. Também pelo local de morada, como Ana da Silva, do Barbusano, José, do Boqueirão, Domingos, do Cascalho e ainda pela fazenda onde trabalhavam, Manuel Pio, caseiro do Zimbreiro, João, o moço da Serra de Água<sup>80</sup>.

As ligações sociais estabeleciam-se em especial com famílias dos lugares próximos, como Ribeira Brava, Ponta do Sol, Campanário, Serra de Água, mas também do Funchal, onde se encontrava o noivo ou noiva e padrinhos. A igreja encarregava-se de registar nos atos religiosos quem não era seu freguês.

## Parte II. A Família, o Morgadio e o Poder

### Uma Vida Alicerçada entre o Campo e a Cidade

No século XVI a família Camacho integra o grupo dos proprietários de terras na Tabua. Entre eles encontrava-se o mercador Manuel Fernandes Camacho, filho de Manuel Fernandes Camacho<sup>81</sup> e de Maria Pereira<sup>82</sup>, residentes à beira-mar, no lugar da Ribeira da Tabua.

Era oriundo de uma família com algum desafogo económico que provinha da agricultura, em especial da produção de vinho e da criação de gado. A disposição testamentária do pai revela essa abundância. Quis um ofício de nove lições no dia, no mês e ano da sua morte, com oferta de um barril de vinho, um saco de trigo e quatro

---

<sup>77</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 26.

<sup>78</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 57.

<sup>79</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 186.

<sup>80</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 186.

<sup>81</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 17. Faleceu a 7 de abril de 1610 e foi enterrado na igreja da Santíssima Trindade, ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 17. O genealogista Felisberto Bettencourt MIRANDA, 1887-1888, *Apontamentos para a genealogia de diversas famílias da Madeira* fl. 202, refere que Manuel Fernandes Camacho é filho de Domingos Fernandes Camacho «cirurgião médico da ilha do Faial» e de Catarina Camacho.

<sup>82</sup> Faleceu a 18 de março de 1610, ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 16v.

rezes, ou quatro cruzados, em cada uma dessas datas. Deixou ainda uma porção de vinho à confraria da Santíssima Trindade, à capela da Madre de Deus da Tabua e 50 missas aos santos da sua devoção<sup>83</sup>.

O casal teve outros filhos: Luís Pereira<sup>84</sup>, testamenteiro do seu pai, que casou com Maria das Neves; Domingos<sup>85</sup>; Martinho Camacho<sup>86</sup>, casado com Maria da Silva<sup>87</sup>; e as filhas Luzia Fernandes<sup>88</sup>, que foi casada com Domingos Gomes; Joana<sup>89</sup>; e Maria Pereira<sup>90</sup>, mulher de João Rodrigues<sup>91</sup>, pais de Domingos Pereira Camacho, que contraiu matrimónio com Catarina de Aragão<sup>92</sup>.

A 6 de fevereiro de 1622, Manuel Fernandes Camacho casou no Funchal, em casa da noiva, Ana de Sousa Florença, filha de António Gonçalves Florença e Maria Gonçalves, fregueses da Sé<sup>93</sup>.

Sobre a família de Ana, sabemos que o pai nasceu na segunda metade do século XVI. Militar, exerceu funções de bombardeiro na Fortaleza de São Lourenço, onde serviu «muitos anos com satisfação», usufruindo do pagamento de 30\$000 réis em cada ano<sup>94</sup>. Vivia no Funchal, onde comprou moradias na Rua de João Gago.

Conforme uma descrição de 1542, as casas de António Gonçalves Florença situavam-se na «rua que vem da rua Sabão que vai para a casa do senhor capitão e que parte da banda do norte com a dita rua pública e da banda do leste com casas que foram de Álvaro Fernandes almoxarife que Deus haja e da banda sul partem com o forno e cozinha do doutor Lourenço Vasconcelos e pela banda do este com casas adega de Simão Nunes confeitoiro e com outras confrontações»<sup>95</sup>.

O contrato de outorga e consentimento das ditas moradias, para o próprio António Gonçalves Florença, foi efetuado a 9 de novembro de 1604, por trespasse

---

<sup>83</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 17.

<sup>84</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 213 v.

<sup>85</sup> Foi batizado a 14 de abril de 1593, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 4.

<sup>86</sup> Martinho ou Martim. Foi batizado a 3 de abril de 1600, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 25.

<sup>87</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 228.

<sup>88</sup> Foi batizada a 16 de abril de 1596, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 13.

<sup>89</sup> Foi batizada a 7 de Julho de 1602, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 32v.

<sup>90</sup> Foi batizada a 2 de outubro de 1605, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 42.

<sup>91</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 227v.

<sup>92</sup> ABM, PRQ, São Pedro, Casamentos, l.º 120, fl. 3v.

<sup>93</sup> ABM, PRQ, Sé, Casamentos, l.º 54, fl. 40v.

<sup>94</sup> ANTT, RGM, Mercês da Torre do Tombo, l.º 14, fls. 156v.-158.

<sup>95</sup> ANTT, CSCF, l.º 3, fls. 131-132 e l.º 8, fls. 62-64v.

que João Coelho e a sua mulher «fizeram das casas que houveram de compra do provedor e irmãos da santa misericórdia desta cidade», na «rua de João Gago foreiras do dito convento»<sup>96</sup>.

O comprador ficava obrigado ao cumprimento de um foro de 1\$500 réis «a pagar para sempre ele e seus herdeiros pelo São João de cada um ano com as sujeições que os foreiros são sujeitos aos senhorios dos foros»<sup>97</sup>.

Para além de Ana de Sousa Florença conhecemos outros filhos. Simão Gonçalves Florença<sup>98</sup>, a quem D. João IV fez «mercê da propriedade da praça [de bombardeiro] da dita fortaleza que vagou por António Gonçalves Florença seu pai»<sup>99</sup>. Em 1647 já servia há mais de vinte anos «com grande satisfação e experiência», conforme o documento da chancelaria do dito rei, para pagamento do ordenado, que era idêntico ao do pai, e de outros que antes dele serviram<sup>100</sup>, e que perfazia 36\$000 réis cada ano.

Além de Simão identificamos António<sup>101</sup>, o cónego Gaspar de Abreu Florença<sup>102</sup>, que foi padre beneficiado na igreja de São Pedro do Funchal<sup>103</sup>, Maria de Abreu Florença e Pedro de Florença que seguiu a carreira eclesiástica. Foi notário apostólico da Sé do Funchal encontrando-se a desempenhar essas funções em 1616<sup>104</sup>. Foi clérigo secular. A sua carta de apresentação de capelania na Sé do Funchal data de 7 de setembro de 1621<sup>105</sup>, integrando o curato em maio de 1626<sup>106</sup>. A 22 de maio de 1645 já cónego, foi nomeado, por D. João IV, penitenciário da Sé pela «boa informação que tenho da suficiência virtude de Pero de Florença cónego nessa dita Sé que

---

<sup>96</sup> ANTT, CSCF, l.º 8, fl. 67v.

<sup>97</sup> ANTT, CSCF, l.º 8, fl. 67. O contrato de «aforamento enfatiota» que serve de referência, e para o qual vários documentos remetem, data de 1542 entre o Convento de Santa Clara do Funchal e o fidalgo da casa d'el rei Manuel Mendes Pereira. As casas foram aforadas para sempre com todas as entradas, saídas, logradouros e serventias, com a condição de não poder trespassar a nenhuma pessoa com exceção do doutor Lourenço Vasconcelos, pelo facto das referidas casas confrontarem com as dele. O convento demitia-se, assim como aos sucessores, de toda a posse da propriedade e do usufruto parte ou quinhão. Manuel Mendes e seus herdeiros, ascendentes e descendentes poderiam lograr possuir, vender, dar e doar sempre com o referido encargo. Um outro foreiro foi Lourenço Vasconcelos, cf. ANTT, CSCF, l.º 3, fls. 131-132.

<sup>98</sup> Foi batizado a 1 de novembro de 1602. ABM, PRQ, Sé, Batismos, l.º 13, fl. 187.

<sup>99</sup> ANTT, RGM, Mercês da Torre do Tombo, l.º 14, fl. 156v.

<sup>100</sup> ANTT, RGM, Mercês da Torre do Tombo, l.º 14, fl. 156v.-158.

<sup>101</sup> Foi batizado a 6 de março de 1605 e teve como padrinho Luís Gonçalves Andrada, ABM, PRQ, Sé, Batismos, l.º 14, fl. 18.

<sup>102</sup> Nasceu no Funchal a 14 de abril de 1609, foi padrinho Gaspar de Florença de Andrada, da Calheta, ABM, PRQ, Sé, Batismos, l.º 14, fl. 124 v.

<sup>103</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 29v.

<sup>104</sup> Vide *Livro de notas de Pedro da Silva Pereira e de Pedro de Florença*, ANTT, CSF, mç. 4, n.º 10, fl. 26.

<sup>105</sup> ANTT, MCO, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, l.º 22, fl. 180.

<sup>106</sup> ANTT, MCO, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, l.º 12, fl. 207.

no de que se encarregar, me servirá como a meu serviço cumpre e bem descargo, das consciências das pessoas desse bispado que com ele por virtude do cargo se confessarem»<sup>107</sup>.

Ascendeu ao cargo de tesoureiro-mor da referida catedral usufruindo do pagamento de mantimento de ordenado, a 27 de maio de 1645<sup>108</sup>. Faleceu a 5 de maio de 1646, deixando os seus bens à irmã solteira, Maria de Abreu, e como testamenteiros os irmãos e o cunhado Manuel Fernandes Camacho<sup>109</sup>. Foi enterrado na capela-mor da referida igreja.

Maria de Abreu Florença morreu solteira a 11 de janeiro de 1675<sup>110</sup> e foi sepultada na cova dos pais, no Convento de São Francisco. Deixou como herdeiros e testamenteiros o irmão Gaspar de Abreu Florença e Diogo Afonso de Aguiar<sup>111</sup>.

O pai de Ana Sousa de Florença, António Gonçalves Florença, faleceu a 28 de abril de 1642 e foi sepultado no dito convento<sup>112</sup>. Deixou a sua terça à filha Maria, por morte da sua mulher. Escolheu para testamenteiros o seu filho, Pedro de Florença e o genro Manuel Fernandes Camacho.

A esta família pertencia também o «licenciado» João de Sousa Florença<sup>113</sup>, sobrinho de Ana de Sousa Florença e em quem ela confia, em vários momentos da sua vida, para a resolução de questões legais, nomeadamente para redigir do seu testamento.

A vida de Manuel Fernandes Camacho e de Ana de Sousa Florença dividiu-se entre o Funchal e a Tabua. Na cidade viviam na rua de João Gago, na moradia que fora de António Gonçalves Florença. Eram umas casas sobradadas, conforme já se referiu, foreiras do Convento de Santa Clara e a quem pagavam de foro 1\$500 réis e uma franga pelo mês de junho de cada um ano<sup>114</sup>. No campo, o casal possuía os «aposentos», na «Tabua ao longo do mar», que compreendiam casas e quintais e «rego de água»<sup>115</sup>.

---

<sup>107</sup> ANTT, MCO, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, l.º 36, fl. 272 v.

<sup>108</sup> ANTT, MCO, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, l.º 24, fls. 387, 387v.

<sup>109</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 73, fl. 170.

<sup>110</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 74, fl. 71.

<sup>111</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 74, fls. 71, 71v.

<sup>112</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 73, fl. 161.

<sup>113</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fls. 255, 258.

<sup>114</sup> ANTT, CSCF, l.º 8, fl. 67. Este foro foi posteriormente pago pela mulher e pelo genro Diogo Afonso de Aguiar, ANTT, CSCF, l.º 21, fl. 14.

<sup>115</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 74v.

Desta união conhecem-se três filhos: António Camacho Florença<sup>116</sup>; Manuel<sup>117</sup>; e Maria de Ornelas Florença<sup>118</sup>. Com o casal, além dos filhos, viveu o sobrinho de Manuel, Domingos Pereira Camacho<sup>119</sup>, filho da sua irmã Maria Pereira e de João Rodrigues.

Alguns dados sobre o seu património permitem perceber os alicerces económicos da casa deste mercador. No Funchal, o casal possuía também «umas casas», «alto e baixo defronte da igreja de São Francisco em partilha pelo norte com quintais de Álvaro Vaz da Corte e pelo sul com o Terreiro da Sé que está defronte da Fortaleza»<sup>120</sup>.

A 5 de janeiro de 1640 a confraria do Bom Jesus da Catedral do Funchal comprou «tanta parte quanto valesse» 60\$000 réis das referidas casas a Manuel Fernandes Camacho e sua mulher. O contrato estabelecia que em qualquer momento que os vendedores, ou seus herdeiros, devolvessem à confraria esse valor a mesma seria obrigada a aceitá-lo e «a fazer distrate da escritura»<sup>121</sup>. Ficaram com o domínio útil da «parte da casa vendida» e obrigados por isso a pagar o foro anual de 3\$000 réis, enquanto o distrate não se concretizasse<sup>122</sup>.

Em Santo Amaro, na paróquia de São Martinho, possuíam «a quinta que foi do bispo», com «as águas que lhe pertencem da levada do Pico do Cardo e casas que a dita quinta tem com pensão de 10 mil réis de foro», ao Convento de Santa Clara<sup>123</sup>.

Em 1665, Ana de Sousa Florença diz ter arrendado a Nuno de Sousa Andrada umas casas e um pedaço de terra nas Courelas, «aonde chamam Santo Amaro»<sup>124</sup>, no Funchal.

O casal dispunha ainda de outros bens na Tabua, nomeadamente de um «lugar de vinhas, na Adega, «aonde está Belchior Gomes»<sup>125</sup>. Na Ribeira da Tabua, no lugar conhecido por Ladeiras, e no Zimbreiro. Eram terras de D. Gonçalo Henriques, que entraram no dote da sua filha freira, D. Isabel<sup>126</sup>. Uma terra de vinhas com sua água, que fora também de D. Gonçalo e pelo qual pagavam de foro 8\$000 réis, em cada ano, ao Convento de Santa Clara<sup>127</sup>.

---

<sup>116</sup> Batizado a 20 de agosto de 1624, ABM, PRQ, Sé, Batismos, l.º 15, fl. 258.

<sup>117</sup> Batizado em casa «por vir meio morto», a 12 de setembro de 1627, ABM, PRQ, Sé, Batismos, l.º 15, fl. 305v.

<sup>118</sup> Batizado a 23 de maio de 1630, ABM, PRQ, Sé, Batismos, L.º 15, fl. 343v.

<sup>119</sup> ABM, PRQ, São Pedro, Casamentos, l.º 120, fl. 3v.

<sup>120</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 2907, fl. 172v.

<sup>121</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 2907, fl. 172v.

<sup>122</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 2907, fl. 172v.

<sup>123</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fls. 91v, 92.

<sup>124</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 254v.

<sup>125</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 74v.

<sup>126</sup> ANTT, CSCF, l.º 20, fl. [3v.].

<sup>127</sup> ANTT, CSCF, l.º 20, fl. [105v.].

Possuía ainda uma propriedade nas Voltas, do «Caminho do Concelho para baixo, com sua casa de lagar e águas que lhes pertencem das levadas, da Caixa e da Serra a qual tem dois mil réis de foro pelo mês de janeiro as freiras de Santa Clara»<sup>128</sup>.

Integram também o seu património uma quinta, que tinha sido de Cristovão de Leão Espínola, um lugar que pertencera a Martim Camacho, três serrados no Massapez, um pedaço de fazenda junto à morada de Lourenço Costa, constituído por «três quinhões com sua casa e lagar, e com toda a água que pertence», assim como outras terras na Tabua<sup>129</sup>.

A par da produção agrícola, a casa de Manuel Fernandes Camacho engrandeceu pela atividade mercantil local e fora da ilha. Mantinha negócios com o mercador Richard Pickford, com Manuel Fernandes Mondim e com outros negociantes<sup>130</sup>. Conforme declara no seu testamento, tinha contas com muitas pessoas quer na Madeira quer em Lisboa, Brasil e ilhas de baixo «por conhecimentos e carregamentos, por livros de borradores, copiadores de cartas missivas e seus conhecimentos»<sup>131</sup>. Em 1647, o casal achava que os seus bens valiam 24 000 ou 25 000 cruzados, avaliações verdadeiras «e não fantásticas»<sup>132</sup>.

Apostou na produção de vinho e trigo, em terras próprias ou aforadas, algumas mantidas por caseiros, quer no Funchal, quer na Tabua e usufruía de rendas e foros sobre propriedades e casas que arrendava.

A administração da casa era efetuada pelo próprio e pelo sobrinho, Domingos Pereira Camacho, conforme atesta Ana de Sousa Florença:

«declaro que por falecimento de meu Marido Manuel Fernandes Camacho ficou nesta casa Domingos Pereira Camacho seu sobrinho e nos assistia na administração de nossos bens o que também fez depois da morte do dito meu marido e de tudo o que administrava por minha ordem e mandado assim e no recolher dos vinhos pão e cobrança dos foros, aluguéis das casas encomendas para fora da ilha, retorno dele traz de Lisboa procedido de vinhos que vendeu na terra e tudo me deu satisfação»<sup>133</sup>.

Para além da administração da casa do tio, Domingos Pereira Camacho tinha negócio próprio. Estabeleceu-se no Funchal com uma loja de fazendas e com a venda de vinhos para o exterior<sup>134</sup>.

---

<sup>128</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 91v.

<sup>129</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 87.

<sup>130</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 5.

<sup>131</sup> ABM, JRC, cx. 286-11, fl. 5.

<sup>132</sup> ABM, JRC, cx. 286-11, fl. 3v.

<sup>133</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fls. 3v., 4.

<sup>134</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 4.

## A Instituição do Morgadio de Diogo Afonso de Aguiar

A filha de Manuel Fernandes Camacho, Maria de Ornelas Florença, casou a 29 de agosto de 1647 com o capitão Diogo Afonso de Aguiar, em casa do pai, na Tabua. O noivo, natural do Funchal, pertencia à família Bettencourt. Era filho do mestre de campo Francisco de Bettencourt de Sá e de Ana de Aguiar<sup>135</sup> e, como pai<sup>136</sup>, foi moço fidalgo<sup>137</sup>.

Sobre o pai, Francisco de Bettencourt de Sá, sabemos que em 1631 foi encarregado pelo rei de levantar na ilha da Madeira uma companhia de 100 homens «gente nobre e destra» para com ele ir servir na restauração de Pernambuco<sup>138</sup>. Em 1632 terá levado 70 soldados madeirenses para o Brasil<sup>139</sup>. Em 1638 foi novamente chamado a levantar nos Açores e Madeira um terço de 1000 homens para a Corunha, com o objetivo de daí partirem para onde fosse necessário, mas desconhece-se quantos terão ido<sup>140</sup>.

Diogo Afonso de Aguiar exerceu também funções militares. Foi capitão da Companhia de Ordenanças da Tabua, prestando juramento a 27 de junho de 1667<sup>141</sup>, em substituição de João Bettencourt Câmara. Ocupou o cargo por uma década, sendo eleito para substituí-lo, em 1676, o capitão cabo Luís Esmeraldo<sup>142</sup>.

Conciliou a vida militar com o desempenho de cargos na administração local, nomeadamente na Câmara do Funchal, onde foi vereador nos anos 1665<sup>143</sup>, 1669<sup>144</sup>, 1674<sup>145</sup>, 1675<sup>146</sup>, 1687<sup>147</sup>, 1688<sup>148</sup>, 1691<sup>149</sup>, 1692<sup>150</sup>. Exerceu também funções

---

<sup>135</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 251.

<sup>136</sup> ANTT, MCO, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra F, mç. 34, n.º 49, fl. [2].

<sup>137</sup> ABM, CMFUN, l.º 1217, fl. 185.

<sup>138</sup> ABM, CMFUN, l.º 1216, fls. 163v., 164.

<sup>139</sup> Cf. VERÍSSIMO, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*. Segundo o investigador, Francisco de Bettencourt de Sá participou na guerra da Catalunha, tendo falecido em Espanha em 1643 (pp. 24, 25).

<sup>140</sup> ABM, CMFUN, l.º 1217, fl. 37v.

<sup>141</sup> ABM, CMFUN, l.º 474, fl. 178v.

<sup>142</sup> ABM, CMFUN, l.º 474, fl. 224 v.

<sup>143</sup> ABM, CMFUN, l.º 1335, Vereações, 1665, fl. 10v.

<sup>144</sup> ABM, CMFUN, l.º 1335, Vereações, 1669, fl. 13.

<sup>145</sup> ABM, CMFUN, l.º 1336, Vereações, 1674, fl. 13.

<sup>146</sup> ABM, CMFUN, l.º 1336, Vereações, 1675, fl. 1.

<sup>147</sup> ABM, CMFUN, l.º 1336, Vereações, 1687, fl. 9.

<sup>148</sup> ABM, CMFUN, l.º 1338, Vereações, 1688, fl. 8.

<sup>149</sup> ABM, CMFUN, l.º 1339, Vereações, 1691, fls. 7, 7v.

<sup>150</sup> ABM, CMFUN, l.º 1339, Vereações, 1692, fl. 5.



de procurador do concelho em 1666<sup>151</sup> e 1670<sup>152</sup> e serviu como juiz de paz em 1691<sup>153</sup>.

O seu casamento implicou uma escritura de dote de 12 000 cruzados e as terças de todos os bens que se achassem após a morte do casal, Manuel Fernandes Camacho e Ana de Sousa Florença, com reserva, em relação às terças, de 1000 cruzados, e tomavam para cada um 200\$000 réis, para disporem deles após a morte, conforme as suas vontades<sup>154</sup>.

O contrato é revelador do interesse na celebração do casamento e do património que o mesmo envolve. Noutra perspetiva, observamos o papel dos instituidores que dotam a filha e o genro, mas, em simultâneo, decidem o futuro dos seus bens: quem os herda e como devem ser geridos nas gerações seguintes.

Celebrada a 30 de agosto de 1647, na Ribeira da Tabua, nos «aposentos de Manuel Fernandes Camacho»<sup>155</sup>, a escritura esclarece que os 12 000 cruzados dotados seriam para os «futuros noivos e todos os seus herdeiros sucessores»<sup>156</sup>. Dessa quantia, 8000 cruzados eram em propriedades de raiz, casas, foros e 4000 cruzados em móveis, ouro, prata e «dinheiro contado»<sup>157</sup>.

Em bens de raiz davam ao novo casal a quinta conhecida como “de Cristóvão de Leão Espínola”, um lugar que tinha sido de Martim Camacho, três serrados no Massapez, a terra junto a Lourenço da Costa «que são três quinhões com uma casa e lagar», e respetiva água, e outros dois pedaços de terra, todos na Tabua<sup>158</sup>.

Os dotadores acrescentaram «dois moios de terra em sementeira sites aonde chamam a Ribeira da Furna até ao Paul», a metade do aposento que tinham «na borda do mar de casas e quintais as quais propriedades dadas estão na Ribeira da Tabua»<sup>159</sup>.

No Funchal, davam «duas moradas de casas que estão junto a São Francisco da cidade» e o foro de 12\$500 réis que paga Francisco de Bairros que estão comprados por 200\$000 réis, e ainda um moio de trigo de foro que pagava Pedro Ribeiro Esmeraldo<sup>160</sup>.

---

<sup>151</sup> ABM, CMFUN, l.º 1335, Vereações, 1666, fl. 4

<sup>152</sup> ABM, CMFUN, l.º 1335, Vereações, 1670, fl. 9.

<sup>153</sup> ABM, CMFUN, l.º 1339, Vereações, 1691, fl. 9

<sup>154</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 255.

<sup>155</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 87v.

<sup>156</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 87.

<sup>157</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 87.

<sup>158</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 87.

<sup>159</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 87v.

<sup>160</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 87v.

## A Capela Vinculada de Manuel Fernandes Camacho

A 9 de agosto de 1649, o testamento de Manuel Fernandes Camacho, feito de mão comum com a mulher, foi aprovado pelo tabelião Manuel Ribeiro. Instituiu então uma capela vinculada que incidia sobre as terças, nomeando como sucessor, o filho António Camacho Florença. Ele deveria herdar, e os seus descendentes, 1000 cruzados que tinham reservado nas suas terças, quando as dotaram ao genro para «haver de casar com a nossa filha D. Maria de Ornelas»<sup>161</sup>.

Dispunham de 300\$000 réis nas casas em que viviam na cidade<sup>162</sup>, com encargo de 12 missas, nove por alma dos instituidores «em honra dos nove meses que a Virgem Nossa Senhora trouxe seu bento filho no seu santo ventre»<sup>163</sup>. Outros 50\$000 réis eram relativos aos aposentos da Tabua, que se situavam «ao longo do mar», na metade que ali tinham, nas casas, quintais rego de água e bica com o encargo de uma missa rezada em cada ano, para sempre, à Santíssima Trindade, pelo pagamento de quatro vinténs<sup>164</sup>.

E ainda 50\$000, da terça, incidiam no lugar de vinhas que possuíam na Adega «aonde está Belchior Gomes». Tinham o encargo de três cruzados pagos, em cada ano, à confraria das Almas da igreja da Tabua, com a obrigação de três missas rezadas também anualmente, enquanto o mundo durasse. Seriam ditas pelas suas almas, no dia dos finados, pelo custo de dois tostões<sup>165</sup>. Os bens das terças nunca poderiam ser vendidos, nem alheados.

António Camacho Florença, então casado com Constança Herédia<sup>166</sup>, tinha uma filha, Ana de Atouguia, que contraiu matrimónio com o capitão Pedro de Carvalho Valdavesso<sup>167</sup>. Deveria suceder-lhe na referida capela vinculada o filho mais velho e caso não tivesse seria para Ana e depois o seu filho varão primogénito de apelido

---

<sup>161</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 255, cf. ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 74v.

<sup>162</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 74v.

<sup>163</sup> ABM, JRC, cx. 286-11, fl. 3.

<sup>164</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 74v.

<sup>165</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 75.

<sup>166</sup> Ou Constança Bettencourt, no casamento da filha, ABM, PRQ, Sé, Casamentos, l.º 54, fl. 194v. Ela era filha de João Rodrigues Teive.

<sup>167</sup> Cf. ABM, PRQ, Sé, Casamentos, l.º 54, fl. 194v. Ele era filho do juiz dos órfãos e ausentes da jurisdição do Funchal e vila da Ponta do Sol, Pedro de Carvalho Valdavesso e de Maria Mauris Gondim. Em 1658 este já tinha servido o ofício por 24 anos, com «a mesma satisfação» que tinha servido o seu pai. Por escritura, datada de 2 de março de 1672, dotou ao seu filho a propriedade do dito ofício, que foi confirmada a 16 de novembro de 1679. Pedro de Carvalho de Valdavesso (filho) também serviu de vereador da Câmara do Funchal. ABM, CMFUN, l.º 1218, fl. 42v.

“Camacho”, «sempre seguindo a linha direita do nosso filho António Camacho e sempre andaré em varão e não o havendo a fêmea que suceder até ter filho varão»<sup>168</sup>.

Se houvesse extinção desta linha sucessória, a terça passaria a Maria de Ornelas Florença, irmã de António, ou seus descendentes, filhos legítimos, primogénitos, dando preferência o sexo masculino, e com apelido “Camacho”:

«Sempre serão filho legítimo que sendo bastardo não possa herdar tal terça e todo o filho macho que suceder na dita terça se chamará em apelido Camacho e quando algum varão mais velho queira entrar na dita terça sem apelido Camacho irá ao segundo tomando o dito apelido até ir sempre por linha direita com os encargos que temos postos»<sup>169</sup>.

Manuel Fernandes Camacho faleceu no Funchal a 12 de maio de 1650, vítima de um desastre<sup>170</sup>. Conforme a transcrição da parte pia do testamento pelo vigário da Tabua, que fizera de mão comum com a mulher, o casal nomeou como testamenteiro o filho, António Camacho Florença<sup>171</sup>.

Das terças que ele deveria herdar, já referidas aquando da instituição da capela, o casal reservou ainda uma parte com objetivos de beneficência, naturalmente com o propósito de obtenção do perdão das faltas terrenas e salvamento da alma.

Ficaram para a confraria das Almas da igreja da Santíssima Trindade, 1\$000 réis que mandaram aplicar em «cera dos enterramentos de pobres» e para as suas sepulturas. No caso de serem poucos, o dinheiro deveria ser poupado e com ele feito um foro, que rendesse para a confraria e que deveria ser sempre gasto com os mais desfavorecidos<sup>172</sup>.

---

<sup>168</sup> ABM, JRC, cx. 286-11, fl. 2v. Em 1650, foram pagos sufrágios mandados dizer pelo padre Gaspar de Abreu, irmão de Ana de Sousa Florença. A 4 de janeiro de 166[9] data da abertura dos autos de conta, esta foi tomada a Diogo Afonso de Aguiar. Em abril 1705, a capela encontrava-se em atraso. Não eram prestadas contas das missas pelo defunto (seis missas cada ano, correspondente à parte que lhe cabia), desde 1650. O procurador do Resíduo, João da Mota e Silva solicitou a notificação de Pedro de Carvalho Valdavesso, «possuidor da terça do dito defunto». Em abril de 1705, um despacho do juiz do Resíduo ordena a notificação do administrador para pagamento da dívida sob pena de sequestro. A 15 de abril de 1736, pelo auto de conta ao padre Gaspar Valdavesso (neto de António Camacho Florença), conhecem-se os bens e os encargos da parte da capela de Manuel Fernandes Camacho: 150\$000 réis em casas no Funchal, com pensão de seis missas por ano, 25\$000 réis nas casas e quintal da Tabua, com pensão de um missa mandada dizer de dois em dois anos, 25\$000 réis no lugar da Adegua, Tabua, com a respetiva pensão à confraria das Almas da igreja da Santíssima Trindade da Tabua. A última conta existente neste processo de capela data de 1789, mas não se conhece o administrador, ABM, JRC, cx. 286-11, fls. 12, 14-17.

<sup>169</sup> ABM, JRC, cx. 286-11, fl. 2v. Gaspar Valdavesso era irmão de Manuel Carvalho Valdavesso. Este último morava nas casas «sitas ao Colégio no canto da rua que vai para a igrejainha com a porta para a rua que vai para as missas e a porta defronte das escadas do Colégio», ABM, JRC, cx. 320, n.º 7, fls. 7v., 8.

<sup>170</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 73, fl. 169 e ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 74.

<sup>171</sup> O mesmo que António Fernandes Camacho.

<sup>172</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 75.

A 13 de março de 1652, António Camacho Florença, já doente, fez também o seu testamento e institui uma capela, vinculando a terça dos seus bens que nomeia na fazenda das Ladeiras, da Tabua, na parte que possuía por legítima do pai<sup>173</sup>. Tinha o encargo de uma missa rezada no altar de Jesus da Sé, com esmola de 80 réis.

Deveria suceder no vínculo a mulher, Constança Herédia, depois a filha Ana, seguindo-se o seu filho mais velho e não havendo seria a filha mais velha «e assim irá correndo nesta minha linha»<sup>174</sup>. Na hipótese da filha não chegar a herdar, e da mulher optar pela vida religiosa, a terça serviria para o seu dote: «eu lha deixo com mil vontades para esta intenção»<sup>175</sup>. Se a mulher tomasse outro estado diferente, a terça ficaria para a confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Tabua. Neste caso, o encargo seria alterado, e passaria a dez missas anuais, para além da obrigação de dar 10\$000 réis por ano à cunhada Inês, filha de João Rodrigues de Teive, e por seu falecimento aos seus parentes mais necessitados «filhos e netos de meus tios irmãos de meu pai da Tabua»<sup>176</sup>. Como testamenteiros nomeou a mulher, o padre Amaro de Atouguia, seu cunhado, e o mercador Manuel Fernandes Gondim.

António Camacho Florença faleceu a 15 de março de 1652<sup>177</sup>. Quis ser enterrado na sepultura do pai no corpo da igreja do Convento de São Francisco e pediu aos provedores e irmãos da Misericórdia: que «mandem levar meu corpo à sepultura como costumam enterrar aos homens nobres»<sup>178</sup>.

---

<sup>173</sup> ABM, JRC, cx. 320, n.º 7, fl. 3.

<sup>174</sup> ABM, JRC, cx. 320, n.º 7, fl. 3v. Existe uma conta da capela tomada a Gaspar de Valdavesso datada de 23 de abril de 1736. Até então as contas não tinham sido regularizadas. A conta dos últimos 30 anos foi calculada em 4\$500 réis. O administrador foi notificado pelo juiz sob pena de sequestro. Em 28 de maio de 1796 foi notificado o capitão de artilharia do exército, e cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, Caetano de Velosa Castelo Branco. A primeira quitação de missas data de 5 de julho de 1798, ABM, JRC, cx. 320, n.º 7, fls. 8-14.

<sup>175</sup> ABM, JRC, cx. 320, n.º 7, fl. 3v.

<sup>176</sup> ABM, JRC, cx. 320, n.º 7, fl. 3.

<sup>177</sup> Conforme uma nota à margem do óbito de António Camacho Florença, filho do mercador Manuel Fernandes Camacho, que faleceu a 15 de março de 1652, os «Camachos descendem de judeus. Pero Camacho e suas irmãs estavam fintados em 5 rs pelo lançamento que mandou fazer nesta ilha El Rei D. Filipe em 1605. Provisões do dito rei que conservo em meu poder». O anotador parece ter estabelecido uma ligação familiar entre os nomeados e o defunto, mas não conseguimos confirmar esta relação. ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 73, fl. 181v. Segundo o estudo *Judeus e cristãos-novos na ilha da Madeira 1461-1652*, Pêro Camacho, era também mercador, irmão de Damião Fernandes, filhos do «doutor mester Domingos» e de Catarina Camacha. GUERRA, 2003, «Judeus e Cristãos-Novos na Madeira. 1461-1650», p. 248 e ABM, PRQ, Sé, Casamentos, l.º 51, fl. 59.

<sup>178</sup> ABM, PRQ, JRC, cx. 320, n.º 7, fl. 2.

Um averbamento num livro de óbitos da igreja da Tabua esclarece que António deixou, no seu testamento, um legado de 10\$000 réis à confraria do Santíssimo Sacramento ali existente<sup>179</sup>.

### A Manutenção do Poder e Prestígio Familiar

A morte de António pôs fim a muitos planos delineados pelos pais. Ana de Sousa Florença, agora viúva, à frente dos destinos e negócios da casa, decide fazer um novo testamento a 2 de agosto de 1665, quinze anos depois da morte do marido, e que é revelador do seu poder.

Este documento permite entender como se processa a fragmentação do património livre, que pertencia à casa-mãe, de modo a possibilitar a formação de outros vínculos, as implicações que a vinculação de bens acarreta, quer em termos de obrigações pias, quer no que concerne à obrigatoriedade de manter, consolidar e acrescentar património, sob pena do sucessor perder o morgadio, em vida, para outro herdeiro.

Escolhem-se os sucessores, excluindo os que não podem assegurar a continuidade e outros que, por serem ilegítimos, não asseguram a linhagem. A ideia subjacente, no caso do morgadio principal, conforme expressa Ana Sousa Florença na sua última vontade, era: «perpetuar esta minha família», ideia que se identifica com o desejo de manutenção do poder e prestígio familiar<sup>180</sup>. Deixou como testamenteiros o genro, Diogo Afonso de Aguiar, o irmão, o padre Gaspar de Abreu, e o sobrinho, João de Sousa Florença<sup>181</sup>.

Dispôs dos 200\$000 réis, da sua terça, de «outra forma» tomando-a na Fazenda das Ladeiras, na Tabua, com o que mais lhe coubesse, instituindo um morgadio no neto Francisco Bettencourt de Sá<sup>182</sup>. Deixou-lhe também: «um negrinho por nome Francisco filho de minha preta Maurícia (...) porque dele lhe fiz dote logo em nascendo e é minha vontade o sirva»<sup>183</sup>.

---

<sup>179</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 425, fl. 78.

<sup>180</sup> Vide ESTEVES, 2008, *Do Morgadio à Divisão Iguatária dos Bens. Extinção do Morgadio e Estratégias de Perpetuação do Poder Familiar entre o Fim do Século XIX e o Século XX*, sobre as condições expressas no ato de instituição do morgadio, em particular os objetivos em relação à família, p. 27.

<sup>181</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 255.

<sup>182</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 255v. e ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 426 fl. 47.

<sup>183</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 5.

A instituição do morgadio deveria seguir a linha varonil, e só excepcionalmente poderia continuar na filha mais velha ou no «herdeiro mais chegado»<sup>184</sup>. A fazenda era para ser gozada, mas sobre ela recaía um conjunto de imposições, que Ana esclarece em vários itens do documento.

Em primeiro lugar, os encargos pios: a obrigação de sete missas rezadas em cada ano (cinco a Nossa Senhora da Encarnação, pela sua alma, e duas à Santíssima Trindade, pela alma dos seus pais) e ainda, 600 réis cada ano para a confraria das Almas, da igreja da Tabua, relativos à parte que lhe cabia da terça, e que deveriam ser aplicados em cera para o enterramento dos pobres. Por sua vez, a dita confraria ficava obrigada a celebrar uma missa rezada em cada ano, por sua alma, no Dia de Todos os Santos<sup>185</sup>.

A indivisibilidade do morgadio é assegurada, ao estipular que «por nenhuma vida» a fazenda se poderia dividir, «nem suceder mais do que uma pessoa», nem vender, nem doar, nem hipotecar por dote «nem outra coisa pia nem, por outra via alguma ainda que para isso haja licença de El-Rei nosso senhor»<sup>186</sup>.

Ao sucessor cabia a obrigação de a manter tratada e reparada, de a melhorar, de a fazer crescer «à custa dos seus frutos», consolidando-a. O herdeiro era obrigado a anexar à dita fazenda a terça dos bens livres que possuir aquando da sua morte<sup>187</sup>. O não cumprimento das condições estipuladas levava a que o sucessor tomasse conta do morgadio, como se o herdeiro anterior tivesse morrido<sup>188</sup>.

As decisões estavam tomadas em relação ao futuro. Pouco ficava ao critério do morgado a não ser a gestão criteriosa da terra, e de outros bens, de modo a produzir, para o sustento familiar, para obter excedentes de modo a satisfazer as obrigações estipuladas e para a acrescentar e consolidar.

Em relação à parte do património, as terças que couberam ao genro, Diogo Afonso de Aguiar, e à filha Maria de Ornelas Florença, de dote, que compreendia casas e terras na Tabua, a instituição do morgadio e as condições de sucessão foram determinadas pelo casal doador.

Ana de Sousa Florença esclarece no referido testamento de 1665 que nomeava como sucessores a filha mais velha dos dotados, ou filho, «preferindo a fêmea ao mancebo, e assim corresse linha direita». A decisão contraria neste, e noutros casos,

---

<sup>184</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 256.

<sup>185</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 256.

<sup>186</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fls. 256, 256v.

<sup>187</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fls. 256, 256v.

<sup>188</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 256v.

a habitual sucessão varonil, numa demonstração clara da preferência pela linha feminina<sup>189</sup>.

Consolidava-se assim a instituição de um vínculo num descendente e perpetuava-se, como a própria referiu, a família e naturalmente o cumprimento dos encargos pios para a salvação da alma. Como garantia dessa continuidade, os bens nomeados no testamento, não podiam «por nenhuma via suceder neles nem herdar religioso ou religiosa» pela ausência de um herdeiro<sup>190</sup>. O mesmo deveria entender-se em relação aos filhos ilegítimos que de modo nenhum deveriam herdar, pois tinha-os «por incapazes da dita sucessão»<sup>191</sup>.

Garantiu o património da sua neta, Ana de Atougua, a quem seriam entregues tornas das casas onde vivia na Rua de João Gago e que já tinha vendido a Manuel Figueiró por 876\$445 réis<sup>192</sup>, e «de tudo o que deve haver por sua carta de partilhas da herança de seu avô Manuel Fernandes Camacho»<sup>193</sup>.

Ana de Sousa Florença salvaguarda, com todo o cuidado, a situação de Domingos Pereira Camacho, o sobrinho, que com ela tinha vivido, e em quem depositava profunda confiança. Esclarece os herdeiros, de modo a que não surgissem suspeições:

«o que gastava era o seu do que por sua indústria granjeava na loja que tem com fazendas que vários mercadores lhe davam a vender e o que nela aumentou é seu como também nas encomendas que por sua conta mandava para fora da terra e retorno delas e vinhos que também fazia sem ser cabedal de meus bens»<sup>194</sup>.

Quis, conforme expressa, descarregar a sua consciência, esclarecendo que ele nunca obtivera lucros através dos bens do casal: de todo o tempo que ajudou nos negócios «não lhe dei cousa nenhuma de seu trabalho e agência e indústria,

---

<sup>189</sup> Vide MONCADA, 1916, A reserva hereditária no direito peninsular e português. Na perspectiva do investigador, houve no século XV, durante um período, preferência pela sucessão seguindo a linha das filhas mais velhas, que D. Sebastião alterou. No século XVII e XVIII afirmou-se a sucessão dos vínculos no filho mais velho, a linha varonil e a primogenitura, de acordo com ALMEIDA, 1870, *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, vol. IV, pp. 990-993. ESTEVES, 2008, Do Morgadio à Divisão Iguatária dos Bens. Extinção do Morgadio e Estratégias de Perpetuação do Poder Familiar entre o Fim do Século XIX e o Século XX, escreve que a sucessão introduzida pelas Ordenações Filipinas privilegiou o «varão primogénito», no entanto até finais do XVIII existiram os dois modelos. Veja-se também a autora sobre classificação de morgadios regulares e irregulares, pp. 24, 25.

<sup>190</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 257.

<sup>191</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 257v.

<sup>192</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 5v.

<sup>193</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 5v.

<sup>194</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 4.

com a qual adquiria o casal grandes acrescentamentos e só lhe dava de comer»<sup>195</sup>, «só sustento lhe dava», e «sem outro gasto de sua pessoa»<sup>196</sup>. Manda que lhe sejam entregues os móveis, que era dono, e que estavam na sua casa, assim como 50\$000 réis.

Demonstrou algum cuidado também com a sua moça, Ana Sardinha. Averbou no testamento, o pagamento de 25\$000 réis e uma cama pelos mais de 30 anos que a tinha servido<sup>197</sup>.

A situação financeira da casa é cuidadosamente ponderada e são definidas as decisões que os testamenteiros deverão tomar. Quanto às contas que por sua morte deixaria pendentes com caseiros da Tabua, e outras pessoas «de fora», esclarecia que tudo estava registado no seu livro, que ficaria em poder dos testamenteiros. Pedia-lhes, em relação aos devedores, «moderação nos pagamentos porque talvez não podem satisfazer tudo em sólido» e, atendendo às situações, algum favorecimento, como «algum tempo para sua satisfação»<sup>198</sup>.

Quanto aos negócios com outros mercadores, deveriam dar «inteiro crédito» às contas apresentadas por Richard Pickford<sup>199</sup> e Manuel Fernandes Mondim e a outras pessoas, «em tudo o que eles disserem por seus livros e o houver despendido por minha conta e a minha ordem».

Para a satisfação do que tinha decidido, implicava as pessoas da sua confiança: Diogo Afonso de Aguiar «por ser pessoa a quem recomendava e com efeito fazia todos os meus negócios e quero se lhe dê em tudo inteiro crédito como também a Domingos Pereira Camacho a quem ordenava o mesmo como pessoa desta minha casa»<sup>200</sup>.

Quando Ana de Sousa Florença morreu, nas casas do Terreiro da Sé, a 15 de junho de 1668 o testamento feito por mão de João de Sousa Florença e já aprovado em 1665, por João Rodrigues Quaresma, continuava válido<sup>201</sup>. Foi enterrada, com

---

<sup>195</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 4v.

<sup>196</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 4.

<sup>197</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 4v.

<sup>198</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 5.

<sup>199</sup> Sobre os negócios do mercador inglês Richard Pickford na Madeira, *vide* FREEMAN, 2002, «Freeman's Letters, 1680: nos 159-182». *Através da carta que Freeman dirige a 19 de abril de 1680 à Pickford & Company sabemos que transaciona tecidos e vinhos (pp. 139-165).*

<sup>200</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 3, fl. 5.

<sup>201</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 426, fl. 46v.



hábito de saial, no Convento de São Francisco, na sepultura do marido que tinha «no corpo da dita igreja»<sup>202</sup>.

Quis um funeral com acompanhamento de todo o Cabido da Sé e outros sacerdotes da catedral, de Nossa Senhora do Calhau e de São Pedro, com esmolas aos frades de São Francisco no valor de 5\$000 réis. A acompanhar, todos os extravagantes, com esmola de 60 réis para cada um, cinquenta pobres com as suas tochas, a quem deveriam atribuir esmolas.

O cortejo fúnebre deveria integrar as cruces das confrarias, ofertadas com 200 réis cada uma, e serem celebrados dois ofícios de nove lições, um no Convento de São Francisco e outro na Sé, de onde era freguesa, com oferta, para cada um, de 20 alqueires de trigo, um quarto de vinho e uma vitela que custasse 3\$000 réis, e ainda a esmola do costume. Entre outras disposições, mandou que lhe dissessem todas as missas possíveis no dia do falecimento e nos dois dias seguintes<sup>203</sup>.

A 9 de julho de 1668, ano da sua morte, o capitão Diogo Afonso de Aguiar deu entrada do seu inventário, no juiz dos órfãos do Funchal.

#### O Aposento da Tabua e a Edificação da Capela da Nossa Senhora da Conceição

A instituição do morgadio da Tabua, que pertenceu ao referido capitão e a Maria de Ornelas Florença, alicerça-se no património entregue como dote e em bens que lhes couberam por morte de Ana Sousa Florença.

A descrição inserta na *Corografia Insulana*, relativa ao lugar da Tabua, refere que ali «tem a sua quinta com dilatadas fazendas Diogo Afonso de Aguiar, descendente por varonia dos antigos franceses Bettencourts, que das ilhas Canárias passaram a esta»<sup>204</sup>.

Diogo e Maria de Ornelas viveram no seu aposento da Tabua, embora sejam considerados pelo pároco local “fregueses” da Sé<sup>205</sup>. Conhecem-se vários filhos deste casal, a maioria dos quais se batizou na igreja da Santíssima Trindade da Tabua: o capitão Francisco Bettencourt de Sá<sup>206</sup>, primogénito<sup>207</sup>, que casou com Isabel de Sá

<sup>202</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 253v.

<sup>203</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 254.

<sup>204</sup> NASCIMENTO, 1949, *Os Pedreiros Livres na Inquisição e Corografia Insulana*, p. 67.

<sup>205</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 8.

<sup>206</sup> Cf. ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 90v.

<sup>207</sup> Cf. ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 91v. Foi batizado a 12 de julho de 1648, PRQ, Sé, Batismos, l.º 402, fl. 231v.

e Meneses<sup>208</sup>; Ana de Moura<sup>209</sup>; Antónia<sup>210</sup>; o capitão Diogo Bettencourt de Aguiar<sup>211</sup>; Guiomar de Moura<sup>212</sup>, mulher do capitão Jacinto Acciaiolly Vasconcelos<sup>213</sup>; António de Aguiar e Sá<sup>214</sup>, licenciado em Coimbra, que casou com Maria Clara Correia de Abreu<sup>215</sup>; Maria Bettencourt e Sá, que morreu solteira<sup>216</sup>; Pedro Afonso de Aguiar<sup>217</sup>, que também não casou, foi capitão da Companhia de Ordenanças da Tabua, eleito a 30 de maio de 1696<sup>218</sup> e vereador da Câmara do Funchal nos anos de 1717, de 1718 e de 1720<sup>219</sup>; o padre Gaspar Bettencourt de Sá<sup>220</sup>; e, ainda, Rodrigo<sup>221</sup>.

Quando Maria de Ornelas Florença casou com Diogo Afonso de Aguiar o casal herdou a fazenda à beira-mar e as moradias que pertenceram a Manuel Fernandes Camacho e Ana de Sousa Florença. Compreendia a casa principal e uma outra moradia a oeste da primeira<sup>222</sup>.

Foi na sua «quinta da Tabua» que Diogo Afonso de Aguiar edificou, a norte da casa principal, a capela de Nossa Senhora da Conceição, cuja licença para levantamento de altar foi concedida a 26 de outubro de 1686, pelo bispo do Funchal, D. Estevão Brioso de Figueiredo<sup>223</sup>. Criava para ele e sua descendência um espaço próprio de devoção e de enterramento, a última morada.

---

<sup>208</sup> Casaram a 18 de fevereiro de 1692. Ela era filha de Francisco de Sá e de Joana de Meneses, ABM, PRQ, São Pedro, Casamentos, l.º 120, fl. 60.

<sup>209</sup> Batizada a [3] de outubro de 1649. Foram padrinhos Manuel Fernandes Camacho, e Constança de Bettencourt, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 414, fl. 172v.

<sup>210</sup> Batizada na Tabua a 4 de novembro de 1657, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 2.

<sup>211</sup> Batizado na Tabua a 6 de novembro de 1659. Foram padrinhos o padre Gaspar de Abreu Florença e Guiomar de Moura, moradores na cidade, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 8.

<sup>212</sup> ABM, JUD, Funchal, cx., 6658, n.º 6, fl. 64v.

<sup>213</sup> ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 125.

<sup>214</sup> Batizado a 18 de agosto de 1664. Foram padrinhos Francisco Bettencourt de Sá e madrinha D. Ana de Moura, filhos de Diogo Afonso de Aguiar, todos da Sé, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 20 v.

<sup>215</sup> Era filha de João Gonçalves Falcão e de Maria Correia de Abreu, de Alenquer, freguesia de Nossa Senhora da Assunção dos Cadafais, ABM, PRQ, Tabua, Casamentos, l.º 442, fl. 25v.

<sup>216</sup> Batizou-se na Tabua a 19 de agosto de 1666. Foram padrinhos João de Sousa Florença, freguês de Nossa Senhora do Calhau e a sua irmã Maria dos Reis Florença, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415 fl. 29v.

<sup>217</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 8v. Foi batizado em outubro de 1671. O padrinho foi Pedro Bettencourt da Câmara, ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 48.

<sup>218</sup> ABM, CMFUN, l.º 475, fl. 48.

<sup>219</sup> Cf. ABM, CMFUN, l.º 1344 (1717, fl. 53v.; 1718, fl. 31), l.º 1345 (1720, fl. 1) e ABM, CMPTS, cx. 343, cap. 1, fl. 4.

<sup>220</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 11. ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 38v. Refere-se a filiação ao casal.

<sup>221</sup> Foi batizado a 18 de novembro de 1668. O padrinho foi Gaspar de Bettencourt de Sá, seu irmão. ABM, PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 38v.

<sup>222</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 86.

<sup>223</sup> ABM, APEF, *Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal*, l.º 1, mf. 676, pp. 170, 170v.

Figura 4 – A primitiva ermida de Nossa Senhora da Conceição, na Tabua, foi edificada em 1686



Fonte: Fotografia da autora.

Figura 5 – Interior da Capela de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Fotografia da autora.

Figura 6 – Imagem de Nossa Senhora da Conceição existente na capela  
(«Fern. das Caldas, Gaya, 1909»)



Fonte: Fotografia da autora.

Figura 7 – Patena e cálice da Capela de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Fotografia da autora.

Na petição apresentada ao prelado, Diogo Afonso de Aguiar informou que «tinha fabricado uma ermida da invocação de Nossa Senhora da Conceição» e a dotara, para «sua fábrica e reparo», de um pedaço de terra e «dois mil réis de foro fechado em cada um ano que lhe pagava o capitão António Correia Henriques imposto em uma fazenda do Caminho do Meio».

Queria por isso levantar altar «para nesta [capela] se dizer missa» e solicitou às autoridades eclesíásticas a visita e respetiva aprovação. A mesma foi realizada pelo vigário da paróquia, que informou a diocese estar «decentemente ornada e dotada» e a licença foi concedida, alertando o bispo para determinadas condições: o templo funcionaria «sem prejuízo da paróquia guardando-se em tudo» o «costume» do bispado<sup>224</sup>.

Ao longo de mais de três séculos a capela foi alvo de intervenções. Hoje, apesar das obras realizadas, simboliza um dos morgadios ali instituídos. Guarda a lápide tumular datada de 1688 com a seguinte inscrição: «Sepultura de Diogo Afonso de Aguiar e de sua Mulher D. Maria de Ornelas e seus herdeiros». Podemos observar, conforme a descrição: «um brasão: escudo com leão empunhando espada, afrontado a águia bicéfala, sobreposto por elmo envolvido por elementos vegetalis-tas em forma simétrica»<sup>225</sup>.

Figura 8 – Lápide tumular de Diogo Afonso de Aguiar e de sua mulher D. Maria de Ornelas e herdeiros



Fonte: Fotografias da autora.

<sup>224</sup> APEF, *Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal*, l.º 1, mf. 676, fls.170, 170v.

<sup>225</sup> CÂMARA, 2005, *Capela de Nossa Senhora da Conceição*, p. 2.

Ali decorreram cerimónias religiosas da família: em 1689 o casamento da filha Guiomar de Moura com o capitão Jacinto Acciaioly de Vasconcelos<sup>226</sup>. Desta data é o lavabo maneirista em cantaria cinzenta existente na sacristia, em cuja cartela se pode observar o trígama cristológico IHS, encimado por cruz<sup>227</sup>.

Figura 9 – Lavabo em cantaria cinzenta existente na sacristia



Fonte: Fotografia da autora.

### A Consolidação do Património e as Novas Aquisições

A vida familiar de Diogo Afonso de Aguiar e de Maria de Ornelas decorreu entre a Tabua e o Funchal, onde o casal possuía outras moradias e propriedades, nomeadamente a «sua quinta na Cruz de Carvalho», que Diogo comprou a André Fernandes Mondim, a 6 de novembro de 1671, por 9000 cruzados. Tinha o encargo de 7\$000 réis de foro em cada ano ao Convento de Santa Clara do Funchal, que eram pagos 4\$000 no mês de janeiro e 3\$000 em agosto.

<sup>226</sup> PRQ, Tabua, Misto, l.º 415, fl. 125.

<sup>227</sup> CÂMARA, 2005, *Capela de Nossa Senhora da Conceição*, p. 2.

Sobre o contrato efetuado com o mosteiro, sabemos que este se consolidou, quando a 11 do mesmo mês o comprador regularizou com o dito convento, para «mais firmeza sua», os foros antigos e o laudémio que estavam em dívida do tempo de André Mondim. Pagou 18\$000 réis em prata, «moeda corrente», e comprometia-se, como novo foreiro, pela escritura de outorga, quitação e consentimento, assim como aos seus herdeiros, ao cumprimento do contrato<sup>228</sup>.

Usufruíra também de um serrado de canas na Cruz de Carvalho, com um dia de água da levada da Madalena, pelo qual pagava também ao referido convento um foro de 4\$000 réis anualmente<sup>229</sup>.

Eram proprietários de terras na ribeira do Garcia e serrados de vinhas na Caldeira obtidos numa «arrematação por execução de uma sentença da Relação que tiveram contra Dona Helena Salvago com as suas águas que lhe pertencem da ribeira do Garcia»<sup>230</sup>. Possuíam ainda uma horta que compraram a Nuno de Andrada, com pensão de 5\$930 réis «a Nossa Senhora da Conceição da Santa Sé»<sup>231</sup>.

No Funchal tinham herdado, conforme se referiu, «umas casas no canto do Terreiro da Sé, junto a São Francisco, as quais tinham de pensão três mil réis à Confraria do Senhor Bom Jesus da Sé»<sup>232</sup>.

Quando a [28] de janeiro de 1683 o então cónego Gaspar de Abreu Florença faleceu deixou todos os seus bens a Maria de Ornelas, com a pensão de quatro missas perpétuas, duas pela sua alma e duas pela sua irmã Maria de Abreu Florença<sup>233</sup>. Deste património conhecemos uma propriedade de vinhas, cita em Santo Amaro, na paróquia de São Martinho<sup>234</sup>.

Diogo e a mulher possuíam outras fazendas em diversos lugares da Tabua, que eram exploradas por caseiros, como João Gomes, o *Tambor*, e Manuel Pereira, o *Louro*. No sítio do Zimbreiro, tinham uma fazenda na mão do padre Manuel Abreu, outra trabalhada por Gaspar Reis, e a de Agostinho Martins, sem referência ao lugar, e no sítio da Corujeira, cujo caseiro era Domingos Nunes. Possuíam ainda outros bocados no Caboco do Feio, na Ribeira da Viúva, na de Afonso Martins, na Furna,

---

<sup>228</sup> ANTT, CSCF, l.º 22, fls. 66v., 67.

<sup>229</sup> O foro continuou a ser pago pela filha Maria Bettencourt de Sá e depois pelo cunhado Jacinto Acciaiolly de Vasconcelos, Cf. ANTT, CSCF, l.º 24, fl. [22].

<sup>230</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 91v.

<sup>231</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 92.

<sup>232</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 185v.

<sup>233</sup> Gaspar de Abreu Florença enterrou-se na capela-mor da Sé, ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 74, fl. 127.

<sup>234</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 24v.

na Terra Chã, na Eira Nova, no Cabo. E terras e montados no Lombo do Silva e pomares na Cova e no Poço<sup>235</sup>. As zonas serranas eram fundamentais para o fornecimento de madeiras e combustível, a lenha para uso doméstico, assim como espaço para pastagens.

As suas propriedades estendiam-se por outras freguesias rurais. Eram donos de fazendas na Serra de Água e na Ribeira Brava. Nesta localidade detinham terras nas Eirinhas, foreiras do Convento de Santa Clara, cujos foros eram pagos em trigo. Os seus herdeiros continuaram a pagar dez alqueires, pelo mês de agosto, e outros sete por outra fazenda não identificada<sup>236</sup>.

Diogo consolidou o seu património, como era desejo da instituidora do morgadio. Comprou uma terra de vinha nos Zimbreiros aos herdeiros de João Escórcio de Vasconcelos, que tinha sido de D. Gonçalo Henriques, mas cujo foro pertencia ao citado convento, pelo dote da sua filha, madre Isabel. Pagava-o pelo mês de janeiro 2\$000 réis<sup>237</sup>.

Cumprindo o costume, instituiu um vínculo na Fazenda do Pinheiro, na Serra de Água, que integrava também uma terra no limite da dita freguesia «onde chama Serra (...) e que bota ao Pico Redondo»<sup>238</sup>. E possuía um foro no Porto Moniz, que integrou a sua terça<sup>239</sup>.

Algumas terras foreiras de Santa Clara contratualizadas por Manuel Fernandes Camacho, após a sua morte, continuaram na mão da mulher e depois com o genro, Diogo Afonso, que assumiu o pagamento dos foros<sup>240</sup>.

Nesse período, a autossuficiência do morgadio estava alicerçada na terra e no trato mercantil, onde o vinho assumiu o papel principal, mas também noutros produtos. Tudo leva a crer que terá continuado os negócios dos sogros.

As produções agrícolas constituíam uma fonte de rendimentos. Em 1726 trabalham nas fazendas dos Zimbreiros, na Terça, e na Serra de Água 31 caseiros<sup>241</sup>, assim como mão-de-obra escrava.

Entre 1651 e 1683 nasceram várias crianças escravas na Tabua, que eram propriedade de Diogo Afonso de Aguiar<sup>242</sup>: Doroteia, António, Ricardo, Teresa, Sebastiana,

---

<sup>235</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fls. 233-234.

<sup>236</sup> ANTT, CSCF, l.º 24, fl. 118v.

<sup>237</sup> ANTT, CSCF, l.º 20, 6v.

<sup>238</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 33v.

<sup>239</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 34.

<sup>240</sup> ANTT, CSCF, l.º 20, fls. 6v., [105v.].

<sup>241</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 186.

<sup>242</sup> O número de escravos que se apresenta reporta-se aos registos de batismo do período mencionado e a alguns óbitos.



Josefa e Diogo. Conhecem-se ainda outros escravos, como Laureana, que faleceu a 25 de agosto de 1687 e foi alforriada na hora da morte<sup>243</sup>, Esperança, que veio da Guiné, e Bento, servo do casal, que faleceu a 22 de maio de 1680<sup>244</sup>.

### O Primogénito e um Novo Morgadio

Francisco Bettencourt de Sá, o primogénito, obteve por parte da Coroa o alvará de moço fidalgo a 20 de fevereiro de 1661 com um foro de 1\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia<sup>245</sup>. Casou com a sua prima, Isabel de Sá e Meneses, a 2 de fevereiro de 1692<sup>246</sup>.

A avó, Ana de Sousa Florença, escolheu-o para herdeiro de 200\$000 réis da sua terça que tomou na fazenda das Ladeiras, na Tabua «para que haja e herde» e sobre a qual instituiu um morgadio, como já foi referido<sup>247</sup>.

O dote de casamento, cuja escritura foi efetuada a 11 de dezembro de 1688 entre os pais de Francisco e a noiva Isabel<sup>248</sup>, acrescentou substancialmente o seu património. A escritura consagrou a entrega, de parte da referida terça da avó, pelo pai, que a tinha administrado, «para que desde logo» a pudessem «lograr e possuir»<sup>249</sup>.

Recebeu a propriedade nas Voltas, herança de Manuel Fernandes Camacho, com a sua casa de lagar e águas das levadas da Caixa, e da Serra que tinha 2\$000 réis de foro pelo mês de janeiro ao Convento de Santa Clara. Todas as terras que possuíam na Ribeira do Garcia, os serrados de vinhas na Caldeira e a quinta «que foi do bispo sita a Santo Amaro, Freguesia de São Martinho»<sup>250</sup>, com águas do Pico do Cardo «e casas que a dita quinta tem com pensão de 10\$000 réis de foro», ao dito convento<sup>251</sup>.

Dotaram também «as casas do terreiro da Sé», que foram de Manuel Fernandes Camacho, e onde Francisco morava em 1709 com a família<sup>252</sup> e metade da horta que tinham comprado a Nuno de Andrada, com a pensão que já existia a Nossa Senhora

---

<sup>243</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 426, fl. 81v.

<sup>244</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 426, fl. 70.

<sup>245</sup> ABM, CMFUN, l.º 1217, fl. 185.

<sup>246</sup> Ela era filha de Francisco de Sá e de Joana Meneses, ABM, PRQ, São Pedro, Casamentos, l.º 120, fl. 60.

<sup>247</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 255v.

<sup>248</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fls. 90v., 91.

<sup>249</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 91v.

<sup>250</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 91v.

<sup>251</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fls. 91v., 92.

<sup>252</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 92.

da Conceição da Sé<sup>253</sup>. De fora ficaram as casas da Tabua, que integrava a capela de Nossa Senhora da Conceição e outro património, que constituía o morgadio instituído pelos pais de Ana Sousa Florença.

Diogo Afonso de Aguiar entregou-lhe as citadas propriedades «para eles dotados e seus herdeiros lucrarem os usos e frutos para seus alimentos, e por suas mortes deles dotadores virão com elas as partilhas e não serão obrigados a virem com rendimentos dos ditos bens porque esses são para seus alimentos e sustentação de suas pessoas e família»<sup>254</sup>.

Assiste-se deste modo à transferência de património livre e à criação de uma nova casa. O morgadio anteriormente instituído, foi acrescentado. Mas as partilhas não foram pacíficas. Em 1709 estava em andamento um libelo iniciado por Francisco Bettencourt de Sá, contra o pai, na Casa da Suplicação pedindo-lhe «o valor da terça de sua sogra Ana de Sousa Florença»<sup>255</sup>.

Maria de Ornelas Florença faleceu a 18 de dezembro de 1709 e declarou como seu testamenteiro o marido e os três filhos: o padre Gaspar Bettencourt de Sá, o capitão Diogo de Bettencourt Aguiar e o capitão Pedro Afonso de Aguiar. Definiu que a sua terça seria administrada pelo marido e, por sua morte, seria entregue às suas duas filhas, Guiomar de Moura e [Antónia]<sup>256</sup>.

A última decisão sobre o património do casal coube a Diogo Afonso de Aguiar, que faleceu a 29 de abril de 1710<sup>257</sup>. Conhece-se parte do seu testamento, que foi averbada ao óbito, através do qual instituiu por seus herdeiros os seus filhos, e manteve como testamenteiros os já nomeados pela mulher. Vinculou a terça dos seus bens e como sucessor nomeou o padre Gaspar e, por sua morte, o outro filho, Diogo de Bettencourt de Aguiar, em cuja sucessão «se continuaria»<sup>258</sup>. A escolha não recaiu no primogénito, mas desconhecemos o motivo, se era vivo ou já tinha falecido.

A decisão de Diogo assegurou a continuidade da administração do vínculo atendendo à condição celibatária de Gaspar que, embora tivesse uma filha, que fez entrar no Convento de Santa Clara, estava excluída da sucessão por ser ilegítima e freira<sup>259</sup>. Pedro Afonso de Aguiar era também solteiro.

---

<sup>253</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fls. 91v., 92.

<sup>254</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 92.

<sup>255</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6659, n.º 4, fl. 46.

<sup>256</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 75, fl. 135v.

<sup>257</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 75, fl. 138v.

<sup>258</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 75, fl. 138v.

<sup>259</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 36v.

A dimensão efetiva dos bens patrimoniais do casal não foi possível apurar, pois desconhece-se as partilhas após a morte do Capitão Diogo Afonso de Aguiar. Pela análise de outra documentação conclui-se que os outros filhos herdaram também bens livres na Tabua, Serra da Água e Funchal.

### Morgadio da Tabua como Unidade Económica Autossuficiente

Quanto aos bens vinculados, incluindo o morgadio da Tabua e outros bens livres, continuaram por mais de 20 anos a ser administrados pelo filho Gaspar, nomeadamente os bens da terça que deveriam transitar para o irmão, o sucessor, Diogo Bettencourt de Aguiar, herdeiro da casa.

Após a morte do padre Gaspar, que falecera sem testamento, a 11 de novembro 1723<sup>260</sup> havia que fazer a partilha dos seus bens pessoais, móveis e imóveis, e a separação dos bens de vínculo para entrega ao novo administrador, assim como de outros bens livres.

O processo inicia-se a 28 de janeiro de 1726. Como seu inventariante foi nomeado o irmão Diogo Bettencourt de Aguiar, que cedo desistiu<sup>261</sup>, sendo continuado pelo irmão Pedro Afonso de Aguiar, na qualidade de cabeça de casal<sup>262</sup>.

A demora na apresentação do inventário levou o sobrinho Diogo Bettencourt e Sá, filho de António de Aguiar Sá e Maria Clara Correia de Abreu, a requerer o sequestro dos bens que ficaram por morte do tio Gaspar<sup>263</sup>.

Alguns bens, quer na casa da Tabua, quer no Funchal, nomeadamente as casas da Rua de São Francisco, no Terreiro da Sé, onde morava então o capitão Pedro Afonso de Aguiar, continuavam a ser habitados por alguns membros da família, daí a enorme dificuldade em inventariá-los.

Eram então herdeiros Maria de Bettencourt Sá, Guiomar de Moura<sup>264</sup>, Pedro Afonso de Aguiar, a cunhada Maria Clara Correia de Abreu, viúva de António de Aguiar e Sá, falecido no Brasil<sup>265</sup>, e os filhos deste casal: o capitão Diogo Bettencourt e Sá, Maria Isabel de Bettencourt e Sá casada com o brigadeiro João Ferreira dos

---

<sup>260</sup> ABM, PRQ, Óbitos, Sé, l.º 75, fl. 189v.

<sup>261</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 11.

<sup>262</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 7, 8.

<sup>263</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 8.

<sup>264</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 177.

<sup>265</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 42v.

Santos<sup>266</sup>, Francisca Antónia Xavier e Luzia de Moura Aguiar<sup>267</sup>, ainda menores<sup>268</sup>. Não há referência a qualquer outro herdeiro de Diogo Afonso de Aguiar e de Maria de Ornelas Florença.

A análise do inventário por morte de Gaspar Bettencourt de Sá, apesar de condicionada pelo estado de degradação do documento, permite perceber um quotidiano que fora vivido com comodidades e desafogo financeiro, quer na Tabua, quer no Funchal.

A descrição inclusa no processo refere móveis, roupas, várias parcelas de terra, novidades<sup>269</sup>, escravos, bestas e gado (conforme se faz a distinção), bens que totalizaram 10 590\$893 réis dos quais se abateram as dívidas, ficando líquido 7 714\$102 réis e meio<sup>270</sup>.

O «apósito da Tabua», tal como é descrito na época, integrava a casa principal, referida como «a casa da Terça», já pertencente a Diogo Bettencourt de Aguiar e uma «segunda casa», situada a oeste da primeira<sup>271</sup>, pertença do padre Gaspar.

Por esta altura existia um muro que confrontava com a ribeira e pelo norte com a capela de Nossa Senhora da Conceição. Em redor, existiam terrenos livres já na posse de alguns dos filhos de Diogo Afonso de Aguiar.

Atrás das casas, existia um quintal que confrontava a norte «com a fazenda da Capela de Nossa Senhora da Conceição» e a sul com a mesma casa. A leste existiam terras pertencentes a Pedro Afonso de Aguiar e a oeste a Diogo Bettencourt de Aguiar. O quintal está dividido e demarcado e «livre e sem pensão alguma». A segunda casa, o quintal e um poço que pertenciam ao padre Gaspar, entraram nas partilhas. Era também dele uma horta que se situava das casas para «a banda do mar», até onde chamam «o terreiro de jogar», que limitava a propriedade<sup>272</sup>.

Os bens móveis e imóveis descritos são elucidativos de parte da riqueza que ficara dos pais, e do património pessoal do referido padre, quer herdado quer adquirido.

Declara-se um conjunto de bens de raiz na Tabua, nomeadamente uma propriedade de vinhas e árvores de fruto, onde «chamam a terça» com «metade de

---

<sup>266</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 8.

<sup>267</sup> É referida em outros documentos, já depois da morte do pai como Luzia de Moura Aguiar. Após a morte da mãe aparece como herdeira Luzia Catarina. Tudo indica que é a mesma pessoa.

<sup>268</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 42, 66v., 67 e 178.

<sup>269</sup> Nome empregue para definir o conjunto de produções agrícolas mais recentes.

<sup>270</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 231v., 232.

<sup>271</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 86.

<sup>272</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 88v

uma casa palhaça», uma terra semeadiça na Ribeira da Caixa<sup>273</sup>, dois pomares na Terra Chã, outros na Ribeira da Tabua<sup>274</sup>, a sexta parte de uma fazenda de vinhas património do padre Gaspar de Abreu Florença, em Santo Amaro<sup>275</sup>, duas fazendas «de seu património», na Corujeira, parte na Terra Chã, que confrontava pelo norte com as freiras do Convento de Nossa Senhora da Encarnação e com Diogo Bettencourt de Aguiar, e outra parte «onde chamam» a fazenda de Domingos Nunes<sup>276</sup>. Uma terra na Tabua conhecida por dos «Espindollas», que tinha como caseiros Manuel Pereira e João Gomes, regava com água da Levada das Voltas. Tinha de pensão 8\$500 réis de foro fechado às freiras de Santa Clara<sup>277</sup>.

No Zimbreiro, foi declarada uma terra com um caseiro, Agostinho Rodrigues<sup>278</sup>, e outra trabalhada por Gaspar dos Reis, que confrontava com fazendas de outros herdeiros: de Maria Bettencourt e Sá e de Pedro Afonso de Aguiar. Era regada com água da Levada da Caixa<sup>279</sup>. No mesmo local, outra fazenda que «faz o reverendo padre Manuel de Abreu»<sup>280</sup>. Um pomar na Terra Chã, onde era caseiro Domingos Dias<sup>281</sup>, terras no Caboco do Feio<sup>282</sup>, na Ribeira da Viúva, na Eira Nova, na Ribeira da Tabua, um pomar e terras semeadiças que «fazia» Luzia de Andrade e confrontava com Pedro Afonso de Aguiar<sup>283</sup>.

Possuía também propriedades na Serra de Água, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, uma terra semeadiça e um pomar onde chamam Cova<sup>284</sup>, outra fazenda no Poço, com um pomar e inhames<sup>285</sup>, ainda onde chamam «ribeira de Afonso Martins», que partia pelo sul com a fazenda da igreja da Santíssima Trindade, da Tabua<sup>286</sup>, na Furna, cultivada por Vicente Rodrigues<sup>287</sup>, na Terra Chã, no Cabo e no Lombo dos Silvas<sup>288</sup>. Um foro fechado de rendas pago anualmente por herdeiros de Francisco Gomes,

---

<sup>273</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 23v.

<sup>274</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 24, 26.

<sup>275</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 24v.

<sup>276</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 26, 89v.

<sup>277</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 28v., 93.

<sup>278</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 28v., 89v.

<sup>279</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 28v., 90, 90v.

<sup>280</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 90v.

<sup>281</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 91.

<sup>282</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 91.

<sup>283</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 92.

<sup>284</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 94.

<sup>285</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 94v.

<sup>286</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 29.

<sup>287</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 29v.

<sup>288</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 95v.

do Massapez, na Tabua, e outros dois foros pagos em trigo por outros indivíduos<sup>289</sup>. A avaliação incidu também numa casa que existia na fazenda da Corujeira com dois lagares<sup>290</sup>. E no Porto Santo, tinha a terça parte da Longueira<sup>291</sup>. Dispunha igualmente de património na cidade: a quarta parte de casas da Rua de São Francisco<sup>292</sup>.

Do inventário constam ainda escravos: «Um mulato por nome Bernardo» com cerca de 40 anos, que residia em casa da herdeira Guiomar de Moura, avaliado em 80\$000 réis, Francisco do «gentio de Angola», avaliado em 70\$000 réis, e António, que valia 80\$000 réis e a «preta», Antónia, «ainda moça»<sup>293</sup>.

A carta de partilha de Gaspar mencionava também a mulata Josefa «que o defunto reconhecia por sua filha a qual metera em Santa Clara», com o dote de 50\$000 réis. Determinou que na eventualidade de sair do mosteiro deveria ficar com sua irmã, Maria de Bettencourt de Sá, para «se servir dela»<sup>294</sup>.

Sobre a administração dos bens dos pais conhece-se um recurso que interpôs à Coroa. Em 1715, o padre Gaspar Bettencourt de Sá recorreu ao rei sobre uma decisão do governador da ilha, Pedro Alvares da Cunha, a quem acusou de exercer «poder absoluto», sem o ouvir, como suplicante.

Tratava-se da abertura de um novo caminho na Serra Água «pelas terras e montados de um seu casal», que representava «gravíssimo prejuízo». Na sua opinião não havia «necessidade alguma do povo», já que existia outro acesso que, conforme explicou, sempre «serviu desde o descobrimento» da ilha<sup>295</sup>.

Na sua argumentação, defendia que existia o caminho da Fonte de Álvaro Vaz, que começava na encumeada e ia até à Ribeira da Serra de Água, onde se dividia o caminho pela Ribeira do Pico com destino à cidade. Na sua opinião, o mesmo servia o povo de São Vicente e o da Serra de Água para a deslocação até à Ribeira Brava, pois descia pela Ribeira da Serra de Água.

Gaspar dá conta que o povo por ali passava, sem o menor incomodo, em «muita parte pelas terras do suplicante». E considerava que não era justo abrir um novo caminho «de mais de uma légua de distância» pelas fazendas e montados que lhe pertenciam<sup>296</sup>.

---

<sup>289</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 30.

<sup>290</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 86v., 87.

<sup>291</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 30.

<sup>292</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 26

<sup>293</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 25v.

<sup>294</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 36v.

<sup>295</sup> ANTT, PJRFF, l.º 970, fl. 5v.

<sup>296</sup> ANTT, PJRFF, l.º 970, fl. 5v.

Queixa-se que as mesmas ficavam «totalmente destruídas por ficarem abertas e expostas, não só aos danos das novidades, mas também ao roubo dos gados». Pediu por isso ao rei a suspensão do dito caminho e reposição «de tudo no antigo estado». A resposta de D. João V foi tomada a 18 de maio de 1715 que mandou suspendê-lo até a tomada de uma nova resolução<sup>297</sup>.

A casa da Tabua constituía no tempo dos seus pais uma unidade económica autossuficiente. Aos produtos agrícolas, com destaque para a produção vinícola, juntavam-se a criação de gado vacum, ovinos, caprinos, suínos, asnos, «bestas», peixe e madeiras.

Durante a sua administração, Gaspar alugou uma loja na Rua dos Pintos que servia «para recolher nela os vinhos do dito casal», referindo-se a Diogo Afonso de Aguiar e Maria de Ornelas<sup>298</sup>.

Em março de 1726 integraram o inventário 48 pipas de vinho, para além de três barris de vinho de balseiras<sup>299</sup>, que foi repartido com os caseiros, e seis barris e almude e meio de água-pé, que lhes foi oferecido<sup>300</sup>.

A destilação e fabrico de aguardente era uma atividade complementar. Em relação 1725, refere-se 16 almudes do produto «que se fizeram das borras de vinho que ficaram por morte do defunto»<sup>301</sup>. Para além do vinho, a casa contava com a produção de trigo, como então se refere, com os ditos «rendimentos de pão»<sup>302</sup>. Juntavam-se as nozes, das fazendas da Tabua e Serra de Água, centeio, cevada, castanhas, inhame, favas, feijão, peros e ervilhas. A fazenda de Santo Amaro, no Funchal estava também na mão de caseiros e produzia vinho, trigo e cevada<sup>303</sup>. No Porto Santo o cultivo privilegiava a cevada<sup>304</sup>.

Grande parte da exploração das terras assentava no trabalho dos caseiros e na partilha das produções quer agrícolas quer de animais. A «conta de dispêndio» que Gaspar tinha feito com os 31 caseiros do casal que trabalhavam diversas terras,

---

<sup>297</sup> ANTT, PJRFF, l.º 970, fl. 6.

<sup>298</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 190v.

<sup>299</sup> Refere-se à cultura de vinhas que se obtém «plantando-se as costas das ribeiras, e partes mais frias de árvores com vinha a que chamam balseiras», VIEIRA, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira, Séculos XV a XX*, pp. 86, 88.

<sup>300</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 164.

<sup>301</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 120.

<sup>302</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 117, 117v.

<sup>303</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 112v.

<sup>304</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 122.

nomeadamente a do Zimbreiro, da Terça, da Serra de Água, e de outros lugares totalizou 378\$401 réis<sup>305</sup>.

A atestar o trabalho quotidiano estão inúmeros equipamentos como um grande arado, duas mondadeiras, duas peneiras, duas joeiras, bacias de arame, cinco safatinhos em verga, três canastrinhos, pedras de lagar, tonéis, barris, vasilhas, almudes, potes, um grande alambique, uma plaina de carpinteiro, uma machadinha, machados, uma mó de amolar, uma goiva, um martelo, barras de ferro, arame, três balanças, uma enxó de calafate, 29 pesos, alguidares, sete libras e meia de barbante, uma grelha e frigideiras. Ainda, uma panela pequena do Brasil, três alguidares de amassar, duas boticas empalhadas, um roquete, entre muitas outras coisas<sup>306</sup>.

Durante a vida de Gaspar, na Tabua, são referidos os rendimentos da pesca. No dito inventário são mencionadas inúmeras linhas de pesca e 650 anzóis<sup>307</sup>. Citam-se dois «barcos de pescar do dito defunto» um dos quais «trazia João Rodrigues Galvão» e um bote. Outra das embarcações estava com Gaspar dos Reis e necessitava por esse tempo de «um grande concerto», mas não havia quem o concertasse<sup>308</sup>.

Sabe-se que o peixe era utilizado para consumo próprio, como atestam os cinco quartos de peixe salgado que integraram o inventário da casa da Tabua<sup>309</sup>, mas tudo indica que houve uma aposta comercial na atividade piscatória. Em 1725, após a morte de Gaspar, Pedro Afonso de Aguiar pagou a João Duarte uma dívida do irmão, relativa ao arrendamento do dízimo de dois barcos, no ano 1723<sup>310</sup>.

## O Novo Sucessor e os Outros Herdeiros

O inventário de 1726 clarificou e deu posse definitiva a Diogo de Bettencourt de Aguiar, o novo administrador, de alguns bens que estavam sob a administração de Gaspar Bettencourt de Sá, conforme determinou no testamento o seu pai, Diogo Afonso de Aguiar.

Por esta data, a casa principal da Tabua já estava na posse de Diogo Bettencourt de Aguiar<sup>311</sup>, cuja moradia no Funchal se situava na Rua do Mosteiro Novo<sup>312</sup>.

---

<sup>305</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 186.

<sup>306</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 71.

<sup>307</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 207v.

<sup>308</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 163v.

<sup>309</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 72.

<sup>310</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 147.

<sup>311</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 52.

<sup>312</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 47.



Após a morte de Gaspar, o novo administrador recebeu a sua legítima<sup>313</sup>. Tratava-se de um conjunto de bens de vária natureza: prata, mobiliário, gado, madeiras, objetos de uso doméstico, a quarta parte das casas da Rua de São Francisco, onde tinham vivido os pais, para além da Tabua, que ascendeu a 663\$840 réis<sup>314</sup>.

Dos bens móveis destacam-se dois castiçais de prata, uma mesinha pequena de noqueira, uma caixa encourada preta, três caixas de madeira do Brasil, uma que «serviu de açúcar» e outra de vinhático, um baú, «um cavalete de celas», uma espada e adaga, uma prensa de cartas, uma banca de amassar, quatro tabuleiros, duas garrafas e um púcaro de vidro, meio almude, duas jarras, duas ceilas, 15 guardanapos adamascados, cinco toalhas de mesa, três botijas. Ainda, madeiras de diversos tipos, nomeadamente dois chaprões de dez palmos, dois frechais de cedro, 416 estacas de urze, cinco lumieiras de til, um caixão de til, seis travetas que estavam em canteiros, cortiça, seis arrobas e meia de gesso, cinco barras de cabo delgado.

No rol entraram também várias peças de gado que estavam com caseiros: uma jumenta, entregue a Domingos Pestana, uma vaca, 13 ovelhas, 13 carneiros, 45 cabras, nove porcas, um bácoro, a parte que lhe cabia de três novilhos, entregue a um caseiro do Pomar da Cova, a metade de uma novilha. Também 50\$000 réis de mercadoria, que não se especifica, e uma imagem de São Caetano. Recebeu com alguns objetos da Serra de Água: três botijas, uma plaina de tanoeiro, um machado. Entre outros bens, cujo estado do documento impossibilita a leitura. O total atingiu 876\$059<sup>315</sup>

Como herdeiro da terça do pai, Diogo Bettencourt de Aguiar, herdou «umas casas no canto do Terreiro da Sé junto a São Francisco as quais tinham de pensão três mil réis à confraria do Senhor Bom Jesus da Sé» e uma «casa no aposento da Tabua com um quintal», pelo qual pagavam 150 réis à fábrica da igreja da Tabua<sup>316</sup>.

Devia receber ainda a «malfeitoria» que Gaspar lhe tinha feito, pela telha que tirou, de uma casa na fazenda da dita terça «em que se fez património a Igreja de Nossa Senhora da Conceição», o «feitio de Nossa Senhora da Conceição de chumbo com coroa de prata», que tinha custado 11\$250 réis, uma imagem de Santa Ana, avaliada em 1\$000 réis, nove «paineizinhos e sete relicários», «uma cruz de relíquias», um estrado de castanho, quatro tamboretas, uma cadeira de cedro, e outras coisas<sup>317</sup>.

---

<sup>313</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 184.

<sup>314</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 184v.

<sup>315</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 184, 184v.

<sup>316</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 185, 185v.

<sup>317</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 185.

Coube-lhe também dois barcos, o tanque que o defunto possuía no quintal da Tabua<sup>318</sup>, uma fazenda, vinhas e árvores de fruto na Terra Chã, Corujeira, que partia pelo norte com as freiras de Nossa Senhora da Encarnação e com Diogo de Bettencourt de Aguiar<sup>319</sup>, uma propriedade de vinhas onde chamam Terça, na Tabua, metade de uma casa palhaça que Gaspar tinha comprado<sup>320</sup> e outros bens de menor importância.

Da terça de Ana de Sousa Florença herdou 24 tonéis usados na casa das Ladeiras, duas caixas, uma de cedro e outra de castanho que se encontravam na referida casa, e 58\$337 réis, «que tantos houvera pela co-herdeira D. Isabel de Sá e Meneses», mulher do irmão Francisco Bettencourt de Sá. Eram «dos bens que foram sonegados da dita terça de Ana de Sousa Florença», que Isabel tinha recebido «por conta dos principais da dita terça», assim como o juro de 5%, que deveria ser pago pela co-herdeira<sup>321</sup>.

A partilha definitiva de bens livres totalizou 10 590\$893 réis, que incluíam parcelas de terra, móveis, peças de ouro prata e estanho<sup>322</sup> madeira, novidades, escravos, bestas, e gado, dos quais se abateram dívidas e compromissos restando 7714\$102 réis,<sup>323</sup> a dividir por Diogo Bettencourt de Aguiar, Pedro Afonso de Aguiar, os herdeiros de António de Aguiar, Maria Bettencourt e Sá e Guiomar de Moura.

Os outros herdeiros receberam heranças menores, como era comum. Os de António de Aguiar, entre várias coisas, receberam a metade da fazenda de vinhas e árvores de fruto por cima da Ribeira da Tabua, onde chamavam o «Lugar dos Espínolas», uma terra na Eira Nova, terras semeadiças no Cabouco do Feio e Ribeira da Viúva, metade da fazenda da Corujeira e outra na Ribeira da Caixa, um foro no valor de 25\$000 réis pagos em 12 alqueires e meio de trigo, pelos herdeiros de um caseiro do Pico do Ferreiro, todos relativos à Tabua. Um jarro, uma salva, um relógio e fivelas, em prata, um tabaqueiro, um caderno do ofício de Santo António e Santa Isabel, uma frasqueira, um tinteiro, uma imagem do Menino Jesus, em marfim<sup>324</sup>.

Pedro Afonso de Aguiar recebeu metade da horta que ficava para a banda do mar na Tabua, e a metade de corredor a que chamavam «terreiro de jogar», uma portada e uma parede junto aos aposentos da Tabua, um pomar na Ribeira da Tabua,

<sup>318</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 207.

<sup>319</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 210v.

<sup>320</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 211.

<sup>321</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 185.

<sup>322</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 212.

<sup>323</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 201v.-203.

<sup>324</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 214, 215.

outro na Cova da Serra de Água, dinheiro das novidades, um faqueiro, «a metade da quarta parte das casas em que vive na Rua de São Francisco», a sexta parte de uma fazenda de vinhas em Santo Amaro, uma terra de vinhas e árvores de fruto no Zimbreiro, três balanças, um leito de nogueira, um cobertor de damasco, oito maços de papel, uma bengala com cabo de marfim, uma frasqueira, um sinete de prata, uma caixa de cedro, quatro libras de munições, um gomil, uma faca de ponta com cabo de marfim, um almofariz, um estojo com sete navalhas e uma tesoura, um faqueiro inglês com 12 facas, entre outros objetos de uso doméstico, e dois jumentos, uma vaca e um novilho<sup>325</sup>.

Maria Bettencourt e Sá, para além de herdar o quinhão da sua legítima, acertou contas em relação à meia terça de sua mãe no valor de 19\$306 réis. Inicialmente a meia terça deveria pertencer, como tinha sido decidido, à irmã Antónia, mas tudo indica que na altura da partilha já tivesse falecido.

Recebeu metade de uma fazenda de vinhas «no lugar dos Espidollas» terras semeadiças na Serra de Água, na Terra Chã, outras no Cabo, na Furna, 331\$920 réis pela metade da quarta parte das casas que foram dadas a Gaspar, em São Francisco. Recebeu um crucifixo de ouro, uma bandeja de prata, 254\$183 réis provenientes da venda de vinho, dinheiro das novidades, «um escravo do gentio de Angola», louça francesa, uma imagem de Santa Catarina, uma caixa de cedro e um faqueiro com quatro facas de cabo de marfim<sup>326</sup>.

Guiomar de Moura tinha herdado a meia terça da mãe e à conta dela recebeu metade da fazenda na Corujeira, duas fazendas nos Zimbreiros, Tabua, umas terras na Serra de Água, onde chamavam o Ribeiro de Afonso Martins, um pomar na Ribeira da Tabua, três pedras de lagar, e um mulato chamado Bernardo, avaliado em 80\$000 réis. Teve direito a dinheiro da venda de vinho, um anel de ouro, oito facas de cabo de prata e garfos, louça de Lisboa, uma caixa de madeira do Brasil, três «safatinhos de verga», um «espreguiceiro», um púcaro de vidro, entre outros objetos<sup>327</sup>. Nas partilhas acertaram-se ainda pequenos valores, fruto de despesas com inventários e outras situações pontuais.

Tratou-se de complexo inventário que terminou em 1727, onde confluíam terças partilhadas, património próprio, benfeitorias<sup>328</sup> no morgadio, bens que estavam a ser usufruídos por alguns herdeiros e que dificultavam qualquer tentativa de partilha.

---

<sup>325</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 215v.-222v.

<sup>326</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 222v.-225v.

<sup>327</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fls. 225-229.

<sup>328</sup> Vide SOUSA, 1994, *História Rural da Madeira: a colónia*; veja-se, sobre benfeitorias, a sua compra e venda, pp. 43, 191.

Os inventariantes desistiam do processo de inventário a favor de outros e atrasavam a todo o custo a entrega do que já estava em sua posse.

Com estas divisões não se concluía a separação definitiva dos imóveis. Permaneciam indivisos terras e casas e outros bens que eram partilhados entre os herdeiros, mantendo-se nas gerações futuras.

Decididas as partilhas, restava ao insatisfeito contestar, como fez Diogo Bettencourt de Aguiar. Alegou «os muitos erros» do processo. Considerava que os bens tinham sido sobreavaliados, que as avaliações não tinham sido feitas a «preços moderados, com prejuízo de todos os co-herdeiros. Na sua perspetiva, não tinha havido um «equilíbrio fraternal»<sup>329</sup>.

### O Difícil Cumprimento dos Encargos Pios

A análise das disposições testamentárias, dos inventários e dos óbitos é elucidativa, também, do modo como que se processava a desintegração do património livre herdado, quer por entidades religiosas, para salvamento da alma, quer por familiares. Neste último caso, criavam-se novos vínculos, morgadios e capelas, que implicavam novos encargos pios.

Poucos anos depois de ter recebido a sua herança, em 1734, Maria Bettencourt e Sá já se encontrava em dificuldades para cumprir os pagamentos da meia terça de sua mãe, no Juízo dos Resíduos e Capelas do Funchal<sup>330</sup>.

O irmão, Pedro Afonso de Aguiar, que morreu solteiro a 13 de maio de 1735, e foi sepultado na capela-mor da igreja do Convento de São Francisco<sup>331</sup>, deixou a esta instituição a esmola 20\$000 réis<sup>332</sup>. Como herdeira principal escolheu a irmã Maria Bettencourt e Sá, para que em sua vida pudesse «lograr todos os seus bens», com encargo de lhe mandar dizer 300\$000 réis em missas, pela sua alma e dos seus pais, com exceção de 20 destinadas às almas do Purgatório<sup>333</sup>.

Maria deveria dar à outra irmã, Guiomar de Moura, quatro pipas de vinho, pensão que terminaria após a sua morte<sup>334</sup>. Quando Maria morresse, a fazenda de árvores de fruto que possuía na Água de Mel, São Roque, «com suas casas de palha», deveriam ser entregues à sobrinha, Guiomar Jacinta de Moura Acciaiolly, casada com

<sup>329</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6669, n.º 9, fl. 233.

<sup>330</sup> ANTT, PJRFF, l.º 981, fls. 87, 88.

<sup>331</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 110v.

<sup>332</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 110v.

<sup>333</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 111v.

<sup>334</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 111.

António Correia Henriques Lomelino, filha da irmã Guiomar de Moura. Deveria lográ-la até a filha Ana «tomar estado». Nessa altura, os bens seriam entregues e iniciariam o pagamento da pensão: um barril de vinho a São Roque, todos os anos<sup>335</sup>.

Ao sobrinho, Diogo Bettencourt de Sá, filho do irmão António de Aguiar, deixou um pomar na Serra de Água, onde chamavam o Pomar da Cova, um pedaço de fazenda nos Rochões dos Paus, outro pomar no Zimbreiro, na Tabua, com pensão de duas missas perpétuas cada ano.

Os restantes bens seriam para o sobrinho, António Acciaiolly Vasconcelos e Sá, constituídos em «bens de morgado na forma da lei do reino preferindo macho a fêmea»<sup>336</sup>, mas com uma ressalva: não havendo descendência, o morgadio deveria ser herdado por outro seu sobrinho, Pedro e seus herdeiros<sup>337</sup>, com pensão de 100 missas por sua alma na entrada de cada administrador. Teria ainda outra pensão em vinho «ao síndico do hospício da Ribeira Brava por espaço de trinta anos», findos os quais a pensão seria extinta<sup>338</sup>. Exigiu que depois da morte de Maria Bettencourt e Sá deveriam mandar colocar quatro tochas, no sepulcro ou monumento do Senhor da igreja da Tabua, cada ano e a título perpétuo<sup>339</sup>.

Pedro declarou ter 900\$000 réis na casa em que vivia, no Terreiro da Sé. Por morte da irmã dariam 400\$000 réis à Santa Casa da Misericórdia. A esta instituição cabia-lhe, todos os anos, dar de «esmola aos lázaros 5 mil réis na forma que melhor lhe parecer, acudindo-lhes nas maiores necessidades que conhecerem, e nunca poderá o senado fazer apreensão do dito dinheiro»<sup>340</sup>. O que sobrasse dessa quantia, a Misericórdia poderia gastar, como entendesse, com os pobres do hospital<sup>341</sup>. A Josefa Gomes, além do salário, deixou 10\$000 réis, e ao moço João de Gouveia mandou pagar o que lhe devia<sup>342</sup>.

Maria Bettencourt e Sá faleceu a 16 de abril de 1740 e foi enterrada na capela-mor da igreja do Convento de São Francisco, na campa da mãe<sup>343</sup>. Sem filhos, distribuiu os seus bens. Como herdeiros principais instituiu os seus sobrinhos Jacinto Acciaioly e Joana Andresa, filha de Pedro Bettencourt de Freitas, com a condição de

---

<sup>335</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 111.

<sup>336</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 111.

<sup>337</sup> Filho de seu sobrinho Acciaioly.

<sup>338</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 111v.

<sup>339</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 111.

<sup>340</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 110v.

<sup>341</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 110v.

<sup>342</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 111v.

<sup>343</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 223v.

se casarem «para ficarem todos os bens juntos para morgado», com pensão de um trintário de missas cada ano na igreja da Tabua.

Na sucessão deviam continuar as filhas mais velhas e só se não existissem é que poderiam ser filhos, «porque sua vontade é que o morgado seja de fêmeas»<sup>344</sup>. No caso de não haver casamento, os escolhidos seriam deserdados e caberia o novo vínculo e pensão a outro sobrinho, Roque Acciaioly, filho de Jacinto Acciaioly.

Os herdeiros deveriam entregar à religiosa de Santa Clara, Isabel de Hungria, filha de Guiomar de Moura e Jacinto Acciaiolly de Vasconcelos<sup>345</sup>, 8\$000 réis em cada ano, durante a sua vida. Garantiu à gafaria dos Lázaros uma pensão perpétua: um saco de trigo pela Páscoa.

Ao seu sobrinho, António Acciaiolly, deixou duas fazendas nos Zimbreiros, na Ribeira da Caixa, e onde chamam dos “Espindolla”, e um pomar, todos na Tabua, e ainda um pedaço de terra na Camacha. Por morte deste sobrinho as terras revertiriam para o morgado. Deixou-lhe também o «preto Diogo». O candeeiro de quatro bicos em prata francesa e destinou-o a sufrágios pela alma da sua tia Guiomar de Moura<sup>346</sup>. Quis que no dia do seu falecimento fossem celebradas, no oratório da sua casa, todas as missas que se pudessem dizer por sua alma, para além de outras recomendações religiosas<sup>347</sup>.

#### Diogo Bettencourt de Aguiar e a Continuidade na Linha Feminina

Diogo Bettencourt de Aguiar obteve da Coroa, como o seu avô e seu pai, o alvará de moço fidalgo a 15 de junho de 1661<sup>348</sup>, pelo qual usufruía de «mil réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia», «que pelo dito seu pai lhe pertence»<sup>349</sup>.

Ao longo da vida desempenhou cargos militares e na administração local. Prestou juramento como capitão de uma Companhia de Ordenanças de São Vicente<sup>350</sup> a 7 de maio de 1689<sup>351</sup>, reformando-se do cargo a 16 de [dezembro] de 1696<sup>352</sup>. Em 1692, foi eleito guarda-mor da saúde na Câmara do Funchal<sup>353</sup> e a 12 de agosto de

<sup>344</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 223v.

<sup>345</sup> ANTT, CSCF, mç. 9, n.º 31, fl. 8.

<sup>346</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fls. 223v., 224.

<sup>347</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 223v.

<sup>348</sup> À margem do documento citado está escrito a data de 1671.

<sup>349</sup> ABM, CMFUN, l.º 1217, fl. 185.

<sup>350</sup> ABM, CMFUN, l.º 1218, fl. 142, 143v.

<sup>351</sup> ABM, CMFUN, l.º 475, fl. 18.

<sup>352</sup> ABM, CMFUN, l.º 475, fl. 47

<sup>353</sup> ABM, CMFUN, l.º 1339, fl. 3.

1704, foi nomeado capitão-cabo da Fortaleza de São João do Pico pelo governador e capitão-geral da ilha da Madeira, Duarte Sodré Pereira.<sup>354</sup>

Filho e sucessor de Diogo Afonso de Aguiar, antes do pai morrer iniciou em 1706 uma diligência de habilitação ao Santo Ofício, através da qual foi considerado «de bons procedimentos e costumes», e que «tinha capacidade para poder ser encarregado de negócios de importância, e segredo». Considerou-se que vivia «limpo, e abastadamente» e sabia ler e escrever<sup>355</sup>.

Em 1717 encontrava-se estabelecido na Ribeira Brava. Possuía casas e horta e duas lojas de vinhos e, em 1718, celebrou um contrato de aforamento enfiteútico perpétuo com a Câmara do Funchal de «dois becos escuros», descritos como «pardieiros», junto das referidas casas, de modo a tapá-los por resultar «grande prejuízo, e roubos nas ditas hortas e casas»<sup>356</sup>. Por eles pagava 400 réis «em dinheiro de contado», cada ano<sup>357</sup>.

Institui um vínculo na Serra de Água<sup>358</sup>, dedicou-se à produção vinícola e acrescentou o património, para enriquecimento da casa. Possuía uma fazenda de vinhas, árvores de fruta e inhames na Tabua, no lugar das Romeiras e Cascalho, foreiras de Santa Clara, com quem celebrou contrato em 1725 e a quem pagava 21\$375 réis de juro retro, anualmente<sup>359</sup>.

Em 1731 residia na Tabua, nas suas «casas de morada»<sup>360</sup>. Era então capitão do exército. Solteiro, Diogo Bettencourt de Aguiar teve um relacionamento com Madalena Silva<sup>361</sup>, filha de João Gomes Garcês e de Isabel Rodrigues, moradores e naturais da Serra de Água, na Ribeira Brava. Desta ligação nasceu Antónia Maria Bettencourt e Sá, natural da dita freguesia e legitimada por carta régia de 18 de janeiro de 1732<sup>362</sup>. Os filhos ilegítimos estavam excluídos da sucessão. A perfilhação foi um modo de garantir a continuidade dos bens vinculados e a administração nos seus descendentes.

Com a legitimação da filha tratou de consolidar o património familiar pelo casamento de Antónia com o primo, Diogo Bettencourt e Sá que, também como o

---

<sup>354</sup> ABM, CMFUN, l.º 1218, fl. 260.

<sup>355</sup> ANTT, TSO, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1203, fls. 1, 2.

<sup>356</sup> ABM, CMPTS, cx. 343, cap. 1, fls. 4v., 5v.

<sup>357</sup> ABM, CMPTS, cx. 343, cap. 1, fl. 6.

<sup>358</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 33v.

<sup>359</sup> ANTT, CSCF, l.º 24, fl. 26v. e l.º 22, fls. 855-856.

<sup>360</sup> ANTT, PJRFF, l.º 981, fl. 47.

<sup>361</sup> Madalena da Silva faleceu a 10 de fevereiro de 1754, ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 428, fl. 85v.

<sup>362</sup> ANTT, CHR, D. João V, Perdões e Legitimações, l.º 140, fl. 57.

seu pai, António de Aguiar e Sá, obteve o alvará de moço fidalgo. Foi concedido por D. João V, a 8 de janeiro de 1723<sup>363</sup>.

A celebração do matrimónio teve lugar a 4 de setembro de 1732, por procuração, na ermida da Fortaleza de São Lourenço<sup>364</sup> e confirmada com a presença dos noivos na capela de Nossa Senhora da Conceição, da Tabua, a 8 do mesmo mês e ano.

A 5 de junho de 1733, o sogro, Diogo Bettencourt de Aguiar, faleceu no Funchal, instituindo por herdeiros e testamentários a sua filha Antónia Maria Bettencourt e Sá e o marido, seu sobrinho. Enterrou-se na capela dos Sás, em São Francisco, e pediu que lhe dissessem 2000 missas pela alma, para além de outras intenções. Deixou à confraria da irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho, «cuja Igreja está junto ao Seminário», 400\$000 réis para o que fosse mais necessário e deveriam também ser entregues 100\$000 réis, cada ano<sup>365</sup>.

Diogo Bettencourt e Sá era natural de Lisboa<sup>366</sup>. Os pais tiveram sete filhos três dos quais faleceram «em idade menor»<sup>367</sup>. Já referimos Maria Isabel Bettencourt de Sá, também nascida em Lisboa, na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai que casou com João Ferreira dos Santos<sup>368</sup>, capitão-mor da vila de Caeté<sup>369</sup>, em Minas, no Brasil<sup>370</sup>. Conhecemos também Francisca Antónia Bettencourt e Sá<sup>371</sup>, que vivia em 1758 na Tabua, e Luzia Catarina ou Luzia de São João<sup>372</sup>, freira no Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal. Em 1726 refere-se que o pai, António de Aguiar e Sá, tinha morrido no Brasil. Nesta data a mãe e as irmãs já residem na Madeira<sup>373</sup>.

---

<sup>363</sup> ANTT, RGM, D. João V, l.º 14, fl. 312.

<sup>364</sup> PRQ, Sé, Casamentos, l.º 56, fl. 177v.

<sup>365</sup> Foi enterrado na «Capela dos Sás», no Convento de São Francisco, ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 78v.

<sup>366</sup> Batizou-se na paróquia de Nossa Senhora das Mercês do Bairro Alto, Lisboa, ABM, PRQ, Tabua, Casamentos, l.º 442, fl. 25v.

<sup>367</sup> ABM, JRE, cx. 42, n.º 12, fl. 2.

<sup>368</sup> Nasceu em Pena Maior, bispado do Porto. Era filho de João Ferreira, natural de Freamunde, Porto e de Margarida Velho, de Pena Maior, ANTT, MCO, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 56, n.º 2, fl. [2].

<sup>369</sup> ANTT, MCO, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 56, n.º 2, fl. [41].

<sup>370</sup> Um filho deste casal, João Ferreira Bettencourt e Sá, nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, vila Caeté, Minas Gerais. Habilitou-se à Ordem de Cristo, que integrou a 12 de agosto de 1767. Refere-se que, pelo lado paterno, descendia de «pessoas nobres, tendo ocupado postos militares mui distintos», ANTT, MCO, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 56, n.º 2, fls. [2], 3, [7]. Estudou na Universidade de Coimbra, foi juiz de fora e intendente do ouro na Baía. ANTT, MCO, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra I e J, mç. 56, n.º 2, fl. [41].

<sup>371</sup> Em outros documentos depois da morte do pai refere-se Francisca Antónia Xavier. Depois da Morte da mãe refere-se Francisca Antónia Bettencourt e Sá. Tudo indica que é a mesma pessoa.

<sup>372</sup> ABM, JRE, cx. 42, n.º 12, fls. 1v., 2.

<sup>373</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6658, n.º 6, fl. 42v.



Diogo, em 1729 pagou 10\$000 réis ao referido convento, pelo dote de entrada da sua irmã Luzia, que ascendeu a 200\$000 réis<sup>374</sup>.

Tal como outros membros da família, Diogo Bettencourt e Sá, seguiu a carreira militar. Ainda solteiro integrou em 1726, a título voluntário, a Companhia de Guarnição da Fortaleza de São Lourenço como «soldado infante». Em 1729, já tinha ascendido ao posto de capitão encontrando-se em 1735 a exercer funções na referida fortaleza<sup>375</sup>.

A mãe, Clara, no testamento que data de 24 de maio de 1757, gravemente doente e antevendo a morte, esclarece que as prendas de ouro e pedras preciosas que as filhas Francisca e Luzia Catarina possuíam «não são coisas que saíssem do casal de seu pai», nem coisas que lhes tivesse dado, mas sim oferecidas pela «sua irmã e minha filha Maria Isabel Bettencourt e Sá»<sup>376</sup>.

Fez herdeiros todos os seus filhos e como testamenteiro nomeou Diogo Bettencourt e Sá. Quis ser enterrada no Convento de São Francisco, destinando 73\$000 réis em dinheiro para missas por sua alma<sup>377</sup>.

Diogo e Antónia tiveram vários filhos, entre os quais, Diogo António Bettencourt e Sá (Camacho)<sup>378</sup> que obteve o alvará de moço fidalgo a 12 de outubro de 1750, por D. José I<sup>379</sup>; Nicolau Francisco Bettencourt e Sá<sup>380</sup>, a quem foi atribuído um alvará idêntico no mesmo dia e ano<sup>381</sup> e que casou com Francisca Guiomar Herédia Acciaiolly e Sá a 9 de maio de 1782<sup>382</sup>; Ana Filipa; Maria Luísa<sup>383</sup>; e Antónia Maria<sup>384</sup>.

Antónia Maria Bettencourt e Sá foi a primeira a falecer, a 23 de janeiro de 1741 e foi sepultada no Convento de São Francisco<sup>385</sup>. O marido, poucos anos antes de morrer,

---

<sup>374</sup> ANTT, CNSEF, l.º 7, fl. 383.

<sup>375</sup> ANTT, PJRFF, l.º 971, fl. 22v. ANTT, CNSEF, l.º 7, fl. 383.

<sup>376</sup> ABM, JRE, cx. 42, n.º 12, fl. 2v.

<sup>377</sup> ABM, JRE, cx. 42, n.º 12, fl. 2v.

<sup>378</sup> ABM, PRQ, Sé, Batismos, l.º 22, fl. 7v.

<sup>379</sup> ANTT, RGM, D. José I, l.º 1, fl. 271. Nasceu a 19 de julho de 1736, PRQ, Sé, Batismos, l.º 22, fl. 7v.

<sup>380</sup> Nasceu no dia 6 de dezembro de 1740, ABM, PRQ, Batismos, l.º 22, fl. 127. Faleceu a 30 de janeiro de 1783 e foi enterrado na igreja de Nossa Senhora das Mercês, ABM, PRQ, São Pedro, Óbitos, l.º 136, fl. 163v.

<sup>381</sup> ANTT, RGM, D. José, l.º 1, fl. 271 v.

<sup>382</sup> Ela era filha de Sancho Gaspar Herédia e de Ana Margarida Bettencourt Acciaiolly, ABM, PRQ, São Pedro, Casamentos, l.º 122, fl. 231v., 232. O casal não teve filhos. Francisca Herédia Acciaiolly casou segunda vez com o capitão Francisco Moniz Herédia, ABM, CMFUN, Testamentos, l.º 1264, fl. 33v.

<sup>383</sup> Tudo indica que foi dado o nome de Maria Luísa a duas filhas. Atendendo a que uma morreu ainda menor a [27] de julho de 1737. Foi enterrada no Convento de São Francisco. PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 169v.

<sup>384</sup> ABM, PRQ, Sé, Batismos, l.º 22, fl. 87.

<sup>385</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 76, fl. 240.

tratou de recolher as filhas no Convento de Nossa Senhora da Encarnação. Seguindo o costume da época, quis assegurar-lhes uma vida sem sobressaltos e desafogada. Ana Filipa (do Vencimento) entrou na instituição a 18 de abril de 1752. Maria Luísa (da Coroa) e Antónia Maria (de Santa Iria) juntam-se à irmã a 19 de maio de 1755<sup>386</sup>.

Diogo Bettencourt e Sá, em 1748, foi reitor da confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Santíssima Trindade da Tabua. Mandou fazer quatro lanternas grandes e duas pequenas, em folha-da-flandres com vidros pintados e douradas, que custaram 306\$00, que ofereceu à referida confraria<sup>387</sup>. Faleceu a 14 de janeiro de 1758. Deixou como testamenteira sua irmã Francisca Antónia Bettencourt e Sá e por herdeiros os seus filhos. Foi sepultado na igreja do Convento de São Francisco<sup>388</sup>.

Aquando da sua morte o filho primogénito, Diogo António de Bettencourt e Sá, com apenas 21 anos<sup>389</sup> era considerado menor perante a lei vigente. Como sucessor do pai, para que tomasse posse dos bens, vinculados ou livres, era necessário solicitar ao rei a sua emancipação, a denominada «Carta de suplemento de idade»<sup>390</sup>. O processo exigia que apresentasse prova das suas capacidades.

Nesse sentido, requereu o pedido ao juiz de fora Henrique Félix de Freitas. Através da audição de testemunhas foi passada uma sentença de justificação, a 21 de janeiro de 1758, através da qual se atestou a sua «capacidade e entendimento para bem poder reger e governar todos os seus bens de morgado e livres, e outros que por qualquer forma lhe pertençam», sem ter necessidade e «dependência de tutor e curador», para a administração, negócios e questões judiciais e extrajudiciais<sup>391</sup>. A sentença, datada de 21 de janeiro de 1758, foi favorável<sup>392</sup>.

O documento da chancelaria, de 4 de maio de 1759, refere que o Juízo dos Resíduos deveria ouvi-lo e às testemunhas, para confirmar o que apresentava sobre a capacidade de administração dos seus bens. Cumpridas as formalidades o Juízo dos Órfãos considerá-lo-ia «emancipado, e de idade legítima, e cumprida» e passar-lhe-ia uma certidão<sup>393</sup>.

---

<sup>386</sup> ANTT, CNSEF, l.º 4, fls. 257v., 269, 270. Em 1808, Maria Luísa e Antónia Maria foram transferidas para o Convento de Santa Clara, assim como todas as freiras. Em 1814, 28 delas regressaram ao Convento da Encarnação «por terem acabado as guerras e ter saído a tropa inglesa do dito convento», ANTT, CSCF, mç. 3, n.º 8, fl. 2.

<sup>387</sup> Igreja da Santíssima Trindade da Tabua, Liv. [Confraria], 1731, fl. [..].

<sup>388</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 79, fl. 124v.

<sup>389</sup> Nasceu a 1 de junho de 1736, ABM, PRQ, Batismos, Sé, l.º 23, fl. 7v.

<sup>390</sup> ABM, JRC-Contencioso, cx. 83, n.º 19, fl. 2.

<sup>391</sup> ABM, JRC-Contencioso, cx. 83, n.º 19, fl. 7v.

<sup>392</sup> ABM, JRC-Contencioso, cx. 83, n.º 19, fl. 11.

<sup>393</sup> ABM, JRC-Contencioso, cx. 83, n.º 19, fl. 2

Deste modo deveria promover a entrega dos bens, quer móveis, quer de raiz, mas com uma ressalva: o novo administrador não poderia «vender nem alhear bens de raiz», se os tivesse, sem autorização judicial<sup>394</sup>. Em junho do referido ano o processo ficou concluído afirmativamente.

As primeiras decisões que conhecemos da sua administração datam de 24 de julho de 1772, quando é estabelecido um foro em que é senhorio o próprio Diogo António Bettencourt e Sá e como pensionário João Pestana e sua mulher Ana de Jesus. Tratava-se de um bocado de terra de situado na Pereira, Serra de Água, que serviria para o foreiro «fazer uma casa palhaça para si e seus herdeiros», com a obrigação de pagar em cada ano duas galinhas<sup>395</sup>.

Em 1772, a 25 de novembro, encontramos Diogo António a vender «benfeitorias de vinhas, inhame e paredes sobre terça dele vendedor», a António de Abreu e seus herdeiros, no Serrado, Serra de Água. Tinha-as obtido por arrematação «em praça pública do casal de seu pai Diogo Bettencourt e Sá». O comprador ficava obrigado a pagar 10\$000 réis cada ano.<sup>396</sup>

O casamento do novo herdeiro realizou-se a 26 de julho de 1779, na igreja de São Pedro, com Jacinta Rosa Correia Henriques, natural desta freguesia, filha de João Bettencourt Henriques e Ana Clara Maria Castelo Branco<sup>397</sup>.

Do seu património pessoal e bens vinculados, sabemos que administrava o vínculo instituído pelo avô, Diogo Bettencourt de Aguiar, uma fazenda na Serra de Água, no sítio do Pinheiro entregue aos caseiros João Francisco Lucas e outra na serra de que eram caseiros José de Abreu e João Silva. Em relação a esta última, a maior parte era livre. Tinha-a arrematado e o título de posse encontrava-se na igreja do Carmo «em caução de certa dívida que lhe devo», conforme esclareceu<sup>398</sup>.

Administrava uma terra no Porto Moniz, cujo foro era pago em trigo pelo morgado Agostinho Ornelas Vasconcelos, que pertencia à terça instituída pelo seu bisavô Diogo Afonso de Aguiar. Explica que a escritura se encontrava em poder do licenciado António José de Sousa da Cunha Dutra e que seria entregue a quem sucedesse nos bens do vínculo que administrava, assim decidiu antes de morrer<sup>399</sup>.

---

<sup>394</sup> ABM, JRC-Contencioso, cx. 83, n.º 19, fl. 2.

<sup>395</sup> ABM, NOT, Ribeira Brava, l.º 7289, fl. 11.

<sup>396</sup> ABM, NOT, Ribeira Brava, l.º 7289, fl. 31v.

<sup>397</sup> ABM, PRQ, São Pedro, Casamentos, l.º 122, fl. 206 v.

<sup>398</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 34.

<sup>399</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 34.

Durante algum tempo foi também administrador dos bens de Jorge Correia Bettencourt Berenguer<sup>400</sup>.

Ao longo da vida acrescentou património, como era desejo de muitos dos seus antecessores. A 7 de maio de 1781, comprou uma terra de inhames na Pereira, na Serra de Água, a José de Andrade Pimentel, que a vendeu em nome da mulher<sup>401</sup>. O mesmo aconteceu a 10 de novembro de 1794. Encontramo-lo a adquirir uma terra na Serra de Água, a Manuel dos Reis e cônjuge, Maria dos Reis<sup>402</sup>.

Os documentos mostram que a posse dos bens que administrava não era pacífica. A 15 de setembro de 1784 foi notificado pelo Juízo dos Órfãos do Funchal, a pedido do tutor geral dos órfãos, Francisco Nunes de Andrade, para dar inventário dos bens que ficaram por morte dos seus avós por haver órfãos interessados, nomeadamente os seus sobrinhos. Foi requerido o sequestro dos bens e das novidades para satisfazer os seus direitos<sup>403</sup>.

A aluvião de 9 de outubro de 1803, que provocou grande destruição na Tabua, atingiu também as suas propriedades. Segundo uma descrição da época a ribeira levou «parte de um grande muro ao morgado Diogo António e uma casa junto à ribeira», assim como uma «grande fazenda» que possuía no sítio da Quebrada, que ficou «quase inculta»<sup>404</sup>.

Diogo António Bettencourt e Sá faleceu no ano seguinte, a 23 de outubro de 1804<sup>405</sup>. No seu testamento de 22 desse mês e ano, declara como testamenteira e herdeira universal dos seus bens livres, que lhe pertenciam ou viessem a advir, à sua «amada e querida mulher», Jacinta. Não teve filhos desse matrimónio, nem ascendentes que pudessem herdar os seus bens. Por ocasião da morte, desconhecia quem seria o novo administrador dos bens vinculados.

Contemplou as irmãs freiras. A Ana do Vencimento, então abadessa do Convento de Nossa Senhora da Encarnação, deixou a quantia de 150\$000 réis, para gastos do seu abadessado, assim como uma quartola de vinho velho<sup>406</sup>. A esta, assim como às outras irmãs, Maria Luisa da Coroa e Antónia de Santa Iria, deixou 10\$000 réis enquanto fossem vivas, para as suas «necessidades religiosas»<sup>407</sup>. Estes pagamentos

---

<sup>400</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fls. 34, 34v

<sup>401</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 1013, fls. 14v., 15.

<sup>402</sup> ABM, NOT, Ribeira Brava, l.º 7295, fl. 95.

<sup>403</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6671, n.º 11 fls. 2, 3.

<sup>404</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 430, fl. [140v.].

<sup>405</sup> ABM, PRQ, Sé, Óbitos, l.º 85, fls. 206v., 207.

<sup>406</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 33.

<sup>407</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 33v.

deveriam ser efetuados pela sua mulher. Após a sua morte, quem sucedesse nos bens deveria cumprir com os legados «em dobro enquanto vivas» fossem, pagamento que só cessaria com a morte<sup>408</sup>.

Por altura do testamento viviam na sua casa, para além do casal, Josefa Valeriana de Castelo Branco, a moça Ana Joaquina, o moço Manuel Pestana, o criado António José e a criada Maria da Luz<sup>409</sup>. Josefa Valeriana foi contemplada com 100\$000 réis, à moça destinou 30\$000 e ao moço outros 30\$000 réis. Mandou pagar os salários dos criados. À criada, pediu que lhe entregassem vinte almudes de vinho da Serra de Água, que se encontravam em casa de Robert Page<sup>410</sup>, o que atesta a continuidade de negócios com este mercador. Perdoou as dívidas aos caseiros Manuel da Silva, ao meirinho, António de Abreu, o *Calçada*, e a Francisco da Silva<sup>411</sup>.

Ao cura da Sé, e vigário na paróquia de São Martinho, quis que lhe entregassem 60\$000 réis para dar esmolas a pessoas recolhidas, e mais necessitadas, em favor da sua alma<sup>412</sup>. Quis ser enterrado no Convento de São Francisco, na capela dos Sás ou dos Acciaiolly, pois pedira licença aos administradores<sup>413</sup>.

A mulher, Jacinta Rosa, contraiu novo matrimónio com João José Correia Camacho, a 4 de setembro de 1807, na igreja da Santíssima Trindade da Tabua<sup>414</sup>. Em 1815, a 22 de julho no sítio do Calhau onde morava na Tabua, fez uma escritura de procuração em que estabelecia o seu marido como seu procurador para que em nome dela a pudesse representar «em todas as coisas e demandas», nomeadamente os seus bens<sup>415</sup>.

Jacinta faleceu a 13 de março de 1816, na Tabua, e foi sepultada na «sua capela de Nossa Senhora da Conceição»<sup>416</sup>. A 1 de julho de 1817, João José Correia Camacho fez o seu testamento. O casal não teve filhos, nem tinha ascendentes. Instituiu por herdeira universal Paula Francisca de Freitas, que vivia na sua casa, filha de José António Freitas e de Lúcia Casemira Rita, do Funchal, «para ser usufrutuária»<sup>417</sup> enquanto vivesse. Por sua morte, os bens passariam a sua sobrinha Guilhermina

---

<sup>408</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 33v.

<sup>409</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 33v.

<sup>410</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 33v.

<sup>411</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 34.

<sup>412</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fl. 34.

<sup>413</sup> ABM, CMFUN, l.º 1264, fls. 32v., 33.

<sup>414</sup> Era filho de João José Correia, natural da Sé e de Inês Maria Rosa Camacho, natural de Santo António e moradores na Sé, ABM, PRQ, Tabua, Casamentos, l.º 423, fl. 134.

<sup>415</sup> ABM, NOT, Ribeira Brava, l.º 7303, fl. 24v.

<sup>416</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos l.º 431, fl. [112v.].

<sup>417</sup> ABM, CMFUN, l.º 1273, fl. 288.

Quintina da Silva, filha de Manuel José da Silva e de Juliana Lucrecia. No caso de Guilhermina falecer Paula Francisca deveria dispor dos bens como entendesse e dar de uma só vez, 300\$000 réis à sua cunhada, Ana Guiomar Correia Henriques, que vivia na sua companhia<sup>418</sup>. Guiomar faleceu a 16 de abril de 1829, na Tabua, no sítio da Praia<sup>419</sup>.

## Os Bens do Vínculo e a Fazenda Nacional

Diogo António Bettencourt e Sá tinha falecido sem herdeiros e sem indicar o sucessor. A Provedoria dos Defuntos e Ausentes, da Junta da Real Fazenda do Funchal, procedeu ao sequestro de propriedades vinculadas e delas tomou conta cumprindo o que determinava nesses casos o *Regimento dos oficiais das fazendas dos Defuntos e Ausentes*<sup>420</sup>.

Conhece-se em particular a ação da Provedoria dos Defuntos e Ausentes entre 1804 e 1819. Promoveu, ao longo desse tempo ao sequestro de propriedades, às arrematações das novidades em geral, das verduras, do trigo, do centeio, da cevada, do vinho, do aluguer e conserto das casas do vínculo, e vistorias. Verifica-se, neste caso, que a tesouraria registava todos os movimentos num equilíbrio entre o deve e o haver.

A 6 de dezembro de 1804, Diogo António Jesus entregou na dita provedoria 181\$200 réis, que a mesma «meteu em arca», relativas às novidades das fazendas do vínculo, que tinha arrematado nesse ano. Refere-se então que pertenciam «ao herdeiro ausente na América Portuguesa» e que dessa quantia tinham sido abatidos 10%, e as custas com os sequestros, rendendo 28\$338 réis<sup>421</sup>. O novo administrador era o desembargador Raimundo Ferreira de Aguiar e Sá Bettencourt, que residia no Brasil.

Ao longo dos anos eram frequentes as arrematações. Jacinta Rosa Correia Bettencourt e Sá<sup>422</sup>, viúva de Diogo António Bettencourt e Sá, a 30 de abril de 1806, entregou 300\$000 réis na Provedoria, relativas à produção do vinho<sup>423</sup>. Mateus de Faria arrematou as verduras das fazendas, pagando a 16 de janeiro de 1806 a primeira

---

<sup>418</sup> ABM, CMFUN, l.º 1273, fl. 288.

<sup>419</sup> ABM, PRQ, Tabua, Óbitos, l.º 432, fl. 81.

<sup>420</sup> SILVA, 1855, *Colleção chronológica da legislação portugueza 1613-1619*, pp. 69-78. O *Regimento dos oficiais da Fazenda dos Defuntos e Ausentes* foi emendado e reformulado a 10 de dezembro de 1613.

<sup>421</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fl. 21.

<sup>422</sup> O mesmo que Jacinta Rosa Correia Henriques.

<sup>423</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fl. 36v.

prestação de 60\$000 réis<sup>424</sup>. A 1 de abril de 1818 o feitor da Tabua entregou 142\$562 réis, provenientes das verduras, e o da Serra de Água 28\$800 réis do inhame<sup>425</sup>.

João Batista pagou a 15 de outubro de 1807, 40\$000 réis pelo aluguer de um ano da casa situada no «canto da Rua de São Francisco»<sup>426</sup>. A 14 de agosto de 1809 a tesouraria pagou ao mestre José Nicolau 288\$200 réis por conta da arrematação que fez para o reparo da referida casa, «apeamento da frontaria» e seu conserto<sup>427</sup>, e no ano seguinte gastou outros 288\$300 para concluir a conta e custas da diligência<sup>428</sup>.

A Provedoria efetuou também avaliações e diversos pagamentos de foros, legados, arrecadação dos bens, custas com notificações, sequestros... Adiantava dinheiro para as sementeiras das propriedades, como fez a João Pestana Duarte, depositário dos bens de Diogo António Bettencourt e Sá, que recebeu para esse efeito 59\$440 réis, a 10 de janeiro de 1807<sup>429</sup>. A 27 de março de 1806 retirou da «arca» 41\$000 réis para regularizar foros da casa da Rua de São Francisco à Fábrica da Sé<sup>430</sup>. E a 10 de janeiro de 1807 pagou 30\$00 réis às irmãs de Diogo António pelo legado anual que lhes deixou<sup>431</sup>.

Os rendimentos entregues na Tesouraria da Provedoria dos Defuntos e Ausentes eram alvo de custas, assim como todos os procedimentos desenvolvidos com os bens vinculados. Neste processo intervinham o provedor, o tesoureiro e o escrivão e, quando necessário, outros funcionários régios como desembargador, o corregedor, o procurador fiscal, o meirinho e outros indivíduos como o depositário dos bens do defunto, o procurador do administrador, os feitores, os arrematadores e quem trabalhava as fazendas.

A 21 de junho de 1808 a Tesouraria da Provedoria dos Defuntos e Ausentes fez o seu balanço geral. Os autos de contas apresentaram 13 451\$357 réis de rendimento, e 5 384\$421 réis de despesas, o que fez um lucro de 8 666\$936 réis<sup>432</sup>. Na sequência deste procedimento, Jacinta Rosa interpôs uns «autos de agravo», que se desconhece o teor, mas com desfecho favorável, recebendo 1501\$061 réis pertencentes às fazendas de Diogo António. Essa quantia foi entregue ao então marido, João José Correia

---

<sup>424</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fl. 28.

<sup>425</sup> ANTT, PJRFF, l.º 524, fl. 18v.

<sup>426</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fl. 59v.

<sup>427</sup> ANTT, PJRFF, l.º 522, fls. 3v., 4.

<sup>428</sup> ANTT, PJRFF, l.º 522, fl. 22.

<sup>429</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fl. 136.

<sup>430</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fl. 131v.

<sup>431</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fl. 136v.

<sup>432</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fls. 79v.-81v.

Camacho<sup>433</sup>, que a 2 maio de 1910 recebeu 805\$588 réis, dos rendimentos dos bens da Tabua, Serra de Água e Ribeira Brava<sup>434</sup>.

Os bens do vínculo, sob administração da Fazenda Nacional, apresentaram balanços positivos em outros anos. Gregório Francisco Perestrelo, como procurador de Raimundo Ferreira de Aguiar, recebeu 444\$029 réis, a 23 de fevereiro de 1818, proveniente das fazendas, dinheiro relativo a esse ano e ao de 1817. A 7 de dezembro de 1818 recebeu outros 353\$306 réis que reportavam a 1817<sup>435</sup>.

A 23 de julho de 1836 teve início os «autos cíveis de posse» de propriedades de Raimundo Ferreira de Aguiar a favor da Fazenda Nacional, que continuava a administrá-las e tomava «conta de seus rendimentos pretéritos, por constar que o dito Aguiar falecera, há muitos anos, e não haver herdeiro, que tais bens reclamem»<sup>436</sup>.

O processo que decorreu no Julgado Oriental da Madeira foi extensivo ao Julgado Ocidental. Seguiram-se inúmeros autos de posse de bens nas freguesias onde existiam, mas o estado de degradação do documento não permite uma leitura pormenorizada<sup>437</sup>.

#### João Blandy adquire a Casa da Rua de São Francisco

A casa da Rua de São Francisco, em frente ao convento com o mesmo nome, no Terreiro da Sé, já anteriormente referida, foi incorporada na Fazenda Nacional como «capela vaga»<sup>438</sup>, sendo arrematada em hasta pública, a 18 de abril de 1838, por João Blandy, negociante britânico na praça do Funchal por 1330\$000 réis<sup>439</sup>.

---

<sup>433</sup> ANTT, PJRFF, l.º 521, fls. 175v., 176.

<sup>434</sup> ANTT, PJRFF, l.º 522, fl. 43.

<sup>435</sup> ANTT, PJRFF, l.º 524, fls. 51, 54.

<sup>436</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6900, n.º 15, fl. [6v].

<sup>437</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 6900, n.º 15, fl. [11].

<sup>438</sup> A necessidade de regular, fiscalizar e fazer cumprir as disposições testamentárias dos instituidores das capelas fez surgir por parte da Coroa, em 1504, o regimento das capelas de Lisboa. *Vide* SOUSA, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira (Finais do Século XV a 1832): Enquadramento Jurídico, Titularidade e Exercício», p. 108. A 10 de setembro de 1604 foi criado o Juízo das Capelas da Coroa para julgar os assuntos respeitantes às capelas que pertencessem à Coroa. O alvará de 23 de maio de 1775 esclarece as decisões que seguiram. Tomé Pinheiro da Veiga foi encarregado, por alvará régio de 13 de outubro de 1619, de fazer o tombo das capelas da Coroa, «por andarem muito sonegadas, e alienadas dela». Na sequência deste procedimento, e de outros até 1775, segundo o referido alvará, foram incorporadas na Coroa muitas capelas que tinham vagado, e explicam-se os motivos: «por extinção das famílias dos instituidores; se não acham com tudo muitas de umas; e outras tombadas; antes os bens de algumas alienadas; outras inteiramente usurpadas; e em outras até a extinta memória da sua existência», SILVA, 1828, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, Legislação de 1775 a 1790*, p. 60.

<sup>439</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 2907, fl.172v.



A 21 de maio do mesmo ano, este proprietário regularizou, definitivamente, junto do Cabido da Sé do Funchal, como administrador da confraria do Bom Jesus da referida catedral, a «pequena parte da casa» que tinha sido comprada, em 1640, a Manuel Fernandes Camacho e a Ana de Sousa Florença, mas que salvaguardava o seu usufruto pelos herdeiros a troco de um foro anual<sup>440</sup>. A escritura de distrate teve lugar a 18 de maio de 1839, pagando João Blandy 60\$00 réis «pela parte da casa ou capital de foro» e laudémio no valor de 16\$625<sup>441</sup>.

Figura 10 – As casas de Manuel Fernandes Camacho situavam-se no «canto» da rua de São Francisco, confrontando a sul com o Terreiro da Sé e Fortaleza



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Charles Courtney Shaw, CCS/280.

Nas décadas seguintes a propriedade vinculada foi alvo de críticas e de projetos legislativos reclamando a sua extinção<sup>442</sup>. No caso específico da Madeira, foram apresentados variados argumentos por António Correia Herédia em 1847, 1848 e 1850. Na sua perspetiva todos sofriam com o regime vincular: «o proprietário, e o colono,

<sup>440</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 2907, fls. 172v. e 173.

<sup>441</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 2907, fl. 173.

<sup>442</sup> Veja-se a propósito ESTEVES, Judite Maria Nunes, 2008, *Do Morgadio à Divisão Iguatária dos Bens. Extinção do Morgadio e Estratégias de Perpetuação do Poder Familiar entre o Fim do Século XIX e o Século XX*, pp. 32-60.

o povo e o Estado»<sup>443</sup> e a sua abolição significava «mais do que em parte alguma liberdade, justiça e economia»<sup>444</sup>.

A lei 19 de maio de 1863 veio por fim declarar alodiais os bens dos morgados e capelas, fazendo sucumbir o regime vincular. Definiu também como proceder à partilha dos bens desvinculados, em relação ao imediato sucessor, do morgado ou capela, e outros familiares<sup>445</sup>.

Três anos depois, a 17 de abril de 1866, Amândio Ferreira de Aguiar e Sá Câmara Bettencourt reclamou da decisão da Fazenda Nacional, «como legítimo sucessor dos bens vinculados, situados nesta ilha, dos quais foi administrador Raimundo Ferreira de Aguiar e Sá Bettencourt»<sup>446</sup>. Alega que depois dele sucedeu o seu sobrinho, António Ferreira da Câmara Bettencourt de Aguiar e Sá, de quem Amândio era irmão.

Natural da freguesia da Conceição de Mato Dentro, da cidade Diamantina da Comarca de Serro Frio, Minas Gerais, Brasil, interpôs um libelo cível, que deu entrada na Comarca Oriental do Funchal. São acusados cerca de 49 indivíduos da Tabua, Serra de Água, Ribeira e Funchal, que tinham adquirido ou já eram herdeiros dos referidos bens, e inclui nessa acusação o delegado do procurador régio da Comarca do Funchal, como representante da Fazenda Nacional.

O suplicante pretendia que fossem declaradas e julgadas nulas as «poses tomadas dos referidos bens vinculados para a Fazenda Nacional»<sup>447</sup>, assim como a sentença que as julgou. Pretendia ainda a restituição de todos os bens e rendimentos arrecadados após a morte do irmão.

Na Repartição da Fazenda Funchal, foi aberta uma praça de propriedades nacionais a 26 de junho de 1866, cumprindo-se, conforme se explica então, a legislação de 13 de julho de 1863 e seu regulamento, relativos às formalidade deste ato processual<sup>448</sup>.

Na ocasião, o delegado do Tesouro, António Joaquim de Vasconcelos apresentou um requerimento de Amândio Ferreira Aguiar, representado na Madeira por Bernardo Francisco Lobato Machado, pedindo a suspensão da venda dos prédios mencionados «por os considerar litigiosos»<sup>449</sup>.

---

<sup>443</sup> HERÉDIA, 1849, *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados*, p. 4.

<sup>444</sup> HERÉDIA, 1849, *Breves reflexões sobre a abolição dos morgados*, p. 13.

<sup>445</sup> VASCONCELLOS, 1864, *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1863*, p. 200.

<sup>446</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 3279, n.º 3, fls. 3, 3v.

<sup>447</sup> ABM, JUD, Funchal, cx. 3279, n.º 3 fl. 3v.

<sup>448</sup> Veja-se a propósito, VASCONCELLOS, 1864, *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1863*, pp. 315-318 e 609-623.

<sup>449</sup> ABM, ATAF, REFFUN, 2.ª Repartição, l.º 2389, fl. 8.

Segundo o requeinte constava que nos dias 26 e 30 andariam em praça, perante o governador civil, as propriedades constantes das listas 104 A e 105 B situadas na freguesia da Tabua e «instituídas como bens da herança jacente do dito Raimundo Ferreira de Aguiar»<sup>450</sup>. Relembrou que decorria uma ação contra a Fazenda Nacional e «outras pessoas como injustas possuidoras» dos bens vinculados, administrados pelo seu tio, e invocou legislação que proibia a venda de bens em litígio<sup>451</sup>.

O delegado do Tesouro considerou a hipótese de suspensão e apresentação da questão «ao Governo de sua majestade», invocando legislação sobre o assunto<sup>452</sup>. Mas, o representante do Ministério Público, Manuel José da Fonseca, teve uma opinião contrária. Considerou infundada a reclamação, afirmando que só poderia ser aceite, provando-se que os bens anunciados para venda eram os mesmos que integravam o libelo instaurado pelo suplicante. O governador civil, Jacinto António Perdigão, como presidente da praça, baseando-se na ausência de provas, indeferiu o requerimento. Decidiu que os prédios seriam arrematados «definitivamente, pelos maiores lanços que fossem oferecidos»<sup>453</sup>. Apesar disso, as citações dos indivíduos acusados no libelo pela posse dos bens decorreram até 1868.

#### Novos Proprietários e o Restauro da Capela

A propriedade, onde fora instituído o morgadio da Tabua, situada no sítio da Praia, que incluía parte de uma casa e das benfeitorias, água e a capela de Nossa Senhora da Conceição integrou os Bens Próprios Nacionais. Tinha 2280 m<sup>2</sup> e foi inscrita no Registo Predial da Ponta do Sol. O registo alude a uma carta de compra celebrada a 23 de março de 1868 por António Oliveira Ferraz e subscrita por Agostinho José Pereira Rodrigues, que foi registada na Repartição Central dos Próprios Nacionais, a 28 de abril de 1868 e na Repartição da Fazenda do Funchal no mesmo ano<sup>454</sup>.

A 15 de maio de 1875, o prédio foi inscrito a favor do mutuário Brás da Silva Agostinho, natural da Tabua, mas residente na freguesia de São Pedro, Funchal<sup>455</sup>, que apresentou a carta de compra. A 11 de abril de 1882 é vendido e adquirido por três indivíduos: Agostinho Rodrigues Cova, Valério Rodrigues Cova, proprietários e

---

<sup>450</sup> ABM, ATAF, REFFUN, 2.ª Repartição, l.º 2389, fl. 9.

<sup>451</sup> ABM, ATAF, REFFUN, 2.ª Repartição, l.º 2389, fl. 9.

<sup>452</sup> ABM, ATAF, REFFUN, 2.ª Repartição, l.º 2389, fl. 8v.

<sup>453</sup> ABM, ATAF, REFFUN, 2.ª Repartição, l.º 2389, fl. 8v.

<sup>454</sup> Registo Predial, Ponta do Sol, l.º B5, fl. 145v.

<sup>455</sup> Registo Predial, Ponta do Sol, l.º B5, fl. 146.

moradores na Tabua, e por Francisco Gomes da Silva, também proprietário e residente na Ponta do Sol.

Na época, a propriedade integrava uma casa sobradada com «uma fábrica de moer cereais, com duas moendas, uma alva e outra rala, uma capela arruinada e terreno de cultivo com suas benfeitorias de paredes, calçada, lanços, bananeiras e soca de cana doce»<sup>456</sup>. Parte era colonizada por Ana, viúva do mestre José. Algumas das benfeitorias já lhes pertenciam, como paredes, e também produtos de algum valor como socas de cana de açúcar.

Sobre a propriedade recaia uma pensão de três litros e 45 centilitros de trigo a Balbina Augusta Camacho de pensão anual, imposta na levada que conduzia a água para o moinho e para a rega do prédio. A compra ascendeu a 1810\$000 réis<sup>457</sup>.

Em agosto de 1883 um dos sócios, Agostinho Rodrigues Cova, faleceu. Como herdeiros da sua parte ficaram a mulher, Jacinta Rosa e oito filhos, alguns deles menores. No inventário orfanológico que decorreu, o prédio urbano situado na Praia é descrito na relação de bens como tendo uma casa sobradada com três lojas e quatro quartos, com dois alambiques e uma caldeira para destilação de aguardente. Outras casas, também sobradadas, uma «que serve de venda» e outra que tinha duas moendas «de moer cereais, uma alva e outra de pedra rija» e «dois telheiros que compõem o engenho, de moer cana doce», assim como «uma capela profanada». O prédio era todo amurado e produzia cana doce<sup>458</sup>.

Sobre esta fábrica refere-se que existiam «130 *pouches* para cozer garapa e duas pipas para depósito do líquido»<sup>459</sup>. Na partilha, o prédio coube à viúva Jacinta Rosa no valor de «quatro contos de réis»<sup>460</sup>. A destilação de aguardente já era uma prática neste local, conforme se fez referência anteriormente à existência de um grande alambique.

Em 1897 decorreu na Comarca da Ponta do Sol um auto de vistoria para a divisão da propriedade, promovida por um dos sócios, Valério Rodrigues Cova<sup>461</sup>. A avaliação efetuada pelos peritos conclui que a divisão não era possível.

---

<sup>456</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 1383, fl. 38v. Confrontava a norte com herdeiros de Francisco Inocência Camacho, sul com a estrada pública e a praia e a leste com o visconde da Caçada e a oeste com a estrada que vai para a Tabua e a Ribeira.

<sup>457</sup> ABM, NOT, Funchal, l.º 1383, fl. 38v.

<sup>458</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 844, n.º 7, fls. 47, 47v.

<sup>459</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 844, n.º 7, fl. 47v.

<sup>460</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 844, n.º 7, fls. 133v., 90, 90v.

<sup>461</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 900, n.º 2, fls. 6, 7

O prédio era composto por uma fábrica de moer canas e outra de cereais, terrenos adjacentes e dois prédios urbanos «que servem de estabelecimento mercantil»<sup>462</sup>. Os peritos concluíram que nenhum deles se podia dividir «sem prejuízo e deterioração dos mesmos»<sup>463</sup>. Não podiam ser estabelecidas «entradas e saídas e servidões precisas para qualquer divisão que se tentasse fazer». Ficou decidido que o prédio seria vendido em praça. A 30 de janeiro de 1898, no Tribunal da Ponta do Sol, foi arrematado por Valério Rodrigues Cova, para si e para José da Silva Novita, proprietário, natural da Tabua e residente na cidade de Santos, no Brasil<sup>464</sup>.

Figura 11 – A propriedade que integrava as casas, engenho e capela de Nossa Senhora da Conceição, Tabua



Fonte: ABM, Colecção Fotográfica do Arquivo e Biblioteca da Madeira (COLFOT), n1790.

<sup>462</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 900, n.º 2, fl. 7.

<sup>463</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 900, n.º 2, fl. 7.

<sup>464</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 900, n.º 2, fls. 8v., 9, 9v.

Valério Rodrigues Cova e a mulher Joaquina Augusta da Luz venderam, a 23 de dezembro de 1905, a metade do prédio a José da Silva Novita<sup>465</sup>, casado com Ana Rodrigues Novita.

Em 1910, «este rico proprietário da freguesia» mandou reconstruir a capela que se achava abandonada. «Os habitantes mais velhos da freguesia da Tabua mal se lembram de estar esta capela aberta aos serviços religiosos», conforme notícia então o *Diário de Notícias* do Funchal<sup>466</sup>.

Escreve-se também que por esse motivo Nuno de Freitas Pestana, administrador do concelho da Ponta do Sol, já tinha deslocado a imagem de Nossa Senhora da Conceição para a capela de Nossa Senhora do Monte, no Lombo das Terças, Ponta do Sol. José da Silva Novita empenhou-se para que a imagem regressasse à ermida, mas sem resultado, «pelo que fez vir de Vila Nova de Gaia» uma nova<sup>467</sup>. É a «Imagem de Nossa Senhora da Conceição de um metro e trinta centímetros, esculpida em madeira, estofada, policromada, [e que está] assinada: «Fern. das Caldas, Gaya, 1909»<sup>468</sup>. A capela foi benzida a 31 de julho do mesmo ano pelo bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto.

Em 1932 o moinho está a laborar<sup>469</sup> e em 1936, a 11 de novembro José da Silva Novita requereu à Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas o seu registo. Situado no sítio da Praia, destinava-se a moer cereal, para venda ao público e encomenda, mediante o pagamento de dinheiro e maquia<sup>470</sup>. Possuía dois pares de mós, tinha o rendimento anual de 576\$00 escudos e capacidade de produção estimada em 152 800 litros<sup>471</sup>.

Em 1940, José das Silva Novita através do seu procurador, requiere o licenciamento da fábrica de destilação de aguardente na Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícola do Funchal. Na memória descritiva e justificativa de 3 de janeiro de 1941 refere-se que o edifício era de alvenaria com área de 1037 m<sup>2</sup> coberta de zinco, com piso em terra dura.

A fábrica possuía uma máquina composta por três cilindros, ligados a um motor a vapor e uma roda hidráulica, uma caldeira do construtor Jones Borton & C.<sup>a</sup> Lda., de Liverpool, sete depósitos de cimento armado para cozimento de garapa, e bombas

<sup>465</sup> ABM, NOT, Ponta do Sol, l.º 5170, fls. 17v., 18.

<sup>466</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, n.º 10584, 02-09-1910, p. 2.

<sup>467</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, n.º 10584, 02-09-1910, p. 2.

<sup>468</sup> Cf. CÂMARA, 2005, *Capela de Nossa Senhora da Conceição*, p. 2.

<sup>469</sup> ABM, DSIEV, Processo de licenciamento industrial, n.º 98, [p. 4].

<sup>470</sup> ABM, DSIEV, Processo de licenciamento industrial, n.º 98, [p. 1].

<sup>471</sup> ABM, DSIEV, Processo de licenciamento industrial, n.º 98, [p. 10].

de elevação de água para a roda hidráulica, para elevação da garapa e alimentar a caldeira, um depósito de água para a caldeira, um alambique com destilação a vapor, com capacidade de produção de cerca de 135 litros por hora.

Possuía uma grande área para pipas de garapa. Num prédio junto à fábrica existiam três tanques em ferro de diversas dimensões destinadas à aguardente, duas arrecadações para pipas e outra para canas<sup>472</sup>.

José da Silva Novita faleceu no Brasil a 7 de setembro de 1946<sup>473</sup>. O inventário teve início em 1950 no Tribunal Judicial da Comarca da Ponta do Sol<sup>474</sup>. Era proprietário de outras terras no sítio da Praia e em outros lugares da freguesia da Tabua. Relativamente ao prédio em questão, pouco se acrescenta. A fazenda era trabalhada parte pelo senhorio e outra por colonos, nomeadamente por Maria Glória Gouveia.

A propriedade urbana era composta por três casas sobradadas: uma onde estava instalado o moinho, outra que servia de comércio e habitação e a fábrica de destilação de aguardente, além da capela da Conceição<sup>475</sup>. O Conselho da Família decidiu a licitação dos bens. As partilhas foram efetuadas entre a viúva, filhos e netos, mas a propriedade manteve-se indivisa<sup>476</sup>.

Ana Rodrigues Novita faleceu a 10 de maio de 1965 no Brasil<sup>477</sup> deixando filhos, netos e bisnetos. A sua parte no prédio integrou o inventário obrigatório que decorreu após a sua morte e que se iniciou em 1977. Realizaram-se posteriormente outras transações entre familiares e outros.

Em 2004, a Secretaria Regional do Plano e Finanças, através da Direção Regional do Património da Madeira, foi responsável pelo restauro da ermida, que terá custado «350 mil euros»<sup>478</sup>. A 28 de janeiro de 2005, a capela de Nossa Senhora da Conceição foi de novo benzida por D. Teodoro de Faria, então bispo do Funchal.

Data de 2006 a última inscrição no Registo Predial da Ribeira Brava que envolve a propriedade. Trata-se de uma venda a favor da Região Autónoma da Madeira, por proprietários, a maioria residentes da Venezuela.

---

<sup>472</sup> ABM, DSIEV, Processo de licenciamento industrial, n.º 225, [fls. 4, 4v.].

<sup>473</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 8192, n.º 1, fl. 2.

<sup>474</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 8192, n.º 1, fl. 1.

<sup>475</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 8192, n.º 1, fls. 31v.-32.

<sup>476</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 8192, n.º 1, fls. 66, 67v.

<sup>477</sup> ABM, JUD, Ponta do Sol, cx. 8192, n.º 1, fl. 101.

<sup>478</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, n.º 41797, 29-01-2005, p. 6.

## Conclusão

Conhecer a dinâmica de uma pequena povoação rural como a Tabua que, em 1577 contava com 54 fogos, e em 1743 já possuía mais de 1000 moradores e entender, nesse contexto, as especificidades do morgadio do capitão Diogo Afonso de Aguiar foram alguns dos objetivos deste estudo.

A análise de alguns dados sobre o povoamento permite perceber que o assentamento ocorreu nas margens de uma ribeira que colocou em sobressalto a população ao longo dos séculos. A Tabua cresceu nas suas margens em direção à serra. A fixação aconteceu aqui ali, de modo disperso, às vezes em lugares quase inacessíveis.

No topo da pirâmide social encontrava-se um núcleo de homens abastados, alguns militares, detentores de propriedades livres vinculadas, mercadores e algum clero. Nos estratos inferiores encontravam-se homens livres, camponeses que possuíam pequenas terras, ou não, que trabalhavam como foreiros, colonos nas fazendas do senhorio, gente dos ofícios, e escravos oriundos de África.

Aos poucos, a paisagem foi humanizada, os poios foram sendo construídos, assim como as casas palhaças, num bocado de terra própria ou nas do proprietário, o morgado, o outro senhorio, como benfeitoria. Era na courela que assentava o sustento da família.

Nos estratos superiores, a terra constituía também fonte de excedentes agrícolas para o comércio, nos casos do açúcar e do vinho. A pequena dimensão da propriedade poderá ter levado os mais abastados à compra de fazendas em vários sítios da localidade e noutras freguesias, como Ribeira Brava e Serra de Água, comprovada pela dispersão geográfica do património.

A nova igreja constituiu um dos pontos agregadores das gentes locais, pelo serviço religioso que prestava por ocasião do batismo, do crisma, do casamento, e da morte. Era ali, na casa de Deus, pela proximidade com os fregueses que, à beira da morte, podiam encomendar a alma, assegurar a salvação, ditando o que mais desejavam no seu testamento. As confrarias congregavam os fiéis e contribuíam também para a profunda religiosidade.

Assistiu-se na Tabua, como em outros lugares da ilha, à instituição de vínculos. No caso específico do morgadio do capitão Diogo Afonso de Aguiar, do Funchal, cujos instituidores foram o mercador Manuel Fernandes Camacho e Ana de Sousa Florença, que o receberam como dote de casamento.

O casal instituiu na filha Maria de Ornelas e no genro, tomando as casas e terras junto à praia da Tabua, onde moraram. O matrimónio e a subsequente construção



de alianças conduziram ao engrandecimento económico da casa e à manutenção do património. Eram um modo de assegurar família e o seu poder, como bem define Ana de Sousa Florença no seu testamento.

As casas da Tabua, com as suas outras dependências, e a capela de Nossa Senhora da Conceição, mandada edificar por Diogo Afonso de Aguiar, funcionam como núcleo estruturante da família onde viveram várias gerações. O mobiliário e os objetos de uso doméstico, como a loiça e as peças de prata, refletem um quotidiano vivido com desafio e comodidade.

A economia da casa assenta na exploração agrícola, canalizada para o trato mercantil, nos casos já referidos, mas também de outros produtos como os frutos e o inhame. A terra é trabalhada por homens e mulheres livres, os caseiros, por escravos, e por pessoal residente na casa: os moços e as moças. À agricultura juntavam-se a criação de gado, a pesca, a salga, a destilação de aguardente, a moagem e o corte de madeiras.

No aposento praticavam-se outras atividades que decorrem da sua dinâmica. Ali eram resolvidos os problemas que se colocavam no quotidiano, como os trabalhos de carpintaria, tanoaria, ferraria e outros.

No Funchal, a família dispõe de casas: a da Rua de João Gago, a do Terreiro da Sé, a Quinta da Cruz de Carvalho, a fazenda de Santo Amaro e a loja alugada na Rua dos Pintos, para o comércio do vinho.

Ao tempo do morgadio de Diogo Afonso de Aguiar a casa revela equilíbrio económico, é autossuficiente e beneficia, naturalmente do rendimento das terras livres e da atividade mercantil instalada no Funchal.

Conhecemos o inventário que decorre após a morte de Gaspar Bettencourt de Sá, o administrador seguinte, que já revela decadência, atestada por algumas dívidas.

Ao longo do tempo assiste-se também à instituição de outros morgadios e capelas, à atribuição de terças a filhos segundos, a dotes para entrada nos conventos que integravam propriedades livres.

Na base das instituições vinculares para além do desejo de manutenção do poder familiar, tanto na ilha, como em outros locais, estão questões de mentalidade religiosa. O medo da morte aviva a importância da salvação da alma pelas boas obras, pelas missas..., preocupação revelada pelos instituidores, aquando da criação de novas capelas fúnebres e morgadios.

As suas decisões implicaram os administradores e outros herdeiros no pagamento de variados encargos pios, num claro exagero, que se manifesta no elevado número de missas que encomendam, muitas vezes a título perpétuo. As dificuldades no seu cumprimento junto da Igreja, conventos, confrarias ou outras instituições

religiosas, motivou muitas vezes a intervenção do Juízo dos Resíduos e Capelas que exigia e fazia cumprir o estipulado nas disposições testamentárias. Em última instância, essa falta de pagamento, das obrigações pias, levou à transferência de bens para as referidas entidades religiosas e também para a Coroa, nomeadamente nos casos de falta de descendência, conforme definida pelos instituidores.

Por outro lado, com o passar do tempo, no que diz respeito às propriedades livres assiste-se à sua fragmentação. As heranças implicaram a divisão de terras de alguma dimensão territorial em múltiplas e pequenas parcelas. As partilhas constituem assim elementos desagregadores desse património familiar. No caso específico das habitações, a partilha entre vários herdeiros era muitas vezes geradora de conflitos, condicionando no tempo a manutenção do próprio imóvel.

No que diz respeito à administração do morgadio coloca-se a questão da boa ou má gestão, do interesse e capacidade dos administradores, pois deveria constituir uma unidade económica viável, como definiam os instituidores.

O novo herdeiro do vínculo, como administrador, tinha pela frente a gestão de património disperso por várias freguesias rurais e, no Funchal, que incluía terras, habitações, casas palhaças, lagares... e animais. A rentabilidade dos bens herdados dependia do seu empenho e dos seus trabalhadores, escravos, dos camponeses livres, dos caseiros, da produção alcançada, da partilha das produções entre o senhorio e colonos.

A realização de contratos celebrados entre proprietários e camponeses conferiu aos últimos o domínio útil da terra e em alguns casos implicavam a transmissibilidade aos herdeiros. Os acordos serviram uns e outros. Para os proprietários era a certeza que a produção se efetuava, garantindo a partilha dos produtos e a obtenção de lucros. Para os camponeses era uma questão de sobrevivência, a possibilidade de obtenção de alimentos. Permitiam também a realização de benfeitorias sobre a terra, que iam desde as socas de cana de açúcar, à construção de paredes e casas palhaças.

Mas, se as benfeitorias funcionaram como melhoramento, benefício, sobre a terra do senhor, também constituíram, uma clara perda de poder e até mesmo uma contradição, na medida em que o instituidor do morgadio defendia a não alienação de património. Verifica-se que, em muitos casos, os contratos celebrados com os colonos permaneceram nos seus herdeiros e, com o tempo, terras e benfeitorias foram adquiridas pelos mesmos.

Diogo António Bettencourt e Sá faleceu em 1804. Durante a sua administração tratou de acrescentar a casa. Comprou terras, mas enfrentou dificuldades na manu-

tenção do património. A 25 de novembro de 1772 vendeu benfeitorias que possuía e que tinha obtido por arrematação em praça do casal de Diogo Bettencourt e Sá, seu pai. Desconhece-se também os motivos desta licitação.

Este património familiar foi alvo de desentendimentos familiares. A 15 de setembro de 1784 Diogo foi notificado pelo Juízo dos Órfãos do Funchal, para que desse inventário dos bens dos seus avós, por existirem sobrinhos órfãos com direitos. Sem descendência direta, a mulher, Jacinta Rosa Correia Henriques foi herdeira dos seus bens livres.

Os bens vinculados foram sequestrados ao longo do tempo pela Fazenda Nacional, através da Provedoria dos Defuntos e Ausentes, em virtude do sucessor, o desembargador Raimundo Ferreira de Aguiar residir no Brasil. A administração foi efetuada por aquele organismo. Em 1836 os referidos bens foram incorporados na Fazenda Nacional, por morte de Raimundo e alegada falta de sucessor.

Apuraram-se pormenores sobre o destino de algum património. A casa da Rua de São Francisco foi incorporada na Fazenda Nacional como capela vaga e arrematada em hasta pública por João Blandy, negociante britânico a 18 de abril de 1838.

Em 1866 um sobrinho de Raimundo Ferreira de Aguiar, Amândio Ferreira de Aguiar, considerando-se legítimo sucessor do irmão, António Ferreira da Câmara Bettencourt de Aguiar, que refere como administrador, acusou a Fazenda Pública, os compradores e herdeiros de posse ilícita de património que lhe pertencia. Tentou também impedir a venda em hasta pública de bens na Tabua, mas sem resultado favorável.

A inscrição das casas, fazenda e capela de Nossa Senhora da Conceição, existente no Registo Predial, faz referência a uma carta de compra com data de 23 de março de 1868 por António Oliveira Ferraz e subscrita por Agostinho José Pereira Rodrigues, que foi registada na Repartição Central dos Próprios Nacionais, a 28 de abril de 1868 e na Repartição da Fazenda do Funchal no mesmo ano.

A 15 de maio de 1873, o prédio foi inscrito a favor do mutuário Brás da Silva Agostinho. A 11 de abril de 1882, o mesmo é adquirido por Agostinho Rodrigues Cova, Valério Rodrigues Cova e Francisco Gomes da Silva

Em 1897 Valério Rodrigues Cova quis dividir a propriedade, mas pela impossibilidade de divisão foi à praça a 30 de janeiro de 1898, no Tribunal da Ponta do Sol, sendo arrematado pelo mesmo, para si e para José da Silva Novita, proprietário, natural da Tabua e residente em Santos, no Brasil.

A 23 de dezembro de 1905, Valério Rodrigues Cova e a mulher Joaquina Augusta da Luz venderam a sua metade a José da Silva Novita. Após a sua morte em 1946,

o prédio passou por diversas transações. A última inscrição existente no Registo Predial data de 2006. Trata-se de uma venda efetuada por vários proprietários, a maioria residentes na Venezuela, à Região Autónoma da Madeira.

## Fontes e Bibliografia Consultadas

### Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira

Arquivo do Paço Episcopal do Funchal, *Registo Geral da Câmara Eclesiástica do Funchal*, l.º 1, mf. 676.

Autoridade Tributária/Assuntos Fiscais, Repartição de Finanças do Funchal, 2.ª Repartição, l.º 2389.

Câmara Municipal da Ponta do Sol, cx. 343, n.º 1.

Câmara Municipal do Funchal: l.º 474; l.º 475; l.º 1217; l.º 1218; l.º 1264; l.º 1273; l.º 1335; l.º 1336; l.º 1338; l.º 1339; l.º 1344.

Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Processos de licenciamento industrial, n.º 98; n.º 225.

Judiciais, Funchal: cx. 3279, n.º 3; cx. 6900, n.º 15; cx. 6658, n.º 6; cx. 6659, n.º 3; cx. 6659, n.º 4; cx. 6669, n.º 9; cx. 6671, n.º 11;

Judiciais, Ponta do Sol: cx. 844, n.º 7; cx. 900, n.º 2; cx. 8192, n.º 1.

Juízo do Resíduo Eclesiástico, cx. 42, n.º 12.

Juízo dos Resíduos e Capelas, Contencioso, cx. 83, n.º 19; cx. 286-11; cx. 320, n.º 7.

MIRANDA, Felisberto Bettencourt, 1887-1888, *Apontamentos para a genealogia de diversas famílias da Madeira*.

Notários, Funchal: l.º 1013; l.º 2907; l.º 1383.

Notários, Ponta do Sol: l.º 5170.

Notários, Ribeira Brava: l.º 7303; l.º 7289; l.º 7295.

Registos Paroquiais, São Pedro, Casamentos: l.º 120; l.º 122; Óbitos: l.º 136.

Registos Paroquiais, Sé, Batismos: l.º 13, l.º 14; l.º 15; l.º 19, l.º 22; l.º 23; l.º 402; Casamentos: l.º 51; l.º 54; l.º 56; l.º 79; Óbitos: l.º 73; l.º 74; l.º 75; l.º 76; l.º 85.

Registos Paroquiais, Tabua, Misto: l.º 414; l.º 415; Casamentos: l.º 423; l.º 442; Óbitos: l.º 425; l.º 426; l.º 428; l.º 430; l.º 431; l.º 432.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cabido da Sé do Funchal, mç. 4, n.º 10; mç. 13, n.º 47; 15, n.º 34; mç. 15, n.º 63; mç. 19, n.º 64.

Chancelaria Régia, D. João V, Perdões e legitimações, l.º 140.

Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal, l.º 4; l.º 7.

Convento de Santa Clara, Funchal: mç. 3, n.º 8; mç. 4, n.º 10; mç. 9, n.º 31; l.º 3; l.º 8; l.º 18; l.º 20; l.º 21; l.º 22; l.º 24; l.º 25.

Corpo Cronológico, Parte II, mç. 25, n.º 199; mç. 33, n.º 125; mç. 35, n.º 54; mç. 76, n.º 108.

Mesa da Consciência a Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra F, mç. 34, n.º 49; Letra I e J, mç. 56, n.º 2.

Mesa da Consciência e Ordens, Chancelaria da Ordem de Cristo, Chancelaria Antiga, l.º 12; l.º 22; l.º 24; l.º 36.

Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal: l.º 521; l.º 523; l.º 524; l.º 525; l.º 970; l.º 971; l.º 981.

Registo Geral de Mercês, D. João V, l.º 14.

Registo Geral de Mercês, D. José I, l.º 1.

Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, l.º 14.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1203.

Outros Arquivos

Registo Predial, Ponta do Sol, l.º B5.

Igreja da Santíssima Trindade da Tabua, l.º [Confraria], 1731.

Fontes Impressas

ALMEIDA, Cândido Mendes de (ed.), 1870, *Código Philipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, vol. IV, 14.ª ed., Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Filomático.

*Diário de Notícias*, Funchal, n.º 10584 (1910); n.º 41797 (2005).

FREEMAN, William, 2002, «Freeman's Letters, 1680: nos 159-182», in *The Letters of William Freeman, London Merchant, 1678-1685*, ed. David Hancock, London, pp. 139-165, disponível em <http://www.british-history.ac.uk/london-record-soc/vol36/pp139-165>, consultado em 2023-09-09.

- FRUTUOSO, Gaspar, 2007, *As Saudades da Terra, História das ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscrito do século XVI, anotado por Álvaro Rodrigues de Azevedo, Funchal, Typographia Funchalense, 1873, Edição Fac-símile, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 anos”.
- GOMES, J. L. de Brito [introdução], 1932, «Reçenceamento dos foguos Almas, fregesias e mais Igrejas que tem da Madr.<sup>a</sup> tirado pelos rois das Confições, assim em geeral como em particular», in *Arquivo História da Madeira*, n.º II, pp. 28-35.
- HERÉDIA, António Correia, 1849, *Breves Reflexões sobre a Abolição dos Morgados na Madeira*, Lisboa, Typografia da Revolução de Setembro.
- HERÉDIA, António Correia, 1850, *As contradições Vinculadas pelo A. – Das Breves Reflexões sobre a abolição dos morgados na Madeira*, Funchal, Typographia Nacional.
- LOBÃO, Manoel de Almeida e Sousa, 1841, *Tratado prático de morgados*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Imprensa Nacional, disponível em <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1083.pdf>, consultado em 2023-05-05.
- NASCIMENTO, Cabral do, 1949, *Os Pedreiros Livres na Inquisição e Corografia Insulana*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- NORONHA, Henrique Henriques, 1948, *Nobiliário da Ilha da Madeira*, São Paulo, Indústria Gráfica Cruzeiro do Sul, Lda.
- NORONHA, Henrique Henriques, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da Diocese do Funchal na ilha da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Ordenações Manuelinas*, 1984, Livro Segundo, Reprodução Fac-símile da edição da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SILVA, António Delgado da, 1828, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, Legislação de 1775 a 1790*, Lisboa, Typografia Maigrense.
- SILVA, José Justino de Andrade e (ed.), 1855, *Collecção chronológica da legislação portuguesa, 1613-1619*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva.
- VASCONCELLOS, José Máximo de Castro Neto Leite e (dir.), 1864, *Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1863*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Obras e Estudos Específicos

- BRANCO, Jorge Freitas, 2019, *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago (1750-1900)*, 2.<sup>a</sup> ed., Funchal, Direção Regional da Cultura – Serviço de Publicações.
- CALDEIRA, João Luís Cabral Picão, 2011, *O morgadio e a expansão nas ilhas atlânticas (Açores, Madeira e Cabo Verde)*, 2 vols., Dissertação de Doutoramento em História, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, disponível em <http://hdl.handle.net/11067/550m>, consultado em 2023-04-06.
- CÂMARA, Teresa Brazão, 2005, *Capela de Nossa Senhora da Conceição*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- ESTEVES, Judite, 2008, *Do Morgadio à Divisão Iguitária dos Bens. Extinção do Morgadio e Estratégias de Perpetuação do Poder Familiar entre o Fim do Século XIX e o Século XX*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em <https://run.unl.pt/bitstream/10362/66770/1/TESE%20-%201%C2%AA%20PARTE.pdf>, consultado em 2023-03-03.
- FLORENÇA, Teresa, «Uma Fazenda em Santo António e seus Administradores: Subsídio para o Estudo das Instituições Vinculares na Madeira (Séculos XVI-XIX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, 2020, pp. 81-143.
- GREGÓRIO, Rute Dias, 2007, *Terra e Fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450? – 1550)*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar.
- GUERRA, Jorge Valdemar, 2003, «Judeus e Cristãos-Novos na Madeira. 1461-1650», in *Arquivo Histórico da Madeira, Série Transcrições Documentais 1*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direção Regional dos Assuntos Culturais – Arquivo Regional da Madeira, pp. 9-251.
- MIRANDA, Susana Münch, 1994, *A Fazenda Real na ilha da Madeira, Segunda Metade do Século XVI*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- MONCADA, Luís Cabral, 1916, *A reserva hereditária no direito peninsular e português*, Coimbra, França & Armenio.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 1996, *Organização dos poderes e estrutura social – A ilha da Madeira: 1460-1521*, Cascais, Patrimonia.
- RODRIGUES, Miguel Jasmins, 2013, *Abolição dos Morgadios: O caso da Madeira*, disponível em <https://landsoverseas.files.wordpress.com/2013/12/wp-miguelrodrigues.pdf>, consultado em 2023-01-20.

- ROSA, Maria de Lurdes Pereira, 2005, «As almas herdeiras». Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521), Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, e à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- ROSA, Maria de Lurdes, 1995, *O morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV, Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa.
- SANTOS, Filipe dos, 2019, «Vínculos (morgadios e capelas)», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://aprendermadeira.net/vinculos-morgadios-e-capelas/>, consultado em 2022-02-02.
- SILVA, Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo, 1984, *Elucidário Madeirense*, Fac-Símile da Edição de 1940-1946, vols. I, II e III, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVA, José Manuel Azevedo e Silva, 1995, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, vols. I e II, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «O Juízo dos Resíduos e Capelas na Madeira (Finais do Século XV a 1832): Enquadramento Jurídico, Titularidade e Exercício», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 103-150.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2019, «O Registo Vincular do Distrito Administrativo do Funchal (1862-1863): Uma Análise da Instituição Vincular na sua Fase Derradeira», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 1, pp. 151-211.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2020, «O Sistema Vincular nas Reflexões de António Correia Herédia: Para Uma Análise das Questões Sócio-Económicas em torno da Abolição dos Vínculos», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 543-579.
- SOUSA, João José Abreu, 1994, *História Rural da Madeira: a colonia*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de poder na sociedade madeirense do século XVII*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VIEIRA, Alberto, 1991, *Os Escravos no Arquipélago da Madeira, Séculos XV a XVII*, Secretaria Regional do Turismo Cultura e Emigração, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal.
- VIEIRA, Alberto, 2023, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira, Séculos XV a XX*, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Centro de Estudos de História do Atlântico.



## Apêndice I

Escravos batizados na Igreja da Santíssima Trindade da Tabua (1587-1689)

<b>Nomes</b>	<b>Data</b>	<b>Pais</b>	<b>Proprietários</b>
Joane	25-09-1594	Isabel	Domingos Fernandes (Lugar da Serra)
Manuel	24-08-1597	Isabel	Domingos Fernandes, da Serra
Maria	29-04-1601	...	Maria Delgada
Álvaro	15-01-1603	Maria	Maria Delgada
António <sup>479</sup>	01-03-1604	...	
Roque	23-08-1604	Maria	Manuel Ferreira [da Fonseca]
Maria	17-10-1604	Isabel	Manuel de Medeiros Pacheco
Madalena	25-06-1606	Maria	Maria Delgada
Isabel	08-07-1607	Maria	Manuel Ferreira da Fonseca
Bento	24-03-1608	Clara	Diogo Miz [Martins]
Beatriz	15-04-1609	Catarina	Diogo [Ferreira] Ribeiro
Pascoal	15-04-1610	Maria	Maria Delgada
Manuel	11-06-1613	Clara	Diogo Miz [Martins]
Maria <sup>480</sup>	01-05-1615	...	Maria Delgada
Manuel	10-11-1616	Marta	Padre João de Medeiros
Acenso	12-05-1617	Domingos Ferreira e Filipa Ferreira	Manuel Ferreira da Fonseca
António	09-06-1620	Marta	Padre João de Medeiros
António <sup>481</sup>	16-06-1620	Madalena	Maria Delgada
João	02-07-1623	Marta	Padre João Medeiros
Pedro	28-09-1628	...	Cónego João de Medeiros Miranda
Joana	02-07-1630	Ana	Diogo Vilela

<sup>479</sup> «Negro da Guiné».

<sup>480</sup> Foi exorcizado pois tinha sido batizado em casa.

<sup>481</sup> Foi exorcizado pois tinha sido batizado em casa.

Bernardino	24-05-1631	...	Gonçalo Fernandes, alfaiate
[Domingas]	13-02-1633	Lucrecia	João Ferreira Gabriel
Manuel	01-11-1636	Maria	Capitão Francisco Ferreira Pestana
António	05-07-1640	Domingas	D. Inácia
[Hilário]	09-02-1641	Maria	[Capitão] Francisco Ferreira Pestana
Ana	18-12-1644	Vitória	João Ferreira Gabriel
Ana	[...]-01-1645	...	[Capitão] Francisco Ferreira Pestana
Francisco	24-09-1645	...	Manuel Fernandes Camacho <sup>482</sup>
Maria	08-02-1646	Domingas	Manuel de Andrada Berenguer
Luís	[...]-06-1647	Maria	[Capitão] Francisco Ferreira Pestana
Domingas	06-03-1649	Vitória	[Capitão] João Ferreira Gabriel
Maria	26-12-1650	Maria	Capitão Francisco Ferreira Pestana
Isabel	20-04-1651	Vitória	[Capitão] João Ferreira Gabriel
Doroteia	09-09-1651	...	Capitão Diogo Afonso de Aguiar
António	12-01-1652	Maria	[Capitão] Francisco Ferreira Pestana
Sebastião	20-03-1656	Maria	Capitão Francisco Ferreira Pestana
Manuel	12-04-1656	Vitória	Capitão João Ferreira Gabriel
António	11-11-1658	...	Diogo Afonso de Aguiar e D. Maria de Ornelas
Lucrecia	08-05-1662	Vitória	Alferes José Ferreira de Mesquita
Francisco	[...]-10-1662	Maurícia	Ana de Sousa Florença
Maria	14-04-1664	Francisca	Bartolomeu de Melo

<sup>482</sup> Refere-se que é da freguesia da Sé para distinguir de dois homónimos da Tabua.

Luzia <sup>483</sup>	11-09-1666	...	Capitão João Medeiros Ferreira
Joana e Luzia (gémeas)	25-10-1666	Francisca	Bartolomeu de Melo Berenguer
Bento	[...]-03-1667	Vitória	[Capitão] José Ferreira de Mesquita
Domingas	26-02-1668	Francisca	Bartolomeu de Melo Berenguer
Ricarda	08-09-1668	Esperança	Capitão Diogo Afonso de Aguiar
Antónia	16-04-1671	Francisca	Bartolomeu de Melo Berenguer
Teresa	Exorcismo a 27-11-1672 <sup>484</sup>	...	Capitão Diogo Afonso de Aguiar
Manuel	16-12-1674	Maria	[Capitão] Francisco Andrada Araújo e mulher, Ana Ornelas
Simoa	06-11-1675	Francisca	Bartolomeu de Melo Berenguer
Sebastiana	08-11-1676	Isabel	Capitão Diogo Afonso de Aguiar
Domingos	09-04-1678	Maria	[Capitão] Francisco Andrada de Araújo
Josefa	17-03-1682	Isabel	Capitão Diogo Afonso de Aguiar
Diogo	04-05-1683	Laureana	Capitão Diogo Afonso de Aguiar
Luísa	[...]-05-1684	Maria	Capitão Francisco de Andrada Araújo
Lucrecia	15-07-1686	Isabel	Capitão José Ferreira de Mesquita
Paulo	25-01-1688	Maria	Capitão Francisco Andrada de Araújo

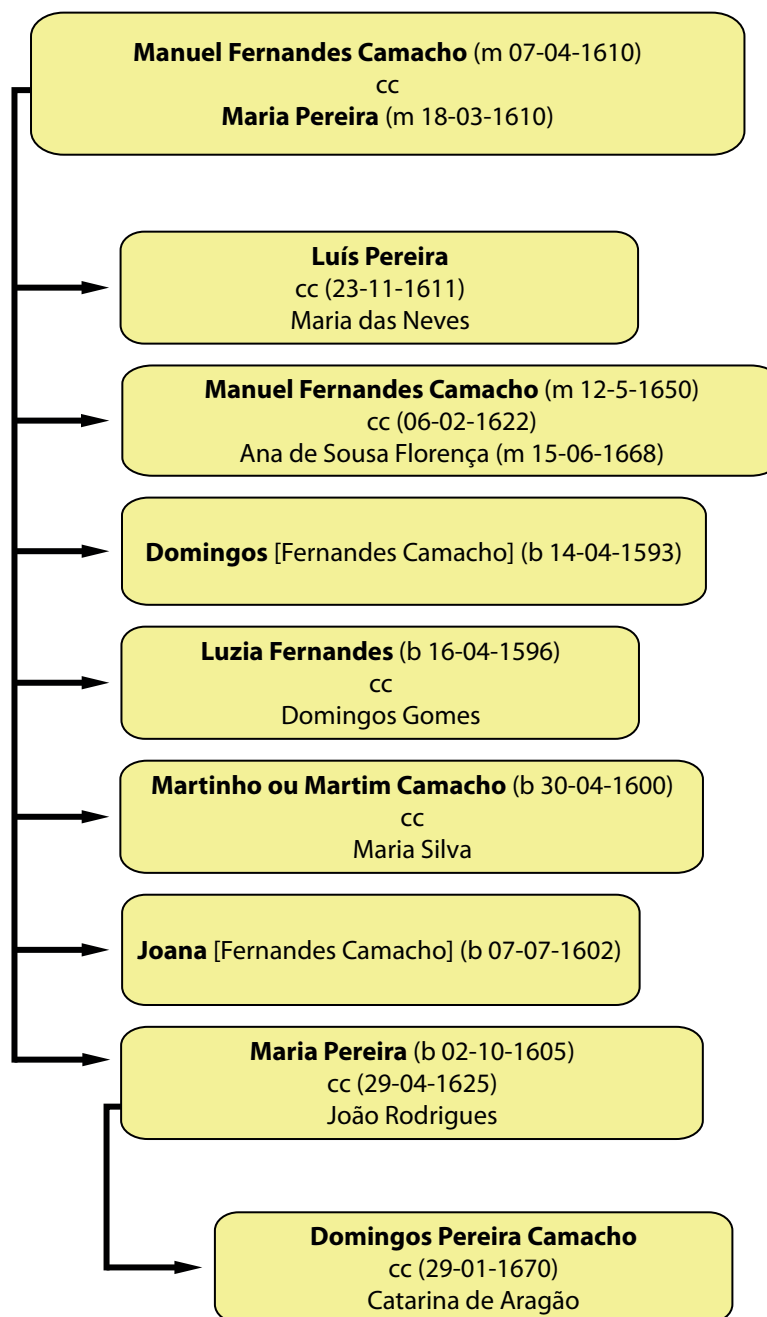
Fontes: PRQ, Tabua, Misto: l.º 414; l.º 415.

<sup>483</sup> Tinha vindo de Angola.

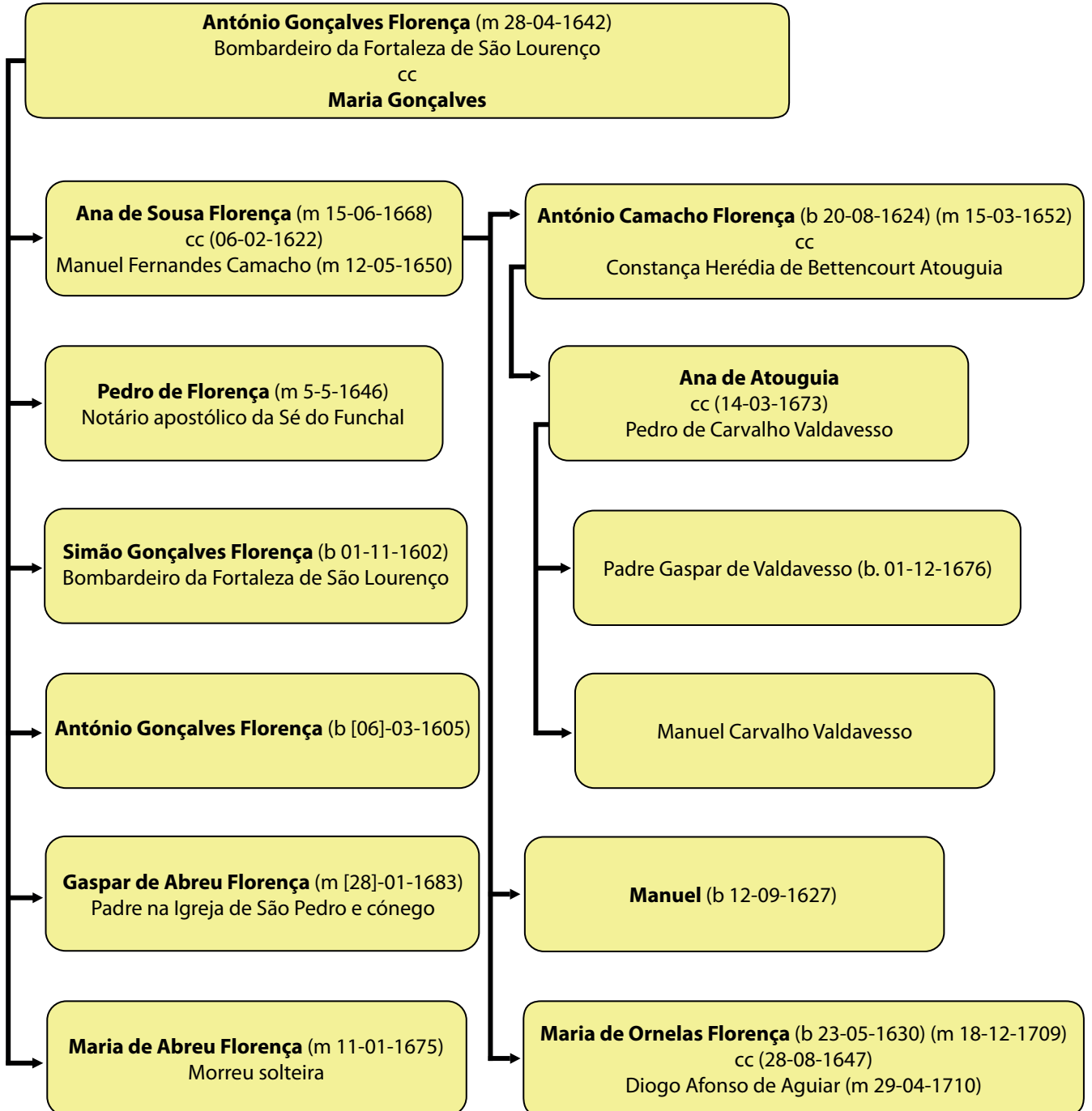
<sup>484</sup> Tinha sido batizado em casa.

## Apêndice II

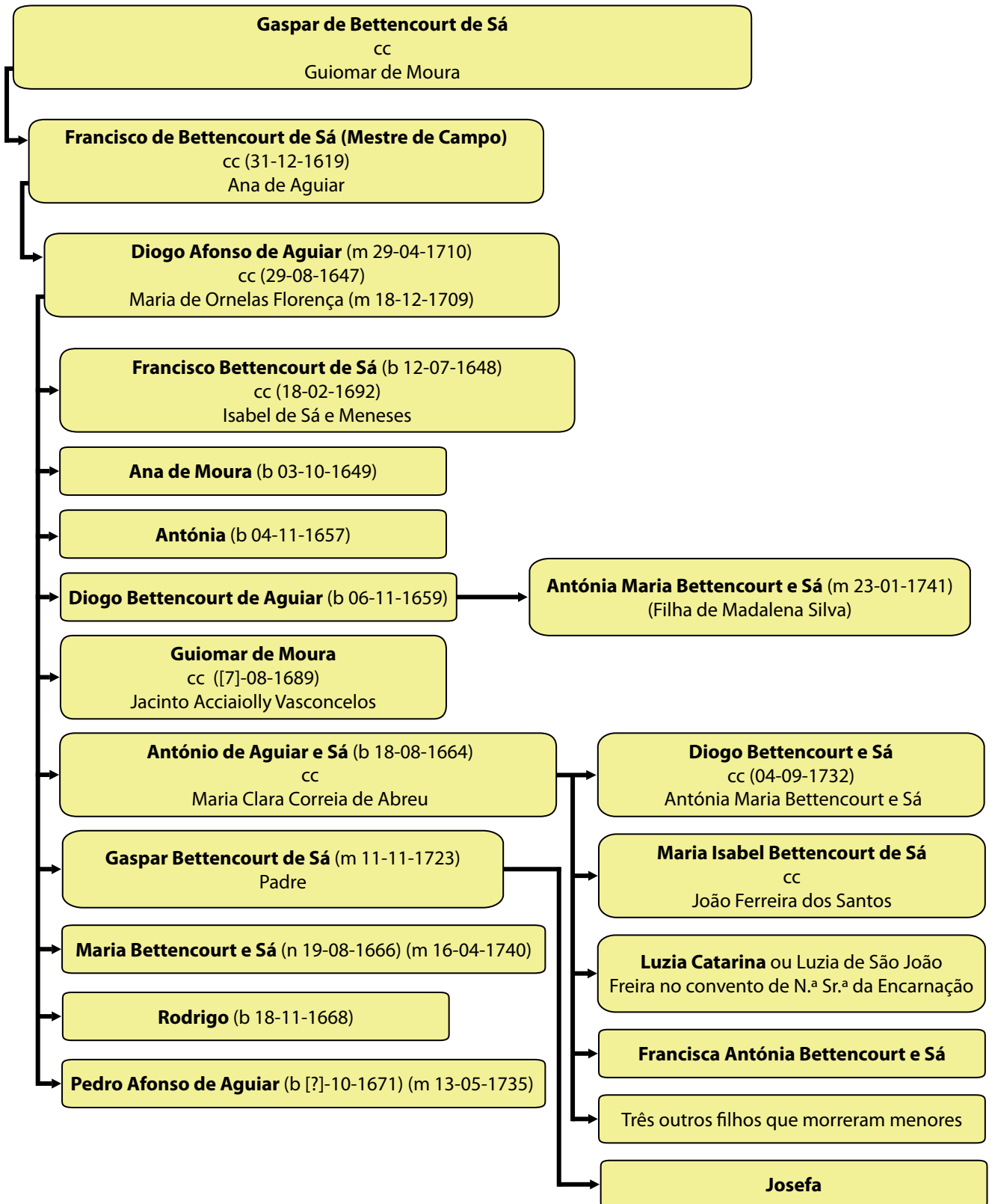
### Apontamento genealógico 1



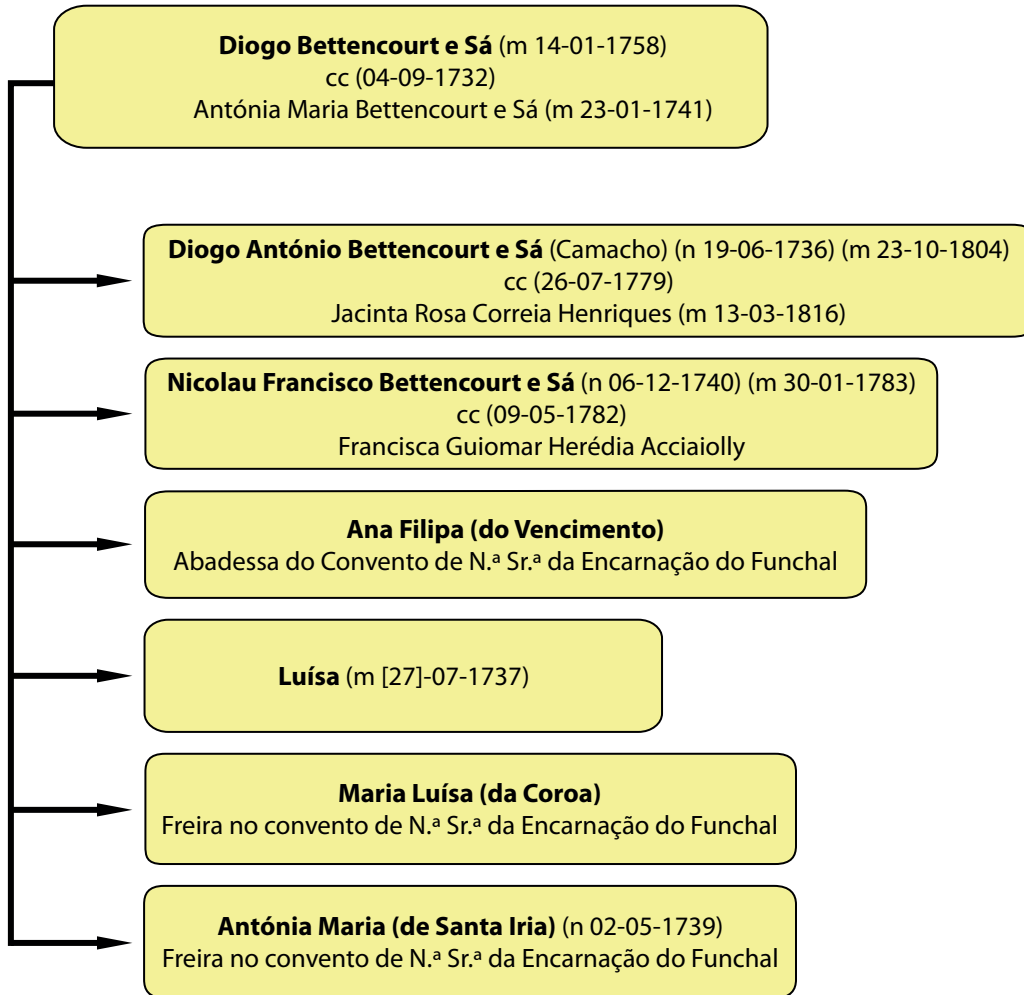
Apontamento genealógico 2



Apontamento genealógico 3



Apontamento genealógico 4



Legenda:

b – batismo

c – casamento

cc – casado(a) com

m – morte

n – nascimento





## O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte II – Aspetos Materiais

The Daily Life of the Franciscan Male Community in Madeira, in the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> Centuries: Part II – Material Aspects

*Paulo Ladeira*<sup>1</sup>

### Resumo<sup>2</sup>

O presente artigo procura dar continuidade ao já publicado sobre a comunidade masculina da Ordem dos Frades Menores, no arquipélago da Madeira, durante os séculos XVIII e XIX. Através dos inventários e dos livros de receita e despesa – e outros documentos pontuais – dos conventos de São Francisco, no Funchal, de São Bernardino, em Câmara de Lobos, de São Sebastião, na Calheta, de Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz, e do hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, na Ribeira Brava, procurou-se reconstituir o quotidiano dos frades franciscanos na Ilha. Se no estudo anterior as questões administrativas e religiosas foram privilegiadas, neste artigo deu-se relevância às tarefas materiais, ao trato do corpo, à manutenção dos espaços e à atividade do dia

---

<sup>1</sup> Mestre em História e Cultura das Regiões – variante História da Madeira / História da Arte, pela Universidade da Madeira, com a tese *O Rococó na Madeira – A Talha e a Pintura do Último Barroco ao Primeiro Neoclássico* (2005); licenciado em Artes Plásticas/Pintura, pelo Instituto Superior de Arte e Design – Universidade da Madeira (1998) – distinção com bolsa de mérito. Desenvolve investigação na área da História da Arte, Cultura e Património, com incidência sobre o arquipélago da Madeira e os séculos XVIII-XX. Desde 2007 publicou alguns livros, artigos e roteiros de património. Desde 1995, como artista plástico, realizou alguns workshops, participou em três exposições individuais e em várias coletivas, com trabalhos na área da pintura, escultura, desenho e fotografia, tendo obtido alguns prémios a nível regional. É docente do ensino básico do grupo 240 (Educação Visual e Tecnológica) e encontra-se, desde o ano letivo 2019-2020, em regime de requisição na Direção Regional da Cultura/Direção de Serviços de Património Cultural/Divisão de Estudos do Património. Contacto: pauloladeira@gmail.com.

<sup>2</sup> Siglas: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira; ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo; CNSPRB – Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava; CNSPSC – Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz; CON – Confrarias; CSBCL – Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos; CSCF – Convento de Santa Clara do Funchal; CSFF – Convento de São Francisco do Funchal; CSSC – Convento de São Sebastião da Calheta; GC – Governo Civil; JRPC/CON – Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas / Confraria; RBJ – Recolhimento do Bom Jesus. Abreviaturas: cx. – caixa; fl(s). – fólio(s); l.º - livro; p. / pp. – página / páginas; proc. – processo.

a dia. Assim, referiu-se os espaços conventuais não cultuais, como os dormitórios, as celas, as cozinhas, os refeitórios, as lojas, as dispensas, as cercas, as hortas, entre outros, assinalando os objetos associados a estas áreas e incluindo informações sobre o calçado e o vestuário da comunidade, e ainda outras acerca do transporte e dos resultados dos peditórios e esmolos. Por fim, abordou-se a alimentação conventual, com o foco no vinho, nos cereais, nos legumes e nas frutas, sem descurar a doçaria e o tabaco.

**Palavras-chave:** Madeira; Franciscanos; Conventos; Quotidiano; Espaços Conventuais; Alimentação.

### **Abstract**

This article aims to follow up another already published regarding the Franciscans communities in the Madeira archipelago during the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries. Based on the economical records from five convents, in Funchal, Câmara de Lobos, Calheta, Santa Cruz and Ribeira Brava, one must try to reconstruct the daily life of Franciscans in Madeira. In the previous study, the administration and religious matters were the main focuses, but nonetheless, the present article enlightens the mundane traits, the nurture of personal bodies and of conventual spaces, and the daily life activities. Hence, spaces such as dormitories, cells, kitchens, dining halls, stores, storing units, vegetable-gardens and so on were described, referring multiple objects associated with these spaces. Moreover, one must delve into the clothes and footwear, the means of transport, and the results of alms. Finally, it is important to refer to the food produced and consumed within the convents, with special regard to the wine, cereals, vegetables, fruits, confectionery, and tobacco.

**Keywords:** Madeira; Franciscans; Convents; Daily Life; Conventual Spaces; Food.

## **Introdução**

Na continuidade do artigo «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I – Administração e Aspetos Religiosos», publicado no número anterior desta revista<sup>3</sup>, agora são aprofundados os aspetos do quotidiano das tarefas materiais. Neste período estavam em funcionamento os conventos de São Francisco, no Funchal; São Bernardino, em Câmara de Lobos; São Sebastião, na Calheta; Nossa Senhora da Piedade, em Santa Cruz; e o hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, na Ribeira Brava.

No presente artigo pretende-se aprofundar os espaços conventuais, o património e utensílios utilizados, e as atividades realizadas fora dos mesmos, essenciais à manutenção do corpo e ao custeamento das atividades desenvolvidas. Parte desta temática foi abordada no artigo «Alguns aspectos alimentares na comunidade

---

<sup>3</sup> LADEIRA, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina [...]».

franciscana, masculina, na Madeira, nos séculos XVIII e XIX» no qual pretendeu-se «de modo sucinto e relativamente aos alimentos, expor a proveniência, as variedades, os custos, distinguir os consumidos no quotidiano e nas festividades e, sempre que possível, os modos de confeção»<sup>4</sup>. Agora pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as tarefas, os utensílios e os materiais usados no quotidiano profano contribuindo tanto para o conhecimento das comunidades franciscanas, como também da realidade da população em geral residente na Madeira à época, com a ressalva de existirem grupos de maior poder económico, que usavam objetos de luxo, e outros que viviam na pobreza.

Fig. 01 – *Funchal paa Madeira*; autor: Henrik Gottfred Beenfeldt (1769-1829); aguarela



Fonte: Coleção Royal Danish Library, disponível em <http://www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object488357/da/>.

<sup>4</sup> LADEIRA, 2021, «Alguns aspetos alimentares [...]», pp. 33-50.

Fig. 02 – *Funchal paa Madeira*; pormenor; autor: Henrik Gottfred Beenfeldt (1769-1829); aguarela



Fonte: Coleção Royal Danish Library, disponível em <http://www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object488357/da/>.

## Espaços, Património e Utensílios

Os conventos eram compostos por espaços de culto, como a igreja, as capelas, os altares e os oratórios, e espaços profanos tais como as cercas, as hortas, os claustros, os dormitórios, as cozinhas, os refeitórios, as adegas, etc., essenciais à vida quotidiana, para o cultivo, guarda de géneros alimentares e objetos, convívio e descanso.

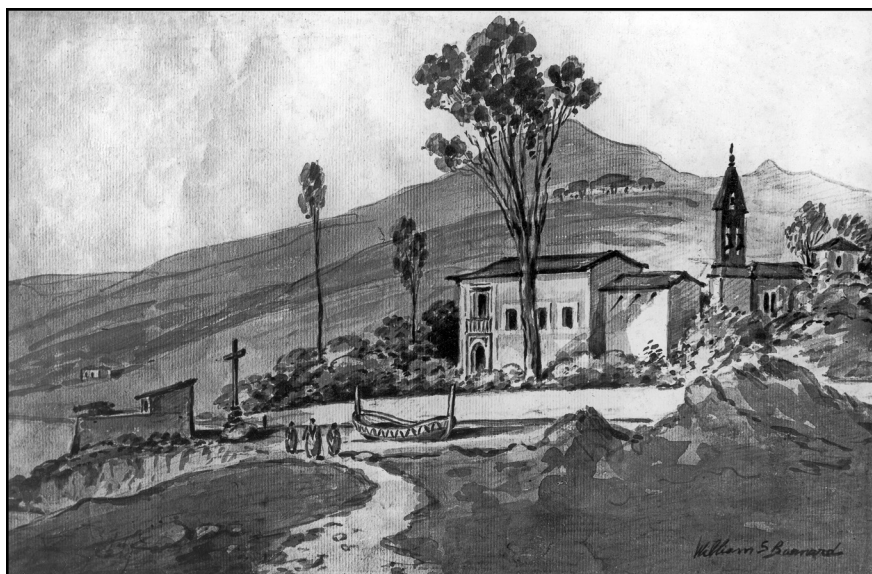
O convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, em Santa Cruz, aquando da sua extinção, era constituído pelo

«templo, capellas, sachristia, claustro, três dormitórios com dezassete cellas, celeiro, caza denominada da livraria<sup>5</sup>, refeitório, cozinha, telheiro de amassaria e três lojas; cerca com um tanque, palheiro de gado e mais bemfeitorias de vinhas, latadas, corredores, paredes dentro da fazenda, muros em torno da propriedade, arvores de fruto, agoa diária para serviço da cozinha e dous dias em cada semana para rega da agoa da levadinha do Moreno»<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Para a livraria, em outubro de 1777, foi consertada uma mesa e feita uma nova (ANTT, CNSPSC, I.º 1, fl. 44v.º).

<sup>6</sup> GUERRA, 1997, «O Convento de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Piedade [...]», p. 155, citando ANTT, *Ministério das Finanças*, CNSPSC, cx. 2267, n.º 491.

Fig. 03 – O Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz e o Forte de São Francisco; 1801; autor: William S. Barnard; aguarela



Fonte: ABM, COLFOT, m11056.

A igreja era de nave única, com dois altares colaterais. O convento possuía pequeno claustro, onde se situava a capela de Santa Ana, instituída por Joana Lopes e Isabel Correia, respetivamente mulher e sogra de Urbano Lomelino, onde se encontravam sepultadas e servia de sala de Capítulo à comunidade. Existia a capela das Almas, «onde jaz sepultado o venerável padre António de Santa Maria». Na cerca do convento, existia uma capela dedicada a Santo António «devotamente ornada»<sup>7</sup>.

O convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, além da igreja principal, de nave única, capela-mor e dois altares colaterais, tinha três pequenas capelas, edificadas, em cerca de 1633, em homenagem a Fr. Pedro da Guarda, que viveu no convento e sobre o qual decorreu um processo de canonização. As capelas ficavam: uma junto à sua sepultura, outra junto à cozinha e a última junto à pequena lapa<sup>8</sup>. Em 1722, Henrique Henriques de Noronha refere a existência de várias capelas: a capela do claustro, dedicada a Fr. Pedro da Guarda; uma capela construída na antiga cozinha; e uma capela dedicada a N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, fundada por André Afonso Drumond e sua mulher, Branca de Atouguia. Fora do claustro estavam outras capelas: junto à portaria e à igreja, a das Almas, com uma confraria e «poucos passos mais adiante» a de S. Lourenço, contendo no interior, no lado da Epístola uma «lapa

<sup>7</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 255; CARITA, 2016, *convento de nossa senhora da piedade*.

<sup>8</sup> FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra* [...], pp. 585-590; CARITA, 2017, *convento de são bernardino*.

fechada com grades de ferro», que ainda subsiste, onde a tradição aponta que Fr. Pedro da Guarda se retirava em oração<sup>9</sup>. De todos os conventos da Madeira, de religiosos masculinos, o convento de S. Bernardino, em Câmara de Lobos, foi o que chegou à atualidade em melhores condições de conservação.

Fig. 04 – Convento de São Bernardino, em Câmara Lobos; anterior a 1905; autor: Joaquim Augusto de Sousa; negativo simples em vidro, gelatina e sais de prata



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, JAS/747.

Aquando da extinção do convento de Câmara de Lobos eram referidos em inventários os vários edifícios e prédios rústicos: «O casco do Convento com sua Igreja e uma cerca de vinhas pegada ao mesmo convento, entesta pelo oeste com a ribeira e leste com a azinhaga que vai para a Saraiva; Uma capela e Casa das Eleições da Ordem Terceira com sacristia debaixo da mesma casa; Uma casa dos Romeiros<sup>10</sup>; Uma capela do Servo de Deus; Umas fazendas no sítio da Torre e Pastel todas contíguas, intituladas a Terça dos Frades de que são caseiros Francisco Rodrigues, Dinis Estêvão Vieira, João Figueira e outros»<sup>11</sup>. O convento foi vendido em hasta pública, em 1872, a Manuel Joaquim Lopes, tendo este vendido-o, em 1898, ao prelado diocesano. Segundo estes inventários a horta media seis alqueires e duas maquias e na sua avaliação entraram «a muralha de pedra e cal junto ao ribeiro, o encanamento da ponte, seu arco e tanque, pilares de pedra e cal e de cantaria, muro na entrada

<sup>9</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 252; CARITA, 2017, *convento de são bernardino*.

<sup>10</sup> Também mencionada em novembro de 1799 (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27).

<sup>11</sup> VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 74.

que guarda a cerca, lagar de pedra, levada, muro junto à Capela dos Terceiros, portada para a parte da Junceira, outra no adro que estabelecia ligação com a cerca»<sup>12</sup>. O convento de Câmara de Lobos tinha cozinha, refeitório, adega, armazém<sup>13</sup>, que servia de celeiro e guardar lenha, terreiro e casa da carne<sup>14</sup>.

Dada a proximidade do convento à ribeira, a aluvião de 9 de outubro de 1803 destruiu parte do convento e da cerca registando os frades que a «10 deste mês de outubro de 1803, quando amanheceu a triste cena do aluvião que levou este nosso convento e as alfaias que nele se achavam»<sup>15</sup>. Permaneceram de pé a igreja e a casa dos romeiros. Para repor o destruído foram feitas avultadas obras.

O hospício da Ribeira Brava tinha capela, claustro, celas, cozinha, refeitório, adega, casa da carne, dispensa, portaria e horta, sendo o mais pequeno dos vários espaços conventuais da Madeira, em finais do século XVIII e início do século XIX. Face à sua recente instituição, no final da década de 1730 e na década de 1740, são várias as despesas com os concertos dos espaços, como na cozinha na abertura de janelas ou em fazer a chaminé<sup>16</sup>, colocação de portas, etc., ou o «forro da capela» (1743), «feitura do púlpito» (1743), «escada do coro» (1796)<sup>17</sup>.

O convento da Calheta, com vários inventários existentes, da segunda metade do século XVIII, permite conhecer pormenorizadamente os vários espaços do convento. O convento era composto por uma igreja com altar-mor dedicado a S. Sebastião e dois altares colaterais dedicados a N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, no lado do Evangelho, e a Santo António, no lado oposto. O convento possuía sacristia, cozinha, refeitório, adega, amassaria, granel, casa da oficina, loja da carne, três dormitórios aproximadamente com 15 celas e uma cerca onde se erguia a capela do Monte Alverne, também denominada das Chagas. O convento foi vendido em hasta pública por 1600\$000 réis<sup>18</sup>. Em 1852, estava «convertido em hotel, onde param às vezes os estrangeiros na sua ida para o Rabaçal»<sup>19</sup>; em 1881, era habitado pelo administrador do concelho da Calheta, [Francisco Estanislau?] França Dória; em 1896, pelo administrador do

---

<sup>12</sup> VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, pp. 74, 77, citando ANTT, AHMF, *Conventos extintos*, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489 e ABM, GC, l.º 1084, fl. 16; e CARITA, 2017, *convento de são bernardino*.

<sup>13</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 43v.º, 45.

<sup>14</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 18.

<sup>15</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 87.

<sup>16</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 51v.º.

<sup>17</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 66v.º. Em abril de 1800 o hospício pagou 3\$000 réis por uma chave de prata para o sacrário (ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 79).

<sup>18</sup> PONTES, 1891, *Excursões na Madeira*, p. 2.

<sup>19</sup> FRANÇA, 1970, *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, p. 96.

concelho, Francisco Estanislau de França Dória<sup>20</sup>; e em outubro de 1935, foi alvo de um incêndio<sup>21</sup>. Sofreu profundas remodelações, sendo mais recentemente adaptado a restaurante, subsistindo a cerca com as ruínas da capela do Monte Alverne, uma placa com inscrição dos doadores e alguns painéis de azulejos dispostos, atualmente, no interior e exterior do restaurante.

Fig. 05 – O Convento de São Sebastião da Calheta; posterior a 1935; prova fotográfica



Fonte: ABM, COLFOT, m12057.

O maior convento da Madeira, o do Funchal, segundo Henrique Henriques de Noronha, em 1722, tinha cerca e claustro com um chafariz no meio e um asseado jardim, para o qual davam as varandas, sustentadas por colunas de «cantaria fina». Para o claustro davam a sacristia e as casas da confraria da Senhora da Soledade e dos Irmãos Terceiros, esta em princípio dedicada a N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição. A igreja continha diversas capelas e altares, sendo o panteão de grande parte das mais antigas famílias do arquipélago da Madeira e nas confrarias tinham assento personalidades importantes<sup>22</sup>. O convento e igreja, ao longo da segunda metade do século XVIII, passaram por profundas obras de remodelação até à data da sua extinção, em 1834.

No claustro estavam as duas salas do Capítulo. O Capítulo velho edificado por Simão Acciaioli, falecido em 15 de fevereiro de 1544, onde foi sepultado numa campa

<sup>20</sup> «Secção Rural», 1895.10.09, in *DN*, p. 2; «Cheias», 1896.10.22, in *DN*, p. 2.

<sup>21</sup> GUERRA, 2019, *Imagens e Memória dos Concelhos da Calheta*, p. 69.

<sup>22</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234; CARITA, 2017, *convento de são francisco*.



com sua mulher, Maria Pimentel, em frente do altar de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade. «Neste capítulo; o qual depois se acrescentou, e nesta parte se vem outras sepulturas nobres junto ao arco, da parte de fora, se ve hũa cruz na parede»<sup>23</sup>. O Capítulo novo foi dedicado, em 1722, à Virgem Santíssima, sendo anteriormente da devoção aos Santos Mártires de Marrocos. Aqui estavam «muitas sepulturas nobres». Por cima do claustro, ficavam algumas capelas nas varandas «e todas muito bem ornadas»<sup>24</sup>.

Fig. 06 – *Franciscan Convent*; 19 de março de 1849; autor: Frank Dillon; desenho a grafite e aguarela sobre papel



Fonte: Museu da Quinta das Cruzes, 3185. Nota: O edifício corresponde ao Convento de São Francisco, no Funchal.

<sup>23</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], pp. 240-241.

<sup>24</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 241.

Fig. 07 – Ruínas do Convento de São Francisco e torre da igreja de São Francisco; 1880;  
Photographia Vicente; negativo simples em vidro, colódio



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, VIC/111.

Em finais do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, o convento era composto pela igreja com diversas capelas, salas do Capítulo, dormitórios, refeitório, cozinha, lagar, adegas, lojas, terreiro do jogo, claustro e cerca.

### Espaços Interiores

#### Dormitórios e Celas

Os espaços dos dormitórios e celas eram onde os religiosos tinham momentos de maior isolamento, existindo uma distinção entre o espaço para o guardião e o dos restantes religiosos, que face ao cargo desempenhado tinha mais objetos, acomodações essas que também diferiam das dos noviços e dos moços. Já os restantes espaços dos conventos eram comunitários.

Os dormitórios e celas eram espaços reservados aos religiosos, sendo proibida a entrada de pessoas seculares<sup>25</sup>. Os dormitórios eram essenciais na organização de um convento e a sua quantidade era fundamental para o número de religiosos que poderiam fixar-se num convento, influenciando a organização dos atos cultuais. No convento de S. Bernardino, enquanto eram feitas obras para um novo dormitório, em 1812, na sequência da destruição do antigo na aluvião de 1803, o custódio provincial da Madeira, Fr. Januário das Chagas de S. Francisco, em visita ao convento, autorizava o guardião deste convento a mandar dizer às «Ilhas», dos Açores, as missas pelos benfeitores, pois não «pode residir neste convento mais um religioso sacerdote»<sup>26</sup>.

O Capítulo custodial de 7 de outubro de 1753 ordenava que as celas dos conventos deveriam ser preparadas pelos clérigos dos conventos, com empanadas<sup>27</sup> nas janelas e roupa para «melhor acomodação dos religiosos» e os religiosos que fossem transferidos de um convento para outro, ou de uma cela para outra, não levassem as alfaias do ornato da cela, mesmo que fossem feitas pelo seu trabalho, e aqueles que houvessem assim procedido fossem obrigados a repor<sup>28</sup>. Relativamente às camas, o procedimento era o oposto, segundo o definitório, congregado para as funções capitulares, de 4 de dezembro de 1781, era ordenado que «que qualquer Religioso que for mudado de um convento para outro leve consigo a cama de seu uso para deste modo se evitar o escrúpulo que tem muitos de dormirem em camas, de que lhes pode muitas queixas e enfermidades, que pelo suor e imundícias dos colchões se comunica; e cuidara cada um de tratar daqui em diante com asseio e limpar a cama de que usa»<sup>29</sup>. Esta ordem estará relacionada com casos ocorridos nos conventos, como no da Calheta, em 1767, onde no dormitório da parte do coro, na quarta cela, era denunciado o estado em que o P.<sup>e</sup> Fr. Francisco da Encarnação havia deixado a cela de tal «forma podre e misturado a lã do colchão e travesseiro com a palha da enxerga que pela imundice se mandou lançar fora assim como se queimou da dita cela uma barra de cama, uma enxerga, colchão, travesseiro, cobertas e cobertor por nas ditas cousas morrer o irmão leigo Frei Francisco de Santa Ana tísico e se mandou

---

<sup>25</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 2v.º-3.

<sup>26</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 25v.º.

<sup>27</sup> As empanadas consistiam numa espécie de panos suspensos em varais (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17v.º, 22, 30v.º).

<sup>28</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3v.º.

<sup>29</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 40v.º.

reformatar a dita cela, de xispado, e rebocado [...] e o mesmo se fez na cela do Irmão Frei de Jerusalém»<sup>30</sup>.

Segundo o Capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, nenhum religioso poderia ter na sua cela «ou fora dela armas proibidas nem ainda tesouras com pontas aquelas que costumam aparar papel, não só por ser contra o estado religioso o uso delas, mas ainda por serem proibidas pelas leis seculares»<sup>31</sup>.

O convento da Calheta tinha três dormitórios: o do coro, o de cima na banda do ribeiro e o de baixo, cada um composto por várias celas. Cada cela continha uma barra de cama, colchão, enxerga, cobertas, manta ou cobertor<sup>32</sup>, chumaço, fronha ou travesseiro, uma cadeira rasa ou banquinha, uma cruz, um bispote e, por vezes, uma mesa, uma cadeira, uma estante de livros com armário, empanadas de pano com vidros nas janelas e um candeeiro.

O dormitório da parte do coro era composto por quatro celas e tinha junto à janela do caminho dois arquibancos / dois bancos grandes de encosto. No inventário de 1767, da primeira cela, situada junto «à janela do caminho», é referido que a mesa com gaveta que existia nesta cela passou para a primeira cela «que vai para o Monte Alverne»<sup>33</sup>.

O dormitório de cima, da banda do ribeiro tinha oito celas, dois bancos de encosto, um retábulo de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> e um candeeiro, com a primeira cela a ficar do lado do mar, a sul, «de frente do Monte Alverne» e em cima da cozinha. Na quinta cela deste dormitório, no inventário de 1755, são inventariados três retábulos e na sétima cela, em 1767, vários objetos da Semana Santa: «o andor dos Passos [da confraria dos Passos], uma tocheira de nogueira de pôr o Pascal, uma tocheira pequena [...], um candalobo [candelabro?], 4 empanadas com seus varais: uma que serviu na

---

<sup>30</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 22v.º.

<sup>31</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3.

<sup>32</sup> Apresentamos alguns preços e características de cobertores: um cobertor branco (2\$400 réis, 1740) e um outro cobertor (1\$200 réis, 1744) (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 36, 75); um cobertor encarnado (1\$000 réis, 1824) (CSFF, l.º 6, fl. 149v.º); um cobertor (2\$000 réis, 1795); e um cobertor «para o tabuleiro» de amassar pão (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 60; l.º 4, fl. 53v.º); quatro cobertores (9\$000 réis, 1750) (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 6).

<sup>33</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 22v.º. O Monte Alverne é a denominação de uma capela construída numa pequena elevação, na cerca do convento, situada a sul, também conhecida por capela das Cinco Chagas de Cristo, tudo relacionado com S. Francisco de Assis quando recebeu os estigmas de Cristo no Monte Alverne. No inventário de 1777, na capela do Monte Alverne, é mencionado «um retábulo de S. Francisco», tendo sido gasto neste ano 4\$600 réis «por feito de um retábulo novo para o Monte Alverne». Neste ano, a capela do Monte Alverne teve uma nova cobertura de telha, trabalhando dois pedreiros durante seis dias, tendo sido gastos 44 alqueires de cal e empregues 20 tábuas no soalho, forro e janelas da capela (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 46-48v.º). No inventário de 1781 «na obra do Monte Alverne» trabalharam, durante quatro dias, um quebrador de pedra (\$200 réis ao dia) e dois serventes (\$100 réis ao dia) (ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 56v.º).

cela grande que ficava para o lado do caminho, outra que serviu na cela do padre guardião», outra retirada da janela da capela-mor e uma na oitava cela; e nos inventários de 1777 e 1781 «um quadro»<sup>34</sup>.

O dormitório de baixo tinha duas celas. Na segunda cela, além dos apetrechos habituais, atrás mencionados, nos inventários de 1750 a 1755, constavam umas cortinas de bertangil azuis, uma caixinha que servia de arquivo, uma escrevaninha, um armário com estante de livros, uma candeia, um sinete e 52 livros «conforme índice da livraria». Estes utensílios indicados transitaram em finais do século XVIII para a primeira cela deste dormitório, residência do guardião, situada junto à portaria, da parte da sacristia. Na primeira cela, nos inventários de 1771, 1777 e 1781, constavam, além do habitual, um candeeiro «que serve para os hóspedes» e «uma seringa de latão para alguma necessidade» e nestes dois últimos inventários: «uma arquinha que serve de cartório, um tinteiro e areeiro de chumbo, uma escrevaninha velha e um selo do convento»<sup>35</sup>.

Por ordens superiores, os conventos registavam nos livros os assuntos de gestão, das patentes, das missas, inventários, de receita e despesa, etc. A título de exemplo, o livro de inventários do convento da Calheta importou em \$500 réis (1750)<sup>36</sup> e o livro de contas do convento de Câmara de Lobos, iniciado em 1817 custou 3\$500 réis<sup>37</sup>. O papel era adquirido, a avulso ou às resmas, principalmente para o dia a dia da comunidade religiosa, para as contas e visitas e para embrulhar fartes e bolos. Uma resma de papel para embrulhar fartes e bolos custou 4\$500 réis, em 1812; uma resma de papel aparado, 2\$700 réis, em 1798; e as resmas de papel para as contas e visitas custavam entre 2\$200 e 6\$000 réis, em finais do século XVIII e inícios do século XIX<sup>38</sup>. Para aplicação da tinta de escrever eram compradas assiduamente penas, importando, em 1797, em \$400 réis por um maço ou, em 1825, \$750 réis por três maços<sup>39</sup>.

No convento da Calheta, nos corredores dos dormitórios, existiam bancos, nomeadamente «bancos grandes de encosto» e arquibancos. No espaço interno das celas estava um banco e/ou entre uma a três cadeiras e, ocasionalmente, uma cadeira rasa ou uma banquinha. Quanto aos preços dos bancos e das cadeiras estes variavam,

---

<sup>34</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 4v.º, 7v.º, 8, 12v.º, 13, 17, 21v.º, 30v.º, 41-41v.º, 52. Este dormitório é mencionado nos inventários de 1777 e 1781 apenas com sete celas.

<sup>35</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 4v.º, 8, 13, 17v.º, 22v.º, 31, 42, 52v.º.

<sup>36</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 6.

<sup>37</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 13.

<sup>38</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 85, 106; l.º 2, fls. 6, 175; l.º 4, fl. 2v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 57, l.º 6, fls. 2, 20, 154, 211.

<sup>39</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 106; l.º 2, fls. 6, 138v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 154.

consoante o material e o seu tamanho. A título de exemplo, no convento do Funchal, em 1821, um banco custou 1\$500 réis e, em 1824, quatro bancos custaram \$800 réis à unidade e dois a \$600 réis<sup>40</sup>.

A organização dos dormitórios e celas dos outros conventos da Madeira não deve ser muito díspar das descritas no convento da Calheta.

No hospício da Ribeira Brava estão identificadas no mínimo três celas<sup>41</sup>, sendo em maior quantidade, face ao número de religiosos residentes. Uma das celas era conhecida pela «cela do irmão donato»<sup>42</sup>. O convento de Câmara de Lobos mostra que uma das celas era reservada aos guardiães e que duas celas estavam forradas de enrolado<sup>43</sup>.

O maior dos conventos, o do Funchal, deveria ter mais dormitórios e celas, face à quantidade de religiosos que albergava. Um dos dormitórios é identificado por «dormitório de baixo»<sup>44</sup>. Nos livros de receita e despesa deste convento é especificado que no dito dormitório existia um relógio e que a porta de outro dormitório tinha um ferro pedreiro<sup>45</sup>.

Os dormitórios dos vários conventos eram iluminados com «luminárias», «candeeiros», «lanternas» ou com «um lampeão»<sup>46</sup>.

Nas celas dos dormitórios era habitual a existência de um bispote. Segundo os inventários do convento da Calheta não constava em todas as celas devendo corresponder a sua existência apenas nas celas habitadas, pois neste convento, em 1753<sup>47</sup>, estão identificadas cerca de 15 celas e foram inventariados sete bispotes, número aproximado ao de religiosos residentes. Dois dos bispotes são anotados «que é seu», o que quer dizer que eram dos ocupantes das celas. Além dos residentes habituais nos conventos, existiam bispotes «para os hóspedes»<sup>48</sup>. Aquando deste inventário, de 1753, adquiriram mais dois bispotes. Os bispotes custavam entre \$150 (1794) e \$200 réis (1743, 1750-1753)<sup>49</sup>. O hospício da Ribeira Brava, em 1797, comprou dois penicos por \$400 réis e o convento de Câmara de Lobos comprou, em 1797, dois

---

<sup>40</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 106, 140v.º.

<sup>41</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 67v.º; l.º 2, fl. 53.

<sup>42</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 69v.º, l.º 3, fl. 56v.º.

<sup>43</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 58v.º; l.º 2, fl. 162.

<sup>44</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 46; l.º 6, fl. 66v.º.

<sup>45</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 12v.º, 53v.º.

<sup>46</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 65, 108; l.º 3, fl. 135v.º; l.º 4, fl. 74; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 15, 18v.º, 31, 41-41v.º, 46, 47v.º, 52.

<sup>47</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 10v.º-12.

<sup>48</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

<sup>49</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 67v.º; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 5v.º, 9v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

penicos por \$350 réis e um por \$250 réis, em 1811, dois por \$300 réis, e em 1818, um urinol por \$300 réis<sup>50</sup>. No convento do Funchal existia um espaço com retretes conforme a despesa da compra de «duas missagras para uma porta das cloacas»<sup>51</sup>.

### Cozinhas e Refeitórios

As cozinhas e os refeitórios eram espaços de grande importância para o quotidiano dos religiosos. Os utensílios da cozinha eram distintos dos do refeitório, pois a primeira tinha por função principal a preparação das refeições e a segunda tomar as refeições, embora existam alguns utensílios comuns aos dois espaços.

Quanto aos refeitórios, no convento da Calheta, os oito inventários realizados, entre 1750 e 1781, permitem aferir os móveis e utensílios presentes neste espaço. No refeitório existiam diversos tipos de toalhas: toalhas grandes das mesas e uma adamascada. Em 1755, fizeram mais cinco toalhas novas e, em 1777, mais cinco toalhas adamascadas, acrescentadas às cinco toalhas novas de pano da terra e outras cinco usadas. Existia ainda uma toalha das mãos, de três varas, entre 15 e 22 toalhas pequenas das mesas e entre sete e 72 guardanapos. O inventário de 20 de dezembro de 1777 descreve a existência de 32 guardanapos adamascados «emperca» mandados tecer pelo padre guardião, 20 guardanapos adamascados «sem ser emperca», outros quatro guardanapos adamascados e 16 em pano de linho. No refeitório estavam um «copo grande que serve água» e vários copos (entre nove e 20) com seus pires, ora inventariados como de vidro, ora como de cristal, e referidos no inventário de 1755 que estavam oito no refeitório e 12 de resguardo na casa por cima da oficina; entre dez e 12 saleiros de «louça vidrada com seus pés e suas tapaduras»; nove albarradas de «louça vidrada novas, e em uma lhe falta a aza, todas com suas tapaduras» (nos inventários de 1777 e 1781 são mencionadas, respetivamente, seis e quatro «albarradas de louça de pedra»); dois canados de barro vidrado; oito a 12 osseiros, nove «taças de louça de Lisboa que serve de ouseiros»; uma a duas galhetas de folha-de-flandres; meia canada de folha; uma garrafa que serve de vinagre, um candeeiro de latão com cinco luzes; um pote; uma «refeição espiritual»; «um sino De Profundis»; um funil de folha; uma botija; um ferro de hóstias; uma taça em que se faz o polme, mencionado no inventário de 1767 como um «alguidar vidrado de fazer o polme das hóstias, com colher»; uma paroleira vidrada «que leva 12 canadas e serve de azeite doce»; duas palmatórias<sup>52</sup> de folha-de-flandres; um retábulo da Ceia

<sup>50</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 38; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 96v.º, 102v.º; l.º 3, fl. 13; l.º 4, fl. 20v.º.

<sup>51</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 148v.º.

<sup>52</sup> Espécie de castiçal com prato e asa ou cabo.

de Nosso Senhor; um livro da regra no púlpito; dois penteadores e dois alforjes. Parte destes utensílios estavam guardados no «guarda roupa que está no refeitório». O inventário de 1767 menciona nove pimenteiros, «uma lata de tirar os votos» (eleições no convento) e uma «frasqueira com 3 frascos» e os inventários de 1777 e 1781 descrevem, respetivamente, a existência de sete e seis pratos de pedra grandes; sete e quatro sopeiras de louça de pedra; 36 e 25 pratos de louça de pedra, dez e oito pratos pequenos de louça de pedra, duas taças de louça fina, sete osseiros de louça fina, nove saleiros de louça de pedra, seis saleiros, dois e um potes de barro vermelho, uma crónica da Ordem, um livro da Regra e Testamento e um sino do refeitório<sup>53</sup>.

No convento da Calheta, a existência de uma bacia das barbas, uma tesoura, seis navalhas de barbear e dois penteadores pressupõe que o barbear era feito no refeitório ou na cozinha<sup>54</sup>. No convento do Funchal, em 1815, foi comprado um «pinsél para as barbas \$300» e em diversas vezes são feitos consertos na «barbaria» ou «barbearia»<sup>55</sup>, isto é, em espaço próprio. No convento da Calheta, em 1777, adquiriram três navalhas para a «barbearia»<sup>56</sup>, parecendo aqui reportar-se a esta atividade.

Nos diversos conventos a louça era guardada em armários que existiam no refeitório e na cozinha<sup>57</sup>.

Como se constata nos inventários do convento da Calheta e nos livros de receita e despesa dos restantes conventos, a louça era proveniente de vários locais e de diversos materiais. Nem sempre são aclarados os objetos de louça adquiridos, sendo registados apenas como louça. No hospício da Ribeira Brava as aquisições de louça são diferenciadas por «louça vermelha» ou «louça branca», custando a branca a \$300 réis à dúzia em meados do século XVIII<sup>58</sup>.

A cor era um dos modos de identificar a qualidade da louça. No convento da Calheta é encontrada a identificação de «louça vermelha para a cozinha» pormenorizando-se os potes «de barro vermelho»<sup>59</sup>. O vermelho reporta-se às peças em barro, de fabrico local ou importadas. Neste convento o barro é encontrado em «canados de barro vidrado», «alguidares de barro», «uma tijela do fogo vidrada e 3 de

---

<sup>53</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 23, 43, 53. O refeitório do convento do Funchal também tinha um sino, tendo sido adquiridas «10 varas de guita para a portaria e sino do refeitório 1000 [réis]» (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 218).

<sup>54</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 8v.º, 13, 43, 53.

<sup>55</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 218v.º; l.º 6, fls. 2, 140v.º, 182.

<sup>56</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 46v.º. Uma navalha de barbear, na segunda metade do século XVIII custava entre \$100 e \$150 réis.

<sup>57</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 2, fls. 28, 46-48; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 56. Um armário para a louça, em 1818, importou em 6\$000 réis, no convento do Funchal.

<sup>58</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 5, 8, 32, 36, 45v.º, 47, 55v.º, 67v.º, 70, 75.

<sup>59</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 15, 43, 46-48, 52v.º.



barro pequenas»; «300 luminárias de barro» e no poial de pedra e barro «em que se põem as porções» das refeições<sup>60</sup>. No convento de Santa Cruz a aquisição de «loija de barro da terra para uso da cozinha \$300 [réis]»<sup>61</sup>. No hospício da Ribeira Brava, em agosto de 1798, foi adquirido «um pote de barro para a copeira do refeitório»<sup>62</sup>.

No convento da Calheta a louça branca é referente a «osseiros de louça branca», «pratos brancos», «pote branco vidrado em que se deita a [carne de] vinha dalhos», a «6 dúzias de pratos de pedra brancos» e a «taxas brancas que servem de ouseiros»<sup>63</sup>. No convento do Funchal, para o refeitório, a cor branca é utilizada nas referências a garrafas, entre janeiro de 1810 e março de 1821, importando cada uma em \$300 réis e \$730 réis<sup>64</sup>.

No convento de Câmara de Lobos adquiriram várias peças de louça branca: em novembro de 1795, «4 dúzias de pratos brancos para uso da comunidade a 600 rs» e «6 taças brancas a 100»; em setembro de 1796, duas terrinas brancas a 1\$600 réis cada uma; em janeiro de 1800, «um [c]angirão branco, d[it].º de deitar v[inh].º na mesa \$300»; em outubro de 1802, «12 garrafas brancas 6\$000»; em julho de 1812, «4 garrafas brancas compradas a António Valério 6400 [réis]» e em novembro de 1824, «2 garrafas brancas a 800 [réis]»<sup>65</sup>.

As referências a louça de cor azul são mais raras. No convento do Funchal, em setembro de 1818, gastaram «duas mesas de louça fina azul a 55\$000 [réis] cada uma», e em janeiro de 1824, \$400 réis por 12 «pratinhos azuis»<sup>66</sup>.

A louça era diferenciada pela sua origem, qualidade, ou uso quotidiano ou a «fina» nas «funções» ou festividades, como se constata no convento de Câmara de Lobos. Neste convento adquiriram 12 dúzias de louça, seis de pratos e seis de sopeiras, «para serviço da comunidade», a \$650 réis cada uma (abril de 1796); «3 panelinhas de folha e 2 de louça do brasil para a cozinha \$800» (novembro de 1797); «15 pires de louça fina para o refeitório a 25 rs» (agosto de 1798); «uma mesa de louça para as funções da comunidade 32\$300 [...] frete da dita \$500»<sup>67</sup>. As «mesas de louça», ou por outras palavras, conjuntos de louça, foram adquiridos para o convento do Funchal, por altura da festa de S. Francisco, nomeadamente, em setembro de 1811,

<sup>60</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 23v.º, 24v.º, 42v.º, 52v.º.

<sup>61</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776).

<sup>62</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 49v.º.

<sup>63</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24v.º-26v.º, 43-43v.º, 52v.º.

<sup>64</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 13, 46, 66v.º, 210; l.º 6, fls. 52, 99.

<sup>65</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 71; l.º 2, fls. 30, 72; l.º 3, fl. 27; l.º 4, fl. 120v.º.

<sup>66</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 57v.º, 140v.º.

<sup>67</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 79, 111v.º; l.º 2, fls. 5v.º, 131.

uma «mesa de louça» por 21\$200 réis e, em setembro de 1818, «duas mesas de louça fina azul a 55\$000 [réis] cada uma»<sup>68</sup>. A aproximação de uma festa incentivava a aquisição de louça, como em setembro de 1813, este convento gastou 26\$900 réis em «louça que se comprou na função de N[osso] P[adr].<sup>e</sup> [S. Francisco] para ficar no serviço da comunidade a saber: 10 dúzias de meios pratos 4[\$]500 [réis], quatro terrinas a 1[\$]250 [réis] cada uma 5[\$]000 [réis], 12 vidros para mostarda e sal 1[\$]200 [réis], seis saladeiras 5[\$]400 [réis], 12 copos de pé 1[\$]200 [réis]»<sup>69</sup>. No convento do Funchal é destrinchada a louça vidrada. Em fevereiro de 1819 gastaram 1\$100 réis em «louça vidrada para a cozinha e moços» e em setembro de 1819, 1\$800 réis em «louça vidrada»<sup>70</sup>.

A expressão de «louça vidrada» é usual. Entre outras peças vidradas refira-se: no hospício da Ribeira Brava a aquisição de cinco tigelas de fogo (\$650 réis, em julho de 1738) e de uma panela vidrada «para vir a mant[eig]a»<sup>71</sup>; no convento do Funchal uma jarra vidrada (1\$800 réis, em dezembro de 1818)<sup>72</sup>; no convento da Calheta «salseiras de louça vidrada com seus pés e suas tapaduras», albarradas de louça vidrada com asas e tapadura, paroleira vidrada «que leva 12 canadas e serve de azeite doce», «canado de louça vidrado de deitar vinho na mesa», «um pote grande vidrado, serve de botar carne de vinho de alhos», «panelinhas vidradas», «panelas vidradas» e potinhos vidrados «que servem de manteiga»<sup>73</sup>.

Quanto à louça de pó de pedra, além das peças mencionadas atrás, nos inventários do convento da Calheta, é referido «6 dúzias de pratos de pedra brancos»<sup>74</sup>, e no convento de Câmara de Lobos a aquisição de 34 pratos de pó de pedra a \$050 réis cada um (janeiro de 1798) e de duas dúzias de pratos de pó de pedra finos (1\$000 réis, em janeiro de 1800)<sup>75</sup>. Existiam peças em pedra, como no hospício da Ribeira Brava, um gral de pedra com sua mão (\$540 réis em dezembro de 1740)<sup>76</sup>.

Por vezes, para as funções, os religiosos iam buscar a louça a outros locais. Assim ocorreu, no convento de Câmara de Lobos, em outubro de 1824, na festa de

<sup>68</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 46; l.º 6, fl. 57v.º.

<sup>69</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 189.

<sup>70</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 65, 75.

<sup>71</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 20; l.º 2, fl. 17.

<sup>72</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 63. O convento do Funchal comprou uma jarra, em 1821, por 5\$000 réis, e o convento de Câmara de Lobos outra, em 1819, por \$800 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 104v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 32v.º).

<sup>73</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 31, 42v.º, 52v.º.

<sup>74</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 26.

<sup>75</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 115v.º; l.º 2, fl. 30.

<sup>76</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 30v.º.

S. Francisco, em que gastaram 2\$300 réis com «os moços que conduziram as louças» e em dezembro do mesmo ano, aquando de uma visita, em que pagaram \$150 réis a «um homem que trouxe e levou a louça para a mesma função [da visita]»<sup>77</sup>.

Quanto à proveniência, como descrito atrás, a louça era de fabrico local, vinda do Brasil ou de Lisboa.

Como já descrito, no convento da Calheta, as albarradas eram objetos comuns nos refeitórios. No convento de Câmara de Lobos, entre 1793 e 1818, era habitual a aquisição de albarradas, três a seis unidades em cada compra, «para a mesa» e «para o refeitório», ao custo unitário de \$100, \$200 ou \$600 réis<sup>78</sup>. No hospício da Ribeira Brava são habituais neste período, estando identificadas, em maio de 1742, a aquisição de cinco albarradas pequenas e um bispote, por \$400 réis e, em março de 1743, a compra de quatro albarradas brancas para a mesa, por \$400 réis<sup>79</sup>. No convento do Funchal, exemplifica-se com a compra de uma albarrada, em outubro de 1810 (\$400 réis)<sup>80</sup>, e no de Santa Cruz, de dez albarradas e quatro seiras, em outubro de 1776 (1\$400 réis)<sup>81</sup>.

As terrinas eram usuais no convento de Câmara de Lobos, custando, em setembro de 1796, duas brancas a 1\$600 réis à unidade e, em setembro de 1816, cinco terrinas a 1\$100 réis cada uma<sup>82</sup>. No do Funchal, eram comprados lotes de terrinas, entre dois e quatro, entre 1\$200 e 1\$400 cada uma<sup>83</sup>.

Os potes eram usados para colocar a carne de vinho e alhos, medição do vinho e aguardente e armazenar azeite de louro. Os potes estão associados, quanto ao material, ao barro, no entanto, no hospício da Ribeira Brava é mencionado um pote de cobre que foi consertado em agosto de 1800 e julho de 1802<sup>84</sup>. As infusas associadas ao material de barro, eram usadas nos conventos da Madeira. O convento de Santa Cruz, em 1776, comprou quatro infusas para uso da sacristia e barbearia (\$100 réis); o convento de Câmara de Lobos, em 1794, comprou três infusas (\$050 réis); o convento do Funchal, em 1816, adquiriu duas infusas para o refeitório (\$300 réis)<sup>85</sup>.

O vidro era outro material usual nos conventos. Segundo a documentação de receita e despesa e inventários, nos espaços sagrados, o vidro era usado nas

<sup>77</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 4, fls. 119v.º, 122v.º.

<sup>78</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 14v.º, 49v.º, 87v.º; l.º 2, fls. 5v.º, 120v.º; l.º 3, fls. 71v.º, 108; l.º 4, fl. 22.

<sup>79</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 55v.º, 62v.º, 75; l.º 2, fls. 2, 47.

<sup>80</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 26.

<sup>81</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31v.º.

<sup>82</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 87v.º; l.º 2, fl. 61.

<sup>83</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17v.º, 26, 66v.º, 189.

<sup>84</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 83v.º; l.º 3, fl. 14.

<sup>85</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 29; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 41v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 27.

janelas, nos lampadários e em outros objetos, como se constata: «galhetas de vidro» com pratos de estanho (1777), «um copo de vidro da comunhão» (1777), «um copo de cristal com que se dá o lavatório» (1750). No lavatório constava um «purificador de vidro» (1777), sendo também referido como «2 purificadores de cristal com seus pires da índia» (inventários de 1755 e de 1767)<sup>86</sup>. As galhetas podem reportar-se aos recipientes usados na celebração da missa ou para servir azeite e vinagre à mesa. Em 1804, o convento de Câmara de Lobos adquiriu uma galheta para azeite por \$400 réis<sup>87</sup> e o convento da Calheta inventariava galhetas em folha no refeitório.

Nos espaços profanos, o vidro era empregue nas janelas<sup>88</sup>, na iluminação e nos objetos. Na iluminação exemplificamos as aquisições de «um vidro de alampada para o candeeiro do dormitório»<sup>89</sup>; no convento da Calheta, em 1753, a feitura de um candeeiro novo para o dormitório (1\$850 réis) contendo um vidro (\$100 réis), e no inventário de 1755 é mencionado no granel (provavelmente em depósito) um «lampeão sextavado de vidros»<sup>90</sup>. Já o convento do Funchal, em agosto de 1818, consertou dois lampiões e seus vidros (3\$000 réis)<sup>91</sup>.

Para o convento de Câmara de Lobos, em janeiro de 1805, foi comprada uma «manga de vidro» para o coro (2\$400 réis)<sup>92</sup>. Em julho de 1818, uma manga de vidro, feitio do trabalho de picheleiro e uma guita importou, ao convento do Funchal, em 4\$500 réis<sup>93</sup>.

No convento de Câmara de Lobos, os candeeiros dos dormitórios e escadas foram consertados, em 1797, com três vidros<sup>94</sup>. Os candeeiros dos dormitórios do convento do Funchal possuíam vidros, sendo consertados e adquiridos vidros novos, face à sua quebra ou mau estado<sup>95</sup>, e em outubro de 1809, gastaram \$300 réis na compra de duas salseiras de vidro<sup>96</sup>. O convento de Câmara de Lobos, em 1794, comprou quatro copos de vidro para os hóspedes, e em 1798, seis copos para os

---

<sup>86</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 1-2v.º, 10v.º-12, 16-16v.º, 20v.º, 24v.º-26v.º, 30, 36v.º-40v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 55v.º.

<sup>87</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 95v.º.

<sup>88</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17, 21v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 36; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 25.

<sup>89</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 15, 47v.º.

<sup>90</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 15, 18v.º.

<sup>91</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 56.

<sup>92</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 105v.º.

<sup>93</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 54v.º.

<sup>94</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 108.

<sup>95</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12v.º, 46, 211v.º.

<sup>96</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 5v.º. O convento do Funchal, em fevereiro de 1819, comprou «49 garrafinhas para o refeitório» por 49\$000 réis, em princípio de vidro (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 65).

religiosos<sup>97</sup>. A mostarda e os escabeches eram comprados em «vidros», melhor dizendo, em frascos de vidro<sup>98</sup>.

Existia alguma confusão da identificação do material dos copos e purificadores, sendo ora apontados como de vidro, ora como de cristal. Nos copos, o convento da Calheta inventaria, em 1755, «20 copos de cristal, que atualmente estão no dito refeitório e 12 de re[s?]guardo na casa por cima da oficina» e, em 1777, 18 copos de vidro<sup>99</sup>. Pelo menos, em três momentos o convento de Câmara de Lobos comprou garrafas de cristal, nomeadamente, «2 garrafinhas de cristal» (\$700 réis, em agosto de 1798), «uma garrafinha de cristal» (\$350 réis, em janeiro de 1799) e «duas garrafas de cristal» (1\$600 réis, em agosto de 1817)<sup>100</sup>.

Quanto ao espaço da cozinha, no convento de S. Bernardino, segundo o inventário de 7 de abril de 1835

«estavam: um braço de balanças de ferro com pesos de uma arroba, meia, oito libras, quatro e duas; uma panela de ferro grande; Duas ditas mais pequenas; Uma dita de chá de ferro; uma frigideira de ferro; Uma chocolateira de cobre; Uma grelha velha de ferro; Um espeto de ferro; Um barril de água; Item uma bacia velha; Uma pá de ferro de botar pão; Um tabuleiro; Um almofariz roto com seu pisão; Um armário velho; Uma pedra de filtrar água que fica no seu encaixe e lugar próprio feito para ela.»<sup>101</sup>

Em louças existiam: «Sete dúzias de pratos e sopeiras azuis; Quatro pratos compridos azuis; Duas terrinas azuis; Duas pudineiras azuis e seus pratinhos; Uma bacia branca; Um bule<sup>102</sup> e uma cafeteira; Doze copos de pé, pequenos, de mesa; Cinco garrafas; Três facas e três garfos de trinchar; oito facas e dez garfos [de] cabo branco; Nove colheres de estanho»<sup>103</sup>.

No convento da Calheta, na segunda metade do século XVIII, na cozinha, constavam pratos (variando a quantidade entre 13 e 48: em 1755, 24 pratos novos e 22 usados; em 1777, 21 pratos brancos; e em 1781, 13 pratos grossos), cubos (entre cinco e 20 unidades), quatro panelas (duas de cobre, uma grande e outra pequena, e duas de ferro, uma grande e «outra pouco menos»), um caldeirão; uma tacha

<sup>97</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 33; l.º 2, fl. 2.

<sup>98</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 26, 64, 68v.º, 189; l.º 6, fls. 6v.º, 25v.º, 54v.º, 229v.º, 239; ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 8v.º, 137; l.º 3 fls. 19v.º, 27, 42; l.º 4, fls. 40, 119.

<sup>99</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 42v.º, 52v.º.

<sup>100</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 5v.º, 14; l.º 3, fl. 108.

<sup>101</sup> VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, p. 73, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

<sup>102</sup> Em outubro de 1822, o convento de Câmara de Lobos comprou uma garrafa e um bule, por 1\$100 réis, porque o «bul [...] se quebrou» (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 86v.º).

<sup>103</sup> VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino [...]*, p. 73, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

grande de cobre, três tachos de cobre (um grande e um pequeno, um destes estanhado, e um de arame), duas tachas de arame e uma pequena (apenas nos inventários de 1777 e 1781), uma colher de cobre, duas escumadeiras, um talho e cutelo, um garfo de ferro, uma trempe de ferro, uma grelha, um espeto de ferro (três em 1781), uma frigideira de arame, duas facas, duas a quatro gamelas (grandes e pequenas), um almofariz, um gral com sua mão (no inventário de 1777, «um gral novo com duas mãos»), um navalhão de partir peixe, uma bacia dos pés, um machado, uma enxada, foices (duas da serra, uma de roçar); no inventário de 1767 é mencionado «1 foice da erva; 1 de mondar silvado e 2 da lenha»), três cordas da serra, uma candeia, um barril que serve de água, dois aventais de brim, dois panos de brim, um gancho de ferro de tirar a carne, uma cutela de partir a carne, um cepo de partir a carne, uma mesa com sua gaveta e um banco. O inventário de 1767 especifica: uma candeia de gravato (vara com um gancho); um prato de estanho de mesa; quatro colheres de pau; dois alguidares de barro; uma tigela do fogo vidrada e três de barro pequenas; um ferro de hóstias; dois cestos de vindima; e uma pia de pedra lavrada «que estava para se fazer o lavatório na casa De Profundis»<sup>104</sup>. O «De Profundis» do convento da Calheta, segundo o inventário de 1771, continha uma lanterna «que se acende para os religiosos à noite quando entram a ceiar»<sup>105</sup>.

Nos utensílios da cozinha sobressaem os materiais de cobre, estanho, ferro, folha e arame.

O cobre era estanhado por um caldeireiro, anualmente no convento do Funchal e com frequência quase anual nos outros conventos, devendo estar relacionada esta tarefa com a frequência do uso do material. No convento do Funchal, foram pagos: 1\$800 réis a «quem estanhou o cobre» (setembro de 1809); 6\$00 réis «por estanhar todo o cobre da cozinha» (abril de 1810); 7\$400 réis «de estanhar o cobre» (dezembro de 1810); 6\$400 réis «para quem estanhou o cobre e duas escumadeiras novas» (setembro de 1811); 6\$600 réis «ao caldeireiro de estanhar todo o cobre» (dezembro de 1812); 5\$200 réis «ao caldeireiro de estanhar o cobre da cozinha» (setembro de 1813)<sup>106</sup>; 2\$860 réis «de estanhar a panela grande»<sup>107</sup>. O valor gasto pelos outros conventos na realização desta tarefa permite comparar a quantidade de utensílios existentes, correlacionando-a com a dimensão de cada convento. No convento de Santa Cruz pagaram 2\$200 réis por «estanhar a maior parte do cobre da cozinha»

<sup>104</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8, 13v.º, 18, 23v.º, 31v.º, 43, 53.

<sup>105</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31, 56v.º. Em 1805, uma «lanterna de mãos» importou em \$600 réis (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 114).

<sup>106</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 4, 17v.º, 29v.º, 46, 72, 210.

<sup>107</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 85.

(outubro de 1776)<sup>108</sup>. No hospício da Ribeira Brava pagaram 1\$000 réis a «quem estanhou o cobre da comunidade» (dezembro de 1803) e \$400 réis «por estanhar uma panela de cobre» (janeiro de 1805)<sup>109</sup>. No convento de Câmara de Lobos despenderam 6\$600 réis «ao caldeireiro do conserto e estanhar o cobre da cozinha» (abril de 1797); 7\$000 réis «por conserto de todo o cobre da comunidade, duas frigideiras novas, um rominhol e uma caçarola» (junho de 1798); 4\$900 réis «por conserto de todo o cobre da cozinha e de estanhar» (janeiro de 1800); 6\$000 réis «para estanhar todo o cobre da comunidade» (julho de 1801); e 4\$200 réis ao «caldeireiro de estanhar todo o cobre e conserto» (setembro de 1810)<sup>110</sup>. Em agosto de 1795, o caldeireiro foi designado de «estanhadeiro [...] que estanhou as panelas, tachas e caldeirão da cozinha»<sup>111</sup>.

Entre os objetos de cobre existem referências a compras: no convento de Câmara de Lobos, duas vasilhas de cobre da cozinha, uma colher de cobre (\$400 réis, em janeiro de 1797), duas frigideiras, um rominhol e uma caçarola (3\$000 réis, em dezembro de 1817)<sup>112</sup>; no convento do Funchal, nos livros de receita e despesa, são aclarados: quatro panelas de cobre (12\$300 réis, em novembro de 1810), duas escumadeiras, «um caldeirão grande» (20\$000 réis, em julho de 1818), dois tabuleiros (1818), uma panela (6\$000 réis, em junho de 1821), e uma tacha<sup>113</sup>; no convento de Santa Cruz, duas panelas de cobre<sup>114</sup>; no hospício da Ribeira Brava, panela, tacho, tacha, frigideira de cobre estanhada (com o peso de cinco libras, 1\$600 réis, em maio de 1742), uma tacha nova (\$900 réis, em dezembro de 1794), pote, tachico<sup>115</sup>; e no da Calheta, caldeirinha, duas panelas, tachas, tacha baixa (4\$800 réis, em 1767), tachos, colheres e frigideira.

O convento do Funchal possuía caçarolas, de cobre estanhado, com os respetivos cabos. O convento do Funchal, em 1824, pagou \$100 réis ao caldeireiro para «pregar o cabo a uma caçarola» e, em 1817, pagou 2\$800 réis por duas caçarolas<sup>116</sup>.

O bronze é referido no hospício da Ribeira Brava, nomeadamente, «uma mão de almofariz de bronze que se comprou para pagar a seu dono que a furtaram», tendo sido pago 1\$200 réis por um «almofariz novo com sua mão»<sup>117</sup>, e no convento

<sup>108</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31.

<sup>109</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 30, 42.

<sup>110</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 99; l.º 2, fls. 3, 31, 53v.º; l.º 3, fl. 12.

<sup>111</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 65.

<sup>112</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 20v.º, l.º 2, fl. 3; l.º 3, fl. 65v.º; l.º 4, fl. 7.

<sup>113</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 27v.º, 46; l.º 6, fls. 54v.º, 59v.º, 104v.º, 169.

<sup>114</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 28.

<sup>115</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 23v.º, 47, 51v.º, 55v.º; l.º 2, fls. 2, 84; l.º 3, fl. 14.

<sup>116</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 31v.º; l.º 6, fl. 147.

<sup>117</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 23v.º.

de Câmara de Lobos na compra de um almofariz por 2\$000 réis<sup>118</sup>. O estanho foi designado no hospício da Ribeira Brava, em janeiro de 1739, aquando da aquisição de quatro colheres de estanho, a \$050 réis cada uma; e no convento da Calheta, «um prato de estanho de mesa da cozinha» e nos objetos sagrados, como um lampadário de estanho, dois pratinhos em estanho das galhetas. O latão, material menos referido, estava presente, no convento da Calheta, nos candeeiros, nos perfumadores, nos lampadários e nas seringas, e no do Funchal em castiçais<sup>119</sup>. Poderá existir alguma confusão nos registos dos conventos na identificação dos metais do cobre, estanho, latão e bronze.

Os utensílios em arame são referenciados no hospício da Ribeira Brava, especificamente, «uma bacia grande de arame», em novembro de 1736<sup>120</sup>, e no convento da Calheta, com um tacho, tachas (uma tacha, 2\$100 réis, em 1767; uma tacha com cinco libras, 2\$500 réis, em 1777; uma tacha pequena de arame, \$500 réis, em 1777), duas escumadeiras, uma frigideira e uma panela<sup>121</sup>.

Os utensílios em arame deverão corresponder aos designados em «folha». Os conventos da Madeira possuíam diversos objetos de «folha»: candeeiros (\$200 réis, 1805; \$500 réis, 1816), candeias (\$250 réis, 1798), castiçais, aguadores, lagartixeiros (\$500 réis, 1819), panelinhas, painéis (\$450 réis e \$500 réis, 1803; \$600 réis, 1806), tabuleiros, escumadeiras, pratinhos, galhetas, bacias (\$500 réis, 1809), funis (\$200 réis, 1811), «meia canada» e «galão»<sup>122</sup>. Em folha-de-flandres existiam diversos objetos: o hospício da Ribeira Brava, em 1805, adquiriu uma panelinha (\$300 réis); o convento do Funchal, «27 pratinhos de folha de Flandres para as salseiras» (1\$100 réis); o convento de Câmara de Lobos, um funil (\$200 réis) e um aguador (\$800 réis) e em 1794 adquiriu «4 bayas de folha de Flandres pra os candeeiros \$100»<sup>123</sup>. O convento da Calheta possuía, em 1767, em folha-de-flandres, duas palmatórias e dois funis<sup>124</sup>.

Quanto aos utensílios em ferro refira-se os que serviam para cozinhar no fogo: no convento do Funchal, uma panela de ferro com tampa, uma pá de ferro para o

<sup>118</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 108.

<sup>119</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 20v.º, 23, 31, 42v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 12v.º.

<sup>120</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 6.

<sup>121</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 26v.º, 47.

<sup>122</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5v.º; l.º 6, fls. 70v.º, 225v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 111v.º, 116v.º; l.º 2, fls. 2, 120v.º, 125v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 21, 36, 67v.º; l.º 2, fl. 51v.º; l.º 3, fls. 27v.º, 30; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 4, 8v.º, 40v.º, 52v.º, 57.

<sup>123</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 48; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 9; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 25v.º, 26v.º, 45.

<sup>124</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 23.



forno (\$700 réis, em julho de 1821), uma grelha de ferro (1\$000 réis, em junho de 1825)<sup>125</sup>; no de Câmara de Lobos, uma frigideira (\$800 réis, em novembro de 1797), duas panelas de ferro com 53,5 libras (a \$060 réis à libra, em janeiro de 1800), uma panela (1\$000 réis, em outubro de 1803), uma panela (\$840 réis, em dezembro de 1805), uma pá de ferro para o forno (\$400 réis, em setembro de 1811)<sup>126</sup>; no hospício da Ribeira Brava, uma frigideira de ferro (\$800 réis, em dezembro de 1794), uma panela de ferro (2\$400 réis, em outubro de 1799), uma frigideira de ferro (1\$000 réis, em novembro de 1806)<sup>127</sup>; no convento da Calheta, uma tempre, três espetos, um garfo, um gancho de tirar a carne, um ferro das hóstias (4\$000 réis, em 1771). Outros objetos seriam em ferro como as grelhas, cutelos e espetos.

O convento de Câmara de Lobos revela a existência de uma «assadeira», adquirida por 3\$200 réis, em 1818, objeto que seria usual nos outros conventos para a realização dos assados<sup>128</sup>.

Na cozinha e refeitório, alguns dos utensílios eram de madeira. Em março de 1819, o convento do Funchal adquiriu duas colheres de pau por \$100 réis<sup>129</sup>; o convento da Calheta, no inventário de 1767, assentava quatro colheres de pau e, em 1755, adquiriu duas escudelas «de páo» para comerem os moços e os pobres<sup>130</sup>, deduzindo-se que deveriam servir-se em conjunto das mesmas escudelas.

Nos conventos amassava-se o pão, existindo espaços próprios para este fim em alguns conventos, denominados de amassarias nos conventos de Santa Cruz, Calheta e Câmara de Lobos. O convento da Calheta tinha duas fornalhas feitas de novo, em 1777, tendo um pedreiro recebido 1\$500 réis pelo serviço e condução das pedras e gasto \$300 réis em dois arcos de ferro para as mesmas. Neste convento, na «amassaria» constavam um alguidar de amassar grande «assentado em pedra e cal», uma banca, um tabuleiro, uma tendeira, um pano de cobrir o pão, duas peneiras – uma alva e uma de rala, uma peneira de seda, duas alcofas<sup>131</sup>,

---

<sup>125</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 61, 106, 161.

<sup>126</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 111v.º; l.º 2, fls. 30, 87, 123v.º.

<sup>127</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 2, 67v.º; l.º 3, fls. 65v.º.

<sup>128</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 14v.º.

<sup>129</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 66v.º.

<sup>130</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 21, 23v.º.

<sup>131</sup> Os outros conventos da Madeira também possuíam alcofas. O convento do Funchal, em 1812, adquiriu «alcofas para uso da comunidade \$900» (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 56v.º); o convento de Câmara de Lobos, em 1795, «uma alcoufa para a farinha \$300» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 52); e o hospício da Ribeira Brava, em 1804, «uma alcoufa para farinha \$500» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 32). O convento da Calheta, em 1777, comprou uma alcoufa, por \$200 réis, para a amassaria (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 47v.º).

uma joeira<sup>132</sup> e uma pá de ferro<sup>133</sup>. O convento do Funchal, em setembro de 1808 construiu um novo forno tendo gasto:

«Por 3 lajes para o forno a 1200 cada uma 3\$600 / Para um servente 13 dias a 500 6\$500 / Para 55 palmos de cantaria para o forno a 400 palmo 22\$000 / Por carroto da dita 2\$500 / Para 8 moios de areia para o forno a 800 6\$400 / Por 2 moios e 15 alqueires de cal para o dito a 120 rs alqueire 16\$200 / Por carroto da dita \$900 / Para 23 dias ao M[estr].<sup>e</sup> Silvestre pedreiro a 900 rs por dia 20\$700 / Por 7 dias ao M[estr].<sup>e</sup> carpinteiro José Joaquim a 900 6\$300 / Para pregos 1\$200»<sup>134</sup>.

Em alguns inventários estes utensílios são dados como pertencentes à cozinha, pelo que o espaço da amassaria deveria estar incluído na cozinha.

Para a confeção do pão, o convento de Câmara de Lobos, em julho de 1820, gastou em «8 varas de linhage para toalhas e tendal para a cozinha 1\$600; por um cobertor para o tabuleiro 2\$600; Por 2 peneiras 1000, uma pá de deitar pão no forno 600; Para uma tendedeira 600»<sup>135</sup>. Para o mesmo fim o hospício da Ribeira Brava possuía dois fornos e alguidar apoiado num pegão. Um alguidar de amassar e duas peneiras, em novembro de 1796, importaram em 1\$600 réis<sup>136</sup>.

As peneiras usadas sobretudo para peneirar a farinha eram objetos comuns aos cinco espaços conventuais masculinos da Madeira. Os conventos da Calheta e de Câmara de Lobos revelam através dos inventários e aquisições que eram para a «amassaria» e o hospício da Ribeira Brava comprou duas peneiras juntamente com um «alguidar de amassar»<sup>137</sup>. Nas tipologias das peneiras são distinguidas as peneiras alvas ou de seda e as peneiras ralas. As peneiras custavam entre os \$200 réis e os \$800 réis, sendo os preços semelhantes entre as duas tipologias. O convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1799, adquiriu duas peneiras, uma alva por \$350 réis e uma rala por \$400 réis e o convento do Funchal, em junho de 1823, comprou uma peneira de seda por \$500 réis e outra rala por \$400 réis<sup>138</sup>.

Nos conventos era corrente a compra de copos, taças e pratos, por serem objetos de muito uso e quebravam-se com facilidade, dada a fragilidade do material.

---

<sup>132</sup> Uma joeira custava \$100 réis, na década de 1740, e entre \$150 e \$300 réis, em finais do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fl. 41; l.º 3, fl. 55v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 4v.º, 156; l.º 3, fls. 7, 79; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 28).

<sup>133</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 43.

<sup>134</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 6v.º

<sup>135</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 53v.º.

<sup>136</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 30v.º, 45, l.º 2, fls. 30v.º, 39. Consertaram os fornos em dezembro de 1739, maio de 1741 e setembro de 1797.

<sup>137</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 2; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 23v.º.

<sup>138</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 27v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 132v.º.

Quanto aos copos, além do material de vidro ou cristal, são diferenciados quanto ao aspeto (de pé, de pé fino, lavrados e grandes), à função ou quanto aos usuários dos mesmos (de água, de ração ou «reção», para o refeitório, para a mesa, para a comunidade, para hóspedes). Os copos grandes serviam para beber água e os de «reção» ou «ração» deveriam corresponder à porção de vinho que bebiam às refeições<sup>139</sup>. Relativamente aos copos são referidas algumas particularidades. No convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1799, adquiriram seis tapadouras torneadas «de copos de reção»<sup>140</sup>. Nos copos é referido no convento de Câmara de Lobos um canjirão (\$200 réis, em 1818), e no convento do Funchal um canjirão para o refeitório (\$200 réis, em 1810) e um canjirão de bico (\$300 réis, em 1825)<sup>141</sup>.

Nos pratos, quase sempre comprados às dúzias, eram diferenciados quanto ao material (barro, pó de pedra). Quanto à sua qualidade, o convento da Calheta inventariava, em 1771, «12 pratos do comum na cozinha»; em 1777, 48 pratos grossos; e em 1781, 13 pratos grossos<sup>142</sup>. Estes pratos grossos eram para «uso da comunidade», isto é, para uso diário, como foi assentado no convento de Câmara de Lobos, em 1798, na compra de três dúzias de pratos grossos (uma a \$500 réis e as outras a \$400 réis)<sup>143</sup>.

<sup>139</sup> Apresentamos algumas aquisições de copos, tipologias e valores e que permitem diferenciar os mesmos e verificar a evolução dos preços ao longo de finais do século XVIII e inícios do século XIX. No hospício da Ribeira Brava: oito copos, \$400 réis (1738); quatro copos para o refeitório, \$400 réis (1801); um copo, \$100 réis (1805); oito copos, \$800 réis (1805); seis copos «para a comunidade», \$900 réis (1806) (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 21v.º, l.º 3, fls. 3v.º, 47, 52v.º, 65v.º). No convento de Câmara de Lobos: dois copos para a água, \$400 réis (1793); quatro copos «para a mesa», \$400 réis (1793); quatro copos de «vidro para hóspedes», \$400 réis (1794); dois copos grandes para a água, \$400 réis (1795); seis copos para o refeitório, \$600 réis (1797); dois copos para água a \$200 réis e quatro copos a \$100 réis (1797); seis copos de vidro «para as reções dos religiosos», \$600 réis (1798); seis copos para o refeitório, \$900 réis (1800); 24 copos de pé «para uso da comunidade», 3\$600 réis (1801); três dúzias de copos de pé, 2\$700 réis e dois copos «para água», \$600 réis (1802); seis copos para o refeitório, \$600 réis (1802); seis copos, \$600 réis (1803); dois copos para água, \$600 réis (1804), seis copos, \$600 réis (1805); seis copos do refeitório, \$600 réis (1806); cinco dúzias de copos de pé, 4\$500 réis (1806); seis copos «para a mesa», \$900 réis (1807); oito copos «para a mesa» (1808); três dúzias de copos, 3\$600 réis; quatro copos de água, 1\$200 réis (1817); um «copo de beber água 200 réis, 5 ditos de reção 500 rs» (1821); «6 copos a 100 e ditos grandes a 300 [réis]» (1824) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 8v.º, 16, 33, 71, 104v.º, 106v.º; l.º 2, fls. 2, 42v.º, 49, 61, 87, 95v.º, 122, 130, 136, 143, 156; l.º 3, fls. 91v.º, 108; l.º 4, fls. 75, 120v.º). No convento do Funchal: 18 copos, 1\$600 réis (1809); «24 copos para o refeitório», 2\$400 réis (1810); quatro dúzias de copos a diversos preços, 4\$050 réis (1811); 12 copos de pé, 1\$200 réis (1813); 12 copos de «ração», 1\$000 réis e duas dúzias de copos de pé, 2\$000 réis (1814); 12 copos de «ração», 1\$000 réis (1815); uma dúzia de copos, \$800 réis (1818); três dúzias de «copos de pé finos», 5\$000 réis (1818); duas dúzias de copos, 2\$400 réis (1818); quatro dúzias de copos lavrados (1819); 24 copos, \$700 réis (1823); copos de «reção», 1\$000 réis (1825); 12 copos de «reção», 1\$000 réis (1825); três dúzias de copos de «reção», 2\$000 réis (1826); uma dúzia de copos de «ração» (1832) (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 8v.º, 27v.º, 46, 189, 210; l.º 6, fls. 6, 48, 56, 57v.º, 66v.º, 131v.º, 161, 166v.º, 170, 232v.º).

<sup>140</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27v.º.

<sup>141</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 19v.º; CSFF, l.º 5, fl. 14; l.º 6, fl. 160.

<sup>142</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31v.º, 47, 53.

<sup>143</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 115; l.º 2, fl. 2v.º.

Por outro lado, existiam pratos de melhor qualidade, inventariados no convento da Calheta, como em 1767 «18 pratos de louça fina»<sup>144</sup>.

Consoante a função dos pratos era usual nos conventos a existência de pratos de diversos tamanhos. Os pratos «compridos» eram adquiridos entre os \$100 e os \$400 réis à unidade. No convento do Funchal, em 1819, adquiriram dez pratos compridos por 1\$000 réis e no convento de Câmara de Lobos adquiriram, em 1797, seis pratos «compridos sortiados» por 1\$300 réis; em 1798, seis pratos compridos «por diversos preços» por 2\$300 réis; e em 1802, 12 pratos compridos a \$400 réis cada um<sup>145</sup>. Os pratos compridos deverão corresponder a travessas, termo não usado na documentação conventual, face ao seu formato e valor elevado. O convento da Calheta, em 1767, inventariava 11 «pratos grandes de louça de pedra». Em oposição aos pratos grandes este convento registava seis «dúzias pequenas da dita louça a saber duas dúzias de sopeiras e quatro de pratos, 18 pires da mesma louça»<sup>146</sup>, sendo assim, nos pratos pequenos, englobados as sopeiras e os pires.

As sopeiras custavam o mesmo que um prato e eram muitas vezes compradas em simultâneo. No hospício da Ribeira Brava, não é usado o termo sopeira, o que não invalida que não comessem sopa ou caldo, que poderiam ser servidas em taças, pois neste convento é habitual a compra de taças em conjunto com pratos. A aquisição pelo convento de Câmara de Lobos de «6 tacinhas para o caldo a 100» réis cada uma<sup>147</sup>, em 1799, corrobora que as tacinhas ou taças eram usadas para servir sopa ou caldo.

Os pires serviam para colocar os copos, como os de tomar chá. Nos diversos inventários do convento da Calheta é habitual a sua existência, encontrando-se referência a: «11 pires dos ditos» (copos) e «9 pires de copos»<sup>148</sup>. O convento de Câmara de Lobos, em 1811, adquiriu «12 xícaras e 12 pires» por 1\$800 réis, e em 1798 havia adquirido 15 pires de louça fina, para o refeitório, a \$025 réis cada um<sup>149</sup>. Os pires eram usados para servir «doce». Por altura da festa de S. Francisco, o convento do Funchal adquiriu cinco dúzias de «pires para doce», pelo preço de 2\$000 réis<sup>150</sup>.

Numa compra, em 1816, do convento de Câmara de Lobos, é feita a distinção entre os vários tipos de pratos incluindo os pequenos: «seis dúzias de pratos 3\$000, 4 dúzias de sopeiras 2\$000, 4 dúzias de pratos pequenos 1\$600, duas dúzias

<sup>144</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23.

<sup>145</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 72v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 106v.º, 115; l.º 2, fl. 61v.º.

<sup>146</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23.

<sup>147</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27.

<sup>148</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 10v.º-12, 42v.º, 52v.º.

<sup>149</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 5v.º; l.º 3, fl. 12.

<sup>150</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 163v.º.

mais pequenos \$600»<sup>151</sup>, correspondendo estes últimos aos pires, pelo seu preço. No convento do Funchal, em 1812, compraram cinco dúzias de pratos pequenos por 1\$500 réis<sup>152</sup>. Os pratos pequenos encontravam-se inventariados no convento da Calheta<sup>153</sup>. É registado, no convento do Funchal, a aquisição de dez dúzias de meios pratos, por 4\$500 réis, em setembro de 1813<sup>154</sup>.

Os pratos eram dos utensílios da cozinha com maiores aquisições, sobretudo pelo convento do Funchal, pois além da louça do uso diário e das festividades, realizavam-se os jantares das reuniões dos Capítulos, o que tudo contribuía para o desgaste e quebra da mesma, pelo que era necessária uma constante renovação<sup>155</sup>.

<sup>151</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 91v.º.

<sup>152</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 66v.º.

<sup>153</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 42v.º, 52v.º.

<sup>154</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 189.

<sup>155</sup> Apresentamos algumas aquisições de pratos e sopeiras, tipologias e valores. No convento do Funchal: dez dúzias de pratos (5\$000 réis, março de 1810); 24 pratos (1\$200 réis, outubro de 1810); 12 dúzias de pratos e sopeiras a \$500 réis à dúzia (6\$000 réis) e cinco dúzias de pratos pequenos (1\$500 réis, setembro de 1812); dez dúzias de meios pratos (4\$500 réis, setembro de 1813); oito pratos (6\$400 réis, outubro de 1813); cinco dúzias de pratos (3\$000 réis, maio de 1814); seis dúzias de pratos e três dúzias de sopeiras a \$600 réis (5\$400 réis) e 12 pratos compridos (2\$000 réis, setembro de 1814); seis dúzias de pratos (2\$100 réis) e duas dúzias de sopeiras (1\$000 réis, abril de 1815); 20 dúzias de pratos e sopeiras a \$450 réis à dúzia (9\$000 réis, junho de 1816); 18 dúzias de pratos, 12 dúzias a \$400 réis e seis a \$350 réis (6\$900 réis, setembro de 1816); 14 dúzias de pratos (7\$000 réis, março de 1818); 24 dúzias de pratos (março de 1819); dez pratos compridos (1\$000 réis, julho de 1819); seis dúzias de pratos e sopeiras (2\$400 réis, março de 1821); cinco dúzias de pratos e sopeiras a \$600 réis (3\$000 réis, janeiro de 1822); seis dúzias de pratos (3\$000 réis, dezembro de 1822); seis dúzias de pratos e quatro de sopeiras a \$500 réis à dúzias (5\$000 réis, abril de 1824); três dúzias de pratos (1\$500 réis, junho de 1825); seis dúzias de pratos e sopeiras (3\$000 réis, dezembro de 1825); três dúzias de pratos, sopeiras e cubos (3\$000 réis, janeiro de 1827); 32 pratos (1\$600 réis, abril de 1828); seis dúzias de pratos e uma dúzia e meia de sopeiras a \$500 réis à dúzia (3\$750 réis, março de 1829); duas dúzias de pratos (\$800 réis, abril de 1832); duas dúzias de pratos (1\$000 réis, outubro de 1832) (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17v.º, 26, 66v.º, 188, 190, 203v.º, 210, 225; l.º 6, fls. 20, 23v.º, 48, 66v.º, 72v.º, 99, 113, 124, 143v.º, 161, 166v.º, 177, 188v.º, 201v.º, 234v.º, 239). No convento de Câmara de Lobos: quatro dúzias de pratos brancos «para uso da comunidade» (2\$400 réis, novembro de 1795); seis dúzias de pratos e seis dúzias de sopeiras (7\$800 réis, abril de 1796); seis pratos compridos «sortiados» (1\$300 réis, agosto de 1797); uma dúzia de pratos «grossos para uso da comunidade» (\$500 réis), seis pratos compridos (2\$300 réis) e 34 pratos de pó de pedra «para a comunidade» (1\$200 réis, janeiro de 1798); 24 pratos «grossos para uso da comunidade» (\$800 réis, maio de 1798); duas dúzias de pratos de «pó de pedra finos» (1\$000 réis, janeiro de 1800); 12 pratos compridos (4\$800 réis) e 12 pratos pequenos (3\$600 réis, fevereiro de 1802); seis dúzias de pratos e três dúzias de sopeiras (6\$400 réis e pelo frete \$100 réis, abril de 1804); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, fevereiro de 1812); seis dúzias de pratos e sopeiras (setembro de 1812); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, outubro de 1813); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, outubro de 1814); seis dúzias de pratos (3\$000 réis), quatro dúzias de sopeiras (2\$000 réis), quatro dúzias de pratos pequenos (1\$600 réis) e duas dúzias de pratos mais pequenos (\$600 réis, setembro de 1816); quatro dúzias de pratos e duas dúzias de sopeiras (3\$600 réis, agosto de 1817); seis dúzias de pratos e sopeiras (3\$000 réis, outubro de 1821); quatro dúzias de pratos (2\$000 réis, outubro de 1822); uma dúzia de pratos e sopeiras (1\$100 réis, outubro de 1823); duas dúzias de pratos e sopeiras (maio de 1824) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 71, 79, 106v.º, 115, 115v.º; l.º 2, fls. 2, 30, 61, 95v.º; l.º 3, fls. 19v.º, 29v.º, 49v.º, 63v.º, 91v.º, 108; l.º 4, fls. 72v.º, 86, 105, 114).

Como já escrevemos, no hospício da Ribeira Brava não se encontra o termo sopeira, podendo equivaler ao uso de taças. Neste hospício adquiriram, no início do século XIX, dez taças, em 1801, e quatro taças, em 1802, a \$100 réis à unidade, «para uso da comunidade»<sup>156</sup>. Estes tipos de taças eram «pequenas», pois com este adjetivo foi registada uma outra compra de quatro taças, neste ano de 1802 ao mesmo custo unitário, sendo assentada em simultâneo a compra de «3 taças grandes para osseiros a 300 rs» cada uma<sup>157</sup>. No convento da Calheta as taças eram designadas, esporadicamente, de osseiros, pois deveriam também ter a função de colocar os ossos das refeições. No inventário do convento da Calheta, de 1767, é registado «9 taças de louça de Lisboa que serve de ouseiros». Neste convento é habitual o assento nos inventários de oito a nove osseiros, sendo registados no inventário de 1777 «7 oceiros de louça fina» e «2 taças de louça fina» e no de 1781 «7 osseiros de louça branca»<sup>158</sup>. Nos conventos de Santa Cruz, Funchal e Câmara de Lobos não é utilizado o termo osseiro.

No convento de Câmara de Lobos são distinguidas as taças «para uso da comunidade» ou «para o refeitório», ou seja, para o uso diário, adquiridas em lotes de quatro a nove, ao custo unitário de \$050 réis ou \$100 réis. Em duas aquisições são mencionadas o aspeto das taças: como «6 taças brancas a 100» réis cada uma (1795) e «taças pintadas p[a]r[a o] Ref[eito]r[i]o» (1824)<sup>159</sup>. As taças eram muito usuais para a colocação do «doce», servido ou ofertado em bandejas nas festas<sup>160</sup>. A título de exemplo refira-se no convento de Câmara de Lobos «uma taça de doce de ameixa para o jantar do sobredito juiz do Resíduo» (1795) e duas «taças de doce» na visita (1824); no convento de Santa Cruz «uma taça de casca de calda e outra de limão» (1776); e, no convento do Funchal, a aquisição de «3 dúzias de taças para doce a 75 [réis à] dúzia» (1813) e «4 taças para as bandejas 400 [réis]» (1823)<sup>161</sup>.

No convento de Câmara de Lobos, como já escrevemos, eram usadas tacinhas para comer o caldo, adquiridas, entre 1797 e 1799, entre \$075 réis e \$200 réis<sup>162</sup>. Neste convento realce-se a compra, em 1817, de um «jarro e taça de lavar» por \$600 réis<sup>163</sup>,

---

<sup>156</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 3v.º, 17.

<sup>157</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 19.

<sup>158</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 42v.º, 52v.º.

<sup>159</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 71; l.º 4, fl. 114.

<sup>160</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 63v.º; l.º 2, fl. 13v.º; l.º 4, fl. 122v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 190; l.º 6, fls. 59v.º, 136v.º, 150v.º, 154, 173v.º, 229v.º, 238.

<sup>161</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 63v.º; l.º 4, fl. 122v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 37v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 190; l.º 6, fl. 136v.º.

<sup>162</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 106v.º, 115v.º, l.º 2, fl. 27.

<sup>163</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 3.

que deveria corresponder a um conjunto de lavatório. O convento do Funchal, em 1818, consertou o «jarro do lavatório» por 2\$800 réis<sup>164</sup>, que deveria ser em metal.

As tigelas eram outro utensílio presente nos conventos. No inventário do convento da Calheta, de 1767, é referido «1 tijela do fogo vidrada e 3 de barro pequenas»<sup>165</sup>, assim dizendo, existiam diversos tipos de tigelas, as maiores e vidradas que serviam para cozinhar os alimentos e outras mais pequenas usadas para servi-los. Este convento inventaria «2 tijelas do fogo», em 1750<sup>166</sup>. As tijelas de fogo não são muito comuns, existindo além destas referências apenas, no hospício da Ribeira Brava, entre 1738 e 1740, pelo que poderiam estar em desuso a partir de finais do século XVIII, em detrimento dos metais. No hospício da Ribeira Brava adquiriram, em julho de 1738, duas «tigellas de fogo» a \$100 réis cada uma, e cinco «tigellas de fogo vidradas» por \$650 réis e, em abril de 1740, duas «tijelas de fogo» a \$100 réis<sup>167</sup>. No convento do Funchal eram usados archotes com alcatrão na festa de S. Francisco<sup>168</sup>, e neste e no de Câmara de Lobos, tigelas com alcatrão para iluminar os espaços nas novenas das festas. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1796, compraram 60 tigelas de alcatrão a \$005 réis cada uma, para a festividade de S. Bernardino, e no convento do Funchal, em abril de 1811, gastaram \$400 réis em «tijelas para a torre» para iluminá-la com alcatrão e, em julho de 1819, \$600 réis em «6 dúzias de tijelas para alcatrão»<sup>169</sup>.

Nos refeitórios e cozinhas dos conventos eram usados cubos, adquiridos muitas vezes, em remessas com outra louça como os pratos e sopeiras, como se identifica nas aquisições do convento de S. Bernardino, em maio de 1824, de «2 dúzias de pratos, sopeiras e 6 cubos para o Refeitório 1\$500» e do convento de S. Francisco, em janeiro de 1827, de «3 dúzias de pratos e sopeiras e cubos 3\$000»<sup>170</sup>. No início do século XIX, os cubos eram adquiridos a vários preços, sendo o mais usual e barato a \$050 réis à unidade<sup>171</sup>, podendo custar, no entanto, mais de \$500 réis à unidade como ocorreu na compra do convento do Funchal, em 1832, com seis cubos que custaram

---

<sup>164</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 48.

<sup>165</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 23v.º.

<sup>166</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 3.

<sup>167</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 20, 33v.º.

<sup>168</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 59v.º (outubro de 1818), 76v.º (outubro de 1819), 230 (outubro de 1831).

<sup>169</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 83; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 35v.º.

<sup>170</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 114; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 177.

<sup>171</sup> No convento do Funchal: 12 cubos, \$600 réis (março de 1815); uma dúzia e meia de cubos, \$900 réis (janeiro de 1822); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 223v.º; l.º 6, fl. 113). No hospício da Ribeira Brava: «Por 7 pratos e 6 cubos \$300» réis, em maio de 1740 (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 36).

3\$500 réis<sup>172</sup>, podendo esta variação estar correlacionada com a sua qualidade. O convento da Calheta, nos diversos inventários, assentava a existência na cozinha de 17 a 20 cubos, entre 1750 e 1755, e de cinco a 12 entre 1772 e 1781. Segundo esta documentação, os cubos correspondem a uma peça de louça, que ora parecem equivaler a sopeiras e outras vezes diferem destas e dos pratos. Desconhece-se tanto a sua utilidade como se este termo (“cubos”) era usado nos conventos fora da Madeira ou em outros inventários de louça.

Na louça, de cerâmica, eram usadas as saladeiras. O convento do Funchal, em setembro de 1813, adquiriu seis saladeiras por 5\$400 réis<sup>173</sup>.

Embora os inventários mencionados atrás dos conventos da Calheta e de Câmara de Lobos demonstrem os vários utensílios existentes nos refeitórios e cozinhas, apresentamos algumas particularidades sobre os mesmos.

A selha era um objeto muito usado no quotidiano dos conventos. As selhas eram feitas por um tanoeiro, em madeira «com arcos de ferro»<sup>174</sup>, à semelhança de uma tina de madeira, mas com as paredes mais baixas. As selhas eram usadas no «serviço da cozinha», «para lavar a louça», «para salgar carne» ou «que serve de sal» ou para usar «debaixo das vasilhas que se tira o vinho, e de trasfega»<sup>175</sup>. O preço de uma selha variava consoante o seu tamanho, custando entre \$100 e \$800 réis.

Na cozinha, as escumadeiras, também denominadas de espumadeiras<sup>176</sup>, eram de cobre, estanho, arame ou folha-de-flandres e tinham um custo variável entre \$200 réis (1794) e \$400 réis (1823)<sup>177</sup>.

As frigideiras, presentes nas cozinhas de todos os conventos<sup>178</sup>, denominadas no convento de Câmara de Lobos de «fritadeira» (\$700 réis, em 1803)<sup>179</sup>, eram de ferro, arame ou cobre estanhado e custavam, consoante o material e dimensão, entre os \$400 réis (hospício da Ribeira Brava, 1799) e os 2\$600 réis (convento do Funchal, 1826)<sup>180</sup>.

---

<sup>172</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 236v.º.

<sup>173</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 189.

<sup>174</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 13v.º; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 18.

<sup>175</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 55v.º, 79; l.º 3, fl. 8; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 66v.º; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 18.

<sup>176</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 33; l.º 2, fl. 75, 88v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 61.

<sup>177</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 33; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 131v.º.

<sup>178</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8, 13v.º, 18, 23v.º, 31v.º, 43v.º, 53; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 111v.º; l.º 2, fls. 2, 3, 115v.º; l.º 3, fl. 11v.º; l.º 4, fls. 35v.º, 109v.º, 116; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 28, 38; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 5v.º, 26; l.º 6, fls. 56, 166v.º, 167v.º, 232v.º.

<sup>179</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 87.

<sup>180</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 67v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 167v.º.



Nos talheres são, às vezes, diferenciados os de uso na cozinha dos usados no refeitório «à mesa». Quando identificados os materiais são referidos os metais, como o estanho e o cobre, e nas colheres ainda as de «pau».

O hospício da Ribeira Brava, em 1739, adquiriu quatro colheres de estanho a \$050 réis cada uma<sup>181</sup>. O convento da Calheta inventariava, em 1750, uma colher de cobre, tendo adquirido outra, em 1751, por \$450 réis<sup>182</sup>. O convento de Câmara de Lobos, em 1797, adquiriu outra de cobre «para a cozinha», ou seja, para preparar as refeições, por \$400 réis<sup>183</sup>, e seis colheres de «mesa de casquinha» a 400 (réis) cada uma, em princípio usadas para servir à «mesa». Para tomar as refeições, este convento adquiriu, em 1798, oito colheres de «metal fino» (\$100 réis cada uma) e um talher (2\$800 réis)<sup>184</sup>; em 1802, uma dúzia de colheres (2\$000 réis), uma dúzia de facas e garfos (2\$000 réis) e um talher (2\$000 réis)<sup>185</sup>. As colheres, facas e garfos eram adquiridos a diversos preços, consoante a sua qualidade, material e tamanho<sup>186</sup>.

Para uso na cozinha, o convento da Calheta possuía um «garfo de ferro» e o convento de Câmara de Lobos, em 1794, consertou o «garfo de tirar carne da panela» (\$050 réis)<sup>187</sup>.

Nos instrumentos de corte, o convento da Calheta possuía na cozinha «2 facas pequenas», «1 navalhão de partir peixe» ou um «facão do peixe», «um cepo de amoreira de picar a carne com sua cutela», e, no inventário de 1750, «seis navalhas de barbear». O hospício da Ribeira Brava especifica «um navalhão para o peixe» (\$500 réis, em 1737) e «uma machada para picar a carne» (\$150 réis, em 1799); o convento de Câmara de Lobos, «uma machada nova para cortar a carne \$400» e um «facão»<sup>188</sup>.

---

<sup>181</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 23v.º.

<sup>182</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 9v.º.

<sup>183</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 95.

<sup>184</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 5v.º.

<sup>185</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 72.

<sup>186</sup> Vejamos outras aquisições de colheres, garfos e facas pelos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal. No convento do Funchal: «duas dúzias de facas e garfos» (3\$200 réis) e «3 facas para a cozinha» (\$600 réis, em 1810); «duas facas para a cozinha» (1\$200 réis, em 1811); «feito de 2 facas» (1\$200 réis, em 1818); «6 facas e 6 garfos» (\$600 réis, em 1828); 2,5 dúzias de facas e garfos (1\$800 réis, em 1828) (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 11, 17v.º, 35v.º; l.º 6, fls. 57v.º, 187v.º, 189). No convento de Câmara de Lobos: «6 facas e 6 garfos para a comunidade a 200 por cada faca e garfo» (1\$200 réis, em maio de 1796); «1 dúzia de facas e garfos para uso da comunidade» (3\$000 réis) e «2 facas para uso da cozinha» (\$200 réis, em 1797); «meia dúzia de facas garfos e colheres» (2\$400 réis, em 1806); «6 facas e 6 garfos» (1\$800 réis) e «meia dúzia de [colheres de] chá» (1\$200 réis, em 1811); «meia dúzia de facas» (\$800 réis, 1820) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 80v.º, 111v.º; l.º 2, fl. 131; l.º 4, fl. 56v.º). No hospício da Ribeira Brava: «uma faca para a cozinha» (\$150 réis, 1739); «uma faca para uso da cozinha \$100» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 23v.º; l.º 2, fl. 2).

<sup>187</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

<sup>188</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 17; l.º 4, fl. 57.

O convento do Funchal possuía um navalhão, cutelas (uma nova, \$800 réis, em 1818), e uma «faca do açougue» (\$500 réis, em 1824) para corte da carne no «picadeiro» do açougue<sup>189</sup>.

Era usual a existência de uma grelha na cozinha. O convento da Calheta adquiriu uma «nova» por \$400 réis, em 1750, valor igual pago por outra, pelo hospício da Ribeira Brava, em 1800. Anteriormente, em 1743, este hospício havia comprado uma grelha por \$600 réis. Em 1825, o convento do Funchal comprou uma grelha de ferro por 1\$000 réis<sup>190</sup>.

Os espetos constavam dos utensílios das cozinhas, nos conventos de Câmara de Lobos, Funchal e da Calheta, possuindo este último convento três exemplares de ferro em 1767 e 1777. O convento do Funchal comprou dois espetos «para a cozinha», em dezembro de 1810, por 1\$600 réis<sup>191</sup>.

Os conventos possuíam um rominhol ou reminhol, espécie de uma colher grande em cobre ou de outro metal. No convento da Calheta, um caldeireiro, em 1781, estanhou duas painelas e fez um «remonhol»<sup>192</sup>. O convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1803, por um reminhol e uma espumadeira pagou 1\$600 réis<sup>193</sup>. No convento do Funchal, em julho de 1815, o caldeireiro fez um «rominól» e duas espumadeiras por 1\$500 réis; em dezembro de 1818 foram estanhados «uma painela, espumadeira e remoninhol» por 3\$600 réis; em fevereiro de 1819, foi consertado um «remuninhol» por \$300 réis; em outubro de 1824, foi estanhado o rominhol e, em fevereiro de 1827, foi adquirido um reminhol «para a cozinha» por 1\$400 réis<sup>194</sup>.

Refira-se a existência de três esteiras no convento de Câmara de Lobos (1798), compradas a \$200 réis, cada uma; e no hospício da Ribeira Brava (1801) de duas esteiras «para a comunidade» adquiridas a \$400 réis cada uma<sup>195</sup>.

### Lojas, Dispensas e Outros Espaços

Os conventos possuíam diversos espaços para guarda dos instrumentos e dos bens alimentares, sendo decifrados espaços como a adega, o lagar, a loja, o granel, o

<sup>189</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 13v.º; l.º 2, fl. 61; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 206v.º; l.º 6, fls. 59v.º, 66v.º, 140v.º, 159.

<sup>190</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 6; ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 11; l.º 2, fl. 83v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 161.

<sup>191</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 23v.º, 43v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 29v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 11.

<sup>192</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 56v.º.

<sup>193</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 88v.º.

<sup>194</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 2, 63, 65, 150v.º, 177v.º.

<sup>195</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 5v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 3v.º. Segundo Raphael Bluteau, esteira é «um tecido de junco, da tabúia, ou de palma, com que se alcatifão estrados, & casas inteiras» (BLUTEAU, 1713, *Vocabulario* [...], vol. D-EYC, p. 315).

celeiro e a loja da carne. Vejamos o caso do convento da Calheta, onde nos diversos inventários estão descritos os utensílios existentes em cada espaço o que permite correlacionar as atividades desenvolvidas e os diversos espaços conventuais, salvaguardando que variava o tamanho destes espaços, consoante a dimensão de cada convento, a quantidade e qualidade dos objetos existentes.

No convento da Calheta, na adega, nos vários inventários, é registado: uma jarra que serve de azeite; seis a oito pipas (o inventário de 1777 menciona oito pipas, um quarto e três quartolas e o inventário de 1781 «18 pipas, das quais tem 4 arcos de ferro cada uma. Destas pipas cima ditas estão: 2 em casa de António Francisco de França; 2 em casa do alferes Canha; e 7 em poder do alferes Jacome de Sousa Barreto no Porto do Moniz e uma em casa de Pedro Jorge Monteiro»); um tonel; dois quartos grandes e dois pequenos «os grandes de botar farinha e os pequenos, um serve de arroz e outro de botar [grãos?] pardos»; duas selhas; um barril pequeno; duas cartolas que servem de azeite; dois quartos que servem de salgar peixe; dois baldes de trasfega; um pisão; uma cartola que serve de vinagre; «umas balanças com seus pesos de ferro»; uma cutela; um barril de guardar farelos; um machado; um barril com arcos de ferro «que serve de vir azeite da cidade». O inventário de 1767 acrescenta: dois funis de folha-de-flandres; um cadeado; duas tinas que servem de medir farinha; uma arca de guardar farinha que leva 24 alqueires e meia canada; uma galheta que leva meia canada; um canado de louça vidrado de deitar vinho pela mesa; oito paroleiras, uma grande com seis canadas de azeite de louro e três grandes vazias; 300 luminárias de barro; uma quarta grande «de se botar o sal»; um pote branco vidrado «em que se deita a [carne de] vinha dalhos»<sup>196</sup>. O inventário de 1777 refere a existência de uma «adega de baixo» com várias pipas e o inventário de 1781 a existência da «adega de cima» com a existência de uma caixa «que serve de farinha»; uma tina; dois barris de carga; uma selha e um funil<sup>197</sup>.

Por cima da cozinha existia uma «casa», mencionada no inventário de 1750, com alguns utensílios existentes na adega, e nos inventários de 1751 e 1753 como uma «casa dos moços», na qual existia uma barra de cama, uma enxerga, cobertas e uma manta<sup>198</sup>.

Na «casa da oficina», mencionada nos inventários de 1753 e 1755, existia um armário, um prateleiro, uma selha «que serve de sal», uma selha nova «com arco de ferro que serve de estar debaixo das vasilhas que se tira o vinho e de trasfega»,

---

<sup>196</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3-3v.º, 8, 31, 44, 53, 53v.º.

<sup>197</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 44, 53v.º.

<sup>198</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 8, 13, 18.

um caixão «que serve de farinha», duas tinas com tampa «que servem de farinha», sete pipas, três «bandadas e 4 arcadas todas um quarto», dois quartos, uma cartola que serve de vinagre, um barril de almude e um barril de dois almudes e meio, dois funis, três quartos que servem de despejo e uma paroleira que «serve de azeite». Estes dois inventários mencionam a existência de um «seleiro por cima da oficina» contendo uma rasoura, um alqueire, uma pá, dois quartos que «servem de legumes», oito quartos de despejo, um quartinho pequeno, um pote grande vidrado «que serve de botar carne de vinho de alhos», quatro panelinhas vidradas e quatro potinhos vidrados «que servem de manteiga»<sup>199</sup>.

No granel, identificado nos inventários de 1750, 1751, 1753, 1755, 1772, 1777 e 1781 constava: um caixão «que serve a farinha»; uma jarra grande «que serve de botar para duas seiras»; um alqueire; uma rasoura e uma meia rasoura com seu pau; duas seiras; uma pipa «que serve de misturas»; uma pipa «que serve de botar pão»; duas tinas; vários quartos «que servem de legumes» e rolão; três paroleiras; uma serra; uma pá de padejar trigo; 11 sacos; duas tigelas do fogo; duas panelas novas; duas barras das camas; um chumaço; várias cobertas; dois a três colchões; uma enxerga; uma saca de lona; 18 sacas de brim, dez cheias de trigo e oito vazias; 72 aduelas; um lampião sextavado de vidros; uma caixa de til preto que leva um moio de trigo; e uma pá de padejar o trigo<sup>200</sup>.

Na loja ou casa da carne, mencionada nos inventários de 1753, 1755, 1767, 1777 e 1781, estavam: algumas madeiras; várias pipas; uma jarra «que serve de azeite»; um tonel; duas selhas «que servem de salgar a carne»; um estrado de colocar a carne; dois quartinhos pequenos com arcos de ferro; um pisão com sua mão; um cepo de amoreira de picar a carne e sua cutela; duas balanças novas (inventário de 1767) com sete pesos de ferro (um de oito libras, um de quarta, três de dois arráteis e um de meio arrátel) e segundo o inventário de 1777 com nove pesos novos (dois pesos de meia arroba; um de meia arroba; um de oito libras, um de quatro libras, um de duas libras, um de uma libra, um de meia libra, um de quarta) e sete velhos (um de oito libras, um de quatro libras, três de duas libras, um de uma libra, e um de meia libra), todos de ferro. O inventário de 1767 menciona umas tábuas sobre o poial de barro «em que se põem as porções» e cinco quartos que «serviram de peixe salgado, um pequeno com atum, 2 de manteiga e um vazio e outro com 6 arráteis»<sup>201</sup>.

<sup>199</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 13v.º, 18.

<sup>200</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8, 13v.º, 18, 24, 31, 43v.º, 53.

<sup>201</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 13v.º, 18, 24, 31, 44, 53v.º. A balança e pesos eram aferidos regularmente (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 22; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 48; l.º 6, fls. 25, 54v.º, 106, 148v.º). No convento do Funchal está identificado um «jogo de medidas para uso da comunidade 4\$800» réis (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 194v.º).

Segundo o inventário de 1771, na «casa que fica debaixo da cela do padre guardião» constava: uma barra de cama velha; dois quartos; uma boceta pintada «com meia dúzia de ramos de pano»; 48 rosas de pano; 12 círios; um «girassol de prata quando se expõe o Sacramento»; e quatro navalhas de barba que «ficava na cela do p[adr].<sup>e</sup> guardião»<sup>202</sup>.

Debaixo da sacristia ficava uma loja, segundo os inventários de 1767 e 1771, onde constava algumas pipas, uma delas com vinagre; dois chaprões de vinhático; um quarto grande «que serviu de cal»; duas caixas; várias rodas de arcos; cinco liaças; e uma caldeira com sua bicha, pertencente aos herdeiros do capitão Miguel Gomes do Vale<sup>203</sup>.

No convento de Câmara de Lobos, segundo o inventário de 7 de abril de 1835<sup>204</sup>, na «casa do convento» estavam os seguintes móveis:

«onze cadeiras de braços pintadas de verde, algumas quebradas; uma mesa redonda de um pé de madeira de vinhático; outra de caixa de açúcar com quatro pés; três arquibancos de pinho usados, dois dos quais quebrados; duas mesas de pinho, de jantar, uma com gaveta, outra sem; Uma camilha de vinhático; duas barras de cama de pinho, uma delas pintada; cinco sacos de linho da terra; uma manga de vidro pequena; duas pipas, três quartolas, duas tinhas, uma selha, dois baldes, dois funis, tudo velho e cheio de mofo»<sup>205</sup>.

No serviço e armazenamento de líquidos existiam duques «para servir de azeite»<sup>206</sup> e botijas para armazenamento e «condução de azeite»<sup>207</sup>, guarda de mel<sup>208</sup> e de azeitonas<sup>209</sup>.

A «loja» era um dos termos usados para designar os espaços de arrumos nos conventos.

O hospício da Ribeira Brava tinha duas lojas arrendadas, uma delas a Pedro Jorge Monteiro, pagando o seu procurador, Caetano José de Andrade, do sítio do Vale, 7\$000 réis anuais. Pedro Jorge Monteiro arrendou esta loja a partir de 18 de junho de 1804, no entanto, em fevereiro deste ano adiantou 25\$000 réis para conserto da mesma, sendo descontado no pagamento das rendas anuais. Os consertos consistiram em colocar uma porta nova com cadeado e armelas, trabalhos de

<sup>202</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 31v.º.

<sup>203</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24v.º, 31v.º.

<sup>204</sup> VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 70, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

<sup>205</sup> VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 73.

<sup>206</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 102; l.º 4, fl. 2. Um duque custava \$700 réis, em 1804, e \$800 réis, em 1817.

<sup>207</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 49; l.º 3, fl. 7; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 12v.º; l.º 6, fl. 201. Três botijas de azeite, em 1829, custaram 3\$700 réis.

<sup>208</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24, 27, 34v.º.

<sup>209</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 34.

pedreiro e calcetar<sup>210</sup>. A outra loja foi arrendada a partir de maio de 1804 ao capitão Nicolau Serrão, do Campanário, rendeiro dos dízimos desta freguesia, estando João de Freitas encarregue do pagamento, entre 5\$000-6\$000 réis anuais. Em março de 1808, o rendeiro do peixe pagou 7\$000 réis pelo arrendamento da loja<sup>211</sup>.

No convento de Câmara de Lobos é especificada «a loge da lenha» (1793)<sup>212</sup>.

O convento do Funchal possuía diversas lojas, sendo algumas usadas para armazenar os vinhos do convento e outras arrendadas. Em julho de 1808, os franciscanos estiveram em obras «na porta da loge em que se guardou o vinho do ano passado»<sup>213</sup>. Em 1820, gastaram 10\$050 réis por seis paus para canteiros na loja<sup>214</sup>. Em 1821, o convento tinha quatro lojas a arrendar, recebendo anualmente por cada uma 50\$000, 60\$000, 20\$000 e 15\$000 réis<sup>215</sup>. O valor do arrendamento das lojas foi decaindo até que no ano de 1832 o arrendamento de três lojas rendeu apenas 32\$000 réis<sup>216</sup>.

Em julho de 1808 realizaram obras em outras duas lojas, na «loja grande na rua deste convento» e numa «verga para a porta da loja do quintal», aquando de outras obras realizadas no convento, como «na porta do refeitório e casa de repartir o comer ao pé dele, forno, dispensa sobre o forno da cal, sacristia, coro e conclusão da casa aonde assistem os noviços». Em outubro deste ano para a feitura da porta de uma das lojas foi adquirida uma caixa de açúcar por 3\$000 réis<sup>217</sup>. Em agosto de 1809, foi construída uma loja nova, virada para a rua de S. Francisco, envolvendo despesas consideráveis nos materiais e mão de obra:

«Por 108 pés de chaprão a 120 rs para a porta nova da rua 12\$960; Por pagamento ao boieiro de deitar o entulho da loja nova 120 caminhos a 100 12\$000; Por 2 moios de areia a 500 1\$000; Para o calceteiro de calçar a loja 6 dias a 600 3\$600; Por 55 caminhos de pedra para calçar a dita a 50 rs 2\$750; Por gasto que se fez na abertura da loja nova segundo a relação de quem a tinha já alugado 92\$200; Para ferragem para a dita 4\$800; Por 35 alqueires de cal para a dita e portaria a 120 rs 4\$200; Para o M[estr].<sup>e</sup> Pedreiro João 3 dias a 1000 3\$000»<sup>218</sup>.

<sup>210</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 61; l.º 3, fls. 30, 31v.º, 45v.º, 66v.º, 75v.º, 88v.º.

<sup>211</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 45v.º, 62v.º, 75v.º.

<sup>212</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 23v.º.

<sup>213</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 6v.º.

<sup>214</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 90v.º.

<sup>215</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104.

<sup>216</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 233v.º.

<sup>217</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 6v.º.

<sup>218</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 7.

Esta loja nova era uma das arrendadas a 50\$000 réis, em agosto de 1813, a Nicolau de la Tuellièrie<sup>219</sup>, cônsul francês na Madeira, que em 1817 residia na rua de S. Francisco e aí faleceu em fevereiro de 1820. Em 1816 pagava 40\$000 réis de renda por esta loja<sup>220</sup>.

Em 1814, um «neto de Pedro Jorge» pagava 50\$000 réis pela renda de uma loja<sup>221</sup>. Em 1816 e 1817, o vigário da freguesia do Seixal, Francisco António da Silva Teixeira, pagava 50\$000 réis ao convento, anualmente, pela renda de uma loja<sup>222</sup>. Em 1823, João Teles tinha arrendado a loja que importava em 60\$000 réis<sup>223</sup>. Esta loja também era designada de «armazém do Noviciado» arrendada ao «Trem», ou seja, à Fazenda Real, pelo mesmo valor anual, desde agosto de 1824 até agosto de 1828, mencionada neste ano de 1828 como arrendada a «Sua Majestade»<sup>224</sup>.

A loja que era arrendada a 15\$000 réis (1818) situava-se no claustro<sup>225</sup>. A partir de 1823 uma loja era arrendada anualmente, por 16\$000 réis, a António dos Reis, sendo provavelmente a loja do claustro pelo valor monetário em questão<sup>226</sup>.

A partir do século XIX, são conhecidos lagares nos conventos do Funchal e de Câmara de Lobos. Em agosto de 1818, o convento do Funchal pagou 49\$100 réis por «custo de um lagar, feitio dos mestres, conduções e seus pertencentes», tendo no mês seguinte adquirido uma corda (\$800 réis) e, em junho de 1825, um fuso (2\$600 réis)<sup>227</sup>. O convento de Câmara de Lobos, em junho de 1822, pagou 1\$800 réis ao mestre Januário, relativos a seis dias «a fazer o lagar», e no mês seguinte pagou 2\$000 réis «por um pau de castanheiro para o feixo do lagar»<sup>228</sup>.

No convento de Câmara de Lobos existia um espaço para a guarda dos cereais. Em novembro de 1817 foi consertado o celeiro e em agosto de 1824 foi consertada a «chave do celeiro»<sup>229</sup>. O celeiro era escrito na documentação deste convento como «saleiro», no entanto, deve mesmo tratar-se de um celeiro, pois em janeiro de 1807 foram pagos 3\$000 réis «por 8 quartos»<sup>230</sup> que se compraram para o «trigo que estava

---

<sup>219</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 41v.º.

<sup>220</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 14.

<sup>221</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 197, 208.

<sup>222</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 14v.º, 31.

<sup>223</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 135.

<sup>224</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 172v.º, 181v.º, 185, 196, 204v.º.

<sup>225</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 49.

<sup>226</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 133, 148, 154, 184v.º.

<sup>227</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 162v.º.

<sup>228</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 81v.º, 82v.º.

<sup>229</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 5v.º, 117.

<sup>230</sup> Medida de capacidade.

no saleiro», clara referência a um espaço físico; em dezembro de 1806 foi adquirido um cadeado para a porta do «saleiro» e em abril de 1807 adquiriram duas armelas para a porta do «saleiro»<sup>231</sup>, podendo no mesmo ser guardado o sal, daí a denominação de «saleiro».

Como acontecia no convento da Calheta, o hospício da Ribeira Brava tinha uma «casa da carne», tendo sido adquirida para a mesma «uma chave nova», em setembro de 1795<sup>232</sup>.

Os conventos tinham livrarias, como se constata nos do Funchal, Calheta, Câmara de Lobos e Santa Cruz. No convento da Calheta, em 1750, numa estante, estavam inventariados 52 livros «conforme índice da livraria»<sup>233</sup>. No convento de Santa Cruz, em outubro de 1775, pagaram \$500 réis a «um oficial que fez uma mesa para a livraria e conserto de outra»<sup>234</sup>. Os «35 livros de biblioteca, os manuscritos de contas do convento e um maço de 78 papéis avulsos de escrituras, títulos, provisões e outros documentos» recolheram ao Governo Civil e depois foram entregues na Provedoria da Fazenda<sup>235</sup>.

No convento do Funchal existia um espaço reservado aos noviços. Em outubro de 1809, concluíram as obras da «casa aonde assistem os noviços» e em novembro de 1813 colocaram uma fechadura na «porta do noviciado» e «quatro vidros para a janela do refeitório e noviciado»<sup>236</sup>.

À entrada das refeições existia um espaço propício para as orações. No convento da Calheta era chamado pela casa «De Profundis», com uma lanterna «que se acende para os religiosos à noite quando entram a cear»<sup>237</sup>. Este espaço deveria corresponder ao «quarto da oração» dos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal. Para o «quarto da oração», o convento de Câmara de Lobos, em 1793 e 1794, adquiriu, respetivamente, uma lanterna e um relógio de areia<sup>238</sup>, e o do Funchal, em 1815, comprou uma campainha e uma «impolheta»<sup>239</sup>. No hospício da Ribeira Brava existia esse momento de oração, pois, em 1799, compraram um «relógio para a oração»<sup>240</sup>.

---

<sup>231</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 141, 142, 145v.º.

<sup>232</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 11v.º.

<sup>233</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 1-2v.º.

<sup>234</sup> ANTT, CSNPSC, l.º 1, fl. 44v.º.

<sup>235</sup> VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 74.

<sup>236</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 6v.º, 193.

<sup>237</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31 (1771), 57, 57v.º (1781).

<sup>238</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 26v.º, 43v.º.

<sup>239</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 4v.º.

<sup>240</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 70v.º.



Diversos tipos de relógios eram comuns nos conventos. Os relógios de areia ou ampulhetas estavam nos espaços do coro com a finalidade «para a oração» e no quarto da oração ou no «De Profundis», custando cada exemplar \$200 réis<sup>241</sup>. Os relógios de parede constavam do recheio dos conventos. O convento da Calheta, conforme os inventários desde 1750 a 1777, atestava na sacristia um «relógio de dar horas de metal» ou um «relógio de parede»<sup>242</sup>. O hospício da Ribeira Brava, em 1799, adquiriu um relógio de parede, por 11\$000 réis, para o «governo do Hospício»<sup>243</sup>. O convento do Funchal possuía um relógio «do dormitório», sendo provavelmente um relógio de parede, pois, em 1812, foi realizado um conserto neste de avultado custo de 3\$000 réis<sup>244</sup>. Aquando deste conserto pagaram «2 vidraças pequenas para as frestas da torre 5\$100» e «duas fechaduras para a casa do relógio a 800 – 1\$600»<sup>245</sup>, podendo reportar-se a um relógio colocado na torre da igreja. O convento de Câmara de Lobos possuía um relógio na torre da igreja<sup>246</sup>.

## Espaços Exteriores

### Cercas e Hortas

Os conventos tinham cercas, em redor dos mesmos, com hortas, vinha, algumas árvores de fruto e alguma criação de gado, sobretudo suíno, bovino e ovídeo.

Para o cultivo das cercas os religiosos recorriam aos serviços dos moços e hortelãos dos conventos e quando o trabalho aumentava, pontualmente, nas colheitas ou plantações, recorriam ao serviço de jornaleiros. Cada convento privilegiava determinadas culturas, especialmente da vinha. Nem sempre as cercas eram cultivadas com a devida atenção, existindo um maior desleixo no último ano do mandato dos guardiões dos conventos. Uma patente de 5 de agosto de 1783, perante a não rentabilização das cercas, chamava a atenção aos guardiões para a «cultura

<sup>241</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 2v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 70v.º (1800); ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 43v.º, 110v.º; l.º 2, fl. 114v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 4v.º, 156. Excepcionalmente, em janeiro de 1825, o convento do Funchal comprou uma ampulheta para o coro por 1\$000 réis.

<sup>242</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 2v.º, 26, 30, 40. Em 1777, pagaram \$350 réis em «cordas para o relógio da comunidade» e, em 1781, 1\$200 réis ao mestre Estêvão para este «consertar o relógio» (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 48, 57).

<sup>243</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 68. Em 1802 compraram quatro varas de guitar para o relógio (\$200 réis) (ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 18).

<sup>244</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 53v.º.

<sup>245</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 53v.º. Em julho de 1809, o convento gastou 1\$000 réis numas rodas para o relógio, sendo desconhecido o tipo de relógio (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 2).

<sup>246</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 94. Em fevereiro de 1793, realizaram vários concertos e, em março de 1823, gastaram 1\$000 réis para «cordas do relógio da torre» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 10v.º; l.º 4, fl. 94).

das cercas, no último ano de seus governos com o condenável pretexto de estarem para acabar», ordenando que plantassem «toda aquela cultura que for precisa nas cercas dos seus respectivos conventos conforme o pedir a estação dos tempos enquanto o tempo de seu governo não espirar»<sup>247</sup>.

No convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, em Santa Cruz, os dados disponíveis, entre 1774 e 1776, aclaram que um «ortalão» cuidava da horta, pois, em fevereiro de 1776 o convento pagou 8\$000 réis de salário ao mesmo<sup>248</sup>. Também plantavam couves e semeavam cevada. Em setembro de 1776, gastaram \$800 réis em quatro onças de «couvinha murciana» e em novembro do mesmo ano \$600 réis em «dois alqueires de cevada para semear na cerca \$600»<sup>249</sup>. Quando o trabalho aumentava, como aconteceu na «plantada dos feijões», em maio de 1776, recorreram ao serviço de dez homens, pagando a todos \$500 réis<sup>250</sup>.

Fig. 08 – *Manner of Cultivating the Ground*; Londres, 1821; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 19;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

<sup>247</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 45.

<sup>248</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 35.

<sup>249</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 30, 32.

<sup>250</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 38.

Neste convento, a criação de animais era habitual. Em fevereiro de 1774, venderam dois bois (53\$300 réis) e em julho de 1776 gastaram \$300 réis num tamoeiro para o boi<sup>251</sup>. Os bois comiam alguns dos alimentos produzidos na cerca e quando escasseavam os alimentos recorriam à compra. Em setembro de 1776, adquiriram «16 sacos de palha para comedoria dos bois e seus carretos 2\$400» e em outubro do mesmo ano «folha de cana para a comida dos bois \$800»<sup>252</sup>. Em agosto de 1776, foi comprado um bácoro «para se criar» por \$400 réis<sup>253</sup>. A criação de galinhas também era praticada no convento. Em novembro de 1776, aquando da doença de um irmão donato, existiram vários gastos na enfermaria entre os quais «aves, além de algumas que lhe foram deste convento / galinh[eiro?] frangas»<sup>254</sup>.

As canas vieiras recebidas nos peditórios eram utilizadas na encana na cerca, muito provavelmente na construção das latadas e talvez nas bermas, na proteção contra os ventos ou a maresia do mar. Em fevereiro de 1776, gastaram 1\$400 réis em «arenques para os homens de encana e moços» e «\$750 réis a 3 homens em dias de encana»<sup>255</sup>.

Na cerca do convento da Calheta, eram semeados «grãos» e cereais. Nos inventários de 7 de outubro de 1753 e de 22 de junho de 1771, registaram que tinham na disposição do convento, respetivamente, no celeiro «3 alqueires de grãos, 1 por \$400 e 2 que são da cerca» e na casa da carne «uma pipa com 5 alqueires de trigo da terra e da cerca 3 alqueires»<sup>256</sup>.

Em meados do século XVIII, entre 1755 e 1767, na horta, do convento da Calheta, foi alargada a escada que «desce para o terreno» e construíram dois tanques, «um grande para ter água de verão para regar a horta, outro pequeno para asseio da casa»<sup>257</sup>. A horta tinha uma «tapagem com porta» e era regada pela levada do «Pateo do Sol»<sup>258</sup>. Existiam corredores para suportar as videiras. Em 1753 e 1772, adquiriram, em cada ano, «um peso de varas para um corredor» e, em 1777, foi feito um corredor no terreiro<sup>259</sup>.

---

<sup>251</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 13, 28v.º.

<sup>252</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 30, 31v.º.

<sup>253</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 29.

<sup>254</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 32.

<sup>255</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 35.

<sup>256</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 13v.º, 31v.º.

<sup>257</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 28v.º.

<sup>258</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 46, 56v.º.

<sup>259</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 15, 57, 57v.º.

Nos anos dos inventários era habitual a declaração da existência de um porco, comprado em pequeno e que crescia no convento<sup>260</sup>. Parece ter existido a criação de um boi, provavelmente para auxílio no transporte de mercadorias. No inventário de 27 de novembro de 1781 apontavam a compra de «uma cadeia de ferro e tornel para um boi \$500»<sup>261</sup>. Registe-se, o facto pouco comum nas cercas dos conventos da Madeira, a existência de dois cochos na cerca do convento da Calheta, sendo guardado o mel numa botija, em média duas canadas<sup>262</sup>.

Anote-se o conserto e aquisição de alguns instrumentos: «conserto do machado, enxada e foice \$400»; a compra de «uma mondadeira \$100»; «1 foice da erva; 1 de mondar silvado e 2 da lenha»; o «conserto da foice da lenha \$050»; «uma foice de roçar \$200»; «desbocar o machado \$100, calçar e cobrir o machado \$400»; o «custo de uma foice de roçar \$200»; o «conserto de uma foice de esmoutar \$200» e o pagamento ao ferreiro «de calçar e cobrir duas enxadas \$100» e «calçar e cobrir duas foices de esmoutar \$400» indicam o trabalho na lenha, o uso de mato na horta e a limpeza da horta e do ribeiro<sup>263</sup>. O convento adquiriu, por \$500 réis, em 1781 «um aguador de folha»<sup>264</sup>, o que indica a rega de pequenas sementeiras ou plantas.

Na horta do hospício da Ribeira Brava cultivavam vários produtos e cuidavam de um porco e de aves. O porco era criado num «xiqueiro», construído com paus<sup>265</sup>. Em agosto de 1801, compraram, por \$200 réis, um feixe de paus para o chiqueiro. Compravam um leitão ou um marrão, ao preço de entre 1\$000 réis e 3\$700 réis, entre 1737 e 1802<sup>266</sup>, com a finalidade de «se criar para a comunidade» do convento<sup>267</sup>, sendo morto pela época do Natal, como ocorreu em dezembro de 1802, quando foi comprado «um quarto para salgar o porco»<sup>268</sup>. Em agosto de 1797, gastaram 3\$850 réis em aves e \$200 réis para um alqueire de milho para as ditas<sup>269</sup>.

---

<sup>260</sup> Exemplificando, nos inventários de 1750, 1751, 1755, 1777 e 1781 é inventariado, em cada ano, um porco. No inventário de 1750 um porco custou na compra 1\$750 e valia à data do inventário mais de 3\$000 réis; o de 1751 custou 3\$000 réis e valia 4\$500 réis; o de 1755 custou 1\$200 e valia mais de 5\$000; o de 1777 custou 4\$500 réis e valia 12\$000 réis; e o de 1781 valia à data do inventário 6\$000 réis (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 5, 8v.º-9, 18v.º, 44v.º, 53v.º).

<sup>261</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 56.

<sup>262</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24, 27, 34v.º.

<sup>263</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 9v.º, 15, 23v.º, 56, 56v.º.

<sup>264</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 57.

<sup>265</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 3v.º (agosto de 1801).

<sup>266</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 8v.º (março de 1737), 16v.º (janeiro de 1738), 41v.º (dezembro de 1739), 61v.º (janeiro de 1743); l.º 2, fl. 53 (outubro de 1798); l.º 3, fls. 3v.º (julho de 1801), 16 (setembro de 1802).

<sup>267</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 53.

<sup>268</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 19.

<sup>269</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 38.

Os «serventes» ou «homens», pagos a \$100 réis ao dia, em inícios do século XIX, realizavam «o trabalho da horta» ou a «cavar a horta», sendo habitual trabalharem durante um dia, dois, três ou seis trabalhadores<sup>270</sup>.

A horta era estrumada com feiteira, mato e estrume custando, em inícios do século XIX, um feixe de mato \$150 réis, o «estrume \$100» réis e um feixe de feiteira entre \$150 e \$250 réis<sup>271</sup>.

Na horta existiam corredores, registando-se na década de 40 do século XVIII a aquisição de pesos de varas para o «corredor das aboboreiras»<sup>272</sup>, e nos finais deste século e inícios do século XIX, molhos e pesos de varas, vimes e estacas para a horta e corredor da horta. Na horta registavam a colheita média anual de dois almudes e três barris de vinho, entre 1798 e 1802<sup>273</sup>. Segundo os registos parece ter existido uma passagem do cultivo de aboboreiras para vinha ou então as aboboreiras cultivadas no século XIX não foram registadas. Na horta cultivavam batatas (“semilhas”)<sup>274</sup>, couves<sup>275</sup> e cebolas<sup>276</sup>.

No convento de S. Bernardino, na sua horta, predominava a cultura da vinha, com uma produção anual de vinho a rondar os 20 barris, entre 1792 e 1795, e entre sete e 29 barris, em 1805 e entre 1811 e 1824. Em novembro de 1820 a venda de 22 barris de vinho rendeu 132\$000 réis<sup>277</sup>. O vinho da horta era comercializado em conjunto com o dos peditórios sendo o seu preço equivalente. Em outubro de 1823, venderam quatro pipas de vinho, por 216\$000 réis (4\$500 réis ao barril), a Vicente Vitorino de Sousa, três provenientes de peditórios e uma da horta<sup>278</sup>. O vinho da horta seria de menor qualidade, por oposição ao «vinho bom», descrito por «vinho verde», «vinho inferior» ou «vinho de escolha», e era contabilizado à parte e vendido a preço inferior<sup>279</sup>.

<sup>270</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 89, 91v.º; l.º 3, fls. 1, 35, 39, 43.

<sup>271</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 86, 92; l.º 3, fls. 1v.º, 2v.º, 3v.º, 40, 78v.º.

<sup>272</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 37v.º, 57. Um peso de varas custava \$200-\$300 réis.

<sup>273</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 33, 59v.º; l.º 3, fls. 45, 48v.º, 58v.º.

<sup>274</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 34v.º. Em abril de 1797 gastaram \$400 réis em batatas para a horta.

<sup>275</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 38. Em setembro de 1804 gastaram \$150 réis em «cuvinha para a horta».

<sup>276</sup> Em abril de 1803 e fevereiro de 1804 gastaram, respetivamente, \$250 réis e \$400 réis em «cebolinho para a horta», quantificando em abril de 1796 «um milheiro de cebolinho para a horta \$250» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 20v.º; l.º 3, fls. 23 e 32).

<sup>277</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 58.

<sup>278</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 103v.º.

<sup>279</sup> Em setembro de 1818 produziram 11 barris e meio almude de «vinho bom» e um barril e meio de «vinho verde» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 24v.º); em setembro de 1820, 26 barris de «vinho bom» e três barris e um almude de vinho «inferior» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 57v.º); em setembro de 1824, 23 barris e três meios potes vendidos a 5\$500 réis ao barril (128\$150 réis) e um barril e um almude e meio de «vinho de escolha» a 4\$500 réis ao barril (7\$200 réis) (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 118).

Aquando da aluvião de 9 de outubro de 1803, e dada a proximidade à ribeira, parte da cerca e do convento de Câmara de Lobos ficaram destruídos, sendo registado que a «10 deste mês de outubro de 1803, quando amanheceu a triste cena do aluvião que levou este nosso convento e as alfaias que nele se achavam»<sup>280</sup>. Provavelmente na sequência da aluvião compraram «uma carga de parreiras», vindas de S. Vicente, em dezembro de 1805<sup>281</sup>. Para repor o destruído fizeram avultadas obras. Quanto aos terrenos da cerca, entre 1812 e 1822, fizeram várias paredes para suportar as terras das hortas de cima e de baixo. Em maio de 1812, fizeram a «plantada de horta e parede da ribeira e mais a remoções de pedras». São vários os gastos com alvencios (salários de \$500-\$550 réis diários), trabalhadores (salário de \$200 réis diários), ferramentas e materiais como barras, ferros de brocar, enxadas, calços e pólvora, importando tudo em 211\$050 réis, incluindo a alimentação<sup>282</sup>.

Em junho de 1814, voltaram a fazer avultadas obras, como o «levantar o muro da ribeira e parede do caminho da horta de cima», com pedreiros, alvencios, trabalhadores, cal e areia gastando 142\$600 réis. Nesta campanha de obras fizeram seis pilares no corredor da ribeira (16\$300 réis), um arco e cano para encaminhar a água para o convento (105\$500 réis), o levantamento do muro do claustro e a porta «chamada do carro» (28\$300 réis), fizeram paredes «debaixo dos tilis [tis] para ter mão na terra», uma plantada de vinha (61\$200 réis), «corredores e latadas»<sup>283</sup> (em madeira, 11\$800 réis), importando tudo em 417\$600 réis<sup>284</sup>.

Os grandes trabalhos da construção das hortas do convento prolongaram-se até aos inícios da década de 1820. No «trabalho da horta, a saber madeiras, pilares, serragem, paredes, calçadas, encanar, podar e plantar» gastaram 66\$200 réis (fevereiro de 1819)<sup>285</sup>, com «74 homens que atupiram a horta a 500 rs cada um» (37\$000 réis,

---

<sup>280</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 87

<sup>281</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 123v.º.

<sup>282</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 23v.º-24. Nesta campanha de obras trabalharam os alvencios Manuel de Abreu (13 dias a \$550 réis), António Figueira (oito dias a \$550 réis), Manuel Pinto (quatro dias a \$500 réis) e os trabalhadores Francisco Batista (32 dias), António de Azevedo (28 dias), António Teixeira (19 dias), Manuel de Gouveia (27 dias), João de Gouveia (27 dias), José da Silva (16 dias), Manuel Fernandes (11 dias), João da Silva (quatro dias), António Pereira (oito dias), António de Canha (quatro dias), Manuel Gomes (sete dias), António Figueira (três dias), Manuel Rodrigues (três dias), Manuel Pereira (três dias), Manuel de Abreu (11 dias), Sebastião dos Santos (dois dias), José Figueira (quatro dias) e José, filho de um ajudante (três dias).

<sup>283</sup> Uma latada corresponde a uma estrutura de sustentação das vinhas, horizontal ou ligeiramente inclinada, situada a cerca de um metro e meio a três metros do solo, e cobre todo o terreno/poio, enquanto um corredor cobre pequenas faixas nas bermas dos terrenos, terreiros, caminhos, entradas ou levadas.

<sup>284</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 59.

<sup>285</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 29v.º.

em novembro de 1817)<sup>286</sup>, calçada na horta (10\$000 réis, em abril de 1818)<sup>287</sup>, acarretada terra para a «horta» e «horta de cima» (junho de 1819 e maio de 1820)<sup>288</sup>, quatro trabalhadores durante dez dias a «plantar vinha e fazer paredes» (8\$000 réis, em dezembro de 1821)<sup>289</sup> e o mestre pedreiro Januário fez e caiu os pilares da horta (nove dias a \$300 réis) tendo sido ajudado por João Pinto «a preparar pedra e a servir» (14 dias a \$200 réis, em maio de 1822)<sup>290</sup>. Nos terrenos do convento ou na proximidade existia um grande barbuzzano, tendo o convento pago 6\$400 réis, em maio de 1822, a «2 cerradores 8 dias de cerrar o páo de barbuzzano que caiu por velho»<sup>291</sup>.

Neste período da década de 10 e início da de 20 do século XIX, continuaram a construção das novas latadas e corredores da horta recorrendo aos serviços de serradores, falquejadores, boieiros que conduziam a madeira de castanheiro do Estreito de Câmara de Lobos e trabalhadores para o levantamento de pilares e corredores<sup>292</sup>.

Em 1822, nos meses de junho e julho, foi construído um lagar pelo mestre Januário (seis dias a \$300 réis) e os trabalhadores João Pinto (oito dias) e José Gonçalves (quatro dias), ambos a \$200 réis diários. Na sua construção gastaram 2\$000 réis num «pau de castanheiro para o feixo do lagar», \$800 réis pelo trabalho de carpinteiro, 2\$600 réis pelo custo do fuso e concha e 1\$500 réis em ferros para o fuso e pedra<sup>293</sup>.

Os trabalhos na horta eram feitos por homens, por cujas tarefas o convento pagava, a \$100 réis ao dia, até inícios do século XIX, passando para \$200 réis e, já na década de 1820 a \$300 réis. A quantidade de trabalhadores variava consoante o trabalho a realizar, podendo ir de uma a quase duas dezenas. Em abril de 1799, pagaram 1\$800 réis a 18 homens que plantaram na horta e, em novembro de 1821, gastaram 12\$800 réis com quatro trabalhadores durante 16 dias a fazer «arrumações e plantar vinha». As tarefas iam desde o «trabalhar na horta», cavar, plantar, encanar,

---

<sup>286</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 5.

<sup>287</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 14v.º.

<sup>288</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 34 e 50.

<sup>289</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 75.

<sup>290</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80v.º.

<sup>291</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80.

<sup>292</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 116v.º (fevereiro de 1798); l.º 2, fl. 16 (março de 1799); l.º 3, fl. 40v.º (março de 1813); l.º 4, fls. 9 (janeiro de 1818), 47v.º (março de 1820), 112 (março de 1824). Em janeiro de 1818, «aos trabalhadores que fizeram os corredores e cavaram e encanaram e podaram», pagaram 17\$600 réis.

<sup>293</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 81v.º, 82v.º.

podar a vinha e fazer a «vindima e vinho da horta»<sup>294</sup>. Na vindima, a título de exemplo, em outubro de 1793, cinco homens vindimaram e fizeram o vinho da horta por \$800 réis<sup>295</sup>.

Na horta cultivavam pequenas plantas para uso da comunidade franciscana, como cebolas, couves e batatas. O cebolinho era comprado no Campanário. Registam, por exemplo, um cesto de cebolinho por \$100 réis, em 1794, e dois milheiros de cebolinho por \$800 réis, em 1812 e em 1815<sup>296</sup>. A quantidade de batatas semeadas na horta variava entre as dez libras (em maio de 1797, \$200 réis) e as seis arrobas (em fevereiro e 1802, 1\$800 réis)<sup>297</sup>. Quanto às couves, em fevereiro de 1808, pagaram \$600 réis por cento e 50 pés de couve murciana para a horta<sup>298</sup>.

Aduavam a horta com mato ou feitaira. Em maio de 1793, «12 homens que trouxeram da serra 12 molhos de mato para a horta» receberam 1\$200 réis e, em maio de 1797, dois molhos de feitaira para a horta importaram em \$400 réis<sup>299</sup>.

A horta era regada, sendo a água adquirida ao preço de \$100 réis à hora (pelo menos até 1802) e a \$150 réis (a partir de 1824), pagos, geralmente, nos meses de julho e agosto e em alguns anos em março, maio ou setembro<sup>300</sup>. A água era paga a um levadeiro por «dar água» ou «a quem vendeu a água»<sup>301</sup>, sendo pago o serviço da rega, como, em julho de 1821, «a quem regou e vigiou a água» \$400 réis e, em julho de 1824, 12 horas de água importaram em \$300 réis «aos homens que regaram»<sup>302</sup>.

Os utensílios mais mencionados nas tarefas da horta, em aquisições ou consertos, são a enxada, o podão, a podoa e o aguador<sup>303</sup>.

<sup>294</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 3v.º, 17, 49; l.º 3, fls. 19v.º, 40v.º, 50v.º, 55; l.º 4, fls. 46, 49, 56v.º, 63, 68, 69v.º, 71, 74, 76v.º, 78, 78v.º, 110v.º, 112, 118.

<sup>295</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 25. Para encanar, em março de 1822, gastaram \$400 réis em liaças e \$600 réis em dois molhos de canas (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 78v.º).

<sup>296</sup> Em abril de 1795, trouxeram por duas vezes «cebolinho do Campanário» e, em março de 1819, \$500 réis em cebolinho (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 35, 58v.º; l.º 3, fls. 19v.º, 71v.º; l.º 4, fl. 30).

<sup>297</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 100v.º; l.º 2, fl. 61. Em novembro de 1817 gastaram \$700 réis em batatas «que foram para plantar»; em janeiro de 1818, 2\$650 réis em quatro arrobas de «semlhas para plantar e sua condução»; e em março de 1819, cinco arrobas de batatas 3\$000 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 5, 9, 30).

<sup>298</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 156. Em novembro de 1817 pagaram 2\$400 réis em «cuvinha para a horta» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 5).

<sup>299</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 14v.º, 101.

<sup>300</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 46v.º; l.º 2, fls. 54v.º, 68v.º; l.º 4, fls. 20v.º, 34, 68, 101, 116.

<sup>301</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 46v.º; l.º 2, fls. 54v.º, 101v.º.

<sup>302</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 68, 116.

<sup>303</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 69v.º. Vejamos os preços de aquisição de alguns destes utensílios: uma enxada (800 réis, em 1821), uma podoa (\$300 réis, em 1812, e \$200 réis, em 1821), um podão (\$800 réis, em 1824), dois aguadores (2\$000 réis, em 1806) e um aguador (1\$500 réis, em 1819).



Aos indivíduos que trabalhavam na horta, na construção das paredes, no cultivo, na vindima ou no corte de madeiras davam-lhes de «comer», como registavam<sup>304</sup>. Outras vezes, especificam os alimentos, predominando o peixe e o milho. Nas obras de maio de 1822, com os alvencos e trabalhadores gastaram sete alqueires de milho (a \$800 réis cada um), três quintais de bacalhau (um por 7\$200 réis e os restantes a 9\$600 réis, cada um), peixe (10\$600 réis), 30 libras de carne salgada (a \$100 réis), oito libras de manteiga para temperos (a \$300 réis), quatro alqueires de feijão (a 1\$200 réis), três arrobas de arroz (a 2\$400 réis), batatas (1\$800 réis) e azeite (\$900 réis)<sup>305</sup>. Em janeiro de 1818, aos boieiros e serventes que conduziram a madeira para a horta foi servido «bacalhau e milho»<sup>306</sup>. Aos trabalhadores da horta, em março de 1822, foram-lhes dado peixe<sup>307</sup> e aos homens que vindimaram a horta, em setembro de 1824, um alqueire de milho<sup>308</sup>. Na bebida, a opção era o vinho. Em março de 1801, gastaram 3\$300 réis em 16 canadas de vinho «para os homens que trabalharam na horta» e, em janeiro de 1818, quatro canadas de vinho «para quem cortou a madeira»<sup>309</sup>.

Anualmente, compravam um porco ou leitão para criarem na horta, no chiqueiro, com o objetivo de «se engordar para a comunidade», como registavam então ou, em outros termos, para ser consumido pela comunidade conventual<sup>310</sup>. O porco era adquirido em maio, junho ou julho, ou ainda em janeiro, após a matança daquele que se estava a criar pela época do Natal. Por vezes adquiriam um leitão em novembro e o porco grande seria morto no mês seguinte. Em novembro de 1821, gastaram 1\$600 réis em quatro alqueires de milho «para o porco que se hade matar» e 1\$200 réis «por um leitão que se comprou para criar»<sup>311</sup>. Um leitão custava entre 1\$000 réis e os 2\$200 réis, variando o preço consoante o seu tamanho. Já os porcos, com idade mais avançada, logo maiores, custavam mais, oscilando os preços entre 3\$000 e 17\$000 réis<sup>312</sup>. O chiqueiro era feito de madeira e pregos, não tendo muita duração, por exemplo fizeram novos em 1813 e em 1823, custando este

<sup>304</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 40v.º (março de 1813); l.º 4, fl. 80v.º (maio de 1822).

<sup>305</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 24.

<sup>306</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 9.

<sup>307</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 78.

<sup>308</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 118.

<sup>309</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 49; l.º 4, fl. 9.

<sup>310</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 19, 30.

<sup>311</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 152v.º; l.º 4, fl. 88.

<sup>312</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 42; l.º 2, fls. 2, 19, 30; l.º 3, fls. 40v.º, 99v.º; l.º 4, fls. 16, 53v.º.

último \$600 réis por «madeira, pregos e feitio»<sup>313</sup>. No chiqueiro era colocado mato ou moitas para fazer a «cama do porco»<sup>314</sup>.

Nos anos de 1819, 1820 e 1821, adquiriram, em maio, respetivamente, três, dois e um carneiros «para alimpar a folha da horta», «alimpar a horta» ou «alimpar a folha»<sup>315</sup>, parecendo reportar-se ao alimentar-se das folhagens das videiras, além das ervas. Em junho de 1796, o convento vendeu 36 alqueires de farelos, respeitantes a um ano de arrecadação, por 7\$200 réis, não entrando neste valor os «que se gastaram com as aves»<sup>316</sup>, isto é, para as aves criadas no convento.

Em 1794, são referidas a existência de colmeias no convento de S. Bernardino. Neste ano, em maio, venderam duas canadas de mel de abelhas «das colmeias da comunidade» e, em setembro, pagaram \$100 réis a quem crestou as colmeias, ou seja, a quem colheu o mel<sup>317</sup>.

Quanto ao convento do Funchal, segundo Henrique Henriques de Noronha<sup>318</sup>, «compreende dentro hũa dilatada cerca, que se aumentou pella deixa de D. Maria de Atouguia, com hũa modica penção de Missas; a qual faleceu solteira em 11 de Fevereiro de 1550», neta do fundador do convento. No século XIX, segundo o registo de missas do convento, os frades mandavam dizer anualmente 30 missas «pela alma de Maria d'Atouguia que nos deixou a horta de baixo»<sup>319</sup>. O convento distinguia duas hortas no convento, a de baixo, já mencionada, e a de cima. Na de cima, em setembro de 1829, pagaram 4\$800 réis a um pedreiro, por 12 dias de trabalho, «em fazer um muro na horta de cima»<sup>320</sup>.

#### O convento tinha

«hua fonte de agoa nativa, [e que ainda existe no local, no atual Jardim Municipal do Funchal] conduzida por aquedutos para o serviço da Caza de que corre perenemente outra porção, a hum chafariz de jaspe, que fica no meyo da Claustra; e juntando-se em hum tanque, ferteliza hum asseado jardim; sobre o qual cayem as varandas da mesma claustra sustentadas sobre os arcos, e colunas de cantaria fina»<sup>321</sup>.

<sup>313</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 40v.º; l.º 4, fl. 68.

<sup>314</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 77v.º, 83v.º, 94v.º. Em 1822 um molho ou feixe de mato custava \$200 réis, tendo pagado neste ano, um molho em fevereiro e dois feixes em agosto.

<sup>315</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fls. 32v.º, 50, 64v.º. Os carneiros custaram, respetivamente, 10\$400 réis por três, 6\$900 réis por dois e 2\$700 réis por um carneiro.

<sup>316</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 82v.º.

<sup>317</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 38, 46v.º.

<sup>318</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234.

<sup>319</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 125v.º (janeiro de 1823).

<sup>320</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 206v.º.

<sup>321</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234.

Anteriormente, Gaspar Frutuoso, no final do século XVI, descreveu o convento do Funchal com uma

«grande cerca, dentro da qual tem agoa de levadas com que regão muita hortaliça de couves murcianas, beringelas e cardos, e do mais que há; e pomar de arvores de espinho, palmeiras, aciprestes, pereiras, romeiras, e de toda a frescura que se póde ter de fructas eervas cheirosas, sem ter necessidade das de fora. Tem tambem dentro muitas uvas»<sup>322</sup>.

Em julho de 1819, o jardim do convento do Funchal passou por uma campanha de obras, envolvendo materiais como: cal, areia, tijolos, chumbo, ferro, carvão, resina, azulejos, óleo e tinta preta<sup>323</sup>. No século XIX, o jardim era acedido por uma porta com um cadeado<sup>324</sup> e continha buxos e vasos. Era cuidado por uma pessoa, sendo pago o serviço pela sua manutenção, como, 2\$400 réis «para o jardineiro que tosquiou o buxo» (abril de 1820), \$200 réis a «um homem que trabalhou no jardim» (maio de 1828) e \$200 réis ao «moço do jardim» (julho de 1828)<sup>325</sup>.

O autoabastecimento de água e a levada que abastecia e regava a horta do convento eram importantes, sendo dada atenção à sua manutenção<sup>326</sup>. Para que a água chegasse ao convento, este pagava \$300 réis a um homem para vigiá-la, como ocorreu em 1815 e 1816<sup>327</sup>. A horta era acedida por uma porta com fechadura<sup>328</sup>.

Como era comum aos outros conventos masculinos da Madeira, no convento de S. Francisco eram cultivados, principalmente, vinha, couves e batatas e criavam alguns animais. A horta era mantida por um moço «ortalão», recebendo um ordenado anual de 40\$000 réis entre 1816 e 1818<sup>329</sup>. A partir de 1820 e até 1827, o convento era servido por um hortelão com um salário mensal de 3\$000 réis<sup>330</sup>.

<sup>322</sup> FRUTUOSO, 2007, *As Saudades da Terra* [...], p. 86.

<sup>323</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 72v.º. Nestas «obras no jardim» gastaram: «em carroto de 7 moços e 34 alqueires de cal que deu de esmola o sr. Pedro de Santa Ana 2\$200 por dito de 100 tijolos que deu o sobredito s[enho]r. 200. Por 1 moio e meio de cal comprada 9\$000, carroto de uma teia de chumbo que deu Roberto Page 200. D[it].º de meia dita que deu José António Monteiro 100. Por carroto da forja 400 para 2 formas para os canos de chumbo 600. Por 11 quintais e 2 @ [arrobas] de ferro a 35 l[ibr].ª 51\$220, mais 2 quintais e 3 @ [arrobas] e 24 l[ibr].ª a 40 l[ibr].ª 15\$040. Carreto do dito 800. Por 91 e ½ dias ao M[estr].º serralheiro a 900 82\$350. Por d[it].º ao M[estr].º pedreiro 119 dias a 800 95\$200. Para carvão 9\$300, resina 1\$600, azulejos 5\$000. Carretos dos ditos 200. 18 moios d'areia a diversos preços 8\$700. 2 quartos de misto 12\$000. Carreto dos ditos 200. Três canadas d'óleo a 700 2\$100. 4 l[ibr].ª de tinta preta 800. Tudo soma 297\$510 [réis]».

<sup>324</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 147, 167v.º (julho de 1824 e janeiro de 1826).

<sup>325</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 85v.º, 190, 191v.º.

<sup>326</sup> A título de exemplo, em julho de 1832, gastaram 2\$400 réis em 18 lajas e seis moios de areia, 7\$760 réis em 97 alqueires de cal, 3\$300 réis em 13 dias de trabalho a um pedreiro e em sete dias a um servente (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 236v.º).

<sup>327</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 227; l.º 6, fl. 4v.º.

<sup>328</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 127v.º, 162v.º, 190.

<sup>329</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 12, 20, 45v.º. Neste período trabalhou o hortelão Francisco.

<sup>330</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 96, 172, 172v.º, 173, 174v.º, 176v.º, 177, 177v.º, 179v.º, 180.

Alguns trabalhos mais específicos, ou que exigiam um maior esforço ou uma maior quantidade de mão de obra, eram realizados por homens, pagos ao dia, que «trabalhou na horta» ou que «andaram na horta» ou cerca<sup>331</sup>. Na vindima da cerca ou horta pagavam \$300 réis ao dia, em agosto de 1815, a três homens durante três dias e, em setembro de 1816, a 13 homens<sup>332</sup>. Nesses trabalhos incluíam o «fazer vinho»<sup>333</sup> no lagar. Homens externos ao convento realizavam a poda da vinha, em fevereiro/março, pagos a \$200 réis, \$300 réis ou a \$600 réis ao dia, trabalhando cerca de dez a 12 homens nessa tarefa, durante um dia, ou um a dois homens durante cinco a oito dias<sup>334</sup>. Do mesmo modo, realizavam a cava da horta<sup>335</sup>. Em março de 1821, ocorreu uma avultada mão de obra que englobou estas tarefas, pois neste ano pagaram 24\$800 réis a «25 homens d'íncana na horta a 400 10\$000 12 ditos de poda a 400 4\$800 20 ditos de cava a 500 10\$000»<sup>336</sup>.

Aquando da tarefa da poda era regular o feitio (\$600 réis, em 1826) ou a compra de uma escada (2\$400 réis, em 1816), objeto essencial para chegar ao cimo das latadas<sup>337</sup>. Realizavam, em janeiro, a enxertia da vinha da horta e a venda para fora, embora menos comum<sup>338</sup>. Na construção dos corredores era necessário a compra de estacas, varas e vimes<sup>339</sup>, além dos que provinham dos peditórios. A madeira para a horta provinha de Santa Cruz, Ribeira da Janela e do Estreito de Câmara de Lobos<sup>340</sup>.

<sup>331</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 12v.º, 15v.º; l.º 6, fls. 8v.º, 56, 139v.º, 152, 158, 178v.º, 187, 190, 191v.º, 240. Recebiam entre \$100 réis e \$600 réis diários, consoante as tarefas desempenhadas. Os trabalhos eram realizados em janeiro, fevereiro, março, junho, julho, agosto, novembro, dezembro. Estes trabalhos, não especificados, podiam ir até um homem a trabalhar durante 16 dias, ou quatro homens a trabalhar durante seis dias (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 8v.º, 178v.º). Em 1818 é especificado António dos Santos «que trabalhou na horta» durante três dias a \$400 réis e o moço de S. Martinho durante dez dias a \$200 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 139v.º).

<sup>332</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 3v.º, 23v.º. Em 1824 e 1832 pagaram, respetivamente, «a um homem que andou vindimando na horta e de fazer o vinho \$300» e a «um homem a vindimar e fazer vinho da horta 5 dias \$500» (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 148v.º, 239).

<sup>333</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 148v.º (agosto de 1824), 239 (outubro de 1832).

<sup>334</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 15 (1816), 31v.º (1817), 47 (1818), 83 (1820), 115 (1822), 127v.º (1822).

<sup>335</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 12v.º. Em janeiro de 1810, dois homens na cava da horta, durante três dias, receberam, cada um, \$400 réis diários.

<sup>336</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 99v.º.

<sup>337</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 15, 168v.º.

<sup>338</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 81v.º (janeiro de 1820), 124v.º (janeiro de 1823).

<sup>339</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 53v.º, 55; l.º 6, fl. 169v.º.

<sup>340</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 13 (fevereiro de 1816), 65 (fevereiro de 1819). Em 1816 correspondeu a 30\$400 réis em madeira vinda de Santa Cruz e da Ribeira da Janela e em 1819 em 52\$000 réis em «madeira do Estreito que veio para a horta, serragens, fretes e carretos». Aquando desta última despesa registam também a aquisição de sete molhos de vimes (7\$000 réis) e uma «carrega de oveira para a horta». A «oveira» é o nome dado ao arbusto da uveira (*Vaccinium padifolium*).

Em março de 1815 pagaram 2\$600 réis por um molho de bacelo e, em março de 1826, compraram «um molho de parreiras do curral» pagando pelo carroto \$400 réis<sup>341</sup>.

Para a horta, as canas vieiras eram pedidas pontualmente, como ocorreu em janeiro de 1815, quando gastaram 1\$200 réis no peditório e frete<sup>342</sup>. O frete aponta para o seu transporte de barco, provavelmente de Machico, pois era comum o convento comprá-las aos molhos ou feixes (cada um a \$350, \$400 ou a \$500 réis), com proveniência de Machico ou dos Piornais, nos meses de janeiro ou fevereiro, para a amarração da vinha, no chamado «encanamento» das latadas ou corredores da horta<sup>343</sup>.

Os vimes eram empregues nos «corredores da horta»<sup>344</sup>, na amarração, e provinham da Camacha<sup>345</sup>, nos meses de janeiro a março, através de peditórios ou por aquisição ao preço de \$900 réis a 1\$300 réis ao molho ou feixe<sup>346</sup>. Para empar e amarrar a vinha utilizavam «junco» e «junça», com um gasto anual entre \$200 e \$700 réis<sup>347</sup>.

A estrutura principal dos corredores, na horizontal, era feita com varas, normalmente de folhado, por ser um tipo de madeira leve e esguia. Em agosto de 1832, 36 «varas de folhado para a horta» importaram em \$800 réis<sup>348</sup>. As varas eram adquiridas em pesos ou molhos. Em outubro de 1810, 12 molhos de varas, frete e carros, custaram 6\$450 réis e, em fevereiro de 1815, sete pesos de varas custaram 8\$400 réis (frete e carroto 6\$800 réis)<sup>349</sup>. O folhado era empregue na confeção de escadas<sup>350</sup>. Nas estruturas principais dos corredores e latadas, verticais, nas estacas, era preferida a madeira de urze. Em maio de 1819 compraram 24 estacas de urze (5\$000 réis)<sup>351</sup>.

---

<sup>341</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222v.º; l.º 6, fl. 169v.º.

<sup>342</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218v.º.

<sup>343</sup> Em fevereiro de 1819, «12 molhos de canas de Machico» custaram 4\$200 réis e, em março de 1819, «24 molhos de canas dos piornais e a quem as apanhou» custaram 11\$400 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 65, 66v.º). Nas compras, adquiriram: em fevereiro de 1810, três molhos; em fevereiro de 1815, 25 feixes; em junho de 1815, dois molhos; em dezembro de 1815, dez feixes; em janeiro de 1816, 16 feixes; em fevereiro de 1817, quatro feixes; em janeiro de 1818, oito feixes; em janeiro de 1820, quatro feixes; em fevereiro de 1822, 12 feixes «para a horta»; em maio de 1832, 30 varas e dois molhos de canas «para a horta» (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 14, 220, 228v.º; l.º 6, fls. 10v.º, 12, 31v.º, 45v.º, 82, 114, 235). Em março de 1824, venderam quatro molhos de canas a \$300 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 141v.º).

<sup>344</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 53v.º (janeiro de 1812).

<sup>345</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 113, 127v.º.

<sup>346</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17v.º, 53v.º; l.º 6, fls. 19, 66v.º, 82, 157, 220, 234.

<sup>347</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 220 (fevereiro de 1815); l.º 6, fls. 15 (março de 1816), 31v.º (fevereiro de 1817), 84 (março de 1820), 141v.º (fevereiro de 1824), 169v.º (março de 1826).

<sup>348</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 237.

<sup>349</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 23, 220.

<sup>350</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 80; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 24v.º.

<sup>351</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 69v.º. Em fevereiro de 1812 adquiriram 20 estacas para os «corredores da horta» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 55).

Nos meses de fevereiro e março, aquando da colocação destes materiais, en-cana, poda e cava da vinha, redobravam-se os trabalhos na horta, pelo que eram contratados homens em grande número. Em março de 1815, trabalharam «166 homens na incana e plantada na horta a 600 por dia» 99\$600 réis, em março de 1819, «42 trabalhadores que fizeram a incana e corredores 25\$200 réis», e, em março de 1821, «25 homens d'incana na horta a 400 10\$000, 12 ditos de poda a 400 4\$800, 20 ditos de cava a 500 10\$000, tudo 24\$800 réis»<sup>352</sup>.

No convento é registada a produção de vinho, entre 1815 e 1829, sendo mais avultada entre 1815 até 1821, entre 29 e 46 barris anuais; entre 1822 e 1824, entre 15 e 20 barris; diminuindo nos anos seguintes para valores entre dois e sete barris. No ano de 1829 assentaram dois barris de «vinho bom» e um barril e meio de «vinho verde»<sup>353</sup>.

Dos poucos dados sobre a alimentação fornecida aos trabalhadores da horta, é aclarado uma arroba de rolão «para os homens da horta» (2\$600 réis, em janeiro de 1813) e dez barris de água-pé do «Porto da Cruz para os trabalhadores da horta a 2\$000 o barril, fretes e carretos 22\$800»<sup>354</sup>.

A horta era adubada com estrume, sendo adquiridos «quartos de estrume» e «cargas de estrume», transportadas por boieiros<sup>355</sup>. Na horta era aplicado giesta e mato. A giesta era adquirida em molhos, feixes ou cargas<sup>356</sup>.

Nas hortaliças, era comum a plantação de couves murcianas. Plantavam em cada plantada, geralmente, 300 pés, e por vezes 200 ou 400. Os meses da plantação eram em janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto, outubro, novembro, ou dezembro, podendo existir duas plantações no mesmo ano, como ocorreu em fevereiro e novembro de 1816 e julho e dezembro de 1818<sup>357</sup>. Raramente era adquirida «semente de couvinha», em outubro<sup>358</sup>. Na aquisição de sementes refira-se «um caixote com sementes para a horta que se comprou aos ingleses» em setembro de 1814<sup>359</sup>.

O convento adquiria as batatas exclusivamente para alimentação, sendo conhecida a aquisição desde 1810, desde o início dos registos documentais que

---

<sup>352</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222v.º, l.º 6, fls. 66v.º, 99v.º.

<sup>353</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 209.

<sup>354</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 73v.º; l.º 6, fl. 59v.º.

<sup>355</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 14, 31v.º, 52; l.º 6, fls. 104v.º, 187, 188v.º, 190. O carreto de um quarto ou de uma carga de estrume custava, geralmente, \$100 réis, podendo chegar aos \$160 réis.

<sup>356</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 16v.º, 138, 191v.º, 236v.º.

<sup>357</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 62; l.º 6, fls. 13, 27, 37, 54v.º, 63, 78v.º, 82, 165, 173. Trezentos pés de couvinha custavam 1\$200 réis.

<sup>358</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 136v.º (outubro de 1823), 194v.º (outubro de 1828).

<sup>359</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 210.

chegaram até nós, e até 1818. A partir desta data são adquiridas batatas, nos meses de fevereiro, outubro ou novembro, para serem semeadas na horta, variando o valor entre \$400 e 1\$950 réis. Em fevereiro de 1818, gastaram 1\$800 réis em «3 arrobas de sementes para a horta» e em novembro do mesmo ano, duas arrobas de «sementes grelhadas», isto é, em modo de plantar, por 1\$200 réis<sup>360</sup>.

As principais ferramentas e objetos adquiridos para serviço na horta eram as enxadas, pás de ferro, aguadores, aguadores de vareta, foices, podões, cestos e escadas<sup>361</sup>.

Na cerca deste convento era comum a criação de gado bovino, ovídeo e, principalmente, suíno.

Os suínos eram criados na horta, num chiqueiro com respetivo gamelão<sup>362</sup> e mato<sup>363</sup> no chão. No século XIX, era comum a compra de um ou dois suínos, nomeadamente de «leitões», «porcos» e «porcas», variando o preço unitário entre 1\$250 réis e 12\$600 réis, consoante o seu tamanho<sup>364</sup>. Para a alimentação dos porcos, por vezes, era adquirido milho, em setembro e outubro, ao custo de \$300 ou \$400 réis ao alqueire<sup>365</sup>. Como é habitual na criação de suínos, os leitões eram capados, ao custo de \$100 ou \$150 réis<sup>366</sup>. No convento realizaram a reprodução de porcos. Em agosto de 1809, o convento pagou \$800 réis a «um homem que teve a porca em casa para se cobrir», em outubro de 1809 e fevereiro de 1810 compraram, respetivamente, dois e 15 alqueires de milho «para a porca», e em agosto de 1821 pagaram \$400 réis «a quem capou duas porcas»<sup>367</sup>.

O comércio entre os Açores e a Madeira era habitual, sendo vários os barcos que traziam vários géneros dos Açores. O convento do Funchal, em novembro de 1809,

---

<sup>360</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 46v.º, 61, 136v.º, 152, 165, 177v.º.

<sup>361</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 6, 8v.º, 16v.º; l.º 6, fls. 16v.º, 112, 130, 141v.º, 144v.º, 154v.º, 190, 228, 232v.º. Alguns dados sobre estas aquisições: «uma pá de ferro para a horta» (1\$000 réis e 1\$500 réis, respetivamente em dezembro de 1821 e janeiro de 1832); «uma escada para a horta \$800» e «2 cestos para a horta \$150» (fevereiro de 1823); um «aguador» (1\$200 réis e \$500 réis, respetivamente em novembro de 1809 e outubro de 1815); um «aguador de vareta» (\$300 réis em abril de 1816); «dois cestos para o serviço da horta» (\$300 réis em agosto de 1831); «um podão para a horta» (\$400 réis em maio de 1824); «uma enxada e uma foice para a horta» (\$800 réis em dezembro de 1824).

<sup>362</sup> Em dezembro de 1823, um pedreiro fez um gamelão por \$300 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 139v.º). Em 1823 registam a criação de vários leitões, como em fevereiro foram capados dois e em maio adquiridos outros dois (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 127v.º, 131v.º).

<sup>363</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 133v.º.

<sup>364</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 4v.º, 20, 45v.º, 64, 125, 131v.º, 177, 187, 219. Em 1823, capar um leitão importava em \$100 ou \$150 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 127v.º, 132v.º).

<sup>365</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 4, 5v.º; l.º 6, fls. 152, 154.

<sup>366</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 127v.º, 132v.º.

<sup>367</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 3, 5v.º, 15v.º; l.º 6, fl. 107.

adquiriu, por 7\$000 réis, um «porco comprado das Ilhas»<sup>368</sup>. Refira-se a compra, por este convento, de cinco alqueires de feijão «das ilhas» a 1\$400 réis ao alqueire<sup>369</sup>.

No gado bovino era comum a criação de um bezerro(a) ou novilho(a) na horta, adquiridos nos meses do primeiro semestre, entre 1815 e 1831, entre 7\$100 réis e 24\$000 réis<sup>370</sup>. Os bovinos eram atados com uma corda, fugindo, por vezes, da horta, como aconteceu em janeiro de 1831, quando pagaram \$200 réis «por achado de uma novilha que fugiu da horta»<sup>371</sup>. Os bovinos seriam para consumo interno. Em maio de 1820, o «carrasco que matou um bezerro» recebeu 200 réis<sup>372</sup>.

Na horta eram criados uma ou mais cabeças de gado ovino, como podemos constatar entre 1815 e 1819. No ano de 1816, adquiriram, em maio, «um carneiro para a horta» (2\$500 réis) e, em agosto, «4 carneiros para a horta» (14\$000 réis)<sup>373</sup>.

A aquisição de aves, sobretudo galinhas, mas também perus e patos, acompanhadas de «milho», entre dois e cinco alqueires e ao preço unitário de \$200 réis a \$650 réis, indica a criação de aves no convento. No entanto, parece tratar-se de uma criação momentânea, entre a data da compra até à sua matança, aquando de uma visita e das festividades da Páscoa, de S. Francisco e do Natal<sup>374</sup>.

Os ratos e lagartixas não eram desejáveis no convento. Contra as lagartixas usavam lagartixeiros em folha-de-flandres, adquirindo, pontualmente, em maio ou junho, quatro ou seis unidades, ao preço unitário de \$350 réis e \$500 réis<sup>375</sup>

---

<sup>368</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 8v.º

<sup>369</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 194v.º

<sup>370</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 225; l.º 6, fls. 68, 190v.º. Em abril de 1819, aquando da compra de uma novilha para a horta, compraram três molhos de carriços (\$400 réis), em princípio para a alimentação da mesma (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 68). Na Madeira, em determinadas zonas, como na zona sudoeste, as ramificações que nascem nos caules das canas vieiras chamam-se de carriços e servem para alimentar o gado. Segundo Raphael Bluteau, carriço é uma «erva durissima, & aguda. He uma espécie de junco delgado, ou canna, com folhas, cujas fummidades acabão numas espigas, que tem muitas flores da feição de rosas» (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. B-CZA, p. 164). Nesta compra do convento de S. Francisco deve tratar-se dos carriços das canas vieiras, pois foram comprados três molhos de carriços por \$400 réis, enquanto um molho de canas custava entre \$300 réis e \$700 réis e o junco e junça eram comprados sem nunca ser referidos que eram aos molhos.

<sup>371</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 83, 222.

<sup>372</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 86v.º

<sup>373</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 7, 17v.º, 22, 54v.º, 69v.º

<sup>374</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 6v.º, 56, 57v.º, 74, 75, 84, 91, 99, 107, 108, 158, 188v.º, 189. A título de exemplo, em julho de 1815 adquiriram «27 aves na visita» e «2 alqueires de milho para as aves»; em outubro de 1815 adquiriram «26 aves a diversos preços 10\$300», «6 perus a diversos preços 8\$200» e «4 alqueires de milho para as aves»; em agosto de 1818 compraram «três perus e milho para os ditos» por 6\$600 réis; em setembro de 1818 compraram 8 patos «e milho para eles»; e em março de 1825 adquiriram «20 aves a diversos preços e milho para as ditas 8\$000» (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 6v.º, 56, 57v.º, 158).

<sup>375</sup> Em junho de 1819 adquiriram seis lagartixeiros de folha por 3\$000 réis, em junho de 1825 compraram quatro lagartixeiros por 1\$400 réis e em maio de 1832, «4 lagartixeiros e o conserto de dois aguadores para a horta» por 2\$200 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 70v.º, 161, 235).



e que seriam usados, principalmente, para preservar a colheita das uvas. Para tratar da eliminação dos ratos empregavam rosalgar (sulfureto de arsénio), denominado nos livros do convento por «rezalgar», «açúcar de ratos» ou veneno. O raticida era empregue geralmente nos meses de junho e julho, sendo registado nos meses de fevereiro, maio e dezembro<sup>376</sup>. No convento de Câmara de Lobos aplicavam rosalgar ou «mezinha para os ratos»<sup>377</sup>.

### Outros Espaços

O claustro, no piso térreo, desenvolvido em torno de um jardim central, quadrangular, constituído por corredores cobertos e com acessos a vários compartimentos do convento, era uma zona agregadora dos espaços comunitários. Dos conventos masculinos da custódia da Madeira, a documentação atesta o espaço dos claustros nos conventos de Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz e no hospício da Ribeira Brava. O do hospício da Ribeira Brava seria de pequenas dimensões, situava-se junto à igreja e à portaria e em 1800 e 1801 foi alvo de algumas obras de conserto e de calçetamento<sup>378</sup>. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1805, fizeram umas cales em tábuas de pinho «para vir a água da fonte ao claustro»<sup>379</sup> e aquando de obras avultadas, em 1814, na sequência da destruição pela aluvião de 1803, gastaram 28\$300 réis, em «levantar o muro do claustro e porta chamada do carro»<sup>380</sup>. Quanto ao convento do Funchal, de maiores dimensões, tinha um claustro proporcional. Henrique Henriques de Noronha, em 1722, referia que o convento «Tem hua fonte de agoa nativa, conduzida por aquedutos para o serviço da Caza de que corre perenemente outra porção, a hum chafariz de jaspe, que fica no meyo da Claustra; e juntando-se em hum tanque, ferteliza hum asseado jardim; sobre o qual cayem as varandas da mesma claustra sustentadas sobre os arcos, e colunas de cantaria fina»<sup>381</sup>. Já no século XIX o claustro é referido em dois momentos no livro de receita e despesa, em 1816 e 1818, respetivamente, aquando do «caimento da igreja e claustro» e do «aluguer da loja no claustro»<sup>382</sup>. O claustro do convento de Santa Cruz é referido no inventário realizado aquando da extinção dos conventos<sup>383</sup>.

<sup>376</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 54v.º, 106, 127v.º, 139v.º, 172, 190, 235v.º. Compravam quantidades de raticida que custavam entre \$100 e \$400 réis.

<sup>377</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 43v.º; l.º 2, fls. 34, 35v.º, 47, 62, 80v.º, 115v.º.

<sup>378</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 80v.º, 82v.º, 86, 87v.º; l.º 3, fl. 4.

<sup>379</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 113.

<sup>380</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 59.

<sup>381</sup> NORONHA, 1996, *Memórias Seculares e Eclesiásticas* [...], p. 234.

<sup>382</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 22v.º, 49.

<sup>383</sup> GUERRA, 1997, «O Convento de N.ª S.ª da Piedade [...]», pp. 140, 143.

Nos espaços exteriores dos conventos além das cercas, hortas e claustros existiam espaços de acesso às diversas áreas, como os terreiros, geralmente calçados em pedra partida ou calhau rolado e, por vezes, cobertos com corredores de vinha. No convento da Calheta, em 1781, foi empregue madeira no corredor do terreiro<sup>384</sup>. No convento do Funchal existia um terreiro conhecido por «terreiro do jogo», onde provavelmente os religiosos praticavam algum jogo. Este «terreiro do jogo» era coberto por um corredor de vinha, feito em madeira<sup>385</sup>. Segundo o Diário da Madeira, citando o livro *An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira* [...], publicado em 1750:

«Os estudantes teem uma vida reclusa e estão constantemente rezando nas contas ou recitando orações em mau latim. Durante a quaresma entregam-se a mortificações ou se açoutam de duas em duas noites sem piedade, e em outras épocas só teem como distracção dois jogos, m chamado Tocamboco, que consiste em fazer passar uma bola através duma argola de ferro fixada no solo, e o outro chamado Dammer, muito semelhante aos nossos [Inglaterra] draughts»<sup>386</sup>.

Estes jogos descritos poderão reportar-se aos praticados no convento de S. Francisco. Ainda relativamente aos jogos, pela festa de S. Francisco, o convento de Câmara de Lobos, em outubro de 1824, comprou dois baralhos de cartas por \$400 réis, e o convento do Funchal adquiriu três baralhos de cartas, em outubro de 1831<sup>387</sup>.

Os conventos da Calheta e do Funchal tinham um pátio denominado de «pátio do sol». No da Calheta, em 1771, realizaram diversas obras no pátio do sol, nomeadamente, o conserto da levada do «Pateo do Sol» (\$200 réis) e a feitura da porta do «Pátio do Sol» (1\$200 réis), tendo sido adquiridas quatro tábuas para a dita porta (\$100 réis)<sup>388</sup>. No do Funchal, em março de 1816, foi comprado um «ferolho para a porta do pátio do sol»; em abril de 1821, foi consertada a «chave da porta do pátio do sol»; em maio de 1823 foi consertado o pátio do sol por um pedreiro; e em agosto de 1827 pagaram 1\$150 réis na «limpeza do entulho no Patio do Sol»<sup>389</sup>.

<sup>384</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 57v.º.

<sup>385</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 32v.º, 220; l.º 6, fl. 142v.º. No corredor do terreiro do convento de S. Francisco, em fevereiro de 1811 trabalharam três homens, em fevereiro de 1815 foi colocada uma traveta por 6\$000 réis e em março de 1824 pagaram a «dois homens que andaram podando 3 dias na horta a 400rs 1\$200, a quem podou a vinha no terreiro do jogo 200».

<sup>386</sup> M., 1927.06.28, «Um livro curioso sobre a Madeira», in *DM*, p. 1; M., 1927.07.02, «Um livro curioso sobre a Madeira (Continuação)», in *DM*, p. 1, citando o livro *An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira* [...], publicado em 1750, p. 58.

<sup>387</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 119v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 230.

<sup>388</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 46v.º, 48.

<sup>389</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 15, 100v.º, 131v.º, 181v.º.

As portarias eram outro espaço importante nos conventos, pois eram o ponto de entrada. No convento da Calheta os inventários de 1771 e 1772 listam na portaria uma porta com chave<sup>390</sup>, a existência de uma campainha com sua corrente de ferro e um caixão velho da confraria de S. Sebastião<sup>391</sup>. No hospício da Ribeira Brava, a portaria tinha a sua porta e campainha, sendo calcetada a entrada com calhau rolado<sup>392</sup>. Em novembro de 1808, foi adquirida «uma cadeia de ferro para a campa da portaria»<sup>393</sup>. No convento de Câmara de Lobos na portaria existia uma porta com «um cadeado com suas armelas» e um candeeiro<sup>394</sup>. O convento do Funchal tinha a sua portaria, com um religioso responsável pela mesma, como já escrevemos. A portaria deste convento deveria ser mais ampla que a dos restantes conventos, face à dimensão do mesmo. Na portaria do convento do Funchal encontrava-se uma capela dedicada a N.ª Sr.ª da Piedade<sup>395</sup>.

Alguns conventos possuíam uma portada mais ampla de entrada, conhecida como «porta do carro» para permitir a entrada de carros de vacas. Em outubro de 1775, a «porta do carro» do convento de Santa Cruz foi consertada<sup>396</sup>. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1814, no âmbito das obras posteriores à aluvião de 1803, fizeram despesas «em levantar o muro do claustro e porta chamada do carro e ferragem, tudo 28\$300 [réis]»<sup>397</sup>. Quanto ao convento do Funchal tinha a «entrada do carro» com sua porta com ferrolho e fechadura<sup>398</sup>.

## Iluminação

Como já abordado anteriormente, os espaços dos conventos eram iluminados com candelabros, lanternas, palmatórias, lampiões, luminárias, tochas, candelas e velas.

Refira-se a iluminação nas cerimónias religiosas com o círio pascal e uma serpentina ou candelabro<sup>399</sup>, estrutura de três lumes, acendida no Sábado de Aleluia.

---

<sup>390</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 15.

<sup>391</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 2v.º, 30v.º.

<sup>392</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 70v.º; l.º 2, fls. 79, 80v.º; l.º 3, fl. 4.

<sup>393</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 81v.º.

<sup>394</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 56v.º, l.º 4, fl. 93.

<sup>395</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 59v.º; l.º 6, fls. 26v.º, 42v.º.

<sup>396</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 44v.º.

<sup>397</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 59.

<sup>398</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 25, 74, 134v.º, 148v.º.

<sup>399</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 99; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 144; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 22.

Em 1797, o convento de Câmara de Lobos adquiriu três bugias para a serpentina (\$600 réis)<sup>400</sup>.

Para as cerimónias da Semana Santa os conventos possuíam um candeeiro das trevas que era composto por 15 velas em forma triangular, usado nos ofícios realizados à noite nesta semana e no seu término eram apagadas as luzes, simbolizando o luto da igreja e a escuridão que baixou à terra quando Jesus morreu. As 15 velas eram apagadas pouco a pouco, com o entoar do som das matracas, com um som oco e seco, lembrando o caminho de Cristo para a morte. Com o apagar de todas as luzes ressurgiu uma vela acesa atrás do altar simbolizando a vitória de Jesus Cristo sobre as trevas e a morte. O convento da Calheta possuía uma matraca e um candeeiro das trevas<sup>401</sup> usados nos referidos cerimoniais. Para as «Trevas» são referidos nos diversos conventos os gastos com a cera. A título de exemplo, o convento da Calheta, em 1755, guardou dez libras de cera amarela que «serviu das Trevas»<sup>402</sup>; o convento do Funchal, em 1820, alugou a cera para as trevas (5\$270 réis), em 1824, gastou em «aluguer da cera das trevas 1\$800, aluguer de 32 velas e feitio da serpentina 3\$950» e em 1830 em «10 l[ibr].<sup>as</sup> de cera amarela para as trevas a 400 4\$; feitio da mesma 5\$800 = 9\$800»<sup>403</sup>; e o convento de Câmara de Lobos gastou 5\$037 réis em «7 l[ibr].<sup>as</sup> e  $\frac{3}{4}$  de cera amarela lavrada a 650 para as trevas» (1793), «Por 42 velas de cera de  $\frac{3}{4}$  e uma serpentina para a Semana Santa 24\$150 / Por 24 velas de cera amarela de  $\frac{3}{4}$  e uma de l[ibr].<sup>a</sup> para as Trevas 13\$562» (1795) e «por gasto de umas velas que foram 21 amarelas que vieram para a as trevas a 650 rs [à] l[ibr].<sup>a</sup> 5  $\frac{1}{2}$  l[ibr].<sup>a</sup> – 3\$575» (1804)<sup>404</sup>.

Na iluminação eram usados diversos produtos como a cera, o azeite e o alcatrão.

No convento do Funchal, pela altura da Páscoa, geralmente em março e esporadicamente nos meses de fevereiro ou abril, consoante o ano, realizavam o peditório ou a esmola do sepulcro, conhecido pelo peditório ou esmola da cera, e pelo peditório ou esmola do pavio, na cidade do Funchal e nas «freguesias dos campos»<sup>405</sup>, registando-se, em 1829, este peditório no Caniço<sup>406</sup>. As «freguesias do campo» eram as limítrofes à cidade do Funchal: S. Martinho, Santo António, S. Roque, Santa Luzia, Monte e S. Gonçalo, sendo sempre a «cidade» o local onde obtinham o maior valor das esmolas. Estas esmolas geravam uma receita, em cada ano, entre 1810 e 1824, entre

<sup>400</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 99.

<sup>401</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 2v.º.

<sup>402</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 19.

<sup>403</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 86v.º, 144.

<sup>404</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 16v.º, 57; l.º 2, fl. 95v.º.

<sup>405</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 157v.º, 188, 188v.º.

<sup>406</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 201.

72\$450 réis e os 110\$360 réis, baixando, nos anos seguintes para valores inferiores a 50\$000 réis, culminando, em 1830, com 11\$205 réis<sup>407</sup>. A arrecadação desta esmola era feita por religiosos padres e irmãos leigos. Em março de 1828, o convento pagou 4\$800 réis, em «agradecimento aos padres que tiraram o peditório do sepulcro» e 1\$200 réis «ao irmão leigo que tirou o sobredito peditório pelos campos»<sup>408</sup>.

O convento de Santa Cruz realizava este peditório «na cidade» do Funchal, rendendo 30\$000 réis, em 1773; 36\$150 réis, em 1774; 27\$850 réis, em 1775; e 27\$400 réis, em 1776. O mesmo peditório realizava-se no Caniço, Gaula, vila de Santa Cruz «e seus campos», Água de Pena, Machico «e seus campos» e «desde o Porto da Cruz até Ponta Delgada», rendendo nestas localidades uma média aproximada de 14\$000 réis<sup>409</sup>.

No convento de Câmara de Lobos, «o peditório do pavio» foi apenas mencionado em 1794<sup>410</sup>, sendo conhecido nos outros anos pelo peditório do sepulcro, sendo realizado pela altura da Páscoa, durante vários dias, e no Domingo dos Passos<sup>411</sup>. Em março de 1814, o irmão Fr. Policarpo tirou esta esmola nas freguesias de S. Martinho e de Santo António, ambas no Funchal, e nos sítios da Porta e da Caldeira<sup>412</sup>. Em 1795 e 1799, no Domingo dos Passos arrecadaram nesta esmola 3\$310 réis e 4\$490 réis, respetivamente<sup>413</sup>. O peditório realizava-se nas localidades onde o convento tinha a sua área de ação consignada não se verificando quaisquer registos na Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo, provavelmente devido à sua distância e as despesas da deslocação para o peditório não compensassem a receita. Registam-se o peditório do sepulcro, advindo de S. Martinho, Santo António e S. Roque (três freguesias no Funchal), na «cidade» (do Funchal – centro), Estreito de Câmara de Lobos, Câmara de Lobos, Lugar, Porta, Caldeira, Campanário, Ponta do Sol, Canhas e Madalena. O total desta esmola

---

<sup>407</sup> Vejamos alguns valores arrecadados entre 1810 e 1829. Em 1810, 96\$000 réis na cidade; em 1813, 110\$360 réis na cidade; em 1814, 77\$600 réis na cidade; em 1815, 87\$765 na cidade e 19\$700 réis nas freguesias limítrofes; em 1816, 86\$380 réis na cidade e 17\$570 nas ditas freguesias; em 1817, 60\$100 réis na cidade e 12\$350 réis nas ditas freguesias; em 1819, 70\$435 réis na cidade e 23\$745 réis nas ditas freguesias; em 1820, 66\$600 réis na cidade e 25\$500 nas ditas freguesias; em 1822, 32\$000 réis na cidade e 14\$920 nas ditas freguesias; em 1823, 79\$650 réis na «cidade e campos»; em 1824, 55\$600 réis na cidade e 17\$900 réis nas ditas freguesias; e em 1828, 47\$700 réis na cidade e 4\$540 nas «freguesias do campo» (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 17, 78v.º, 84, 114v.º, 199, 219v.º; l.º 6, fls. 14v.º, 32v.º, 67v.º, 127v.º, 142, 142v.º, 157v.º, 178, 188v.º, 201).

<sup>408</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 188.

<sup>409</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 7, 13v.º, 20, 27.

<sup>410</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 36v.º, 37.

<sup>411</sup> Entre 1793 e 1824, no mês de fevereiro em 1794, 1807 e 1823, e no mês de abril apenas em 1794, 1802, 1808, 1819, 1821, 1824.

<sup>412</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 55v.º.

<sup>413</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 56v.º; l.º 2, fl. 15v.º.

variava entre os 50\$000 e os 76\$000 réis<sup>414</sup>, sendo a esmola mais elevada a arrecadada «na cidade». Em 1806, «deram na cidade 35\$000» réis, no Campanário, 2\$000 réis e os habitantes das freguesias do Estreito 14\$000 réis<sup>415</sup>. Esta esmola, neste convento, no global rendia, por exemplo: 31\$050 réis, em 1794; 30\$500 réis, em 1796; 51\$225 réis, em 1798; 76\$765 réis, em fevereiro de 1807; e 72\$000 réis, em 1811<sup>416</sup>.

A esmola era colocada numa caixinha. Em março de 1820, o convento de Câmara de Lobos gastou 1\$800 réis «por 3 varas de fita para a caixinha do sepulcro»<sup>417</sup>. Parte destas esmolas destinar-se-ia, provavelmente, a custear a cera gasta no «sepulcro da Semana Santa», que em abril de 1793 ascendeu a 16\$450 réis e em abril de 1800 a 34\$850 réis<sup>418</sup>. Para o sepulcro era comum o aluguer de quatro tocheiras<sup>419</sup>.

No hospício da Ribeira Brava, o peditório da cera rendeu 4\$450 réis em 1737 e 6\$200 réis em 1739<sup>420</sup>. O capitão Miguel da Câmara Leme tinha uma pensão anual em dar duas libras de cera (1737)<sup>421</sup> ao hospício. Mais tarde, em 1802, o hospício recebia uma pensão idêntica à conta da pensão de António Vitorino de (Noronha?)<sup>422</sup>, podendo corresponder à continuidade da mesma pensão.

A cera era um produto bastante usado pelos franciscanos, como em todo o mundo cristão, nas cerimónias religiosas. Os gastos além dos atos quotidianos de culto, como missas e enterros, aumentavam nas festividades, sobretudo do Natal, N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, Semana Santa, S. Francisco, Santíssimo Sacramento e dos oragos das capelas e igrejas. A título de exemplo, no convento de Câmara de Lobos gastaram 47\$925 réis em cera, em 1802, na «Semana Santa, festa de S. Bernardino e Natal e S. Francisco»<sup>423</sup>; 30\$100 réis, em 1811, na novena e festa de S. Francisco<sup>424</sup> e 16\$475 réis, em 1818, na festa do Natal<sup>425</sup>. No hospício da Ribeira Brava é referida a iluminação

---

<sup>414</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 11, 34v.º, 36v.º, 56-56v.º, 58, 78v.º, 97v.º, 119; l.º 2, fls. 15v.º, 33v.º, 49, 63, 79, 93, 109v.º, 128, 142v.º, 143, 170, 180v.º; l.º 3, fls. 5, 39v.º, 55v.º, 84, 100v.º; l.º 4, fls. 12, 31, 47, 47v.º, 63, 79, 92v.º, 112v.º, 113.

<sup>415</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 128. Vejamos outro exemplo, exemplificativo das localidades e valores arrecadados neste peditório, em 1800: 20\$850 réis «na cidade»; 2\$600 réis na freguesia de S. Martinho; 4\$200 réis no Campanário, 1\$000 réis na Caldeira; 7\$400 réis na Porta; 3\$500 réis no Estreito de Câmara de Lobos (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 33v.º).

<sup>416</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 34v.º, 78, 119; l.º 2, fl. 142v.º; l.º 3, fl. 5.

<sup>417</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 47v.º.

<sup>418</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fl. 35v.º.

<sup>419</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 128v.º, 130.

<sup>420</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 8v.º, 25v.º.

<sup>421</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 12v.º.

<sup>422</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 16v.º.

<sup>423</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 75.

<sup>424</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 13v.º.

<sup>425</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 28.

nas missas do parto, em 1796 e 1797, tendo sido gastos, respetivamente, \$500 réis e \$600 réis «Por luzes nas missas do parto»<sup>426</sup>.

Na cera distinguiam a bruta, a lavrada, a bruta para bicos e a branca que era oposta à amarela, parda e preta<sup>427</sup>.

As velas de sebo eram comuns nos vários conventos, utilizadas para «luminárias» na «igreja e refeitório e dormitório»<sup>428</sup>. As velas de sebo eram mais económicas que as de cera, custando, à libra, \$100 réis entre 1740 e finais do século XVIII, e \$250 réis em 1811<sup>429</sup>, enquanto a cera bruta era adquirida à libra a \$350 réis ou \$400 réis em finais do século XVIII e inícios do XIX<sup>430</sup>. Já a cera lavrada era adquirida entre \$650 e \$900 réis à libra<sup>431</sup>. Por vezes, os conventos de maiores dimensões, como os do Funchal e de Câmara de Lobos, compravam um caixão de velas com 248 unidades, por 12\$400 réis<sup>432</sup>.

O convento do Funchal, a partir de 1831, compra velas de espermacete<sup>433</sup> ao preço de \$400 e \$500 réis à libra, pelas alturas das épocas festivas, especificando numa compra de dezembro de 1832 que eram para as placas da igreja nas matinas da Conceição e Natal<sup>434</sup>.

Dos cerieiros que forneciam os vários conventos estão referenciados, no da Calheta, Lúcio Ferreira (1760-1771)<sup>435</sup>; no do Funchal, João Carlos de Nóbrega<sup>436</sup> (1809) e Manuel de Freitas (1831)<sup>437</sup>; no de Câmara de Lobos, o «cerieiro de Santa Clara» (1792), João Carlos (1793, cera alugada – cerieiro?), Miguel Francisco de Abreu (1794, 1796), Domingos Tomás (1805)<sup>438</sup> e, no hospício da Ribeira Brava, João da Mata

<sup>426</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 31, 42.

<sup>427</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 5; ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 64, 68v.º; l.º 3, fls. 26, 52v.º, 78v.º.

<sup>428</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 76v.º (outubro de 1819), 92v.º (outubro de 1820); ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 13.

<sup>429</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 31; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 79; l.º 3, fl. 13. Em 1823, no convento do Funchal compraram 180 velas de sebo a \$015 réis cada uma e no de Câmara de Lobos, dez velas a \$050 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 139v.º).

<sup>430</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 4v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 12v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31v.º.

<sup>431</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 13; l.º 6, fls. 57v.º, 178v.º.

<sup>432</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 12v.º (1810); ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80 (1822).

<sup>433</sup> Do italiano *spermaceti*, do latim medieval *sperma ceti*, sémen de baleia, é uma substância gorda de cor esbranquiçada, extraída do cérebro de alguns cetáceos, especialmente do cachalote, e usada na produção de velas e de cosméticos, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/espermacete>, consultado em 2019.12.17.

<sup>434</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 230, 234v.º, 238v.º, 241.

<sup>435</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 4, fls. 19, 27; l.º 2, fl. 32v.º.

<sup>436</sup> O cerieiro João Carlos de Nóbrega faleceu em novembro de 1816 (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 26v.º).

<sup>437</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5v.º; l.º 6, fl. 229.

<sup>438</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 2, 25, 37, 83v.º, 89; l.º 2, fl. 113.

(1801)<sup>439</sup>. Aos cerieiros cabia a função de fornecer ou alugar velas e tocheiras, reformar cera usada, fabricar velas, círios, rolos, bugias e fiados.

O azeite doce, mais caro que os outros azeites, além de ser empregue na alimentação, daí a expressão «azeite de prato», era obrigatório nos lampadários, «a alumiar o Santíssimo Sacramento», símbolo da presença de Jesus Cristo<sup>440</sup>. O azeite doce era obtido através de compra, legados, pensões e esmolas<sup>441</sup>, como ocorreu no convento da Calheta em que D. Guiomar pagava uma pensão de 1\$000 réis mensais para o «azeite da capela mor»<sup>442</sup>. O azeite doce era empregue na iluminação dos candeeiros<sup>443</sup> e da torre, nas novenas e dias das festas de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição ou de S. Francisco<sup>444</sup>, embora fosse raro, pois o azeite de peixe, também denominado de azeite quelme ou raramente de «azeite de luz»<sup>445</sup>, era mais habitual nas iluminações.

O azeite quelme era mais acessível, variando o preço desde a década de 1730 até à de 1830, desde os \$200 réis até os \$500 réis. Era empregue na(s) candeia(s) / «candeia(s) da cozinha» e «candeeiros» dos refeitórios, dormitórios, escadas, portaria e coro<sup>446</sup>, na iluminação da torre, também chamadas de «luminárias» ou «luminárias da torre» realizadas, consoante os conventos, durante as novenas das festas do Santíssimo Sacramento, N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, Santo António, dia de Jesus, S. Francisco e no Natal<sup>447</sup>.

Nas ditas festas, por vezes usavam alcatrão na iluminação da torre<sup>448</sup>. Além das festas religiosas, também aconteceu noutra ocasião no convento do Funchal, em abril de 1811, com o uso de «alcatrão para iluminar a torre pela retirada dos franceses em Portugal \$800, tigelas para a torre \$400» e em maio deste ano em «alcatrão para a torre nos 3 dias nas funções que se fizeram na Sé na saída dos franceses»<sup>449</sup>. Na festividade de S. Bernardino, no convento de Câmara de Lobos, em 1796, adquiriram 60 tigelas de alcatrão a \$005 réis cada uma<sup>450</sup>. Neste convento, no dia de Santo António, de 1797,

<sup>439</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 1.

<sup>440</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 7; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 159v.º, 160, 172v.º.

<sup>441</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 67v.º.

<sup>442</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 49.

<sup>443</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 143v.º.

<sup>444</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 72; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 82v.º; l.º 2, fl. 185.

<sup>445</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 167v.º.

<sup>446</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 47, 77v.º; l.º 3, fls. 45v.º, 61v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 1v.º, 4v.º, 8v.º, 10v.º, 14, 65, 67, 70v.º, 74, 76; l.º 2, fls. 22v.º, 56v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 57v.º.

<sup>447</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 60v.º, 186; l.º 6, fls. 54v.º, 166v.º, 173v.º, 182, 183, 186, 192v.º, 193v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 7; l.º 3, fls. 11, 91v.º, 109v.º; l.º 4, fl. 70v.º.

<sup>448</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218; l.º 6, fl. 2.

<sup>449</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 35v.º, 37v.º.

<sup>450</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 83.



gastaram \$200 réis numa canada de alcatrão para a torre e nas festas do Santíssimo Sacramento e de S. Francisco, de 1800 e 1804, adquiriram, respetivamente, sete canadas (1\$400 réis) e seis canadas e meia (1\$300 réis) de alcatrão<sup>451</sup>. Nas festas de S. Francisco, de 1816, gastaram 3\$200 réis em azeite e alcatrão para a torre<sup>452</sup> e na de 1818, aquando da compra de alcatrão (1\$200 réis), adquiriram estopa (\$300 réis) o que deverá corresponder ao embeber do alcatrão em estopa e colocá-lo em tigelas.

Excetuando o convento do Funchal, os vários conventos esporadicamente adquiriam azeite de louro (à canada, a \$150 réis entre 1736 e 1776 e a \$300 e \$400 réis em inícios do século XIX)<sup>453</sup> sendo guardado em paroleiras e potes, e que tradicionalmente era utilizado para fins medicinais e para iluminação.

## Limpeza

Na limpeza dos espaços eram usadas vassouras de palma (\$050 réis em 1776 e 1799), de palha (\$075 réis em 1800) e de piaçá (\$050 réis em 1793 e 1797, \$060 réis em 1799, \$100 réis em 1800 e em 1804-1806)<sup>454</sup> ou «uma escova de lavar casas com seu cabo» (\$500 réis em 1798)<sup>455</sup>.

O convento do Funchal, pela altura da festa de S. Francisco, pagava entre 1\$000 e 2\$000 réis a quem espanava a igreja, ou seja, limpava a igreja. Em junho de 1830, pagaram \$600 réis a «quem espanou o teto da igreja» e em agosto de 1831, \$650 réis a «um servente de alimpar o adro da igreja»<sup>456</sup>. No convento de Câmara de Lobos, em junho de 1805, dois homens que limparam o adro receberam \$300 réis<sup>457</sup>.

Nos conventos, sobretudo nos espaços religiosos, eram colocados capachos no chão. O convento de Câmara de Lobos, em novembro de 1799, comprou sete capachos por 2\$800 réis, «4 para o coro e 3 para debaixo dos candeeiros», e o convento do Funchal, em abril de 1810, comprou três capachos por 2\$400 réis<sup>458</sup>.

O sabão é comum nos conventos para a lavagem da «roupa da igreja», «roupa da sacristia», «roupa da comunidade» e «para as barbas», sendo o mesmo tipo utilizado

<sup>451</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 102v.º; l.º 2, fl. 118v.º.

<sup>452</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 91v.º.

<sup>453</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31v.º; ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 24, 27, 31v.º, 34v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 137v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 5; l.º 3, fl. 68.

<sup>454</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 58, 86; l.º 3, fls. 38, 39, 65v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 23v.º, 108; l.º 2, fls. folha de guarda, 6, 20v.º, 43v.º, 120.

<sup>455</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 2.

<sup>456</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 189; l.º 6, fls. 6v.º, 40v.º, 59, 76v.º, 140v.º, 149v.º, 165, 215v.º, 228.

<sup>457</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 114v.º.

<sup>458</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 27; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 17v.º.

nas várias funções, como constatamos nas despesas «8 libras de sabão para as barbas e roupa da igreja a 200 rs» e «10 libras de sabão inglês para a roupa da comunidade e barbas a 200 rs»<sup>459</sup>. Muitas das vezes é apenas mencionado «sabão», no entanto noutras são destringidas as variedades como o sabão inglês (a partir de 1795) e o sabão de Castela (1776)<sup>460</sup>. Para a «roupa da igreja» e para a «roupa da comunidade», quer dizer, para os paramentos religiosos e a vestimenta, eram adquiridos anil para a lavagem e goma para engomar<sup>461</sup>.

## Calçado, Vestuário e Tecidos

Correspondendo aos ideais e valores franciscanos, como a pobreza e a simplicidade, as vestimentas dos franciscanos eram simples e com adereços contidos.

Nos Capítulos custodiais, realizados no convento do Funchal, ordenavam as diretrizes do vestuário e calçado, sinal de que eram excedidos por alguns frades. No Capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, ordenavam

«que nenhum Religioso mande coser nas túnicas barras, que excedam a largura de dois dedos, e os que atualmente as tem as ponham como ordenamos, nem tragam colarinhos postiscos [postigos] nas mesmas túnicas, nem se cinjam com cordões, que não sejam de lã branca sem género algum de curiosidade e que os sapatos daqui por diante sejam por forma que apareçam ao menos as pontas dos 3 dedos cuja lei se não entenderá com os enfermos habituais, e o que for defeituoso em qualquer destas coisas proibidas, o Prelado o mandará levar ao pescoço ao refeitório a insígnia em que se achar delinquentes, castigando com 24 golpes de varas, e se for reincidentes fiquem ao arbítrio do Prelado Superior; pois é sem duvida que os religiosos, que deixam o mundo a buscarem a religião devem só agradar a Deus com as perfeições da Alma, e consciência e não ao mundo, com tam escandalosas vaidades»<sup>462</sup>.

[E] «consumados todos os chapéus finos, que por ora se acharem em uso, fique inevitavelmente proibido a todos os religiosos de então por diante o uso deles»<sup>463</sup>.

Os frades vestiam vestimenta preta, composta de «hábito e túnica»<sup>464</sup>, sendo constantes as compras de linhas pretas para coser os hábitos, como para as mortalhas

<sup>459</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 106, 207v.º, 210; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 37v.º, 74, 106; l.º 2, fls. 3v.º, 34, 38v.º; l.º 4, fl. 49; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 29v.º, l.º 2, fls. 24v.º, 81v.º; l.º 3, fl. 23v.º.

<sup>460</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 36; l.º 2, fls. 4, 86; l.º 3, fls. 26v.º, 64v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 3v.º. O sabão de Castela era mais caro que o restante, sabão/sabão inglês, sendo adquirido à libra a \$300 réis para o convento de Santa Cruz, enquanto o restante custava a \$200 réis.

<sup>461</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 41v.º; l.º 2, fls. 4v.º, 19, 34, 61, 78, 118v.º.

<sup>462</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 2v.º.

<sup>463</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 4.

<sup>464</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 42v.º; l.º 2, fl. 15.

dos defuntos. Nos tecidos da «vestiaria» é comum a compra de «pano preto» (a 1\$000 réis ao côvado, em março de 1801 e dezembro de 1815, 1\$500 réis em novembro de 1806 e \$900 réis em junho de 1822<sup>465</sup>) e era dada a preferência ao tecido de saial. No hospício da Ribeira Brava, em 1799, «por não haver saial» optaram por 30 côvados de «pano para vestiaria de 3 religiosos [...] 21 a 1\$rs, 21\$ e 9 a 700 rs – 6\$300 que tudo soma 27\$300»<sup>466</sup>. Raramente, procediam à compra de uma «túnica de serafina preta 2\$000»<sup>467</sup>.

O padre guardião do convento era responsável em fornecer a vestiaria, bragas<sup>468</sup> ou «panos menores»<sup>469</sup> (roupa interior) e calçaria aos religiosos, incluindo o corista, o irmão donato<sup>470</sup> e os servos ou moços que serviam nos conventos. O Capítulo custodial, de 7 de outubro de 1753, determinava ao síndico do convento do Funchal em «remunerar o trabalho do P[adre]. Vig[ári]o do coro dandolhe em cada anno húa túnica, ou manto de q[ue] tiver mais necessidade, quatro arateis de tabaco e quatro lensos; dous pello Natal e dois pello Sam Joam, e no mesmo anno hum par de sandalhas [sandálias], as quais não desoubrigam ao R[everendo]. P[adre]. G[uardi]am de lhe dar as que tem de obrigação anual»<sup>471</sup>.

Um «mulato» servia no hospício da Ribeira Brava, sendo conhecida a sua presença desde 1736 até janeiro de 1741. Embora não se conheçam atividades específicas, deveria desempenhar as tarefas quotidianas realizadas noutros conventos por moços. Deste «mulato» apenas sabemos os gastos feitos pelo convento em calçado (botas e sapatos)<sup>472</sup> e no vestuário. O «mulato» usava uma camisa (\$450 réis)<sup>473</sup>,

<sup>465</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 91v.º (março de 1801); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 49 (março de 1801), 139 (novembro de 1806), 153v.º (dezembro de 1807); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 10v.º, 118, 141.

<sup>466</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 58.

<sup>467</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º (dezembro de 1793); 30v.º (janeiro de 1794).

<sup>468</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 9, 25v.º, 33v.º, 44v.º, 46v.º, 54, 75; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 5v.º, 9. Segundo Rafael Bluteau, o termo bragas deriva de «Braca, que queria dizer calçoens [...] Hoje he uma espécie de ceroulas» (BLUETAU, 1712, *Vocabulario [...]*, vol. B-CZA, p. 179).

<sup>469</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 201; l.º 6, fls. 34v.º, 85v.º, 143v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 99v.º; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 35, 54v.º.

<sup>470</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 9, 45v.º, 54v.º.

<sup>471</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 1, fl. 1.

<sup>472</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 5, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 24v.º, 26v.º, 28v.º, 32, 33, 37v.º, 40v.º, 42v.º.

<sup>473</sup> Em setembro de 1737, o convento comprou três varas de pano para uma camisa, a \$150 réis à vara (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 14); em fevereiro de 1738 mais três varas de pano para uma «camisa do mulato \$450» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 18v.º); em setembro de 1738 outras três varas ao mesmo preço para «uma camisa do mulato» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 21); e em setembro de 1740 outras três varas ao mesmo preço para «uma camisa para o mulato» (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 39). No espaço de dois anos foram confeccionadas quatro camisas para o mulato, sendo a peça de vestuário com maior desgaste, fruto dos trabalhos realizados pelo mesmo.

um «jobão» (gibão) (1\$700 réis)<sup>474</sup>, um barrete (\$200 réis)<sup>475</sup>, uma carapuça (\$100 réis e \$200 réis)<sup>476</sup> e um calção (\$600 réis)<sup>477</sup>. Entre abril de 1741 e setembro de 1742, consta o nome do moço Eusébio, em vez do «mulato». O moço Eusébio calçava sapatos ou botas<sup>478</sup> e vestia uma camisa<sup>479</sup> e calções<sup>480</sup>.

Quanto aos tecidos eram usados uma grande diversidade. Muito do tecido era apenas designado de pano, desconhecendo-se a variedade, devendo reportar-se ao pano mais usual, com base nos fios do linho, pois servia para fazer guardanapos, empanadas, enxergas, amitos, toalhas, aventais, bragas, camisas, penteadores, lençóis..., sendo comprado, entre finais do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, desde os \$150 réis até aos \$400 réis. O pano era diferenciado de «pano de linho», «pano da terra», «pano fino», «pano de linho fino» e «pano grosso» ou «panos de barbas»<sup>481</sup>. O «pano fino» era mais caro que o restante sendo comprado a \$500 e usado na confecção de alvas<sup>482</sup>, quando o outro pano custava a \$400 réis.

De pano, eram feitos os alforjes, usuais nos vários conventos<sup>483</sup>. O convento da Calheta inventariou, no refeitório, dois a três exemplares<sup>484</sup>.

O brim<sup>485</sup> era empregue nos aventais, panos, sacas e calças. As sacas de brim, cada uma a \$150 réis, usadas no transporte de trigo, serviam para refazerem colchões e confeccionar enxergas, panos de cozinha e calças dos serventes<sup>486</sup>. No convento de S. Bernardino, em novembro de 1796, gastaram \$400 réis em duas varas de brim para as «calças do preto João»<sup>487</sup>. As sacas eram também de lona<sup>488</sup>.

---

<sup>474</sup> Em outubro de 1737, o convento adquiriu três varas e meia de tecido para um «jobão do mulato a \$400 réis e forras para o mesmo» num total de 1\$700 réis (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 15). Segundo Raphael Bluteau um jubam, ou gibão ou jubão é a «parte da vestidura, que cobre o corpo do pescoço até quasi a cintura» (BLUTEAU, 1713, *Vocabulario* [...], vol. F-IZO, pp. 69, 211). Atualmente faz parte da indumentária tradicional da Madeira, utilizada pelos grupos folclóricos e etnográficos.

<sup>475</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 25v.º (março de 1739).

<sup>476</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 26v.º (maio de 1739), 42v.º (janeiro de 1741).

<sup>477</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 41v.º (dezembro de 1740).

<sup>478</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 46v.º, 51, 53v.º, 57, 58.

<sup>479</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 47, 54v.º, 65.

<sup>480</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 52.

<sup>481</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 25v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 20v.º, 99v.º, 118, 120v.º; l.º 2, fls. 17, 21v.º, 115v.º, 131; l.º 3, fls. 11v.º, 29v.º, 57; ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 20v.º, 25v.º, 42v.º, 48v.º, 52v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 182, 201; l.º 6, fls. 16v.º, 85v.º, 133v.º, 143v.º, 201v.º.

<sup>482</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 182.

<sup>483</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 17v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 48; ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 20.

<sup>484</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 17v.º, 23, 32, 42v.º, 52v.º.

<sup>485</sup> Brim é uma «Lençaria de muitas espécies ou variedades» de tecido (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 141).

<sup>486</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 14; ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18, 20v.º.

<sup>487</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 92 (novembro de 1792).

<sup>488</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18, 47v.º.

A lã, adquirida a \$150 réis à libra, era empregue no feitorio (enchimento) de travesseiros ou chumaços, colchões e a \$200 réis à vara (década de 1740) para a confeção de cobertas<sup>489</sup>. No enchimento das enxergas era usada a palha<sup>490</sup>. A lã e palha empregues nas camas eram de pouca higiene, como se relata no convento da Calheta, em 1767, aquando da doença de um frade:

«deixou o P[adr].<sup>e</sup> Frei Francisco da Encarnação, por tal forma podre e misturado a lã do colchão e travesseiro com a palha da enxerga que pela muita inmundice se mandou lançar fora assim como se queimou da dita cela uma barra de cama, uma enxerga colchão, travesseiro, cobertas, e cobertor por nas ditas cousas morrer o irmão leigo Frei Francisco de Santa Ana tisico e se mandar reformar a dita cela, de xispado, e rebocado, colchão tirado aemcho»<sup>491</sup>.

O padre guardião do convento acrescenta que «o mesmo se fez na cela do Irmão Fr. de Jerusalém, com diferença que com a enxerga e colchão travesseiro cobertor e cobertas se deu pelo amor de Deus por escrúpulo de serto[s] achaques que padeceu o dito religioso»<sup>492</sup>. A lã era empregue nas mortalhas para os enterros, na confeção de tecidos de burel, picote, seriguilha e saial.

O damasco<sup>493</sup>, além de ser muito utilizado nos espaços cultuais, nos frontais dos altares, pálios e cortinados<sup>494</sup> e nalguns paramentos e ornamentos, era empregue no uso quotidiano, principalmente nas cortinas, guardanapos e toalhas para as mesas dos refeitórios e cozinhas. Os inventários do convento da Calheta mostram a existência de guardanapos e de toalhas em «pano da terra» (linho) e damascadas. Especificam--se alguns guardanapos «damascados em perca» (percal?) e uma toalha «de mesa travessa damascada»<sup>495</sup>. Em 1739, uma toalha damascada importou em \$300

<sup>489</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 6v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 89v.º; l.º 4, fl. 74; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 43, 47, 52v.º, 56. A lã e a seriguilha, além do uso na confeção de hábitos, eram usadas na confeção de cobertas. No convento da Calheta é registada a despesa de «12 varas de seriguilha para cobertas 2\$400» (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 15). Neste convento, em 1750, 24 cobertas custaram 28\$800 réis (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 6v.º). No hospício da Ribeira Brava, em 1740, um par de cobertas custou 2\$400 réis (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 38v.º). No convento do Funchal, em 1827, uma coberta «para a amassaria» custou 1\$100 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 179). No convento de Câmara de Lobos, em 1818, uma coberta custou 1\$500 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 11).

<sup>490</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 19 (junho de 1816).

<sup>491</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 22v.º (1767).

<sup>492</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 22v.º (1767).

<sup>493</sup> Damasco é um «tecido de seda com desenhos acetinados em fundo não brilhante», «Tipo de tecido, que pela sua composição de efeito de fundo e efeito de desenho, constituído pela face teia e pela face trama de um mesmo ponto, tem a particularidade de ser reversível, apresentando numa das faces o fundo opaco e os motivos brilhantes e na outra o fundo brilhante e os motivos opacos.» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 144).

<sup>494</sup> O convento do Funchal, em 1811, comprou seis cortinas de damasco encarnado a Vicente António, por 12\$600 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 41).

<sup>495</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 23, 26v.º, 42v.º, 52v.º.

réis e, em 1744, um guardanapo em \$150 réis<sup>496</sup>. É diferenciado o «damasco da terra» do «damasco inglês», custando do primeiro \$200 réis por um guardanapo e \$350 réis à vara (em 1798 e 1799) e do segundo, uma toalha de mesa 1\$800 réis (1822)<sup>497</sup>. Em 1813, o convento de Câmara de Lobos adquiriu duas toalhas inglesas para as mesas, uma grande e uma pequena, por 14\$000 réis<sup>498</sup> e, em 1818, o convento do Funchal adquiriu sete toalhas inglesas (uma por 8\$000 réis, uma por 7\$000 réis, uma por 4\$000 réis, duas a 5\$000 réis e duas a 3\$600 réis)<sup>499</sup>. As toalhas eram ainda feitas de algodão ou de «inrolado» (enrolado)<sup>500</sup>. O enrolado, adquirido a \$300 réis e a \$550 réis à vara, era empregue nos penteadores, lenços, toalhas das mãos e dos altares, nos manistérgios e para forrar celas<sup>501</sup>. Os lenços eram constantemente adquiridos para os religiosos ou para oferta aos colaboradores, tendo várias funções como a de embrulhar os livros das contas aquando de transportes<sup>502</sup> ou para «assoar»<sup>503</sup>.

Os guardanapos eram um acessório abundante nos refeitórios, existindo um ou mais (de reserva) por cada franciscano ou para os visitantes, especificando-se no convento da Calheta, no inventário de 1755, «24 guardanapos 10 que já não servem»<sup>504</sup>. Nos diversos inventários deste convento constam entre sete e 39 guardanapos. Iam-se degradando até escassearem, como aconteceu, em 1821, no convento de Câmara de Lobos quando fizeram «8 guardanapos para o refeitório, por não haver um»<sup>505</sup>. Os guardanapos tinham vários tamanhos, custando respetivamente a preços diferentes. Em 1744, custavam a \$150 réis à unidade e, em 1798, a \$250 réis<sup>506</sup>.

A maioria dos tecidos era em linho, muito dele proveniente dos peditórios realizados na Madeira. Os conventos encomendavam a tecedeiras a confeção de teias, como constatamos no convento da Calheta, em 1777, quando pagaram a uma tecedeira 2\$400 réis «de uma teia de linho e outra de estopa para a comunidade» e 1\$850 réis «da teia de guardanapos da comunidade» e \$600 réis pelo «teçume de 18 varas de cerguilha [seriguilha] para cobertas»<sup>507</sup>. No convento de Câmara de Lobos

<sup>496</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 23v.º, 72.

<sup>497</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 2, 17; l.º 4, fl. 82v.º.

<sup>498</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 45v.º.

<sup>499</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 51v.º.

<sup>500</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218. O convento do Funchal, em 1811, comprou «2 peças de rulado a 4500 cada peça», devendo tratar-se de enrolado (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 46).

<sup>501</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 51v.º, 65v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 218; l.º 6, fl. 51v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 162.

<sup>502</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 69v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º; l.º 6, fls. 20, 125,

<sup>503</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 138v.º; l.º 3, fl. 69v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º; l.º 6, fl. 20.

<sup>504</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 17v.º.

<sup>505</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 68.

<sup>506</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 72; l.º 2, fl. 47.

<sup>507</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 48.

constata-se «o gasto que se fez com duas teias de pano de linho que se mandou botar para uso da comunidade 11\$500»<sup>508</sup> e em maio de 1806 pagou 13\$060 réis por «4 peças de pano de linho com 10 varas cada peça a \$329»<sup>509</sup>.

Fig. 09 – *Costume of Madeira*; Londres, 1811; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: Charles Heath (1785-1848); gravura (técnica não identificada)



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 230/4.

O linho era muito empregue nos paramentos religiosos e nos profanos. Além dos já mencionados, era usado no vestuário, nos «panos menores»<sup>510</sup>, nos penteadores para as barbas e para as mãos<sup>511</sup>, nos lençóis, nos guardanapos e nas toalhas<sup>512</sup>. O linho era empregue nos «pavios dos bicos das missas»<sup>513</sup>, na iluminação. O esguião, tecido fino de linho ou algodão, era usado nos paramentos religiosos, como os sobrepelizes, sanguinhos, amitos para as alvas ricas e corporais<sup>514</sup>.

<sup>508</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 21v.º.

<sup>509</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 131.

<sup>510</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 201; l.º 6, fls. 34v.º, 85v.º, 143v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 99v.º.

<sup>511</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 56; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 131. Os penteadores eram um pano, geralmente de linho, «que se poem ao redor do pescoço, & com que se cobrem os hombros, por não sujar o vestido com cabellos, ou carepa da cabeça, quando alguém se patea» (BLUTEAU, 1720, *Vocabulario* [...], vol. O-PYT, p. 402) ou ainda quando faziam as barbas.

<sup>512</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 115v.º.

<sup>513</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 78v.º.

<sup>514</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 16v.º, 25v.º, 28; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 15.

A linhagem, um tecido grosseiro de linho, a \$150 e \$250 réis à vara, era empregue na confeção de sacos, enxergas e lençóis para os moços, toalhas e tendais para a cozinha, frestas de janelas e empanadas das celas<sup>515</sup>.

Pouco comum era o «riscadilho»<sup>516</sup>, os sacos de liteiro ou uma «manta de orellos». O convento de Câmara de Lobos, em outubro de 1793, comprou uma manta de ourelo, para o tabuleiro de amassar, por \$800 réis e, em janeiro de 1794, comprou um saco de liteiro por \$400 réis<sup>517</sup>.

A estopa, linho grosseiro de menor qualidade, é habitual ser recolhida nos peditórios do convento de Santa Cruz, avaliada a \$050 réis à libra enquanto o linho sedado valia \$150 réis à libra (1772-1776)<sup>518</sup>. Em 1800, o linho custava \$200 réis à libra<sup>519</sup>, e, em 1812, \$400 réis à vara<sup>520</sup>.

O algodão é esporadicamente adquirido nos conventos, com a finalidade de ser utilizado nos candeeiros<sup>521</sup>, e no convento do Funchal, embora raramente, aparece sob a forma de peças de pano, de algodão ou algodão fino (a \$250 réis à vara ou a 5\$000 réis à peça) para a confeção de sobrepelizes e toalhas para o refeitório<sup>522</sup>.

Nos conventos estavam presentes o riscado<sup>523</sup>, a \$250 e \$300 réis ao côvado, no feitio de travesseiros, colchões<sup>524</sup> e aventais da cozinha<sup>525</sup>; o cadarço<sup>526</sup> empregue

<sup>515</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 15, 67v.º; l.º 2, fl. 39; l.º 3, fl. 78v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 220v.º; l.º 6, fls. 75v.º, 162v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 115v.º, 125v.º; l.º 4, fls. 4v.º, 32v.º, 53v.º, 68.

<sup>516</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 74. Esta aquisição consistiu em «retrós[,] riscadilho e feitio do hábito de Fr. Luís do Rosário 1\$200», podendo o retrós (fio torcido) e o riscadilho serem um componente para o dito hábito ou não. Riscadilho é também chamado de chita listrado, com uma combinação de riscas.

<sup>517</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 25v.º, 30v.º. Liteiro «Panno grosso de tomentos torcidos, com que a gente rustica faz saccos» (BLUTEAU, 1716, *Vocabulario* [...], vol. K-NYS, p. 157). Ourela «Diz-se da seda, & ourelo do panno. He a extremidade do panno de seda, ou de lã, que serve como de limite à largura por huma, & outra parte» (BLUTEAU, 1720, *Vocabulario* [...], vol. O-PYT, p. 145).

<sup>518</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 13v.º, 20, 27, 43.

<sup>519</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 85v.º.

<sup>520</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 29v.º, 57.

<sup>521</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 4 (fevereiro de 1795); l.º 3, fl. 3v.º (agosto de 1801).

<sup>522</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 197v.º; l.º 6, fl. 61.

<sup>523</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 89. Riscado é um «Tecido de algodão caracterizado por riscas de cor alternando com brancas. Predominância das riscas de cor sobre as brancas.» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 156).

<sup>524</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 108; l.º 2, fl. 11; l.º 4, fls. 74, 88; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 49. Apresentamos alguns preços de colchões: «2 colchões e 2 colchas» (8\$000 réis, 1740); um colchão (3\$000 réis, 1744) (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 37, 73); «um colchão para hóspedes» (4\$000 réis, 1815) (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 8v.º); «15 covados de riscado para um colchão a 250» (3\$750 réis, 1796) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 89); «25 côvados de riscado para 2 colchões novos, que se mandaram fazer para a comunidade a 250 c[ôvad].º» (6\$250, 1822) (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 88).

<sup>525</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 15v.º.

<sup>526</sup> O cadarço é «Tecido de anafaia. / Fita estreita de pano, fitilho, barbilho, nastro ou cordão de anafaia. / Um género de seda que se faz do barbilho dos casulos e da seda mais grossa a embaraçada. / Galão, espécie de fita estreita de linho, lã ou seda.» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 141).



nos colchões, nas empanadas<sup>527</sup>, nas «missas e breviários do coro»<sup>528</sup>; o merlim, um «tecido ralo e engomado como a tarlatana»<sup>529</sup>, adquirido em dezembro de 1813, pelo convento do Funchal, nomeadamente três varas e meia para os folhos de alvas (2\$800 réis)<sup>530</sup>; o morim para roquetes<sup>531</sup>; e o murim (morim ou merlim?) para os folhos<sup>532</sup>; as «varas do Brasil a 300 rs»<sup>533</sup>; cassa, também denominada de «pano fino» para alvas<sup>534</sup>.

Os conventos compravam o calçado para a comunidade conventual, irmãos donatos e moços. A cada residente adquiriam um ou dois pares por ano, para a denominada «calçaria» e um outro par aos frades e moços que realizavam os peditórios.

A quantidade de aquisições variava, em cada convento, consoante o número de «religiosos», de moços residentes e de moços participantes nos peditórios. No hospício da Ribeira Brava, em dezembro de 1737, forneceram «5 pares de sapatos a 3 religiosos, 3 de calçaria e 2 pares a 2 que tiraram o peditório a 600 rs cada par»<sup>535</sup> e no convento de Câmara de Lobos, em janeiro de 1794, forneceram «16 pares de sapatos para a calçaria dos religiosos desta comunidade a saber 5 d[it].<sup>os</sup> a 2 pares os quais fizeram os peditórios e 6 d[it].<sup>os</sup> a 1 par a 900 cada par» e, em novembro de 1795, «11 pares de sapatos para 8 religiosos a saber para 3 religiosos que fizeram peditório a 2 pares, e para 5 que o não fizeram a um par a 900 rs»<sup>536</sup>. Neste convento é comum a aquisição, de cada vez, entre sete e 11 pares de sapatos. No convento do Funchal é comum a compra entre 30 e 49 pares de sapatos, entre 1809 e 1824<sup>537</sup>, correspondendo os números, aproximadamente, à quantidade de residentes no convento.

<sup>527</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 74; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 10, 67v.º.

<sup>528</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 22.

<sup>529</sup> COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 151.

<sup>530</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 194v.º.

<sup>531</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 214.

<sup>532</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 99v.º. O morim é um «Pano branco e fino, de algodão» (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 152).

<sup>533</sup> Em princípio trata-se de um tecido, mas poderá ser varas de madeira. O convento do Funchal comprou em junho de 1819 «10 dúzias de varas do Brasil a 300 rs 36\$000» e, em dezembro de 1821, «12 varas do Brasil a 300 rs 3\$600» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 70v.º).

<sup>534</sup> O convento do Funchal adquiriu, em maio de 1818, «3 varas de cásca para umas alvas» por 1\$500 réis e, em junho de 1813, «42 varas de pano fino para alvas a 500 21\$000» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 50v.º). Cassa é um tecido muito fino e transparente de algodão ou linho (COSTA, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», p. 142).

<sup>535</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 16.

<sup>536</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 71.

<sup>537</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 9, 50; l.º 6, fls. 10v.º, 28v.º, 42v.º, 80v.º, 94v.º, 138, 151v.º.

Como podemos constatar na receita e despesa do hospício da Ribeira Brava, usavam sapatos e botas, variando o preço entre os \$300 réis e os 1\$400 réis, entre meados do século XVIII e inícios do XIX.

Diferenciavam-se o tipo de sapatos, consoante o estatuto. As botas eram usadas pelos moços, «mulato» ou rapaz (moço/ajudante). Um moço usava sapatos geralmente ao custo de \$300 réis<sup>538</sup> enquanto os religiosos e irmão donato a \$600 réis<sup>539</sup>, entre 1736 e 1744. Em 1744, surgem sapatos para os religiosos a \$700 réis<sup>540</sup>; em 1795, custavam \$900 réis<sup>541</sup>; entre 1797 e 1805, 1\$000 réis<sup>542</sup>; entre 1798 e 1805, 1\$200 réis<sup>543</sup>; entre 1805 e 1807, 1\$400 réis<sup>544</sup>; em 1814, 1\$600 réis; em 1817, 1\$500 réis; e em 1824, 1\$100 réis<sup>545</sup>. Os «sapatos ingleses» eram mais baratos, tendo custado um exemplar \$800 réis em setembro de 1805<sup>546</sup>. No convento de Câmara de Lobos eram adquiridas botas para os moços, entre 1796 e 1803, entre 1\$200 e 2\$200 réis<sup>547</sup>, e no do Funchal, um par de botas para um moço custou 3\$500 réis<sup>548</sup>.

Uma despesa de novembro de 1798, no convento de Câmara de Lobos, mostra os materiais utilizados e os gastos na confecção do calçado: «por 2 peles de cordovão [couro de cabra] para a calçaria 3\$800 / por um meio da sola do Brasil para a dita 2\$800 / por mais 4 rostoz[?], solas e palmilhas 1\$200 / Por pagamento a um oficial 13 dias para fazer a calçaria a 250 rs por dia 3\$250»<sup>549</sup>.

Sobretudo nas botas e sapatos dos moços eram realizados consertos, como o colocar solas novas, que custavam entre \$150 e \$300 réis. São registados consertos custando entre \$150 e \$400 réis<sup>550</sup>. A irmandade da Ordem Terceira, do convento da Calheta, em 1768-1769, adquiriu por \$400 réis uma pele de alparcas<sup>551</sup>.

---

<sup>538</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 4v.º, 5, 6, 7, 15, 16, 28v.º, 33, 40, 42v.º, 46v.º, 51. Em março de 1742, foi adquirido um par de sapatos por \$250 réis (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 53v.º).

<sup>539</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 5, 7, 16, 22, 49.

<sup>540</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 81, 83.

<sup>541</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 15.

<sup>542</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 41, 88v.º; l.º 3, fl. 52v.º.

<sup>543</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 53, 70v.º; l.º 3, fls. 33v.º, 52v.º, 54v.º.

<sup>544</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fls. 51v.º, 65v.º, 73.

<sup>545</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 194v.º, 213; l.º 6, fls. 42v.º, 151v.º.

<sup>546</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 118v.º.

<sup>547</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 80v.º; l.º 2, fls. 19, 88v.º.

<sup>548</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 9.

<sup>549</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 11-11v.º.

<sup>550</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 21, 37v.º, 57, 58; l.º 2, fl. 53; l.º 3, fls. 30, 33v.º.

<sup>551</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 34. Alparca é uma «sola de sapato com tiras de couro, ou de esparto, em lugar de pala, de que usam os Religiosos de São Francisco» (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. A, p. 279).

## Transportes

A deslocação dos frades fazia-se a pé, de rede, besta ou de barco, consoante a distância e a condição física.

Quanto ao transporte de mercadorias, os conventos recorriam aos serviços de moços ou transportadores que acarretavam as cargas às costas, boieiros, bestas e barcos, dependendo da distância, da quantidade a transportar, das condições dos caminhos e das condições atmosféricas. O convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, em Santa Cruz, em 1776, pagou \$700 réis «por frete de algumas coisas que vieram da cidade [do Funchal], umas por mar, outras por terra»<sup>552</sup>.

A esmola do trigo vinda da zona oeste da Madeira para o convento de Câmara de Lobos envolvia vários meios de transporte. Em setembro de 1793, este convento pagou 3\$700 réis pelo «carreto [às costas] do trigo do peditório da Ponta do Pargo até o calhau do Paul», 1\$550 réis «por frete [de barco] do dito trigo», 1\$550 réis «por carreto do dito calhau [de Câmara de Lobos] para este convento» e 3\$800 réis «por pagamento ao moço do dito peditório». No mês seguinte pelo «carreto [às costas] de oito sacos de trigo desde a Ribeira da Vaca até o Calhau da Ponta do Pargo [pagou] a 200 rs cada saco» e por «ditos desde o Salão da dita freguesia até o Calhau a 100 2\$500 [réis]»; pelo frete de barco destes 33 sacos de trigo pagou 1\$650 réis (\$050 réis cada saco) e pela condução (carro de bois?) de 30 sacos deste trigo, desde o calhau de Câmara de Lobos até ao convento pagou 1\$500 réis (\$050 réis cada saco)<sup>553</sup>. Geralmente, o transporte das mercadorias da zona oeste para este convento era feito através do calhau do Paul do Mar, como ocorreu em 1794, 1802, 1803 e 1810<sup>554</sup>. O peditório de cereais do Campanário era transportado via calhau do Campanário. Em setembro de 1796, o transporte de dez sacos de trigo, cevada e centeio do Campanário, desde o carreto até ao calhau, frete até ao porto de Câmara de Lobos e carreto do calhau até ao convento (a \$050 réis unidade) importou em 2\$400 réis. Nesta data, o frete de um saco desde o calhau do Paul do Mar ou Ponta do Pargo importou em \$100 réis, o carreto de um saco desde a Ponta do Sol ou dos

<sup>552</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31v.º.

<sup>553</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 14v.º.

<sup>554</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 45; l.º 2, fls. 70, 85v.º; l.º 3, fl. 1. Em agosto de 1794, o moço do peditório do trigo, da Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo recebeu 3\$000 réis pelo seu salário, pagaram 3\$300 réis em «carretos até o Paul do Mar», 1\$350 réis de «frete até Câmara de Lobos», \$200 réis «aos companheiros do barco, que trouxe o sobredito trigo de o ajudarem a pôr no armazém», e 1\$350 réis pelo «carreto do sobredito trigo de Câmara de Lobos para o convento» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 45). Em setembro de 1808, o transporte de 25 sacos de trigo da Ponta do Pargo e Fajã da Ovelha até ao calhau importou em 7\$900 réis, o frete do barco até Câmara de Lobos 2\$500 réis, o transporte até ao convento 2\$500 réis e o aluguer dos sacos 10\$000 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 164).

Canhas importava em \$050 réis, o frete de barco da vila da Ponta do Sol até Câmara de Lobos, também em \$050 réis à unidade<sup>555</sup>. Em outubro de 1802, especificavam que a condução de oito sacos de trigo para o calhau do Campanário importou em 1\$200 réis<sup>556</sup>.

No transporte do trigo era incluída a despesa com os sacos, comprados ou alugados. Quando implicava maiores quantidades, como nos peditórios, o convento de S. Bernardino optava pelo aluguer de sacos/sacas. Em 1808, o aluguer da «sacadura» importou em 10\$000 réis<sup>557</sup>. Em dezembro de 1802, o aluguer de 34 sacas, a Manuel António, para o peditório da Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo, importou num valor mais elevado, 16\$990 réis, «por causa do Inverno se demoraram»<sup>558</sup>. Em fevereiro de 1804, referiam o aluguer de 15 sacas, a \$020 réis por dia cada uma correspondente a sete dias de aluguer, totalizando 2\$100 réis<sup>559</sup>. Em outubro de 1807, pagaram 5\$400 réis pelo aluguer de 30 sacos a Manuel Joaquim Larica «para vir o trigo do peditório da Ponta do Pargo e se demoraram 9 dias por ser preciso a 20 réis cada saco por dia» e em setembro de 1811 e janeiro de 1812 a «sacadura» foi alugada a Joaquim Rufino, da rua dos Mercadores<sup>560</sup>. Para o uso quotidiano ou «serviço da comunidade» a opção recaía na compra de sacos. Em janeiro de 1793, a compra de quatro sacos importou em 1\$200 réis (\$300 réis à unidade) e, em janeiro de 1798, 13 sacos de linho da terra custaram 6\$500 réis (\$500 réis à unidade). Em setembro de 1811, dois sacos «para o serviço da comunidade 2\$000» e, em setembro de 1819, 15 sacos para a comunidade custaram 4\$500 réis. Em 1821, o valor de 15 sacas importou em 4\$500 réis (\$300 réis à unidade) e em agosto de 1824, 30 sacos a \$200 réis custaram 6\$000 réis<sup>561</sup>.

Para curtas distâncias ou para levar pequenas encomendas era usual a deslocação a pé, tanto para os frades como para os moços ou portadores. Para o convento de S. Bernardino, o trigo do Campanário, dada a sua relativa proximidade, às vezes era transportado por via terrestre. Em setembro de 1822, a condução de sete «sacos de pam», de esmola, importou em 1\$400 réis, e no ano seguinte, em agosto, a condução de um saco de trigo importou em \$150 réis<sup>562</sup>. Trazer às costas outros produtos do

<sup>555</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 87v.º.

<sup>556</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 71v.º.

<sup>557</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 164.

<sup>558</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 75.

<sup>559</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 93v.º. Em agosto é referido o aluguer de «10 sacos, 5 dias a 20 rs por dia» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 99v.º).

<sup>560</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 151; l.º 3, fls. 11, 36v.º.

<sup>561</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 9, 115v.º; l.º 3, fl. 11; l.º 4, fls. 40, 62, 117.

<sup>562</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 85, 101. Neste ano foi registada a esmola de trigo recolhida na «Quinta das

Campanário custava entre \$100 e \$150 réis, consoante o peso: um cesto de cebolinho importou em \$100 réis (março de 1794); uma arroba e meia de lã, \$150 réis (outubro de 1796); um saco de castanhas, \$200 réis (dezembro de 1797); e sete homens a transportar 14 almudes de vinho, 3\$500 réis (outubro de 1811)<sup>563</sup>. Em dezembro de 1806, gastaram 6\$700 réis em «pam que se deu a 20 homens que trouxeram o vinho do Campanário e seu carreto»<sup>564</sup>.

Fig. 10 – *View in the Mountains, between Funchal and Fyal*; Londres, 1811; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: George Cooke (1781-1834); gravura (técnica não identificada)



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 232;4.

---

Freiras».

<sup>563</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 35, 89v.º, 113v.º; l.º 3, fl. 13v.º.

<sup>564</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 123v.º.

Fig. 11 – *View in the Mountains, between Funchal and Fyal*; pormenor; Londres, 1811; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: George Cooke (1781-1834); gravura (técnica não identificada)



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 232/4.

Para outras localidades também eram usados os serviços de portadores. Um serviço da Ponta do Sol ou da Ribeira Brava até ao convento de Câmara de Lobos importava em \$200 réis. Assim foi registado no transporte de hábitos ou na leva do dinheiro resultante da esmola dos mesmos (fevereiro de 1793 e abril e maio de 1798) ou em «ir em serviço da comunidade»<sup>565</sup>.

A madeira, para construção, corredores ou para queima na cozinha era bastante usada nos conventos. A lenha era muitas das vezes acarretada por boieiros ou às costas. Para o convento de S. Bernardino, em abril de 1793, quatro molhos de «lenha de costas» importaram em \$600 réis e cinco em \$500 réis<sup>566</sup>. Para este convento, a madeira era cortada geralmente no Estreito de Câmara de Lobos. Em novembro de 1797, seis homens cortaram um castanheiro no Estreito (quatro a \$500 réis e dois a \$400 réis) custando os carretos «a boieiros e de costas» 4\$000 réis<sup>567</sup>. Parte da lenha provinha da Ribeira dos Socorridos (1802)<sup>568</sup>, provavelmente vinda nas águas. Em junho de 1800, importou em 22\$650 réis a «lenha comprada de costas e comprada na Ribeira» e em \$400 réis para vinho para os homens que a acarretaram da Ribeira e 1\$450 réis pelo carreto da mesma<sup>569</sup>. A lenha da ribeira, esporadicamente, é referida como vinda em «cangalhas», uma armação para sustentar a carga dos animais dos

<sup>565</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 10 e 120v.º; l.º 2, fl. folha de guarda.

<sup>566</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 12v.º.

<sup>567</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 111v.º.

<sup>568</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 67.

<sup>569</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 37v.º.

dois lados, pagos entre \$100 e \$200 réis cada uma. Exemplificando, vieram 100 cangalhas de lenha em julho de 1795, 50 em junho de 1797, 209 em maio de 1798 e 116 em junho de 1799<sup>570</sup>.

Doze homens a transportar da serra «12 molhos de mato para a horta», em maio de 1793, importaram em 1\$200 réis<sup>571</sup>. Do Estreito, trazer um saco de castanhas importava em \$100 réis<sup>572</sup>. Para o transporte do trigo e farinha do moinho, usados pela comunidade franciscana de Câmara de Lobos, rondava os \$100 réis ao saco, pois em fevereiro de 1800 pagaram \$400 réis a «um homem que levou e trouxe 4 sacos de trigo do moinho» e em junho de 1814 pagaram \$600 réis em «portadores ao moinho»<sup>573</sup>.

No convento de Câmara de Lobos são habituais as compras de «lenha e queima»<sup>574</sup>, de «lenha e chama»<sup>575</sup>, e de «lenha e giesta»<sup>576</sup>, pelo que a lenha era distinta de queima, de chama e de giesta, sendo estas sinónimas e correspondiam a um tipo de lenha mais fina, sobretudo de giesta e as três muito usadas «para o forno»<sup>577</sup> na confeção de pão e doçaria, sendo enviada para o convento de Santa Clara para a confeção da doçaria<sup>578</sup>. A lenha correspondia aos troncos mais grossos como se deduz do gasto de \$200 réis, de 1823, pagos a «quem fendeu um pau para lenha»<sup>579</sup>. No convento de Câmara de Lobos, em 1794, a lenha foi comprada ao feixe a \$140 réis enquanto a outra a \$130 réis<sup>580</sup>. Geralmente vinha das zonas vizinhas, no entanto, em 1794, adquiriram 40 pesos de lenha da Ponta do Sol (12\$000 réis)<sup>581</sup>. Em março de 1831, uma barcada de lenha e carreto para este convento importou em 22\$100 réis<sup>582</sup>, e os feixes ou molhos de giesta eram comprados a \$150 réis (entre 1792 e 1794) e a \$200 réis (a partir de 1795), sendo habituais as compras mensais entre

<sup>570</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 63v.º, 102v.º; l.º 2, fls. 2, 19.

<sup>571</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 14v.º.

<sup>572</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 74v.º (dezembro de 1802).

<sup>573</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 33; l.º 3, fl. 59.

<sup>574</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 111v.º, 113v.º, 116v.º; l.º 2, fls. 57, 149, 151; l.º 3, fls. 13v.º, 86v.º.

<sup>575</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 165, 166, 180v.º, 181; l.º 4, fls. 23v.º, 25v.º. Os termos giesta e queima são transversais aos vários anos, sendo mais habitual o de giesta, e chama é mais usual a partir de 1808. No recolhimento do Bom Jesus, do Funchal é habitual chamar «ramalhos» a esta lenha de giesta e queima (ABM, RBJ, l.º 21, fl. 34).

<sup>576</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 44v.º, 92, 115; l.º 4, fls. 109v.º, 116, 121v.º.

<sup>577</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 67, 68v.º, 74, 86v.º; l.º 2, fls. 7, 8v.º, 15, 169; l.º 4, fls. 46, 94v.º.

<sup>578</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 48.

<sup>579</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 94v.º.

<sup>580</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 43v.º.

<sup>581</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 43v.º.

<sup>582</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 223v.º.

três e 27 molhos de giesta<sup>583</sup>. No convento do Funchal, uma carga de giesta custava entre \$200 e \$400 réis, em finais da década de 1820 e na de 1830, e uma carrada de lenha entre \$900 e 1\$350 réis<sup>584</sup>.

Fig. 12 – *Woman with bundle of Bough Xes Friar*; Madeira, c. 1800-1830; autor desconhecido; desenho à pena e aguarela sobre papel



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 169;5.

No convento do Funchal são correntes os gastos com os carros de «lenha», em cargas ou molhos, para uso na cozinha e no forno, sendo distinta da queima ou «xama» para forno e da giesta<sup>585</sup>, esta última proveniente de Santa Cruz e da Camacha, em maio e junho de 1832<sup>586</sup>. Nos vários conventos, excetuando o do Funchal, é usada a expressão «pesos de lenha»<sup>587</sup> para quantificar a mesma, sendo equivalente às expressões anteriores.

No convento do Funchal era utilizada, embora pouco referenciada, lenha de urze, como ocorreu, em outubro de 1819, com a compra de «giesta e lenha de urze 2\$900»; em outubro de 1821, com «queima e lenha de urze 10\$900»; em junho de

<sup>583</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 6v.º, 14v.º, 31, 46v.º, 67, 72v.º, 83.

<sup>584</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 228, 237, 240v.º.

<sup>585</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 220, 223v.º; l.º 6, fls. 90, 96, 99, 198v.º, 203, 203v.º, 208v.º, 238v.º, 239v.º.

<sup>586</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 235, 235v.º.

<sup>587</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 8v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 20v.º, 43v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 4v.º, 20; l.º 2, fl. 17v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 38.



1832, com a compra de «4 molhos de urze de Santa Cruz», e em agosto de 1832, com a compra de «15 cargas de urze para o forno, da freguesia de Santa Cruz 2\$100»<sup>588</sup>. Os gastos com a lenha de urze ocorrem pela época das festas do verão, sobretudo em honra de S. Francisco.

Como se constata, a lenha provinha, por vezes, de localidades longínquas demonstrando as dificuldades em obtê-la no Funchal e em Câmara de Lobos devido à sua escassez.

No hospício da Ribeira Brava era habitual a compra de «lenha» sendo especificada a «lenha de costas para a cozinha» e a «lenha de costas»<sup>589</sup>. No convento de Santa Cruz, em 1776, é referido «4 feixes de lenha de costas para amassar fora»<sup>590</sup>. Este tipo de lenha deve corresponder à lenha de queima, chama e giesta atrás descrita.

De outras localidades, mais distantes, moços e portadores acarretavam produtos para o convento de Câmara de Lobos. Um moço que levou a patente do convento de Santa Cruz até Câmara de Lobos recebeu \$200 réis (novembro de 1793); um portador que trouxe parreiras, vindas de Ponta Delgada recebeu \$500 réis (janeiro de 1799); um portador que levou a S. Vicente uma carta recebeu \$800 réis (outubro de 1811). Levar uma patente à Calheta importava em \$600 réis (maio de 1808); uma patente a Santa Cruz, \$300 réis (novembro de 1805); trazer (de barco?) sete galinhas da Ponta do Pargo, \$200 réis (abril de 1800); e trazer um barril de vinho, de esmola, da casa de Jorge Correia, em Câmara de Lobos(?), custou \$200 réis (outubro de 1803)<sup>591</sup>.

No convento de Câmara de Lobos, a maioria dos transportes por terra, a pé, ocorria entre o Funchal e Câmara de Lobos, para levar ou trazer determinados objetos ou produtos como a Tábua Capitular (\$200 réis em junho de 1793 e \$600 réis em dezembro de 1824), cartas para a visita (\$200 réis em junho de 1793 e \$600 réis em dezembro de 1824), o baú da armação para a festa de S. Francisco (\$100 réis em outubro de 1793) ou a armação (1\$400 réis em outubro de 1796), os bolos da Festa (\$100 réis em fevereiro de 1795), a cera do Natal (\$200 réis em dezembro de 1802), «a propina do Natal» vinda de Santa Clara (\$500 réis em dezembro de 1802) e os bolos (\$800 réis em dezembro de 1823)<sup>592</sup>.

---

<sup>588</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 76v.º, 92v.º, 236, 237.

<sup>589</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 87v.º; l.º 3, fls. 9v.º, 14, 23, 42, 48, 50.

<sup>590</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31.

<sup>591</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 26v.º; l.º 2, fls. 14, 35v.º, 87v.º, 122, 160; l.º 3, fl. 13v.º.

<sup>592</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 16, 25, 55, 89; l.º 2, fls. 75, 123v.º; l.º 4, fls. 108v.º, 122.

No convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, os portadores que «vieram dos nortes» com alguns donativos e outras coisas compradas receberam \$800 réis em «agradecimento»<sup>593</sup>. Para transportar da Camacha um cesto de pêros ou um feixe de vimes importava em \$100 réis<sup>594</sup> e carne da freguesia do Caniço em \$100, \$200 ou \$300 réis, consoante a quantidade.

No hospício da Ribeira Brava, trazer algo do Funchal por terra rondava os \$200 réis, no século XVIII, como pagaram em dezembro de 1739 «a quem trouxe por terra» três arrobas de bacalhau e em finais do século XVIII a um moço por trazer a «Patente da Visita», a «Convocatória do Capítulo» ou a «tábua dos Moradores»<sup>595</sup>. Já nos inícios do século XIX rondava os \$400 réis<sup>596</sup>. De S. Vicente, transportar um saco de feijões importava em \$500 réis (outubro de 1795) e \$700 réis (outubro de 1806)<sup>597</sup>.

Para o convento do Funchal, nas duas primeiras décadas do século XIX, a título de exemplo, trazer da Camacha dois perus importava em \$400 réis (agosto de 1810), um saco de batatas em \$500 réis (dezembro de 1819) e um portador em trazer do Curral das Freiras «ameixas para doce» custava \$400 réis (julho de 1824)<sup>598</sup>.

Quanto ao transporte em rede, mais confortável que os demais, estava reservado aos religiosos. Ocorria principalmente aquando de doença, quando estavam debilitados ou impossibilitados de andar sendo transportados de outros conventos para o de S. Francisco, no Funchal. Em abril de 1830, dois homens conduziram em rede Fr. Francisco de Sales, do hospício da Ribeira Brava à enfermaria por 2\$400 réis<sup>599</sup>.

A deslocação, em rede, do convento de S. Francisco até Câmara de Lobos, em dezembro de 1825, com dois homens custou 1\$400 réis e aquando de uma visita do padre secretário a Santa Cruz, em julho de 1815, gastaram «duas canadas e meia de vinho para os homens da rede 1\$250 réis»<sup>600</sup>.

No convento de S. Bernardino são registados por várias vezes o transporte em rede até à enfermaria do convento do Funchal, de religiosos doentes, sendo pago o serviço a dois homens, os que levavam a rede, e raramente a um homem e ao moço

<sup>593</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31v.º (outubro de 1776).

<sup>594</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 32, 35 (novembro de 1775 e fevereiro de 1776).

<sup>595</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 30 (dezembro de 1739); l.º 2, fls. 10v.º (agosto de 1795), 27v.º (setembro de 1796), 30v.º (novembro de 1796).

<sup>596</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 75v.º.

<sup>597</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 13v.º; l.º 3, fl. 65v.º.

<sup>598</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 23; l.º 6, fls. 80v.º, 147.

<sup>599</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 23.

<sup>600</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 154.

do convento, que já auferiam de um ordenado e logo não recebiam pelo serviço. Em finais do século XVIII (1794 e 1796) um transporte em rede entre os conventos de Câmara de Lobos e do Funchal custava \$600 réis, passando para os 1\$000 réis (entre 1808 e 1821) e atingindo os 1\$200 réis (1821). Neste período foram transportados, em rede, os religiosos doentes: Fr. Manuel de Santa Maria (fevereiro de 1794), P.<sup>e</sup> Fr. António Venâncio (maio de 1796), P.<sup>e</sup> Fr. Joaquim (abril de 1808), P.<sup>e</sup> Fr. Miguel (julho de 1817) e o padre guardião Fr. António da Apresentação (novembro de 1818 e fevereiro, março e junho de 1821)<sup>601</sup>.

Alguns religiosos, aquando de determinados serviços em prol da comunidade, eram transportados em rede. Desde o convento de S. Bernardino até à Ribeira Brava custou \$700 réis levar o padre secretário. Nas duas primeiras décadas do século XIX, os valores do transporte variavam por cada transporte, por ida ou volta, entre os 1\$000 réis e os 1\$500 réis. A condução do padre custódio para pregar no convento de S. Bernardino custou 1\$400 réis (julho de 1812); a condução do P.<sup>e</sup> Teles/Félix (?)<sup>602</sup>, ida e volta, custou 3\$000 réis (setembro de 1816); a condução do padre vigário do coro, ida e volta, para «vir escrever as contas» custou 2\$000 réis; a condução do padre visitador à cidade custou 1\$000 réis (dezembro de 1824); e a condução do custódio provincial na visita, ida e volta, custou 6\$400 réis, sendo acompanhado por bestas (3\$200 réis) dando-se de beber aos homens na estrada (1\$600 réis) (abril de 1818)<sup>603</sup>. As variações de preço tinham a ver com o estatuto de quem era transportado ou em função da qualidade da rede.

O transporte em rede era também reservado a pessoas de elevada condição social, como podemos constatar aquando da festividade em honra de S. Francisco, no convento de S. Bernardino, em setembro de 1814, o aluguer de bestas para condução, ida e volta, dos músicos da novena importou em 14\$000 réis e pagaram 2\$400 réis aos homens que trouxeram João Ricardo [Padre? Pregador?] na rede para a novena e festa<sup>604</sup>. Em outubro de 1822 vieram e regressaram ao Funchal o padre pregador transportado em rede (1\$200 réis) e os músicos transportados em cinco bestas alugadas (6\$300 réis)<sup>605</sup>.

<sup>601</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 33, 80v.º; l.º 2, fl. 158v.º; l.º 3, fl. 106v.º; l.º 4, fls. 25v.º, 61v.º, 62 e 65v.º.

<sup>602</sup> A escrita não é muito legível. Parece tratar-se de Teles ou Félix.

<sup>603</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 19; l.º 3, fl. 19; l.º 4, fls. 14v.º, 90v.º, 110v.º, 122.

<sup>604</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 63v.º.

<sup>605</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 86v.º.

Para o norte da ilha da Madeira, o convento de S. Francisco recorria ao serviço de transporte em bestas. Exceccionalmente encontramos uma deslocação em rede desde Ponta Delgada até ao convento de S. Francisco, em dezembro de 1824, importando em 4\$000 réis. Em causa estava a deslocação do P.<sup>e</sup> Fr. Leandro, que poderia não estar em condições de vir numa besta. Aquando desta deslocação, o P.<sup>e</sup> Fr. José veio de Boaventura numa besta, o que importou apenas em 2\$000 réis<sup>606</sup>.

Fig. 13 – *A Franciscan Father on a Journey*; Londres, 1821; autores desconhecidos; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 5;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

Os serviços de transporte em bestas eram frequentemente requisitados pelo convento de S. Bernardino, sobretudo para a deslocação de músicos e cantores, no mês de outubro, na festa de S. Francisco, e muito provavelmente desde o Funchal. Vejamos alguns exemplos: «uma besta de trazer e levar o menino do coro Félix,

<sup>606</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 154v.º.

que assistiu na novena de N[osso]. P[adre]. S. Francisco 1\$000» (1794); «condução de 3 cantores [...] em bestas a 1\$200 vinda e volta» (1796); «duas bestas que trouxeram o organista e um músico bento [...] 3\$600» (1801); «uma besta que trouxe o organista para a novena e festa [...] 2\$000» (1803); trazer e levar o P.<sup>e</sup> Libório para a novena 1\$600 (1805); «aluguer de 9 bestas que conduziram os músicos para a função [de S. Francisco] 18\$000» (1811); e «frete das bestas que conduziram os músicos 12\$000» (1813)<sup>607</sup>. Nas bestas vinham armadores com os apetrechos para armar/ornamentar a festa<sup>608</sup>. Em 1798, regista-se o «aluguer das bestas que conduziram os músicos, armador e cozinheiro para a cidade [do Funchal] 3\$800»<sup>609</sup>. O serviço de bestas era usado na vinda de pregadores para outras festividades como na da Conceição<sup>610</sup> e na realização de inquirições<sup>611</sup>.

Os padres também se deslocavam em besta aquando dos enterros e da realização de ofícios. Do convento de S. Francisco, os frades deslocavam-se até ao Estreito de Câmara de Lobos, custando a deslocação 1\$500 réis, em cada sentido, na década de 10 do século XIX<sup>612</sup>.

O convento do Funchal recorria ao serviço do aluguer de bestas para levar os padres ao peditório «para o norte», nomeadamente para Boaventura e Ponta Delgada. Dos dados disponíveis para o século XIX, entre 1824 e 1828, a deslocação até estas localidades custava 2\$000 réis, apenas num sentido, sendo comum o convento enviar até lá um padre e raramente dois<sup>613</sup>. Deste convento uma deslocação até Santa Cruz importava em 1\$800 réis e até à Ribeira Brava 3\$000 réis<sup>614</sup>.

<sup>607</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 47v.º, 89; l.º 2, fls. 56v.º, 87, 118v.º, 120v.º; l.º 3, fls. 13v.º, 31, 49; l.º 4, fls. 96v.º, 105.

<sup>608</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 7v.º, 9.

<sup>609</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 9.

<sup>610</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 44v.º.

<sup>611</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 46.

<sup>612</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 202; l.º 6, fl. 42.

<sup>613</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 154v.º, 162v.º, 165, 173, 176v.º, 181v.º, 184, 192. Entre 1815 e 1822 registam-se outros valores na deslocação em besta entre estes pontos: aluguer da besta «que levou e trouxe o P[adr].<sup>e</sup> Fr. António», 10\$000 réis em 1815; «aluguer das bestas para os religiosos que foram a Ponta Delgada e Boaventura 15\$000» réis em 1818; «aluguer das bestas para Ponta Delgada e Boaventura», 10\$500 réis em 1819; «aluguer das bestas que levaram e trouxeram 2 religiosos a Ponta Delgada e Boaventura 12\$000», 12\$000 réis em 1821; «aluguer da besta que conduziu o P[adr].<sup>e</sup> Fr. Vicente que foi ao peditório de Ponte Delgada», 6\$000 réis em 1821; «aluguer das bestas que conduziram os p[adr].<sup>es</sup> para o peditório de Ponta Delgada e Boaventura» 7\$500 réis em 1822 (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 6v.º, 59v.º, 77, 93, 110v.º, 122v.º).

<sup>614</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26; l.º 6, fl. 2.

Quanto aos homens que conduziam as bestas eram denominados de burriqueiros<sup>615</sup>.

Para o transporte de cargas mais pesadas, como a madeira, a pedra ou as pipas, os conventos recorriam ao serviço dos boieiros.

No hospício da Ribeira Brava, a deslocação de pipas de vinho desde o hospício até ao calhau, na primeira metade do século XVIII importava em \$200 réis<sup>616</sup>. Em 1743, foram falquejados, serrados e transportados por boieiros três tirantes para a «igreja» do hospício, importando o serviço em 1\$200 réis; em 1739, foram transportadas, com recurso a duas juntas de gado, várias madeiras em chaprão e travetas e um boieiro carreteou pedra de alvenaria durante quatro dias, a \$200 réis ao dia<sup>617</sup>. O local onde se carregavam os carros de bois era chamado de «carregadoiro»<sup>618</sup>.

O convento de S. Bernardino recorria ao Estreito de Câmara de Lobos e ao Covão para o fornecimento de madeira de castanheiro para os corredores e encaçamento da horta e lenha para a cozinha. O custo de um transporte, de boieiro, entre o Estreito e o convento, em finais do século XVIII, era de \$400-\$450 réis e no início do século seguinte de \$500 réis<sup>619</sup>. Aos serventes e boieiros, que trouxeram lenha, em março de 1806, foram-lhes dados, como alimentação, bacalhau e milho<sup>620</sup>. Quanto à lenha, a título de exemplo, em novembro de 1805 vieram cinco juntas de bois com lenha do Covão e em março de 1806, três juntas com lenha do Estreito<sup>621</sup>.

No convento de S. Francisco constam os transportes com boieiros, de valor baixo, derivado da proximidade das deslocações realizadas. Nas duas primeiras décadas do século XIX, o transporte mais comum era o do vinho para ser transformado em aguardente na caldeira ou fortalecido na estufa, importando em \$100 réis o transporte de uma pipa<sup>622</sup>. Outras mercadorias eram transportadas por boieiros

---

<sup>615</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 106v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26.

<sup>616</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 8, 23v.º, 75.

<sup>617</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 24v.º, 30v.º, 65.

<sup>618</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 30.

<sup>619</sup> Vejamos alguns exemplos: em fevereiro de 1797, pagaram 1\$200 réis a três boieiros (\$400 réis a cada um) que conduziram um castanheiro do Estreito de Câmara de Lobos para o convento; em fevereiro de 1798, três boieiros conduziram um castanheiro para madeira para a horta, 1\$200 réis; em março de 1799, quatro juntas de bois conduziram madeira do Estreito para a horta; e em janeiro de 1822, quatro pesos de madeira serrada (10\$500 réis) para corredores e encana, vieram do Estreito em quatro deslocações (2\$000 réis) (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 96v.º, 116v.º; l.º 2, fl. 16; l.º 4, fl. 76v.º).

<sup>620</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 9.

<sup>621</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 122, 128v.º.

<sup>622</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 119v.º, 122v.º, 136v.º.

como o estrume para a horta<sup>623</sup>, madres (vigas de madeira) para o pátio do sol<sup>624</sup>, ou entulho, como ocorreu em agosto de 1809, quando pagaram 12\$000 réis por 120 caminhos «de deitar o entulho da loja nova»<sup>625</sup>.

O convento de Santa Cruz tinha os seus bois e moço boieiro que, na década de 70 do século XVIII, recebia o salário anual de 8\$000 réis<sup>626</sup> para os transportes de mercadorias. Aquando das enfermidades do boieiro, os frades do convento tratavam-no na doença e adquiriam as mercadorias que não conseguiam transportar para o convento, como constatamos em maio de 1776, quando adquiriram «3 pesos de lenha por estar o boieiro enfermo \$600 réis»<sup>627</sup>. Quando os bois ficavam incapacitados eram vendidos. Em fevereiro de 1774, a venda de dois bois «incapazes» renderam cerca de 50\$000 réis<sup>628</sup>. O convento tratava da aquisição dos acessórios e alimentação para os bois. Em julho de 1776, um tamoeiro para o boi custou \$300 réis<sup>629</sup>. Deveriam ser alimentados com plantas da cerca que, por vezes, eram adquiridas, provavelmente em épocas de escassez de alimento, pois em setembro e outubro de 1776 compraram «16 sacos de palha para comedoria dos bois e seus carretos 2\$400 réis» e «folha de cana que se comprou para comida dos bois \$800 réis»<sup>630</sup>.

Para as deslocações de pessoas e mercadorias entre grandes distâncias era corrente o recurso aos barcos, face à maior capacidade de carga, à rapidez, ao custo inferior em relação aos outros meios de transporte e ao declive inclinado da Madeira, embora o mar nem sempre o permitisse e os portos de acostagem não fossem os melhores. Em novembro de 1803, provavelmente na sequência da aluvião de outubro, o hospício da Ribeira Brava teve de recorrer ao serviço de três portadores, dois ao Funchal e um a Câmara de Lobos, para «buscar carga para esta comunidade por causa dos muitos invernos e não correr barcos»<sup>631</sup>. O transporte marítimo era vital na comunicação entre os vários conventos dispersos na ilha da Madeira, na deslocação de frades aquando da celebração de festas e principalmente no transporte dos produtos advindos dos peditórios ou por compra.

---

<sup>623</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 104v.º.

<sup>624</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 19.

<sup>625</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 7.

<sup>626</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 28 (julho de 1776).

<sup>627</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 38. Para o «boieiro enfermo», em maio e outubro de 1776, o convento comprou, respetivamente dois (\$350 réis) e quatro frangos (\$200 réis) (ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 31v.º, 38).

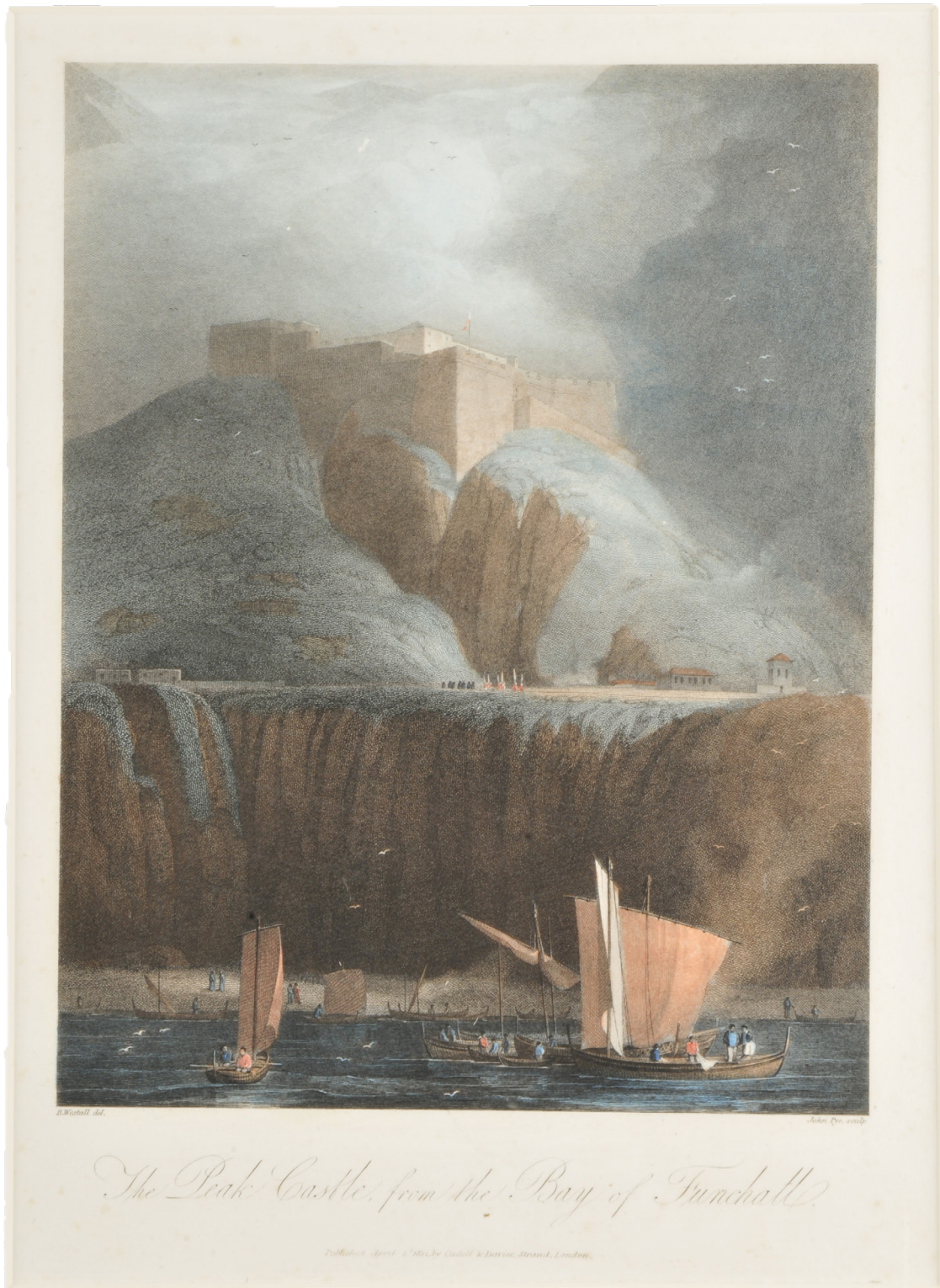
<sup>628</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 13.

<sup>629</sup> Tamoeiro é um pedaço de couro que prende a canga ao carro (BLUTEAU, 1721, *Vocabulario* [...], vol. T-Z, p. 35).

<sup>630</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 30, 31v.º.

<sup>631</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 29.

Fig. 14 – *The Peak Castle, from Bay of Funchall*; Londres, 1812; desenhador: Richard Westall (1765-1836); gravador: John Pye (1782-1874); gravura a água forte, colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 229;4.



O convento de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, em janeiro de 1776, fretou, por \$300 réis, o transporte desde o Funchal até Santa Cruz, de quatro pipas e um quarto vazias, que tinham levado aguardente e, em julho do mesmo ano, por \$200 réis, enviou para a freguesia de S. Jorge uma pipa vazia «em recompensa de outra que de lá veio de empréstimo com aguardente»<sup>632</sup>.

A deslocação desde o Funchal de frades do convento de S. Francisco para os outros conventos ocorre, principalmente, por altura das visitas. Nas duas primeiras décadas do século XIX, importava o frete de um barco, por pessoa, até Câmara de Lobos em 1\$000 réis (1825) e 1\$500 réis (1823 e 1827) e até à Calheta em 2\$500 réis (1826)<sup>633</sup>. É comum serem pagos outros valores «por frete do barco da visita», incluindo estas localidades, Ribeira Brava e Santa Cruz, variando entre os 6\$000 e os 9\$000 réis<sup>634</sup>, correspondendo ao transporte de mais de uma pessoa ou em conjunto com algumas mercadorias. Em 1831, a condução de um religioso, por barco, «areeiro», do Funchal até Ponta Delgada, ida e volta, importava em 4\$000 réis<sup>635</sup>.

O transporte dos produtos dos peditórios era bastante requisitado por via marítima. A título de exemplo, em agosto e outubro de 1828, vemos alguns valores pagos no transporte de pipas vazias para determinadas localidades e que regressavam cheias: oito pipas para Ponta Delgada, 2\$400 réis, seis idas cheias para o Funchal, 7\$400 réis; um quarto e duas pipas vazias para Santa Cruz, \$550 réis, e idas cheias, 1\$400 réis; duas pipas vazias para o Estreito da Calheta, \$400 réis, e idas cheias, 1\$800 réis; um quarto e uma pipa para o Arco da Calheta, 300 réis, e idas cheias, 1\$100 réis; um quarto vazio para a Madalena do Mar, \$100 réis, e ido cheio para o Funchal, \$400 réis; três pipas vazias para a Ponta do Sol, \$600 réis, idas cheias para o Funchal, 2\$200 réis. Por analogia, o carroto de 11 barris de vinho do Curral das Freiras, que não podia vir por via marítima, custou 4\$400 réis<sup>636</sup>.

De Câmara de Lobos até à Ribeira Brava e ao Funchal, por frete de uma pessoa, num sentido, entre finais do século XVIII e inícios do XIX, pagavam entre \$450 réis e \$700 réis. Assim aconteceu com a viagem do contador Manuel António de Sousa,

---

<sup>632</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 28, 34.

<sup>633</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 134, 154, 174v.º, 180v.º. Uma viagem de barco entre a Ribeira Brava e o Funchal, em 1800, importava em 1\$000 réis, e entre a Ribeira Brava e a Calheta, em 1\$550 réis (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 76v.º, 77v.º).

<sup>634</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 19, 37v.º, 40, 49, 60v.º, 72v.º, 89, 103.

<sup>635</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 237.

<sup>636</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 192, 194v.º.

que veio da Ribeira Brava fazer as contas do convento<sup>637</sup>; a viagem até ao Funchal do padre definidor, Fr. Manuel do Espírito Santo, «doente por acidente», do P.<sup>e</sup> Fr. António de Santa Ana, «doente»<sup>638</sup>, e do padre presidente que foi a Câmara de Lobos ajudar a confessar<sup>639</sup>. Na visita, provavelmente englobando várias pessoas, existem viagens entre 7\$500 réis e 10\$500 réis como a que ocorreu para a Calheta<sup>640</sup>. Já uma condução do padre custódio importou em 1\$800 e 3\$600 réis até ao Funchal, 5\$400 réis até à Calheta e 8\$400 réis até Santa Cruz<sup>641</sup>. No convento de Câmara de Lobos, como já vimos, além do transporte por via terrestre, eram transportados em barco os músicos e as armações das festas<sup>642</sup>, o vinho do Campanário<sup>643</sup>, a lenha vinda da Tabua<sup>644</sup>, os produtos dos peditórios e os religiosos para os enterros e ofícios<sup>645</sup> e pregações<sup>646</sup>.

Aquando das visitas aos conventos além do pagamento do serviço do frete, é habitual o fornecimento da alimentação aos barqueiros. Aquando das visitas, o hospício da Ribeira Brava gastou, em 1797 e 1798, respetivamente, \$700 réis em pão e 1\$600 réis num almude de vinho e \$800 réis em vinho «para os barqueiros do barco da Visita»<sup>647</sup>. No mesmo serviço, o convento de S. Bernardino deu aos barqueiros, em 1792, «carneiro para os homens do barco»; em 1798, um cabrito de 26 libras, no valor de 1\$300 réis; e em 1801, uma «cabra assada», no valor de 1\$900 réis, e vinho, no valor de 1\$800 réis<sup>648</sup>.

Ainda relacionado com os transportes marítimos, registre-se dois casos particulares. Um navio, que ia em direção a Lisboa, e se afundou em junho ou julho de 1816 (registado na despesa de julho de 1816), perdendo o convento de S. Francisco 16\$000 réis destinados à compra de especiarias. O outro caso reporta-

---

<sup>637</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 10v.º (fevereiro de 1793).

<sup>638</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 12v.º, 14 (abril e maio de 1793).

<sup>639</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 116v.º (julho de 1824).

<sup>640</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 18 (junho de 1818).

<sup>641</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 139, 160; l.º 4, fl. 83v.º.

<sup>642</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 71v.º (outubro de 1802).

<sup>643</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 44v.º (dezembro de 1800).

<sup>644</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 168v.º (janeiro de 1809). Nesta data vieram 16 pesos de lenha, importando a lenha e o transporte em 18\$900 réis.

<sup>645</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 132v.º.

<sup>646</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 13 (março de 1818).

<sup>647</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 38, 51.

<sup>648</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 1v.º; l.º 2, fls. 6, 55.

-se ao pagamento de 1\$400 réis a um barco «que conduziu o P[adr].<sup>e</sup> Fr. António de Santa Rosa para a terra, quando fugiu»<sup>649</sup>.

## Produtos de Peditórios, Esmolas e Pensões

Os religiosos, além do espiritual, tratavam das partes material e corporal, das tarefas quotidianas, entre as quais a realização de peditórios sendo os produtos recolhidos, armazenados e vendidos ou para consumo próprio. Os religiosos dos conventos obtinham produtos através de esmolas, pensões, compra e do cultivo nas hortas dos conventos. Além dos produtos comestíveis, faziam o peditório da cera, do bolo, do linho, dos arcos ou de produtos para a horta como os vimes e as canas vieiras.

Uma pequena parte dos géneros obtidos pelos franciscanos provinha de pensões ou legados. Em março de 1776, o P.<sup>e</sup> João de Gouveia, da freguesia de S. Vicente, como administrador da capela de Melchior Francisco, pagou 1\$950 réis, ao convento de Santa Cruz, provenientes de uma pensão de três alqueires e uma quarta de trigo<sup>650</sup>. O morgado Fernando José Correia pagava, ao convento de Câmara de Lobos, uma pensão anual de 12 velas de libra cada uma, equivalentes 12\$000 réis anuais (1811-1817)<sup>651</sup>. O hospício da Ribeira Brava, a partir de 1740 e durante 30 anos, recebia uma pensão de seis barris de vinho, proveniente de Pedro Afonso, da Tabua<sup>652</sup>.

O convento da Calheta arrecadava, pelo menos entre 1755 e 1782, uma verba sobre as «faúlhas»<sup>653</sup> dos «moinhos desta vila [da Calheta], e seu termo», nomeadamente, dos moinhos do Norte (8\$000 réis anuais, vencidos a 31 de dezembro), dos moinhos da Azenha (1\$800 réis anuais) e do moinho do Pico de Rala (2\$000 réis anuais, vencidos a 13 de junho). Em 1781, são mencionadas as faúlhas do moinho pagas pelo moleiro da Lombada, no valor de \$500 réis. Relativamente aos do Norte

---

<sup>649</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 20 e 44v.º.

<sup>650</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 26v.º.

<sup>651</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 5, 107v.º.

<sup>652</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 41, 49v.º, 60v.º.

<sup>653</sup> A faúlha é um pó muito ténue que se eleva no ar, quando se peneira ou se mói a farinha in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, (<https://dicionario.priberam.org/faúlha>; acedido a 2022.02.21).

e da Azenha, em 1781, eram pagos pelo moleiro do moinho da Azenha, Manuel Gonçalves Ferreira<sup>654</sup>.

As esmolas dadas aos conventos eram geralmente em géneros sendo as esmolas pecuniárias pouco habituais. Ao hospício da Ribeira Brava, em 1736, foi dada uma «esmola particular» de \$600 réis e, em 1742, o bispo do Funchal deu uma esmola de 6\$400 réis. Ao convento de Santa Cruz foram dados, em dezembro de 1774, 50\$000 réis, e pelo «Dr. Juiz de Fora», em janeiro de 1775, 90\$000 réis e, em fevereiro de 1775, 4\$800 réis. Ao convento de Câmara de Lobos, D. Luísa Jerves deu uma esmola de 10\$000 réis, em agosto de 1805<sup>655</sup>.

Ao convento do Funchal, o rei, no ano de 1822, deu uma esmola anual, em vinho e trigo, nomeadamente, duas pipas de vinho e a partir deste ano duplicou a esmola, sendo metade deste valor aplicado, nos anos de 1823 a 1825, no pagamento do novo órgão da igreja. Também dava uma esmola de trigo, em 1822, de um moio<sup>656</sup> e a partir deste ano de quatro moios. Esta esmola correspondeu, monetariamente, em dezembro de 1823, ao recebimento da Junta da Fazenda Real de 90\$000 réis provenientes do valor de três moios pagos a \$500 réis ao alqueire<sup>657</sup>. Em abril de 1824, os quatro moios corresponderam a uma receita de 162\$000 réis, provenientes de 120 alqueires a \$600 réis/alqueire, 60 alqueires a \$700 réis/alqueire, 60 alqueires a \$800 réis/alqueire<sup>658</sup>. Em dezembro de 1828, a esmola foi paga, com um moio em espécie e os outros três, dois a \$400 réis ao alqueire (48\$000 réis) e um a \$450 réis (27\$000 réis)<sup>659</sup>. Quanto ao vinho, em dezembro de 1822, as duas pipas, cada uma com 12 barris, pagas pela Junta da Fazenda, renderam 91\$200 réis (3\$800 réis/barril)<sup>660</sup>. Por vezes, o vinho era arrecadado em género, em mosto ou fermentado, nas freguesias do Monte e Santa Luzia, ficando os encargos com o transporte a cargo do convento<sup>661</sup>. Em setembro de 1825, janeiro de 1827 e setembro de 1827 arrecadaram em cada mês duas pipas (cada uma com 12 barris), correspondendo a 30\$000 réis de receita cada pipa<sup>662</sup>.

---

<sup>654</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 21, 49, 50, 58. Em 1755, a comunidade do convento da Calheta alcançou uma sentença a seu favor sobre as faúlhas destes moinhos, ficando os moleiros notificados de pagarem as faúlhas, sob pena de ficarem penhorados.

<sup>655</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 6, 58v.º; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 18v.º-19v.º; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 117.

<sup>656</sup> Um moio corresponde a 60 alqueires.

<sup>657</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 124v.º.

<sup>658</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 143v.º.

<sup>659</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 184v.º.

<sup>660</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 125.

<sup>661</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 163.

<sup>662</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 163, 177, 181v.º.

Fig. 15 – *Costume of Madeira*; Londres, 1825; desenhador: Sarah Bowdich (1791-1856); litógrafo desconhecido; litografia colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 28;4. Publicado em BOWDICH, Thomas Edward, 1825, *Excursions in Madeira and Porto Santo, during the autumn of 1823, while on his third voyage to Africa*, Londres, George B. Whittaker.

Os peditórios eram realizados pelos religiosos, benfeitores, irmãos terceiros e moços, recebendo os moços um pagamento pela tarefa como acontecia com outros serviços esporádicos, como levar encomendas, transportar produtos ou os trabalhos nas hortas. No convento do Funchal, convento de maiores dimensões e com maior número de frades, logo com maior movimentação, é visível o pagamento de avultadas quantias pelos serviços dos peditórios, depois compensadas nas avultadas receitas daí provenientes, sobretudo da venda de vinho. Em outubro de 1809, o convento de S. Francisco pagou 118\$900 réis «aos moços do peditório; a saber Santo António 20[\$]000 [réis], São Martinho 20[\$]000 [réis]; Santa Luzia e [M]onte 20[\$]000 [réis], São Roque 10[\$]000 [réis], São Gonçalo 17[\$]500 [réis], Estreito da Calheta 8[\$]000 [réis], Arco 6[\$]800 [réis], Madalena e Anjos 5[\$]000 [réis], Canhas 3[\$]300 [réis], carretos do vinho vindo dos Canhas para a Ponta do Sol 1[\$]000 [réis], moço da Lombada 4[\$]000 [réis], dito da Ponta do Sol 3[\$]300 [réis]»<sup>663</sup>, e em setembro de 1818, 176\$950 réis aos moços dos peditórios<sup>664</sup>.

<sup>663</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 6.

<sup>664</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59v.º

Os peditórios realizavam-se durante todo o ano, aquando das colheitas, com maior incidência na época da colheita do trigo e das uvas, oferecendo a população «a proporção cada um com [o] que pode»<sup>665</sup>. Os produtos eram, geralmente, transportados para os conventos por homens a pé e quando se tratava de volumes avultados ou de localidades mais distantes, através de carros de bois ou de barco. As sobras dos conventos ou os produtos não utilizados no consumo eram comutados por outros ou por dinheiro, às vezes antes de entrarem no convento, sendo o valor arrecadado nestas vendas, principalmente o vinho, a maior fonte de receita do convento, além dos proveitos dos serviços religiosos.

Até 1780, cada convento realizava a maioria dos peditórios em zonas mais ou menos próximas às do convento, mas alguns produtos mais raros e existentes numa zona específica eram pedidos por vários conventos, o que originava algumas desordens. Para evitar as mesmas «que por vezes repetidas, e em diversos tempos se tem originado», a 2 de junho deste ano o custódio provincial da custódia da Madeira atribuiu as áreas dos peditórios e respetivos produtos para cada convento<sup>666</sup>, embora na prática pedissem outros produtos além dos estabelecidos.

Fig. 16 – *A Franciscan Friar collecting Donation for his Convent*; Londres, 1821; autores desconhecidos; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 12;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

<sup>665</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 45.

<sup>666</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 38v.º-39v.º.

A Determinação de 1780 balizava o convento do Funchal a realizar o peditório de vinho em S. Gonçalo, N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Calhau, Monte, Santa Luzia, S. Roque, Santo António, S. Martinho, S. Pedro, Estreito da Calheta, Arco da Calheta, Madalena do Mar, Canhas, Ponta do Sol e Lombada da Ponta do Sol; o trigo, «pam da festa, e esmola do sepulcro» nas freguesias de S. Pedro, Santo António, S. Martinho, S. Roque, Santa Luzia, Monte e S. Gonçalo; e os pêros e castanhas na freguesia do Estreito de Câmara de Lobos<sup>667</sup>.

Quanto ao vinho, pelos registos existentes entre 1809 e 1833, provinha de: Santo António (geralmente entre oito e 15 barris, em 1813 atingiu 23 barris e meio almude); de S. Martinho (geralmente entre sete e 13 barris); de S. Roque (geralmente entre quatro e oito barris); de Santa Luzia e Monte (geralmente entre dois e oito barris); de S. Gonçalo (geralmente entre três e sete barris); do Caniço (apenas em 1810 e 1812, respetivamente um casco e cinco barris); do Arco da Calheta (geralmente entre dez barris e dois pipas e por vezes três a quatro barris de malvasia); do Estreito da Calheta (geralmente entre sete barris e duas pipas); do Curral das Freiras (geralmente entre três e 12 barris); da Ponta do Sol e Canhas (geralmente entre quatro barris e cinco cascos); da Lombada (geralmente entre seis barris e dois cascos); da Madalena do Mar e Anjos (geralmente entre quatro barris e um casco, juntando-se ocasionalmente dois a três barris de malvasia como ocorreu em 1809 e 1833), e da Ponta Delgada e de Boaventura (de 1815 a 1833, geralmente entre cinco e 17 cascos)<sup>668</sup>. Em setembro de 1832, as freiras do convento da Encarnação deram 14 barris de vinho «à conta da sua dívida»<sup>669</sup>.

O vinho, em mosto, era transportado por homens às costas ou por boieiros ou, ainda, de barco, consoante as distâncias, as quantidades ou as condições dos caminhos. Para os peditórios, entre outras despesas, no mês de outubro, compravam borrachos ou odres, feitos de pele de cabra, que serviam para recolher o mosto nos lagares e transportá-lo até às pipas. Entre 1809 e 1815, compraram entre 11 e 14 borrachos, um para cada localidade onde se realizavam os peditórios, custando cerca de 2\$000 réis à unidade<sup>670</sup>. A partir de 1817, são registados a compra de odres «para

---

<sup>667</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 38v.º-39.

<sup>668</sup> ANTT, CSFF, l.ºs 5 e 6.

<sup>669</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 238.

<sup>670</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 6, 48, 190v.º, 211v.º; l.º 6, fl. 6v.º. Alguns dados da compra de borrachos: 14 em 1809 (31\$600 réis), 14 em 1811 (33\$050 réis), 13 em 1813 (33\$900 réis), 14 em 1814 (30\$500 réis), 11 em 1815 (25\$500 réis).

os peditórios», em vez de borrachos, ao preço unitário aproximado de 2\$000 réis, até 1821, sendo adquiridos anualmente entre 12 e 15 odres. A partir de 1824, o preço de cada odre baixou para metade, custando cerca de \$1000 réis<sup>671</sup>.

A maioria do vinho era transportado e guardado nas lojas do convento<sup>672</sup>, para ser posteriormente vendido, sendo este o produto mais rentável.

Raramente algum vinho era vendido, ou «comutado» por dinheiro como então escreviam, antes de entrar no convento. Este procedimento era realizado, por vezes, no Curral das Freiras e na Ponta Delgada, face à distância do Funchal, ao custo do transporte e à qualidade inferior dos vinhos. O preço dos vinhos destas localidades, e de outras do norte da ilha, era inferior aos da costa sul, sendo comum referir a proveniência/diferenciação do vinho destas localidades. Em dezembro de 1814, foram vendidas quatro pipas de vinho de Ponta Delgada a 80\$000 réis à pipa, enquanto, no mesmo mês, o «vinho do sul» foi vendido a 120\$000 réis. No local de origem, em Ponta Delgada, em janeiro de 1813, arrecadaram 452\$000 réis da venda de vinho e, em novembro de 1815, venderam 13 barris, um almude e meio pote de vinho por 138\$500 réis<sup>673</sup>. Quanto ao vinho do Curral das Freiras era vendido ao barril entre 1\$500 réis e 1\$800 réis em mosto, e entre os 3\$000 réis e 5\$500 réis depois de fermentado<sup>674</sup>.

O vinho de qualidade inferior era colocado à venda nas tabernas como aconteceu, em novembro de 1809, com a venda de três barris de vinho da horta do convento que «por ser muito inferior se pôs à taberna a 300 réis à canada» (18\$000 réis)<sup>675</sup>.

---

<sup>671</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 43, 59v.º, 93, 110, 154v.º, 166v.º, 192, 194v.º, 228, 237. Aquisições de odres, entre 1817 e 1821: 12 em 1817 (25\$800 réis), 13 em 1818 (26\$800 réis), 14 em 1820 (26\$700 réis), 15 em 1821 (25\$900 réis), 15 em 1824 (14\$300 réis), 16 em 1826 (18\$800 réis), oito em 1828 (7\$000 réis); seis em 1828 (5\$700 réis), 11 em 1831 (8\$750 réis) e 12 em 1832 (11\$500 réis).

<sup>672</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 6v.º.

<sup>673</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 196; l.º 6, fl. 8. Em junho de 1821 foi vendida uma pipa de «vinho do Norte do ano de 1819» por 50\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 103).

<sup>674</sup> Vejamos alguns valores do vinho do Curral das Freiras: em novembro de 1809 comutaram quatro barris a 5\$500 réis e três a 5\$000 réis; em junho de 1820 comutaram quatro barris a 3\$500 réis e quatro a 3\$000 réis; em novembro de 1821 comutaram um barril em mosto por 1\$800 réis e dois barris a 2\$000 réis; em novembro de 1823 venderam 14 barris a 1\$800 réis e em novembro do ano seguinte, seis barris e meio a 1\$500 réis ao barril (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 8v.º; l.º 6, fls. 88, 137v.º, 151v.º).

<sup>675</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 8v.º.



Fig. 17 – *Manner of bringing Wine to Town when clear*; Londres, 1821; autores desconhecidos; água-tinta colorida a aguarela



Fonte: Casa-Museu Frederico de Freitas, n.º de inventário CMFF 24;4. Publicado em COMBE, William, 1821, *A History of Madeira with a series of twenty-seven coloured engravings, illustrative of the costumes, manners, and occupations of the inhabitants of the islands*, Londres, R. Ackermann.

O vinho recolhido no convento do Funchal era tratado para posterior comercialização. É constante ao longo do ano, nos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro, março e abril, o pagamento a serventes a trasfegá-lo, normalmente, dois, três ou quatro homens em cada serviço recebendo cada um entre \$300 e \$600 réis diários<sup>676</sup>. Os vinhos, como era comum na época, eram fortificados ou «consertados» com aguardente, primeiramente, até 1822, com aguardente importada de França ao preço de 1\$200-3\$600 réis ao galão, sendo o mais comum a 1\$800-2\$000 réis<sup>677</sup>. As duas maiores aquisições registaram-se em dezembro de 1817 com 124 galões (240\$000 réis), em dezembro de 1818 com 140 galões (280\$000 réis) e em março de 1820 com 142 galões (170\$400 réis)<sup>678</sup>. A partir de 1814, e com maior intensidade

<sup>676</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 8v.º; l.º 6, fls. 25, 63, 64, 68, 78v.º, 84, 94, 100v.º. Em janeiro de 1819 o serviço na trasfega de cinco pipas importou em \$600 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 64).

<sup>677</sup> Apresentamos algumas quantidades da aquisição, em galões, e respetivos anos, de aguardente de França: 111,5, 1809; 30, 1811; 38, 1813; 44, 1814; 64, 1815; 144, 1817; 144, 1818; 189, 1819; 142, 1820; 89, 1821; 65, 1822 (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 9, 11, 39, 50, 76, 194v.º, 213, 215; l.º 6, fls. 6, 8, 44v.º, 48, 49, 63, 65, 66v.º, 84, 112, 113, 117, 125).

<sup>678</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 44v.º, 63, 84.

a partir de 1821, recorrem ao fabrico de aguardente local, a partir das borras ou de vinhos, de menor qualidade. Para a destilação das borras e vinhos e transformação em aguardente o convento pagava o transporte da borra, vinho e aguardente, o «gasto da lenha», o «aluguer da caldeira» ou lambique e o «ferver», «cozer» ou a quem fazia a aguardente, comumente chamado de aguardenteiro ou caldeireiro. Ao longo da década de 20 do século XIX, o convento de S. Francisco destilava uma média anual aproximada de cinco pipas de borras e vinhos<sup>679</sup>.

A aguardente era aplicada nos vinhos das missas. Em julho de 1818, adquiriram dois galões de aguardente para o vinho das missas (4\$000 réis)<sup>680</sup>. Durante a importação de aguardente de França, a aguardente «da terra», talvez por ser de qualidade inferior, era vendida a 7\$200 réis ao almude ou \$500 réis à canada<sup>681</sup>. Em novembro de 1828, venderam 19 galões de aguardente «da terra» a \$500 réis ao galão «por serem das borras com fleuma»<sup>682</sup>.

No «conserto de alguns vinhos»<sup>683</sup> era empregue açúcar nos «vinhos inferiores»<sup>684</sup> ou aquando da ida de vinho para a estufa<sup>685</sup>. Quanto ao tipo de açúcar, quando especificado, consta o mascavado<sup>686</sup>.

<sup>679</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 217.

ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 61, 109, 110, 112, 113, 119v.º, 121v.º, 122v.º, 130, 136v.º, 138, 141v.º, 150v.º, 154, 156, 154, 158, 164, 169v.º, 173v.º, 175, 178v.º, 182v.º, 184v.º, 195, 208v.º, 223v.º, 233v.º, 239v.º. Em novembro de 1818, dois cozimentos na caldeira e carroto custaram 3\$400 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 61). O valor de destilar uma pipa de borras ou vinho foi baixando ao longo das décadas de dez e 20 do século XIX. Em outubro de 1821, 3\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 109); em novembro de 1821 e dezembro de 1822, 3\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 110, 112); em março de 1825, 2\$160 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 158); em março de 1827, 1\$880 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 178v.º); em outubro de 1828, 1\$400 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 195). Uma pipa de borras de vinho, em março de 1832, rendeu 10\$000 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 233v.º).

<sup>680</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 54v.º.

<sup>681</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 196, 214v.º; l.º 6, fl. 44. Em janeiro de 1814 venderam, respetivamente, três e quatro almudes e em dezembro de 1817, 32 canadas.

<sup>682</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 196.

<sup>683</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 27 (novembro de 1816).

<sup>684</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 25 (outubro de 1816).

<sup>685</sup> Em julho de 1820 gastaram 12\$600 réis em «açúcar para os vinhos d'estufa»; em maio de 1821, quatro arrobas de «açúcar mascavado a 100 l[ibr].ª para 6 pipas de vinho que foram para a estufa 12\$000» e em dezembro de 1832, dois arrobas e 20 libras de «açúcar a 90 réis/libra, para o vinho que foi para a estufa 6\$200[réis]» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 89, 102, 241).

<sup>686</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 66v.º, 102 (março de 1819 e maio de 1821). O açúcar mascavado custava \$100-\$140 réis à libra. Quando é mencionado apenas «açúcar» tem o valor de \$140, \$100, \$080 ou \$060 réis à libra. Relativamente a quantidades são aclaradas 60 libras em outubro de 1816 (8\$000 réis); 60 libras em novembro de 1816 (8\$400 réis); seis arrobas de mascavado em março de 1819 (25\$200 réis); quatro arrobas em dezembro de 1829 (9\$600 réis); quatro arrobas em agosto de 1830 (12\$000 réis); dois arrobas e meia em agosto de 1831 (4\$500 réis); e uma arroba em janeiro de 1832 (1\$800). O convento adquiria outro açúcar, ao longo dos anos, para fins culinários e algum não é especificando o fim, podendo algum dele ser destinado à fortificação dos vinhos.

O vinho era colocado em estufas para acelerar o processo de envelhecimento através do calor, método documentado, na Madeira, pela primeira vez na década de 1730<sup>687</sup>. Os frades chamavam de «cozimento de vinho na estufa», custando entre 3\$000 réis e 3\$800 réis o processo para uma pipa, sendo pago o aluguer de pipas<sup>688</sup>. Após este processo o vinho estava apto a ser vendido. Os preços do vinho dependiam de vários fatores, principalmente da sua qualidade, oscilando entre os 24\$000 réis e os 180\$000 réis à pipa. Em novembro de 1815, George Welsh adquiriu cinco pipas e meio barril de «vinho cozido» a 180\$000 réis à pipa (total de 907\$500 réis) e em janeiro de 1828 venderam 14 pipas de vinho, de 23 almudes, por 336\$000 réis (24\$000 réis à pipa)<sup>689</sup>. O «vinho do sul», de melhor qualidade, foi vendido a 120\$000 réis à pipa, em dezembro de 1814, nomeadamente, sete pipas e sete almudes, por 636\$519 réis, a Joaquim Rufino<sup>690</sup>. Em junho de 1821, uma pipa de «vinho do Norte», do ano de 1819, foi vendida por 50\$000 réis, e outras seis pipas a 65\$000 réis<sup>691</sup>. Em dezembro de 1817, uma pipa e 14 almudes de «tinta» foram vendidos a 170\$000 réis à pipa (total de 273\$474 réis)<sup>692</sup>. De vinho malvasia, em junho de 1820, foram vendidas duas pipas e 19 almudes e meio a 120\$000 réis à pipa (total de 341\$731 réis); em julho de 1821, uma pipa e 19 almudes a 85\$000 réis à pipa (total de 155\$205 réis)<sup>693</sup>; e em janeiro de 1823, uma pipa de 23 almudes por 75\$000 réis<sup>694</sup>. De vinho velho, em maio de 1820, venderam 28 almudes e meio por 148\$695 réis (120\$000 réis à pipa) e em agosto de 1825, oito pipas por 608\$000 réis (76\$000 réis à pipa)<sup>695</sup>. O «vinho de estufa» foi vendido em agosto de 1820 e em junho de 1821, respetivamente, a 70\$000 (quatro pipas e um almude) e 65\$000 réis (58 barris) à pipa<sup>696</sup>.

---

<sup>687</sup> VIEIRA, 2017, *Estufas*.

<sup>688</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 90v.º, 102, 232v.º, 241. Foram levadas para a estufa, por exemplo, quatro pipas em agosto de 1820, seis pipas em maio de 1821, quatro pipas em janeiro de 1832.

<sup>689</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 8, 185.

<sup>690</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 214v.º.

<sup>691</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 103.

<sup>692</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 44.

<sup>693</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 88, 104.

<sup>694</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 124v.º.

<sup>695</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 86v.º, 162v.º.

<sup>696</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 90, 103.

O vinho recolhido nos peditórios, comprado e vendido, era quantificado, geralmente, à pipa, ao barril ou ao almude. Uma pipa continha, geralmente, 23 almudes, equivalente a 11 barris e meio<sup>697</sup>, e um almude continha 12 canadas<sup>698</sup>.

Os principais compradores eram comerciantes locais e estrangeiros (ingleses e americanos). Entre os principais, e que são aclarados na documentação do convento de S. Francisco, além dos já mencionados George Welsh e João Rufino apontamos a venda de: sete pipas de vinho a «Blaque Borden» (Black Burn?), em novembro de 1809<sup>699</sup>; 20 almudes de vinho a Francisco Pestana, em janeiro de 1814, por 90\$000 réis<sup>700</sup>; oito pipas e dez almudes de vinho a Jacinto d'Ornelas, a 60\$000 réis à pipa (total de 506\$080 réis), em janeiro de 1822<sup>701</sup>; uma pipa de 23 almudes de vinho malvasia a Tomás Eduardo, por 75\$000 réis<sup>702</sup>; oito pipas e 12 almudes de vinho, novamente a George Welsh, a 55\$000 réis à pipa (total de 468\$696 réis), em junho de 1823<sup>703</sup>; quatro pipas de vinho de Santa Cruz e duas do Monte, vendidas em mosto a Gregório Caetano Jardim por 144\$000 réis, em outubro de 1829<sup>704</sup>; e oito pipas e quatro barris

<sup>697</sup> Em janeiro de 1813 venderam nove pipas de vinho, de 23 almudes, a 100\$000 réis à pipa; em janeiro de 1817 venderam dez pipas e quatro almudes «pipa de 23 almudes» a 12\$500 réis à pipa (total de 1 271\$736 réis); em agosto de 1819 venderam 16 pipas e 22 almudes e meio de vinho a 140\$000 réis «por pipa de 23 almudes» totalizando 2 376\$957 réis; em maio de 1820, uma pipa de 23 almudes (78\$000 réis); em janeiro de 1828, 14 pipas de vinho a 24\$000 réis «pipa de 23 almudes 336\$000» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 76; l.º 6, fls. 30, 74, 86v.º, 185). As receitas de «58 barris de vinho de estufa a 65\$000 pipa de 23 almudes 327\$826» e «8 pipas e 4 barris de vinho a 70\$000 a pipa, vendido a Fortunato Figueira 584\$350» demonstram que cada pipa equivalia a 11 barris e meio (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 76; l.º 6, fls. 103, 236 (junho de 1821 e julho de 1832)). Em janeiro de 1801 no convento de S. Bernardino é registado «22,5 barris de vinho que são 45 almudes [...] e 22 barris que são 44 almudes vinho [...] o qual todo este soma 3 pipas e 11 almudes» (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 46v.º). Algumas pipas continham 26 almudes. Em fevereiro e setembro de 1832, o convento comprou «para gastos da casa [convento]», em cada mês, uma pipa com 26 almudes de vinho, a primeira em Machico e a segunda em Ponta Delgada (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 233, 238) e em agosto deste ano vendeu «4 pipas de vinho em mosto, 26 almudes cada uma a 2600 réis» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 237). Em outubro de 1824, um barril e meio pote de vinho do Estreito da Calheta foram vendidos a 2\$000 réis ao barril (total de 2\$200 réis) (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 150). Em Câmara de Lobos, em setembro de 1806, é referida a venda de cinco pipas de vinho a 6\$250 réis ao barril (total de 375\$000 réis), o que equivale a pipas de 12 barris (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 137). Em abril de 1795, no convento de S. Bernardino venderam «8 barris de vinho que se comutaram a razão de 100 rs canada – 14\$800» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 58). Em dezembro de 1800 o convento de S. Bernardino adquiriu dois almudes de aguardente de França para concerto dos vinhos a \$ 650 réis à canada, total de 15\$600 réis (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 44v.º). Na documentação de receita e despesa dos conventos da Madeira são referidos os recipientes/medidas de vasilha, casco, tonel e pote.

<sup>698</sup> No convento de Câmara de Lobos, em dezembro de 1800, adquiriram dois almudes de aguardente a \$650 réis ao almude, totalizando 15\$600 réis e, em janeiro de 1801, um almude totalizando 7\$800 réis (ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 44v.º, 46v.º).

<sup>699</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 8v.º.

<sup>700</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 196.

<sup>701</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 112v.º.

<sup>702</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 124v.º.

<sup>703</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 132v.º.

<sup>704</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 207.

de vinho a Fortunato Figueira, a 70\$000 réis à pipa (total de 584\$350 réis), em julho de 1832<sup>705</sup>.

Embora o convento do Funchal tivesse vinhos obtidos através dos peditórios, adquiria outros para o «gasto da casa», provavelmente, para não mexer nas pipas que tinha armazenado ou por conveniência de preço, ou pela sua qualidade. Por exemplo, adquiriu: em fevereiro de 1815, uma pipa e um almude de vinho por 140\$348 réis (134\$500 réis à pipa)<sup>706</sup>; em fevereiro de 1819, seis pipas e 16 almudes de vinho «para a comunidade» por 602\$608 réis (90\$000 réis à pipa)<sup>707</sup>; em fevereiro de 1828, uma pipa de vinho por 30\$000 réis<sup>708</sup>; em fevereiro e setembro de 1832, respetivamente, uma pipa de vinho (de 26 almudes), em Machico, por 29\$000 réis, e uma pipa de vinho com 26 almudes, comprada a Dinis Francisco, da freguesia de Ponta Delgada, por 28\$000 réis<sup>709</sup>. Nas aquisições era comum «Vinho para a comunidade e missas»<sup>710</sup>.

Para as missas e nos dias festivos, como no dia do Capítulo, dia da visita, aquando da feitura das contas<sup>711</sup>, Entrudo<sup>712</sup>, dia de S. Francisco ou Dia de Todos os Santos<sup>713</sup>, adquiriam vinho, um vinho fora do comum, designado «vinho velho», um «vinho fino» ou um «vinho do Porto». Adquiriram, em fevereiro de 1810, seis canadas de «vinho velho» para o dia do Capítulo (4\$200 réis)<sup>714</sup> e, em outubro de 1815, «um barril de vinho fino» por 20\$000 réis<sup>715</sup>. Na festa de S. Francisco, compravam «vinho do Porto», como ocorreu em 1815 com uma dúzia de garrafas por 6\$000 réis, e, em 1816, com 12 garrafas por 7\$200 réis (\$600 à garrafa)<sup>716</sup>. Nesta festividade, em outubro de 1820,

---

<sup>705</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 236. Além destas vendas até aqui mencionadas é registado ainda: dez pipas e 13 almudes de vinho a 120\$000 réis à pipa (total de 1 267\$821 réis, em dezembro de 1817); 18 pipas e 18 almudes de vinho a 78\$000 réis à pipa (total de 1465\$043 réis, em junho de 1820); seis pipas e 16 almudes a 65\$000 réis à pipa (total de 435\$216 réis, em junho de 1821); seis pipas de vinho a 35\$000 réis à pipa (total de 210\$000 réis, em agosto de 1826); e 89 barris de vinho, a 38\$000 réis à pipa (total de 294\$085 réis, em julho de 1827) (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 44, 88, 103, 173, 180v.º).

<sup>706</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 220.

<sup>707</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 65.

<sup>708</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 187.

<sup>709</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 233, 238.

<sup>710</sup> Adquiriram: em 1816, um barril de vinho por 15\$000 réis; em 1821, um almude de vinho por 2\$500 réis e em 1821, outro almude de vinho por 2\$500 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 22, 106, 107).

<sup>711</sup> Para as contas adquiriram, por exemplo, em junho de 1816, um almude por 9\$600 réis e, em junho de 1821, dois barris a 4\$800 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 20, 104v.º).

<sup>712</sup> Em outubro de 1816 adquiriram um almude de vinho por 9\$600 réis, (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 25).

<sup>713</sup> Em outubro de 1822 adquiriram um almude de vinho por 2\$400 réis, (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 121v.º).

<sup>714</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º.

<sup>715</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 6v.º.

<sup>716</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25.

adquiriram dois barris de vinho para «as merendas dos músicos e gentes de servir» (9\$600 réis)<sup>717</sup>.

Voltando aos peditórios do convento do Funchal, os cereais e as leguminosas eram outros produtos abundantes nos peditórios. De Santo António, entre 1815 e 1833, recolheram anualmente, geralmente entre três e sete alqueires e pontualmente entre um e dois alqueires de misturas (centeio e cevada). De S. Martinho, abundava a recolha de trigo e feijão, respetivamente entre os 17 alqueires e meio e 60 alqueires e entre os dois e meio e os 11 alqueires e dois alqueires de favas, em 1813. De Santa Luzia e Monte recolhiam o trigo, entre os cinco e 18 alqueires, e as misturas entre um e meio e sete alqueires. De S. Gonçalo, o trigo, entre cinco e meio e 20 alqueires e as misturas entre um e cinco alqueires e meio. Da Ponta Delgada recolheram quatro alqueires de trigo em 1815, e geralmente entre sete e 21 alqueires de feijão, entre 1815 e 1833.

Do Caniço, através de peditório, em junho e julho, provinham cebolas, sendo comum os gastos anuais aproximados de 3\$000 réis, entre 1809 e 1832, com o frete de barco, carreto e o moço no peditório, por vezes acompanhado por um irmão leigo<sup>718</sup>. No Estreito de Câmara de Lobos um moço pedia castanhas, sendo conhecidos os peditórios nos meses de novembro ou dezembro, entre 1813 e 1824, tendo sido recolhidos, em dezembro de 1824, cinco alqueires e meio<sup>719</sup>.

O convento do Funchal pedia outros materiais essenciais ao uso quotidiano, para a horta como as canas vieiras e vimes, para o culto como a cera, para as pipas como os arcos, ou o linho para ser vendido e gerar receita.

No convento do Funchal, o linho era pedido (ou ofertado) na freguesia de Ponta Delgada, muito esporadicamente, muito provavelmente aquando do peditório do vinho<sup>720</sup>. Em dezembro, realizavam um peditório pela época do Natal, denominado «pam da festa»<sup>721</sup>, estando consignado ao convento de S. Bernardino<sup>722</sup> e ao convento do Funchal, sendo registado neste, nos livros de receita e despesa, de «peditório do

---

<sup>717</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 92v.º.

<sup>718</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 22, 40v.º, 63v.º; l.º 6, fls. 72v.º, 89, 172v.º, 180v.º, 204v.º, 226v.º, 236v.º.

<sup>719</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 139v.º. Nos anos de 1813, 1817, 1818, 1819, 1820, 1824, 1827 e 1830 são conhecidas as despesas de \$600 réis a 6\$500 réis no peditório das castanhas (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 72; l.º 6, fls. 42v.º, 61, 80v.º, 94, 139v.º, 183, 220).

<sup>720</sup> É registada a arrecadação das módicas quantias de oito libras vendido em Ponta Delgada a \$400 réis/libra (3\$200 réis) e seis libras a \$300 réis (1\$800 réis) em janeiro de 1814 e a arrecadação de 1\$450 réis, em dezembro de 1814, provenientes do «peditório do linho líquido da Ponta Delgada» (ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 196, 214v.º).

<sup>721</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 38v.º.

<sup>722</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 39.

bolo da festa» ou «esmola do bolo», variando a receita, em cada ano, entre os 5\$750 réis e os 22\$000 réis<sup>723</sup>.

Para o convento de Santa Cruz estava consignado o peditório de trigo e vinho no Caniço, Gaula, Santa Cruz, Água de Pena, Machico, Porto da Cruz, Faial, Santa Ana, S. Jorge, Arco de S. Jorge, Ponta Delgada e ilha do Porto Santo. Anteriormente à Determinação de 1780, por exemplo, em 1772, recolheram: no Porto Santo, quatro moios de cevada comutados por dois moios de trigo e 22 alqueires de trigo; no Caniço, dois cascos de vinho «em cozimento»<sup>724</sup> e dois almudes de vinho inferior, 24 alqueires de trigo e dois alqueires de misturas<sup>725</sup>; em Gaula, dois cascos de vinho «em cozimento» e 15 alqueires de trigo; na Porta, cinco cascos de vinho «em cozimento» e 51 alqueires de trigo; em Machico, quatro cascos de vinho e 19 alqueires de trigo; no Porto da Cruz, oito cascos de vinho «em cozimento», oito alqueires de trigo comutados por 4\$800 réis e oito arráteis de linho sedado e 20 em rama comutados, respetivamente, por 1\$200 réis e 2\$000 réis; no Faial, oito cascos de vinho «em cozimento», dez alqueires de trigo e três arráteis de linho sedado e dez em rama; em Santana, uma pipa de aguardente, quatro almudes de vinho inferior da localidade da Rocha, dez alqueires de trigo e 15 arráteis de linho sedado (2\$250 réis); em S. Jorge, aguardente, um casco de vinho «em cozimento», trigo comutado por 6\$600 réis e 15 libras de linho sedado (2\$250 réis); no Arco de S. Jorge, dois cascos de vinho «em cozimento», três alqueires de trigo e cinco arráteis de linho sedado; e em Ponta Delgada, duas pipas e um quarto com cinco barris de aguardente, nove alqueires de trigo e 13 libras de linho sedado<sup>726</sup>. No convento de Santa Cruz é utilizada a expressão de «vinho báxo», isto é, de «vinho baixo», para designar o vinho de qualidade inferior. Este tipo de vinho foi comutado, pelo irmão síndico, em setembro de 1774, a 40\$000 réis à pipa e em agosto de 1775 a 22\$350 réis à pipa<sup>727</sup>.

A aguardente, além dos peditórios e da comprada (de França), era fabricada a partir dos vinhos mais fracos/«vinho danado»<sup>728</sup> e das borras dos vinhos, sendo utilizada para fortificar os vinhos e para gastos da comunidade. Em fevereiro de 1776, no convento de Santa Cruz, das borras do vinho da comunidade guardaram-se três

---

<sup>723</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 28v.º, 44, 111v.º, 139v.º, 153, 166, 176, 201, 209v.º, 221, 231v.º. Estas esmolos situam-se entre os anos de 1816 e 1831.

<sup>724</sup> Em fermentação/mosto.

<sup>725</sup> Mistura de cevada com centeio.

<sup>726</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 41. Em setembro de 1775, duas pipas e meia de aguardente, dos peditórios de Santana e Ponta Delgada foram comutadas por 150\$000 réis (ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 23v.º).

<sup>727</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 1, fls. 17, 23.

<sup>728</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 26v.º.

almudes «em casa para gastos» e com outros três almudes atestaram-se quatro pipas e meia de vinho. A aguardente era fabricada por um aguardenteiro<sup>729</sup>.

No convento de Santa Cruz era comum arrecadar nos peditórios outros produtos: em Machico, recolheram vimes, canas vieiras<sup>730</sup> (em maio de 1773, 11 feixes de canas renderam 1\$100 réis) e favas (em julho de 1775, 14 alqueires comutados por dinheiro e trigo); na Camacha, vinho, vimes, cestos de pêros e castanhas (em novembro de 1775, pagaram \$400 réis ao esmoler por «alguns dias que andou nesta freguesia às castanhas»); e no Estreito de Câmara de Lobos, castanhas (em dezembro de 1773, três alqueires de castanhas verdes comutadas a \$400 réis cada um e sete alqueires idos para o convento; em dezembro de 1775, \$100 réis pelo frete de dois sacos e \$800 réis ao esmoler em realizar o peditório durante quatro dias, a seco). Existem referências a peditórios na freguesia do Caniço, e nos meses de março e abril o peditório do linho, como em 1774, estopa (14 arráteis a \$50 réis) e linho em rama (nove arráteis a \$100 réis) e linho sedado (39 libras a \$150); em 1775, 39 libras de sedado a \$150 réis e 20 libras de estopa a \$050 réis e em 1776, 20 libras de linho sedado e cinco de estopa. Neste convento refira-se a esmola do morgado de S. João, de um cesto de fruta, em novembro de 1776<sup>731</sup>.

As Determinações de 1780 limitavam o convento de Câmara de Lobos a realizar o peditório do vinho nas freguesias do Campanário, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Santo António, S. Martinho e S. Roque, e do «trigo e pam da festa e sepulcro» nas freguesias do Campanário, Câmara de Lobos, Estreito de Câmara de Lobos, Ponta do Sol, Canhas, Ponta do Pargo e Fajã da Ovelha<sup>732</sup>. Nestas localidades eram pedidos outros produtos. Vejamos algumas quantidades médias anuais, entre 1792 e 1824<sup>733</sup>.

Da Fajã da Ovelha e Ponta do Pargo provinha: trigo, entre 115 e 212 alqueires (média anual de 156 alqueires); centeio, apenas um alqueire e uma quarta, em 1792; feijão, dois alqueires, em 1821; linho (transportado em sacos) em rama entre 32 e 90

---

<sup>729</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 26v.º (março de 1776), 33v.º (dezembro de 1776).

<sup>730</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 8, 13, 19v.º, 35.

<sup>731</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 13v.º, 20, 27, 32v.º.

<sup>732</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 39.

<sup>733</sup> No ano de 1820 não existiu registo do peditório. As esmolas em linho em rama eram sempre superiores ao linho sedado. Por vezes, o linho em rama era registado em conjunto com o linho sedado, sendo designado apenas por linho. Em alguns anos a cevada e o centeio, eram recolhidos em conjunto, designados de misturas.



libras (média anual de 56 libras) e linho sedado entre dez e 100 libras (média anual de 36 libras), sendo a esmola em rama sempre superior ao do sedado e a maioria comutado, respetivamente, a \$100 réis e a \$150 réis à libra.

Dos Canhas, Ponta do Sol e Madalena do Mar advinha: trigo, entre 30 e 165 alqueires (uma média anual de 91 alqueires); centeio, de modo pontual, entre os dois e 18 alqueires; cevada, pontualmente, entre cinco e nove alqueires e meio; em alguns anos recolhidos o centeio e a cevada em conjunto, sendo designadas de misturas; feijão, muito assiduamente, entre um e quatro alqueires; abóboras, registadas entre 1797 e 1816, sendo recolhidas anualmente entre 13 e 72 unidades (total de 642)<sup>734</sup>; linho em rama, com uma média anual de 19 libras; linho sedado, com uma média anual de 14 libras, sendo esporadicamente registado em conjunto os dois tipos de linho.

Do Campanário recolhiam: vinho, entre três e 40 barris, com uma média aproximada de 20 barris; trigo, entre os 13 e os 40 alqueires (média anual de 18 alqueires); centeio, entre um e 38 alqueires (média de 14 alqueires); cevada, entre dois e meio e 18 alqueires (média de seis alqueires), sendo registado em alguns anos em conjunto, como misturas; e castanhas, um saco em 1796 e oito alqueires em 1812<sup>735</sup>. O peditório da Quinta Grande parece ser incluído no do Campanário, no entanto, também era registado em separado, como em novembro de 1806<sup>736</sup>. Em novembro de 1807, a esmola do vinho da Quinta Grande foi conduzida para «o lugar onde se incubia o vinho no Campanário»<sup>737</sup>.

As castanhas eram recolhidas assiduamente, através de peditórios, no Estreito de Câmara de Lobos, incluindo castanhas secas, recebendo os moços dos peditórios a recompensa pela tarefa entre os meses de dezembro e de março, o que revela a época tardia, sendo, por isso, algumas delas «secas». Em fevereiro de 1800, oito alqueires de castanhas secas foram comutadas por 8\$000 réis. No Estreito eram pedidos pêros

---

<sup>734</sup> Geralmente, comutadas a \$040 réis (novembro de 1793), a \$050 réis (abril de 1808) e depois a \$100 réis à unidade (fevereiro de 1811, dezembro de 1814, outubro de 1823).

<sup>735</sup> Em dezembro de 1796 pagaram \$200 réis pelo carreto de um saco de castanhas do Campanário para o convento de Câmara de Lobos (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 93v.º, dezembro de 1796), em dezembro de 1799, 1\$300 réis a quem tirou o peditório e pela condução das mesmas (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 12v.º, dezembro de 1799) e em janeiro de 1806, \$600 réis ao moço que tirou o peditório (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 125, janeiro de 1806).

<sup>736</sup> Em novembro de 1806 registam quatro barris vendidos a 5\$500 réis ao barril (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 138v.º).

<sup>737</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 152v.º.

e abóboras, sendo ocasionalmente, entre 1811 e 1817, no mês de outubro, os pêros adquiridos por compra. Em 1811, um milheiro de pêros custou 9\$000 réis e em 1812, 500 pêros importaram em 5\$000 réis<sup>738</sup>.

Da Porta e Caldeira, por vezes registado em separado, recolham: vinho, numa média anual aproximada de três a cinco pipas; trigo, entre três e 68 alqueires (média anual de 41 alqueires); centeio (média anual de 4,6 alqueires); cevada (média anual de 0,3 alqueires); e castanhas, nomeadamente, 12 alqueires em 1812.

Das freguesias de S. Martinho, Santo António e S. Roque recolham apenas vinho, variando a quantidade consoante o ano, como em 1808 recolheram, respetivamente, 11 barris e meio pote, 18 barris e sete barris. Os peditórios de vinho são registados, às vezes, em separado, nos sítios do Garachico<sup>739</sup> e na Quinta de Cama de Bispo<sup>740</sup>. O vinho era proveniente da horta do convento, como já descrito.

A partir de finais do século XVIII, constam as batatas nos peditórios. Em janeiro de 1797, pagaram \$200 réis a um moço «que tirou o peditório das sementes» e, em fevereiro de 1807, \$800 réis a «quem tirou a esmola dos vimes, canas e sementes». Em outubro de 1823, a comutação de «sabolos [cebolas] da terça» rendeu 1\$650 réis<sup>741</sup>.

---

<sup>738</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 13v.º, 31. Sobre os peditórios de castanhas, pêros e abóboras, no Estreito de Câmara de Lobos vejamos alguns pagamentos: em dezembro de 1793, 1\$400 réis «moço do peditório das castanhas e peros do Estreito 14 dias» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 28v.º); em novembro de 1797 pagaram 1\$400 réis «a quem tirou os peros e abóboras no Estreito» e \$300 réis pelo «carreto dos peros do peditório 6 cestos» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 112); em novembro de 1798, 1\$400 réis a «a quem tirou os peros no Estreito» e \$400 réis pelo «carreto dos ditos» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 11); em novembro de 1799, 1\$800 réis a «quem tirou o peditório e peros e abóboras no Estreito» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 27v.º); em janeiro de 1801, 1\$800 réis ao «moço que tirou o peditório do Estreito de castanhas e abóboras» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 46v.º), em novembro de 1801, \$600 réis ao «moço do peditório que tirou peros e abóboras no Estreito \$600» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 57). No Estreito era habitual o peditório de vimes e canas. A título de exemplo, em maio de 1801, pagaram \$600 réis «ao moço do peditório do estreito vimes e canas» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 51v.º); em março de 1802 pagaram \$800 réis ao moço «do peditório do Estreito por tirar vimes e castanhas» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 62), em fevereiro de 1803, \$800 réis «moço do peditório 4 dias nas canas e vimes»; em março de 1805, 1\$700 réis ao moço «do peditório das castanhas e vimes no Estreito 7 dias» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 110); em dezembro de 1812, 3\$200 réis «ao moço que tirou o peditório das castanhas, abóboras, canas e vimes 16 dias» (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 34); e em janeiro de 1819, 12\$600 réis «aos moços do peditório das castanhas, canas, vimes e conduções» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 28).

<sup>739</sup> Em fevereiro de 1795 pagaram \$500 réis pelo carreto de dez barris de vinho da esmola (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 55).

<sup>740</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 1 (novembro de 1810).

<sup>741</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 95; l.º 2, fl. 143; l.º 4, fl. 104v.º.

A quem recolhia os peditórios era hábito pagar em géneros ou com uma esmola pelo serviço, como referiam o «que se costuma dar aos religiosos que os tirão» ou de «caridade que teve com os religiosos que o tiraram»<sup>742</sup>. Em outubro de 1792, foi pago a António de Aguiar um «salário» por tirar o «pam» e vinho da Porta. Em abril de 1822, pagaram 2\$400 réis para sapatos a quem tirou a esmola do sepulcro «na cidade» e 2\$100 réis ao convento de S. Francisco do Funchal «do comer que deu ao Irmão Donato». Em abril de 1824, deram 2\$000 réis ao padre que tirou a esmola «na cidade» e 2\$700 réis ao «Irmão pupilo de bragas, tabaco e a esmola que se costuma dar para tirar o peditório do Sepulcro»<sup>743</sup>.

Aos moços dos peditórios era pago o salário pelo serviço, comedoria, compra de um borracho para a recolha do vinho e tabaco para oferecerem aos doadores. Em novembro de 1810, o convento de S. Bernardino gastou nos peditórios das freguesias do Funchal 4\$800 réis de salário e comedoria ao moço de S. Roque, 1\$200 réis em tabaco e 2\$000 réis para um borracho; 14\$400 réis de salário e comedoria ao moço de S. Martinho, 1\$800 réis em tabaco e 3\$000 réis para um borracho; e 14\$600 réis em salário e comedoria ao moço de Santo António, 2\$400 réis em tabaco e 3\$200 réis para um borracho<sup>744</sup>.

Algumas pessoas de elevada condição social davam as suas esmolas em vinho. Em dezembro de 1793, 12 homens «conduziram» para o convento de Câmara de Lobos 23 almudes de vinho que deu, de esmola, Fernando Correia Henriques de Noronha Brandão<sup>745</sup>. O morgado Jorge Correia, em outubro de 1798 e de 1803 deu, em cada ano, um barril de vinho<sup>746</sup>. Em setembro de 1811, «o Saraiva» deu um barril de vinho de promessa<sup>747</sup>.

Como era comum, o vinho arrecadado nos peditórios era a maior fonte de receita, em géneros, do convento de S. Bernardino. Excecionalmente em abril de 1798, por ordem do custódio provincial, da custódia da Madeira, a esmola do vinho tirada em Santo António, 42\$125 réis, foi dada para as obras do convento do Funchal<sup>748</sup>. O vinho do convento era vendido em mosto/«à bica», nos meses de setembro e

<sup>742</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 15v.º, 143.

<sup>743</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 3, 25v.º; l.º 4, fls. 79, 113.

<sup>744</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 1.

<sup>745</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 28v.º.

<sup>746</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 9, 87.

<sup>747</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 11v.º.

<sup>748</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 119v.º.

outubro, ou depois de fermentado/«limpo», ao longo do ano (principalmente entre janeiro e maio) e por vezes tratado<sup>749</sup>.

O vinho na última década do século XVIII era vendido, à pipa, entre 50\$000 réis e 80\$000 réis, e no século XIX, na primeira década, entre 75\$000 réis e 102\$000 réis, na segunda década entre os 100\$000 réis e os 162\$000 réis e na terceira década entre 55\$000 réis e 70\$000 réis, atingindo o valor mínimo de 40\$000 réis, em dezembro

<sup>749</sup> Apresentamos grande parte das vendas do vinho entre a última década do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX: em abril de 1793, sete pipas e 17 almudes (512\$800 réis) e em novembro e dezembro de 1793, quatro barris e meio e meio pote (22\$400 réis); em fevereiro de 1794, cinco pipas e almudes de vinho almudado (376\$230 réis); em março de 1794, meio barril e meio pote de vinho malvasia (3\$300 réis) e quatro almudes de vinho (10\$432 réis); em novembro de 1795, três pipas e 14 barris e meio (195\$312 réis) e três pipas e três barris de vinho almudado (175\$312,5 réis); em março de 1796, quatro pipas (uma a 80\$000 réis, duas a 78\$000 réis e outra e os 14 almudes a 77\$000 réis num total de 354\$461 réis); em maio de 1797, um quarto e meio de vinho (60\$000 réis), 12 barris (58\$500 réis) e um almude e meio e sete quartilhos (4\$875 réis) e em junho de 1797, 15 barris (80\$000 réis); em abril de 1798, seis pipas (540\$000 réis), uma pipa (75\$600 réis), três barris (17\$500 réis) e mais vinho (42\$125 réis); em outubro de 1798, 32 barris (214\$200 réis); em abril de 1799, quatro pipas e dez almudes (350\$760 réis) e em outubro de 1799, uma pipa (75\$600 réis); em janeiro de 1800, três pipas de vinho almudado (234\$000 réis); em janeiro de 1801, três pipas e 11 almudes (342\$300 réis); em novembro de 1803, cinco barris «no tempo do aluvião» (5\$000 réis); outubro de 1804, dez barris «em mosto, no ano de 1803 quando ouve o aluvião» (50\$000 réis) e 24 barris «em mosto, no dito tempo» (da aluvião) (96\$000 réis); em dezembro de 1805, 34 barris (204\$000 réis); em janeiro de 1806, três pipas (de 23 almudes) e um almude de «vinho em limpo» (228\$260 réis); em outubro de 1806, cinco pipas de «vinho em mosto» (375\$000 réis); em outubro de 1807, 24 barris (175\$200 réis); em abril de 1808, quatro pipas de «vinho almudado» (380\$000 réis); em maio de 1808, 11 barris e meio almude (86\$700 réis); em setembro de 1808, uma pipa «para gastos dos peditórios» (84\$000 réis) e um barril de malvasia (9\$000 réis); em outubro de 1808, três pipas (270\$000 réis); em março de 1810, duas pipas e dois barris (238\$000 réis); em janeiro de 1811, uma pipa e oito barris (a 108\$000 réis à pipa, 180\$000 réis); em novembro de 1811, 20 barris (220\$000 réis); em janeiro de 1812, uma pipa e meia (210\$000 réis); em outubro de 1812, 40 barris (480\$000 réis); em setembro de 1813, 12 barris (132\$000 réis) e oito barris (80\$000 réis); em abril de 1814, quatro pipas (488\$000); em outubro de 1814, 26 barris (312\$000 réis); em janeiro de 1815, uma pipa de 26 almudes (155\$000 réis); em outubro de 1815, três pipas e meia (567\$000 réis); em outubro de 1816, uma pipa com 12 barris «vendidos à bica» (cinco barris e meio a 12\$600 réis e seis barris e meio a 11\$200 réis, total de 142\$100 réis); em fevereiro de 1817, uma pipa e meia (198\$000 réis) e de mais vinho (52\$000 réis); em março de 1817, oito barris (62\$000 réis) e mais vinho (30\$000 réis); em abril de 1817, em vinho (30\$000 réis); em maio de 1817, em vinho (30\$000 réis); em junho de 1817, em vinho (30\$000 réis); em julho de 1817, em vinho (50\$000 réis); em setembro de 1817, uma pipa e outros 25 barris e meio (378\$000 réis); em dezembro de 1817, em vinho (190\$000 réis) e em malvasia da Fajã (8\$200 réis); em janeiro de 1818, em vinho (127\$100 réis); em abril de 1819, três pipas e meia (525\$000 réis); em outubro de 1819, em vinho (885\$600 réis); em novembro de 1820, 22 barris (132\$200 réis) e outras quatro pipas (152\$000 réis); em março de 1822, cinco pipas (de 26 almudes) e um quarto (367\$500 réis); em setembro de 1822, seis barris (33\$000 réis); em janeiro de 1823, quatro pipas e meia (315\$000 réis), em outubro de 1823, quatro pipas (uma da horta e três do peditório) (216\$000 réis); em outubro de 1823, três barris (13\$500 réis); em setembro de 1824, 23 barris e três meios potes de vinho da horta (128\$150 réis) e um barril e um almude e meio de «vinho de escolha» da horta (7\$200 réis); em novembro de 1824, duas pipas (120\$000 réis); em dezembro de 1824, três pipas (120\$000 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 12v.º, 26v.º, 28, 32v.º, 34, 70, 77, 100v.º, 102, 119v.º; l.º 2, fls. 8v.º, 16v.º, 30, 46v.º, 88, 101v.º, 123, 124v.º, 137, 150v.º, 158, 159, 159v.º, 164, 165; l.º 3, fls. 3, 14v.º, 17v.º, 30v.º, 48, 56v.º, 63, 69, 79v.º, 92v.º, 99v.º, 101, 102v.º, 104, 105, 106, 109, 111; l.º 4, fls. 6v.º, 8v.º, 31v.º, 39v.º, 58, 78, 84v.º, 90, 103v.º, 104, 107, 118, 120v.º, 121v.º).

de 1824, na venda de três pipas «pela grande necessidade em que esta comunidade se achava»<sup>750</sup>. O vinho inferior, chamado «vinho danado», era vendido a um preço inferior. Em junho de 1797, foi vendido para a taberna, nomeadamente, 46 canadas a \$200 réis à unidade<sup>751</sup>.

De entre os compradores do vinho do convento de S. Bernardino encontram-se identificados alguns comerciantes, capitães, tenentes, mestres e padres. Francisco Gonçalves de Andrade adquiriu, em março de 1794, quatro almudes de vinho (10\$432 réis), meio barril e meio pote de vinho malvasia, do Campanário (3\$300 réis). O irmão síndico, José Rodrigues Pereira adquiriu, em novembro de 1795, três pipas e 14 barris e meio de vinho (195\$312 réis). José Rodrigues Saraiva, em outubro de 1799, adquiriu três pipas em mosto (235\$800 réis). Joaquim dos Santos Saraiva, em outubro de 1799, adquiriu uma pipa de vinho em mosto (75\$600 réis). Vicente Vitorino de Sousa, em outubro de 1807, adquiriu 24 barris de vinho em mosto (175\$200 réis); em outubro de 1823 adquiriu quatro pipas por 216\$000 réis. Paulo Malheiro, em outubro de 1812, adquiriu 40 barris de vinho em mosto (480\$000 réis). João Francisco Gonçalves, em abril de 1814, adquiriu quatro pipas de vinho «em limpo» (488\$000 réis). Luís José Barbosa, em outubro de 1814, adquiriu 26 barris em mosto (312\$000 réis). O ajudante José Figueira, ao longo do ano de 1817, fez várias aquisições de vinho, nomeadamente: em fevereiro, uma pipa e meia de vinho (198\$000 réis); em março, 42\$000 réis correspondentes a compras do ano anterior e 30\$000 réis deste mês; em abril, 30\$000 réis; em maio, 30\$000 réis; em junho, 30\$000 réis; em julho, 50\$000 réis; em setembro, nove barris e meio (108\$000 réis); em dezembro, 120\$000 réis. No ano de 1817 (fevereiro) António Joaquim e Francisco de Freitas Capelo adquiriram, respetivamente, o vinho dos peditórios de S. Martinho e Santo António. No ano seguinte, em janeiro adquiriram, respetivamente, 36\$000 réis e 90\$500 réis em vinho dessas localidades. João da Silva, em março de 1817, adquiriu 30\$000 réis em vinho. O capitão Manuel Teixeira, em setembro de 1817, adquiriu uma pipa (110\$000 réis). O tenente Francisco Joaquim, em dezembro de 1817, adquiriu 70\$000 réis em vinho. O tenente Sebastião Gonçalves, em dezembro de 1817, 8\$200 réis em vinho malvasia. O mestre Nicolau Francisco Gomes, em março de 1822, adquiriu cinco pipas e um quarto de vinho por 367\$500 réis. O vigário do Estreito de Câmara de Lobos adquiriu, em outubro de 1823, dois barris por 9\$000 réis, data em que o padre

<sup>750</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 121v.º.

<sup>751</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 102. O principal factor para a qualidade inferior de alguns vinhos era a qualidade fraca das uvas. Outras vezes, poderia estar relacionada com a qualidade das vasilhas. Em 1811, o convento de Câmara de Lobos vendeu uma pipa vazia por 4\$000 por «estar cheia de mofo» (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 8v.º).

João Capastrano comprou um barril por 4\$500 réis. Manuel Martins da Torre adquiriu vinho, em outubro de 1823. José de Oliveira adquiriu, em dezembro de 1824, três pipas (120\$000 réis)<sup>752</sup>.

Para o «conserto dos vinhos», principalmente do «vinho duvidoso»<sup>753</sup>, era aplicada aguardente de França<sup>754</sup>, adquirida na Madeira, entre 1793 e 1802, ao preço de entre \$600 e \$700 réis à canada e, entre 1802 e 1814, entre 1\$400 réis e 3\$000 réis ao galão<sup>755</sup>. A partir de 1815 continuam as aquisições de aguardente, sem referências à de França, sendo muito provavelmente, a predominante, a do mercado regional<sup>756</sup>. Já anteriormente alguns dos registos não mencionam a proveniência da aguardente. Das várias compras de aguardente apenas encontram-se identificados os vendedores João de Canha, Francisco Alexandre e Blaque Borden<sup>757</sup>.

A borra do vinho do convento era utilizada na caldeira para fabricar aguardente, sendo pago o transporte da mesma, o cozimento e o aluguer da caldeira, como se constata nos anos de 1794, 1796, 1802, 1823 e 1824, entre os meses de novembro e maio<sup>758</sup>.

Na clarificação dos vinhos eram aplicados goma, ovos<sup>759</sup> e gesso, como foi registado em 1797 e 1798, nomeadamente, no mês de setembro, com a compra, em cada ano, de duas arrobas de «gesso para o vinho» a \$600 réis à arroba<sup>760</sup>, como se regista

<sup>752</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 34, 70; l.º 2, fls. 24, 150v.º, 158; l.º 3, fls. 30v.º, 56v.º, 63, 99v.º, 102v.º, 105, 106, 109, 111; l.º 4, fls. 6v.º, 8v.º, 78, 13v.º, 104, 107, 121v.º.

<sup>753</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 8.

<sup>754</sup> Aguardente de França: em janeiro de 1793, seis canadas, a \$600 réis, para conserto de dois cascos; em dezembro de 1796, sete canadas, a \$650 réis; em fevereiro de 1797, quatro canadas, a \$650 réis; em novembro de 1797, 38,25 canadas, a \$650 réis; em novembro de 1799, 14 canadas e meia, a \$750 réis; em dezembro de 1800, dois almudes, a \$650 réis (total de 15\$600 réis); em janeiro de 1801, um almude, a \$650 réis; em outubro de 1802, seis canadas, a \$700 réis; em janeiro de 1803, seis canadas; em novembro de 1812, seis galões a 3\$000 réis; em dezembro de 1814, dez galões, a 1\$500 réis (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 8v.º, 93v.º, 96v.º, 111v.º; l.º 2, fls. 5v.º, 27, 44v.º, 46v.º, 71v.º; 76v.º, l.º 3, fls. 32v.º, 67).

<sup>755</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 67.

<sup>756</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 85, l.º 4, fls. 7, 12v.º, 19, 28v.º, 42v.º, 74, 88, 94, 107, 108v.º, 113, 119.

<sup>757</sup> Em abril de 1795 adquiriram 13 canadas de aguardente a João de Canha (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 58); em fevereiro de 1800 adquiriram 28 galões a Francisco Alexandre a 14\$200 réis ao galão (ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 156); em dezembro de 1811, compraram 12 galões a Blaque Borden (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 15v.º).

<sup>758</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 31, 80v.º; l.º 2, fl. 74v.º; l.º 4, fls. 94v.º, 120v.º, 122.

<sup>759</sup> Em goma gastaram \$400 réis em janeiro de 1825, \$200 réis em janeiro de 1826, \$200 réis em dezembro de 1827 e \$800 réis em agosto de 1831; em ovos, 1\$200 réis em dezembro de 1830; e em «goma e ovos para clarificações», \$450 réis, em março de 1825 (ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 156, 158, 167v.º, 184v.º, 210, 227v.º).

<sup>760</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 108; l.º 2, fl. 7v.º.

no hospício da Ribeira Brava com 15 libras de «gesso para o vinho» (\$400 réis, em setembro de 1804)<sup>761</sup>. No tratamento das pipas utilizavam as «meixas» ou «mexas»<sup>762</sup>.

Contrariamente ao convento de S. Francisco, não é identificado no convento de S. Bernardino qualquer compra de açúcar para o vinho. No convento de S. Bernardino são raros os registos do vinho colocado na estufa, o que não quer dizer que não fosse realizado. Apenas ficou registado em 1804, em maio, a compra de dois galões de aguardente «para o vinho que se meteu na estufa», o carroto do vinho para a estufa 1\$100 réis, e em setembro o pagamento de 1\$000 réis a «quem trouxe o vinho da estufa da Torre»<sup>763</sup>.

O tratamento do vinho da comunidade do convento de S. Bernardino era realizado por homens recebendo um pagamento pela tarefa. Em novembro de 1810, pagaram 13\$000 réis «a quem tratou do vinho estes três anos»<sup>764</sup>. Em novembro de 1822, dois homens trasfegaram o vinho da comunidade (\$600 réis) e, em outubro de 1824, um homem recebeu \$300 réis pelo mesmo serviço<sup>765</sup>. Em setembro de 1821, «uns homens que conduziram umas vasilhas e incubar o vinho» receberam \$400 réis<sup>766</sup>.

Para o armazenamento do vinho, o convento de S. Bernardino recorria a pipas vindas da Funchal, como aconteceu em setembro de 1823 com o frete e conduções de dez pipas do Funchal, por 2\$400 réis, «para encascar o vinho em casa de Vicente Vitorino», um dos compradores do vinho do convento<sup>767</sup>.

Para a recolha do vinho das esmolos ou peditórios pelas diversas localidades eram adquiridos borrachos e odres parecendo tratar-se do mesmo utensílio, pois ambos nunca constam em simultâneo numa aquisição e ambos tinham o mesmo valor monetário, variando os borrachos entre 1\$200 réis e os 3\$000 réis e os odres entre os \$550 réis e os 2\$300 réis<sup>768</sup>. Geralmente eram comprados borrachos ou odres novos, um por cada localidade, como se constata na recolha de setembro de 1799 quando compraram «7 odres para os peditórios de vinho de todas as freguesias a

---

<sup>761</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 37.

<sup>762</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 55v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 75, 108, 177v.º.

<sup>763</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 96v.º, 101.

<sup>764</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 1.

<sup>765</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fls. 88, 119.

<sup>766</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 71.

<sup>767</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 102v.º.

<sup>768</sup> Compra de borrachos: em dezembro de 1792: três borrachos, um por 1\$400 réis e dois por 1\$200 réis; em novembro de 1810: um por 2\$000 réis, outro por 3\$000 réis e outro por 3\$200 réis; em outubro de 1816, cinco por 14\$100 réis; e em julho de 1824, dois borrachos por 1\$800 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 6v.º; l.º 3, fls. 1, 93; l.º 4, fl. 116).

saber para o Campanário um, por 1700: para a Caldeira 1 por 2300: para a porta 2: um por 2200 e outro por 1800: para S. Martinho hum por 2000: para S. António um por 2200: e para S. Roque outro por 2000: 14\$200»<sup>769</sup>. Um borracho velho, em outubro de 1805, importou em \$900 réis<sup>770</sup>.

Como acontecia com o convento de S. Francisco, o convento de S. Bernardino comprava vinho: em maio de 1796, uma pipa vinda do norte, no valor de 24\$400 réis, «para suprir a comunidade»; em junho de 1805, 12 almudes de vinho do norte por 18\$260 réis; e em maio de 1808, uma pipa de vinho com 26 almudes por 56\$000 réis, comprada «ao capitão mor para gastos da comunidade»<sup>771</sup>. A maior quantidade do vinho comprado era utilizada no dia a dia da comunidade, como então se registava em finais do século XVIII e nas três primeiras décadas do XIX: para o «gasto da comunidade», «suprir a comunidade», «vinho de gastos», para «algumas necessidades» ou «para a comunidade beber nos meses do verão – dez barris – 47\$000 réis»<sup>772</sup>. Estas aquisições eram geralmente de um a dois almudes ou de um a dois barris.

O vinho era empregue com os «religiosos nos dias de trabalho»<sup>773</sup> e quando traziam homens a trabalhar na horta. O vinho para as missas era frequentemente adquirido<sup>774</sup>.

Para ocasiões pontuais de relevada importância, era comprado algum vinho, como o malvasia<sup>775</sup>, «vinho bom»<sup>776</sup> ou «vinho velho»<sup>777</sup>, aquando da vinda de confessores em festas e almoços de benfeitores<sup>778</sup>, na visita<sup>779</sup>, nos dias de S. João

---

<sup>769</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 23. Compra de outros odres: Em outubro de 1792, três odres para os peditórios, dois deles utilizados nas freguesias de Santo António e S. Martinho; em dezembro de 1792, seis odres «para conduzir o vinho das esmoladas» (5\$800 réis); em agosto de 1793, um odre para a esmola do Campanário (1\$000 réis); em novembro de 1793, dois odres, um para o peditório da freguesia de S. Roque (1\$200 réis) e outro para S. Martinho (1\$000 réis); em dezembro de 1793, um odre para o peditório de Santo António (1\$300 réis); em setembro de 1794, um odre para o peditório da Caldeira (\$900 réis); em novembro de 1794, dois odres a \$550 réis cada um; em outubro de 1795, quatro odres a 1\$200 réis (4\$800 réis); em agosto de 1811, um odre para a freguesia do Campanário (2\$200 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 3, 6v.º, 22, 26v.º, 28v.º, 46v.º, 49v.º, 68v.º; l.º 3, fl. 10).

<sup>770</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 120.

<sup>771</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 80v.º; l.º 2, fls. 114, 160.

<sup>772</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9, 63v.º; l.º 2, fl. 165; l.º 3, fls. 11v.º, 55; l.º 4, fl. 53v.º.

<sup>773</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 68.

<sup>774</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 20v.º, 23v.º; l.º 3, fls. 10, 11v.º; l.º 4, fls. 11, 63v.º, 68.

<sup>775</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 9.

<sup>776</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 150, 165; l.º 4, fl. 53v.º.

<sup>777</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 120; l.º 3, fls. 10, 11v.º, 13.

<sup>778</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 68.

<sup>779</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 116v.º; l.º 4, fl. 65.



e de S. Pedro<sup>780</sup>, jubileu da Porciúncula<sup>781</sup>, festa do Santíssimo<sup>782</sup> e principalmente na novena e festa de S. Francisco<sup>783</sup>. O vinho tinta<sup>784</sup> era raramente utilizado. Em setembro de 1811, adquiriram seis garrafas de tinta, a \$500 réis à unidade «para obsequiar o morgado Fernando que veio com seus filhos a este convento» e em outubro do mesmo ano, adquiriram outras seis garrafas de vinho tinta ao mesmo preço<sup>785</sup>.

Entre os vendedores de vinho à comunidade conventual de S. Bernardino encontram-se: o capitão Francisco João de Caires, da Torre (abril de 1792); o feitor D. José de Barreto (setembro de 1799); o mestre Estêvão José Moniz (setembro de 1799); o capitão Francisco Gonçalves, do Campanário (outubro de 1799, setembro e outubro de 1801); Francisco Nunes, do Lugar (agosto de 1800, agosto e outubro de 1807); o capitão-mor (maio de 1808); João Teixeira (fevereiro de 1820); e Vitorino Teixeira (outubro de 1824)<sup>786</sup>.

O convento da Calheta tinha consignado o peditório do vinho no Porto Moniz, Seixal, Prazeres, Fajã da Ovelha, Jardim do Mar, Paul do Mar, Ponta do Pargo e na Calheta, nos Lombos do Salão, Brasil, Estrela e da Atouguia, e do trigo na ribeira da Madalena do Mar, Arco da Calheta, Calheta, Estreito da Calheta, Paul do Mar, Jardim do Mar, Porto do Moniz e Seixal<sup>787</sup>.

Embora não chegassem à atualidade registos sobre as quantidades arrecadadas, confirma-se o peditório do vinho, trigo, cevada, centeio e ervilhas. Na disposição do convento, no inventário de outubro de 1753, é mencionada a existência de «tres alqueires de ervilhas brancas, dois a \$400 reis e hum de esmola \$800» e «hum casco de vinho e hum coarto, e outro, em que se vai botando; e ficace tirando os peditórios dos Nortes, e os mais»<sup>788</sup>. No inventário de outubro de 1767 são referidos a existência de «3 quartos grandes e 5 pequenos, um com feijão, e os outros com as misturas que se tiraram dos peditórios» e um tonel e seis pipas com o vinho tirado nos peditórios e uma pipa com dois barris «poco mais de vinho velho»<sup>789</sup>. Alguns produtos eram

---

<sup>780</sup> Em junho de 1823, gastaram para estes dias meio almude de vinho (1\$400 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 98).

<sup>781</sup> Para este evento adquiriram três almudes de vinho a 7\$950 réis (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 99v.º).

<sup>782</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 42.

<sup>783</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 9; l.º 2, fls. 42, 102, 165; l.º 4, fls. 70v.º, 72v.º, 119v.º.

<sup>784</sup> É um vinho muito tinto, segundo Raphael Bluteau (BLUTEAU, 1721, *Vocabulário* [...], vol. T-Z, p. 169).

<sup>785</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 11v.º, 13.

<sup>786</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9, 23; l.º 2, fls. 25, 40, 55, 56v.º, 149, 150, 160; l.º 4, fls. 46, 119v.º.

<sup>787</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 39.

<sup>788</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 14.

<sup>789</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23v.º.

guardados em casas particulares nas localidades mais distantes onde se realizavam os peditórios. O convento da Calheta tinha vinho guardado: no Porto Moniz, nas casas do síndico, com o sargento-mor Francisco Ferreira Ferro (1755), com Leandro João Perestrelo (1777), com o alferes Jacome de Sousa Barreto (1781) e com Tomé de Sousa (1781); no Seixal; no Lombo do Atouguia; na Fajã da Ovelha; e nos Prazeres em casa de Domingos de Agrela (1781). No Porto Moniz, em casa de Miguel Esteves (1755), tinha um arcaz de til, com capacidade de 47 alqueires, para colocar o trigo recolhido no verão<sup>790</sup>.

Os vinhos mais fracos ou estragados, como habitualmente, eram destilados. Em 1781, em casa de Tomé de Sousa, da freguesia do Porto Moniz estavam quatro barris de vinho da Ribeira da Janela «que por estarem azedos foram destilados em aguardente»<sup>791</sup>.

O peditório de trigo e vinho do hospício da Ribeira Brava estava confinado às freguesias da Serra de Água e da Ribeira Brava<sup>792</sup>, estendendo-se na prática até à Tabua. Em 7 de outubro de 1753, por ordem do Capítulo custodial, os peditórios e a venda de hábitos para defuntos na freguesia de S. Vicente, no norte da Madeira, passaram da alçada do convento de Santa Cruz para o oratório da Ribeira Brava, em face «da penúria, e manifesta necessidade, que experimentam [este oratório] e para que melhor possam subsistir»<sup>793</sup>, pois este hospício tinha sido criado apenas a pouco mais de 20 anos.

Da freguesia da Serra de Água, entre 1737 e 1808, eram doados uma média anual de cinco barris e meio de vinho; 2,6 alqueires de trigo; oito alqueires e meio de centeio e 0,3 alqueires de cevada. Da Serra de Água provinham nozes e castanhas<sup>794</sup>.

---

<sup>790</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18v.º, 44, 53, 54. O convento da Calheta tinha ainda vinho guardado nas casas do alferes Manuel Gonçalves de Canha (1777), António Francisco de França (1781) e de Pedro Jorge Monteiro (1781) (ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 44, 53-53v.º).

<sup>791</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 53v.º.

<sup>792</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 39-39v.º.

<sup>793</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 4.

<sup>794</sup> Em novembro de 1741, pagaram meio tostão pelo carro de um saco de nozes e castanhas; em novembro de 1743, pagaram \$200 réis ao moço que andou no peditório das nozes; em novembro de 1795, \$400 réis ao moço que tirou o peditório das nozes e castanhas e condução da Serra de Água, tendo neste ano, em dezembro, vendido um alqueire e meio de castanhas (\$750 réis) e um alqueire de nozes (\$600 réis); em novembro de 1799, pagaram \$800 réis, ao moço, pelo peditório e carro de mesmas. Entre 1800 e 1806 arrecadaram 11 alqueires de nozes e a mesma quantidade de castanhas (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 51, 70v.º; l.º 2, fls. 15, 15v.º). Em 1797, foram cortadas nogueiras na Serra de Água, tendo sido a lenha dada ao hospício (ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 33). A lenha de noqueira, é por vezes especificada em separado das outras lenhas, como ocorreu no convento de Câmara de Lobos, em abril de 1794, com quatro pesos de lenha de noqueira por 2\$500 réis e, em maio de 1806 com «lenha de noqueira comprada no Estreito» por 3\$000 réis (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 37, 131).

Quanto às freguesias da Ribeira Brava e Tabua, entre 1737 e 1744, doaram uma média anual de seis pipas de vinho, 36 alqueires de trigo, 37,5 alqueires de centeio e 18,5 alqueires de cevada. Realce-se a maior produção de centeio em relação aos outros cereais e seis barris do vinho da Tabua eram provenientes de uma pensão de Pedro Afonso principiada em 1740 e com a duração de 30 anos<sup>795</sup>.

A partir de 1796, nos registos respeitantes à Ribeira Brava e Tabua são especificados os locais dos peditórios: Banda de Além, Banda da Cova, Ribeira/Lugar e Tabua. A partir de 1802, são recolhidas castanhas na Ribeira da Cova (entre dois e três alqueires e meio por ano) e nozes na Tabua (entre dois e três alqueires por ano). Refira-se a recolha de vinho malvasia na Banda de Além e na Ribeira/Lugar, rondando um barril e meio por ano.

Ao hospício, através de peditórios ou compras, chegavam abóboras<sup>796</sup>, e através de peditórios, os vimes e as liaças vindas da Serra de Água<sup>797</sup>. Da freguesia de S. Vicente provinha feijão<sup>798</sup>.

O pagamento de dívidas ao hospício, ocasionalmente eram satisfeitas com o dinheiro obtido pela venda de produtos, como aconteceu, em outubro de 1799, com 10\$350 réis, em inhame; 20\$000 réis, em nozes; e 35\$700 réis, em 7,25 alqueires de castanhas secas; entregues, respetivamente, por António Pereira, da Serra de Água (pagamento do capitão-mor D. Sancho Gaspar Herédia), Joaquim dos Santos e Luís Gonçalves<sup>799</sup>.

Como acontecia com os outros espaços conventuais da Madeira, no hospício da Ribeira Brava, o vinho passava pelos mesmos procedimentos. Parte do vinho era para consumo, sendo armazenado na adega do hospício. Outra parte era vendida ou comutada por dinheiro, como anotado nos livros de contas, por ordem do irmão síndico do convento. Entre as vendas são referidas aquelas feitas a: Manuel Francisco, da Tabua, de seis almudes e meio de vinho da horta a 2\$600 réis ao barril num total de 6\$770 réis (setembro de 1797), de cinco barris, um almude e meio e uma canada de vinho da Tabua por 33\$771 réis (setembro de 1801), e de quatro barris por 16\$000

---

<sup>795</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 41, 49v.º, 60v.º.

<sup>796</sup> Em outubro de 1743 compraram duas dúzias de abóboras (1\$000 réis); em outubro de 1795 comutaram uma dúzia de abóboras (\$800 réis) e em outubro de 1800 comutaram uma dúzia por 1\$800 réis e meia dúzia por \$800 réis (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 69; l.º 2, fls. 13, 85v.º).

<sup>797</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fl. 90.

<sup>798</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 79; l.º 3, fls. 39, 53, 65v.º, 81v.º.

<sup>799</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 67.

réis (setembro de 1803); a João da Silva, criado de Jorge Correia, de 46 almudes a 65\$000 réis à pipa, num total de 130\$000 réis (janeiro de 1798); a Manuel Joaquim Ferreira, do Funchal, filho de Manuel João Ferreira Larica, de duas pipas de 23 almudes num total de 120\$000 réis (maio de 1799); a Manuel José Pestana, cura, de três pipas num total de 192\$000 réis (dezembro de 1799); a Manuel Ferreira Saraiva, capitão, por duas pipas 140\$000 réis (março de 1801); a Manuel de Jesus, das Heras, de um barril e um almude e meio de vinho inferior da Tabua no valor de 4\$800 réis (setembro de 1801); Manuel da Silva Ribeiro, de dois barris de mosto do peditório da Banda de Além por 12\$000 réis (setembro de 1801); a José Figueira da Silva, de um barril e três meios potes de mosto «bacho» do peditório da Banda de Além por 6\$500 réis, e meio barril de vinho «inferior» a 1\$500 réis (setembro de 1801); a Manuel Ferreira Pestana, capitão, de uma quantidade de vinho por 36\$521 réis (dezembro de 1802), uma pipa e um almude a 60\$000 réis, num total de 80\$869 réis (abril de 1804); Francisco João de Cairos, por três pipas a 171\$000 réis (maio de 1806)<sup>800</sup>. Outras vendas avultadas de vinho ficaram no anonimato<sup>801</sup>. Neste hospício os vinhos de qualidade inferior eram denominados «por estar ágro» (1795) ou por estarem em «perigo de se danarem»<sup>802</sup>.

No hospício da Ribeira Brava tanto compravam pequenas quantidades de aguardente por ocasião das festas e outras quantidades maiores para o «conserto» dos vinhos, como vendiam aguardente produzida das borras dos vinhos e dos vinhos de qualidade inferior.

Era habitual mandarem fazer aguardente, desde 1745. Pagaram neste ano \$600 réis a um «homem que fez a aguardente e caldeira»; em 1795, \$100 réis a quem «fez dois cozimentos de aguardente»<sup>803</sup>; em dezembro de 1797, gastaram \$300 réis no «frete da caldeira e pagamento a quem fez um cozimento de aguardente»<sup>804</sup>; em novembro de 1798, \$800 réis a «quem fabricou a aguardente de 5 barris de v[inh]o

---

<sup>800</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 39, 42v.º, 62, 70, 91v.º; l.º 3, fls. 4v.º, 18v.º, 26v.º, 59.

<sup>801</sup> Algumas comutações: 18 almudes por 18\$000 réis (setembro de 1741); quatro pipas por 120\$000 réis (abril de 1743); duas pipas por 46\$000 réis (janeiro de 1745); duas pipas e dois almudes por 104\$347 réis (março de 1795); um quarto de vinho a 55\$000 réis à pipa num total de 27\$500 réis (dezembro de 1795); oito almudes por 23\$648 réis (fevereiro de 1797); meio barril de vinho inferior da Serra de Água por 1\$000 réis (dezembro de 1799); 23 almudes por 65\$000 réis (janeiro de 1807); dois barris de mosto por 12\$000 réis (outubro de 1807); oito barris de «vinho bom» do peditório da Tabua por 44\$000 réis (dezembro de 1809) (ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 48, 63v.º, 84; l.º 2, fls. 5, 16, 32v.º, 70; l.º 3, fls. 68, 72v.º).

<sup>802</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 6; l.º 3, fl. 3.

<sup>803</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 84.; l.º 2, fl. 4.

<sup>804</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 41v.º.

que se danou» e \$400 réis pelo «mesmo pelo trabalho de fazer a aguardente da borra do vinho e servente»<sup>805</sup>; em novembro de 1803, \$500 réis pelo «aluguer da caldeira e merecido de quem fez 2 cozimentos de aguardente»<sup>806</sup>. A partir de 1795, surgem aquisições de aguardente de França, a \$700 e \$800 réis à canada<sup>807</sup>.

As liaças<sup>808</sup>, obtidas a partir do corte de vimes em várias partes, no sentido longitudinal, e os vimes eram obtidos por compra ou através de peditórios, sendo usados pelos conventos na encana dos corredores das hortas<sup>809</sup> e para os arcos das pipas.

Os arcos que envolvem as pipas eram em ferro, vimes ou liaças. No final do século XVII e no século XVIII, nos Açores, em S. Miguel, são referidos que «os arcos eram de vimes, podendo ser de liaça ou de louro, sendo a liaça o material mais valorizado»; na Horta, «os arcos são igualmente de liaça, sendo obrigatório cada arco possuir cinquenta vimes ou cento e cinquenta liaças»; e em Angra, em finais do século XVIII, são mencionados os «arcos da terra e arcos de ferro»<sup>810</sup>.

Na documentação conventual da Madeira, no hospício da Ribeira Brava, em 1737, são referidos barris «com seus arcos de ferro»<sup>811</sup>, sendo uma expressão usada nos restantes conventos ao longo dos séculos XVIII e XIX não só para as pipas, como para as selhas e outros objetos de tanoaria. No convento da Calheta, nos inventários da segunda metade do século XVIII, são inventariadas as pipas com «arcos de ferro», «rodas de arcos ingleses» ou «rodas de arcos»<sup>812</sup>.

Por outro lado, são habituais as referências aos vimes e liaças para os arcos das pipas, por vezes designados de «arcos da terra» ou «arcos de pau». Em 1743, o hospício da Ribeira Brava comprou um «molho de arcos da terra», por \$300 réis, para consertar as vasilhas, e em 1831, o convento do Funchal pagou 1\$140 réis a «quem fez os arcos de pau»<sup>813</sup>.

---

<sup>805</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 54v.º.

<sup>806</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 29.

<sup>807</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 3; l.º 3, fls. 14, 17, 19.

<sup>808</sup> Segundo Raphael Bluteau, Liaça é um «molho. Liaça de vimes» (BLUTEAU, 1716, *Vocabulario* [...], vol. K-NYS, p. 105).

<sup>809</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 78v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 53v.º.

<sup>810</sup> GASPAR, 1993, «Projecto de Musealização [...]», p. 60.

<sup>811</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 13v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 34; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 39, 66v.º, 75, 103v.º, 146, 191v.º. Apresentamos alguns preços dos arcos de ferro, relativos ao convento do Funchal: «12 arcos de ferro para um tonel 2\$400» (1817); «dois molhos d'arcos de ferro 8\$000» (1821); «dois arcos de ferro para um balde grande \$100».

<sup>812</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 24v.º, 31, 31v.º, 46v.º, 47v.º, 53, 53v.º.

<sup>813</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 68; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 226v.º.

Na freguesia de Santo António, no Funchal, os conventos do Funchal e de Câmara de Lobos realizavam o «peditório dos arcos»<sup>814</sup>, isto é, das liaças e vimes para a confeção de arcos para as pipas. Os vimes ou liaças eram «dobradas», ou melhor moldadas, para formar os arcos, sendo pago, pelo convento de Câmara de Lobos, em 1793, \$020 réis por cada uma, com um total de «35 rodas de arcos em Santo António»<sup>815</sup>. No peditório de 1808, o convento de Câmara de Lobos pagou 1\$200 réis ao moço que «tirou os arcos» e 1\$100 réis «a quem os fez»<sup>816</sup>. Estas rodas de arcos eram comutadas por dinheiro ou enviadas para os conventos, em molhos, cargas ou feixes.

O hospício da Ribeira Brava fazia o peditório ou comprava os vimes e as liaças na Serra de Água<sup>817</sup>, com o objetivo de serem usadas nas mesmas funções dos corretores e das vasilhas<sup>818</sup>, como ocorria no convento da Calheta, verificada na aquisição, em 1755, de «4 leaças que se compraram para as pipas \$200»<sup>819</sup>.

Um molho de liaças tinha um valor de \$030 réis em 1737; \$100 réis em 1797; \$120 réis em 1798; \$150 réis em 1803; \$450 réis em 1815; \$300 réis em 1817; \$230 réis em 1818; \$200 réis em 1819, 1826, 1828; e \$300 réis em 1830.

Relacionado com tarefas que permitiam arrecadar dinheiro, no período em estudo, existiram alguns frades que se dedicaram ao ofício de pintor. Em 1752, Fr. Miguel de St.º Thomaz y Morales confirma ter recebido 20\$000 réis por obra de pintura que executou para a capela de N.ª Sr.ª da Piedade, conhecida de «Igreijna»,

---

<sup>814</sup> Foram gastos: em maio de 1817, 3\$300 réis «com o peditório dos arcos»; em abril de 1828, \$900 réis na «despesa dos arcos de Santo António»; e em junho de 1828, \$200 réis no «carreto de 2 cargas de arcos de Santo António» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 35v.º; l.º 6, fls. 188v.º, 190v.º). O convento de Câmara de Lobos arrecadou através deste peditório, em fevereiro de 1793, «20 rodas e meia de arcos da esmola de Santo António»; em abril de 1793, pagou a um moço de dobrou os arcos; em maio de 1793, «35 rodas de arcos»; e em julho de 1803, «15 rodas de arcos» (ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 9v.º, 12v.º, 14, 83; l.º 2, fls. 3v.º, 35v.º, 71, 83, 159v.º, 160; l.º 3, fls. 23v.º, 44; l.º 4, fls. 100v.º). O convento do Funchal, além dos arcos do peditório, obtinha as «rodas de liaça» e as liaças, também, através de compra, entre remessas de três a nove liaças, provavelmente por serem insuficientes as do peditório e necessitar de outras para a horta. Em julho de 1832, é mencionada a compra de «5 molhos de arcos e ferragem e 3 leaças para conserto das pipas, tudo 5\$200» e, em agosto de 1832, a compra de «uma roda de leaças» (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 2; l.º 6, fls. 38, 56, 72v.º, 75, 119v.º, 172, 191v.º, 204v.º, 216v.º, 228, 234, 236v.º, 237).

<sup>815</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 14.

<sup>816</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 159v.º.

<sup>817</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 12v.º, 32v.º; l.º 2, fl. 90.

<sup>818</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 12, 39, 48; l.º 3, fl. 35.

<sup>819</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 20v.º.

no Funchal<sup>820</sup>. Conforme inscrição no verso da tela da pintura de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Bom Despacho, da capela homónima situada na freguesia do Campanário, «Frei António Fez e ofereceu este quadro a Nossa Senhora do Bom Despacho, em 1762», ano em que a capela foi reconstruída pelo P.<sup>e</sup> Francisco Nicolau de Brito, irmão do proprietário da capela. Já no final do século, ao mesmo Fr. António ou a outro frade de nome Fr. António de Jesus, em 1795, a confraria de S. Pedro, ereta na capela de S. Pedro, em Santa Cruz, pagou 4\$500 réis «de incarnar, e pintar S. Pedro»<sup>821</sup>, correspondente a uma escultura. Em 1799, a confraria das Almas, da igreja de S. Salvador, em Santa Cruz, pagou 26\$000 réis «a Frei Antonio de Jesus de pintar o quadro das Almas» e, em 1801, mais 4\$000 réis, relativos ao «resto de pintar o quadro»<sup>822</sup>. Em 1799, Fr. Francisco de Sales recebeu 8\$000 réis, «por reforma e carne de huma Imagem de Senhor Corcificado», pagos pela confraria do Senhor Jesus e Almas, da igreja de S. Brás, no Campanário<sup>823</sup>.

## Alimentação

### Quotidiano, Manjares e Festividades<sup>824</sup>

O espiritual estava presente na hora das refeições, através de orações de agradecimento e da leitura de textos, como se constata na «refeição espiritual» existente no refeitório do convento da Calheta<sup>825</sup>.

Antes da entrada para a refeição existia um momento de meditação na casa De Profundis ou o «quarto da oração». Segundo Fr. João de Santa Ana, do convento de Mafra, a casa De Profundis tem este nome porque nela é hábito «juntar-se a comu-

---

<sup>820</sup> RODRIGUES, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira [...]*, tomo I, p. 488.

<sup>821</sup> ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1057, fls. 2v.º, 4v.º, 6v.º. Em 1793, foi adquirido um altar, para a capela de S. Pedro, ao doutor Jorge Moniz por 20\$900 réis (incluindo o frete), vindo para essa capela, em 1790, da freguesia do Faial, um quadro de S. Pedro.

<sup>822</sup> ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1049, fls. 2v.º, 3, 5. Em 1801, Fr. António de Jesus recebeu mais 4\$000 réis do «resto de pintar o quadro».

<sup>823</sup> ABM, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 897, fl. 11.

<sup>824</sup> Esta temática foi abordada em LADEIRA, 2021, «Alguns aspetos alimentares [...]», pp. 33-50.

<sup>825</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 3, 8v.º, 13, 43, 53.

nidade e rezar o Salmo que principia De profundis clamavi com a sua competente oração pelas Almas, antes de entrar para o Refeitório»<sup>826</sup>. A «casa De Profundis»<sup>827</sup> do convento da Calheta foi calcetada com «pedra miúda», na década de 60 do século XVIII e continha um candeeiro<sup>828</sup> ou lanterna «que se acende para os religiosos à noite quando entram a ceiar»<sup>829</sup>. Neste convento, em 1777 e 1781, existia no refeitório uma crónica da Ordem e um livro da Regra e Testamento<sup>830</sup>, e na cozinha, em 1750, «um sino De Profundis»<sup>831</sup>, provavelmente com a função de reunir a comunidade, e uma pia de pedra lavrada «que estava para se fazer o lavatório na casa do perfundes»<sup>832</sup>.

Quanto ao horário das refeições, segundo Francisco da Fonseca Henriques, no período em estudo, «a mayor parte dos homens come ao jantar, e à cea [ceia]; e he o que basta para conservação da natureza, e nutrição do corpo. Outros também almoço, e merendão. A hora do jantar deve ser das onze até o meyo dia; e a da cea das nove até às dez da noyte. E no Estio sempre he conveniente jantar mais cedo principalmente em regioens quentes»<sup>833</sup>.

As extravagâncias, contrárias aos ideais franciscanos, incluindo as alimentares, eram regularmente abordadas nos Capítulos, como ocorreu no de 7 de outubro de 1753, no qual alertavam

«que no jantar da festa de S. Francisco não hajam mais que três pratos da cozinha fora do comum: não se proíbe nesta lei as sobremesas, as quais sempre serão moderadas sem excesso; isto mesmo se observará nas mais festas, em que há costume exceder aos pratos mencionados nesta lei, e nas visitas assim de Custódios, como de visitantes, em que a santa pobreza se obscurece nos demasiados gastos; mandamos, que na mesa fora de razão comum se lhe presente dois pratos, um de assado, e outro de guisado, não se proibindo aqui alguma moderada sobremesa»<sup>834</sup>.

No Capítulo de 22 de junho de 1772 abordaram as muitas saídas dos religiosos dos conventos, derivadas do facto de dizerem missas fora e «pedirem licença para

---

<sup>826</sup> GANDRA, s.d., «Refeitório e Dependências Anexas».

<sup>827</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 8v.º, 23v.º, 31, 56v.º-57v.º.

<sup>828</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 56v.º.

<sup>829</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 31 (1771).

<sup>830</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 43, 53.

<sup>831</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 3.

<sup>832</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 23v.º.

<sup>833</sup> HENRIQUES, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, p. 56. No período em estudo, a hora do jantar corresponde à do atual almoço e a da ceia à do atual jantar.

<sup>834</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 2.



jantarem em casa de seus parentes, e amigos». Em resposta, encurtaram o número de capelas, obrigaram à deslocação com um companheiro para evitar as «vaguiações, que fazem os Religiosos» pelo Funchal, ao regresso «a horas competentes decoro» e a proibição de «jantarem fora do convento sem que levem companheiros que jantem com eles na mesma casa, por ser proibido pelos estatutos Romanos, como diz Samaniego<sup>835</sup> estes jantares, e principalmente os banquetes públicos». Neste Capítulo insistiram nos exageros do jantar da festa de S. Francisco, sinal de que os três pratos eram superados, ordenando «que o jantar [deste dia] seja moderado, e condeciente ao nosso estado, e pobreza para o que se darão no dito dia três pratos de cozinha além do comum doce de colher que corra a mesa, e fruta para que deste modo se evite grande despesa, que se faz com bandejas maçãs e outras seprofluidades que só se dirigem a sustentar grandezas». Passados nove anos, no Capítulo de 4 de dezembro de 1781, com o intuito de diminuir as dívidas dos conventos, ordenavam que daí em diante não fosse dado aos religiosos «mais do que meio quartilho de vinho para o jantar, e outro a ce[i]a enquanto senão pagarem as dividas». Em patente de 31 de julho de 1784, com o mesmo fim, ordenavam evitar «toda a superfluidade, assim na mesa, como no lugar, onde residimos» proibindo o chá, o queijo, o doce «e tudo aquilo que exceder ao tratamento da Mesa». Mantinham o hábito de «no dia da entrada da Visita a favor das comunidades, conservado o antigo costume de dois pratilhos de assado, e picado e arroz, neste e nos dois dias imediatos»<sup>836</sup>.

Relacionado com a bebida, no Capítulo custodial de 8 de novembro de 1753, realizado no convento do Funchal, era ordenado ao religioso «que se inebria dentro, ou fora dos conventos» que seria «privado do copo, e não se emendando, seja suspenso do exercício de suas Ordens como indigníssimo Ministro deles, e o Guardião, que assim não executar seja suspenso do seu ofício por 2 meses»<sup>837</sup>.

Os franciscanos obtinham os alimentos através de compra, peditórios, legados e cultivo das hortas dos conventos.

Os artigos comestíveis, recolhidos nos peditórios, eram sobretudo vinho e trigo, e ainda centeio, cevada, feijão, castanhas, nozes, favas, abóboras e pêros. Recorrendo a trabalhadores externos, nas hortas, os conventos produziam vinho,

---

<sup>835</sup> José Ximenes Samaniego, Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores da Observância, de 1676 a 1682.

<sup>836</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fls. 28v.º, 29, 40, 40v.º, 49, 49v.º.

<sup>837</sup> ANTT, CSSC, l.º 1, fl. 3.

couves murcianas, batatas, cebolas, favas, abóboras, feijão, grãos, cevada e trigo<sup>838</sup> e criavam gado suíno e bovino e galináceos. Nos conventos de Santa Cruz e do Funchal é habitual a criação de bovinos, que se alimentavam nas cercas e quando mingava a alimentação, como ocorreu em Santa Cruz, compravam palha e folha de cana<sup>839</sup>. Nos do Funchal e de Câmara de Lobos adquiriam, esporadicamente, um a quatro carneiros «para a horta» ou «alimpar a folha da horta». A maioria dos conventos criava um porco num chiqueiro, com milho e produtos da horta, cujo fim era o «engordar para a comunidade». A matança ocorria, geralmente, entre outubro e dezembro, entre as festas de S. Francisco e do Natal, sendo parte do porco conservado em sal<sup>840</sup>.

A base do quotidiano alimentar dos franciscanos era o pão, confeccionado, nos conventos por amassadeiros, com farinha oriunda do trigo (anafil, da terra e inglês) dos peditórios ou comprada. Poucas vezes utilizavam o centeio e a cevada ou a mistura destes dois, sendo conhecida por «misturas». Raramente, compravam rolão e os farelos e «farelos de misturas» eram vendidos a \$150 réis ao alqueire<sup>841</sup>.

A carne, principalmente de vaca, era assiduamente adquirida sendo o produto que acarretava o maior encargo alimentar, aumentado nas festividades e nas propinas<sup>842</sup>. No século XIX, a carne de vaca fresca custava entre \$120 e \$165 réis à libra, enquanto a salgada cerca de \$100 réis. O convento de Santa Cruz adquiria-a frequentemente no Caniço. No hospício da Ribeira Brava, em agosto e dezembro de 1741, a carne de vaca é mencionada para «picado e assado», o que revela, em parte, como era cozinhada<sup>843</sup>.

Ao longo do ano, a carne de porco era pouco consumida. Era conservada salgada<sup>844</sup> e em vinho e alhos, referida na época por «vinho de alhos» ou «vinha

<sup>838</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 30, 38; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 31v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 34v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 35; l.º 3, fl. 19v.º; l.º 4, fl. 5; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 62; l.º 6, fls. 13, 27, 82.

<sup>839</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 225; l.º 6, fls. 68, 83, 86v.º, 222; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 13, 28v.º, 30. No convento do Funchal, em 1820, um «carrasco que matou um bezerro» recebeu \$200 réis.

<sup>840</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 19, 30; l.º 4, fls. 50, 64v.º, 88; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 29; *CNSPRB*, l.º 3, fl. 19; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 7, 17v.º, 22, 69v.º, 150v.º.

<sup>841</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 201v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 12v.º, 41.

<sup>842</sup> As propinas eram entregues aos franciscanos pelos guardiões dos conventos em algumas festas, como nas de S. Francisco ou do Natal. As propinas equivaliam a um donativo, associado a uma merenda ou a um brinde (BLUTEAU, 1720, *Vocabulario* [...], vol. Q-SYS, p. 781). As propinas eram dadas aos frades em géneros, como calçado, vestuário, tabaco, carne, bolos e doces e muito raramente em dinheiro e estendiam-se aos colaboradores assíduos como as lavadeiras, barbeiros, marchantes, moleiros, etc., que as recebiam além do pagamento pelos serviços prestados.

<sup>843</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 47v.º, 52; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 1v.º, 2. Em julho de 1809, o convento do Funchal gastou 117\$170 réis em carne de vaca fresca e 21\$000 réis em carne de vaca salgada.

<sup>844</sup> Em maio de 1822, o convento de Câmara de Lobos comprou um barril de carne de porco salgada, incluindo o frete, por 16\$800 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 80).

dalhos»<sup>845</sup>. O consumo da carne de porco aumentava nas festas, principalmente no Natal. O convento de Câmara de Lobos, em dezembro de 1796, adquiriu «metade de um porco com 70 libras 9\$800 rs» e em 1793 e 1800, respetivamente, «55 libras de carne de porco para o natal 5\$500 rs» e «41 libras de carne de porco para o Natal 7\$380 rs»<sup>846</sup>; e o do Funchal, em dezembro de 1825 e de 1826, pagou \$200 réis a quem matou o porco, como aconteceu, em outubro de 1824, pela festa de S. Francisco. Sobretudo no convento do Funchal e no hospício da Ribeira Brava, e por vezes nos de Santa Cruz e de Câmara de Lobos, é habitual nas visitas e na festa de S. Francisco o consumo de leitão/leitoeira, entre uma e quatro unidades por festa<sup>847</sup>.

Segundo os registos de contas, a carne de galinha, quase sempre referida como «aves», é apenas consumida pelos franciscanos e músicos nas festividades, na doença e, excepcionalmente, em algumas saídas dos frades a enterros. Nas festas, sobretudo no Natal, é comum a aquisição de uma galinha por cada religioso, cabendo um capão ou uma franga a cada irmão donato, que custava a metade de uma galinha<sup>848</sup>. No convento do Funchal, em 1817, adquiriram 40 galinhas (23\$000 réis) para o Natal e primeira oitava<sup>849</sup>. Em julho de 1805, no hospício da Ribeira, para um frade doente, compraram galinhas, capões e um pombo<sup>850</sup>. Na festa de S. Francisco e, esporadicamente, nos Capítulos, festa de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Porciúncula e visitas consumiam patos, geralmente entre dois e oito unidades, consoante a dimensão do convento. No do Funchal, em outubro de 1816, adquiriram 19 patos (10\$200 réis), e em outubro de 1819 «um casal de gansos»<sup>851</sup>. Nas mesmas festas, nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, consumiam, habitualmente, entre um e três perus, comprados

---

<sup>845</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 241; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 18, 24v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 28v.º; l.º 2, fl. 58v.º.

<sup>846</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 58v.º.

<sup>847</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 5, 20, 25v.º, 59, 76v.º, 92v.º, 107, 125, 132v.º, 150v.º, 166v.º, 176v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 119v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 45v.º, 81; l.º 2, fls. 10v.º, 40, 88v.º. Nas décadas de 1810 e 1820 um leitão custava entre \$800 e 1\$800 réis. No hospício da Ribeira Brava e no convento do Funchal predomina o termo leitoeira aquando da compra para o consumo nas festas e do termo leitão quando para criação no chiqueiro. Esta diferenciação pode estar relacionada com o facto de os machos serem para criação por terem um crescimento maior relativamente às fêmeas.

<sup>848</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 33; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 16; l.º 2, fl. 70v.º; l.º 3, fls. 7v.º, 29v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 52v.º, 72v.º; l.º 2, fls. 28v.º, 44v.º, 58v.º, 123v.º; l.º 4, fl. 89v.º.

<sup>849</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 28v.º, 44v.º. Para o convento do Funchal, em março de 1810, compraram, nos Canhas, 23 galinhas, no valor de 16\$600 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 17).

<sup>850</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 48.

<sup>851</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 211; l.º 6, fls. 25, 57v.º, 76v.º, 92v.º, 109, 125, 150v.º, 164, 174, 229v.º, 238.

entre 1\$100 e 4\$000 réis cada um<sup>852</sup>. Os ovos eram muito utilizados pelos franciscanos, tanto nas refeições, nos «pratilhos», como na doçaria<sup>853</sup>.

Na festa de S. Francisco e visitas e, às vezes, pela Páscoa, Dia de Todos os Santos, Domingo do Senhor, S. João e Porciúncula compram carne de carneiro, «para picado», e de cordeiro<sup>854</sup>. O hospício da Ribeira Brava e o convento de S. Bernardino, nas visitas, davam aos barqueiros pão, vinho e carne de carneiro ou cabrito assado. A carne de cabrito é vulgar no hospício da Ribeira Brava na primeira metade do século XVIII<sup>855</sup>.

A carne de coelho é rara, constando no convento de Câmara de Lobos, numa visita, em julho de 1820, e no hospício da Ribeira Brava, numa festa de S. Francisco, numa visita e numa Semana Santa, respetivamente, em 1739, 1740 e 1742<sup>856</sup>.

Nas miudezas dos animais há o gosto pelo consumo, nas festas de S. Francisco, do Senhor e visitas, de línguas de vaca, fígado e de «casais», igualmente chamados de «mãos de boi, pés e beiços» (patas e focinho)<sup>857</sup>. Em 1800, é mencionado que as «mãos de boi [eram] para guisar»<sup>858</sup>.

Nos registos de contas consta assiduamente o peixe ou peixe fresco «para todo o mês», «o peixe salgado» e o bacalhau (a 1\$500 réis à arroba), denominado de «peixe seco»<sup>859</sup>. Nas despesas do convento de S. Bernardino arrolam que o «peixe fresco [é] para as ceias de todo o mês»<sup>860</sup>. O peixe era consumido nos vários conventos na Quarta-feira de Cinzas, Quaresma e Semana Santa e no convento de S. Bernardino é comum ser adquirido para os jantares das festas de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Porciúncula, S. Francisco e visitas<sup>861</sup>. Na festa de S. Francisco

---

<sup>852</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4, 23, 68, 190, 211; l.º 6, fls. 6v.º, 25, 56, 57v.º, 109, 124, 125, 164, 174v.º, 182v.º, 238; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 137v.º, 151; l.º 3, fls. 22v.º, 31; l.º 4, fls. 23v.º, 119v.º.

<sup>853</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 16; l.º 2, fl. 70v.º; l.º 3, fls. 7v.º, 48; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 72v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 25, 44v.º, 76v.º.

<sup>854</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 57v.º, 59; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 6; ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 40.

<sup>855</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 59; l.º 2, fls. 38, 51; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 1v.º; l.º 2, fls. 6, 55; ANTT, *CSSC*, l.º 4, fl. 40. A carne de carneiro custava entre \$060 e \$100 réis à libra, em finais do século XVIII.

<sup>856</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 53v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 29, 33v.º, 58.

<sup>857</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 193; l.º 6, fl. 174v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 86v.º, 118v.º, 163v.º, 175; l.º 3, fl. 63v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31. Em abril de 1816, o convento do Funchal adquiriu um barril de línguas de porco por 4\$500 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 16v.º).

<sup>858</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 42.

<sup>859</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 45 (1777).

<sup>860</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 165, 175.

<sup>861</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 10, 44v.º, 47v.º, 54v.º, 77, 118, 120; l.º 2, fls. 120, 143, 167; l.º 3, fls. 40v.º, 101v.º; l.º 4, fls. 86, 111v.º.

é registado, ocasionalmente, «peixe bom»<sup>862</sup>. O convento de Santa Cruz recorria frequentemente à compra de peixe em Machico<sup>863</sup>.

Fig. 18 – *Funchal paa Madeira*; pormenor; autor: Henrik Gottfred Beenfeldt (1769-1829); aguarela



Fonte: Coleção Royal Danish Library, disponível em <http://www5.kb.dk/images/billed/2010/okt/billeder/object488357/da/>. Nota: Neste pormenor observa-se uma tenda de venda de peixe.

Na identificação das espécies, os arenques<sup>864</sup> eram fornecidos com pão e vinho<sup>865</sup> aos trabalhadores nas hortas ou no exterior, aos portadores, aos hóspedes, aos músicos nas festas e aos moços e religiosos dos peditórios<sup>866</sup>. Era habitual comerem bacalhau nas merendas dos peditórios e nos conventos às refeições<sup>867</sup>. Para os moços dos peditórios, o hospício da Ribeira, em agosto de 1805, gastou 3\$000 réis em «peixe fresco e salgado»<sup>868</sup>. Relativamente à alimentação dos trabalhadores, no convento de Câmara de Lobos, quando especificados os alimentos, predominam o milho, o peixe e o bacalhau<sup>869</sup>. No convento do Funchal, raramente, adquiriam «pó de milho»<sup>870</sup>.

<sup>862</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 64v.º

<sup>863</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 32v.º, 35, 36.

<sup>864</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 8v.º (janeiro de 1793), 11v.º (março de 1793), 92 (novembro de 1796); ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 70v.º (dezembro de 1799), 72v.º (janeiro de 1800), 76v.º (fevereiro de 1800), 77v.º (março de 1800); ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 30, 32v.º, 36.

<sup>865</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 30 (dezembro de 1739); l.º 3, fl. 28v.º (novembro de 1803).

<sup>866</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fls. 2, 5v.º, 37v.º; l.º 4, fls. 72, 78, 118 (ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 70v.º, 72v.º, 76v.º, 77, 77v.º, 79; l.º 3, fl. 2v.º).

<sup>867</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 63v.º, 68v.º; l.º 3, fls. 11, 48.

<sup>868</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 49.

<sup>869</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 24; l.º 4, fls. 9, 43v.º, 78, 118.

<sup>870</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 199v.º, 201.

O bacalhau é corrente nas compras mensais dos conventos, sendo adquirido a \$025 réis à libra em 1739, subindo o preço para \$050 réis e depois até aos \$100 réis nas primeiras décadas do século XIX.

O atum fresco e salgado é comum nos conventos da Calheta, Santa Cruz e, sobretudo, no de Câmara de Lobos<sup>871</sup>, sendo comprado fresco e depois salgado nos conventos. No convento de Câmara de Lobos são registadas várias compras de atum, custando à unidade entre 2\$700 réis e 3\$500 réis ou 4\$000 réis por «9 arrobas de atum para quem salgou e para sal 4\$000 [réis]». O atum era preparado neste convento em escabeche na festa de S. Francisco<sup>872</sup>. Igualmente salgadas eram as cavalas e as sardinhas, espécies pouco comuns na mesa dos franciscanos<sup>873</sup>. Nos conventos de S. Bernardino e de S. Francisco, pela altura da Páscoa, Quarta-Feira de Cinzas, festa de S. Francisco e Natal, ocorre, raramente, a compra de salmão<sup>874</sup>. Em abril e dezembro de 1810, o convento do Funchal adquiriu respetivamente, \$400 e \$300 réis de lapas<sup>875</sup>.

O «pexelim» é mencionado em três compras do convento do Funchal, sendo apontado na última, em fevereiro de 1824, «para peixe 7\$950, bacalhau 8 arrobas a 100 rs à libra 24\$000, pexelim 4 arrobas a 50 rs 6\$000», o que o coloca como distinto do peixe comum e do bacalhau, custando metade do preço do bacalhau. Poderá tratar-se do peixe-gata, conhecido por peixelim, com o nome científico *Dalatias licha* e que é tradicionalmente, em Câmara de Lobos, preparado em salga e seco ao sol, ainda hoje<sup>876</sup>.

As gorduras do azeite doce e da manteiga são bastante utilizadas. À libra, o azeite doce custava entre \$300 réis em 1730 e \$800 réis em 1830. Raramente surge a expressão de um «azeite fino para molhos»<sup>877</sup>. Muita da manteiga, conhecida por manteiga ordinária, oposta à manteiga «fina»/«boa», é utilizada na doçaria e temperos. Raramente consta a «manteiga de porco» (banha). A manteiga custava entre \$100 réis

---

<sup>871</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 36; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 79; l.º 2, fl. 103; l.º 3, fl. 12; l.º 4, fls. 98, 99v.º; *CSSC*, l.º 2, fl. 24.

<sup>872</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 12.

<sup>873</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 29v.º (novembro de 1739); ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 31v.º (1771); ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 39 (fevereiro de 1813).

<sup>874</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 12v.º (março de 1793); l.º 2, fls. 120 (outubro de 1805), 128v.º (março de 1806), 180v.º (março de 1810); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4 (setembro de 1809), 5v.º (outubro de 1809), 8v.º (novembro de 1809), 14 (fevereiro de 1810), 15v.º (fevereiro de 1810), 29v.º (dezembro de 1810), 51v.º (dezembro de 1812), 223v.º (março de 1815).

<sup>875</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 17v.º, 29v.º.

<sup>876</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 132v.º (1823), 133 (1823), 141v.º (1824). PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, pp. 67, 83; CARNEIRO *et al.*, 2019, *Ictiofauna de Portugal*, pp. 29-30.

<sup>877</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 223v.º. Em 1831, o azeite fino custava a \$500 réis à canada.

e \$300 réis, ao longo do século XVIII e das primeiras décadas do XIX. A manteiga «boa» custava \$400 e \$500 réis em 1812. A de porco custava \$200 réis à libra em 1824<sup>878</sup>.

A charcutaria era variada nas festas. Consoante a dimensão do convento, adquiriam diversas quantidades de presunto, toucinho, paio e chouriço e chouriça.

O presunto era adquirido à libra ou por inteiro. O peso dos inteiros oscilava entre sete e meia<sup>879</sup> e 38 libras<sup>880</sup>, custando à libra \$100 réis, na primeira metade do século XVIII, e \$300/\$400 réis, nos inícios do século XIX.

O toucinho era comprado em lotes de duas a oito libras consoante o convento e a festa, sendo o custo à libra de \$080 réis (finais da primeira metade do século XVIII), \$100 réis (segunda metade do século XVIII), \$150 réis (final do século XVIII) e \$200 /\$250 réis (século XIX)<sup>881</sup>.

O paio, ao custo de \$300-\$350 réis, em finais do século XVIII e de \$400 réis no século XIX, era adquirido entre uma e duas unidades pelo hospício da Ribeira Brava, uma a três pelo convento de Câmara de Lobos e de duas a dez pelo convento do Funchal<sup>882</sup>.

No hospício da Ribeira Brava e nos conventos de Santa Cruz e de Câmara de Lobos, acompanhando os produtos de charcutaria atrás designados é comum a compra de duas a oito chouriças, ao custo unitário de \$050 réis até o início do terceiro quartel do século XVIII no convento de Santa Cruz e a partir de finais do século XVIII custavam \$150-\$200 réis nos vários conventos<sup>883</sup>. No hospício da Ribeira Brava, entre 1737 e 1744 registam a compra de chouriço ao custo de \$100-\$120 réis<sup>884</sup>. No convento do Funchal não se encontra registado nos livros consultados a compra de chouriço(a). No convento de Câmara de Lobos, em setembro de 1817, para a festa de S. Francisco, foi adquirido um «xalxipse 1\$000 réis» (salsicha?)<sup>885</sup>.

O queijo estava presente à mesa das festas. É comum, na documentação a partir do terceiro quartel do século XVIII, a diferenciação do queijo flamengo, igualmente chamado de queijo «para a cozinha», do queijo inglês, também referido

---

<sup>878</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 25, 86v.º, 119v.º; l.º 4, fls. 31v.º, 53v.º, 122; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 41v.º.

<sup>879</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 15v.º (setembro de 1802).

<sup>880</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 137 (outubro de 1806).

<sup>881</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 9v.º (maio de 1737); ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 8v.º (outubro de 1798); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 92v.º (outubro de 1820).

<sup>882</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 50 (agosto de 1798); l.º 3, fl. 16v.º (outubro de 1802); ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 3 (outubro de 1792); l.º 2, fl. 9 (outubro de 1798); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26 (outubro de 1810); l.º 6, fl. 61 (novembro de 1818).

<sup>883</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 6 (agosto de 1798).

<sup>884</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 9v.º (maio de 1737); l.º 3, fl. 81 (outubro de 1744).

<sup>885</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 109v.º.

de «queijo para a mesa», «fino» ou de «pinha», sendo mais caro e de tamanho maior que o flamengo<sup>886</sup>. O queijo flamengo, entre outras utilizações, servia para ralar, «para sopa», fazendo parte das merendas dadas aos músicos nas festas, aos estudantes e servido nos almoços dos frades quando iam aos peditórios, sermões ou enterros<sup>887</sup>. O convento do Funchal, sobretudo pela festa de S. Francisco, adquiria um a dois requeijões ou «hua qualhada», ao valor de 1\$500 a 1\$800 cada um, sendo conservados em açúcar. Em 1816, o requeijão proveio de Santa Cruz e os adquiridos em 1820 mediam 18 canadas cada um<sup>888</sup>.

No quotidiano alimentar, o sal era indispensável no tempero e conservação, sendo constantes as aquisições de vários alqueires<sup>889</sup>. Um alqueire de sal custava entre \$140 e \$600 réis no século XVIII e inícios do século XIX, variando o preço, provavelmente consoante quantidade disponível no mercado<sup>890</sup> e era guardado em jarras e em selhas<sup>891</sup>.

Além das hortaliças produzidas nas hortas dos conventos, os religiosos compravam outras como repolhos e couves murcianas. Nas visitas e festa de S. Francisco, pontualmente, registam a confeção de pastelões, que continham «couves e repolhos», nabos, tomates e fruta<sup>892</sup>.

A compra de batatas («semilhas») está identificada desde 1792, com duas arrobas de batatas inglesas pelo convento de Câmara de Lobos. A compra de sacos e pipas de batatas para consumo e para plantar na horta é comum a partir desta data, nomeadamente no convento de Câmara de Lobos, de uma a cinco arrobas, e

<sup>886</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 15 (1737); ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 69, 106; l.º 2, fl. 9; l.º 3, fls. 86v.º, 109v.º; l.º 4, fls. 23v.º, 29v.º, 35v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 6v.º, 23v.º, 120v.º, 194v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31. Relativamente aos preços, em outubro de 1795, um queijo inglês custou 2\$500 réis e dois flamengos, 1\$200 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69 (outubro de 1795)). Em outubro de 1815, dois queijos flamengos custaram 1\$700 réis e um inglês 4\$400 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 6v.º). O queijo inglês, em 1776, era comprado a \$150 réis à libra (ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 31); em 1797-1798, a \$200 e \$300 réis à libra (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 106); e nas primeiras décadas do século XIX, a \$400 réis, enquanto o flamengo a \$300 réis. Em 1798, um queijo inglês com 13 libras, custou 2\$600 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 9) (outubro de 1798). Quanto ao tamanho, em setembro de 1816, três queijos flamengos com 13 libras, a \$200 réis à libra, custaram 2\$600 réis (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 23v.º). Em outubro de 1824, um queijo de pinha com quatro libras e meia, a \$350 réis à libra, custou 1\$575 réis, enquanto dois queijos flamengos custaram 1\$200 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 119v.º).

<sup>887</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 46, 189; l.º 6, fls. 40, 63, 108; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 3; l.º 2, fls. 7v.º, 156.

<sup>888</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 25, 76v.º, 88, 136v.º, 150v.º, 161.

<sup>889</sup> Em outubro de 1793, o convento de Câmara de Lobos comprou sal a Manuel Teixeira (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 25).

<sup>890</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8v.º, 29v.º, 194v.º, 228v.º; l.º 6, fls. 16v.º, 25, 188v.º, 203, 222; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 8v.º, 19, 26v.º, 104v.º; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 4v.º, 14; l.º 2, fl. 34; l.º 3, fl. 88v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 33, 38.

<sup>891</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 44, 53v.º.

<sup>892</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 76v.º, 92v.º.



no do Funchal, de duas a sete arrobas, parte delas para plantar na horta e outras para consumo. O convento do Funchal, em dezembro de 1820, adquiriu um saco de sementes providas da Camacha e em novembro de 1831, uma pipa cheia de batatas da freguesia de São Vicente<sup>893</sup>. Frequentemente, em conjunto com as sementes e couves, compravam nabos para as festas de Quarta-Feira de Cinzas, S. Francisco e Natal, incluindo a festa de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição. Numa compra de junho de 1813 adquiriram «2 arrobas de semente para misturar com o pam», em princípio, para comer às refeições acompanhando o pão ou, então, na mistura com farinha para confeitaria de pão<sup>894</sup>.

As sementes, além do trigo, cevada e centeio, faziam parte da dieta alimentar quotidiana. Francisco da Fonseca Henriques, em 1731, refere as várias «sementes cereaes de que se não faz pão, ainda que se faça farinha [...]: as favas, as ervilhas, os grãos, as lentilhas, os feijões, os chícharos, os tremoços, o arroz, e o gergelim»<sup>895</sup>. Na Madeira, destas sementes / leguminosas, o arroz e o feijão eram os mais habituais. O arroz era adquirido à libra, a \$030, \$040 e a \$050 réis ao longo do século XVIII e a \$050 e a \$060 réis à libra nas primeiras décadas do século XIX. O feijão era adquirido, ao alqueire, no mesmo período a \$300-\$350 réis e por fim a 1\$200-1\$600 réis. Muito do feijão do convento de Câmara de Lobos provinha dos peditórios e esmolas da Ponta do Sol e Canhas, o do hospício da Ribeira Brava provinha de esmolas de São Vicente e o do Funchal, de Ponta Delgada e São Martinho. De São Vicente provinha feijão, por aquisição, para estes conventos, e do porto do Paul do Mar e dos Açores para o convento do Funchal. Das variedades de feijão consumidas estão identificadas o fradinho, o pardo e o branco<sup>896</sup>. O convento do Funchal comprava «fajonico», entre \$400 e \$700 réis ao alqueire, como cinco alqueires em setembro de 1820, três alqueires em abril de 1821 e um alqueire em novembro de 1824<sup>897</sup>.

Relativamente aos «grãos», conhecidos na atualidade por grão-de-bico, Francisco Henriques refere que «huns são brancos, outros negros» e Raphael Bluteau, em 1713, escreve que há três castas, acrescentando os vermelhos aos anteriores<sup>898</sup>.

<sup>893</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 6, 28v.º, 44, 113v.º, 169v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 80v.º.

<sup>894</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 44 (junho de 1813).

<sup>895</sup> HENRIQUES, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, p. 254.

<sup>896</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 44v.º (1777); ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 31v.º (outubro de 1739), 68 (setembro de 1743); ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 11v.º (março de 1793), 14 (maio de 1793).

<sup>897</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 91, 100, 152.

<sup>898</sup> HENRIQUES, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, p. 258; BLUTEAU, 1713, *Vocabulário* [...], vol. F-IZO, p. 125.

Nos conventos da Madeira era habitual o consumo de «grãos», «grãos pardos»<sup>899</sup> e de «grãos brancos»<sup>900</sup>. O preço dos grãos, ao alqueire, variava entre os \$300 réis e os 1\$200 réis<sup>901</sup>. As ervilhas adquiridas ao preço de \$400 réis, na década de 1730, evoluíram até aos \$900 réis e 1\$200 réis nos finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

Menos comuns que os anteriores são as favas e as lentilhas. As favas provinham dos peditórios, do cultivo na horta ou através da compra. Eram compradas a \$200 e a \$250 réis ao alqueire na década de 1730 e a \$500 réis em finais do dito século<sup>902</sup>. Quanto às lentilhas no mesmo período eram, geralmente, adquiridas a \$400-\$450 réis e depois a \$800-1\$200 réis. Da sua proveniência, sabemos que o convento do Funchal, em junho de 1830, adquiriu sete alqueires do Porto Santo<sup>903</sup>.

Ao longo do ano os frades obtinham a fruta e os frutos secos através de peditórios, ofertas, compra ou cultivo nas hortas. A fruta, normalmente não especificada, era comida ao natural ou empregue na doçaria. O registo de uma compra com quatro variedades é único, como ocorreu no convento de S. Francisco com «pêssego, damasco, ameixa e pera»<sup>904</sup>.

Os pêros, transportados em cestos, eram comuns nos conventos, provenientes da Camacha para o convento de Santa Cruz e do Estreito de Câmara de Lobos para o de S. Bernardino<sup>905</sup>. Neste último convento, em novembro de 1797, recolheram seis cestos de pêros e em outubro de 1811 adquiriram um milheiro de pêros por 9\$000 réis<sup>906</sup>.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, registam uma maior variedade de fruta, o que não invalida que não fossem consumidos nos outros conventos, pois, poderiam ser ofertadas ou cultivadas nas cercas, como os citrinos. No hospício da Ribeira Brava existiam

---

<sup>899</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 18v.º (1755), 31v.º (1771), 54 (1781); ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 80 (setembro de 1744); ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 21v.º (agosto de 1799).

<sup>900</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 33 (março de 1740), 36v.º (maio de 1740), 77v.º (junho de 1744), 80 (setembro de 1744); ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 29v.º (dezembro de 1810), 203v.º (maio de 1814), 215 (dezembro de 1814); ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 83 (junho de 1796), 96v.º (fevereiro de 1797); l.º 4, fl. 94v.º (março de 1823).

<sup>901</sup> Em maio de 1814 atingiu os 1\$600 réis ao alqueire (ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 203v.º).

<sup>902</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 23v.º (janeiro de 1739); ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 43v.º (julho de 1794); ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 94 (novembro de 1820); ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 31v.º (1771), 53v.º (1781). O convento de Santa Cruz pedia as favas em Machico (ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 22v.º (julho de 1775), 28 (julho de 1776).

<sup>903</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 215v.º (junho de 1830).

<sup>904</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 238.

<sup>905</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 28v.º, 112; l.º 2, fls. 11, 27v.º, 42v.º, 57, 120v.º; l.º 3, fls. 13v.º, 31; l.º 4, fl. 3; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 32, 32v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 121v.º.

<sup>906</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 112; l.º 3, fl. 13v.º.

dois limoeiros aquando da sua extinção em 1834<sup>907</sup>. Nos conventos do Funchal e Câmara de Lobos é registado nas duas primeiras décadas do século XIX a aquisição de: bananas, esporadicamente, para a festa de S. Francisco, Páscoa ou visitas, com compras de um a dois cachos custando cada um entre \$600 e 1\$300 réis, variando o preço, provavelmente, consoante o tamanho<sup>908</sup>; laranjas (entre março e maio, entre \$600 a 1\$400 réis em cada compra)<sup>909</sup>; limões (em fevereiro, março e outubro, entre \$050e \$600 réis)<sup>910</sup>; morangos (entre maio e julho)<sup>911</sup>; e melancias (em outubro, com compras no valor de \$500 a 1\$200 réis)<sup>912</sup>. Pela festa e fogueira de S. João eram obrigatórias as cerejas, acompanhadas de tremoços no convento de Câmara de Lobos, sendo substituídas por damascos aquando da inexistência de cerejas<sup>913</sup>.

As azeitonas estavam sempre presentes nas festas. São registadas compras habituais entre \$200 e \$600 réis. Numa compra de maio de 1740, o hospício da Ribeira Brava pagou \$600 réis por duas botijas de azeitonas<sup>914</sup>; em outubro de 1817, o convento de Câmara de Lobos gastou \$800 réis em «azeitonas e vasilha para as ditas»; e em outubro de 1812, o convento do Funchal gastou 1\$000 réis em «azeitonas em frascos»<sup>915</sup>.

Também as abóboras chegavam aos conventos através dos peditórios, compra ou cultivo nas hortas. Eram provenientes do Estreito de Câmara de Lobos, Canhas, Ponta do Sol, Madalena do Mar, Arco da Calheta e Ribeira Brava. São conhecidas a abóbora-doce e abóbora para «xilla» (doce de chila). Grande parte das abóboras eram cozidas com verduras conforme apontavam nas contas do convento do Funchal: «verdura para a panela» ou «couves, nabos, sementes e abóbora para a panela»<sup>916</sup>.

<sup>907</sup> GUERRA e VERÍSSIMO, 1996, «O Hospício Franciscano [...]», p. 88, citando ABM, Adm. do Concelho da Ponta do Sol, l.º 12, fls. 59-62.

<sup>908</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 7; l.º 4, fls. 2v.º, 13, 14v.º, 16, 35v.º, 77v.º; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 48v.º, 223v.º; l.º 6, fls. 6v.º, 25, 76v.º.

<sup>909</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 222v.º (março de 1815).

<sup>910</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 199v.º (março de 1814), 220 (fevereiro de 1815); l.º 6, fls. 25v.º (outubro de 1816), 109 (outubro de 1821), 136v.º (outubro de 1823), 150v.º (outubro de 1824). Em 1814, o convento do Funchal comprou \$800 réis em limões e alfices para os presos da cadeia (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 199v.º).

<sup>911</sup> ANTT, CSBCL, l.º 5, fls. 7 (maio de 1811), 103 (junho de 1821), 104v.º (julho de 1821).

<sup>912</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 121v.º (outubro de 1822), 174v.º (outubro de 1826), 182v.º (outubro de 1827).

<sup>913</sup> ANTT, CSFF, fl. 228v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 42v.º, 61v.º. Em junho de 1799, as cerejas do convento de Câmara de Lobos provieram da Ribeira Brava.

<sup>914</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 34.

<sup>915</sup> Ver por exemplo: ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 15 (outubro de 1737); ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 3 (outubro de 1817); ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 68v.º (outubro de 1812).

<sup>916</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 28v.º; l.º 2, fls. 11, 57; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 37v.º, 57; ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 4v.º, 108, 221; l.º 6, fl. 197v.º. Parte das abóboras dos peditórios eram comutadas em dinheiro, entre \$040 e \$100 réis à unidade, entre finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

No convento do Funchal, em conjunto com estes produtos adquiriam, por vezes, tomates e cebolas<sup>917</sup>. Os tomates eram comprados de fevereiro a abril e de setembro a dezembro com compras, entre \$100 e \$700 réis<sup>918</sup>. As cebolas provinham habitualmente do Caniço, através de peditório, em junho/julho, sendo comum os gastos anuais aproximados de 3\$000 réis, entre 1809 e 1832, com o frete de barco, carreto e o moço no peditório, às vezes acompanhado por um irmão leigo<sup>919</sup>. No convento do Funchal, em 1813 e 1815, compraram alcaparras para a festa de S. Francisco<sup>920</sup>.

A compra de «restas» ou «résteas», quer dizer, réstias ou cordas entrançadas de alhos, era habitual nos conventos. Uma réstia de alhos custava: \$125 réis em 1737; \$050 e \$075 réis nas décadas de 1750 a 1770 no convento da Calheta; \$050 réis no convento de Câmara de Lobos; \$150 réis em julho de 1776, no convento de Santa Cruz; e \$200 e \$150 réis no convento do Funchal, respetivamente, em 1817 e 1818<sup>921</sup>.

Nos frutos secos prevalecem as nozes e as castanhas verdes e secas, recolhidas nos peditórios, especialmente na Serra de Água, Campanário, Camacha e no Estreito de Câmara de Lobos<sup>922</sup>. As nozes eram recolhidas desde a altura do Dia de Todos os Santos à Quaresma para os bolos e consoadas/colações<sup>923</sup>. Além dos peditórios, o convento do Funchal, adquiria no Estreito de Câmara de Lobos e na Serra de Água as nozes para as colações, bolos e consoadas, variando cada aquisição entre dois e 16 alqueires, sendo mais comum entre sete e 12 alqueires, variando o preço à unidade,

<sup>917</sup> Em setembro de 1818, o convento do Funchal pagava as cebolas a \$250 réis ao molho, tendo adquirido 32 molhos (8\$000 réis) (ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 57v.º). O convento da Calheta quantificava as cebolas aos cabos, possuindo, em 1771, 45 cabos de cebolas (ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 26v.º).

<sup>918</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 5v.º (outubro de 1809), 8v.º (novembro de 1809); l.º 6, fls. 59 (outubro de 1818), 76v.º (outubro de 1819), 85v.º (abril de 1820), 101 (abril de 1821), 108 (setembro de 1821), 109 (outubro de 1821), 144 (abril de 1824), 150v.º (outubro de 1824), 157 (fevereiro de 1825), 169v.º (março de 1826), 174v.º (outubro de 1826), 176v.º (dezembro de 1826), 179 (abril de 1827), 194v.º (outubro de 1828), 234 (março de 1832), 234v.º (abril de 1832), 238 (setembro de 1832), 241 (dezembro de 1832).

<sup>919</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2, 22, 40v.º, 63v.º; l.º 6, fls. 72v.º, 89, 172v.º, 180v.º, 204v.º, 226v.º, 236v.º.

<sup>920</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2, 5v.º, 8v.º, 63v.º, 190; l.º 6, fls. 6v.º, 59, 89, 150v.º, 179, 236v.º, 241.

<sup>921</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 12v.º; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 28; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 8v.º, 31v.º, 34v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 38v.º, 49v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 37, 57v.º.

<sup>922</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 5v.º, 33v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 72; l.º 6, fls. 61, 94; ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 51; l.º 2, fls. 15, 30, 69; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 31. Em 1773, as castanhas verdes foram comutadas a \$400 réis ao alqueire. Em finais do século XVIII e inícios do XIX, as castanhas eram adquiridas a \$800 e 1\$200 réis ao alqueire. No convento de Câmara de Lobos eram habituais as compras de dois a sete alqueires de castanhas. O preço das nozes variava entre os \$400 e os 1\$600 réis entre as décadas de 1790 e de 1820. No convento de Câmara de Lobos, as maiores compras destes frutos secos registaram-se em 1811 e 1813 com a compra em cada ano de 16 alqueires.

<sup>923</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 25v.º; l.º 2, fl. 80v.º; l.º 4, fl. 108v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8v.º, 213; l.º 6, fl. 27; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 33, 36; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 8v.º. Segundo Rafael Bluteau, colação é sinónimo de consoada: «a quantidade, & qualidade, com que se póde fazer Colação, he meyo arrátel de pão, ou de ervas, fruta, ou conserva» (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. B-CZA, p. 367).

entre \$500 a 1\$600 réis nas duas primeiras décadas do século XIX<sup>924</sup>. As nozes para o convento de Santa Cruz provinham de uma localidade afastada, pois pagavam um frete (barco) pelo seu transporte e eram adquiridas a \$400 réis ao alqueire (1775-1776)<sup>925</sup>. No convento da Calheta é comum registar nos inventários a existência de um a um alqueire e meio de nozes<sup>926</sup>.

Os figos, para refeições dos franciscanos, provinham maioritariamente do Algarve, em seiras, sendo adquiridos à seira ou à libra. Uma seira continha aproximadamente 30 libras e custava entre \$900 e 1\$800 réis, enquanto à libra variava entre \$050 e \$100 réis. Era comum a compra pelos conventos de algumas libras de figos até uma seira, chegando o convento do Funchal, a comprar oito seiras<sup>927</sup>. Provenientes da Madeira existe a compra pelo convento de Santa Cruz, de quatro alqueires de bêberas passadas, a \$550 réis ao alqueire, provindas do Paul do Mar, custando o frete \$100 réis<sup>928</sup>. Nos aposentos do convento da Calheta também existiam «bebras»<sup>929</sup>.

Os conventos faziam aquisições de \$200 a \$600 réis de passas para as refeições e «para a mesa e cozinha»<sup>930</sup> sobretudo para a festa de S. Francisco e raramente em fevereiro e março, pela época do Entrudo e Páscoa<sup>931</sup>. Em 1742, três libras de passas custaram \$100 réis, e em 1815, duas libras custaram \$600 réis<sup>932</sup>.

As épocas festivas como as da Páscoa, Entrudos da Quaresma e do Advento, S. João, N.ª Sr.ª da Porciúncula, Santíssimo, S. Francisco de Assis, Dia de Todos os Santos,

---

<sup>924</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 8v.º (novembro de 1809), 11 (dezembro de 1809), 50 (novembro de 1811), 70v.º (novembro de 1812), 193 (novembro de 1813), 213 (novembro de 1814); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 27 (novembro de 1816), 42v.º (novembro de 1817), 59v.º (outubro de 1818), 78v.º (novembro de 1819), 94 (novembro de 1820), 110 (novembro de 1821), 152 (novembro de 1824), 165 (novembro de 1825), 174v.º (outubro de 1826), 175 (novembro de 1826), 197v.º (novembro de 1828), 230v.º (novembro de 1831). Em novembro e dezembro de 1809 adquiriram em cada mês duas sacas de nozes ao custo de 3\$000 réis cada saca. Registe-se a aquisição de três alqueires nestas duas compras. As maiores compras apontadas são de 16 alqueires, em novembro de 1811 com quatro do Estreito de Câmara de Lobos (\$900 réis ao alqueire) e 12 da Serra de Água (1\$300 réis ao alqueire) e em novembro de 1813 com a compra de 16 alqueires de nozes (1\$200 réis ao alqueire).

<sup>925</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 33 (dezembro de 1775), 36 (março de 1776).

<sup>926</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 8v.º (1751), 18v.º (1755) 31v.º (1771), 34v.º (1772).

<sup>927</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 44 (abril de 1805); ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 11 (novembro de 1798), 62 (março de 1802); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 15v.º (fevereiro de 1810), 193 (novembro de 1813); l.º 6, fls. 139v.º (dezembro de 1823), 142v.º (março de 1824).

<sup>928</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 33 (dezembro de 1776).

<sup>929</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 44v.º (1777), 53v.º (1781).

<sup>930</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º, fl. 77v.º (fevereiro de 1822).

<sup>931</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 60 (outubro de 1742); ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 31 (outubro de 1812); l.º 4, fls. 3 (outubro de 1817), 23v.º (outubro de 1818), 77v.º (fevereiro de 1822); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 17v.º (março de 1810); l.º 6, fls. 6v.º (outubro de 1815), 76v.º (outubro de 1819), 109 (outubro de 1821), 121v.º (outubro de 1822), 229v.º (outubro de 1831), 234v.º (abril de 1832), 238 (setembro de 1832).

<sup>932</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 60 (outubro de 1742); ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 6v.º.

Natal (Imaculada Conceição, dia de Natal, primeira oitava), Capítulos, visitas/contas, dia de Jesus, eram propícias a extravagâncias alimentares, sendo, principalmente, nas visitas e na festa de S. Francisco, requisitado o serviço de cozinheiros, ajudantes/criados e copeiros para ajudarem na cozinha e no serviço da mesa<sup>933</sup>.

A festa de S. Francisco continha a maior diversidade de produtos incomuns ao quotidiano e acarretava grande despesa, seguindo-se as visitas e o Natal. A título de exemplo, na festa de S. Francisco, no convento de S. Bernardino, em 1798, consumiram: aves (galinhas) (ao jantar), cinco patos, quatro libras de aletria, massa, sete libras de presunto, 20 libras de carne salgada (metade de porco e a outra de vaca) e outras dez libras de carne salgada, dois queijos flamengos, especiarias, carne de carneiro, «beijos, pés e mãos de 2 rezes» (focinho/cara e patas de bovino), sete libras de fígado, sete libras de toucinho, dois vidros de escabeche, um almude e meio de vinho velho de malvasia, um presunto inteiro «para a mesa» com 15 libras, três paios, seis chouriças, um queijo inglês com 13 libras, nabos e azeitonas, uma canada de aguardente de França (\$800 réis) e uma de Genebra (\$450 réis), dois «garrafinhas» de licor «para a Mesa» (as duas por 1\$200 réis) e açúcar para temperos<sup>934</sup>. Para a mesma festa, no convento de Santa Cruz, em outubro de 1776, adquiriram: quatro libras de toucinho, oito chouriças, um presunto com 14 libras, um queijo com dez libras, um queijo flamengo, azeitonas, açúcar mascavado para temperos, 15 libras de manteiga, uma arroba de arroz, cinco leitões, aves, ovos, seis arrobas de carne de vaca, mão, fígado e beijos<sup>935</sup>.

Para as festas compravam massas, principalmente aletria e macarrão e, numa única vez assentaram, no convento do Funchal, talharim e estrelas<sup>936</sup>. Uma pequena compra de cuscuz (\$200 réis) foi realizada pelo convento do Funchal em dezembro de 1821 e a partir de 1825 são assíduas as compras de uma a duas arrobas e meia custando cada uma entre 2\$400 e 5\$600 réis<sup>937</sup>.

No convento de Câmara de Lobos e, sobretudo, no do Funchal consta a compra de cevadinha, entre duas libras e três arrobas e meia custando cerca de \$600 réis à arroba na década de 1830<sup>938</sup>.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, para a festa de S. Francisco, os vidros com escabeche ou «escabeche inglês» (pickles) são adquiridos a \$600 e a

<sup>933</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 69; l.º 4, fl. 72; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 211; l.º 6, fl. 19.

<sup>934</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 8v.º-9.

<sup>935</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 31-31v.º.

<sup>936</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 182v.º, 194v.º.

<sup>937</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 96, 157, 158, 160, 161, 165, 166v.º, 167v.º, 168v.º, 172, 173v.º.

<sup>938</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 104v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 41v.º, 235, 237, 238v.º, 241.

\$700 réis à unidade<sup>939</sup>. Em outubro de 1823, pela festa de S. Francisco, o convento do Funchal gastou \$050 réis em «cebolas para escabeche»<sup>940</sup>, o que face ao valor diminuto deve corresponder a cebolinhas pequenas em escabeche.

Os produtos ingleses são constantemente referidos em finais do século XVIII e no século XIX, fruto do comércio das firmas e dos cidadãos ingleses que se encontravam estabelecidos na Madeira.

## Doçaria

Os franciscanos consumiam uma doçaria diversificada à mesa das festividades e em propinas recebidas em determinadas ocasiões festivas, como nas de S. Francisco ou do Natal. A alguns benfeitores e colaboradores pontuais, como o médico, o boticário, o síndico, o bispo, os pregadores, os músicos e os ajudantes nas festas<sup>941</sup>, eram ofertadas, habitualmente, bandejas (equivalente a um cabaz), com diferentes tamanhos, variando consoante o destinatário, contendo taças<sup>942</sup> de doce, biscoitos e «o mais do costume», ou seja, outros produtos, conforme o «costume»/o «estilo» ou as «mais obrigações do ano»<sup>943</sup>. Em outubro de 1822 esta propina, em doce, não foi dada aos religiosos e «mais pessoas de obrigação» «por não haverem meios de se fazer doce» recebendo os religiosos dinheiro, uns \$600 réis e outros \$300 réis<sup>944</sup>.

O pregador, no dia de S. Francisco, no convento de Câmara de Lobos, em 1805, recebeu um queijo, um presunto e dois pães de açúcar, tudo no valor de 10\$200 réis<sup>945</sup>, o que poderá corresponder ao equivalente a uma bandeja. No convento de Câmara de Lobos, numa «bandijinha» para o P.<sup>e</sup> João António de Barros que havia cantado na novena e festas de S. Francisco e do Santíssimo Sacramento gastaram 3\$550 réis<sup>946</sup>, no doce para a bandeja do pregador «que fez mercê vir pregar» à festa de S. Francisco gastaram 9\$000 réis<sup>947</sup>, enquanto uma bandeja para os padres custódio, secretário e

---

<sup>939</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 8v.º, 137; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 5v.º; l.º 6, fls. 59, 239.

<sup>940</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 136v.º.

<sup>941</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 5v.º, 29v.º, 191, 211, 211v.º; l.º 6, fls. 59v.º, 139v.º, 231v.º, 238, 240v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 24v.º, 128v.º; l.º 3, fls. 21, 57; l.º 4, fls. 3, 23v.º, 28v.º.

<sup>942</sup> O doce também era servido em pires, por exemplo, em setembro de 1825 o convento do Funchal comprou cinco dúzias de pires para doce (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 163v.º).

<sup>943</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 190; l.º 6, fls. 59v.º, 136v.º, 204v.º, 216v.º, 218v.º, 231v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 24v.º; l.º 3, fl. 66v.º; l.º 4, fl. 72v.º.

<sup>944</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 86 (outubro de 1822).

<sup>945</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 128v.º (março de 1806).

<sup>946</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 24v.º (outubro de 1799).

<sup>947</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 102 (outubro de 1804).

companheiro custou 26\$400 réis<sup>948</sup>. Neste convento de Câmara de Lobos, a «quem veio ajudar aos ofícios divinos», em abril de 1808, ofertaram 4\$900 réis «em biscoitos para a Semana Santa e mais doce»<sup>949</sup> e, em outubro de 1827, o convento do Funchal gastou 54\$120 réis «com os doces para as bandejas e comunidade [franciscana]»<sup>950</sup>.

Na doçaria, na maioria dos registos, são mencionados apenas «bolos», «doces» ou «doce» desconhecendo-se as variedades<sup>951</sup>. Pontualmente são aclarados o nome do bolo e do doce e alguns dos ingredientes apontados permitem clarificar a doçaria.

Nos doces referem o «doce de sortes»<sup>952</sup>/«doces de várias sortes»<sup>953</sup> (sortidos?), «doce de fartes»<sup>954</sup>, «doce de colher»<sup>955</sup>, «doce para as bandejas»<sup>956</sup>, «doce para a mesa»<sup>957</sup> e «doce para a mesa e bandejas»<sup>958</sup>. No doce para a mesa deveria estar incluído o «doce de colher»<sup>959</sup>. Algum do «doce da mesa e bandejas», decorado com papel, «enfeites» e flores<sup>960</sup>, é o preparado com a cozedura de fruta com açúcar, sendo habitual nas despesas dos conventos a compra de açúcar para fazer doce. Neste tipo de doce para as bandejas, em agosto de 1829, o convento do Funchal gastou 26\$000 réis em «açúcar de meter fruta em doce para as bandejas do

<sup>948</sup> ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 53v.º (julho de 1820).

<sup>949</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 158 (abril de 1808).

<sup>950</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 182v.º.

<sup>951</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 109v.º; l.º 2, fl. 56v.º.

<sup>952</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 53v.º (outubro de 1798), 67v.º (outubro de 1799). O «doce de sortes» era consumido no convento de Câmara de Lobos, no jantar da Conceição (cinco libras em 1811, 1\$750 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 16), na Semana Santa (seis libras, em 1812, 2\$100 réis e seis libras para os «que vieram ajudar a Semana Santa» em 1813, 1\$800 réis) (ANTT, CSBCL, l.º 3, fls. 21, 41v.º) e no jubileu da Porciúncula (4\$200 réis, em agosto de 1817) (ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 108).

<sup>953</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 101v.º.

<sup>954</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 7 (maio de 1811). Nesta data, seis libras deste doce custaram 2\$400 réis.

<sup>955</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 86v.º (outubro de 1800); ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776); ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 24 (setembro de 1793). No «doce de colher» era empregue açúcar (ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31 (outubro de 1776)); ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 24 (setembro de 1793)).

<sup>956</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 194v.º (outubro de 1828).

<sup>957</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 24v.º (outubro de 1799).

<sup>958</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 211v.º (outubro de 1814); ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6 (outubro de 1815), 59v.º (outubro de 1818), 109 (outubro de 1821), 121v.º (outubro de 1822), 136v.º (outubro de 1823), 150v.º (outubro de 1824), 154 (dezembro de 1824), 164 (outubro de 1825), 174v.º (outubro de 1826).

<sup>959</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 53v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 24; l.º 3, fls. 7, 16; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fls. 24, 31; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59v.º. A documentação do convento feminino de N.ª Sr.ª da Encarnação, no Funchal aclara, por exemplo, entre 1811 e 1814, diversos doces de colher, servidos em pratinhos ou taças, como a «tacinha de coalhada», «pratinho de batatada», «pratinho de gilla», «pratinho de marmelada», arroz-doce, (ANTT, CNSEF, l.º 12, fls. 11, 13v.º, 26, 45v.º). Era habitual o «Desfeito», que entre outros ingredientes constavam: carne de vaca e cuscuz e, eram consumidos no domingo do Espírito Santo, dia de N.ª Sr.ª do Monte, dia da matriarca e pela festa da Conceição (ANTT, CNSEF, l.º 12, fls. 12, 14, 24, 28v.º, 47).

<sup>960</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 159, 238.



costume»<sup>961</sup>. Uma taça de doce custava entre os \$400 e os 1\$200 réis<sup>962</sup>, variando o preço consoante a variedade da fruta e o tamanho da taça.

Segundo os registos de contas, na fruta para o doce, prevalece a ameixa vinda do Curral das Freiras para o convento do Funchal, e o pêssego, o damasco, as cabaças, a chila, a cidra e a pêra de diversas localidades para este convento e para o de Câmara de Lobos<sup>963</sup>. Os doces eram feitos, servidos e ofertados, com grande predominância, nas festas de S. Francisco e do Natal (desde o dia de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição até ao dia de Reis)<sup>964</sup>. O «doce» era consumido noutras festividades ao longo do ano, como «na mesa de 4.<sup>a</sup> feira de cinza», Semana Santa/Ascensão do Senhor, festa de Santo António, Dia de Todos os Santos, Entrudo do Advento e visitas<sup>965</sup> e, no convento de Câmara de Lobos, nos jantares do juiz do Resíduo Secular aquando da sua hospedagem no mesmo ou quando «saiu a Arca do Servo de Deus»<sup>966</sup> (Fr. Pedro da Guarda). Algum deste «doce» poderá reportar-se a outro tipo de doce diferente do da cozedura de fruta com açúcar. Ainda relacionado com fruta mencionam que o açúcar servia para fazer «doce em calda» e conserva de fruta<sup>967</sup>. O convento de Santa Cruz, em abril de 1776, adquiriu «uma taça de casca e de calda e [outra?] de limão»<sup>968</sup>.

Os doces «para a mesa e bandeja» são distintos dos bolos, conforme despesa «feita com os bolos e mais doces para as bandejas», do arroz-doce segundo «gasto com os doces na Visita e arroz-doce no dia da Porciúncula 11\$210» e dos biscoitos como atestam os gastos «dos biscoitos da Semana Santa e alguns doces», «biscoitos e mais doces da Semana Santa» e «biscoitos, doces e almoços dos religiosos na Semana Santa». Nas festas de S. Francisco e do Senhor, do convento de S. Bernardino, referem

---

<sup>961</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 162v.º, 204v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 88v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 46v.º, 85, 88v.º; l.º 2, fls. 165, 180; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 88v.º. No convento do Funchal é mencionado «açúcar para amexa» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 172v.º, julho de 1826) e «açúcar para doce», tendo sido gasto também «21 varas de linhagem para tendas para fazer os doces da comunidade 3\$400» (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 162v.º, agosto de 1825).

<sup>962</sup> Em dezembro de 1824 custou \$600 réis (ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 154v.º). No convento de S. Bernardino, uma taça de doce de ameixa custou \$750 réis (julho de 1795) (ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 63v.º).

<sup>963</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 147, 162, 163, 171, 181v.º, 184v.º, 228; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 63v.º, 106. Na terminologia são referidos: «ameixas para doce \$400», «uma taça de doce de ameixa»; «abóbora para xilla», «por 2 centos de sidra para doce», «por pêra para doce 1\$800».

<sup>964</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 52; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 184v.º.

<sup>965</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 129, 188; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 63v.º, 85; l.º 2, fls. 52v.º, 139, 143, 157, 169v.º; l.º 3, fls. 40v.º, 45v.º, 65; l.º 4, fls. 15, 88.

<sup>966</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 63v.º; l.º 2, fl. 13v.º.

<sup>967</sup> ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 11v.º; l.º 4, fls. 3, 23v.º.

<sup>968</sup> ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 37v.º (abril de 1776).

«os doces da Mesa» e nas festas ao longo do ano do convento do Funchal, os «bolos e fartes e doces para a mesa»<sup>969</sup>.

Os conventos de Câmara de Lobos e do Funchal recorriam ao convento feminino de Santa Clara, no Funchal, para a confeção da doçaria (bolos, biscoitos, doces, doce, arroz-doce, sonhos, fartes, etc.). Uma das freiras ficava incumbida de fazer a doçaria, cabendo a confeção às moças/criadas/servas<sup>970</sup>. O convento de S. Bernardino recorreu, pontualmente, entre dezembro de 1792 e fevereiro de 1793, ao convento da Encarnação<sup>971</sup>, no Funchal, para a confeção do arroz-doce para a festa de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, propinas para a festa de S. Francisco, Natal e sonhos do Entrudo<sup>972</sup>.

O convento de S. Bernardino pagava às freiras, com dinheiro ou oferta de galinhas, a lenha usada no forno<sup>973</sup>, o transporte dos ingredientes e dos produtos cozinhados e o trabalho do fabrico, «em agradecimento»/«de mimo»<sup>974</sup>. Outras vezes, os frades pagavam o total das despesas, conforme um rol das freiras, por exemplo, 22\$450 réis em dezembro de 1812<sup>975</sup>. No convento do Funchal, a despesa com a doçaria ascendia a valores consideráveis, como ocorreu na festa de S. Francisco, em 1818, na qual gastaram 63\$700 réis em doce para os músicos da novena, mesa e bandejas, e 38\$300 réis com os bolos e fartes. Neste ano, no Natal e doce para a mesa na última oitava gastaram 84\$260 réis<sup>976</sup>.

<sup>969</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 6, 9; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 211v.º; l.º 6, fls. 32v.º, 48, 68, 77, 92v.º, 241.

<sup>970</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 42, 48, 71, 85v.º, 101; l.º 3, fls. 14, 67, 72v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 5v.º, 213; l.º 6, fls. 136v.º, 150v.º, 164, 188.

<sup>971</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 6v.º (dezembro de 1792).

<sup>972</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 6, 9, 10.

<sup>973</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 48 (outubro de 1794).

<sup>974</sup> Relacionados com as despesas da confeção de doçaria no Natal, o convento de Câmara de Lobos gastou com a confeção dos bolos no convento de Santa Clara, por exemplo, em portadores: transporte de sonhos (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 62) «3 portadores que foram a Santa Clara a \$200» (ANTT, *CSBCL*, fl. 104, dezembro de 1804), «a 3 homens que conduziram os bolos do Natal 1\$500 réis» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 167, dezembro de 1808) e «para portadores que trouxeram os bolos \$800 rs» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 108v.º, dezembro de 1823). Quanto a pagamento às freiras vejamos alguns valores ou géneros: «Para quem fez os doces em Santa Clara com que se agradeceu o seu trabalho 6 g.[alinh]<sup>as</sup> a 300 r[éi] s, e 2 fr[an]g.<sup>as</sup> a 200» réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69, outubro de 1795); «6 aves de mimo» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 95, janeiro de 1797); «4 aves para quem fez as propinas do Natal e S. Francisco 2\$000 rs» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 44v.º, dezembro de 1800); «por 4 galinhas a 500 rs para quem fez o doce 2\$000» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 167, dezembro de 1808); «por agradecimento a quem fez o doce da propina 4\$200» (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fls. 16, 16v.º, dezembro de 1811); «por agradecimento a quem fez os bolos 8\$000 réis» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 28, janeiro de 1819); «Por agradecimento a quem fez a propina de doce para o Natal 2\$400, portadores a cidade 400 rs, tudo 2\$800» (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 90v.º, janeiro de 1823). Em junho de 1793 o convento de Câmara de Lobos enviou, em agradecimento, seis aves à «benfeitora do convento da Encarnação que serviu a esta comunidade» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 16v.º). Em 1811, para o convento de Câmara de Lobos, o trabalho da feitura de doce em todas as funções custou 12\$000 réis conforme a despesa do mês de outubro.

<sup>975</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 109v.º (outubro de 1797); l.º 3, fls. 16 (dezembro de 1811), 34 (dezembro de 1812).

<sup>976</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 53, 59v.º.

Como era habitual, nos «doces» empregavam ovos, um dos ingredientes bastante usado na doçaria nesta época, como se pode comprovar, no convento do Funchal, em outubro de 1829 e em setembro de 1832, quando adquiriram, respetivamente, 100 e 111 dúzias de ovos (5\$900 réis)<sup>977</sup>.

No convento do Funchal, em 1831, registam a despesa «por canelas para os doces do[s] ovos», quer dizer, canela para doce de ovos. Juntamente com esta despesa gastaram: «13 libras de amêndoa 2\$600; 14 arrobas e 13 libras de açúcar 33\$540; 6 canadas de mel a 300 rs canada para os bolos 1\$800; especiarias para os ditos 1\$000; especiarias para as argolinhas \$350; meio alqueire de farinha fina \$400; 2 livrinhos de ouro \$200; papel \$800; 24 libras de manteiga a 200 rs libra 4\$800». Noutra despesa registam: «6 canadas de mel para os bolos, e especiarias para os ditos e argolinhas 3\$100; 17 libras de amêndoa e 17 libras de manteiga a 250 rs libra 6\$750; 6 libras de açúcar de pedra a 300 rs [ibr].<sup>a</sup> 1\$800»<sup>978</sup>. A amêndoa, o açúcar e as especiarias, pontualmente, registadas conjuntamente com a manteiga, são ingredientes base para a confeção de alguns bolos, argolinhas e dos fartes, estes últimos comuns aos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, nas festas de S. Francisco e do Natal e, ocasionalmente, na Páscoa<sup>979</sup>.

Os bolos, fartes, broas e doces eram doçarias distintas. Em outubro de 1802, no convento de Câmara de Lobos assentavam a despesa dos «bolos e o mais»<sup>980</sup>, assim dizendo, incluía-se outra doçaria. O «rol da Freira», em outubro de 1795, dizia respeito a 16\$100 réis «em «bolos, fartes e broas»<sup>981</sup> e o de outubro de 1809, no valor de 29\$600 réis, era respeitante à «propina dos bolos, fartes e boroas [broas]» além do gasto de 6\$800 réis «a quem os fez»<sup>982</sup>. Os registos de setembro de 1817 e de dezembro de 1823, do convento de Câmara de Lobos, refere «os bolos de mel, fartes e doce»<sup>983</sup> e «bolos, broas e fartes»<sup>984</sup> e os de dezembro de 1817, outubro de 1819 e dezembro de 1823, do convento do Funchal, relativos aos gastos, respetivamente de

---

<sup>977</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 12; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 230, 238.

<sup>978</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 229, 238.

<sup>979</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 150v.º, 206; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 185; l.º 3, fl. 7. Dezoito libras de amêndoa custaram 3\$600 réis. No convento de N.ª Sr.ª da Encarnação era habitual a confeção e consumo de «talhada de amêndoa» nos dias da Encarnação, Conceição e Quarta-feira de Cinzas (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 8v.º, 10v.º, 24, 26).

<sup>980</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 71 (outubro de 1802).

<sup>981</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69 (outubro de 1795).

<sup>982</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 177 (outubro de 1809).

<sup>983</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 109v.º.

<sup>984</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 108v.º.

51\$200 réis em «bolos, fartes e broas», de 133\$800 réis em «bolos e fartes e doces para a mesa, merenda dos músicos e festas do ano», e de 29\$600 réis «com os bolos, fartes e broas para as propinas»<sup>985</sup>, distinguem claramente estes tipos de doce. Ainda relativamente aos doces, o hospício da Ribeira Brava, na festa de S. Francisco, em outubro de 1800, adquiriu «dois papeliços de doces 1\$200, um bolo com uma fita \$700 rs»<sup>986</sup>.

Nos bolos, estão identificados os «bolos do Natal» e os de mel<sup>987</sup>. Nas contas constam várias aquisições de mel para os bolos a \$300 réis à canada e «melado», por vezes, comprado a par das especiarias, o que se deduz que era para confeção de bolos de mel de cana, embora o mel de abelhas, comprado e produzido nas colmeias das cercas de alguns conventos, fosse empregue nos bolos<sup>988</sup>. O mel de abelhas era comercializado, à garrafa, a \$400 a \$500 réis<sup>989</sup>. No convento de S. Bernardino constam várias despesas com mel e especiarias. Em dezembro de 1793, juntamente com a aquisição de quatro canadas de mel, a \$200 réis, adquiriram nove libras de manteiga para os bolos do Natal, oito libras de açúcar branco a \$160 réis, 24 libras de açúcar mascavado a \$100 réis, erva-doce \$300 réis, cravo \$300 réis e pimenta \$250 réis<sup>990</sup>. Em outubro de 1794, para a festa em honra de S. Francisco, o convento de S. Bernardino, para os bolos das propinas, enviou para Santa Clara uma arroba e cinco libras de açúcar preto, 20 libras de açúcar branco, cinco canadas de mel, farinha e diversas especiarias nomeadamente cravo maranhão (\$400 réis), erva-doce (\$400 réis), pimenta preta (\$200 réis), canela (\$200 réis) e «papel para os papelitinhos das propinas \$800 rs», provavelmente para embrulhar os bolos. Para os «bolos da festa»

<sup>985</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 44v.º, 77, 124.

<sup>986</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 86v.º. Papeliço é um pequeno embrulho de papel.

<sup>987</sup> Nos registos dos conventos femininos do Funchal são identificados diversos bolos, que deveriam chegar aos conventos masculinos. No convento de N.ª Sr.ª da Encarnação, entre 1811 e 1814, estão identificados, além do bolo de mel, também os bolos: de açúcar, no domingo do Espírito Santo; de centeio, em novembro; de manteiga, na Sexta-feira Santa e dia 2 de novembro; morgado; doce, na festa de S. Francisco, Conceição e domingo do Senhor; a boleima, no ofício de pais e mães; o pão de leite, pelo S. João, para os feitores; e o pão de ló (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 5v.º, 6v.º, 8v.º, 11, 12, 13v.º, 14, 22, 24, 39v.º, 43).

<sup>988</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 52, 215; l.º 6, fl. 10v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 23v.º, 38, 48; l.º 4, fl. 5; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 24; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 66v.º. Os conventos de Câmara de Lobos e da Calheta tinham colmeias. O mel de abelhas era comercializado a \$400 e a \$500 réis à garrafa. «Por 6 canadas de mel a 300 rs canada para os Bolos 1\$800» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 229 (1831); «por uma canada de melado vendida pelo feitor da Terça 4\$750» (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 129v.º (1806))

<sup>989</sup> Quatro garrafas (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 66v.º, setembro de 1812); uma garrafa (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 154v.º, dezembro de 1824; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 23v.º, setembro de 1793; l.º 4, fl. 5, novembro de 1817).

<sup>990</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 29.

(do Natal) de 1817 adquiriram 3\$000 réis em nozes em conjunto com uma garrafa de mel de abelhas (\$500 réis). Em novembro de 1825, o convento do Funchal comprou sete alqueires de nozes para os bolos por 4\$900 réis. No convento de S. Francisco os bolos de mel eram consumidos na festa de S. Francisco e no Natal<sup>991</sup>.

São assiduamente compradas especiarias, normalmente designadas de «especiarias diversas»<sup>992</sup>. Entre as aclaradas constam mostarda<sup>993</sup>, cominhos<sup>994</sup>, açafão<sup>995</sup>, «asafroa» (açafroa)<sup>996</sup>, noz-moscada<sup>997</sup>, erva doce<sup>998</sup>, cravo-do-maranhão<sup>999</sup>, pimenta e canela<sup>1000</sup>, parte destas últimas utilizadas na confeção de bolos e broas. Nas pimentas, elucidam a pimenta-da-Índia<sup>1001</sup>, pimenta-de-fora<sup>1002</sup> e a pimenta-preta<sup>1003</sup>.

Na Semana Santa consumiam biscoitos<sup>1004</sup> e pão-de-ló<sup>1005</sup>, sendo este último, em conjunto com as rosquilhas (biscoito) consumidos, pontualmente, nas visitas. Na confeção dos biscoitos, em Santa Clara<sup>1006</sup>, entre outros ingredientes, constavam farinha, ovos e manteiga<sup>1007</sup>.

No dia de Jesus (1 de janeiro) e na fogueira da noite de S. João (24 de junho) e, raramente, no dia de S. Pedro (29 de junho), eram obrigatórias as cavacas,

<sup>991</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 5v.º, 48; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 109, 165. Em dezembro de 1821 os bolos de mel, no Natal, importaram em 30\$000 réis.

<sup>992</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 3; l.º 3, fl. 3v.º

<sup>993</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 64v.º; 65v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 3. Um vidro de mostarda custava entre \$200 réis e \$500 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 160; l.º 3, fl. 19v.º; l.º 4, fls. 40, 119) e um vidro de mostarda grande \$800 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 42).

<sup>994</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 26, 27, 29, 60; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 18v.º, 31v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 33.

<sup>995</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 51, 62; «3 libras de asafrão a 450 réis» (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 4v.º).

<sup>996</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fl. 40 («duas libras de asafrão \$600»), 47 («uma libra \$250 rs»), 69; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 5, 14, 18v.º, 31v.º, 34v.º, 45; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 65; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 53v.º.

<sup>997</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 3. Uma noz-moscada, em outubro de 1824, custava \$050 réis (ANTT, *CSBCL*, l.º 4, fl. 119).

<sup>998</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 28v.º, 48; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 127v.º.

<sup>999</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 31, 37; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 20v.º, 33.

<sup>1000</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 19, 32; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 20v.º, 33, 48; l.º 2, fl. 25; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 144, 220v.º, 223v.º.

<sup>1001</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fls. 31, 37.

<sup>1002</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 2, fl. 19.

<sup>1003</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 16, 48.

<sup>1004</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 17, 36, 180v.º; l.º 6, fls. 16, 32v.º, 68, 169v.º, 188, 234v.º; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 12v.º; l.º 2, fls. 16, 34, 50v.º, 144, 158. Também eram consumidos, pontualmente, aquando de uma visita ou pelo Natal (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 154; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 139), na novena de S. Francisco, pelos cantores (ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 108) e na festa da Porciúncula (ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 134v.º).

<sup>1005</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 234v.º (abril de 1832).

<sup>1006</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 50v.º (abril de 1801). No convento da Encarnação eram confeccionados os «biscoitos das argolinhas», no Natal; rosquilhas, no dia de S. José; cavacas e broas, pela Semana Santa (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 9, 9v.º, 11, 24).

<sup>1007</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 179; ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 37.

acompanhadas de cerejas e tremoços<sup>1008</sup>. Nos ingredientes, além da farinha, juntavam ovos, manteiga e açúcar<sup>1009</sup>, sendo confeccionadas no convento de Santa Clara<sup>1010</sup>. Em junho de 1797, no convento de S. Bernardino, as cavacas foram substituídas por biscoitos<sup>1011</sup>.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal consumiam nas visitas, na festa de S. Francisco e no Entrudo da Quaresma os «pastéis» / «pastéis de 4.<sup>a</sup> feira de cinza» e pastéis-de-nata<sup>1012</sup>.

Nos Entrudos, igualmente chamados de «intrudo»<sup>1013</sup>, associados aos «muytos abusos, que no tempo do Intrudo se introduzira»<sup>1014</sup>, prevalecia a abundância. Eram celebrados antes da Quaresma, durante três dias, de segunda a Quarta-Feira de Cinzas, sendo os dois primeiros chamados das 40 horas, e ainda antes do Natal, no Entrudo do Advento<sup>1015</sup>. Nos Entrudos e na ceia do Dia de Todos os Santos consumiam os sonhos<sup>1016</sup>, feitos pelos conventos femininos do Funchal, com farinha de trigo, manteiga, ovos e açúcar e o azeite na fritura. Os sonhos eram envolvidos com «açúcar na calda»<sup>1017</sup>.

No Entrudo do Advento, esporadicamente, consumiam «queijadia» e «cajadas» (queijadas)<sup>1018</sup>. Em 1772-1773, no convento da Calheta assentam os «doces para os anjinhos» presentes nas cerimónias das 40 horas. Os «doces», vindos numa vasilha, ou «confeites», para os anjinhos, são comuns neste convento durante as solenidades das 40 horas<sup>1019</sup>.

---

<sup>1008</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 19, 42v.º, 61v.º, 102v.º; l.º 2, fl. 173; l.º 3, fl. 7v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 2, 20v.º, 62, 184; l.º 6, fls. 19, 37, 70v.º, 88, 103, 118, 132v.º, 146, 161, 172, 180, 190v.º, 203v.º, 215v.º, 225v.º, 235v.º. Em junho de 1799, as cerejas consumidas no convento de Câmara de Lobos eram provenientes da Ribeira Brava (ANTT, *CSBCL*, fl. 19v.º).

<sup>1009</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 34; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 184, 203v.º, 210, 215v.º, 221, 225v.º; ANTT, *CSBCL*, fl. 115v.º.

<sup>1010</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fls. 48, 76v.º, 142, 147v.º, 154v.º; l.º 3, fl. 7v.º; l.º 4, fl. 17v.º.

<sup>1011</sup> ANTT, *CBSCL*, l.º 1, fl. 102v.º.

<sup>1012</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 66; l.º 2, fl. 137; l.º 3, fl. 31; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 19, 220v.º. A documentação dos conventos femininos, como o da Encarnação, entre 1811 e 1814, aclara que existiam os «pastéis de grãos» (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fl. 11); os «pastéis doce» (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fl. 28) e o pastel, que continha ingredientes como a carne de vaca e/ou toucinho e eram consumidos nos dias de Jesus, da matriarca e do Corpo de Deus (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 5, 9v.º, 11, 21, 23, 23v.º, 44, 46v.º)

<sup>1013</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 213; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 10; l.º 2, fl. 42v.º.

<sup>1014</sup> BLUTEAU, 1713, *Vocabulario [...]*, vol. F-IZO, letra I, p. 179.

<sup>1015</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 60; l.º 3, fl. 55; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 193.

<sup>1016</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 193; l.º 6, fls. 6, 13, 240; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 4v.º, 10.

<sup>1017</sup> ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, fl. 35; ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 220; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 10; l.º 2, fl. 27.

<sup>1018</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 213; l.º 6, fl. 25. No convento feminino de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Encarnação estavam presentes as tacinhas de coalhada, em dias de S. João e de S. Pedro (ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 13v.º, 45v.º).

<sup>1019</sup> ANTT, *CSSC*, l.º 4, fls. 27, 29, 34, 35v.º, 37, 42v.º, 44v.º, 52v.º.

A batatada, um doce confeccionado com açúcar e batata-doce, era servido em pratinhos<sup>1020</sup> e consumido no convento de Câmara de Lobos, pois na festa de S. Francisco, de 1792, gastaram «12 libras de açúcar para a batatada». Em 1794 deu entrada neste convento um cesto de batatas-doces<sup>1021</sup>. As batatas-doces eram transportadas em cestos para não machucar, contrariamente às batatas (“semilhas”), que eram menos sensíveis, e eram transportadas em sacos ou barris.

Pelas festas de S. Francisco e do Natal e nas propinas consumiam broas<sup>1022</sup>. Nas festas da Porciúncula e da Conceição e na Semana Santa consumiam arroz-doce, constando nos ingredientes: ovos, canela, açúcar, manteiga e arroz<sup>1023</sup>.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, nas festas de S. Francisco e do Natal e nas visitas eram consumidas bolachas<sup>1024</sup>. Entre as designações da bolacha constam a «bolacha inglesa» e a «bolacha fina», variando as aquisições entre uma libra (\$160 réis) e um barril (1\$600 réis)<sup>1025</sup>.

No convento do Funchal, entre 1818 e 1832, constam também pudins, entrando açúcar, leite, ovos e alcatira na sua confeção<sup>1026</sup>. No convento de Câmara de Lobos, entre 1795 e 1811, consta em três ocasiões a compra de «bolas inglesas»/«boulas inglesas», parecendo tratar-se de uma iguaria e não de um queijo, pois nos meses destas aquisições também compraram queijo inglês<sup>1027</sup>.

No convento do Funchal compraram, por duas vezes, pastilhas, nomeadamente em julho de 1815, «canela e pastilhas para o doce da visita \$400», e em outubro de 1824, para a festa de S. Francisco, «pastilhas e papel 1\$900»<sup>1028</sup>. Alberto Sarmiento, sem mencionar a fonte, refere que os frades de S. Francisco preparavam «as pastilhas de funcho para a tosse e os diagargantes, à maneira da India, com gengibre, canela, limão, etc.»<sup>1029</sup>.

---

<sup>1020</sup> ANTT, *CNSEF*, l.º 12, fls. 5v.º, 22, 39.

<sup>1021</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 3, 52v.º.

<sup>1022</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 69; l.º 4, fl. 108v.º; ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 10v.º, 165.

<sup>1023</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fls. 10, 28, 37; l.º 2, fls. 21v.º, 63v.º.

<sup>1024</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 175 (agosto de 1809); l.º 3, fl. 12 (setembro de 1811); l.º 4, fls. 3 (outubro de 1817), 83v.º (agosto de 1822); ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26 (outubro de 1810).

<sup>1025</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fl. 26; l.º 6, fl. 19; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 139; l.º 3, fl. 12.

<sup>1026</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 72, 238. A alcatira ou tragacanto é uma planta da qual é extraída uma goma para fins cosméticos e de confeitaria. É comum no Médio Oriente (BLUTEAU, 1712, *Vocabulario* [...], vol. A, p. 284.

<sup>1027</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 65v.º; l.º 4, fls. 4v.º, 7. Um quarto de boula inglesa custou \$800 réis.

<sup>1028</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 2, 150v.º (julho de 1815 e outubro de 1824).

<sup>1029</sup> NUNES, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira* [...], p. 155, citando SARMENTO, 1941, *As pequenas indústrias da Madeira*, Funchal.

Existiam vários tipos de açúcar, adquirido em Lisboa e na Madeira<sup>1030</sup>, utilizados no conserto dos vinhos armazenados nas pipas e nos colocados na estufa, nos temperos e na confeção de doçaria. O açúcar mais barato, chamado de comum, ordinário, «de caixa», «para a cozinha», «açúcar para temperos» ou «açúcar do Brasil», como o nome indica era utilizado maioritariamente nos temperos, sendo comprado entre \$140 e \$200 réis à libra<sup>1031</sup>. O açúcar fino, refinado, areado ou apurado, raramente chamado de açúcar de pedra, era adquirido entre \$160 e \$300 réis à libra<sup>1032</sup>.

O açúcar branco de qualidade semelhante ao açúcar fino, embora inferior, diferiam entre si como constatamos na despesa «10 libras de açúcar branco a 180 [= 1\$800 réis] e 4 ditas de dito fino a 200 [= \$800 réis]». O açúcar branco era utilizado nos temperos da cozinha, no doce, no doce de colher e nos bolos, sendo adquirido, na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX, entre \$100 e \$300 réis à libra<sup>1033</sup>.

O açúcar mascavo, mascavado ou preto, era considerado de qualidade inferior, logo mais barato e adquirido entre \$100 e \$160 réis à libra. Era utilizado em temperos, no conserto dos vinhos e nos bolos<sup>1034</sup>.

Entre 1809 e 1819, pelas festas, sobretudo de S. Francisco, constam várias aquisições de formas de açúcar, pão de açúcar ou açúcar em pão. Este açúcar custava, geralmente, \$300 réis à libra, existindo aquisições de formas inteiras por 1\$200 réis, 1\$600 réis, 2\$900 réis e uma com seis libras por 2\$400 réis<sup>1035</sup>.

## Bebidas

No dia a dia, as bebidas mais usadas eram o vinho e a água. A água era armazenada num tanque, como no convento da Calheta, que tinha um tanque

<sup>1030</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 57v.º (setembro de 1818).

<sup>1031</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 120; l.º 3, fl. 78v.º; l.º 4, fls. 3v.º, 122; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 6v.º.

<sup>1032</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 133v.º, 136; l.º 3, fls. 120, 138v.º; l.º 4, fls. 3v.º, 119, 122; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25v.º, 229v.º, 238; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 24v.º. NUNES, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira* [...], p. 295.

<sup>1033</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 29; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 69.

<sup>1034</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 29, 47v.º, 110; ANTT, CNSPSC, l.º 1, fl. 31; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 56, 66v.º, 102.

<sup>1035</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 165, 175; l.º 3, fl. 7; l.º 4, fl. 3; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 41v.º, 59, 76v.º. Além dos doces, bolos e doçaria descritos, os conventos femininos do Funchal, entre eles o de N.ª Sr.ª da Encarnação, entre 1811-1814, por exemplo, confeccionavam outros doces, e que provavelmente também chegariam às festividades dos conventos masculinos: alféloa, no dia da Conceição; caramelo; rapadura; «manjar preto»; e «miolo do manjar» (ANTT, CNSEF, l.º 12, fls. 5v.º, 8v.º, 22, 26, 28v.º, 41v.º).



pequeno «para asseio da casa»<sup>1036</sup>. Os vários conventos possuíam, na cozinha, um barril para armazenar e/ou servir água<sup>1037</sup>, sendo servida na mesa em copos ou num copo grande<sup>1038</sup>. O convento de Câmara de Lobos possuía uma pia, colocada numa caixa, para purificar a água e uma «bolsa para água»<sup>1039</sup>, esta em princípio para transportá-la.

Embora os franciscanos tivessem vinho nas suas lojas e adegas, arrecadado nos peditórios ou produzidos nas hortas, nas épocas festivas ou ocasiões pontuais, de relevada importância, como na receção de confesores em festas, almoços de benfeitores e visitas, adquiriam um vinho de qualidade superior, como malvasia, «vinho bom», «vinho fino», «vinho velho» ou «vinho tinta»<sup>1040</sup>. O «vinho do Porto» fazia parte, pontualmente, da festa de S. Francisco no convento homónimo<sup>1041</sup>, como em outubro de 1815 adquiriram 12 garrafas por 12\$000 réis. Aos trabalhadores na horta ou fora do convento, portadores, «homens da rede», barqueiros, e nas «merendas dos músicos e gentes de servir» também ofereciam vinho<sup>1042</sup>.

Ao longo do século XVIII e no século XIX, aos trabalhadores e «para gastos», empregavam água-pé. No convento de Câmara de Lobos provinha do Porto da Cruz e da Terça de Câmara de Lobos<sup>1043</sup>. A água-pé era utilizada na confeção de vinagre, no entanto, a maioria do vinagre era de vinho<sup>1044</sup>.

A cerveja é referida na documentação conventual a partir de 1794<sup>1045</sup>, nos jantares das festas, das contas, das visitas, das 40 horas (Entrudo), do Dia de Todos os Santos, e sobretudo de S. Francisco. À garrafa custava \$100 réis até 1795, \$150 réis até 1807 e \$200 réis a partir desta data, sendo habitual a compra de 12 a 24 unidades, alcançando as 36 garrafas nos conventos do Funchal e Câmara de Lobos, e entre quatro e 12 no hospício da Ribeira Brava<sup>1046</sup>.

<sup>1036</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 28v.º.

<sup>1037</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fls. 3, 43v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 13v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 64, 152; ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 95v.º.

<sup>1038</sup> ANTT, CSSC, l.º 2, fl. 3 (1750).

<sup>1039</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 14, 73, 157. VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 73, citando ANTT, AHMF, *Conventos extintos, Convento de S. Bernardino, Madeira*, cx. 2267, n.º 489.

<sup>1040</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 9; l.º 2, fls. 9, 165; l.º 3, fl. 10; l.º 4, fls. 65, 72; ANTT, CSFF, l.º 5, fl. 10v.º; l.º 6, fl. 6v.º.

<sup>1041</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25.

<sup>1042</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 2; ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 6, 55; l.º 4, fl. 9; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fls. 38, 51.

<sup>1043</sup> ANTT, CNSPRB, l.º 1, fls. 21v.º, 48v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fl. 59v.º; ANTT, CSBCL, l.º 3, fl. 10.

<sup>1044</sup> Em 1743, um barril de vinagre importou em 1\$000 réis para o hospício da Ribeira Brava (ANTT, CNSPRB, l.º 1, fl. 68).

<sup>1045</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 46v.º.

<sup>1046</sup> ANTT, CSFF, l.º 5, fls. 2, 5v.º, 8v.º, 26, 42, 190, 211; l.º 6, fls. 19, 41v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 10v.º; l.º 3, fls. 17, 88v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 46v.º, 85; l.º 2, fl. 137; l.º 4, fl. 119.

Nos conventos de Câmara de Lobos e do Funchal, pela festa de S. Francisco, para a Mesa e, de vez em quando, na Quarta-feira de Cinzas, adquiriam garrafas de licor, custando uma garrafa entre \$300 e \$800 réis, oscilando cada aquisição entre \$800 e 3\$600 réis. Das variedades apenas é referida, numa só vez, o licor de «carouso» (caroço)<sup>1047</sup>.

A aguardente de França e «da terra», ou melhor, de fabrico local, era bastante usada nos conventos para fortificação dos vinhos. Pontualmente e em pequenas quantidades, adquirem aguardente para as festas<sup>1048</sup> e genebra/«ginebar» em canadas ou em frascos, ao custo unitário de \$450-\$500 réis, para a festa de S. Francisco e, por vezes, nas visitas e na festa do orago do hospício da Ribeira Brava<sup>1049</sup>.

Na festa de S. Francisco, visitas, almoços da Semana Santa, acompanhamentos aos enterros e às cerimónias festivas de capelas, era comum beber chá/«chá fino», café e leite, acompanhado com manteiga, açúcar, queijo e provavelmente com pão. Estes lanches, prevalecendo o chá, eram dados nas festas aos hóspedes, aos ajudantes na cozinha, aos músicos, aos confesores e aos benfeitores<sup>1050</sup>. Além destas refeições, o leite era adquirido para os pudins e para os religiosos doentes, às vezes dado em papas<sup>1051</sup>.

O «xicolate» ou «xocolate», ou seja, o chocolate bebido quente era apreciado no convento de Câmara de Lobos na Semana Santa e nas visitas. Este convento e o hospício da Ribeira Brava possuíam uma chocolateira que servia para a confeção desta bebida<sup>1052</sup>.

## Tabaco

O tabaco<sup>1053</sup> era um produto bastante estimado pelos franciscanos para ser ofertado, sobretudo em agradecimento. O tabaco era ofertado em propina/colação à comunidade religiosa franciscana, donatos, irmão síndico, benfeitores, colabo-

<sup>1047</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 6v.º, 25v.º; ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 3; l.º 2, fl. 9; l.º 4, fl. 3.

<sup>1048</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 8v.º-9; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fls. 14, 17.

<sup>1049</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fl. 9; l.º 4, fls. 3, 14v.º, 23v.º; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 2, 19, 76v.º, 121v.º, 136v.º, 150v.º, 164, 182v.º; ANTT, CNSPRB, l.º 3, fl. 49.

<sup>1050</sup> ANTT, CSBCL, l.º 2, fls. 14, 24v.º, 49, 53v.º, 85v.º, 119v.º, 133v.º; l.º 3, fls. 11v.º, 29v.º, 61, 62v.º; l.º 4, fls. 7, 86, 93; ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 214, 223v.º, 228, 232v.º, 233. Num registo, o chá é especificado de «chá fino».

<sup>1051</sup> ANTT, CSFF, l.º 6, fls. 234v.º, 238; ANTT, CSBCL, l.º 1, fls. 23v.º, 37; l.º 2, fl. 60.

<sup>1052</sup> ANTT, CSBCL, l.º 1, fl. 16v.º; l.º 2, fl. 158v.º; l.º 4, fl. 13; ANTT, CNSPRB, l.º 2, fl. 2. VERÍSSIMO, 2002, *O convento de São Bernardino* [...], p. 73, citando ANTT, AHMF, Conventos extintos, CSBCL, Madeira, cx. 2267, n.º 489.

<sup>1053</sup> Em 1821, é comprado, pelo convento de Câmara de Lobos, no estanque (ANTT, CSBCL, l.º 4, fl. 70v.º).

radores, pregadores das festas e aos que davam esmolas. Era transportado em bocetas<sup>1054</sup>, isto é, numa pequena caixa.

A quantidade de tabaco ofertada variava, consoante o cargo dos religiosos ou o contributo dado ao convento. No hospício da Ribeira Brava, em março de 1799, os religiosos receberam, cada um, uma quarta de libra, enquanto o donato e moço receberam meia quarta<sup>1055</sup>. Em abril de 1801, os religiosos receberam uma libra e três quartas, o irmão síndico, uma quarta, e o irmão donato, amassadeira, lavadeira, moleiro, barbeiro e moço, meia quarta<sup>1056</sup>. Nos recebedores entravam os pregadores em festas, o médico e sangrador<sup>1057</sup>.

Nas variedades o mais comum é o tabaco de simonte, adquirido entre \$600 e 1\$200 réis à libra<sup>1058</sup>. Existia o tabaco do Brasil, a 1\$000 réis ao arrátel, em janeiro de 1813; o tabaco «escorcez» (escocês?), a \$400 réis à libra em 1809 e a \$700 réis em 1810; e o tabaco português, ofertado aos feitores. Todas estas variedades eram ofertadas nos peditórios<sup>1059</sup>.

Em junho de 1824, o convento do Funchal gastou 24\$000 réis em três arrobas e seis libras de tabaco de rolo e 1\$000 réis a quem moeu o dito tabaco<sup>1060</sup>.

Esporadicamente, compravam rapé, a 1\$000 réis à libra em finais do século XVIII e a 1\$500 réis no século XIX, para ofertar nas visitas ao visitador e secretário, constando no convento de Câmara de Lobos ao pregador na festa de S. Francisco<sup>1061</sup>. O rapé era distinto do tabaco, pois em três aquisições constam os dois produtos em simultâneo<sup>1062</sup>.

A comunidade franciscana, masculina, ativa na Madeira, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, em cinco espaços conventuais, além das atividades de

---

<sup>1054</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 39. Existiam bocetas para outras funções: o convento do Funchal comprou, em 1824, uma «boceta para as barbas» por \$400 réis, e o convento da Calheta possuía dois bocetas de hóstias, uma de «papelam dourado para a sacristia» e outra de «folha grande» e uma boceta «com um Menino Jesus duas camisinhas e um coração de ouro» (ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 154; ANTT, *CSSC*, l.º 2, fls. 26, 48v.º).

<sup>1055</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 59v.º (março de 1799).

<sup>1056</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fl. 92 (abril de 1801).

<sup>1057</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 231v.º, 234v.º, 241.

<sup>1058</sup> ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, fls. 16, 52, 56, 59, 61.

<sup>1059</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 5, fls. 4v.º, 26; ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 42v.º; l.º 3, fls. 36v.º, 47, 62v.º. Em janeiro de 1813, no convento de Câmara de Lobos, depois da despesa de 15\$000 réis de tabaco do Brasil, são registadas as despesas de «Por mais duas libras de Esturilho para os feitores do Campanário 3\$200; por mais 3 libras de meia torra 3\$600», correspondendo, provavelmente a especificidades do tabaco (ANTT, *CSBCL*, l.º 3, fl. 36v.º).

<sup>1060</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fl. 146.

<sup>1061</sup> ANTT, *CSFF*, l.º 6, fls. 20, 154; ANTT, *CSBCL*, l.º 1, fl. 106; l.º 2, fls. 6, 24v.º, 138v.º, 174; l.º 3, fls. 65v.º, 122; ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, fl. 65v.º.

<sup>1062</sup> ANTT, *CSBCL*, l.º 2, fl. 183; ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, fls. 67v.º, 56.

cariz religioso, principal foco do quotidiano, necessitava de tratar das tarefas materiais, da manutenção dos espaços conventuais não cultuais e do trato do corpo.

Uma das principais fontes de receita dos franciscanos eram os rendimentos obtidos através dos peditórios e esmolos, além dos serviços religiosos.

As tarefas profanas do quotidiano, internas e externas ao convento, eram realizadas por moços, cozinheiros, padeiros, barbeiros, hortelãos, lavadeiras, transportadores, pedreiros, carpinteiros, etc., a quem os franciscanos pagavam um valor fixo ou variável, consoante os dias de trabalho e a atividade desempenhada. A doçaria para as épocas festivas provinha, através de pagamento, dos conventos femininos do Funchal.

O estudo sobre o quotidiano da comunidade franciscana, masculina, ativa na Madeira, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, possibilitou um maior conhecimento não só desta comunidade, mas da população em geral, mantendo-se ainda presentes na sociedade atual alguns destes aspetos do quotidiano religioso e secular.

## Fontes Consultadas

### Fontes Manuscritas

ABM, CON, l.º 25, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª de Guadalupe, Porto da Cruz, Receita e Despesa e autos de aprovação das contas pela mesa, 1817-1887.

ABM, CON, l.º 76, Confraria do SS., igreja de S. Bento, Ribeira Brava, Tombo dos títulos dos bens e da receita e despesa, 1696-1816.

ABM, CON, l.º 77, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª da Luz, Ponta do Sol, Receita e Despesa, termos de eleições, quitações de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1705-1748.

ABM, GC, l.º 227, Confraria de N.ª Sr.ª da Boa Morte, igreja de S. Pedro, Funchal, Receita e Despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, 1764-1845.

ABM, GC, l.º 734, Passageiros (saída e entradas de), 1820-1822.

ABM, GC, l.º 1084, Ofícios da Prefeitura à Provedoria do Concelho do Funchal, 1834-1836.

ABM, *Index Geral do registo da antiga Provedoria da Real Fazenda, acrescentado com algumas notícias, e succesos da Ilha da Madeira, desde o anno de 1419 do seu descobrimento, ate o de 1775 da extinção da mesma Provedoria.*

- ABM, Instrumento Descritivo n.º 31, Família Bettencourt Mimoso.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 323, Confraria do SS., igreja de N.ª Sr.ª do Monte, Monte, Funchal, 1815.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1068, Confraria de Santa Quitéria, igreja de Santa Quitéria, Boaventura, 1805-1807.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 208, Confraria do SS., igreja de S. Sebastião, Câmara de Lobos, 1790-1796.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 497, Confrarias diversas, igreja de Santo António, Santo António, Funchal.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 514, Confraria do SS., igreja de Santo António, Santo António, Funchal.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 701, Confraria do SS., igreja de Santa Ana, Santana, 1815-1816.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 10, proc. 726, Confraria de N.ª Sr.ª da Conceição, igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, Porto Moniz, 1800-1805.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 897, Confraria do Senhor Jesus e Almas, igreja de S. Brás, Campanário, 1798-1802.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1049, Confraria das Almas, igreja de S. Salvador, Santa Cruz, 1811.305
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1057, Confraria de S. Pedro, capela de S. Pedro, Santa Cruz, 1790-1799.
- ABM, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1104, Devoção de Santo António, igreja do Senhor Bom Jesus, Ponta Delgada, 1806-1809.
- ABM, *RBJ*, l.º 21, Receita e Despesa, 1743-1775.
- ABM, *RBJ*, l.º 22, Receita e Despesa, 1745-1766.
- ABM, *RBJ*, l.º 23, Receita e Despesa, 1777-1799.
- ABM, *RBJ*, l.º 24, Receita e Despesa, 1817-1822.
- ABM, *RBJ*, l.º 25, Receita e Despesa, 1819-1841.
- ABM, *RP*, Arco da Calheta, Óbitos, l.º 3 (1727-1743).
- ABM, *RP*, Câmara de Lobos, Casamentos, l.os 4 (1751-1797) e 6 (1823-1839).
- ABM, *RP*, Estreito de Câmara de Lobos, Casamentos, l.º 6 (1807-1822).
- ABM, *RP*, Ponta do Sol, Casamentos, l.º 6 (1763-1791).
- ABM, *RP*, Ponta do Sol, Óbitos, l.os 2 (1665-1703), 4 (1703-1730) e 6 (1744-1761).
- ABM, *RP*, Ribeira Brava, Óbitos, l.os 3 (1623-1651), 4 (1679-1712), 5 (1712-1730), 6 (1730-1755), 7 (1755-1795) e 9 (1799-1806).

- ABM, *RP*, S. Pedro, Casamentos, l.os 7 (1760-1789), 9 (1793-1798) e 12 (1809-1819).
- ABM, *RP*, S. Pedro, Óbitos, l.os 15 (1814-1819), 16 (1819-1825) e 17 (1825-1833).
- ABM, *RP*, Santo António, Casamentos, l.os 4 (1769-1804) e 5 (1804-1823).
- ABM, *RP*, Sé, Casamentos, l.os 7 (1584-1601), 12 (1732-1748), 14 (1758-1764), 15 (1764-1773), 16 (1773-1791), 17 (1791-1807), 18 (1807-1822) e 19 (1822-1838).
- ANGELUS, Michael, 1650, *Chronologia Historico-Legalís Seraphici Ordinis Fratrum Minorum Sancti Patris Francisci*, Tomo 1, Napolis, Typographia Camilli Cavalli, disponível em <https://purl.pt/16754/1/index.html#/1/html>, acedido a 2020.06.16.
- ANTT, *Conselho da Fazenda*, l.º 314.
- ANTT, *Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal*, l.º 973.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 1, Receita e despesa, 1736-1745.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 2, Receita e despesa, 1794-1801.
- ANTT, *CNSPRB*, l.º 3, Receita e despesa, 1801-1809.
- ANTT, *CNSPSC*, l.º 1, Receita e despesa, 1772-1776.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 1, Receita e despesa, 1792-1798.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 2, Receita e despesa, 1798-1810.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 3, Receita e despesa, 1810-1817.
- ANTT, *CSBCL*, l.º 4, Receita e despesa, 1817-1825.
- ANTT, *CSCF*, l.º 27, Actas e eleições do convento, 1733-1886.
- ANTT, *CSCF*, l.º 61, Receita e Despesa, 1814-1817.306
- ANTT, *CSCF*, l.º 66, Receita e Despesa, 1808-1811.
- ANTT, *CSFF*, l.º 1, Registo de patentes, 1732-1780.
- ANTT, *CSFF*, l.º 5, Receita e despesa, 1809-1815.
- ANTT, *CSFF*, l.º 6, Receita e despesa, 1815-1832.
- ANTT, *CSSC*, l.º 1, Registo de Patentes, 1753-1811.
- ANTT, *CSSC*, l.º 2, Inventários, 1750-1782.
- ANTT, *CSSC*, l.º 4, Receita e despesa da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, 1741-1811.
- Arquivo Histórico Militar, *Divisões*, Governo de D. Miguel (1828-1834), cx. 065, 08 – Ofício do coronel José da Rosa e Sousa, do Regimento de Caçadores da Beira Alta, para o marquês de Tancos remetendo mapa da força do Regimento no dia em que embarcou a bordo da charrua *Princesa Real*, com destino à Ilha da Madeira, disponível em <https://ahm-exercito.defesa.gov.pt/details?id=196810&detailsType=Description>, acedido a 2022.02.18.

## Fontes Impressas

- An Historical Account of the discovery of the Island of Madeira, abridged from the Portuguese original. To which is added, An Account of the present State of the Island in a letter to a friend*, 1750, Londres, Printed for J. Payne and J. Bouquet, in Pater Noster Row.
- AZURARA, Gomes Eannes de, 1841 [1453], *Chronica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, Paris, J. P. Aillaud.
- BLUTEAU, D. Raphael, 1712-1728, *Vocabulario Portuguez e Latino*, 8 vols. (1712, vol. A; 1712, vol. B-CZA; 1713, vol. D-EYC; 1713, vol. F-IZO; 1716, vol. K-NYS; 1720, vol. O-PYT; 1720, vol. Q-SYS; 1721, vol. T-Z;) e 2 suplementos (1722, 1.<sup>a</sup> parte, vol. A-LYS; 1728, 2.<sup>a</sup> parte, vol. M-Z), Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.
- ESPERANÇA, Manuel da, 1656, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal: primeira parte, que contem seu principio e augmentos no seu estado primeiro de custodia*, Lisboa, Officina Craesbeeekiana.
- ESPERANÇA, Manuel da, 1666, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal: segunda parte*, Lisboa, Officina de António Craesbeeck de Mello.<sup>307</sup>
- FRANCO, José Eduardo (coord.), 2011, *Arquivo Secreto do Vaticano – Expansão Portuguesa – Documentação, Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*, Lisboa, Esfera do Caos Editores.
- FRANÇA, Isabella de, 1970 [1853-1854], *Jornal de uma Visita à Madeira e a Portugal, 1853-1854*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- FREITAS, António Jacinto de, 1852, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 3.º, Funchal, Tipografia Nacional.
- FRUTUOSO, Gaspar, 2007 [c. 1590], *As Saudades da Terra. História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Manuscrito do Século XVI, Funchal, Funchal 500 Anos.
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca, 1731, *Ancora Medicinal para conservar a vida com saúde*, Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues.
- LEITE, Jerónimo Dias, 1989 [c. 1579], *Descobrimento da Ilha da Madeira*, Lisboa, Lisboa, Publicações Alfa.
- LEITE, Jerónimo Dias, 2016 [c. 1579], *Descobrimento da Ilha da Madeira e Discurso da vida e feitos dos capitães da dita ilha. Tratado feito por Jerónimo Dias Leite, Cónego da Sé do Funchal*, Funchal, Imprensa Académica.

- MARTYRES, Verissimo dos, 1780, *Director funebre reformado para se officiar, e administrar com perfeição o sacrosanto viatico, extrema-unção aos enfermos, enterro, officio de defuntos, procissão das almas, e outras funções pertencentes aos mortos*, Lisboa, Regia Officina Typografica.
- MENESES, Servulo Drumond de, 1850, *Uma Epoca Administrativa da Madeira e Porto Santo a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. 2.º, Funchal, Tipografia Nacional.
- NORONHA, Henrique Henriques de, 1996 [1722], *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SOLEDADE, Fernando da, 1709, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, tomo 4, Lisboa, Oficina de Domingos Gonçalves.
- SOLEDADE, Fernando da, 1721, *Historia Serafica Chronologica da Ordem de S. Francisco na Provincia de Portugal*, tomo 5, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram.
- SOUSA, Dom David de, 1960, *Decreto sobre a Actualização das Paróquias*, Funchal, Tipografia do «Jornal da Madeira».308

#### Periódicos

- BEIRA, João da, 1920.03.07, «No Funchal Antigo – A procissão do Senhor dos Passos – Um punhado de lembranças», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- CÂMARA, Jaime, 1931.03.08, «Crónica de Março – A Procissão dos Passos», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- «Cheias», 1896.10.22, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.
- «Imagens», 1894.02.28, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- M., 1927.06.28, «Um livro curioso sobre a Madeira», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- M., 1927.07.02, «Um livro curioso sobre a Madeira (Continuação)», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- NÓBREGA, Marinho de, 1907.03.03, «A procissão dos Passos no Funchal», in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.
- NÓBREGA, Marinho de, 1921.02.27, «“In illo tempore”... A procissão dos Passos no Funchal – Um punhado de lembranças», in *Diário da Madeira*, Funchal, p. 1.
- «Procissão», 1892.03.27, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.
- «Secção Rural», 1895.10.09, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 2.



## Bibliografia Consultada

- ALMEIDA, Fortunato de, 1967, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora.
- CARITA, Rui, 1989, *História da Madeira (1420-1566) – Povoamento e Produção Açucareira*, vol. I, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego.
- CARITA, Rui, 1992, *História da Madeira (1600-1700) – As Dinastias Habsburgo e Bragança*, vol. III, Funchal, Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego.
- CARITA, Rui, 2015, *A Sé do Funchal: 1514-2014*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- CARNEIRO, Miguel, et al., 2019, *Ictiofauna de Portugal: Diversidade taxonómica, nomes comuns e nomes científicos dos peixes marinhos*, vol. I, Lisboa, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., pp. 29-30, disponível em <https://www.ipma.pt/resources/www/docs/publicacoes/site/Ictiofauna-de-Portugal-VOL1.pdf>, acedido a 2020.09.15.
- CASTRO, José de, 1944, *Portugal no Concílio de Trento*, vol. I, Lisboa, União Gráfica.
- CLODE, Luiza; PEREIRA, Fernando António Baptista, 1997, *Museu de Arte Sacra do Funchal – Arte Flamengo*, Lisboa, Edicarte.
- CORRÊA, Jacome, 1927, *Ilha da Madeira – Impressões e notas arqueológicas, ruraes, artísticas e sociaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade.309
- COSTA, Bruno Abreu da, 2013, *O Estado Eclesiástico na Madeira: o provimento de benefícios (séculos XV-XVIII)*, Coimbra, Tese de Mestrado em História, Coimbra, Universidade de Coimbra, disponível em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/35996/1/O%20Estado%20Eclesiastico%20na%20Madeira.pdf>, acedido a 2020.09.15.09.
- COSTA, José Pereira, 1987, «Dominicanos bispos do Funchal e de Angra (na esteira de Frei Luís de Sousa)», in *Actas do II Encontro sobre História Dominicana*, vol. III/3, Arquivo Histórico Dominicano Português, Braga.
- COSTA, Manuela Pinto da, 2004, «Glossário de termos têxteis e afins», in *Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. III, Porto, pp. 137-161.
- FERREIRA, Juvenal Pita, 1955, «Notas para a História da Freguesia de Santa Cruz», in *Das Artes e da História da Madeira*, n.os 19 e 20, pp. 46-57.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1959, *O Arquipélago da Madeira – Terra do Senhor Infante*, Funchal, Tipografia da Casa Figueira.
- FERREIRA, Manuel Juvenal Pita, 1963, *A Sé do Funchal*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.

- FONTOURA, Otília, 2000, *As Clarissas na Madeira. Uma Presença de 500 Anos*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2006, «As capelas da freguesia de Câmara de Lobos: do seu registo no Livro do Tombo de 1729 ao seu estado na atualidade», in *Girão*, vol. II, n.º 3, pp. 5-20.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2007, «Contributo para uma transcrição integral do Livro do Tombo da Igreja de Câmara de Lobos (1729)», in *Girão*, vol. II, n.º 4, pp. 29-39.
- GAMA, Manuel da Encarnação Nóbrega da, 2014, *Dicionário das festas, romarias e devoções da Madeira: para compreender a piedade popular madeirense*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- GARCIA, José Manuel, 2020, «A Madeira e os Seiscentos Anos do Início dos Descobrimentos Portugueses», Lisboa, Academia de Marinha, pp. 281-291.
- GASPAR, José Pedro, 1993, «Projecto de Musealização de uma Tanoaria da Vila de Lagoa», in *Arquipélago. Ciências Sociais*, n.ºs 7-8, pp. 55-80.
- GOMES, Eduarda Maria de Sousa, 1995, *O Convento da Encarnação do Funchal. Subsídios para a sua História: 1660-1777*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GOMES, Filipa Catarina Gouveia, 2008, *Convento de Nossa Senhora da Piedade, Vestígios do Passado*, dissertação de Mestrado em Arte e Património, Funchal, Universidade da Madeira.
- GUERRA, Jorge Valdemar, 1997, «O Convento de N.ª S.ª da Piedade de Santa Cruz. Subsídios para a sua história», in *Islenha*, n.º 20, pp. 125-156.
- GUERRA, Jorge Valdemar (texto e legendas), 2019, *Imagens e Memória do Concelho da Calheta*, Funchal, Direção Regional da Cultura, ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- GUERRA, Jorge Valdemar; VERÍSSIMO, Nelson, 1996, «O Hospício Franciscano e a Capela de S. José da Ribeira Brava», in *Islenha* n.º 19, pp. 61-94.
- JARDIM, Maria Dina dos Ramos, 1997, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal – Século XVIII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LADEIRA, Paulo Jesus, 2009, *A Talha e a Pintura Rococó no Arquipélago da Madeira (1760-1820)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- LADEIRA, Paulo Jesus, 2019, *Arco da Calheta – Património Religioso e Alguns Aspetos do Quotidiano*, Calheta, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Educação, Cultura e Social.

- LADEIRA, Paulo, 2021, «Alguns aspetos alimentares na comunidade franciscana, masculina, na Madeira, nos séculos XVIII e XIX», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Viagens à volta da Mesa nas Ilhas da Macaronésia – Itinerários Turísticos do Património Gastronómico e Vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 33-49.
- LADEIRA, Paulo, 2023, «O Quotidiano da Comunidade Franciscana Masculina na Madeira, nos Séculos XVIII-XIX: Parte I – Administração e Aspetos Religiosos», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 187-314.
- MACHADO, Dinarte; DODERER, Gerhard, 2009, *Órgãos das Igrejas da Madeira*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- MATOS, Danilo; CARITA, Rui (coord.), 2004, *Roteiro histórico-turístico da cidade*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- MENESES, Carlos Azevedo de; SILVA, Fernando Augusto da, 1998, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- MOREIRA, António Montes, 2000, «Franciscanos», in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), 2000, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 273-280.
- NUNES, Naidea, 2002, *O açúcar de cana na ilha da Madeira: do Mediterrâneo ao Atlântico – Terminologia e tecnologia históricas e actuais da cultura açucareira*, Tese de Doutoramento em Linguística Românica, Funchal, Universidade da Madeira.
- PAIVA, José Pedro, «Os bispos do Funchal na Época Moderna (1514-1820)», in FRANCO, José Eduardo; COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), 2015, *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global – História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Lisboa, Esfera do Caos, pp. 347-358.
- PEREIRA, Eduardo Nunes, 1989, *Ilhas de Zargo*, 2 vols., 4.ª edição, Funchal, Câmara Municipal do Funchal
- PEREIRA, Fernando Jasmins, 1991, *Estudos sobre a História da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PERES, Damião, 1969, «Ceuta cercada: um problema cronológico», in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XII, Homenagem ao Doutor Paulo Merêa, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, vol. I, pp. 293-299.
- PERNETA, Paulo, 2021, «A Capela de Clara Esteves», in *Islenha*, n.º 68, pp. 5-36.

- PONTES, Padre [Fernando Augusto de], 1891, *Excursões na Madeira*, Funchal, Tipografia da Verdade.
- RIBEIRO, João Adriano, 1993, *Ponta do Sol – Subsídios para a História do Concelho*, Ponta do Sol, Câmara Municipal da Ponta do Sol.
- RODRIGUES, Rita, 2006, «A Capela de Nossa Senhora da Boa Hora em Câmara de Lobos», in *Girão*, vol. II, n.º 3, pp. 21-52.
- RODRIGUES, Rita, 2012, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750. A Eficácia da Imagem*, 2 tomos, Tese de Doutoramento em Letras – Especialidade em Estudos Interculturais, Funchal, Universidade da Madeira.
- RODRIGUES, Rita, 2018, *Capela de Nossa Senhora do Faial*, desdobrável do projeto «Capelas ao Luar», Funchal, Direção Regional da Cultura – Direção de Serviços de Património Cultural.
- RODRIGUES, Rita, 2020, «Entre “asuquar p.a o Rois doce” e “2 @ de vaca p.a o picado da Cea da pr.a 8.ª de Pascua”: a propósito de alguns géneros alimentícios no Convento de Santa Clara do Funchal», in CHAVES, Duarte Nuno (coord.), *Viagens à volta da Mesa nas Ilhas da Macaronésia – Itinerários Turísticos do Património Gastronómico e Vinícola*, Ponta Delgada, Letras Lavadas, pp. 51-68.
- RODRIGUES, Rita; SOUSA, Francisco Clode de, 2019, *Roteiro: Arquipélago da Madeira – Séculos XV e XVI – A Arte na Rota do Ouro Branco*, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura/Direção Regional da Cultura.
- ROWER, Frei Basílio, 1947, *Dicionário Litúrgico para uso do Revmo. Clero e dos Fiéis*, 3.ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Vozes Limitada.
- SANTOS, Filipe dos, 2020, «O Recolhimento do Bom Jesus no Funchal – Documentos e Notas para a sua História (Séculos XVII e XVIII)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 251-398.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1929, *Paroquia de Santo Antonio da Ilha da Madeira – Alguns subsidios para a sua historia*, Funchal, edição do autor.
- SILVA, Fernando Augusto da, 1946, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal: 1425-1800*, Funchal, Tipografia «O Jornal».312
- SOUSA, Francisco Clode de (com.), 2014, *Madeira, do Atlântico aos confins da terra – Exposição comemorativa dos 500 Anos da Diocese do Funchal (1514-2014)*, Funchal, Museu de Arte Sacra do Funchal.

- SOUSA, Francisco Clode de; PINTO, Graça Mendes (coord.), 2009, *Obras de referência dos Museus da Madeira – 500 Anos de História de um Arquipélago*, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação – Ministério da Cultura, Madeira, Direcção de Serviços de Museus, Direcção Regional dos Assuntos Culturais e Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- TEIXEIRA, Maria Anita, 2008, *A Família e a Casa de João Gonçalves Zarco*, Funchal, Funchal 500 Anos.
- TRINDADE, Ana Cristina, 2011, *O Episcopado de D. Frei Manuel Coutinho, 1725-1741*, Tese de Doutoramento em Letras – Área de especialização: História Moderna, Funchal, Universidade da Madeira.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2002, *O Convento de São Bernardino: elementos para a sua história*, Câmara de Lobos, Centro Social e Paroquial de Santa Cecília.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2016, «Descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. antezero, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 18-22.
- VIEIRA, Alberto, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira – Séculos XV – XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto, 2015, «O (Re)descobrimento/ (Re)conhecimento da Madeira. Em torno da História, de alguns conceitos e imprecisões», in *Cadernos de Divulgação do CEHA*, n.º 6, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

### **Webgrafia Consultada**

- CARITA, Rui, 2000, *Convento de São Bernardino / Igreja Paroquial de Santa Cecília*, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=8046](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8046), acedido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2016, *convento de nossa senhora da piedade*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-nossa-senhora-da-piedade>, acedido a 2019.09.23.

- CARITA, Rui, 2016, *convento de são sebastião da calheta*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/convento-de-sao-sebastiao-da-calheta/>, acessido a 2019.09.23.313
- CARITA, Rui, 2016, *conventos*, disponível em <http://aprenderamadeira.net/conventos/>, acessido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *hospício da porciúncula da ribeira brava*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/hospicio-da-porciuncula-da-ribeira-brava>, acessido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *convento de são bernardino*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-sao-bernardino>, acessido a 2019.09.23.
- CARITA, Rui, 2017, *convento de são francisco do funchal*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/convento-de-sao-francisco-do-funchal>, acessido a 2019.09.23.
- FRANCO, José Eduardo, 2016, *ordens e congregações religiosas*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/ordens-e-congregacoes-religiosas>, acessido a 2019.09.23.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «CAIROS REGO, Capitão António Francisco de», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Jesus Maria José», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora da Encarnação», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora da Nazaré», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.
- FREITAS, Manuel Pedro, s.d., «Capela de Santo António no Estreito de Câmara de Lobos», in *Câmara de Lobos. Suas Gentes, História e Cultura*, disponível em <http://www.concelhodecamaradelobos.com/>, acessido a 2020.10.28.

- GANDRA, Manuel J. (ed.), s.d., «Refeitório e Dependências Anexas» in *Monumento de Maфра Virtual*, disponível em <http://cesdies.net/monumento-de-maфра-virtual/refeitorios-e-dependencias-anexas>, acessado 2020.08.04.
- JARDIM, Luís; SANTOS, Sofia, 2003, *Capela de São João, na Levada de São João*, disponível em [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=8396](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=8396), acessado a 2019.09.23
- VIEIRA, Alberto, 2017, *Estufas*, disponível em <https://aprenderamadeira.net/article/estufas>, acessado a 2023.09.08.
- S.A., 2015.02.11, «O que são flores de talco?», in *ABC de Córdoba*, disponível em <https://sevilla.abc.es/andalucia/cordoba/semanasanta/20150211/sevi-flores-talco-origen-201502102013.html>, acessado a 2021.09.15.
- S.A., 2016.08.12, «Flores de talco para Soledad de Maria», in *Irmandade Vera+Cruz (Moguer)*, disponível em <https://veracruzmoguer.jimdofree.com/2016/08/12/flores-de-talco-para-la-soledad-de-mar%C3%ADa/>, acessado a 2021.09.15.
- S.A., *Lista dos ministros gerais franciscanos*, disponível em [https://pt.frwiki.wiki/wiki/liste\\_des\\_ministres\\_g%C3%A9n%C3%A9raux\\_des\\_franciscains](https://pt.frwiki.wiki/wiki/liste_des_ministres_g%C3%A9n%C3%A9raux_des_franciscains), acessado a 2020.09.15.





## A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XVII-XVIII

### Lime and Construction in the Madeira Archipelago in the 17<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> Centuries

Dinis Gouveia Pacheco<sup>1</sup>

#### Resumo

A edificação de obras reais e construções particulares nos séculos XVII-XVIII incentivaram a exploração de pedreiras e fornos de cal no arquipélago da Madeira, em parte associados aos crescentes rendimentos da vitivinicultura. Os afloramentos calcários no ilhéu de Baixo e nas ilhas do Porto Santo e Madeira cobriam apenas parcialmente as necessidades locais, pois que se continuava a importar cal do continente português. O número de fornos de cal duplicou entre aquelas centúrias, sem contabilizarmos os fornos de campanha que eram implantados, por questões económicas, nas imediações das obras. No final do século XVIII, a proibição de usar madeira para calcinar o calcário modificou a tipologia dos fornos de cal, os quais passaram a funcionar a carvão mineral importado e foram estabelecidos em zonas periféricas ou nas imediações das pedreiras. A cal era muito valorizada para a composição de diferentes argamassas usadas na construção e manutenção de edifícios. Para todos os efeitos, a cal importada tinha idênticas propriedades à cal fabricada com matéria-prima local.

**Palavras-chave:** Calcário; Lenha; Carvão; Forno de Cal; Cal.

---

<sup>1</sup> Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, em regime de mobilidade (requisição) no ano letivo de 2022-2024 no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido o verbete «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (disponível em <http://tinyurl.com/2s3t7x7p>) e publicado: «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, 2020; «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, 2022; «A exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Isleña*, n.º 70, 2022; e «Cal, indústria da», in FRANCO (dir.), 2022, *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2. Contacto: [dinispax@gmail.com](mailto:dinispax@gmail.com).

### Abstract

The construction of royal buildings and private constructions in the 17<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries encouraged the exploration of quarries and lime kilns in the Madeira archipelago, in part associated with the growing income from viticulture. The limestone outcrops on the islet of Baixo and on the islands of Porto Santo and Madeira partially covered the local needs, but lime continued to be imported from mainland Portugal. The number of lime kilns doubled between those centuries, not counting field kilns, which were located, for economic reasons, in the vicinity of the building site. In the late 18<sup>th</sup> century, the ban on using firewood to calcine limestone changed the typology of lime kilns, which began to use imported coal and were established in peripheral areas or in the vicinity of quarries. Lime was highly valued for the composition of different mortars used in building construction and maintenance. For all intents and purposes, imported lime had the same properties as lime manufactured with local raw material.

**Keywords:** Limestone; Firewood; Coal; Limekiln; Lime.

## Introdução

Os afloramentos de rocha calcária são pouco usuais em ilhas de origem vulcânica, como as que formam o arquipélago da Madeira. Não obstante, essa singularidade geológica foi explorada em São Vicente desde meados do século XVII<sup>2</sup>. Na ilha do Porto Santo também se abriram diversas pedreiras de calcário nas Chavinhas e nos Lombos, nos sítios do Espírito Santo e do Campo de Cima e no vale da ribeira da Serra de Dentro, nas Lapeiras. O ilhéu de Baixo ou ilhéu da Cal foi igualmente minerado durante vários séculos, havendo ainda referência a pedreiras no ilhéu de Cima ou do Farol (ou ainda dos Dragoeiros) e afloramentos calcários nas Selvagens<sup>3</sup>.

A laboração de fornos de cal dependia do abastecimento em matéria-prima, carburante e água<sup>4</sup>. Assim, condicionados pelo relevo acidentado e dificuldades de transporte, os fornos de cal multiplicaram-se, designadamente no litoral das ilhas da

---

<sup>2</sup> PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (séculos XVII-XX)», pp. 495-500.

<sup>3</sup> FERREIRA, 2013, *Património geológico da ilha do Porto Santo e ilhéus adjacentes* [...], p. 81: existem pequenos depósitos de calcários fossilíferos a cerca de 300 metros de altitude. SILVEIRA *et al.*, 2010, *Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha da Madeira* [...], pp. 13-15. RIBEIRO e RAMALHO, 2009, *Uma visita geológica ao Arquipélago da Madeira* [...], pp. 34-35 e 47-53. GOMES e SILVA, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira* [...], p. 20: as rochas calcárias estavam quase extintas na Madeira em resultado da intensa exploração para o fabrico de cal. NEVES, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo [...]», p. 134. RIBEIRO, 1992, «A cal no Porto Santo», pp. 16-18. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 85-90, entrada «Geologia»; vol. III, pp. 303-306, entrada «Selvagens». SARMENTO, 1906, *As Selvagens*, pp. 16-17.

<sup>4</sup> LLERA *et al.*, 2016, «Artes da Cal – Uso e tradição», p. 60.

Madeira e Porto Santo. Todavia, esta produção estava limitada por tecnologias de fabrico, dimensão dos mercados nos principais núcleos populacionais e execução de diversas obras reais.

A calcinação da pedra de cal a temperaturas próximas aos 1000°C exigia grandes quantidades de combustível, o qual era tradicionalmente obtido em áreas florestais. Esta circunstância condicionou a laboração de fornos de cal no Porto Santo e esteve na origem da sua proibição na Madeira, no início do século XVI, devido à devastação das serras e ao interesse em salvaguardar a madeira para os engenhos que processavam a cana sacarina<sup>5</sup>. Contudo, esta cultura entrou em declínio na primeira metade daquela centúria e os solos foram progressivamente ocupados pela viticultura, que em poucas décadas se tornou no principal produto de exportação do arquipélago. No final do século XVIII, a alteração da tipologia dos fornos de cal para calcinarem o calcário com carvão de pedra importado favoreceu a disseminação destes equipamentos.

O presente artigo integra a segunda parte da revisão de literatura e investigação que realizamos sobre a indústria da cal no arquipélago da Madeira, desde o início do povoamento. Interessou-nos particularmente a exploração de pedreiras de calcário e fornos de cal, embora conscientes que as necessidades de cal suplantavam a capacidade produtiva insular. No entanto, o facto de esta produção ser sazonal e artesanal e surgir de forma marginal e muito esparsa na documentação tiveram por consequência a limitação do âmbito da nossa pesquisa.

Após publicação da parte inicial incidindo nos séculos XV-XVI<sup>6</sup>, para o período em apreço estruturamos o artigo em cinco partes. Na primeira, abordamos a expansão dos fornos de cal nos séculos XVII-XVIII, associados às solicitações do mercado insular. Em seguida dedicamos atenção aos fornos de cal em laboração no concelho de Machico, particularmente na freguesia do Porto da Cruz. Posteriormente discorremos sobre as pedreiras de calcário e os fornos de cal em atividade quer no Porto Santo, quer no ilhéu de Baixo. Dedicamos ainda especial atenção ao município de São Vicente, onde encontramos porventura o único afloramento calcário explorado na ilha da Madeira. Por último, faremos algumas referências à valorização da cal no quotidiano das populações insulares.

---

<sup>5</sup> PACHECO, 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», pp. 32-33.

<sup>6</sup> PACHECO, 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», pp. 15-46.

## 1. A Expansão da Indústria da Cal nos Séculos XVII-XVIII

A edificação de fortificações na cidade do Funchal, no decurso do século XVII e no início do século XVIII, pareceu impulsionar a exploração de pedreiras calcárias no ilhéu de Baixo, justamente designado como ilhéu da Cal, o qual tem aproximadamente 2174 metros de comprimento e 450 metros de largura<sup>7</sup>. Contudo, a documentação coeva referiu a laboração de fornos de cal em outras localidades, designadamente Machico, Porto da Cruz, São Vicente e, naturalmente, Funchal<sup>8</sup>.

Tendo por referência a investigação de João Adriano Ribeiro, nas ilhas da Madeira e Porto Santo e no ilhéu de Baixo laboravam 15 fornos de cal nos séculos XVII-XVIII (Gráfico n.º 1)<sup>9</sup>. Nesse levantamento, o autor identificou cinco fornos de cal no século XVII, distribuídos do seguinte modo: dois em Machico e um no Funchal, em Santa Cruz e em São Vicente. No século seguinte entraram em atividade outros dez fornos de cal, localizando-se cinco no Funchal, dois em São Vicente e um nos Canhas, no Porto da Cruz e no Porto Santo. O número crescente de fornos de cal em laboração no arquipélago da Madeira pode ser interpretado como resposta ao aumento da procura, designadamente a edificação de imóveis públicos e privados na cidade e nos principais núcleos populacionais. Todavia, as preocupações com o desbaste das serras continuavam a ser uma prioridade para as autoridades concelhias, encarregadas da sua fiscalização<sup>10</sup>. Este incremento da indústria da cal esteve porventura associado aos proventos da produção e exportação do vinho da Madeira, cujo expoente no que concerne ao volume ocorreu precisamente no decurso do século XVIII<sup>11</sup>.

---

<sup>7</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMF), liv. 1397, fl. 192, 1703: «Alvara para que o dinheiro dos uzuais e finto se fação as fortificações e para a polvora, e monições». SOUSA, 2012, *Ilhas de Arqueologia* [...], pp. 113-114. SOUSA, 2005, «O Património Arquitectónico e Arqueológico [...]», p. 21. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 35: tem 145 hectares de área. Cf. CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira* [...], vol. I, pp. 356-357. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, pp. 132-133: as cavernas nas encostas permitiam inúmeras galerias.

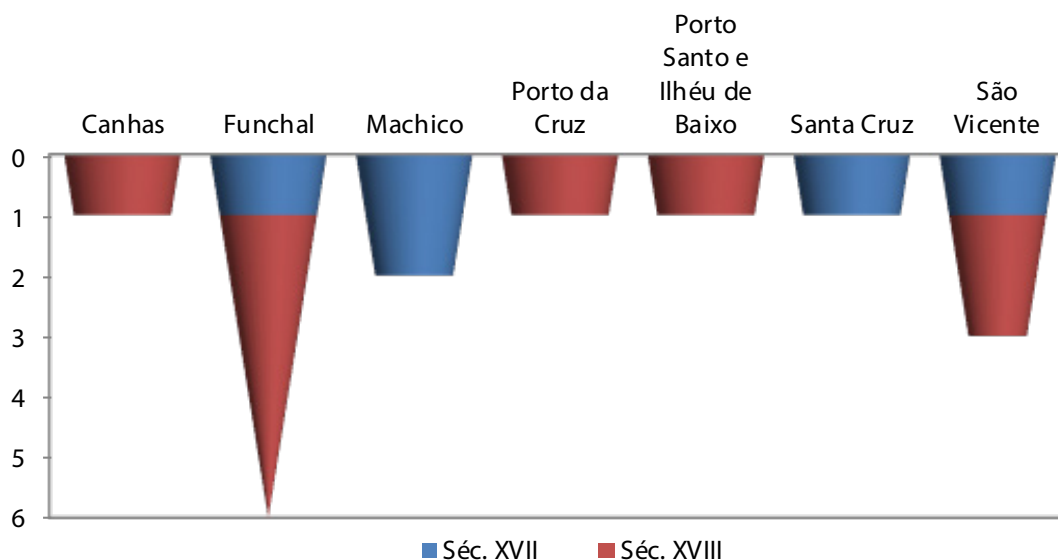
<sup>8</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 69: alguns barqueiros dedicavam-se quase exclusivamente ao transporte de cal do ilhéu de Baixo para a Madeira.

<sup>9</sup> RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX)* [...], p. 4.

<sup>10</sup> ABM, CMF, liv. 1398, fl. 48v.º, 1637: reservaram-se anualmente 4000 réis para as «vezittas da serra».

<sup>11</sup> VIEIRA, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, p. 470.

Gráfico n.º 1 – Fornos de Cal no Arquipélago da Madeira (Séculos XVII-XVIII)



Fonte: RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX)* [...].

No entanto, na edificação de obras reais parecia ser comum a construção de fornos de cal efémeros nas imediações, tal como sucedeu com as igrejas do Porto do Moniz, São Jorge e Estreito de Câmara de Lobos e uma fortificação na vila de Machico. Esta solução sustentou-se no facto de ser mais prático e económico transportar o calcário do Porto Santo e calciná-lo em fornos de campanha do que acondicionar e transportar em quartos a cal viva ou hidratada<sup>12</sup>. Esses fornos seriam esporadicamente utilizados ao longo de anos ou inclusive décadas, à medida da progressão do edificado, tendo em consideração as condições climatéricas, os trabalhos agrícolas e as disponibilidades financeiras dos fregueses<sup>13</sup>. Do mesmo modo, podemos associar o forno de cal de São Lourenço ao erigir da fortificação homónima no Funchal, mas este foi transferido para Santa Catarina na transição do século XVII para o XVIII, devido ao perigo de incêndios decorrentes da calcinação do calcário. Com o mesmo intuito,

<sup>12</sup> RODRIGUES, 2011, «Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos [...]», p. 32. MATOS, 2000, *São Jorge e as suas Ermidas*, p. 22: um Visitador deliberou «fazer-se onde melhor cómodo houver um forno de cal [...] que logo mande vir a pedra que necessário fôr do Porto Santo». RIBEIRO, 1993, «A indústria da cal no concelho de Machico, sécs. XVII-XVIII», p. 9.

<sup>13</sup> CARITA, 2013, *A Igreja Grande de São Jorge: 1761-2011*, p. 41: Henrique Teixeira Calaça importou a pedra de cal do Porto Santo «por ser agora tempo capaz para se lançar em terra, para que em Abril do ano que vem se voltar a pegar na obra».

o armazém da pólvora também foi deslocado para a fortaleza de São João do Pico<sup>14</sup>. O abastecimento de água para derregar a cal e formar as argamassas também constituía motivo de preocupação, como sucedeu na edificação da igreja de São Jorge. O canal aberto na segunda metade do século XVII, para «conseguir-se a dita obra, por não haver nestas Achadas outra água», estava a ser utilizado para outros fins, justificando a aplicação de «excomunhão maior ipso facto incorrenda, e de duzentos réis» para dispêndio daquela edificação<sup>15</sup>.

Para segurança da urbe madeirense, alguns alvarás régios das primeiras décadas do século XVII preconizavam «fazer de pedra e cal as pontes das ribeiras do Funchal, calçar as ruas e fazer uma fonte e chafariz com o dinheiro dos dois terços da imposição do vinho aplicados na fortificação durante três anos». Contudo, aquelas iniciativas só teriam lugar quando «estivessem acabadas de todo e postas em sua perfeição as obras da fortificação da mesma Ilha e ribeiras dela», prevendo-se utilizar as verbas destinadas à fortificação e abreviar os procedimentos burocráticos<sup>16</sup>. Entre as edificações em curso, destacavam-se a supramencionada fortaleza de São Lourenço, o forte de Santiago e a fortaleza do Pico, bem como alguns redutos e guaritas. No caso da fortaleza do Ilhéu, foi necessário proceder ao desbaste da rocha «até ficar capás de se poder obrar com pedra e cal», para aí se instalar uma bateria de 12 canhões de longo alcance, em bronze e ferro<sup>17</sup>.

---

<sup>14</sup> CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira* [...], vol. I, p. 155: montaram-se fornos de cal no Funchal em finais do século XVI, o primeiro na fortaleza de São Lourenço, e no século seguinte em São Vicente, mas esta produção foi colmatada com pedra de cal oriunda do continente do Reino; p. 260: barcadas de cal e aluguer de um armazém; p. 307: cal importada da bacia do Tejo, vila de Portimão e bacia do Mondego; p. 428: lavrou um incêndio em parte das casas da fortaleza.

<sup>15</sup> CARITA, 2013, *A Igreja Grande de São Jorge: 1761-2011*, p. 42.

<sup>16</sup> ABM, CMF, liv. 1214, fl. 89, 28 de janeiro de 1612; fl. 89v.º, 27 de janeiro de 1612; fls. 93-93v.º, 22 de setembro de 1612; fl. 96v.º, 12 de julho de 1613; fls. 117-117v.º, 2 de dezembro de 1617; fl. 132, 5 de dezembro de 1567; fl. 135v.º, 10 de abril de 1568. ABM, CMF, liv. 1397, fl. 57, 1617; fl. 192v.º, 1617: a Câmara devia fazer «finto pello pouo todo, para se fazer o muro, e fortificação». ABM, CMF, liv. 1398, fl. 26, 1613: necessitava-se de parecer do governador, bispo e provedor para as obras nas ribeiras; 1612: faziam-se as obras «por arrematação, e não havendo lançadores se fizeçe por sinal»; fl. 68v.º, 1617, alvará régio para se fazerem portas de pedra e cal, fonte, chafariz e calçadas. VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 300.

<sup>17</sup> ABM, CMF, liv. 1397, fl. 3, 1644: ordem régia para se fazer um reduto; fl. 204, 1644: ordem do governador para se construir um reduto no pátio da Alfândega; 1652: fortificar a fortaleza do Ilhéu; 1688: acabar as obras de fortificação da Madeira. *Arquivo Histórico da Madeira*, 1949, vol. VII, pp. 83-84, 21 de abril de 1664: *Sobre o em q se gasta o dr.º da fortificação*. VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 193. CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira* [...], vol. I, pp. 280-282 e 299.

Na década de 20 do século XVII, a própria Câmara do Funchal detinha um forno de cal na zona das hortas da Tinturaria, a montante da ponte do Cidrão<sup>18</sup>. Terá sido precisamente a partir dessa centúria que se verificou o fomento da indústria da cal. A exploração de pedreiras de calcário em várias ilhas e ilhéus do arquipélago da Madeira, e a consequente construção de fornos de cal, intensificaram-se, colmatando eventuais carências de abastecimento das centúrias precedentes. Esta situação estava em parte relacionada com a materialização das mencionadas obras reais, indissociáveis dos crescentes proventos da vitivinicultura madeirense, designadamente através da renda da imposição, a qual permitiu multiplicar as construções de pedra e cal. A título de exemplo, essa renda foi aplicada no concerto de pontes, ruas e muros danificados pelas cheias no Funchal, em 1659, na construção de muralhas na Ribeira Brava, em 1612 e 1661, e em obras de fortificação, em 1686<sup>19</sup>. No entanto, a aplicação da renda da imposição suscitou alguns diferendos entre moradores e autoridades concelhias<sup>20</sup>.

As operações necessárias à cozedura da pedra de cal encontravam-se documentadas nas primeiras décadas do século XVII. Assim, as barcadas de calcário oriundas do Porto Santo custavam 4000 réis em 1620, 6500 réis em 1660 e 9400 réis em 1664, isto é, sofreram um agravamento de 235% em pouco mais de quatro décadas, justamente no período em que Portugal estava em guerra com Espanha, na sequência da Restauração da Independência, a 1 de dezembro de 1640. Ao ofício de barqueiro dedicavam-se, na primeira data, Francisco de Valhadolid, Manuel Gonçalves Mainato, António Pereira e Gaspar Dias Biscoito e, na segunda, Francisco da Costa, António Gonçalves, Cipriano Góis e António da Costa<sup>21</sup>.

Depois de desembarcada no calhau, a pedra de cal era transportada por boieiros para as imediações do forno, auferindo cada um 300 réis por semana. Posto isso, competia aos almocreves carregarem a matéria-prima para o interior do forno,

---

<sup>18</sup> CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira* [...], vol. I, p. 307.

<sup>19</sup> ABM, CMF, liv. 1397, fl. 236, 1639: dois terços da imposição dos vinhos; 1661: um terço da imposição dos vinhos; fl. 237, 1686: dois terços da renda da imposição de vinhos e carnes. ABM, CMF, liv. 1398, fl. 26, 1612: dois terços da imposição e dois terços da fortificação; 1613: dois terços da imposição durante dois anos; fl. 26v.º, 1661: «aplicar do dinheiro da Imposição do vinho o que for necessario para a obra do muro»; 1663: metade da renda da imposição e «o que mais faltar impora a câmara com o pouo». ALVES, 2016, *Argamassas no Arquipélago da Madeira*, pp. 6-10.

<sup>20</sup> ABM, CMF, liv. 1398, fl. 26v.º, 1680: a justiça deu razão aos moradores da Ribeira Brava em relação à aplicação da terça parte da renda da imposição.

<sup>21</sup> VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 193: os últimos quatro barqueiros transportaram pedra de cal em 1664 para a construção do Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação, auferindo 9400 réis por barcada, mas nessa obra também se usou cal importada de Lisboa.

mas também ficaram encarregados de fornecerem barro proveniente de Nossa Senhora do Monte, mais concretamente 20 cargas a 20 réis, e lenha de Santa Cruz, designadamente 242 cargas de giesta por 2139 réis e outras 309 cargas por 6180 réis<sup>22</sup>.

Os oficiais de pedreiro preparavam o forno para a cozedura, mediante o “enfornar” e rebocar das paredes e, por vezes, o empedrar do chão. Estes trabalhos foram realizados durante dois dias por João Rodrigues e Sebastião Pereira, a 120 réis à jorna, Brás Fernandes, a 200 réis, Martinho, «seu moço», a 100 réis, e Fernando Gonçalves e Manuel Pereira, a 160 réis. A fase de cozedura ocupou quatro homens durante três dias e três noites, a 240 réis. Finalmente, a pedra de cal foi derregada por Pereira e seus companheiros, perfazendo 3000 réis, e transportada por almocreves para um armazém, auferindo estes dez réis por carga, a que acrescia o aluguer de 50 sacos durante oito dias e meio, a dois réis por dia<sup>23</sup>.

D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, governador e capitão general da ilha da Madeira, em resposta a um requerimento relativo à construção de um forno de cal no Funchal, em 1794, lembrou a provisão régia de 30 de julho de 1519. Nesse sentido, destacou o problema do abastecimento de madeira, a indisponibilidade de água para a agricultura e os perigos da erosão para os núcleos populacionais estabelecidos no litoral e na proximidade das linhas de água, mormente o Funchal e a vila de Machico, além do «excessivo dispêndio da Fazenda Real oportunamente aplicada no desentulho, e limpeza das respectivas ribeiras». Assim, o governador proibiu o uso de madeira em fornos de cal, designadamente nos quatro existentes na área do Funchal. Porém, consentiu que continuassem a laborar utilizando carvão de pedra como combustível, desde que estivessem implantados em locais ermos devido ao calor e fumo libertados. Deu como exemplo os dois fornos de cal localizados à beira-mar, pertencentes ao «Deputado Tesoureiro Geral da Junta Tomé José Pereira [...]

---

<sup>22</sup> PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», p. 515: o forno funcionava pelo sistema antigo, pois os fornos em forma de cone invertido utilizavam carvão ou madeira, preferencialmente de faia, loureiro e urze. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, p. 26: cobriam-se os fornos de campanha com uma camada de cerca de seis centímetros de barro, areia e palha, evitando a perda de calor. CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira [...]*, vol. I, p. 307.

<sup>23</sup> VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, p. 193. CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira [...]*, vol. I, pp. 307-308: despesas com outras laborações do forno de cal de São Lourenço; e pp. 356-357. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 69: alguns barqueiros transportaram pedra de cal em 1663 para a edificação do Convento da Encarnação, no Funchal, pagando 2500 réis por carregamento ao donatário do Porto Santo e 400 réis à confraria do Sacramento.



com que está suprimindo a todos os que não querem, ou não podem mandá-la vir de Lisboa para suas obras»<sup>24</sup>.

No que respeitou ao fabrico de cal, o mesmo governador mencionou a existência de quatro «fornos antigos» na cidade, os quais produziam anualmente cerca de 1660 moios, cuja comercialização se fazia a 4800 réis, em 1792, e 4200 réis, em 1793. Os dois «fornos modernos», em funcionamento no ano seguinte, coziavam «anualmente de 7300 até 9000 moios, visto que estes deitam de 20 a 25 moios [de cal] por dia», a qual era comercializada a 3600 réis. Acrescia o custo com os carretos, que seriam inferiores a 400 réis por moio, mesmo para locais mais distantes do calhau. Todavia, a localização costeira também facilitava o embarque da cal para outros lugares da Madeira. Além disso, a utilização de carvão mineral importado para calcinar o calcário assumia-se como «um novo ramo de comércio [...] que também interessam [a]os Reais Direitos»<sup>25</sup>. Na verdade, uma investigação sobre o movimento do porto do Funchal detetou a importação de carvão de pedra da Inglaterra e Irlanda, desde 1798, mas igualmente do território continental português, após 1802<sup>26</sup>. Assim, a nova técnica implementada nos fornos de cal modernos permitiu quadruplicar a produção e, concomitantemente, reduzir os custos e o preço de venda ao público.

Aparentemente, os fornos de cal que laboravam no Funchal em finais do século XVIII estavam implantados nos leitos da ribeira de Gonçalo Aires e na ribeira de São Lázaro<sup>27</sup>, delimitando a área urbana a este e oeste, respetivamente. De entre aqueles, destacava-se a «Real» fábrica de cal pertencente ao súbdito britânico Carlos Alder, o qual aludiu ser proprietário da «primeira fábrica de cal, que se construiu na Madeira» para obter o referido título, por provisão régia de 23 de novembro de 1803. Este industrial pretendia alcançar a exclusividade no fornecimento de cal para as

---

<sup>24</sup> ABM, Governo Civil (GC), liv. 519, fls. 105v.º-110, 4 de agosto de 1794. Cf. SANTOS, 2010, *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos* [...], pp. 83-84. SOUSA, 1966, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810* [...], vol. I, pp. 180-196: importavam-se cal e/ou pedra de cal do território continental português, entre 1730 e 1802, mas igualmente dos Açores, entre 1765 e 1788.

<sup>25</sup> ABM, GC, liv. 519, fls. 108-109, 4 de agosto de 1794: referência a um forno de cal no Beco das Aranhas, pertencente a Domingos Rodrigues Martins, o qual «não coze há 16 anos». RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 26: um moio de cal transportado da Madeira para o Porto Santo custava 3000 réis em 1778, aos quais acresciam os valores do frete, carreto e pagamento ao tanoeiro.

<sup>26</sup> SOUSA, 1966, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810* [...], pp. 196-204: além de carvão de pedra, os navios descarregaram cal proveniente da Inglaterra e Irlanda, entre 1749 e 1791.

<sup>27</sup> ALMEIDA, 1907, *Archivo de Marinha e Ultramar, Madeira e Porto Santo*, vol. I, p. 106: ordem da Junta Real da Fazenda da ilha da Madeira, de 20 de abril de 1799. LEITE, 2016, «A Cal e os seus Ofícios. O tempo dos caieiros», p. 64: os caieiros habitavam nas periferias urbanas. CARITA, 1999, *História da Madeira* [...], vol. V, p. 116: o forno de cal do capitão Tristão de França Bettencourt foi deslocado «para lá de Santa Catarina» na década de 1730, estando registado em bastante material iconográfico.

obras públicas na Madeira, oferecendo como contrapartida um abatimento de 10% sobre o preço corrente<sup>28</sup>. Lembramos que a aluvião de 9 de outubro desse ano provocou enormes estragos materiais e ceifou centenas de vidas no Funchal, e também se fez sentir em Machico, Santa Cruz, Campanário, Ribeira Brava e Calheta. Um manuscrito coevo referiu que as

«Altas e fortes Muralhas feitas de pedra e cal postas nas Margens Oriental e Ocidental das trez Ribeiras p[ar]a segurança da cidade, foram demolidas, ou sepultados seos antigos alveos aumentados do quintuplo de suas respectivas e antigas larguras, excede ao nivel do Pavimento da Cid[ad]e»<sup>29</sup>.

A subsequente recuperação dos imóveis afetados e canalização das ribeiras fizeram certamente disparar a procura e o consumo de cal no arquipélago.

## 2. Os Fornos de Cal em Machico

Apesar da interdição ao exercício da indústria da cal na Madeira, renovada em 1600<sup>30</sup>, a família Calaça pretendia realizar uma cozedura de cal em Machico, em 1639. A própria edilidade intentou erigir algumas obras na vila, designadamente uma muralha ao longo da ribeira, tendo para o efeito arrematado o forno de cal a 15 de setembro de 1641. Na segunda metade de Seiscentos, decorriam os preparativos para erigir um forno de cal para as obras de fortificação de Machico, embora alguma cal tenha sido temporariamente cedida ao procurador do concelho, Egas Moniz Menezes<sup>31</sup>.

As licenças emitidas pela jurisdição de Machico para o corte de lenha durante a segunda metade do século XVIII perfizeram 25 ocorrências, a maior parte das quais destinadas a um forno/fornada de cal<sup>32</sup>. Os requerentes residiam maioritariamente

---

<sup>28</sup> ALMEIDA, 1907, *Arquivo de Marinha e Ultramar, Madeira e Porto Santo*, vol. I, p. 150: o requerimento de Carlos Alder mereceu parecer desfavorável do governador Ascenso de Siqueira Freire, a 10 de abril de 1806. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 49: Carlos Alder possuía um forno de cal na Pontinha e outro no Porto Santo.

<sup>29</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, 1937, vol. V, pp. 31-34, 17 de outubro de 1803: *Relato inédito da aluvião de 1803*, da autoria de Victorino Lopes da Rocha. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 54-58, entrada «Aluviões».

<sup>30</sup> COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal [...]*, vol. III, p. 200, 7 de junho de 1600.

<sup>31</sup> RIBEIRO, 2001, *Machico – Subsídios para a História do seu Concelho*, p. 162. VERÍSSIMO, 1998, «Poder municipal e vida quotidiana: Machico no século XVII», p. 295. RIBEIRO, 1993, «A indústria da cal no concelho de Machico, sécs. XVII-XVIII», p. 9. S.A., 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 22: em nota de pé de página.

<sup>32</sup> ABM, Câmara Municipal de Machico (CMMCH), liv. 147: registo das licenças para o corte de madeiras de 1737 a 1802, destinadas a fornos de cal ou telha, construção naval, construção civil, casquinha (conservas), fazendas (agricultura) e gastos de casa.

na freguesia do Porto da Cruz (56%), seguida do Funchal (20%) e Machico (16%)<sup>33</sup>. No cômputo geral, três licenças não discriminavam a quantidade e as restantes referiam, em média, 216 pesos ou aproximadamente seis barcos/barcadas. A capacidade de laboração dos fornos de cal variava bastante, pois tanto encontramos 70 pesos como 500 pesos para cozer uma fornada ou ainda cinco barcos para uma fornada e três barcadas para duas fornadas. A distribuição das licenças ao longo do ano permitiu-nos destacar os meses de abril e maio, com 56% das autorizações, por oposição aos meses de outubro a dezembro, sem registo de quaisquer pedidos. Salientamos ainda 16 barcadas de lenha destinada às obras reais e de fortificação da cidade do Funchal.

Desconhecemos a existência de algum jazigo calcário explorado até à exaustão para o fabrico de cal no Porto da Cruz ou mesmo o desembarque de calcário ou cal provenientes do Porto Santo, mas o certo é que a toponímia local registou o caminho da Cal nas imediações da zona portuária. Nessa ótica, podemos questionar a atribuição de licenças para o corte de lenha nos meses de janeiro, fevereiro, março e setembro, alturas em que as condições de navegabilidade inviabilizavam a cabotagem entre os portos e ilhas do arquipélago. Porém, apesar de as licenças não especificarem se a lenha se encontrava seca, salientamos uma referência ao corte de 40 paus de vinhático para a «factura da sua casa e para um barco que de novo pretende fazer e concertos de outros»<sup>34</sup>, os quais seriam provavelmente utilizados em viagens de cabotagem, mormente no abastecimento de madeiras ao Porto Santo. Na viagem de regresso podia-se transportar as pedras de cal, nem que fosse como lastro<sup>35</sup>. Além disso, as licenças concedidas após 1768 tinham validade de um ano, ou seja, o corte e transporte da madeira podiam ocorrer alguns meses após a obtenção das respetivas autorizações.

A maior frequência na atribuição das licenças ocorreu na década de 1770, correspondendo a 56% dos pedidos, seguindo-se a década de 1750, com 16%, e a década de 1780, com 12% (Quadro n.º 1). Apesar das evidências, não conseguimos associar o forte incremento na laboração de fornos de cal no terceiro quartel do século XVIII a um documentado surto de edificações no arquipélago da Madeira, ainda que possamos assinalar obras em alguns edifícios religiosos em meados des-

---

<sup>33</sup> ABM, Câmara Municipal do Porto Santo (CMPST), liv. 2, fl. 49, 9 de julho de 1851: a vereação oficiou ao governador civil para que desse cumprimento ao alvará de 13 de outubro de 1770, designadamente que a ilha se abastecesse de lenha e madeira nos concelhos de Machico, Santa Cruz e Santana.

<sup>34</sup> ABM, CMMCH, liv. 147, fl. 32, 23 de abril de 1771: corte de dez paus de til e lenha usada para «cozer uns fornos de cal e telhas».

<sup>35</sup> VERÍSSIMO, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Séc. XVII*, p. 29.

sa centúria<sup>36</sup>. Apesar de dizerem respeito apenas à jurisdição de Machico, oito das licenças concedidas na década de 1770 destinavam-se a fornos de cal no Porto da Cruz, cinco no Funchal e apenas um na sede do concelho. Na década seguinte, todas as licenças diziam respeito a fornos de cal no Porto da Cruz. Desconhecemos a origem do calcário e o destino da cal, visto que apenas encontramos referências à construção das residências de José Agostinho de Castro e Menezes, Manuel Telo de Menezes Cabral e João Nepomuceno, no Porto da Cruz, e Manuel Rodrigues e José Rodrigues, em Machico.

**Quadro n.º 1 – Corte de Madeira para Fornos de Cal na Capitania de Machico (Século XVIII)**

Décadas	1730	1740	1750	1760	1770	1780	1790
N.º de Licenças	1	1	4	1	14	3	1

Fonte: ABM, CMMCH, liv. 147.

Face à interdição do corte de lenha em agosto de 1794, o morgado Pedro Júlio da Câmara Leme, proprietário de um forno de cal no Cabeço da Rocha, no Porto da Cruz, solicitou a remodelação do mesmo para utilizar carvão de pedra, um combustível alternativo que parece ter contribuído para impulsionar esta indústria. Para o efeito, celebrou um contrato de enfiteuse com António de Velosa Castelo Branco, em 1794, mas voltou a assinar outro com José Agostinho de Castro Menezes, em 1798, implicando construir paredes de pedra e cal emboçadas no exterior, um armazém coberto de telha para a cal e um resguardo para os operários<sup>37</sup>. O carvão mineral poderia ser importado de Buarcos, nas proximidades da Figueira da Foz, como sugeriu o antigo regente da aula de Geometria e Trigonometria do extinto colégio dos Jesuítas na Madeira, Francisco d'Alincourt, no seu projeto para socorrer o Porto Santo, de 9 de junho de 1769<sup>38</sup>.

A nova técnica de calcinação do calcário nos fornos em forma de cone invertido apresentava duração diferenciada, podendo oscilar entre um dia, em São Vicente,

<sup>36</sup> ABM, CMMCH, liv. 147, fls. 13v.º e 15: foram solicitadas duas licenças por sacerdotes de Machico, em 1750-51.

<sup>37</sup> RIBEIRO, 2001, *Machico – Subsídios para a História do seu Concelho*, pp. 162-164. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 14: laboravam 17 fornos de cal no Porto Santo com recurso ao carvão de pedra; pp. 22 e 26: no século XVIII laboravam pelo menos 11 fornos de cal no arquipélago da Madeira. RIBEIRO, 1993, «A indústria da cal no concelho de Machico, sécs. XVII-XVIII», p. 9.

<sup>38</sup> COSTA, 1958, «A Ilha do Porto Santo em 1770», pp. 26-27. Cf. LEITE, 2016, «A Cal e os seus Ofícios. O tempo dos caieiros», pp. 65-66: após o terramoto de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo concedeu o privilégio de fabricar cal com carvão de pedra em Alcântara ao britânico Guilherme Stephens.

e dois a quatro dias, no Funchal e Porto Santo. Todavia, independentemente da tipologia do forno, havia a possibilidade de funcionar de forma contínua mediante o carregamento de novas camadas alternadas de carvão ou madeira e calcário, técnica popularmente designada em São Vicente por “entremilhada”<sup>39</sup>. Aparentemente, na comercialização da cal havia distinção entre a “cal a mato” e a “cal a carvão”, pois as cinzas dos combustíveis usados refletiam-se nas propriedades do produto final<sup>40</sup>.

Uma das maiores limitações destes fornos de cal relacionava-se com a influência das condições climáticas no processo de calcinação do calcário, designadamente em fornos de cal tradicionais e implantados em locais ermos, em que a legislação dispensava a construção de chaminé<sup>41</sup>. A exposição da câmara de cocção do forno a elementos externos, como a chuva e o frio, condicionava a laboração, particularmente nos períodos de outono e inverno<sup>42</sup>.

### **3. A Cal do Porto Santo**

Na descrição do arquipélago da Madeira, Gaspar Frutuoso referiu que, no fim da praia do Porto Santo, «afastado de terra um tiro de besta, está um Ilhéu alto das

---

<sup>39</sup> SOUSA, 2005, «Trabalhos Arqueológicos no Forno de Cal do Barrinho, São Vicente, Ilha da Madeira», pp. 5-6. NEVES, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo [...]», pp. 136-137. RIBEIRO, 1992, «A cal no Porto Santo», pp. 17-18. Cf. LLERA *et al.*, 2016, «Artes da Cal – Uso e tradição», pp. 60-61: a calcinação da pedra de cal em fornos artesanais da firma Maxical podia prolongar-se por quatro ou cinco dias. CUSTÓDIO, 2015, *Os Fornos de Cal do Baixo Guadiana [...]*, pp. 13-15, 37 e 85-104: os fornos de laboração intermitente do Baixo Guadiana coziam a cal em dois dias e uma noite ou dois dias e duas noites, conforme a qualidade da matéria-prima, mas os fornos de laboração contínua apenas necessitavam de um dia e uma noite. TIMÓN *et al.*, 2015, *En Cal Viva. El trabajo de los caleros de Mórón*, pp. 18-19 e 27: os fornos tradicionais podiam medir seis a sete metros de diâmetro e sete a oito metros de altura, ter a câmara de cocção dois metros abaixo da cota do solo e capacidade para calcinar 120 a 150 toneladas de calcário. AGOSTINHO, 2015, *Caracterização e modelação de um forno de produção de cal*, pp. 6-7: a combustão do calcário britado num moderno forno industrial é de cerca de dez minutos. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na Construção*, pp. 26-28: identificaram-se fornos de campanha (ao ar livre), fornos intermitentes e fornos contínuos (verticais ou horizontais). MADURO, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», p. 6: nos fornos descontínuos ou intermitentes havia separação entre o calcário e a lenha e a cozedura era lenta; nos fornos de laboração contínua alternavam as camadas de lenha e calcário.

<sup>40</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, s.d., vol. V, entrada «Cal».

<sup>41</sup> TIMÓN *et al.*, 2015, *En Cal Viva. El trabajo de los caleros de Mórón*, p. 20: o tempo de cozedura dos fornos de cal de Morón de la Frontera, na província de Sevilha, Espanha, variava de 15 a 20 dias, dependendo das condições climáticas. NEVES *et al.*, 2013, «As indústrias locais em São Vicente», p. 52: segundo testemunhos orais, os fornos de cal de São Vicente laboravam preferencialmente entre a primavera e o outono. Cf. MENDES, 2000, *A indústria da Cal no Concelho de Penacova [...]*, p. 19: os grandes temporais de 1930 impediram a produção de cal.

<sup>42</sup> MADURO, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», p. 12: os fornos de cal laboravam apenas três ou quatro vezes ao ano e apenas durante a estação seca.

rochas, que tem meia légua de comprido e em cima grande chã de terra»<sup>43</sup>. O historiador João Adriano Ribeiro identificou o primeiro documento relacionado com a exploração de cal no arquipélago, datado de 1600, coincidindo com a supramencionada proibição de fornos de cal na ilha da Madeira. Nele constava uma referência à chegada ao Funchal de várias barcadas de cal provenientes do Porto Santo. Aliás, como já referido, por essa altura teria laborado um forno de cal no interior da fortaleza de São Lourenço<sup>44</sup>.

Alberto Artur Sarmiento, em publicação sobre a ilha do Porto Santo, situou o início do fabrico de cal naquela ilha «no século XVI em regalia comum, podendo tirar pedra em qualquer vieiro aflorado, quem dela necessitasse». Referiu ainda a existência de um pequeno forno no ilhéu de Baixo, o qual ficou comprovado na toponímia e em vestígios arqueológicos, mas salientou que

«a maior parte do minerio era trazido ao Porto Santo, onde existem ainda antigos fornos abertos ao antigo sistema árabe, modificados depois da aplicação do carvão de pedra, com um tronco de cone invertido na base, sobre uma grelha de ferro»<sup>45</sup>.

O mencionado forno do ilhéu destinava-se a «cozer os desperdícios da pedra calcária», mas estaria abandonado na primeira metade do século XIX, como se depreende do pedido de José Sebastião da Silva e Moura para que a «Câmara lhe vendesse umas pedras e vários fragmentos de um forno de cal pertencente ao concelho que se acha sobre o seu terreno»<sup>46</sup>.

As dificuldades em obter materiais combustíveis para a laboração de fornos de cal no Porto Santo fez com que esta indústria inicialmente não se tivesse desenvolvido<sup>47</sup>. Além disso, o acondicionamento e transporte da cal entre as ilhas da Madeira e Porto Santo encarecia sobremaneira o preço final. A título de exemplo, no último quartel do século XVIII, um moio de cal custava 3000 réis, mas a este valor tinham-se de adicionar o frete do barco e o trabalho do tanoeiro para desfundar os

---

<sup>43</sup> FRUTUOSO, 1968, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, p. 58.

<sup>44</sup> COSTA, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal* [...], vol. III, p. 200, 7 de junho de 1600. CARITA, 1999, *História da Madeira* [...], vol. V, pp. 115-116. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 21 e 26.

<sup>45</sup> SARMENTO, 1933, *Notícia Histórico-Militar sobre a Ilha do Porto Santo*, p. 95.

<sup>46</sup> ABM, CMPST, liv. 173, fl. 98v.º, 10 de março de 1840. ABM, GC, liv. 80, fls. 32-32v.º, 19 de maio de 1897: na licença concedida a Maria Augusta Ferreira Cabral para uma pedreira no ilhéu de Baixo há referências à “Pedreira do forno” e “Calhau do Forno”. SOUSA, 2005, «O Património Arquitectónico e Arqueológico [...]», p. 21. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 39 e 47. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 116, entrada «Baixo, Ilhéu de».

<sup>47</sup> ABM, CMMCH, liv. 147, fl. 55v.º, 6 de maio de 1777: autorização para o corte de 40 pesos de lenha para o Porto Santo.

quartos utilizados no transporte da cal. O próprio carreto do produto para locais mais afastados podia acrescentar 20% ao preço final<sup>48</sup>.

Até ao terceiro quartel do século XVIII, os rendimentos da pedra de cal ou pedra de cantaria extraídos no ilhéu de Baixo, com destino à Madeira, pertenciam ao donatário, isto é, ao sargento-mor do Porto Santo. Não obstante, parece que existiam alguns fornos de cal estrategicamente localizados nas proximidades da denominada nascente dos Fornos, no ribeiro Cochim, pois a água era um elemento imprescindível à hidratação da cal<sup>49</sup>. Desde o século anterior, o donatário auferia 2500 réis por barcada de pedra, aos quais subtraía 400 réis destinados à confraria do Santíssimo Sacramento<sup>50</sup>. Assim, no testamento do donatário Diogo Bettencourt Perestrelo, em 1680, constava uma dívida de 20 000 réis do almoxarife da Alfândega do Funchal, António Martins, respeitante a barcadas de cal para as obras reais<sup>51</sup>.

Francisco d'Alincourt, na aludida proposta, pretendia atribuir a receita da pedra de cal à Câmara Municipal do Porto Santo, cuja média anual arrecadada no último quinquénio ascendia a 92 700 réis<sup>52</sup>. Porém, na inquirição então realizada para aferir esse rendimento, os valores apontados pelos informantes variaram entre 81 000 réis e 300 000 réis, ainda que o administrador das pedreiras, no período de 1766 a 1770, tivesse acrescentado que «estão quazi extintas, e onde se tira ainda pedra, he com muito custo, e perigo de vida»<sup>53</sup>. Face àquelas contingências, D. José extinguiu

---

<sup>48</sup> RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX)* [...], p. 9: os valores diziam respeito a 1778.

<sup>49</sup> S.A., 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 16: Estevão Bettencourt Perestrelo foi o décimo primeiro e último donatário do Porto Santo. COSTA, 1958, «A Ilha do Porto Santo em 1770», pp. 22-23: os ilhéus de Fora, da Fonte e das Cenouras rendiam sal. Cf. MENDES, 2009, «Património Cultural, Património Industrial e Estudo de Caso [...]», p. 88: durante o século XVIII, o fabrico de cal no concelho de Cantanhede estava sujeito a um tributo senhorial, o qual era por vezes contestado com violência.

<sup>50</sup> S.A., 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 22: em nota de pé de página, referem-se os montantes de 3000 réis por barcada para o capitão do donatário e 500 réis para a confraria do Santíssimo Sacramento. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 22: a pedra existente em São Vicente também pertencia à confraria do Santíssimo Sacramento. RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX)* [...], p. 9.

<sup>51</sup> S.A., 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, p. 22: em nota de pé de página, identificam-se Francisco da Costa (o Velho), António Gonçalves, Cipriano Góis e António da Costa no transporte da pedra de cal entre o Porto Santo e a Madeira nos meses de março a junho, auferindo 6800 réis por viagem. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 24.

<sup>52</sup> COSTA, 1958, «A Ilha do Porto Santo em 1770», pp. 22, 29 e 32: ressaltou-se uma compensação à família do donatário pela usurpação dos seus direitos sobre os ilhéus do Porto Santo.

<sup>53</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 24-25: na inquirição de 17 de novembro de 1770, Gregório José Menezes referiu um rendimento de 80 000 réis, ao qual devia-se descontar 7000 a 8000 réis dos utensílios metálicos usados nas pedreiras; Francisco Vieira Mendonça situou o rendimento entre 80 000 e 100 000 réis; Manuel de Santana apontou para 100 000 réis; José Francisco de Vasconcelos mencionou 200 000 réis; e o próprio inquiridor admitiu que em alguns anos esse rendimento podia ascender a 300 000 réis.

a donataria e procurou solucionar a crise frumentária do Porto Santo com a reserva dos ilhéus para pasto comum, pelo espaço de uma década<sup>54</sup>. Esta determinação foi retomada em carta régia de 18 de setembro de 1811, provavelmente em resultado do envio havia um lustro de um procurador a Lisboa para comunicar a «consternação em que se acha o povo desta Ilha por falta de sustentação anual», passando a administração dos baldios a competir à edilidade<sup>55</sup>.

Na citada inquirição de 1770, para avaliar o rendimento do donatário, um informante considerou que «as pedreiras da terra firme eram abundantes e mais fáceis de abrir, mas a sua qualidade era má e poucas pessoas a queriam comprar mesmo que o seu preço fosse inferior». O próprio inquiridor acrescentou que «nos próximos anos, só com muita despesa se conseguiria extrair pedra do Ilhéu e a da terra, por ser arriente, era incapaz». Não obstante aquelas considerações, a Coroa participou em 50% as despesas com ferramentas de ferro e pólvora necessárias à extração de calcário após 1785, em benefício de parte do rendimento reverter para a Fazenda Real. Ainda assim, a exploração daquele afloramento calcário não produziu os resultados desejados e motivou a intervenção da Junta da Administração, a qual incumbiu o juiz ordinário, capitão José Lomelino, e o escrivão de «informarem sobre as pedreiras»<sup>56</sup>.

Numa curiosa exposição anónima dirigida aos Deputados da Nação, provavelmente redigida no final do século XVIII ou, o mais tardar, no início do século XIX, um «habitante da Madeira» questionou a ocupação e extração de calcário no ilhéu de Baixo por diversos indivíduos da Madeira. O seu autor reconheceu que em «tempos mais remotos se fabricava n'esta Ilha a cal que se consumia na Provincia pela falta de pedra calcária nos outros Concelhos», mas lembrou que, em 1770, D. José reservou aqueles ilhéus para a criação de gado. Porém, admitiu igualmente que «há alguns anos perderao aquelle pasto por que lhós matavão, e comiao os que abusivamente

---

<sup>54</sup> SILVA, 1829, *Collecção da Legislação Portuguesa* [...], pp. 499-501: Alvará de 13 de outubro de 1770. S.A., 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, pp. 16 e 28. Cf. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 122-123, entrada «Porto Santo (Desenvolvimento, decadência e crises)».

<sup>55</sup> *Collecção de Leis, Decretos, e Alvarás, Ordens Regias, e Editais* [...], pp. 316-322. ABM, CMPST, liv. 168, fls. 46-47: em meados de 1801, a vereação ainda procurou reservar os ilhéus de Cima, Baixo e de Ferro para pasto de cabras e ovelhas. ABM, CMPST, liv. 169, fl. 18, 15 de setembro de 1806. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 24-25: a entrega de terras aráveis a pescadores e mineiros teve como consequência a continuação da crise frumentária no Porto Santo.

<sup>56</sup> ABM, CMPST, liv. 1, fls. 54v.º-55, 26 de agosto de 1785: a Coroa era ressarcida com o desconto desse valor no rendimento da pedra de cal ou da cal comercializada, mediante a utilização de «bilhete por mim assinado ou pelo escrivão de meu cargo na minha ausência a qual irá numerada e constará do nome do arrais e do pedreiro que ouiver de tirar a pedra e também nela fará o dito escrivão menção do porto destinado de cada barco»; fl. 60, 10 de março de 1786.



ali se havia introduzido»<sup>57</sup>. Por outras palavras, acusava os ranchos de operários das pedreiras de abaterem e consumirem reses pertencentes aos residentes no Porto Santo.

#### **4. A Cal de São Vicente**

O afloramento calcário existente na freguesia de São Vicente começou a ser explorado no século XVII<sup>58</sup>. As frentes de desmonte das pedreiras que abasteciam algumas localidades na costa norte da Madeira foram abertas ao longo do curso do ribeiro do Rato, um afluente localizado na margem norte da ribeira de São Vicente<sup>59</sup>. Porém, o forno de cal mais antigo laborou nas imediações da igreja matriz da freguesia, e havia ainda o denominado forno do Moisés nos arredores da Vila – em quaisquer dos casos a alguma distância das pedreiras. Esta particularidade era comum à generalidade dos fornos de cal pela maior economia e facilidade em transportar a matéria-prima até ao local onde esta seria calcinada, hidratada e utilizada na composição de argamassas<sup>60</sup>.

Não obstante, escasseiam as referências ao fabrico de cal em São Vicente anteriores ao terceiro quartel do século XIX, em resultado dos «tumultos ocorridos nesta vila no dia 12 do corrente [que] deram lugar como V.<sup>a</sup> Exc.<sup>a</sup> sabe aos povos incendiarem todos os papéis existentes na casa da câmara Municipal»<sup>61</sup>. Acresceu a destruição das matrizes prediais e da «contribuição de covato do cemitério» da

---

<sup>57</sup> ABM, CMPST, cx. 2507, cap. 1, doc. 3, *Exposição anónima de habitante da Madeira aos deputados da Nação acerca da posse e administração do Ilhéu de Baixo (Ilhéu da Cal)*: refira-se, a título de curiosidade, que o papel onde está redigido esta exposição anónima ostenta timbre e brasão de armas da cidade do Funchal.

<sup>58</sup> Cf. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 496-497. VIEIRA, 1997, *São Vicente. Um século de vida municipal (1868-1974)*, p. 110. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 187: há muitos anos extraía-se cal nesta localidade, mas a falta de viabilidade económica ditou o seu abandono.

<sup>59</sup> RAMALHO *et al.*, 2015, «The emergence of volcanic oceanic islands on a slowmoving plate. The example of Madeira Island, NE Atlantic», pp. 524-525. FERREIRA, 2013, *Património geológico da ilha do Porto Santo e ilhéus adjacentes [...]*, pp. 81-83: os afloramentos calcários no Porto Santo e Madeira encontram-se a altitudes similares. SILVEIRA *et al.*, 2010, *Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha da Madeira [...]*, p. 13. RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até meados do século XX. Estudo Geográfico*, p. 18: aludiu a um pequeno afloramento calcário a 380 metros de altitude. Cf. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, p. 187: o geólogo Victor Hugo Forjaz descobriu um filão calcário «na freguesia da Boaventura, a uns poucos de quilómetros distante de S. Vicente, entre o Sítio da Falca e o da Achada da Madeira, atravessando uma das maiores montanhas insulares», a 420 metros de altitude.

<sup>60</sup> MENDES, 2009, «Património Cultural, Património Industrial e Estudo de Caso [...], pp. 85-86.

<sup>61</sup> ABM, Administração do Concelho de São Vicente (ACSVC), liv. 26, fl. 71, 20 de abril de 1868: ofício dirigido ao governador civil do Distrito do Funchal, da autoria de Cândido Mendes Diniz, vice-presidente da Câmara Municipal de São Vicente, a servir de administrador do Concelho.

freguesia de São Vicente, em abril de 1868<sup>62</sup>. Contudo, a própria laboração sazonal destes fornos e a quase ausência de regulamentação e taxas cobradas sobre esta produção limitaram as fontes disponíveis para o conhecimento desta atividade.

Através de um reconhecimento expresso pelo pároco do Porto Moniz, em 1660, ficamos inteirados do primeiro documento com alusões claras à exploração das pedreiras calcárias de São Vicente. Assim, aquele clérigo exortou os fiéis a se deslocarem à localidade vizinha para transportarem a pedra de cal necessária à conclusão da igreja paroquial, onde certamente funcionava um forno de cal de campanha. Decorridas duas décadas, o padre Francisco Pestana fez lavrar em testamento que doava uma pedreira de calcário à confraria do Santíssimo Sacramento de São Vicente, com a condição de respeitarem as suas reivindicações: realização de obras na igreja e atribuição de benefícios espirituais. Nesse sentido, determinou que «os moios de cal que renderem servirem para as obras da dita igreja e no ano que se tirar pedra quero do rendimento se mandará dizer uma missa rezada»<sup>63</sup>. Essas obras prosseguiram na segunda metade do século XVII, pois um mandado do Conselho da Fazenda, de 12 de janeiro de 1664, ordenou a entrega de 560 000 réis ao pároco para acrescentamento daquela igreja<sup>64</sup>.

Na primeira metade do século XVIII, a vereação de Machico autorizou o corte de «lenhas para cozer fornos de cal» a Manuel Fernandes, de São Vicente<sup>65</sup>. Volvidas algumas décadas, Manuel Pestana de Andrade, o *Moisés*, e o vigário de São Vicente, Bento Gomes Jardim Romão, ajustaram o arrendamento do forno de cal da igreja por seis meses. Findo aquele prazo, o arrendatário ficou obrigado a devolver o imóvel nas condições em que o recebia e ceder um moio de cal para obras na igreja<sup>66</sup>.

No último quartel do século XVIII, começaram a surgir menções a fornos de cal nas proximidades das pedreiras, mais concretamente no sítio do Cascalho. Em documento de 1781, nas confrontações de um prédio rústico mencionou-se uma linha de água que passava no forno da cal. Este assunto surgiu novamente em contratos de compra e venda de propriedades em 1782, 1784 e 1799. Noutro docu-

---

<sup>62</sup> ABM, CMSVC, liv. 1, fl. 50, 10 de março de 1869; fl. 79v.º, 14 de julho de 1869: discussão e aprovação do recenseamento para a contribuição de covato do cemitério da Vila de São Vicente; fls. 156-157v.º, 7 de outubro de 1870: novo lançamento das contribuições municipais.

<sup>63</sup> SOUSA, 2012, *Ilhas de Arqueologia* [...], p. 123. SOUSA, 2005, «Trabalhos Arqueológicos no Forno de Cal do Barrinho, São Vicente, Ilha da Madeira», p. 6. RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX)* [...], p. 50: o sacerdote referiu que adquiriu a pedreira a Manuel Dias, da ribeira do Rato, e a Manuel Martins, da Achada do Furtado. RIBEIRO, 1990, «A indústria da cal em S. Vicente (1680-1903)», p. 4.

<sup>64</sup> SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. III, pp. 281-283, entrada «S. Vicente, freguesia de».

<sup>65</sup> ABM, CMMCH, liv. 147, fl. 1v.º, 27 de agosto de 1737: licença anterior à criação do concelho de São Vicente.

<sup>66</sup> RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX)* [...], p. 50.

mento constava uma informação sobre um forno de cal no sítio da Pedreira, no cabo do ribeiro do Rato. Neste particular, sabemos que o forno fabricou 18 moios de cal em 1786, mas o seu proprietário, Manuel de Andrade, pretendia encontrar comprador para seis moios de cal. Decorrida uma década, o mesmo industrial negociou com o capitão José Viveiros Dinis a venda de meia fornada de cal, pelo montante de 49 500 réis, sendo a outra metade adquirida por André Gomes Figueira. Por isso, não conseguiu satisfazer a encomenda de três moios de cal da parte do padre Borges de Sousa e Melo. Ainda antes de terminar a centúria, na Eira da Queimadinha, no mesmo sítio do Cascalho, estava implantado outro forno de cal<sup>67</sup>.

Assim, podemos concluir que chegaram a laborar três fornos de cal em São Vicente no decurso do século XVIII. Estes beneficiaram quer da disponibilidade de matéria-prima e combustível para calcinar o calcário, quer de barro para cobrir os fornos de cal durante os vários dias que podia demorar a cozedura<sup>68</sup>. O fabrico de cal parecia corresponder às solicitações do mercado local, designadamente encomendas de potenciais compradores. Logo, os fornos de cal de tipologia intermitente e as pedreiras apenas eram ativadas quando estava assegurado o escoamento da produção, tal como se depreende no testamento do padre Francisco Pestana.

## **5. Exemplos de Valorização da Cal**

As intervenções de recuperação e manutenção de igrejas por intermédio das respetivas fábricas e confrarias foram uma constante ao longo dos séculos. Para o efeito, estas recorriam às receitas que conseguiam angariar junto dos fiéis e mordomos, as quais eram discriminadas nos respetivos livros de receita e despesa. Por exemplo, a confraria de Nossa Senhora do Rosário, da Sé do Funchal, dourou o arco da nave central em 1636, tendo custeado, entre outras coisas, gesso, cal e óleo de linhaça<sup>69</sup>. A caiação geral do mesmo templo foi assumida pela Fábrica da Sé, em 1747, cujo custo ascendeu a 26 975 réis<sup>70</sup>. As obras de recuperação e caiação da igreja com invocação da Santíssima Trindade, na Tabua, implicaram quatro pedreiros

---

<sup>67</sup> RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX)* [...], pp. 50-51. RIBEIRO, 1990, «A indústria da cal em S. Vicente (1680-1903)», p. 4.

<sup>68</sup> ABM, CMF, liv. 563, fl. 105, 3 de julho de 1751: registo de embarque para o Brasil de Manuel Mendes, oficial de telheiro, esposa e 4 filhos, naturais de São Vicente, e Manuel da Silva, aprendiz de telheiro, natural dos Canhas.

<sup>69</sup> RODRIGUES, 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca* [...], Tomo II, Anexo E, p. 8: a despesa total ascendeu a 42 320 réis.

<sup>70</sup> RODRIGUES, 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca* [...], Tomo II, Anexo E, p. 8.

e nove dias de trabalho na capela do Santíssimo Sacramento e corpo da igreja<sup>71</sup>. A confraria do Corpo Santo, na Calheta, assumiu o frete de seis pipas de cal para obras na respetiva capela, em 1739<sup>72</sup>.

As receitas das confrarias também resultavam de legados pios, como se verificou com os rendimentos das pedreiras de São Vicente e Porto Santo. No caso dos pedreiros do Funchal, em 1701, acordaram entregar 200 réis à confraria de São José por cada barco de pedra descarregado<sup>73</sup>.

A expansão da gafaria de S. Lázaro, em meados do século XVIII, por iniciativa da vereação do Funchal, contou com a contribuição de diversas entidades. Os donativos registados para o efeito pela confraria homónima podiam ser em dinheiro ou em cal, tal como sucedeu com Manuel de Sousa Monteiro, o qual forneceu cinco alqueires, avaliados em 250 réis. O cônego e promotor da iniciativa também contribuiu com um moio de cal, no valor de 2500 réis. João Esmeraldo ofereceu igualmente um moio de cal, orçado em 3000 réis, e Jorge Correia de Vasconcelos forneceu dois moios de cal, equivalentes a 6000 réis<sup>74</sup>.

As argamassas à base de cal podiam ter diferentes ingredientes na sua composição, em função das finalidades. Dependendo da origem da areia (mina, rio ou mar) e da qualidade do calcário (duro ou mole), a quantidade de cal a empregar para formar as argamassas estava determinada desde a Antiguidade em um terço, mas podia oscilar entre um meio e um quarto, quer por Marcus Vitruvius Pollio (Vitrúvio) no Livro II do tratado *De Architectura*, quer por Plínio Segundo (Plínio, o Antigo) no Livro XXXVI da *Historia Naturalis*. Além disso, ambos referiram que as argamassas podiam ser enriquecidas com a adição de pó de tijolo ou fragmentos cerâmicos<sup>75</sup>.

Na falta de cantaria rija para o cimalhão do frontispício da igreja de Nossa Senhora da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos, a alternativa consistiu em utilizar

---

<sup>71</sup> RODRIGUES, 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca* [...], Tomo II, Anexo E, p. 9.

<sup>72</sup> RIBEIRO, 1991, «A Confraria do Corpo Santo na Calheta durante o século XVIII», p. 9.

<sup>73</sup> ABM, CMF, liv. 1397, fl. 104, 1701.

<sup>74</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, 1931, vol. I, pp. 108-111, *Asento das pessoas que prometem e dam esmolos para a obra que o Senado pertende fazer huma nova Gafaria emque se handem recolher todos os Lazaros desta Ilha principiada a tirar pellos veriadores em 7 de Junho de 1734*.

<sup>75</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fls. 197v.º-198, 20 de maio de 1860: a vereação arrematou a cal para a construção do cemitério a Demétrio de Melim Velosa, a 3000 réis o moio, a qual «será de boa qualidade, e que pelo menos possa com dois alqueires de areia». Cf. CHUA, 2018, *Miróbriga: Study of Roman Mortars*, pp. 7-8. TIMÓN et al., 2015, *En Cal Viva. El trabajo de los caleros de Mórón*, p. 17: a proporção «una de cal, una de arena» era usada desde a Antiguidade. MARGALHA, 2011, *Argamassas*, p. 15. CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira* [...], vol. I, p. 64: a areia era terçada com cal. CARITA, 1995, «Os Mestres de Obras Reais no Séc. XVIII [...]», pp. 21-22: um decreto de 8 de março de 1751 determinou que as argamassas fossem «traçada[s] com um sexto de cal a cada dois sextos de areia».

lajeado argamassado «com betume feyto com cal e azeyte»<sup>76</sup>, garantindo-lhe maior impermeabilidade, resistência e longevidade. Na impossibilidade de se obter cal importada de Lisboa, usou-se a cal do Porto Santo na edificação das igrejas, a qual «hé tão boa e capaz», ou, segundo as palavras do mestre de Obras Reais, «a cal de Lisboa he tão boa como a cal da Ilha do Porto Santo»<sup>77</sup>. Não obstante, o arrematante da sobredita igreja queixou-se de suportar

«mais de quatro mil cruzados em “gastos extraordinários” como foi o de conduzir 50 moios de cal por terra “a preço de 4\$000 rs quando o podia fazer por 2\$000 rs cada moyo levandoa em pedra, mas por evitar demoras em tudo me sujeitei”»<sup>78</sup>.

Por último, para terminar o telhado e «argamassar as telhas em todas as empenas foram necessários 10 moios de cal de Lisboa a 3\$750 rs», sendo que os custos com o transporte equivaleram aos da própria cal, isto é, ascenderam a 37 000 réis<sup>79</sup>. Esta disparidade de custos explicava-se com a necessidade de se utilizarem quartos para o transporte da cal e se remunerarem os tanoeiros que os desfundavam.

As posturas da Câmara Municipal do Funchal aprovadas em 1738 determinavam, entre outras coisas, o tabelamento do frete aos barqueiros que transportavam o «quarto de Cal» entre a cidade e diversos portos da Madeira, podendo significar que os fornos de cal se concentravam na urbe madeirense ou que o seu porto servia de centro distributivo para a cal importada. Neste caso, o valor máximo praticado na carreira de Câmara de Lobos «se reputará por pipa de vinho», isto é, pelo montante de 120 réis<sup>80</sup>. Por vezes, a própria autarquia assumia a realização de obras de beneficiação de edifícios religiosos, como sucedeu com a igreja de S. Sebastião na década de 1780. Para o efeito, deliberaram os camaristas adquirir meio milheiro de telhas, cal e demais materiais necessários à conclusão da empreitada<sup>81</sup>.

<sup>76</sup> RODRIGUES, 2011, «Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos [...]», p. 18: o custo ascendeu a 3000 réis; p. 20: a cal foi importada, designadamente «dez moios de cal de Lisboa a 3\$750 rs “posto ao pé da obra” pelo preço de 37\$000 rs.»; p. 36: em 1774 gastaram-se 14 500 réis para adquirir 30 alqueires de cal. Cf. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 108-109: o emprego de argamassas de cal com azeite remontava ao tempo de Vitruvius. MADURO, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», p. 5.

<sup>77</sup> RODRIGUES, 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca [...]*, Tomo II, Anexo E, p. 8: compra em 1732 de 500 réis de cal para conserto do teto da pia e 400 réis em 1734 para caiar a igreja. RODRIGUES, 2011, «Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos [...]», p. 29.

<sup>78</sup> RODRIGUES, 2011, «Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos [...]», p. 32.

<sup>79</sup> RODRIGUES, 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca [...]*, Tomo II, Anexo E, p. 9.

<sup>80</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, 1931, vol. I, p. 165, *Posturaz feitas na forma da Ley este anno de 1738*: posturas aprovadas em reunião de 18 de julho, fixando o frete de pipas vazias, «quartos e coartollas», entre os portos do Funchal e Câmara de Lobos, em 20 réis.

<sup>81</sup> SANTOS, 2010, *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos [...]*, p. 204.

Os caieiros eram geralmente oriundos dos meios sociais mais desfavorecidos. Até ao Liberalismo, estes estavam enquadrados nos mesteres «que corregem casas», fazendo-se representar nas procissões com

«castelos e pempões pintados muy bem e a sua bandeira e a samta Catarina muy bem arrayada. No meio da procissão iam as mancebas do partido com os porteiros todos em hua dâça com seu gayteiro»<sup>82</sup>.

Os próprios fornos de cal foram progressivamente excluídos das zonas urbanas e deslocados para a periferia, instalando-se nas margens das ribeiras que delimitavam o núcleo populacional ou em lugar próximo do calhau. O calor, os gases libertados e o perigo de incêndios certamente contribuíram para esse resultado.

## **Conclusão**

As obras de defesa e fortificação no Funchal e principais vilas e as obras reais contribuíram para o aumento da exploração de pedreiras de calcário no arquipélago da Madeira e da laboração de fornos de cal em diversas localidades. Se no século XVII estavam documentados cinco fornos de cal, no século seguinte esse número duplicou, sem contar com os fornos de campanha associados à construção de edifícios religiosos. Esta disseminação dos fornos de cal resultou da facilidade e economia no transporte da matéria-prima, por comparação com os custos e dificuldade do transporte da cal viva ou hidratada. Acrescem os progressivos rendimentos relacionados com a exportação do vinho da Madeira, com reflexos na receita arrecada através da renda da imposição.

A tipologia dos fornos de cal sofreu uma mudança significativa no final do século XVIII, diretamente relacionada com o combustível utilizado para a calcinação do calcário. Até então, nos fornos de cal de influência árabe recorria-se a matéria-prima extraída no Porto Santo e ilhéu de Baixo e transportada para a Madeira por barqueiros. Depois, boieiros e almocreves carregavam-na até ao forno, onde pedreiros e outros operários se encarregavam de proceder à cozedura e hidratação da cal viva. Posto isso, a cal era armazenada em lojas até à sua comercialização. Estes fornos de cal careciam ainda de barro extraído no Monte para selar a cobertura e de giesta de Santa Cruz ou outras madeiras para carbonar.

No sentido de evitar a erosão das áreas florestais e os perigos iminentes para os núcleos populacionais estabelecidos nas fozes das ribeiras, o governador D. Diogo

---

<sup>82</sup> LEITE, 2016, «A Cal e os seus Ofícios. O tempo dos caieiros», p. 64.

Pereira Forjaz Coutinho proibiu a utilização de madeiras na laboração dos fornos de cal, em 1794. Como alternativa, consentiu a utilização de carvão mineral importado, com inegáveis vantagens: aumento da produção, diminuição do tempo de cozedura, redução dos custos de produção e diminuição do preço de venda ao público – além de se assumir como nova área de negócios e incrementar o Erário Régio com a incidência de taxas alfandegárias. Além disso, incentivou a instalação dos fornos de cal em locais ermos a este ou oeste do Funchal e à beira-mar, devido ao calor, fumos e perigo de incêndios.

Em Machico, os fornos de cal estavam especialmente concentrados no Porto da Cruz, provavelmente devido à proximidade geográfica com o Porto Santo, o qual era abastecido com lenha e madeira deste concelho, de Santa Cruz e Santana. Os barcos de cabotagem podiam transportar algumas produções daquela ilha e pedra de cal na viagem de regresso, nem que fosse como lastro. Prova-o a existência de um caminho da Cal nas imediações da zona portuária do Porto da Cruz. As licenças emitidas pelas vereações de Machico para o corte de madeiras, no século XVIII, atestam a nossa ilação acerca do desenvolvimento da indústria da cal naquela localidade. Assim, além de algumas barcadas destinadas às obras reais, a maioria das licenças dizia respeito a fornos de cal no Porto da Cruz e Funchal, sendo residuais em Machico. Contudo, o levantamento efetuado por João Adriano Ribeiro identificou dois fornos de cal em Machico, no século XVII, e um forno de cal no Porto da Cruz, no século XVIII.

No caso do Porto Santo, tudo aponta para a exploração de pedreiras de calcário desde o início do século XVII, assim como no ilhéu de Baixo ou ilhéu da Cal, onde teria igualmente laborado um forno de cal para aproveitamento dos desperdícios das pedreiras. A toponímia local comprova-o, assim como a nascente dos Fornos, na ilha do Porto Santo. Todavia, a dificuldade em obter combustível lenhoso impossibilitou a laboração de fornos de cal, além de ser muito mais fácil transportar o calcário por calcinar. Esta limitação foi em parte suprimida com a utilização do carvão de pedra como combustível.

Até ao final do século XVIII, os donatários do Porto Santo arrecadavam um rendimento anual das pedreiras de aproximadamente 100 000 réis, mas nos melhores anos esse valor triplicava. Porém, para obviar a crise frumentária que apoquentava os residentes da ilha, D. José extinguiu a donataria, atribuiu aquele rendimento à Câmara Municipal e determinou que os ilhéus servissem de pastagens durante uma década.

As pedreiras calcárias da freguesia de São Vicente, localizadas no leito do ribeiro do Rato, foram exploradas desde meados do século XVII, inclusivamente pela

confraria do Santíssimo Sacramento, mas os fornos de cal estavam implantados na vila, nas proximidades da igreja paroquial. As pedreiras forneceram matéria-prima para algumas construções religiosas na costa norte da Madeira, como por exemplo a igreja do Porto Moniz, onde certamente laborou um forno de cal de campanha. As primeiras referências a fornos de cal nas proximidades das pedreiras surgem apenas em finais do século XVIII, designadamente três que laboravam com base em encomendas.

A cal tinha grande valor e aceitação pelas fábricas das igrejas e respetivas confrarias como donativos para as obras de manutenção. As argamassas utilizadas baseavam-se na proporção de um terço de cal por dois de areia, mas a cal também surgia em diferentes composições com azeite, pó de tijolo e fragmentos cerâmicos. Apesar de algumas opiniões discordantes, a cal fabricada com calcário extraído do Porto Santo tinha propriedades semelhantes à cal importada do continente português. Porém, esta última encarecia as construções porque implicava a utilização de quartos e o pagamento a tanoeiros.

A localização periférica dos fornos de cal, devido aos perigos resultantes da calcinação do calcário, pode estar também em parte relacionada com o exercício desta atividade por indivíduos de grupos sociais mais desfavorecidos. Não obstante, estes faziam-se representar em procissões com castelos, pendões e a bandeira com a imagem de Santa Catarina, a sua padroeira.

## Fontes

ALMEIDA, Eduardo de Castro, 1907, *Arquivo de Marinha e Ultramar, Madeira e Porto Santo*, I, 1613-1819, Coimbra, Imprensa da Universidade.

S.A., 1989, *Anais do Município do Porto Santo*, Porto Santo, Câmara Municipal.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Administração do Concelho de São Vicente, Correspondência Expedida para o Governo Civil no Funchal, 1866-1868, liv. 26.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal de Machico, Licenças Para Cortes de Madeiras, 1737-1802, liv. 147.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal de São Vicente, Livros de Atas, 1868-1871, liv. 1.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal, Matrículas para o Brasil, 1747-1751, liv. 563; Registo Geral (Tomo 3.º), 1572-1622, liv. 1214; Registo Geral (Índices dos Tomos da CMF – Índice de Lamedo), liv. 1397 e liv. 1398.



- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Porto Santo, Atas das Sessões da Câmara, 1771-1787, liv. 1; 1849-1852, liv. 2; 1852-1860, liv. 3; Vereações, 1798-1805, liv. 168; 1805-1811, liv. 169; 1838-1841, liv. 173; Documentos Avulsos, cx. 2507, cap. 1, doc. 3.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Governo Civil, Alvarás (Registo de), 1895-1905, liv. 80; Governo de Diogo Pereira Forjaz Coutinho (Registo particular), 1788-1797, liv. 519.
- Arquivo Histórico da Madeira*, 1931, vol. I, Funchal, Câmara Municipal; 1937, vol. V, Funchal, Arquivo Distrital; 1949, vol. VII, Funchal, Câmara Municipal.
- Collecção de Leis, Decretos, e Alvarás, Ordens Regias, e Editais que se Publicarão Desde o Anno de 1810 até 1811*, Lisboa, Impressão Régia.
- COSTA, José Pereira da, 2002, *Vereações da Câmara Municipal do Funchal (segunda metade do século XVI)*, vol. III, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SILVA, António Delgado da, 1829, *Collecção da Legislação Portuguesa Desde a Ultima Compilação das Ordenações. Legislação de 1763 a 1774*, Lisboa, Typografia Maignense.

## **Bibliografia**

- AGOSTINHO, João Emanuel Viegas, 2015, *Caracterização e modelação de um forno de produção de cal*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica, Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- ALVES, Raul Manuel Costa, 2016, *Argamassas no Arquipélago da Madeira. Caracterização da "Brita Lavada"*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Especialização em Perfil de Construção, Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- CARITA, Rui, 1995, «Os Mestres de Obras Reais no Séc. XVIII e a Reconstrução do Paço Episcopal do Funchal», in *Islenha*, n.º 17, pp. 18-24.
- CARITA, Rui, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, vol. I, Funchal/Lisboa, Secretaria Regional da Educação – Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- CARITA, Rui, 1999, *História da Madeira. O século XVIII: Economia e Sociedade*, vol. V, Funchal, Secretaria Regional da Educação.
- CARITA, Rui, 2013, *A Igreja Grande de São Jorge: 1761-2011*, Funchal / São Jorge, Serviço de Publicações – DRAC (Madeira).

- CHUA, Alvin Sern Hao, 2018, *Miróbriga: Study of Roman Mortars*, Erasmus Mundus Master in ARChaeological MATerials Science, Universidade de Évora.
- COELHO, Ana Zulmira Gomes, TORGAL, F. Pacheco, JALALI, Said, 2009, *A Cal na Construção*, Guimarães, TecMinho – Universidade do Minho.
- COSTA, Mário Alberto Nunes, 1958, «A ilha do Porto Santo em 1770», in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. X, Funchal, pp. 2-54.
- CUSTÓDIO, Paulo, 2015, *Os Fornos de Cal do Baixo Guadiana – Contributo para um estudo arquitectónico*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Évora, Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora.
- FERREIRA, Maria Raquel Vaz de Medeiros Lourenço, 2013, *Património Geológico da Ilha do Porto Santo e Ilhéus Adjacentes (Madeira). Inventariação, Avaliação e Valorização como Contributo para a Geoconservação*, Dissertação de Mestrado em Vulcanologia e Riscos Geológicos, Ponta Delgada, Departamento de Geociências da Universidade dos Açores.
- FRUTUOSO, Gaspar, 1968, *Livro Segundo das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- GOMES, Celso de Sousa Figueiredo, SILVA, João Baptista Pereira, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira. Importância Social, Cultural e Económica*, Câmara de Lobos, Madeira Rochas – Divulgações Científicas e Culturais.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, s.d., vol. V, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia.
- LEITE, Antero, 2016, «A Cal e os seus Ofícios. O tempo dos caieiros», in *Pedra & Cal, Conservação & Reabilitação*, n.º 61, pp. 64-68.
- LLERA, Fátima de, GUERRA, Abílio, TAVARES, Martha, 2016, «Artes da Cal – Uso e tradição», in *Pedra & Cal, Conservação & Reabilitação*, n.º 61 pp. 59-63.
- MADURO, António Valério, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», in *Roteiro cultural da Região de Alcobaça: a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Alcobaça, Câmara Municipal, pp. 165-185.
- MARGALHA, Maria Goreti, 2011, *Argamassas*, Évora, Universidade de Évora, disponível em <https://tinyurl.com/42chftnw>, acedido em 2022-09-19.
- MATOS, P.º Silvério Aníbal de, 2000, *São Jorge e as suas Ermidas*, Santana, Câmara Municipal – Junta de Freguesia de São Jorge – Casa do Povo de São Jorge.
- MENDES, José Amado, 2000, *A indústria da Cal no Concelho de Penacova. História e Potencialidades*, Penacova, Câmara Municipal.

- MENDES, José Amado, 2009, «Património Cultural, Património Industrial e Estudo de Caso: os Fornos de Cal no Concelho de Cantanhede», in MENDES, J. Amado (coord.), *Estudos do Património. Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 83-92.
- NEVES, Eduardo, ANDRADE, Filipa, MONTEIRO, Maria, FREITAS, Marília, FREITAS, Miguel, 2013, «As indústrias locais em São Vicente», in *Ilharq*, n.º 10, Machico, pp. 50-58.
- NEVES, Henrique Costa, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», in *Islenha*, n.º 13, pp. 134-137.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 493-542.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 15-46.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A exploração de um recurso Natural do Porto Santo no século XX», in *Islenha*, n.º 70, pp. 74-91.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «Cal, indústria da», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 718-724.
- PEREIRA, P.º Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, 4.ª ed, Funchal, Câmara Municipal.
- RAMALHO, Ricardo S., SILVEIRA, António Brum da, FONSECA, Paulo E., MADEIRA, José, COSCA, Michael, CACHÃO, Mário, FONSECA, Maria M., PRADA, Susana N., 2015, «The emergence of volcanic oceanic islands on a slowmoving plate. The example of Madeira Island, NE Atlantic», in *Geochemistry Geophysics, Geosystems*, n.º 16-2, pp. 522-537.
- RIBEIRO, Ana Maria, 1992, «A cal no Porto Santo», in *Xarabanda*, n.º 2, pp. 16-18.
- RIBEIRO, João Adriano, 1990, «A indústria da cal em S. Vicente (1680-1903)», in *Diário de Notícias*, n.º 47635 (1990.10.14), Funchal, p. 4.
- RIBEIRO, João Adriano, 1991, «A Confraria do Corpo Santo na Calheta durante o século XVIII», in *Diário de Notícias*, n.º 47843 (1991.05.22), Funchal, p. 9.
- RIBEIRO, João Adriano, 1993, «A indústria da cal no concelho de Machico, sécs. XVII-XVIII», in *Diário de Notícias*, n.º 48490 (1993.03.31), Funchal, p. 9.
- RIBEIRO, João Adriano, 1995, *A Indústria da Cal (séculos XV-XX): um Factor de Aproximação entre as ilhas do Porto Santo e da Madeira*, Tese complementar de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal.

- RIBEIRO, João Adriano, 2001, *Machico – Subsídios para a História do seu Concelho*, Machico, Câmara Municipal.
- RIBEIRO, Maria Luísa, RAMALHO, Miguel Magalhães, 2009, *Uma visita geológica ao Arquipélago da Madeira. Principais locais Geo-turísticos*, Lisboa, Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia – Laboratório Nacional de Energia e Geologia.
- RIBEIRO, Orlando, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do século XX. Estudo Geográfico*, Lisboa, Ministério da Educação – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- RODRIGUES, Rita, 2011, «Igreja de Nossa Senhora da Graça do Estreito de Câmara de Lobos. Parte I – Contributos para a sua história», in *Girão – Revista de Temas Culturais do Concelho de Câmara de Lobos*, n.º II – 6, Câmara de Lobos, pp. 5-52.
- RODRIGUES, Rita, 2013, *A Pintura Proto-Barroca e Barroca no Arquipélago da Madeira entre 1646 e 1750: a eficácia da imagem*, Tomo II, Anexo E, Tese de Doutoramento em Letras – Especialidade em Estudos Interculturais, Funchal, Faculdade de Artes e Humanidade da Universidade da Madeira.
- SANTOS, Filipe dos, 2010, *O Sal na Ilha da Madeira na Segunda Metade de Setecentos – Penúria, Poder e Abastecimento*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1906, *As Selvagens*, Funchal, Oficinas do Heraldo da Madeira.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1933, *Notícia Histórico-Militar sobre a Ilha do Porto Santo*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias.
- SILVA, P.º Fernando Augusto da, MENESES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVEIRA, António Brum da, MADEIRA, José, RAMALHO, Ricardo, FONSECA, Paulo, PRADA, Susana, 2010, *Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha da Madeira na escala 1:50.000. Folhas A e B*, Funchal, Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais – Governo Regional da Madeira – Região Autónoma da Madeira – Universidade da Madeira.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins, 2005, «O Património Arquitectónico e Arqueológico do Ilhéu da Cal, Porto Santo», in *Ilharq*, n.º 5, pp. 21-29.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins, 2005, «Trabalhos Arqueológicos no Forno de Cal do Barrinho, São Vicente, Ilha da Madeira», *Sep. de Arqueologia Industrial*, vol. 1, n.º 1-2.

- SOUSA, Elvino Duarte Martins, 2012, *Ilhas de Arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*, vol. I, Tese de Doutoramento em História Regional e Local, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, João José Abreu de, 1966, *O Movimento do Porto do Funchal e a Conjuntura da Madeira de 1727 a 1810. Alguns aspectos*, vol. I, Dissertação para Licenciatura em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- TIMÓN, María Pia, CARRERA, Gema, GORDILLO, Isidoro, 2015, *En Cal Viva. El trabajo de los caleros de Mórón*, Asociación Cultural Hornos de la Cal de Morón.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1998, «Poder municipal e vida quotidiana: Machico no século XVII» in *O Município no Mundo Português. Seminário Internacional*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 291-302.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2000, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- VIEIRA, Alberto, 1997, *São Vicente. Um século de vida municipal (1868-1974)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VIEIRA, Alberto, 2003, *A Vinha e o Vinho na História da Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.



## A Cal no Arquipélago da Madeira nos Séculos XIX-XX

### Lime in the Madeira Archipelago in the 19<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> Centuries

*Dinis Gouveia Pacheco*<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Os afloramentos de calcário no ilhéu de Baixo, Porto Santo e Madeira, em exploração até às últimas décadas do século XX, foram essenciais para a construção civil até às décadas de 60 e 70. Experimentou-se taxar a expedição de pedra de cal do Porto Santo em 1836, cuja receita reverteu para a Câmara Municipal, tornando-se definitiva a partir de 1859. Inicialmente restringiu-se à matéria-prima, mas a partir de 1919 incidu sobre a cal fabricada no Porto Santo e depois de 1960 abrangeu o carbonato de cálcio. Algumas empresas e industriais dominavam o mercado da cal, quer formando cartel quer pelo volume expedido. Porém, as pedreiras e fornos de cal conviviam mal em zonas urbanas e de expansão turística. Em São Vicente, conhecem-se algumas pedreiras e fornos de funcionamento intermitente até 1973, especialmente para consumo local. Usava-se a cal em argamassas, no reboco e caiação, como agente bactericida e fungicida e fertilizante corretivo, no processamento de cana-de-açúcar, cascaria e curtumes, na alimentação animal e inclusive para iluminação.

**Palavras-chave:** Calcário; Pedreira; Forno de Cal; Cal; Cartel.

---

<sup>1</sup> Mestre em História e Cultura das Regiões pela Universidade da Madeira com a tese *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*; docente de História na Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade, em regime de mobilidade (requisição) nos anos letivos de 2022-2024 no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Investigou a indústria da cal no arquipélago da Madeira, tendo redigido o verbete «Núcleo Museológico – Rota da Cal» para o *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (disponível em <http://tinyurl.com/2s3t7x7p>) e publicado: «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, 2020; «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, 2022; «A exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», in *Islenha*, n.º 70, 2022; e «Cal, indústria da», in FRANCO (dir.), 2022, *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2. Contacto: [dinispax@gmail.com](mailto:dinispax@gmail.com).

### Abstract

The limestone outcrops on the islet of Baixo, Porto Santo and Madeira, in exploration until the last decades of the 20<sup>th</sup> century, were essential for civil construction until the 1960s and 1970s. Taxation was initiated on the shipment of limestone from Porto Santo in 1836, whose revenue reverts to its City Council, becoming definitive from 1859. Initially, it was restricted to raw material but from 1919 onwards it focused on lime manufactured in Porto Santo, and after 1960 it covered also calcium carbonate. Some companies and industrialists dominated the lime market, either by forming cartel or by volume shipped. However, quarries and lime kilns coexisted poorly in urban and tourist expansion areas. In São Vicente, some quarries and kilns were known to have been operating intermittently until 1973, especially for local consumption. Lime was used in mortars, in plastering and whitewashing, as a bactericidal and fungicidal agent and corrective fertilizer, in the processing of sugar cane, shelling and tanneries, in animal feed and even for lighting.

**Keywords:** Limestone; Quarry; Limekiln; Lime; Cartel.

## Introdução

Os depósitos de sedimentos marinhos na ilha da Madeira apenas subsistem no sítio do Cascalho, na freguesia nortenha e sede do concelho de São Vicente. Porém, tal não significa que não existissem outros filões explorados até à exaustão, pois Mouzinho de Albuquerque assinalou um depósito de cal carbonatada ou carbonato de cal a oeste da Pontinha, em 1837<sup>2</sup>. De igual modo, destacamos o manifesto de uma «mina de pedra para cal» no sítio da Ajuda (Pedra Mole), freguesia de São Martinho, e outra «mina de pedra para cal, [...] gesso, grés e outros congéneres», no mesmo sítio da Ajuda (Gorgulho), na dita freguesia, em 1906<sup>3</sup>. Na Ponta de São Lourenço também se encontram referenciadas areias dunares e pedra de cal nas imediações da capela de Nossa Senhora da Piedade, em meados do século XX<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> MOUZINHO de ALBUQUERQUE, 1837, «Observações para servirem para a história geológica [...]», p. 17.

<sup>3</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Câmara Municipal do Funchal (CMF), liv. 2119, fls. 1-5, 24 de abril de 1906: notas de descobrimento de Augusto Borges Correia de Sampaio.

<sup>4</sup> COTTER, 1892, «Notícia de Alguns Fosseis Terciários do Archipelago da Madeira [...]», pp. 233-234 e 251. CARVALHO e BRANDÃO, 1991, *Geologia do Arquipélago da Madeira*, pp. 7-8. RAMALHO *et al.*, 2015, «The emergence of volcanic oceanic islands on a slowmoving plate [...]», pp. 522-537. PACHECO, 2020, «A indústria da cal no concelho de São Vicente (séculos XVII-XX)», p. 494.



A mineração no concelho do Porto Santo era diferente, uma vez que se exploraram diversos afloramentos calcários nas Chavinhas e nos Lombos, nos sítios do Espírito Santo e do Campo de Cima e no Vale da Ribeira da Serra de Dentro, nas Lapeiras. Os veios do ilhéu de Baixo (ou da Cal) suscitaram intensa exploração até ao terceiro quartel do século XX, havendo ainda referência a pedreiras no ilhéu de Cima (ou do Farol ou dos Dragoeiros)<sup>5</sup>. Nas Selvagens também se observam sedimentos calcários<sup>6</sup> que poderiam ter sido explorados, apesar da distância.

Assim, o desenvolvimento da indústria da cal estava naturalmente condicionado pela disponibilidade e transporte da matéria-prima<sup>7</sup>. O relevo acidentado da Madeira e as inerentes dificuldades de circulação multiplicaram os fornos de cal, cuja produção se correlacionou com as tecnologias de fabrico e a procura. Não obstante o fabrico ter cessado há algumas décadas, a cal exerceu enorme influência no quotidiano insular e manifesta-se no património linguístico, nomeadamente na máxima “de pedra e cal” para qualificar algo sólido ou bem assente, as expressões “branco como a cal” ou “como a cal da parede” para transmitirem as ideias de alvura, impoluto ou imaculado, e a charada “qual é a coisa, cal é ela, que eu já disse o nome dela?”. O próprio editor do *Diário de Notícias* do Funchal noticiou, com ironia, a luta de dois caidores «limpos do coração como a cal da parede»<sup>8</sup>.

O fabrico de cal consumia grandes quantidades de combustível para se alcançarem as temperaturas indispensáveis à calcinação do calcário. O carburante tradicional era constituído por lenhas ou madeiras obtidas em áreas florestais, mas no final do século XVIII estipulou-se o emprego de carvão mineral importado. Contudo, os condicionamentos ao funcionamento dos fornos de cal em áreas urbanas e o desenvolvimento de produtos concorrenciais, como o cimento Portland ou as tintas, por exemplo, justificaram o declínio e desaparecimento desta atividade artesanal em Portugal na segunda metade do século XX.

---

<sup>5</sup> SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 85-90, entrada «Geologia»; e vol. III, pp. 303-306, entrada «Selvagens». RIBEIRO, 1992, «A cal no Porto Santo», pp. 16-18. NEVES, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo [...]», p. 134. GOMES e SILVA, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira [...]*, p. 20: afirma-se que a intensa exploração quase fez desaparecer as rochas calcárias. RIBEIRO e RAMALHO, 2009, *Uma visita geológica ao Arquipélago da Madeira [...]*, pp. 34-35 e 47-53. SILVEIRA et al., 2010, *Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha da Madeira [...]*, pp. 13-15. FERREIRA, 2013, *Património geológico da ilha do Porto Santo e ilhéus adjacentes [...]*, p. 81: referem-se pequenos depósitos de calcários fossilíferos, a cerca de 300 m de altitude.

<sup>6</sup> SARMENTO, 1906, *As Selvagens*, pp. 16-17.

<sup>7</sup> LLERA et al., 2016, «Artes da Cal. Uso e tradição», p. 60.

<sup>8</sup> *Diário de Notícias*, 1879-01-12, p. 1.

Este texto corresponde à terceira e última parte da investigação e revisão de literatura sobre a indústria da cal no arquipélago da Madeira, complementado por um artigo sobre a indústria da cal em São Vicente nos séculos XVII-XX, outro sobre a exploração das pedreiras de calcário no Porto Santo e no ilhéu de Baixo no século XX e os verbetes «Cal, indústria da» e «Núcleo Museológico – Rota da Cal»<sup>9</sup>. Deste modo, dedicamos particular atenção aos desenvolvimentos desta indústria nos séculos XIX e XX, mais concretamente no município do Porto Santo, onde se localizavam as pedreiras e diversos fornos de cal, mas igualmente no Funchal, o principal destino dos produtos calcários. Fazemos, ainda, uma breve referência às pedreiras e fornos de cal em São Vicente, cuja produção se destinava essencialmente ao mercado local.

No primeiro ponto, abordamos a exploração de pedreiras no Porto Santo e o transporte da pedra de cal para a Madeira, a qual ficou sujeita a um finto, em 1836, a cobrar pela Alfândega do Funchal, cuja receita permitiu realizar alguns investimentos naquele concelho. No segundo ponto, referimos a taxa sobre a expedição de pedra de cal para a Madeira, criada em 1859, à qual acresceu a taxa da cal fabricada no Porto Santo, em 1919, e a taxa do carbonato de cálcio, em 1960. No terceiro ponto, apresentamos alguns casos relacionados com a criação de empresas e o fabrico de produtos calcários no Porto Santo, sem descurar o impacto do desenvolvimento urbano na laboração das pedreiras e fornos de cal. No quarto ponto, explanamos os fornos e depósitos de cal no Funchal, onde se constituiu um cartel, no início do século XX, e em outras localidades na costa sul da Madeira, bem como as pedreiras e fornos de cal em São Vicente. No último ponto, elencamos algumas das principais utilizações do calcário e dos seus derivados no quotidiano insular, particularmente na construção, agricultura, zootecnia e iluminação. Foi precisamente o uso multifacetado desta matéria-prima que nos levou a eliminar o termo “construção” do título deste artigo, por comparação com os referentes aos séculos XV-XVI e XVII-XVIII.

## **1. A Indústria da Cal na Primeira Metade do Século XIX**

A vitória do Liberalismo, no primeiro terço do século XIX, representou uma mudança nas diretrizes económicas relativas ao extrativismo, designadamente ao

---

<sup>9</sup> Vide nota de pé de página 1.

liberalizar-se a pesquisa de minas ou pedreiras para se promover a industrialização do Reino, por oposição à administração das minas pelo Estado entre 1802 e 1835<sup>10</sup>. Nesse sentido, a intervenção do Governo restringiu-se quase exclusivamente a matérias de natureza fiscal, regulamentação e arbitragem de conflitos. A legislação promulgada discriminou «os trabalhos de investigação de minas, em trabalhos de pesquisa, e trabalhos de exploração», facultando-se ao proprietário do solo a lavra ou a cedência da exploração, contanto que o comunicasse à autoridade local ou ao Governo Civil. Na prospeção de minas, «supre-se com a autorização do Governo, a falta de consentimento do proprietário do solo», salvaguardando-se a exploração quando tinha por finalidade «construções de interesse público, ou a qualquer ramo de indústria fabril». Facultou-se igualmente o acesso dos industriais às propriedades municipais para pasto e abastecimento de materiais combustíveis, conquanto se respeitasse as leis gerais do Estado e as posturas municipais<sup>11</sup>.

A investigação levada a cabo por João Adriano Ribeiro elencou 35 fornos de cal em atividade no arquipélago da Madeira durante os séculos XIX e XX (Gráfico n.º 1). O número crescente de fornos de cal pode justificar-se com o aumento da procura, designadamente na edificação de imóveis públicos e privados, em particular após a aluvião de 1803. Observou-se igualmente um decréscimo acentuado de novos estabelecimentos industriais no Funchal e aumento no Porto Santo, em resultado da diversificação da expedição de produtos calcários e das restrições à laboração de indústrias poluentes em meio urbano. Todavia, neste inventário não constam, por exemplo, os fornos de cal de António Maria de Freitas e da Sociedade Industrial de Cal, Lda., em São Vicente, o de Pedro Gonçalves Brandão, na Ribeira Brava, o de Constantino José Lobo, no Porto Novo, ou o do sítio da Vigia, no Caniçal. Ainda assim, em meados do século XX laboravam 12 fornos de cal no arquipélago, particular-

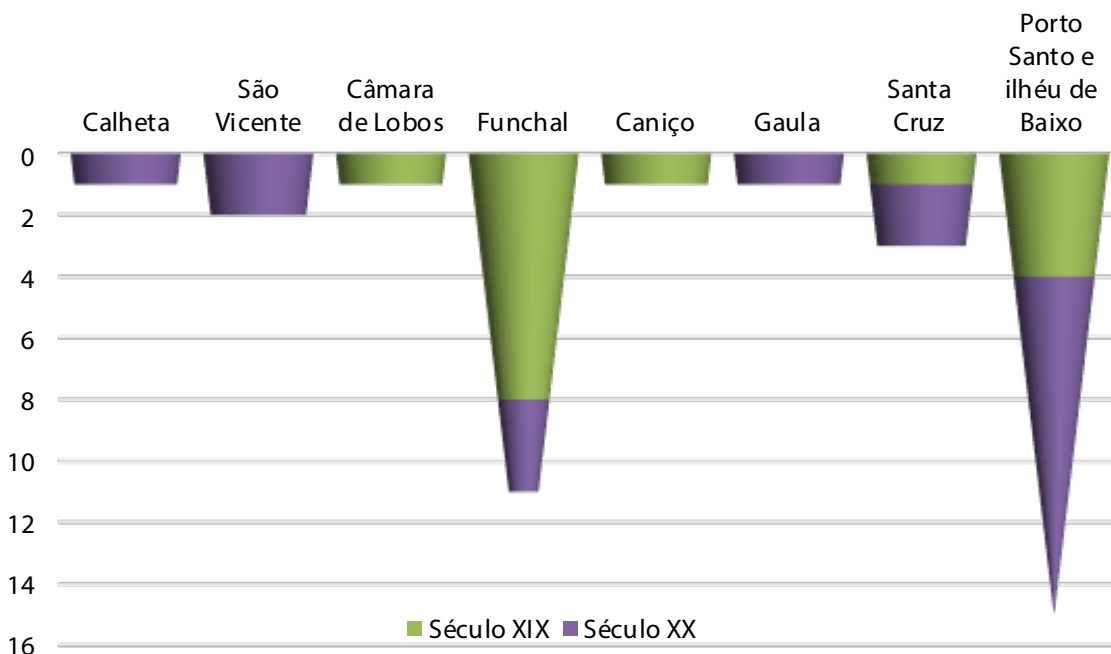
---

<sup>10</sup> *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes* [...], 1837, pp. 163-165: Decreto de 25 de novembro de 1836 e relatório que o antecede, da autoria de Manuel da Silva Passos. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1851, pp. 484-489: o artigo 5.º da Lei de 25 de julho de 1850 previu a pesquisa de minas mesmo sem o consentimento do proprietário do solo. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1853, pp. 909-918: Decreto de 31 de dezembro de 1852, conhecido como Lei das Minas. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1854, pp. 737-759: Decreto de 9 de dezembro de 1853, que estabeleceu o regulamento para execução da Lei de Minas; o artigo 18.º definiu a pesquisa de minas como «investigações feitas à superfície por meio de sargetas, sondagens, e poços ou galerias, que não excedam onze metros».

<sup>11</sup> NUNES, 2002, «A indústria mineira em Portugal Continental desde a consolidação do regime liberal [...]», pp. 424-442: faz-se um apanhado da legislação que regula o setor mineiro.

mente no Funchal e Porto Santo<sup>12</sup>. À exceção de São Vicente, estes fornos de cal calcinavam matéria-prima extraída maioritariamente no ilhéu de Baixo e no Porto Santo.

Gráfico n.º 1 – Fornos de cal no arquipélago da Madeira (séculos XIX-XX)



Fonte: RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (Séculos XV-XX)* [...].

Apesar da supramencionada inventariação com fins académicos, o *Inquérito Industrial* de 1881 elencou unicamente um forno de cal no Porto Santo, o qual iniciou a laboração em 1820. Nele trabalhavam 14 homens em jornas com 10 horas de duração, vencendo 380 réis. Ao fim de um ano, o valor da produção podia ascender a 5 000 000 de réis<sup>13</sup>. No continente de Portugal, os forneiros auferiam 320 réis de jorna, o mestre do ofício 480 réis e os ajudantes 260 réis<sup>14</sup>.

No relatório redigido em 1822 pelo Inspetor Geral da Agricultura na Madeira, José Maria da Fonseca, constou a proposta de isentar os direitos de entrada do carvão pelo espaço de seis anos, com o intuito de «vulgarisar o carvão mineral desde já,

<sup>12</sup> ABM, Governo Civil (GC), liv. 80 (1895-1905); liv. 81 (1905-11); liv. 82 (1911-19): concederam-se sete alvarás para fornos de cal no espaço de um quartel. ABM, Registos Notariais (RN), liv. 6456, f. 1, 27 de outubro de 1927: o forno de cal do Caniçal confrontava a sul com o mar. Cf. RODRIGUES, 1955, *Questões Económicas* [...], pp. 164-165: equipara-se os fornos de cal a indústrias clássicas.

<sup>13</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 35.

<sup>14</sup> LEITE, 2016, «A Cal e os seus Ofícios. O tempo dos caieiros», p. 67: referem-se a valores constantes no orçamento de 1860-1861 para os fornos do Estado, em Rio Seco (Ajuda).

coisa fácilima, se o soubermos conservar a baixo preço». Segundo o próprio, esta medida tributária representava um valor «insignificante ao Erario», isto é, não tinha um impacto significativo no cômputo da receita fiscal. Nesse sentido, consultou-se o Dr. João António Vieira sobre o melhor carvão a empregar em fornos de cal. A disseminação do carvão como principal fonte de combustível estendeu-se às estufas e alambiques em 1835, ficando interdita a queima de lenhas e madeiras<sup>15</sup>.

Mesmo com a exploração de pedreiras e laboração de fornos de cal, a produção local continuava insuficiente para as necessidades do mercado insular. Assim, no período de 1825 a 1828 descarregou-se no Funchal uma quantidade indeterminada de cal, entre outras mercadorias, transportadas em embarcações portuguesas, quer com origem em portos na metrópole, quer no estrangeiro<sup>16</sup>. A fim de se aumentar a produção de cal, e consequentemente reduzir o preço, concedeu-se licença a Manuel Henriques de Freitas para construir um forno, por haver unicamente dois fabricantes em 1839<sup>17</sup>. Não obstante, a laboração de fornos de cal no perímetro urbano estava fortemente condicionada por determinação camarária. Assim, a preocupação manifestada pelo Governador e Capitão General, em 1794, encontra-se plasmada nas posturas municipais no século seguinte, designadamente a proibição de se construírem fornos de cal ou quaisquer estabelecimentos industriais que «produzam mau cheiro». Quanto aos fornos de cal em atividade, determinou-se elevar a chaminé «no mínimo um palmo mais alto que o telhado das casas vizinhas», mas esta indústria ficou bastante circunscrita ao equiparar-se a «estabelecimentos industriaes insalubres», por Decreto de 27 de agosto de 1855<sup>18</sup>.

Roberto Wallas afrontou a determinação camarária de transformar o Passeio Público do Funchal em Praça Real, onde se celebravam as datas festivas da Nação. Aquele súbdito britânico não acatou a intimação de «chispar e rebocar» a fachada do seu armazém até 20 de outubro de 1831, apelando ao respetivo cônsul, Henrique

---

<sup>15</sup> ALMEIDA, 1909, *Arquivo de Marinha e Ultramar* [...], pp. 62-63: refere-se o direito de entrada de 15%.

<sup>16</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, 1933, vol. III, pp. 94-96.

<sup>17</sup> ABM, GC, liv. 197, fl. 2v.º, 21 de junho de 1800: concedeu-se licença e proteção a João Luís Pestana e António da Luz Pestana para uma fábrica de loiça e fornos de cal «deque aquela Ilha tanto necessita». ABM, CMF, cap. 1732-37, 1832: Matias Figueira pagou 2500 réis de multa por não afilar as medidas de ferro do forno de cal. ABM, CMF, liv. 1405, fl. 37. ABM, CMF, liv. 1230, fl. 401v.º-402, 7 de julho de 1840.

<sup>18</sup> ABM, CMF, cap. 1702-8, cap. 1701-31 e cap. 1701-48, 1822: o juízo da almotaçaria condenou Elisário Mendes da Silva a desmanchar um forno de cal nos Arrifes e pagar 6000 réis de multa, prevista na postura. ABM, Juízo de Direito da Comarca Oriental do Funchal (JDCORFUN), cap. 3295-6, 1848: a câmara municipal do Funchal embargou a construção de um forno de cal perto da Ponte da Praça a João de Castro e consorte Francisca de Jesus Sousa. *Posturas da Câmara Municipal do Funchal*, 1849, pp. 12-13: artigos 34.º e 35.º, aprovados a 19 de junho de 1840. *Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Funchal*, 1895, p. 10. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1856, pp. 294-303.

Veitch, para interceder ao Juiz de Fora e presidente da Câmara Municipal. Contudo, a vereação arrematou a empreitada às suas expensas, apesar de aquele alegar o

«bárbaro gôsto, que fará clarão e injúria aos olhos, porque uma parede rebocada produz muito calor reflectido na frente do edificio, favorável à produção das moscas e gorgulho, e pernicioso e destrutivo do grão que se conserva nos graneis»<sup>19</sup>.

### 1.1 O Finto em 1836

A ideia de taxar a extração de calcário, na opinião de João Adriano Ribeiro, teve origem na presença de forças liberais no Porto Santo nos meses de abril e maio de 1832, tendo estas constatado as grandes dificuldades sentidas pela população. Na iminência da aprovação desta tributação, Victorino José dos Santos apresentou uma proposta à Câmara Municipal para arrendar parte do ilhéu de Baixo ou pagar um determinado valor pelas barcadas de calcário, sendo secundado nessa pretensão por Luís Teixeira de Vasconcelos e José Pestana de Vasconcelos<sup>20</sup>. Não obstante, aquelas pedreiras de calcário eram exploradas há largos anos, como se constata no pedido de D. Ana Perestrelo Bettencourt da Câmara, viúva do Dr. Gregório Francisco Bettencourt Perestrelo, para utilizar nove barris de pólvora nas suas pedreiras de cal<sup>21</sup>.

Por Carta de Lei de 29 de março de 1836, a rainha D. Maria II sancionou o Decreto das Cortes Gerais que autorizava as câmaras municipais dos arquipélagos dos Açores e Madeira a procederem ao lançamento de contribuições para acorrerem às suas despesas. Contudo, esta medida de carácter excepcional vigorava apenas por um ano<sup>22</sup>. Na sequência dessa prerrogativa, a vereação do Porto Santo aprovou um imposto aos carregadores «da pedra de cál do Ilheo, de mil réis por cada embarcação do lote de quarenta pipas para cima, e de oitocentos reis e quinhentos réis das, digo pelas de menos de quarenta pipas». Na verdade, a proposta inicial especificou o finto

---

<sup>19</sup> *Arquivo Histórico da Madeira*, 1932, vol. II, pp. 139-142: foi arrematado por 83 500 réis.

<sup>20</sup> ABM, Câmara Municipal do Porto Santo (CMPST), liv. 176, fls. 29v.º-30, 11 de fevereiro de 1835: um requerente pretendeu arrendar os ilhéus de Baixo e de Cima e outro «parte da rocha do Ilhéu de Baixo ou pagar um tanto por barcada de pedra de cal que extrair das pedreiras de que está de posse»; fls. 30-30v.º, 16 de fevereiro de 1835: deliberou-se adiar a decisão sobre os requerimentos. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 49: em 1882, Carlos Alder vendeu um forno em ruínas a José Pestana Vasconcelos, por 70 000 réis.

<sup>21</sup> ABM, José Sainz-Trueva (JST), cx.1, n.º 52, 26 de junho de 1835: o Governo Militar no Funchal deferiu o pedido.

<sup>22</sup> *Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes [...]*, 1836, pp. 59-60: Carta de Lei de 29 de março de 1836.

de 1000 réis para as embarcações de arqueação superior a 40 pipas, 800 réis para as embarcações de arqueação compreendida entre 30 e 40 pipas e 500 réis para as de arqueação inferior, mas esta discriminação não se encontra transcrita na íntegra<sup>23</sup>.

A Portaria de 7 de novembro de 1836 integrou o ilhéu de Baixo (Imagem n.º 1) nos bens nacionais, alegando-se que a Câmara não possuía o «Título de Mercê, ou Doação delle»<sup>24</sup>. Assim, justificava-se o caráter temporário do imposto sobre a pedra de cal. Contudo, a edilidade tinha opinião contrária e considerou que o «finto não deve ser só por um ano, mas deve continuar em inteiro vigor para as futuras despesas deste concelho», designadamente a construção do cemitério e outras obras tidas por necessárias<sup>25</sup>. No sentido de se suprirem as carências da população, e eventualmente carburar em fornos de cal ou pelo menos servir de lastro às embarcações, o Conselho de Distrito autorizou o transporte de lenha e madeira dos municípios de Santa Cruz, Machico e Santana para a ilha do Porto Santo, correspondendo a pretensões antigas<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> ABM, CMPST, liv. 176, fl. 60v.º, 21 de maio de 1836; fl. 72v.º, 23 de dezembro de 1836: tomou-se conhecimento da aprovação do imposto em Portaria do Ministério do Reino de 7 de novembro de 1836, «pela qual Sua Majestade houve por bem aprovar a representação desta Câmara sobre o imposto da pedra de cal do Ilhéu». *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes* [...], 1837, p. 117. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 27.

<sup>24</sup> *Diario da Camara dos Deputados*, 1840, n.º 2, p. 18: sessão de 3 de fevereiro. ABM, CMPST, liv. 174, fl. 28v.º, 4 de março de 1842: remeteu-se «a Sua Majestade a Rainha uma representação relativamente à posse do ilhéu de Baixo desta Ilha». ABM, CMPST, liv. 175, fl. 5, 10 de janeiro de 1843: enviou-se uma representação «à Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa reclamando novamente a restituição da posse do Ilhéu de Baixo». ABM, CMPST, liv. 3, fl. 19v.º, 21 de maio de 1853: enviou-se nova representação às Cortes; fl. 33, 22 de outubro de 1853: o deputado José Ferreira Pestana confirmou ter recebido a representação sobre o domínio do ilhéu de Baixo. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 28-32: a vereação remeteu representações à Câmara dos Deputados, em 1839, às Cortes, em 1853, e ao Monarca, em 1856, e uma petição à Rainha, em 1842.

<sup>25</sup> ABM, CMPST, liv. 176, fls. 60-60v.º, 21 de maio de 1836: deliberou-se «por finto na pedra de cal do Ilhéu desta Ilha, o qual finto não deve ser só por um ano». ABM, CMPST, liv. 173, fl. 76v.º, 11 de dezembro de 1839: pretendia-se aplicar a receita «no restabelecimento de pontes, calçadas, fontes, encanamento de águas e outros melhoramentos do município».

<sup>26</sup> ABM, CMPST, liv. 169, fls. 41v.º-42, 16 de julho de 1808: requereram-se madeiras à vila de Machico. ABM, CMPST, liv. 171, fl. 2, 21 de maio de 1830: solicitou-se a intervenção do «Exmo Senhor General». ABM, CMPST, liv. 176, fl. 67, 27 de agosto de 1836: tomou-se conhecimento da deliberação do Conselho de Distrito; fl. 125, 28 de abril de 1838: oficiou-se as câmaras municipais de Santa Cruz, Machico e Santana para permitirem a expedição de madeiras. ABM, CMPST, liv. 173, fl. 41, 27 de fevereiro de 1839: deliberou-se enviar uma representação à Rainha; fl. 42, 9 de março de 1839: oficiou-se o Conselho de Distrito; fls. 43-43v.º, 20 de março de 1839: o Conselho de Distrito relembrou o cumprimento do acórdão de 17 de outubro de 1836, conforme o Alvará de 17 de outubro de 1770; fls. 52-52v.º, 29 de maio de 1839; fls. 55-55v.º, 12 de junho de 1839. *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, pp. 22-23: aumentou-se os direitos sobre as barcadas de cal em 1839 porque as embarcações não traziam lenha na viagem de regresso. Cf. BRANCO, 2023, «As causas da falência do modelo económico [...]», pp. 346-347.

Imagem n.º 1 – Ilhéu de Baixo (ou da Cal) visto a partir da Ponta da Calheta, Porto Santo (anterior a 1905)



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's (MFM-AV), Joaquim Augusto de Sousa, n.º inv. 550.

Para o efeito, o município encarregou «Manuel de Gouveia e José de Freitas, capatazes de pedreiras do Ilhéu», de darem conta das barcadas de pedra calcária a 17 de maio de 1837, tendo o primeiro declarado

«ter saído das pedreiras que domina quatro barcadas para Matias Figueira Ferraz e José de Freitas declarou ter saído para Faustino António de Ornelas cinco, todas em barcadas de lote de mais de quarenta pipas e prometerão mais debaixo do mesmo juramento vir a terra na véspera do dia que tiverem de se ausentarem para a Madeira»<sup>27</sup>.

O juramento estendeu-se aos demais «cabeças dos Ranchos dos Pedreiros» sediados no ilhéu de Baixo, tendo a edilidade fretado dois barcos para as imprescindíveis viagens no decurso desse ano<sup>28</sup>. A situação repetiu-se em 1839, desta feita com um rancho de pedreiros de Santa Cruz e outro de Machico, mas encontramos igualmente alguns naturais do Porto Santo a exercerem nas pedreiras. As estatísticas oficiais de 1900 e 1905 praticamente não registaram alterações no número de trabalhadores e nos respetivos vencimentos, uma vez que se reportaram 41 ou

<sup>27</sup> ABM, CMPST, liv. 176, fls. 86-86v.º, 17 de maio de 1837.

<sup>28</sup> ABM, CMPST, liv. 176, fl. 87v.º, 20 de maio de 1837: pagou-se 700 réis em fretes; fl. 97v.º, 19 de agosto de 1837: pagou-se 800 réis em fretes. Cf. SOUSA, 2012, *Ilhas de Arqueologia* [...], p. 114: associa-se os ranchos às habitações em pedra de cantaria mole erigidas no ilhéu de Baixo para apoio à exploração das pedreiras.



42 homens e cinco ou seis menores de 16 anos na extração de calcário em cinco pedreiras, auferindo jornas médias de 400 réis<sup>29</sup>.

O sistema de trabalho organizado em ranchos manteve-se até ao terceiro quartel do século XX, com a particularidade de os naturais de Santa Cruz se especializarem na lavra de pedreiras e os de Machico no transporte marítimo<sup>30</sup>. A dureza, perigosidade e isolamento a que estavam sujeitos, acrescido do baixo estatuto social destes jornaleiros, motivaram um pedido da Assistência Social do Círculo Judicial do Funchal para a «colocação para um recluso» trabalhar numa empresa ligada à exploração de pedreiras na ilha do Porto Santo<sup>31</sup>. A propósito, recapturou-se um foragido no ilhéu de Baixo e procedeu-se à sua condução para o Funchal<sup>32</sup>.

No sentido de se arrecadar o imposto aos donos das pedreiras, evitar o extravio e facilitar a logística de cobrança, deliberou-se encarregar o presidente da Câmara de nomear um representante no Funchal, recaindo a escolha em Luís de Castro Ferreira Drumond. Este recebeu 58 400 réis no decurso de 1837, correspondentes a 27 barcadas de Faustino de Ornelas (26 400 réis), 19 barcadas de Matias Figueira (19 000 réis) e 13 barcadas de Victorino José dos Santos (13 000 réis)<sup>33</sup>. Estes valores permitem-nos inferir a preferência pelo tráfego em embarcações de arqueação igual ou superior a 40 pipas, isto é, de maior calado e mais propensas a enfrentar as condições adversas de navegação no mar da Travessa.

Apesar de arrecadar o finto, a Câmara Municipal continuou a receber requerimentos de interessados em abrir novas pedreiras, mas por vezes teve de dirimir conflitos relacionados com as áreas concessionadas. Nesse sentido, após uma vistoria do engenheiro-chefe da circunscrição mineira às pedreiras do ilhéu de Baixo, decidiu-se delimitá-las por marcos estrategicamente implantados. Não obstante,

---

<sup>29</sup> ABM, CMPST, liv. 173, fl. 44v.º, 6 de abril de 1839: exigiu-se fiador para a lavra de pedreiras. ABM, CMPST, liv. 4, fl. 11, 16 de fevereiro de 1861: nomeou-se novo coveiro em virtude do anterior «se ter ausentado para ir trabalhar para o Ilhéu de Baixo». RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (Séculos XV-XX)* [...], p. 20. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 41. SOUSA, 2005, «O Património Arquitectónico e Arqueológico [...]», p. 21.

<sup>30</sup> SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 116, entrada «Baixo, Ilhéu de». RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 39-40: refere-se três ranchos em atividade no ilhéu de Baixo em 1962, ao serviço de «Alfredo Camacho, que cozia no Porto Santo, o Zeca da Rua Direita, no Funchal, e José Maria Branco, em Câmara de Lobos», e dão-se algumas notas sobre a alimentação e as condições de trabalho. TORRES, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», pp. 62-63: referem-se ranchos constituídos por nove homens, sendo um cozinheiro e os restantes trabalham aos pares, «um para malhar e outro para segurar o ferro».

<sup>31</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fl. 121v.º, 11 de junho de 1964.

<sup>32</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 90, 13 de julho de 1936.

<sup>33</sup> ABM, CMPST, liv. 176, fl. 99, 13 de setembro de 1837; fls. 100-100v.º, 20 de setembro de 1837: duas barcadas renderam 2500 réis; fl. 102v.º, 14 de outubro de 1837. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 27-28.

no alvará de D. Bela Correia Teixeira de Agrela para continuar a explorar as pedreiras *Escadinha, Cova e Ponta do Ilhéu ou Lajedo*, o Governador Civil referiu-se ao «terreno seu que mede 24720 m»<sup>34</sup>.

A própria edilidade utilizou cal em diversas obras, tais como na recuperação de calçadas<sup>35</sup>, fontes e caminhos ou na construção de tanques para armazenamento de água. Todavia, podemos constatar que nem sempre se utilizou cal fabricada no Porto Santo, por questionarem a sua qualidade. Assim, a vereação deliberou, em 1840, «que de hoje em diante fosse admitida para a obra do concelho a cal fabricada na terra atendendo, digo, com igualdade, atendida a sua qualidade»<sup>36</sup>. A seleção do fornecedor de cal para as obras também suscitou desgosto, ao ponto de se despachar um requerimento de Veríssimo da Câmara com a sentença: «Quando a Câmara precise de cal, será posta em praça para quem por menos a oferecer»<sup>37</sup>.

A existência de fornos de cal em diversas localidades da Madeira dificultou a cobrança do imposto aos «carregadores da pedra de cal». Assim, além dos industriais sediados no Funchal, encontravam-se a extrair matéria-prima ranchos de Santa Cruz e Machico, os quais foram obrigados a apresentar fiadores que assegurassem o pagamento dos impostos. Além disso, estipulou-se a prestação mensal de contas pelos capatazes das pedreiras, a que se somou o aumento das taxas sobre a expedição de calcário para 12 000 réis por embarcação de arqueação superior a 30 pipas

---

<sup>34</sup> ABM, CMPST, liv. 176, fls. 99v-100, 20 de setembro de 1837: deferiu-se o requerimento de Victorino José dos Santos. ABM, CMPST, liv. 7, fl. 294, 10 de agosto de 1912: João de Andrade solicitou a comunicação da posse da pedreira *Tabaqueiro do Tegarro* ao administrador do concelho e a Júlio Ferreira Cabral; fl. 298, 7 de dezembro de 1912: António Eduardo da Silva requereu a cassação da licença de João de Andrade para as pedreiras no sítio dos Ferreiros; fl. 300, 14 de dezembro de 1912: respondeu-se não ter «conhecimento topográfico dos sítios em questão e não sabendo de justiça a quem pertencem essas camadas calcárias, considerando que os municípios não têm competência para decidir sobre direito de propriedades; considerando que uma licença bem ou mal fundada para exploração de pedreiras no sítio dos Ferreiros, não impede que o suplicante defenda o seu prédio e se oponha à invasão e entrada nos domínios da sua propriedade no sítio das Fajãs, a Câmara declara-se em neutralidade, podendo o requerente a seu talante seguir o caminho que julgar mais competente e conducente ao fim que deseja». ABM, GC, liv. 81, fls. 119v.º-120, 9 de setembro de 1910; fls. 133v.º-134, 23 de novembro de 1910.

<sup>35</sup> *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, pp. 74-75: despendeu-se 7600 réis em cal e outros materiais para a calçada das ruas da Fontinha, Forte e Açougue, na Azinhaga das Matas e Largo do Pelourinho, em 1855. ABM, CMPST, liv. 12, fl. 73, 25 de novembro de 1954: adquiriu-se 42 alqueires de «calçada branca do ilheu da Cal para jardim e arborização» a Teotónio Gomes de Sousa, por 252 escudos. ABM, CMPST, liv. 14, fls. 24v.º-25, 29 de agosto de 1957: a Câmara Municipal do Funchal solicitou dez «alqueires de pedra branca (calhau rolado) para executar desenhos em calçada»; fl. 27, 12 de setembro de 1957: respondeu-se não ter «qualquer quantidade de pedra solicitada que possa ceder e diligenciando em obtê-la, a particulares, não conseguiu».

<sup>36</sup> ABM, CMPST, liv. 172, fl. 13, 14 de setembro de 1832: adquiriu-se 40 alqueires de cal por 2 400 réis. ABM, CMPST, liv. 176, fl. 64v.º, 6 de agosto de 1836: comprou-se dois alqueires de cal por 1600 réis. ABM, CMPST, liv. 173, fl. 133v.º, 7 de outubro de 1840.

<sup>37</sup> ABM, CMPST, liv. 175, fl. 80, 5 de julho de 1845.

e 8000 réis para as demais. Este aumento decorreu do conflito latente entre a Câmara do Porto Santo e as suas congéneres de Santa Cruz e de Machico, as quais dificultavam «a exportação de lenhas e madeiras para uso e consumo destes habitantes impondo um imposto tal que importa na mesma proibição»<sup>38</sup>.

Os registos em ata apenas nos permitem conhecer os valores relativos a algumas barcadas de cal em 1837 e 1839, mas são inexistentes em 1838<sup>39</sup>. No primeiro ano referenciamos cinco importadores de pedra calcária, os quais efetuaram pagamentos respeitantes a 70 barcadas, enquanto no segundo ano o número de importadores aumentou para oito, mas o de barcadas decresceu para 59, em resultado da suspensão do imposto. Todavia, apenas Faustino António de Ornelas<sup>40</sup> e Victorino José dos Santos repetiram a condição de importadores de pedra de cal. Esta situação, aliada à supramencionada conflitualidade económica, levou-nos a inferir o carácter marginal do extrativismo, pese embora as evidentes lacunas nas fontes.

Para assegurar essa cobrança, encarregou-se Valentim José de Alencastre de registar os montantes transportados em 1839, auferindo 4% do valor do imposto arrecadado<sup>41</sup>. Contudo, estas deliberações ultrapassavam o teor da aludida Portaria, quer em relação ao valor, quer à vigência do imposto<sup>42</sup>. Por este facto, o presidente

---

<sup>38</sup> ABM, CMPST, liv. 173, fls. 45-45v.º, 10 de abril de 1839: distinguiram-se as companhias ou ranchos de Faustino de Ornelas e de Victorino dos Santos, autorizados a trabalharem no ilhéu de Baixo, dos restantes «sem licença ou atenção alguma».

<sup>39</sup> ABM, CMPST, livs. 173 e 176. ABM, CMPST, livs. 137-140.

<sup>40</sup> ABM, Juízo de Direito da Comarca Ocidental do Funchal (JDCOFUN), cap. 2939-1, 1844: no inventário do casal constava, entre outros bens, um forno de cal em São Lázaro.

<sup>41</sup> ABM, CMPST, liv. 173, fl. 75v.º, 2 de dezembro de 1839: Valentim José de Alencastre exigiu o pagamento do «trabalho de fiscalizar a pedra de cal do Ilhéu no tempo em que estava a cargo da Câmara».

<sup>42</sup> ABM, CMPST, liv. 173, fl. 46v.º, 13 de abril de 1839: permitiu-se a três ranchos pagar o «imposto antigo» por calcário extraído; fls. 48-48v.º, 24 de abril de 1839: Manuel Henriques de Freitas pagou 4000 réis de quatro barcadas e Cândido de Velosa 2500 réis de cinco barcadas; as licenças de Domingos Reynolds e Faustino de Ornelas já se enquadraram nos novos valores, com ressalva de ficarem «sem efeito no caso de ficar nulo o mesmo imposto»; fl. 49, 27 de abril de 1839: João António dos Santos e Abreu apançou-se por cinco barcadas de pedra de cal, assim como Basílio António pela pedra embarcada até ao final de junho, mas João António de Góis pagou 2000 réis de duas barcadas; fls. 50-50v.º, 18 de maio de 1839: Augusto César de Oliveira declarou três barcadas pelo novo imposto; fl. 51, 22 de maio de 1839: Victorino José dos Santos requereu a revogação do imposto ao Conselho de Distrito; fl. 51v.º, 25 de maio de 1839: Augusto César de Oliveira pagou 2500 réis de duas barcadas e meia; fl. 52v.º, 29 de maio de 1839: o mestre Manuel Henriques de Freitas saldou 12 000 réis de uma barcada; fl. 53, 29 de maio de 1839: o mestre Domingos Reynolds apresentou fiador de 12 000 réis referentes a uma barcada; fls. 54-54v.º, 5 de junho de 1839: Faustino de Ornelas pagou 48 000 réis de cinco barcadas, Manuel Henriques & C.<sup>a</sup> e Victorino José dos Santos despenderam 12 000 réis de uma barcada e indiciaram o mestre Manuel Henriques de Freitas a pagar uma barcada; fl. 55, 8 de junho de 1839: Augusto César de Oliveira saldou 24 000 réis de duas barcadas; fl. 55v.º, 12 de junho de 1839: Manuel Henriques de Freitas liquidou 12 000 réis de uma barcada; fl. 67, 21 de setembro de 1839: Faustino António de Ornelas pagou 25 520 réis, após se descontar 29 480 réis de obras no cemitério, e Victorino José dos Santos pagou 44 520 réis de várias barcadas.

da Junta Geral do Distrito atendeu às reclamações de diversos industriais e ordenou a suspensão do finto em junho de 1839. Além disso, solicitou «circunstanciada conta da importancia do imposto que tem recebido desde o tempo que findou o ano concedido pela Portaria de 7 de Novembro de 1836», a fim de «dar conhecimento a Sua Majestade do estado em que se acha este negócio, para que a mesma Augusta Senhora resolva o que julgar conveniente». A vereação acatou de imediato a recomendação, mas oficiou-se à monarca sobre o «Ilhéu de Baixo de que indevidamente se havia apropriado vários ranchos de cabouqueiros por conta de indivíduos da ilha da Madeira»<sup>43</sup>.

A suspensão do finto parece ter contribuído para incentivar a indústria da cal na Madeira. Assim, no ano imediato, Manuel Henriques apresentou um requerimento para construir um forno de cal «n'um largo que fica na margem da ribeira de Nossa Senhora do Calhau», no Funchal. Este industrial constou como importador de pedra de cal entre abril e junho de 1839. As cinco referências correspondentes equivaliam a dez barcadas, taxadas em 54 000 réis<sup>44</sup>.

## **2. Os Impostos sobre os Produtos Calcários do Porto Santo**

A Câmara Municipal do Porto Santo não desistiu de arrecadar o finto sobre esta importante matéria-prima. Em reunião conjunta em 1846, com participação da vereação, do conselho municipal e do administrador do concelho, acordou-se a proposta de lançar uma «contribuição ou imposto sobre os barcos que conduzirem pedra de cal do Ilhéu de Baixo, adjacente a esta Ilha para a da Madeira, nos termos da lei de 10 de junho de 1843», nos montantes de 1000 réis para as embarcações de lotação superior a 30 pipas e de 600 réis para as demais<sup>45</sup>.

Decorrida uma década, aquela pretensão recebeu o apoio da Junta Geral, a qual sustentou o propósito de «levantar um imposto de 200, ou 300 réis por tonelada de pedra de cal que for exportada dos ilhéus adjacentes»<sup>46</sup>. O assunto foi abordado na Câmara dos Deputados, resultando na aprovação de um projeto de lei por iniciativa dos deputados António Correia Herédia e Luís da Câmara Leme, eleitos pela Madeira,

---

<sup>43</sup> ABM, CMPST, liv. 173, fls. 56v.º-57, 15 de junho de 1839.

<sup>44</sup> ABM, CMF, liv. 1405, fl. 37.

<sup>45</sup> ABM, CMPST, liv. 175, fls. 93v.º-94, 4 de fevereiro de 1846: entrou em vigor após aprovação em Conselho de Distrito.

<sup>46</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fls. 105-105v.º, 30 de outubro de 1856.

e Jacinto Augusto de Santana e Vasconcelos, eleito por Viseu. No preâmbulo, alude-se à miséria, aridez do solo e perda de receitas com o ódio, bem como à extração e transporte anual de 1800 a 2000 toneladas de pedra de cal para a Madeira. Assim, estipulou-se a taxa de 300 réis por tonelada para receita da Câmara Municipal, potenciando um rendimento anual superior a 540 000 réis<sup>47</sup>.

## 2.1 A Taxa da Pedra de Cal em 1859

As representações à Monarquia e às Cortes sucederam-se e, inclusive, apontou-se o montante do imposto. Deste modo, a supramencionada taxa de natureza excecional tornou-se definitiva com D. Pedro V, por Carta de Lei de 4 de junho de 1859<sup>48</sup>. O monarca sancionou a cobrança de 300 réis por tonelada de pedra calcária extraída no Porto Santo ou nos ilhéus confinantes, quando transportada para a Madeira (Gráfico n.º 2). Não obstante, constatamos a exportação de aproximadamente 764 toneladas de calcário para os Estados Unidos da América em 1861, tendo a Alfândega do Funchal arrecadado 12 000 réis, isto é, cerca de 16 réis por tonelada<sup>49</sup>.

A definição de finto implicou a diluição do imposto ao longo do tempo devido à desvalorização monetária, mas ainda assim representou o principal rendimento da Câmara durante mais de meio século<sup>50</sup>. Aliás, o valor intrínseco da cal motivou um arrematante dos impostos municipais a pretender saldar uma dívida com cal e areia, aquando da edificação do cemitério municipal do Porto Santo<sup>51</sup>. Contudo,

---

<sup>47</sup> *Diário da Camara dos Deputados*, 1857, p. 5, 1 de maio de 1857: o projeto foi «admitido e enviado á comissão de fazenda, ouvida a de administração publica».

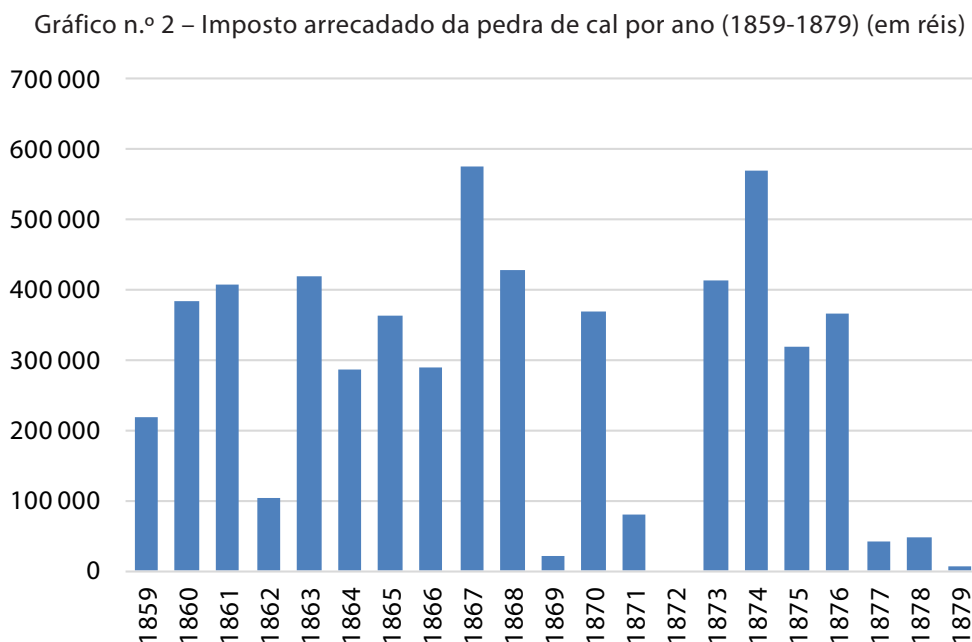
<sup>48</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fls. 107-107v.º, 25 de novembro de 1856: deliberou-se enviar uma representação ao monarca acerca do imposto de extração de calcário no ilhéu de Baixo; fl. 108, 29 de novembro de 1858; fl. 136, 4 de fevereiro de 1858: o deputado António Correia Herédia prometeu «diligenciar a lei para o imposto do ilhéu»; fls. 167v.º-168, 14 de junho de 1859: o procurador da Câmara na Junta Geral comunicou a aprovação do imposto e a interseção dos deputados eleitos pelo distrito; fl.177, 6 de agosto de 1859: o Governador Civil remeteu a Portaria do Ministério do Reino de 30 de junho; fl. 177v.º, 6 de agosto de 1859: salientou-se «o primeiro imposto da pedra calcária recebido no mês de julho último de 53\$550, na forma da conta da Alfândega de 30 de julho dito». *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1860, pp. 222-223. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 32-33.

<sup>49</sup> *Mappas Geraes. Commercio de Portugal* [...], 1864, p. 179.

<sup>50</sup> *Diário de Notícias*, 1876-12-02, p. 2: o imposto da pedra de cal rendeu 470 700 réis entre novembro de 1875 e novembro de 1876; 1877-01-06, p. 1: retificou-se a notícia para dezembro de 1875 a dezembro de 1876. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 35.

<sup>51</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fl. 197, 12 de maio de 1860: deliberou-se colocar em praça a arrematação da cal para a construção do cemitério a 20 de maio. ABM, CMPST, liv. 4, fl. 75, 9 de setembro de 1863: recusou-se a proposta de Manuel Reynolds para saldar uma dívida com materiais para as obras no cemitério; fls. 172v.º-173, 6 de abril de 1867: arrematou-se a cal para o cemitério a Veríssimo da Câmara Sénior por «3\$600 réis por moio posta no cemitério, sendo cal de boa qualidade».

a contabilização camarária do imposto encontra-se incompleta a partir de 1877, sendo mesmo inexistente ou inacessível entre a década de 1880 e meados da década seguinte.



Fonte: ABM, CMPST, livs. 3-6.

Os montantes arrecadados pela Alfândega eram remetidos mensalmente à Câmara Municipal do Porto Santo. Esta nomeou Guilherme Hayward como seu procurador para os levantar, sendo substituído em 1866 por João de Santana e Vasconcelos Júnior, mas a receita permanecia frequentemente na tesouraria da Alfândega, inclusivamente por falta de impressos<sup>52</sup>. Tendo em conta a tonelagem média de calcário transportado, a receita anual podia suplantar 500 000 réis<sup>53</sup>, mas como se

<sup>52</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fl. 174v.º, 20 de julho de 1859: o diretor da Alfândega comunicou a cobrança do imposto a 16 de julho e sugeriu a nomeação de um procurador no Funchal; fl. 175, 27 de julho de 1859: assinou-se a procuração para Guilherme Hayward levantar o imposto; fl. 179, 27 de agosto de 1859; fl. 182, 28 de setembro de 1859; fl. 183, 26 de outubro de 1859; fl. 142, 27 de fevereiro de 1866: convidou-se João de Santana e Vasconcelos Júnior para receber os impostos. ABM, CMPST, liv. 4, fl. 143, 17 de março de 1866: nomeou-se o escrivão da Câmara Municipal do Funchal para receber o imposto. ABM, CMPST, liv. 5, fl. 92v.º, 4 de maio de 1872: mandou-se imprimir 50 impressos; fl. 95v.º, 15 de junho de 1872: o Governador Civil prontificou-se a mandar «imprimir os mandados impressos que a câmara carecer»; fl. 99v.º, 6 de julho de 1872: o Governador Civil exigiu 1000 réis da impressão de 100 exemplares dos «mandados para pagamento do imposto sobre a pedra calcária».

<sup>53</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fl. 113, 17 de janeiro de 1857: calculou-se a extração anual de 1800 a 1900 toneladas de calcário no ilhéu de Baixo; fl. 173v.º, 7 de julho de 1859: adicionou-se 500 000 réis ao orçamento da Câmara Municipal. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 33-35.

comprova no gráfico supra, essa situação apenas ocorreu em 1867 e 1874. Deste modo, os valores embolsados oscilavam bastante ao longo dos anos, condicionados quer pelas condições de navegabilidade quer pela eficiência na cobrança e transferência do imposto, ficando a média anual nas duas primeiras décadas em 286 444 réis, embora no cômputo geral suplante 6 000 000 de réis<sup>54</sup>. Em 1880, a receita da pedra de cal superou aquela média, cifrando-se em 344 793 réis<sup>55</sup>. A vereação procurou solucionar este problema com a criação de uma subdelegação da Alfândega no Porto Santo, embora sem efeitos práticos no que respeita à tributação da pedra de cal<sup>56</sup>. Assim, para complementar o serviço efetuado pelos oficiais da Alfândega, contratou-se Nuno de Ornelas Perry da Câmara para fiscalizar as embarcações da carreira de cabotagem<sup>57</sup>.

Atendendo à referida arrecadação do imposto, conseguimos computar a produtividade média anual das pedreiras em cerca de 1000 toneladas, ou seja, cerca de metade do estimado no projeto de lei de 1857. A época do ano que permitia maior frequência e melhores condições de navegabilidade decorria entre maio e agosto (Gráfico n.º 3), representando mais de 60% do imposto amealhado, por oposição ao trimestre de dezembro a fevereiro, cuja coleta se quedou em apenas 5%. Não obstante, a imprensa local noticiou que «os fornos de cal do concelho do Funchal calcinaram 1976,385 toneladas metricas de pedra, que produzem 34 369 hectolitros de cal durante o ano [de 1876], dando 1 quilograma de pedra 1,739 litros de cal»<sup>58</sup>. Apesar de não se discriminar a origem da matéria-prima, aquelas cifras equivaliam a uma produção cerca de 62% superior ao taxado pela Alfândega do Funchal naquele ano, isto é, 1221 toneladas. Assim, calcinaram-se 755 toneladas de pedra de cal com outra proveniência ou a fiscalização alfandegária revelou-se deveras ineficiente.

---

<sup>54</sup> ABM, CMPST, liv. 5, fl. 102, 14 de setembro de 1872: recebeu-se um ofício para levantar o imposto «que se acha na dita Alfandega da pedra de cal»; fl. 125v.º, 13 de maio de 1874: a receita de setembro de 1873 a abril de 1874 encontrava-se por levantar; fl. 178v.º, 27 de novembro de 1876: o imposto referente ao último ano perfez 456 300 réis. ABM, CMPST, liv. 6, fl. 1, 6 de outubro de 1877: designou-se Tibúrcio Pestana de Alencastre para receber o imposto; fl. 73v.º, 8 de novembro de 1884: enviou-se uma representação para se criar a subdelegação da Alfândega «que já há muitos anos se acha decretada para aqui».

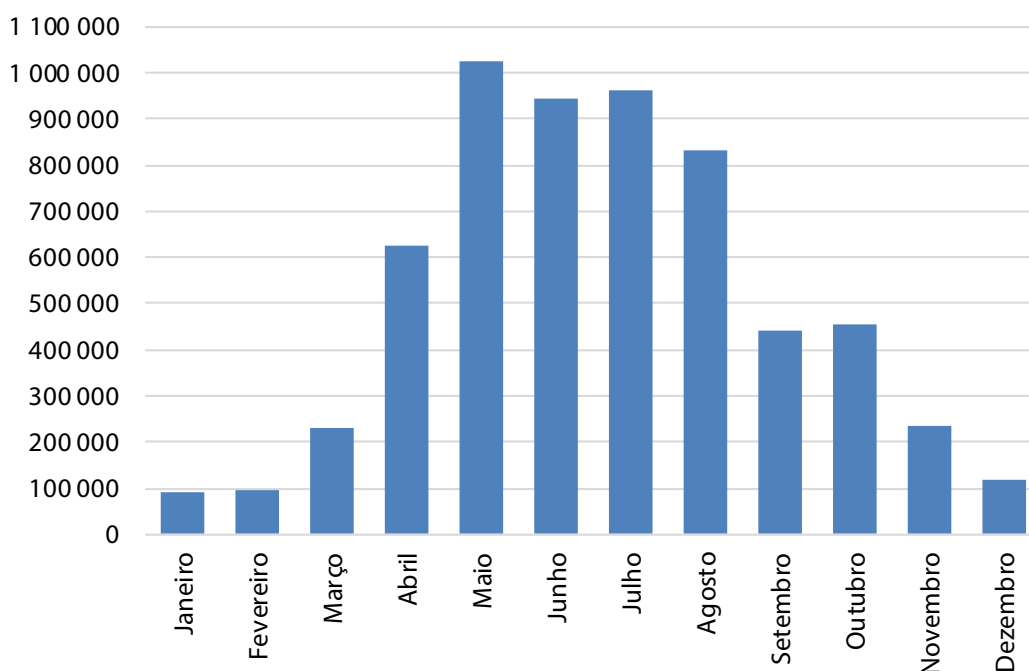
<sup>55</sup> *Estatística de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes [...]*, 1881, p. XIII: nota h), em pé de página.

<sup>56</sup> ABM, CMPST, liv. 4, fls. 150-151v.º, 16 de junho de 1866: elaborou-se uma representação para se criar a delegação da Alfândega no Porto Santo. Cf. *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1867, p. 377.

<sup>57</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fls. 50v.º-51, 26 de março de 1898: deliberou-se fazer uma fiscalização complementar à realizada pela Alfândega do Funchal, orçada em 72 000 réis.

<sup>58</sup> *Diário de Notícias*, 1876-10-11, p. 3; 1877-01-06, p. 2.

Gráfico n.º 3 – Imposto arrecadado da pedra de cal por mês (1859-1879) (em réis)



Fonte: ABM, CMPST, livs. 3-6.

O negócio da cal, por vezes, suscitou questões de sucessão familiar. Na imprensa do Funchal publicou-se um anúncio de arrendamento de um forno de cal na rua do Hospital Velho, assim como uma pedreira calcária no «Ilheo do Porto Sancto, denominada casa d'uma agua», uma estufa para tratamento do vinho Madeira e uma casa sobrada que servia de escritório e depósito de carvão. Estes imóveis pertenciam aos herdeiros de Augusto César dos Santos, mas a locação devia ser tratada com Rufino José Teixeira<sup>59</sup>. Este último anunciou na imprensa a comercialização de cal e «cál para caiar» da «mais conhecida fabrica de cál de Augusto C. dos Sanctos»<sup>60</sup>. Decorridos dois anos, o tutor João José de Macedo publicitou que aceitava vinho «para estufa de três meses» no referido forno, rentabilizando deste modo o investimento em combustível para o fabrico de cal<sup>61</sup>.

### 2.1.1 O Licenciamento de Pedreiras

A exploração de pedreiras no ilhéu de Baixo originou um contencioso fiscal que opôs a edilidade aos industriais da cal. A junta de repartidores, que elaborou

<sup>59</sup> *Diário de Notícias*, 1876-11-18, p. 3.

<sup>60</sup> *Diário de Notícias*, 1877-03-02, p. 3.

<sup>61</sup> *Diário de Notícias*, 1878-03-17, p. 2.



a matriz predial do Porto Santo em 1863-64, exigiu o pagamento deste imposto, nomeadamente a D. Isabel de Ornelas, «dona de uma fabrica de cal na ilha da Madeira, e tendo pedreiras no ilhéu de Porto Santo, [...] não sendo as pedreiras propriedade sua, embora se ache de posse d'ellas». A contestação da contribuição predial transitou da alçada do Conselho de Distrito para a do Ministério da Fazenda, tendo este se pronunciado pela legalidade da cobrança em Decreto de 15 de dezembro de 1869. Entre as considerações apresentadas, constavam a exportação de «pedra para outras partes sem pagar o dito imposto» e a natureza diversa dos dois impostos<sup>62</sup>.

Não obstante este ónus, registaram-se 88 requerimentos para a exploração de pedreiras entre 1887 e 1916<sup>63</sup>, os quais foram apresentados por 13 indivíduos ou sociedades, com particular destaque para a firma Blandy Brothers & C.<sup>a</sup> (Gráfico n.º 4). Além do registo de 13 pedreiras «que há anos possuem na Ilha do Porto Santo», esta empresa procurou expandir a sua quota de mercado através da aquisição de pedreiras licenciadas a outros industriais, tais como a Lucínio Tomás da Silva Caldeira em 1900, o qual já havia alienado um forno de cal no Campo de Baixo, no Porto Santo<sup>64</sup>. Todavia, procurou matizar a sua prevalência no fabrico de cal com ações beneméritas, como a oferta da cal «que for necessaria para as obras municipaes a que vae mandar proceder a camara municipal de Santa Cruz»<sup>65</sup>. Destacavam-se ainda António Joaquim de Freitas e João de Andrade, com cerca de 11% das licenças para explorar pedreiras de calcário, e Anacleto Joaquim Telo, João Frederico Rego e Lucínio Tomás da Silva Caldeira, com cerca de 8%.

---

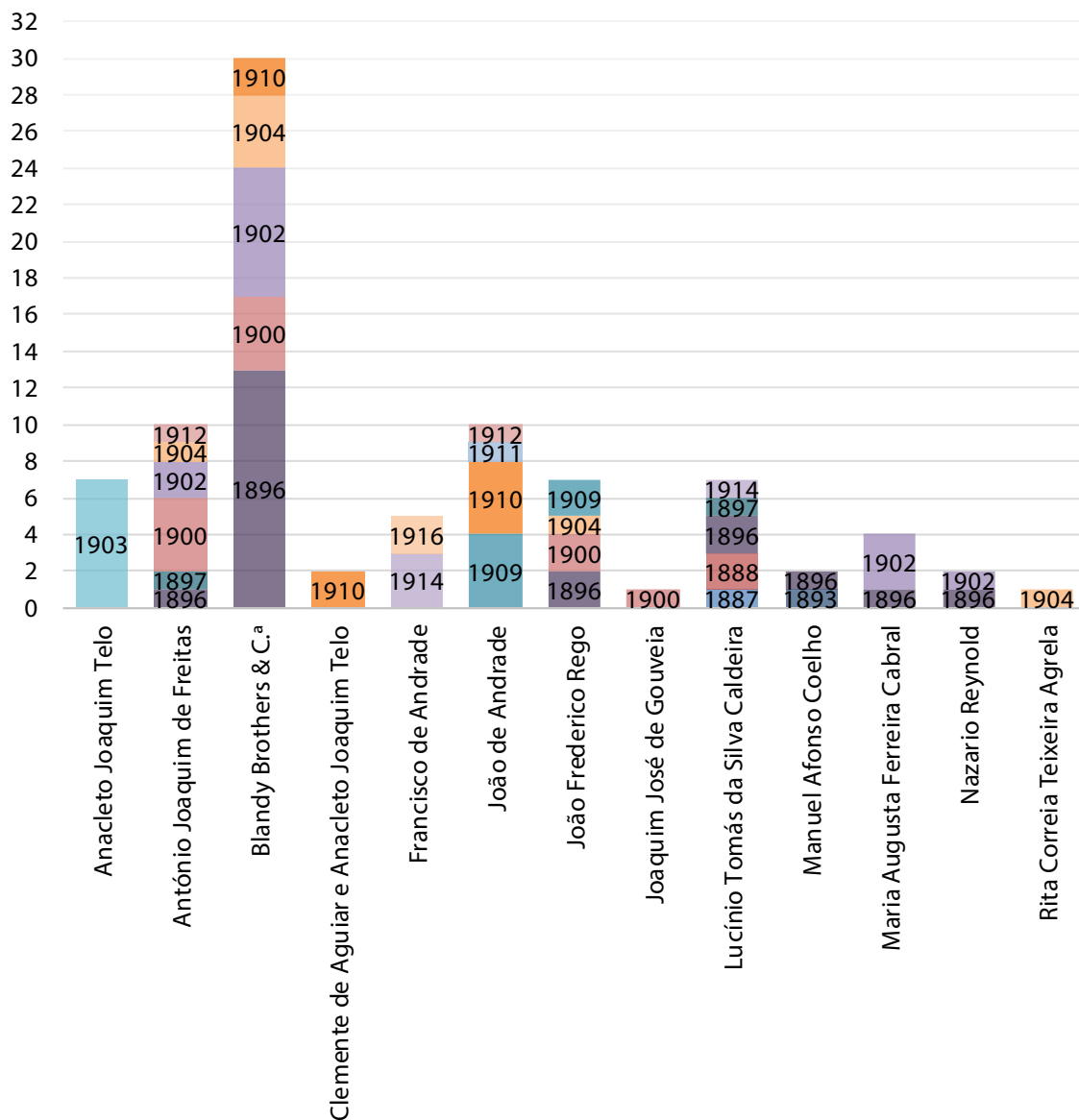
<sup>62</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1871, pp. 571-572. RIBEIRO, 1995, *A Indústria da Cal (Séculos XV-XX)* [...], p. 15: paga-se a contribuição predial por o ilhéu de Baixo ser logradouro comum. PACHECO, 2022, «Cal, indústria da», p. 721.

<sup>63</sup> ABM, CMPST, liv. 120: contém 46 registos, datados de outubro de 1896 a janeiro de 1916. ABM, CMPST, liv. 124: contém 18 registos, datados de abril de 1882 a junho de 1921, mas apenas cinco de «mina de pedra calcária».

<sup>64</sup> ABM, RN, liv. 2392, fls. 95-96, 2 de março de 1900: Victorino José dos Santos constou como procurador de Lucínio Tomás da Silva Caldeira e John Burden Blandy em representação de Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>; além das pedreiras *Seleiro*, *Ponta do Ilhéu* e *do Parente*, a venda compreendeu uma «estancia», mas excluiu «a pedra que existe arrancada em pedreiras e as caixas, utensílios e ferramentas», cujo valor ascendia a 350 000 réis. ABM, RN, liv. 307, fls. 16v.º-18, 11 de julho de 1899: João Alexandre Lomelino Velosa e Tibúrcio de Alencastre Pestana compraram a sociedade por 80 000 réis. ABM, GC, liv. 80, fls. 32v.º-33, 19 de maio de 1897; 94-94v.º, 16 de janeiro de 1901.

<sup>65</sup> *Diário de Notícias*, 1877-01-24, p. 2.

Gráfico n.º 4 – Licenciamento de pedreiras de calcário no Porto Santo (1887-1916)



Fonte: ABM, CMPST, livs. 120 e 124.

A delimitação das áreas concessionadas no ilhéu de Baixo originou conflitos entre os industriais da cal e as vereações, responsáveis pela emissão das licenças<sup>66</sup>.

<sup>66</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fls. 259v.º-260, 5 de março de 1910: recusou-se a extensão da área da concessão a António Joaquim de Freitas, «visto entre estes dois pontos existirem pedreiras doutros donos»; fl. 262v.º, 16 de abril de 1910: Anacleto Joaquim Telo pediu a cassação da licença de João Frederico Rego; fl. 268v.º, 8 de outubro de 1910: indeferiu-se os requerimentos de Constantino José Lobo e de Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>; fl. 278, 3 de junho de 1911: indeferiu-se a lavra de três pedreiras a Maria Augusta Ferreira Cabral; fls. 283v.º-284, 27 de janeiro de 1912: João de Andrade solicitou informações sobre a pedreira que explorava no ilhéu de Baixo.

A exploração procedia-se, maioritariamente, por meio da abertura de galerias que atravessavam os afloramentos calcários, como se depreende no pedido de João Frederico Rego para «abrir outra boca ou entrada do lado oposto a que actualmente existe do lado de leste na pedra de calcário»<sup>67</sup>. Nalguns casos, conseguimos discernir a sobreposição das entradas das galerias em afloramentos concordantes com as curvas de nível, acompanhando a exploração dos vieiros, tal como se comprova nas concessões denominadas *Cima do Engrade Pequeno*, *Cima da Casa d'uma Água* e *Cima da Fonte*. Apenas escrutinamos um requerimento para a «lavra a céu aberto» de uma pedra, solicitado por Joaquim José de Gouveia, natural de Santa Cruz (Imagem n.º 2)<sup>68</sup>.

Imagem n.º 2 – Forno de cal em Santa Cruz (entre 1875 e 1899)



Fonte: ABM, MFM-AV, Perestrellos Photographos, n.º inv. 67.

O alvará exigia, necessariamente, um parecer positivo do engenheiro de minas. Este pronunciava-se sobre o plano de lavra e prescrevia as condições de segurança, considerando que as

<sup>67</sup> ABM, GC, liv. 80, fls. 37v.º-38, 13 de agosto de 1897; fls. 103-103v.º, 30 de setembro de 1901.

<sup>68</sup> ABM, GC, liv. 81, fls. 10-10v.º, 10 de fevereiro de 1905; fl. 98, 5 de novembro de 1909; fl. 98v.º, 5 de novembro de 1909; fl. 107v.º, 6 de abril de 1910.

«caleiras, embora consistam geralmente em pequenas escavações, quasi sempre irregulares, mas em forma de galerias abertas sobre as escarpas de qualquer terreno ou nas encostas de quaisquer elevações, são consideradas também trabalhos subterrâneos para todos os efeitos deste regulamento, mas dependentes somente da licença do governador civil do distrito, ouvido previamente o engenheiro de minas encarregado da inspecção anual das minas e pedreiras do mesmo distrito»<sup>69</sup>.

No âmbito das suas competências, o engenheiro de minas não aprovou, e inclusivamente anulou, requerimentos a António Joaquim de Freitas<sup>70</sup>.

Em meados do século XX, a Direção Geral da Fazenda Pública questionou a concessão de

«autorização a diversos particulares para exploração de pedreiras existentes no *Ilheu da Cal*, ou *ilheu de Baixo*, situado a sudoeste desta ilha do Porto Santo, solicitando, por isso, a informação com urgência em que se funda este corpo administrativo para conceder a aludida autorização para exploração de bens que não lhe pertencem»<sup>71</sup>.

Não obstante, recebeu-se um ofício da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos relativo a uma pedreira no ilhéu de Cima<sup>72</sup> e dois pedidos de informação relativos à exploração de pedreiras no Pico de Ana Ferreira e no Pico da Cabrita<sup>73</sup>.

O licenciamento de pedreiras no ilhéu de Baixo e no Porto Santo apresentou-se claramente superior em 1896 (24%), seguido de 1902 (15%) e 1900 (13%)<sup>74</sup>, por oposição a metade do período sem quaisquer registos (Gráfico n.º 5). Esta irregu-

---

<sup>69</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1885, pp. 54-57: os art.º 15.º, 19.º e 24.º do Decreto de 6 de março de 1884 definiram a entrega da «planta e os convenientes perfis na escala de 1/500, determinando a extensão do terreno que a lavra deverá abranger e o sistema de trabalhos que pretende executar» e três meses para as regularizarem. *Diário do Governo*, 1927-05-20, n.º 103/1927, Série I, Decreto n.º 13642: alterou-se a escala da planta para 1:1000.

<sup>70</sup> ABM, GC, liv. 80, fl. 55, 8 de março de 1898: recusou-se as dimensões das galerias e pilares de três pedreiras no ilhéu de Baixo e anulou-se outra, alegando-se que «a planta junta ao processo, parece que é a mesma que foi passada licença a João Frederico Rego». Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 44-45: aludiu-se ao rancho soterrado num desabamento. SOUSA, 2005, «O Património Arquitectónico e Arqueológico [...]», p. 27: referem-se pilares de sustentação em pedra argamassada.

<sup>71</sup> ABM, CMPST, liv. 11, fl. 14, 12 de outubro de 1950: deliberou-se remeter o ofício ao «chefe da secretaria para informar o mais breve possível o que se oferecer sobre o referido assunto»; fl. 22, 30 de novembro de 1950: o Governador do Distrito alertou «para a necessidade de se reactivar a fiscalização sobre a exploração ilegal de minérios».

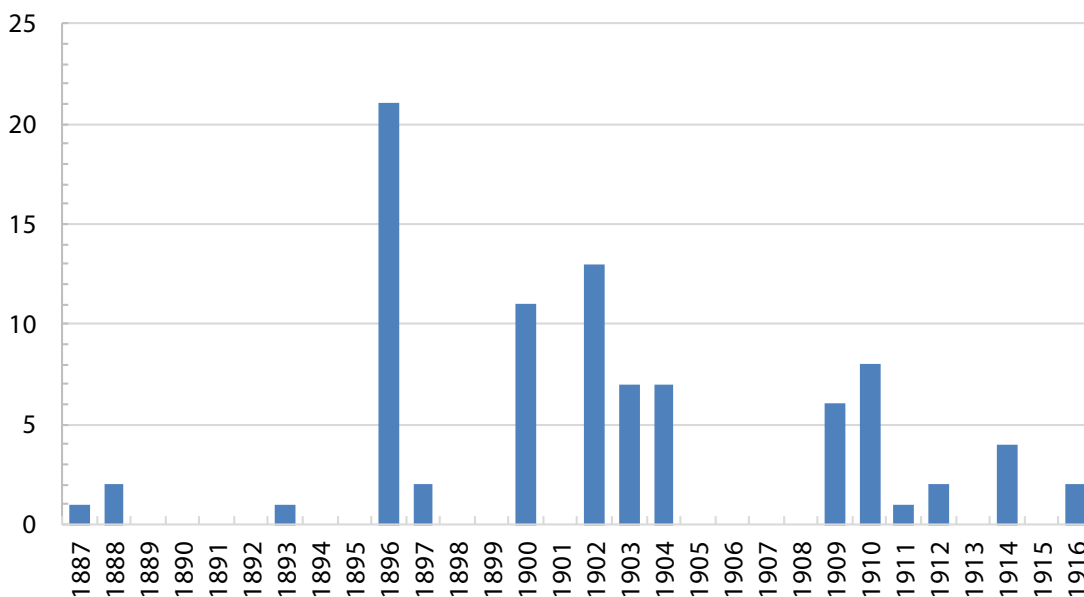
<sup>72</sup> ABM, CMPST, liv. 12, fl. 129v.º, 23 de fevereiro de 1956: remeteu-se ao chefe da secretaria.

<sup>73</sup> ABM, CMPST, liv. 25, fls. 126-126v.º, 4 de novembro de 1981. ABM, CMPST, liv. 26, fl. 50v.º, 6 de outubro de 1982.

<sup>74</sup> ABM, CMPST, liv. 4, fl. 75, 9 de setembro de 1863: referiram-se pedreiras no ilhéu de Baixo e no Porto Santo com custos de produção e qualidades muito distintas, pois vendia-se «a cal de pedra do Ilhéu a 600 réis o alqueire e de pedra da terra a 50 réis». ABM, CMPST, liv. 7, fls. 186-186v.º, 20 de maio de 1905: recusou-se licenciar pedreiras a António Joaquim de Freitas, João Alexandre Lomelino Velosa e Constantino José Lobo de Matos e solicitou-se «uma cópia da planta do dito ilhéu de baixo levantada pelo Senhor Engenheiro de Minas Manuel Correia de Melo».

laridade nos licenciamentos não aparenta estar relacionado com a legislação em vigor ou com a regulamentação das atividades económicas no concelho. Nos livros de registo dos manifestos de descoberta «por simples trabalho de pesquisa e por investigação superficial» encontram-se igualmente minas de manganês, ferro, alúmen, traquite e águas minerais e mineromedicinais<sup>75</sup>. A propósito, um contrato celebrado por 82 interessados – incluindo sociedades comerciais – reuniu 1 000 000 de réis para a pesquisa de minas em diversos concelhos e freguesias da Madeira e no Porto Santo, em 1907<sup>76</sup>.

Gráfico n.º 5 – Licenciamento de pedreiras de calcário no Porto Santo (1887-1916)



Fonte: ABM, CMPST, livs. 120 e 124.

Estas iniciativas desenvolveram-se na sequência das prerrogativas da Portaria de 2 de abril de 1868, da Direção Geral de Obras Públicas e Minas, designadamente a recomendação para as câmaras reservarem um livro para o registo de minas. A mesma portaria especificou «que entre dois registos não fique nenhum espaço em branco, declarando-se o dia e hora em que foi feito o registo, assinando o escrivão e

<sup>75</sup> ABM, CMPST, liv. 124, fls. 1-9v.º: no período de 1882 a 1921, Lucínio Tomás da Silva Caldeira efetuou quatro registos (1887-88 e 1896), António Joaquim de Freitas 3 registos (1896-97) e Manuel Afonso Coelho um registo (1893) de minas/filões de pedra calcária. *Boletim de Minas. Ano de 1916, 1922*, pp. 43 e 48-49: registaram-se três pedidos para a exploração de águas minerais no Porto Santo, mais precisamente na Fontinha, Lombas e sítio das Lombas.

<sup>76</sup> ABM, RN, liv. 2976, fls. 85-92, escritura de 5 de junho de 1907: especificou-se a pesquisa nos concelhos de Calheta, Porto Moniz, Santana, Santa Cruz e freguesia do Porto da Cruz, na ilha da Madeira, e no Porto Santo.

o registador». Posto isto, os interessados dispunham de oito meses para requererem os direitos de descoberta ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, contra o pagamento de 130 000 réis para «satisfazer às despesas de reconhecimento da mina, à de selo, e às que se acham autorizadas pelo decreto com força de lei de 31 de julho de 1833». Estas prerrogativas visavam ainda acautelar situações em que

«alguns indivíduos têm lançado nas competentes câmaras municipais os registos de muitas minas sem contudo prosseguirem nos demais termos que a lei e regulamento de minas prescrevem para obter a certidão dos direitos de descoberta, impedindo desta forma que muitas delas sejam lavradas, donde resulta grave prejuízo, tanto para os particulares como para o estado»<sup>77</sup>.

O Regulamento da Lei de Minas de 1853, no capítulo V, estipulou algumas condições para se reconhecer o descobridor. Assim, a «nota de descobrimento» a apresentar na secretaria da Câmara deveria conter informações essenciais à correta identificação do mesmo, nomeadamente o nome, idade, estado civil, naturalidade, residência e profissão, assim como a identificação do mineral descoberto, a localização exata da mina, a designação das minas confinantes e a identificação do proprietário do solo. Por último, diferenciou-se a descoberta de minas por simples trabalhos de pesquisa superficiais ou por intermédio de poços e galerias<sup>78</sup>.

No que respeitou à lavra de pedreiras no ilhéu de Baixo, o alvará do Governo Civil estipulou que

«as galerias terão cinco metros de largo por sete de alto e os pilares de sustentação dos mesmos dois metros de diâmetro [...] ficando assim cada salão formado um quadrado com cinco metros de lado, sustentado por quatro colunas com seis metros de periferia e sendo o volume dos pilares um oitavo da massa total»<sup>79</sup>.

Estas condições foram modificadas pelo engenheiro de minas no que respeitou à altura das galerias, já que estas podiam oscilar entre três e sete metros, e ao diâmetro dos pilares de sustentação, agora com três metros de diâmetro. As suas recomendações chegaram a especificar outras condicionantes, tais como

---

<sup>77</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1863, pp. 251-252: Decreto de 13 de agosto de 1862. *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1864, p. 382: o registo valia por oito meses, segundo a Portaria de 25 de julho de 1863.

<sup>78</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa* [...], 1854, pp. 737-751: no artigo 40.º, pontos 1-6, o descobridor devia «enviar certidão do registo ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, acompanhada de amostras dos minerais, e de uma descrição da localidade e posição do jazigo, com indicação do terreno que deseja reservado».

<sup>79</sup> ABM, GC, liv. 80, fls. 21-21v.º, 5 de janeiro de 1897: João Frederico Rego obteve licença para a lavra de duas pedreiras no ilhéu de Baixo, respeitando as prerrogativas do Regulamento de 6 de março de 1884; fl. 37v.º-38, 13 de agosto de 1897: aludiu-se ao ofício de 10 de dezembro de 1896.

«1.º ter como director dos trabalhos um capataz de reconhecida aptidão em trabalhos subterrâneos desta natureza; 2.º deixar nos mesmos trabalhos pilares com 4 metros de diâmetro, distantes entre si 8 metros no máximo; 3.º Não poder arrendar as pedreiras a pessoa alguma com o fim de extrair calcário para o fabrico de cal; 4.º quando a possança do vieiro exceder 4 metros, o desmonte deverá ser feito pelo método dos degraus direitos, a fim de evitar o emprego de escadas muito compridas que dão lugar a acidentes, devendo as frentes de ataque dos degraus achar-se pelo menos à distância de 12 metros umas das outras»<sup>80</sup>.

Manuel Afonso Coelho e Nazario Reynold, residentes na vila de Porto Santo, constituíram uma sociedade em 1874 para a exploração de uma pedreira de calcário no ilhéu de Baixo. O primeiro assumiu-se como «caixa e sócio capitalista» e o segundo como «sócio industrial», com a condição de «prestar o seu trabalho braçal zelo e actividade nos trabalhos da exploração da mesma pedra»<sup>81</sup>. Porém, no referido manifesto de minas constavam em nome individual, provavelmente em resultado da dissolução da sociedade ou como estratégia para expansão dos negócios. Assim, o primeiro licenciou a pedreira denominada *Amarelas* em 1896, cedendo a sua exploração a João de Andrade em 1910, coincidindo com o pedido deste último para a «fundação de um forno de cal num prédio que possui na Travessa da Malta». Na mesma data, Nazario Reynold solicitou licença para a pedreira *Ponta D'Água* e, em 1902, para a pedreira *Escadinha*<sup>82</sup>.

No início do século XX, a importação de calcário e cal refletiu-se de imediato no orçamento da Câmara, pois considerou-se como «verba principal a do imposto lançado sobre a pedra calcarea do ilhéu de Baixo». Assim, solicitou-se a colaboração da Câmara Municipal do Funchal no «aumento do imposto lançado sobre a pedra calcarea e cal vinda de Lisboa». Em resposta, a edilidade funchalense alegou «não achar asada a ocasião» para se aumentarem as taxas alfandegárias<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> ABM, GC, liv. 80, fls. 149-149v.º, 17 de março de 1905: Blandy Brothers & C.<sup>a</sup> obteve licença para a lavra de três pedreiras. ABM, GC, liv. 81, fl. 7, 27 de setembro de 1905. *Boletim de Minas. Ano de 1914, 1916*, p. 43: utilizava-se himalaite em substituição da pólvora bombardeira e lavrava-se as pedreiras de calcário pelo «método industrial conhecido por *método dos solinhos*». *Diário do Governo, 1927-05-20*, n.º 103/1927, Série I, Decreto n.º 13642.

<sup>81</sup> ABM, RN, liv. 294, fls. 60v.º-61v.º, 26 de maio de 1874.

<sup>82</sup> ABM, CMPST, liv. 120, 10 de outubro de 1896: licença n.º 3; 5 de dezembro de 1896: licença n.º 6; 28 de junho de 1902: licença n.º 22. ABM, CMPST, liv. 7, fl. 260v.º, 12 de março de 1910: renovou-se a licença à viúva de Manuel Afonso Coelho; fl. 216v.º, 26 de março de 1910: anulou-se a licença à viúva Elisabeth Arber Beutick Coelho para a pedreira *Amarelas* por esta ter cedido os direitos de exploração a João de Andrade; fl. 292, 6 de julho de 1912: João de Andrade adquiriu os direitos de exploração de duas pedreiras no ilhéu de Baixo e uma no sítio dos Ferreiros, na Serra de Dentro, no Porto Santo, a Anacleto Joaquim Telo. ABM, GC, liv. 81, fls. 113-113v.º, 2 de julho de 1910. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 57: João de Andrade explorava um forno na Travessa da Malta, no Funchal.

<sup>83</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 286, 23 de março de 1912; fl. 289, 11 de maio de 1912.

Segundo a proposta do vogal Cândido Joaquim Pestana, apresentada em abril de 1914, o imposto da pedra de cal continuava a ser um recurso essencial, ascendendo a «cerca de mil escudos»<sup>84</sup>. No entanto, o mesmo considerou que esta «bonita receita» estava a ser erodida com a importação de cal de Lisboa e de cal fabricada na ilha do Porto Santo, «pagando a primeira um milavo por tonelada e a segunda nada paga». Esta distorção do mercado refletiu-se no aumento da importação, inclusivamente por proprietários de fornos de cal no Funchal, com a inerente diminuição na arrecadação da taxa sobre o calcário extraído no ilhéu de Baixo. Assim, o vogal propôs

«que esta Câmara lance desde já um imposto municipal de 14 centavos por metro cúbico de cal em pó fabricado nesta ilha e exportada para a ilha da Madeira e que represente à Câmara Municipal do Funchal [...] solicitando-lhe que eleve de um milavo (real) para um escudo o imposto da pedra e cal em pó vinda de Lisboa».

Apelou igualmente à intervenção dos procuradores do concelho na Junta Geral, no sentido de se enviar uma representação ao Governo da República, solicitando a alteração da «pauta alfandegária sobre os direitos a cobrar na importação de pedra e cal estrangeira, que em vez de pagar dez centavos por tonelada deverá pagar um escudo e cinquenta centavos a dois escudos». Nesse sentido, Pedro Góis Pita apresentou um projeto de lei na Câmara de Deputados em 1919, com o intuito de proteger os industriais da cal do Funchal e aumentar a receita municipal através da criação de uma taxa sobre a importação de cal<sup>85</sup>.

## 2.2 A Taxa da Cal em 1919

A criação de fornos de cal no Campo de Baixo, no Porto Santo, como se constatou nos alvarás de licenciamento de João Egídio Maria Telo, no Espírito Santo, e de Álvaro Mendes, no Ribeiro Cochim, as limitações impostas à laboração de fornos de cal em áreas urbanas, a importação de calcário e cal e a pressão política resultaram na alteração das taxas alfandegárias<sup>86</sup>. Assim, além do imposto sobre a pedra de cal,

---

<sup>84</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fl. 9v.º-10, 1 de abril de 1914: constatou-se que «o Ilhéu de Baixo traz uma grande receita a este município, devido à extracção de pedra calcária mandada extrair simplesmente por donos de fornos do Funchal».

<sup>85</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, 13.ª Sessão, 25 de junho de 1919, p. 8. Cf. PACHECO, 2022, «A exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», p. 76.

<sup>86</sup> ABM, GC, liv. 82, fls. 141-141v.º, 25 de fevereiro de 1919; fl. 143v.º, 4 de março de 1919. ABM, CMPST, liv. 8, fl. 7v.º, 2 de janeiro de 1914: Severiano Teixeira de Mendonça pretendia «ocupar parte do Caminho do Campo de Baixo, contíguo ao forno de cal, com pedra calcária»; a vereação exigiu-lhe um centavo por metro quadrado/mês e interditou-o de «partir ou britar pedra no caminho». RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 50-51: João Ferreira Mendonça negociou cal em 1908, mas o seu forno foi reconvertido em moradia.



em vigor desde meados do século XIX, a Lei n.º 859, de 25 de agosto de 1919, impôs a taxa de 0,003 escudos por litro – cerca de 3 escudos por tonelada – sobre a cal importada pela Alfândega do Funchal. Esta entidade procedia à cobrança do novo imposto, cuja receita revertia igualmente para a Câmara Municipal do Porto Santo. Contudo, esta alteração não obteve o apoio imediato da vereação, pois considerou-se que

«surpreendeu os povos desta ilha causando-lhes um vivo movimento de surpresa, porquanto não a solicitaram, mas logo perceberam com mágoa e ruinoso resultado de tal projecto, qual é o de, coarctando a liberdade de trabalho acabar por completo com a indústria nascente da cal preparada nesta ilha»<sup>87</sup>.

Parece-nos evidente a reclamação dos interesses privados no fabrico de cal no Porto Santo, em detrimento da arrecadação de uma verba superior com a aplicação da nova taxa. Nesse sentido, o vogal Cândido José de Alencastre Ornelas<sup>88</sup> propôs a intermediação da Comissão Executiva para remediar a discriminação existente entre a expedição de pedra calcária e de cal. Porém, nada se alterou e, inclusive, solicitou-se «cooperação e coadjuvação nos impostos de pedra calcária e de cal em pó» ao diretor da Alfândega<sup>89</sup>. Em meados da década de 20, as dificuldades de tesouraria da Câmara suscitaram novas representações ao Ministério do Interior, instando ao aumento daquelas taxas. No caso da pedra de cal, pretendia-se cobrar 25,2 escudos por tonelada (acréscimo de 24,9 escudos) e da cal 0,12 escudos por litro, isto é, cerca de 120 escudos por tonelada (acréscimo de 117 escudos). Enviaram-se igualmente telegramas ao Ministério das Finanças e ao cidadão Acácio Paiva<sup>90</sup>.

### 2.3 A Atualização das Taxas em 1927

As reclamações da Câmara foram parcialmente atendidas com a publicação do Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927<sup>91</sup>. Face à inflação, este diploma legal elevou

---

<sup>87</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fls. 32v.º-33, 19 de julho de 1919: projeto de lei apresentado em 25 de junho.

<sup>88</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fl. 85v.º, 2 de abril de 1931: adquiriu-se 50 escudos de cal em pó e cal virgem a Cândido Ornelas. ABM, CMPST, liv. 4, fl. 143, 5 de novembro de 1932: comprou-se dois moios de cal por 80 escudos; fl. 154, 31 de dezembro de 1932: adquiriu-se dois moios de cal por 80 escudos; fl. 193, 27 de maio de 1933: adquiriu-se três moios de cal por 120 escudos. ABM, CMPST, liv. 5, fl. 22, 14 de outubro de 1933: adquiriu-se quatro moios de cal por 140 escudos. ABM, CMPST, liv. 11, fls. 2v.º-3, 13 de julho de 1950: alegou-se que exercia a «indústria e o comércio de fabrico e exportação de cal», violando o Artigo 543.º do Código Administrativo, e remeteu-se o processo ao Governador do Distrito.

<sup>89</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fl. 52, 21 de abril de 1923.

<sup>90</sup> ABM, CMPST, liv. 1, fl. 56, 16 de setembro de 1926; fl. 94v.º, 2 de junho de 1927: pagou-se 94,8 escudos pelos telegramas ao Ministro das Finanças e a Acácio Paiva.

<sup>91</sup> *Diário do Governo*, 1927-06-16, n.º 124/1927, Série I: Decreto n.º 13787.

a taxa da tonelada de cal a 15 escudos (aumento de 500%) e a de pedra de cal a 3,5 escudos (aumento de cerca de 1166%), cuja cobrança ficou, a partir de então, a cargo da própria edilidade. Outra inovação introduzida foi a reserva de 2% do montante arrecadado anualmente para financiar o hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal<sup>92</sup>. Não obstante, na Câmara continuou-se a criticar «a desigualdade de impostos entre aqueles produtos, [a qual] vem ferir a indústria caleira deste concelho e de sobremaneira favorecer a indústria da Madeira». Nesse sentido, enviaram-se representações aos ministros das Finanças e do Interior, no sentido de se aumentar a taxa da pedra calcária para 11,1 escudos por tonelada, e solicitou-se a intercessão do município do Funchal, da Junta Geral, do Governador Civil e da própria Santa Casa da Misericórdia do Funchal<sup>93</sup>.

Entretanto, encarregou-se o advogado Manuel Gregório Pestana Júnior de secundar juridicamente o regulamento para a cobrança das novas taxas, ficando estipulado o pagamento no dia do embarque ou no prazo de 30 dias, caso os industriais se afixassem na tesouraria do município pelo valor mínimo de 150 toneladas de calcário ou cal. O procedimento principiava com a comunicação do embarque ao chefe da secretaria ou aos fiscais da cal com antecedência mínima de três horas, competindo a estes assistirem à operação e redigirem a guia de trânsito, onde se discriminavam as quantidades e a nota de pagamento do imposto ou o seu averbamento em conta corrente<sup>94</sup>.

---

<sup>92</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 43, 22 de março de 1928: pediu-se «nota da quantidade de cal fornecida àquela casa, pela Alfândega do Funchal, no ano de 1927, para que esta Câmara possa mandar satisfazer aquela Santa Casa o adicional 2%»; fl. 44-44v.º, 19 de abril de 1928: recebeu-se a informação de 934, 15 escudos, mas respondeu-se que o valor devia ser muito inferior; fl. 59v.º, 17 de julho de 1928: emitiu-se um mandado de pagamento de 774,75 escudos; fl. 66v.º, 6 de setembro de 1928: recebeu-se 71,42 escudos de estorno. ABM, CMPST, cap. 2289, 5 de janeiro de 1956: depositou-se 1 227,6 escudos na Tesouraria da Fazenda Pública referentes ao imposto de 1955. ABM, CMPST, liv. 14, fl. 39v.º, 14 de novembro de 1957: pagou-se 1 361,7 escudos do imposto de 1956. ABM, CMPST, cap. 2290, 4 de fevereiro de 1959: emitiu-se certidão de 1 575,1 escudos «proveniente de dois por cento sobre os impostos calcáreos».

<sup>93</sup> ABM, CMPST, liv. 1, fls. 97v.º-98, 30 de junho de 1927. ABM, CMPST, liv. 2, fl. 9, 4 de agosto de 1927: pagou-se 300 escudos aos advogados Henrique Teodorico Fernandes e João Figueira de Freitas pela redação da representação e 72,8 escudos pelo telegrama ao Ministro das Finanças; fl. 20v.º, 22 de setembro de 1927: pagou-se 28,3 escudos pelo telegrama ao Governador Civil; fl. 26, 3 de novembro de 1927: pagou-se 17,5 escudos de papel selado; fl. 28v.º, 17 de novembro de 1927: pagou-se 250 escudos ao casuístico Manuel Gregório Pestana Júnior pela redação da representação; fl. 59v.º, 19 de julho de 1928. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 35.

<sup>94</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fls. 3-4v.º, 21 de julho de 1927: aprovou-se o regulamento para fiscalização e cobrança dos impostos de pedra calcária e cal; fl. 15v.º, 8 de setembro de 1927: avaliou-se «a consulta jurídica e redação do regulamento» em 350 escudos. ABM, CMPST, liv. 6, fls. 200-200v.º, 4 de maio de 1939: lembrou-se a necessidade de cumprir o regulamento.

O chefe da secretaria ficou com a responsabilidade de arrecadar o imposto. Esta situação originou um diferendo com a presidência, pois considerou-se que aquele não poderia delegar a sua incumbência a outro funcionário sem autorização prévia e assentamento em ata, reafirmando-se que «todas as cadernetas do registo das quantidades de cal e pedra calcarea exportadas devem ser numeradas, assinadas e rubricadas pelo Presidente desta Câmara». Na sequência de uma inspeção, cujo relatório se encontra transcrito em ata de 11 de maio de 1944, elencaram-se as «providencias adoptadas para a regularização das faltas, irregularidades e deficiências encontradas», designadamente as que diziam respeito à cobrança dos impostos sobre a cal e pedra calcária<sup>95</sup>.

Ao fim de uma década, o chefe da secretaria solicitou a intervenção da vereação para resolver o problema da cobrança dos impostos nos domingos e dias feriados, pois isso originava o adiamento de viagens ou inviabilizava o pagamento prévio do imposto. Assim, deliberou-se alterar o regulamento e elevar a caução para o valor mínimo de 1000 escudos, ficando o chefe da secretaria autorizado a debitar o imposto em falta no prazo de 24 horas. Quando o valor da caução decrescesse a um décimo, os industriais seriam notificados para não efetuarem novos embarques enquanto não repusessem o montante em questão, pois de contrário seriam autuados em valores cumulativos<sup>96</sup>.

Os industriais que pretendiam «carregar pedra calcarea ou cal preparada» no ilhéu de Baixo, indiciando a laboração de fornos de cal naquele espaço, deviam apresentar «o documento fornecido pelo fiscal que assistir ao embarque independentemente do visto do chefe da secretaria ou da passagem de qualquer outro documento». Assim, inferimos que Andrade & Filhos e Farinha & C.<sup>a</sup> fabricaram cal no ilhéu durante a década de 1920<sup>97</sup>. O forno em questão até poderia remontar a 1850,

---

<sup>95</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fl. 40, 28 de dezembro de 1940: o chefe da secretaria deslocou-se duas vezes ao «ilhéu de Baixo em serviço de fiscalização às pedreiras ali existentes». ABM, CMPST, liv. 10, fl. 66v.º, 27 de janeiro de 1944; fls. 84-86v.º, 11 de maio de 1944.

<sup>96</sup> ABM, CMPST, liv. 11, fls. 194v.º-197v.º, 30 de julho de 1953: publicou-se o regulamento «em lugares do estilo» e deu-se a conhecer aos negociantes da cal.

<sup>97</sup> ABM, CMPST, liv. 1, fl. 96, 23 de junho de 1927: o diretor da Alfândega do Funchal deu «instruções ao Sr. Comandante da Guarda Fiscal, no sentido de se fiscalizar, quanto possível, o forno do ilhéu de Baixo»; fls. 8-8v.º, 4 de agosto de 1927: Andrade & Filhos e Farinha & C.<sup>a</sup> alegaram não poder implementar o regulamento ao «pessoal que trabalha no ilhéu de Baixo, na exploração de pedreiras e extracção de cal visto o mesmo pessoal ser analfabeto»; em alternativa, sugeriram o pagamento do imposto por viagem; fl. 10, 11 de agosto de 1927: analisou-se a proposta de aquisição de uma lancha para o serviço de fiscalização dos impostos de cal preparada e pedra calcária expedidos do ilhéu de Baixo; fl. 13, 1 de setembro de 1927: recebeu-se uma proposta de 400 escudos para transporte dos fiscais ao ilhéu de Baixo.

ano em que José César Vieira solicitou «licença para abrir uma pedreira no ilhéu de Baixo, e construir um forno de cal»<sup>98</sup>.

As transgressões ao regulamento de 1927 estavam sujeitas a multas em 200 escudos e até um mês de prisão, aplicáveis ao «arrais, patrão ou capitão da embarcação»<sup>99</sup>. Contudo, a tonelagem desembarcada e a cobrança das taxas continuavam sob o crivo da Alfândega do Funchal ou dos postos fiscais nos portos de destino, pois continuavam a ter competências sobre a «fiscalização da cobrança deste imposto na parte destinada ao Hospital Civil da Mesericórdia do Funchal»<sup>100</sup>.

O novo rendimento proporcionou alguma folga às finanças municipais, ainda que temporária<sup>101</sup>. Com efeito, aprovou-se um orçamento suplementar em 1927 destinado a melhorar o vencimento do facultativo e a satisfazer algumas diligências relacionadas com a aprovação e regulamentação do próprio Decreto. Todavia, algumas das rubricas suscitaram a reclamação de João Basílio Sebastião Spínola, especialmente a que dizia respeito ao pagamento de 750 escudos pelo transporte da fiscalização ao ilhéu de Baixo, uma vez que, na sua opinião, «desde Setembro não se extrai ali cal ou pedra até março do ano seguinte». Em resposta, a vereação defendeu a legalidade dos pagamentos e ressaltou tratar-se de «uma verba de previsão orçamental, gastar-se-há apenas o que for necessário»<sup>102</sup>.

---

<sup>98</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 16, 12 de janeiro de 1850; fl. 36, 21 de dezembro de 1850: indeferiu-se o requerimento de José César Vieira para «juntar cascalho no ilhéu de Baixo». RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 49: com as rochas calcárias «rendilhavam-se os terreiros de calçadas das principais quintas do Funchal, misturada com semelhante pedra de cor negra recolhida nas praias da Madeira».

<sup>99</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fls. 42v.º-43, 22 de março de 1928: encarregou-se o advogado João Figueira de Freitas de organizar o processo ao arrais do *Netuno*; fl. 44, 19 de abril de 1928: o casuístico participou a impossibilidade de mover a ação solicitada e aconselhou um acordo com o transgressor ou levantar um auto de transgressão no Ministério Público; fl. 47v.º, 10 de maio de 1928: o dito arrais desobedeceu à intimação da Delegação Marítima do Porto do Funchal; oficiou-se o Capitão do Porto para intimar os arrais do *Netuno* e do *S. Pedro*; fl. 49v.º, 17 de maio de 1928: pagou-se 38 escudos à Delegação Marítima pela viagem de barco ao ilhéu de Baixo para intimar o arrais do *Netuno*; fl. 58v.º, 19 de julho de 1928: o fiscal Aníbal Crisóstomo de Ornelas atestou que o arrais do *Netuno* fez «um carregamento de pedra no ilhéu de Baixo sem ter participado aos fiscais. Mandado levantar o auto de notícia».

<sup>100</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 3v.º, 21 de julho de 1927. ABM, CMPST, liv. 4, fl. 4, 23 de julho de 1931: o tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia do Funchal solicitou os mapas da expedição de cal após dezembro de 1929; fl. 8, 30 de julho de 1931: o imposto a arrecadar ascendeu a 16 687,2 escudos, com a agravante de os fiscais nem sempre se deslocarem ao ilhéu de Baixo.

<sup>101</sup> ABM, CMPST, liv. 4, fl. 190, 20 de maio de 1933: solicitou-se o aumento do imposto sobre a pedra calcária, alegando não ser proporcional à taxa da cal e às necessidades de tesouraria da câmara. ABM, CMPST, liv. 6, fl. 31, 18 de fevereiro de 1937: remeteu-se a representação de 1933 ao Ministro das Finanças, com o intuito de se elevar a 7 escudos o imposto da pedra calcária, «visto que essa elevação não dá lugar à alteração de preço de venda da cal preparada». ABM, CMPST, liv. 8, fl. 66, 11 de abril de 1940: referiu-se que o Ministro das Finanças ainda não deu despacho à representação de 1937.

<sup>102</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fls. 14-14v.º, 8 de setembro de 1927; fl. 18v.º, 15 de setembro de 1927.

Na sequência da aprovação do regulamento para se arrecadarem os impostos dos produtos calcários, nomeou-se Humberto Xavier de Vasconcelos e Aníbal Crisóstomo de Ornelas de «Zeladores Fiscais» e oficiou-se os industriais da cal<sup>103</sup>. Deliberou-se, igualmente, abrir concurso para a aquisição de uma embarcação de apoio à fiscalização e uma balança «para o serviço de pesagem de pedra calcárea e cal preparada que forem exportados desta ilha e ilhéu de Baixo». Entretanto, contratualizou-se o transporte dos fiscais ao ilhéu de Baixo a Nazário Mendes<sup>104</sup>. A balança tornou-se essencial para dirimir as divergências relacionadas com a capacidade de carga das embarcações<sup>105</sup>. Posteriormente, investiu-se numa balança decimal «com a força de duzentos kilos e um jogo de pesos, em ferro», para pesagem da cal<sup>106</sup>. Desconhecemos se a fiscalização no ilhéu de Baixo se socorreu de balanças, mas encontramos em ata a aquisição de «oito cantos de ferro em chapa para reparação do caixote de medição de pedra calcarea», em 1942<sup>107</sup>. Em finais da década de 60, a alteração aos sacos de pesagem e transporte da cal motivou um requerimento da empresa Baptista Fernandes, Succs., do Funchal, assinalando «uma diferença entre os sacos antigos e os atuais»<sup>108</sup>.

---

<sup>103</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 8-8v.º, 4 de agosto de 1927: recebeu-se a resposta de Andrade & Filho e Farinha & C.ª; fl. 6, 28 de julho de 1927: a Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo encarregou o sócio António Luís Pimenta de pagar os impostos; fl. 14, 8 de setembro de 1927: a firma Blandy Brothers & C.ª, Lda., solicitou uma cópia do regulamento. ABM, CMPST, liv. 7, fl. 22v.º, 11 de maio de 1935: a firma Blandy Brothers & C.ª responsabilizou-se pelo pagamento do «imposto de pedra calcarea exportada do ilhéu de Baixo com destino ao seu forno».

<sup>104</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 4v.º, 21 de julho de 1927: deliberou-se abrir concurso para a aquisição de uma embarcação para fiscalizar o imposto da cal preparada e pedra calcária no ilhéu de Baixo; fl. 5v.º, 21 de julho de 1927: fixaram-se os vencimentos anuais em 120 escudos e «o vencimento de melhoria anual de dois mil e oitocentos e oitenta escudos»; fl. 6, 28 de julho de 1927; fl. 20v.º, 22 de setembro de 1927: pagou-se 180 escudos pelo frete do barco e remadores em seis viagens ao ilhéu de Baixo; fl. 51v.º, 7 de junho de 1928: pagou-se a primeira prestação de 449,75 escudos ao arrematante do serviço de transporte da fiscalização; fl. 87v.º, 17 de janeiro de 1929: pagou-se 899,5 escudos do transporte dos fiscais no último semestre. ABM, CMPST, liv. 10, fl. 187, 24 de janeiro de 1946: o arrematante do serviço de transporte contestou o pagamento de 10 viagens, alegando que «a lancha destinada a transportar o fiscal, tinha a obrigação de transportar o arrais ou companheiro que viesse a terra fazer a respectiva participação» e exigiu o pagamento de 42 viagens.

<sup>105</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fls. 50-50v.º, 7 de junho de 1928: a firma Blandy Brothers & C.ª, Lda., reclamou da tonelagem atribuída ao barco *S. Pedro* e ao vapor *Bútio*, tendo a vereação deliberado adquirir uma balança «para assim evitar atritos e más vontades dos exportadores».

<sup>106</sup> ABM, CMPST, liv. 5, fl. 28, 18 de novembro de 1933: comprou-se a balança a João Crisóstomo de Ornelas, por 200 escudos.

<sup>107</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fl. 179, 12 de março de 1942: adquiriu-se ferro em chapa a Carlos Joaquim de Castro, por 46 escudos.

<sup>108</sup> ABM, CMPST, liv. 19, fl. 125, 12 de junho de 1969: deferiu-se o requerimento e deliberou-se proceder à «pesagem das respectivas cargas».

Em 1928, a vereação deliberou contratualizar a cobrança dos impostos da cal e pedra calcária com os respetivos fiscais. Assim, determinou-se a percentagem de 10% para remuneração de Humberto Xavier de Vasconcelos e Aníbal Crisóstomo de Ornelas, mas ressalvou-se que a «Câmara designará a importância que cada um tem a receber em face da percentagem acima referida»<sup>109</sup>. Decorrido um lustro, aumentou-se aquela percentagem em 50%, mas pouco tempo depois definiu-se um vencimento diário para aqueles fiscais e clarificou-se o seu estatuto de assalariados municipais<sup>110</sup>. Assim, estabeleceu-se a sua jorna em 9,72 escudos em 1934, e 10 escudos em 1939<sup>111</sup>. Por este facto, atribuiu-se-lhes nova incumbência, isto é, nos dias em que não exerciam a dita fiscalização tinham de assegurar o «serviço de guardas agrícolas»<sup>112</sup>. Não obstante, a edilidade resolveu incluir uma verba «para pagamento a um fiscal da exportação de água da Fontinha, cimento da fabrica e do matadouro», no orçamento de 1936<sup>113</sup>.

O serviço de fiscalização dos impostos da pedra calcária e cal suscitou um diferendo com a vereação, culminando na dispensa de um dos supramencionados fiscais. O problema teve origem na multa de 50 escudos aplicada a Nazário Mendes por faltar ao serviço de transporte dos fiscais, a 13 de setembro de 1938. Contudo, aquele contestou a infração e indicou como testemunhas o próprio fiscal e os arrais das embarcações *Netuno* e *S. José*. Em consequência, o presidente da Comissão Executiva reconheceu o erro, demitiu o vogal Manuel Albino da Silva com a acusação de «defender os interesses pessoais dos fiscais assalariados da cal» e dispensou o fiscal

«Aníbal Crisóstimo de Ornelas comerciante e proprietário que por consentimento e oposição dos vogais sempre se tem esquivado a prestar serviço a não ser o da fiscalização da cal nenhuma ou uma vez por mês; Considerando que só durante dois meses de cada ano é mais intenso o serviço de fiscalização de cal e pedra calcarea; Considerando que só

---

<sup>109</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 42, 15 de março de 1928.

<sup>110</sup> ABM, CMPST, liv. 5, fl. 7v.º, 28 de junho de 1933: fixou-se a percentagem de remuneração dos fiscais em 15%, até ao limite de 60 000 escudos; fl. 50v.º, 31 de março de 1934; fl. 57, 28 de abril de 1934; fl. 63v.º, 26 de maio de 1934: reformou-se o quadro de funcionários municipais para incluir os fiscais da cal. ABM, CMPST, liv. 10, fl. 61, 16 de dezembro de 1943: o fiscal solicitou o abono de família; fl. 197, 25 de abril de 1946: o zelador-fiscal passou a fiscal dos impostos municipais, auferindo 300 escudos.

<sup>111</sup> ABM, CMPST, liv. 5, fls. 72v.º-73, 30 de junho de 1934: deliberou-se aplicar a jorna aos fiscais da água da Fontinha. ABM, CMPST, liv. 8, fl. 42, 28 de dezembro de 1939: fixou-se o salário diário em 10 escudos ao «fiscal da exportação de cal preparada, pedra calcarea e outros serviços», Humberto Xavier de Vasconcelos.

<sup>112</sup> ABM, CMPST, liv. 6, fl. 91, 23 de dezembro de 1937: os vogais Manuel Albino da Silva e Pedro Maria Telo anuíram, mas depois mudaram de opinião.

<sup>113</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 60, 21 de dezembro de 1935.

um fiscal é o necessário para os serviços da Câmara que quando necessário poderão ser auxiliados pelo zelador que também nada faz»<sup>114</sup>.

A complexidade das tarefas de fiscalização, designadamente o imposto de prestação de trabalho e o «cumprimento de todas as posturas e regulamentos, e, não esquecendo que, da melhor ou pior actuação desse serventuário, se podem aquilatar o bom nome e conceito em que são tidos, tanto o concelho como a administração», motivaram a criação de outro lugar de zelador, em 1957. Esta preocupação prendeu-se com a «fuga de impostos, devido à existência de um forno de cal no sítio da Serra de Fora»<sup>115</sup>. Na década seguinte, constatou-se o «aumento dos impostos sobre cal exportada, e de outras taxas, mercê de uma melhor fiscalização» da pedreira de calcário a céu aberto explorada naquele sítio por José Maria Branco Júnior, residente no Funchal, sem descurar a atualização das taxas em 1960<sup>116</sup>.

Os dados que conseguimos coligir sobre este rendimento municipal, no período de pouco mais de um século, permitem-nos retirar algumas ilações que, de modo genérico, apresentamos ao longo deste capítulo. Os valores em apreço foram reunidos em médias quinquenais – em milhares de réis até 1913, e depois em escudos –, considerando a reforma monetária de maio de 1911<sup>117</sup>. Optamos por uma escala logarítmica por haver uma variação acentuada nos montantes arrecadados entre meados do século XIX e a década de 1970 (Gráfico n.º 6). A primeira constatação prende-se com a constância do valor do imposto entre 1859 e 1878, que podemos interpretar como limites das tecnologias de lavra e transporte da matéria-prima e procura pouco dinâmica. O montante arrecadado quase triplicou no final da centúria, mas denota-se uma tendência decrescente, particularmente visível no período da I Guerra Mundial. No pós-guerra, a receita municipal decuplicou, especialmente com a tributação da cal fabricada no Porto Santo e importada. Os impostos voltaram a decuplicar no período de 1923-1928, denotando os efeitos da revisão das taxas sobre a expedição de produtos calcários em 1927.

---

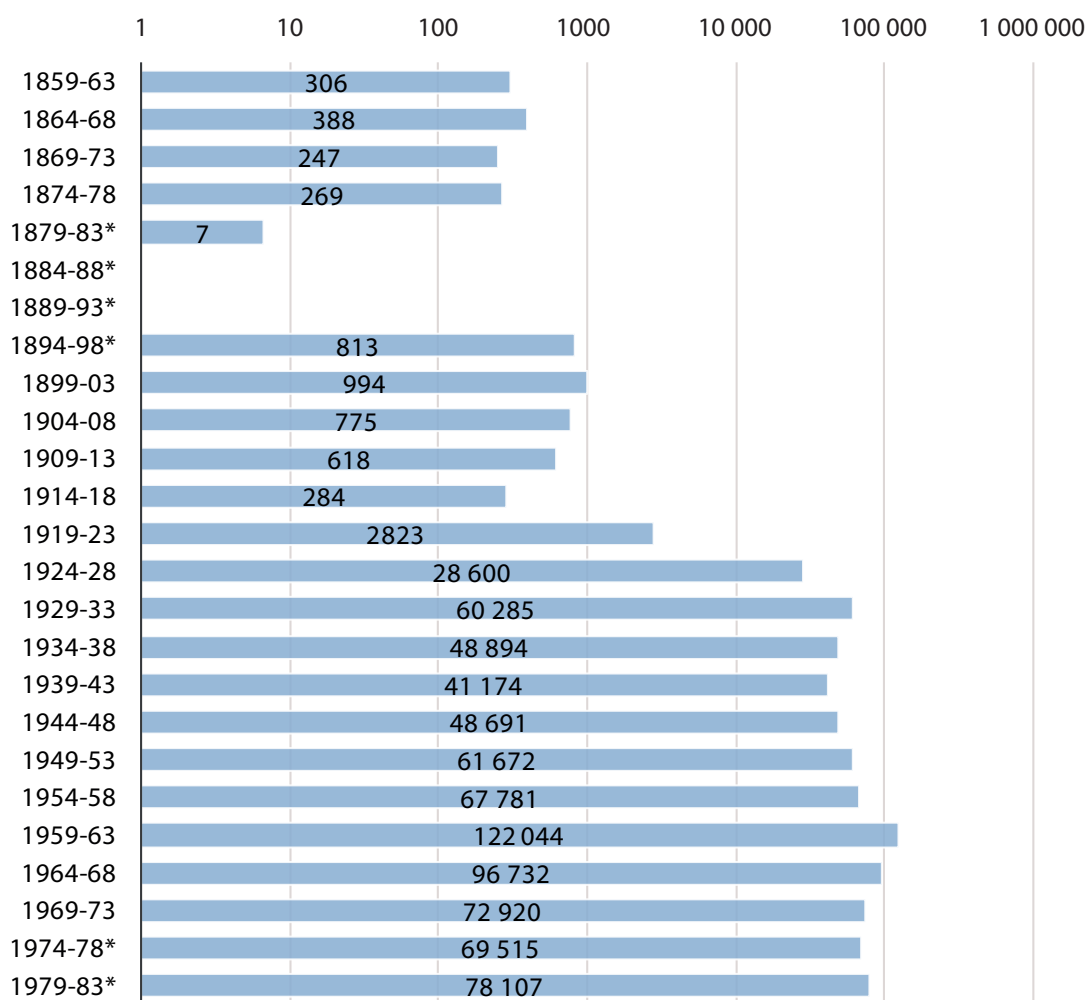
<sup>114</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 38v.º, 10 de agosto de 1935: o fiscal solicitou 15 dias de licença para se deslocar ao Funchal, sendo substituído pelo zelador Francisco Joaquim Marques. ABM, CMPST, liv. 6, fl. 152v.º, 15 de setembro de 1938; fls. 185-185v.º, 2 de fevereiro de 1939; fl. 186v.º-187, 9 de fevereiro de 1939: lançou-se em ata, assinada por Pedro Maria Telo.

<sup>115</sup> ABM, CMPST, liv. 14, fls. 19v.º-20, 25 de julho de 1957: aprovou-se a proposta do presidente e remeteu-se para parecer do Conselho Municipal; fl. 26, 29 de agosto de 1957: aprovou-se o contrato com Remi Hermenegildo de Velosa, que passou a integrar o quadro de pessoal.

<sup>116</sup> ABM, CMPST, liv. 13, fl. 36, 9 de fevereiro de 1961; fl. 93, 15 de fevereiro de 1967. *Boletim de Minas*, 1967, vol. 4-1, p. 55: atribuiu-se a licença a 22 de fevereiro.

<sup>117</sup> *Diário do Governo*, 1911-05-26, n.º 122/1911, Série I: Ministério das Finanças, Decreto com força de lei de 22 de maio; o escudo de ouro e a moeda de 1000 réis tinham o mesmo peso de ouro fino.

Gráfico n.º 6 – Rendimento médio dos produtos calcários (1859-1983) (mil réis/escudo)



Fontes: ABM, CMPST, livs. 3-6, 138-151, 246-253, 272, 958-965; cxs. 2028-2031; caps. 2193 e 2295. Nota: \*Série incompleta.

A arrecadação destes impostos no período de 1929-1933 não parece refletir a crise dos anos 30, alcançando-se então o montante mais elevado do segundo quartel do século XX. A II Guerra Mundial também pouco se percebe, ainda que o início da taxaço do carbonato de cálcio, em 1947, contribua para o aumento da receita municipal, particularmente na década seguinte. Todavia, a revisão em alta dos impostos cobrados em 1960, na ordem dos cerca de 70% para a cal e pedra de cal e de 200% para o carbonato de cálcio, resultou naturalmente no aumento da receita fiscal, particularmente no início da década de 60. Por comparação com as verbas inscritas nos orçamentos ordinários da câmara, a receita dos produtos calcários representou cerca de um terço entre 1938 e 1946, um quinto entre 1947 e 1955 e um décimo após essa data, espelhando o menor dinamismo desta atividade económica no concelho. O mesmo se passou com o número



de agentes económicos envolvidos no tráfego de produtos calcários para a Madeira, constatando-se um decréscimo inexorável entre as décadas de 30 e 80 do século XX<sup>118</sup>.

A cobrança dos impostos calcários esteve na origem de algumas contendas. No caso de Farinha & C.<sup>a</sup>, o atraso no pagamento motivou uma posição de força da vereação, deliberando-se «não deixar exportar cal em pó e pedra calcarea, sem previo pagamento dos impostos respectivos jamais aos industriais que se acham em atrazo dos aludidos impostos»<sup>119</sup>. De igual modo, a capacidade de carga das embarcações resultou em diferendos com José Joaquim de Gouveia<sup>120</sup>, Farinha & C.<sup>a121</sup>, Blandy Brothers & C.<sup>a122</sup> e Andrade & Filhos<sup>123</sup>. A própria vereação consultava com frequência as contas correntes das empresas devedoras, indiciando as dificuldades na arrecadação dos impostos, agravadas pela irregularidade nas ligações marítimas e a insegurança das próprias embarcações<sup>124</sup>. Não obstante, o Ministério da Marinha, através do Decreto n.º 23142, de 17 de outubro de 1933, procurou assegurar a regularidade nas carreiras de passageiros e carga entre o Porto Santo e a Madeira. Assim, os armadores

---

<sup>118</sup> ABM, CMPST, livs. 138-151, 272, 958-965 e cap. 2295. Cf. PACHECO, 2022, «A exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», pp. 79-80.

<sup>119</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fl. 6v.º, 4 de abril de 1929; fl. 54, 19 de dezembro de 1929: proibiu-se a expedição de cal a Júlio António de Vasconcelos. ABM, CMPST, liv. 4, fl. 187, 6 de maio de 1933: proibiu-se os industriais com dívidas de expedirem cal preparada e pedra calcária. ABM, CMPST, liv. 5, fl. 2v.º, 3 de junho de 1933: deliberou-se «por unanimidade mandar executar coercivamente a firma Farinha & C.<sup>a</sup> por falta de pagamento dos impostos de cal preparada e cal em pedra exportadas desta ilha». ABM, CMPST, liv. 7, fl. 43, 7 de setembro de 1935: impediu-se a expedição de cal e pedra calcária por atraso no pagamento dos impostos.

<sup>120</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 63, 9 de agosto de 1928: diminuiu-se a tonelagem «de 80 000 kg para 50 000 kg pois nada mais justo do que a tonelagem deste produto ser igual para todos os exportadores».

<sup>121</sup> ABM, CMPST, liv. 2, fl. 15v.º, 8 de setembro de 1927: diminuiu-se a tonelagem da embarcação *S. Pedro* a 40 toneladas e a do *Netuno* a 50 toneladas.

<sup>122</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fl. 12v.º, 6 de junho de 1929: não se atendeu a reclamação da tonelagem do vapor *Butio*; fl. 15v.º, 20 de junho de 1929: a empresa alegou que o vapor transportou 104 685 kg.

<sup>123</sup> ABM, CMPST, liv. 3, fls. 33v.º-34, 5 de dezembro de 1929: reclamou-se a duplicação de uma viagem com o argumento de ser «impossível para a navegação à vela fazer duas viagens entre o ilhéu de Baixo e o Funchal em dois dias». ABM, CMPST, liv. 4, fls. 117-118, 16 de julho de 1933: reclamou-se das 45 toneladas atribuídas à embarcação *Maria Cristina*, quando a sua tonelagem era de 31,36.

<sup>124</sup> *Anais do Município do Porto Santo*, 1989, p. 69: o iate *Rochedo* naufragou em Machico com carga de pedra de cal, em junho de 1853. ABM, CMPST, liv. 2, fl. 48, 10 de maio de 1928: concedeu-se 30 dias aos devedores do imposto para saldarem as suas contas de 1927; fl. 60v.º, 26 de julho de 1928; fl. 90, 7 de fevereiro de 1929: deliberou-se aumentar em 15 dias o prazo para pagamento dos impostos em falta, «atendendo às demoradas comunicações que tem havido entre esta ilha e a da Madeira». ABM, CMPST, liv. 3, fl. 7, 25 de abril de 1929: representou-se ao capitão do Porto do Funchal para que os vapores que aportem no ilhéu de Baixo «tragam mala para esta ilha»; 8v.º, 25 de abril de 1929: deliberou-se que a liquidação das dívidas do imposto da cal se faça em maio. ABM, CMPST, liv. 8, fls. 133v.º-134, 29 de maio de 1941: J. Farinha & C.<sup>a</sup>, Lda., solicitou a anulação do imposto da pedra calcária carregada no navio *S. José* por este «ter naufragado na bahia do Funchal, perdendo totalmente toda a carga». Cf. TORRES, 1994, «Histórias do Mar», p. 20: referem-se duas ocasiões em que se deitaram moios de cal ao mar para assegurar a navegabilidade e a proibição de zarpar durante a noite. BRANCO, 2023, «As causas da falência do modelo económico [...]», pp. 345-346.

tinham de manter o serviço durante um semestre, utilizar embarcações adequadas, realizar pelo menos uma viagem quinzenal e cobrar os valores fixados em tabela, designadamente 20 escudos por pessoa, 30 escudos por tonelada de cal, 12 escudos por barrica de cimento e 0,1 escudos por quilograma de lenha<sup>125</sup>. Porém, a difícil conjuntura económica determinou uma abordagem mais flexível, ficando a Capitania do Porto do Funchal incumbida de regular as tarifas em função do tráfego<sup>126</sup>.

No final de 1928, laboravam três fornos de cal no Funchal – Figueira Irmãos e outros, Blandy Brothers & C.<sup>a</sup> e João Abel de Freitas – e dois no Porto Santo – João Jorge Maria Telo e Daniel Jorge Maria Telo – e um depósito de cal de Andrade & Filhos no Funchal, pois consideramos que pelo menos esta empresa expedia cal fabricada no ilhéu de Baixo<sup>127</sup>. Nas décadas seguintes, Cândido José Alencastre Ornelas, João Crisóstomo de Ornelas, Daniel Jorge Maria Telo, Manuel Maria de Vasconcelos, Nazário Mendes, Valério de Ornelas, José Joaquim Rodrigues, Ilídio Gomes de Sousa, João Basílio Sebastião Spínola, Eduardo César Ribeiro, Alfredo Marcelino Camacho<sup>128</sup>, Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda.<sup>129</sup> e Ferragens do Porto Santo, esta última apenas entre 1959-1969, negociaram a cal. No que respeitou à localização dos fornos, Pedro Góis de Mendonça e Figueira Irmãos e outros instalaram-se na zona de Nossa Senhora da Piedade e Daniel Jorge Maria Telo, João Egídio Maria Telo e João Abel de Freitas no Campo de Baixo<sup>130</sup>. A firma João Baptista Marques & C.<sup>a</sup>, Sucessores, Lda. pretendia estabelecer um forno de cal no sítio do Ribeiro Salgado, cujo requerimento deu entrada a 21 de agosto de 1937, estando averbado em nome de Alfredo Marce-

---

<sup>125</sup> *Diário do Governo*, 1933-10-17, n.º 236/1933, Serie I: Decreto n.º 23142.

<sup>126</sup> *Diário do Governo*, 1933-11-30, n.º 274/1933, Série I: Decreto n.º 23278. *Diário do Governo*, 1933-12-14, n.º 285/1933, Série I, Decreto n.º 13358.

<sup>127</sup> ABM, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAFUN), Pt. 3084-1: fez-se uma relação dos industriais que pagavam «estampilhas fiscais» à 7.ª Circunscrição Industrial. ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação (DSIEV), liv. 2385, p. 10: processo n.º 138, vistoria preliminar em 12 de maio de 1925 ao forno de Santa Catarina, de Blandy Brothers & C.<sup>a</sup> *Diário de Notícias*, 1877-01-06, p. 2: referiu-se um burriqueiro ao serviço do forno de cal de Santa Catarina.

<sup>128</sup> ABM, CMPST, liv. 4, fls. 97-99, 30 de abril de 1932: pagou-se cal a Manuel Maria de Vasconcelos, João Egídio Maria Telo, João Crisóstomo de Ornelas e Daniel Jorge Maria Telo; fl. 120, 30 de julho de 1932: comprou-se cal a Nazário Mendes. ABM, CMPST, liv. 5, fl. 22, 14 de outubro de 1932: adquiriu-se cal a Valério de Ornelas, José Joaquim Rodrigues, Manuel Maria de Vasconcelos, Cândido José Alencastre Ornelas e Ilídio Gomes de Sousa; fl. 46v.º, 10 de março de 1934: adquiriu-se cal a João Basílio Sebastião Spínola e Cândido José Alencastre Ornelas. ABM, CMPST, liv. 6, 8 de setembro de 1938: Alfredo Marcelino Camacho, Cândido José Alencastre Ornelas, Daniel Jorge Maria Telo, Eduardo César Ribeiro e Sociedade de Cal e Cimentos, Lda., expediram cal no ano anterior.

<sup>129</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 57v.º, 14 de dezembro de 1935: a sociedade arrendou a fábrica da Fontinha, propriedade da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. ABM, CMPST, liv. 6, fl. 199v.º, 4 de maio de 1939: o Tribunal do Trabalho do Funchal solicitou o testemunho de Cândido de Ornelas na ação interposta por Alfred Wittzer contra a Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda.

<sup>130</sup> ABM, DSIEV, liv. 2385, pp. 7-9.

lino Camacho a 20 de maio de 1958<sup>131</sup>. Na década de 70, João Semião Gomes e José Dinis Andrade requereram o aumento de «um armazém para depósito de cal, junto ao forno que possui no sítio do Campo de Baixo», próximo ao ribeiro Salgado<sup>132</sup>.

## 2.4 A Revisão e Taxação do Carbonato de Cálcio em 1960

As taxas dos produtos calcários sofreram uma atualização com a publicação do Decreto-Lei n.º 42925, de 16 de abril de 1960<sup>133</sup>. As reivindicações, aprovadas por unanimidade em sessão extraordinária da câmara a 16 de outubro de 1958, almejavam o «aumento das suas débeis receitas e ainda a uma melhor justiça tributária»<sup>134</sup>. Nesse sentido, além do calcário e cal, previu-se taxar o carbonato de cálcio, um subproduto com crescente procura para se utilizar em calagens do solo agrícola na Madeira. Contudo, em termos fiscais, a edilidade equiparou o carbonato de cálcio à pedra de cal, a 9 de maio de 1946, taxando-o em 3,5 escudos por tonelada<sup>135</sup>.

As novas taxas esbateram marginalmente o diferencial tributário entre os produtos calcários. Assim, a tonelada de cal passou a ser taxada em 25 escudos (aumento de 67%), a pedra de cal em 6 escudos (aumento de 71%) e o carbonato de cálcio em 7 escudos (aumento de 100%). Porém, a partir de um relatório da Alfândega do Funchal de 1963, concluímos que o cimento representava 39% do valor total das mercadorias importadas, enquanto a cal correspondia a 0,8% e o gesso a 0,5%<sup>136</sup>.

---

<sup>131</sup> ABM, DSIEV, liv. 2385, p. 37, processo n.º 506: requerimento a 21 de agosto de 1937 e alvará a 15 de setembro de 1939. ABM, CMPST, liv. 6, fl. 151, 8 de setembro de 1938; fls. 154v.º-155, 29 de setembro de 1938: recebeu-se uma cópia do auto de vistoria ao forno de cal no Ribeiro Salgado. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54: referiu-se um imóvel em parte coberto de telha com cerca de 80 m<sup>2</sup>, na margem do Ribeiro Salgado, que pertenceu a João Baptista Sebastião Spínola, em 1924, a João Baptista Marques & C.ª, Sucessores, em 1937, e a Alfredo Marcelino Camacho, em 1958.

<sup>132</sup> ABM, RN, liv. 6492, fl. 54v.º, 7 de novembro de 1935: escriturou-se a compra e venda de um forno de cal no Campo de Baixo, Porto Santo, por Alfredo Marcelino Camacho. ABM, CMPST, liv. 19, fls. 98v.º-99, 27 de fevereiro de 1969: deferiu-se o pedido, mas instaurou-se um auto contra os requerentes por iniciarem a obra sem a licença. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55: o forno de João Albino consistia num edifício coberto de telha com 56 m<sup>2</sup>, em posse de João Albino da Silva Júnior, em 1937, e Alfredo Marcelino Camacho, em 1943, tendo sofrido obras de ampliação que resultaram em 239 m<sup>2</sup> de área coberta e uma dependência com 27 m<sup>2</sup>, onde se instalou um motor; pertencia a Gomes & Andrade, Lda., em 1968.

<sup>133</sup> ABM, CMPST, liv. 15, fl. 37, 26 de abril de 1960: aprovou-se por unanimidade. *Diário do Governo*, 1960-04-16, n.º 89/1960, Série I, Decreto-Lei n.º 42925.

<sup>134</sup> ABM, CMPST, liv. 14, fls. 106-106v.º, 16 de outubro de 1958.

<sup>135</sup> ABM, CMPST, liv. 10, fls. 198v.º-199, 9 de maio de 1946: comunicou-se a deliberação «ao fabricante e exportador do carbonato de cálcio para os devidos efeitos». Cf. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursores [...]», pp. 833-834: Luís de Freitas Branco obteve autorização em 1942 para fabricar carbonato de cálcio.

<sup>136</sup> ABM, Alfândega do Funchal (ALFUN), cx. 7064, doc. 13: valores respeitantes ao período de 1 de julho de 1960 a 30 de junho de 1961; concluiu-se que a nova tabela dos impostos municipais diminuiu os encargos sobre o gesso, manteve os do cimento e duplicou os da cal.

Assim, podemos concluir que apesar do aumento das taxas, e consequentemente do valor arrecadado pela Câmara, os produtos calcários tinham um valor irrelevante no conjunto das mercadorias desembarcadas no Funchal no início dos anos 60.

O fabrico e utilização da cal deixaram de constar em ata na década de 70. Não obstante, realizou-se uma sessão extraordinária em 1979 para elevar o imposto da tonelada de cal a 50 escudos e o carbonato de cálcio a 15 escudos, deixando de se mencionar a pedra de cal, muito provavelmente em resultado da desativação das pedreiras no ilhéu de Baixo e concomitante com o encerramento dos fornos de cal na encosta sul da Madeira<sup>137</sup>. Apenas em 1987 voltamos a encontrar nova alusão ao tema, neste caso por reclamação de José Gonçalves Pereira de Andrade em relação à cobrança de 200 escudos por tonelada de cal, alegando tratar-se de uma atividade «bastante débil e ainda ser uma das indústrias mais antigas existentes nesta ilha»<sup>138</sup>. Por último, a firma Baptista Fernandes, Sucessores requereu autorização para adquirir explosivos em 1989, a fim de os utilizar na exploração de «uma pedreira de pedra calcária para fabrico de cal ao sitio da Lapeira de Dentro»<sup>139</sup>.

## 2.5 A Expedição de Calcário, Cal e Carbonato de Cálcio no século XX

O tráfego de produtos calcários do Porto Santo encontra-se documentado, grosso modo, entre 1928 e 1974, designadamente em coutos das cadernetas utilizadas pela fiscalização municipal<sup>140</sup>. Esta fonte brindou-nos com uma série de dados relacionados com a origem, o embarque e os destinatários, mas por agora limitamo-nos a aflorar a tonelagem de calcário, cal, cal hidráulica e carbonato de cálcio expedidos do Porto Santo e ilhéu da Cal, em termos percentuais (Gráfico n.º 7)<sup>141</sup>. Porém, persistem algumas lacunas na documentação posterior à década de 60.

---

<sup>137</sup> ABM, CMPST, liv. 24, fls. 78v.º-79, 21 de novembro de 1979.

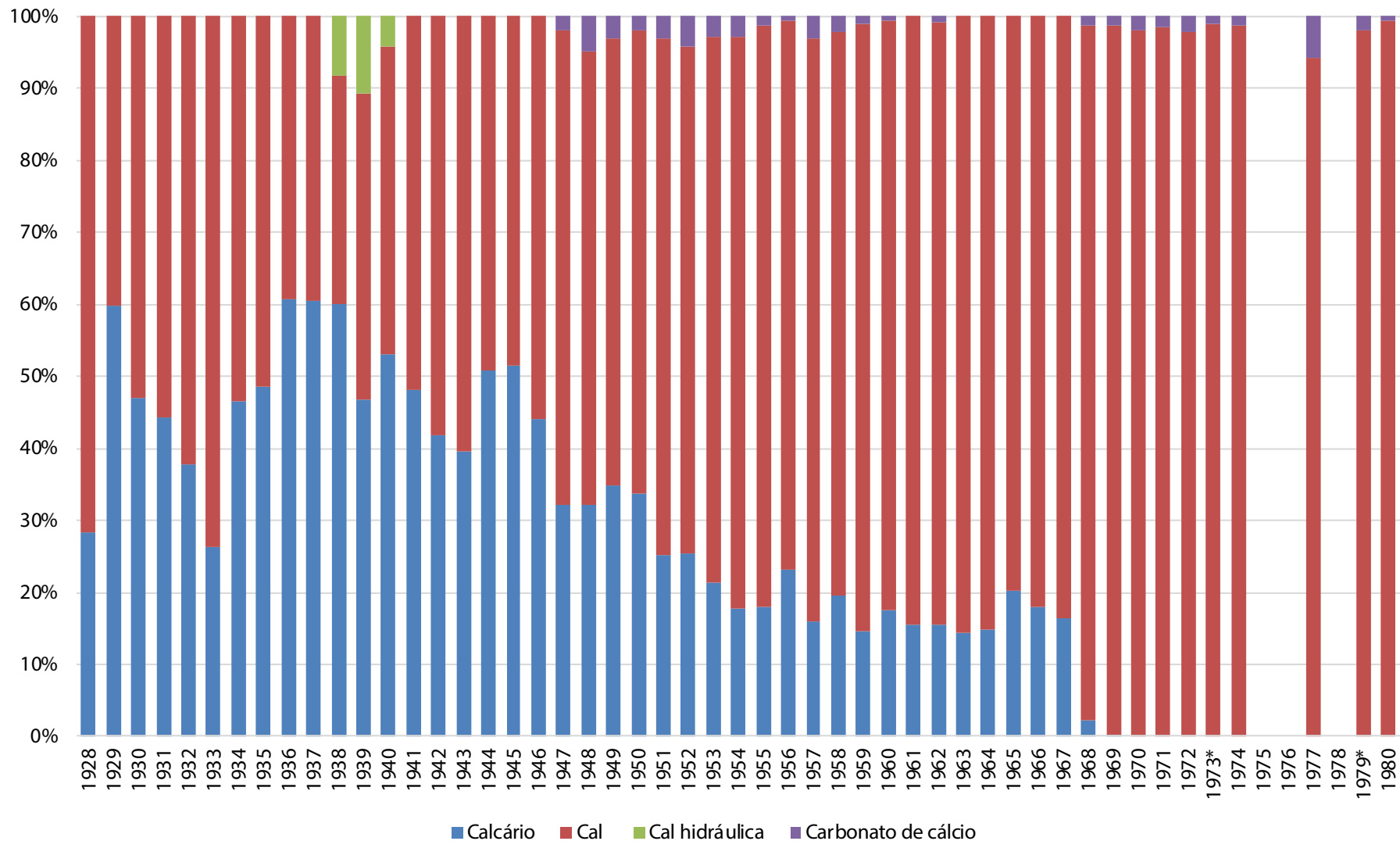
<sup>138</sup> ABM, CMPST, liv. 29, fl. 62, 13 de abril de 1987.

<sup>139</sup> ABM, CMPST, liv. 31, 21 de junho de 1989: tinha a sede no Funchal.

<sup>140</sup> ABM, CMPST, livs. 246-251 (1928-63), cxs. 2028-2031 e cap. 2193 (1931-74). ABM, CMPST, liv. 2, fl. 8v.º, 4 de agosto de 1927: saldou-se uma dívida de 285 escudos ao *Diário da Madeira* pela elaboração de quatro cadernetas e publicação do edital com o regulamento para a fiscalização e cobrança dos impostos; fl. 11v.º, 25 de agosto de 1927: pagou-se 116 escudos ao *Diário da Madeira* pela publicação inserta nos números 4823, 4824 e 4825. ABM, CMPST, liv. 9, fl. 146v.º, 12 de maio de 1949: encomendou-se oito cadernetas de 100 folhas ao Bazar do Povo, por 300 escudos. ABM, CMPST, liv. 12, fl. 157, 30 de agosto de 1956: encomendou-se cadernetas ao Bazar do Povo. ABM, CMPST, liv. 17, fl. 101v.º, 8 de abril de 1964: encomendou-se 12 cadernetas à Gráfica Ideal em Águeda, por 263,5 escudos.

<sup>141</sup> PACHECO, 2022, «A exploração de um Recurso Natural do Porto Santo no Século XX», pp. 81-89: enumera-se os industriais do calcário, cal e carbonato de cálcio e a tonelagem expedida para a Madeira.

Gráfico n.º 7 – Produtos calcários do Porto Santo (1928-1980) (em percentagem/tonelada)



Fontes: ABM, CMPST, livs. 8, 138-151, 246-253, 272, 958-965; cxs. 2028-2031; caps. 2193 e 2295.

Nota: \*Série incompleta.

A expedição de cal predominou entre 1928 e 1935, à exceção de 1929. O calcário voltou a ser o produto transportado em maior volume entre 1936 e 1945, ressaltando-se o fabrico experimental – ainda que sujeito a taxa – de cal hidráulica entre 1938 e 1940, e o decréscimo entre 1941 e 1943, provavelmente em resultado das dificuldades no abastecimento de carvão ou de madeiras para laboração dos fornos de cal no decurso da II Guerra Mundial. A partir de 1946, o transporte de calcário para a Madeira entrou numa fase de declínio irreversível, correspondendo a valores ínfimos em 1968-1969. Como referimos, esta situação coincidiu com o fim da exploração de pedreiras no ilhéu de Baixo e o encerramento de fornos de cal na Madeira. Terão sido os motivos de segurança, relacionados com a estabilidade dos solos, que determinaram a proibição da lavra de pedreiras de calcário no ilhéu de Baixo, em 1967<sup>142</sup>.

Em contrapartida, a cal assumiu-se cada vez mais como o produto predominante, representando mais de três quartos do volume de produtos calcários expedidos após 1953 e alcançou cerca de 99% após 1968. No que concerne ao carbonato de cálcio, começou a ser taxado por deliberação camarária em 1946, surgindo registos da sua expedição a partir do ano seguinte. Podemos associar esta diversificação produtiva ao decréscimo significativo na expedição de pedra de cal, bem como à tentativa de expedir derivados do calcário não sujeitos aos impostos. Na verdade, o volume de carbonato de cálcio progrediu rapidamente e atingiu o auge em 1948, ainda que representasse não mais de 5%. O facto de se taxar como a pedra de cal pode ter demovido o seu fabrico, especialmente após 1960, quando se duplica o valor da taxa. Este produto voltou a ter alguma visibilidade em 1977, perfazendo 6%, mas nessa altura o próprio fabrico e expedição de cal já se encontrava em declínio. O certo é que, nos anos intermédios, manteve-se em percentagens mínimas ou inexistente, apesar das referências muito proveitosas para as calagens na agricultura e jardinagem madeirenses.

### **3. A Exploração de Pedreiras e Fornos de Cal no Porto Santo**

A indústria da cal desenvolveu-se no Porto Santo e nos ilhéus adjacentes, designadamente em pedreiras no ilhéu de Baixo, popularmente identificado como

---

<sup>142</sup> RIBEIRO, 1992, «*A cal no Porto Santo*», p. 17.

ilhéu da Cal, onde «desde há séculos se extrai e continua ainda a extrair-se toda a pedra calcarea, que fornece a materia prima para o fabrico da cal empregada nas construções madeirenses» e, eventualmente, na Selvagem Grande<sup>143</sup>. Como referimos anteriormente, o calcário transportado para a Madeira estava sujeito a um imposto cobrado na Alfândega do Funchal, o qual constituía uma importante receita para os cofres da edilidade<sup>144</sup>. Ainda assim, o fabrico local não satisfazia por completo as necessidades insulares, pois encontramos referências à importação de cais em pedra ou em pó do continente de Portugal<sup>145</sup>.

Nos processos de licenciamento, João Egídio Maria Telo pretendia instalar um forno no sítio do Campo de Baixo, no Espírito Santo<sup>146</sup>, e outrossim Álvaro Mendes para um forno no Ribeiro Cochim<sup>147</sup>. As disposições regulamentares especificaram um edifício em tijolo ou alvenaria, cuja «boca do forno não será dirigida para a via pública», e a altura da chaminé relativamente às habitações vizinhas. Outro aspeto regulamentado pela edilidade concernia à proibição de se depositar e britar matéria-prima na via pública, junto aos fornos de cal de João Basílio Sebastião Spínola e Daniel Jorge Maria Telo<sup>148</sup>, uma situação que se tornou recorrente na década de 1920,

---

<sup>143</sup> SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 116: entrada «Baixo, Ilhéu de»; vol. II, pp. 85-90: entrada «Geologia».

<sup>144</sup> *Inquérito Sobre a Situação Económica da Ilha da Madeira [...]*, 1888, p. 197: os direitos alfandegários sobre a pedra do ilhéu de Baixo ascenderam a 385 034 réis em 1885, 618 708 réis em 1886 e 524 980 réis em 1887.

<sup>145</sup> *Diário de Notícias*, 1930-01-21, p. 2: publicitou-se a venda de cal virgem de Lisboa em barricas de 150 kg pela firma M. P. Freitas, Lda., Sucessores. *Diário de Notícias*, 1952-07-13, p. 5. INÁCIO, 2021, *Os Fornos de Cal Artesanais de Pataias [...]*, p. 52: um industrial de Pataias fez viagens à Madeira e aos Açores para fomentar a venda de cal em barricas. BRANCO, 2023, «As causa da falência do modelo económico [...]», pp. 343-345.

<sup>146</sup> ABM, DSIEV, liv. 2385, p. 13: processo n.º 177. ABM, CMPST, liv. 1, fls. 7v.º-8, 15 de março de 1924: adquiriu-se sete moios de cal. ABM, CMPST, liv. 3, fl. 79, 12 de fevereiro de 1931: adquiriu-se 2,5 moios de cal por 100 escudos. ABM, CMPST, liv. 4, fl. 32, 31 de outubro de 1931: adquiriu-se 60 alqueires de cal por 40 escudos; fl. 74, 20 de fevereiro de 1932: adquiriu-se nove sacos de cal por 45 escudos; fl. 97, 30 de abril de 1932: adquiriu-se três moios de cal por 120 escudos; fl. 106, 21 de maio de 1932: adquiriu-se 720 litros de cal; fl. 114, 25 de julho de 1932: adquiriu-se dois moios de cal por 80 escudos.

<sup>147</sup> ABM, GC, liv. 82, fls. 141-141v.º, 25 de fevereiro de 1919; fl. 143v.º, 4 de março de 1919. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 54-55: o forno de João Egídio Maria Telo tinha 150 m<sup>2</sup> de área e cobertura em salão; pertenceu a Pedro José de Alencastre, em 1924, na década seguinte a Cândido José Alencastre Ornelas, nos anos 50 a José Gonçalves Pereira de Andrade e, por último, a Cândido Alberto Alencastre Pereira; o forno de Álvaro Mendes compunha-se de uma divisão em parte coberta com barro, com 95 m<sup>2</sup>; pertenceu em 1937 a João Crisóstomo de Ornelas e outros, em 1940 a Figueira & Irmãos e, em 1948, a Alfredo Marcelino Camacho.

<sup>148</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 54: o forno tinha 56 m<sup>2</sup> de área, cobertura em barro e laborou pedra de cal extraída nas Chavinhas, sendo repartido por quatro herdeiros em 1942.

com consequências ao nível da circulação e deterioração do pavimento das vias públicas<sup>149</sup>.

Em meados do século XX, Carlos André Andrade pretendia construir «um Forno do sistema usual para fabricar cál no seu predio ao Sítio do Cabeço da Ponta ou Pedreira das Lages», no Porto Santo<sup>150</sup>. O mesmo industrial apresentou um requerimento para um «depósito de primeira espécie para venda de pólvora» no dito sítio, concomitante com o apresentado por Otaviano Drumond para estabelecer um depósito da mesma natureza no Campo de Baixo<sup>151</sup>. Estes explosivos relacionavam-se com o incremento do extrativismo no Porto Santo e ilhéu de Baixo, nas décadas de 50 e 60.

A mineração de calcário e a laboração de fornos de cal originaram alguns celeumas, que a Câmara procurou sanar. As pedreiras a céu aberto nas imediações de habitações e os veículos pesados e de tração animal levantavam pó e por vezes obstruíam a circulação nas ruas. A fim de solucionar estes problemas, convocou-se os proprietários de pedreiras no Campo de Baixo, no lugar das Chavinhas: Juvenal Alencastre Pestana, João Basílio Sebastião Spínola, Pedro Maria Telo e João Gomes de Sousa, este último em representação de Berta de Moura Teixeira, e os exploradores de pedreiras Alfredo Marcelino Camacho e Nascimento & Irmãos, representados

---

<sup>149</sup> ABM, CMPST, liv. 1, fls. 60-60v.º, 7 de outubro de 1926: estabeleceu-se o prazo de 15 dias a João Basílio Sebastião Spínola e Daniel Jorge Maria Telo para «levantarem toda a pedra calcária que os mesmos têm respectivamente na Estrada e Caminho, junto aos seus fornos de extracção de cal, no sítio do Campo de Baixo»; fls. 61v.º e 65v.º-66v.º, 14 de outubro de 1926: João Basílio Sebastião Spínola acatou a decisão da Câmara, mas apresentou um requerimento para «continuar ocupando uma pequena faixa de estrada junta ao forno de cal»; fls. 63v.º-64, 21 de outubro de 1926: transcreveu-se o ofício; fl. 74, 25 de novembro de 1926: oficiou-se o administrador do concelho para intimar João Basílio Sebastião Spínola a retirar a pedra que ocupava parte da estrada do Oeste. ABM, CMPST, liv. 3, fl. 36v.º, 19 de dezembro de 1929: intimou-se Daniel Jorge Maria Telo para «no prazo de quinze dias limpar o caminho municipal, junto ao forno de cal que se encontra pejado de detritos da pedra ali britada».

<sup>150</sup> ABM, CMPST, liv. 9, fls. 162-163, 8 de setembro de 1949: deferiu-se «a título precario», mas indeferiu-se o pedido do mesmo comerciante para obter certidão da tonelagem de cal remetida entre 1947 e o primeiro semestre de 1949; fl. 172, 24 de novembro de 1949: o requerente apresentou os «desenhos com as dimensões para o forno de cál» e decidiu-se remeter ao Delegado de Saúde. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 55-56: menciona-se o forno da Ponta, no lugar das Lages ou Calheta, que pertenceu em 1924 a Francisco de Andrade e outros, instalado num prédio com três divisões e área coberta de telha com 209 m<sup>2</sup>, em 1951 tinha como proprietário Maria Berta Pestana de Andrade e em 1955 Gomes de Andrade, Lda.; e o forno de Macário Góis, no mesmo lugar, entretanto adquirido por Leacock & C.<sup>a</sup> e em recuperação.

<sup>151</sup> ABM, CMPST, liv. 9, fl. 187, 16 de março de 1950: deferiu-se o pedido com a condição de se cumprir o Decreto n.º 9954, de 31 de julho de 1924.



respetivamente por Ilídio Gomes de Sousa e Pedro Valério Góis de Mendonça<sup>152</sup>. O próprio trânsito de viaturas que transportavam sacas de cal e carvão na artéria principal da Vila Baleira e a realização de cargas e descargas na Rua Infante D. Henrique geravam constrangimentos<sup>153</sup>.

A matéria-prima extraída no Campo de Baixo, mais precisamente no sítio das Chavinhas, esteve na origem da comercialização de *cal chavinha* por Alfredo Marcelino Camacho nas décadas de 50 e 60, podendo até estar relacionado com a progressiva desativação de pedreiras no ilhéu de Baixo<sup>154</sup>. Nessa ordem de ideias, este fabricante solicitou a devolução da caução «para expedição de calcareos» em 1956 e, após esta data, caucionou unicamente a «exportação de cal preparada», embora tivesse interesses na empresa Água do Porto Santo, Lda.<sup>155</sup>. A coincidência entre os depósitos e levantamentos das cauções de valor mínimo exigido no regulamento municipal – 1000 escudos – indicia que este, muito provavelmente, não efetuava embarques aos domingos e dias feriados ou então tinha as contas sempre em dia<sup>156</sup>.

---

<sup>152</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fls. 43v.º-44, 14 de setembro de 1935: Catarina Amélia Telo Alencastre, moradora no Campo de Baixo, solicitou «uma saída para o lado do oeste de forma que, o seu prédio não seja conspurcado, pela poeira levantada pela passagem dos carros»; fls. 45v.º-46, 21 de setembro de 1935. ABM, CMPST, liv. 8, fl. 17v.º, 31 de agosto de 1939: a mesma residente apresentou novo requerimento, tendo-se convocado Alfredo Marcelino Camacho.

<sup>153</sup> ABM, CMPST, liv. 14, fl. 35, 12 de outubro de 1957: reconheceu-se justiça na reclamação e proibiu-se a circulação de camiões na dita artéria e «a carga e descarga de sacadura de cal e carvão»; em alternativa, as viaturas transitavam nas Ruas Bartolomeu Perestrelo e Morgado José Sebastião da Silva Moura Caldeira.

<sup>154</sup> ABM, CMPST, liv. 12, fl. 79, 23 de dezembro de 1954: adquiriu-se dois moios de cal *chavinha* por 280 escudos; fl. 84v.º, 27 de janeiro de 1955: comprou-se quatro sacos de cal *chavinha* por 70 escudos. ABM, CMPST, liv. 16, fl. 187, 24 de julho de 1963: comprou-se dois moios de cal *chavinha* por 320 escudos. Cf. TORRES, 1994, «Histórias do Mar», p. 20: considera-se Alfredo Marcelino Camacho, com forno no Ribeiro Salgado, o maior fabricante de cal. TORRES, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», p. 60: considera-se o maior forno do Porto Santo, onde 18 homens calcinavam calcário do ilhéu de Baixo e da pedreira Chavinha, no Campo de Baixo.

<sup>155</sup> ABM, CMPST, liv. 12, 173v.º, 13 de dezembro de 1956: devolveu-se 1000 escudos da caução. *Boletim de Minas*, 1964, vol. 1-4, p. 265: a firma Água do Porto Santo, Lda., estabeleceu-se num prédio do Campo de Baixo, pertence a Alfredo Marcelino Camacho.

<sup>156</sup> ABM, CMPST, liv. 14, fls. 48v.º-49, 26 de dezembro de 1957: devolveu-se 1000 escudos «do depósito de garantia e caução para exportação de cal»; fl. 124, 27 de dezembro de 1958. ABM, CMPST, liv. 15, fl. 6, 17 de dezembro de 1959; fls. 9-9v.º, 2 de janeiro de 1960; fl. 103, 22 de dezembro de 1960; fl. 105v.º, 5 de janeiro de 1961; fl. 191v.º, 21 de dezembro de 1961; fl. 193, 11 de janeiro de 1962. ABM, CMPST, liv. 16, fl. 105v.º, 27 de dezembro de 1962; fl. 108, 2 de janeiro de 1963. ABM, CMPST, liv. 17, fl. 54v.º, 27 de dezembro de 1963; fl. 59v.º, 2 de janeiro de 1964; fl. 164v.º, 28 de dezembro de 1964; fl. 167v.º, 2 de janeiro de 1965. ABM, CMPST, liv. 18, fl. 47, 23 de dezembro de 1965; fl. 51v.º-52, 3 de janeiro de 1966; fl. 131v.º, 22 de dezembro de 1966; fl. 134v.º-135, 2 de janeiro de 1967.

Outra singularidade geológica no sítio do Campo de Baixo originou um requerimento de Luís de Freitas Branco, sócio e administrador da Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., para «instalar uma moagem e preparação de argilas pozolânicas»<sup>157</sup>. Pouco tempo depois, solicitou licença para construir aquele estabelecimento fabril, mas posteriormente pretendia deslocar a oficina de moagem do Campo de Baixo para o sítio das Pedras Pretas, cujo edital, publicado na imprensa em junho de 1959, apenas menciona os «inconvenientes de poeiras»<sup>158</sup>. Em 1963, o mesmo industrial remeteu uma cópia do relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, no qual constava a homologação da Pozolana das Pedras Pretas «para efeitos da sua aplicação nas obras hidráulicas a cargo desta Câmara»<sup>159</sup>. No ano seguinte, recebeu-se uma «copia do auto de vistoria, requerida pela firma *Pozol* para instalar uma fábrica de moenda e preparação de argilas pozolânicas»<sup>160</sup>.

---

<sup>157</sup> ABM, DSIEV, liv. 2386, fl. 39, processo n.º 389: requerimento de 12 de março de 1955. ABM, JGD AFUN, Pt. 3082-2, 22 de junho de 1953: mereceu parecer favorável da DSIEV. ABM, CMPST, liv. 12, fl. 95v.º, 28 de abril de 1955: recebeu-se o edital do secretário do Governo do Distrito Autónomo do Funchal; fls. 99-99v.º, 26 de junho de 1955: encaminhou-se o processo para o Delegado de Saúde; fl. 105v.º, 28 de julho de 1955. ABM, JGD AFUN, Pt. 3082-2, 3 de agosto de 1955: oficiou-se o presidente da comissão executiva da Junta Geral que o «resultado da vistoria foi unanimemente aprovativo e não houve reclamações» à DSIEV. Cf. SNOW e TORNEY, 2014, *Lime Mortars in Traditional Buildings*, p. 19: utiliza-se materiais pozolânicos em argamassas mais duráveis e com propriedades hidráulicas.

<sup>158</sup> *Diário de Notícias*, 1959-06-04, p. 2: a nova localização confrontava a norte, sul, leste e oeste com «terreno do requerente». ABM, CMPST, liv. 14, fl. 161, 25 de junho de 1959. ABM, DSIEV, n.º 2386, fl. 54, processo n.º 536: requerimento de 13 de maio de 1959, mas em apostila «Embargado pelo Tribunal»; a vistoria à POZOL – Companhia de Pozolana do Porto Santo, Lda., no sítio das Pedras Pretas, ocorreu a 24 de maio de 1964. Cf. *Revista Portuguesa*, n.º 82: refere-se «uma fábrica apta a fornecer Pozolanas do Arquipélago da Madeira para o consumo nacional e para exportação», em 1957.

<sup>159</sup> ABM, CMPST, liv. 16, fls. 192v.º-193, 16 de agosto de 1963. Cf. *Revista Portuguesa*, n.º 82 e n.º 83: Luís de Freitas Branco assinou dois artigos com o título «Uma ideia acerca de Pozolanas», onde discorreu sobre a origem e vantagens da mistura de pozolana com cal ou cimento Portland em argamassas com fins hidráulicos ou «na ocasião de confeccionar os betons», particularmente em alvenarias com espessura superior a 40 cm, em caves e em fundações. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 34-35: atribui-se à cal hidráulica maior trabalhabilidade das argamassas, aumento da resistência mecânica, boa aderência às superfícies, bom acabamento, maior rentabilidade de mão-de-obra e menor retração.

<sup>160</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fl. 122, 11 de junho de 1964. ABM, CMPST, liv. 18, fl. 136v.º, 12 de janeiro de 1967: indiciou-se a POZOL para delegada dos contribuintes nas Comissões de Tributação no ramo de negócios «Produtos químicos para a indústria». ABM, DSIEV, n.º 2386, fl. 54, processo número 536. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 110-113: referem-se pozolanas naturais, artificiais ou obtidas a partir de subprodutos industriais.

Maria Fernanda Alencastre Ornelas fornecia cal para as obras municipais desde o início da década de 60, mas só depositou a caução como exportadora em 1967<sup>161</sup>. Nesse ano, foi nomeada delegada suplente dos contribuintes nas Comissões de Tributação no ramo de negócios «Cal, gesso, telha, telhado e análogos», ficando Alfredo Marcelino Camacho como o delegado efetivo<sup>162</sup>. Contudo, a partir de 1968 deixou-se de registar em ata o depósito de cauções e, no final desse ano, não se nomearam cidadãos para aquela comissão<sup>163</sup>. Apesar disso, a firma Zélia Camacho, Lda., solicitou alvará para um forno de cal no Ribeiro Salgado, em 1969<sup>164</sup>.

No início da década de 90, apenas dois fornos de cal ainda laboravam no Porto Santo, visto que este produto se encontrava em franco declínio, de resto tal como sucedeu no continente de Portugal, exemplificado com o encerramento dos fornos artesanais de Pataias. A pequena escala da produção devido ao funcionamento intermitente e, por vezes, artesanal e sazonal, a gestão maioritariamente familiar e a difusão de outros materiais e técnicas de construção contribuíram para o ocaso desta indústria de moldes tradicionais, num setor muito concorrencial<sup>165</sup>.

---

<sup>161</sup> ABM, CMPST, liv. 15, fl. 185v.º, 16 de novembro de 1961: pagou-se 2365 escudos pelo fornecimento e transporte de cal. ABM, CMPST, liv. 16, fl. 95, 12 de dezembro de 1962: adquiriu-se três moios de cal por 510 escudos; fl. 173, 8 de maio de 1963: comprou-se um moio de cal por 170 escudos; fl. 181v.º, 12 de junho de 1963: comprou-se dois moios de cal por 340 escudos. ABM, CMPST, liv. 17, fls. 24v.º-25, 23 de outubro de 1963, pagou-se 170 escudos por um moio de cal; fl. 120, 27 de maio de 1964: deu-se 165 escudos por um moio e 21,5 escudos por um saco; fl. 162, 10 de dezembro de 1964: pagou-se 43 escudos por dois sacos de cal; fl. 190, 8 de abril de 1965: adquiriu-se três moios de cal por 510 escudos. ABM, CMPST, liv. 18, fl. 136, 12 de janeiro de 1967. ABM, CMPST, liv. 19, fls. 7-7v.º, 28 de dezembro de 1967.

<sup>162</sup> ABM, CMPST, liv. 18, fls. 136-136v.º, 12 de janeiro de 1967. ABM, CMPST, liv. 19, fls. 5v.º-6v.º, 28 de dezembro de 1967.

<sup>163</sup> ABM, CMPST, liv. 19, fls. 85-85v.º, 26 de dezembro de 1968: João Tomás dos Santos foi representante efetivo no ramo de negócio de barro ou saibro.

<sup>164</sup> ABM, DSIEV, n.º 2386, fl. 83: requerimento a 18 de abril e vistoria preliminar a 25 de abril de 1969.

<sup>165</sup> RIBEIRO, 1992, «*A cal no Porto Santo*», p. 17: menciona-se dois fornos em atividade, o de Baptista Fernandes, que empregava dois a três homens, e o do *Candito*, onde trabalhavam até oito homens. NEVES, 1993, «*Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo [...]*», p. 135: referem-se duas fábricas de cal no início da década de 1990, com destaque para a família Andrade, que laborava há mais de dois séculos. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 17: refere-se o forno de Cândido Alberto Alencastre Pereira, no Campo de Baixo, ainda em laboração. TORRES, 2003, «*Nunca me esqueço o que eu passei...*», p. 61: o entrevistado trabalhou no ano anterior no forno de cal da família Andrade. DUARTE, 2008, «*Os Fornos de Cal em Alvaiázere [...]*», p. 2. MENDES, 2009, «*Património Cultural, Património Industrial e Estudo de Caso [...]*», p. 90: menciona-se o desenvolvimento da indústria da cal em Cantanhede até à década de 1970. INÁCIO, 2021, *Os Fornos de Cal Artesanais de Pataias [...]*, p. 41.

### 3.1 A Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda.

A Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda., foi fundada em 1920 para se dedicar à exploração de cal e materiais de construção<sup>166</sup>. Esta sociedade, com sede no Funchal e capital social de 40 000 escudos, detinha um forno de cal e armazém contíguo na Serra de Fora, na ilha do Porto Santo, avaliados em 300 escudos, e uma pedreira no ilhéu de Baixo, denominada «*Escadinha ou Cova Ponte do Ilhéu ou Lajedo*», computada em 200 escudos<sup>167</sup>. Além destes bens, os sócios transferiram para a firma quatro quintos de dois prédios rústicos e urbanos localizados na Trincheira e Salinas, no sítio do Espírito Santo, freguesia de Câmara de Lobos, estimados em 480 escudos, e metade de um armazém no sítio da Banda do Salão, na freguesia da Ponta do Pargo, no valor de 100 escudos.

Ainda antes da realização integral do capital social da Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda., o sócio João Joaquim da Silva Henriques, «também conhecido por João Justino Henriques», fez cessão da sua quota ao sócio Manuel Joaquim da Trindade, em 1923<sup>168</sup>. Com esta transação, o segundo, que desempenhava as funções de sócio-gerente, passou a controlar metade do capital social. Decorridos dois anos, verificou-se nova cessão de quotas, desta feita sem que os demais sócios exercessem o direito de preferência. Assim, a quota do Cónego António Homem de Gouveia transitou para a Empresa de Construção Civil, Lda., representada neste ato pelo sócio-gerente Sérgio de Ornelas<sup>169</sup>.

A Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo solicitou licença em 1937 para o forno de cal em Câmara de Lobos, mais precisamente no aludido sítio do Espírito Santo e Calçada, em propriedade transferida para a sociedade no ato de constituição. Na licença da Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação (DSIEV), este estabelecimento industrial integrou a lista dos estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos<sup>170</sup>. Na segunda metade do século XX, este forno tinha como

---

<sup>166</sup> ABM, RN, liv. 3174, fls. 7-9, 7 de agosto de 1920: os sócios Manuel Joaquim da Trindade, João Joaquim da Silva Henriques, Doutor António Luís Pimenta e Cónego António Homem de Gouveia detinham participações iguais, no valor de 10 000 escudos.

<sup>167</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 52: tratava-se de um prédio térreo coberto de telha e forno de cal com 225 m<sup>2</sup>, próximo ao Calhau, e de matéria-prima extraída na Serra de Fora, no sítio da Barbinha.

<sup>168</sup> ABM, RN, liv. 6204, fls. 98-98v.º, 18 de maio de 1923.

<sup>169</sup> ABM, RN, liv. 6208, fls. 29-29v.º, 28 de agosto de 1925: cessão efetuada por 30 000 escudos.

<sup>170</sup> ABM, DSIEV, liv. 2385, p. 37: processo n.º 507, 4 de setembro de 1937. ABM, DSIEV, liv. 2385, p. 37: processo n.º 507, 2 de maio de 1939.

proprietário José Maria Branco Júnior, que também explorava um forno de cal na Serra de Fora e a pedreira *Escadinha*, no ilhéu de Baixo<sup>171</sup>.

### 3.2 A Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.

No ano de 1921 constituiu-se a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., a qual agregou 37 quotas de particulares e sociedades comerciais e/ou industriais<sup>172</sup>. O seu objeto social compreendia «o fabrico de cimentos e de outros produtos sílico-calcários, telhas, tijolos e materiais corantes», bem como a exploração de duas patentes, uma para um «novo cimento artificial» e outra para «calcário artificial para o fabrico de cal», aproveitando-se areias da praia e calcários argilosos<sup>173</sup>. Para o efeito, a empresa licenciou um gerador ou recipiente de vapor com 4500 cm<sup>3</sup>, usando como fonte de energia o carvão de pedra. Este motor foi testado em setembro de 1923 e em agosto de 1938. Solicitaram igualmente autorização da Câmara Municipal para abrir uma pequena levada para abastecimento de água à fábrica<sup>174</sup>.

---

<sup>171</sup> ABM, RN, liv. 7738, fls. 79v.º-82v.º, 7 de janeiro de 1955: Aníbal Fernandes da Trindade, em representação da Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda., vendeu prédios urbanos e rurais no Porto Santo, a pedreira *Escadinha* no ilhéu de Baixo e um prédio urbano no Espírito Santo e Calçada, em Câmara de Lobos, a José Maria Branco Júnior. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 52: a empresa tinha sede na Rua Bela de Santiago, no Funchal.

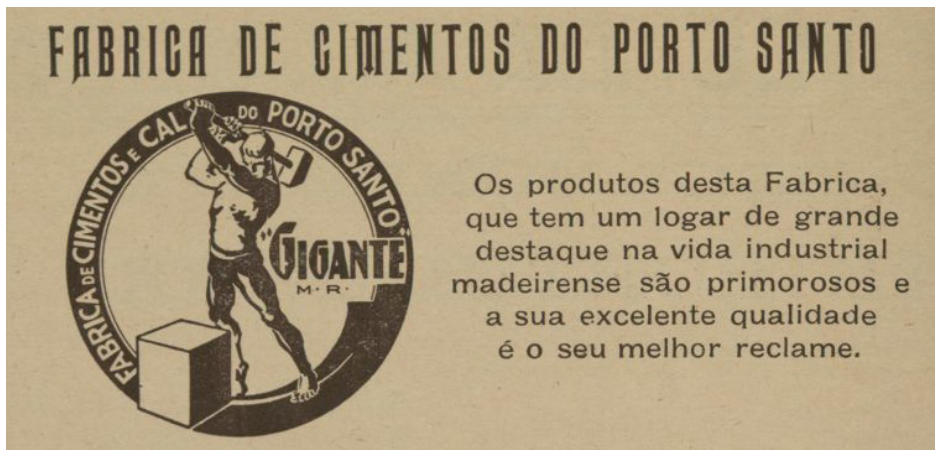
<sup>172</sup> ABM, RN, liv. 1499, fls. 36-42v.º, 1 de junho de 1921: o capital social era de 260 000 escudos, subscrito por Dona Maria da Conceição Lira de Bianchi, João António de Bianchi, Luís da Rocha Machado, António Lomelino de Bianchi, Tibúrcio Eduardo Henriques, Gabriel de Bianchi, Doutor João Alexandrino Fernandes dos Santos, José Júlio de Lemos Sucessores, Francisco de Andrade, Andrade & Filhos, William Ramsday Bardsley, Richard Robert Faber, Adida & C.ª, Henry Alfred Miles, Rui Recano de Bianchi, António Vieira de Castro, Doutor Manuel Gregório Pestana Júnior, Doutor Pedro José Lomelino, coronel João Alfredo de Alencastre, Carlos Almeida Fernandes, Harry Hinton, Carlos Alberto de França Ferreira, Luís de Freitas Branco, Manuel Gomes da Silva, Álvaro de Sá Gomes, major Charles Courtney Shaw, Francisco Alexandrino Rebelo, Castro, Santos & C.ª, Manuel Joaquim da Trindade, Manuel dos Passos Freitas, capitão António Mário de Campos Soares, Rodrigues & Cunha, F. M. Sardinha & C.ª, Doutor Rui de Bettencourt da Câmara, José Quintino de Nóbrega, José Abel Rodrigues e Francisco Correia Caldas. ABM, RN, liv. 6202, fls. 39-40, 18 de março de 1922: o banqueiro Rui de Bettencourt da Câmara fez cessão da sua quota a João António de Bianchi, por 3750 escudos. ABM, RN, liv. 6765, fl. 24v.º, 4 de março de 1935: nova cessão de quotas a Gabriel de Bianchi, desta feita por dívida de Rodrigues & Cunha.

<sup>173</sup> SARMENTO, 1933, *Notícia Histórico-Militar sobre a Ilha do Porto Santo*, p. 95. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 52: compreende uma casa térrea coberta de telha com seis divisões destinada a fábrica, escritório e habitação, com 1047 m<sup>2</sup>; transitou para a Sociedade Produtora de Cal e Cimento, Lda., depois Vicente Braz Gonçalves e, por fim, a Sociedade Comercial Águas do Porto Santo, Lda. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursores [...]», p. 807: referem-se alguns equipamentos da fábrica e contratos de arrendamento de duas barreiras de barro preto e uma pedreira de calcário, em janeiro de 1924.

<sup>174</sup> ABM, CMPST, liv. 1, fl. 13, 25 de agosto de 1924. ABM, DSIEV, liv. 2358: as provas ao gerador ou recipiente de vapor n.º 239 ocorreram a 2 de setembro de 1923 e 22 de agosto de 1938 e o cancelamento a 26 de agosto de 1963, «por não existir».

Alguns meses antes da publicação do citado Decreto n.º 13787, a direção, representada por Luís da Rocha Machado, José Quirino de Nóbrega e o Doutor Manuel Gregório Pestana Júnior, transformou a cessão particular e temporária celebrada com o Doutor Ralph Henry Dickson e Herman de Koenig, para arrendamento da fábrica da Fontinha, numa locação válida por 10 anos. Durante esse período, os arrendatários assumiam a manutenção dos «maquinismos, aparelhos e utensílios», que lhes permitia o fabrico anual de 6000 toneladas de cimento – o equivalente a 30 000 barricas de 200 kg, com a marca registada *Gigante* (Imagem n.º 3) –, mas tinham de contratar um seguro para a fábrica, cujo valor mínimo se fixou em 5000 libras. Todavia, no primeiro ano do contrato não havia remuneração aos locadores se se fabricasse menos de 50 toneladas. Outra situação prevista foi a possibilidade de se adquirir as marcas registadas dos cimentos fabricados pelos locatários no Porto Santo<sup>175</sup>.

Imagem n.º 3 – Publicidade em revista (1932)



Fonte: *Ilustração Madeirense*, n.º 5, p. 18.

Em meados da década de 30, a Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., nova arrendatária do imóvel, pretendia «assentar canos em cimento para a condução de água para a aludida fábrica» e, antes do término da década, também para «passar no caminho do Tanque com água das noras da *Lingua de Vaca*, Dr. Julio Paulo de Freitas e Leacock para uso industrial». As experiências no fabrico de cal hidráulica

<sup>175</sup> ABM, RN, liv. 6250, fls. 49v.º-53v.º, 21 de março de 1927: a cessão compreendeu cinco pence por cada 180 kg de cimento – até à produção anual de 2700 toneladas, e seis pence para a tonelage superior – e 10% do valor de comercialização da cal. *Diário do Governo*, 1930-08-28, n.º 199/1930, Série I: Decreto n.º 18782: Caderno de encargos para fornecimento e recepção de cimento Portland normal, Secção III, Art. 9.º e 10.º. SARMENTO, 1930, «Cal e cimento no Porto Santo», p. 1: a fábrica possuía um forno do sistema *Perpignani e Candelot*, de quatro fornalhas.

originaram um contencioso fiscal com a Câmara, questionando-se o pagamento do imposto municipal em 1935, pois considera-se que o «cimento e cal hidráulica [...] são dois produtos que não estão incursos no decreto que tributa a cal preparada e cal em pedra». Este assunto voltou a ser abordado em 1939 pelos industriais Alfredo Marcelino Camacho e João Baptista Marques & C.<sup>a</sup>, Sucessores, representada por Alberto F. Silva, os quais denunciaram a «excepção especial de protecção em detrimento dos restantes fabricantes»<sup>176</sup>.

A Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., contestou a tributação municipal ao Governador do Distrito. Este questionou a edilidade acerca das dificuldades criadas à iniciativa privada com a cobrança de 15 escudos por tonelada de cal hidráulica, dificultando a sua comercialização face ao cimento de fabrico continental. A autarquia alegou a necessidade de «socorrer o pobre município desta terra tao escassa de recursos» e lembrou que a expedição de cal hidráulica durante dois a três meses de verão prejudicava a laboração dos restantes fornos de cal e, conseqüentemente, as finanças municipais, não se refletia na criação de emprego e representava apenas um sobrecusto para os consumidores<sup>177</sup>.

Não satisfeito com os esclarecimentos prestados, o Governador do Distrito questionou, em jeito de advertência,

«Que razões levaram este município a considerar como abrangido pelo decreto, um produto que é tecnicamente diferente do que é chamado propriamente cal; Que elementos tem para provar que a incidência do imposto não afecta o regular funcionamento ou progressos desta industria; Que quantidades passaram a sair do Porto Santo depois da incidência do imposto e quantidade saída anteriormente; Que muito se deseja garantir todas as receitas possíveis a esta Câmara mas subordinando a sua cobrança a dois princípios: o da legalidade e de não prejudica-la, em definitivo no futuro».

Em resposta, a vereação salientou a sujeição da matéria-prima ao Artigo 1.º do Decreto n.º 13787, de 16 de junho de 1927, a necessidade de arrecadar aquela verba, a reclamação de outros fabricantes de cal e reforçou que o imposto apenas acrescentava os custos de produção. Além disso, aquiesceram que a fábrica laborou apenas em julho e agosto e, nos últimos cinco anos, se limitou a experiências no fabrico de cal hidráulica, não contabilizadas pela fiscalização. Não obstante, as 1309

---

<sup>176</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 57v.º, 14 de dezembro de 1935; fls. 59-59v.º, 21 de dezembro de 1935: a sociedade, representada pelo «delegado-administrador Luís de Freitas Branco», reclamou o imposto de dois embarques. ABM, CMPST, liv. 8, fl. 11, 20 de julho de 1939; fls. 15-15v.º, 17 de agosto de 1939: deliberou-se alertar a empresa para o cumprimento do Decreto n.º 13787. Cf. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos [...]», pp. 814-823: relatam-se as vicissitudes de funcionamento da fábrica. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 33-34: distinguiu-se o fabrico de cal hidráulica (extinção da cal viva com água) do fabrico de cimento Portland (moagem dos materiais).

<sup>177</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fls. 89-89v.º, 29 de agosto de 1940.

toneladas fabricadas no espaço de três anos, embora com tendência decrescente (Quadro n.º 1), equivaliam a uma perda de receita fiscal de aproximadamente 20 000 escudos<sup>178</sup>.

Quadro n.º 1 – Fabrico de cal hidráulica na Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda.

(em toneladas)

Anos	1938	1939	1940
Toneladas	595	520	194

Fonte: ABM, CMPST, liv. 8.

O esgrimir de argumentos não nos permitiu aferir o resultado desta contenda, mas a verificação de 1941 constatou a quebra das receitas fiscais para metade, particularmente os impostos indiretos cobrados na Alfândega do Funchal e as taxas do calcário e da cal. Por isso, procurou-se executar fiscalmente a dívida de 3635,5 escudos referente ao «imposto de cal preparada exportada no ano de 1940» pela Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.<sup>179</sup>. Contudo, a diminuição do movimento de embarcações nacionais e estrangeiras no porto do Funchal durante a II Guerra Mundial, com reflexos imediatos no tráfico de mercadorias, pode justificar aquela quebra nas receitas aduaneiras<sup>180</sup>.

Algumas décadas depois, a Câmara adquiriu o projeto do Parque de Campismo na Fontinha e deliberou «aproveitar as ruínas da antiga fábrica de cimento para apoio ao parque de campismo»<sup>181</sup>. Ainda no âmbito turístico, a Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração convidou a edilidade a emitir parecer sobre o projeto «Praia Dourada Suite Hotel – Reversão da Antiga Fábrica de Cimento», tendo esta declinado o convite, alegando falta de pessoal técnico qualificado, e limitando-se a concordar com o parecer da Secretaria Regional do Equipamento Social<sup>182</sup>.

A exploração industrial do calcário para o fabrico de «artigos de cimento» continuou a merecer a atenção dos industriais do Porto Santo. Nesse sentido, Teotónio Gomes de Sousa obteve alvará, a 4 de junho de 1949, para uma fábrica no sítio dos Arrifes. Contudo, como o Governo Civil apenas solicitou a importância despendida com a publicação do edital em junho de 1961, estamos em dúvida sobre o início

<sup>178</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fls. 94-94v.º, 19 de setembro de 1940; fl. 98v.º, 17 de outubro de 1940: em resposta ao Governador do Distrito, retificou-se a cal hidráulica fabricada nesse ano para cerca de 194 toneladas.

<sup>179</sup> ABM, CMPST, liv. 8, fl. 126, 3 de abril de 1941; fls. 128-128v.º, 24 de abril de 1941.

<sup>180</sup> *Diário de Notícias*, 1940-08-01, p. 1: o rendimento da Alfândega diminuiu mais de 16% entre janeiro de 1939 e janeiro de 1940. Cf. FREITAS, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar* [...], pp. 76-77.

<sup>181</sup> ABM, CMPST, liv. 25, fl. 103v.º, 9 de setembro de 1981.

<sup>182</sup> ABM, CMPST, liv. 31, 29 de novembro de 1989: projeto de José Carlos, Lda.



da laboração. Não obstante, este empresário forneceu «calçada branca do ilhéu» e comercializou sebo e cal<sup>183</sup>. No início da década de 60, a Câmara Municipal principiou um processo negocial com os carpinteiros José Gomes de Sousa e João Gregório Gomes de Sousa para expropriar um imóvel «onde funciona uma fábrica manual de artigos de cimento», o qual era imprescindível para o alargamento da Alameda Infante D. Henrique<sup>184</sup>. Porém, verificaram-se constrangimentos no abastecimento de cimento para as obras públicas no concelho durante o último quartel do século XX, acrescido de limitações à extração de materiais na praia, à exceção de areia preta<sup>185</sup>.

### 3.3 O Forno de Alfredo Marcelino Camacho e o Hotel do Porto Santo

A presença de fornos de cal em áreas de expansão urbana e turística originou alguns constrangimentos, como sucedeu com a edificação do Hotel do Porto Santo pela EMITE – Empresa Insular de Turismo, no Campo de Baixo (Imagem n.º 4). O processo de licenciamento iniciou-se em 1961, mas a laboração do forno de cal de Alfredo Marcelino Camacho, entre outras situações, desagradou aos promotores do novo empreendimento. Assim, a empresa remeteu à Câmara «um recorte do jornal *Diário de Lisboa*», onde se expunham os inconvenientes do forno de cal, e uma cópia do ofício dirigido ao Ministro das Obras Públicas<sup>186</sup>. Recorreu igualmente ao Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo – Direção de Serviços de Turismo, queixando-se de que «doze quartos do Hotel são inabitáveis e o pó de cal deteriora todo o material existente». Esta entidade sugeriu que, devido ao «mau

---

<sup>183</sup> ABM, CMPST, liv. 15, fl. 138v.º, 2 de junho de 1961: recebeu-se 106,6 escudos da publicação do edital. ABM, CMPST, liv. 16, fl. 199, 16 de agosto de 1963. ABM, CMPST, liv. 17, fl. 109, 13 de maio de 1964: adquiriu-se ocre e vermelhão por 155,5 escudos. ABM, CMPST, liv. 19, fl. 132v.º, 26 de junho de 1969: adquiriu-se cal, sebo e broxas. ABM, CMPST, liv. 20, fl. 22v.º, 25 de abril de 1970. Cf. SNOW e TORNEY, 2014, *Lime Mortars in Traditional Buildings*, p. 20: refere-se o aumento da impermeabilidade através da caiação com a utilização de sebo.

<sup>184</sup> ABM, CMPST, liv. 15, fls. 156-157, 3 de agosto de 1961: fixou-se a expropriação em 50 000 escudos. ABM, JGDAFUN, Pt. 2677-2: no ofício n.º 269, de 5 de maio de 1961, dirigido ao presidente da Junta Geral, o presidente da Câmara Municipal do Porto Santo aludiu à expropriação de «uma pequena fábrica manual de telhas, explorada por Teotónio Gomes de Sousa».

<sup>185</sup> ABM, CMPST, liv. 23, fls. 20v.º-21, 30 de março de 1978: deliberou-se abrir uma conta corrente; fls. 59v.º-60, 5 de julho de 1978: o vereador com o pelouro das obras propôs que os barcos da carreira Lisboa-Funchal fizessem escala no Porto Santo, onde podiam desembarcar até 6000 sacos de cimento por dia; fl. 140v.º, 10 de janeiro de 1979: concordou-se «com a zona demarcada para a não extracção de areia branca». ABM, CMPST, liv. 24, fl. 112, 7 de abril de 1980: o vereador José Jorge de Góis Mendonça alertou para as consequências de se retirar a areia dunar que alimentava as praias. ABM, CMPST, liv. 25, fls. 92v.º-93, 12 de agosto de 1981: a Secretaria Regional do Comércio e Transportes definiu os locais onde não se podiam extrair materiais de praia e solicitou a relação nominal dos areeiros.

<sup>186</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fl. 5, 11 de setembro de 1963.

aspecto que oferece a implantação daquele forno junto ao hotel» e às «repercussões desagradáveis para o turismo», a Câmara deveria ordenar uma nova localização para o forno<sup>187</sup>.

Imagem n.º 4 – Hotel do Porto Santo, no Campo de Baixo (1962)



Fonte: ABM, MFM-AV, Perestrellos Photographos, n.º inv. 11768.

Contudo, após consulta à Junta Geral do Distrito e audição do proprietário, constatou-se que as entidades oficiais não conheciam quaisquer reclamações relacionadas com a laboração do forno de cal, o qual se encontrava devidamente licenciado e em funcionamento há várias décadas. Além disso, o respetivo proprietário não fora contactado pela empresa com a proposta de transferir o forno para outro local,

---

<sup>187</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fl. 17, 9 de outubro de 1963: deliberou-se estudar o assunto. ABM, JGDAFUN, Pt. 2677-2, 4 de outubro de 1963: além de cópia do ofício da Direção dos Serviços de Turismo, a edilidade oficiou o presidente da Junta Geral sobre o conhecimento da queixa contra o proprietário do forno e solicitou informações do licenciamento e legalização daquele estabelecimento à DSIEV; noutra ofício, constou que o forno «possui o alvará de licença n.º 27003, passado pela Direcção-Geral da Indústria em 28/7/963». ABM, JGDAFUN, Pt. 3082-4, 21 de novembro de 1963: a DSIEV oficiou a Junta Geral sobre a inexistência de reclamações relativas a «inconvenientes da laboração do forno de cal de que é proprietário Alfredo Marcelino Camacho».

contra o pagamento de indemnização<sup>188</sup>. Nesta ordem de ideias, a Empresa Insular de Turismo enviou à Câmara uma cópia da carta que endereçou à DSIEV, cujo teor se relacionava com o funcionamento do forno de cal nas proximidades do Hotel do Porto Santo<sup>189</sup>. Face a toda esta contestação, Alfredo Marcelino Camacho solicitou a nomeação de uma comissão de peritos para realizar uma vistoria ao seu forno, com o intuito de «determinar a supressão ou remoção daquele estabelecimento», pois não considerava economicamente viável realizar as modificações sugeridas na vistoria de 23 de maio de 1964, isto é,

«Construir uma cúpula e chaminé com a altura necessária, de modo a evitar o inconveniente de fumos e poeiras sobre os terrenos e habitações vizinhas, nomeadamente ao Hotel Porto Santo, situado na margem esquerda do Ribeiro Coxim, devendo suspender imediatamente a laboração até que sejam completamente executadas as obras acima referidas»<sup>190</sup>.

A resolução deste litígio motivou um pedido de esclarecimento do próprio Presidente do Conselho, através do Secretariado Nacional de Informação, «motivada por uma exposição que lhe fora dirigida por uma importante Empresa turística escandinava»<sup>191</sup>. A vereação deliberou por unanimidade responder, no que concerne à fábrica de cal, que «já deu conhecimento ao SNI das diligências feitas em tal sentido»<sup>192</sup>. O presidente da Junta Geral salientou que «o problema está estabelecido na lei e nunca recebeu esta Junta Geral, quer directamente quer através dos seus serviços industriais, qualquer reclamação oficial sobre o assunto»<sup>193</sup>. Apesar de se

---

<sup>188</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fl. 46v.º, 11 de dezembro de 1963; fl. 50v.º, 27 de dezembro de 1963: deliberou-se transcrever «ao SNI os ofícios da Junta Geral e do proprietário do forno, senhor Alfredo Marcelino Camacho, hoje apreciados e respeitantes ao problema em causa».

<sup>189</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fl. 145v.º, 8 de outubro de 1964; fl. 156v.º-157, 26 de novembro de 1964: o presidente da Câmara deslocou-se ao Funchal para tratar de diversos assuntos, designadamente a «declaração da zona de protecção do Hotel do Porto Santo». RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 55: refere-se a demolição do forno do Dr. João Abel de Freitas – um edifício de 1923 coberto de telha com 84 m<sup>2</sup> – para a construção do hotel.

<sup>190</sup> ABM, JGDAFUN, cx. 3082, 24 de outubro de 1964: ofício da DSIEV ao presidente da comissão executiva da Junta Geral.

<sup>191</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fls. 74-74v.º, 13 de fevereiro de 1964: o pedido de informações compreendeu, além da fábrica, o estado da estrada, a qualidade da água, a iluminação e a adaptação da «Casa de Cristóvão Colombo a um pequeno museu».

<sup>192</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fls. 84v.º-85, 27 de fevereiro de 1964: descartou-se a responsabilidade na resolução das outras queixas na Junta Geral, Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira e Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

<sup>193</sup> ABM, CMPST, liv. 17, fls. 92-92v.º, 25 de março de 1964: esclareceu-se as iniciativas da Junta Geral para a resolução dos problemas que afetavam o turismo no Porto Santo. *Diário do Governo*, 1922-09-02, n.º 181/1922, Série I: na Tabela 1 do Decreto n.º 8364, de 25 de agosto de 1922: os fornos de cal em povoações apresentavam inconvenientes de «Fumo, poeiras, gases nocivos e perigo de incêndio».

cumprir a legislação em vigor, o certo é que alguns anos mais tarde encontramos a Sociedade Turística da Penina, proprietária do Hotel do Porto Santo, a vender uma parcela de 90 m<sup>2</sup> «de um prédio situado à Fábrica de Cal em Porto Santo»<sup>194</sup>.

#### 4. O Fabrico e Comercialização de Cal na Madeira

O fabrico e comercialização de cal na ilha da Madeira processava-se em diversos espaços, designadamente no Funchal, Câmara de Lobos, Santa Cruz e São Vicente<sup>195</sup>. A este respeito, os barcos da carreira entre o Porto Santo e a Madeira destinavam-se sobretudo ao «transporte de vinho e pedra calcarea, conduzindo passageiros só muito excepcionalmente»<sup>196</sup>. Na capital madeirense, destacava-se a *Cal do Gretão*, com depósito na rua das Fontes, publicitada como «a melhor entre as melhores» e «a mais alva» para caiar e rebocar<sup>197</sup>. A cal do ilhéu também se encontrava à venda na rua da Cadeia Velha e na Sociedade de Serragens da Madeira, Lda., na rua do Hospital Velho e rua dos Ferreiros<sup>198</sup>. O *Forno de Cal Andrade*, localizado na travessa da Malta, abastecia o mercado regional com «calcário do Porto Santo»<sup>199</sup>. A viúva de António

<sup>194</sup> ABM, CMPST, liv. 24, fl. 21v.º, 4 de julho de 1979: a Empresa de Eletricidade da Madeira pretendia edificar um posto de seccionamento e transformação de energia elétrica naquele local.

<sup>195</sup> SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 161-163, entrada «indústrias». *Anuário Turístico da Madeira* [...], s.d.: referiu-se os fabricantes de cal no Funchal (Blandy Brothers & C.ª e J. Farinha & C.ª), Câmara de Lobos (Manuel Joaquim da Trindade), Santa Cruz (Joaquim V. de Gouveia) e Porto Santo (Alfredo A. Camacho, Daniel Jorge Maria Telo e João Baptista Marques, Sucessores); em São Vicente mencionou-se apenas uma mina de pedra calcária. MESTRE, 2002, *Arquitetura Popular da Madeira*, pp. 196-197. MENDES, 2009, «Património Cultural, Património Industrial e Estudo de Caso [...], p. 88.

<sup>196</sup> TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, pp. 19-20.

<sup>197</sup> ABM, GC, liv. 80, fls. 32v.º-33, 19 de maio de 1897: Blandy Brothers & C.ª explorou uma pedreira no Porto Santo denominada *Gretão*. *Diário de Notícias*, 1952-02-20, p. 3. *Diário de Notícias*, 1952-06-05, p. 2. NEVES, 1993, «*Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo* [...]», p. 135: afirma-se que a cal do ilhéu era a melhor para caiar por ser a mais pura. MENDES, 2000, *A indústria da Cal no Concelho de Penacova* [...], p. 20: releva-se a publicidade na imprensa como estratégia de marketing. TORRES, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», p. 62: afirma-se que «a cal do ilhéu era uma cal muito especial, havia uma encomenda louca para o Funchal. Enchia-se bidons daquela pedra, para ir tudo para o Funchal, para pintar casas».

<sup>198</sup> ABM, GC, liv. 1074, fls. 19, 33, 36 e 37: Quirino Henriques de Freitas explorou uma «estufa de calor de forno de cal» para vinho da Madeira na rua do Hospital Velho, em 1870-71. ABM, GC, liv. 604, fls. 110v.º e 119v.º. ABM, GC, liv. 605, fls. 21 e 48v.º: o forno de Quirino Henriques de Freitas localizava-se na Rua Oudinot, entre 1878 e 1884. *Diário de Notícias*, 1954-04-25, p. 4. TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 49: referiu-se o forno de João F. Rego.

<sup>199</sup> ABM, GC, liv. 81, fl. 113, 2 de julho de 1910: João de Andrade solicitou licença para várias pedreiras no ilhéu de Baixo. *Diário de Notícias*, 1955-04-23, p. 6. TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 49: referiu-se o forno de Andrade & Filho, na Travessa da Malta.

Ferreira Cabral publicitou igualmente a venda de cal no seu estabelecimento<sup>200</sup>. A firma Costa & C.<sup>a</sup>, Lda., na rua do Carmo, comercializava cal em pó da marca *Ilhéu*, um tipo de cal hidráulica. Conhecemos ainda um forno de cal no Larguinho de S. João, em Santa Maria Maior, e o forno de cal de Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, em São Lázaro<sup>201</sup>.

#### 4.1 O Cartel da Cal no Funchal no Início do Século XX

A cartelização dos industriais da cal verificou-se, pelo menos, desde os primeiros anos do século XX. Na escritura elaborada para o efeito, o artigo 15.º estipulou ser «expressamente proibido a qualquer dos interessados falar com pessoa alguma estranha a este acordo sobre as condições e origem do mesmo». Assim, os detentores ou arrendatários de fornos de cal no Funchal em 1903 (Imagem n.º 5), mais precisamente Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, António Joaquim de Freitas, Andrade & Marques e João Frederico Rego, acordaram o preço do frete «de cada caixão de pedra de cal do Porto Santo» em 1300 réis, recorrer a sistemas de medida uniformes, comercializar o moio de cal virgem a 4200 réis e o alqueire a 800 réis, utilizar sacas especiais para entregas dentro ou fora da cidade, manter a clientela de cada industrial e definir a «lista de preços de carretos, aprovada por todos os interessados»<sup>202</sup>. Este acordo parece justificar o decréscimo no registo de pedreiras, sem esquecer as próprias limitações da geografia insular, a disponibilidade de afloramentos calcários e o deflagrar do primeiro conflito à escala mundial, com as subseqüentes dificuldades de abastecimento de carvão de pedra, designadamente para laboração dos fornos de cal e navegação a vapor.

---

<sup>200</sup> *Diário de Notícias*, 1877-01-31, p. 3: vendia-se cal a 5040 réis o metro cúbico ou 70 réis o alqueire. *Diário de Notícias*, 1877-03-02, p. 3: Rufino José Teixeira vendia cal pelo mesmo preço.

<sup>201</sup> ABM, RN, liv. 1335, fl. 31v.º: o forno encontrava-se em funcionamento em 1888. ABM, GC, liv. 605, fl. 18: referiu-se a estufa «de calor de forno de cal» pertencente a Santos & Rego, na Praça dos Lavradores, em 1881. *Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar da Indústria* [...], 1904. *Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar da Indústria* [...], 1905: referiu-se os fornos de cal de Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, em S. Lázaro, João Frederico Rego, na Praça dos Lavradores, e Manuel Ferreira Cabral, na Rua dos Medinas. TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 49: referiu-se o forno de Tello e Velloza, no Campo do Conselheiro José Luciano de Castro.

<sup>202</sup> ABM, RN, liv. 2454, fls. 56v.º-59, 27 de agosto de 1903: o contrato renovava-se por períodos de um ou mais anos ou denunciava-se por escrito com três meses de antecedência. INÁCIO, 2021, *Os Fornos de Cal Artesanais de Pataias* [...], p. 53: os industriais da cal formaram cartel em 1935. PACHECO, 2022, «Cal, indústria da», pp. 721-722.

Imagem n.º 5 – Panorâmica do Funchal (entre 1885 e 1899)



Fonte: ABM, MFM-AV, Aloísio César de Bettencourt, n.º inv. 16.

A organização do cartel especificou que «haverá uma pessoa encarregada de fiscalizar diariamente o movimento dos fornos», particularmente os livros de registo de todas as transações mediante vales e talões, devendo esta prestar contas sempre que solicitado e apresentar notas diárias a Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, que assumiu a liderança do cartel. Neste pacto, as despesas com o fabrico e comercialização da cal foram reguladas pela «percentagem equivalente ao número de fornos e à média de vendas durante os dezoito meses decorridos de janeiro de 1902 a junho de 1903». Assim, a Blandy Brothers & C.<sup>a</sup> controlava 35% do mercado<sup>203</sup>, seguia-se António Joaquim de Freitas com 23%, Andrade & Marques com 21% e João Frederico Rego também com 21%. No caso de vendas mensais superiores ao estipulado, competia aos infratores adquirirem cal aos demais fabricantes para, desse modo, se respeitarem as quotas de fabrico e a distribuição dos lucros.

---

<sup>203</sup> ABM, RN, liv. 2454, fl. 57v.º, 27 de agosto de 1903: excluiu-se a cal inglesa importada para uso particular da firma Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>.

A expansão industrial ficou igualmente contemplada neste pacto. Assim, caso se decidisse estabelecer depósitos para venda de cal em quaisquer pontos da Madeira, o fornecimento do produto e os lucros seriam divididos, respeitando os supramencionados percentis. De igual modo, a venda, arrendamento ou sublocação de fornos de cal careciam de consentimento dos restantes contratantes, ficando os novos industriais obrigados a respeitarem o acordo. O incumprimento de quaisquer cláusulas do contrato implicava o pagamento de multas de valor crescente, definidas respetivamente em 300 000 réis, 500 000 réis e 1 000 000 de réis.

O cartel da cal manteve-se com a renovação do contrato em 1904, embora com um aditamento e precisando as condições de exploração das pedreiras localizadas no ilhéu de Baixo. Portanto, a transferência da exploração de um forno de cal implicava que o novo industrial fosse «do agrado de todos os interessados» e respeitasse as cláusulas contratualizadas. De forma a evitar conflitos nas áreas concessionadas, incumbiu-se os respetivos capatazes de percorrerem as pedreiras semanalmente para aferirem se «foram invadidas por qualquer dos capatazes ou por qualquer pessoa estranha de que darão parte imediatamente aos seus patrões»<sup>204</sup>.

Em resultado de eventuais problemas financeiros, João Frederico Rego hipotecou dois prédios urbanos na rua do Hospital Velho, freguesia de Santa Maria Maior, em 1911 (Imagem n.º 6). Entre eles constava um «que serve de forno de cozer cal e estufa para melhoramento de vinhos, seus respectivos armazéns e quintal»<sup>205</sup>. No ano seguinte, o mesmo industrial caucionou 500 000 réis a William Hinton & Sons, permitindo a esta firma imiscuir-se no cartel da cal, como se pode constatar numa escritura celebrada no decurso desse ano, assinada conjuntamente com as Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, Andrade & Filhos, Pereira & Farinha e António Joaquim de Freitas<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> ABM, RN, liv. 2467, fls. 93v.º-95, 26 de setembro de 1904: tinha validade de um ano, mas entrou em vigor a 1 de setembro.

<sup>205</sup> ABM, RN, liv. 953, fls. 49v.º-51, 3 de dezembro de 1911: o crédito hipotecário, no montante de 1 035 272 réis, tinha como credoras duas menores, representadas pela mãe.

<sup>206</sup> ABM, RN, liv. 3068, fls. 43v.º-44v.º, 3 de abril de 1912. ABM, RN, liv. 3072, fls. 47-48v.º, 3 de agosto de 1912.

Imagem n.º 6 – Forno de cal em Santa Maria Maior (entre as décadas de 1920 e 1940)



Fonte: ABM, MFM-AV, Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 1095.

Em 1913, João Frederico Rego celebrou um contrato de arrendamento da fábrica de cal localizada no Largo dos Lavradores com a Blandy Brothers & C.<sup>a207</sup>. Este contrato, válido por 18 anos, compreendia

«o forno de cozer cal, o quintal que serve de depósito de pedra calcária, a cisterna, um pequeno quarto à entrada do armazém que tem o número 7 de polícia e serve para escritório e uma loja que serve de carvoeira, à dita praça dos Lavradores, número 5 de polícia, não entrando no contrato o alto da casa que faz parte do mesmo prédio, tem o número 6 de polícia e serve de habitação».

<sup>207</sup> ABM, RN, liv. 3084, fls. 75-79: 28 de agosto de 1913: foram primeiros outorgantes João Frederico Rego e consorte Dona Isabel Carmo Santos Rego e segundos outorgantes Richard Robert Faber, sócio-gerente de Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, e William Ramsdale Bardsley, sócio-gerente de William Hinton & Sons.



A renda mensal cifrou-se em 100 escudos. Além do forno, aquele industrial contratou o fornecimento de matéria-prima a 1,6 escudos por caixão, «posta no local do embarque no Ilhéu de Baixo» e medida à chegada ao Funchal, obrigando-se a extrair anualmente entre 300 e 900 caixões<sup>208</sup>, mas em anos favoráveis esse valor podia ascender a 1200 caixões. As despesas com a extração e transporte da matéria-prima ficaram por conta dos arrendatários, salvaguardando-se a atualização do preço do caixão de pedra de cal em função da inflação verificada, quer em salários quer em géneros alimentícios<sup>209</sup>. Por último, o contrato de locação abrangia «todo o existente no negócio de exploração, de fabrico e venda de cal, que era feito em conta de participação com a firma» William Hinton & Sons, cujo valor se cifrava em 4 959,4 escudos<sup>210</sup>.

Após sucessivos contratos de aluguer, João Frederico Rego alienou os imóveis localizados no Largo dos Lavradores e os

«direitos de exploração das pedreiras situadas no Ilhéu de Baixo adjacente à ilha do Porto Santo, denominadas Pedreira Casa Dum Água, Pedreira da Ponta de Dona Isabel, Pedreira da Fonte, Pedreira do Pernambuco, Vieiro por cima das duas vieiras, da Fonte, Vieiro da Formiga e Ponta de Dona Isabel de Baixo».

Esta venda relacionou-se com a execução do crédito hipotecário presente na escritura de 1911, ficando contratualizados 9000 escudos pelo prédio urbano e 1000 escudos pelos direitos de exploração das pedreiras<sup>211</sup>. Porém, este forno constava em nome de Maria Amélia de Andrade, em 1925<sup>212</sup>. Deste modo, Andrade & Filhos parece ter duplicado a sua participação no negócio da cal, a qual podia representar cerca de 42% de quota de mercado no final da segunda década do século XX.

---

<sup>208</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 71-72: utilizou-se caixões no transporte da pedra de cal para não danificar os cascos das embarcações.

<sup>209</sup> ABM, RN, liv. 3084, fls. 76v.º-77v.º, 28 de agosto de 1913: definiu-se o exercício da indústria e multou-se o incumprimento no fornecimento de matéria-prima, determinados no início do ano civil em «25% da pedreira denominada *casa dum água*, incluindo até 10% do correjo da mesma, 50% da denominada *Ponta de Dona Isabel* e 25% dos chamados *Fonte* e *Pernambuco*», em 3000 escudos; a firma arrendatária ficou com o direito de preferência na compra do forno de cal e nos direitos de exploração das pedreiras.

<sup>210</sup> ABM, RN, liv. 3084, fls. 78-78v.º, 28 de agosto de 1913: dizia respeito a «51 toneladas de carvão a 9\$46,5 – 487\$44; devedores como de uma relação arquivada em meu cartório e que será copiada nos traslados desta escritura: 1265\$08; saldo de cal fornecida ao depósito: 52\$83; pedra calcária: 293 caixões no forno a 3\$74, 238 ditos e um quarto na loja a 3\$74 e 56 idem na rua a igual preço, e 163 e um quarto na praia, a 3\$44, 115 moios de cal a 3\$40,4 e 10 alqueires caramelo».

<sup>211</sup> ABM, RN, liv. 3160, fls. 61v.º-63v.º, 23 de dezembro de 1919: transacionou-se entre João Frederico Rego e Dona Mercês Ricardina dos Santos Rego, outorgando por si e como procuradora do marido, e Dona Maria Amélia de Andrade, com desconto de 2 035,722 escudos de um crédito hipotecário.

<sup>212</sup> ABM, DSIEV, liv. 2385, p. 10: processo n.º 137, com vistoria preliminar a 24 de março de 1925.

O forno de cal na Travessa da Malta, assim como a estufa e demais dependências do imóvel, foram arrendados em 1920 a Pereira & Farinha, representada no ato notarial pelo sócio-gerente Vicente Cândido Gonçalves Farinha<sup>213</sup>. O contrato, válido por dez anos, principiou em dezembro do ano anterior. No entanto, uma das cláusulas admitia que «a firma arrendatária poderá desistir deste contrato quando seja revogada a legislação actual», isto é, o imposto sobre a importação de cal, criado pela Lei n.º 859, de 25 de agosto de 1919. Apesar de não integrar o objeto locado, ficou estipulado inativar as pedreiras, mas assegurou-se o direito de preferência em «caso de venda da fábrica e das respectivas pedreiras». Ainda no decurso desse ano, a firma Pereira & Farinha celebrou um contrato de sublocação com Andrade & Filhos, tendo por objeto metade do referido prédio na Travessa da Malta<sup>214</sup>. Segundo as apostilas no livro de registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas, este forno transitou para José Pinto e deste para Alfredo Marcelino Camacho<sup>215</sup>.

Neste período de cartelização, João de Pontes Leça pretendeu licenciar um forno de cal na rua do Conselheiro Vieira e Travessa de São Paulo, em 1910. Já Manuel Gomes da Silva e Anacleto Joaquim Telo constituíram a Sociedade das Quebradas para explorar três pedreiras calcárias no ilhéu de Baixo – *Casa D'Uma Água, Amarelos e Ponta do Ilhéu* – e um forno no Larginho de S. João, no Funchal<sup>216</sup>. Os imóveis e direitos de exploração integraram o capital social em partes iguais, ascendendo a 1 000 000 de réis. Decorridos cerca de dois anos, o primeiro vendeu a sua quota e, decorridos poucos meses, o segundo alienou a sua participação, sendo compradores Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, William Hinton & Sons, Andrade & Filhos,

---

<sup>213</sup> ABM, RN, liv. 3187, fls. 90v.º-92, 16 de fevereiro de 1920: o prédio pertenceu a Carlos Olavo Correia de Azevedo e esposa, Dona Maria Adelaide Cabral Correia de Azevedo, a Dona Leonilde Vilhena de Lagos e ao major Américo Olavo Correia de Azevedo, os quais cobravam 180 escudos de renda mensal. *Diário da Madeira*, 1916-08-10, p. 2: a empresa publicitou a venda da «verdadeira cal fabricada na Madeira» na Rampa de D. Manuel, a 5 escudos ao moio (cal de traçar) ou 5,4 escudos (cal de reboco).

<sup>214</sup> ABM, RN, liv. 3188, fls. 71v.º-72v.º, 6 de abril de 1920: outorgado pelos sócios-gerentes Vicente Cândido Gonçalves Farinha, da firma Pereira & Farinha, e Francisco de Andrade, da firma Andrade & Filho.

<sup>215</sup> ABM, DSIEV, liv. 2385, p. 7.

<sup>216</sup> ABM, GC, caps. 68-4 e 68-5, 22 de fevereiro de 1905: concedeu-se alvará a Anacleto Joaquim Telo para o forno no Larginho de São João. ABM, RN, liv. 3046, fls. 46v.º-48v.º, 28 de junho de 1910: o primeiro ficou com a «gerência e administração» e o segundo com a «superintendência e direção dos trabalhos de extracção da pedra calcária no local das pedreiras e do transporte dela para o Funchal». ABM, GC, cap. 68-5, 9 a 18 de julho de 1910: processo de licenciamento do forno de João de Pontes Leça.

Pereira & Farinha e António Joaquim de Freitas<sup>217</sup>. Por aqui se atesta a resiliência do cartel, designadamente a cláusula que inviabilizava os vendedores de retomarem este ramo industrial, ao ponto de se formar uma sociedade para importar cal de fabrico nacional ou estrangeiro, em 1913<sup>218</sup>.

#### 4.2 Os Fornos de Cal em São Vicente e outras Localidades

A destruição da documentação municipal de São Vicente no levantamento de 12 de abril de 1868 dificultou o estudo de boa parte dessa centúria<sup>219</sup>. Não obstante, no século XX estavam implantados fornos de cal nos sítios do Lombo do Cravo, Barrinho, Queimadinha e Quinta do Calhau, todos na freguesia de São Vicente, embora se calcinasse calcário em fornos de campanha aquando da construção de igrejas e moradias<sup>220</sup>. Assim, no mapa das atividades industriais solicitado pelo administrador do concelho aos regedores de Ponta Delgada e Boaventura, em 1859, discriminavam-se os «moinhos de espremer cana, ditos de trigo, alambiques de destilação, estufas de melhorar vinhos, fábricas de velas, fábricas ou fornos de cal, curtumes, olarias e teares»<sup>221</sup>. Por essa altura, laborava pelo menos um forno de cal, explorado por Francisco Pestana Dinis<sup>222</sup>.

No âmbito do Inquérito de 1887, concluiu-se que o afloramento calcário dos Lameiros era explorado «á crusta de onde se extrai cal para consumo da freguesia», mas advogou-se que a abertura de uma estrada permitiria fazer «depósitos de pedra para exportar para qualquer outro ponto»<sup>223</sup>. Alguns testemunhos coevos

---

<sup>217</sup> ABM, RN, liv. 3068, fls. 1-2v.º, 23 de março de 1912: transacionou-se a quota por 1 000 000 de réis, tendo o outro sócio abdicado do direito de preferência. ABM, RN, liv. 3072, fls. 47-48v.º, 3 de agosto de 1912: vendeu-se por 1 350 000 réis, correspondendo 500 000 réis a metade dos imóveis e 850 000 réis de direitos de exploração.

<sup>218</sup> ABM, RN, liv. 3299, fl. 12, 15 de julho de 1913: a sociedade José de Quintal & C.<sup>a</sup> tinha por associados o trabalhador José de Quintal, o pedreiro António Fernandes, os empreiteiros José da Costa Júnior e Manuel Gomes Pernet e o carpinteiro Vitorino António de Gouveia, os quais subscreveram o capital social de 200 escudos em quotas iguais.

<sup>219</sup> ABM, ACSVC, liv. 26, fl. 71, 20 de abril de 1868: ofício de Cândido Mendes Diniz, vice-presidente da câmara municipal e administrador do concelho, ao Governador Civil; fl. 77-77v.º, 7 de julho de 1869. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 495-496.

<sup>220</sup> PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 496-499. PACHECO, 2022, «Cal, indústria da», pp. 723-724.

<sup>221</sup> ABM, ACSVC, liv. 9, fl. 29v, 20 de novembro de 1858; fl. 31, 17 de janeiro de 1859.

<sup>222</sup> RIBEIRO, 1990, «A indústria da cal em São Vicente (1680-1903)», p. 4.

<sup>223</sup> *Inquérito Sobre a Situação Económica da Ilha da Madeira [...]*, 1888, p. 78. Cf. RIBEIRO, 1990, «A indústria da cal em São Vicente (1680-1903)», p. 4.

destacaram os «vestígios de dois fornos de cal, que foram provavelmente abandonados pela dificuldade dos transportes»<sup>224</sup>. Por esse motivo, a Câmara adquiriu cal e fretou embarcações a arrais da Ribeira Brava e Campanário, na última década desta centúria<sup>225</sup>.

Na primeira metade do século XX, o concelho de São Vicente destacou-se na produção de laticínios, bordados e cal, esta última em três fornos que produziam «a cal consumida no concelho»<sup>226</sup>. No início da década de 70, verificou-se uma tentativa para reativar esta indústria através da constituição da Sical – Sociedade Industrial de Cal, Lda. Todavia, uma das razões para o declínio desta produção relacionou-se com a compra de carvão no Funchal e transporte em sacas de serapilheira por embarcações de cabotagem e depois por carregadores, cujo custo equivaleu a mais de 75% dos custos de produção na década de 20. Acresciam os carretos da cal em sacas de serapilheira em finais da década de 50, que podiam representar até um décimo do valor do produto quando transportado para os sítios mais distantes na freguesia de São Vicente, mas igualmente para o depósito de revenda de cal em Ponta Delgada<sup>227</sup>.

---

<sup>224</sup> RAMOS, 1879, *Ilha da Madeira*, pp. 198-199. RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do século XX* [...], p. 107: conclui-se que o afloramento calcário de São Vicente produz «uma quantidade insignificante de cal».

<sup>225</sup> ABM, Câmara Municipal de São Vicente (CMSVC), liv. 11, fl. 48v.º, 16 de maio de 1896: pagou-se 2100 réis ao arrais Manuel José Ferreira, da Ribeira Brava; fls. 51v.º-52, 11 de junho de 1896: pagou-se 8000 réis à firma Viúva Biscoito, Filhos & C.ª por dois barris de cimento; 6800 réis a António Joaquim de Freitas, do Funchal, por dois moios de cal; 12 300 réis ao mencionado arrais da Ribeira Brava por três moios de cal e sacas usadas no transporte; 1400 réis ao arrais Manuel de Abreu, do Campanário, respeitantes ao frete de dois moios de cal; fl. 64v.º, 1 de setembro de 1896: pagou-se 12 300 réis ao arrais Manuel Pereira, do Campanário, por três moios de cal, sacas e respetivo frete; fl. 66v.º, 19 de setembro de 1896: pagou-se 4100 réis ao mesmo arrais por um moio de cal e respetivo frete. ABM, CMSVC, liv. 321, fl. 29, 26 de maio de 1896; fls. 34v.º-36, 13 de junho de 1896; fl. 54, 1 de setembro de 1896; e fl. 60, 19 de setembro de 1896. Cf. TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 19: aludiu-se os grandes barcos de Machico e do Campanário que transportavam carga e passageiros para a costa norte nos meses de verão e outono.

<sup>226</sup> ABM, DSIEV, n.º 2386, fl. 10: processo n.º 93, requerido por António Maria de Freitas a 6 de julho de 1943. ABM, CMSVC, liv. 608, fls. 1-1v.º, 21 de maio de 1945: registou-se uma pedreira com referências ao forno de cal de João Romão de Freitas e António Martinho de Freitas (ou António Maria de Freitas). ABM, CMSVC, liv. 174, 13 de setembro de 1947: Abel Maria de Oliveira solicitou licença para «fazer uma reparação e aumentar uma fiada no seu armazém *Forno de Cal*». ABM, JGDAFUN, Pt. 3082-2, 2 de setembro de 1947: a DSIEV oficiou a Junta Geral que «o resultado da vistoria foi unanimemente aprovativo e não houve reclamações». ABM, ACSVC, liv. 20, fl. 33v.º, 9 de maio de 1935. SARMENTO, 1944, «Bi-centenário da Vila de São Vicente», p. 5. SARMENTO, 1953, *Freguesias da Madeira*, p. 244.

<sup>227</sup> PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 508 e 515-519.

A Câmara Municipal de São Vicente tomou conhecimento de um ofício da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, em 1946, acerca da «existência de algumas pedreiras em laboração sem estarem declaradas». Aquela entidade lembrou o cumprimento do Decreto n.º 13642, de 7 de maio de 1927, responsabilizando a edilidade por «mandar elucidar os exploradores de pedreiras situadas nesse concelho e ao mesmo tempo convencê-los a cumprir as disposições do citado decreto»<sup>228</sup>. Em 1956, constou nova referência à legislação mineira, neste caso no âmbito de uma compilação dos recursos geológicos do país<sup>229</sup>.

O primeiro registo de uma «pedreira de calcário carbonatado no sítio dos Lameiros» datou de 1945, afirmando-se que a descoberta resultou de «exame de trabalhos antigos»<sup>230</sup>. Esta menção reforça a ideia de se conhecer e explorar este afloramento há muitas décadas. Neste caso, o filão encontrava-se em propriedade pertencente a João Romão de Freitas, de Ponta Delgada, e a «Gregório de Oliveira e outros, residentes em São Vicente», os quais exploravam um forno de cal na Achada do Furtado do Barrinho. O segundo, e último registo, foi efetuado em 1959 por Eduardo Mendes, residente nas Feiteiras, em São Vicente. Segundo o próprio, fez-se a «descoberta» em propriedade que lhe pertencia e a João de Andrade, residente no Cascalho, e a outros<sup>231</sup>. Passados poucos anos, as empresas concessionárias de minas no concelho de São Vicente ficaram isentas do pagamento de licença, conforme o regulamento aprovado em 1962, provavelmente com o propósito de estimular esta indústria<sup>232</sup>.

---

<sup>228</sup> ABM, CMSVC, liv. 608, 3 de dezembro de 1946: deveu-se a uma viagem à Madeira de dois engenheiros da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

<sup>229</sup> ABM, CMSVC, liv. 24, fl. 286v.º, 19 de maio de 1956: a Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos solicitou «o envio dos elementos a que se refere o Decreto n.º 39669, de 20 de maio de 1954».

<sup>230</sup> ABM, CMSVC, liv. 608, fls. 1-1v.º, registo n.º 1, 21 de maio de 1945: definiu-se o ponto de partida da pedreira a sul do forno de cal de João Romão de Freitas e António Martinho de Freitas, a 150 m de distância, confrontando a norte com o Pico das *Velhas* ou Pico do ribeiro do Rato, a sul com a Achada do Furtado, a leste com o Estado e a oeste com diversos proprietários. *Anuário Comercial de Portugal*, 1943, vol. II, p. 3333: elencam-se Gregório Januário de Oliveira, João Januário de Oliveira, João Mendes Quental, José Maria Vieira, Manuel José de Castro Júnior e Manuel Nunes de Freitas como exploradores de mina de calcário, mas não se mencionam fornos de cal.

<sup>231</sup> ABM, CMSVC, liv. 608, fls. 1v.º-2, 4 de novembro de 1959: definiu-se as confrontações a norte com o córrego, a sul com o Lombo do Areaço, a leste com os baldios municipais e a oeste com o Poço do Vimieiro, ficando o ponto de partida a 250 m a norte do referido Lombo. *Boletim de Minas (Nova Série)*, 1960, n.º 4, p. 28: registou-se a 4 de novembro, com o n.º 1, no sítio do Cascalho, freguesia de São Vicente, acompanhado de uma nota de anulação do registo, embora erroneamente identificado no Distrito de Angra do Heroísmo.

<sup>232</sup> ABM, CMSVC, liv. 27, fls. 122-122v.º, 6 de abril de 1962: aludiu-se ao Decreto n.º 3188, de 14 de fevereiro de 1942.

A exploração mineira acarretou alguns perigos, designadamente ao preparar as denominadas «brocas»<sup>233</sup>. As apólices das companhias de seguro no período de 1948 a 1950 cobriam lavras de duração mensal, pois esta atividade tinha carácter sazonal<sup>234</sup>. O seguro aplicava-se unicamente aos brocadores, autorizados a manusearem a pólvora em dias úteis e feriados, exceto ao domingo, estabelecido como dia de descanso semanal. Os trabalhos assemelhavam-se às frentes de desmonte no ilhéu de Baixo, designadamente perfurar o calcário com malho, escopro e picareta e inserir rastilho e material explosivo<sup>235</sup>. Todavia, a fiscalização técnica determinou

«para cada caso, as cargas máximas que poderão ser empregadas nos furos de broca, o comprimento destes e bem assim todas as precauções que terão de adoptar-se para evitar as explosões extemporâneas ou a projecção a distância de estilhaços de rocha»<sup>236</sup>.

A população anciã dos Lameiros rememora um acidente mortal numa pedreira, ocorrido no dia da Festa do Sagrado Coração de Jesus. De facto, a 20 de junho de 1952, numa sexta-feira de feriado religioso, João Alexandre, de 36 anos, e João Gregório de Andrade, de 50 anos, ficaram soterrados na sequência de um desmoronamento, sobrevivendo um trabalhador «que ficara apenas preso por uma perna – e nem um arranhão sofrera». No resgate das vítimas, efetuado por populares que acorreram ao local, constatou-se que «o entulho esfacelara-lhes os corpos»<sup>237</sup>. Estes óbitos foram participados na Conservatória do Registo Civil pelo brocador António Diniz, o qual referiu que teriam ocorrido pelas 9:45 horas<sup>238</sup>.

---

<sup>233</sup> ABM, ACSVC, liv. 11, fl. 24v, 17 de maio de 1887: um Edital do Governo Civil alertou para a «forma de dar o fogo em pedreiras livres como de ter fogo de artifício». ABM, ACSVC, liv. 15, fls. 76-76v.º, 10 de setembro de 1910: alertou-se os regedores para os perigos da utilização do cloreto de potássio no fabrico de fogo-de-artifício «nem tão pouco o seu emprego no carregamento de minas (brocas) o que tem produzido não só danos materiais como também perda de vidas».

<sup>234</sup> Arquivo da família Oliveira, apólice da Companhia de Seguros Fidelidade (27 de abril a 26 de maio; 22 de setembro a 21 de outubro de 1948; e 15 de setembro a 14 de outubro de 1949) e da Companhia de Seguros Aliança Madeirense (6 de junho a 5 de julho de 1950).

<sup>235</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 39: afirma-se que os fogueistas preferiam a pólvora de guerra. MADURO, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», p. 10: inseria-se pólvora bombardeira (enxofre, carvão de vide ou de carrasca e nitrato do Chile) e rastilho no orifício aberto pela broca, selando-se com pó de pedra. TORRES, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», p. 63: referiu-se a iluminação do interior das galerias com azeite de baleia, na preparação de explosivos e ao britar o calcário. NEVES *et al.*, 2013, «As indústrias locais em São Vicente», pp. 51-52. INÁCIO, 2021, *Os Fornos de Cal Artesanais de Pataias [...]*, pp. 75-76.

<sup>236</sup> *Diário do Governo*, 1927-05-07, n.º 103/1927, Série I: Decreto n.º 13642: no capítulo II, referiu-se os preceitos a seguir na lavra de pedreiras, nomeadamente a céu aberto.

<sup>237</sup> *Jornal da Madeira*, 1952-06-21, p. 1: celebrou-se a Festa do Sagrado Coração de Jesus no dia anterior, tal como se rememora na tradição oral; ambos casados, João Alexandre tinha seis filhos e João Gregório cinco.

<sup>238</sup> ABM, Conservatória do Registo Civil de São Vicente (CRCSVC), liv. 1062: registos de óbito n.º 72 e n.º 73. NEVES *et al.*, 2013, «As indústrias locais em São Vicente», p. 53. Cf. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, pp. 45-46: aludiu-se a acidentes mortais nas pedreiras do ilhéu de Baixo.

A análise aos calcários dos Lameiros, realizada no Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências de Lisboa em meados da década de 60, classificou-os com «ótima qualidade, facto que se reveste de grande interesse económico para o concelho»<sup>239</sup>. No âmbito do interesse despertado, um grupo de 35 estudantes do Centro Universitário de Lisboa realizou uma visita de estudo às «furnas existentes no concelho de São Vicente»<sup>240</sup>.

A Sical – Sociedade Industrial de Cal, Lda., foi constituída em 1961<sup>241</sup>. Tinha o capital social de 100 000 escudos – uma quota de 70 000 escudos da sociedade José de Sousa & Irmãos, do Funchal, e outra de 30 000 escudos do casal João de Andrade Júnior e Ilda de Andrade Mendes, de São Vicente – e definiu a sua sede no sítio do Cascalho, tendo por objeto «a exploração de calcário ou outros elementos existentes no subsolo de prédios, bem assim a manufactura, indústria e comércio dos mesmos». Ainda antes de se iniciar o fabrico de cal, reforçou-se o capital social em 1969, competindo 350 000 escudos a José de Sousa & Irmãos e 150 000 escudos a João de Andrade Júnior e esposa<sup>242</sup>.

A implantação da Sical acarretou a aquisição de alguns prédios rústicos logo em 1963, o primeiro localizado no sítio do Cascalho, por 2000 escudos, outro no local chamado Barrinho, por 3000 escudos, e o terceiro no sítio da Queimadinha, por 2000 escudos. No ano imediato, adquiriu-se «um prédio rústico no Sítio da Quinta» por 50 000 escudos, onde se erigiram dois armazéns conforme o projeto apresentado<sup>243</sup>. Assegurou-se o abastecimento de água em 1969 e a vistoria preliminar que permitiu iniciar a produção em 1970, publicitada com a afixação de um letreiro. Os investimentos realizados nesse ano contemplaram ainda a aquisição de algumas parcelas de terreno e a abertura de uma estrada para facilitar

---

<sup>239</sup> *Diário do Governo*, 1954-05-20, n.º 110/1954, Série I: Decreto n.º 39669. ABM, CMSVC, liv. 28, fl. 134v.º, 18 de junho de 1965. ROMARIZ, 1971, «Notas Petrográficas sobre Rochas Sedimentares Portuguesas [...]», pp. 29 e 32-33: referem-se diferentes análises aos calcários dos Lameiros, variando a percentagem de carbonato entre 88,7 e 99%. PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, p. 187: menciona-se que «não só a extensão desta mina de calcário como a sua existência, nesta Ilha, representam pela quantidade e pela qualidade um tesouro de matéria-prima fecundíssimo e de rica industrialização».

<sup>240</sup> ABM, CMSVC, liv. 29, fl. 32, 24 de março de 1966: apoiou-se a atividade prevista para 30 de março a 8 de abril, pois «tal estudo será acompanhado de documentários filmados [e] muito contribuirá para uma maior divulgação do património turístico e cultural do concelho».

<sup>241</sup> ABM, RN, liv. 8040, fls. 61v.º-65, 16 de junho de 1961. *Diário do Governo*, 1961-08-08, n.º 185/1961, Série III.

<sup>242</sup> ABM, RN, liv. 9965, fls. 69-71, 18 de dezembro de 1969.

<sup>243</sup> ABM, RN, liv. 11133, fls. 87v.º-89v.º, 5 de dezembro de 1963. ABM, RN, liv. 11134, fls. 84-85v.º, 11 de maio de 1964. ABM, RN, liv. 11147, fls. 15v.º-17, 4 de novembro de 1969: retificou-se a escritura anterior. ABM, RN, liv. 8471, fls. 5v.º-9, 5 de novembro de 1969. ABM, CMSVC, liv. 30, fl. 76v.º, 24 de outubro de 1968: apresentou-se a planta dos armazéns. ABM, CMSVC, liv. 184, fls. 82v.º-83, 24 de outubro de 1968.

o transporte da matéria-prima<sup>244</sup>. Porém, a Sical encerrou as instalações em 1973 e no ano imediato desistiu do abastecimento de água e vendeu a Quinta do Calhau à União Exportadora de Cestos, Lda.<sup>245</sup>.

Rita Correia Teixeira de Agrela, descendente de Roque de Agrela, pretendia conservar um forno de cal no sítio do Espírito Santo, em Câmara de Lobos (Imagem n.º 7), além de explorar duas pedreiras no ilhéu de Baixo, em 1915<sup>246</sup>. O referido forno encontrava-se em nome de Manuel Joaquim da Trindade, em 1937, e na década seguinte no de José Maria Branco. Nos anos 50, pertenceu à Empresa Industrial Madeirense e, segundo os próprios, fabricava a melhor cal para reboco, mas as queixas relacionadas com a emissão de fumos e mau cheiro determinaram o fim da laboração, por volta de 1960<sup>247</sup>. Em virtude desta contingência, aquele industrial procurou-se instalar um forno de cal na ilha do Porto Santo. O requerimento para obter o alvará datou de 12 de julho e o edital de 10 de dezembro de 1955, mas a vistoria preliminar apenas ocorreu a 24 de maio de 1964, e a complementar a 20 de julho de 1966<sup>248</sup>.

---

<sup>244</sup> ABM, CMSVC, liv. 30, fl. 185v.º, 11 de setembro de 1969. ABM, CMSVC, liv. 31, fl. 6v.º, 13 de novembro de 1969; fl. 68, 9 de julho de 1970. ABM, CMSVC, liv. 185, fls. 12v.º-13, 7 de julho de 1970. ABM, JGD AFUN, Pt. 3082-3, 16 de março de 1970: a DSIEV comunicou o parecer positivo ao «pedido para a instalação de um forno de cozimento de pedra calcárea» no sítio da Quinta do Calhau, solicitado pela Sociedade Industrial de Cal, Lda. ABM, DSIEV, liv. 2386, fl. 10: o requerimento para a «fabricação de cal comum» deu entrada a 30 de abril de 1970. ABM, RN, liv. 11147, fls. 97-98, 6 de maio de 1970.

<sup>245</sup> ABM, CMSVC, liv. 33, fl. 30v.º, 9 de maio de 1974. ABM, RN, liv. 11154, fls. 54-56, 12 de julho de 1974: mandatados pela Assembleia Geral de 2 de abril de 1973, Álvaro de Sousa, em representação de José de Sousa & Irmãos, e João de Andrade Júnior efetuaram esta transação por 625 000 escudos. Cf. MENDES, 2000, *A indústria da Cal no Concelho de Penacova* [...], pp. 20-21: enumeram-se diversos fatores relacionados com o abandono da indústria da cal nas décadas de 60 e 70 do século XX. MADURO, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», p. 18: elencam-se as dificuldades desta indústria, tais como a falta de mão-de-obra, o horário de trabalho e a remuneração dos operários.

<sup>246</sup> ABM, GC, liv. 82, fls. 70-70v.º, 14 de abril de 1915. RIBEIRO, 1991, «A indústria da Cal em Câmara de Lobos», pp. 253-254: refere-se o projeto de ampliação e restauro do fosso. RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, p. 49: no testamento de José Paulo Agrela, lavrado em 1821, consta a venda do forno de cal a Fernando José Pereira, da Calheta, por 103 000 réis.

<sup>247</sup> *Diário de Notícias*, 1952-02-20, p. 3. *Diário de Notícias*, 1952-05-18, p. 4. *Diário de Notícias*, 1952-06-15, p. 7: referiu-se a empresa de José Maria Branco Júnior. *Diário de Notícias*, 1953-09-30, p. 2: anunciou-se a compra de sacas para cal. ABM, Câmara Municipal de Câmara de Lobos (CMCLB), liv. 816, fls. 80-81, 14 de abril de 1980: adquiriu-se o prédio a José Maria Branco Júnior e esposa, Guilhermina Rodrigues, por 500 000 escudos. RIBEIRO, 1991, «A indústria da Cal em Câmara de Lobos», p. 255: afirma-se que o prédio tem 352 m<sup>2</sup>, correspondendo 152 m<sup>2</sup> a um armazém com duas divisões. CARITA, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, vol. I, p. 155: em nota de pé de página, refere-se que a Câmara entregou o imóvel à Secretaria Regional do Turismo e Cultura, em 1983, para nele se instalar um posto informativo.

<sup>248</sup> ABM, DSIEV, n.º 2386, fl. 41: processo n.º 407, destinava-se a um forno de cal na Serra de Fora. ABM, JGD AFUN, Pt. 3082-2, 8 de junho de 1955: o parecer da DSIEV foi favorável ao requerimento de José Maria Branco para um forno de cal. *Diário de Notícias*, 1955-12-10, p. 2: referiu-se as confrontações do forno, a norte com herdeiros de António Luís Pimenta e outros, a sul e a leste com o mar e a oeste com o calhau. ABM, CMPST, liv. 17, fl. 122, 11 de junho de 1964: recebeu-se uma cópia do auto de vistoria da DSIEV.



Imagem n.º 7 – Forno de cal de Câmara de Lobos (post. 1874)



Fonte: ABM, MFM-AV, Photographia Vicente, n.º inv. 86.

A própria condução de alguns materiais pelas ruas de Câmara de Lobos, tais como cal e areia, tinha de se efetuar de modo a não incomodar os transeuntes nem conspurcar a via pública. Aliás, a postura sobre higiene e salubridade deste município, de 1952, interditou «amassar barro, fazer qualquer argamassa e queimar cal, sem licença da Câmara» bem como «quebrar carvão e cal, cortar ou partir quaisquer objectos de que resulte sujar-se a via ou lugar público, ou fazer qualquer serviço que produza pó, fumo ou mau cheiro»<sup>249</sup>.

---

<sup>249</sup> ABM, CMCLB, liv. 594: o artigo 108.º do código de posturas de 1904, puniu os infratores em 400 réis; Postura sobre higiene e salubridade pública de 1952: no artigo 1.º, pontos 8.º e 9.º, estipulou-se 50 escudos de multa.

Na freguesia de Gaula também laborou um forno de cal no sítio do Porto Novo, pertencente a Constantino José Lobo. Este tinha a particularidade de integrar um prédio rústico onde, em 1897, uma sociedade constituída conjuntamente com António Joaquim de França e Joaquim José de Gouveia pretendia montar «uma fábrica de moagem de cana doce e destilação de aguardente», ainda que na escritura se estipulasse a interdição de calcinar calcário durante a laboração do engenho<sup>250</sup>. No entanto, não encontramos referências a Constantino José Lobo no livro de registo de pedreiras da Câmara Municipal do Porto Santo; apenas um registo em nome de Joaquim José de Gouveia, em agosto de 1900. Posteriormente, na escritura de administração e obrigação de bens de Constantino José Lobo e consorte em 1909, estes assumiram-se como

«senhores e possuidores de diversos prédios situados nas freguesias de Gaula, Caniço, uma pedreira na ilha do Porto Santo, e uma fábrica de moagem de cana doce e destilação de aguardente e um forno de cal situados na freguesia de Gaula ao sítio do Porto Novo»<sup>251</sup>.

Não obstante, José Nascimento apresentou uma declaração em 1930 para explorar uma pedreira de calcário vulgar no Caniço<sup>252</sup>, mas desconhecemos por completo a sua localização. A publicação oficial da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos também não mencionou pedreiras de calcário na ilha da Madeira até à década de 1960<sup>253</sup>. Certo é que, decorrido um lustro, o forno de cal de Nascimento & Irmãos, no Porto Novo, recebeu uma vistoria para efeitos de licenciamento. Voltamos a encontrar outro pedido para instalar um forno de cal no Porto Novo em 1948, desta feita por iniciativa de descendentes da família Lobo<sup>254</sup>.

---

<sup>250</sup> ABM, RN, liv. 2377, fls. 19-20, 5 de fevereiro de 1897: a sociedade foi formada com três participações iguais, de 1 000 000 de réis.

<sup>251</sup> ABM, RN, liv. 951, fls. 43-45v.º, 3 de junho de 1909: Francisco Araújo de Abreu, Joaquim Teixeira, Manuel Celestino de Nóbrega, António José Lobo de Matos, Urbano José Lobo, Manuel de Matos Sénior, Nuno José Lobo e Domingos José Lobo de Matos foram os administradores dos bens; o contrato vigorou por cinco anos, prorrogável por períodos idênticos, contra o pagamento mensal de 20 000 réis; este contrato surgiu na sequência de outro referente a uma dívida de 14 000 000 de réis que Constantino José Lobo e consorte contraíram com a Caixa Económica da Associação de Socorros Mútuos 4 de Setembro de 1862. ABM, RN, liv. 2979, fls. 78v.º-81v.º, 18 de setembro de 1907.

<sup>252</sup> *Boletim de Minas. Ano de 1930, 1932*, p. 176.

<sup>253</sup> *Boletim de Minas (Nova Série)*, 1960, n.º 4, p. 28.

<sup>254</sup> ABM, DSIEV, liv. 2385, p. 18: processo n.º 239, requerimento efetuado a 21 de maio de 1934 e vistoria complementar a 6 de abril de 1935. ABM, JGD AFUN, Pt. 3084-3: o engenheiro-chefe da circunscrição industrial previa realizar a vistoria nos dias 5 e 6 de abril de 1935. ABM, JGD AFUN, Pt. 3082-2: a DSIEV não se opôs à pretensão de Constantino José Lobo, Jaime José Lobo, João José Lobo e Bela Pereira de Canha Lobo. Cf. BRANCO, 2024, «A Vida Social dos Georrecursos [...]», pp. 823-824: os fabricantes de cal estabelecidos no arquipélago procuraram impedir este licenciamento.

O registo de minas e pedreiras para efeitos de obtenção dos direitos de exploração também ocorreu em Machico. Em 1953, o advogado Remígio António Gil de Spínola Barreto apresentou um manifesto em que «por simples pesquisa e inspecção da superfície – descobriu a existência de pedra branca e pedreira de pedra branca pra fazer cal ou outras substâncias» no sítio conhecido por «Monte Gordo», na freguesia do Caniçal. O ponto de partida distava 100 metros da capela de Nossa Senhora da Piedade e igual distância do mar<sup>255</sup>.

A tipologia e funcionamento dos fornos de cal ficavam definidos nos processos de licenciamento. Tendo em consideração essas disposições, sabemos que a cobertura se fazia por «uma cúpula abobadada, tendo na parte superior uma pequena abertura ou chaminé para saída do fumo e gases resultantes do fabrico». Além dessa abertura, que culminava numa chaminé elevada mais de um metro relativamente ao espigão das habitações situadas num raio de 50 metros, existia «uma ou duas entradas através da cúpula para serviço da carga do forno, entradas que serão fechadas com portas de ferro, abrindo-se tão-somente para se efectuar a carga do forno»<sup>256</sup> (Imagem n.º 8). No que respeitou à laboração, as advertências compreendiam a utilização e o armazenamento do carvão de pedra, «não se permitindo dentro do edifício depósito de combustível em quantidade superior à que pode ser consumida por 24 horas». Por último, recomendava-se que o edifício tivesse muros em alvenaria com 60 centímetros de espessura mínima, independentes das paredes do forno<sup>257</sup>.

---

<sup>255</sup> ABM, Câmara Municipal de Machico (CMMCH), cx. 1129-5, fls. 6v.º-7, 19 de novembro de 1953: o prédio pertencia ao requerente e confrontava «pelo Norte com o mar do Norte e herdeiros de Joaquim Teixeira e outros, Sul com a praia e a rocha ou mar do Sul, leste com herdeiros de Aluísio Bettencourt e outros, e Oeste com o Ribeirão da Prainha e outros».

<sup>256</sup> MESTRE, 2002, *Arquitectura Popular da Madeira*, pp. 197-198: elencou-se o trabalho nos fornos de cal, iniciando-se com a colocação das agulhas que compunham a grelhagem, sobre a qual se intercalavam as camadas de carvão e calcário; a cozedura demorava cerca de dois dias, realizando-se a combustão por circulação de ar ascendente; a descarga de um metro por dia, retirando-se as agulhas uma a uma e transportando-se o calcário para derregar; a secagem e crivagem do produto, para se separarem os detritos; e a comercialização da cal, em sacas de 30 quilogramas. INÁCIO, 2021, *Os Fornos de Cal Artesanais de Pataias* [...], p. 61: considera-se os fornos artesanais de grelha e cinzeiro pouco comuns no país.

<sup>257</sup> ABM, GC, liv. 80, fls. 147-147v.º, 22 de fevereiro de 1905: licenciou-se um forno de cal no Larginho de S. João, em Santa Maria Maior, a Anacleto Joaquim Tello. TRIGO e TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, p. 49: referiu-se o forno de Tello & Velloza no Campo do Conselheiro José Luciano de Castro. Cf. MESTRE, 2002, *Arquitectura Popular da Madeira*, p. 196: menciona-se a construção em alvenaria da casa da cal e do forno, este último em forma de cone invertido e adossado a uma pequena elevação para facilitar a carga dos materiais a calcinar.

Imagem n.º 8 – Forno de cal de Câmara de Lobos (entre 1920 e 1940)



Fonte: ABM, MFM-AV, Álvaro Nascimento Figueira, n.º inv. 5.47.

## 5. Utilização da Cal

O principal ligante na construção civil era uma mistura de cal e pozolana ou gesso, utilizado em Portugal até meados do século XX<sup>258</sup>. Durante um breve período (1889-1920), as estatísticas oficiais da Alfândega do Funchal discriminavam a importação de cimento Portland e gesso calcinado (Gráfico n.º 8), cujos fluxos coincidiram com a construção do cais do Funchal, no final da década de 1880, e os investimentos no saneamento básico, estradas e hidráulica, no início do século XX<sup>259</sup>. Apenas em quatro anos verificou-se maior importação de cimento do que pedra de cal (1909-10 e 1913-14), mas devemos relacionar essa diminuição com o fabrico de cal no Porto Santo e a sua expedição para a Madeira sem o pagamento do imposto, criado apenas em 1919. Nos nossos dias, diversos estudos procuram determinar as razões da fraca durabilidade do cimento ou betão por comparação com as argamassas antigas<sup>260</sup>.

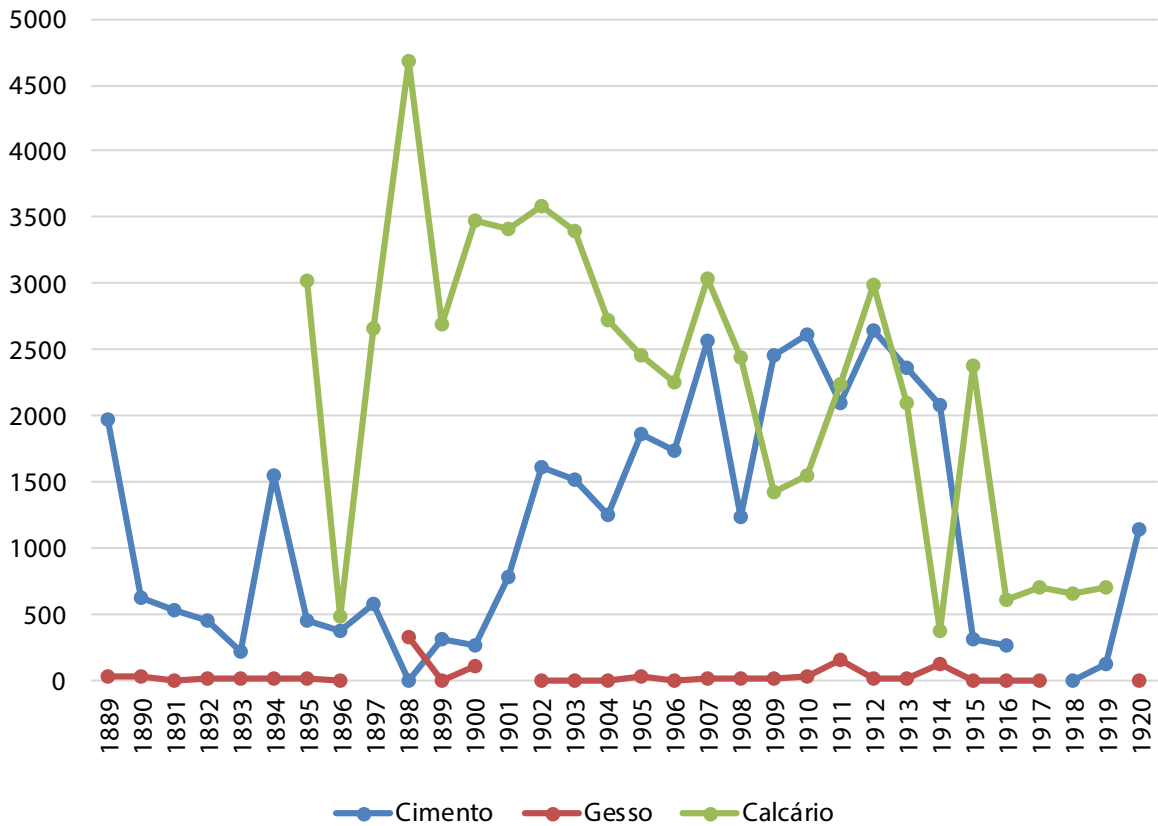
<sup>258</sup> GOMES, [1944], *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica)* [...], pp. 152-162.

<sup>259</sup> *Diário de Notícias*, 1899-06-01, p. 1: a loja de ferragens de Viúva Rego & Filhos vendeu cimento Portland estrangeiro da marca *Estrella*. MOTA, 2016, «Obras públicas na Madeira [...]», pp. 118-124.

<sup>260</sup> MADURO, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», p. 5. RAMOS, 2002, *Análise Experimental e Numérica de Estruturas Históricas de Alvenaria*, pp. 15-16. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 11-16: conclui-se que as patologias associadas ao cimento Portland dão relevo às argamassas à base de cal. MARGALHA, 2011, *Argamassas*, pp. 4-5 e 14-15. SNOW e TORNEY, 2014, *Lime Mortars in Traditional Buildings*, pp. 5-6: refere-se o uso de terra, argila e cal nas edificações, até à difusão do cimento Portland. ALMEIDA, 2015, *Caracterização das argamassas da Muralha Tardo-Romana de Olisipo*, pp. 7-9. CUSTÓDIO, 2015, *Os Fornos de Cal do Baixo Guadiana* [...], pp. 9-13. LLERA *et al.*, 2016, «Artes da Cal. Uso e tradição», pp. 59-62: aponta-se a calcinação milenar da pedra de cal em fogueiras e o seu uso em revestimentos. CHUA, 2018, *Miróbriga: Study of Roman Mortars*, pp. 6-7. TORRALBA *et al.*, s.d., *Argamassas Antigas: Reacção Pozolânica ou Activação Alcalina*. PEREIRA *et al.*, 2022, «A cal nas argamassas para alvenaria [...]», pp. 50-51.

Por isso, o fabrico de cal em moldes tradicionais assume-se cada vez mais como um produto ecológico e de maior plasticidade e resistência, não se restringindo aos trabalhos de recuperação do património classificado<sup>261</sup>.

Gráfico n.º 8 – Importação de cimento, gesso e calcário pela Alfândega do Funchal (1889-1920) (em toneladas)



Fontes: ABM, CMPST, livs. 3-6; *Estatística de Portugal, 1889-1896; Comercio e Navegação, 1897-1920.*

<sup>261</sup> MOREIRA, 1997, «Matérias-primas minerais não-metálicas [...]», pp. 387-389. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 48-67: aplica-se em argamassas e betões, pinturas, estabilização de solos, blocos de terra para alvenaria e revestimentos betuminosos. MENDES, 2009, «Património Cultural, Património Industrial e Estudo de Caso [...]», pp. 86-87. SNOW e TORNEY, 2014, *Lime Mortars in Traditional Buildings*, p. 4. CUSTÓDIO, 2015, *Os Fornos de Cal do Baixo Guadiana [...]*, pp. 17 e 33-37. AGOSTINHO, 2015, *Caracterização e Modelação de um Forno de Produção de Cal*, p. 2: defende-se o uso de cal na construção civil, agricultura, indústrias alimentar, papelreira, farmacêutica, vidreira, metalúrgica, cimenteira, têxtil e no tratamento dos gases de combustão e água canalizada. LLERA *et al.*, 2016, «Artes da Cal. Uso e tradição», p. 61: atribui-se maior qualidade à cal artesanal. PEREIRA *et al.*, 2022, «A cal nas argamassas para alvenaria [...]», pp. 49-50.

A composição das argamassas de cal mereceu particular atenção das autoridades devido à proliferação de licenças de construção na segunda metade do século XX. Além das proporções de cal e areia ditadas pela tradição, as autoridades estavam atentas à composição dos aglomerados betuminosos. Assim, o Governador do Distrito alertou para a «prática frequente de fraudes referentes à substituição de cimento por outros aglomerantes, nomeadamente cal área e hidráulica, que não conferem aos betões as resistências necessárias». No caso do Porto Santo, transmitiu-se o conteúdo desta circular aos zeladores «para tomar[em] conhecimento e cumprirem»<sup>262</sup>. A consolidação dos seixos e calhaus que compunham os padrões decorativos da calçada madeirense também se podia efetuar com as argamassas de cal<sup>263</sup>.

Usava-se a cal para cair imóveis afetos à administração local, ensino, justiça, aquartelamento de forças militares, talhos e cemitérios, mas no século XX definiu-se o reboco e caiação de casas e muros com frente para a rua, com periodicidade quadrienal, e os estabelecimentos comerciais, duas vezes no ano<sup>264</sup>. Porém, a falta de mão-de-obra e a inclemência do clima por vezes dilatavam os prazos estipulados<sup>265</sup>. Outra preocupação das vereações e da própria Delegação de Turismo da Madeira prendeu-se com a «pintura de casas e muros a cores que destoem da paisagem madeirense»<sup>266</sup>. Neste caso, na Madeira optou-se pelo verde para as bocas e o creme

---

<sup>262</sup> ABM, CMPST, liv. 14, fl. 167v.º, 30 de julho de 1959. Cf. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 31-32: afirma-se que a cal hidratada melhorava a qualidade das argamassas, reduzia a fissuração e garantia melhores resultados em assentamentos e revestimentos.

<sup>263</sup> GOMES e SILVA, 2022, «Calçada madeirense», pp. 695-696: refere-se o predomínio de rochas vulcânicas e que as sedimentares serviam para realçar motivos vegetalistas, brasões de armas, monogramas, datas e a cruz de Cristo. Cf. HENRIQUES *et al.*, 2009, *Manual da Calçada Portuguesa [...]*, pp. 13-14: salienta-se a influência romana e árabe, mas começa-se a empedrar as ruas novas nos reinados de D. João II e de D. Manuel I, embora a configuração atual da calçada se deva ao governador do Castelo de S. Jorge em Lisboa, na década de 1840.

<sup>264</sup> ABM, CMSVC, liv. 18, fl. 52, 26 de janeiro de 1929. ABM, CMSVC, Cap. 48-4: proibiu-se a queima de cal em domínio público ou logradouro comum. ABM, CMCLB, liv. 594: as infrações aos artigos 27.º e 28.º do código de posturas de 1904 foram punidas em 1000 réis. ABM, CMPST, liv. 9, fls. 9-19v.º, 25 de julho de 1946: estipulou-se 100 escudos de multa, acrescido de 30 escudos por cada 10 m<sup>2</sup> caiados por iniciativa da autoridade municipal. ABM, CMSVC, liv. 21, fls. 259v.º-260, 9 de novembro de 1946. ABM, CMSVC, liv. 53, fl. 26v.º, 12 de novembro de 1946. ABM, CMSVC, liv. 54, fl. 14v.º, 20 de julho de 1952: concedeu-se novo prazo de 60 dias para se caiarem os prédios. ABM, CMSVC, liv. 21, fl. 222, 18 de maio de 1946: estipulou-se 90 dias para se executar a postura. ABM, CMSVC, liv. 53, fls. 22v.º-23v.º, 25 de maio de 1946: destacou-se o artigo 4.º da postura municipal. Cf. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», p. 530.

<sup>265</sup> ABM, CMSVC, liv. 21, fl. 293v.º, 26 de abril de 1947. *Diário de Notícias*, 1955-05-04, p. 2, assinalou-se a falta de pintores e caiadores. *Anuario Commercial de Portugal*, 1916, vol. II, p. 3246: mencionam-se cinco caiadores e cinco fornos de cal no concelho do Funchal.

<sup>266</sup> ABM, CMSVC, liv. 29, fls. 53v.º-54, 16 de junho de 1966. ABM, CMPST, liv. 18, fl. 85v.º, 23 de junho de 1966: tomou-se conhecimento das recomendações da Delegação de Turismo da Madeira.

ou branco para as paredes e no Porto Santo por branco, creme ou ocre<sup>267</sup>. Foram igualmente arrematados ou reparados fontanários, muros, estradas e pontes a pedra e cal<sup>268</sup>.

As propriedades bactericidas e fungicidas da cal relevaram a sua utilização em questões de salubridade, designadamente em caso de epidemia e, na sequência da aluvião de 1803, para «purificar o ár das particulas podres que exalam os animaes mortos, e que pelo estado em que estão se não podem transportar, destinando-lhe cal viva em cima». Nesta ordem de ideias, o cloreto de cal preveniu as «exalações de mau cheiro tanto no adro como dentro do templo» de Boaventura. No combate à epidemia de cólera de 1910-11, recorreu-se ao leite de cal para «desinfecção das fezes e dos vomitos, das retretes, pias e fossas». As próprias vítimas eram sepultadas em caixões contendo alguns litros de cal<sup>269</sup>.

A calda bordalesa era um produto com aplicação na agricultura, em que a cal virgem surgiu como um ingrediente essencial para a realização de tratamentos antifúngicos, designadamente em vinhas e batatais<sup>270</sup>. Neste caso, os modos de preparação e de aplicação também constavam na imprensa, na década de 1950. A receita contemplava a utilização de 1 a 3 kg de sulfato de cobre, 1 a 3 kg de cal viva

---

<sup>267</sup> ABM, CMPST, liv. 21, fl. 60v.º, 9 de agosto de 1973; fl. 193, 9 de agosto de 1975: exigiu-se a menção da cor. ABM, CMPST, liv. 27, fl. 65v.º, 9 de maio de 1984. TORRES, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», p. 64: relaciona-se as tintas químicas e o esgotamento das pedreiras com o encerramento dos fornos de cal; na preparação de cal para cair, também se podia adicionar tabaibeira porque «tem muita baba. Misturava-se com a cal para não cair muito da parede. Ou então punha-se sebo». COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, pp. 51-52: define-se a caiação como a aplicação de uma leitada de cal pura ou aditivada com pigmentos orgânicos.

<sup>268</sup> PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 531-532.

<sup>269</sup> ABM, CMSVC, liv. 3, fls. 46v.º-47, 4 de outubro de 1876. ABM, CMSVC, liv. 353, fl. 6v.º, 20 de setembro de 1876: pagaram-se 4340 réis de cal e outras despesas no cemitério. ABM, CMPST, liv. 5, fl. 17v.º, 16 de setembro de 1933: adquiriu-se até 20 escudos de cal para desinfetar o cemitério. ABM, CMPST, liv. 6, fls. 185v.º-186, 30 de maio de 1894: face à suspeita de epidemia de cólera, ordenou-se a caiação das habitações e forneceu-se «a cal necessária para a caiação das casas dos mais necessitados». *Arquivo Histórico da Madeira*, 1933, vol. III, p. 40. FRANÇA, 1911, *A Epidemia Cholérica da Madeira 1910-1911 [...]*, pp. 32-34, 86 e 88-89. COELHO *et al.*, 2009, *A cal na construção*, p. 32. MARGALHA, 2011, *Argamassas*, pp. 24-25. SNOW e TORNEY, 2014, *Lime Mortars in Traditional Buildings*, pp. 36-37. PACHECO, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», pp. 532-533.

<sup>270</sup> CORVO, 1855, *Memórias Sobre as Ilhas da Madeira e Porto-Santo [...]*, p. 61: descreveu-se o método desenvolvido por Grison – «Mistura-se bem um arratel de flor de enxofre com um volume egoal de cal apagada de fresco, depois deita-se esta mistura n'uma panella de ferro ou de barro vidrado, que contenha tres camadas de agua pouco mais ou menos, e põe-se tudo a ferver por dez minutos; depois do liquido se separar do pó com que ferveu, faz-se a sua decantação. Uma camada de liquido assim obtido, misturada com cem camadas de agua, constitue uma dissolução do composto de enxofre e cal bastante forte para destruir o fungus parasita nos orgãos da vinha, que com ella são regados» –, mas observou-se que «não vi ainda experiencia alguma que provasse a utilidade d'este methodo».

e 100 litros de água. Em primeiro lugar, deitava-se o sulfato de cobre num pequeno cesto que depois se mergulhava numa barrica de madeira contendo 80 litros de água. Concomitantemente, apagava-se a cal viva com a adição de água, até se formar um leite de cal espesso. Por último, vertia-se aos poucos o leite de cal na barrica e mexia-se energicamente, até se obter «uma cor azul característica». Porém, recomendava-se a preparação e utilização do produto no próprio dia. Esta solução surgiu de forma simplificada no final da mesma década, consistindo num preparado com 1 kg de cal virgem, 1 kg de sulfato de cobre e 60 litros de água. Os troncos das árvores de fruto também se podiam cair para prevenir as infestações<sup>271</sup>.

As calagens com carbonato de cálcio tiveram grande difusão, uma vez que se fertilizava e corrigia a acidez dos solos ácidos e argilosos da Madeira, quer para a cultura da cana sacarina quer da bananeira, árvores de fruto e roseiras<sup>272</sup>. De acordo com uma recomendação publicada na imprensa na década de 1950, a calcificação de 100 m<sup>2</sup> de terra carecia de 100 kg de cal nas terras argilosas, 60 kg nas argiloarenosas «grossas» e 30 kg nas argiloarenosas «leves». As recomendações do «Depósito de Cal do Gretão» discriminavam ainda a aplicação de 2 kg por bananeira e 1 kg por m<sup>2</sup> nas culturas de cana-de-açúcar e batata-doce<sup>273</sup>. As calagens foram igualmente recomendadas pela Estação Agrária da Junta Geral no combate ao «bicho da cana» e ao «bicho da batata»<sup>274</sup>.

No processo industrial de fabricação do açúcar de cana sacarina recorreu-se igualmente à cal, estando até algumas fábricas equipadas com fornos de cal<sup>275</sup>. Assim, empregava-se nas «caldeiras clarificadoras, onde o sumo sofre a operação de defecção a qual se faz por meio da cal, sendo esta dissolvida no sumo da cana doce, no estado de leite de cal, lançada sobre o líquido quando está em ebulição», com o

---

<sup>271</sup> *Diário de Notícias*, 1955-03-23, p. 4: o produto tinha a garantido da Companhia União Fabril. *Diário de Notícias*, 1959-03-14, p. 3. DUARTE, 2008, «Os Fornos de Cal em Alvaiázere [...]», p. 3: também se usa para sulfatar as árvores de fruta.

<sup>272</sup> W. HINTON & SONS, 1908, *O Emprego de Adubos Chimicos na Cultura da Canna Sacharina*, p. 4: aplicava-se meio moio de cal por alqueire de terra e repetia-se a cada três anos. *Diário de Notícias*, 1952-06-18, p. 2. *Diário de Notícias*, 1955-04-23, p. 6. RIBEIRO, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do século XX [...]*, p. 59: refere-se a pobreza dos solos da Madeira em cálcio e potássio. RIBEIRO, 1992, «A cal no Porto Santo», p. 16. Cf. DUARTE, 2008, «Os Fornos de Cal em Alvaiázere [...]», p. 4.

<sup>273</sup> *Diário de Notícias*, 1954-02-11, p. 2. *Diário de Notícias*, 1954-03-30, p. 2. *Diário de Notícias*, 1958-08-18, p. 3. ABM, CMPST, liv. 14, fl. 106v.º, 16 de outubro de 1958: utilizava-se carbonato de cálcio «sobretudo nas bananeiras da Ilha da Madeira».

<sup>274</sup> *Diário de Notícias*, 1955-04-16, p. 2.

<sup>275</sup> VIEIRA e SANTOS, 2005, *Açúcar, Melaço, Álcool e Aguardente [...]*, pp. 76, 322 e 373: utiliza-se cal importada porque a do ilhéu de Baixo tinha baixa percentagem de óxido de cálcio.



propósito de remover os compostos fosfáticos e orgânicos<sup>276</sup>. No processamento da cana-de-açúcar para a destilação de álcool e aguardente, a cal servia para retificar a acidez da garapa durante a fase de fermentação. Neste caso, deitava-se «em cada pipa de 420 litros, 1 kg de cal crua bem moída, deixando ficar o pó em repouso durante 12 horas, passando-o imediatamente para o alambique»<sup>277</sup>.

A indústria vinícola também se socorreu da cal. Esta servia como desinfetante dos cascos aonde se vertia o vinho, após a fermentação<sup>278</sup>. Outra vantagem do carbonato de cal relacionou-se com a correção da acidez do vinho. Neste caso, usava-se uma solução alcalina – o denominado «caramelo» –, constituído por fragmentos de corais fósseis obtidos em jazigos calcários do Porto Santo<sup>279</sup>.

Na limpeza e preparação de pelames para a indústria de curtumes usava-se cal, mais precisamente na solução de hidrolisação para curtimento e despelação dos couros. Em 1863, Francisco de Paula Campos Oliveira referiu que nestas oficinas, maioritariamente familiares e de funcionamento sazonal, se depositavam «os couros em um tanque ou em covas feitas defronte da choupana, covas a que chamam poços de curtir, cobrem os couros de água e cal [...] calcam depois os couros deixando-lhes em cima uma ou duas grandes pedras, e assim ficam por espaço de vinte dias»<sup>280</sup>. No início do século XX, este processamento tornou-se mais célere com a aplicação de um «caleiro», isto é, uma mistura de água de sal, cal e sulfureto de sódio vertidos no recipiente onde se mergulhavam as peles durante algumas horas ou dias, mas também se utilizava produtos taninosos concentrados. Posto isto, lavava-se as peles muito bem para se libertarem os resíduos<sup>281</sup>.

---

<sup>276</sup> SARMENTO, 1945, *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, p. 90: descreve-se o processo de fabrico de açúcar e aguardente na fábrica da Ponte Nova. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, pp. 393-395, entrada «Engenhos». RIBEIRO, 1992, «A indústria da cana-de-açúcar em Câmara de Lobos nos Sécs. XIX-XX», p. 363: usa-se cinzas vegetais alcalinas como alternativa à cal. PACHECO, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais [...]*, pp. 120-123 e 162-171: veja-se a Companhia Fabril de Açúcar Madeirense e a Fábrica do Torreão.

<sup>277</sup> GOMES, [1944], *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica) [...]*, p. 71. RIBEIRO, 1991, «A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) IV», p. 9. VIEIRA e CLODE, 1996, *A Rota do Açúcar na Madeira [...]*, pp. 107-108.

<sup>278</sup> GOMES, [1944], *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica) [...]*, pp. 63-64. SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. II, pp. 154-161, entrada «Indústria vinícola».

<sup>279</sup> SILVA e MENESES, 1984, *Elucidário Madeirense*, vol. I, p. 247, entrada «caramelo».

<sup>280</sup> CÂMARA, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, p. 230: refere-se o tratamento dos couros segundo este método artesanal.

<sup>281</sup> ABM, CMPST, liv. 10, fl. 165, 9 de agosto de 1945: a empresa Arsénio & Fernandes, Lda., de S. Martinho, no Funchal, pretendia construir uma «fábrica manual de curtumes, com seis poços» na ilha do Porto Santo. GOMES, [1944], *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica) [...]*, pp. 137-141: também se usa cal no fabrico de «velas esteáricas». FERREIRA, 1994, «O tratamento das peles, hoje, na ilha da Madeira [...], p. 15: refere-se o processo de fabrico de Barros e Abreu (Irmãos), Lda.

No Porto Santo desenvolveu-se um suplemento para alimentação animal, denominado Zoocal. Segundo os fabricantes, este composto apresentava «maravilhosos resultados na produção de leite, na engorda de suínos, na produção de ovos assim como no desenvolvimento e saúde das aves» (Imagem n.º 9). Em termos de apresentação, o Zoocal podia ser adquirido em granulado para alimentação das aves, «embora em pó tenha maior procura» na Madeira, Açores ou até no estrangeiro<sup>282</sup>.

Imagem n.º 9 – Publicidade em revista (1957)



Fonte: *Revista Portuguesa*, n.º 82, p. 52.

A imprensa noticiou a utilização de cal na conservação de ovos no último quartel do século XIX. Segundo as indicações, devia-se colocar 40 a 50 ovos frescos no interior de um pote de barro e «cobrir os ovos até a altura de duas ou três polegadas» com água de cal. Esta preparava-se ao misturar aos poucos 4,5 kg de cal em 45 kg de água, «até formar um liquido da aparência de leite»<sup>283</sup>.

Um subproduto do carbonato de cálcio – o carboneto de cálcio – teve utilização na iluminação pública, mas igualmente em trabalhos no interior de galerias de pedreiras e túneis, ficando conhecido por gasómetro de carboneto, precisamente por queimar o gás acetileno (Imagem n.º 10). No caso do Porto Santo, a edilidade adquiriu «25 candeeiros de metal branco» a João Inácio Perestrelo e 500 kg de carboneto de cálcio para a iluminação pública a gaz acetileno<sup>284</sup>. Contudo, «a mudança da luz de

<sup>282</sup> *Revista Portuguesa*, n.º 82: afirma-se que devia merecer maior interesse e protecionismo.

<sup>283</sup> *Diário de Notícias*, 1878-03-14, p. 2.

<sup>284</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 149v.º, 14 de março de 1903: adquiriu-se candeeiros a 4500 réis a unidade; fl. 164v.º, 30 de janeiro de 1904: adquiriu-se carboneto e candeeiros; fl. 175v.º, 8 de outubro de 1904: forneceu-se carboneto para iluminação pública. *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1909, p. 230: qualificou-se as fábricas e depósitos de carboneto de cálcio superiores a 50 kg em estabelecimentos incómodos, insalubres e perigosos. *Diário do Governo*, 1922-09-02, n.º 181/1922, Série I: segundo a tabela 2 do Decreto n.º 8364, de 25 de agosto de 1922, os depósitos de carboneto de cálcio em quantidade superior a 250 kg apresentavam inconvenientes de «Cheiro, perigo de incêndio e explosão».

petróleo para gas acetylene», em março de 1903, acarretou um acréscimo de trabalho ao encarregado pelo serviço, cujo vencimento foi aumentado em 12 000 réis anuais<sup>285</sup>. À fatura da iluminação pública acresceu outra aquisição de 500 kg de carboneto de cálcio, 3 candeeiros e 100 bicos de gaz acetileno<sup>286</sup>. Volvida uma década, decidiu-se que a iluminação seria «toda feita a petróleo exceptuando os meses de Agosto e Setembro que passará a ser a gaz de acetylene»<sup>287</sup>.

Imagem n.º 10 – Gasómetro de carboneto



Fonte: fotografias do autor (2015).

<sup>285</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 155, 18 de julho de 1903; fl. 164, 16 de janeiro de 1904: contratou-se a iluminação pública de 30 candeeiros a João Crisóstomo de Ornelas Sénior, a 360 000 réis por ano, e o ajudante António Crisóstomo de Ornelas, a 24 000 réis.

<sup>286</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 159v.º, 17 de outubro de 1903: adquiriu-se carboneto de cálcio a 140 réis o quilograma; fl. 265v.º, 16 de julho de 1910: pagou-se 40 000 réis a Luís Figueira da Silva Júnior por 212 kg de carboneto de cálcio e conserto de gasómetros e lampiões da iluminação.

<sup>287</sup> ABM, CMPST, liv. 7, fl. 290, 18 de maio de 1912. ABM, CMPST, liv. 8, fl. 60v.º, 26 de abril de 1924: o vogal Domingos Ornelas propôs um contrato com a Empresa dos Cimentos do Porto Santo para iluminação pública da Vila com energia elétrica produzida na fábrica da Fontinha.

## **Conclusão**

O triunfo do Liberalismo em Portugal, na primeira metade do século XIX, refletiu-se no fim da administração direta de minas pelo Estado e a sua afirmação enquanto entidade reguladora. O número de fornos de cal no arquipélago aumentou em resultado da utilização do carvão como fonte de combustível, mas os três fornos em atividade no Funchal não permitiam suprir as necessidades locais. As pedreiras de calcário do ilhéu de Baixo estiveram na origem da criação do finto pelo prazo de um ano para financiar o município do Porto Santo, mas a vereação pretendia tornar permanente esta fonte de receita, criada em 1836. Os capatazes dos ranchos ficaram incumbidos de comunicar o número de barcadas, pese embora a Câmara nomear um representante no Funchal para arrecadar o imposto entre 1837 e 1839, cuja cobrança terminou em junho por intervenção da Junta Geral. Ainda que de forma indireta, esta situação potenciou a instalação de um forno de cal no Porto Santo.

As vereações do Porto Santo enviaram diversas representações à Rainha D. Maria II e às Cortes e procuraram convencer a Junta Geral a apoiar o seu propósito, mas esse desiderato apenas se concretizou em 1856. O projeto de lei apresentado por deputados eleitos pela Madeira e Viseu, aprovado na Câmara dos Deputados em 1857, taxou a pedra de cal expedida para a Madeira em 300 réis por tonelada, tornando-se esta a principal fonte de rendimento da câmara. O imposto cobrado pela Alfândega do Funchal após 1859, careceu da nomeação de um procurador para o receber mensalmente, ascendendo nas duas primeiras décadas a cerca de 300 000 réis por ano, ou seja, equivalia à mineração de 1000 toneladas de calcário. Todavia, o calcário do ilhéu de Baixo representou cerca de 60% do produto calcinado no Funchal na década de 1870, mas o calor dos fornos de cal também serviu para as estufas do vinho da Madeira.

O licenciamento de pedreiras pela Câmara Municipal do Porto Santo não invalidava o pagamento de contribuição predial. Ainda assim, a vereação despachou 88 pedidos para lavra de pedreiras entre 1889 e 1916, solicitadas por 13 indivíduos ou sociedades interessadas em explorar os filões de calcário no ilhéu de Baixo (ou da Cal) e no Porto Santo. A firma Blandy Brothers & C.<sup>a</sup> destacou-se no fabrico de cal no início do século XX, competindo-lhe mais de um terço das pedreiras que abasteciam o Funchal. O engenheiro de minas tinha a responsabilidade de determinar a frente de desmonte e aprovar o plano de lavra, com particular enfoque nas condições de segurança.

A cal importada de Lisboa e a fabricada no Porto Santo e expedida para a Madeira refletiram-se na diminuição das receitas da Câmara, particularmente após

1914. Assim, uma Lei de 1919 taxou a expedição de cal fabricada no Porto Santo em 3 escudos por tonelada, equivalendo ao décuplo da taxa que era aplicada à expedição do calcário. Mesmo com o conseqüente aumento da receita fiscal, a vereação manifestou-se desagradada com a discriminação dos industriais da cal entretanto estabelecidos no Porto Santo.

As dificuldades económicas na década de 1920 urgiram os pedidos para se aumentarem as taxas sobre os produtos calcários. Essas pretensões repercutiram-se na atualização dos impostos em 1927, correspondendo a aumentos de 500% na cal e 1200% na pedra de cal. A partir de então, a Câmara ficou incumbida de arrecadar as taxas, com reserva de 2% para financiar o hospital da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. Nesse sentido, encomendou-se o regulamento de cobrança das taxas e contratou-se dois fiscais para o implementar. Estes recebiam o imposto devido no dia do embarque ou no prazo de 30 dias quando havia depósito de caução, registando-se os valores em contas correntes de cada expedidor. Procurou-se igualmente assegurar o transporte dos fiscais ao ilhéu de Baixo e ainda solucionar os diferendos relacionados com a tonelagem das embarcações, quer com a aquisição de balanças quer de caixotes de medição.

As reivindicações da Câmara Municipal do Porto Santo para aumento dos impostos sobre os produtos calcários foram novamente atendidas em 1960, penalizando-se a exportação de carbonato de cálcio por comparação com o calcário ou a cal. Nas décadas seguintes, as referências à cal quase desapareceram da ordem de trabalhos, à exceção da duplicação das taxas do carbonato de cálcio e cal, em 1979, e quadruplicação da taxa da cal, em 1987.

O rendimento dos produtos calcários não apresentou grandes oscilações nas primeiras duas décadas, mas triplicou na transição do século XIX para o século XX. A ligeira inflexão durante a I Guerra Mundial foi contrariada com o grande aumento nas décadas de 20 e 30, em parte justificado com a criação da taxa sobre a cal, em 1919, e a revisão dos impostos, em 1927. Contudo, o peso desta receita no cômputo do orçamento da Câmara do Porto Santo decresceu de forma significativa ao longo do século XX, indiciando maior diversificação económica no concelho e declínio da atividade extrativa. De igual modo, atingiu-se o auge na expedição de produtos calcários e de receita fiscal entre as décadas de 30 e 60, apesar da diminuição do número de industriais. Com o fim da mineração de calcário no ilhéu de Baixo na segunda metade da década de 60, encerraram-se os fornos de cal na costa sul da Madeira.

O calcário, as areias calcárias e a pozolana do Porto Santo foram exploradas no século XX, apesar de algumas contingências relacionadas com o trânsito e a poluição.

A Empresa de Exploração de Cal do Porto Santo, Lda., e a Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., fundadas na década de 20, procuraram capitalizar a crescente procura por cal e cimento. A primeira sociedade estabeleceu um forno na Serra de Fora e explorou outro em Câmara de Lobos. A segunda reuniu 37 participações de capital e edificou a fábrica da Fontinha, onde se pretendia fabricar designadamente cimento e cal hidráulica, não sujeitos aos impostos de produção. O forno de Alfredo Marcelino Camacho, no Campo de Baixo, teve de suspender a produção no início da década de 60 devido à vizinhança com o Hotel do Porto Santo. Apesar de tudo, no final do século XX ainda havia dois fornos de cal em atividade, mas estas empresas familiares produziam em pequena escala e não conseguiram subsistir.

A cal do *Ilhéu* teve boa aceitação para caiar e rebocar, sendo fabricada em diversos fornos localizados no Funchal na primeira metade do século XX, mas as condicionantes ao funcionamento desta indústria insalubre, incómoda e perigosa ditaram o abandono desta produção. No início daquela centúria, os fabricantes de cal do Funchal organizaram-se em cartel para controlarem todas as fases de produção e comercialização da cal do Porto Santo e acordaram a repartição de lucros e as possibilidades de expansão com a criação de depósitos para revenda de cal fora do Funchal. Aos fabricantes que fundaram o cartel em 1903 – Blandy Brothers & C.<sup>a</sup>, António Joaquim de Freitas, Andrade & Marques e João Frederico Rego –, juntou-se William Hinton & Sons, em 1912.

Em Câmara de Lobos e no Porto Novo também se calcinou calcário oriundo do Porto Santo e ilhéu de Baixo, até à década de 60. No que respeitou à Madeira, existiram manifestos de pedreiras de calcário no Caniço, S. Martinho e Caniçal, mas não conseguimos apurar a viabilidade da sua mineração. Em São Vicente, funcionou um ou dois fornos de cal em meados do século XIX, três na primeira metade do século XX e um entre 1970 e 1973. Todavia, as dificuldades de circulação e os custos de produção repercutiram-se na laboração sazonal destes fornos de cal, vocacionados para o mercado local. A Câmara de São Vicente registou apenas dois manifestos de descoberta de pedreiras de calcário, uma em 1945 e outra em 1959.

A tradição potenciou a utilização do calcário calcinado em cal viva ou hidratada, ou ainda cal hidráulica, carbonato de cálcio e carboneto de cálcio. As argamasas, o reboco e a caiação foram as aplicações de cais mais vulgarizadas. Porém, a cal garantia a salubridade em casos de epidemia e maus cheiros e usava-se em inumações. Na agropecuária, destacaram-se os adubos e calagens, a calda bordalesa e os suplementos alimentares. Em termos industriais, a cal teve aplicação no fabrico de açúcar, álcool e aguardente, na esterilização de cascos, na correção da acidez do vinho e no processamento de pelames. Por último, e durante um breve período,

utilizou-se o carboneto de cálcio na iluminação pública no Porto Santo como alternativa ao petróleo, mas o gasómetro de carboneto teve larga utilização para suprir a falta da luz natural.

## **Fontes**

*Anais do Município do Porto Santo*, 1989, Porto Santo, Câmara Municipal.

*Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1904, Lisboa, Manoel José da Silva.

*Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar*, 1905, Lisboa, Manoel José da Silva.

*Anuario Commercial de Portugal*, 1916, vol. II, Lisboa, Empreza Typographica do Anuario Commercial.

*Anuário Comercial de Portugal*, 1943, vol. II, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

*Anuário Turístico da Madeira. Separata Ilustrada da 39.ª edição do Anuário Comercial de Portugal 1939/1940*, s.d., Lisboa, Empresa do Anuário Comercial.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Administração do Concelho de São Vicente (ACSVC), Correspondência Expedida para Entidades Oficiais, 1856-1867, liv. 9; 1885-1888, liv. 11; 1904-1911, liv. 15; 1933-1939, liv. 20; Correspondência Expedida para o Governo Civil do Funchal, 1866-1868, liv. 26.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Alfândega do Funchal (ALFUN), Elementos de Estudo para a Revisão da Tabela de Impostos Municipais, cx. 7064, doc. 13.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal de Câmara de Lobos (CMCLB), Posturas e Regulamentos, 1902-1960, liv. 594; Notariado Privativo, 1978-1981, liv. 816.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal de Machico (CMMCH), Registo de Manifestos de Jazigos Minerais, 1942-1966, cx. 1129-5.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal de São Vicente (CMSVC), Livros de Atas, 1876-1878, liv. 3; 1895-1899, liv. 11; 1927-1929, liv. 18; 1939-1947, liv. 21; 1952-1956, liv. 24; 1960-1963, liv. 27; 1963-1965, liv. 28; 1966-1968, liv. 29; 1968-1969, liv. 30; 1969-1971, liv. 31; 1974-1976, liv. 33; Posturas e Regulamentos, 1952, cap. 48-4; Registo de Anúncios e Editais, 1934-1951, liv. 53; 1952-1963, liv. 54; Registo de Pedreiras e Nascentes de Água Mineral, 1945-1980, liv. 608; Registo Diário da Receita e Despesa, 1876-1880, liv. 353; Requerimentos, 1947-1948, liv. 174; 1967-1970, liv. 184; 1970-1973, liv. 185; Registo de Ordens de Pagamento, 1896, liv. 321.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Funchal (CMF), Registo Geral (Tomo 19.º), 1838-1841, liv. 1230; Registo Geral (Índices dos Tomos 13 a 19 da CMF – Livro 3.º), liv. 1405; Registo de manifestos de jazigos e nascentes de águas minerais, 1906, liv. 2119; 1822, caps. 1701-31, 1701-48, 1702-8; 1832, cap. 1732-37.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Câmara Municipal do Porto Santo (CMPST), Atas, 1923-1927, liv. 1; 1927-1929, liv. 2; 1929-1931, liv. 3; 1931-1933, liv. 4; 1933-1934, liv. 5; 1934-1939, liv. 6; 1934-1936, liv. 7; 1939-1942, liv. 8; 1946-1950, liv. 9; 1942-1946, liv. 10; 1950-1953, liv. 11; 1953-1957, liv. 12; 1954-1974, liv. 13; 1957-1959, liv. 14; 1959-1962, liv. 15; 1962-1963, liv. 16; 1963-1965, liv. 17; 1965-1967, liv. 18; 1967-1970, liv. 19; 1970-1972, liv. 20; 1972-1975, liv. 21; 1978-1979, liv. 23; 1979-1980, liv. 24; 1980-1982, liv. 25; 1982-1983, liv. 26; 1983-1985, liv. 27; 1986-1988, liv. 29; 1989-1990, liv. 31; Atas das Sessões, 1849-1852, liv. 2; 1852-1860, liv. 3; 1860-1867, liv. 4; 1867-1877, liv. 5; 1877-1895, liv. 6; 1895-1913, liv. 7; 1913-1926, liv. 8; Coutos de Cadernetas Referentes à Exportação de Cal e Pedra Calcária, 1931-1974, cxs. 2028-2031 e cap. 2193; Licenças, 1896-1916, liv. 120; Livro de Vereações, 1805-1811, liv. 169; 1830-1832, liv. 171; 1832-1834, liv. 172; 1838-1841, liv. 173; 1841-1842, liv. 174; 1843-1849, liv. 175; 1834-1838, liv. 176; Mapas Estatísticos, cap. 2289 e 2290; Minas, 1882-1921, liv. 124; Receita e Despesa, 1841-1845, liv. 137; 1848-1849, liv. 138; 1849-1850, liv. 139; 1850-1853, liv. 140; Registo de Receitas Arrecadadas Mensalmente, 1933-1985, livs. 138-151, 272, 958-965, cap. 2295; Registo Diário da Exportação de Cal e Pedra Calcária, 1928-1963, livs. 246-251; Registo da Conta-Corrente com os Exportadores de Cal e Pedra Calcária, livs. 252-253.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Conservatória do Registo Civil de São Vicente, (CRCSVC), Registos de Óbito, 1952, liv. 1062.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação (DSIEV), Registo de geradores e recipientes a vapor (liv. 2), 1918-1984, liv. 2358; Registo do licenciamento de indústrias poluentes e tóxicas, 1932-1939, liv. 2385; 1940-1980, liv. 2386.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Governo Civil (GC), Alvarás (Registo de), 1895-1905, liv. 80; 1905-1911, liv. 81; 1911-1919, liv. 82; Cartas Régias (Registo de), 1800-1803, liv. 197; Junta Geral (Termos de Manifestos), 1872-1879, liv. 604; 1880-1888, liv. 605; Vinho (Manifestos), 1866-1872, liv. 1074; caps. 68-4 e 68-5.

Arquivo e Biblioteca da Madeira, José Sainz-Trueva (JST), Documentos pessoais e patrimoniais da família Bettencourt Pimenta, cx.1, n.º 52.



- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Juízo de Direito da Comarca Ocidental do Funchal (JDCOFUN), cap. 2939-1; Juízo de Direito da Comarca Oriental do Funchal (JDCORFUN), cap. 3295-6.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal (JGDAFUN), Correspondência Trocada com os Serviços Industriais, cx. 3082, pt. 3082-2, pt. 3082-3, pt. 3082-4, pt. 3084-1, pt. 3084-3; Câmara Municipal do Porto Santo, pt. 2677-2.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's: Aloísio César de Bettencourt, n.º inv. 16; Álvaro Nascimento Figueira, n.ºs inv. 1095 e 5.47; Perestrellos Photographos, n.ºs inv. 67 e 11768; Photographia Vicente, n.º inv. 86.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Registos Notariais (RN), livs. 294, 307, 951, 953, 1335, 1499, 2377, 2392, 2454, 2467, 2976, 2979, 3046, 3068, 3072, 3084, 3160, 3174, 3187, 3188, 3299, 6202, 6204, 6208, 6250, 6456, 6492, 6765, 7738, 8040, 8471, 9965, 11133, 11134, 11147, 11154.
- Arquivo Histórico da Madeira*, 1932, vol. II, Funchal, Arquivo Distrital; 1933, vol. III, Funchal, Junta Geral Autónoma do Distrito.
- Arquivo da família Oliveira, Apólice da Companhia de Seguros Fidelidade (1948-1949); Apólice da Companhia de Seguros Aliança Madeirense (1950).
- Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados desde o 1.º de Janeiro até 9 de Setembro de 1836*, 5.ª Série, 1836, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção de Leis e Outros Documentos Officiaes Publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, 6.ª Série, 1837, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos*, 1851, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos*, 1853, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos*, 1854, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos*, 1856, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos*, 1860, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Collecção Official da Legislação Portugueza Redigida por José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos*, 1863, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa Redigida por José Maximo de Castro Netto Leite e Vasconcellos*, 1864, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1867, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1871, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1885, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1909, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Diario da Camara dos Deputados*, 1840, n.º 2, Sessão de 3 de fevereiro; 1857, vol. V, Maio, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Diário da Câmara dos Deputados*, IV Legislatura, Sessão Legislativa 1, 13.ª Sessão, 25 de junho de 1919.

*Diário da Madeira*, 1916-08-10, n.º 1627.

*Diário de Notícias*, 1876-10-11, n.º 1; 1876-11-18, n.º 33; 1876-12-02, n.º 45; 1877-01-06, n.º 71; 1877-01-24, n.º 85; 1877-01-31, n.º 91; 1877-03-02, n.º 116; 1878-03-14, n.º 420; 1878-03-17, n.º 423; 1879-01-12, n.º 661; 1899-06-01, n.º 6657; 1930-01-21, n.º 16642; 1940-08-01, n.º 19906; 1952-02-20, n.º 24862; 1952-05-18, n.º 24947; 1952-06-05, n.º 24963; 1952-06-15, n.º 24972; 1952-06-18, n.º 24975; 1952-07-13, n.º 25000; 1953-09-30, n.º 25426; 1954-02-11, n.º 25552; 1954-03-30, n.º 25597; 1954-04-25, n.º 25621; 1955-03-23, n.º 25938; 1955-04-16, n.º 25960; 1955-04-23, n.º 25967; 1955-05-04, n.º 25977; 1955-12-10, n.º 26188; 1958-08-18, n.º 27125; 1959-03-14, n.º 27324; 1959-06-04, n.º 25401.

*Diário do Governo*, 1911-05-26, n.º 122/1911, Série I: Decreto com força de lei de 22 de maio; 1922-09-02, n.º 181/1922, Série I: Decreto n.º 8364; 1927-05-20, n.º 103/1927, Série I, Decreto n.º 13642; 1927-06-16, n.º 124/1927, Série I: Decreto n.º 13787; 1930-08-28, n.º 199/1930, Série I: Decreto n.º 18782; 1933-10-17, n.º 236/1933, Série I: Decreto n.º 23142; 1933-11-30, n.º 274/1933, Série I: Decreto n.º 23278; 1933-12-14, n.º 285/1933, Série I, Decreto n.º 13358; 1954-05-20, n.º 110/1954, Série I: Decreto n.º 39669; 1960-04-16, n.º 89/1960, Série I, Decreto-Lei n.º 42925; 1961-08-08, n.º 185/1961, Série III.

*Estatística de Portugal. Commercio do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes com Paizes Estrangeiros e com as Provincias Portuguezas do Ultramar no Anno de 1880*, 1881, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Ilustração Madeirense*, n.º 5, dezembro de 1932, Funchal, Visconde do Porto da Cruz.

*Inquérito Sobre a Situação Económica da Ilha da Madeira e Medidas Convenientes para a Melhorar, ordenado por Decreto de 31 de Dezembro de 1887*, 1888, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Jornal da Madeira*, 1952-06-21, n.º 6080.

- Mappas Geraes. Commercio de Portugal com as suas Possessões Ultramarinas e as Nações Estrangeiras durante o ano civil de 1861, 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Posturas da Câmara Municipal da Cidade do Funchal*, 1895, Funchal, Typographia «Academica».
- Posturas da Câmara Municipal do Funchal*, 1849, Funchal, Typographia do Governo no Palacio de S. Lourenço.
- Revista Portuguesa*, n.º 82, dezembro de 1957, Aveiro, Visconde do Porto da Cruz; n.º 83, maio de 1958, Aveiro, Visconde do Porto da Cruz.
- TRIGO, Adriano A., TRIGO, Annibal A., 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança.

## **Bibliografia**

- AGOSTINHO, João Emanuel Viegas, 2015, *Caracterização e Modelação de um Forno de Produção de Cal*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica, Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- ALMEIDA, Eduardo de Castro, 1909, *Arquivo de Marinha e Ultramar: Madeira e Porto Santo*, II, 1820-1833, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- ALMEIDA, Luís Filipe dos Santos de, 2015, *Caracterização das argamassas da Muralha Tardo-Romana de Olisipo*, Dissertação de Mestrado em Geologia Aplicada, Especialização em Geologia de Engenharia, Lisboa, Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Boletim de Minas (Nova Série)*, 1960, vol. 4, Lisboa, Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Boletim de Minas*, 1964, vol. 1-4, Lisboa, Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Boletim de Minas*, 1967, vol. 4-1, Lisboa, Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- Boletim de Minas. Ano de 1914*, 1916, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Boletim de Minas. Ano de 1916*, 1922, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Boletim de Minas. Ano de 1930*, 1932, Lisboa, Oficinas Gráficas do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
- BRANCO, Jorge Freitas, 2024, «A Vida Social dos Georrecurso: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 763-887.
- BRANCO, Luís Pedro, 2023, «As causa da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 339-368.

- CÂMARA, Benedita, 2002, *A Economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CARITA, Rui, 1998, *A Arquitectura Militar na Madeira nos Séculos XV a XVII*, vol. I, Funchal/Lisboa, Secretaria Regional da Educação – Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- CARVALHO, A. M. Galopim, BRANDÃO, José M., 1991, *Geologia do Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Museu Nacional de História Natural.
- CHUA, Alvin Sern Hao, 2018, *Miróbriga: Study of Roman Mortars*, Erasmus Mundus Master in ARChaeological MATerials Science, Évora, Universidade de Évora.
- COELHO, Ana Zulmira Gomes, TORGAL, F. Pacheco, JALALI, Said, 2009, *A Cal na Construção*, Guimarães, TecMinho – Universidade do Minho.
- CORVO, João de Andrade, 1855, *Memorias Sobre as Ilhas da Madeira e Porto-Santo. Memoria I. Memoria sobre a “Mangra” ou Doença das Vinhas, nas Ilhas da Madeira e Porto Santo Apresentada à Academia na Sessão de 3 Fevereiro de 1854*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- COTTER, Jorge Cândido Berkeley, 1892, «Noticia de Alguns Fosseis Terciarios do Archipelago da Madeira. Acompanhada de outra noticia de alguns molluscos terrestres fosseis do mesmo Archipelago por Alberto A. Girard», in *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geologicos*, Tomo II, Fasc. II, pp. 232-254.
- CUSTÓDIO, Paulo, 2015, *Os Fornos de Cal do Baixo Guadiana. Contributo para um estudo arquitectónico*, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Évora, Departamento de Arquitetura da Universidade de Évora.
- DUARTE, Maria José M. R. Guanilho, 2008, «Os Fornos de Cal em Alvaiázere – um Património Arquitectónico Industrial a Descobrir, a Estudar e a Musealizar», in *Azereiro*, n.º 7, Alvaiázere, Al-Baiáz – Associação de Defesa do Património.
- FERREIRA, Lídia Goes, 1994, «O tratamento das peles, hoje, na ilha da Madeira. Análise etnotecnológica da indústria de curtumes», in *Xarabanda*, n.º 5, pp. 12-18.
- FERREIRA, Maria Raquel Vaz de Medeiros Lourenço, 2013, *Património Geológico da Ilha do Porto Santo e Ilhéus Adjacentes (Madeira). Inventariação, Avaliação e Valorização como Contributo para a Geoconservação*, Dissertação de Mestrado em Vulcanologia e Riscos Geológicos, Ponta Delgada, Departamento de Geociências da Universidade dos Açores.
- FRANÇA, Carlos, 1911, *A Epidemia Cholerica da Madeira 1910-1911. Relatório Apresentado ao Ministerio do Interior*, Lisboa, Typographia Universal.
- FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar. A Economia 1926-1974*, Lisboa, Edições Colibri.

- GOMES, Celso de Sousa Figueiredo, SILVA, João Baptista Pereira, 1997, *Pedra Natural do Arquipélago da Madeira. Importância Social, Cultural e Económica*, Câmara de Lobos, Madeira Rochas – Divulgações Científicas e Culturais.
- GOMES, Celso de Sousa Figueiredo, SILVA, João Baptista Pereira, 2022, «Calçada madeirense», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 691-698.
- GOMES, José dos Reis, [1944], *Casos de Tecnologia (Divulgação Científica). À Margem dos Programas Escolares*, Lisboa, Sociedade Editorial e Livreira.
- HENRIQUES, António Manuel Esteves, MOURA, António A. Casal, SANTOS, Francisco Amado, 2009, *Manual da Calçada Portuguesa. The Portuguese Pavements Handbook*, Lisboa, Direção Geral de Energia e Geologia.
- INÁCIO, Tiago Filipe Duarte, 2021, *Os Fornos de Cal Artesanais de Pataias: História, Memória e Progresso*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta.
- LEITE, Antero, 2016, «A Cal e os seus Ofícios. O tempo dos caieiros», in *Pedra & Cal, Conservação & Reabilitação*, n.º 61, pp. 64-68.
- LLERA, Fátima de, GUERRA, Abílio, TAVARES, Martha, 2016, «Artes da Cal. Uso e tradição», in *Pedra & Cal, Conservação & Reabilitação*, n.º 61, pp. 59-63.
- MADURO, António Valério, 2001, «Os Fornos de Cal de Pataias», in *Roteiro cultural da Região de Alcobaça: a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Alcobaça, Câmara Municipal, pp. 165-185.
- MARGALHA, Maria Goreti, 2011, *Argamassas*, Évora, Universidade de Évora, disponível em <https://tinyurl.com/42chftnw>, acedido em 2022-09-19.
- MENDES, José Amado, 2000, *A indústria da Cal no Concelho de Penacova. História e Potencialidades*, Penacova, Câmara Municipal.
- MENDES, José Amado, 2009, «Património Cultural, Património Industrial e Estudo de Caso: os Fornos de Cal no Concelho de Cantanhede», in MENDES, J. Amado (coord.), *Estudos do Património. Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 83-92.
- MESTRE, Vítor, 2002, *Arquitetura Popular da Madeira*, Lisboa, Argumentum.
- MOREIRA, José Carlos Balacó, 1997, «Matérias-primas minerais não-metálicas – situação actual e perspectivas», in *Boletim de Minas*, vol. 34-4, Lisboa, pp. 379-432.
- MOTA, Nuno, 2016, «Obras públicas na Madeira: prioridades, opções, tendências (1903-1974)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*, vol. 1, Funchal, Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, pp. 117-128.

- MOUZINHO de ALBUQUERQUE, Luís da Silva, 1837, «Observações para servirem para a história geológica das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas», in *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo XII, pp. 1-28.
- NEVES, Eduardo, ANDRADE, Filipa, MONTEIRO, Maria, FREITAS, Marília, FREITAS, Miguel, 2013, «As indústrias locais em São Vicente», in *Ilharq*, n.º 10, pp. 50-58.
- NEVES, Henrique Costa, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», in *Islenha*, n.º 13, pp. 134-137.
- NUNES, João Paulo Avelãs, 2002, «A indústria mineira em Portugal Continental desde a consolidação do regime liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo (1832-1953). Um esboço de caracterização», in *Revista Portuguesa de História*, n.º 35, pp. 421-464.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e Estratégias Empresariais nos Sectores Agro-Industriais do Vinho e Cana Sacarina (1870-1930)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2020, «A Indústria da Cal no Concelho de São Vicente (Séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, pp. 493-542.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A Cal e a Construção no Arquipélago da Madeira nos Séculos XV-XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 15-46.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A exploração de um recurso Natural do Porto Santo no século XX», in *Islenha*, n.º 70, Funchal, Direção Regional da Cultura, pp. 74-91.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «Cal, indústria da», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 718-724.
- PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. I, 4.ª ed, Funchal, Câmara Municipal.
- PEREIRA, João M., AZENHA, Miguel, LOURENÇO, Paulo B., 2022, «A cal nas argamassas para alvenaria. Colaborações com a EuLA», in *Pedra & Cal, Conservação & Reabilitação*, n.º 72, pp. 49-51.
- RAMALHO, Ricardo S., SILVEIRA, António Brum da, FONSECA, Paulo E., MADEIRA, José, COSCA, Michael, CACHÃO, Mário, FONSECA, Maria M., PRADA, Susana N., 2015, «The emergence of volcanic oceanic islands on a slowmoving plate. The example of Madeira Island, NE Atlantic», in *Geochemistry Geophysics, Geosystems*, n.º 16-2, pp. 522-537.
- RAMOS, Accurcio Garcia, 1879, *Ilha da Madeira*, Lisboa, Typographia de G. A. Gutierrez da Silva.

- RAMOS, José Luís Ferreira da Silva, 2002, *Análise Experimental e Numérica de Estruturas Históricas de Alvenaria*, Dissertação de mestrado em Engenharia Civil, Braga, Universidade do Minho.
- RIBEIRO, Adriano, 1991, «A cana-de-açúcar na Madeira (1855-1955) IV», in *Diário de Notícias*, 1991-12-04, n.º 48031.
- RIBEIRO, Ana Maria, 1992, «A cal no Porto Santo», in *Xarabanda*, n.º 2, pp. 16-18.
- RIBEIRO, João Adriano, 1990, «A indústria da cal em São Vicente (1680-1903)», in *Diário de Notícias*, 1990-10-14, n.º 47635.
- RIBEIRO, João Adriano, 1991, «A indústria da Cal em Câmara de Lobos», in *Girão*, n.º 6, pp. 251-255.
- RIBEIRO, João Adriano, 1992, «A indústria da cana-de-açúcar em Câmara de Lobos nos Sécs. XIX-XX», in *Girão*, n.º 8, pp. 361-365.
- RIBEIRO, João Adriano, 1995, *A Indústria da Cal (Séculos XV-XX): um Factor de Aproximação entre as ilhas do Porto Santo e da Madeira*, Tese complementar de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo. Aspectos da sua Economia*, Porto Santo, Câmara Municipal.
- RIBEIRO, Maria Luísa, RAMALHO, Miguel Magalhães, 2009, *Uma Visita Geológica ao Arquipélago da Madeira. Principais locais Geo-turísticos*, Lisboa, Direção Regional do Comércio, Indústria e Energia – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
- RIBEIRO, Orlando, 1985, *A Ilha da Madeira até Meados do século XX. Estudo geográfico*, Lisboa, Ministério da Educação – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- RODRIGUES, Ramon Honorato Corrêa, 1955, *Questões Económicas. 2.º Tomo. A Madeira no Plano da Economia Nacional*, Funchal.
- ROMARIZ, Carlos, 1971, «Notas Petrográficas sobre Rochas Sedimentares Portuguesas. XI – Os biocalcaritos neríticos de S. Vicente (Ilha da Madeira)», Sep. de *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências*, vol. 12, n.º 1.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1906, *As Selvagens*, Funchal.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1930, «Cal e cimento no Porto Santo», in *Diário de Notícias*, 1930-01-12, n.º 16635.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1933, *Notícia Histórico-Militar sobre a Ilha do Porto Santo*, Funchal, Tip. do Diário de Notícias.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1944, «Bi-centenário da Vila de São Vicente», in *Eco do Funchal*, 1944-07-09, n.º 263.

- SARMENTO, Alberto Artur, 1945, *História do Açúcar na Ilha da Madeira*, Funchal.
- SARMENTO, Alberto Artur, 1953, *Freguesias da Madeira*, 2.<sup>a</sup> ed, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal.
- SILVA, P.<sup>e</sup> Fernando Augusto da, MENESES, Carlos Azevedo de, 1984, *Elucidário Madeirense. Fac-Símile da Edição de 1946*, 3 vols., Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- SILVEIRA, António Brum da, MADEIRA, José, RAMALHO, Ricardo, FONSECA, Paulo, PRADA, Susana, 2010, *Notícia Explicativa da Carta Geológica da Ilha da Madeira na escala 1:50.000. Folhas A e B*, Funchal, Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais – Governo Regional da Madeira – Região Autónoma da Madeira – Universidade da Madeira.
- SNOW, Jessica, TORNEY, Clare, 2014, *Lime Mortars in Traditional Buildings*, Edinburgh, Historic Scotland.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins, 2005, «O Património Arquitectónico e Arqueológico do Ilhéu da Cal, Porto Santo», in *Ilharq*, n.º 5, pp. 21-29.
- SOUSA, Élvio Duarte Martins, 2012, *Ilhas de Arqueologia. O quotidiano e a civilização material na Madeira e nos Açores (Séculos XV-XVIII)*, vol. I, Tese de Doutoramento em História Regional e Local, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- TORGAL, Fernando Pacheco, GOMES, J. P. de Castro, JALALI, Said, s.d., *Argamassas Antigas: Reacção Pozolânica ou Activação Alcalina?*, disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/55608443.pdf>, acedido em 2012-10-02.
- TORRES, Jorge, 1994, «Histórias do Mar», in *Xarabanda*, n.º 6, pp. 19-24.
- TORRES, Jorge, 2003, «Nunca me esqueço o que eu passei...», in *Xarabanda*, n.º 14, pp. 59-64.
- VIEIRA, Alberto e CLODE, Francisco, 1996, *A Rota do Açúcar na Madeira. The Sugar Route in Madeira*, Funchal, ARAF.
- VIEIRA, Alberto e SANTOS, Filipe dos, 2005, *Açúcar, Melaço, Álcool e Aguardente. Notas e Experiências de João Higinio Ferraz (1884-1946)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- W. HINTON & SONS, 1908, *O Emprego de Adubos Chimicos na Cultura da Canna Sacharina*, Funchal, Typ. do Heraldo da Madeira.



## **Islas del Azúcar y del Tabaco: Canarias, Mirando a Madeira y Azores desde la Ventana de la Segunda Globalización (1850-1914)**

Sugar and Tobacco Islands: Canary Islands, Looking at Madeira and Azores from the Window of the Second Globalization (1850-1914)

*Santiago de Luxán Meléndez*<sup>1</sup>

### **Resumen**

Los archipiélagos de Azores y Madeira con relación a las Islas Canarias han tenido vidas paralelas, pero separadas e, incluso, han estado en franca competencia. Hemos elegido una primera aproximación de larga duración, fijándonos en dos etapas, la que se corresponde con la protoglobalización y la que transcurre en el período de la Segunda Revolución Industrial. Nuestro discurso trata de definir las vías que se eligieron para la modernización de la economía. Un régimen económico fiscal diferenciado del territorio continental y un camino que se apoyaba en la transformación industrial de sus productos agrarios (azúcar y tabaco) y en el desarrollo de nuevas infraestructuras, sobre

---

<sup>1</sup> Catedrático de Universidad de Historia e Instituciones Económicas y Profesor Emérito desde el 06/05/2021. Director del Grupo de Investigación G9, Historia, Economía y Sociedad de la Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (reconocido como el mejor grupo de investigación del Área de Humanidades de la ULPGC en los años 2010 y 2019). Ha sido coordinador del programa de Doctorado Islas Atlánticas (Universidades de Las Palmas de Gran Canaria, La Laguna, Azores y Madeira) entre 2014-2020. Investigador asociado del CHAM – Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar / Portuguese Centre for Global History, FCSH/NOVA-UAc. Miembro del Comité Científico del *Coloquio de Historia Canario-Americana* y del consejo de redacción de diversas revistas científicas. Premio especial Canarias-América de Investigación 2010. Recibió el reconocimiento a la Carrera Investigadora Universitaria de profesores de la ULPGC en 2019. Es miembro de la Junta Directiva de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria, de la Asociación Española de Historia Económica, de la Asociación Española de Historia Moderna y de la Asociación de Historia Económica del Caribe. Sus principales líneas de investigación se han centrado en la Historia Institucional de España en la Edad Moderna, con especial dedicación a Portugal, al estudio de las Instituciones Económicas, la Historia Atlántica, Historia del Tabaco y del Azúcar, Historia de la Empresa, y Patrimonio Documental e Historia del Libro. E-mail: [santiago.deluxan@ulpgc.es](mailto:santiago.deluxan@ulpgc.es).

todo portuarias. En la segunda parte nuestra mirada se ciñe más a las Islas Canarias y trata de resaltar en la medida de lo posible el esfuerzo de una generación de canarios emprendedores que personificamos en las figuras de Juan y Fernando León y Castillo.

**Palabras clave:** Azúcar; Tabaco; Canarias; Madeira; Azores.

### **Abstract**

The archipelagos of the Azores and Madeira in relation to the Canary Islands have had parallel but separate lives, and have even been in open competition with each other. We have chosen a first long-term approach, focusing on two stages, the one corresponding to the proto-globalization and the one during the period of the Second Industrial Revolution. Our discourse tries to define the paths that were chosen for the modernization of the economy. A fiscal economic regime differentiated from the continental territory and a path that relied on the industrial transformation of its agricultural products (sugar and tobacco) and on the development of new infrastructures, especially port infrastructures. In the second part, our gaze is more focused on the Canary Islands and we try to highlight, as far as possible, the efforts of a generation of enterprising Canary Islanders that we personify in the figures of Juan and Fernando León y Castillo.

**Keywords:** Sugar; Tobacco; Canary Islands; Madeira; Azores.

## **Introducción**

En esta intervención quiero plantear mirando al pasado que los archipiélagos de Azores y Madeira con relación a las Islas Canarias han tenido vidas paralelas, pero separadas e, incluso, han estado en franca competencia. Hemos elegido una primera aproximación de larga duración, fijándonos en dos etapas, la que se corresponde con la protoglobalización y la que transcurre en el período de la Segunda Revolución Industrial. Nuestro discurso trata de definir las vías que se eligieron para la modernización de la economía. Un régimen económico fiscal diferenciado del territorio continental y un camino que se apoyaba en la transformación industrial de sus productos agrarios (azúcar y tabaco) y en el desarrollo de nuevas infraestructuras, sobre todo portuarias. Tengo la sensación de que las vidas siguen siendo paralelas en las circunstancias actuales en que nuestras economías dependen en gran medida del turismo. Pero el proceso de integración en Europa, el esfuerzo común que ha significado el reconocimiento por parte de Europa de las Regiones Ultraperiféricas (RUP), que comparten una problemática común y, finalmente, el moderno desarrollo de las Universidades, junto a un conocimiento mayor por la democratización de los

viajes entre las sociedades isleñas, ha significado que las *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso, que analiza las realidades isleñas en su conjunto, sean algo más que un precedente relevante. En la segunda parte nuestra mirada se ciñe más a las Islas Canarias y trata de resaltar en la medida de lo posible el esfuerzo de una generación de canarios emprendedores que personificamos en las figuras de Juan y Fernando León y Castillo.

## **I. La Perspectiva de la Larga Duración. Dos Etapas: Primer Ciclo del Azúcar (Siglos XV-XVI) y el Segundo Ciclo del Azúcar y el Tabaco (1850-1918)**

### 1. Vasos Comunicantes Limitados durante la Primera Globalización

Los archipiélagos portugueses y españoles del Atlántico medio, incluyendo incluso en nuestra mirada a Cabo Verde<sup>2</sup>, han tenido algunos vasos comunicantes a lo largo del tiempo, en especial durante la unión de Portugal a la monarquía española (1580-1640)<sup>3</sup>, pero solo fueron economías complementarias en alguna fase de su historia. Escribió Alberto Vieira que el azúcar como producto exportador de Madeira trajo consigo la dependencia cerealística de los archipiélagos vecinos de Azores y Canarias. Entre 1510-1640, por ejemplo, el 25% del trigo consumido en Madeira procedía de Canarias<sup>4</sup>. No obstante, las sucesivas carestías de cereal, y especialmente de trigo en Canarias, en las islas productoras de azúcar, fue una constante como lo demuestran las llegadas de barcos cargados de cereal procedentes de Azores o de la Península en estas fechas, aunque bien es verdad que hay exportaciones de las islas orientales a Madeira. En las Islas Canarias la fase de apogeo de la caña de azúcar, durante la primera mitad del XVI, coincidirá con su declinar en Madeira<sup>5</sup>. Ambos archipiélagos, sin embargo, se harán la competencia en la producción de vino

---

<sup>2</sup> VIÑA BRITO y CORBELLA, 2022, «De Europa a América: la cultura y la lengua de la caña dulce (siglo XVI)», pp. 499-518. VAZ DO REGO MACHADO, GREGORIO y SERPA SILVA, 2013, *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX*.

<sup>3</sup> Es una referencia de interés VILA VILAR, 1977, «Las Canarias como base de aprovisionamiento de navíos portugueses», pp. 285-300.

<sup>4</sup> VIEIRA, 1991, «As conexões canario-madeirenses nos séculos XV a XVII. Estado da questão e perspectivas para análises futuras», p. 884.

<sup>5</sup> VIEIRA, 1991, «As conexões canario-madeirenses nos séculos XV a XVII. Estado da questão e perspectivas para análises futuras», p. 870.

después de la Restauración de 1640 e, incluso, los caldos canarios serán sustituidos en los mercados británicos por el vino de Madeira y, más tarde, por el de Oporto<sup>6</sup>.

Podemos adoptar el rótulo de Islas del azúcar y del tabaco para tratar de reflejar dos realidades diferentes, la del primer ciclo del azúcar (siglos XV-XVI) en la que hay un aprendizaje de ida y vuelta Canarias-Madeira-Canarias, en la que el azúcar es el producto estrella que conquista los mercados europeos. Y la del segundo ciclo del azúcar, coincidente con el intento de producir tabaco (“Modelo cubano del tabaco y del azúcar”), durante la segunda globalización desde mediados del XIX hasta la Gran Guerra. En esta ocasión ya no son los mercados europeos, sino los nacionales el objetivo preferente de la nueva economía insular del tabaco y del azúcar y los problemas fiscales y aduaneros, así como la existencia o no de estancos o monopolios gubernamentales, en el caso del tabaco en Canarias y/o privados, en el caso del azúcar en Madeira, los factores que determinarán el devenir de esta nueva singladura. Debemos hacer la advertencia inicial de que utilizamos el término ciclo en este estudio en su dimensión temporal, como un período de tiempo. No nos referimos a la existencia de un monocultivo, sino más bien a un sector predominante en la balanza comercial exportadora. Como señaló Alberto Vieira, la isla es un microcosmos definido por la variedad de espacios ecológicos, lejos por tanto de la unidad agrícola. Y añade el mismo historiador –siendo su reflexión aplicable al menos al período anterior al turismo en nuestras islas y, por supuesto, en connivencia con el concepto actual de soberanía alimentaria–, que el empeño del isleño no se limita al producto principal que se exporta. Es más, hay en todos los campesinos cierta preocupación por la autosuficiencia que juega a favor del mantenimiento de la agricultura de subsistencia que convive con la de exportación<sup>7</sup>.

Durante la protoglobalización, en el siglo XV, la caña de azúcar viajera arribó, después de un largo recorrido que se había iniciado en la India y surcado el Mediterráneo, a las Islas del Atlántico<sup>8</sup>. Primero se asentó en Madeira. En 1453 la crónica de Zurara reconocía a esta isla por sus condiciones especiales para la existencia de una agricultura intensiva de regadío, debido a sus extraordinarias aguas

---

<sup>6</sup> BETHENCOURT MASSIEU, 1956, «Canarias e Inglaterra. El comercio de vinos 1650-1800», p. 204. Sobre la competencia entre los archipiélagos escribirá también SILBERT, 1997, *Un Carrefour de L'Atlantique. Madère (1640-1820)*, p. 25.

<sup>7</sup> VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, pp. 60 y 61. En el mismo sentido reflexionó muchos años antes BETHENCOURT MASSIEU, 1956, «Canarias e Inglaterra. El comercio de vinos 1650-1800», p. 195.

<sup>8</sup> VIÑA BRITO y CORBELLA, 2022, «De Europa a América: la cultura y la lengua de la caña dulce (siglo XVI)», p. 500.

corrientes. Entra dentro de lo posible que se trajera semilla de Sicilia. Lo cierto es que se abriría un floreciente comercio con Europa. Cuando se produce la conquista de Gran Canaria, el fruto de la caña de azúcar se convirtió en expresión afortunada de la historiadora Ana Viña<sup>9</sup> en el oro de las Islas y también se produjo la presencia genovesa y la penetración en los mercados del Norte de Europa. La historiografía canaria<sup>10</sup> se ha referido a esta etapa como el Primer Ciclo del azúcar y ha señalado también como ambos archipiélagos (Canarias y Madeira) hicieron de puente de este producto que llegaba del Mediterráneo desde donde se extendió al continente americano con el trasfondo de la creación de los Imperios ibéricos. En la etapa inmediatamente anterior a la creación de los estancos del tabaco portugués y español (1640), hubo una cierta convergencia, según el recientemente fallecido historiador Elliott, entre los Atlánticos español y portugués a una escala lo bastante importante como para permitirnos hablar de ellos como componentes de un solo Atlántico ibérico, en los aspectos defensivos y económicos y de modo especial en el tráfico de esclavos. En los momentos en que se creó el estanco del tabaco (1636), Lisboa era el emporio de este Atlántico sureño y portugués. Funcionaba como punto receptor del azúcar y del tabaco brasileño y de la plata y otras mercancías sacadas de contrabando de la América española y además como centro de distribución para su reexportación hacia los puertos del norte de Europa<sup>11</sup>. Y otro tanto, podemos decir de Sevilla y, a partir del siglo XVIII, de Cádiz.

## 2. Islas del Azúcar y el Tabaco durante la Segunda Globalización. La Apuesta Agroindustrial

En esta intervención queremos poner el acento, sin embargo, en el período que se inicia a fines del primer tercio del siglo XIX (independencias americanas), que es cuando se empieza a pensar en el cultivo del tabaco en Canarias y en Azores, con lo que incorporamos al archipiélago más septentrional de la Macaronesia en nuestro enfoque. Es decir, nos ocupamos del reencuentro con el azúcar (Segundo ciclo del azúcar) y de los serios intentos de convertir a Canarias y Azores en productores de tabaco. La producción de azúcar desde Canarias, en la segunda mitad del XIX, tendrá en cuenta el resurgir de la producción de caña, pese a la importancia creciente del

---

<sup>9</sup> VIÑA BRITO, 2014, *Azúcar y mecenazgo en Gran Canaria. El oro de las Islas, siglos XV-XVI*.

<sup>10</sup> LUXÁN MELÉNDEZ y VIÑA BRITO, 2009, *La empresa azucarera en Canarias. Siglos XV-XX*.

<sup>11</sup> ELLIOTT, 2014, «El Atlántico español y el Atlántico luso, divergencias y convergencias», pp. 21-35.

azúcar de remolacha (beterrada), y el nacimiento de una potente industria azucarera en el sur de España, pero también el gran crecimiento experimentado en Cuba y Puerto Rico, donde la caña convivirá con el tabaco.

## 2.1. La Significación del Viaje a Madeira en Busca de Información sobre la Industria Azucarera

Es igualmente relevante la experiencia que se experimentaba en el archipiélago de Madeira, en el que se estaba potenciado el renacimiento del cultivo y de la industria derivada de la caña de azúcar con el fin de aliviar la crisis del vino.

Una comisión será enviada desde Gran Canaria con el propósito de estudiar in situ el funcionamiento de la economía azucarera madeirense y la posible sustitución del nopal –donde se criaba la cochinilla de la que se extraía un tinte natural– por la caña de azúcar<sup>12</sup>. Esta mirada hacia Madeira había sido señalada por primera vez por el corresponsal de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas en la isla de La Palma Faustino Méndez Cabezola en 1875<sup>13</sup>. Por un momento voy a detenerme en este acontecimiento. Durante los meses de enero y febrero de 1881 Rafael Almeida Mateos, junto a Rafael Romero, y el Ingeniero de Montes Clemente Figueras, emprenderán un viaje a Funchal, con el objetivo de estudiar sobre el terreno el desarrollo de este cultivo y el funcionamiento, entre otras, de la Fábrica de San Juan. La comisión se trasladó a Madeira, donde fue acogida por el Dr. João da Câmara Leme Homem de Vasconcelos, conde de Canavial<sup>14</sup>, uno de los responsables de la fábrica de São João, de la “Companhia Fabril de Açúcar Madeirense” (creada en 1863), en funcionamiento desde 1871, y por el cónsul de España Plácido Jove y Hevia<sup>15</sup>. Desde Madeira escribirá al director de la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas:

«Muy Sr. Mío: aun sin tiempo para nada, pongo estos cuantos renglones para decir a V. que hemos tenido una magnífica acogida al llegar a esta isla; pues como aquí se tuviera conocimiento anticipado de nuestra misión, son varias las personas caracterizadas que nos han visitado, ofreciéndonos toda clase de auxilios, figurando entre ellas el Cónsul, el Gobernador y otras varias personas de arraigo y muy relacionadas en el país. Según los

<sup>12</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2003, «El segundo ciclo del azúcar y la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria 1874-1900», pp. 232-236.

<sup>13</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2003, «El segundo ciclo del azúcar y la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria 1874-1900», p. 233.

<sup>14</sup> PACHECO, 2007, *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*. JANES, 2023, «João da Câmara Leme: O Polemista (1862-1879)», pp. 469-502.

<sup>15</sup> En ALMEIDA, ROMERO y FIGUERAS, 1881, *Informe [...] se dice Vicente, pero debió ser Plácido que fue cónsul de España en Lisboa*.

datos que a la ligera hemos podido recoger, podemos asegurar a V. que nuestros cálculos están sumamente bajos comparados con la realidad. Así, pues, abrigo la convicción firmísima de que este ramo será el llamado a reemplazar con ventaja el de la cochinilla, preparando a nuestro archipiélago una riqueza más sólida y estable que la proporcionada por aquel insecto, dando vida, además a la industria, y desarrollando entre nosotros el espíritu de asociación de que tanto carecemos. Esto así, y vista la amabilidad de esta gente, cada día me congratulo más de haber tomado la iniciativa en este asunto, y de haber emprendido esta feliz excursión a la Madera; pues creo que aquí obtendremos todos los datos que podamos necesitar referentes al cultivo de la caña y a la industria azucarera. Unas siete máquinas hay montadas en toda la Isla, y todas realizan muy buenas ganancias, dedicadas unas a la confección de azúcar y otras a la de aguardiente. Muy pronto se dará principio a la molienda, y esta circunstancia quizás nos demore más de lo que nosotros pensábamos, pues una vez aquí, deseamos presenciar algo de molienda. Una vez que veamos todo lo de aquí, haremos una visita a las máquinas del interior, de modo que podamos conocer la producción de distintas localidades. Basta con esto para que V. comprenda que no se ha perdido el tiempo, y que nuestra misión tiene mucha más importancia y trascendencia de la que por ahí se le ha concedido. Su afectísimo amigo y s. s. Q.B.S.M. – Rafael Almeida»<sup>16</sup>.

El discurso de Canavial<sup>17</sup> que en 1870 señalaba que el avance de la agricultura no sería posible sin la fundación de fábricas con tecnología moderna, era plenamente coincidente con la posición que en Gran Canaria (Islas Canarias) defendía La Real Sociedad Económica por las mismas fechas. Así, por ejemplo, en 1883, el director de la entidad, Mariano Sancho y Chía formulaba su compromiso con la industria azucarera:

«Desde que llegué a adquirir la persuasión de que la grana había sucumbido ante los adelantos industriales y científicos, he pensado constantemente en que esa industria podría salvar nuestra decaída agricultura y podría proporcionarnos considerables rendimientos dando colocación de una manera permanente estable y positiva, con buenos salarios, a tantos infelices como vienen pereciendo»<sup>18</sup>.

De esta misión darán cuenta en una Memoria presentada a la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas, que puede ser considerada el punto de arranque de esta segunda etapa azucarera de la Historia de Canarias<sup>19</sup>. La citada comisión volvió con semillas de caña –en Madeira se cultivaba la caña común amarilla– y con un informe sobre los costes del cultivo y del funcionamiento de la referida fábrica. Este viaje, recordemos, había surgido por iniciativa del Ayuntamiento de Guía (Norte de Gran Canaria), con el apoyo de la Real Sociedad Económica de

<sup>16</sup> *La Correspondencia de Canarias*, 12/02/1881.

<sup>17</sup> VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, p. 232.

<sup>18</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2009, «Canarias en el segundo ciclo del azúcar», p. 105.

<sup>19</sup> LUXÁN MELÉNDEZ y BERGASA PERDOMO, 2001, «Un experimento fallido de industrialización. Trapiches y fábricas de azúcar en Canarias, 1876-1933», pp. 65-67.

Amigos del País de Las Palmas y el Círculo Mercantil de la misma ciudad, que sufragarían los gastos. No obstante, la visita de los grancanarios se produjo en una coyuntura difícil para la economía azucarera madeirense, puesto que en los inicios de la década de los 80 un hongo había destruido los cañaverales y un año antes, en 1879, la fábrica de San Juan pasaba también por problemas. Los autores del informe, sin embargo, hacen constar «que han visitado las principales fábricas que allí existen, con el fin de escoger entre los diferentes sistemas de fabricación aquel que más se amolde a las condiciones de nuestra caña, de nuestros mercados y de nuestros terrenos»<sup>20</sup>. ¿Por qué la fábrica de San Juan no dio el resultado que los accionistas se prometían? La comisión concluye que no era la apuesta por el azúcar de caña, ni los procedimientos industriales adoptados. Se trataba de un problema de gestión empresarial en el montaje de las máquinas, en las dudas de la dirección y, sobre todo, en las complicaciones financieras y en la guerra que los ingenios hacían a las fábricas.

Efectivamente en el transcurso del año 1880, por iniciativa del alcalde de Guía, se había constituido una junta, que intentó que los agricultores de aquella localidad redujesen la superficie dedicada a cochinilla a la mitad, plantando en su lugar caña de azúcar. El paso siguiente fue organizar la expedición a Madeira. En la parte económica del Informe, con el optimismo propio del que quiere poner en marcha una iniciativa, se ofrecía una estimación de los costes y beneficios líquidos a obtener en el cultivo de la caña. Las noticias sobre Madeira –y este es el aspecto que más nos interesa–, se centraban de modo especial en el funcionamiento de la industria, con el fin de poder comparar el estado de esta con los métodos tradicionales, o con los empleados en el sur de los Estados Unidos<sup>21</sup>. El informe<sup>22</sup> dio pie a un programa-manifiesto, suscrito por la Económica de Las Palmas y el Ayuntamiento de Guía, en el que se sentaban las bases de la extensión del cultivo, tanto de la caña, como del tabaco, y de la puesta en marcha de sus respectivas industrias transformadoras, que contarían con el apoyo financiero de un Banco Agrícola e Industrial, que se crearía al respecto. ¿Qué ventajas teníamos en Canarias? Como resultado del desarrollo futuro del Puerto de la Luz, carbón al mismo precio que en otros lares, posibilidades de consumo en el mercado interno e incluso los complementarios de la Costa africana y como ocurrirá con el tabaco, no sin dificultades, con el mercado nacional, que en el informe no se mencionaba. Unos años antes, 1876, el propio Rafael Almeida se

---

<sup>20</sup> ALMEIDA, ROMERO y FIGUERAS, 1881, *Informe* [...], p. 12.

<sup>21</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2009, «Canarias en el segundo ciclo del azúcar», p. 111.

<sup>22</sup> ALMEIDA, ROMERO y FIGUERAS, 1881, *Informe* [...].



había desplazado a la Exposición Internacional de Filadelfia, lo que demuestra el interés por conocer los avances tecnológicos del sector por parte de los empresarios canarios.

## 2.2. La Agroindustria del Tabaco: Los Casos Paralelos de Canarias y Azores

Volviendo a nuestro discurso principal, a diferencia del azúcar, el tabaco en España y Portugal, así como en la Islas del Atlántico medio, estuvo en régimen de estanco por parte del Estado. Los archipiélagos se incluirían dentro de lo que hemos denominado Sistema Atlántico del Tabaco<sup>23</sup>. El Real decreto de Puertos Francos de 1852 posibilitará el cultivo y la producción de tabaco en Canarias desde esa fecha. La finalización del Contrato general del tabaco en Azores en 1864 abriría, como en el caso de Canarias, un nuevo horizonte a la producción en este archipiélago. En resumidas cuentas, en el inicio del siglo XIX, y en especial en su segunda mitad, las islas tuvieron problemas económicos graves. En Azores se produjo el declinar de la producción de cítricos y en consecuencia de su comercio exportador. Por su parte en Madeira, como ya hemos indicado, la difusión de la filoxera perjudicó la producción del vino y contrajo igualmente la capacidad exportadora madeirense. Era necesario encontrar alternativas. Estábamos en una época en que la industrialización comenzaba a dar tímidamente los primeros pasos en Portugal. En Azores y Madeira la solución encontrada fue el cultivo de plantas industriales, fortaleciendo y renovando de este modo la agricultura tradicional. Azores apostó por el tabaco.

Hay que considerar que el objetivo, tanto de Azores como de Canarias, donde también se favoreció el discurso agroindustrial, fue tener una entrada favorable en el mercado peninsular, circunstancia que hay que hacer extensible a la producción de azúcar, como también hemos indicado. Hubo relaciones de intercambio entre Azores y Madeira, pero al menos en el caso del tabaco no nos ha llegado información de que se extendiese este comercio a las Islas Canarias. Antes de la segunda globalización, Azores cambiaba el tabaco por cereales, necesarios para cubrir el déficit del Portugal continental. Canarias, sin embargo, aportaba una renta fiscal muy importante en términos relativos para la hacienda insular a las arcas de la Monarquía. Solamente el desestanco del tabaco abrirá nuevos horizontes, junto a un régimen comercial mucho más librecambista en el caso de Canarias como consecuencia del nuevo marco económico fiscal de los Puertos Francos. Finalmente, debemos señalar

---

<sup>23</sup> LUXÁN MELÉNDEZ y GÁRATE OJANGUREN, 2010, «La creación de un Sistema Atlántico del Tabaco (siglos XVII-XVIII). El papel de los monopolios tabaqueros. Una lectura desde la perspectiva española», pp. 145-175. LUXÁN MELÉNDEZ y VAZ DO REGO, 2019, «El tabaco en los archipiélagos ibéricos del Atlántico medio (siglos XVII-XIX). Una visión comparada», pp. 153-178.

que los caminos de Canarias y los archipiélagos portugueses parecen converger hacia un mismo objetivo en el siglo XIX, lo que aleja la complementariedad de sus economías, que es cuando se diseñan estrategias semejantes que tienen al tabaco, especialmente en el archipiélago español y en Azores, puesto que Madeira se decantará por la caña de azúcar y el aguardiente en régimen de protección entre 1895-1918<sup>24</sup>, como una de las principales alternativas para el crecimiento económico.

## **II. Nuestra Mirada se refiere fundamentalmente a Canarias, de modo Principal al Tabaco y al Protagonismo de los Hermanos Juan y Fernando León y Castillo**

La etapa que en Canarias se inicia con la declaración de Puertos Francos en 1852, desde el punto de vista económico y social, tiene una gran trascendencia porque entramos en el proceso de dotación de infraestructuras modernas que incrementan la conectividad del Archipiélago en su interior y con el exterior, así como la dotación de servicios urbanos. Estaríamos, en consecuencia, iniciando el proceso de modernización de la sociedad canaria. La crisis de la cochinilla de la que las Islas han sido la primera productora mundial empieza a vislumbrarse desde la década de los años 60. Es el momento en el que un grupo de propietarios, comerciantes y políticos canarios se vuelven hacia el tabaco primero y hacia la caña de azúcar después –“Modelo cubano” es el término que acuñó la historiografía canaria hace años, especialmente Millares Cantero<sup>25</sup> y Macías Hernández<sup>26</sup>– como posibles soluciones que hagan entrar a las Islas en un nuevo escenario productivo. Los historiadores han venido pronunciándose sobre el fracaso de este intento. Habría que poner el acento, entonces, en la frustración de la solución agro-industrializadora del modelo cubano. En el corto plazo ni el tabaco, ni el azúcar, supusieron la resolución de todos los males de la economía isleña. Pero no cabe duda de que, en el largo plazo, sentaron las bases de dos subsectores que durante el siglo XX han sido importantes en la actividad

---

<sup>24</sup> CÂMARA, 1998, «A Madeira e o proteccionismo sacarino (1895-1918)», pp. 117-143.

<sup>25</sup> En el epígrafe titulado «Piezas de recambio: el modelo cubano», MILLARES CANTERO (1975, *Aproximación a una fenomenología de la Restauración en la Islas de Gran Canaria*, pp. 53-59) distingue, en el tiempo, la opción del tabaco, que es la que primero se busca para solucionar el problema de la crisis de la cochinilla en los mercados internacionales, y la del azúcar. Según este autor la asfixia de la industria azucarera hay que escudriñarla en: los puertos francos, en el “colonialismo administrativo”, en el temor a la presencia extranjera y en la presión de los productores andaluces.

<sup>26</sup> MACÍAS HERNÁNDEZ, 1983, «Algunas consideraciones sobre la economía canaria entre 1900-1936», p. 286.

productiva del Archipiélago<sup>27</sup>. De un lado, la industria tabaquera, como un importante renglón exportador, se convirtió en una especialización regional de Canarias durante todo el siglo XX. De otro, la industria alcoholera (aguardiente y ron) vino a sustituir a la producción de azúcar y ha subsistido hasta nuestros días.

Insistimos en que queremos poner el foco en la actuación de los hermanos León y Castillo<sup>28</sup>, como líderes de una generación que apostó por estos dos renglones económicos enunciados. Ambos subsectores productivos supusieron una iniciativa que intentó disminuir la vulnerabilidad de la economía insular y su absoluta dependencia del sector primario, con soluciones industrializadoras que se verían impulsadas por la construcción de puertos modernos en las dos islas principales. La actuación de estos personajes va más allá de estos dos apartados y ambos tienen una participación diferente. El mayor, Juan, está directamente involucrado en la producción, tanto del tabaco, como del azúcar, así como en el diseño y construcción de las principales infraestructuras –de modo significativo el Puerto de La Luz–, y en otra escala de las carreteras, sin olvidarnos de su participación en la política hasta la década de 1890 en que rompe con su hermano<sup>29</sup>. El segundo, Fernando, tiene una actuación básicamente institucional y política, con el telón de fondo de lo que se ha denominado por la historiografía española “sistema caciquil” en el que lideró un grupo local de notables dentro del partido liberal que presidía Sagasta

---

<sup>27</sup> VIEIRA, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*. LUXÁN MELÉNDEZ, 2006, *La opción agrícola e industrial del tabaco en Canarias. Una perspectiva institucional. Los orígenes, 1827-1936*, LUXÁN MELÉNDEZ, 2009, «Canarias en el segundo ciclo del azúcar», pp. 103-269 y LUXÁN MELÉNDEZ y BERGASA PERDOMO, 2010, *Destilerías Arehucas. La industria alcoholera en Canarias 1940-2010*.

<sup>28</sup> Sobre Juan de León y Castillo las obras de referencia son: MILLARES TORRES, 1982, «Biografías de canarios célebres», pp. 282-283. DELAUNAY y QUINTANA NAVARRO, 1982, «Inventario del fondo documental de los hermanos León y Castillo». MARTÍN DEL CASTILLO, 1993, «Juan de León y Castillo y las sociedades científicas, literarias, artísticas o de recreo de su tiempo», pp. 401-430, MARTÍN DEL CASTILLO, 1994, *Ciencia y política en el pensamiento de Juan de León y Castillo* y MARTÍN DEL CASTILLO, 1995, «Juan de León y castillo (1834-1912): ingeniero y político. Apuntes de una biografía», pp. 369-382. HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, 1991, *El Puerto de La Luz en la obra de Juan de León y Castillo*, HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, 1995, *Juan de León y Castillo. Ingeniero, Científico y Humanista* y HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, 2006, *Juan León y Castillo*. CALVOCRUZ y CASTROPÉREZ, 2010, «El fondo documental Ingeniero D. Juan de León y Castillo: estudio descriptivo de las principales cuentas utilizadas en el registro de las obras de construcción del Puerto de La Luz y Las Palmas, 1891-1901», pp. 3-40. Sobre el contexto y la actuación política de Fernando de León y Castillo: NOREÑA SALTO, 1977, *Canarias: política y sociedad durante la Restauración*. MORALES LEZCANO, 1998, *León y Castillo, Embajador (1887-1918). Un estudio sobre la política exterior de España*. ACOSTA BARROS, 1995, *Fernando de León y Castillo*. JIMÉNEZ MARTEL, 1998, *Reseña alfabética de artículos periodísticos sobre los hermanos León y Castillo*. GUIMERÁ PERAZA, 2003, *Biografía Política e Historia Canaria*.

<sup>29</sup> Archivo Histórico Provincial de Las Palmas, Fondo Juan de León y Castillo, n.º 269: Escrito sobre el modo de hacer política de Juan con relación a su hermano al que se tilda de cacique. El partido liberal –leemos– debería llamarse “leonista”.

(el denominado partido leonino)<sup>30</sup>. Aunque su desarrollo va más allá de la política local y nacional, puesto que participará activamente en la definición de la posición internacional española hasta la Primera Guerra Mundial propugnando una solución menos aislacionista y más cercana a Inglaterra y Francia en un período de fuertes tensiones internacionales<sup>31</sup>.

## 1. Prolegómenos de la Segunda Globalización

Debemos empezar recalando la extrema pobreza de las islas, por el cólera morbo de 1851 y las sequías prolongadas. Es paradigmático el discurso desde la Administración provincial, reconociendo las dificultades del Archipiélago. Este es el sentido del oficio del Intendente de Canarias al director general de Contribuciones Directas<sup>32</sup> dando cuenta de la imposibilidad de cobrar en Canarias los impuestos extraordinarios de 1847, que resumimos con algunos añadidos a continuación. El cólera morbo de 1851, posterior al brote de fiebre amarilla de 1846, fue un episodio localizado en Las Palmas de efectos devastadores. El estado de ruina general de las Islas imposibilitaba su contribución a los gastos del Estado. Si añadimos las sequías que ya hemos mencionado y una disminución muy fuerte de la extracción de vinos que era el exportable fundamental desde mediados del XVI tenemos dibujado un panorama muy poco propicio para la población. Sin necesidad de añadir más datos, el vino y la barrilla habían significado un valor de 19 658 460 rs. vn. en 1800, pero solo alcanzaban 3 827 900 rs. vn. en 1839. Una disminución de un 85%. Ningún tipo de industria, continuaba el informe del Intendente, compensaba este descenso del valor agrario. El horizonte no era otro que la expulsión de población. En Islas como Lanzarote, Fuerteventura y El Hierro, y en otros muchos pueblos de las restantes, sus habitantes buscaron su sustento emigrando. Los cambios de la población de las islas entre 1837 y 1857 reflejan esa salida de los isleños, pues esta apenas creció. En 1835, la población total del Archipiélago era de 233 789 habitantes, mientras que en 1857 solamente llegaba a 234 804. El Intendente recargaba las tintas y señalaba que los que se han quedado se ven reducidos en la mayor parte del año a usar como alimento producciones de la tierra que hasta los animales irracionales se resisten a usar. Frente a lo que se podía suponer la situación no mejoró de modo

---

<sup>30</sup> De la bibliografía citada anteriormente debe rescatarse el trabajo de NOREÑA SALTO, 1977, *Canarias: política y sociedad durante la Restauración*.

<sup>31</sup> Principalmente MORALES LEZCANO, 1998, *León y Castillo, Embajador (1887-1918). Un estudio sobre la política exterior de España*.

<sup>32</sup> *Boletín Oficial de la Provincia de Canarias*, n.º 46, de 17/04/1847.

general con la cría de la cochinilla a partir de 1840, de la que no participarán, además, todas las Islas.

Junto a todos estos males el problema de la educación era gravísimo. Canarias se encontraba en la marginalidad del analfabetismo. Juan, el mayor de los hermanos León y Castillo, se sintió protagonista de un cambio que se produjo en su edad escolar y que atribuyó a los miembros de la generación anterior a la suya. En algunas de las cuartillas que nos han llegado y que conforman su autobiografía<sup>33</sup> escribe refiriéndose a su experiencia personal. «Pude haber seguido la actividad de mis padres como propietarios agrícolas», señala, «o hubiese emigrado como tantos otros a las Américas».

La propuesta de este grupo, que personalizamos en los hermanos León y Castillo, no fue otra que impulsar la transformación de Canarias en una sociedad más industrial. Sería el arranque de lo que hemos denominado ideología industrializadora, reconocible en el archipiélago en los momentos de crisis económicas de envergadura<sup>34</sup>.

Tracemos con más detalle el recorrido que se inicia con los Puertos Francos.

## 2. La Declaración de Puertos Francos con la Mirada puesta en Madeira. El Informe del Cónsul Francés Sabino Berthelot de 08/04/1852

Ofrecemos, entonces, una reflexión sobre la etapa que en Canarias se inicia con la declaración de Puertos Francos en 1852. En los años anteriores, durante el Trienio Constitucional (1820-1823), Canarias había perdido sus tradicionales franquicias y se planteaba, por ejemplo, por parte de la Diputación provincial del Archipiélago, la necesidad de un régimen especial que permitiese la competencia con otros puertos, como el de Funchal<sup>35</sup>. A finales de la década de 1840, el impulso dado, entre otros, por Sabino Berthelot<sup>36</sup> en connivencia con el gobernador civil Manuel Rafael de Vargas que aducirían, para interesar al gobierno central, los ejemplos de Madeira y de la isla francesa de Gorée, junto a las difíciles circunstancias socioeconómicas (pobreza, emigración, epidemias) que atravesaba el Archipiélago, culminaron con la declaración de las franquicias en 1852. En el *Boletín Oficial de la Provincia de Canarias*,

---

<sup>33</sup> Archivo Histórico Provincial de Las Palmas, Fondo Juan de León y Castillo, n.ºs, 90, 93, 94, 97, 99, 100, 280.

<sup>34</sup> LUXÁN MELÉNDEZ y BERGASA PERDOMO, 2019, «Entre los siglos XX y XXI. El discurso de la industrialización en Canarias», pp. 15-43.

<sup>35</sup> GALVÁN RODRÍGUEZ, 1994, *Historia de la Diputación Provincial de Canarias*, p. 1070, nota 2325.

<sup>36</sup> BERTHELOT, 2018, *Informes y Memorias consulares de Sabino Berthelot (1847-1874)*, pp. 485-498.

n.º 71, de 14/06/1845, se publica, por ejemplo, en la parte literaria, un viaje a Madeira del que entresaco el comentario a la llegada a Funchal, cuyo valor como elemento emocional para entender las diferencias, destaco independientemente de que se corresponda con la realidad: «Bajamos al puerto, y no fue poca nuestra sorpresa al ver que lo verificábamos sin aduanas, sin pasaportes y sin patentes de sanidad». Aunque discutido agriamente por algunos diputados a Cortes, el protagonismo de Manuel Rafael de Vargas y el de los propios parlamentarios, es reconocido, por ejemplo, en una carta anónima, fechada en Londres (18/02/1852), que publicó *El Noticioso de Canarias*.

Así razonaba Berthelot el significado de los Puertos Francos, lo que nos hace volver otra vez la mirada a la competencia de Madeira:

«Al proclamar la libertad comercial de un mercado que presenta abundantes recursos a los navegantes, el Gobierno español haría un primer ensayo de economía política que muy probablemente conduciría a otros. La libre introducción en los puertos canarios de todo tipo de mercancía a través de una tasa del 3%, sin hacer distinciones de pabellón, ni de procedencia, con la facultad de depositar, transbordar y reexportar sin derechos ni control atraería a estas islas una gran parte del movimiento marítimo que es responsable de la prosperidad de Madeira y haría afluir a sus puertos los navíos extranjeros que hoy temen los gastos a los que están sometidos y las formalidades ridículas a las que se les somete»<sup>37</sup>.

La lectura de Berthelot nos debe hacer ver que por parte del cónsul francés se trataba, de un lado de sustituir a Madeira por Canarias como base de aprovisionamiento de los navíos ingleses que en los puertos canarios encontrarían fletes baratos para su viaje de retorno. De otro, de fomentar el tránsito de los buques franceses que se dirigían al Senegal y a la Costa de Guinea. Recordemos que todavía estábamos en los comienzos de la colonización intensiva del continente africano. Curiosamente el cónsul francés no hacía ninguna referencia al tabaco que sería uno de los argumentos del contenido del Real Decreto de Puertos Francos de 1852.

3. Los Puertos Francos significaban, además de las Franquicias Portuarias, la Renuncia por parte del Estado de una Contribución Indirecta que es lo que significaba la Renta o Estanco del Tabaco

Los años anteriores a la promulgación de los Puertos Francos pueden ser observados como un período de tanteos que condujeron, auspiciados por el poder central, al ensayo de cultivos autorizados de tabaco con semilla cubana, todo hay que

---

<sup>37</sup> BERTHELOT, 2018, *Informes y Memorias consulares de Sabino Berthelot (1847-1874)*, p. 495.

decirlo sin mucho éxito, pese al discurso francamente optimista de las autoridades y de los próceres locales. Ese aparente fracaso no fue óbice para que el articulado del Real decreto de 11 de Julio de 1852 recogiese una propuesta de desarrollo económico para las islas, estrechamente vinculada a la actividad tabaquera. En la última década del reinado de Fernando VII, se autorizarán de modo excepcional los ensayos de este cultivo en Baleares y en el propio Archipiélago.

Se trataba, por parte de la Administración, de buscar una alternativa al contrabando a gran escala que imperaba en el suministro de hoja a las fábricas de la Renta en la península. Restablecido el estanco al concluir el régimen liberal en 1823, los contratistas en vez de aprovisionarse en Cuba compraban el tabaco a precios más remuneradores en Estados Unidos y Brasil. Al Estado solo le quedaba la salida de fomentar su producción en el territorio español. Este es el contexto en el que aparece el Real Decreto de 14/12/1827, y la normativa posterior que lo desarrollaba, por la que se ordenó que se experimentase su cultivo.

Por el comisionado regio Manuel Rafael Vargas sabemos que el gobierno fue concediendo con cuentagotas autorizaciones para cultivar tabaco, saldándose, cada nueva experiencia, con un manifiesto fracaso<sup>38</sup>. Se había creado una "Junta de Fomento de las Islas" (Real Orden de 23/09/1830), uno de cuyos primeros programas se centraría en el fomento del cultivo del tabaco, para ofrecer una alternativa a la caída de los vinos, la barrilla y la orchilla. La propuesta mayoritaria era que debía introducirse el libre cultivo del tabaco junto a la libertad de exportación. El asunto sería asumido por la Diputación Provincial. Todavía estábamos en el momento anterior al desarrollo de la cochinilla, en el que se barajó la idea de que el tabaco podía ser una solución de recambio "rápido" a la barrilla y al vino.

En este proceso, desde 1848, jugó un papel primordial Francisco María de León y Falcón, tío de los hermanos León y Castillo al frente de la Junta de agricultura. Lo que nos interesa resaltar es la escasa confianza que entonces se tenía, desde Gran Canaria, en la cochinilla (precios cada vez más bajos y grandes necesidades de capital para la formación de los nopales), cuyo futuro se veía incierto. La propuesta era insistir en el libre cultivo y en la libertad de exportación.

La declaración de Puertos Francos por el gobierno, que significaba por parte del Estado la renuncia a la Renta del tabaco, fue realizada previa consulta con la Diputación, Consejo Provincial y Junta de Comercio. Francisco María de León y Xuárez de la Guardia atribuyó la idea a Berthelot, cónsul francés desde 1847, y la iniciativa

---

<sup>38</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2006, *La opción agrícola e industrial del tabaco en Canarias. Una perspectiva institucional. Los orígenes, 1827-1936*.

de la negociación al citado Manuel Rafael de Vargas, que contaría con el apoyo de algunos miembros de la Junta de Comercio, de modo significativo Agustín Guimerá. Además de las instituciones citadas, también emitieron dictámenes otras, como la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas, que se manifestó muy favorable a los Puertos Francos, concebidos como una necesidad, pero abiertamente en contra del principio de indemnización al Estado por la pérdida de las rentas de aduanas y tabaco. Para los amigos del País era urgente además reducir los gastos de la administración<sup>39</sup>.

Una crítica de peso al nuevo régimen de Puertos Francos vino de J. M. Foronda, presidente de la Junta de Comercio de Tenerife. Los inconvenientes que traería consigo el desestanco, a su entender, podían reducirse a dos. De un lado, el gobierno no tenía necesidad de sustituir una contribución indirecta muy rentable (más de dos millones y medio de reales) que pagaban los fumadores, por un raquíptico comercio (a lo sumo dos mil quintales de rama virginiana), que llevaría aparejado, además, un recargo de la contribución directa y de la comercial. De otro lado, los ensayos de cultivo de tabaco, realizados hasta ese momento, habían demostrado su inviabilidad<sup>40</sup>.

Otra cosa sería sin embargo dilucidar si el desestanco hubiera podido contemplarse sin los Puertos Francos, tal y como planteará en sus escritos de 1852 Pedro Mariano Ramírez, o a la inversa, si hubiera podido darse el supuesto de un proceso de liberalización sin desestanco, que era la actitud de los liberales moderados. Recordemos la paradoja de que la concesión del desestanco fue auspiciada en Canarias por estos últimos, que serían partidarios, más adelante, de mantener el monopolio del tabaco en el territorio peninsular. En 1855, la propuesta progresista de desestancar el tabaco en todo el territorio nacional, seguramente teniendo muy presente el modelo canario, contó con la oposición de los moderados encabezados por Ramón Santillán.

Desde la perspectiva del tabaco, el contenido del Real Decreto de Puertos Francos puede ser resumido en los cinco puntos siguientes:

---

<sup>39</sup> LEÓN Y XUÁREZ DE LA GUARDIA, 1978, *Apuntes para la historia de las Islas Canarias 1776-1868*, pp. 317-319). Igualmente, Archivo del Museo Canario de Las Palmas, Fondo Salvador Manrique de Lara. BOURGON TINAO, 1982, *Los Puertos Francos y el régimen especial de Canarias*, pp. 52-54), cita la serie de artículos publicados por el comisario regio en *El Avisador de Canarias* (19/01, 22 y 30/03, 6 y 30/04 y 17/05/1851). La idea de Vargas coincidía con la de P. M. Ramírez, en la crítica del arancel de 1841. Los artículos de Berthelot aparecerían en el mismo periódico, durante 1847. Otro antecedente directo, mencionado por Bourgon, sería la petición formulada por M. Ossuna y Saviñón, de un Puerto Franco, para Tenerife, en 1842.

<sup>40</sup> Archivo del Museo Canario de Las Palmas, Fondo Salvador Manrique de Lara, Escrito de J. M. Foronda (Santa Cruz de Tenerife, 15/01/1852).



1.º La estrecha conexión entre las condiciones agrícolas de Canarias –“Jardín de aclimatación de productos intertropicales”– y el régimen comercial que se ponía en vigor con el Real Decreto y con las disposiciones adicionales. De nada serviría la potencialidad agrícola del Archipiélago, sino acudían barcos a sus puertos.

2.º Consecuencia del nuevo marco institucional, sería la supresión del monopolio del tabaco en las islas. El Estado renunciaba a la renta de aduanas y tabaco, que serían sustituidos por unos arbitrios: 1 200 000 rs. vn. frente a los 1 700 000, que era el déficit previsto para la Hacienda, si se suprimían ambas rentas.

3.º Se trataba de modo específico de promocionar el cultivo del tabaco protegiéndolo mediante la implantación de arbitrios moderados a la importación en rama, y a la vez, posibilitar igualmente su elaboración con unos derechos prudentes a la entrada de tabacos manufacturados (Art. 7.º). Estos derechos de introducción eran iguales o estaban por debajo de los del proyecto de las Cortes de Cádiz de 1813 y de los de las Cortes del Trienio liberal de 1820<sup>41</sup>. Se esperaba que en un año surgiesen 100 establecimientos.

4.º El nuevo régimen era, además, escrupuloso con el peligro del comercio fraudulento. Si el montante de la recaudación de arbitrios del tabaco disminuía, la repercusión sobre el conjunto de la sociedad se dejaría sentir, al incrementarse la presión fiscal.

5.º La Real Orden posterior de 18/08/1852, en su cuarto punto, encomendaba a las autoridades administrativas el control del nuevo cultivo del tabaco, todavía en régimen de ensayos que, a partir de entonces, se ponía en marcha.

En una palabra, hay que poner en el fiel de la balanza mucho más la pobreza de las islas y la necesidad de encontrar mecanismos que impulsasen hacia delante a la agricultura exportadora. En líneas generales, parece que el gobierno español vería con buenos ojos la conversión de Canarias en un ámbito de producción tabaquera, abriendo una vía posible a la maltrecha agricultura canaria, en la que la cochinilla tenía un lugar cada vez más firme.

#### 4. ¿Adiós a la Cochinilla? La Crisis de la Grana era Visible desde la Década de 1860. La Posición de Juan de León y Castillo

En Canarias, pese al Decreto de Puertos Francos, el resultado más tangible fue la expansión de la cochinilla entre 1852-1880. Si acudimos al ejemplo de Arucas (en la

---

<sup>41</sup> GARCÍA DE TORRES, 1875, *El tabaco: consideraciones sobre el pasado, presente y porvenir de esta renta*, p. 42.

Isla de Gran Canaria), que también será uno de los centros principales de la fabricación de azúcar y más tarde del aguardiente y el ron, el panorama, que no puede extrapolarse a todo el territorio insular, es como sigue: entre 1852-1880, la población se multiplicó por dos pasando de 4000 a 8000 habitantes; las edificaciones se multiplicaron por ocho; la riqueza imponible pasó de 500 000 a 800 000 rs.; los presupuestos municipales, finalmente, pasaron de 5,3 rs./habitante a 27 rs./habitante<sup>42</sup>.

«Ante la terrible perspectiva que presenta el porvenir agrícola de nuestra provincia –escribirá Juan de León y Castillo– debemos todos, en la escala de nuestras fuerzas, procurar que se disipen las negras nubes que lo envuelven».

Hay que fijarse en que la economía de la grana tocó suelo en los precios durante la llamada Gran depresión de 1873. En una serie de artículos publicados en *Las Palmas quincenal* de la Sociedad “El Porvenir Agrícola” (1875-1876) –revista que dirigió el que fuera director del Instituto de Enseñanza Media Alejo Luis Yagüe–, cuya cabeza fue el propietario y empresario Alfonso Gourié Álvarez, que aún en su persona tanto la empresa tabaquera como la azucarera, y cuya relación con Fernando de León y Castillo fue fundamental para el éxito de la segunda<sup>43</sup>, se publicó un artículo de Bruno Pérez Hernández. De este artículo, entresacamos las siguientes anotaciones que enlazan con la idea que estamos manteniendo en nuestro estudio. Hay que reducir la producción de cochinilla para contener la bajada de precios. Sin embargo, nadie deja de producir grana. Además, hay alternativas: el tabaco y la caña de azúcar. Era necesario que cada cultivador dedicase algunos celemines de tierra al cultivo del tabaco. «De este modo podríamos tener y estudiar la experiencia adquirida. Conoceríamos las malas condiciones con las que se empezó a producir el tabaco. Todo hacía suponer que con la caña también se harían ensayos que determinaran su producción y utilidad. Si la producción de la cochinilla es excesiva se debe exclusivamente a nuestra rutina, nuestros errores y nuestra indolencia, pero que no se atribuya nunca a la falta de otros cultivos alternativos».

Con esta opinión coincidió plenamente Juan de León y Castillo. La economía canaria nos ha desvelado –escribió en su *Guía del cultivo del tabaco*– que

«La historia de la industria ofrece siempre los mismos caracteres. Cada esfuerzo victorioso trae consigo una víctima y muchos vencedores. Comarcas ricas, centros industriales importantes son destruidos por un adelanto. Ganancias exorbitantes tienen que reducirse. Monopolios artificiales o naturales al fin desaparecen porque tal

---

<sup>42</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2009, «Canarias en el segundo ciclo del azúcar», p. 127.

<sup>43</sup> En 1887, tendría como representante en Madrid, con poderes delegados ante notario, al secretario particular de Fernando de León y Castillo –entonces ministro de la Gobernación–, Ramón Algarra. Archivo Histórico Provincial de Las Palmas, Vicente Martínez, leg. 3545.

es la ley que rige la producción. Esta es la historia de nuestras barrillas; esta lo es de nuestro cultivo de cochinillas. La suavidad y uniformidad de nuestra temperatura única en el mundo, constituyó un monopolio natural para la cría de cochinilla. Realizáronse ganancias excesivas. La propiedad subió a un valor desconocido en todas partes; pero nosotros mismos hemos ido produciendo tanto y tanto, que al fin la cochinilla desciende a equilibrarse con los frutos ordinarios, es decir a colocarnos en la situación normal de la producción [...] Nosotros no tenemos en realidad ni más industria, ni más agricultura que la cochinilla, y sin embargo sus resultados tienden cada día a ser menores».

## 5. El Modelo Cubano del Azúcar y del Tabaco y Marco Jurídico-Institucional Diferenciado con Relación a la España Peninsular

Desde finales de la década de 1860, el cultivo del tabaco ocupaba las ideas y los ánimos de todos, abriendo una perspectiva de futuro. Sin embargo, cuando un país ha tenido un modo de vivir seguro –se refería a la cochinilla– no se ocupa de lo nuevo, reflexionaba Juan de León y Castillo en su *Guía del cultivo del tabaco* (1870). No podía haber en las Islas otra industria que la derivada de la transformación de los productos agrícolas. En ese marco las plantas tropicales presentaban ventajas y entre ellas de modo principal el tabaco. «Es un axioma –escribirá Juan de León y Castillo– en agricultura que el país que cultiva tabaco es rico».

Vamos a detenernos por un momento en lo que hemos denominado “Modelo cubano del tabaco y del azúcar”. Lo cierto es que, en el siglo XIX, en el caso español se produjeron tres desestancos: Cuba, Canarias y Filipinas, que aparece por primera vez en nuestra historia.

Aunque la ley de 16 de abril de 1837 sancionó que la diferencia fundamental entre la metrópoli y las colonias se justificaba por la distancia, la naturaleza de su población y por la diferencia de sus intereses materiales<sup>44</sup>, nos ha parecido conveniente, precisamente porque esos intereses materiales y la distancia pueden ser semejantes en el caso del tabaco y el azúcar, tener como telón de fondo del desestanco canario el antecedente cubano y el posterior de Filipinas.

Nos interesa mucho destacar que la historiadora del derecho Martínez Navas pone en boca de la Junta revisora de las Leyes de Indias (sesión de 10 de diciembre

---

<sup>44</sup> MARTÍNEZ NAVAS, 2007, *El gobierno de las Islas de Ultramar. Consejos, Juntas y Comisiones consultivas en el siglo XIX*. ELIZALDE, 2019, «Filipinas en el marco del Imperio español en el siglo XIX», pp.93-116. GÁRATEO JANGUREN, 2019, *Cuba: tabaco y hacienda imperial (1717-1817)*. SANZROZALÉN, 2019, «Las fronteras del tabaco. Cuba y Filipinas entre el estanco y el libre comercio», pp. 179-195.

de 1841) que las Islas Canarias debían regirse también por leyes especiales<sup>45</sup>. A la Junta Consultiva para los negocios de Ultramar (1838-1840) llega, por ejemplo, para su estudio el proyecto de reglamento de las Milicias Provinciales de Canarias<sup>46</sup>. No hemos encontrado, sin embargo, el expediente administrativo del Decreto de Puertos Francos que pueda aclararnos como se llevó a cabo la redacción de la norma y se ha escrito que desapareció en un incendio del Archivo del Ministerio de Hacienda<sup>47</sup>.

A lo largo de su periplo como nación colonial<sup>48</sup> España realizó tres desestancos que es conveniente sacar a colación porque ayudan a entender la denominación “Modelo cubano del tabaco y del azúcar”. No obstante, pese a la política seguida en la periferia, el estanco se mantuvo firme en el territorio metropolitano<sup>49</sup>. Es conveniente, pues, que nos preguntemos también por qué en unos lugares se optó por el desestanco, mientras que se mantuvo en la península, aunque en la década de los ochenta se mantendría el monopolio, pero privatizado. En Cuba, en 1817, serían los intereses de los propietarios de ingenios. En Canarias, seguramente los impulsores del Real Decreto de Puertos Francos de 1852, entre los que se encontraban el diputado Jacinto de León y Falcón, su hermano Francisco María, gran impulsor del cultivo del tabaco en las Islas éste último, como comisario regio de agricultura, tíos de los hermanos León y Castillo, o Cristóbal del Castillo Manrique de Lara, o tendrían muy presente la experiencia cubana, y también Sabino Berthelot y Manuel Rafael de Vargas<sup>50</sup>. Y en el desestanco posterior de Filipinas (1881), realizado precisamente cuando Fernando de León y Castillo ocupaba la cartera de Ultramar (08/02/1881 a 09/01/1883), fueron determinantes los intereses empresariales del marqués de Comillas y de sus socios franceses que concluyeron en la creación de la *Compañía*

---

<sup>45</sup> MARTÍNEZ NAVAS, 2007, *El gobierno de las Islas de Ultramar. Consejos, Juntas y Comisiones consultivas en el siglo XIX*, p. 28.

<sup>46</sup> MARTÍNEZ NAVAS, 2007, *El gobierno de las Islas de Ultramar. Consejos, Juntas y Comisiones consultivas en el siglo XIX*, p. 97.

<sup>47</sup> BERGASA PERDOMO, 2004, «La declaración de Puertos Francos de los puertos canarios en 1852», pp. 1731-1745.

<sup>48</sup> FRADERA, 2015, *La nación imperial*.

<sup>49</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2019, «Cultivo, abastecimiento y estanco del tabaco en España en el tránsito del Antiguo Régimen al Estado Liberal».

<sup>50</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 1993, «La agricultura canaria en vísperas de los Puertos Francos: el informe del comisionado regio Francisco María de León y Falcón en 1849», pp. 281-294 y LUXÁN MELÉNDEZ, 2006, *La opción agrícola e industrial del tabaco en Canarias. Una perspectiva institucional. Los orígenes, 1827-1936*.

*Filipina de Tabacos* que heredó con la privatización la renta del tabaco pieza clave de la hacienda filipina desde fines del siglo XVIII<sup>51</sup>.

### **III. Reflexiones Finales sobre el Fracaso de la Opción Agrícola e Industrial del Tabaco y del Azúcar en Canarias**

A comienzos de la década de 1880, la solución a la crisis agrícola originada por el hundimiento de las exportaciones de cochinilla se centraba en la creación de un complejo agroindustrial (tabaco y azúcar), que sería sustituido después por la introducción de nuevos cultivos, plátanos y tomates principalmente. Pero fueron quizá más determinantes en este proceso de modernización el desarrollo de las infraestructuras: red de carreteras y puertos<sup>52</sup>, como por otra parte ocurrirá en el último tercio del siglo XX.

Sin embargo, desde la perspectiva de Tenerife, todavía se tenía alguna esperanza en el futuro de la cochinilla y se veía con cierta ansiedad la implantación plena del tabaco, pese a la mayor extensión que el cultivo había alcanzado en esta isla, como demuestra la posición de la Económica del País de aquella Isla:

«No es el cultivo del tabaco, por cierto, al que debemos dirigir nuestras miradas. El tabaco además de tener competidores en muchos países es entre nosotros un cultivo nuevo que necesita algunos años para perfeccionarse y agrandarse, y nuestra situación no es para esperar; que necesita, aunque sean pequeños capitales para hacer ensayos, y esos capitales no los hay; que necesita que el cosechero pueda realizar enseguida su cosecha y esto por lo pronto no es posible. Ni aconseja la prudencia abandonar lo conocido por lo que está por conocer»<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> RODRIGO ALHARILLA, 2009, «Del desestanco del tabaco a la puesta en marcha de la Compañía General de Tabacos de Filipinas (1879-1890)», pp. 199-221 y RODRIGO ALHARILLA, 2021, *Un hombre, mil negocios. La controvertida historia de Antonio López, marqués de Comillas*. Para la época anterior son claves como obras de referencia, DE JESUS, 1980, *The tobacco monopoly in the Philippines. Bureacratic, Enterprise and Social Change 1776-1880*. FRADERA, 1999, *Filipinas, la colonia más peculiar. La hacienda pública en la definición de la política colonial 1762-1868*.

<sup>52</sup> *La Correspondencia de Canarias*, de 02/02/1882. En 1878, desde Tenerife, por ejemplo, se solicitará la instalación de una Factoría en las Islas, para la compra y elaboración de tabaco de Canarias. Cf. HERNÁNDEZ GARCÍA, 1980, «La Económica de Tenerife ante la crisis del XIX canario: Los nuevos cultivos de recambio», pp. 45-73.

<sup>53</sup> HERNÁNDEZ GARCÍA, 1980, «La Económica de Tenerife ante la crisis del XIX canario: Los nuevos cultivos de recambio», p. 56 estudia la *Memoria sobre las causas de la actual decadencia de la provincia de Canarias y medios para evitar su ruina*, aprobada por la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Tenerife. En respuesta al *Interrogatorio referente a las principales cuestiones relacionadas con el porvenir agrícola de estas Islas* (1880), los agricultores de Gran Canaria, sin embargo, se mostraron partidarios de una reducción gradual de la cochinilla. Cf. *La Correspondencia de Canarias*, 13 y 27/09 y 02/10/1880.

Después de algún titubeo, se pasó a contemplar la compatibilidad del tabaco y la caña de azúcar<sup>54</sup>. A mediados de los 80, cuando la cochinilla no parece que fuera a recuperarse, los cosecheros y fabricantes canarios, a través de las asociaciones de propietarios, vieron que el futuro estaba en las ventajas que podían obtenerse en ambas producciones, siempre y cuando el gobierno permitiese la flexibilización del marco de los Puertos Francos. No faltaron, en cualquier caso, voces que se alzaron a favor de la opción tabaquera en exclusiva, desaconsejando la vía del azúcar que, en los años de 1884-1885, estaba sufriendo una crisis mundial con caídas de precios equivalentes a un 50%. Se trataba de optar por una actividad que requería menores capitales –como habían escrito los publicistas de las décadas anteriores– y, sobre todo, dependía más del factor humano, en el sentido de que era «un artículo más manuable», que aguantaría mejor la competencia externa<sup>55</sup>.

Las razones que la historiografía ha aducido para explicar el “fracaso” de la caña y, en especial del tabaco, han sido básicamente cinco: el carácter minifundista de las explotaciones agrarias, la lucha de los fabricantes del tabaco a favor de la rama foránea (aunque esta explicación no creemos que pueda aplicarse a los primeros momentos), la política contradictoria del gobierno central con respecto a los envíos al mercado peninsular de tabaco canario, las vicisitudes de las guerras de independencia de Cuba, y, finalmente, el triunfo, como decíamos, de la trilogía canaria<sup>56</sup>, fundamentada a su vez en el desarrollo de la actividad portuaria.

Por otro lado, la coyuntura en que surge la opción azucarera canaria fue muy desfavorable. Excluyendo de nuestra mirada a Madeira, la competencia de los productores andaluces, de un lado, y de los productores franceses y alemanes de

---

<sup>54</sup> Esta es la opción, por ejemplo, defendida por *La Correspondencia de Canarias* (02/02/1882). Para este periódico el tabaco tendría también un porvenir lisonjero: «Si el gobierno dispone que en los estancos nacionales surtidos del gran Depósito [*sic*] que ha de establecerse en Madrid, se expandan por cuenta de los Fabricantes [*sic*] de tabaco del país sus productos elaborados, tendremos también resuelta esta otra cuestión tabaquera, supuesto que no necesita sino dar a conocer el tabaco de Canarias para que tan importante artículo entre en competencia y adquiera carta de naturaleza en todos los mercados».

<sup>55</sup> Carta de Rob. Hérques (Mónaco, 06/12/1885), reproducida en *El Liberal* (25/12/1885): «Mucho más lógico parece que ahí se diera preferencia al cultivo del tabaco, sobre el de la caña, tanto por no exigir el primero los grandes capitales que exige la última, para explotarla en buenas condiciones, cuanto por ser un artículo más manuable y sobre todo mucho más a propósito para resistir la competencia extraña, siendo su calidad tan buena como aseguran personas que debo considerar competentes». En esta misiva al periódico de Las Palmas se indicaba que el modelo a seguir era el del tabaco de Sumatra, que hacía poco había entrado en el mercado norteamericano, y que se hacía absolutamente imprescindible establecer una agencia en Nueva York.

<sup>56</sup> Cf. al respecto RODRÍGUEZ BRITO, CABRERA ARMAS y HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 1988, «Cultivos de América Tropical en Canarias», p. 192.

otro, sin dejar de lado a la industria cubana y filipina –esta última en sus comienzos–, dejaron a Canarias con pocas opciones si no había ventajas arancelarias en el mercado peninsular. En el telón de fondo de esta cuestión estaba también el impulso creciente de la producción derivada de la remolacha en la segunda mitad del siglo XIX. La costa meridional española, la isla de Guadalupe (Antillas francesas) y Madeira<sup>57</sup> son modelos que debemos estudiar y seguir según los propietarios canarios. León y Castillo se adelantó a su tiempo al plantear la necesidad de una economía diversificada no dependiente de un solo producto (cochinilla y después tabaco). Nuestras ventajas dependen de una mano de obra barata. La caña ayudará a diversificar la economía como una opción industrializadora.

Es precisamente en la cuestión azucarera donde Fernando de León y Castillo, teniendo como altavoz de su postura al periódico *El Día* de la capital de España, tuvo un mayor protagonismo, apoyando a Alfonso Gourié que fue el mayor productor de azúcar de Canarias desde la Fábrica de San Pedro de Arucas (Gran Canaria). El recorrido de la producción azucarera fue diferente a la del tabaco. Al no tener apenas presencia en la economía insular el legislador no la tuvo en cuenta en el nuevo ordenamiento de los Puertos Francos. Por tanto, a todos los efectos fue considerado un producto extranjero en el mercado español. La creación de la fábrica de San Pedro que ya hemos mencionado fue el impulso que necesitó el cultivo de la caña para arrancar. Entre 1883-1885 Arucas disponía de dos fábricas con maquinaria moderna y hasta seis trapiches. Como hemos indicado el azúcar canario tuvo que enfrentarse a tres grandes obstáculos. La nueva fuerza del azúcar de remolacha, las barreras de entrada peninsulares y su escasa competitividad en el propio mercado interno, en el que no llegaba a cubrir el 50% del consumo. En 1884, los azúcares de Canarias y Filipinas quedaron en desventaja con Cuba y Puerto Rico que fueron eximidas de derechos de entrada en el mercado español. El debate fue conseguir hacer compatible el régimen de Puertos Francos con la protección a la industria naciente del azúcar canario con gravámenes a las importaciones. Entre 1884-1886, el azúcar isleño estuvo gravado por partida doble. Como azúcar nacional (impuesto transitorio (recargo municipal) y como producto extranjero (derecho arancelario). Precisamente uno de los principales éxitos del político teldense fue conseguir en 1886 que el Consejo de

---

<sup>57</sup> LUXÁN MELÉNDEZ, 2003, «El segundo ciclo del azúcar y la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria», pp. 223-258.

Estado no considerase extranjera a la producción isleña. La otra conquista política fue articular un régimen de concierto. El cambio de enfoque con los conservadores en el poder en 1886 obligó al político grancanario a emplearse a fondo, de nuevo, para conseguir que los azúcares extranjeros con destino a la península pagasen derechos aduaneros como contrapartida a que la producción canaria entrase sin trabas, situación que se mantuvo hasta el arancel de 1892 que se resolvió con una nueva negociación llevada a cabo por León y Castillo:

«Lucha titánica hubo que librar, con tal motivo en los centros superiores; lucha titánica porque al solo anuncio de que los azúcares canarios pudieran declararse libres de derecho arancelario a su introducción en la Península, levantáronse como un solo hombre todos los productores peninsulares, oponiéndose tenazmente a esta excepcional gracia, no obstante tratarse de una provincia española y de una provincia que se encontraba en el dintel de la miseria».

En definitiva, entre 1886-1892, Fernando León y Castillo formando tándem con Alfonso Gourié Álvarez, consiguieron primero la declaración de producto nacional para los azúcares canarios (Real Orden de 20 de febrero de 1886) y confirmaron después (Real Decreto de 20 de febrero de 1892) su libre entrada en el mercado español. Los beneficios de estas disposiciones, sin embargo, apenas duraron hasta 1900, puesto que la reforma de los Puertos Francos de Fernández Villaverde las dejó en suspenso. El lobby industrial andaluz cuyos intereses fueron coincidentes con los comerciales de potencias de primer rango –Reino Unido, Francia y Alemania– situaron a la industria canaria en una posición de debilidad, que solo pudo compensar con el apoyo de figuras de gran prestigio y autoridad nacional, como era el caso de León y Castillo, que comprometió su propia posición política para apoyar la experiencia hasta el límite de sus posibilidades.

En este panorama que acabamos de considerar hemos tratado de mostrar el protagonismo de los hermanos León y Castillo que, hasta los comienzos de la Primera Guerra Mundial, nos parece importante. En los inicios del complejo agroindustrial del tabaco y del azúcar, quizá es más relevante la presencia de Juan, mientras que la actuación de Fernando es esencial en los procesos de negociación con la administración central en un esfuerzo ímprobo por hacer compatible la protección a la industria naciente canaria con el marco de liberalización del comercio que significaban los Puertos Francos.



## **Fuentes**

Archivo Histórico Provincial de Las Palmas, Fondo Juan de León y Castillo y Fondo Fernando de León y Castillo.

Archivo del Museo Canario de Las Palmas: Fondo Salvador Manrique de Lara; Hemeroteca – *La Correspondencia de Canarias, El Arco Iris, Boletín Oficial de la Provincia de Canarias, El Noticioso de Canarias, El Avisador de Canarias, Las Palmas Quincenal, El Liberal, El Día*.

Real Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas, *Libros de Actas*.

## **Referencias Bibliográficas**

ACOSTA BARROS, Luis, 1995, *Fernando de León y Castillo*, Santa Cruz de Tenerife, Editorial Benchomo.

ALMEIDA, Rafael, ROMERO, Rafael y FIGUERAS, Clemente, 1881, *Informe a la muy ilustre Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas y a los propietarios de la ciudad de Guía en Gran Canaria. El cultivo de la caña dulce y la industria azucarera*, Las Palmas de Gran Canaria, Imprenta de la Localidad.

ARNALDOS MARTÍNEZ, Andrés y ARNALDOS DE ARMAS, Jorge, 2003, *La industria tabaquera canaria (1852-2002)*, Santa Cruz de Tenerife, Litografía Romero.

BERGASA PERDOMO, Oscar, 2004, «La declaración de Puertos Francos de los puertos canarios en 1852», in *XV Coloquio de Historia Canario-Americana*, pp. 1731-1745.

BERGASA, Oscar, GONZÁLEZ DE LA FE, Pedro y LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2000, «Efectos sobre la industria del establecimiento de un impuesto específico sobre el tabaco en Canarias», in *Economía Canaria 1999*, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Las Palmas de Gran Canaria, pp. 184-194.

BERTHELOT, Sabino, 2018, *Informes y Memorias consulares de Sabino Berthelot (1847-1874)*, Introducción, transcripción y traducción anotada de Nathalie Le Brun y Cristian Díaz Rodríguez, Santa Cruz de Tenerife, Le Canarien Ediciones.

BETHENCOURT MASSIEU, Antonio, 1956, «Canarias e Inglaterra. El comercio de vinos 1650-1800», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, 2, pp. 195-307.

CÂMARA, Benedita, 1998, «A Madeira e o proteccionismo sacarino (1895-1918)», in *Análise Social*, vol. XXXIII, 145, pp. 117-143.

BOURGON TINAO, Luis Pablo, 1982, *Los Puertos Francos y el régimen especial de Canarias*, Madrid, Instituto de Estudios de la Administración Local.

- BRITO GONZÁLEZ, Oswaldo, 1979-1980, «La industria tabaquera. La frustración de la alternativa cubana», in *Rumbos*, 3-4, pp. 13-20 y 9-18 y 5-6, pp. 15-34.
- CABRERA ARMAS, Luis y DÍAZ DE LA PAZ, Alvaro, 2011, «La quiebra de las bases económicas tradicionales», in MILLARES CANTERO, Agustín, MILLARES CANTERO, Sergio, QUINTANA NAVARRO, Francisco y SUÁREZ BOSA, Miguel (dirs.), *Historia Contemporánea de Canarias*, Las Palmas de Gran Canaria, Obra Social de la Caja de Canarias, pp. 17-33.
- CALVO CRUZ, Mercedes y CASTRO PÉREZ, Candelaria, 2010, «El fondo documental Ingeniero D. Juan de León y Castillo: estudio descriptivo de las principales cuentas utilizadas en el registro de las obras de construcción del Puerto de La Luz y Las Palmas, 1891-1901», in *Revista de Historia de la Contabilidad*, vol. 7, 13, pp. 3-40.
- ROCA GIRONES, Gabriel, 1999, *La familia Zamorano a través de la vitofilia desde 1850*, Santa Cruz de Tenerife, CITA Tabacos de Canarias S.L.
- DE JESUS, Edilberto C., 1980, *The tobacco monopoly in the Philippines. Bureacratic, Enterprise and Social Change 1776-1880*, Manila, Ateneo de Manila University Press.
- DELAUNAY, Jean-Marc y QUINTANA NAVARRO, Francisco, 1982, «Inventario del fondo documental de los hermanos León y Castillo», in *V Coloquio de Historia Canario Americana*, t. III.
- DOMÍNGUEZ PRATS, Pilar, 2006, «El trabajo en las empresas tabaqueras de Las Palmas durante el primer franquismo, 1940-1955», in ALONSO ALVAREZ, Luis, GÁLVEZ MUÑOZ, Lina y LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de (eds.), *Tabaco e historia económica*, Madrid, Fundación Altadis – Ediciones El Umbral, pp. 547-576.
- ELIZALDE, María Dolores, 2019, «Filipinas en el marco del Imperio español en el siglo XIX», in *Estudis. Revista de Historia Moderna*, 45, pp. 93-116.
- ELLIOTT, John, 2014, «El Atlántico español y el Atlántico luso, divergencias y convergencias», in *XX Coloquio de Historia Canario Americana*, pp. 21-35.
- FLORIDO CASTRO, Amara, 1999, *Arqueología industrial en Las Palmas de Gran Canaria durante la Restauración*, Las Palmas, Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- FRADERA, José María, 1999, *Filipinas, la colonia más peculiar. La hacienda pública en la definición de la política colonial 1762-1868*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- FRADERA, Josep M., 2015, *La nación imperial*, Barcelona, Edhasa.

- GALVÁN RODRÍGUEZ, Eduardo, 1994, *Historia de la Diputación Provincial de Canarias*, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.
- GARCÍA DE TORRES, Juan, 1875, *El tabaco: consideraciones sobre el pasado, presente y porvenir de esta renta*, Madrid, Imprenta de J. Noguera.
- GÁRATE OJANGUREN, Montserrat, 2019, *Cuba: tabaco y hacienda imperial (1717-1817). Un siglo de gestión del estanco: funcionarios, ilustrados y militares*, San Sebastián, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria / Real Sociedad Bascongada de Amigos del País.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Doria, 1992, «La manufactura tabacalera cubana durante la segunda mitad del siglo XIX», in *Revista de Indias*, 52, 194, pp. 129-155.
- GUIMERÁ PERAZA, Marcos, 2003, *Biografía Política e Historia Canaria*, Gobierno de Canarias, Santa Cruz de Tenerife, III, pp. 51-68.
- HERNÁNDEZ GARCÍA, Julio, 1980, «La Económica de Tenerife ante la crisis del XIX canario: Los nuevos cultivos de recambio», in *I Jornadas de Estudios Canarias-América (1978)*, pp. 45-73.
- HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Antonio Sebastián, 1991, *El Puerto de La Luz en la obra de Juan de León y Castillo*, Las Palmas de Gran Canaria, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria.
- HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Antonio Sebastián, 1995, *Juan de León y Castillo. Ingeniero, Científico y Humanista*, Santa Cruz de Tenerife, Consejería de Educación, Cultura y Deportes.
- HERNÁNDEZ GUTIÉRREZ, Antonio Sebastián, 2006, *Juan León y Castillo*, Madrid, Dickinson.
- HERNÁNDEZ SOCORRO, María de los Reyes y LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2021, «Imagens dos promotores do cultivo do tabaco e representações plásticas do hábito prazenteiro nas Canárias (Séculos XIX-XX)», in SERPA SILVA, Susana y LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de (coords.), *Povoamento, Tabaco, Açúcar e Arte na História das Ilhas do Atlântico Médio*, CHAM Açores e Universidade dos Açores, pp. 127-181.
- JANES, José, 2023, «João da Câmara Leme: O Polemista (1862-1879)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 469-502.
- JIMÉNEZ MARTEL, Germán, 1998, *Reseña alfabética de artículos periodísticos sobre los hermanos León y Castillo*, Cabildo Insular de Gran Canaria, Casa Museo León y Castillo (Telde).

- LAFORET HERNÁNDEZ, Juan José, 2000, «La Real Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas y el cultivo y la producción de tabaco en Gran Canaria», in LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, SOLBES FERRI, Sergio y LAFORET HERNÁNDEZ, Juan José (eds.), *El mercado del tabaco en España durante el siglo XVIII*, Las Palmas, Fundación Altadis, Universidad de Las Palmas y Real Sociedad Económica de Amigos del País de Las Palmas, pp. 287-299.
- LEÓN y CASTILLO, Juan de, 1870, *Guía del cultivo del tabaco*, Las Palmas de Gran Canaria, Imprenta La Verdad.
- LEÓN Y XUÁREZ DE LA GUARDIA, Fco. María, 1978, *Apuntes para la historia de las Islas Canarias 1776-1868*, Santa Cruz de Tenerife, Aula de Cultura.
- LÓPEZ ISLA, Mario Luis, 1998, *La aventura del tabaco*, Santa Cruz de Tenerife Centro de la Cultura Popular Canaria.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 1990, «Cultura y enseñanza pública en Las Palmas de López Botas: la creación de un Instituto Local de Segunda Enseñanza», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, 36, pp. 79-101.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 1993, «La agricultura canaria en vísperas de los Puertos Francos: el informe del comisionado regio Francisco María de León y Falcón en 1849», in *Revista de Estudios Regionales* (Universidades de Andalucía, Málaga), 37, pp. 281-294.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y BERGASA PERDOMO, Oscar, 2001, «Un experimento fallido de industrialización. Trapiches y fábricas de azúcar en Canarias, 1876-1933», in *Revista de Estudios Regionales*, 60, pp. 45-78.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2003, «El segundo ciclo del azúcar y la Real Sociedad Económica de Amigos del País de Gran Canaria 1874-1900», in LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y LAFORET HERNÁNDEZ, Juan José (eds.), *La economía canaria en la segunda mitad del siglo XIX. La Real Sociedad de Amigos del País de Gran Canaria*, Las Palmas de Gran Canaria, RSEAP, pp. 223-258.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2006, *La opción agrícola e industrial del tabaco en Canarias. Una perspectiva institucional. Los orígenes, 1827-1936*, Las Palmas de Gran Canaria, Universidad de las Palmas de Gran Canaria y Sociedad Canaria de Fomento Económico S.A. (PROEXCA).
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2009, «Canarias en el segundo ciclo del azúcar», in LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y VIÑA BRITO, Ana (dirs.), *La empresa azucarera en Canarias. Siglos XV-XX*, Sevilla, Destilerías Arehucas (Gran Canaria) – Ayuntamiento de Los Llanos de Aridane (Isla de La Palma), pp. 103-268.

- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y VIÑA BRITO, Ana (dirs.), 2009, *La empresa azucarera en Canarias. Siglos XV-XX*, Sevilla, Destilerías Arehucas (Gran Canaria) – Ayuntamiento de Los Llanos de Aridane (Isla de La Palma).
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y BERGASA PERDOMO, Oscar, 2010, *Destilerías Arehucas. La industria alcoholera en Canarias 1940-2010*, Madrid, Destilerías Arehucas S.A.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y GÁRATE OJANGUREN, María Montserrat, 2010, «La creación de un Sistema Atlántico del Tabaco (siglos XVII-XVIII). El papel de los monopolios tabaqueros. Una lectura desde la perspectiva española», in *Anais de História de Além-Mar*, XI, pp. 145-175.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2011, «Guerra y economía: Canarias durante el conflicto bélico de 1808-1814», in DÍAZ BENÍTEZ, Juan José, GALVÁN RODRÍGUEZ, Eduardo y LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, *Conflictos bélicos y relaciones internacionales 1739-1927. Canarias en la encrucijada de la Guerra de la Independencia*, Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea, pp. 305-359.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, GÁRATE OJANGUREN, María Montserrat y RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel, 2012, *Cuba, Canarias-Sevilla. El estanco del tabaco español y las Antillas (1717-1817)*, Las Palmas de Gran Canaria, Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2018, «El proceso de construcción del estanco imperial hispánico 1620-1786. Las reformas borbónicas del siglo XVIII», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, vol. 65, pp. 961-1011.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y VAZ DO REGO, Maria Margarida, 2019, «El tabaco en los archipiélagos ibéricos del Atlántico medio (siglos XVII-XIX). Una visión comparada», in LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, FIGUEIROA REGO, João y SANZ ROZALEN, Vicent (eds.), *Grandes vicios, grandes ingresos. El monopolio del tabaco en los imperios ibéricos. Siglos XVII-XX*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 153-178.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y BERGASA PERDOMO, Oscar, 2019, «Entre los siglos XX y XXI. El discurso de la industrialización en Canarias», in LEÓN GONZÁLEZ, Carmelo, GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Matías y LEÓN LEDESMA, Javier de (coords.), *Reflexiones sobre el desarrollo actual y futuro de la economía canaria*, Madrid, Delta Publicaciones, pp. 15-43.

- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, 2019, «Cultivo, abastecimiento y estanco del tabaco en España en el tránsito del Antiguo Régimen al Estado Liberal», in LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de y FIGUEIRÔA RÊGO, João (dirs.), *El tabaco y la esclavitud en la rearticulación imperial ibérica* (s. XV-XX), Publicações do CIDEHUS, disponible en <http://books.openedition.org/cidehus/5987>.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio, 1983, «Algunas consideraciones sobre la economía canaria entre 1900-1936», in *Canarias siglo XX*, Las Palmas de Gran Canaria, Edirca, pp. 275-304.
- MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio, 1987, «Canarias 1800-1870. Fiscalidad y revolución burguesa», in *Hacienda Pública Española*, n.ºs 108-109, pp. 327-342.
- MARTÍN DEL CASTILLO, Juan Francisco, 1993, «Juan de León y Castillo y las sociedades científicas, literarias, artísticas o de recreo de su tiempo», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, 39, pp. 401-430.
- MARTÍN DEL CASTILLO, Juan Francisco, 1994, *Ciencia y política en el pensamiento de Juan de León y Castillo*, Las Palmas de Gran Canaria, Ediciones del Cabildo Insular.
- MARTÍN DEL CASTILLO, Juan Francisco, 1995, «Juan de León y castillo (1834-1912): ingeniero y político. Apuntes de una biografía», in *Anuario de Estudios Atlánticos*, 41, pp. 369-382.
- MARTÍNEZ NAVAS, Isabel, 2007, *El gobierno de las Islas de Ultramar. Consejos, Juntas y Comisiones consultivas en el siglo XIX*, Madrid, Universidad de la Rioja-Dykinson.
- MILLARES CANTERO, Agustín, 1975, *Aproximación a una fenomenología de la Restauración en la Islas de Gran Canaria*, Las Palmas de Gran Canaria, Boletín n.º 19 del Centro de Investigación Económica y Social de la Caja Insular de Ahorros de Gran Canaria (CIES).
- MILLARES TORRES, Agustín, 1893-1895 y 1977-1979, *Historia General de las Islas Canarias*, Las Palmas de Gran Canaria, Edirca.
- MILLARESTORRES, Agustín, 1982, «Biografías de canarios célebres», in *Historia General de las Islas Canarias*, Las Palmas de Gran Canaria, Edirca, pp. 282-283.
- MORALES LEZCANO, Víctor, 1998, *León y Castillo, Embajador (1887-1918). Un estudio sobre la política exterior de España*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo de Gran Canaria, Real Sociedad Económica de Amigos del País y Fundación Mapfre Guanarteme.
- NOREÑA SALTO, María Teresa, 1977, *Canarias: política y sociedad durante la Restauración*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo Insular de Gran Canaria.

- PACHECO, Dinis Gouveia, 2007, *Sociedades e estratégias empresariais nos sectores agro-industriais do vinho e cana sacarina na Madeira (1870-1930)*, Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- PÉREZ BARRIOS, Carmen Rosa, 2004, «El tabaco, una alternativa a la cochinilla en el sur de Tenerife a finales del siglo XIX», in *XV Coloquio de Historia Canario-Americana*, pp. 967-982.
- RIVERO CEBALLOS, José Luis, 2001, «La industria tabaquera en las Islas Canarias: una perspectiva de principios del siglo XXI», in CARNERO LORENZO, Fernando y NUEZ YÁNEZ, Luis Sebastián (eds.), *Empresa e historia en Canarias*, Santa Cruz de Tenerife, Fyde Canarias.
- RODRÍGUEZ BRITO, Wladimiro, CABRERA ARMAS, Luis y HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Jesús, 1988, «Cultivos de América Tropical en Canarias», in *VVAA, Canarias y América*, Madrid, pp. 191-204.
- RODRÍGUEZ CONCEPCIÓN, Anelio, 2000, *La tradición insular del tabaco*, Consejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación, Santa Cruz de Tenerife.
- RODRÍGUEZ Y RODRÍGUEZ DE ACUÑA, Francisco, 1981, *Formación de la economía canaria*, Madrid, Biblioteca del Banco Occidental.
- RODRIGO ALHARILLA, Martín, 2009, «Del desestanco del tabaco a la puesta en marcha de la Compañía General de Tabacos de Filipinas (1879-1890)», in *Boletín Americanista*, año LIX, n.º 59, pp. 199-221.
- RODRIGO ALHARILLA, Martín, 2021, *Un hombre, mil negocios. La controvertida historia de Antonio López, marqués de Comillas*, Barcelona, Ariel.
- SANZ ROZALÉN, Vicent, 2009, «Arango y el mundo del tabaco. Estanco, reforma y abolición», in GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, María Dolores, ÁLVAREZ CUARTERO, Izaskun (coords.), *Francisco Arango y la invención de la Cuba azucarera*, Salamanca, Ediciones de la Universidad de Salamanca, pp. 277-288.
- SANZ ROZALÉN, Vicent, 2018, «Francisco Arango y Parreño», in ÁLVAREZ JUNCO, José y SHUBERT, Adrián (coords.), *Nueva historia de la España contemporánea (1808-2018)*, Barcelona, Galaxia Gutenberg, pp. 620-631.
- SANZ ROZALÉN, Vicent, 2019, «Las fronteras del tabaco. Cuba y Filipinas entre el estanco y el librecomercio», in LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, FIGUEIROA REGO, João y SANZ ROZALÉN, Vicent (eds.), *Grandes vicios, grandes ingresos. El monopolio del tabaco en los imperios ibéricos. Siglos XVII-XX*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 179-195.

- SILBERT, Albert, 1997, *Un Carrefour de L'Atlantique. Madère (1640-1820)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. Introducción de Vitorino Magalhães Godinho.
- STUBBS, Jean, 1989, *Tabaco en la periferia, El complejo agroindustrial cubano y su movimiento obrero 1860-1959*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- STUBBS, Jean, 2019, «Cuba-Canaries Havana cigar connections: a hemispheric, transatlantic and global history», in LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, FIGUEIROA REGO, João y SANZ ROZALÉN, Vicent (eds.), *Grandes vicios, grandes ingresos. El monopolio del tabaco en los imperios ibéricos. Siglos XVII-XX*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, pp. 253-293.
- SUCKLING, James, 1998, «The Canary Island Connection: Cigarmakers in the Canary Islands Try to Rekindle Past Glories While Battling with Production Problems», in *Cigar Aficionado*, July/August, disponible en <https://www.cigaraficionado.com/article/the-canary-island-connection-7411>.
- TERÁN, A. de, 1990, «La industria tabaquera tiene su mayor incidencia social en Tenerife», in *Dinámica, Revista de la Ingeniería Canaria*, n.º 8, pp. 18-21.
- TORREJÓN CHAVES, Juan, 2000, *El puerto franco de Cádiz (1829-1832)*, Cádiz, Servicio de Publicaciones, Universidad de Cádiz.
- VAZ DO REGO MACHADO, Margarida, GREGORIO, Rute Dias y SERPA SILVA, Susana (coords.), 2013, *Para a história da escravatura insular nos séculos XV a XIX*, Ponta Delgada, CHAM – Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar.
- VIEIRA, Alberto, 1991, «As conexões canario-madeirenses nos séculos XV a XVII. Estado da questão e perspectivas para análises futuras», in *VIII Coloquio de Historia Canario-Americana (1988)*, vol. 1, pp. 865-915.
- VIEIRA, Alberto, 2004, *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.
- VILA VILAR, Enriqueta, 1977, «Las Canarias como base de aprovisionamiento de navíos portugueses», in *II Coloquio de Historia Canario-Americana*, vol. 1, pp. 285-300.
- VIÑA BRITO, Ana, 2014, *Azúcar y mecenazgo en Gran Canaria. El oro de las Islas, siglos XV-XVI*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo Insular de Gran Canaria.
- VIÑA BRITO, Ana y CORBELLA, Dolores, 2022, «De Europa a América: la cultura y la lengua de la caña dulce (siglo XVI)», in *Vegueta*, vol. 22, n.º 2, pp. 499-518.



## O Lugar do Arquipélago da Madeira na Rota Musical do Fado (1870-1974)<sup>1</sup>

### The Place of the Madeira Archipelago in the Musical Route of Fado (1870-1974)

*Paulo Esteireiro*<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Desde a expansão do fado para fora de Lisboa, no final do século XIX, este género musical teve influência em outros espaços da rota do Atlântico, incluindo o Arquipélago da Madeira. Este artigo visa apresentar o lugar da Madeira na história do fado, explorando as principais etapas, os músicos relevantes, o repertório cultivado e os espaços em que o género foi protagonista. Ao fazê-lo, pretende-se contribuir para mostrar que a Madeira também faz parte da história do fado e da sua disseminação além de Portugal continental.

**Palavras-chave:** Fado; Madeira; Músicos; Repertório; Espaços.

#### **Abstract**

Since the expansion of fado beyond Lisbon in the late 19<sup>th</sup> century, this musical genre has influenced other areas along the Atlantic route, including the Madeira Archipelago. This article aims to present Madeira's place in the history of fado, exploring the main stages, relevant musicians, cultivated repertoire, and spaces where the genre was a

---

<sup>1</sup> O autor agradece às professoras Néli Silva e Carolina Faria, bem como à Dr.<sup>a</sup> Micaela Campanário, todo o apoio prestado a esta investigação. Este apoio foi particularmente valioso na recolha de notícias em periódicos regionais, com referências ao género do fado, e na edição musical de partituras de fado de autores madeirenses.

<sup>2</sup> Diretor de Serviços de Investigação, Comunicação, Edições e Formação no Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode. É licenciado, mestre e doutorado em Ciências Musicais pela Universidade Nova de Lisboa. Foi docente do ensino superior na Escola Superior de Educação de Bragança, na Escola Superior de Educação de Setúbal e no Instituto Superior de Ciências Educativas. Foi diretor pedagógico da Academia de Música e da Escola Profissional da Ilha Graciosa. É investigador integrado do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (NOVA/FCSH). Contacto: paulo.esteireiro@gmail.com.

protagonist. In doing so, it seeks to contribute to demonstrate that Madeira is also part of the history of fado and its dissemination beyond mainland Portugal.

**Keywords:** Fado; Madeira; Musicians; Repertoire; Spaces.

A presença e a influência do fado na Madeira têm sido temáticas até agora pouco exploradas nos estudos musicológicos e historiográficos regionais. Apesar da escassez de estudos específicos, o fado constituiu uma manifestação cultural bastante relevante e continuada em diversas facetas da vida cultural da ilha, tese sustentada por numerosas notícias históricas. Esta falta de estudos sobre o fado na Madeira deve-se à escassa tradição musicológica na Madeira, bem como à convicção de que o género não desempenhou um papel significativo na vida cultural e social madeirense. Tal convicção é refutada, porém, por pesquisas recentes que temos desenvolvido, através das quais se tem verificado frequentemente a existência de referências à prática do fado na Madeira. Na obra de referência *Elucidário Madeirense*, por exemplo, este género musical é mencionado de forma que não deixa margem para dúvidas sobre a sua ampla aceitação na Madeira, na época em que foi dada ao prelo em três volumes, a década de 1940:

«Os fados importados de Portugal, são as únicas composições musicais desconhecidas de nossos antepassados, que os madeirenses adoptaram e não podem já ser esquecidas, tanto são elas do agrado do nosso povo e falam à sua imaginação»<sup>3</sup>.

Através da análise de fontes históricas, este estudo procura esclarecer o impacto do fado na Madeira, destacando a sua evolução e a interação com os diversos aspetos da cultura madeirense. O objetivo é proporcionar um entendimento mais profundo sobre o fado neste espaço insular, contribuindo assim para enriquecer o campo dos estudos musicológicos e culturais.

Com esse propósito, realizou-se um estudo sistemático sobre o género musical em questão, procurando-se apresentar vários dados recolhidos, organizados em categorias de análise sugeridas pela investigadora Salwa Castelo-Branco<sup>4</sup>. Estas categorias incluem: a ocasião em que o fado foi executado (por exemplo: no teatro de revista; em divertimentos em salões; em contexto boémio nas ruas; em execuções ao ar livre por bandas filarmónicas; em restaurantes e casinos); o repertório apresentado (fado castiço, instrumental, fado de Coimbra, fado canção, entre outros); os executantes (cantores líricos, atores-cantores, fadistas, guitarristas, tocadores de viola); a reação

---

<sup>3</sup> SILVA e MENESES, 1978, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, p. 397.

<sup>4</sup> CASTELO-BRANCO, 1994, «Vozes e Guitarras na Prática interpretativa do fado», pp. 125-141.

do público (censura moral, divertimento, entre outros); e as normas que regeram as execuções.

De forma complementar, construíram-se também um conjunto de hipóteses com base nas teses defendidas por Rui Vieira Nery na sua obra *Para Uma História do Fado*<sup>5</sup>. O teste destas hipóteses foi conduzido através de um levantamento exaustivo de notícias de periódicos regionais, contabilizando até ao momento 616 notícias nas quais o género musical fado é referenciado. Este método permitiu uma compreensão abrangente das várias categorias de análise e também a verificação da veracidade das hipóteses formuladas.

Para organizar este vultoso volume de informação, este artigo foi estruturado em três partes fundamentais, que procuram traçar a evolução do fado na Madeira ao longo de aproximadamente cem anos (da década de 1870 até 1974). A primeira parte examina a introdução do fado na Madeira e o seu impacto inicial entre os anos de 1870 e 1926. A segunda parte foca-se na trajetória dos cantadores profissionais, no advento de novas tecnologias como discos e rádio, no apogeu dos teatros de revista e no início do declínio da prática do fado em âmbito doméstico, cobrindo o período de 1926 a 1945. Finalmente, a terceira parte discute as continuidades, as ruturas e a receção crítica que o fado enfrentou ao ser integrado em contexto folclórico, abrangendo os anos de 1945 a 1974. Cada secção detalha, portanto, um período específico, salientando as dinâmicas culturais e sociais que influenciaram a prática e a perceção do fado na ilha.

## **1. Introdução e Primeiro Impacto do Fado na Madeira (da Década de 1870 até 1926)**

O fado, tal como definido por Rui Vieira Nery, é um «género de canção popular urbana desenvolvido em Lisboa a partir do segundo terço do séc. XIX». Com raízes partilhadas com a canção de Coimbra, este estilo de música popular urbana difundiu-se pelo país, a partir da década de 1870, mantendo-se, contudo, fortemente associado à capital portuguesa<sup>6</sup>.

Seria neste movimento de expansão do fado que surgiriam as primeiras notícias na Madeira, na década de 1870, tese que parece confirmar-se através de diversas fontes. Na imprensa periódica da época, registam-se frequentemente espetáculos de

---

<sup>5</sup> NERY, 2004, *Para Uma História do Fado*.

<sup>6</sup> NERY, 2010, «Fado», p. 433.

teatro de revista que evidenciam uma presença assídua do fado. Anúncios de partituras de fados para canto e piano são amplamente disseminados para uso doméstico nos salões madeirenses, reforçando assim a expansão deste género musical. A literatura da época, incluindo novelas e poemas publicados em jornais, fornece igualmente provas da presença e aceitação do fado como elemento central dos entretenimentos e da vida social no Funchal.

Assim, este movimento cultural de expansão do fado encontrou um terreno fértil na ilha, onde o fado começou a ser incorporado na vida quotidiana madeirense como um género musical de prestígio, em que a guitarra era o instrumento de eleição e fortemente incentivado. Esta introdução do fado na Madeira também era encorajada com o argumento de imitação dos modelos de entretenimento da fidalguia lisboeta, existindo anúncios nos quais é evidente a intenção de promover a aprendizagem da guitarra de fado, como forma de obter o prestígio associado ao contexto da elite da capital lisboeta (o negrito na seguinte notícia é nosso):

«GUITARRA sem auxílio do mestre – Este livro; dedicado á mocidade elegante de Lisboa, ensina por um método claríssimo, **A TOCAR O FADO que tocam a fidalguia e o grande mundo da capital.** É adornado d'estampas e do retrato do PRIMEIRO GUITARRISTA DE LISBOA!! Edição de luxo – Preço 200REIS!! Á venda em Lisboa, Porto, Coimbra e no Funchal, em casa dos srs. CAMACHO IRMÃOS»<sup>7</sup>.

De igual modo, a literatura desempenhava um papel crucial na disseminação do fado, com crónicas e poemas nos quais o género era frequentemente referenciado. Por exemplo, em 1877, um poema publicado no *Diário de Notícias* antecipava os eventos do ano e fazia menção ao fado na Madeira. Uma estrofe, em particular, destacava um conhecido «fadista Parente», elogiando o seu talento para entoar fados. O poema, com a sua ironia, evidenciava uma expectativa humorística de que, no ano de 1877, haveria «poucos assassinatos», dado que o referido fadista estava preso. Este poema sugere que, tal como na capital, o fado também marcava presença na Madeira em contextos percecionados como marginais e pouco respeitáveis.

«Bem poucos assassinatos  
Este ano haverá também;  
E o fadista Parente,  
Que o fadinho canta bem,  
Se não fugir da cadeia  
Não matará mais ninguém»<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> «Novidade», 08-05-1875, in *O Direito*, p. 4.

<sup>8</sup> «Juízo do Anno», 06-01-1877, in *Diário de Notícias*, p. 1.

A expansão do fado para os salões da Madeira, no último quartel do século XIX, acompanha um período de transformação deste género musical. Inicialmente associado à expressão popular urbana em contextos marginais, o fado encontrou uma nova audiência nos espaços privados, adaptando-se à música para canto e piano, predominante nos salões. Esta transição é evidenciada em anúncios de partituras publicados no *Diário de Notícias*. No dia 15 de julho de 1877, por exemplo, destacava-se a *Nova Coleção de Cantigas do Fado*, arranjada por Luiz de Araújo para piano e guitarra, incluindo 100 motes glosados<sup>9</sup>. Tal divulgação reflete um interesse crescente por parte dos ambientes mais refinados, onde era de algum modo exigida uma versão mais respeitável do fado.

Desde este início da introdução do fado na ilha da Madeira, a guitarra foi um instrumento amplamente promovido, na imprensa. A aprendizagem da guitarra era regularmente incentivada, como vimos, mencionando-se, com algum exagero, a afluência de «milhares de pessoas» para aprender o instrumento, como forma de demonstrar o interesse crescente pelo instrumento. Um exemplo disso pode ver-se no *Diário de Notícias*, de 14 de agosto de 1878, onde se destaca uma referência a um novo método de guitarra, disponível no próprio *Diário de Notícias* do Funchal, que oferecia instruções para tocar o instrumento, de ouvido, ou através da leitura de partituras. O autor do método declarava ainda que «A guitarra, esse instrumento de vozes melancólicas que, como nenhum outro, sabe dizer os populares cantos do fado; esse objeto de distração para tanta gente [...]. Impulsionado por este interesse, compus este método, na expectativa de que seja recebido favoravelmente pelo público»<sup>10</sup>.

Assim, é normal que neste primeiro período tenham surgido também espetáculos com fados instrumentais tocados na guitarra ou em que era dado destaque, na imprensa, ao facto de o acompanhamento do fado ser feito à guitarra. Por exemplo, guitarristas como Luiz C. Pinheiro e o violista João Augusto Fernandes tocaram no Teatro Municipal Baltazar Dias um repertório de fados como *Magyoll* e *Mouraria* em versões instrumentais<sup>11</sup>. Paralelamente, no Pavilhão Paris, realizavam-se espetáculos variados, onde o tenor Ernesto Silva interpretava, junto com músicas como *Os Velhos* e a canção napolitana *Ai Marie! Ai Marie!*, o *Fado da Alta* em que se realçava o acompanhamento à guitarra<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> «Obras Curiosas», 15-07-1877, in *Diário de Notícias*, p. 4.

<sup>10</sup> «Novo Methodo de Guitarra», 14-08-1878, in *Diário de Notícias*, p. 2.

<sup>11</sup> «Theatro Funchalense», 18-05-1911, in *Diário de Notícias*, p. 2.

<sup>12</sup> «Pavilhão Paris», 10-02-1916, in *Diário da Madeira*, p. 2.

Nesta fase, o fado era provavelmente caracterizado pela sua natureza boémia, leveza, teor humorístico e malicioso e não por um cariz maioritariamente fatalista e decadentista como viria a ser caracterizado posteriormente. Excertos de crónicas da época relacionavam o fado com o espírito carnavalesco e a descontração típica das festividades. Esta tendência para o humor e diversão do fado é bem evidenciada pela seguinte menção na imprensa, onde a cronista expressava a sua predileção por «ditos picantes e contos engraçados», associando-os ao fado: «Sim, hei-de deitar fora isto. Eu nasci no Carnaval, o que quero são ditos picantes, contos engraçados, epigramas chistosos. Quem me dera ter agora aqui o João Onofre para me cantar o fado!»<sup>13</sup>

Um outro exemplo desta vertente humorística e crítica do fado encontra-se na letra do *Fado da Rapaziada*, publicada em 1877, no jornal *Eco de Santa Cruz*. Neste fado, é bem notória a ligação do género à sátira social e política. Através de uma narrativa repleta de crítica e ironia, este fado abordava temas polémicos da vida municipal e escândalos locais, muitas vezes envolvendo figuras públicas e situações controversas. A sua essência satírica e humorística, frequentemente picante, desempenhava um papel na articulação de comentários acerca de comportamentos moralmente questionáveis e casos de corrupção, atestando a relevância do fado como veículo de expressão popular e crítica. Seguem-se alguns excertos da letra do *Fado da Rapaziada*, nos quais se destacam situações controversas, tais como negócios fraudulentos, escândalos envolvendo figuras locais, incluindo um padre que teve um filho, e outros comportamentos moralmente duvidosos, como casos de corrupção (o negrito nos versos é da nossa responsabilidade):

«FADO DA RAPAZIADA

As noites do triste canto  
Desfere meu alaúde.  
Vai-se comprar cana a peso,  
Não garapa por almude.

[...]

Outro caso muito bonito  
É **vender-se um PARDIEIRO**,  
Que ameaçava **ruína**,  
Mas por **muito bom dinheiro**.

---

<sup>13</sup> «Carta de Juliana da Graça á sua amiga D. Ritta do Porto da Cruz», 29-07-1877, in *Diário de Notícias*, p. 1.

Do camarista o engenho  
Quer a garapa comprar,  
Só medida por almude  
Que **o povo há de lesar.**

[...]

E a **sorte do triste povo.**  
Que às vezes ama a virtude!  
**É esfolado até a camisa**  
Na garapa por almude.

O caso das chaminés  
Do Camacho da carreira,  
Que **ficou com cem patacas**  
**Escondidas na algibeira,**

[...]

E depois da **tranquibérnia**  
Daquele **padre incolor.**  
Ouvem-se, oh céus, uns vagidos  
Do **fruto de um seu amor!**

[...]

**Município paga tudo:**  
Foguetes, bombas, balões;  
Paga o vinho, a petisqueira  
No dia das eleições.

[...]

Viva o Cunha D'OLHO VIVO  
Esse honrado cidadão!

**Triunfaram os devassos,**  
**Triunfou a corrupção!»<sup>14</sup>**

Neste contexto, era comum o fado ser frequentemente associado a um tipo de entretenimento de moralidade duvidosa, especialmente quando considerado no contexto feminino. Esta perceção refletia as normas sociais e culturais da época, que consideravam o fado inadequado para mulheres, particularmente para aquelas em idade de casar. A presença feminina no ambiente do fado era, conseqüentemente, objeto de críticas e podia influenciar o seu estatuto social e, inclusivamente, as suas oportunidades matrimoniais. A título de exemplo, um homem do Porto Santo publicou na imprensa um conjunto de versos descrevendo as características desejadas numa noiva proveniente da Madeira, uma das quais era que ela «Não [...] cante o fado»:

---

<sup>14</sup> «Fado da Rapaziada», 18-12-1877, in *Eco de Santa Cruz*, pp. 5-6.

«Não quero que cante o fado,  
Esta parte não esqueça;  
Que o fado não prova bem  
Em se passando a Travessa»<sup>15</sup>.

Esta posição era habitual na época, e várias referências a este respeito podem ser encontradas na imprensa. Por exemplo, um outro homem, ao dar conselhos a mulheres num jornal, argumentava que, «para serem tidas na consideração devida e não perderem casamento, deixem de cantar o fado»<sup>16</sup>.

A entrada do fado nos salões da Madeira e a sua execução ao piano geraram, assim, naturais controvérsias sociais. A nível musical, a transição do fado dos ambientes de rua para os salões foi marcada por debates acerca da autenticidade do género. Críticos argumentavam que adaptá-lo para se adequar ao gosto feminino e associá-lo a uma imagem mais “respeitável” comprometia a sua essência. A preferência pela guitarra, em detrimento do piano, considerado um instrumento mais associado à ópera, também evidenciava a tensão entre a preservação da tradição e a adaptação a novos contextos sociais.

«Para o fado só guitarra;  
Sim, isso lá... com certeza;  
Se querem tocar piano,  
Pois toquem a Grã-Duquesa;  
Mas o fado? Não consinto;  
O fado da meia noite  
No piano é... é absinto.  
Castiga mais que um açoite»<sup>17</sup>.

A história da cantora Violante Montanha, que entrelaça o fado e o canto lírico, é um exemplo da perceção de que o fado não seria apropriado para o género feminino. Violante chegou à ilha com cinco anos e cedo se destacou nos espetáculos de teatro de revista, cantando fado desde os sete anos. Contudo, ao completar 13 anos, foi forçada a abandonar o palco pela própria família, que o considerava inapropriado. Apesar disso, continuou as suas aulas de canto e, aos 18 anos, incentivada pelo seu professor Júlio Câmara, mudou-se para Lisboa para estudar canto lírico<sup>18</sup>. Após terminar os estudos regressou frequentemente à Madeira e, apesar de ter

---

<sup>15</sup> «Uma Noiva», 10-02-1877, in *Diário de Notícias*, p. 1.

<sup>16</sup> «Praça da Constituição», 11-09-1877, in *Diário de Notícias*, p. 3.

<sup>17</sup> «A Guitarra», 19-01-1877, in *Diário de Notícias*, p. 2.

<sup>18</sup> BONITO, 2019, «Violante Montanha e Tomás Alcaide: um apontamento sobre os Concertos no Funchal em 1924», p. 66.



seguido uma carreira lírica, manteve o fado no seu repertório, incluindo-o nos seus espetáculos, como acontecia com alguns cantores líricos na época.

Neste contexto, é interessante notar o papel importante dos cantores líricos e dos atores na promoção do fado na Madeira. O teatro musical foi um dos veículos cruciais para a difusão do fado, especialmente através do teatro de revista e da opereta. A integração do fado no contexto teatral, como forma de aproveitar a sua popularidade, implicou adaptações que procuravam conferir ao género uma aura de maior respeitabilidade e de previsibilidade, afastando-o do estilo mais improvisado das ruas e adequando-o às exigências de um espetáculo teatral estruturado. Artistas mais associados ao teatro do que ao mundo tradicional do fado tornaram-se os novos intérpretes deste género, o que resultou numa certa uniformização na sua apresentação.

Assim, foi natural que o sucesso do fado tenha atraído a atenção de cantores líricos e atores, que começaram a integrá-lo nos seus repertórios, reconhecendo o seu apelo junto do público. A título de exemplo, uma notícia publicada no *Diário de Notícias* da Madeira destacava a atuação do Quinteto Lírico no Teatro D. Maria Pia, que contava com figuras reconhecidas como Alvarez e Júdice da Costa. No programa da atuação, após apresentarem peças de ópera nas duas primeiras partes do espetáculo, a terceira parte continha uma secção com «Fados Populares», interpretados pela referida soprano lírica Júdice da Costa<sup>19</sup> (o negrito na notícia que se segue é nosso).

«Teatro “D. Maria Pia” – Última récita do Quinteto Lírico

1.<sup>a</sup> Parte

1.º – Siciliana da ópera *Cavalleria Rusticana*, de Mascagni, pelo Sr. Alvarez.

2.º – “Seguidilha” da ópera *Carmen*, de Bizet, pela Sr.<sup>a</sup> Galan.

3.º – “La Calúmnia”, da ópera *Barbeiro de Sevilha*, de Rossini, pelo Sr. Perelló de Segurola.

2.<sup>a</sup> Parte

1.º – “Racconto” da ópera *Cavalleria Rusticana*, de Mascagni, pela Sr.<sup>a</sup> Judice da Costa.

2.º – Aria do “Toreador” da ópera *Carmen*, de Bizet, pelo Sr. de la Torre.

3.º – Duetto “Roudinelli” da ópera *Mignon*, de A. Thomas, pela Sr.<sup>a</sup> Judice da Costa e pelo Sr. Perelló de Segurola.

**3.<sup>a</sup> Parte**

**1.º – Os olhos negros e Fados populares, pela Sr.<sup>a</sup> Judice da Costa.**

**2.º – Aria da ópera Rei de Lahore, de Massenet, pelo Sr. de la Torre.**

**3.º – La Partida, canção espanhola pelo Sr. Alvarez.**

**4.º – Oh Sole Mio e Marie Mary, de Capua, pela Sr.<sup>a</sup> Galan.**

**5.º – Quarteto da ópera Bohème, de Puccini, pelas Sr.<sup>as</sup> Judice da Costa e Galan e pelos Srs. Alvarez e de la Torre.»**

---

<sup>19</sup> «Teatro D. Maria Pia – Última récita do Quinteto Lírico», 21-09-1902, in *Diário de Notícias*, p. 2.

Por sua vez, a Companhia Infantil de Variedades apresentava operetas no Salão Ideal, onde atrizes como Rosália Pombo e Luiza Durão também interpretavam fados. Este facto evidencia, uma vez mais, o interesse dos atores pelo género fado e a sua incorporação em diferentes formatos teatrais. A companhia, que atuava no Salão Ideal, era constituída por cinco crianças talentosas, com idades compreendidas entre os quatro e os onze anos, e havia conquistado reconhecimento tanto em Lisboa como na Madeira. Num dos seus espetáculos em 1911, Rosália Pombo interpretou o fado patriótico *Desabar d'um Trono*, com letra de A. Tavares, enquanto Luiza Durão apresentou, pela terceira vez, o fado *Ao Longe*, com letra e música do professor Mário Bonança<sup>20</sup>.

Além dos cantores líricos e dos atores, é também relevante destacar o papel importante dos estudantes no contexto do fado. Na Madeira, a boémia estudantil atuou como um catalisador para a disseminação do género musical, e os estudantes do Liceu do Funchal começaram a incluir com regularidade fados em suas comemorações e festividades. Por exemplo, existem registos deste período que mencionam a execução de fados por estudantes, em eventos onde se destacavam – segundo a imprensa – figuras como Raul Dória, Ernesto Menezes e Manuel Correia, responsáveis por integrar o género fado no repertório estudantil.

«O sarau de amanhã em benefício da pobreza envergonhada (Teatro Circo). [...] O Sr. Raul Dória, além de dirigir a estudantina, cantará um fado à guitarra, que constituirá um dos bons momentos desta festa»<sup>21</sup>.

«Manuel Correia abrirá o espetáculo recitando os admiráveis versos “Os Pobres”, do grande poeta contemporâneo Guerra Junqueiro. A academia comprou a geral, sendo de esperar grande animação com o aparecimento da Tuna Académica, completamente reorganizada pelo estudante Ernesto Menezes, que sairá do Pavilhão Paris para a tradicional serenata da Madrugada do dia 1.º de dezembro. [...] Alice Figueira cantará o fado da “Navalha na Liga”; Manuel Correia [cantará] no fado do «Ganga»»<sup>22</sup>.

O fado estendeu a sua influência a todas as áreas musicais da Madeira, e as próprias bandas filarmónicas na Madeira adotaram-no, refletindo o espírito nacionalista e a tendência musical da época. Alguns músicos de bandas, motivados por este interesse popular, criaram arranjos específicos para estes grupos, adicionando esta forma de expressão musical aos programas de concertos. Assim, a presença

---

<sup>20</sup> [Sem título], 09-07-1911, in *Diário de Notícias*, p. 3.

<sup>21</sup> «Theatro Circo – O Sarau de amanhã em benefício da pobreza envergonhada», 21-03-1916, in *Diário da Madeira*, p. 2.

<sup>22</sup> «Pavilhão Paris – Récita de Arte», 30-11-1917, in *Diário de Notícias*, p. 2.

regular do fado no programa de concertos das bandas filarmónicas, no final do século XIX, ilustra igualmente a rápida integração deste género musical na Madeira. Por exemplo, no programa de concerto de 19 de setembro de 1897 da banda regimental de Caçadores 12, estava incluído o *Fado do Hylario*, juntamente com outros géneros musicais<sup>23</sup>. A partir de então, tornou-se frequente a presença de fados no repertório das bandas, encontrando-se em programas de concertos observados na imprensa peças como *Fado II* de Rey Collaço, *Fados* por J. A. Moraes, *Fado do 31*, *Fado do Ciúme* ou *Fado do Desafio*, entre outros.

A chegada do fonógrafo e dos discos à Madeira foi também um marco decisivo na difusão do fado. Numa notícia de 1897, este género era um dos destacados, sendo incluído o *Fado Hilário* no programa do fonógrafo Edison que iria ser ouvido no prestigiado Salão Nobre do Teatro D. Maria Pia. Assim, a popularidade do fado, junto de diferentes estratos da sociedade madeirense, também é demonstrada pela sua inclusão em novidades tecnológicas como o fonógrafo. Neste âmbito, é de especial realce a menção à inclusão de gravações feitas pelo fonógrafo Edison na Madeira – por exemplo, o *Baile Camacheiro* –, que foram incluídas no programa de 11 de fevereiro de 1897<sup>24</sup>. Este facto pode ser confirmado numa comparação com os primeiros programas, que foram apresentados cerca de duas semanas antes, onde não constavam quaisquer obras da Madeira (o negrito na notícia seguinte é da nossa autoria).

«SECÇÃO DE ESPETÁCULOS

SALÃO NOBRE do TEATRO D. MARIA PIA

Fonógrafo Edison

Sessão de 10 trechos dedicada ao high-life madeirense

5.ª feira, 11 de fevereiro

No variado programa abaixo mencionado estão incluídos 3 novos trechos adquiridos nesta cidade:

1.º Uma Folia, marcha executada pela banda de infantaria 3

2.º Um discurso, tendo por tema – A Mulher – pelo padre Barreiros

**3.º Fado Hilário**

4.º Imitação a um ébrio

5.º Penzo, melodia de Tosti, cantada pela Sra. Z. Gilfillian, no teatro D. Maria Pia do Funchal

6.º Monólogo do drama João José, pelo ator Brazão

7.º Flores da primavera, polca por infantaria 20

8.º O tio Bernardino, monólogo recitado pelo falecido ator Joaquim Silva

**9.º Costumes da Madeira:**

<sup>23</sup> «Musica», 19-09-1897, in *Diário de Notícias*, p. 2.

<sup>24</sup> «Salão Nobre do Theatro D. Maria Pia – Phonographo Edison», in *Diário de Notícias*, 11-02-1897, p. 2.

**a) Baile camacheiro**

**b) A inundação da Madeira, cantada por um vilão do norte da ilha.**

O fonógrafo funciona desde as 17 horas até às 21 horas.

Entrada: 300 réis.»

## **2. Na Rota dos Cantadores Profissionais, Novas Tecnologias, Auge das Revistas e Início da Queda da Prática Doméstica (1926-1945)**

No Estado Novo, a arte de espetáculo em Portugal, incluindo o fado, enfrentou uma nova era de regulamentação. Com o Decreto-Lei n.º 13564, de 6 maio de 1927<sup>25</sup>, iniciou-se um processo de licenciamento e organização de recintos de espetáculos que exigia a certificação profissional dos artistas pela Inspeção-Geral dos Teatros, uma condição que se estendia aos fadistas. Este período assinalou a transição para uma profissionalização dos intérpretes, que além da certificação necessitavam agora de apresentar previamente o repertório que iriam executar, limitando consequentemente a improvisação outrora característica do fado. A entrega antecipada das letras e melodias e o controlo rigoroso sobre as *performances* conduziram a uma formalização do fado, ajustando-o aos cânones estabelecidos pelo regime e distanciando-o das suas raízes improvisadas e espontâneas.

Estas mudanças refletiram-se na maneira como o fado era percebido e apresentado. A necessidade de aprovação estatal e a consequente queda da improvisação alteraram o desempenho e observou-se uma tendência de estabilização de melodias centrais que se tornaram elementos distintivos do repertório de fado, entre as quais destacam-se as de fados emblemáticos como *Mouraria*, *Corrido* e *Menor*, que são amplamente reconhecidos como os mais característicos do género<sup>26</sup>.

A presença desses fados característicos também se faz sentir no contexto madeirense, onde evidências de melodias reconhecidas como mais “castiças” podem ser encontradas em manuscritos históricos. Por exemplo, manuscritos da Madeira incluem variações musicais para o «fado corrido»<sup>27</sup>, demonstrando a disseminação dessas melodias distintivas para além das fronteiras geográficas tradicionais do fado.

Foi também neste período que o termo “cantadores de fado” começou a ser regular nos periódicos funchalenses, marcando uma distinção entre os cantores líricos e os atores multifacetados de outrora, e os novos cantores profissionais do

<sup>25</sup> Decreto-Lei n.º 13564 de 6 de maio de 1927, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 92.

<sup>26</sup> NERY, 2004, *Para uma História do Fado*, p. 208.

<sup>27</sup> S.A., s.d., *Escala da Guitarra na afinação de Fado corrido – Fado corrido em Fá*.

fado. Esta nomenclatura reflete assim a crescente profissionalização e a afirmação da identidade artística dos intérpretes de fado, que agora visitavam a Madeira nas suas digressões.

A adoção deste termo é significativa, indicando não apenas uma especialização no âmbito performativo, mas também uma expansão dos espaços de atuação. Os cantadores de fado passaram a ser figuras centrais não só nos teatros e salões dramáticos, mas também em ambientes menos convencionais até então, como restaurantes, casinos e cinemas, diversificando assim a presença do fado na vida cultural madeirense.

Durante este período, por conseguinte, o fado consolida ainda mais a sua presença em eventos musicais, passando a ser frequentemente referido como “canção nacional” nos anúncios de espetáculos. Esta expressão, embora não fosse inédita, ganhou mais destaque nesta fase, demonstrando, por parte das pessoas que organizavam os eventos, a procura de afirmação do fado como um símbolo da identidade cultural de Portugal. Assim, é compreensível que a designação “canção nacional”, como forma de valorizar o género, tenha aparecido regularmente nos anúncios de eventos no Funchal.

«A canção nacional – Vem ao Funchal uma grande cantadeira de fados. No próximo mês de novembro, o Funchal será visitado por uma ‘troupe’ de ‘fadistas’ que em Lisboa e outros pontos do país têm obtido os maiores sucessos»<sup>28</sup>.

«Para amanhã já se preparam algumas atrações, como fados à guitarra cantados por um distinto cultivador da canção nacional»<sup>29</sup>.

«O nosso publico que aprecia o fado verá com efeito, hoje à noite, em Olga Mooris uma das maiores interpretes da canção nacional, que nos tem visitado»<sup>30</sup>.

O aumento do número de fadistas que visitam a Madeira neste período é notório na imprensa regional, de onde emergem várias notícias sobre grupos artísticos em digressão. Um exemplo disso é o grupo dirigido por Gabriel Infante, que realizou uma atuação no Cine-Cruzes, no Funchal, num espetáculo dedicado à imprensa. Após a sua apresentação no Funchal, o grupo continuou a sua digressão em direção aos Açores, conforme referenciado no *Diário de Notícias* de 12 de junho de 1932, onde inclusivamente já se menciona o termo «cantadores de fados».

---

<sup>28</sup> «A canção nacional – Vem ao Funchal uma grande cantadeira de fados», 13-10-1932, in *Diário de Notícias*, p. 1.

<sup>29</sup> «Restaurant-Dancing Águia Verde», 06-04-1934, in *Diário de Notícias*, p. 3.

<sup>30</sup> «Olga Mooris no Café Capitolio», 31-07-1934, in *Diário de Notícias*, p. 3.

«Esteve ontem à tarde nesta redação, apresentando os seus cumprimentos o Sr. Gabriel Infante, diretor do “Grupo Artístico de Fados” que se apresentará ao público do Funchal, amanhã, no Cine-Cruzes, em espetáculo dedicado à Imprensa. Este grupo, que vem precedido de grande fama, é composto pelos conhecidos artistas Maria do Carmo Torres e Gabriel Infante, cantadores de fados, Fernando Freitas, guitarrista, e Alfredo Mendes, violista. Este último executará a solo a Marcha de Guerra de Luís XIV, número dedicado aos jornalistas madeirenses. O “Grupo Artístico de Fados”, depois da indispensável demora no Funchal, seguirá em turné até aos Açores»<sup>31</sup>.

O Funchal torna-se assim um dos palcos de um circuito de estrelas portuguesas, que viajam em digressão. Entre esses nomes encontram-se Beatriz Costa, a reconhecida artista, que atuou no Teatro Municipal cantando *O Fado Cómico* e quadras que homenageavam a cidade do Funchal, acompanhada à guitarra e viola<sup>32</sup>, ou o guitarrista Artur Paredes, um dos grandes nomes de Coimbra na guitarra portuguesa, que visitou a ilha, integrando uma excursão de estudantes de Direito de Lisboa, e foi apresentado na imprensa como «o melhor do nosso país»<sup>33</sup>.

A expansão do fado para novos espaços, que decorre nesta fase, manifesta-se através das atuações de vários artistas em locais distintos, como restaurantes, clubes, solares e retiros. O fadista Manuel Câmara, por exemplo, é conhecido por atuar no Restaurant-Dancing Águia Verde, onde canta fados acompanhados à guitarra. Neste local, também se apresenta um amador que, nos intervalos, interpreta fados e tangos ao piano<sup>34</sup>. No Solar D. Mécia e no Retiro, por sua vez, atuam as cantadeiras de fado Judith de Sousa e Maria Alice:

«Como prenda de Natal, o Solar de D. Mécia apresentou ao público duas artistas e duas cantadeiras que têm agradado bastante. Judith de Sousa canta bem e consegue agradar muito. Maria Alice possui boa voz e uma extraordinária vivacidade, que fazem com que o público a distinga e a anime. No Solar e no Retiro, atuam duas cantadeiras, Ilda Silva e Emília de Araújo»<sup>35</sup>.

Durante o Estado Novo, o fado, tal como outras formas de expressão cultural, sofreu influências da censura do regime. O repertório crítico, boémio, humorístico ou mordaz foi sujeito a restrições, levando o fado a uma transformação significativa. Os temas abordados passaram a estar mais alinhados com a visão social imposta pelo regime, afastando-se de uma postura crítica<sup>36</sup>.

<sup>31</sup> «Grupo Artístico de Fados», 12-06-1932, in *Diário de Notícias*, p. 4.

<sup>32</sup> «Teatro Municipal», 16-03-1934, in *Diário de Notícias*, p. 3.

<sup>33</sup> «Estudantes – Veem por aí os Quintanistas», 14-03-1934, in *Diário de Notícias*, p. 1.

<sup>34</sup> «Restaurant-Dancing Aguia Verde», 12-04-1934, in *Diário de Notícias*, p. 4.

<sup>35</sup> «Fitas e Teatradadas», 10-01-1941, in *Re-nhau-nhau*, p. 4.

<sup>36</sup> NERY, 2004, *Para Uma História do Fado*, p. 192.

Os temas predominantes no fado na Madeira passaram a ser individualizados e centrados em aspetos como a exclusão, a pobreza (*Miséria*<sup>37</sup>), a fome, a orfandade (*Por não ter mãe*<sup>38</sup>), a velhice, tragédias pessoais, como a morte de um filho (*Filhinho*<sup>39</sup>), doenças, religião, a saudade (*Fado dos Olivais*<sup>40</sup>), a despedida (*Adeus Madeira*<sup>41</sup>), ocupações tradicionais e a importância simbólica da guitarra.

Apesar disso, nos teatros de revista da Madeira, estes temas lastimosos coexistiram com fados de cariz mais cómico ou imitativos do fado castiço, como são exemplos os fados de Raul Abreu, *Fado do Zé Pancadas* ou *Fado Cómico*. Este convívio de estilos no mesmo ambiente teatral demonstra a capacidade do fado de se adaptar e persistir, mesmo sob as restrições de um regime censor.

O período em que o fado passou a adotar predominantemente temas melancólicos não esteve isento de críticas por parte de diversos setores da sociedade. Essas críticas refletiam não apenas uma visão divergente sobre o papel do fado na cultura portuguesa, mas também preocupações com o seu conteúdo e impacto.

Entre as críticas levantadas, destaca-se o desagrado em relação à predominância de elementos como o desânimo e o desalento nas letras das músicas. Estes sentimentos são vistos por alguns como uma representação limitada e redutora das experiências e emoções humanas. Além disso, temas como “navalhadas” e a vida no *bas-fond*, referindo-se a um ambiente socialmente menos favorecidos ou mais marginalizados, são considerados por alguns como pouco apropriados ou excessivamente centrados em aspetos negativos da sociedade. Outro ponto de crítica recaía sobre a toada das músicas, muitas vezes descrita como rouca e associada à embriaguez. Este estilo vocal, embora característico e reconhecido do fado, era por vezes visto como um reforço de uma imagem estereotipada e limitada da cultura portuguesa, distanciando-se de uma representação mais diversa e rica das tradições e experiências do povo português, conforme se pode ler na seguinte crítica, publicada no periódico funchalenses *Re-nhau-nhau* (a responsabilidade do negrito é nossa):

«Como prenda de Natal, o Solar de D. Mécia apresentou ao público duas artistas e duas cantadeiras [de fado] que têm agradado bastante. [...] Nós não gostamos do fado. Mais duma vez e sempre que vem a talho de foice, o temos confessado em letra redonda. Achamo-lo **pouco representativo da alma dum povo, onde nem tudo é desânimo, desalento; navalhadas e bas-fond**. No entanto, o fado pela voz de Ilda Silva atinge uma

<sup>37</sup> Música de Dario Florez e letra de Pedro C. Oliveira.

<sup>38</sup> Música de Raul Abreu.

<sup>39</sup> Música de José Bibiano da Paixão e letra de Silva Figueira.

<sup>40</sup> Música de Luiz Clode e letra de França Doria.

<sup>41</sup> Fado-Canção de Raul Abreu.

mais alta expressão porque ela tem uma maneira pessoal de interpretá-lo. Deixa de ser aquela **toada rouca e tresandando a vinho**, para espriar-se, num sereno lirismo. Assim, ouvimos o fado sem tédio ou enfadamento. Emilia de Araújo canta bem, notando-se-lhe uma nítida influência de Herminia Silva, tendo ambas estas fadistas um repertório que foge ao chamado ram ram»<sup>42</sup>.

Neste período, a emergência dos discos e os primeiros tempos da rádio representaram também uma viragem marcante na forma como o fado era apreciado e praticado nos salões domésticos. Novas formas de entretenimento surgiram em torno dos referidos meios de difusão, desafiando a tradição das práticas domésticas, e a prática do fado em contexto doméstico, que costumava ser uma atividade comum, começou a declinar gradualmente à medida que as preferências de entretenimento da população mudavam para os discos e a rádio.

Estamos assim em face de uma transição significativa nas preferências de entretenimento da sociedade. Os discos e a rádio passaram a ocupar um lugar central na vida quotidiana, substituindo em grande parte as práticas domésticas tradicionais<sup>43</sup>, incluindo as relacionadas com a interpretação do fado. Essa mudança não apenas alterou a forma como as pessoas consumiam música, mas também teve um impacto profundo na cultura do fado, levando ao declínio das práticas domésticas e amadoras em salões que haviam sido fundamentais para a difusão desse género musical. Assim, o fado quase desapareceu por completo dos salões, mantendo-se principalmente através da audição de programas de rádio, que passaram a transmitir na Madeira números musicais de fadistas.

«Rádio Club da Madeira

Transmitido pelo Rádio Clube da Madeira, realiza-se amanhã, pelas 21 horas, uma audição de fados e canções por um grupo de guitarristas composto pelos senhores Ricardo Martins, Gabriel de Castro e Angelino Camacho»<sup>44</sup>.

Esta nova fase, dominada pelos discos, foi um período marcante na história da música portuguesa, tendo contribuído para o surgimento de grandes estrelas musicais, promovidas por esta tecnologia. Um dos seus grandes protagonistas foi o cantor Edmundo Bettencourt, natural da Madeira e uma figura icónica no fado de Coimbra. Os primeiros passos de Bettencourt no mundo da música foram dados no Funchal, durante os seus dias de estudante no Liceu do Funchal, e é nesta cidade que

<sup>42</sup> [Sem título], 10-01-1941, in *Re-nhau-nhau*, p. 5.

<sup>43</sup> ESTEIREIRO, 2016, *História Social do Piano*, p. 275.

<sup>44</sup> «Rádio Club da Madeira – Audição», 06-12-1935, in *Diário de Notícias*, p. 1.



ele começa a explorar as serenatas académicas, um elemento central na tradição do fado de Coimbra<sup>45</sup>.

Posteriormente, a mudança de Bettencourt para Coimbra representou um ponto de viragem na sua carreira. Nesta cidade, conhecida pelo seu ambiente académico e cultural, Bettencourt ganhou destaque no fado-serenata. A sua voz e sensibilidade musical rapidamente o tornaram uma figura proeminente no cenário musical de Coimbra, tendo Bettencourt colaborado com várias personalidades notáveis da música, incluindo o famoso guitarrista Artur Paredes<sup>46</sup>. Tirando partido da emergência das tecnologias de gravação, Edmundo Bettencourt teve a oportunidade de gravar vários discos emblemáticos, que contribuíram para cimentar o seu legado na música portuguesa e são ainda hoje reverenciados como referências no Fado de Coimbra.

### **3. Continuidades, Ruturas e Receção Crítica à Integração em Contexto Folclórico (1945-1974)**

No período que se seguiu a 1945, os teatros de revista e as operetas começaram a perder gradualmente a sua predominância no cenário cultural da Madeira. Na imprensa periódica regional, estes géneros teatrais, que antes tinham grande sucesso, quase desapareceram, surgindo apenas muito esporadicamente nos jornais. Contudo, enquanto essas formas de espetáculo estavam em declínio, o fado conseguiu manter a sua presença nos palcos dos teatros, especialmente nos espetáculos de variedades, que continuavam a atrair o público.

Estes espetáculos, que combinavam diferentes formas de entretenimento, continuaram a ser um dos espaços privilegiados para a continuação da tradição do fado, com os fadistas a partilharem o palco com outros artistas. Entre os protagonistas destes ecléticos espetáculos de variedades, que incluíam números de dança, música e outras *performances* artísticas, a presença regular de cantadores de fado demonstra a manutenção da popularidade deste género junto do público do Funchal; nos anúncios na imprensa destacava-se sempre a inclusão, nos programas, de artistas de fado, e nos espetáculos, de fados.

«Clube Royal – Hoje, à noite, despedida da consagrada vedeta do bailado clássico espanhol: Carmen Gimeno, que hoje apresentará números de agrado certo!

---

<sup>45</sup> TEIXEIRA, 2018, «Edmundo de Bettencourt (1899-1973): Uma voz lírica comunicante», p. 69.

<sup>46</sup> TEIXEIRA, 2018, «Edmundo de Bettencourt (1899-1973): Uma voz lírica comunicante», p. 70.

Colaboram nesta festa as bem conhecidas artistas do fado e da canção: Emelina Lopes e Délia Costa»<sup>47</sup>.

«Solar D. Mécia

4.ª Feira, 28 – Festa artística do Ballet Luso-Carioca

Com um programa especial de Variedades, Fados e Guitarradas»<sup>48</sup>.

A partir da década de 1950, a rádio e o cinema desempenharam um papel importante na promoção do fado na Madeira. Estas duas formas de entretenimento proporcionaram uma plataforma essencial para a disseminação e popularização deste género musical na ilha, e, na imprensa, começaram então a ser anunciados eventos e programas de rádio que incluíam números de fado.

Um exemplo é o caso do espetáculo radiopublicitário realizado no Cine-Parque a 2 de março de 1952, onde se incluíam números de fado e o concurso «Procura-se um artista»<sup>49</sup>. O Posto Emissor do Funchal, por sua vez, contribuiu para a promoção do fado na Madeira a 22 de junho de 1957, através de um «programa de saudade» com Alexandre Pinto, «intérprete da Canção Nacional», que apresentou fados dedicados à Madeira.

O Teatro Municipal também foi palco de estreias cinematográficas que incluíram filmes portugueses, como *Madragoa* (exibido a 10 de abril de 1952). Este filme incluía fados e canções interpretados por artistas como Deolinda Rodrigues, Ercília Costa, Costinha, Carlos José, Santos Carvalho, Barroso Lopes, Maria Olguim, entre outros, demonstrando que o fado ganhava agora espaço no cinema, como anteriormente tinha ganhado nos teatros de revista e operetas.

«Na próxima sexta-feira, pelas 20 horas, o Posto Emissor do Funchal transmite um programa de saudade dedicado à Madeira [...]. Neste programa, que foi gravado nos estúdios da “RÁDIO ANGOLA, EMISSORA OFICIAL”, toma parte o conhecido madeirense – intérprete da Canção Nacional – Alexandre Pinto, que canta fados dedicados à Madeira, um sucesso da autoria do conhecido guitarrista José dos Santos»<sup>50</sup>.

A Madeira manteve-se como um destino relevante no circuito de artistas de fado de renome ao longo do tempo. Neste contexto, a ilha teve a oportunidade de receber e apreciar a atuação de diversos cantadores de fado relevantes que contribuíram para a boa receção madeirense deste género musical. Entre esses artistas, destacam-se nomes ilustres, como Amália Rodrigues, o madeirense Max e

<sup>47</sup> «Clube Royal», 05-01-1952, in *Diário de Notícias*, p. 2.

<sup>48</sup> «Solar D. Mécia», 25-04-1954, in *Diário de Notícias*, p. 7.

<sup>49</sup> «Mais um grandioso espectáculo de variedades rádio-publicitário com duas orquestras», 02-03-1952, in *Diário de Notícias*, p. 6.

<sup>50</sup> «Conjunto madeirense Rapazes do Ritmo», 22-06-1957, in *Diário de Notícias*, p. 6.

Fernando Farinha. A presença desses fadistas na Madeira causava grande entusiasmo entre o público local e reforçava a continuidade do fado como um género musical popular e na moda.

A presença regular da celebrada Amália Rodrigues (1920-1999) na Madeira, na década de 1950, por exemplo, não só não passou despercebida, como causou entusiasmo fervoroso entre o público local. Neste período, foram várias as visitas da icónica fadista à Madeira que arrastaram multidões, como pode ser atestado pela seguinte fotografia da época.

Imagem 1 – Atuação de Amália Rodrigues ao ar livre, no Funchal, a 21 de maio de 1950



Fonte: Arquivo e Biblioteca da Madeira, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Perestrellos Photographos, n.º inv. 2536.

As atuações de Amália eram sempre aguardadas com grande expectativa e noticiadas na imprensa regional com destaque. Por exemplo, num evento turístico da década de 1950, a Festa da Primavera – que contava com diversas atrações, desde exposições de flores e arte folclórica até concertos de bandas de música –, a sua *performance* era considerada um dos pontos altos.

«É hoje que se inaugura a Festa da Primavera, nas Quintas Vigia, Pavão e Bianchi, com as suas brilhantes e encantadoras atrações. Como já temos dito, ali encontram-se exposições de flores, bordados e quadros artísticos; haverá exibições dos grupos folclóricos de Boaventura e Camacha, linda Sinfonia Primaveraíl pelas Guias de Portugal; concertos por bandas de música; a apoteose do fado, com a celebrada Amália Rodrigues; jogos de hóquei em patins; uma grande e luzida quermesse; barracas de comes e bebes, e muitas de atraente sabor popular»<sup>51</sup>.

Uma outra personalidade com forte relação ao fado e muito acarinhada na Madeira era Max (1918-1980). Cresceu no ambiente fadista do Funchal, onde o género era altamente valorizado, conforme retrata uma fotografia de Max, datada da década de 1930, em que o cantor está acompanhado de uma guitarrista e um tocador de viola<sup>52</sup>, ainda antes de partir para a carreira de sucesso que teve em Lisboa e internacionalmente.

As diversas visitas de Max à Madeira, após se estabelecer em Lisboa como músico profissional, constituíam momentos de grande expectativa e entusiasmo para o público local, e as salas de espetáculo enchiam-se quando este cantador subia ao palco. Em conjunto com outros artistas de renome, como por exemplo Maria Clara, Max tornou-se uma atração de relevo para os madeirenses e a sua popularidade contribuiu para consolidar ainda mais o estatuto do fado na Madeira, reforçando a sua posição como um dos géneros musicais mais apreciados pelo público.

«No Cine-Parque [...] despedida de Maria Clara e Max. É também excepcional o programa anunciado hoje pelo Cine-Parque. Depois do êxito verificado nas anteriores atuações, Maria Clara e Max despedem-se hoje do público funchalense. [...] O espetáculo principia às 21 horas. E, por certo, o Cine-Parque vai registar hoje uma nova enchente»<sup>53</sup>.

Além de Amália Rodrigues e Max, foram muitos os músicos de relevo com ligações ao fado que passaram pelo Funchal. Desde a década de 1950 até ao início dos anos 70, a Madeira integrou, na realidade, os itinerários de fadistas nacionais, que desempenharam um papel fundamental na continuada popularidade do fado na ilha. Entre esses músicos a imprensa regional destacou, numa primeira fase,

<sup>51</sup> «Festa da Primavera», 15-05-1954, in *Diário de Notícias*, p. 3.

<sup>52</sup> Veja-se SARDINHA, 2021, *MAX: Percurso e Vida Artística*, p. 16.

<sup>53</sup> «No Cine-parque», 17-06-1955, in *Diário de Notícias*, p. 1.

artistas como Carlos Marques Afonso, Cristina Fernandes ou Adelaide Farinha e, posteriormente, Alexandre Pinto, Fernando Manuel, João Celestino, Fernando Farinha, José da Trindade, Aguiar Silva e, por fim, Zeca Afonso e Adriano C. Oliveira.

Uma das mudanças mais significativas neste período foi, ainda, a procura de integração do fado no contexto do turismo, tornando-o um elemento significativo em festas temáticas. Entre estas festas destacam-se a Festa da Primavera, a Festa da Vindima, o São Martinho e a Noite de Fado, os quais incorporaram o género de várias maneiras. O fado passou a ser uma atração frequente nestas celebrações, com o propósito de proporcionar aos turistas a oportunidade de experimentar uma presumível autenticidade da cultura portuguesa através da música. Assim, passou a ser habitual ser apresentado em conjunto com grupos de folclore em festas turísticas, reforçando a sua associação com o que se entendia serem as raízes culturais do país. Esta inclusão estratégica do fado nas festas temáticas visava sem dúvida enquadrar o género como uma forma de folclore nacional.

É de realçar que a incorporação do fado no turismo não se limitou apenas a festas temáticas. A sua presença estendeu-se a diversos espaços turísticos, incluindo hotéis, casinos, quintas, clubes e restaurantes. Estes locais passaram a oferecer eventos com fado como parte das suas atrações para os turistas. O fado passou, no fundo, a ser apresentado como um elemento folclórico distintivo que complementava a experiência turística em Portugal e, nos anúncios publicados na imprensa direcionados para o turismo, o fado era um dos elementos de destaque.

«Festa da Vindima

Tarde Infantil às 3 horas da tarde, dedicada a todas as crianças – exibição do Grupo Folclórico da Ponta do Sol [...] às 22h30, Grandioso programa de Fados e Guitarradas com Abreu e João Fernandes»<sup>54</sup>.

«Manuel dos Passos Freitas e Tjaereborg Rejserats realizaram uma festa para os turistas nórdicos. [...] Seguiu-se a apresentação do categorizado Grupo Folclórico da Camacha, encarregando-se o seu diretor, Sr. Dr. Alfredo Nóbrega, de prestar esclarecimentos ao público sobre os temas das danças apresentadas. [...] Num momento de fado, atuaram o cantor Adriano Abreu, que se fez acompanhar do guitarrista Eurico Freitas e do viola Francisco Abreu»<sup>55</sup>.

«Centro Comercial Lido Sol – Esplanada

Os habituais Fados & Guitarradas e o Folclore terão reinício na próxima semana»<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> «Festa da Vindima», 15-09-1955, in *Diário de Notícias*, p. 2.

<sup>55</sup> «Manuel dos Passos Freitas e Tjaereborg Rejserats realizaram uma festa para os turistas nórdicos», 27-12-1970, in *Jornal da Madeira*, p. 3.

<sup>56</sup> «Centro Comercial Lido Sol – Esplanada», 22-12-1974, in *Diário de Notícias*, p. 12.

A procura de integrar o fado como um género legítimo do folclore nacional encontrou oposição na Madeira. Em 1949, o folclorista Carlos Santos manifestou forte oposição ao fado como símbolo nacional, num contexto em que o género alcançava um aumento de popularidade e era considerado como a verdadeira canção nacional de Portugal. Carlos Santos defendeu que o fado não podia comparar-se com o que considerava serem as mais autênticas e distintas formas de expressão folclórica. Esta visão de que o fado não era comparável às tradições folclóricas “autênticas” era partilhada por um literato madeirense de relevo, Horácio Bento de Gouveia. Ambos defendiam a ideia de que o fado deveria ser repudiado dos lares portugueses e não deveria manter a categoria de canção nacional. Por exemplo, relativamente a um artigo publicado por Horácio Bento de Gouveia no *Diário da Madeira*, a 27 de agosto de 1949, no qual criticava a ampla aceitação do fado na Madeira, Carlos Santos escreveu o seguinte comentário junto à notícia, demonstrando a sua concordância: «Não é possível suportar a invasão do fado [...] e o criminoso menosprezo pelo nosso riquíssimo folclore»<sup>57</sup>.

### **Breves Considerações Finais**

O fado entrou na Madeira como um género satírico e boémio, mas evoluiu rapidamente, ganhando respeitabilidade suficiente para ser apreciado em salões privados e públicos nos principais palcos de teatro. Esta aceitação fez com que o Funchal fosse uma das localidades que passaram a fazer parte das digressões dos artistas que se dedicavam ao género: atores, cantores líricos, até cantadores de fado.

O sucesso do fado é evidente também pela sua apropriação em vários quadrantes musicais da Madeira, desde o teatro de revista madeirense, até aos grupos de bandolins e às bandas filarmónicas. Os próprios músicos madeirenses contribuíram para o alargamento do repertório a nível nacional, criando composições originais para diferentes instrumentos e agrupamentos musicais, algumas das quais chegaram até aos nossos dias e serão objeto de futuro estudo.

Esta aceitação generalizada do fado entre os músicos, o público e os espaços que promoviam música, granjeou ao género um elevado estatuto, sendo amplamente aceite e promovido na Madeira como “canção nacional”, a exemplo do que acontecia em Portugal continental. Todos os principais espaços em que havia música – salões, casinos, teatros, restaurantes, hotéis, cinemas e eventos turísticos

---

<sup>57</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, Carlos Maria dos Santos, cx. 6, n.º 23.

ao ar livre –aproveitaram a popularidade do fado e promoveram espetáculos com fadistas. No entanto, o fado não escapou à crítica de alguns intelectuais e articulistas que manifestaram desagrado em relação às suas temáticas lastimosas, falta de respeitabilidade e suposta falta do que designavam de “fundo étnico” para merecer o epíteto de canção nacional.

De qualquer forma, a análise do período de cem anos (1870-1974) aqui realizada mostra o papel que o fado teve na vida cultural da Madeira. Em relação a esse tempo, foi possível reunir e examinar uma volumosa quantidade de informações, que sublinham a importância deste género musical no arquipélago. Finalizando, espera-se, acima de tudo, que este artigo tenha conseguido evidenciar de maneira clara o lugar que o fado ocupa no panorama musical madeirense, refutando a noção equivocada de que não alcançou impacto ou relevância na Madeira.

## **Fontes e Bibliografia**

- «A canção nacional – Vem ao Funchal uma grande cantadeira de fados», 13-10-1932, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «A Guitarra», 19-01-1877, in *Diário de Notícias*, pp. 1-2.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Carlos Maria dos Santos, cx. 6, n.º 23.
- Arquivo e Biblioteca da Madeira, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente’s, Perestrellos Photographos, n.º inv. 2536.
- BONITO, Jorge, 2019, «Violante Montanha e Tomás Alcaide: um apontamento sobre os Concertos no Funchal em 1924», in *Isleña*, n.º 64, pp. 59-106.
- «Carta de Juliana da Graça á sua amiga D. Ritta do Porto da Cruz», 29-07-1877, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- CARVALHO, Pinto de, 1903, *História do Fado*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal.
- CASTELO-BRANCO, Salwa, 1994, «Vozes e Guitarras na Prática interpretativa do fado», in BRITO, Joaquim Pais de (ed.), *Fado: Vozes e Sombras*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia – L94, pp. 125-141.
- «Centro Comercial Lido Sol – Esplanada», 22-12-1974, in *Diário de Notícias*, p. 12.
- «Clube Royal», 05-01-1952, in *Diário de Notícias*, p. 2.
- «Conjunto madeirense Rapazes do Ritmo», 22-06-1957, in *Diário de Notícias*, p. 6.
- Decreto-Lei n.º 13564 de 6 de maio de 1927, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 92.
- ESTEIREIRO, Paulo, 2016, *História Social do Piano: Emergência e Declínio do Piano na Vida Quotidiana Madeirense (1821-1930)*, Lisboa, Edições Colibri – CESEM.

- ESTEIREIRO, Paulo, 2021, *História da Música na Madeira*, Funchal, Associação Musical e Cultural Xarabanda – Câmara Municipal do Funchal.
- «Estudantes – Veem por aí os Quintanistas», 14-03-1934, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Fado da Rapaziada», 18-12-1877, in *Eco de Santa Cruz*, pp. 5-6.
- «Festa da Primavera», 15-05-1954, in *Diário de Notícias*, p. 3.
- «Festa da Vindima», 15-09-1955, in *Diário de Notícias*, p. 2.
- «Fitas e Teatradas», 10-01-1941, in *Re-nhau-nhau*, p. 4.
- «Grupo Artístico de Fados», 12-06-1932, in *Diário de Notícias*, p. 4.
- «Juízo do Anno», 06-01-1877, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Mais um grandioso espectáculo de variedades rádio-publicitário com duas orquestras», 02-03-1952, in *Diário de Notícias*, p. 6.
- «Manuel dos Passos Freitas e Tjaereborg Rejserats realizaram uma festa para os turistas nórdicos», 27-12-1970, in *Jornal da Madeira*, p. 3.
- «Musica», 19-09-1897, in *Diário de Notícias*, p. 2.
- NERY, Rui Vieira, 2004, *Para Uma História do Fado*, Lisboa, Público, Comunicação Social, SA – Corda Seca, Edições de Arte, SA.
- NERY, Rui Vieira, 2010, «Fado», in CASTELO-BRANCO, Salwa (ed.), *Enciclopédia da Música em Portugal do Século XX*, vol. 2, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, pp. 433-453.
- «No Cine-parque», 17-06-1955, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Novidade», 08-05-1875, in *O Direito*, p. 4.
- «Novo Methodo de Guitarra», 14-08-1878, in *Diário de Notícias*, p. 2.
- «Obras Curiosas», 15-07-1877, in *Diário de Notícias*, p. 4.
- «Olga Mooris no Café Capitolio», 31-07-1934, in *Diário de Notícias*, p. 3.
- «Pavilhão Paris – Récita de Arte», 30-11-1917, in *Diário de Notícias*, p. 2.
- «Pavilhão Paris», 10-02-1916, in *Diário da Madeira*, p. 2.
- «Praça da Constituição», 11-09-1877, in *Diário de Notícias*, p. 3.
- «Rádio Club da Madeira – Audição», 06-12-1935, in *Diário de Notícias*, p. 1.
- «Restaurant-Dancing Águia Verde», 06-04-1934, in *Diário de Notícias*, p. 3.
- «Restaurant-Dancing Águia Verde», 12-04-1934, in *Diário de Notícias*, p. 4.
- «Salão Nobre do Theatro D. Maria Pia – Phonographo Edison», in *Diário de Notícias*, 11-02-1897, p. 2.
- S.A., s.d., *Escala da Guitarra na afinação de Fado corrido – Fado corrido em Fá*, Biblioteca das Artes da Madeira, DEMP 823, disponível em <https://recursosartisticos.madeira.gov.pt/bdigital/12591.pdf>.
- SARDINHA, Vítor, 2021, *MAX: Percurso e Vida Artística*, Funchal, Direção Regional da Cultura.



[Sem título], 09-07-1911, in *Diário de Notícias*, p. 3.

[Sem título], 10-01-1941, in *Re-nhau-nhau*, p. 5.

SILVA, Fernando Augusto da e MENESES, Carlos Azevedo, 1978, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., 4.<sup>a</sup> ed., Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura.

«Solar D. Mécia», 25-04-1954, in *Diário de Notícias*, p. 7.

«Teatro D. Maria Pia – Última récita do Quinteto Lírico», 21-09-1902, in *Diário de Notícias*, p. 2.

«Teatro Municipal», 16-03-1934, in *Diário de Notícias*, p. 3.

TEIXEIRA, Mónica, 2018, «Edmundo de Bettencourt (1899-1973): Uma voz lírica comunicante», in *Islenha*, n.º 62, pp. 67-74.

«Theatro Circo – O Sarau de amanhã em benefício da pobreza envergonhada», 21-03-1916, in *Diário da Madeira*, p. 2.

«Theatro Funchalense», 18-05-1911, in *Diário de Notícias*, p. 2.

«Uma Noiva», 10-02-1877, in *Diário de Notícias*, p. 1.



## O Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Defesa do Padroado Português do Oriente (1874-1880)

### The Archbishop Aires de Ornelas e Vasconcelos and the Defence of the Portuguese Patronage of the East (1874-1880)

*Fernando Tavares Pimenta*<sup>1</sup>

#### Resumo

Considerando a pertinência de investigar a participação das elites madeirenses no processo de governação política e eclesiástica do Império Colonial Português, este artigo analisa a acção de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, na qualidade de Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente, entre 1874 e 1880, nomeadamente o seu papel na defesa e preservação do Padroado Português do Oriente, num momento crítico da sua história, quando a sua continuidade era colocada em causa pela Sagrada Congregação da *Propaganda Fide*. Neste sentido, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos visitou as dioceses sufragâneas de Goa e boa parte das missões do Padroado Português, procurando reafirmar – pela sua intensa acção pastoral e diplomática – a preeminência da Sé Primacial de Goa e o direito de padroado nas vastas áreas sob administração inglesa na Índia, nomeadamente em Bombaim, em Madrasta, no Malabar, no Golfo de Bengala, em Dacca, no actual Bangladesh, bem como na ilha de Ceilão. Entre as suas principais vitórias no plano eclesiástico conta-se a celebração de um *modus vivendi* com os vários Vicariatos Apostólicos da *Propaganda Fide* o que garantiu a paz no seio do catolicismo indiano, pela superação dos dissídios derivados da dupla jurisdição eclesiástica, bem como o reconhecimento da preeminência da Sé Metropolitana de Goa. Obteve, também, o reconhecimento do direito de padroado, nos territórios ingleses da Índia, por parte

---

<sup>1</sup> Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador Auxiliar, da carreira de investigação científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Autor de vários livros e artigos nas áreas da História Contemporânea, da História Colonial e da História Insular. Ao longo do seu percurso académico foi distinguido com vários prémios científicos, nomeadamente o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2009), conferido pela Universidade do Minho, e o Prémio Barbosa de Melo de Estudos Parlamentares (2018), conferido pela Assembleia da República. Email: fernando.mtm.pimenta@madeira.gov.pt.

do Vice-Rei da Índia Inglesa, Lord Lytton. Realizou, enfim, a Exposição do Corpo de São Francisco Xavier, o *Apóstolo do Oriente*, atraindo muitos milhares de peregrinos a Goa e confirmando a sua qualidade de capital do catolicismo oriental – a *Roma do Oriente*. A sua acção foi, portanto, fundamental para a superação da longa crise do Padroado Português do Oriente, em especial para a resolução dos diferendos que opunham o clero de Goa aos missionários e vigários apostólicos da *Propaganda Fide*, abrindo, assim, o caminho à concretização de um novo acordo entre Portugal e a Santa Sé na década de 1880.

**Palavras-chave:** Império Colonial Português; Índia; Goa; Igreja Católica; Concílio Vaticano I; Padroado Português do Oriente; *Propaganda Fide*; Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos.

### **Abstract**

Considering the relevance of inquiring the participation of Madeiran elites in the process of political and ecclesiastical governance of the Portuguese Colonial Empire, this article analyses the *agency* of Mgr. Aires de Ornelas e Vasconcelos, as Archbishop of Goa and Primate of the East, between 1874 and 1880, namely his role in the defence and preservation of the Portuguese Patronage of the East, at a particularly critical moment in its history, when its continuity was openly questioned by the Sacred Congregation of Propaganda Fide. In this regard, Mgr. Aires de Ornelas e Vasconcelos visited the suffragan dioceses of Goa and a large part of the missions of the Portuguese Patronage, endeavouring to reaffirm – through his intense pastoral and diplomatic action – the pre-eminence of the Primatial See of Goa and the right of patronage in the vast areas under English administration in India, namely Bombay, Madrasta, Malabar, the Gulf of Bengal, Dacca, present-day Bangladesh, as well as the island of Ceylon. Among his main victories on the ecclesiastical front was the signing of a *modus vivendi* with the various Apostolic Vicariates of *Propaganda Fide*, which guaranteed peace within Indian Catholicism by overcoming the disagreements arising from dual ecclesiastical jurisdiction, as well as the acknowledgement of the pre-eminence of the Metropolitan See of Goa. He also obtained recognition of the right of patronage in the English territories of India from the Viceroy of British India, Lord Lytton. Finally, it held the Exhibition of the Body of St Francis Xavier, the *Apostle of the East*, attracting many thousands of pilgrims to Goa and confirming its status as the capital of Eastern Catholicism – the *Rome of the East*. His action was therefore fundamental in overcoming the long crisis of the Portuguese Patronage of the East, especially in resolving the disputes between the clergy of Goa and the missionaries and apostolic vicars of *Propaganda Fide*, thus paving the way for the fulfilment of a new agreement between Portugal and the Holy See in the 1880s.

**Keywords:** Portuguese Colonial Empire; India; Goa; Catholic Church; Vatican Council I; Portuguese Patronage of the East; *Propaganda Fide*; Archbishop Aires de Ornelas e Vasconcelos.

## Introdução

Este artigo pretende colocar em perspectiva a acção eclesiástica e diplomática exercida por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente, tendo em vista a defesa e a preservação do Padroado Português do Oriente, num momento particularmente crítico da sua história, quando a sua continuidade era abertamente colocada em causa pela Sagrada Congregação da *Propaganda Fide*. Procura-se, em especial, demonstrar o papel desempenhado por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos para a superação da longa crise do Padroado Português. Uma crise iniciada ainda na primeira metade do século XIX, em particular com a publicação do breve *Multa praeclara* em 1838, cuja resolução só foi, *de facto*, obtida em 1886, pela assinatura de uma Concordata entre Portugal e a Santa Sé, falhado que foi um primeiro acordo celebrado em 1857.

Dito isto, importa salientar que este artigo é o resultado de uma pesquisa ainda em curso e que se enquadra no projecto de investigação que estamos a desenvolver no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira sobre a participação das elites madeirenses nos processos de governação política e eclesiástica do Império Colonial Português nos séculos XIX e XX. Neste âmbito, temos vindo a trabalhar a história de alguns dos membros da família Ornelas e Vasconcelos, com destaque para a figura do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, que constitui um estudo de caso bastante significativo em termos historiográficos.

Por outro lado, ao nível das fontes, o nosso estudo assenta na análise de um conjunto amplo de documentação, com especial destaque para o Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos, que integra os fundos do Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)<sup>2</sup>, e para o arquivo relativo ao Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos existente no Arquivo Histórico da Diocese do Funchal<sup>3</sup>. Estes dois arquivos preservam várias centenas de documentos, sobretudo correspondência, relativos ao período em que D. Aires de Ornelas e Vasconcelos foi não só Bispo do Funchal, mas também Arcebispo de Goa. Trata-se de uma documentação ímpar para o estudo da história da Igreja Católica e da sociedade portuguesa, nomeadamente ao nível das suas elites

---

<sup>2</sup> Agradecemos o prestimoso apoio da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fátima Barros, arquivista responsável pela catalogação do Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos, bem como a colaboração de toda a equipa do Arquivo e Biblioteca da Madeira, sobretudo a dos funcionários da sala de leitura desse Arquivo.

<sup>3</sup> Agradecemos ao Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, na pessoa do seu Vice-Chanceler, Sr. Cónego João Francisco Dias, a disponibilização para efeitos de consulta e de investigação desse importantíssimo acervo documental. De igual modo, agradecemos o apoio incedível da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Paredes, arquivista responsável pela catalogação da documentação, e da Sr.<sup>a</sup> D. Luísa Gonçalves, documentalista desse mesmo Arquivo.

e redes de sociabilidade, bem como das relações internacionais nos planos europeu e colonial, na segunda metade do século XIX. Foi-nos, igualmente, de enorme utilidade a consulta do volume publicado em 1881 por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, irmão do Arcebispo, intitulado *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente* e que, para além de conter uma notícia biográfica, reproduz um conjunto muito significativo de pastorais e de outros documentos relativos à actividade pastoral de D. Aires de Ornelas. Para além destas fontes, consultámos ainda documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bem como os sumários de alguma documentação existente no Arquivo Apostólico do Vaticano, publicados na obra *Arquivo Secreto do Vaticano*, e ainda bibliografia diversa<sup>4</sup>.

Feitas estas considerações, vamos então analisar o percurso e a acção política e eclesiástica de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, tendo ainda em atenção a situação do Padroado Português do Oriente em meados do século XIX.

## **A Formação e os Primeiros Anos como Eclesiástico de D. Aires de Ornelas**

D. Aires de Ornelas de Vasconcelos nasceu no Funchal, no dia 18 de Setembro de 1837, sendo filho do 13.º morgado do Caniço, Aires de Ornelas de Vasconcelos (1779-1852) e de D. Augusta Correia Vasques de Olival<sup>5</sup>. Família aristocrática originária do Minho, mas estabelecida na Madeira desde o século XV, a Casa Ornelas dispunha de um importante património centrado no morgadio do Caniço, instituído em 1499 e que englobava terras desde o mar até à serra, entre os ribeiros do Garajau e do Porto Novo, no Sudeste da ilha, atingindo a freguesia da Camacha. Por aquisição, casamento ou herança, a família dispunha de outras propriedades dispersas pela ilha, incluindo vários edifícios de habitação no Funchal, com destaque para o Palácio dos Ornelas, na Rua do Bispo. Construído no século XVII, com alterações posteriores, o Palácio constituía a residência de inverno da família, ao passo que a Quinta das Almas, na Camacha, funcionava como residência estiva, pelo menos ao longo da segunda metade do século XIX. D. Aires de Ornelas e Vasconcelos cresceu, portanto, no seio de uma família privilegiada e influente, tendo o pai – membro do movimento

---

<sup>4</sup> Entre a bibliografia utilizada conta-se a primeira edição da *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato de Almeida, nomeadamente o Tomo IV, publicado em diversos volumes entre 1917 e 1922, particularmente rico em detalhes, sendo que cotejamos essa edição com a nova edição preparada e dirigida por Damião Peres em 1970. Essa primeira edição da obra foi consultada na biblioteca do Arquivo Histórico da Diocese do Funchal.

<sup>5</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 38.

liberal – exercido funções de relevo na administração política distrital, entre as quais a de procurador e a de Presidente da Junta Geral do Distrito do Funchal, bem como de Administrador Geral do Distrito, tendo, aliás, sido eleito Senador do Reino substituto em 1841. De notar ainda que o pai tinha cursado Letras na Universidade de Coimbra, tendo concluído os seus estudos no Colégio dos Nobres<sup>6</sup>.

Considerando o contexto familiar, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos realizou os seus estudos no liceu do Funchal, tendo partido para Coimbra, a fim de prosseguir os estudos, em Outubro de 1853. Nesta altura, já o pai tinha falecido, tendo a chefia da família sido assumida pelo irmão mais velho, Agostinho de Ornelas de Vasconcelos Esmeraldo Rolim de Moura, 14.º morgado do Caniço, nascido a 14 de Março de 1836<sup>7</sup>. Em Coimbra, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos ficou alojado em casa de Henrique O'Neill, futuro visconde de Santa Mónica e «perceptor de Suas Altezas», o que já por si é revelador da rede de sociabilidade da família Ornelas e Vasconcelos. Realizou os preparatórios e seguiu os estudos na Faculdade de Teologia, matriculando-se no primeiro ano de Teologia em 1854-1855. Tinha, então, 17 anos. Bacharel formado em Teologia, em 1859, defendeu as conclusões magnas, a 18 de Julho de 1860, com uma tese intitulada *De Christianae Religionis Origine*. Pouco depois, em 29 de Julho de 1860, com 22 anos, obteve o grau de doutor pela Universidade de Coimbra, tendo recebido anteriormente as ordens sacras das mãos do Bispo de Viseu<sup>8</sup>.

De regresso à Madeira, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos requereu o lugar de capelão adido ao coro da Sé do Funchal. Recebeu as ordens de diácono e de presbítero das mãos do Bispo do Funchal, D. Patrício Xavier de Moura, ainda em 1860, tornando-se cônego da Sé do Funchal em 1861. Profundamente dedicado à leitura e ao estudo, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos construiu uma preciosa biblioteca especializada em matérias do foro teológico, filosófico e de história das religiões, da qual dispomos ainda hoje o catálogo, datado de 1866<sup>9</sup>. Talvez por isso tenha ponderado seguir a carreira académica na Faculdade de Teologia da Universidade

---

<sup>6</sup> FERREIRA, 1998, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos* [...], pp. 14-27.

<sup>7</sup> Sobre Agostinho de Ornelas e Vasconcelos veja-se: GOMES, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», pp. 79-109

<sup>8</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 44-47.

<sup>9</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Cathalogo dos meus livros / Ayres d'Ornellas / 1866*, Livro 180 [o título que consta da lombada deste volume – *Cons. Aires de Ornelas, Catálogo dos Livros, 1866* –, bem como a nota lançada na página número 55 – *Catalogo dos meus livros / Ayres d'Ornellas / 1883* – indiciam que o sobrinho do Arcebispo e seu homónimo, o Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, terá tido a intenção (não concretizada) de aproveitar este volume, com muitas páginas em branco, para lançar o catálogo da sua própria biblioteca].

de Coimbra, mas acabou por desistir do concurso para o lugar de lente a favor de um seu condiscípulo, tendo-se focado na carreira eclesiástica.

Neste contexto, com o patrocínio do Bispo do Funchal e o apoio da família, em especial do irmão, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, diplomata e mais tarde Deputado e Par do Reino, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos ascendeu de forma célere na hierarquia da diocese. Em 1863 foi eleito membro da Junta Governativa do bispado do Funchal, sendo nomeado provisor, em 1867. Nesse ano, foi promovido a chantre, por decreto de 2 de Maio. Em 30 de Abril de 1868 foi promovido a deão, sendo nomeado Vigário-Geral e Presidente da Junta Governativa do bispado nesse mesmo ano<sup>10</sup>. Considerado um “padre modelo”, pela dedicação e abnegação com que desempenhava as suas funções, inclusivamente as de professor no seminário, granjeou o respeito e a admiração de clérigos e leigos da diocese do Funchal, facto que não lhe evitou algumas contrariedades e oposição de quem lhe criticava o zelo – considerado excessivo – com que exercia os cargos.

## A Participação no Concílio Vaticano I

Em 1869, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, com apenas 32 anos e na qualidade de deão, acompanhou o Bispo D. Patrício Xavier de Moura ao Concílio Ecuménico Vaticano I.

O Concílio Vaticano I foi um dos grandes acontecimentos da história da Igreja Católica no século XIX, tendo reunido bispos e eclesiásticos de todo o mundo católico<sup>11</sup>. Tratou-se do vigésimo concílio ecuménico, o primeiro em três séculos, dado que o último tinha sido o de Trento, entre 1545 e 1563. Convocado pelo Papa Pio IX pela bula *Aeternis Patris*, de 29 de Junho de 1868, Dia de São Pedro e São Paulo, o Concílio foi aberto solenemente no dia 8 de Dezembro de 1869, na Basílica de São Pedro, na presença de 764 prelados<sup>12</sup>. O Concílio contou com quatro sessões, tendo sido interrompido em 18 de Julho de 1870, em virtude da deflagração da guerra

---

<sup>10</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 48-50.

<sup>11</sup> Para uma leitura historiográfica actual do Concílio Vaticano I veja-se: QUINN, 2017, *Revered and reviled: a re-examination of Vatican Council I*. Para uma reconstituição mais factual dos trabalhos conciliares veja-se: VITELLESCHI, 1963, *Il papa infallibile: cronaca del Concilio ecumenico vaticano primo*.

<sup>12</sup> Segundo Eduardo Brazão, a distribuição por países dos Padres conciliares era a seguinte: «200 italianos, 70 franceses, 40 austro-húngaros, 36 espanhóis, 19 irlandeses, 18 alemães, 12 ingleses, 19 de outros países menos importantes, dos quais 4 portugueses, 50 de rito oriental, 40 americanos dos Estados Unidos, 30 americanos latinos e cerca duma centena de missionários». BRAZÃO, 1972, «O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870)», p. 287.



franco-prussiana e do concomitante ataque das tropas de Garibaldi a Roma. Foi formalmente suspenso *ad futuram rei memoriam* em Outubro de 1870, já depois da ocupação de Roma pelas forças italianas. O Concílio Vaticano I realizou-se, portanto, num período particularmente marcante da história do Papado, pois coincidiu com os derradeiros meses de existência do Estado da Igreja e com o fim do poder temporal do Pontífice. O Concílio discutiu um conjunto lato de matérias relacionadas com a modernidade, o racionalismo, o naturalismo, o liberalismo e o ateísmo, tendo aprovado a Constituição dogmática *Dei Filius*, em 24 de Abril de 1870, e a Constituição dogmática *Pastor Aeternus*, em 18 de Julho de 1870. O Concílio definiu o primado da jurisdição do Sumo Pontífice sobre toda a Igreja, bem como o dogma da infalibilidade do Papa em questões relativas à doutrina revelada acerca da fé e da moral, uma matéria que suscitou intenso debate e até divisão entre os bispos, ainda que tenha merecido a aprovação da maioria dos prelados, sustentados pela corrente “ultramontana” dentro da Igreja<sup>13</sup>.

Por outro lado, o Concílio Vaticano I suscitou a suspeita de um número significativo de Estados europeus, bem como da generalidade dos liberais, que viam na Igreja Católica, em especial no Papado, uma instituição reaccionária e defensora dos ideais do Antigo Regime e, como tal, inimiga do liberalismo e da modernidade. Para além disso, pela primeira vez na história da Igreja, os governos estatais e demais representantes dos poderes laicos não foram convidados a participar nos trabalhos da Igreja. Daí que a participação dos prelados no Concílio não tenha sido apoiada pelos Estados, facto particularmente visível no caso do governo português, que assumiu uma postura de distanciamento, de desconfiança e até de pouca serenidade em relação ao Concílio.

Neste contexto, apenas um número muito restrito de bispos portugueses participou no Concílio Vaticano I, não só por falta de apoio do Estado Português, mas também porque muitas das sedes episcopais estavam vacantes e alguns prelados tinham idade avançada. Tal como sublinhado por Fortunato de Almeida, apenas quatro bispos, acompanhados do Deão da Sé do Funchal, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, do Pároco da Sé de Braga e de alguns eclesiásticos da Covilhã, participaram no Concílio Vaticano I. Eram eles o Bispo de Lamego, D. António da Trindade de Vasconcelos Pereira de Melo, o Bispo do Algarve, D. Inácio do Nascimento Moraes

---

<sup>13</sup> Esta corrente era formada por leigos franceses, encabeçados por Louis Veuillot, que, repudiando qualquer forma de galicanismo, defendiam a supremacia do Papa, sendo por isso designados de ultramontanos, pois “ultrapassavam a cordilheira dos Alpes para aderir a Roma”. Veja-se a este respeito: VEUILLOT, 1963, *Roma e il Concilio*.

Cardoso, o Bispo do Funchal, D. Patrício Xavier de Moura, e o Bispo de Cabo Verde, D. José Luís Alves Feijó. De notar que o Bispo do Funchal abandonou os trabalhos conciliares, por motivo de doença e com dispensa de Pio IX, em Fevereiro de 1870, tendo regressado a Portugal em Março<sup>14</sup>.

De uma forma geral, os prelados portugueses tiveram uma participação muito reduzida nos trabalhos do Concílio, limitando-se a um número muito escasso de intervenções. Isto mesmo foi testemunhado por José da Silva Mendes Leal, Barão de Ferreira dos Santos, substituto interino do Ministro de Portugal em Roma, por falecimento do Conde do Lavradio. Com efeito, em 18 de Março de 1870, José da Silva Mendes Leal escreveu ao governo português a informar sobre a actuação dos bispos portugueses, sublinhando a pouca preparação dos bispos e o facto de não terem ido acompanhados por uma comitiva de teólogos, nem disporem dos livros adequados:

«Voltando aos nossos Prelados só o Bispo de Faro foi nomeado para uma das Comissões. Os outros não entram em nenhuma [...]. A fora isto, vivendo retiradamente em Santo António com poucos meios não me parecem, como aliás importaria, que tomem posição eminente, nem que a possam tomar. Os Prelados de outros países que a tomam dispõem de avultadas somas de dinheiro, acham-se acompanhados de teólogos de muito saber e trouxeram livrarias férteis. Os nossos vieram pobres, sós e só com o breviário»<sup>15</sup>.

Contudo, sabemos que, pelo menos inicialmente, os prelados portugueses seguiram as posições de Monsenhor Duponloup, Bispo de Orleães, o qual expressara algumas reservas relativamente à questão da infalibilidade papal<sup>16</sup>. Aliás, este ponto talvez tenha sido o facto mais saliente no que diz respeito à participação dos bispos portugueses no Concílio. Assim, no início de Fevereiro de 1874, foi noticiado que, entre os signatários de uma petição contra a infalibilidade do Papa, se encontravam três bispos portugueses. Fortunato de Almeida assinala também que «numa correspondência de Roma publicada na *União Católica de Braga*, de 19 de Fevereiro, afirmava-se que todos os quatro bispos portugueses assinaram a petição contra a oportunidade da definição da infalibilidade, embora protestassem que criam nela,

---

<sup>14</sup> A comitiva portuguesa partiu de Portugal no dia 14 de Novembro de 1869, tendo chegado a Roma no dia 25 de Novembro de 1868, ficando instalada no Estabelecimento de Santo António dos Portugueses. Note-se que a imprensa portuguesa da época criticou o facto de essa comitiva não integrar doutores e eclesiásticos em número e qualidade suficientes para representarem a ciência portuguesa no Concílio. Cf. ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, pp. 263-265. Cf. BRAZÃO, 1972, «O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870)», p. 279.

<sup>15</sup> *Apud* BRAZÃO, 1972, «O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870)», p. 296. Cf. BARBOSA, 1989, «O Concílio Vaticano I e o governo português (1869-1870)», p. 36.

<sup>16</sup> BRAZÃO, 1972, «O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870)», pp. 272-274 e 295; BARBOSA, 1989, «O Concílio Vaticano I e o governo português (1869-1870)», pp. 29-35. Cf. ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, pp. 263-269.

e que a abraçariam se fosse definida»<sup>17</sup>. Como veremos adiante, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos demarcou-se de imediato, publicamente e por escrito, da posição dos bispos portugueses. De salientar também que, no final da discussão sobre a questão da infalibilidade papal, os três bispos portugueses – ou seja, os de Lamego, Algarve e Cabo Verde, uma vez que o do Funchal já tinha regressado a Portugal – acabaram por votar com a maioria, tendo aprovado a constituição dogmática *Pastor Aeternus*, em 18 de Julho de 1870.

Tanto quanto pudemos apurar, os documentos oficiais publicados acerca do Concílio não fazem menção a uma intervenção específica nos trabalhos conciliares por parte de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, facto aliás não surpreendente, uma vez que se tratava de um mero eclesiástico (deão) da comitiva portuguesa e não de um prelado. No entanto, sabemos, pela leitura de outra documentação, que a presença de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos suscitou a atenção do Papa Pio IX, que o referiu ao então Ministro de Portugal em Roma, D. Francisco de Almeida Portugal, Conde do Lavradio<sup>18</sup>, e, mais tarde, ao Conde de Tomar<sup>19</sup>.

De facto, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos pertencia à chamada corrente ultramontana, não revelando quaisquer hesitações em apoiar publicamente o dogma da infalibilidade do Papa. Assim, face às notícias sobre a hesitação inicial dos prelados portugueses, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos promoveu e dirigiu ao Sumo Pontífice uma «protestação de obediência», datada de 20 de Fevereiro de 1870. A este respeito, Fortunato de Almeida evidenciou um excerto particularmente afirmativo desse documento, que passamos a transcrever:

«Mandae, ó Pai Amantíssimo, mandae aos vossos filhos, mostrae-nos o caminho, a verdade e a vida; e eis que nós deixaremos tudo para vos seguir, porque Vós sois, ó Santíssimo Padre, o Vigário de Jesus Christo, o Mestre infalível da fé e dos costumes, a pedra firme sobre que está edificada a Igreja de Jesus Christo, contra a qual nunca prevalecerão as

<sup>17</sup> ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, p. 265.

<sup>18</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos [...]*, p. 50. Nomeado Ministro de Portugal em Roma, em 7 de Abril de 1869, o Conde do Lavradio entregou as suas credenciais em 7 de Dezembro de 1869, tendo falecido em 1 de Fevereiro de 1870. Foi substituído interinamente pelo Barão Ferreira dos Santos, na qualidade de Encarregado de Negócios, até 20 de Julho de 1870. Seguidamente, foi Ministro de Portugal em Roma o Conde de Tomar, depois Marquês de Tomar, ainda que por várias vezes substituído interinamente ao longo da década de 1870. Cf. ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, pp. 365-366.

<sup>19</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 43-44 [«Extractos de um officio do Conde de Thomar Ministro em Roma dirigido ao Marques d'Avila e Bolama Ministro dos Estrangeiros a 24 de Dezembro de 1870 relativo à minha confirmação como Bispo Coadjutor do Funchal»].

portas do inferno, o Pedro cuja fé nunca enfraquecerá, porque Jesus Christo ora por Vós, para que ella não falte, e porque Elle estará comnosco até à consumação dos séculos»<sup>20</sup>.

De referir que este protesto de obediência de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos foi bem acolhido pelo Papa Pio IX, facto aliás reportado pelo jornal *Echo de Roma*<sup>21</sup>. A este respeito, pela leitura da correspondência posteriormente mantida com o Santo Padre Pio IX e com outros membros da hierarquia católica vaticana, percepção-se que D. Aires de Ornelas e Vasconcelos tenha efectivamente deixado boa impressão junto do Papa e da Cúria Romana<sup>22</sup>.

A participação no Concílio Vaticano I constituiu, no nosso entendimento, o ponto de viragem na carreira eclesiástica de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Desde logo, o Concílio colocou D. Aires de Ornelas e Vasconcelos directamente em contacto com o centro do poder religioso da Igreja Católica, ou seja, com a Santa Sé. A participação no Concílio e, no geral, a permanência em Roma permitiram-lhe estabelecer contactos com figuras relevantes da hierarquia católica de vários países, inclusivamente na Cúria Romana, ao mesmo tempo que lhe proporcionaram conhecer de perto a complexidade da mundividência religiosa da Igreja, reunida em São Pedro, pela primeira vez em trezentos anos, para um Concílio Ecuménico que congregou mais de sete centenas de bispos provindos de todo o mundo. Uma experiência única e que abriu, necessariamente, os horizontes do clérigo madeirense. Enfim, a participação no Concílio espoletou o processo de elevação ao episcopado de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos.

#### **D. Aires de Ornelas na Qualidade de Bispo do Funchal**

De facto, pouco depois de regressar de Roma, em Maio de 1870, o Bispo do Funchal, D. Patrício Xavier de Moura, solicitou a nomeação de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos para seu coadjutor e futuro sucessor na Sé do Funchal. Em 11 de Junho de 1870, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, então deputado, numa missiva ao irmão, refere que o assunto já estaria decidido em Lisboa, «ou o D[uque]. de S[aldanha].

<sup>20</sup> ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, p. 265.

<sup>21</sup> Tal como referido por Fortunato de Almeida, a protestação e a respectiva resposta do Papa Pio IX foram publicados no jornal *Echo de Roma*, vol. II, pp. 46-48. Cf. ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, pp. 264-265. BRAZÃO, 1972, «O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870)», p. 274.

<sup>22</sup> A respeito da correspondência mantida com o Papa Pio IX veja-se: Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184.

é um miserável»<sup>23</sup>. O pedido foi efectivamente aprovado pelo então Ministro, o Duque de Saldanha, sendo dirigido ao Papa Pio IX por carta régia de 25 de Julho de 1870. Em Roma, o pedido foi bem acolhido pelo Sumo Pontífice, que terá referido as seguintes palavras ao então Ministro de Portugal em Roma, o Conde de Tomar: «Bem, eu conheço este ecclesiastico [D. Aires de Ornelas e Vasconcelos], porque esteve em Roma, por ocasião do Concílio, e julgo que nenhuma duvida se apresentará para se expedirem as competentes Bullas»<sup>24</sup>. Posteriormente, o Santo Padre viria a confirmar o seu apreço pelo eclesiástico madeirense em carta escrita em Roma, datada de 3 de Fevereiro de 1873<sup>25</sup>. O processo de nomeação seguiu os seus trâmites normais. E, no início de Março de 1871, o Marquês de Ávila deu instruções ao Conde de Tomar para aceitar a redacção da Bula proposta pelo Cardeal Antonelli<sup>26</sup>. Nomeado primeiramente Governador do Bispado do Funchal<sup>27</sup>, o novo prelado foi confirmado no consistório de 6 de Março de 1871, tendo recebido o título de *Gerasa, in partibus infidelium*<sup>28</sup>. Em 7 de Maio de 1871, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos foi sagrado no Colégio Inglês, em Lisboa, pelo ainda Bispo do Funchal, D. Patrício Xavier de Moura, que permaneceu em Lisboa, delegando «toda a autoridade e jurisdição» no seu coadjutor<sup>29</sup>.

Coadjutor com direito de sucessão, D. Aires de Ornelas foi o primeiro madeirense a exercer o múnus de Bispo do Funchal, facto que suscitou a satisfação de muitos católicos da Madeira. Tratou-se, também, de uma nomeação de grande importância para a família Ornelas e Vasconcelos, em especial para a estratégia de ascensão política de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, então deputado em Lisboa. Para a família significava estatuto acrescido no contexto insular e metropolitano; para o irmão, um auxiliar precioso na política local, sobretudo nos momentos eleitorais, quando a luta se fazia mais acesa entre as diferentes correntes e grupos partidários, podendo a influência do prelado ser decisiva nas escolhas dos eleitores.

---

<sup>23</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 17.

<sup>24</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 43-44 [«Extractos de um officio do Conde de Thomar Ministro em Roma dirigido ao Marques d'Avila e Bolama Ministro dos Estrangeiros a 24 de Dezembro de 1870 relativo à minha confirmação como Bispo Coadjutor do Funchal»].

<sup>25</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 5-6 [«Carta de S. Santidade em resposta às duas acima»].

<sup>26</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 21.

<sup>27</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 18.

<sup>28</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 22. Gerasa era uma cidade da Decápole, na actual Jordânia.

<sup>29</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos [...]*, p. 51. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 23.

Por tudo isto, o regresso de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos ao Funchal foi motivo de uma imponente celebração. Os festejos foram minuciosamente descritos por Agostinho de Ornelas no seu volume *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente*. O novo prelado chegou ao porto do Funchal às 21 horas do dia 17 de Maio de 1871, mas o seu desembarque só ocorreu formalmente no dia 18 de Maio, dia da Ascensão do Senhor, sendo recebido em “apoteose” por milhares de pessoas nas ruas do Funchal, para além das autoridades civis e militares, havendo para o efeito uma comissão de festejos: «Todo o clero, as autoridades em grande uniforme, o batalhão de caçadores formado para fazer continência, a fortaleza do Ilhéu salvando com vinte e um tiros formavam um conjunto magnífico». As ruas estariam «juncadas» de flores, os estabelecimentos fecharam e no cais e nas ruas «apinharam-se milhares e milhares de pessoas». Houve três dias de festejos públicos. Os festejos celebravam não só a chegada do novo bispo, mas constituíam também uma demonstração clara do estatuto da Casa Ornelas<sup>30</sup>.

Dezassete meses depois da sua entrada triunfal no Funchal, mais precisamente no dia 27 de Outubro de 1872, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, então com apenas 35 anos, tomou posse solene da diocese do Funchal, por falecimento de D. Patrício Xavier de Moura<sup>31</sup>. Ao comando dos destinos da diocese do Funchal, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos efectuou um conjunto de reformas ao nível do clero, tendo chamado à Madeira as «filhas de S. Vicente de Paula» para dirigir a instituição – o hospício – fundada pela Imperatriz do Brasil, D. Amélia de Leuchtenberg, em homenagem à sua filha, a Princesa Dona Maria Amélia, para tratamento de «doentes de tísica»<sup>32</sup>. A defesa dessa instituição, bem como os assuntos relacionados com o legado deixado pela mesma Imperatriz ao Seminário do Funchal, levaram o prelado a escrever à Rainha da Suécia, irmã da Imperatriz do Brasil, no sentido dessa monarca mandar cumprir o legado da irmã<sup>33</sup>. D. Aires de Ornelas e Vasconcelos promoveu também a criação de uma associação católica e a fundação de um jornal de orientação católica. Deu, igualmente, grande atenção à formação do clero, fazendo alterações relevantes

<sup>30</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 52.

<sup>31</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 54.

<sup>32</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 61-62. O hospício está na origem da actual Fundação Princesa Dona Maria Amélia no Funchal. Cf. MATOS, 2021, *Hospício da Princesa Dona Maria Amélia. Um livro de pedra*.

<sup>33</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 34. Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 23 [«Carta a S. M. Rainha da Suécia acerca do legado deixado ao Seminário do Funchal pela imperatriz do Brasil». Carta escrita no Funchal, datada de 20 de Abril de 1873, redigida em francês].

no seminário, tendo exonerado o seu reitor e reservado para si as funções de director. Teve particular atenção aos problemas decorrentes da dotação – deficitária – do clero e do pagamento das côngruas, bem como da falta de fundos para a reparação das igrejas<sup>34</sup>. Por intermédio do irmão, foi, aliás, submetido um projecto de dotação do clero que, embora pronto, não chegou a ser votado pela Câmara dos Deputados na sessão de 1872<sup>35</sup>.

Notável foi a resposta redigida por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos à circular da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, de 2 de Outubro de 1872, consultando os prelados sobre a nova circunscrição das dioceses. Era, então, intenção do governo português proceder a nova circunscrição e diminuir o número de dioceses, procurando assim reduzir as despesas com os negócios eclesiásticos<sup>36</sup>. Sobre este ponto em concreto, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos absteve-se de comentar, escrevendo:

«Nada direi sobre a supressão e nova circumscripção das dioceses, pois v. exc.<sup>a</sup> está resolvido a tractar este assumpto com a Santa Sé; e desde já peço licença a v. exc.<sup>a</sup> para não dar o meu parecer sobre esta matéria, já porque v. exc.<sup>a</sup> tem os pareceres dos prelados do reino, mais competentes pela sua ilustração e conhecimento das localidades, já por pertencer eu a uma diocese que, pela sua mesma natureza, não está no caso nem de ser suprimida, nem de sofrer alteração nos limites».

No entanto, aproveitou a oportunidade para denunciar as «deploráveis circunstancias em que se acha a Igreja em Portugal», considerando «gravíssimo» o estado da «Igreja lusitana». Teceu, também, importantes considerações sobre o estado dos seminários e a necessidade da sua reforma e do apoio do Estado. Denunciou, ainda, a situação de abandono dos cabidos diocesanos, bem como a difícil condição do clero paroquial, sobretudo em termos financeiros. Embora pago pelo tesouro público, o clero do Funchal, por exemplo, vivia numa situação considerada aflitiva. Por isso,

---

<sup>34</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documentos n.º 25, n.º 26 e n.º 27.

<sup>35</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 27.

<sup>36</sup> Ayres, bispo do Funchal, *Resposta à circular do ministro dos negócios eclesiásticos, consultando os prelados sobre a nova circumscripção das dioceses*. Lisboa, 15 de Janeiro de 1873. Reproduzido em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 465-475. Era antiga a ideia de reduzir o número de dioceses no Reino, vindo pelo menos desde a instalação do liberalismo na década de 1830. Mas foi só em 1869 que o Ministro da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos, José Luciano de Castro, deu início ao processo, pelo decreto de 12 de Novembro. O processo foi moroso, havendo lugar a longas negociações com a Santa Sé, resultando na bula *Gravissimum Christi Ecclesium regendi et gubernandi munus*, do Papa Leão XIII, datada de 30 de Setembro de 1881, executada no ano seguinte e aprovada por carta régia de 14 de Setembro de 1882. Dessa remodelação resultou a supressão das dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, bem como da prelazia de Tomar e do grão-priorado do Crato. Sobre o processo de remodelação das dioceses do reino veja-se: ALMEIDA, 1917, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte I*, pp. 23-26.

eram sempre menos as vocações: «Com raríssimas excepções, só os filhos das famílias mais pobres, só os que não podem seguir nenhuma outra carreira, abraçam o estado ecclesiastico». E, a respeito da extinção definitiva das ordens religiosas, exprimiu a sua profunda discordância: «Tambem como bispo, como catholico, e direi ainda, como portuguez, não posso ver sem profunda magua a extincção completa das ordens religiosas neste paiz. [...] prohibil-as completamente equivale, pelo menos em parte, a uma prohibição do livre exercício da religião catholica».

Neste contexto, sem receio de afrontar o *status quo*, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos exerceu o seu múnus com grande rigor e zelo pastoral, ao mesmo tempo que concertou estratégias com o irmão, também ele um fervoroso católico, sobre a melhor forma de defender os interesses da Igreja nas Cortes, numa época em que predominava, na vida política portuguesa, uma grande desconfiança em relação à Igreja<sup>37</sup>. A este respeito, numa carta escrita em Lisboa, datada de 5 de Fevereiro de 1874, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos declarava: «todos os nossos homens políticos são em matéria religiosa indiferentes ou hostis», sendo que os elementos religiosos não estavam coordenados, nem unidos na causa católica. Mas o irmão do prelado afirmava categoricamente estar «pronto para a resistência e até para a guerra declarada se isso te parecer mais eficaz para promover os interesses da Igreja»<sup>38</sup>.

Dito isto, importa referir que a governação zelosa de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos suscitou a oposição de alguns elementos do clero, em virtude das suas escolhas para os lugares de vigário geral e provisor e pelo facto de ter exonerado o então reitor do Seminário do Funchal, o cónego Alfredo César de Oliveira, figura que, aliás, teve uma importante intervenção na vida jornalística e política na Madeira no último quartel do século XIX<sup>39</sup>. Os clérigos preteridos fundaram o jornal *Lâmpada*, passando a atacar publicamente o bispo D. Aires de Ornelas. A situação foi, contudo, ultrapassada por intervenção de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos junto dos redactores do jornal, que eram também accionistas da Companhia Fabril de Açúcar Madeirense<sup>40</sup>. De frisar, ainda, que, segundo Eduardo C. N. Pereira, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos terá sido também hostilizado pela maçonaria local<sup>41</sup>. Essa hostilidade

---

<sup>37</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documentos n.º 18 e n.º 35.

<sup>38</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 48.

<sup>39</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documentos n.º 33, n.º 35 e n.º 52.

<sup>40</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 56. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 41.

<sup>41</sup> PEREIRA, 1989, *Ilhas de Zargo*, vol. 1, pp. 111-112.



é referida nalguma documentação que integra o fundo da Nunciatura Apostólica em Lisboa do Arquivo Apostólico do Vaticano<sup>42</sup>.

Paralelamente, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos escreveu um número assinalável de discursos, sermões e pastorais, reunidos e publicados *a posteriori* pelo irmão, Agostinho de Ornelas, no volume intitulado *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente*<sup>43</sup>. À erudição evangélica e teológica, fruto de um conhecimento aprofundado da Bíblia e dos textos fundamentais da tradição da Igreja, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos adicionava um domínio claro da língua e uma singular capacidade de comunicar ideias e conceitos, alguns deles de grande densidade metafísica e filosófica. Atento ao seu tempo, o prelado não deixou de reflectir quer sobre algumas das grandes questões e acontecimentos políticos que afectavam o país e a Igreja, quer sobre os problemas concretos da vida diocesana. Por exemplo, na *Pastoral de 17 de Fevereiro de 1871*, ainda como mero governador do bispado do Funchal, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos reflectiu criticamente sobre a ocupação de Roma pelo Reino de Itália, ao mesmo tempo que apelou à contribuição dos católicos da diocese para o sustento do Papa e do governo da Igreja, por via da realização de uma subscrição<sup>44</sup>. Por meio de uma nota de rodapé, da autoria de

---

<sup>42</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*, 2011, p. 657, sumários dos documentos 2941 [1872, Novembro, 4, Funchal], 2942 [1872, Dezembro, 4, Funchal], 2943 [1872, Novembro, 20, Funchal] e 2944 [1872, Dezembro, 7, Funchal].

<sup>43</sup> São os seguintes os documentos reproduzidos em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 183-350: *Discurso pronunciado no Seminário do Funchal, no dia da abertura das aulas de teologia*, em 1 de Outubro de 1867, na presença do Exc.mo e Rev.mo Snr. Bispo D. Patrício Xavier de Moura (ver pp. 183-188); *Discurso recitado na catedral do Funchal em 21 Junho de 1871, por ocasião do XXV aniversario da eleição do Papa Pio IX* (ver pp. 189-195); *Sermão pregado na catedral do Funchal na primeira Dominga do Advento de 1871* (ver pp. 197-208); *Sermão da segunda Dominga do Advento de 1871* (ver pp. 209-220); *Sermão pregado na quarta Dominga do Advento de 1871* (ver pp. 221-234); *Sermão da primeira Dominga de Quaresma, pregado na catedral do Funchal em 18 de Fevereiro de 1872* (ver pp. 235-248); *Sermão da quarta Dominga de Quaresma, pregado na catedral do Funchal em 10 de Março de 1872* (ver pp. 249-263); *Sermão pregado na catedral do Funchal no dia 28 de Novembro de 1873* (ver pp. 264-276); *Sermão pregado na catedral do Funchal no dia 17 de Março de 1874* (ver pp. 277-288); *Pastoral de 17 de Fevereiro de 1871*. Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, doutor em teologia pela Universidade de Coimbra, deão da sé do Funchal, governador do bispado por s. exc.<sup>a</sup> rev.ma o snr. D. Patrício, bispo do Funchal (ver pp. 289-294); *Pastoral de 31 de Janeiro de 1872*. D. Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, bispo de Gerasa, "in partibus infidelium", coadjutor e futuro sucessor da Sé do Funchal, etc. (ver pp. 294-306); *Pastoral de 8 de Dezembro de 1872*. Dom Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, bispo do Funchal, ilha da Madeira, Porto Santo e Arguim, etc., etc., etc. (ver pp. 307-333); *Pastoral de 14 de Fevereiro de 1874*. Dom Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, bispo do Funchal, ilha da Madeira, Porto Santo e Arguim, do conselho de Sua Magestade Fidelíssima, etc., etc., etc. (ver pp. 334-350).

<sup>44</sup> *Pastoral de 17 de Fevereiro de 1871*. Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, doutor em teologia pela Universidade de Coimbra, deão da sé do Funchal, governador do bispado por s. exc.<sup>a</sup> rev.ma o snr. D. Patrício, bispo do Funchal. Reproduzida em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 289-294.

Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, sabemos que essa subscrição rendeu cerca de 14 contos de reis, os quais foram entregues ao Núncio Apostólico em Lisboa pelo prelado madeirense em Maio de 1871<sup>45</sup>. De igual modo, no discurso recitado na Sé do Funchal, em 21 de Junho de 1871, por ocasião do XXV aniversário da eleição do Papa Pio IX, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos fez não só o elogio do Sumo Pontífice, como teceu considerações sobre a relevância e o significado da realização do Concílio Vaticano, reunindo várias centenas de bispos de todo o mundo, incluindo da América e da Oceânia<sup>46</sup>.

No campo concreto da governação da diocese, o prelado deu grande relevo à questão do doutrinamento e da ministração da comunhão às crianças. Assim, na *Pastoral de 14 de Fevereiro de 1874*, o Bispo funchalense incluiu determinações relativas ao ensino da doutrina e do catecismo pelos párocos da diocese, com a proibição das crianças abaixo dos 12 anos (sexo masculino) e 11 anos (sexo feminino) receberem a comunhão, excepto *in articulo mortis*, e com o preceito de que as crianças assistissem com assiduidade ao catecismo para depois poderem ser aprovadas para a primeira comunhão<sup>47</sup>.

As suas pastorais tiveram um certo impacto dentro e fora dos limites da diocese do Funchal. A este respeito, Fortunato de Almeida, na sua *História da Igreja em Portugal*, escreveu: «As pastorais de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, que se encontram coligidas, além de notáveis pela erudição eclesiástica, brilham pela acrisolada piedade e acendido zelo do apóstolo, e pelo estilo ao mesmo tempo elevado e suave em que foram escritas»<sup>48</sup>. Mas se essas pastorais foram motivo de apreço pelos espíritos mais católicos, foram, de igual modo, alvo de crítica e de desconfiança por parte dos sectores políticos mais contrários à Igreja Católica, em especial ao Papado, que acusaram D. Aires de Ornelas, bem como o irmão, Agostinho de Ornelas, de serem ultramontanos<sup>49</sup>.

O prelado madeirense, de facto, sempre exprimiu de forma pública a sua admiração e amor filial pelo Papa Pio IX. Isto mesmo está patente no discurso que

---

<sup>45</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 293.

<sup>46</sup> *Discurso recitado na catedral do Funchal em 21 Junho de 1871, por ocasião do XXV aniversario da eleição do Papa Pio IX*. Reproduzida em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 189-195.

<sup>47</sup> *Pastoral de 14 de Fevereiro de 1874*. Dom Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, bispo do Funchal, ilha da Madeira, Porto Santo e Arguim, do conselho de Sua Magestade Fidelíssima, etc., etc., etc.. Reproduzida em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 334-350.

<sup>48</sup> ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, p. 172.

<sup>49</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 41.

pronunciou na Sé do Funchal, no dia 21 Junho de 1871, por ocasião do XXV aniversário da eleição desse Pontífice<sup>50</sup>. Digna de nota é, aliás, a correspondência particular mantida com Pio IX, com destaque para duas cartas escritas no Funchal, datadas respectivamente de 7 de Novembro de 1872<sup>51</sup> e de 29 de Dezembro de 1873<sup>52</sup>, a primeira redigida em latim e a segunda em francês. Nesta última missiva, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos exprimiu a sua adesão à representação então enviada ao Santo Padre pelo Patriarca de Lisboa e pelos bispos portugueses. Digna de registo é também a troca de telegramas entre o Bispo do Funchal e o Papa Pio IX, por intermédio do Cardeal Antonelli, em Junho de 1874. Em 21 de Junho, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos expediu um telegrama de felicitações a sua Santidade, por ocasião do 28.º aniversário da sua coroação em Roma, ao qual o Papa Pio IX respondeu, também por um telegrama, no dia 23 de Junho, agradecendo e concedendo a sua bênção apostólica ao prelado funchalense<sup>53</sup>. Posteriormente, a relação entre ambos seria cimentada pela presença de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos em Roma, no ano de 1875, mantendo-se durante a sua permanência em Goa, até ao falecimento de Pio IX em 1878.

Não iremos aqui aprofundar mais aspectos do episcopado de D. Aires de Ornelas no Funchal, pois esse não é o objectivo deste artigo. Importa, contudo, frisar que, apenas dois anos depois de ter assumido plenamente o governo da Diocese do Funchal, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos foi catapultado para o lugar de Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente e, enquanto tal, titular máximo da administração eclesiástica do Padroado Português do Oriente. Essa nomeação aconteceu, contudo, num momento de crise do Padroado Português. Assim, para melhor compreendermos o contexto histórico e político da sua nomeação para a Mitra de Goa, é fundamental fazer uma breve caracterização da situação do Padroado Português do Oriente.

---

<sup>50</sup> *Discurso recitado na catedral do Funchal em 21 Junho de 1871, por ocasião do XXV aniversário da eleição do Papa Pio IX*. Reproduzido em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 189-195.

<sup>51</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 2-3 [«Carta ao S. Pe. Pio IX participando ter tomado posse da Sé episcopal do Funchal»].

<sup>52</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 3-5 [«Carta ao S. Pe. Pio IX aderindo à representação do episcopado português»].

<sup>53</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 27 [«Telegrama a S. S. o Papa Pio IX por ocasião 28 aniversário da sua coroação. Cardinal Antonelli – Roma – 21 Juius 1874. Resposta ao referido telegrama – Roma – 23»].

## A Longa Crise do Padroado Português do Oriente

De raízes medievais, o Padroado Português foi instituído na fase inicial da expansão ultramarina, tendo sido definido pela Bula *Romanus Pontifex*, do Papa Nicolau V, datada de 8 de Janeiro de 1455, e reiterado pela Bula *Inter caetera*, do Papa Calisto III, de 13 de Março de 1456, conferindo à Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo a responsabilidade de estabelecer o direito espiritual sobre todas as terras descobertas, como territórios *nullius diocesis*, sendo a sua sede diocesana a Igreja de Santa Maria do Olival em Tomar<sup>54</sup>. No reinado de D. Manuel I, o direito de padroado passou a ser exercido directamente pela Coroa Portuguesa, em virtude da identificação do Governador da Ordem de Cristo com a pessoa do Rei, assumindo o monarca a função de Real Padroeiro. O direito de padroado foi confirmado pelo Papa Leão X, em 1514, o qual, pela Bula *Pro excellenti praeeminentia*, criou a diocese do Funchal. O Padroado Português do Oriente ficou, portanto, definitivamente instituído no século XVI, abrangendo apenas as novas dioceses erigidas nos territórios conquistados pelos portugueses, entre as quais as dioceses de Goa (1533), Cochim (1557), Malaca (1557), Macau (1576), Funay (Japão, 1588), Angamale/Cranganor (1599). Já no século XVII foram instituídas as dioceses de Meliapor (1606), Nanquim (1690) e Pequim (1690). Com a criação destas últimas dioceses, a Índia, o Japão e a China ficavam, pelo menos em teoria, submetidos à jurisdição eclesiástica do Padroado Português<sup>55</sup>.

Em termos concretos, o padroado consistia num conjunto de direitos, mas também de encargos relativos à fundação e à dotação de novas dioceses. Eram três os principais direitos do Real Padroeiro: a) a posse das dioceses, implicando o dever de zelar pela gestão dos fundos destinados à sua administração pela Coroa; b) a apresentação dos prelados dessas mesmas dioceses; c) a apresentação aos bispos dos cónegos, párocos e demais beneficiados das respectivas dioceses. Portanto, o direito de padroado – *jus patronatus* – atribuía ao padroeiro o *jus praesentandi*, ou seja, o direito de apresentação, que consistia na faculdade de indicar alguém para colação ou provimento canónico num benefício vago, isto é, nos cargos eclesiásticos, incluindo para os lugares de bispo e de arcebispo, ainda que a sua confirmação coubesse à Santa Sé. A isto devemos adicionar os *jura honorifica*, ou seja, os direitos honoríficos que, no fundo, representavam uma espécie de capital simbólico, muito

---

<sup>54</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 8-9. BRÁSIO, 1973, *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos*, p. 39.

<sup>55</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 14-23.

relevante, aliás, em termos de alcance e significado políticos, como por exemplo o direito do padroeiro de colocar as suas armas ou brasão nas igrejas do seu padroado. Por sua vez, os principais encargos do Real Padroeiro eram dois: a) a preservação e a manutenção das dioceses e do respectivo pessoal; b) a obrigação de zelar pela expansão da fé católica. Assim, era dever do rei de Portugal, na sua condição de padroeiro, de construir e de prover as igrejas com o que fosse necessário ao culto cristão. Contudo, o Real Padroeiro deveria não só edificar, mas também regulamentar a nomeação de párocos e bispos, permitir ou proibir o estabelecimento de ordens religiosas nos territórios submetidos à jurisdição do Padroado, controlar a cobrança de doações e de taxas do dízimo da população e proceder ao pagamento dos salários dos padres e missionários<sup>56</sup>.

Neste contexto, o direito de padroado conferia à Coroa Portuguesa uma enorme influência sobre a administração eclesiástica dos territórios ultramarinos e, como tal, sobre a governação das suas populações – o governo das almas.

No entanto, ainda no século XVII, por força da decadência do Império Português do Oriente e a concomitante perda de territórios para outras potências europeias, nomeadamente para a Holanda e para a Inglaterra, o Padroado Português começou lentamente a declinar. Além disso, a rede episcopal criada pelos portugueses não cobria a totalidade dos territórios orientais, nem tal era exequível à luz dos recursos materiais e humanos que o país tinha à disposição. E, apesar dos esforços levados a cabo pelos missionários do Padroado, em especial pela Companhia de Jesus, vastas regiões asiáticas permaneciam por evangelizar. De referir, aliás, que a expulsão dos jesuítas de Portugal e dos seus territórios ultramarinos pelo Marquês de Pombal, em 1759, agravou o problema da falta de recursos humanos, desorganizando a actividade missionária no Padroado Português e levando ao abandono de muitas igrejas e missões<sup>57</sup>.

Por outro lado, a existência do Padroado Português do Oriente gerou, desde cedo, a oposição de outros países e potências católicas, em especial da França, bem como de certos sectores dentro da Igreja, que procuravam limitar ou extinguir o direito de padroado. Na verdade, o principal adversário do Padroado Português do Oriente foi a Sacra Congregação de *Propaganda Fide* – *Sacra congregatio christiano nomini propaganda*. Com raízes no final do século XVI, a *Propaganda Fide* foi, de facto, instituída

---

<sup>56</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 24-25.

<sup>57</sup> À data da sua expulsão, a Companhia de Jesus contaria com cerca de oitocentos padres nos territórios orientais. Sobre o impacto da expulsão dos jesuítas veja-se: Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37A, Documento n.º 498.

pelo Papa Gregório XV em 6 de Janeiro de 1622, constituindo, ainda hoje, o órgão responsável da Igreja Católica pela propagação da fé, tendo como duplo propósito o de promover a reunificação dos cristãos e de atender à actividade missionária com vista à evangelização das populações não cristãs<sup>58</sup>. No Oriente, porém, a *Propaganda Fide* teve de se confrontar com o aparelho missionário já constituído por Portugal à luz do direito de Padroado, e que escapava à sua jurisdição.

Neste sentido, as relações entre o Padroado Português e a *Propaganda Fide* foram marcadas, desde o início, por tensões e atritos ao nível da jurisdição eclesiástica dos territórios orientais<sup>59</sup>. Com efeito, os monarcas portugueses recusaram-se terminantemente a abdicar dos seus direitos de padroeiro mesmo nos territórios que não eram politicamente administrados por Portugal. Por isso, os padres e missionários do Padroado continuaram a assegurar o serviço religioso e a liderar as múltiplas comunidades católicas esparsas pelas costas asiáticas, não aceitando a interferência dos missionários da *Propaganda Fide*. Ao invés, a *Propaganda Fide* considerava que o Padroado não era um direito, mas sim um privilégio concedido pela Santa Sé à Coroa Portuguesa; um privilégio que não teria sentido de existir fora dos territórios efectivamente dominados e administrados por Portugal, pelo que deveria ser revogado ou, pelo menos, restrito<sup>60</sup>. E, com o apoio da França, a *Propaganda Fide* conseguiu gradualmente abolir o Padroado em várias regiões do Oriente.

Neste contexto, a despeito das reclamações portuguesas, a Santa Sé criou os dois primeiros vicariatos apostólicos da *Propaganda Fide* no Oriente, em 1658, mais precisamente os de Tonquim e da Cochinchina, onde era clara a influência francesa. Não tardou a haver conflito entre o clero do Padroado Português e os missionários da Propaganda, havendo lugar a uma primeira amputação de território à jurisdição do Padroado. Assim, em 1669, Sião ficou fora do Padroado; seguiram-se o Tonquim e a Cochinchina (1696), áreas de forte implantação dos missionários propagandistas franceses. E, ao longo do século XVIII, o Padroado foi perdendo influência nas áreas sob dominação francesa na Índia, em especial na zona de Pondichery<sup>61</sup>. Para além disso, por volta de 1700, a Santa Sé nomeou um primeiro vigário apostólico propagandista para as regiões sob domínio holandês no Malabar, na Índia meridional, uma vez que os holandeses tinham proibido a missionaçãõ portuguesa. Esta nomeaçãõ nunca foi

---

<sup>58</sup> METZLER, 2000, «La Congregazione de *Propaganda Fide* e lo sviluppo dele missioni cattoliche (ss. XVIII al XX)», pp. 145-154.

<sup>59</sup> Para um estudo de caso veja-se: RIBEIRO, 2022, «A conspiraçãõ de Surat. Entre Roma, Lisboa e Mesopotâmia [...]», pp. 91-115.

<sup>60</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 24-30.

<sup>61</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, p. 38.

aceite pela Coroa Portuguesa, tendo originado uma situação de dupla jurisdição – do Padroado e da Propaganda – nos territórios originalmente pertencentes às dioceses de Cochim e de Cranganor, de ora em diante incorporadas em parte no vicariato apostólico do Malabar, com sede em Verapoly, sendo causa de atrito entre o clero das duas jurisdições<sup>62</sup>. Em 1783, a Santa Sé nomeou também um vigário apostólico para Bombaim, então já sob administração da Companhia Inglesa das Índias, o que suscitou forte oposição do prelado de Goa<sup>63</sup>.

Em todo o caso, apesar dos avanços registados pela *Propaganda Fide*, no início do século XIX o Padroado Português do Oriente compreendia não só as pequenas possessões portuguesas na Ásia (ou seja, os enclaves de Goa, Damão e Diu, na Índia, a cidade de Macau, na China, e a parte oriental da ilha de Timor), mas também vastíssimas regiões sob a influência – ou mesmo a administração – de outras potências coloniais (Inglaterra, Holanda, França), incluindo a organização da actividade missionária nos territórios do subcontinente indiano, da Indochina, da China e da Indonésia. Tratava-se, assim, de um poderoso instrumento de influência e de “domínio” informal sobre as populações católicas da Ásia. Por meio do Padroado, Portugal mantinha a sua presença em regiões há muito “perdidas” do ponto de vista político-militar e económico, possibilitando-lhe um putativo alargamento da sua área de influência em caso de progressão da acção missionária. Através do Padroado e dos seus representantes no terreno, os padres e missionários, a Coroa Portuguesa podia entabular contactos e fazer acordos com entidades políticas locais, ou com os representantes de outras potências coloniais, sendo assim, de alguma forma, chamado a participar na governação das populações. Isto porque, no contexto da época, não havia uma separação clara entre a administração temporal e o governo das almas. A Sé Metropolitana e Primacial de Goa era o coração religioso do Padroado Português e a sua “cabeça” era o Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente, na qualidade de máximo representante do Padroado Régio, o Rei de Portugal.

No entanto, esta grandeza formal do Padroado Português era cada vez mais ameaçada pelas enormes dificuldades e desafios que se colocavam no terreno à acção dos padres e missionários portugueses, sendo aliás cada vez mais difícil a Lisboa assegurar o cumprimento dos deveres inerentes ao Padroado. Disto mesmo nos dá nota a carta de um eclesiástico do Padroado, escrita em Goa, datada de 10 de Outubro de 1825, dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios

---

<sup>62</sup> SORGE, 1983, *L'India di S. Tommaso. Ricerche storiche sulla chiesa malabarica*, pp. 111-116.

<sup>63</sup> ALMEIDA, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte II*, pp. 31-32.

da Marinha e Ultramar a pedir que rogasse a Sua Majestade no sentido deste consentir no regresso dos jesuítas às dioceses da Ásia, tendo em conta o seu «deplorável estado»<sup>64</sup>.

Esta difícil situação conheceu um forte agravamento com a instabilidade decorrente da instalação do regime liberal em Portugal, em especial na década de 1830. De facto, a política eclesiástica prosseguida pelos governos liberais portugueses – marcada, entre outras medidas, pela deposição de quase todos os bispos do país que tinham sido apresentados por D. Miguel, pela nomeação irregular pelos cabidos de vigários capitulares “sugeridos” pelo governo e que passaram a governar *de facto* as dioceses, pela extinção das ordens religiosas em 1834 – levou ao corte de relações entre Portugal e a Santa Sé em 1833, ocorrendo a retirada do Núncio Apostólico de Lisboa e originando uma situação de “cisma” que se prolongou até 1842<sup>65</sup>.

De salientar que a expulsão das ordens religiosas foi particularmente danosa para o Padroado, uma vez que a actividade missionária ficou praticamente adstrita à acção do clero de Goa, que era insuficiente do ponto de vista numérico para assegurar a missionação de uma tão vasta área do globo. A tudo isto acrescia o “vazio” de poder gerado pelo facto das dioceses de Cochim<sup>66</sup>, de Cangranor<sup>67</sup> e de Meliapor<sup>68</sup>, sufragâneas da Arquidiocese de Goa, estarem sem prelado confirmado desde a década de 1820; e o mesmo acontecia com Malaca desde 1815<sup>69</sup>. Um “vazio” acrescido pelo falecimento do Arcebispo de Goa, D. Frei Manuel de São Galdino, em 1831,

---

<sup>64</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37A, Documento n.º 498.

<sup>65</sup> DIAS, 2004, «Fidelidade à Pátria e Obediência à Religião [...]», pp. 501-503.

<sup>66</sup> Tinha sido último bispo de Cochim D. Fr. Tomás de Noronha e Brito, eleito em 1816 e confirmado em 1819. Tendo regressado a Portugal em 1822, foi apresentado bispo de Pernambuco em 1823, sendo confirmado em 1828, momento em que renunciou à diocese de Cochim. Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 385.

<sup>67</sup> Foi último Arcebispo de Cranganor, D. José Joaquim da Imaculada Conceição Amarante que, embora confirmado em 1825, nunca chegou a ser sagrado. Posteriormente, em 1845, foi eleito Arcebispo Fr. Manuel de S. Joaquim Neves, mas que nunca chegou a ser confirmado pela Santa Sé. A diocese foi, por isso, governada por vigários gerais até 1886. Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, pp. 395-396.

<sup>68</sup> Tinha sido último Bispo de São Tomé de Meliapor D. Fr. Estevão de Jesus Maria da Costa, eleito em 1825 e confirmado em 1826, mas que nunca chegou a ir à diocese por ter sido transferido para Angra em 1827. Posteriormente, em 1836, foi eleito bispo D. António Tristão Vaz Teixeira, mas que nunca foi confirmado pela Santa Sé, tendo falecido em 1852. Como tal, a diocese foi administrada por governadores até 1887. Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 439.

<sup>69</sup> Foi último Bispo de Malaca D. Fr. Francisco de S. Dâmaso Guimarães (1804-1815), o qual foi apresentado na arquidiocese da Baía (Brasil) em 1814, sendo confirmado em 15 de Março de 1815. Posteriormente, houve bispos eleitos de Malaca, mas que nunca obtiveram confirmação pela Santa Sé. Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 430.



permanecendo a Sé Metropolitana de Goa sem prelado sagrado durante mais de uma década, dado que a nomeação, pela Rainha D. Maria II, de António Feliciano de Santa Rita Carvalho para Arcebispo-Eleito de Goa, em 22 de Julho de 1836, nunca foi confirmada por Roma<sup>70</sup>. Neste sentido, a desorganização eclesiástica do Padroado era evidente, não havendo, portanto, qualquer prelado português na Índia a partir de 1831.

Colhendo a oportunidade, a *Propaganda Fide* procurou rapidamente expandir a sua jurisdição aos territórios e populações que até então tinham estado submetidas à jurisdição do Padroado Português. Assim, o Papa Gregório XVI, que tinha sido Prefeito da Congregação da *Propaganda Fide* na década de 1820, instituiu os vicariatos apostólicos de Madrasta (1834), de Calcutá (1834), de Pondichery/Costa do Coromandel (1836), de Ceilão (1836), de Maduré (1837)<sup>71</sup>. Poucos anos depois, na década de 1840, o extenso vicariato apostólico do Malabar – com sede em Verapoly e, tal como já referido, criado em 1700 – foi subdividido em três: Verapoly, ao centro, Mangalore, a Norte, e Quilon, a Sul<sup>72</sup>. De referir que o vicariato de Verapoly abrangia a maior parte do território habitado pelos cristãos de rito siríaco, os chamados cristãos de São Tomé<sup>73</sup>. Seguiu-se a criação de outros vicariatos apostólicos, espalhados pelo território do subcontinente indiano. Esta expansão da actividade da *Propaganda Fide* agravou ainda mais a situação de atrito entre as duas jurisdições, sendo que o clero de Goa não aceitou a intromissão dos missionários da Propaganda, gerando, ao mesmo tempo, confusão e tensão em muitas comunidades locais que há séculos eram governadas pela Igreja de Goa.

Paralelamente, considerando que Portugal já não podia cumprir as suas obrigações missionárias no Oriente, o Papa Gregório XVI publicou o breve *Multa*

---

<sup>70</sup> Muito embora aceite pelo cabido da Sé, que o elegeu Vigário Capitular, assumindo com esse título o governo da arquidiocese em 2 de Dezembro de 1837, António Feliciano de Santa Rita Carvalho nunca foi sagrado, nem tão pouco reconhecido como Arcebispo pela Santa Sé. Faleceu em Goa, por motivo de doença, no dia 1 de Fevereiro de 1839. Cf. DIAS, 2004, «Fidelidade à Pátria e Obediência à Religião [...]», pp. 504-505.

<sup>71</sup> ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte II*, pp. 33-34. REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 112-113. Cf. REIS, 2015, *De Portugal para a Índia [...]*, pp. 99-103.

<sup>72</sup> SORGE, 1983, *L'India di S. Tommaso. Ricerche Storiche sulla Chiesa Malabarica*, pp. 117-118.

<sup>73</sup> A história dos cristãos de rito siríaco do Malabar (Kerala) tem suscitado a atenção de um número significativo de historiadores e académicos, havendo já uma extensa bibliografia sobre a temática (ainda que lacunar nalguns aspectos). A título de exemplo, destacamos as seguintes obras: TISSERANT, 1957, *Eastern Christianity in India: a History of the Syro-Malabar Church from the earliest time to the present day*; SORGE, 1983, *L'India di S. Tommaso. Ricerche Storiche sulla Chiesa Malabarica*. Ao nível da historiografia mais recente, destacamos a obra de síntese sobre o cristianismo na Índia após 1500, a saber: FRYKENBERG, 2003, *Christians and Missionaries in India. Cross-Cultural Communication since 1500*.

*praeclara*<sup>74</sup>, de 24 de Abril de 1838, em que quase extinguiu o Padroado Português fora dos territórios de facto administrados por Portugal. Isto é, o breve suprimiu o Padroado nos territórios não portugueses da Índia pertencentes às dioceses sufragâneas de Goa, ou seja em Cranganor, Cochim e São Tomé de Meliapor<sup>75</sup>, bem como na diocese de Malaca. Os territórios dessas dioceses passariam a estar sujeitos à jurisdição dos Vigários Apostólicos, nomeadamente o de Madrasta (no caso do território da diocese de São Tomé de Meliapor), do Malabar (nos territórios das dioceses de Cranganor e de Cochim) e de Ava e Pegu (no caso de Malaca). Não era determinada, de forma explícita, a supressão dessas antigas dioceses instituídas pelos portugueses, mas os seus territórios ficavam, na prática, sob a jurisdição da *Propaganda Fide*, ficando o Arcebispo de Goa impedido de exercer qualquer jurisdição nos ditos territórios<sup>76</sup>.

Claramente, a Coroa Portuguesa não aceitou as determinações da Santa Sé. Mas a resistência maior veio do próprio clero do Padroado, em especial do clero de Goa. Aliás, o breve foi rejeitado pelo Arcebispo-Eleito de Goa – não reconhecido pela Santa Sé –, António Feliciano de Santa Rita Carvalho, que o denunciou por meio de várias circulares expedidas ao clero do Padroado em todo o Oriente. Tinha assim início o chamado “Cisma de Goa”, tal como designado pela *Propaganda Fide*<sup>77</sup>. Mas sobretudo tinha início uma crise sem precedentes no Padroado Português do Oriente.

Nas décadas seguintes, várias foram as tentativas esboçadas no sentido de resolver os problemas que afectavam as relações entre Portugal e a Santa Sé, nomeadamente os que atingiam a existência do Padroado Português do Oriente. Em 1842, por exemplo, reataram-se as relações diplomáticas entre Lisboa e Roma, sendo então nomeado um novo Arcebispo para Goa, D. José da Silva Torres, confirmado pela Santa

---

<sup>74</sup> 1838 Abril 24 – Roma – *Breve do Papa Gregorio XVI Multa praeclare, sobre a instituição dos Vigários Apostólicos nas Índias orientaes, e revogando as instituições apostólicas a favor do Padroado Portuguez*. Texto do breve transcrito em latim, com tradução em francês e comentário em português em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portuguesa Fez [...]*, vol. XII, pp. 174-191. Agradecemos ao Dr. Bruno Costa, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, a facilitação da obra de Júlio Firmino Júdice Biker.

<sup>75</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 114.

<sup>76</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 114-121. Segundo António da Silva Rego, «a diocese de Cranganor compreendia a costa do Malabar ocupada pelos siríacos, ou cristãos de S. Tomé. A diocese de Cochim abrangia o resto da costa do Malabar, na sua parte oeste, a costa do Coromandel, quase até Madrasta, assim como as missões do Maduré e de Ceilão. Meliapor abrangia toda a costa oriental, a começar ao sul de Madrasta e abraçava todos os territórios por ela acima até Bengala, etc. Tudo quanto não estivesse dentro destes territórios pertencia ao arcebispado de Goa». REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, p. 131.

<sup>77</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 129-130.

Sé em 1843. Mas essa nomeação não resolveu os problemas no “terreno” entre o Padroado e a *Propaganda Fide*. Pelo contrário, o conflito conheceu um agravamento, tendo o Padroado – reforçado pela nomeação do novo Arcebispo – procurado reconquistar a jurisdição dos territórios e comunidades, entretanto perdidas para os vicariatos apostólicos. A Santa Sé reagiu, com dois monitórios dirigidos ao Arcebispo de Goa, em 1845 e, de novo, em 1846, mas que não surtiram efeito. A Santa Sé decidiu então afastar D. José da Silva Torres de Goa, procurando, para o efeito, chegar a um acordo com Portugal. Com a assinatura de um convénio com a Santa Sé, em 21 de Outubro de 1848, Portugal, sem ceder o direito de padroado, aceitou a transferência do D. José da Silva Torres para o Reino, tendo em vista a sua nomeação para coadjutor e sucessor do Arcebispo de Braga. O Arcebispo Silva Torres saiu de Goa em 3 de Abril de 1849, deixando como administrador da diocese o arqui-diácono de Goa<sup>78</sup>. O governo português declarou então vaga a Sé de Goa, tendo o cabido escolhido, em 1851, como Vigário Capitular o bispo eleito – mas não confirmado – de Cochim. Formalmente, porém, a Sé Primacial do Oriente ficou vacante durante mais de uma década e nenhum prelado foi confirmado pela Santa Sé para as dioceses de Cranganor, Cochim ou Meliapor, nem tão pouco para Malaca, permanecendo *de facto* a situação criada pelo breve *Multa praeclara*<sup>79</sup>.

A década de 1850 foi assinalada pelo recrudescimento das tensões entre o clero das duas jurisdições, mas também pela vontade de encontrar um acordo por parte das chancelarias portuguesa e vaticana no que diz respeito à situação do Padroado Português no Oriente. Aliás, as negociações corriam, de forma intermitente, desde o reatamento das relações diplomáticas no início da década de 1840, tendo-se chegado finalmente a um acordo – uma concordata – em 21 de Fevereiro de 1857<sup>80</sup>. A sua ratificação, contudo, não foi imediata, havendo lugar primeiro à assinatura de *Notas reversaes*<sup>81</sup>, anexas ao texto da Concordata, em 10 de Setembro de 1859, tendo sido

---

<sup>78</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 137-157. Fortunato de Almeida indica que o Arcebispo se retirou de Goa a 26 de Março de 1849, tendo sido nomeado coadjutor e sucessor do Arcebispo de Braga no consistório de 17 de Fevereiro de 1851. Faleceu a 7 de Novembro de 1854. Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, pp. 402-403.

<sup>79</sup> CRUZ, 2002, «O Padroado Português no Oriente», p. 246.

<sup>80</sup> 1857 Fevereiro 21 – Lisboa – *Tratado entre Portugal e o Summo Pontifice Pio IX sobre a continuação do exercício do Real Padroado da Coroa Portuguesa no Oriente, feito em Lisboa aos 21 de Fevereiro de 1857*. Transcrito em português em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portuguesa Fez [...]*, vol. XIII, pp. 128-134.

<sup>81</sup> 1859 Setembro 10 – *Notas reversaes de 10 de Setembro de 1859, a que se refere a ratificação por parte de Portugal do Tratado sobre a continuação do exercício do Real Padroado da Coroa Portuguesa no Oriente*. Transcrito em italiano e em português em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes Que o Estado da Índia Portuguesa Fez [...]*, vol. XIII, pp. 216-222.

enfim ratificada pela Santa Sé, em 20 de Outubro de 1860, e pela Coroa Portuguesa, em 6 de Fevereiro de 1861<sup>82</sup>. E a sua aplicação no Oriente só teve, efectivamente, início com a publicação do breve *Ad Reparanda Damna*<sup>83</sup>, de 22 de Março de 1861.

A Concordata de 1857 já foi alvo de um estudo criterioso por parte de António da Silva Rego, principal estudioso da história do Padroado Português, pelo que não nos debruçaremos aqui, de forma aprofundada, sobre esse importante documento. Importa, contudo, sublinhar as suas principais disposições, socorrendo-nos, para o efeito, das *Lições de Missionologia* do mesmo Silva Rego.

Pela Concordata de 1857, D. Pedro V, na qualidade de Real Padroeiro, abdicou dos privilégios do Padroado Português em boa parte do Extremo Oriente, nomeadamente em Kouangsi, Hong Kong e Palo Penang (artigos 4.º, 5.º e 6.º), obtendo em troca a confirmação pelo Papa Pio IX do Padroado Português na Índia, nomeadamente «na igreja metropolitana e primacial de Goa; na igreja arquiépiscopal *ad honorem* de Cranganor; na igreja episcopal de Cochim; na igreja episcopal de S. Tomé de Meliapor; e na igreja episcopal de Malaca», esta última compreendendo a ilha de Singapura (artigo 2.º, 8.º e 9.º). O Padroado Português foi ainda confirmado na «igreja episcopal de Macau», incluindo a província de Kuang-Tong (Cantão), na China (artigos 3.º e 6.º). As duas partes contratantes concordaram também na «erecção de um novo bispado em alguma parte do território actual do arcebispado de Goa», bem como na demarcação dos limites dos bispados do Padroado por meio da «feitura de um Acto Adicional ou Regulamento» (artigo 11.º). Para o efeito, foi estipulada a nomeação de dois comissários, um por cada uma das partes contratantes, os quais procederiam à delimitação dos territórios das dioceses logo que se efectuasse a posse do novo Arcebispo de Goa (artigos 13.º e 15.º). Os limites territoriais que, de comum acordo, viessem a ser fixados, deveriam ser mencionados nas bulas de apresentação dos bispados (artigo 12.º). As duas partes contraentes acordaram ainda:

«que para o exercício da jurisdição ordinária do novo arcebispo [de Goa] se declarem, como limites provisórios do seu território, as igrejas e missões que, ao tempo da assinatura do presente tratado, estiverem de facto na obediência da sé arquiépiscopal [de Goa], devendo ficar na pacífica obediência dos vigários apostólicos todas as outras que na mesma data se acharem também de facto sujeitas à sua autoridade. Este estado permanecerá até à definitiva constituição canónica que há-de erigir-se./ E ao passo que se for concluindo e aprovando a circunscrição das dioceses sufragâneas da Índia, e efectuando o provimento canónico dos respectivos bispos, será sucessivamente

---

<sup>82</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 194-202.

<sup>83</sup> *Breve da delegação da jurisdição metropolitana nas dioceses sufragâneas da Índia ao Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente*. Transcrito em latim em BIKER, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Paz Que o Estado da Índia Portuguesa Fez [...]*, vol. XIII, pp. 225-228.

reconhecido pela Santa Sé nessas dioceses o exercício da jurisdição metropolitana do mesmo arcebispo» (artigo 15.º)<sup>84</sup>.

A Concordata de 1857 teve importantes consequências para a configuração institucional do Padroado Português do Oriente. Por um lado, a Concordata de 1857 restabeleceu, pelo menos em parte, o direito de padroado nos territórios da Índia, tal como reivindicado por Portugal, ao mesmo tempo que confirmou nominalmente a posição primacial do Arcebispo de Goa no Oriente. Mas, por outro lado, a autoridade metropolitana exercida pelo Arcebispo de Goa nas dioceses sufragâneas do Padroado Português – ou seja, nos bispados de Cochim, de Cranganor, de Meliapor e de Malaca – foi convertida numa jurisdição meramente extraordinária, uma vez que o Arcebispo recebeu jurisdição ordinária apenas no território da arquidiocese de Goa (artigo 15.º). De acordo com as disposições da concordata, enquanto não fossem estabelecidos os limites definitivos das dioceses sufragâneas do Padroado e providas do respectivo prelado, o Arcebispo de Goa exerceria apenas e tão só uma jurisdição extraordinária, por delegação pontifícia, tornando o Primaz do Oriente numa “espécie” de delegado extraordinário do Papa. Com as modificações posteriores à Concordata, nomeadamente com as chamadas *Notas reversaes* de 10 de Setembro de 1859, essa jurisdição extraordinária foi concedida por um período temporal limitado de seis anos, que poderia ser prolongado pela Santa Sé por mais três anos – e assim sucessivamente – enquanto não estivesse concluído o processo de circunscrição de todas as dioceses, ainda que não houvesse garantias categóricas da sua renovação<sup>85</sup>. No entretanto, manter-se-ia em vigor o *status quo*, ou seja, «as igrejas em poder dos vigários apostólicos conservar-se-iam assim, até que a Concordata entrasse em pleno vigor»<sup>86</sup>.

Nesse sentido, a Concordata de 1857 retirou formalmente ao Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente a jurisdição metropolitana ordinária sobre territórios que lhe tinham estado submetidos durante mais de três séculos. E ao aceitar que o Arcebispo de Goa fosse privado da sua jurisdição metropolitana ordinária, o governo português reconheceu tacitamente o breve *Multa praeclare*. Por sua vez, a *Propaganda Fide*,

---

<sup>84</sup> Veja-se REGO, 1961, *Lições de Missionologia*, pp. 199-200.

<sup>85</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 124 [*Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870*, pp. 50-165. Note-se que esta memória só foi publicada em 1887, no âmbito de uma colectânea da autoria do Arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, intitulada *Obras de D. João Chrysostomo D'Amorim Pessoa, Arcebispo e Senhor de Braga*].

<sup>86</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, p. 201.

muito embora não tivesse conseguido obter o seu desiderato de extinção do Padroado Português, conseguiu, *de facto*, limitar o direito de padroado, assegurando a posse das igrejas e missões por si administradas à data da assinatura da concordata, não dispondo o Arcebispo de Goa das faculdades necessárias para assegurar, na prática, a sua autoridade face aos Vigários Apostólicos.

Por tudo isto, a Concordata de 1857 foi alvo de fortes críticas por parte de políticos e de clérigos portugueses. Da veemência dessas críticas dá-nos testemunho a *Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870*, da autoria de D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, inclusa no Livro de Correspondência Particular de D. Aires de Ornelas<sup>87</sup>, que a considerou um «erro cardeal», sobretudo no que dizia respeito às cláusulas relativas à privação da jurisdição metropolitana do Arcebispo de Goa<sup>88</sup>. Criticava-se também a dificuldade de aplicação das disposições da «triste concordata de 21 de Fevereiro de 1857», uma vez que um território tão extenso como o do Padroado, com «mais de quatro mil léguas de extensão», dispunha de uma única Sé provida, ou seja, a Sé Primacial de Goa. Uma tarefa incomportável para um único prelado<sup>89</sup>.

Paralelamente, a Concordata de 1857 não resolveu os problemas decorrentes da dupla jurisdição eclesiástica – a do Padroado e a dos Vigários Apostólicos da *Propaganda Fide* – em muitos territórios e comunidades católicas, visto que o acordo assentava no princípio da conservação de um *status quo* delicado e instável. Na verdade, muitas comunidades católicas continuaram a viver numa situação ambígua ao nível da respectiva jurisdição eclesiástica. Aliás, por efeito da dupla jurisdição, ocorreu a divisão de muitas comunidades católicas. Por vezes, dentro de uma mesma família, havia parentes das duas jurisdições, uns do Padroado Português e outros dos Vicariatos Apostólicos, gerando confusão e atritos entre os fiéis. Acresce que as migrações e deslocação de indivíduos criavam ainda maiores dificuldades, pois, ainda que deslocados da sua terra natal, os migrantes continuavam a pertencer

---

<sup>87</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 124 [*Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870*, pp. 50-165].

<sup>88</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 124 [*Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870*, pp. 50-165].

<sup>89</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 79 [*Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870*, pp. 50-165].

à jurisdição original e não à jurisdição prevalecente no lugar de destino. Isto porque a jurisdição eclesiástica dizia respeito à governação das almas e não propriamente à administração do território.

Neste sentido, a Concordata de 1857 não resolveu os problemas e disputas que dilaceravam a Igreja Católica na Índia, remetendo para o futuro a resolução de questões prementes, como o da dupla jurisdição. No fundo, a Concordata de 1857 procurou ser uma solução de compromisso entre os interesses portugueses e os da *Propaganda Fide*, sendo que aos objectivos desta congregação não eram alheias as ambições de outras potências europeias, em especial da França, que se pretendia afirmar como a principal representante e defensora do catolicismo no Oriente. Mas a verdade é que a aplicação das disposições da Concordata revelou-se extremamente difícil de concretizar, tendo gerado um forte descontentamento quer entre os padres do Padroado, quer entre os missionários da Propaganda, que teriam preferido a extinção pura e simples do Padroado Português. Era, por isso, expectável o fracasso da Concordata de 1857.

Tal como previsto na Concordata, um novo Arcebispo foi apresentado pelo governo português para a Sé Primacial de Goa, tendo a escolha recaído no então Bispo de Cabo Verde, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, o qual foi confirmado pela Santa Sé, pela bula *Suprema auctoritas*, de 22 de Março de 1861<sup>90</sup>. Com a sua chegada a Goa, em 31 de Dezembro de 1862, e tendo o Arcebispo feito a sua entrada solene na Sé Primacial, a 11 de Janeiro de 1863, entrou finalmente em vigor a Concordata de 1857. De referir que, em harmonia com as notas reversais da Concordata, o breve *Ad Reparanda damna*, igualmente datado de 22 de Março de 1861, conferiu ao mesmo Arcebispo a jurisdição extraordinária delegada sobre as igrejas e missões que, pelo *status quo*, deviam permanecer submetidas ao Padroado até à delimitação definitiva das dioceses sufragâneas de Goa. Portanto, o novo Arcebispo de Goa governaria o seu arcebispado como ordinário, mas administraria as dioceses de Cranganor, de Cochim, de São Tomé de Meliapor e de Malaca com jurisdição apostólica delegada, dependendo, para este último efeito, da benevolência da Santa Sé e estando, por isso, sujeito às consequências da oposição movida pelos vigários apostólicos da *Propaganda Fide*<sup>91</sup>.

---

<sup>90</sup> D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888) foi bispo de Cabo Verde (1860-1861), Arcebispo de Goa (1861-1874), arcebispo coadjutor de Braga (1874-1876) e arcebispo de Braga (1876-1883). Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, pp. 403-406.

<sup>91</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 211-213.

Uma vez na Índia, o Arcebispo D. Amorim Pessoa procurou “normalizar” a vida eclesiástica do Padroado, tendo ordenado cerca de trezentos sacerdotes, reformado os estudos do seminário de Rachol, enriquecendo a sua biblioteca em 7300 volumes, e visitado algumas das igrejas e missões do Malabar, de Meliapour, de Ceilão e de Bengala<sup>92</sup>. Paralelamente, D. Amorim Pessoa colaborou com a comissão nomeada pela Santa Sé e pelo governo português para delimitar os territórios da arquidiocese de Goa e das dioceses suas sufragâneas. Dessa comissão faziam parte Monsenhor Saba, Arcebispo de Cartago, Comissário Apostólico nomeado por Roma, e o Conselheiro Cunha Rivara, Delegado Governamental nomeado por Lisboa. Os dois comissários desembarcaram ambos em Bombaim, no final de 1862, no mesmo barco que trouxe o Arcebispo Amorim Pessoa à Índia. Nos meses seguintes, procurou-se sanar os dissídios entre o clero de Goa e os vigários apostólicos da *Propaganda Fide*, mas os trabalhos com vista à delimitação das dioceses foram bruscamente interrompidos pela morte de Monsenhor Saba, em 22 de Maio de 1863. E, apesar das solicitações portuguesas, a Santa Sé decidiu não nomear um novo comissário, situação que favorecia, na prática, a posição da *Propaganda Fide*, mantendo-se o Primaz do Oriente na situação de mero delegado apostólico, com jurisdição extraordinária, nos territórios fora do arcebispado de Goa<sup>93</sup>.

O não cumprimento integral das disposições da concordata e a sua anunciada falência agravaram as relações entre Portugal e a Santa Sé. Em 3 de Agosto de 1864, numa carta dirigida ao Real Padroeiro, el-rei D. Luís, o Papa Pio IX falava na necessidade de se proceder à relação de um novo acordo e apontava alguns dos motivos que, na sua perspectiva, «justificavam» o não cumprimento da Concordata de 1857, nomeadamente: a) a extensão excessiva dos territórios da arquidiocese de Goa e das demais dioceses do Padroado; b) a suposta impreparação do «clero de Goa», que era acusado pelos missionários propagandistas de ser, em geral, ignorante, «dado a uma vida fácil» e sem qualidade para o bom desempenho da

---

<sup>92</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 79-83 [*Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870*, pp. 50-165]. Veja-se também ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 405.

<sup>93</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 243-247 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos a Monsenhor Leon Meurin, Bispo de Ascalon e vigário apostólico de Bombaim. Datada de Goa, 12 de Junho de 1876]. Cf. REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 216-218.



actividade missionária; c) a falta de meios da coroa portuguesa para sustentar as missões e demais obras católicas então a cargo da *Propaganda Fide*<sup>94</sup>. De frisar que esta última motivação parecia, de facto, ter fundamento, uma vez que há muitos testemunhos coevos a esse respeito, inclusivamente da parte do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos que, amiúde, se queixou da crónica falta de dinheiro para suportar a actividade pastoral da própria arquidiocese de Goa<sup>95</sup>.

A partir desse momento, a aplicação da Concordata de 1857 ficou efectivamente num impasse, mantendo-se a situação ambígua de dupla jurisdição, assente num *status quo* instável e mal definido, gerador de tensões e de atritos entre o clero do Padroado e o da *Propaganda Fide*.

Por sua vez, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, depois de cerca de seis anos na Índia, cansado dos muitos trabalhos e das dificuldades encontradas na governação do Padroado, teve autorização para regressar à metrópole, por portaria de 27 de Junho de 1868, por motivo de «doença». Tratava-se, de facto, de um “fardo” demasiado pesado para ser suportado por um único prelado; demasiada responsabilidade e muito trabalho para um homem só<sup>96</sup>. O Arcebispo D. Amorim Pessoa saiu efectivamente de Goa em 5 de Fevereiro de 1869, não regressando mais à Índia, tendo manifestado, ao invés, a vontade de ser nomeado para a Sé Episcopal de Braga. Apesar disso, não renunciou à Sé Primacial de Goa, recusando-se a fazê-lo até ao momento da sua nomeação para coadjutor e futuro sucessor do Arcebispo de Braga, o que de facto só aconteceu em 17 de Novembro de 1874<sup>97</sup>.

Apesar da nomeação de uma Junta Governativa para a arquidiocese de Goa, a ausência prolongada do prelado enfraqueceu ainda mais a posição do Padroado Português. Em toda a Índia, os cristãos pertencentes à jurisdição portuguesa viram-se de novo sem pastor e, de alguma forma, desprotegidos face às “ambições expansionistas” da *Propaganda Fide*. Como reportou mais tarde D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, viam-se os cristãos solicitados, instados e vexados a se submeterem à jurisdição dos Vigários Apostólicos, ao mesmo tempo que se difundiam boatos

---

<sup>94</sup> REGO, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, pp. 216-218.

<sup>95</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 331-335 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Datada de Goa, 8 de Setembro de 1877].

<sup>96</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 81-82 [Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870, pp. 50-165].

<sup>97</sup> Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 406.

de que não voltaria a haver arcebispo em Goa<sup>98</sup>. Uma situação perturbante para os espíritos tanto de eclesiásticos, como de leigos de toda a Índia, gerando uma situação de desconfiança entre o clero de Goa, que se sentia abandonado pelo Régio Padroeiro e espoliado nos seus direitos e prerrogativas históricas, recusando, por isso, muitas das vezes obedecer às ordens superiores no sentido de cumprirem as disposições favoráveis à *Propaganda Fide*.

Por outro lado, alguns Vigários Apostólicos manobravam no sentido da extinção da jurisdição extraordinária do Primaz do Oriente, com o objectivo final de abolir o Padroado Português. Aliás, em 21 de Outubro de 1868, ou seja, ainda antes da partida para a metrópole do Arcebispo de Goa, o Prefeito da Sagrada Congregação de *Propaganda Fide* escrevia ao Cardeal Secretário de Estado da Santa Sé a reportar as queixas dos Vigários Apostólicos da Índia contra os clérigos de Goa e o Primaz do Oriente, denunciando ainda a falta de colégios nas missões portuguesas e de clero para as administrar<sup>99</sup>. E, em 12 de Maio de 1870, 16 vigários apostólicos da Índia dirigiram ao Papa uma exposição sobre a situação da Igreja na Índia, fazendo acusações sobre a conduta tida por irregular do Arcebispo de Goa e do clero goês que continuaria a ministrar nos territórios dos vicariatos<sup>100</sup>. Na sequência dessa exposição, a Santa Sé propôs a cessação da dupla jurisdição eclesiástica nos territórios dos vicariatos da Índia, devendo o Arcebispo de Goa renunciar à jurisdição extraordinária, delegando-a nos vigários apostólicos<sup>101</sup>. Prontamente recusada pelo governo português, na pessoa do Duque de Saldanha e, depois, do Ministro Andrade Corvo, esta proposta dominou o debate em torno do Padroado Português do Oriente, com reflexos ao nível da imprensa, em especial em 1872, configurando uma ameaça real e concreta à manutenção do Padroado<sup>102</sup>.

---

<sup>98</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 261-275 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Datada de Goa, 1 de Julho de 1876].

<sup>99</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 552, sumário do documento n.º 2661 [1868, Outubro, 21, Roma].

<sup>100</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 549, sumário do documento n.º 2644 [1870, Junho, 20, Roma].

<sup>101</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, pp. 549-551, sumários dos documentos n.º 2645 [1870, Agosto, 10, Lisboa], n.º 2646 [1870, Julho, 1, Lisboa], n.º 2647 [1870, Julho, 8, Lisboa], n.º 2648 [1870, Agosto, 13, Lisboa], n.º 2649 [1871, Fevereiro, 28, Roma], n.º 2650 [1871, Março, 28, Lisboa], n.º 2651 [1871, Novembro, 15, Roma], n.º 2652 [1871, Dezembro, 4, Lisboa], n.º 2653 [1871, Dezembro, 12, Coimbra], n.º 2654 [1871, Dezembro, 18, Lisboa], n.º 2655 [1871, Dezembro, 21, Lisboa], n.º 2656 [1871, Dezembro, 27, Coimbra], n.º 2657 [1871, Dezembro, 30, Lisboa] e n.º 2658 [1872, Janeiro, 29].

<sup>102</sup> ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 406.

## A Nomeação de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos para Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente

É, pois, neste contexto de crise profunda do Padroado Português do Oriente que deve ser entendida a nomeação de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos para Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente. A este respeito, importa referir que D. Aires de Ornelas e Vasconcelos não foi a primeira opção do governo português. De facto, o governo tinha inicialmente proposto o nome do padre João Manuel Cardoso de Nápoles, Cónego da Sé de Lisboa e professor de Direito em Santarém. Aliás, em Agosto de 1871, o governo português tinha apresentado o referido cónego para coadjutor e futuro sucessor do Arcebispo de Goa, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa<sup>103</sup>. Mas a apresentação provocou uma forte reacção por parte de alguns sectores da Igreja, que criticaram a conduta moral e religiosa do mesmo cónego. Para além dos rumores sobre o seu comportamento «à noite», considerado impróprio para um eclesiástico<sup>104</sup>, circularam notícias e acusações sobre a sua filiação maçónica, tida como certa, apesar dos desmentidos em contrário, na loja Pátria e Caridade<sup>105</sup>. Aos protestos escritos de uma parte do clero<sup>106</sup>, acrescentavam-se as irregularidades cometidas no processo de apresentação desse cónego, ao ponto do Arcebispo de Goa, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, nem sequer ter sido consultado sobre a escolha, como se a Sé já estivesse vacante, o que não era o caso. Face a isto, a Santa Sé não aceitou o nome do cónego João Manuel Cardoso de Nápoles<sup>107</sup>. Outros nomes foram também ventilados para ocupar o lugar, entre os quais os dos bispos de Angra<sup>108</sup>, de Bragança e de Cabo Verde. Mas a escolha recaiu em D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, que obteve o consenso das chancelarias de Lisboa e de Roma. É provável que o bom relacionamento de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos com o Papa Pio IX tenha, de alguma forma, influído na sua escolha.

---

<sup>103</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 546, sumário dos documentos n.º 2630 [1871, Lisboa], n.º 2631 [1871, Agosto, 13, Santarém] e n.º 2632 [1871, Agosto, 14, Lisboa].

<sup>104</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 547, sumário do documento n.º 2633 [1871, Agosto, 7, Lisboa].

<sup>105</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 547, sumários dos documentos n.º 2636 [1868, Dezembro, 2, Coimbra] e n.º 2637 [1871, Agosto, 13, Lisboa].

<sup>106</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 547, sumário do documento n.º 2639 [1871, Setembro, 10, Lisboa].

<sup>107</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 547, sumários dos documentos n.º 2640 [1871, Setembro, 9, Roma], n.º 2641 [1871, Outubro, 19, Lisboa] e n.º 2642 [1871, Novembro, 20, Lisboa].

<sup>108</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, p. 531, sumários dos documentos n.º 2541 [1873, Outubro, 21, Lisboa] e n.º 2542 [1873, Novembro, 14, Roma].

Na verdade, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos era tido como um bispo ultramontano, fiel a Roma, mas ao mesmo tempo sabia-se do seu zelo enquanto prelado português, leal à monarquia de Bragança. Portanto, seria a pessoa certa para fazer a ponte entre os interesses portugueses e os de Roma<sup>109</sup>.

A proposta da sua nomeação para a Mitra de Goa e de Primaz do Oriente partiu do então Ministro da Marinha e do Ultramar, Andrade Corvo. O Ministro, antes mesmo de sondar o prelado madeirense, falou com o irmão, o deputado Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, então em vias de ser nomeado Par do Reino. Em carta datada de 16 de Fevereiro de 1874, redigida em Lisboa, Agostinho de Ornelas escreveu sobre o assunto ao irmão, informando-o da proposta e pedindo-lhe que aceitasse o lugar:

«Disse-me o [Andrade] Corvo que te perguntasse se aceitarias o Arcebispado [de] Goa e pediu que empregasse todo o meu valimento contigo para te decidir a aceitar. Entendo que deves aceitar porque é lugar em que podes fazer grandes serviços à Igreja e muito maiores que na Madeira. Sabes que o Arceb.º de Goa é Primaz do Oriente, metropolitano de muitas Dioceses e que tem para assim dizer a direcção superior de todos os católicos do Indostão, Ceilão, Malaca. É um vastíssimo campo e onde há muito que trabalhar. O clima é bom, os rendimentos da Mitra consideráveis, estás novo, tens saúde e boa vontade, podes fazer muito para resolver afinal a questão do Padroado. Pensa e responde com a maior brevidade possível. O Fontes [Pereira de Melo] também me disse que tencionava propor a ElRey que me nomeasse Par do Reino. Que esta nomeação teria lugar ainda antes das novas eleições, de modo que talvez seja preciso haver dois novos candidatos pela Madeira. Ambas estas notícias te dou debaixo do mais rigoroso segredo»<sup>110</sup>.

Não terá sido imediata a aceitação da proposta por parte de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, tendo havido uma certa hesitação inicial. Disso mesmo nos dá testemunho a correspondência entre o prelado e o irmão, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos. Mas a proposta do governo português foi reforçada pela posição expressa pelo Encarregado de Negócios da Santa Sé em Lisboa, que escreveu a D. Aires que «Pio IX desejava que ele aceitasse o novo e pesado cargo que lhe ofereciam; que d'elle e só d'elle esperava a extinção dos ódios e rivalidades que com tanto damno da religião dividiam o clero de Goa dos missionários da propaganda»<sup>111</sup>. D. Aires de Ornelas acedeu ao pedido, considerando-o uma ordem do Sumo Pontífice. E, em carta datada de 22 de Abril de 1874, já depois da aceitação do lugar pelo prelado madeirense, Agostinho de

<sup>109</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 64.

<sup>110</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 49.

<sup>111</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 62-63. *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*, 2011, p. 601, sumário do documento n.º 2690 [1874, Março, 17, Lisboa] e p. 655, sumário do documento n.º 2936 [1874, Março, 24, Funchal].

Ornelas encarava como normal a nomeação do irmão para Goa, considerando, contudo, que ela teria impacto na família:

«nunca se podia entender que ficasses ahi [Funchal] todo o resto da tua vida. Quem segue uma carreira e serve a Igreja e o Estado, não pode nem deve recusar-se quando lhe exigem serviços, sobretudo com circunstâncias de grande monta e quando não aparece outra pessoa que tão bem possa servir num caso dado. Bem desejava eu não separar-me de ti, não te ver tão longe, mas conformei-me com a necessidade. [...] O mais triste são as tias que realmente será difícil consolar, mas elas não serão tão egoístas que preferirão a satisfação de te ter junto de si, ao bem da Igreja, ao teu futuro, à glória que para a Madeira e para a tua família resultará de trabalhos e talvez com bom êxito para salvar o padroado do Oriente, uma das mais preciosas prerrogativas de Portugal»<sup>112</sup>.

Dito isto, importa referir que o processo de nomeação demorou algum tempo. Tal como explicado por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, em carta datada de 9 de Maio de 1874, essa demora foi motivada pela posição do Arcebispo D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, que recusou renunciar à Mitra de Goa enquanto não fosse efectivamente nomeado coadjutor e sucessor do Arcebispo de Braga. Em Roma, pretendia-se que ele renunciasse pura e simplesmente a Goa, mas D. Amorim Pessoa só o fez depois de ser nomeado para Braga, em finais de 1874. Só depois disso é que se pôde formalmente avançar com o processo de nomeação do novo Arcebispo de Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos<sup>113</sup>.

Por carta régia, de 23 de Julho de 1874, foi D. Aires de Ornelas apresentado como Arcebispo metropolitano de Goa e Primaz do Oriente. Mas o breve da sua confirmação só foi expedido de Roma a 19 de Novembro de 1874, ou seja, dois dias depois da nomeação de D. Amorim Pessoa para o lugar de coadjutor e futuro sucessor do Arcebispo de Braga. A notícia foi conhecida na Madeira apenas a 22 de Dezembro de 1874. D. Aires de Ornelas resignou, nesse mesmo dia, ao governo da diocese do Funchal, que presidira como deão, governador, coadjutor e bispo desde 1870, ou seja, durante pouco mais de quatro anos<sup>114</sup>.

Resignado o cargo de bispo do Funchal, D. Aires de Ornelas partiu para Lisboa no dia 24 de Janeiro de 1875, não sem antes ter recebido «a visita de quasi toda a cidade do Funchal», «gente de todas as classes que vinha dar um ultimo adeus ao prelado que todos adoravam»<sup>115</sup>. A partida do arcebispo é descrita de forma emocionada e admirável pelo irmão, Agostinho de Ornelas, que escreve:

---

<sup>112</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 53.

<sup>113</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 55.

<sup>114</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 63. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Avisos e ordens, maço 30, n.º 386.

<sup>115</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 64.

«no cais estava postado o batalhão para lhe fazer continência. Embarcou com todo o clero, autoridades civis e militares e grande numero de amigos seus que tinham fretado o pequeno vapor “Valente” em que tencionavam acompanhá-lo até à Ponta de S. Lourenço. Logo que largou o vapor da carreira de Lisboa, foi na esteira d’elle o “Valente” com o arcebispo e a sua comitiva e todos [...]. Finalmente ao chegarem os dois vapores á Ponta, passou o arcebispo de bordo do “Valente” para o “Maria Pia” depois de abraçar todos os seus amigos, e ainda os abençoou do alto do vapor que o ia levar a Lisboa, em quanto voltava o outro a demandar o porto do Funchal. Tanto nas praias da cidade como ao longo da costa, acudiam as populações agitando lenços, derramando lágrimas e pedindo a benção do prelado. [...] E um jornal dando conta da partida dizia: o snr. D. Ayres ao entrar no Funchal achou as ruas juncadas de flores; agora ao sahir, deixa-as regadas de lágrimas»<sup>116</sup>.

Uma vez chegado a Lisboa, D. Aires Ornelas e Vasconcelos foi recebido pelo rei D. Luís e pelo governo, tendo o Ministro da Marinha e do Ultramar, Andrade Corvo, lhe entregado alguns documentos para estudar<sup>117</sup>. Em 14 de Março de 1875, recebeu o pálio de metropolita das mãos do Cardeal Patriarca de Lisboa. Contudo, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos não teve autorização imediata para partir para a Índia. Pensou-se que ficaria na Europa e que não iria afrontar os perigos e as doenças associadas a uma viagem para uma terra longínqua. O novo Arcebispo, contudo, manteve o desiderato de partir para Goa, passando primeiro por Roma, facto que suscitava reticências entre os sectores mais anticlericais do regime liberal português. Para D. Aires de Ornelas e Vasconcelos a passagem por Roma era fundamental «para se entender com as autoridades da Propaganda e dispol-as a verem com bons olhos a reconciliação do clero de Goa com o propagandista, sem sacrifício dos direitos nem da honra das duas partes»<sup>118</sup>. Depois de alguma hesitação, o Ministro Andrade Corvo aceitou a passagem por Roma, desde que feita com «discrição e prudência».

D. Aires de Ornelas e Vasconcelos partiu, finalmente, em 11 de Outubro de 1875. Acompanharam o Arcebispo três clérigos da sua casa quando era Bispo do Funchal, todos madeirenses, o padre António José Macedo, secretário, o padre António José Vieira, mordomo, e João Luiz Monteiro, caudatário. A viagem foi feita por terra, via Madrid, Saragoça, Huesca, Canfranc, Pau e Lourdes, onde visitou o santuário da Virgem Maria, tendo orado junto da gruta da aparição. De Lourdes seguiu para Marselha e,

---

<sup>116</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 65-66.

<sup>117</sup> Entre esses documentos conta-se a já referida *Memoria sobre o Real Padroado português nas Províncias ultramarinas escripta em 1870*, por D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, e que se encontra transcrita em: Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184.

<sup>118</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 67-69.

por caminho-de-ferro, desde Toulon até La Spezzia. Passou ainda por Pisa, chegando enfim a Roma, onde permaneceu no «hospício de Santo Antonio dos Portuguezes». Manteve contactos com o Cardeal Franchi, Prefeito da Sacra Congregação da *Propaganda Fide*, de forma a criar condições para a superação do dissídio que afectava a Igreja na Índia. Esses contactos foram essenciais para inaugurar uma nova fase no relacionamento entre o Padroado Português e a *Propaganda Fide*, facto aliás reconhecido pelo Cardeal Franchi, que lhe terá dirigido estas palavras: «Vous avez gagné tous les coeurs ici, et on vous accorde ce qu'on n'a jamais accordé à personne»<sup>119</sup>. Foi igualmente acolhido, «com a maior benignidade», pelo Papa Pio IX, que nele depositou «tantas esperanças». Disso deu testemunho João Baptista de Freitas Leal, que acompanhou o novo Arcebispo a Roma. Causou também boa impressão junto do Cardeal Howard e do Cardeal di Pietro. Obtida a bênção do Papa Pio IX, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos partiu de Roma no dia 20 de Novembro de 1875. De Roma seguiu para Brindisi e, daí, por barco até Alexandria, no Egipto. Foi de comboio até ao Suez, onde apanhou o vapor que atravessou o Mar Vermelho, parando em Áden. Atracou em Bombaim em 9 de Dezembro de 1875<sup>120</sup>.

Em Bombaim, foi recebido a bordo por uma comitiva formada pelo Cônsul Português, Dr. António Sebastião de Carvalho, pelo Prior Superior das Missões do Norte do Padroado Português, padre Diogo Manoel Gomes, e por uma comissão enviada de Goa para cumprimentar o novo Primaz do Oriente. Uma vez desembarcado, foi recebido com formalidades, mas também por uma multidão de católicos indianos. Demorou-se 15 dias em Bombaim, tendo visitado várias igrejas e missões, quer as do Padroado, quer as da *Propaganda Fide*, mas neste caso com a anuência do respectivo vigário apostólico, Monsenhor Meurin, bispo de Ascalon. Aliás, nessas duas semanas em Bombaim, o Arcebispo de Goa e o Vigário Apostólico lançaram as bases de uma relação de colaboração, marcada pelo diálogo e o respeito mútuo, que se revelou fundamental para a consecução de soluções e a construção de um entendimento entre as duas jurisdições. E, num claro sinal de abertura e de unidade, Monsenhor Meurin pediu a D. Aires de Ornelas e Vasconcelos que celebrasse missa na sua catedral em Bombaim, no que foi atendido pelo Arcebispo de Goa. D. Aires de Ornelas e Vasconcelos desembarcou, por fim, em Goa, no dia 27 de Dezembro de 1875, sendo recebido de forma cerimoniosa pelo Governador-Geral da Índia Portuguesa e demais autoridades, bem como por alguns sectores da população.

<sup>119</sup> ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 407.

<sup>120</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos [...]*, pp. 69-73.

A 29 de Dezembro de 1875, teve lugar a sua entrada solene na catedral, na cidade velha de Goa, na presença do Senado da cidade e de numeroso povo, que lhe beijou o anel na sequência da entronização. Tinha, assim, início o seu episcopado na Índia<sup>121</sup>.

### **O Episcopado de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. A Resolução do Diferendo com a *Propaganda Fide***

Tendo tomado posse do governo da arquidiocese no dia 29 de Dezembro de 1875, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dissolveu a Junta Governativa da Arquidiocese, presidida pelo padre António Correia Reis Coelho, a qual tinha sido nomeada pelo seu antecessor e por si confirmada enquanto não chegasse a Goa<sup>122</sup>. De salientar que o Arcebispo deu testemunho público de louvor pelo «zelo e acerto» com que essa Junta governara a arquidiocese durante sete anos, tendo elogiado o padre António Correia Reis Coelho. Posteriormente, em carta enviada ao Ministro Andrade Corvo, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos considerou que seria muito oportuna a nomeação do padre Reis Coelho como bispo coadjutor de Goa, algo que nunca se veio a verificar<sup>123</sup>.

De referir também que, logo em Janeiro de 1876, D. Aires de Ornelas escreveu a Sua Santidade, o Papa Pio IX, participando ter tomado posse da Sé Primacial de Goa. Note-se que o Arcebispo manteve correspondência com o Sumo Pontífice até ao falecimento deste em 1878<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 216-221 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Datada de Goa, 19 de Janeiro de 1876]. Veja-se também VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 74-87.

<sup>122</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 186 [«Alvará de nomeação d’uma Junta Governativa para governar o Arcebispado de Goa»].

<sup>123</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 216-221 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Datada de Goa, 19 de Janeiro de 1876].

<sup>124</sup> A título de exemplo, veja-se: Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 293-295 [«Carta de felicitação ao S[anto]. Padre Pio IX por ocasião do seu quinquagésimo aniversário episcopal». Escrita em latim e assinada pelo Arcebispo de Goa, em 10 de Maio de 1877 (Dia da Ascensão do Senhor)]. Por ocasião do falecimento do Sumo Pontífice, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos publicou uma emocionada pastoral, datada de 21 de Fevereiro de 1878, dada na residência arquiépiscopal de São Tomé de Meliapor. Veja-se: Ayres, Arcebispo primaz, *Pastoral de 21 de Fevereiro de 1878. Pela morte de Pio IX*. Reproduzida em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 437-439.



Muitos eram os assuntos que precisavam da atenção do novo Arcebispo e Primaz do Oriente. Isto porque, apesar da actuação zelosa da Junta de Governo, a ausência prolongada de prelado tinha agravado os problemas que afectavam a vida da arquidiocese e das missões do Padroado Português. As dioceses sufragâneas de Goa – Cochim, São Tomé de Meliapor, Cranganor, Malaca – estavam sem prelado há mais de cinco décadas; havia igrejas e missões que não recebiam a visita de um bispo há vinte, trinta ou mesmo cinquenta anos, carecendo muitas delas de reparações e de recursos humanos e financeiros para prosseguir os seus fins religiosos e de assistência às populações; o Seminário de Rachol e o ensino religioso precisavam de ser reformados e muitas centenas de ordinandos esperavam a respectiva ordenação; havia também milhares de fiéis que aguardavam há anos o sacramento da confirmação. Para além disso, no Malabar, a ausência de prelado e os dissídios entre o Padroado Português e a *Propaganda Fide* tinham produzido o afastamento de uma parte significativa dos Cristãos de São Tomé, de rito siríaco, protagonizando um cisma liderado por um bispo caldeu, Mar Elias Mellus, alegadamente enviado à Índia pelo Patriarca da Babilónia. Um problema grave para o catolicismo indiano e ao qual o novo Arcebispo procurou dar a sua melhor atenção no sentido de conseguir a sua resolução, assegurando a união com a Igreja de Roma, mas respeitando as diferenças ao nível do rito e dos costumes dos cristãos siríacos<sup>125</sup>. Ressalvando, desde já, a importância e o significado de todas estas questões, nomeadamente o problema do «cisma mellusiano», não iremos para já aprofundar nenhum destes assuntos, pois não é esse o objectivo do presente artigo. Serão, contudo, objecto de estudo numa futura publicação. Assim, tal como referido na introdução, centraremos a nossa atenção na questão das relações entre o Padroado Português e a *Propaganda Fide*, seguramente o mais premente de todos os problemas que o Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos teve de afrontar durante o seu episcopado na Índia.

D. Aires de Ornelas e Vasconcelos chegou à Índia com a consciência clara da necessidade imperiosa de resolver o grave diferendo que opunha as duas jurisdições – a do Padroado e a da *Propaganda Fide*. Digamos que esta era a sua principal missão.

---

<sup>125</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 208-215 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos ao Cardeal Franchi, Prefeito da Congregação da Propaganda em Roma. Datada de Goa, 20 de Janeiro de 1876. Escrita em francês], pp. 216-221 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Datada de Goa, 19 de Janeiro de 1876] e pp. 337-342 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Datada de Nova Goa, 26 de Setembro de 1877]. Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, pp. 407-408.

Isto mesmo nos diz o irmão, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, que afirma que D. Aires de Ornelas teria sido deliberadamente escolhido pela Santa Sé e pelo governo português com o objectivo de «pôr termo ao dissídio, quasi scisma, que separava na Índia o clero português do propagandista»<sup>126</sup>. Uma missão que lhe teria sido “confiada” pelo Papa Pio IX, tal como referido na carta que lhe tinha sido enviada pelo Encarregado de Negócios da Santa Sé em Lisboa, no início de 1874<sup>127</sup>. Posteriormente, e ainda antes de chegar à Índia, foi esse objectivo reafirmado, tanto por parte do governo português, muito particularmente pelo Ministro João Andrade Corvo, como pela Santa Sé, tendo sido neste caso fundamentais os contactos prévios estabelecidos em Roma entre o novo Arcebispo de Goa e o Cardeal Franchi, Prefeito da Congregação da *Propaganda Fide*. D. Aires de Ornelas e Vasconcelos manteve, aliás, significativa correspondência com esse cardeal durante o seu episcopado na Índia, com destaque para uma primeira carta escrita em Goa, em 20 de Janeiro de 1876<sup>128</sup>.

No fundo, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos tinha sido incumbido de encontrar uma solução no terreno, capaz de superar o impasse criado pelo falhanço da Concordata de 1857. Na prática, era-lhe pedido que encontrasse localmente uma solução para um problema – um diferendo – que as chancelarias portuguesa e vaticana não tinham logrado em resolver e que se arrastava há demasiado tempo. Uma solução que brotasse do diálogo e de um compromisso entre os agentes no terreno, isto é, entre o clero das duas jurisdições, representado respectivamente pelo Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente e pelos vigários apostólicos da *Propaganda Fide*. Uma solução que lançasse as bases para a celebração de um novo acordo – uma nova concordata – entre Portugal e a Santa Sé, o que de facto se veio a verificar na década de 1880. Partia-se, assim, do pressuposto que a solução dos problemas locais teria de ser encontrada localmente, curiosamente um princípio que seria mais tarde defendido pelo sobrinho homónimo do Arcebispo, ou seja, pelo Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, na qualidade de Ministro da Marinha e do Ultramar (1906-1908) e principal fautor da reforma da administração colonial em Moçambique<sup>129</sup>.

---

<sup>126</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 64.

<sup>127</sup> *Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*, 2011, p. 601, sumário do documento 2690 [1874, Março, 17, Lisboa].

<sup>128</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 208-215 [«Carta ao cardeal Franchi, prefeito da Propaganda, sobre a chegada a Bombaim e sobre o schisma do Malabar». Datada de Goa, 20 de Janeiro de 1876].

<sup>129</sup> A este respeito veja-se: ALBUQUERQUE, PIMENTA, 2021, «Um Madeirense ao Comando do Império. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Reorganização Administrativa de Moçambique», pp. 349-381.

Por outro lado, essa solução deveria não só garantir a paz no seio da Igreja da Índia, mas também assegurar a continuidade do Padroado Português do Oriente, cuja existência era abertamente posta em causa pela congregação da *Propaganda Fide*. Uma tarefa difícil e particularmente exigente, pois requeria inteligência, capacidade de análise e de resolução célere dos problemas, muita diplomacia e o estabelecimento de um diálogo contínuo com os vigários apostólicos da Propaganda. Um enorme desafio que foi integralmente abraçado pelo novo Arcebispo desde o primeiro momento do seu episcopado. De facto, logo em 20 de Janeiro de 1876, numa carta dirigida a Monsenhor Meurin, D. Aires de Ornelas declarava que o dia mais feliz da sua vida seria quando todos os bispos da Índia se reunissem junto ao túmulo do Apóstolo São Francisco Xavier para cantarem um *Te Deum* em acção de graças pelo fim de todas as divisões que, desde há séculos, afligiam a cristandade da Índia. Nessa carta, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos afirmava a necessidade de conciliar os interesses da Santa Sé com os do Padroeiro Régio, ou seja, o rei de Portugal. O Primaz do Oriente declarava ter consciência de que Portugal já não estaria em condições de assumir os deveres que lhe eram impostos pelos “privilégios” concedidos no passado pela Santa Sé. Dizia, também, que reconhecia o bom trabalho feito pelo Vigário Apostólico em Bombaim e, no geral, pelos padres da *Propaganda Fide*. No entanto, afirmava que «por nada no mundo quer sacrificar a glória da sua pátria». Como tal, tinha por objectivo encontrar uma solução de equilíbrio, que não colocasse em causa a salvação das almas, nem tão pouco conduzisse ao esquecimento e à expulsão do país – Portugal – que primeiramente trouxera «a luz do evangelho» à Índia. Havia, por isso, que salvaguardar o direito de padroado, não sendo assim admissível a pretensão expressa por alguns vigários apostólicos no sentido da extinção do Padroado Português do Oriente. Neste sentido, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos exortava o vigário apostólico de Bombaim a propor uma solução equilibrada para o problema da dupla jurisdição e que fosse aceitável tanto para Portugal, como para a Santa Sé<sup>130</sup>.

Essa solução foi efectivamente encontrada por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, em estreita colaboração com Monsenhor Meurin, que se revelou no seu mais precioso interlocutor – e até colaborador – do lado da *Propaganda Fide*. A leitura da correspondência trocada entre os dois prelados revela uma relação de mútuo respeito e de grande proximidade pastoral, bem como a vontade sincera, expressa

---

<sup>130</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 198-207 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Monsenhor Leon Meurin, bispo de Ascalon e Vigário Apostólico de Bombaim. Datada de Goa/Pangim, 20 de Janeiro de 1876].

por ambas as partes, no sentido de superar as diferenças e de resolver os problemas que afectavam o relacionamento entre as duas jurisdições. Revela, também, uma admiração crescente por parte do vigário apostólico em relação ao Arcebispo de Goa, que se distinguia pela sua dedicação, zelo, inteligência e capacidade de diálogo<sup>131</sup>.

D. Aires de Ornelas e Vasconcelos manteve, também, uma intensa troca de correspondência com vários outros vigários apostólicos – de Maduré, Verapoly, Jaffna, Pondichery, etc. –, procurando encontrar soluções para questões e problemas concretos que se levantavam em muitas comunidades afectadas pela confusão gerada pela dupla jurisdição. Revelando uma enorme capacidade de diálogo, o Arcebispo de Goa procurou encontrar soluções para os problemas, indo sempre que possível ao encontro das reclamações dos vigários apostólicos, quando legítimas e justas, mas sem colocar em causa os direitos do Padroado Português, defendendo, portanto, os interesses portugueses e do seu clero, mas punindo qualquer acto tido por ilegítimo ou incorrecto<sup>132</sup>.

Por outro lado, antes de avançar com uma proposta de solução geral dos problemas, o Arcebispo procurou conhecer – e acudir – as múltiplas igrejas e missões

---

<sup>131</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 284-290 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos a Monsenhor Leon Meurin, Vigário Apostólico de Bombaim e Visitador do Malabar. Escrita em francês. Datada de Goa, 25 de Setembro de 1876]. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documentos n.ºs 300-327.

<sup>132</sup> A título de exemplo, veja-se: Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 227-233 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Monsenhor Alexis Canoz, Bispo de Tamasus e Vigário Apostólico de Maduré. Escrita em francês, em Goa, sem data]; Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 234-238 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida a Monsenhor François Laouenan, Bispo de Flaviopoli (Crazia, Turquia) e Vigário Apostólico de Pondichery (posteriormente arcebispo de Pondichery). Escrita em francês. Datada de Goa, 6 de Junho de 1876]; Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 238-242 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida a Monsenhor Christophe-Ernest Bonjean, Bispo de Medea [Media, Argélia] e Vigário Apostólico de Jaffna. Escrita em francês. Datada de Goa, 9 de Junho de 1876]; Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 278-279 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos ao Arcebispo de Nicomédia, Vigário Apostólico de Verapoly. Datada de Goa, 3 de Agosto de 1876]; Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 352-356 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida a Monsenhor Alexis Canoz, Bispo de Tamaris e Vigário Apostólico de Maduré. Escrita em francês. Datada de Goa, 19 de Novembro de 1877]; Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 356-359 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos ao Reverendíssimo Frei Leonardo de S. Luiz, Arcebispo de Nicomédia e Vigário Apostólico do Malabar. Datada de Goa, 20 de Novembro de 1877].

do Padroado Português espalhadas pelo subcontinente indiano e por Ceilão, dialogando não só com o clero, mas também com os fiéis e, ainda, com os representantes das administrações coloniais portuguesa e britânica. D. Aires de Ornelas e Vasconcelos sabia que qualquer solução válida tinha de brotar de um conhecimento concreto da realidade, da auscultação do clero local – maioritariamente indiano –, do contacto com as muitas comunidades católicas espalhadas pela Índia. Desse contacto com clérigos, leigos e administradores coloniais nos dá, ainda hoje, testemunho o riquíssimo epistolário de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, constituído por várias centenas de cartas distribuídas pelo Arquivo e Biblioteca da Madeira e pelo Arquivo Histórico da Diocese do Funchal. Perseguindo esse objectivo, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos esteve, por isso, em constante movimento durante a sua permanência de apenas três anos e quatro meses na Índia, servindo-se, para o efeito, dos mais variados meios de transporte – por exemplo, barco, comboio ou até mesmo um elefante – para atingir as mais remotas missões do Padroado, e viajando, muitas das vezes, em condições adversas e com grande prejuízo da sua saúde. Com efeito, ainda que acometido de violentas febres, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dedicou-se integralmente ao exercício do seu múnus pastoral no Oriente, sacrificando o seu conforto e a sua saúde, tornando-se num exemplo de dedicação evangélica para a grande maioria dos católicos da Índia. Facto, aliás, que lhe mereceu o respeito e o reconhecimento tanto de eclesiásticos, como de leigos, incluindo a maioria dos vigários apostólicos da *Propaganda Fide*, que lhe reconheceram uma autoridade pastoral, senão mesmo moral, que superava em valor espiritual a jurisdição extraordinária que lhe fora conferida temporariamente pela Santa Sé.

O Arcebispo iniciou o seu périplo pastoral com uma primeira visita às igrejas da arquidiocese de Goa, incluindo as de Margão e de Mapuçá, que não eram visitadas há quase um quarto de século, tendo conferido ordens menores a 283 ordinandos e ordens sacras a 83, dos quais 18 presbíteros. Depois, já no primeiro trimestre de 1877, realizou uma viagem maior, à Índia Meridional e à Ilha de Ceilão, territórios na sua maioria administrados pela Inglaterra<sup>133</sup>. Tendo partido de Goa a 26 de Janeiro de 1877, seguiu acompanhado de uma comitiva de nove pessoas. Visitou, primeiramente, algumas das missões e das comunidades católicas do Malabar, nomeadamente as de Carwar, Cananor, Calecut, Cochim, Amarabady, Couião e missões circunstantes.

---

<sup>133</sup> Sobre a viagem realizada no primeiro trimestre de 1877 veja-se: Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 295-313 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Cardeal Franchi, prefeito da *Propaganda Fide*, sobre a visita pastoral efectuada às missões do Sul em 1877. Escrita em francês. Datada de Goa, 1 de Julho de 1877].

Com base na correspondência recebida, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos fez uma descrição particularmente viva dessa viagem pastoral de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, afirmando:

«Em todo o Malabar encontrou descendentes de portugueses falando ainda a língua sem grande corrupção, mas quasi todos subditos da Propaganda, que com os seus estabelecimentos de instrucção e educação tem attraído quasi todas as pessoas ricas e ilustradas, deixando-nos em muitas partes, só os indígenas das castas inferiores»<sup>134</sup>.

D. Aires de Ornelas e Vasconcelos prosseguiu viagem, tendo sido recebido, em Trivandrum, pelo Maharajah de Travancor, potentado que conservava uma “meia independência”, tendo junto de si um residente inglês. Viajando pela costa indiana foi até Tuticorim, extremo meridional do Indostão, tendo passado então à Ilha de Ceilão, onde chegou a 3 de Março de 1877. Passou uma semana em Ceilão, tendo sido recebido pelo vigário apostólico da *Propaganda Fide*, Monsenhor Sillani. Havendo dissídios antigos entre as duas jurisdições em Ceilão, o Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente conseguiu que fosse restabelecida a paz entre o Padroado Português e a *Propaganda Fide*, por meio de um entendimento com o respectivo vigário apostólico<sup>135</sup>.

De regresso ao subcontinente indiano, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos visitou a missão de Manapar, junto ao Cabo Comorim e, de novo em Tuticorim, patrocinou a fundação de um colégio para educação para ambos os sexos, então designado de *Collegio Ornelas*<sup>136</sup>.

Seguindo para Norte, o Arcebispo de Goa pernoitou em Maduré e depois em Trichinopoly, onde o aguardavam Monsenhor Meurin, vigário apostólico de Bombaim, e Monsenhor Persico, novo visitador apostólico às igrejas do Malabar (Verapoly), bem como os vigários apostólicos de Maduré, Jaffna e Pondichery. Estavam também presentes o vigário geral da missão portuguesa em Madrasta, os de Jaffna e Maduré. Teve então lugar um pequeno “concílio” dos prelados da Índia, cujo principal objectivo era o de chegar a um acordo sobre a questão da dupla jurisdição, de forma a colocar um ponto final – ou pelo menos a minorar – a confusão e os dissídios provocados pela concorrência de duas jurisdições diferentes no mesmo território. Os trabalhos duraram vários dias, tendo resultado na elaboração das *Regulae*, redigidas em latim pelo Arcebispo de Goa, em colaboração com Monsenhor Meurin, e aceites, salva a aprovação da Santa Sé, por todos os prelados presentes. Nas palavras do próprio D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, as *Regulae* constituíam «un projet de règlement sur

<sup>134</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 95-97.

<sup>135</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 85 e 92-97.

<sup>136</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 99.

l'exercice de la double jurisdiction»<sup>137</sup>. No fundo, as *Regulae* estabeleciam um *modus vivendi* entre as duas jurisdições, tendo resolvido quase todas as questões pendentes, menos a disputa em torno da jurisdição de algumas aldeias cristãs que se tinham revoltado contra a autoridade do vigário apostólico de Maduré (Monsenhor Canoz) e que tinham sido recebidas pelo clero do Padroado em 1863. Uma questão que resultava de uma interpretação não consensual, no seio da própria Igreja, sobre a data que deveria ser considerada como a do início do *status quo* entre as duas jurisdições, tal como estabelecido na Concordata de 1857. O “concílio” de Trichinopoly concluiu-se no dia 18 de Março de 1877 com um acto processional conjunto, presidido pelo Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente e com a participação de todo o clero presente das duas jurisdições, incluindo os cinco prelados da *Propaganda Fide*, sinal de que tinha sido conseguido um acordo sólido para ambas as partes. Isto mesmo foi comunicado pelo próprio Arcebispo de Goa ao Cardeal Franchi, declarando que «la plus parfaite entente existe déjà entre les Prélats», tendo ficado apenas por definir a data de início do *status quo* entre as duas jurisdições, uma vez que entre a assinatura da Concordata de 1857 e a data da chegada à Índia da comissão liderada por Monsenhor Saba (1862) tinham ocorrido mudanças de jurisdição por parte de várias igrejas, missões, famílias e pessoas, sendo isso motivo de conflito entre o clero do Padroado e o da *Propaganda*<sup>138</sup>.

Importa salientar que os dois grandes impulsionadores do acordo entre as duas jurisdições foram o Arcebispo de Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, e o vigário apostólico de Bombaim, Monsenhor Meurin. E foram eles que, mais tarde, fizeram a redacção final e definitiva das *Regulae*, sendo solenemente promulgadas como normas de relacionamento entre as duas jurisdições em Bombaim, a 15 de Janeiro de 1878<sup>139</sup>. Tratava-se de uma clara vitória da política de diálogo e de paz prosseguida por

---

<sup>137</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 295-313 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Cardeal Franchi, prefeito da *Propaganda Fide*, sobre a visita pastoral efectuada às missões do Sul em 1877. Escrita em francês. Datada de Goa, 1 de Julho de 1877].

<sup>138</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos [...]*, p. 101. Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 295-313 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dirigida ao Cardeal Franchi, prefeito da *Propaganda Fide*, sobre a visita pastoral efectuada às missões do Sul em 1877. Escrita em francês. Datada de Goa, 1 de Julho de 1877].

<sup>139</sup> *Regulae. a Clero utriusque jurisdictionis, Reverendissimorum Goani Archiepiscopi et Vicarii Apostolici Bombayensis, observandae. / Regulamento. Que deve observar o clero d'ambas as jurisdições, tanto da do Ex.mo e Ver.mo Snr. Arcebispo de Goa como da do Ex.mo e Rev.mo Snr. Vigario Apostolico de Bombaim.* Bombaim 15 de Janeiro de 1878. Ayres, Arcebispo primaz (escritas em latim, com tradução em português). Reproduzidas em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos [...]*, pp. 502-509.

D. Aires de Ornelas e Vasconcelos que, para mais, via a sua preeminência reconhecida pelos vigários apostólicos, assumindo a liderança do processo, sendo também a demonstração de que a solução para os problemas locais tinha necessariamente de ser encontrada pelos agentes no terreno.

Vejamos, pois, em concreto em que é que consistiam as *Regulae*. As *Regulae a Clero utriusque jurisdictionis, Reverendissimorum Goani Archiepiscopi et Vicarii Apostolici Bombayensis, observandae – Regulamento. Que deve observar o clero d’ambas as jurisdições, tanto da do Ex.mo e Ver.mo Snr. Arcebispo de Goa como da do Ex.mo e Rev.mo Snr. Vigario Apostolico de Bombaim* – fixavam, com exactidão, os direitos e os deveres dos clérigos e dos leigos fiéis de cada uma das duas jurisdições, separando alçadas e competências, sem colocar em causa «o santo vínculo da fraternidade». Estabeleciam, em particular, no seu artigo primeiro, a impossibilidade das missões, igrejas e famílias de leigos fiéis passarem de uma jurisdição para a outra: «Todas as missões e igrejas, e bem assim todas as famílias em geral e cada um de seus membros em particular, que pertencerem a qualquer das duas jurisdições, nunca para a outra poderão passar; nem o clero de modo algum poderá persuadir, proteger, admitir, ou permitir uma semelhante passagem». Admitiam-se, contudo, algumas excepções, em casos muito específicos, nomeadamente:

«a) quando os nubentes forem de diferente jurisdição, como abaixo se dirá; b) todas as vezes que alguém *bona fide* transferir a sua residência para outra cidade ou lugar, onde existam duas jurisdições; pois lhe será então livre sujeitar-se áquella que bem quizer; c) se nalgum caso particular, tendo ambos os prelados ponderado os motivos da projectada mudança, de *commum* acordo a permitirem».

Tendo por base estes princípios, determinava-se um conjunto de normas específicas relativas à administração dos sacramentos: baptismo, confirmação, comunhão pascal, sagrado viático ou extrema-unção, confissão e matrimónio. Neste último caso, quando os nubentes pertencessem a diferentes jurisdições, caberia ao pároco da esposa celebrar o matrimónio. Contudo, após o casamento, a esposa ficaria a pertencer à jurisdição de que for súbdito o marido, sendo que a dispensa desta regra só poderia ser concedida pelo prelado da jurisdição do esposo. De salientar que não se admitia para o futuro a coexistência de duas jurisdições «em uma e a mesma família que viva em *commum* na mesma casa», de maneira a evitar confusão e dissídios entre parentes. Para além disso, foram objecto de ponderação e de rigoroso tratamento todas as questões relacionadas com a administração das igrejas e das missões, a celebração da missa e a sepultura dos fiéis, no sentido de evitar possíveis fontes de conflito. Estabelecia-se, ainda, que nas missões e lugares onde existisse uma só jurisdição não seria permitido edificar igrejas ou capelas da outra; mas permitia-



-se a sua erecção nos lugares onde as duas jurisdições já coexistiam, desde que fosse para benefício da comunidade cristã.

Por último, as *Regulae* determinavam que as queixas sobre eventuais transgressões ao regulamento, cometidas por presbíteros de outra jurisdição, deveriam ser apresentadas ao próprio prelado do queixoso, único a quem competia tratar semelhantes matérias com o outro prelado. E todas as questões que poderiam resultar da dupla jurisdição, e dividir o clero de ambas, deveriam ser submetidas à decisão de ambos os prelados. Neste sentido, não sendo um documento longo, as *Regulae* constituíam um regulamento prático e incisivo, que respondia a questões e problemas concretos do quotidiano religioso e eclesiástico derivado da dupla jurisdição.

De referir que as *Regulae* tiveram a adesão da grande maioria dos doze vicariatos apostólicos indianos onde vigorava uma situação de dupla jurisdição eclesiástica. Isto mesmo foi comunicado por Monsenhor Meurin ao Arcebispo de Goa, em carta datada de 31 de Agosto de 1877. Nessa missiva, Monsenhor Meurin informou que pelo menos nove vigários apostólicos já teriam formalmente comunicado a sua aceitação – o seu *placet* – das *Regulae*, a saber os de Dacca, Bombaim, Mangalore, Verapoly, Quilon, Jaffna, Colombo, Madrasta e Hyderabad. Por sua vez, os vigários apostólicos de Pondichery e de Maduré, ainda que não tivessem expresso dissonância em relação ao documento, teriam declarado que iriam comunicar a sua posição directamente à Santa Sé, ao passo que o vigário apostólico de Calcutá não teria participado do processo desde o seu início. Em todo o caso, Monsenhor Meurin considerava que esses três vigários apostólicos, que ainda não tinham aderido formalmente às *Regulae*, iriam fazê-lo muito em breve. Aliás, o mesmo prelado declarou que já tinha informado a Santa Sé e estava certo de que Roma iria aprovar as *Regulae*, o que, de facto, veio a acontecer<sup>140</sup>. Tratou-se, portanto, de uma vitória muito significativa não só para o Arcebispo de Goa, mas para toda a Igreja da Índia, pois lançava as bases para uma convivência pacífica entre o Padroado Português e a *Propaganda Fide*. E D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, tendo assumido a liderança do processo, viu a sua preeminência reconhecida por nove vigários apostólicos da *Propaganda Fide*.

---

<sup>140</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 316. Não encontramos, até ao momento, dados que nos permitam perceber as razões da auto-exclusão do vigário apostólico de Calcutá do concerto dos prelados da Índia. Por outro lado, a posição mais reservada dos outros dois vigários apostólicos poderá ser explicada por um maior peso da influência francesa, no caso de Pondichery, e pela existência de algumas questões pendentes, não resolvidas em Trichinopoly, no caso de Maduré.

## Um Cardinalato Anunciado, mas Não Concretizado

Essa vitória terá, muito provavelmente, estado por detrás da decisão – não efectivada – da Santa Sé de elevar ao cardinalato o Arcebispo de Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, porventura o principal fautor da paz e da unidade da Igreja na Índia. A este respeito, Fortunato de Almeida, sem referir a questão da elevação ao cardinalato, afirmou que «em Roma [D. Aires de Ornelas e Vasconcelos] era considerado como um dos mais notáveis prelados do mundo católico»<sup>141</sup>. Aliás, já no segundo trimestre de 1876, o Papa Pio IX tinha expressado a Monsenhor Meurin o seu contentamento pela obtenção da paz entre as duas jurisdições em Bombaim. Facto que foi reportado pelo mesmo vigário apostólico ao Arcebispo de Goa, por carta de 3 de Maio de 1876, tendo merecido resposta de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos em 12 de Junho de 1876<sup>142</sup>.

Posteriormente, a 26 de Maio de 1878, o Papa Leão XIII, que sucedeu a Pio IX, escreveu ao rei D. Luís, comunicando formalmente a sua vontade de conceder a dignidade cardinalícia ao Arcebispo de Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, pelas suas virtudes episcopais e nobres qualidades de mente e de coração. São suas as seguintes palavras escritas em italiano:

«Abbiamo trovato che il Prelato il quale a Nostro giudizio sembra riunire le necessarie qualità per esse insignito di un sì grande onore é l'Arcivescovo di Goa Monsignor Ayres d'Ornellas de Vasconcelos di cui Ci fu dato di ammirare in più circostanze l'egregie episcopali virtù e le nobili qualità di mente e di cuore»<sup>143</sup>.

Na Índia, a notícia só foi conhecida cerca de um mês e meio depois, tendo sido Monsenhor Meurin a comunicar a boa nova ao Arcebispo de Goa, por carta datada de 10 de Julho de 1878. Nessa carta, Monsenhor Meurin, para além de felicitar D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, enviou-lhe cópia de duas missivas recebidas de Lisboa. Estas duas missivas, escritas em português, estão datadas de 4 de Junho de 1878 e de 13 de Junho de 1878. Nesta última, comunica-se que o Santo Padre Leão XIII teria declarado oficialmente ao governo português que brevemente elevaria às honras

---

<sup>141</sup> Cf. ALMEIDA, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, p. 410.

<sup>142</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, p. 247 [«Carta ao mesmo [Monsenhor Leon Meurin], em resposta a uma carta em que este participa o contentamento do S. Pe. Pio IX pela paz entre as duas jurisdições em Bombaim, e sobre os negócios do schisma». Datada de Goa, 12 de Junho de 1876].

<sup>143</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bulas 1179/1882, maço 63, n.º 1: Carta do Papa Leão XIII para o rei Luís I, a que se refere a portaria dirigida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Real Arquivo da Torre do Tombo em 13 de Agosto de 1879, acerca da escolha da dignidade cardinalícia para o Arcebispo de Goa, Monsenhor Aires de Ornelas de Vasconcelos, pelas suas virtudes episcopais e qualidades da mente e de coração.

do cardinalato o senhor Arcebispo Primaz de Goa, fazendo-lhe, ao mesmo tempo, um «esplêndido», mas «bem merecido», elogio. Monsenhor Meurin afirmava ter a «felicidade» de ser o primeiro a comunicar esta novidade ao Arcebispo D. Aires. Tecia, ainda, várias considerações sobre o significado dessa nomeação, nomeadamente ao nível das relações de equilíbrio no seio do colégio cardinalício. A este respeito, afirmava que a América teria superado a Ásia, mas apenas por pouco tempo e que a partir daquele momento Goa e Nova Iorque formariam a ala direita e a ala esquerda do Sacro Colégio Cardinalício, reequilibrando-o em termos não só geográficos. Afirmava, ainda, que a Igreja da Índia deveria sentir-se estimulada por essa nomeação, devendo, pois, tomar coragem e alento para avançar na sua grande tarefa civilizadora e redentora. Enfim, declarava que os bispos da Índia sentir-se-iam plenos de alegria quando lhes fosse permitido reunir-se em volta do seu Cardeal Primaz, para celebrar o primeiro Concílio Nacional da Índia<sup>144</sup>.

Nos meses seguintes, a notícia foi divulgada pela imprensa indiana, em especial pelos jornais católicos de Bombaim. Ao mesmo tempo, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos recebeu, por escrito, as felicitações de um grande número de clérigos e de leigos de toda a Índia, incluindo vários prelados propagandistas, como por exemplo Monsenhor Nicola Pagani, pró-vigário apostólico de Mangalore<sup>145</sup>. Importantes terão sido as palavras de Monsenhor Christophe-Ernest Bonjean, vigário apostólico de Jaffna, que terá escrito:

«Ce n'est point ici le lieu de dire combien votre élévation est meritée, je me bornerai à vous à faire part de la grande joie qu'elle me cause et à remercier le St. Siège qui, en couronnant les services insignes rendus par Ve. Gr. à la cause de la Ste. Église dans les Indes, acquitte la grande dette de reconnaissance des vicaires apostoliques, qui, comme nous à Ceylan et en particulier moi à Jaffna, vous doivent le retour de la paix et de la concorde dans leurs vicariats»<sup>146</sup>.

---

<sup>144</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 2, Documento n.º 149 [Carta dirigida a D. Aires d'Ornelas e Vasconcelos Arcebispo Primaz de Goa por Leon Meurin S. J.. Datada de Bombaim, 10 de Julho de 1878].

<sup>145</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 2, documento n.º 1 [Carta dirigida ao arcebispo primaz D. Aires de Ornelas e Vasconcelos por Monsenhor (Nicola) Pagani, S. J., pró-vigário apostólico de Mangalore. Bombaim, St. Xavier's College 11 de Julho de 1878].

<sup>146</sup> *Apud* VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 122. O Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos mantinha correspondência com esse vigário apostólico pelo menos desde meados de 1876. Veja-se Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184, pp. 238-242 [Carta do Arcebispo D. Aires de Ornelas dirigida a Monsenhor Christophe-Ernest Bonjean, Bispo de Medea e Vigário Apostólico de Jaffna. Datada de Goa, 9 de Junho de 1876].

Em Portugal, a notícia foi recebida com júbilo pela família do Arcebispo de Goa, muito particularmente pelo irmão e pela cunhada, Dona Maria Joaquina. Esta, em carta datada de 6 de Setembro de 1878, escrita na residência da família em Caxias, exprimiu o seu contentamento pela anunciada elevação do cunhado a cardeal e pelas reacções muito positivas da generalidade dos vigários apostólicos, sinal de que D. Aires de Ornelas e Vasconcelos tinha logrado em construir a unidade e a paz na Igreja da Índia. Esperava, por isso, que a sua elevação viesse a acontecer num próximo consistório, que acreditava ser em breve<sup>147</sup>. Noutra carta, datada de 19 de Setembro de 1878, ou seja, um dia depois de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos completar 41 anos de idade, Dona Maria Joaquina fazia votos para que o cunhado viesse a ser nomeado cardeal no consistório que estava previsto acontecer em Fevereiro de 1879<sup>148</sup>.

No entanto, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos nunca chegou efectivamente a receber o barrete cardinalício, muito provavelmente por oposição do governo português, que tinha outro “candidato”, o bispo do Porto, D. Américo Ferreira dos Santos Silva<sup>149</sup>. Daí que a comunicação do Santo Padre tenha sido recebida sem qualquer entusiasmo por Lisboa, tendo o processo da sua elevação a cardeal sido protelado pelo governo português. Sobre o assunto escreveu, ainda que sucintamente, Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: «Se em Roma se pensou em fazer cardeal o arcebispo [de Goa], não é para aqui dizel-o; o certo é que o governo portuguez indicou outro prelado e depois de longas instancias alcançou para ele o chapéu cardinalício»<sup>150</sup>.

Efectivamente, D. Américo Ferreira dos Santos Silva, tido por regalista em virtude das posições expressas na Câmara dos Pares em 1876, recebeu o barrete cardinalício em Maio de 1879, na sequência de um processo desencadeado pelo rei D. Luís, em finais de 1877, que tinha em vista a obtenção de um cardeal da coroa<sup>151</sup>. O processo mereceu, contudo, as críticas de alguns sectores da Igreja Católica Portuguesa, bem como a resistência inicial da Santa Sé, que preferia D. Aires de Ornelas

---

<sup>147</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 2, Documento n.º 154 [Carta da cunhada Maria Joaquina. Caxias, 6 de Setembro de 1878].

<sup>148</sup> Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 2, Documento n.º 59 [Carta da cunhada Maria Joaquina. Caxias, 19 de Setembro de 1878].

<sup>149</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bulas 1179/1882, maço 63, n.º 1: Carta do Papa Leão XIII para o rei Luís I, a que se refere a portaria dirigida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Real Arquivo da Torre do Tombo em 13 de Agosto de 1879, acerca da escolha da dignidade cardinalícia para o Arcebispo de Goa, Monsenhor Aires de Ornelas de Vasconcelos, pelas suas virtudes episcopais e qualidades da mente e de coração.

<sup>150</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 121.

<sup>151</sup> ABREU, 2005, «O Legado Pastoral do Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899)», pp. 213-226.

e Vasconcelos. Roma, porém, para não desagradar à coroa portuguesa, acabou por ceder às pressões de Lisboa.

Dito isto, importa referir que a situação política portuguesa era então marcada por uma certa instabilidade no plano governativo. De facto, o longo ministério regenerador de Fontes Pereira de Melo (1871-1877) tinha sido substituído por um novo executivo liderado pelo reformista Marquês (depois Duque) de Ávila e Bolama, em 5 de Março de 1877. Mas este governo durou menos de um ano, tendo-lhe sucedido um novo ministério chefiado por Fontes Pereira de Melo, em 29 de Janeiro de 1878. Desta vez, porém, o líder regenerador não conseguiu manter o poder por muito tempo, tendo o seu governo sido substituído por um gabinete ministerial progressista liderado por Anselmo José Braamcamp, em 1 de Junho de 1879, o qual governou até Março de 1881<sup>152</sup>. Para além disso, em virtude destas mudanças políticas, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos deixou de poder contar com o seu principal interlocutor junto do governo português, ou seja, o Ministro Andrade Corvo. De facto, João Andrade Corvo, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1871-1878), em acumulação com as pastas da Marinha e do Ultramar (1872-1877), abandonou o exercício de funções governativas com a queda do governo do Marquês de Ávila, em 29 de Janeiro de 1878. Estas mudanças e a instabilidade no plano governativo, a par da realização de eleições para deputados em 13 de Outubro de 1878, ganhas pelo partido regenerador, poderão ter contribuído para que não fosse tida em devida consideração a questão da elevação a cardeal de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, até porque os governos estariam mais interessados nas questões relativas à política interna (e à satisfação dos interesses e das reivindicações das respectivas clientelas partidárias), do que propriamente nas matérias relacionadas com as políticas externa e ultramarina.

### **A Exposição do Corpo de São Francisco Xavier e a Consagração da Preeminência da Sé Primacial de Goa**

No entretanto, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos prosseguiu a sua política tendente à afirmação da preeminência da Sé Primacial de Goa e à preservação do Padroado Português do Oriente, procurando afirmar a sua autoridade na qualidade de Primaz nas mais remotas missões portuguesas do subcontinente indiano. Para o efeito, teve a colaboração de vários eclesiásticos, seus vigários gerais, em especial do

---

<sup>152</sup> Sobre a vida política portuguesa neste período veja-se, em particular, as biografias de Fontes Pereira de Melo e do Duque de Ávila, a saber: MÓNICA, 1999, *Fontes Pereira de Melo*; SARDICA, 2005, *Duque de Ávila e Bolama – Biografia*.

reverendo António Thomaz da Silva Leitão e Castro, visitador às igrejas da Província do Norte, no vicariato geral de Bombaim<sup>153</sup>. Mas fê-lo também pessoalmente, por meio de viagens e de visitas pastorais e por meio de conversações com as autoridades britânicas. Assim, em Janeiro de 1878, partindo de Bombaim, onde foi hóspede de Monsenhor Meurin, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos atravessou a Índia de comboio até Calcutá, parando pelo caminho em várias igrejas e missões esparsas pelo interior do subcontinente. Em Calcutá, foi recebido pelo Vice-Rei da Índia Inglesa, Lorde Edward Robert Bulwer-Lytton (1831-1891 e vice-rei entre 1876 e 1880), que ofereceu um jantar em sua honra<sup>154</sup>. Das conversações com o Vice-Rei da Índia Inglesa resultou o apoio das autoridades britânicas à conservação do Padroado Português nos territórios sob dominação inglesa, em detrimento das antigas reivindicações da *Propaganda Fide*. Os ingleses preferiram, assim, apoiar Portugal, um país que *de facto* não constituía uma ameaça à hegemonia britânica na Índia, de forma a conter o crescimento da influência francesa – que há muito actuava sob a cobertura da *Propaganda Fide* – no Oriente<sup>155</sup>. Tratou-se de mais uma vitória da diplomacia de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos e que precedeu a assinatura do Tratado Anglo-Português de 26 de Dezembro de 1878<sup>156</sup>.

Depois de Calcutá, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos visitou as igrejas e missões do Padroado em Bengala, inclusivamente a de Dacca no actual Bangladesh. Se muitas destas missões jaziam em grande pobreza, vivendo os missionários e os fiéis em condições precárias e insalubres, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos teve também a oportunidade de visitar a rica zemindaria de Nagory – com vinte mil habitantes –, na qualidade de prelado e de zemindar, ou seja, de senhor feudal, do reitorado de Bhowal. Tendo embarcado para Madrasta, em 20 de Fevereiro de 1878, o Primaz do

---

<sup>153</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 108-109.

<sup>154</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 113.

<sup>155</sup> Sobre a posição inglesa relativamente ao Padroado Português e ao relacionamento com o Vice-Rei da Índia Inglesa, Lorde Lytton, veja-se: Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 100.

<sup>156</sup> O Tratado Anglo-Português de 1878 estabeleceu, entre outras coisas, a união aduaneira entre a Índia Portuguesa e a Índia Britânica, a construção do porto e do caminho-de-ferro de Mormugão, ligando Goa ao território inglês, e a atribuição do monopólio do fabrico e comércio do sal à Inglaterra. Cf. PEREIRA, 2017, «O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos», pp. 229-252. Sobre o Tratado veja-se também as considerações de A. Sérgio de Sousa Júnior, governador de Damão e filho do Governador-Geral da Índia, Visconde Sérgio de Sousa, em carta dirigida ao arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37, Documento n.º 96. De grande relevo também a carta de Joaquim José Fernandes, de Bombaim, dirigida ao mesmo arcebispo em 18 de Setembro de 1879: Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37A, Documento n.º 434.

Oriente visitou e reafirmou a sua autoridade sobre as igrejas e missões do bispado de S. Tomé de Meliapor, tendo tido confirmação da adesão do vigário apostólico de Madrasta, Monsenhor Fenelly, aos artigos das *Regulae* já em vigor em Bombaim. Retornou a Goa, via Bombaim, por motivos de saúde, onde entrou a 10 de Março de 1878, depois de uma viagem de dois meses e de milhares de quilómetros pelo subcontinente indiano<sup>157</sup>.

Regressado a Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos empenhou-se nos preparativos para a realização de uma das principais empresas do seu episcopado, a exposição do corpo incorrupto de São Francisco Xavier. À semelhança dos túmulos dos Apóstolos São Pedro e São Paulo na Roma Pontifícia, o corpo de S. Francisco Xavier servia de alicerce ao primado religioso de Goa – a *Roma do Oriente* –, legitimando a preeminência do Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente no seio da Igreja Católica da Índia. Tal como salientado por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos, o grande objectivo da exposição era o de «reviver na consciência dos catholicos de todo o Indostão a preeminência ecclesiastica da Sé primacial de Goa»<sup>158</sup>. O plano da exposição foi meticulosamente pensado por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos que, para o efeito, obteve primeiramente o apoio do novo Governador-Geral da Índia, o Visconde de Sérgio de Sousa, em Novembro de 1877. Em 3 de Dezembro de 1877, pedida a licença ao Ministro do Ultramar, pelo Governador-Geral, o Arcebispo anunciou aos fiéis a exposição do corpo na igreja do Bom Jesus da Velha Goa. A exposição teria início a 3 de Dezembro de 1878, dia de São Francisco Xavier. De salientar a publicação da pastoral de 21 de Novembro de 1878, notável pela sua erudição e retórica, pela qual o Arcebispo de Goa exortou todo o clero e os fiéis a participarem nesse grande evento religioso<sup>159</sup>. Escrita em português, a pastoral foi reproduzida nas principais línguas faladas no subcontinente indiano. De notar, ainda, que no dia 18 de Julho de 1878, durante os preparativos para a exposição, o túmulo do “apóstolo” foi aberto para verificação e exame dos restos mortais, achando-se as relíquias no mesmo estado em que tinham sido depositadas depois da última exposição, que ocorrera em 1859<sup>160</sup>.

No entretanto, por falecimento do Visconde de Sérgio de Sousa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos teve de assumir, pela segunda vez em menos de dois anos,

---

<sup>157</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 115.

<sup>158</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 109.

<sup>159</sup> Ayres, Arcebispo primaz, *Pastoral de 21 de Novembro de 1878*. Reproduzida em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 443-459.

<sup>160</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 109-129. A respeito da exposição do corpo de S. Francisco Xavier de 1878 veja-se: VICENTE, 2005, «O S. Francisco Xavier de Isabel Burton e de Mrs. Guthrie: duas inglesas em Goa na década de 1870», pp. 70-109. Cf. SOUZA, 2008, «O Padroado Português do Oriente visto da Índia», pp. 413-430.

a presidência da Junta de Governo do Estado da Índia. Não abordaremos aqui a sua acção enquanto governante da Índia Portuguesa, por não ser esse o objectivo deste artigo e porque o assunto será desenvolvido em futura publicação. Mas podemos adiantar que durante os sete meses em que governou a colónia, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos dotou a cidade de Pangim com uma nova rua, à qual deu o nome de Vice-almirante Sérgio, e mandou fazer na cidade velha de Goa um grande largo, a que deu o nome do Conselho Governativo, com o objectivo de poder acolher milhares de pessoas durante as celebrações da exposição. Na correspondência mantida com a sua família, nomeadamente com a cunhada, D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, filha do 7.º Conde da Ponte, muitas são as alusões aos preparativos do evento, à necessidade de encontrar acomodações dignas para os milhares de peregrinos, em especial para o clero propagandista, pois a exposição do corpo deveria consagrar o reconhecimento por parte dos vigários apostólicos do primado do Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente.

No dia 3 de Dezembro de 1878, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos deu solenemente início à exposição do corpo de São Francisco Xavier, por meio de uma procissão na qual participaram cerca de quatrocentos clérigos de Goa e da *Propaganda Fide*, três bispos vigários apostólicos – os de Bombaim, Jaffna e Hyderabad –, o pro-vigário apostólico de Mangalor, os vigários gerais propagandistas de Madrasta e de Jaffna. Entre os clérigos presentes havia portugueses, franceses, irlandeses, alemães, italianos, muitos indianos e até de Ceilão. Acompanhavam, ainda, o Primaz do Oriente o novo Governador-Geral, Caetano Alexandre de Almeida Albuquerque<sup>161</sup>, e demais autoridades civis e militares do Estado da Índia, caminhando solenemente da Sé Primacial de Goa para a igreja do Bom Jesus, «entre alas de tropa e um concurso inumerável de povo de todas as raças e cores e até de todas as crenças: idolatras e parses, mahometanos e buddhistas, mas perdidos na maioria christan e confundidos com ella no preto que todos rendiam a um santo da Egreja catholica»<sup>162</sup>. A abertura do túmulo do apóstolo foi descrita de forma particularmente viva por Agostinho de Ornelas e Vasconcelos:

«Depois da missa pontifical, dada á numerosa assembléa a bênção papal, dirigiu-se o arcebispo, acompanhado dos tres bispos, ao estrado e ajudado por eles, abriu a tampa do cofre e expoz aos fieis ansiosos o corpo do apóstolo. Depois beijou-lhe primeiro os pés, seguiram-se-lhe os bispos vigários apostólicos, logo apoz o governador do Estado, o clero e as autoridades presentes e emfim o povo. Estava começada a exposição do corpo

---

<sup>161</sup> O novo Governador-Geral chegara a Goa a 1 de Dezembro de 1878, tendo tomado posse no dia seguinte.

<sup>162</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 128-129.



de S. Francisco Xavier, pela segunda vez n'este século, e era inaugurada com uma pompa sem precedente e abrilhantada por um concurso de prelados nunca visto em Goa, nem nos tempos da sua prosperidade e esplendor»<sup>163</sup>.

Durante 33 dias, até 6 de Janeiro de 1879, a exposição atraiu milhares de peregrinos de toda a Índia. Estima-se que cinquenta mil peregrinos estrangeiros tenham ocorrido a Goa, o que muito terá contribuído para as finanças do Arcebispado e do Estado Português da Índia, por via das oblatas e da alfândega. Os três prelados propagandistas, Monsenhores Meurin, Bonjean e Barbero, foram hóspedes, durante oito dias, de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, confirmando – e consolidando – a relação de cordialidade, de respeito e de colaboração entre esses vigários apostólicos e o Arcebispo de Goa. Para o encerramento da exposição, fez-se uma cerimónia análoga à da abertura, desta vez com a participação dos vigários apostólicos de Vizagapatam e Patna, os reverendos Tissot e Tosi. A sua presença constituía mais um acto de homenagem do clero propagandista à Sé Metropolitana e Primacial de Goa, em especial ao seu prelado, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Goa via, assim, restaurado o seu antigo estatuto de centro do catolicismo indiano. Na senda do que fora proposto por Monsenhor Meurin, os diversos vigários apostólicos presentes na exposição fizeram votos para que se viessem a realizar em Goa, junto do túmulo do apóstolo São Francisco Xavier, um «synodo nacional» dos bispos da Índia presidido pelo seu Primaz, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos<sup>164</sup>. Ficava, assim, restabelecida a preeminência eclesiástica do Arcebispo de Goa na Índia, reconhecendo-se o primado do Primaz do Oriente, ao mesmo tempo que se salvaguardava o Padroado Português por via do estabelecimento de um *modus vivendi* com os vicariatos apostólicos da *Propaganda Fide*.

Para além do seu significado espiritual e repercussões em termos de preeminência eclesiástica no seio da Igreja Católica, a exposição do corpo de São Francisco Xavier teve, claramente, um alcance político maior no contexto da presença portuguesa na Índia. Disso mesmo deu testemunho o Governador-Geral Caetano Alexandre de Almeida Albuquerque, em carta dirigida ao Ministro da Marinha e

---

<sup>163</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 130-131.

<sup>164</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 131-134. Nas semanas subsequentes ao encerramento da exposição do corpo de São Francisco Xavier, os vários vigários apostólicos exprimiram, por meio de cartas dirigidas ao Arcebispo de Goa, o seu reconhecimento pela forma fraternal e generosa como tinham sido recebidos por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos em Goa. A título de exemplo, veja-se: Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 2, Documento n.º 151 [Carta de Fr. Paolo Tosi O. C., Bispo Vigário Apóstolico de Patna. Allahabad, 26 de Janeiro de 1879].

Ultramar, descrevendo o sucesso do evento e propondo a atribuição da «gran cruz de Christo» a D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Embora longo, vale a pena reproduzir o seguinte extracto dessa carta datada de 22 de Janeiro de 1879:

«Dezenas de milhares de indivíduos das christandades do Oriente e de todas as jerarchias, concorreram a Goa, uns movidos de piedosa devoção, outros pela curiosidade e quiçá animados de espírito mordaz, esperando encontrar ocasião propicia para nos ridiculizarem e amesquinharem perante os nossos vizinhos, que tanto invejam o nosso território, quanto mal lhes sofre o animo de nos verem conservar ainda estes pequenos restos da nossa passada grandeza e gloria./ Tão decente porém e com tal esplendor acharam aquelle solemnissimo acto, que não podendo nem domar a consciência, nem deixar de prestar homenagem á verdade, em correspondências insertas em quasi todos os jornaes da India inglesa, accordemente descreveram a nossa festividade com cores sobremodo lisonjeiras para a nossa dignidade e amor pátrio./ E de todo este bom resultado obtido, nada se deve a mim, foi devido quasi exclusivamente ao trabalho aturado, á dedicação, zelo e inteligente superintendência do virtuoso e digno prelado d'esta archidiocese, o rev.do arcebispo primaz D. Ayres d'Ornellas e Vasconcellos, que com sacrificio de sua saude e risco de vida, permanentemente habitou a insalubre velha Goa, e tudo viu, tudo dispoz sob sua própria inspecção. A funcionarios d'estes, exc.mo snr., deve o paiz muito e permita-me v. exc.<sup>a</sup> que lhe diga, que não enxameam no nosso paiz. / Em vista pois do que me cumpre expor a v. exc.<sup>a</sup>, acrescentando ainda os muito bons serviços prestados a toda a administração em geral pelo snr. D. Ayres d'Ornellas e Vasconcellos, durante os longos períodos em que presidiu ao conselho governativo, tenho hoje a honra de propor a v. exc.<sup>a</sup> o mesmo snr. Arcebispo para ser agraciado com a gran cruz de Christo»<sup>165</sup>.

Tanto quanto pudemos apurar, a proposta do Governador-Geral não foi considerada pelo governo de Lisboa, que não soube – ou não quis – reconhecer formalmente os serviços prestados pelo Arcebispo de Goa a Portugal. Como sublinhou o irmão do prelado, «nem portaria de louvor expediram», ainda que, na sessão da Câmara dos Pares, de 12 de Março de 1879, o Ministro do Ultramar, Tomás Ribeiro, tenha efectivamente admitido os bons serviços prestados por esse prelado ao país, declarando: «já os serviços que [D. Aires de Ornelas e Vasconcelos] tem prestado á religião e á pátria bastavam para lhe assegurar um logar distincto na historia da nação»<sup>166</sup>. Relativamente à falta de reconhecimento público e formal, por parte do governo português, dos serviços prestados por D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, parecem-nos particularmente pertinentes as interrogações meramente retóricas de Agostinho de Ornelas e Vasconcelos que, numa referência implícita à posição do

<sup>165</sup> Carta do Governador-Geral, Caetano Alexandre de Almeida Albuquerque, dirigida ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Nova Goa, 22 de Janeiro de 1879. Reproduzida em VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], pp. 522-524.

<sup>166</sup> *Diário da Câmara dos Pares* de 1879, sessão n.º 37 de 12 de Março, p. 430, *apud* VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 136.

governo português, perguntava: «Mas quem compreende grandezas espirituais? Quem acredita que as nações se engrandecem com a força religiosa e a preeminência eclesiástica?»<sup>167</sup>.

### **Doença e Morte de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos**

Terminada a exposição do corpo de São Francisco Xavier, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos permaneceu na Velha Goa até 19 de Janeiro de 1879. Depois, dedicou-se à reforma dos seminários e à nova organização dos estudos e educação religiosa na diocese de Goa, bem como ao governo do Padroado, iniciando um processo que não pôde concluir devido à doença e à morte prematura, mas deixando as bases para um renascimento da vida religiosa e espiritual católica em Goa. De visita às “Novas Conquistas”, o Arcebispo faleceu em Março de 1879, na igreja de Loutolim. Regressado a Goa, e face ao agravamento das suas condições de saúde, nomeou uma junta governativa do bispado, delegou a jurisdição extraordinária no reverendo Leitão e Castro e, com os três padres madeirenses que o acompanhavam desde 1875, embarcou para Bombaim em 6 de Abril de 1879, de onde partiu com destino a Portugal – partia para nunca mais voltar<sup>168</sup>.

Não nos deteremos aqui na narração dos últimos meses de vida de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos. Mantendo-se sempre em estreito contacto com a sua arquidiocese, por meio de correspondência, lutou como pôde contra a sua doença, procurando inutilmente remédio na sua ilha natal e, mais tarde, em Vichy, na França. Todos os esforços foram em vão. Faleceu em casa do irmão, em Caxias, no dia 28 de Novembro de 1880<sup>169</sup>. A notícia do seu falecimento foi recebida com grande consternação e tristeza em Portugal, em Roma e na Índia. No funeral recebeu as honras que a dignidade o revestia. Levou o corpo um coche da casa real e acompanharam o funeral representantes de Suas Majestades, o rei D. Luís e a rainha Dona Maria Pia. Estiveram presentes numerosos membros da Igreja, da aristocracia do reino e do corpo diplomático, entre os quais os Ministros da Inglaterra, Itália, França, Áustria e o Núncio Apostólico<sup>170</sup>. O corpo foi depositado no jazigo dos Condes da Ponte, família da cunhada do Arcebispo, tendo sido posteriormente trasladado para a capela de Santo António, na Sé do Funchal.

---

<sup>167</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 130.

<sup>168</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 143.

<sup>169</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 171.

<sup>170</sup> VASCONCELOS, 1881, *Obras de D. Ayres D’Ornellas de Vasconcelos* [...], p. 171-172.

## Conclusão

Filho de uma das mais representativas famílias aristocráticas da ilha da Madeira, eclesiástico zeloso e dotado de grande inteligência e cultura, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos foi o primeiro madeirense a exercer as funções de Bispo do Funchal (1872-1874). Contudo, foi na qualidade de Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente, múnus exercido entre finais de 1874 e o momento da sua morte, ocorrida em 28 de Novembro de 1880, que D. Aires de Ornelas e Vasconcelos mais se notabilizou, tendo deixado uma marca profunda no governo desse arcebispado e do Padroado Português do Oriente.

De facto, a nomeação de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, pelo Papa Pio IX, para a Sé Primacial de Goa colocou-o no “meio” de uma intrincada rede de relações políticas, diplomáticas e religiosas, à escala global, no quadro da expansão imperial europeia no Oriente. Uma vez chegado a Goa, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos mergulhou na complexa realidade religiosa, social e política do subcontinente indiano, onde, a debalde da supremacia militar britânica, diferentes potências europeias – entre as quais Portugal e a França – competiam para obter influência junto das populações nativas através das suas missões e agentes religiosos, inclusivamente por meio da “instrumentalização” dos vicariatos da *Propaganda Fide*, sinal de que o processo de construção imperial se fazia não só pela conquista militar do território, mas também por via da acção missionária e da “governança das almas”.

No caso português, o Padroado constituía o principal instrumento que o país tinha à disposição para afirmar – ou pelo menos manter – a sua presença, influência e prestígio no Oriente, ultrapassando em muito os limites estreitos dos pequenos enclaves *de facto* administrados por Portugal. Como tal, D. Aires de Ornelas e Vasconcelos defendeu de forma inteligente o Padroado Português do Oriente, tendo operado no sentido de reafirmar – pela sua intensa acção pastoral e diplomática – os direitos e a autoridade do Padroado nas vastas áreas sob administração inglesa na Índia, nomeadamente em Bombaim, em Madrasta, no Golfo de Bengala, em Dacca, no Bangladesh, na ilha de Ceilão. Entre as suas principais vitórias no plano diplomático-eclesiástico conta-se a celebração de um *modus vivendi* – as *Regulae* – com os vários vigários apostólicos da *Propaganda Fide*, que garantiu não só a paz no seio do catolicismo indiano, mas também o reconhecimento da preeminência da Sé Metropolitana de Goa e a salvaguarda do Padroado Português. D. Aires de Ornelas e Vasconcelos organizou, também, a Exposição do Corpo de São Francisco Xavier

(1878-1879), o *Apóstolo do Oriente*, atraindo muitos milhares de peregrinos a Goa e confirmando, assim, a sua qualidade de capital do catolicismo oriental – a *Roma do Oriente*.

Neste sentido, o estudo de caso ora apresentado afigurasse-nos particularmente significativo para a construção de um conhecimento mais abrangente sobre a presença portuguesa no Oriente, em especial sobre o papel desempenhado pela Igreja de Goa – e o significado do Padroado Português – para a preservação da influência portuguesa em espaços há muito perdidos do ponto de vista político e militar por Portugal. Configurar-se-á essa influência uma situação específica, de domínio informal, mantida por via da governação eclesiástica de comunidades católicas espalhadas pelo subcontinente indiano? O estado actual da nossa investigação não nos permite para já responder a esta questão, ainda que haja alguns indícios que parecem apontar nesse sentido.

Por outro lado, o estudo do episcopado goês de D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, em larga medida ainda por fazer (pois muitos aspectos ficaram por abordar), permite-nos avaliar o grau de inserção das elites madeirenses no quadro da administração do Império Colonial Português, afiançando a sua participação num plano superior da governação ultramarina, neste caso eclesiástica, e com claras repercussões no âmbito político. Uma participação feita a uma escala não apenas atlântica, mas por assim dizer global, no quadro do Império Português, sinal de que as elites madeirenses se conseguiam projectar muito para além dos estreitos limites geográficos do Arquipélago da Madeira.

## **Fontes e Bibliografia**

### Fontes Arquivísticas

Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37.  
Arquivo e Biblioteca da Madeira, *Arquivo da Família Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 37A.  
Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Cathalogo dos meus livros / Ayres d'Ornellas / 1866*, Livro 180 [o título que consta da lombada deste volume – *Cons. Aires de Ornelas, Catálogo dos Livros, 1866* –, bem como a nota lançada na página número 55 – *Catalogo dos meus livros / Ayres d'Ornellas / 1883* – indiciam que o sobrinho do Arcebispo e seu homónimo, o Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos, terá tido a intenção (não concretizada) de aproveitar este volume, com muitas páginas em branco, para lançar o catálogo da sua própria biblioteca].

Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos, Correspondência Particular – Livro I*, Livro 184.

Arquivo Histórico da Diocese do Funchal, *Arquivo do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos*, Caixa 2.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Avisos e ordens, maço 30, n.º 386.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bulas 1179/1882, maço 63, n.º 1.

### Fontes Impressas

BIKER, Júlio Firmino Júdice, 1886, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazas Que o Estado da Índia Portuguesa Fez Com os Reis e Senhores Com que Teve Relações nas Partes da Asia e África, Desde o Princípio da Conquista até ao Fim do Século XVIII...*, vols. XII e XIII, Lisboa, Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, Agostinho de Ornelas e, 1881, *Obras de D. Ayres D'Ornellas de Vasconcelos. Arcebispo de Goa, Primaz do Oriente, Precedidas de uma notícia biográfica*, Porto, Ernesto Chardron Editor [entre outros documentos, contém os seguintes escritos do Arcebispo D. Aires de Ornelas e Vasconcelos: *Discurso pronunciado no Seminário do Funchal, no dia da abertura das aulas de teologia*, em 1 de Outubro de 1867, na presença do Exc.mo e Rev.mo Snr. Bispo D. Patrício Xavier de Moura; *Discurso recitado na catedral do Funchal em 21 Junho de 1871, por ocasião do XXV anniversario da eleição do Papa Pio IX*; *Sermão pregado na catedral do Funchal na primeira Dominga do Advento de 1871*; *Sermão da segunda Dominga do Advento de 1871*; *Sermão pregado na quarta Dominga do Advento de 1871*; *Sermão da primeira Dominga de Quaresma, pregado na catedral do Funchal em 18 de Fevereiro de 1872*; *Sermão da quarta Dominga de Quaresma, prégado na catedral do Funchal em 10 de Março de 1872*; *Sermão prégado na catedral do Funchal no dia 28 de Novembro de 1873*; *Sermão prégado na catedral do Funchal no dia 17 de Março de 1874*; *Pastoral de 17 de Fevereiro de 1871*. Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, doutor em teologia pela Universidade de Coimbra, deão da sé do Funchal, governador do bispado por s. exc.<sup>a</sup> rev.ma o snr. D. Patrício, bispo do Funchal; *Pastoral de 31 de Janeiro de 1872*. D. Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, bispo de Gerasa, "in partibus infidelium", coadjutor e futuro sucessor da Sé do Funchal, etc.; *Pastoral de 8 de Dezembro de 1872*. Dom Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, bispo do Funchal, ilha da Madeira, Porto Santo e Arguim, etc., etc., etc.; *Pastoral de 14 de Fevereiro de 1874*. Dom Ayres d'Ornellas de Vasconcelos, por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, bispo do Funchal, ilha da Madeira, Porto Santo e Arguim, do conselho de Sua Magestade Fidelissima, etc., etc., etc.; Ayres, Arcebispo primaz, *Pastoral de 21 de Fevereiro de 1878. Pela morte de Pio IX*; Ayres, bispo do Funchal, *Resposta à circular do ministro dos negócios eclesiásticos, consultando os prelados sobre a nova circumscripção das dioceses*.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1873; *Regulae. a Clero utriusque jurisdictionis, Reverendissimorum Goani Archiepiscopi et Vicarii Apostolici Bombayensis, observandae. / Regulamento. Que deve observar o clero d'ambas as jurisdições, tanto da do Ex.mo e Ver.mo Snr. Arcebispo de Goa como da do Ex.mo e Rev.mo Snr. Vigario Apostolico de Bombaim.* Bombaim 15 de Janeiro de 1878. Ayres, Arcebispo primaz (escritas em latim, com tradução em português)].

*Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo I: Costa Ocidental de África e Ilhas Atlânticas*, 2011, Coordenação Geral de FRANCO, José Eduardo, Lisboa, Esfera do Caos Editores.

*Arquivo Secreto do Vaticano. Expansão Portuguesa – Documentação. Tomo II: Oriente*, 2011, Coordenação Geral de FRANCO, José Eduardo, Lisboa, Esfera do Caos Editores.

## Bibliografia

ABREU, Adélio Fernando, 2005, «O Legado Pastoral do Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899)», in *Humanística e Teologia*, n.º 26, pp. 213-226.

ALBUQUERQUE, Gonçalo C., PIMENTA, Fernando Tavares, 2021, «Um Madeirense ao Comando do Império. Aires de Ornelas e Vasconcelos e a Reorganização Administrativa de Moçambique», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 349-381.

ALMEIDA, Fortunato de, 1917, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte I*, Coimbra, Imprensa Académica.

ALMEIDA, Fortunato de, 1921, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte IV*, Matosinhos, Tipografia Leixões.

ALMEIDA, Fortunato de, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte II*, Coimbra, Imprensa Académica.

ALMEIDA, Fortunato de, 1922, *História da Igreja em Portugal. Tomo IV – 1750-1910, Parte III*, Coimbra, Edição do Autor.

ALMEIDA, Fortunato de, 1970, *História da Igreja em Portugal* [Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres], Porto-Lisboa, Livraria Civilização Editora.

BARBOSA, David Sampaio, 1989, «O Concílio Vaticano I e o governo português (1869-1870)», in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 1, pp. 29-35.

BRÁSIO, António, 1973, *História e Missiologia. Inéditos e Esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola.

BRAZÃO, Eduardo, 1972, «O Concílio Vaticano I visto pelos diplomatas portugueses (1869-1870)», in *Lusitania Sacra*, n.º 9 (1970-1971), pp. 255-309.

- CRUZ, Manuel Braga da, 2002, «O Padroado Português no Oriente», in *Didaskalia*, XXXIII, pp. 239-255.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho, 2004, «Fidelidade à Pátria e Obediência à Religião. Dois egressos beneditinos no “Cisma” de Goa: D. Frei António de Santa Rita e D. Frei José de Jesus Maria da Silva Torres», in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 499-510.
- FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros, 1998, *Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos. Instrumentos Descritivos. Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, vol. XXI, pp. 14-27.
- FRYKENBERG, Robert Eric (ed.), 2003, *Christians and Missionaries in India. Cross-Cultural Communication since 1500*, London/New York, Routledge.
- GOMES, Fátima Freitas, 1997, «Agostinho de Ornelas e Vasconcelos: o morgado liberal e a decisão criativa», in *Isleña*, n.º 21, Jul.-Dez., pp. 79-109.
- MATOS, Rui Campos, 2021, *Hospício da Princesa Dona Maria Amélia. Um livro de pedra*, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira.
- METZLER, Josef, 2000, «La Congregazione de *Propaganda Fide* e lo sviluppo delle missioni cattoliche (ss. XVIII al XX)», in *Anuario de Historia de la Iglesia*, n.º 9, pp. 145-154.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1999, *Fontes Pereira de Melo*, 2.ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Eduardo C. N., 1989, *Ilhas de Zargo*, 4.ª edição, vol. 1, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- PEREIRA, Hugo Silveira, 2017, «O tratado luso-britânico de 1878: história de um acordo tecnodiplomático em três atos», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 17, pp. 229-252.
- QUINN, John R., 2017, *Revered and reviled: a re-examination of Vatican Council I*, New York, The Crossroad Publishing Company.
- REGO, António da Silva, 1940, *O Padroado Português do Oriente. Esboço Histórico*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- REGO, A[ntónio]. da Silva, 1961, *Lições de Missionologia*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- REIS, Mónica Esteves, 2015, *De Portugal para a Índia O Percurso da Arte Retabular na Antiga Província Do Norte e em Goa. Inventário Artístico do Retábulo no taluka de Tiswadi*, Tese para obtenção do grau de doutor em História e Património no Ramo da História da Arte, Faro, Universidade do Algarve.



- RIBEIRO, António Vitor, 2022, «A conspiração de Surat. Entre Roma, Lisboa e Mesopotâmia: o bispo de Cochim, D. Frei Pedro Pacheco OP, os cristãos da Serra e a *Propaganda Fide*», in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 22, n.º 2, pp. 91-115.
- SARDICA, José Miguel, 2005, *Duque de Ávila e Bolama – Biografia*, Lisboa, Publicações Assembleia da República/Dom Quixote.
- SORGE, Giuseppe, 1983, *L'India di S. Tommaso. Ricerche storiche sulla chiesa malabarica*, Bologna, Editrice CLUEB.
- SOUZA, Teotónio R. de, 2008, «O Padroado Português do Oriente visto da Índia», in *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano VII, n.ºs 13-14, pp. 413-430.
- TISSERANT, Eugène, 1957, *Eastern Christianity in India: a History of the Syro-Malabar Church from the earliest time to the present day*, London, Longmans, Green and Co.
- VEUILLOT, Louis, 1963, *Roma e il concilio* [introdução de Nello Vian], Brescia, Morcelliana.
- VICENTE, Filipa Lowndes, 2005, «O S. Francisco Xavier de Isabel Burton e de Mrs. Guthrie: duas inglesas em Goa na década de 1870», in *Oriente*, n.º 13, Dezembro, pp. 70-109.
- VITELLESCHI, Francesco Nobili, 1963, *Il papa infallibile: cronaca del Concilio ecumenico vaticano primo*, Milano, Giordano.



## A Administração Financeira do Município do Funchal entre 1880 e 1895: Tutela do Governador Civil e Tentativa de Equilíbrio das Contas Municipais

The Financial Administration of Funchal's Municipality between 1880 and 1895: Civil Government Supervision and Effort to Municipal Accounts' Balance

*Ana Madalena Trigo de Sousa*<sup>1</sup>

### Resumo

O presente estudo tem por finalidade apresentar uma análise da administração financeira do município do Funchal durante as vigências dos Códigos Administrativos de 1878 e de 1886, compreendendo um arco temporal com início em 1880 e término em 1895. Dividido em três partes, inicia-se com o enquadramento legislativo das finanças municipais, devidamente exposto nos articulados destes dois documentos. De seguida, o enfoque é dado à gestão financeira da câmara, com a apresentação do orçamento e da conta de gerência, instrumentos financeiros dependentes da tutela do governador civil do distrito administrativo do Funchal. Finalmente, numa terceira e última parte, dedicar-nos-emos à receita e à despesa municipais, com o estabelecimento das suas tipologias e análise dos registos contabilísticos produzidos.

**Palavras-chave:** Município; Funchal; Gestão Financeira; Tutela do Governo Civil.

---

<sup>1</sup> Investigadora Auxiliar, da Carreira de Investigação Científica, do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira / Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciada em História (1992) e Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa Séculos XV-XVIII (1997) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH). Em 2004 obteve aprovação, por unanimidade, com distinção e louvor, nas Provas Públicas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar, com a dissertação *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Pós-Pombalina*, editada nesse mesmo ano. Tem vários estudos publicados no âmbito da história política e institucional do arquipélago da Madeira nas épocas moderna e contemporânea. Para mais informação: <https://orcid.org/0000-0001-6992-914X>. Contacto: [madalena.sousa@madeira.gov.pt](mailto:madalena.sousa@madeira.gov.pt).

### Abstract

This study's purpose is to present an analysis on the financial administration of Funchal's municipality during the terms of the 1878's and the 1886's Administrative Codes, between 1880 and 1895. Divided into three parts, this essay begins with an examine of the municipal finance's legislative framework, which is properly explained in those two texts. Then, there is a focus on municipal finances with a presentation of budget and management account values, which were both under the direction of the civil governor of Funchal administrative district. Finally, the income and the expenditure are presented, with an establishment of their typologies and analysis of the accounting records that were produced.

**Keywords:** Municipality; Funchal; Financial Management; Civil Government Supervision.

## Introdução

Este trabalho tem por finalidade apresentar um estudo sobre a administração financeira do município do Funchal entre os anos de 1880 e de 1895, compreendendo as vigências do Código Administrativo de 1878 e do Código Administrativo de 1886. Trata-se de um estudo inserido no projeto de investigação, *A Administração Financeira do Município do Funchal durante a Monarquia Constitucional*<sup>2</sup>, da nossa autoria e responsabilidade, e representa o resultado da última etapa da pesquisa realizada. O texto original foi redigido em 2016, mas não chegou a ser publicado.

O Código de 1878, promulgado num governo liderado pelo Partido Regenerador, e o Código de 1886, promulgado num governo liderado pelo Partido Progressista, oponente do primeiro, são documentos que refletem o afã governativo em realizar

---

<sup>2</sup> Este projeto de investigação decorreu entre 2012 e 2016. Teve por finalidade a realização de um estudo sobre a administração financeira do município do Funchal durante a Monarquia Constitucional. Mais concretamente, abrangeu um arco temporal com início em 1861, quando a edilidade começou a sistematizar os seus registos contabilísticos, e terminando em 1910, ano da instauração do regime republicano. Foram analisadas as questões que se elencam: i) características da gestão financeira municipal tendo em consideração a codificação administrativa da responsabilidade do poder central; ii) levantamento dos orçamentos e das contas de gerência e identificação das tipologias da receita e da despesa municipais; iii) levantamento, organização e análise dos registos da receita e da despesa; iv) compreensão da forma de articulação, no âmbito das questões financeiras, entre a instituição municipal e os poderes regional (governador civil) e central (rei). Deste projeto, brotaram os seguintes estudos: «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», publicado no *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, 2015, pp. 473-509; «O Município do Funchal no Final da Monarquia Constitucional: Uma Análise Financeira», publicado no *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 6, 2014, pp. 328-361; «O Município do Funchal e a sua Receita Aduaneira: Origem e Evolução de um Imposto Vital na Administração Camarária (1872-1910)», publicado no *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 2, 2020, pp. 581-617.

reformas na administração local<sup>3</sup>. Estamos perante dois documentos que apesar de terem sido promulgados em distintas conjunturas políticas, apresentam mais semelhanças do que significativas diferenças entre si. Com efeito, ambos possuem traços de cariz centralizador, que se manifestam, sobretudo, na capacidade conferida aos governadores civis dos distritos para exercer uma tutela sobre a gestão financeira municipal. Tal foi uma componente da política administrativa do Liberalismo, segundo Marcello Caetano, com os dois partidos do sistema rotativista – Regenerador e Progressista – a acusar-se, mutuamente, de serem pouco descentralistas «proclamando a necessidade de maiores liberdades municipais, mas raramente realizam nas leis a perfeição dos princípios»<sup>4</sup>.

A natureza idêntica dos dois documentos de enquadramento legislativo determinou a elaboração de uma exposição conjunta, aliada ao facto de a sua vigência ter totalizado somente quinze anos. No entanto, ter-se-á o cuidado de salientar as situações diferenciadas, com a apresentação dos dados numéricos, relativos à receita e à despesa municipais, repartidos por dois blocos: um relativo a 1880-1886 (vigência do Código Administrativo de 1878), o outro relativo a 1887-1895 (vigência do Código Administrativo de 1886). A justificação das datas aplicadas nestes dois conjuntos informativos reside no seguinte: só em janeiro de 1880 é que a escrituração contabilística do município funchalense começou a ser feita por ano civil, dando-se cumprimento ao determinado no Código Administrativo de 1878 (promulgado a 6 de maio desse ano). Acrescente-se o facto de que os registos contabilísticos produzidos pelo município entre maio de 1878 e o final de 1879 já foram estudados no nosso trabalho relativo às finanças do Funchal durante a validade do Código Administrativo de 1842<sup>5</sup>, e não sendo, por conseguinte, inseridos no presente trabalho. Atente-se, de igual modo, que o Código de 1886 foi promulgado a 17 de julho desse ano. Assim, optou-se por incluir os dados contabilísticos, produzidos no segundo semestre desse ano, no bloco de 1880-1886 respeitando a norma de registo por ano civil. Com abertura em 1887, o segundo conjunto de dados representa a vigência do Código de 1886 e termina em 1895. O ano de 1896 assinala o início da última experiência de codificação do regime monárquico, promovida pelo ministro do Reino, João Franco, num governo chefiado por Hintze Ribeiro. O derradeiro Código Administrativo da

---

<sup>3</sup> Veja-se OLIVEIRA, 1996, *História dos Municípios e do Poder Local [...]*, pp. 212-213.

<sup>4</sup> CAETANO, 1994, *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*, p. 417.

<sup>5</sup> SOUSA, 2015, «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», pp. 473-509.

monarquia vigorou até outubro de 1910, sendo revogado com a implantação do regime republicano<sup>6</sup>.

Os resultados dos nossos trabalhos de investigação relativamente à gestão financeira do município funchalense durante a vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878) e do Código Administrativo de 1896 (1896-1910), permitiram concluir que as deliberações municipais em geral e, no domínio das finanças, em particular, careciam, em absoluto, da aprovação do governo distrital. Estamos perante uma realidade que exprimia o espírito de uma legislação administrativa entendida pelas Cortes como sendo a mais adequada ao país. A conjuntura do final da Monarquia Constitucional, marcada pela crise financeira, teve a agravante de exigir uma ainda maior intervenção nas autarquias; de tal forma que a gestão financeira municipal ficou sujeita a uma tripla fiscalização, da base para o topo, isto é, do administrador do concelho até ao ministério do Reino, passando pelo governador civil do distrito. Sublinhe-se que o orçamento camarário só podia ser posto em execução depois de devidamente aprovado pelo Ministério do Reino. Por seu turno, a instituição da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, em 1901, iria trazer uma maior complexidade a este mosaico político – institucional, já de si intrincado, uma vez que o município funchalense se viu obrigado a lidar com mais uma instância de poder. Doravante, teria de lhe participar as deliberações tomadas em vereação e, sobretudo, a obrigação de contribuir para o financiamento daquela instituição autónoma fundada em 1901<sup>7</sup>.

A presente investigação, relativa aos anos de 1880 a 1895, tem por finalidade preencher este hiato temporal e, conseqüentemente, completar o nosso estudo sobre a administração financeira do Funchal durante a Monarquia Constitucional (1861 a 1910). São consideradas as seguintes questões:

- O enquadramento legislativo das finanças municipais feito pelos Códigos Administrativos de 1878 e de 1886;
- A compreensão do orçamento e da conta de gerência, bem como a forma de subordinação, destes documentos, ao governador civil do distrito administrativo do Funchal;

---

<sup>6</sup> A análise da gestão financeira do município do Funchal entre os anos de 1896 e 1910 foi feita em SOUSA, 2014, «O Município do Funchal no Final da Monarquia Constitucional: Uma Análise Financeira», pp. 328-361.

<sup>7</sup> SOUSA, 2015, «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», pp. 473-509. SOUSA, 2014, «O Município do Funchal no Final da Monarquia Constitucional: Uma Análise Financeira», pp. 328-361.

– O estabelecimento das tipologias de receita e de despesa e análise dos registos contabilísticos levantados.

Uma palavra sobre as fontes consultadas. Revelaram-se da maior importância dois núcleos documentais, depositados no Arquivo e Biblioteca da Madeira: a Câmara Municipal do Funchal e o Governo Civil. Em relação ao primeiro, os livros de Vereações, de Receita e Despesa, de Correspondência Expedida e de Posturas, foram fulcrais para se poder entender a sua administração financeira. A tutela do governador civil está patente no conteúdo quer do seu Registo de Correspondência com as Câmaras Municipais, quer nas Atas da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, órgão presidido por aquele magistrado régio. Por serem obrigatoriamente enviados ao Governo Civil, ficaram entregues, neste mesmo fundo arquivístico, os orçamentos da câmara do Funchal. A pesquisa no arquivo da Alfândega do Funchal permitiu localizar um desses documentos que, por motivos que desconhecemos, não ficou registado no Governo Civil. Por último, e já no âmbito das fontes impressas, os Códigos Administrativos de 1878, este na sua 2.<sup>a</sup> edição, e o de 1886, na sua versão original, permitiram, a par das Coleções Oficiais da Legislação Portuguesa, fazer o enquadramento legislativo da administração financeira do município do Funchal.

## **1. As Finanças Municipais: Enquadramento Legislativo**

Os Códigos Administrativos de 1878 e de 1886, cuja estrutura expositiva é muito semelhança entre si, consagram, nos respetivos Capítulos III (Fazenda e Contabilidade Municipais), inseridos nos seus Títulos IV (Das Câmaras Municipais), um conjunto de disposições concernentes às finanças municipais.

De acordo com esta moldura jurídica, a receita encontrava-se dividida em duas alíneas: ordinária e extraordinária. A receita ordinária era constituída pelos rendimentos provenientes dos bens próprios do concelho; pelo rendimento das taxas estabelecidas pelas licenças concedidas pela câmara; pelo produto das coimas impostas aos transgressores das posturas e demais regulamentos municipais; pelo produto das taxas cobradas pelo serviço dos cemitérios do concelho; pelo rendimento das taxas estabelecidas pela aferição de pesos e medidas; os juros e dividendos de ações pertencentes ao município; e, finalmente, os impostos e

contribuições municipais<sup>8</sup>. Relativamente à receita extraordinária, constata-se que podia ser originada pela receção de heranças, legados e doações; pelo produto de empréstimos; pela alienação de bens concelhios e por subsídios concedidos pelo Estado para obras de melhoramentos municipais, sendo este item uma novidade do Código Administrativo de 1886<sup>9</sup>.

Os impostos e/ou contribuições municipais são, dentro da receita ordinária, uma alínea alvo de especificação. Quando se referem a esta temática, devemos mencionar que o Código Administrativo de 1878 usa apenas a designação «contribuições municipais»<sup>10</sup>, e o Código Administrativo de 1886 recorre, somente, à expressão «impostos municipais»<sup>11</sup>, por motivos que não conseguimos apurar<sup>12</sup>. No entanto, ambos distinguem, com precisão, o carácter direto ou indireto das contribuições e/ou impostos<sup>13</sup>.

Com o pressuposto de que, à época, as duas designações – contribuições e impostos – aplicar-se-iam, indiferentemente, a este item da receita ordinária municipal, adotamos, no decurso da nossa exposição, o termo «impostos». Estes encontravam-se divididos em duas categorias: diretos ou indiretos. Os impostos diretos eram o lançamento de uma percentagem adicional às contribuições gerais do Estado (predial, pessoal ou industrial); a contribuição do trabalho (ou do seu equivalente em dinheiro); as licenças concedidas pela utilização de veículos no espaço concelhio; as licenças pelo direito de caça e de pesca. O Código Administrativo de 1886 insere, nesta última categoria, as taxas do serviço dos cemitérios municipais e as taxas pela aferição de pesos e medidas<sup>14</sup>. No que concerne aos impostos indiretos, estes representavam o lançamento de uma determinada percentagem sobre o valor dos

---

<sup>8</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 111.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 131.º, § 1.º.

<sup>9</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 112.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 131.º, § 2.º.

<sup>10</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 111.º.

<sup>11</sup> *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 131.º, § 1.º.

<sup>12</sup> Chama-se a atenção para esta circunstância, uma vez que no âmbito do direito fiscal, nos dias de hoje, podem significar realidades perfeitamente distintas. Veja-se, a título de exemplo, SÁVIO, 2020, *Contribuições Financeiras. Natureza Jurídica e Consequências para as Empresas* [...], Capítulos I e II.

<sup>13</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 114.º, Artigo 123.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 132.º, Artigo 133.º, Artigo 138.º.

<sup>14</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 115.º a Artigo 120.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 132.º, Artigo 133.º.



gêneros consumidos no concelho, acrescentando o Código Administrativo de 1886 que esse lançamento não podia ser feito nos artigos que estivessem em trânsito, pelo espaço concelhio, ou nos artigos destinados a exportação<sup>15</sup>. Ambos os documentos administrativos contemplam a especificidade aplicada às Ilhas Adjacentes, no domínio dos impostos indiretos que recaíam sobre os gêneros e demais objetos importados e despachados pelas alfândegas daqueles arquipélagos. O produto dessa cobrança era, mensalmente, entregue às câmaras municipais dos seus respetivos distritos administrativos<sup>16</sup>.

A despesa camarária estava, de igual modo, dividida em duas alíneas: a obrigatória e a facultativa. No âmbito da despesa de caráter obrigatório, abrangendo um significativo conjunto de alíneas, destacamos: os gastos com os vencimentos, gratificações e aposentação dos empregados da autarquia e, também, do pessoal da administração do concelho; os gastos com a instrução primária e com os estabelecimentos de beneficência; com a polícia e segurança pública do espaço concelhio; com o serviço de extinção de incêndios; com o recenseamento da população, onde se incluía o recenseamento eleitoral; os gastos com a conservação dos edifícios a cargo do município (paços do concelho, tribunais e demais repartições públicas); com a conservação das propriedades municipais e pagamento da respetiva contribuição predial; os encargos com a construção e conservação das estradas e cemitérios; com a iluminação pública; com o pagamento das dívidas ativas; com o pagamento das custas de ações judiciais onde a câmara fosse parte; com o expediente do Registo Civil, e, por último, com as quotas arbitradas pela Junta Geral de Distrito para o pagamento das despesas do respetivo distrito<sup>17</sup>. Eram entendidas por facultativas todas aquelas despesas que não surgissem discriminadas na despesa obrigatória, mas que fossem consideradas de utilidade para o concelho<sup>18</sup>.

Segundo os Códigos Administrativos em apreço, o orçamento municipal, devendo ser elaborado por ano civil, compreendia o cálculo da receita que se

---

<sup>15</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878, 1878, Artigo 123.º. Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886, 1886, Artigo 138.º.*

<sup>16</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878, 1878, Artigo 126.º. Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886, 1886, Artigo 159.º.*

<sup>17</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878, 1878, Artigo 127.º. Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886, 1886, Artigo 141.º, § 1.º.*

<sup>18</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878, 1878, Artigo 128.º. Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886, 1886, Artigo 141.º, § 2.º.*

esperava arrecadar e a descrição das despesas a realizar e tinha a finalidade de satisfazer as necessidades da administração da edilidade durante esse espaço de tempo<sup>19</sup>. O orçamento podia ser ordinário, logo, destinado a autorizar a cobrança e respetiva aplicação da receita municipal durante o ano civil; ou suplementar, isto é, destinado a criar receita quando a estipulada no orçamento ordinário se revelava escassa face aos encargos a satisfazer ou, ainda, para acorrer a despesas urgentes e imprevistas. Quer o orçamento ordinário como o suplementar não poderiam assumir uma despesa superior à receita<sup>20</sup>. Era determinado que o orçamento ordinário fosse realizado durante o mês de outubro. Cabia ao presidente da câmara apresentar esse documento junto da restante vereação. Uma vez discutido e aprovado, ficava exposto a consulta pública durante dez dias. Finalizado esse prazo, era remetido à Junta Geral de Distrito (até ao dia 1 de novembro), que ficava responsável pela aprovação final do orçamento municipal e com prerrogativa para determinar a alteração do seu conteúdo<sup>21</sup>.

Finalmente, as disposições concernentes à contabilidade municipal. Cabia ao presidente da câmara, em exclusivo, ordenar todos os pagamentos, sendo que nenhuma despesa podia ser efetuada sem estar, previamente, votada no orçamento municipal<sup>22</sup>. Findo o ano civil, e no decurso de 60 dias, devia o presidente da câmara apresentar, em sede de vereação, a conta geral da gerência relativa ao exercício ao apreço. Nessa conta, deveria constar, em colunas separadas, a receita cobrada e a despesa feita, sendo identificadas com as mesmas designações que constassem do orçamento<sup>23</sup>. A conta de gerência, uma vez aprovada pela vereação, e no prazo de três meses, era remetida ao governador civil para ser julgada no Conselho de Distrito. Estava contemplado o recurso para o Tribunal de Contas<sup>24</sup>.

---

<sup>19</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 129.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 142.º.

<sup>20</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 129.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 142.º.

<sup>21</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 130.º, Artigo 131.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 142.º, Artigo 143.º.

<sup>22</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 135.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 150.º.

<sup>23</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 138.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 151.º.

<sup>24</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 142.º. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 152.º.

## 2. O Orçamento e a Conta de Gerência do Município do Funchal

O orçamento e a conta de gerência do município do Funchal são dois elementos importantes para a compreensão da realidade financeira desta instituição. Uma análise destes documentos permite-nos, fundamentalmente, perceber o grau de ajustamento deste município em relação às normas legislativas em vigor. Pelo cruzamento da informação proveniente de várias fontes, foi possível elaborar o quadro I onde se integram os dados relativos ao ano civil, à tipologia e ao valor dos orçamentos do município funchalense elaborados entre os anos de 1880 e de 1895. Não se conseguiu localizar os orçamentos dos anos de 1887 e de 1894.

Quadro I: O Orçamento do Município do Funchal (1880-1895)

Ano Civil	Tipologia	Valor em Réis	Fonte
1880	Suplementar	4 800\$000	[...] Caixa 36, Documento n.º 1561
1881	Ordinário	106 654\$106	Alfândega do Funchal, Correspondência Recebida de Diferentes Autoridades do Distrito, Livro n.º 683, Documento em anexo
1881	Suplementar	20 910\$862	[...] Livro n.º 576, fls. 143-143v.º
1882	Ordinário	142 732\$349	[...] Caixa 36, Documento n.º 1562
1882	Suplementar	5 623\$055	[...] Caixa 36, Documento n.º 1563
1883	Ordinário	171 377\$737	[...] Caixa 36, Documento n.º 1564
1883	1.º Suplementar	3 000\$000	[...] Caixa 36, Documento n.º 1565
1883	2.º Suplementar	1 834\$601	[...] Caixa 36, Documento n.º 1566
1884	Ordinário	148 408\$848	[...] Caixa 36, Documento n.º 1567
1884	Suplementar	12 091\$309	[...] Livro n.º 578, fls. 76-76v.º
1885	Ordinário	139 044\$896	[...] Caixa 36, Documento n.º 1568
1885	2.º Suplementar	1 950\$000	[...] Caixa 36, Documento n.º 1569
1885	3.º Suplementar	1 150\$000	[...] Caixa 36, Documento n.º 1570
1885	4.º Suplementar	4 970\$000	[...] Caixa 36, Documento n.º 1571
1886	Suplementar	2 404\$235	[...] Livro n.º 217, fls. 7-8v.º
1888	Ordinário	101 425\$651	[...] Caixa 36, Documento n.º 1572
1888	1.º Suplementar	3 816\$194	[...] Caixa 36, Documento n.º 1573
1888	2.º Suplementar	9 196\$794	[...] Caixa 36, Documento n.º 1574
1888	3.º Suplementar	2 018\$646	[...] Caixa 36, Documento n.º 1575
1889	Ordinário	112 091\$859	[...] Caixa 36, Documento n.º 1576
1889	1.º Suplementar	8 830\$842	[...] Caixa 36, Documento n.º 1577
1889	2.º Suplementar	2 587\$092	[...] Caixa 36, Documento n.º 1581
1889	3.º Suplementar	5 487\$500	[...] Caixa 36, Documento n.º 1580
1889	4.º Suplementar	5 000\$000	[...] Caixa 36, Documento n.º 1579
1889	5.º Suplementar	2 000\$000	[...] Caixa 36, Documento n.º 1578
1890	Ordinário	99 452\$371	[...] Livro n.º 217, fls. 140v.º-142v.º
1890	1.º Suplementar	9 643\$345	[...] Caixa 36, Documento n.º 1582

1890	2.º Suplementar	2 691\$244	[...] Caixa 36, Documento n.º 1583
1890	3.º Suplementar	2 198\$097	[...] Caixa 36, Documento n.º 1584
1891	2.º Suplementar	7 044\$815	[...] Livro n.º 217, fls. 184v.º-185
1892	1.º Suplementar	1 599\$350	[...] Livro n.º 218, fls. 4-5
1892	2.º Suplementar	500\$000	[...] Livro n.º 218, fl. 8v.º
1893	Ordinário	124 888\$658	[...] Caixa 36, Documento n.º 1585
1895	Ordinário	115 540\$648	[...] Livro n.º 1385, fls. 38v.º-39

Fonte: Elaboração própria a partir de Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Governo Civil, Orçamentos e Contas das Receitas e Despesas das Câmaras Municipais, Orçamentos da Câmara Municipal do Funchal, Caixa n.º 36: Os números dos documentos estão especificados no quadro. Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, Livro n.º 218, Livro n.º 576, Livro n.º 578: Os números das folhas estão especificados no quadro. Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1385: Os números das folhas estão especificados no quadro. Alfândega do Funchal, Correspondência Recebida de Diferentes Autoridades do Distrito, Livro n.º 683, Documento em anexo.

A estrutura do orçamento municipal ordinário revelou-se constante no decurso dos anos em apreço. Tomando como exemplo o orçamento ordinário do ano de 1881, com o valor de 106 654\$106 réis, verifica-se que se encontrava dividido em dois pontos: a receita prevista, ordinária e extraordinária, e a despesa a realizar, podendo esta ser obrigatória ou facultativa. De acordo com o este documento, a receita ordinária que a vereação do Funchal previa alcançar compreendia os bens próprios do concelho, os rendimentos pela concessão de licenças e pela aferição de pesos e medidas, e as multas aplicadas aos infratores das posturas. Ainda dentro da receita ordinária, verifica-se a antecipação de uma receita direta representando o produto da prestação de trabalho para as obras das estradas de viação municipal; e de uma receita indireta assente nos direitos cobrados sobre uma série de bens importados na alfândega do Funchal. No âmbito da receita extraordinária, constata-se que, para esse ano de 1881, o município estaria a contar com o produto da venda de terrenos para a feitura de sepulturas particulares nos cemitérios concelhios; com donativos voluntários, bem como a receita a obter por via das dívidas ativas. Do lado da despesa obrigatória, encontramos os valores que iriam ser despendidos com os vencimentos do pessoal que trabalhava nos diversos ramos do serviço municipal e do pessoal afeto à administração do concelho. Os encargos distritais representavam a quota atribuída à câmara do Funchal para custeamento das despesas da Junta geral de Distrito. Ainda dentro da categoria da despesa obrigatória, contamos com os encargos com as obras municipais, com a limpeza urbana e com a viação pública. A despesa facultativa

seria destina, nesse mesmo ano de 1881, à concessão de gratificações a alguns professores das escolas municipais, à realização de festejos públicos e a situações imprevistas. Por último, e devidamente discriminados, os valores das dívidas passivas da câmara do Funchal que, a 31 de dezembro de 1880, comportavam um vasto conjunto de alíneas das quais destacamos os ordenados, do mês de dezembro, de todo o pessoal ao serviço da câmara e da administração do concelho, e a dívida junto do Crédito Predial Português<sup>25</sup>. Juntamente com o orçamento, eram enviados, para o devido conhecimento da tutela, três outros documentos, a saber: o duplicado do mapa com os valores dos lançamentos a efetuar sobre os produtos importados na alfândega; o mapa relativo aos valores da receita municipal arrecadada nos últimos três anos, e o edital que anunciava a publicitação do orçamento municipal para consulta e reclamação dos munícipes interessados<sup>26</sup>.

A presença de orçamentos suplementares, praticamente em todos os anos representados no quadro I, permite perceber a existência de dificuldades de natureza financeira nesta administração municipal que se revelava incapaz de satisfazer os encargos imprevistos que iam surgindo ao longo do ano civil. A documentação compulsada permite apreender o que teria sucedido em alguns casos. Com efeito, o orçamento suplementar do ano de 1882 destinou-se a financiar as obras do jardim municipal, construído na cerca do extinto convento de São Francisco<sup>27</sup>. O 1.º suplementar de 1883 deveu-se à alteração da aplicação de uma parte da receita votada no orçamento ordinário, em virtude da necessidade de se concluir uma obra em curso<sup>28</sup>. Algo semelhante teria acontecido com o 4.º orçamento suplementar de 1885 e com o 2.º suplementar de 1890 pois foram ambos elaborados para a satisfação de despesas não previstas, mas concretizáveis mediante o recurso a excedentes de receita proveniente da cobrança dos impostos municipais aduaneiros<sup>29</sup>. No ano de 1891, o município recorreu a um 2.º orçamento suplementar, com a previsão de

---

<sup>25</sup> ABM, Alfândega do Funchal, Correspondência Recebida de Diferentes Autoridades do Distrito, Livro n.º 683, Documento em anexo: Orçamento Geral da Receita e da Despesa da Câmara Municipal da Cidade do Funchal para o Ano Civil de 1881.

<sup>26</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 576, fls. 73-74: Sessão n.º 122, de 28 de julho de 1880.

<sup>27</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 2v.º-3v.º: Ata n.º 238, de 5 de outubro de 1882.

<sup>28</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 38v.º-39v.º: Ata n.º 282, de 24 de outubro de 1883.

<sup>29</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 116-117: Ata n.º 374, de 21 de outubro de 1885. Livro n.º 217, fls. 159v.º-160v.º: Ata n.º 588, de 28 de agosto de 1890.

transferência de receita não aplicada, destinado a custear algumas expropriações de terrenos para a construção de novas vias de circulação<sup>30</sup>. De igual modo, a existência de receita extraordinária ditou os pressupostos do 3.º suplementar, desse mesmo ano de 1891, que pretendia assumir os encargos com os trabalhos de manutenção de infraestruturas urbanas e com os trabalhos de drenagem de resíduos urbanos<sup>31</sup>. Finalmente, a informação relativa ao 1.º e ao 2.º orçamento suplementar de 1892. No primeiro caso, constatamos que a sua feitura se deveu à necessidade de transferência de verbas do orçamento ordinário; e, no segundo, por ser preciso suportar despesas de profilaxia sanitária, em concreto, para a prevenção da cólera e para tratamento de surtos epidémicos que ocorriam nos cães<sup>32</sup>.

Cabia à Junta Geral de Distrito do Funchal, órgão presidido pelo governador civil, a tutela sobre a administração financeira deste município, com a prerrogativa de aprovar ou reprovar o seu orçamento anual. Entre 1880 e 1895, pudemos observar que o orçamento da câmara municipal do Funchal foi objeto de decisões deste teor: aprovado por cumprir as disposições legais; devolvido para ser alterado; aprovado, mas com exigência de serem feitas alterações. Registámos dois casos em que foi reprovado. O quadro II sintetiza essa informação.

Quadro II: O Orçamento do Município do Funchal e a Decisão da Tutela (1880-1895)

Ano Civil	Decisão da Tutela	Fonte
<b>1880 Ordinário</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 576, fls. 73-74; fls. 79-80
<b>1880 Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 576, fls. 95v.º-96
<b>1881 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 576, fls. 92-94v.º
<b>1881 Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 576, fls. 143-143v.º
<b>1882 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 576, fls. 154-156
<b>1882 Suplementar</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 578, fls. 2v.º-3v.º; fls. 6v.º-8v.º

<sup>30</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, fls. 184v.º-185: Ata n.º 611, de 18 de agosto de 1891.

<sup>31</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, fls. 191v.º-192v.º: Ata n.º 619, de 17 de dezembro de 1891.

<sup>32</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 218, fls. 4-5: Ata n.º 632, de 2 de setembro de 1892; fl. 8v.º: Ata n.º 638, de 25 de novembro de 1892.

<b>1883 Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 578, fls. 38v.º-39v.º
<b>1884 Ordinário</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 578, fls. 43v.º-44v.º; fls. 45v.º-46
<b>1884 Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 578, fls. 76-76v.º
<b>1885 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 578, fls. 81-82
<b>1885 2.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 578, fls. 109-110
<b>1885 4.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 578, fls. 116-117
<b>1886 Ordinário</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 578, fls. 123-124v.º
<b>1886 1.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 7-8v.º
<b>1886 2.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 17v.º-19
<b>1887 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 25v.º-27v.º
<b>1888 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais.	[...] Livro n.º 217, fl. 71v.º
<b>1888 Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 77-77v.º
<b>1888 3.º Suplementar</b>	Devolvido à câmara para ser alterado	[...] Livro n.º 217, fls. 91v.º-92
<b>1889 5.º Suplementar</b>	Reprovado	[...] Livro n.º 217, fls. 138-138v.º
<b>1890 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 140v.º-142v.º
<b>1890 1.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 150v.º-152
<b>1890 2.º Suplementar</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 217, fls. 159v.º-160v.º
<b>1890 3.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 163v.º-164v.º
<b>1891 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 169v.º-170v.º
<b>1891 1.º Suplementar</b>	Reprovado	[...] Livro n.º 217, fls. 182v.º-184
<b>1891 2.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 217, fls. 184v.º-185

<b>1891 3.º Suplementar</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 217, fls. 191v.º-192v.º
<b>1892 Ordinário</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 217, fls. 192v.º-194v.º
<b>1892 1.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 218, fls. 4-5
<b>1892 2.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 218, fl. 8v.º
<b>1893 Ordinário</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 218, fls. 9v.º-11; fl. 24
<b>1894 Ordinário</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 218, fls. 40-41
<b>1894 1.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 218, fls. 54-54v.º
<b>1894 2.º Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 218, fls. 56-56v.º
<b>1895 Ordinário</b>	Devolvido à câmara para ser alterado; Aprovado depois de alterado	[...] Livro n.º 218, fls. 67-68v.º
<b>1895 Suplementar</b>	Aprovado por cumprir as disposições legais	[...] Livro n.º 218, fls. 74v.º-75

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Governo Civil, Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, Livro n.º 218, Livro n.º 576, Livro n.º 578.

Os dados que se encontram no quadro acima permitem perceber a existência de três situações: 1.ª quando o orçamento era meramente aprovado; 2.ª quando era aprovado na sequência da introdução de várias alterações ditadas pela tutela; 3.ª quando o orçamento era devolvido ao município para que o reformulasse. Só se verificam dois casos em que houve uma reprovação do orçamento, designadamente, o 5.º suplementar de 1889 por motivos que desconhecemos, e o suplementar de 1891 porque a vereação funchalense não submetera, previamente, o plano e orçamento das obras de conservação do património concelhio que previa realizar<sup>33</sup>. A aprovação do orçamento municipal por cumprimento das disposições legais em vigor é a realidade que surge com maior frequência. De acordo com essas disposições, o orçamento devia, necessariamente: 1.º compreender o cálculo da receita que se esperava arrecadar no decurso do ano civil, e a descrição das despesas a realizar,

<sup>33</sup> A reprovação deste orçamento foi fundamentada nos termos do n.º 5, do artigo 117 do Código Administrativo de 1886, então em vigor. Segundo o mesmo, era determinado que nas obras de construção, reparação e conservação de propriedades concelhias, cujo orçamento excedesse a quantia de 1.000\$000 réis, o município carecia de aprovação tutelar. *Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Artigo 117, n.º 5.



sendo que os valores apresentados, da receita e da despesa, deviam ser iguais; 2.º apresentar o cálculo da receita em função da média dos seus últimos três anos; 3.º discriminar as despesas a realizar em função das obrigações da gerência municipal; 4.º conter a descrição das dívidas ativas do município; 5.º anexar a tabela com os valores dos impostos sobre os produtos importados pela alfândega<sup>34</sup>. Os casos em que a tutela exigiu que a vereação funchalense introduzisse alterações, por não estar o orçamento elaborado de forma regular, ou, dito por outro modo, por estar em desacordo com as disposições legais que faziam deste instrumento financeiro uma mera construção teórica e não uma demonstração da *realidade vivida*, merecem a nossa atenção.

Por ocasião da apreciação do orçamento ordinário do ano de 1880, a Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal entendeu fazer um conjunto de recomendações, em concreto, que a vereação tivesse em consideração que não podia fazer a descrição do saldo utilizando a moeda insulana porque esta fora extinta pelo decreto-lei de 2 de maio de 1879 e substituída pela moeda em vigor no Reino<sup>35</sup>; que havia receitas indevidamente calculadas e descritas, e que houvesse o cuidado de aliviar os encargos com pessoal não devendo a câmara, por conseguinte, promover aumentos de ordenados e gratificações<sup>36</sup>. Versando o orçamento suplementar de 1882, a Comissão Executiva exigiu que a vereação limitasse a verba da despesa a aplicar às obras do jardim municipal e que fosse feita uma harmonização entre as despesas facultativas e os recursos obtidos pelas receitas<sup>37</sup>. A despesa da câmara com o jardim municipal foi motivo para terem sido colocadas reservas ao conteúdo do orçamento ordinário do ano de 1884. Pois, tendo a vereação deliberado contrair um empréstimo para poder concretizar aquela obra, a Comissão Executiva solicitou a apresentação da ata respetiva para aferir a sua legalidade<sup>38</sup>.

---

<sup>34</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 576, fls. 92-94v.º: Sessão n.º 143, de 15 de dezembro de 1880.

<sup>35</sup> *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1879*, 1879, p. 98: Decreto-Lei de 2 de maio de 1879. Este decreto determinou que a moeda legal, no distrito do Funchal, passasse a ser a mesma do Continente. Estabelece várias providências sobre o modo como devem ser efetuados os pagamentos presentes e no futuro, e sobre a circulação de moeda estrangeira neste distrito administrativo.

<sup>36</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 576, fls. 73-74: Sessão n.º 122, de 28 de julho de 1880.

<sup>37</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 2v.º-3v.º: Ata n.º 239, de 5 de outubro de 1882.

<sup>38</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 43v.º-44v.º: Ata n.º 289, de 8 de janeiro de 1884.

Houve, ainda, a exigência por parte da Comissão Executiva no sentido de a câmara acomodar a escola complementar feminina da freguesia de São Roque, e devendo, para esse efeito, reduzir a verba que tinha votado para a realização de festejos públicos<sup>39</sup>. A capacidade de a vereação contrair empréstimos foi o motivo da devolução do orçamento de 1886. Em concreto, o município incluía uma verba de despesa no valor de 50 contos de réis oriunda de um novo empréstimo que se destinava a pagar as obras de conclusão do teatro Maria Pia e as obras de canalização de águas para abastecimento público. Ora, tratando-se de encargos que excediam a décima parte da receita municipal, entendeu a Comissão Executiva que a aprovação desse mesmo empréstimo era da sua exclusiva competência. Contudo, vemos que tal foi aprovado pois eram obras de «manifesta utilidade»<sup>40</sup>. O segundo orçamento suplementar de 1890 foi alvo de um outro tipo de reparo. Com efeito, haveria uma discrepância de valores, entre o orçamento ordinário e este segundo suplementar, no que tocava às verbas destinadas ao pagamento de estudos para a realização de obras de viação municipal<sup>41</sup>. A aprovação do 3.º orçamento suplementar de 1891 esteve condicionada à proibição da câmara em gastar dinheiro em obras de drenagem de despejos urbanos. Tal proibição devia-se, no entendimento da Comissão Executiva, por ser um tipo de obras que estava sujeito à fiscalização da Junta Consultiva de Saúde Pública, cujas normas científicas e legais não estariam a ser devidamente cumpridas pelo município<sup>42</sup>. Contudo, a vereação teria optado por ignorar estas recomendações uma vez que, no seu orçamento ordinário para o ano seguinte, voltaria a inscrever verbas de despesas com a realização deste tipo de obras. A Comissão Executiva voltou a recusar a realização daquela despesa argumentado não estar o município tecnicamente habilitado para organizar e executar trabalhos de semelhante complexidade<sup>43</sup>. Inconformada, a câmara municipal do Funchal emitiu um protesto e que acabaria ignorado pela Comissão Executiva que alegava estar, unicamente, a cumprir

---

<sup>39</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 45v.º-46: Ata n.º 291, de 23 de janeiro de 1884.

<sup>40</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 123-124v.º: Ata n.º 384, de 2 de janeiro de 1886.

<sup>41</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, fls. 159v.º-160v.º: Ata n.º 588, de 28 de agosto de 1890.

<sup>42</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, fls. 191v.º-192v.º: Ata n.º 619, de 17 de dezembro de 1891.

<sup>43</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, fls. 192v.º-194v.º: Ata n.º 620, de 29 de dezembro de 1891.

as disposições legais que lhe conferiam o poder de vetar decisões camarárias que envolvessem o gasto de avultadas verbas. Em seu entender, estava apenas a impedir o «mau emprego das receitas municipais em obras sem plano regular», uma vez que era duvidosa a qualidade das águas para canalização. Com esta perspetiva, reiterava a dita Comissão estar em presença de um mero «pretexto para esbanjamentos inadmissíveis» e, conseqüentemente, tratava-se de uma decisão plenamente justificada «perante a sua consciência [da Comissão] e perante a opinião publicada»<sup>44</sup>. A tabela com os valores dos impostos municipais aduaneiros foi o problema levantado pela Comissão Executiva por ocasião da apreciação do orçamento ordinário de 1892 e do orçamento ordinário de 1895. Com efeito, alegou-se, no caso do orçamento de 1892, que, no cálculo da receita proveniente dos impostos sobre os artigos despachados na alfândega, o município não tinha tido em consideração a «harmonização da pauta municipal com a pauta geral», algo que poderia prejudicar a correta arrecadação daqueles impostos. Logo, devia a câmara elaborar esse mapa tendo em atenção a requerida harmonização<sup>45</sup>. Por último, o caso do orçamento ordinário de 1895. A sua aprovação deu-se com a exigência que a municipalidade introduzisse uma correção em alguns dos itens da tabela de lançamento dos impostos municipais aduaneiros<sup>46</sup>.

Os casos que foram descritos elucidam a existência do mecanismo de tutela em que o governador civil impõe ao município do Funchal uma forma de construção do seu orçamento, anual e suplementares, que deveria ser regida pelos preceitos legais, sem qualquer margem de ação. Por conseguinte, estamos perante um documento que estaria longe de ser revelador da realidade vivida e dos problemas que o município estaria a enfrentar no decurso do seu processo de desenvolvimento, sendo que a vereação teria de arranjar um compromisso entre a defesa do interesse público, e do seu próprio interesse, e a observância de um modelo destinado a agradar e a tranquilizar a hierarquia governativa. O caso das obras de canalização das águas poderá ser emblemático. Com efeito, para o governo civil tratava-se de um

---

<sup>44</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 217, fls. 196-198; Ata n.º 623, de 13 de fevereiro de 1892. É de referir que as águas que a vereação do Funchal pretendia canalizar eram provenientes da levada de Santa Luzia e que a Junta Distrital de Saúde Pública alegava serem águas de má qualidade para o abastecimento da população.

<sup>45</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 218, fls. 9v.º-11: Ata n.º 641, de 24 de dezembro de 1892.

<sup>46</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 218, fls. 67-68v.º: Sessão de 12 de dezembro de 1894.

«esbanjamento», com a particularidade de entender que o município funchalense não tinha competências para lidar com esse assunto, algo que caberia à Junta Consultiva de Saúde Pública.

A conta de gerência é o outro documento da contabilidade municipal que importa analisar. Para a época em apreço, a documentação demonstrou a existência de contas de gerência regularmente realizadas, mas de uma forma muito esquemática. Os seus valores constam do quadro III, no qual foi incluída a conta de gerência do ano económico de 1878-1879 por ter sido realizada já em 1881.

Quadro III: A Conta de Gerência do Município do Funchal (1880-1895)

<b>Ano Civil</b>	<b>Receita (Valores em Réis) Inclui o Saldo do Ano Anterior</b>	<b>Despesa (Valores em Réis)</b>	<b>Saldo do Ano Anterior (Valores em Réis)</b>
<b>1878-1879</b> Feita em 23/12/1881	136 700\$801	117 555\$295	12 319\$690
<b>1880</b> Feita em 23/12/1881	81 369\$887	72 748\$881	19 145\$506
<b>1881</b> Feita em 12/10/1882	108 009\$078	91 666\$587	8 621\$006
<b>1882</b> Feita em 7/6/1883	110 163\$209	90 098\$143	16 342\$491
<b>1883</b> Feita em 24/7/1884	124 372\$698	110 395\$693	20 065\$066
<b>1884</b> Feita em 11/6/1885	130 005\$813	113 201\$773	13 077\$005
<b>1885</b> Feita em 17/6/1886	137 945\$181	112 130\$243	16 804\$040
<b>1886</b> Feita em 7/6/1887	135 125\$011	117 410\$861	25 814\$938
<b>1887</b> Feita em 23/2/1888	147 070\$075	129 926\$427	17 714\$150
<b>1888</b> Feita em 28/2/1889	133 241\$230	111 819\$452	17 143\$648
<b>1889</b> Feita em 27/2/1890	103 827\$240	109 922\$051	21 421\$778
<b>1890</b> Feita em 26/2/1891	116 854\$209	98 875\$391	20 905\$183
<b>1891</b> Feita em 25/2/1892	115 768\$310	94 565\$937	17 978\$817
<b>1892</b> 23/2/1893	104 623\$400	81 540\$581	21 202\$373

<b>1893</b> Feita em 22/2/1894	112 678\$995	87 130\$813	23 082\$819
<b>1894</b> Feita em 28/2/1895	123 456\$369	103 337\$617	25 137\$182
<b>1895</b> Feita em 27/2/1896	120 134\$229	96 499\$401	20 118\$752

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1382, fls. 17v.º-18v.º; fls. 18v.º-19; fls. 52v.º-53; fls. 85v.º-86; fls. 133-134; fls. 185v.º-186; fls. 246v.º-247v.º; Livro n.º 1383, fls. 24v.º-25v.º; fls. 106-106v.º; fls. 173-174; fls. 243-244; Livro n.º 1384, fls. 13-14; fls. 78-79; fls. 159-160; fls. 267v.º-268v.º; Livro n.º 1385, fls. 68-69; fls. 187v.º-188v.º.

A entrada em vigor do Código Administrativo de 1878 ditou, no âmbito da escrituração contabilística municipal, que deveriam coincidir ano civil e ano económico. Determinava a legislação vigente que o presidente da câmara tinha de apresentar, em reunião da vereação, a conta do último exercício. Dispunha, par o efeito, de um prazo de sessenta dias, uma vez finalizada a gerência a 31 de dezembro. Por seu turno, cabia à vereação analisar a documentação respetiva ao exercício em causa. Integravam a conta de gerência os valores dos totais da receita e da despesa, o valor do saldo do ano transato incluído na receita do exercício em apreço, e o valor do saldo que transitava para o ano seguinte em resultado da diferença entre os valores da receita e da despesa. esta conta era aprovada em vereação, o que sucedeu em todos os casos constantes do quadro III, devendo, posteriormente, ser enviada para o governador civil no prazo de dois a três meses, conforme o disposto nos Códigos Administrativos de 1878 e de 1886, nos seus artigos 142.º e 151.º, respetivamente. O governador civil tinha a responsabilidade de remeter a conta de gerência para o Tribunal de Contas, entidade que avaliava o conteúdo deste documento<sup>47</sup>.

As contas de gerência do ano económico de 1878-1879 e dos anos civis de 1880 e de 1881 foram, tardiamente, entregues ao governador civil. Sublinhe-se que as duas primeiras foram feitas no mesmo dia, a 23 de dezembro de 1881, e a outra a 12 de outubro de 1882; portanto, manifestamente fora do prazo de sessenta dias a contar do final da gerência. O governador civil, atendendo a esta realidade, solicitara à câmara do Funchal o envio dessa documentação, tendo de o fazer por duas vezes<sup>48</sup>. Em agosto de 1882, o governador queria saber o motivo pelo qual não fora enviada

<sup>47</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878, 1878, Artigo 142.º, § único. Código Administrativo com Força de Lei de 17 de julho de 1886, 1886, Artigo 152.º.*

<sup>48</sup> ARM, Governo Civil, Registo de Correspondência com as Câmaras, Livro n.º 164, fls. 134v.º-135: Ofício de 8 de setembro de 1881; fls. 137v.º-138: Ofício de 21 de dezembro de 1881.

a conta do ano civil de 1881<sup>49</sup>. Recordemos que a data de realização desta conta é de 12 de outubro de 1882. Porquê estes atrasos? Temos uma explicação apenas para a conta de 1881 e, como seria de espera, de uma forma lacónica. Diziam os vereadores do Funchal, num ofício dirigido ao governador civil em novembro de 1882, que «causas independentes da vontade da câmara deram em resultado a demora que houve na remessa destas contas. Asseguram, porém, a Vossa Excelência que foram tomadas as necessárias providências em ordem a que semelhante serviço se ultime de futuro dentro do prazo legal»<sup>50</sup>. Contudo, tal não iria suceder, pois até à conta de gerência de 1886, inclusive, o documento foi elaborado e apresentado em vereação só no mês de junho, com uma ocorrência em julho, conforme atesta o quadro III. Só a partir da conta de gerência de 1887 é que o preceito legal passou a ser respeitado, sendo este documento elaborado, apresentado e aprovado em sede de vereação no final de mês de fevereiro, em cumprimento do prazo de sessenta dias findo o ano civil.

Por ocasião da conta de gerência de 1881, ficamos com a informação dos documentos que eram enviados para o Tribunal de Contas, depois de passarem pelo governo civil do distrito do Funchal. Nesse ano, a vereação remetia, para além da dita conta, oito maços de documentos, identificados com as letras A até H, que continham:

«Maço A – orçamento geral e suplementar, conta da receita e da despesa durante a gerência; dita durante o exercício; edital da sua exposição; certificado da transição do saldo da conta anterior com declaração das espécies e valores; dito da receita efetuada tanto ordinária como extraordinária ou proveniente de dívidas ativas anteriores; dito do balanço e sua transição para o ano seguinte; mapa comparativo da despesa autorizada e da despesa paga; dito da tomada de contas; relação das dívidas ativas; dita das dívidas passivas; Maço B – relações de conhecimentos de receita; Maço C a H – documentos de despesa»<sup>51</sup>.

A conta de gerência foi sempre aprovada pela vereação. E no Tribunal de Contas? Os poucos elementos que dispomos são apenas relativos a exercícios anteriores ao âmbito cronológico deste trabalho, mas que vale a pena mencionar. Na conta de 1865-1866 teria faltado uma discriminação, tanto no débito como no crédito, das verbas aplicáveis às obras de viação municipal<sup>52</sup>. O caso das contas dos anos econó-

<sup>49</sup> ARM, Governo Civil, Registo de Correspondência com as Câmaras, Livro n.º 164, fl. 140v.º: Ofício de 2 de agosto de 1882.

<sup>50</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correspondência Expedida, Livro n.º 195, fls. 249-249v.º: Ofício de 15 de novembro de 1882.

<sup>51</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correspondência Expedida, Livro n.º 195, fls. 249-249v.º: Ofício de 15 de novembro de 1882.

<sup>52</sup> ABM, Governo Civil, Registo de Correspondência com as Câmaras, Livro n.º 164, fls. 157-157v.º: Ofício de 14 de dezembro de 1885.

micos de 1874-1875 e de 1875-1876 esteve relacionado com a ausência do envio da relação dos documentos comprovativos dos pagamentos das dívidas passivas, feitos sem autorização orçamental, e que o Tribunal de Contas entendia por bem analisar<sup>53</sup>. Relativamente à gerência do ano económico de 1877-1878, entendia aquele tribunal que não estava devidamente clarificada a despesa feita com as obras de construção do mercado D. Pedro V, pondo em causa a veracidade das folhas dessa despesa. A vereação defendeu-se dessa acusação invocando o rigor do trabalho da secretaria da câmara e a forma como processara as folhas da despesa em causa, um trabalho feito por «empregados em cuja fidelidade e honradez a câmara deposita inteira confiança, por isso que são nomeados depois de escrupulosa escolha»<sup>54</sup>. Igualmente, afirmava a vereação que todos os documentos que acompanhavam os processos de gerência eram sempre «organizados com o maior cuidado e escrupulosamente examinados antes de serem enviados ao tribunal de contas»<sup>55</sup>. Quem teria razão? Os meandros da burocracia contabilística de Oitocentos, sobre os quais pouco ou nada se sabe, impedem uma resposta cabal.

### **3. A Receita e a Despesa**

Para uma mais correta compreensão da administração financeira municipal, é fundamental empreender uma análise, o mais cuidada possível, dos livros de escrituração da receita e da despesa da câmara do Funchal. Pois, tenhamos em atenção que o orçamento representava uma mera estimativa dos valores que a vereação esperava arrecadar e despender. ao longo do ano económico ou civil, e que se traduzia na construção de um documento que se desejava dentro dos estritos preceitos legais. A conta de gerência, por sua vez, integrava apenas os valores totais da receita e da despesa, sem qualquer informação adicional. Consequentemente, é fundamental o levantamento e estudo dos dados oriundos dos livros de receita e de despesa para perceber e estabelecer um quadro mais completo das finanças municipais.

---

<sup>53</sup> ABM, Governo Civil, Registo de Correspondência com as Câmaras, Livro n.º 164, fls. 219-219v.º: Ofício de 25 de julho de 1892.

<sup>54</sup> ABM; Câmara Municipal do Funchal, Correspondência Expedida, Livro n.º 172, fls. 21v.º-22v.º: Ofício de 30 de outubro de 1894.

<sup>55</sup> ABM; Câmara Municipal do Funchal, Correspondência Expedida, Livro n.º 172, fls. 21v.º-22v.º: Ofício de 30 de outubro de 1894.

Os livros de receita e de despesa estudados no âmbito deste trabalho representam 16 volumes, cada um contendo um vasto número de registos manuscritos, cuja descrição é sumariada no quadro IV.

Quadro IV: Os Livros de Receita e de Despesa do Município do Funchal (1880-1895)

<b>Ano</b>	<b>Descrição da Fonte</b>
1880	214 Folhas (frente e verso). Contém 2273 conhecimentos de receita e 583 mandados de despesa.
1881	213 Folhas (frente e verso). Contém 2248 conhecimentos de receita e 637 mandados de despesa.
1882	215 Folhas (frente e verso). Contém 2304 conhecimentos de receita e 585 mandados de despesa.
1883	249 Folhas (frente e verso). Contém 2468 conhecimentos de receita e 757 mandados de despesa.
1884	260 Folhas (frente e verso). Contém 2487 conhecimentos de receita e 797 mandados de despesa.
1885	293 Folhas (frente e verso). Contém 2569 conhecimentos de receita e 952 mandados de despesa.
1886	306 Folhas (frente e verso). Contém 2640 conhecimentos de receita e 1074 mandados de despesa.
1887	370 Folhas (frente e verso). Contém 2984 conhecimentos de receita e 1081 mandados de despesa.
1888	259 Folhas (frente e verso). Contém 1729 conhecimentos de receita e 935 mandados de despesa.
1889	215 Folhas (frente e verso). Contém 1507 conhecimentos de receita e 984 mandados de despesa.
1890	201 Folhas (frente e verso). Contém 1282 conhecimentos de receita e 873 mandados de despesa.
1891	224 Folhas (frente e verso). Contém 1565 conhecimentos de receita e 892 mandados de despesa.
1892	213 Folhas (frente e verso). Contém 1324 conhecimentos de receita e 797 mandados de despesa.
1893	198 Folhas (frente e verso). Contém 1163 conhecimentos de receita e 827 mandados de despesa.
1894	198 Folhas (frente e verso). Contém 1382 conhecimentos de receita e 930 mandados de despesa.
1895	198 Folhas (frente e verso). Contém 1357 conhecimentos de receita e 976 mandados de despesa.

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 801.

Como se pode verificar, a fonte em apreço contém um elevado número de registos que foram devidamente identificados e compulsados. Com efeito, no de-



curso do trabalho de pesquisa foram retirados, no total, 31 282 conhecimentos de receita e 13 680 mandados de despesa. À semelhança das outras fases do projeto, esta pesquisa foi executada de acordo com a seguinte metodologia:

- 1.º Estabelecimento das tipologias da receita e da despesa, tendo por suporte a legislação administrativa e a documentação camarária;
- 2.º Preenchimento, em Excel, de uma folha de cálculo com os valores de cada um dos conhecimentos de receita e de cada um dos mandados de despesa que surgem registados mensalmente;
- 3.º Conversão dos valores apurados, de receita e de despesa, em valores anuais;
- 4.º Elaboração de tabelas e gráficos reveladores da estrutura financeira municipal;
- 5.º Cruzamento da informação obtida nas tabelas e gráficos com o articulado da legislação administrativa e com a documentação produzida pela instituição municipal e pelo governo civil, com a finalidade de perceber as características financeiras do município do Funchal.

### 3.1. A Receita

Ao longo da nossa explicação sobre a receita e sobre a despesa, apresentam-se dois blocos de quadros e gráficos, a saber, um relativo ao período de 1880-1886, o outro relativo ao período de 1887-1895, seguindo-se uma linha expositiva simultânea, mas com o cuidado de apontar as situações de diferenciação.

A receita do município do Funchal compreendia um conjunto de itens que surgem sintetizados nos quadros V, para os anos de 1880-1886, e VI, compreendendo os anos de 1887-1895. Essa informação resulta da análise dos livros de receita e de despesa em confronto com a moldura jurídica da época. As tipologias de receita são por mim estabelecidas, uma vez que a fonte é constituída por uma imensa listagem de conhecimentos de receita e de mandados de despesa, lançados sucessivamente ao longo do ano, e onde as rubricas, e correspondentes valores, não são alvo de qualquer explicação sobre a sua natureza ou tipologia.

Quadro V: A Receita do Município do Funchal (1880-1886)

<b>Receita Ordinária</b>		<b>Receita Extraordinária</b>	
<b>Designação</b>	<b>Valor (Réis)</b>	<b>Designação</b>	<b>Valor (Réis)</b>
Multas por transgressão das posturas	463\$	Produto de empréstimo	156 128\$8
Bens próprios	7 656\$979		
Prestação de trabalho	11 833\$677		

Impostos diretos	62 982\$17		
Impostos indiretos	475 036\$027		
<b>Soma</b>	557 971\$853	<b>Soma</b>	156 128\$8

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Quadro VI: A Receita do Município do Funchal (1887-1895)

Receita Ordinária		Receita Extraordinária	
Designação	Valor (Réis)	Designação	Valor (Réis)
Multas por transgressão das posturas	712\$275	Produto de empréstimo	84 284\$99
Bens próprios	19 915\$501		
Prestação de trabalho	3 073\$4		
Impostos diretos	58 773\$776		
Impostos indiretos	757 346\$478		
<b>Soma</b>	839 821\$43	<b>Soma</b>	84 284\$99

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

A receita podia ser ordinária ou extraordinária. A receita ordinária integrava o produto das multas pagas pelos transgressores das posturas e regulamentos municipais<sup>56</sup>; o aluguer dos bens do concelho (edifícios, terrenos ou parcelas do espaço público)<sup>57</sup>; o produto dos impostos municipais, diretos ou indiretos, objeto de uma explicação detalhada nos dois próximos quadros; e a prestação de trabalho. Esta prestação de trabalho era aplicada a todos os indivíduos válidos, com idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos de idade, chefes de família residentes no concelho do Funchal, e consistia na contribuição de um dia de trabalho nas obras de viação municipal podendo ser satisfeita pelo próprio contribuinte, por alguém em seu lugar, ou ainda, e em alternativa, através do pagamento de 200 réis<sup>58</sup>. A receita extraordinária surge representada, unicamente, pelo produto dos empréstimos que este município contraía junto do Crédito Predial Português. Com efeito, entre os anos de 1879 e de 1886, a vereação solicitara um conjunto de empréstimos ao citado banco, com a finalidade de efetuar a construção de um novo mercado de

<sup>56</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 4v.º; Livro n.º 792, fl. 130.

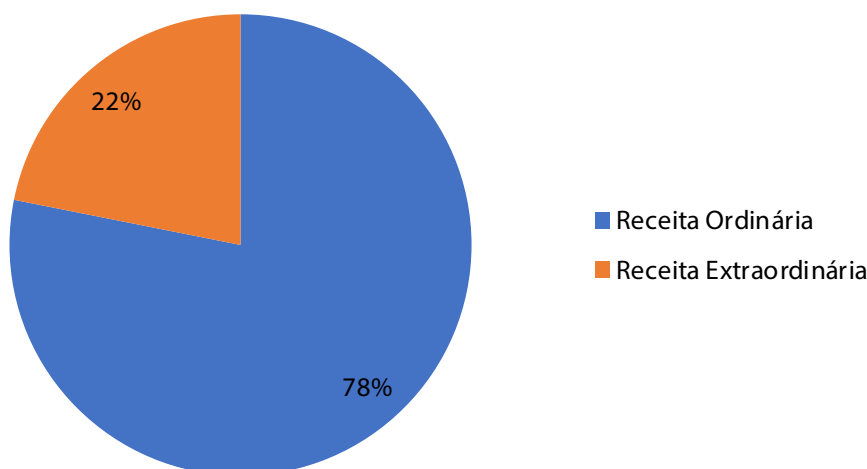
<sup>57</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 8; Livro n.º 792, fl. 274v.º.

<sup>58</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1385, fls. 268-270v.º, Sessão de 16 de novembro de 1896. ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 211v.º.

frutas e hortaliças junto à orla marítima da cidade<sup>59</sup>; de empreender obras de viação municipal<sup>60</sup>; de concluir as obras do jardim municipal, no terreno correspondente às cercanias do extinto Convento de São Francisco<sup>61</sup>; e, por último, com a finalidade de empreender a construção de um teatro, o futuro teatro D. Maria Pia<sup>62</sup>. Em 1891, e novamente junto do Crédito Predial Português, a câmara funchalense contraíra um empréstimo destinado, especialmente, ao início das obras de canalização de água potável para o abastecimento da cidade<sup>63</sup>.

No conjunto da receita municipal, a receita ordinária foi, claramente, predominante, em ambas as fases, com uma representação superior a 70%, entre 1880-1886, chegando aos 90% no período entra 1887-1895, conforme podemos constatar nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: A Receita do Município do Funchal (1880-1886)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

<sup>59</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1381, fls. 144-145v.º, Sessão de 9 de janeiro de 1879; fls. 202v.º-203, Sessão de 8 de abril de 1880; fls. 214-215v.º, Sessão de 26 de junho de 1880. ABM, Câmara Municipal do Funchal, Livro n.º 1382, fls. 161-163, Sessão de 10 de janeiro de 1885.

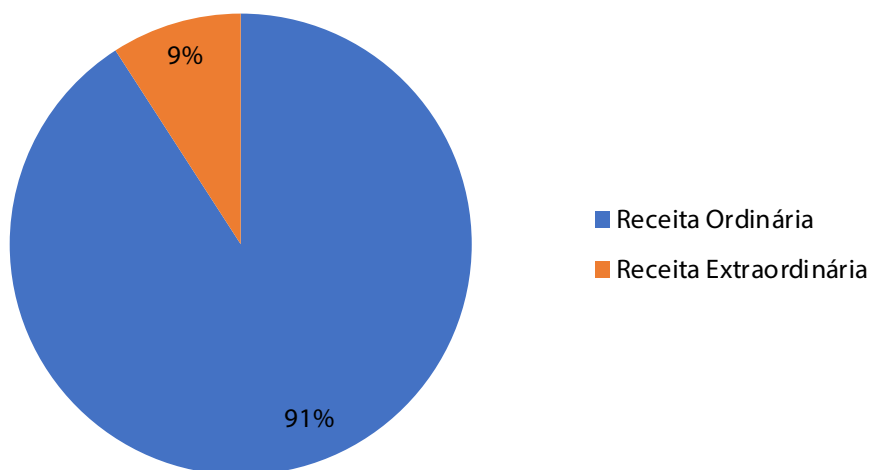
<sup>60</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1381, fls. 268-269v.º, Sessão de 17 de junho de 1881.

<sup>61</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1382, fls. 74-76, Sessão de 29 de março de 1883.

<sup>62</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1382, fls. 74-76, Sessão de 29 de março de 1883; fls. 246v.º-247v.º, Sessão de 17 de junho de 1886.

<sup>63</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1384, fls. 20-23, Sessão de 9 de abril de 1891.

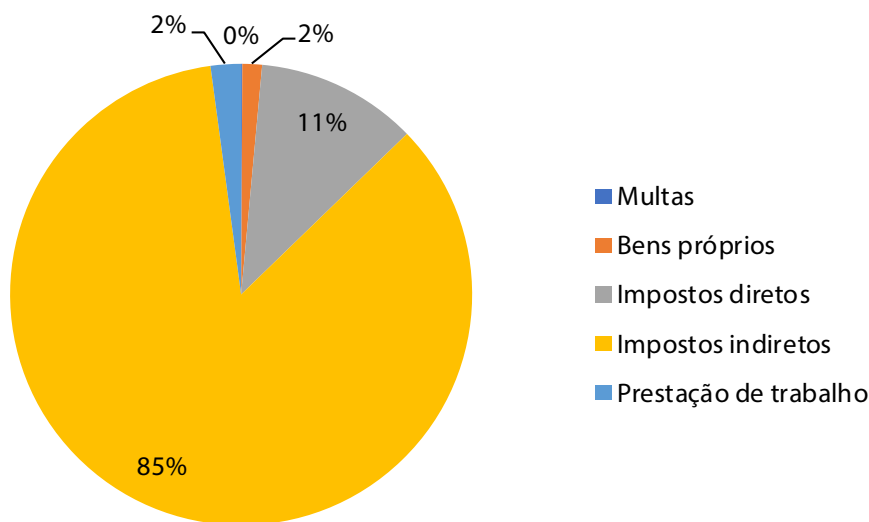
Gráfico 2: A Receita do Município do Funchal (1887-1895)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

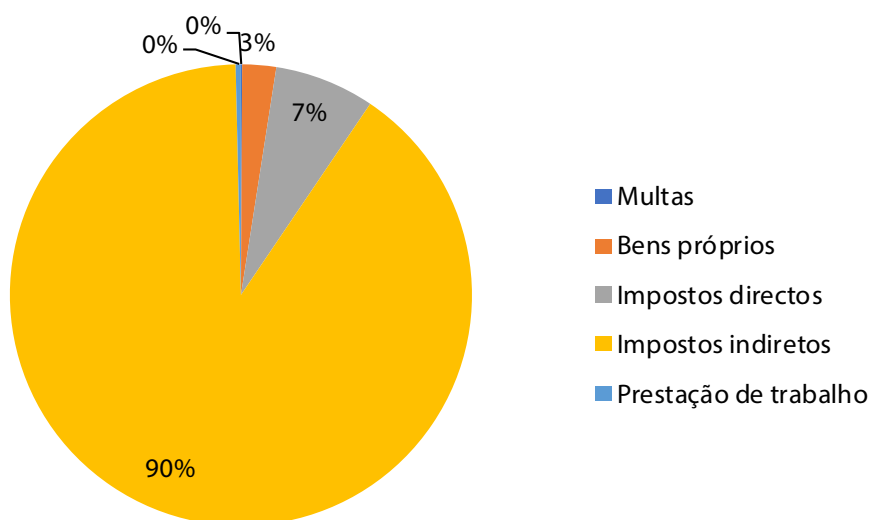
Numa segunda análise dos valores representados nos quadros V e VI, podemos aferir a composição e distribuição da receita ordinária. Pela observação dos gráficos 3 e 4, revela-se manifesta a predominância dos impostos, diretos e indiretos, no conjunto da receita ordinária, face ao produto das multas, dos bens próprios e da prestação de trabalho.

Gráfico 3: A Receita Ordinária do Município do Funchal (1880-1886)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Gráfico 4: A Receita Ordinária do Município do Funchal (1887-1895)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

Pela sua abrangência e complexidade, os impostos municipais, diretos e indirectos, surgem especificados nos quadros VII e VIII. Por sua vez, os gráficos 5 a 10 representam as respectivas distribuições percentuais.

Quadro VII: Os Impostos Municipais (1880-1886)

Impostos Directos		Impostos Indirectos	
Designação	Valor (Réis)	Designação	Valor (Réis)
Taxas pelos enterros e concessões de terrenos nos cemitérios	9 251\$067	Sal	6 281\$644
Taxas pelas licenças de atividade comercial	53 731\$103	Aguardente	36 520\$585
		Carne verde	76 049\$401
		Imposição do vinho	14 698\$914
		Cereais e farinhas importadas	111 198\$985
		Aduaneiros	230 286\$498
<b>Soma</b>	<b>62 982\$17</b>	<b>Soma</b>	<b>475 036\$027</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

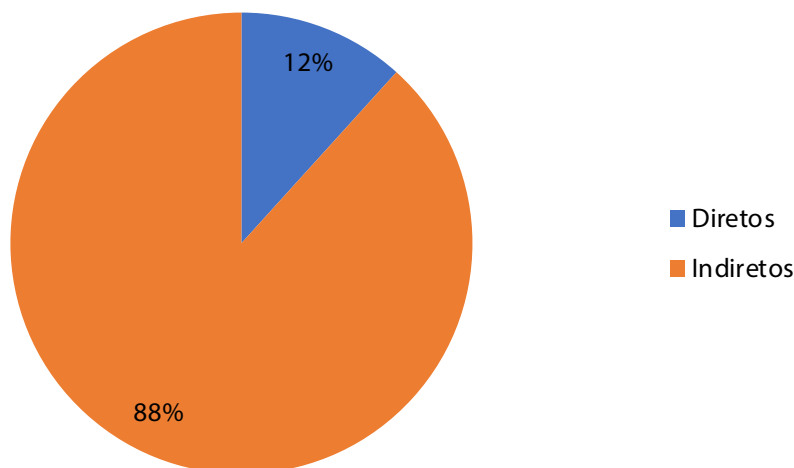
Quadro VIII: Os Impostos Municipais (1887-1895)

Impostos Diretos		Impostos Indiretos	
Designação	Valor (Réis)	Designação	Valor (Réis)
Taxas pelos enterros e concessões de terrenos nos cemitérios	14 535\$91	Aguardente	29 048\$265
Taxas pelas licenças de atividade comercial	42 872\$486	Carne verde	119 650\$968
Taxas pela condução de veículos	1 365\$38	Imposição do vinho	12 231\$971
		Cereais e farinhas importadas	141 691\$759
		Aduaneiros	454 723\$515
<b>Soma</b>	<b>58 773\$776</b>	<b>Soma</b>	<b>757 346\$478</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

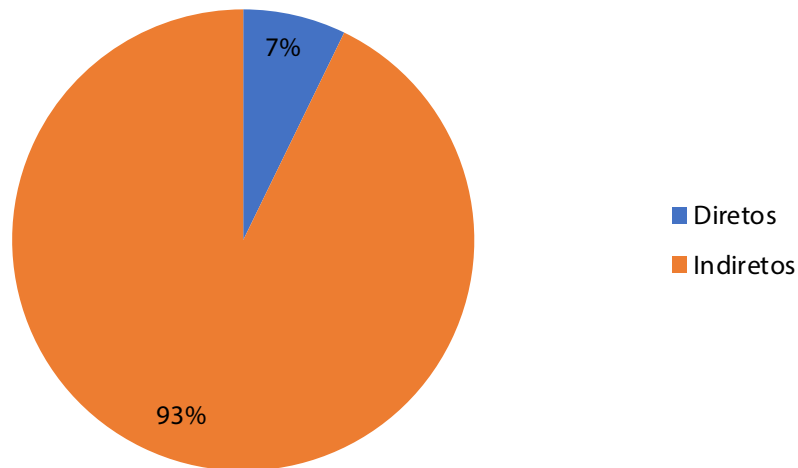
Os valores apresentados nos quadros VII e VIII revelam a predominância dos impostos municipais indiretos, e que os gráficos 5 e 6 ilustram com a respetiva distribuição percentual.

Gráfico 5: Os Impostos Municipais (1880-1886)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Gráfico 6: Os Impostos Municipais (1887-1895)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

Os impostos municipais diretos, um grupo minoritário face aos indiretos, compreendiam o produto dos valores cobrados pelos enterros efetuados nos cemitérios municipais e pela concessão de porções de terreno dos ditos cemitérios para a construção de jazigos e campas<sup>64</sup>. De igual modo, contamos com o produto dos impostos lançados sobre o exercício da atividade comercial, mediante a concessão de uma licença, previamente requerida e paga pelo comerciante<sup>65</sup>. Foi incluído neste item, em virtude da sua exígua expressão, o valor cobrado pela aferição de pesos e medidas<sup>66</sup>. Por último, e já na fase 1887-1895, surge o imposto sobre a circulação de veículos (cavalos, burros de carga, carros de bois, redes) no espaço concelhio, algo que se revela constante a partir de 1890<sup>67</sup>. Os gráficos 7 e 8 permitem uma visualização da distribuição percentual dos impostos municipais diretos. Em ambos os casos, é evidente a predominância das licenças de atividade comercial, uma demonstração inequívoca da vitalidade dos agentes económicos que exerciam a sua atividade no espaço concelhio.

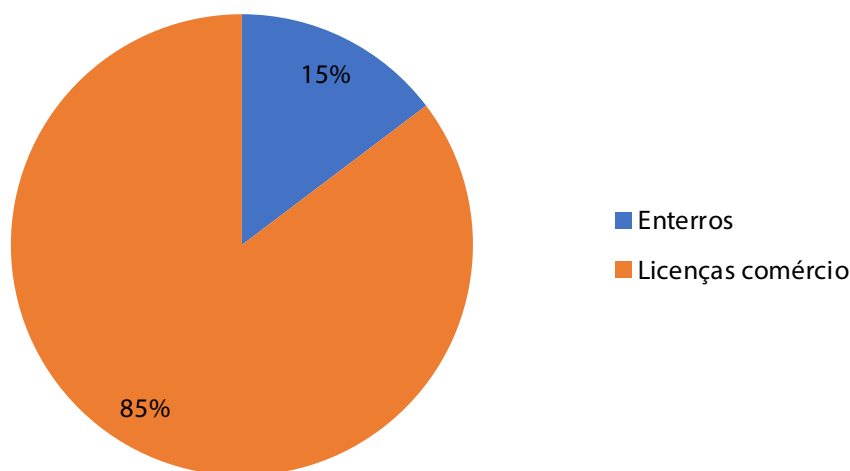
<sup>64</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 1v.º. ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 1.

<sup>65</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 3.

<sup>66</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 786, fl. 63v.º.

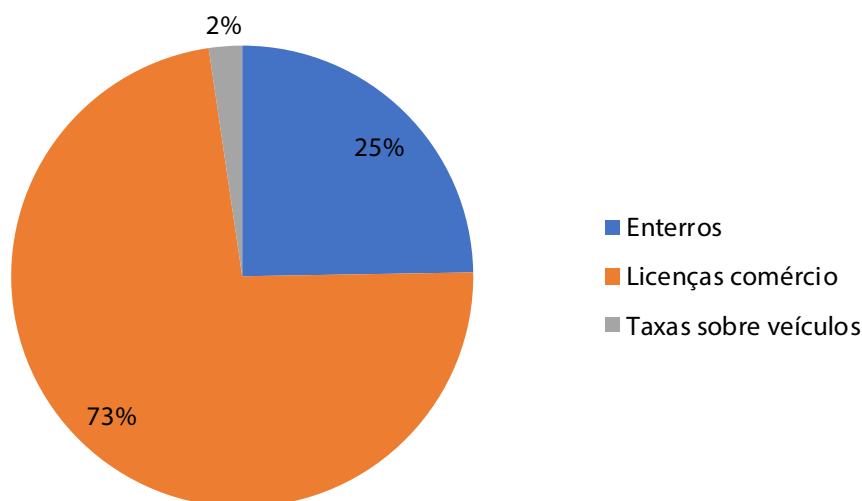
<sup>67</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 796, fl. 1v.º.

Gráfico 7: Os Impostos Municipais Diretos (1880-1886)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Gráfico 8: Os Impostos Municipais Diretos (1887-1895)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

O segundo grupo de impostos municipais são os indiretos. Estes consistiam na cobrança de determinados valores sobre um conjunto de produtos vendidos, para consumo, no espaço concelhio. Os produtos taxados eram o sal, a aguardente, a carne verde, o vinho, os cereais e as farinhas estrangeiras, bem como todos os géneros importados na alfândega e que surgem designados na documentação como impostos municipais aduaneiros.



O imposto sobre o sal ainda surge autonomamente na fase 1880-1886<sup>68</sup>, apesar de ter sido incorporado na listagem dos itens sujeitos a imposto municipal aduaneiro, segundo a carta de lei de 13 de maio de 1872<sup>69</sup>. No entanto, deduzimos que acabaria inserido no vasto grupo dos impostos municipais aduaneiros, o que poderá explicar a sua não especificação na fase 1887-1895.

A documentação revela que o imposto sobre a aguardente se reportava ao lançamento de um determinado valor sobre o consumo desta bebida alcoólica, fabricada e vendida a retalho no distrito<sup>70</sup>. A carne consumida nos açougues públicos estava sujeita ao pagamento de um imposto, diferenciado para o gado miúdo e para o gado vacum<sup>71</sup>. Sobre o vinho produzido e consumido no concelho recaía um imposto, com a designação de «dimidia da imposição do vinho», sendo que metade desse valor pertencia à edilidade e a outra metade era devida ao Estado e, nessa condição, era entregue ao Recebedor da Comarca do Funchal<sup>72</sup>. O imposto sobre os cereais e farinhas estrangeiros, despachados na alfândega da cidade do Funchal, era cobrado em separado dos restantes géneros, também importados e despachados na instituição aduaneira<sup>73</sup>. Esta separação era determinada pela legislação que assumia a importância deste género, fundamental à alimentação da população. De tal forma, que os cereais de produção nacional e oriundos do Reino estavam isentos do pagamento de quaisquer direitos de entrada, de trânsito ou de consumo<sup>74</sup>.

Por último, os impostos municipais aduaneiros, criados pela carta de lei de 13 de maio de 1872. Interessa referir, muito sucintamente, o conteúdo deste documento. Este determinava que «os líquidos importados pelas alfândegas das Ilhas Adjacentes paguem, no ato do despacho, além dos direitos da pauta, os impostos indiretos autorizados sobre esses líquidos nos orçamentos municipais dos concelhos para onde se despacharem». De igual modo, estipulava que o produto do imposto municipal arrecadado pelas alfândegas seria, mensalmente, entregue às autarquias a que pertencesse, e que o regulamento para a «boa execução» da lei cabia às Juntas

---

<sup>68</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 2v.º.

<sup>69</sup> Quando fizemos o estudo das finanças do município do Funchal durante a vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878), verificamos esta especificação do imposto do sal, no conjunto da receita originária dos impostos indiretos, e que se manteve após a promulgação da carta de lei de 13 de maio de 1872. Veja-se SOUSA, 2015, «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», pp. 606-607, Quadro n.º 5.

<sup>70</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 30v.º.

<sup>71</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 13, fl. 18v.º.

<sup>72</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 9.

<sup>73</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 35.

<sup>74</sup> *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1850*, 1851, pp. 420-421.

Gerais de Distrito<sup>75</sup>. A designação «líquidos» abrangia um conjunto de bebidas alcoólicas, todas estrangeiras, a saber: aguardente, conhaque, genebra, cerveja, champagne e vinhos, assim como o mel, o melaço e o sal<sup>76</sup>. O primitivo regulamento para a sua cobrança foi feito pela Junta Geral de Distrito do Funchal, em fevereiro de 1873<sup>77</sup>. O Código Administrativo de 1878 contempla a existência deste imposto, mas alargando substancialmente o seu universo tributável<sup>78</sup>. Com efeito, na sua sessão de 6 de novembro de 1878, a vereação funchalense referia a introdução da cobrança de 3% *ad valorem* sobre «todos os géneros importados pela alfândega desta cidade para consumo, tanto nacionais como internacionais, compreendendo todos os géneros despachados com a denominação de carga livre, com exceção dos cereais e farinhas estrangeiras, o sal e os outros líquidos»<sup>79</sup>, visto que estes já pagavam imposto municipal aduaneiro desde 1872. A expressão «todos os géneros» referia-se, de facto, a uma vasta listagem de géneros e artigos que, segundo a tabela de arrecadação dos impostos municipais aduaneiros incluíam todo o tipo de produtos alimentares, bebidas alcoólicas, matérias-primas, produtos manufaturados, materiais de construção e produtos químicos<sup>80</sup>. Todas estas mercadorias pagavam, por ocasião do seu despacho, os direitos devidos à alfândega, de acordo com a pauta respetiva, bem como o imposto municipal a que estivessem sujeitos, de acordo com a tabela de arrecadação dos impostos municipais aduaneiros feita anualmente pela vereação, em harmonia com a pauta geral das alfândegas, e ficando anexa ao orçamento anual municipal cuja aprovação cabia ao governador civil do distrito do Funchal<sup>81</sup>.

De acordo com o regulamento para a cobrança dos impostos municipais aduaneiros, feito pela Junta Geral de Distrito do Funchal, correspondente ao ano de 1881, ficou estipulado que o produto da cobrança dos impostos municipais aduaneiros era, mensalmente, entregue à edilidade funchalense. A este município pertencia

---

<sup>75</sup> *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1872, 1873*, pp. 60-61.

<sup>76</sup> Sobre os valores de imposto pagos por cada um destes itens, veja-se SOUSA, 2020, «O Município do Funchal e a sua Receita Aduaneira: Origem e Evolução de um Imposto Vital na Administração Camarária (1872-1910)», p. 598, Quadro n.º 2.

<sup>77</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correspondência Expedida, Livro n.º 190, fls. 157v.º-158, Ofício de 28 de outubro de 1873.

<sup>78</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878, 1878*, Artigo 126.º.

<sup>79</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Vereações, Livro n.º 1381, fls. 133v.º-134v.º, Sessão de 6 de novembro de 1878.

<sup>80</sup> Para uma explicação detalhada das tipologias de géneros e mercadorias importadas veja-se SOUSA, 2020, «O Município do Funchal e a sua Receita Aduaneira: Origem e Evolução de um Imposto Vital na Administração Camarária (1872-1910)», pp. 602-603, Quadro n.º 3 e Quadro n.º 4.

<sup>81</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 2v.º. ABM, Câmara Municipal do Funchal, Posturas, Livro n.º 1977, fls. 90v.º-95: Lançamento aprovado em sessão de 15 de abril de 1888. *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1872, 1873*, pp. 60-61.

«três quartas partes de todo o produto do imposto», ficando a restante parte para ser distribuída, em quotas iguais, pelos restantes concelhos do distrito administrativo do Funchal<sup>82</sup>. Pela reunião da Junta Geral do Distrito do Funchal, efetuada em 19 de novembro de 1888, ficamos com uma explicação relativamente a esta forma de repartição do produto dos impostos municipais aduaneiros. Segundo o documento, «no distrito do Funchal existe apenas uma delegação aduaneira. A importação de diversos géneros sujeitos a imposto municipal é feita somente pela cidade do Funchal e a venda desses géneros ou é feita diretamente aos consumidores de todo o distrito, ou nos concelhos que são abastecidos pelos depósitos do Funchal»<sup>83</sup>.

Não obstante esta assunção da centralidade do Funchal, entendia-se que todos os municípios tinham o direito de receber a sua quota parte do produto dos impostos municipais aduaneiros. A questão que se colocava era sobre a forma de fazer a dita repartição. A solução adotada foi a de fazer a repartição entre os municípios segundo os valores das contribuições diretas (predial e industrial) pagas ao Estado pelos contribuintes de cada concelho. Consequentemente, à câmara do Funchal pertencia 58% do valor dos impostos municipais aduaneiros, na qualidade de concelho mais populoso e, por essa razão, com mais contribuintes, sendo o restante atribuído aos restantes concelhos<sup>84</sup>. Reiteramos que cabia à vereação funchalense a tarefa de estabelecer os montantes a cobrar no âmbito da arrecadação dos impostos municipais aduaneiros, mediante a elaboração de uma tabela feita por ocasião do orçamento municipal anual. Tal documento tinha de ser superiormente aprovado. A posição da Junta Geral de Distrito, em 1886, era a de recomendar que o município devia ser mais cuidadoso na fixação dos valores destes impostos uma vez que, e segundo o parecer deste órgão tutelar, «na distribuição dos impostos de consumo cumpre sempre atender a necessidade de não sobrecarregar demasiadamente os artigos que se destinam à alimentação das classes pobres e bem assim os que são aplicados ao desenvolvimento das indústrias locais no interesse geral da população»<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 576, fls. 123v.º-125, Sessão n.º 174, de 30 de junho de 1881.

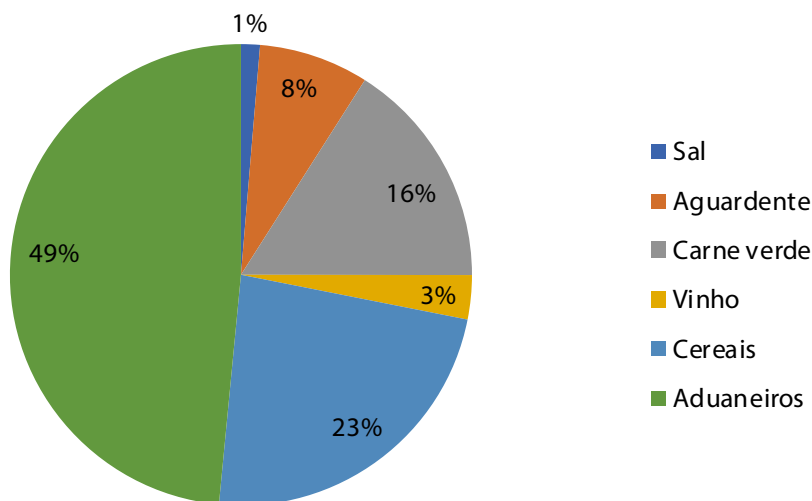
<sup>83</sup> ABM, Governo Civil, Atas da Junta Geral de Distrito, Livro n.º 216, fls. 117-119, Sessão de 19 de novembro de 1888.

<sup>84</sup> ABM, Governo Civil, Atas da Junta Geral de Distrito, Livro n.º 216, fls. 117-119, Sessão de 19 de novembro de 1888. A repartição pelos outros municípios era feita da seguinte forma: Câmara de Lobos 5%; Ponta do Sol 6%; Calheta 7%; Porto do Moniz 3%; São Vicente 4%; Santa Ana 4%; Machico 4%; Santa Cruz 6%; Porto Santo 3%.

<sup>85</sup> ABM, Governo Civil, Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livro n.º 578, fls. 123-124v.º, Ata n.º 384, de 2 de janeiro de 1886.

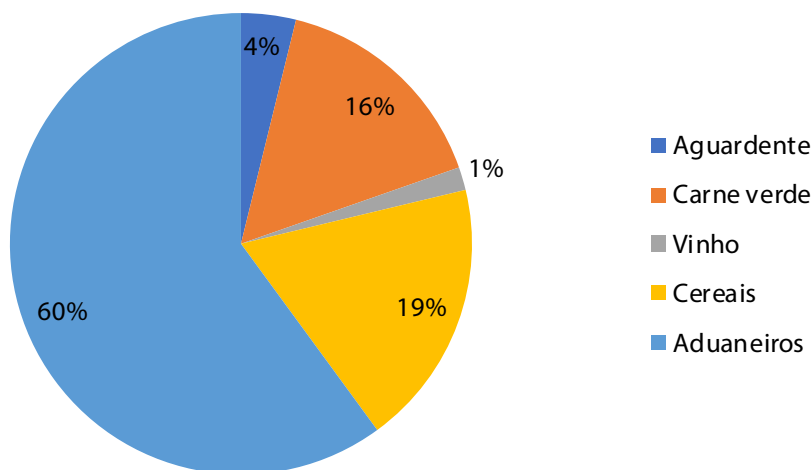
Finalmente, apresenta-se os gráficos 9 e 10 com a representação dos valores dos impostos indiretos cobrados pela câmara municipal do Funchal.

Gráfico 9: Os Impostos Municipais Indiretos (1880-1886)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Gráfico 10: Os Impostos Municipais Indiretos (1887-1895)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita de Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

No âmbito dos impostos indiretos, os impostos municipais aduaneiros representavam a maior percentagem, registando uma subida acentuada no período entre 1887-1895. Com efeito, o município do Funchal era o único local, em todo o distrito administrativo, que tinha em atuação uma alfândega, cuja atividade comercial, no domínio da importação, revelou uma vitalidade constante. Esta dinâmica económica, inserida no comércio Atlântico, beneficiou, clara e inequivocamente, a receita municipal, fazendo deste imposto municipal aduaneiro o pilar financeiro da câmara do Funchal<sup>86</sup>.

### 3.2. A Despesa

O cruzamento da informação contida nos mandados de despesa com o articulado da legislação administrativo vigente, permite estabelecer as tipologias da despesa do município do Funchal.

A despesa encontrava-se dividida em dois grandes grupos, a ordinária e a extraordinária, que, por seu turno, apresentam um conjunto de encargos passível de ser agrupado e trabalhado em categorias perfeitamente diferenciadas. No âmbito da despesa ordinária, encontram-se os encargos com o funcionalismo municipal; com o funcionamento da própria instituição; com a instrução pública, a cultura e o lazer; com a assistência à comunidade; com a salubridade urbana; o fomento urbano; o património municipal; o recenseamento da população e, por último, os encargos de natureza distrital. Em relação à despesa extraordinária, verifica-se que esta era constituída por encargos com processos judiciais e com o pagamento das dívidas que a câmara do Funchal contraía junto do banco Crédito Predial Português. Os quadros IX e X contêm a especificação de todos os itens que integram a despesa ordinária e extraordinária, com os respetivos valores.

Quadro IX: A Despesa do Município do Funchal (1880-1886)

Despesa Ordinária		Despesa Extraordinária	
Designação	Valor (Réis)	Designação	Valor (Réis)
Funcionalismo			
Pessoal da Secretaria da câmara	143 982\$759	Despesas judiciais	2 181\$263
Idem, da Administração do Concelho	30 626\$088	Dívidas	63 200\$847

<sup>86</sup> SOUSA, 2020, «O Município do Funchal e a sua Receita Aduaneira: Origem e Evolução de um Imposto Vital na Administração Camarária (1872-1910)», pp. 581-617.

Total da Rubrica	<b>174 608\$847</b>		
<b>Funcionamento</b>			
Expediente municipal	4 065\$562		
Total da rubrica	<b>4 065\$562</b>		
<b>Instrução pública, cultura e lazer</b>			
Escolas do concelho	11 550\$293		
Biblioteca municipal	536\$42		
Festividades	2 161\$697		
Total da rubrica	<b>14 248\$41</b>		
<b>Assistência à comunidade</b>			
Hospital de São Lázaro	3 690\$1		
Subsidiados e expostos	7 264\$539		
Total da rubrica	<b>10 954\$639</b>		
<b>Salubridade urbana</b>			
Limpeza urbana	3 365\$388		
Total da rubrica	<b>3 365\$388</b>		
<b>Desenvolvimento urbano</b>			
Obras municipais	213 667\$242		
Iluminação pública	28 541\$015		
Total da rubrica	<b>242 208\$257</b>		
<b>Património municipal</b>			
Contribuição predial	849\$052		
Conservação e manutenção	22 404\$098		
Total da rubrica	<b>23 253\$15</b>		
<b>Recenseamento da população</b>			
Eleitoral	3 489\$042		
Total da rubrica	<b>3 489\$042</b>		
<b>Despesas distritais</b>			
Quota na indemnização dos cereais	114 138\$586		
Quota para a repartição de Obras Públicas Distritais	3 002\$626		
Quota para a Junta Geral de Distrito	42 581\$488		
Total da rubrica	159 722\$7		
Total da Despesa Ordinária	635 915\$995	Total da Despesa Extraordinária	65 382\$11

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Quadro X: A Despesa do Município do Funchal (1887-1895)

Despesa Ordinária		Despesa Extraordinária	
Designação	Valor (Réis)	Designação	Valor (Réis)
<b>Funcionalismo</b>			
Pessoal da Secretaria da câmara	221 213\$673	Despesas judiciais	11 482\$769
Idem, da Administração do Concelho	37 526\$811	Dívidas	158 262\$955
Pessoal Assalariado	14 519\$301		
Total da Rubrica	<b>273 259\$785</b>		
<b>Funcionamento</b>			
Expediente municipal	7 453\$197		
Total da rubrica	<b>7 453\$197</b>		
<b>Instrução pública, cultura e lazer</b>			
Escolas do concelho	15 178\$322		
Biblioteca municipal	1 941\$689		
Festividades	4 314\$033		
Total da rubrica	<b>21 434\$044</b>		
<b>Assistência à comunidade</b>			
Hospital de São Lázaro	6 195\$33		
Subsidiados e expostos	31 675\$56		
Total da rubrica	<b>37 870\$89</b>		
<b>Salubridade urbana</b>			
Limpeza urbana	5 104\$255		
Total da rubrica	<b>5 104\$255</b>		
<b>Desenvolvimento urbano</b>			
Obras municipais	172 716\$933		
Iluminação pública	43 083\$949		
Total da rubrica	<b>215 800\$882</b>		
<b>Património municipal</b>			
Contribuição predial	1 484\$93		
Conservação e manutenção	61 727\$634		
Total da rubrica	<b>63 212\$564</b>		
<b>Recenseamento da população</b>			
Eleitoral	7 138\$17		
Total da rubrica	<b>7 138\$17</b>		
<b>Despesas distritais</b>			
Quota na indemnização dos cereais	68 437\$029		
Quota para a Junta Geral de Distrito	31 036\$733		
Fundo de Instrução Primária	14 513\$74		
Total da rubrica	113 987\$502		
Total da Despesa Ordinária	745 261\$289	Total da Despesa Extraordinária	169 745\$724

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

Pela análise dos quadros acima expostos, constatamos como a despesa ordinária da câmara funchalense compreendia uma vasta listagem de itens que revelam a exigência e complexidade desta administração municipal.

O primeiro item reporta-se às despesas efetuadas com o funcionalismo, onde estão incluídas as relativas ao pessoal da câmara municipal e ao pessoal da administração do concelho. O quadro de pessoal da câmara abrangia os funcionários da sua secretaria e um conjunto de empregados de diversos ramos do serviço municipal, em concreto, os trabalhadores dos cemitérios do concelho, o bibliotecário da biblioteca municipal, os professores e mestres das escolas sob responsabilidade camarária, os empregados do hospital de São Lázaro, o pessoal encarregue da conservação dos edifícios a cargo do município, o fiscal e os cantoneiros das obras de viação municipal, os empregados no serviço de iluminação, o apontador geral das obras de viação municipal, e o pessoal encarregue da fiscalização das rendas e impostos municipais<sup>87</sup>. Apesar de ser um órgão perfeitamente separado da câmara, a administração do concelho tinha o seu quadro de pessoal pago pelo cofre municipal<sup>88</sup>.

O funcionamento do município assentava no expediente da sua secretaria onde encontramos as despesas feitas com a compra do material que assegurava o trabalho de redação e registo da documentação gerada pela administração municipal<sup>89</sup>.

No âmbito da instrução primária, o município tinha a responsabilidade de pagar o aluguer das casas, e respetivo recheio, onde funcionavam as escolas primárias do concelho, masculinas e femininas<sup>90</sup>. No início da década de 1880, o concelho do Funchal contava com a existência de 25 escolas, garantidas pelo município, sendo 15 delas destinadas aos rapazes e 10 destinadas às raparigas. estes estabelecimentos de ensino estavam disseminados por todas as freguesias do concelho do Funchal<sup>91</sup>.

A biblioteca municipal era conservada e incrementada pela câmara que tinha o dever de, regularmente, adquirir livros e manter as assinaturas de publicações periódicas<sup>92</sup>. Relativamente às festividades públicas, os gastos efetuados foram, sobretudo, comas festas de São Tiago Menor e do Corpo de Deus<sup>93</sup>.

---

<sup>87</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fls. 2-2v.º.

<sup>88</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 2.

<sup>89</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 3.

<sup>90</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 790, fls. 60-61.

<sup>91</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Correspondência Expedida, Livro n.º 195, fls. 252v.º-253, Relação das escolas do concelho do Funchal, de 16 de fevereiro de 1883.

<sup>92</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 62v.º.

<sup>93</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 81, fl. 100.



A assistência exercida pelo município junto da comunidade estava focalizada nos mais desfavorecidos. Com efeito, a edilidade assumia o sustento dos doentes internados no hospital de São Lázaro, bem como a manutenção das instalações deste espaço, e assumi, de igual modo, o sustento e criação dos expostos<sup>94</sup>. Quanto à beneficência exercida pelo município, constata-se que se manifestava na concessão de subsídios a instituições de caridade como sucedeu com a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia desta cidade<sup>95</sup>.

As verbas despendidas com a salubridade urbana estavam direcionadas, com alguma regularidade, para a limpeza das ruas e demais espaços públicos, incluindo as ribeiras<sup>96</sup>.

O fomento urbano foi alvo da atenção municipal que assumiu os custos com a realização de obras públicas, sobretudo a construção e reparação de estradas<sup>97</sup>, e com o fornecimento de iluminação às principais ruas e artérias da cidade<sup>98</sup>. Ainda dentro deste âmbito, devemos mencionar os gastos feitos com três importantes obras, já referidas neste texto, a saber: a construção do teatro municipal, a construção do jardim municipal, duas estruturas destinadas ao enobrecimento da cidade<sup>99</sup>, e a edificação do mercado de frutas e legumes destinado a promover a atividade económica e o abastecimento da população em melhores condições de salubridade<sup>100</sup>.

Na qualidade de proprietário de prédios rústicos e urbanos, o município do Funchal estava obrigado ao pagamento anual da contribuição predial sobre os mesmos<sup>101</sup>. Por outro lado, era responsável por suportar os custos com a acomodação dos paços do concelho e da casa do administrador do concelho<sup>102</sup>.

O recenseamento eleitoral da população masculina é uma despesa que se revela presente em função das exigências do calendário político que determinava a relação das eleições municipais ou das gerais<sup>103</sup>.

Finalmente, os encargos com a estrutura distrital. Para a fase relativa a 1880-1886, verifica-se a existência de três itens: a quota na indemnização dos cereais, a quota destinada à repartição de Obras Públicas Distritais e a quota para a Junta Geral

---

<sup>94</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 8v.º, fl. 48.

<sup>95</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 795, fl. 78.

<sup>96</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 8v.º.

<sup>97</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 9, fls. 42v.º-43.

<sup>98</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 84.

<sup>99</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 788, fl. 222.

<sup>100</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 8v.º.

<sup>101</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 786, fl. 178.

<sup>102</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 3.

<sup>103</sup> ABM; Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 20.

de Distrito. Na fase relativa a 1887-1895, o pagamento à repartição de Obras Públicas Distritais deixa de constar. Em contrapartida, contamos com o pagamento do Fundo de Instrução Primária. A quota na indemnização dos cereais representava o pagamento que o município do Funchal efetuava às restantes municipalidades do distrito, depois de guardar para si a quota parte a que tinha direito, pagamento esse que era feito com as verbas da receita do imposto sobre os cereais estrangeiros importados na alfândega e entregues mensalmente à vereação funchalense<sup>104</sup>. Todos os anos, esta vereação estava obrigada a contribuir para as despesas referentes ao pagamento do pessoal e do expediente da repartição de Obras Públicas Distritais<sup>105</sup>. Relativamente ao encargo das quotas arbitradas pela Junta Geral de Distrito, destinadas a suportar o seu funcionamento, vemos que constituiu uma novidade surgida no Código Administrativo de 1878<sup>106</sup>. Assim, a câmara era obrigada a entregar, mensalmente, na tesouraria da Junta Geral de Distrito, a sua quota-parte que se destinava a suportar as despesas do distrito administrativo do Funchal<sup>107</sup>. A partir de 1892, e nos termos do decreto de 6 de maio, o município ficou obrigado a contribuir para o Fundo de Instrução Primária mediante a entrega, na delegação da Caixa Geral de Depósitos no Funchal, do valor que lhe competia, valor esse que era, posteriormente, remetido à Fazenda Nacional, uma vez que o Estado passou a assumir todo o serviço escolar que esteve, até 1892, a cargo dos municípios<sup>108</sup>.

Os encargos de carácter extraordinário representavam as despesas judiciais e o pagamento de dívidas.

O pagamento das despesas judiciais decorria da existência de situações que exigiam que o município recorresse à justiça, nomeadamente, quando era necessário instaurar processos contra os seus devedores<sup>109</sup>. Devido ao facto de ter contraído vários empréstimos junto da Companhia Geral do Crédito Predial Português, o município viu-se obrigado a suportar o pagamento dessas dívidas, acrescidas dos respetivos juros<sup>110</sup>.

Os gráficos 11 a 16 permitem uma visualização da distribuição da despesa, ordinária e extraordinária, deste município, entre os anos de 1880-1886 e entre os anos de 1887-1895.

---

<sup>104</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 8.

<sup>105</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 84.

<sup>106</sup> *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, Artigo 127.º, n.º 19.

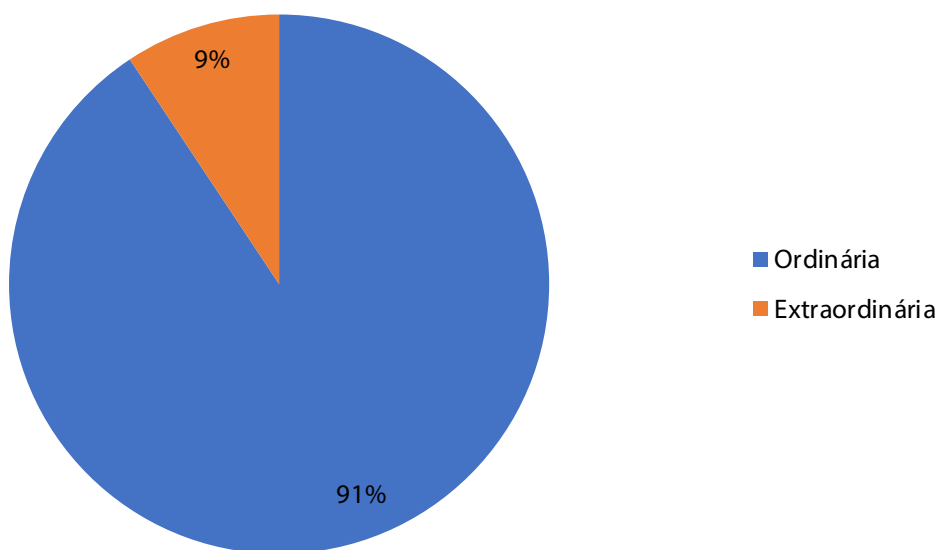
<sup>107</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 785, fl. 54v.º.

<sup>108</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 798, fl. 160v.º.

<sup>109</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 794, fl. 118v.º.

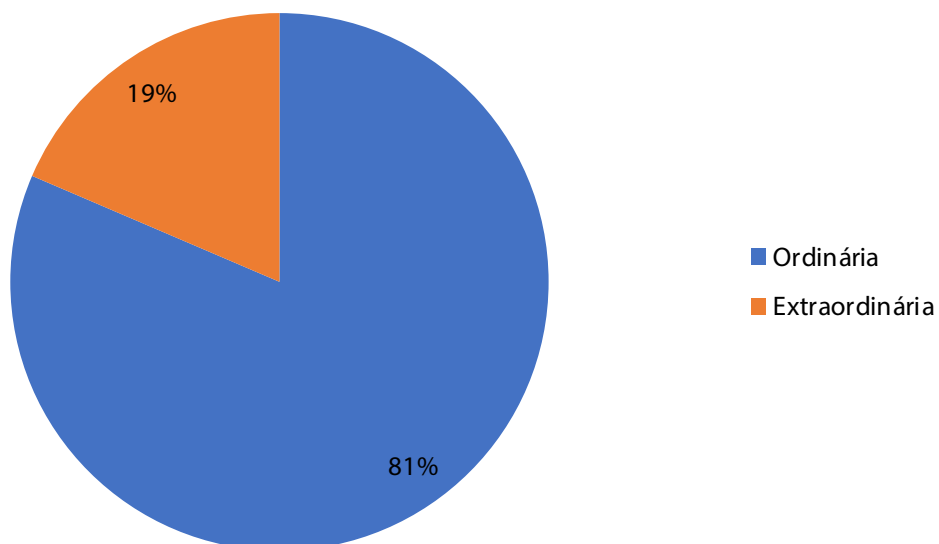
<sup>110</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 33v.º.

Gráfico 11: A Despesa do Município do Funchal (1880-1886)



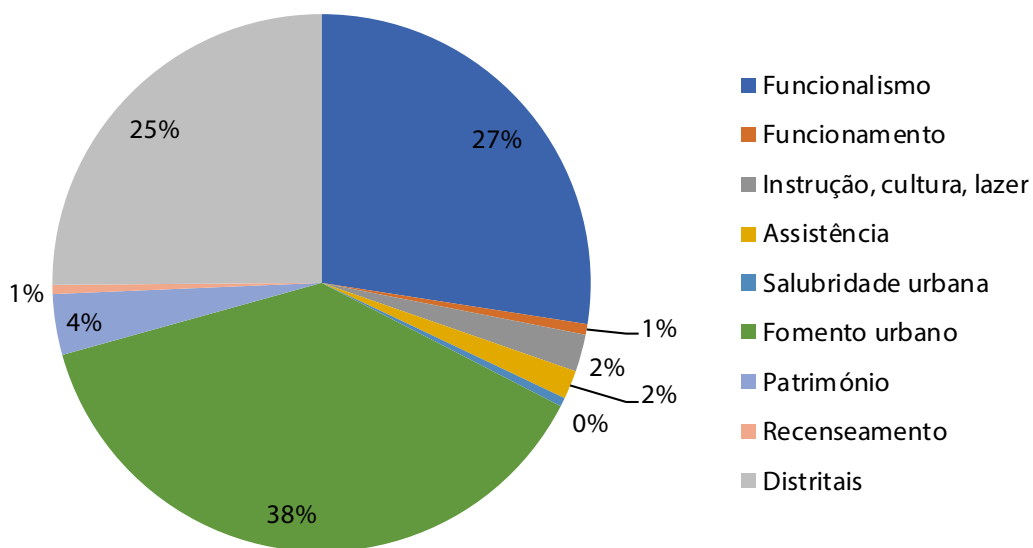
Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Gráfico 12: A Despesa do Município do Funchal (1887-1895)



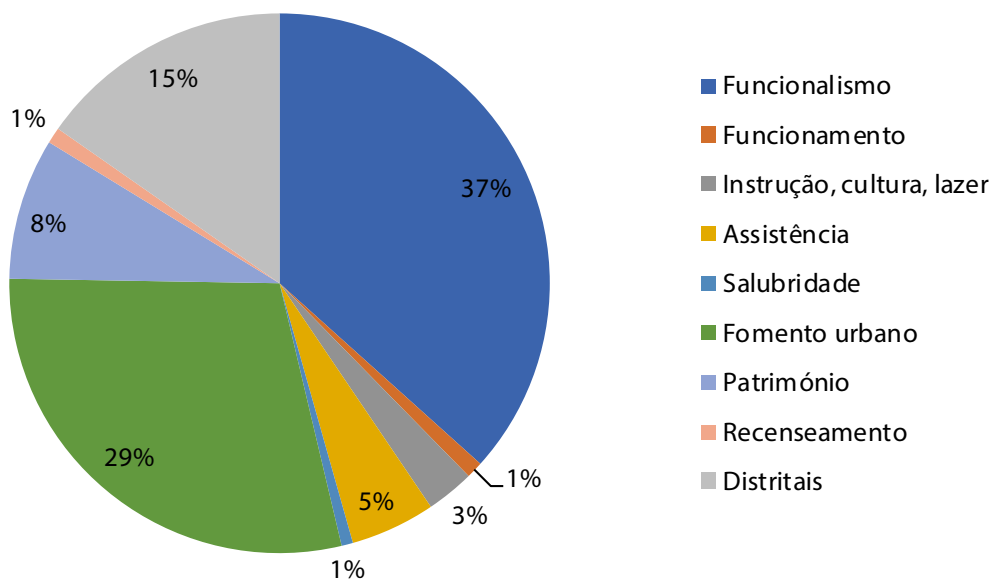
Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

Gráfico 13: A Despesa Ordinária do Município do Funchal (1880-1886)



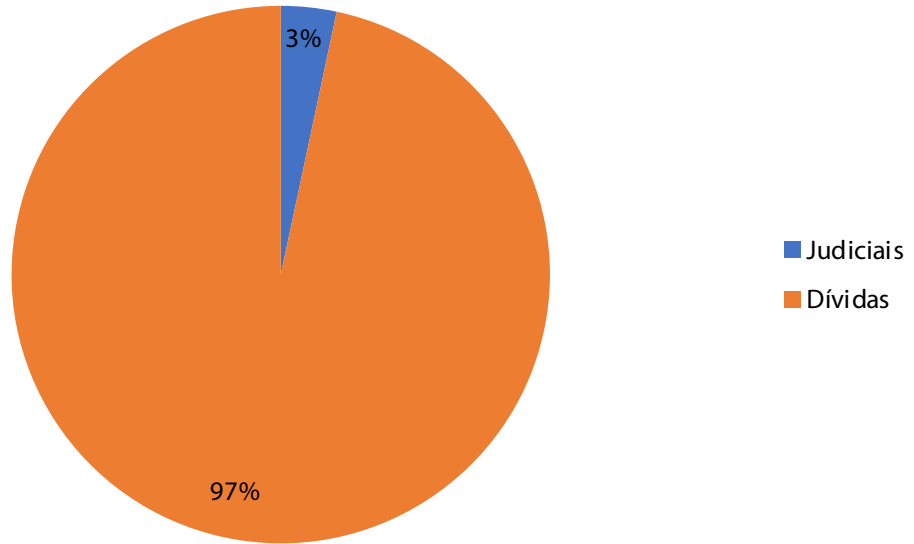
Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Gráfico 14: A Despesa Ordinária do Município do Funchal (1887-1895)



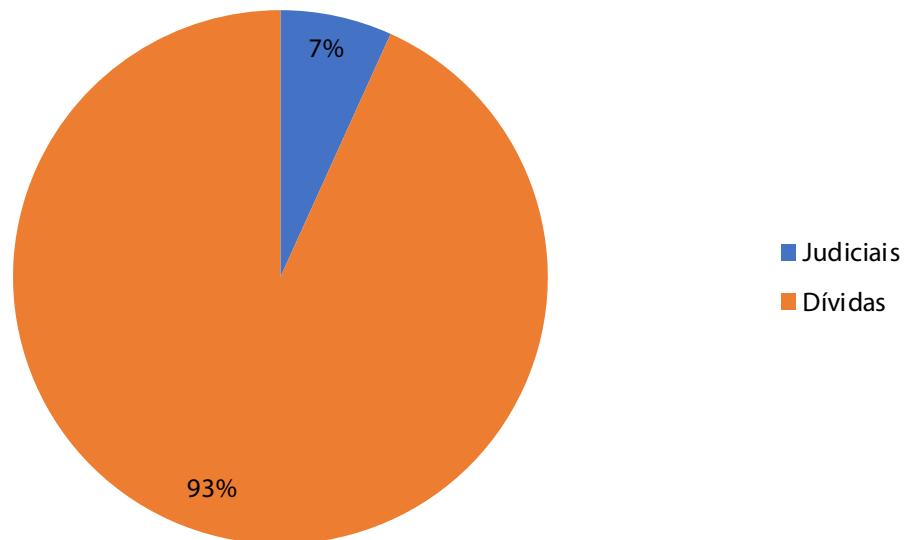
Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

Gráfico 15: A Despesa Extraordinária do Município do Funchal (1880-1886)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Gráfico 16: A Despesa Extraordinária do Município do Funchal (1887-1895)



Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

Da observação dos gráficos 11 a 16, pode-se concluir que a despesa do município do Funchal era, na sua esmagadora maioria, de caráter ordinário. No entanto, trata-se de uma realidade perfeitamente constatável na fase entre 1880-1886, com os valores da despesa ordinária superiores a 90%; sendo que, na fase seguinte, se observa uma diminuição de 10 pontos percentuais. Quanto à distribuição da despesa ordinária verifica-se, globalmente, uma predominância de três itens: os gastos com as obras de fomento urbano, os gastos com o funcionalismo municipal, e os encargos distritais. Há um aumento das despesas com o funcionalismo, entre 1887-1895, devido ao facto de passarem a ser contabilizados os salários com o pessoal que surge na fonte com o estatuto de «servente», ou seja, que trabalhava à jorna em vários serviços públicos, em concreto, de iluminação, de limpeza da cidade e de conservação dos caminhos de viação e do jardim municipal<sup>111</sup>. Em contrapartida, e também entre 1887-1895, os gastos com as obras públicas e com a quota para as despesas distritais caem cerca de 10 pontos percentuais, cada, face ao período anterior. Tal explica-se com a conclusão das obras de construção do jardim municipal, em 1882, e com as de construção do teatro D. Maria Pia, em 1887<sup>112</sup>. Por seu turno, a quota para a Junta Geral de Distrito surge canalizada, especificamente, para o pagamento do corpo de Polícia Civil, o que poderá justificar a diminuição de valores ocorrida entre 1887-1895<sup>113</sup>. O aumento com as despesas de património é justificado pela inclusão dos valores oriundos das expropriações que o município fazia, cada vez mais frequentemente, com a finalidade de adquirir espaços para a prossecução da sua política de construção de novas vias de circulação<sup>114</sup>. No conjunto da despesa extraordinária do município predominava a rubrica das dívidas ativas que a vereação tinha a obrigação de saldar em virtude dos empréstimos contraídos junto do Crédito Predial Português.

### 3.3. A Receita e Despesa: Evolução dos Totais

A evolução dos totais da receita e da despesa do município do Funchal, entre 1880 e 1895, pode ser observada nos quadros XI e XII. Foi, de igual modo, apurado o saldo, isto é, o resultado da subtração do valor da despesa ao valor da receita.

---

<sup>111</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 798, fl. 9.

<sup>112</sup> Veja-se AAVV, 2010, *Funchal 500 Anos: Monumentos e Documentos da História da Nossa Cidade*, pp. 182-183.

<sup>113</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 792, fl. 4v.º.

<sup>114</sup> ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livro n.º 798, fl. 2v.º.

Quadro XI: A Receita e a Despesa do Município do Funchal (1880-1886)

<b>Ano Civil</b>	<b>Total da Receita (Réis)</b>	<b>Total da Despesa (Réis)</b>	<b>Saldo</b>
1880	67 184\$745	67 519\$163	- 334\$418
1881	99 365\$373	92 407\$706	+ 6 957\$667
1882	93 802\$058	88 296\$743	+ 5 505\$315
1883	107 296\$897	110 423\$218	- 3 126\$321
1884	116 005\$844	113 102\$643	+ 2 903\$201
1885	121 149\$313	112 055\$839	+ 9 093\$474
1886	109 296\$423	117 492\$793	- 8 196\$37

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 785 a 791.

Quadro XII: A Receita e a Despesa do Município do Funchal (1887-1895)

<b>Ano Civil</b>	<b>Total da Receita (Réis)</b>	<b>Total da Despesa (Réis)</b>	<b>Saldo</b>
1887	128 921\$421	129 558\$346	- 636\$925
1888	119 096\$132	112 829\$615	+ 6 266\$517
1889	109 405\$052	109 929\$005	- 523\$953
1890	95 791\$154	99 391\$078	- 3 599\$924
1891	97 956\$093	94 216\$133	+ 3 739\$96
1892	83 173\$905	81 631\$831	+ 1 542\$074
1893	90 185\$914	87 390\$076	+ 2 795\$838
1894	98 321\$932	103 338\$318	- 5 016\$386
1895	101 254\$817	96 722\$611	+ 4 532\$208

Fonte: Elaboração própria a partir de ABM, Câmara Municipal do Funchal, Receita e Despesa, Livros n.ºs 792 a 801.

O primeiro aspeto que importa sublinhar é a coincidência, apesar de haver uma ou outra discrepância, entre os valores por mim trabalhados e apresentados nos dois quadros acima, e os valores das contas de gerência, que ficaram expressos no quadro III. No caso da receita, há que atender que, nas contas de gerência, estava sempre incluído o valor do saldo do ano anterior, o que explica as diferenças que se podem observar entre os valores da receita do quadro III, relativo às ditas contas de gerência, e os valores da receita expressos nos quadros XI e XII<sup>115</sup>.

Entre os anos de 1880 e 1895, o município funchalense revelou um equilíbrio entre o número de saldos positivos, nove, e o número de saldos negativos, sete.

<sup>115</sup> Aproveito para fazer uma retificação face à informação expressa em: SOUSA, 2014, «O Município do Funchal no Final da Monarquia Constitucional: Uma Análise Financeira», p. 358; SOUSA, 2015, «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», p. 507; onde afirmo que os valores de receita, por mim apurámos, nunca coincidem com os valores das contas de gerência do município. Esta afirmação não está correta, uma vez que não percebi que, nas contas de gerência, o valor do saldo era incluído na receita.

As situações mais complicadas financeiramente terão ocorrido no ano de 1886, manifestando-se num saldo negativo no valor de 8 196\$37 réis, e no ano de 1894 que registou um saldo negativo no valor de 5 016\$386 réis. Tal poderá ser explicado pelo excesso de endividamento resultante dos empréstimos contraídos para custear as obras de fomento urbano, como o jardim municipal e o teatro D. Maria Pia, e que tiveram repercussão na administração financeira municipal. As exigências de modernização da cidade exigiam elevados encargos, e para as satisfazer era necessário o recurso ao crédito. A partir de 1894, temos a informação de que o governador civil do Funchal, por instrução da Direção Geral de Administração Política e Civil, determinou que a contração de empréstimos, por parte dos municípios, tinha de obedecer às regras ditadas pelo decreto de 6 de agosto de 1892. Este exigia uma lista de documentação pormenorizada que devia acompanhar as representações camarárias feitas, junto da tutela, para obtenção da necessária autorização para recorrer ao crédito<sup>116</sup>.

#### 4. Considerações Finais

Entre os anos de 1880 e de 1895 o município do Funchal regeu-se pelo articulado dos Códigos Administrativos de 1878 e de 1886. São dois documentos que, apesar de terem sido promulgados em distintas conjunturas políticas, apresentam mais semelhanças do que significativas diferenças entre si. Ambos têm traços centralizados que se manifestam, clara e inequivocamente, na capacidade conferida ao governador civil do distrito para exercer uma tutela sobre as finanças municipais. Com efeito, a aprovação do orçamento municipal era da responsabilidade do governador civil. Constatámos que o orçamento da câmara do Funchal ora foi aprovado por cumprir as disposições legais, ora foi devolvido para ser alterado, ora foi aprovado, mas com exigência de a vereação proceder a alterações do seu conteúdo. A reprovação só foi verificada em duas ocasiões. As contas de gerências revelaram uma regularidade na sua execução, apesar de serem documentos muito esquemáticos. Aprovadas em sede de vereação, eram posteriormente e por intermédio do governador civil, enviadas ao Tribunal de Contas. Cabia a este órgão sancionar ou não a conta de gerência do município funchalense.

---

<sup>116</sup> ABM, Governo Civil, Registo de Correspondência com as Câmaras, Livro n.º 164, fls. 230-230v.º, circular de 24 de julho de 1894.



A análise dos 16 volumosos livros de receita e despesa, compreendendo todos os registos contabilísticos efetuados entre 1880 e 1895, permitiu estabelecer um conjunto de asserções. A receita municipal era essencialmente de carácter ordinário e composta, predominantemente, pelos impostos municipais indiretos. Dentro deste grupo, eram os impostos municipais aduaneiros que representavam a maior percentagem revelando uma realidade financeira sustentada pelos impostos sobre o consumo de produtos importados. Relativamente à despesa, constatou-se que esta era, à semelhança da receita, maioritariamente de natureza ordinária. Os encargos com as obras de fomento urbano, com o funcionalismo municipal e com o distrito representavam a maior percentagem da despesa feita pela vereação. A despesa extraordinária revelou a existência de dívidas ativas que o município tinha o dever de saldar, em virtude dos vários empréstimos contraídos junto da banca para o financiamento de obras de fomento urbano como o jardim municipal e o teatro D. Maria Pia.

Finalmente, constatou-se que o município funchalense revelou um equilíbrio entre o número de saldos positivos, nove, e o número de saldos negativos, sete. Se a receita oriunda dos impostos municipais aduaneiros estava em crescimento e, por essa via, dando a capacidade necessária para a satisfação dos encargos obrigatórios, as imposições do lado da despesa, com o funcionalismo, com as obras de fomento urbano e com a sustentação da burocracia do distrito administrativo, acabariam por levar a um desequilíbrio das contas. A realidade financeira municipal oscilava entre dois polos: de um lado, a exigência da tutela para o equilíbrio das finanças municipais e na observação dos preceitos legais aquando da elaboração do orçamento e da conta de gerência; do outro, a exigência de modernização de um espaço urbano em expansão que levou à contração de empréstimos, cujo pagamento acabaria por ter repercussões na gestão financeira municipal.

## **5. Fontes e Bibliografia**

### 5.1. Fontes

#### A) Fontes Manuscritas

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM)

Alfândega do Funchal:

Correspondência Recebida de Diferentes Autoridades do Distrito, Livro n.º 683.

Câmara Municipal do Funchal:

Correspondência Expedida, Livros n.ºs 172 e 195.

Posturas, Livro n.º 1977.

Receita e Despesa, Livros n.ºs 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801.

Vereações, Livros n.ºs 1381, 1382, 1383, 1384, 1385.

Governo Civil:

Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Funchal, Livros n.ºs 216, 217, 218, 576, 578.

Orçamentos e Contas das Receitas e Despesas das Câmaras Municipais, Orçamentos da Câmara Municipal do Funchal, Caixa n.º 36.

Registo de Correspondência com as Câmaras Municipais, Livro n.º 164.

B) Fontes Impressas

*Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 1878, 2.ª Edição Oficial, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 17 de julho de 1886*, 1886, Porto, Livraria Gutenberg.

*Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1872*, 1873, Lisboa, Imprensa Nacional.

*Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1879*, 1879, Lisboa, Imprensa Nacional.

## 5.2. Bibliografia Citada

AAVV, 2010, *Funchal 500 Anos. Monumentos e Documentos da História da Nossa Cidade*, Funchal, Direção Regional dos Assuntos Culturais.

CAETANO, Marcelo, 1994, *Estudos de História da Administração Pública*, Coimbra, Coimbra Editora.

OLIVEIRA, César, 1996, *História dos Municípios e do Poder Local – Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores.

SÁVIO, Camila Gomes, 2020, *Contribuições Financeiras. Natureza Jurídica e Consequências para as Empresas*, Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito das Empresas ao ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa.

- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2014, «O Município do Funchal no Final da Monarquia Constitucional: Uma Análise Financeira», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 6, pp. 328-361.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2015, «As Finanças do Município do Funchal durante a Vigência do Código Administrativo de 1842 (1861-1878)», in *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 7, pp. 473-509.
- SOUSA, Ana Madalena Trigo de, 2020, «O Município do Funchal e a sua Receita Aduaneira: Origem e Evolução de um Imposto Vital na Administração Camarária (1872-1910)», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 2, pp. 581-617.



## **A Vida Social dos Georrecursos: Extrações e Extrativismo na Ilha do Porto Santo (desde o Século XX)**

The Social Life of Georesources: Extractions and Extractivism in Porto Santo Island (since the 20<sup>th</sup> Century)

*Jorge Freitas Branco*<sup>1</sup>

### **Resumo**

Desde que foi povoada a partir de finais da segunda década do século XV e até quase finais do século passado, no Porto Santo vigorou uma sociedade camponesa assente numa agricultura de sequeiro com ecossistema de tipo mediterrânico (cereais, vinho, gado). A configuração geológica da ilha favoreceu a extração de cal e derivados exportados para a Madeira. O trabalho nas pedreiras era uma ocupação que complementava o sustento da população. No século XX, o extrativismo envolveu mais georrecursos: água mineral (ca. 1920-ca. 1990) cimento Portland (1922-ca. 1940) e o “episódio pozolânico” (1937-1962), cujas ruínas me forneceram pretexto e contexto para o presente trabalho. Desde início de Novecentos, o clima contrastante com a ilha vizinha transforma o veraneio numa atividade extrativista de novo tipo. Desde então o turismo molda a sociedade e o território. A praia com as representações materiais e intangíveis que gera, tornou-se o principal recurso insular. Baseado num espólio documental familiar, em trabalho de campo, em arquivos institucionais e na minha memória de infância, ensaia-se uma reconstituição da vida social dos georrecursos insulares. As ruínas da unidade fabril da pozolana servem de dispositivo para regressão no tempo, originando um legado material e imaterial, que atualmente desafia a especulação imobiliária.

---

<sup>1</sup> Professor catedrático jubilado de antropologia no Iscte Instituto Universitário de Lisboa, investigador do CRIA\_Iscte. Fez investigação de terreno em Portugal continental, ilhas atlânticas (Madeira), Alemanha, Brasil, França. Tem publicações sobre materialidades, culturas populares, antropologias marginais, coleções etnográficas, culturas do laicismo. Endereço eletrónico: [jorge.branco@iscte-iul.pt](mailto:jorge.branco@iscte-iul.pt).

Inspiro-me no projeto expositivo *Weight and Measure* (1992) do escultor Richard Serra para fixar os parâmetros duma cultura sensorial porto-santense vivida: temperatura, ruído e sazonalidade. Deles emergem os eixos narrativos que configuram a “segunda criação” (David E. Nye). Ela assenta numa periferização diferente da ilha, que já não decorre do duplo isolamento oceânico, como nos séculos passados. A atual condição periférica resulta de integração e da sujeição aos imperativos económicos externos, ao passo que as potencialidades endógenas foram desacreditadas.

**Palavras-chave:** Georecursos; Ilha do Porto Santo; Vida Social; Luís de Freitas Branco (1898-1965); Séculos XX-XXI; Extrativismo; “Segunda Criação”; Pozzolana; Cimento.

### **Abstract**

Since Porto Santo’s settlement began in the 1420s right up to the near end of the past century, a peasant society prevailed based on rainfed agriculture with a Mediterranean type of ecosystem (cereals, wine, livestock). The island’s geological configuration also favoured the extraction of lime and derivatives, exported to Madeira. Work in the quarries provided extra income to sustain the population. By the 20<sup>th</sup> century, the extractivism involved more georesources: mineral water (circa 1920 – circa 1990), Portland cement (1922 – circa 1940) and the “pozzolan episode” (1937-1962), the ruins of which gave me a pretext and context for this work. From the early nineteenth hundreds, its contrasting climate with that of the neighbouring island transforms summer holidaymaking into a new type of extractivism. Since then, tourism shapes society and the territory. The beach, with its surging material and intangible representations, has become the main insular resource. Based on a family documental legacy, fieldwork, institutional archives and my childhood memories, a re-enactment of the insular georesources’ social life is essayed. The crumbling remains of the pozzolan factory becomes a device allowing us to go back in time, resulting in tangible and intangible heritage that currently challenges property speculation. I draw inspiration from the exhibition project *Weight and Measure* (1992) by the sculptor Richard Serra to set the parameters of an experienced sensory culture of Porto Santo: temperature, sounds and seasonality. From them emerge the narrative axes that configure the “second creation” (David E. Nye), constructed on a different peripheralization of the island, which no longer arises from the double oceanic isolation, as in previous centuries. The current peripheral condition stems from integration and subjection to external economic imperatives, while casting aside its endogenous potentialities.

**Keywords:** Georesources; Porto Santo Island; Social Life; Luís de Freitas Branco (1898-1965); 20<sup>th</sup>-21<sup>st</sup> Centuries; Extractivism; “Second Creation”; Pozzolan; Cement.

## **A Ilha**

O Porto Santo<sup>2</sup> é uma ilha situada no Atlântico Norte, entre os paralelos 32° 59' 40" N e 33° 07' 35" N e os meridianos 16° 16' 35" O e 16° 24' 35" O, com uma superfície de 42,68 km<sup>2</sup>. Desabitada, começa a ser povoada pelos portugueses a partir de finais da segunda década do século XV. Conta cerca de 5000 residentes, número que quintuplica atualmente no verão. Tem origem vulcânica, predominam as planuras, com algumas elevações pouco acima dos 500 m e caracterizada por clima semiárido. A configuração geológica, a paisagem descarnada pela erosão, a baixa humidade relativa do ar e a vegetação parca convergem para que predomine uma escala cromática dentro dos ocre, castanhos e dourados. É um contraste com a vizinha ilha da Madeira – também vulcânica, mas montanhosa, dispendo de clima mediterrânico a temperado, com 758,42 km<sup>2</sup> de área e cerca de 260 000 habitantes.

O fotógrafo forasteiro sente-se seduzido por estas tonalidades. E cedo se apercebe estar perante uma sociedade marcada por desagrarização ocorrida ao longo da segunda metade do século passado. A aridez resulta de ausências prolongadas de chuva, debatendo-se a população com períodos cíclicos de fome<sup>3</sup>. Até ao último quartel do século passado, reconheciam-se os porto-santenses pela fluorose que os afligia, consequência da água doce disponível<sup>4</sup>. Séculos a fio, a vida insular assentou num regime agrário de sequeiro, com cereal – em anos fartos –, vinho – com intermitências – e gado – saciado – quando havia pasto<sup>5</sup>. Em paralelo ou em

---

<sup>2</sup> Agradeço às seguintes pessoas e entidades a disponibilidade manifestada e a informação facultada: António G. F. de Sousa Coutinho, Arquivo e Biblioteca da Madeira, Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Assembleia da República (Biblioteca Passos Manuel), Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma da Madeira (Mariana Pita), Bento Lopes (Mercearia do Bento), Biblioteca Municipal do Funchal, Biblioteca Nacional de Portugal, Centre national du cinéma et de l'image animée (CNC), Cinemateca Portuguesa Museu do Cinema, IP, David Caldeira, Direção Regional do Ordenamento do Território (Funchal), Gil Caroto (IPRO Clinic), Fátima Barros (ABM), Filipe dos Santos (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira), Graça Freitas, Idalina Sardinha, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INIP), Isabel Mendes Londral (ML&A | Advogados), Iscte Instituto Universitário de Lisboa (Biblioteca), João Abel de Freitas, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC, Centro de Documentação), Marcelino de Castro, Nélio Pão (Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira), NOVA Medical School (Biblioteca), Nuno Mota (Diretor Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira), Regina Nóbrega (ABM), Rui Campos Matos, Teresina Teixeira (Tribunal da Comarca da Madeira, Arquivo). Aos meus irmãos pela partilha de recordações, assim como pela digitalização de documentação familiar. Fiz atualização gráfica nas citações e transcrições do espólio familiar.

<sup>3</sup> BRANCO, 2023, «As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», pp. 339-368.

<sup>4</sup> BORRALHO, 2006, *Fluorose e cárie dentária: um estudo de prevalência*; MENDES, ALMEIDA & BERNARDO, 2007, «Prevalence of dental caries and fluorosis in Porto Santo Island»; RAGHWENDRA, 2017, *Origin of natural occurring groundwater salinity and hydrogeochemical processes in the island of Porto Santo (Portugal)*.

<sup>5</sup> BRANCO, [1987] 2019, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago, 1750-1900*.

complemento com o amanho da terra, o aproveitamento de georrecursos teve papel de relevo.

A ilha pode ser vista como uma periferia da vizinha Madeira; o arquipélago, por sua vez, integra as atuais Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia.

Imagem n.º 1 – Últimas debulhas a trilho, Camacha, anos 1980



Fonte: fotografia de Francisco de Freitas Branco.

## Georrecursos

A questão central da presente abordagem são os georrecursos. Relativamente ao arquipélago da Madeira a investigação tem-se concentrado na cal<sup>6</sup>. O meu ponto

---

<sup>6</sup> FERREIRA, 2005, *Património tecnológico: A indústria calcária no arquipélago da Madeira*; NEVES, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», pp. 134-137; PACHECO, 2022, «Cal, indústria da», pp. 718-724, PACHECO, 2020, «A indústria da cal no concelho de São Vicente (séculos XVII-XX)», pp. 493-542, PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», pp. 74-91, PACHECO, 2022, «A cal e a construção do arquipélago da Madeira nos séculos XV-XVI», pp. 15-46, PACHECO, 2024, «A cal no arquipélago da Madeira nos séculos XIX-XX», pp. 501-590; RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspetos da sua economia*; TORRES & PAULO, 2003, «Nunca me esqueço o que passei...», pp. 59-64.



de partida é a interrogação de umas ruínas que persistem no sítio das Pedras Pretas, onde ocorreu, há já mais de meio século, o que designei “episódio pozolânico”<sup>7</sup>.

Passo agora em revista a literatura que me inspirou e que determinou os três eixos que estruturam esta pesquisa. Desde logo o livro de Arjun Appadurai sobre “a vida social das coisas”<sup>8</sup>. Como o título aponta o autor olha as coisas, os objetos ou os artefactos como uma moldura cultural geradora de laços entre os indivíduos. Esta proposta teve larga aceitação na comunidade antropológica, inspirando um número considerável de seguidores. Assim, por exemplo, F. Santos-Granero<sup>9</sup> propõe modos de indagar a “vida oculta das coisas”, partindo de etnografias ameríndias, onde (geor) recursos se convertem em símbolos constitutivos e de representação da pessoa.

Circunscrevendo-me ao horizonte ibérico, realço monografias em que é evidenciado o papel desempenhado por georrecurso, embora eles não sejam o foco central de análise. Miguel Vale de Almeida<sup>10</sup> aponta práticas de masculinidade numa vila portuguesa especializada na extração de mármore. Emília Margarida Marques<sup>11</sup> estudou artífices vidreiros e a sua relação com a máquina. Ao tratar a cerâmica feminina no arquipélago dos Açores, Rui de Sousa Martins<sup>12</sup> analisa as condições de extração, distribuição e manipulação da matéria-prima. Pedro Prista<sup>13</sup> revisitou georrecurso aplicados em construções vernaculares. Mais recentemente, os artigos de Jorge Torres e João Paulo<sup>14</sup> e o de Marluci Menezes<sup>15</sup> focam o fator humano na exploração da cal, na ilha do Porto Santo e no Alentejo. Do lado de Espanha menciono a pesquisa prolongada que José Luis García<sup>16</sup> levou a cabo sobre mineiros; incide menos na atividade extrativa, debruçando-se sobre as relações de paternalismo que vigoravam nas mineradoras asturianas.

---

<sup>7</sup> BRANCO, 2018, «O Património Cultural Imaterial e o Enigma Suscitado pelo Episódio Pozolânico na ilha do Porto Santo», pp. 36-41.

<sup>8</sup> APPADURAI, 1986, *The Social Life of Things. Commodification in Cultural Perspective*.

<sup>9</sup> SANTOS-GRANERO, 2009, *The Occult Life of Things. Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood*.

<sup>10</sup> ALMEIDA, [1995] 2018, *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*.

<sup>11</sup> MARQUES, 2009, *Os operários e as suas máquinas: Usos sociais da técnica no trabalho vidreiro*.

<sup>12</sup> MARTINS, 1999, *A cerâmica modelada feminina dos Açores. Sistemas produtivos, formas de articulação e processos de mudança*.

<sup>13</sup> PRISTA, 2014, *Terra palha cal. Ensaios de antropologia sobre materiais de construção vernacular em Portugal [...]*.

<sup>14</sup> TORRES & PAULO, 2003, «Nunca me esqueço o que passei...», pp. 59-64.

<sup>15</sup> MENEZES, 2016, «Falas de quem faz cal», pp. 129-141.

<sup>16</sup> GARCÍA, 1996, *Prácticas paternalistas. Un estudio antropológico sobre los mineros asturianos*.

Pretendi seguir o debate atual sobre extrativismo e os desafios colocados pela necessidade de garantir a sustentabilidade dos recursos<sup>17</sup>. Anna J. Willnow lembra uma diferenciação necessária. A ação de extrair um recurso para satisfazer as necessidades duma comunidade não deve ser confundida com extrativismo. Neste, explora-se um recurso na mira de obter o maior lucro possível. A autora aborda este desafio que se coloca à escala planetária, estudando os modos de resistência das populações afetadas pela ocupação e devastação dos seus territórios<sup>18</sup>.

A partir dum contexto – o do Porto Santo, conforme já descrito, uma ilha de pequena escala – equaciono o impacto provocado pela exploração dos seus georrecursos, atendendo aos laços sociais gerados e desfeitos e às implicações nos comportamentos culturais.

### **Sobre o Método Adotado**

Comecei esta investigação em 2013, prosseguindo desde então com repetidas interrupções. Numa ida de férias à ilha, revisei locais que me recordaram tempos passados. Detive-me em especial nas Pedras Pretas. Existe ali uma fábrica desativada. Sem esforço, foi-me possível datar o seu abandono: 1961. Embora em ruínas, o local possibilita uma leitura pormenorizada. Apesar da maresia a oxidação dos metais foi reduzida, permitindo identificar os maquinismos. Procedi ao registo fotográfico. E perguntava-me: porque se mantivera aquela ruína num terreno de elevado valor no mercado imobiliário?

---

<sup>17</sup> BOWLES & VELTMEYER, 2020, «Extractivism», pp. 103-111, D'ANGELO & PIJPERS, 2021, *The Anthropology of Resource Extraction*; SCOTT, 2020, «Extractivism: Socio-Legal Approaches to Relations with Lands and Resources».

<sup>18</sup> WILLNOW, 2019, *Understanding Extractivism. Culture and Power in Natural Resource Disputes*, p. 2. No plano contemporâneo português o extrativismo teve tratamento em obras literárias. As mais conhecidas são os romances de Aquilino Ribeiro, *Volfrâmio*, 1943 e de Fernando Namora, *Minas de San Francisco*, 1946. No plano paisagístico recorde-se a aldeia e as minas de São Domingos (encerradas em 1965), no concelho de Mértola, onde a degradação ambiental ganhou foros de cenário filmico procurado, também explorado pelo turismo. Na atualidade recorde-se a questão do lítio. No plano internacional a bibliografia é extensa. A título exemplificativo, menciono dois casos em que as relações entre economia do lucro e degradação ambiental são equacionadas dum ponto de vista crítico: o Projeto Grande Carajás, no Brasil (COELHO, 2014, *Projeto Grande Carajás. Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado*) e o da maior mina a céu aberto do mundo, onde se explora cobre, na Papua Ocidental (CÉLÉRIER, 2022, «Un géant du cuivre chez les Papous», pp. 8-9).

Feita a observação *in situ* procurei documentação. Lembrei-me de fotografias guardadas em álbuns e gavetas familiares e ocupei-me de uns maços de papéis de conteúdo variado, esquecidos há duas gerações. Sabia que continham informação sobre o Porto Santo abarcando o período de infância que lá passei, embora boa parte recuasse até aos anos 1920. Feita uma avaliação de cartas, folhetos, apontamentos, esboços, rascunhos, fotografias, conclui que a ruína visitada nas Pedras Pretas condensava muito mais do que ali se via e eu sabia ou me lembrava. Entreabria-se-me uma realidade insular assente na vida social de georrecurso. A documentação em posse familiar deu-me confiança; lancei-me numa busca em arquivos e bibliotecas. Foi importante o respigo feito à revista *Ilustração Madeirense*, posteriormente continuada como *Revista Portuguesa*. Encontrei evidências para o que até aí eram reminiscências na minha memória<sup>19</sup>. E os arquivos institucionais foram consistentes no que respeita documentação administrativa, disposições legais, relatórios e mais imagens.

Não se me proporcionou obter testemunhos orais que se reportassem ao período de laboração daquela fábrica.

Uma palestra proferida no Arquivo e Biblioteca da Madeira<sup>20</sup> possibilitou-me afinar ideias e perspetivas, principalmente depois de na assistência se comentar ter sido uma sorte a fábrica não singrar, não se terem explorado mais as pedreiras, rasgando a paisagem. Fez-se-me luz sobre grandezas e misérias dos extrativismos e o seu atual debate internacional: a predação dos recursos naturais, a conservação da paisagem, a sustentabilidade<sup>21</sup>.

Estavam encontrados os três eixos que orientam a presente investigação. O procedimento a adotar assentaria numa triangulação<sup>22</sup> constituída por trabalho de campo, análise documental e memória pessoal.

Naquela ruína deparavam-se-me os vestígios deixados por uma iniciativa técnica inédita na ilha, que se revelaria vir a ser um insucesso. O estudo de Bruno

---

<sup>19</sup> Os parágrafos que resultam de recordações de infância estão em itálico.

<sup>20</sup> *Pozolana, PXO: terreno e arquivo*, proferida a 08 de junho de 2018, no Dia Internacional dos Arquivos, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/16152>

<sup>21</sup> BOWLES & VELTMEYER, 2020, «Extractivism», pp. 103-111; D'ANGELO & PIJPERS, 2021, *The Anthropology of Resource Extraction*; SIEDER, ANSOLABEHRE & ALFONSO, 2021, *Routledge Handbook of Law and Society in Latin America*; SCOTT, 2020, «Extractivism: Socio-Legal Approaches to Relations with Lands and Resources»; WILLNOW, 2019, *Understanding Extractivism. Culture and Power in Natural Resource Disputes*.

<sup>22</sup> FLICK, 2011, *Triangulation. Eine Einführung*; FLICK, 2018, «Triangulation», pp. 777-804.

Latour<sup>23</sup> sobre o projeto Aramis serviu-me para encarar malogros como fenómenos técnico-sociais com a mesma relevância que os projetos bem-sucedidos.

Em *An Island Called Home. Returning to Jewish Cuba* (2007), de Ruth Behar e Humberto Mayol, encontrei uma autora com uma situação pessoal, em aspetos da sua infância, similar à minha. Ela também, passadas décadas de ausência, pisava terra insular, que abandonara criança. Ocupa-se de recordações, de retratos, da família, da diáspora, registando processos de tradução cultural. Senti-me igualmente estimulado pelo mais recente livro de Claudio Lomnitz, *Nuestra America. My Family in the Vertigo of Translation* (2021), em que o autor traça percursos de gerações anteriores.

A leitura do papel desempenhado pelos georrecursos na estruturação dos comportamentos culturais e das dinâmicas sociais que esboço, inspira-se na noção de *Second Creation*, usada por David E. Nye<sup>24</sup>.

## **A Fábrica da Pozolana, ca. 1954-1962**

Para quem venha da vila<sup>25</sup> em direção à Fontinha encontra à direita uma ladeira chamada rua da Pozolana. Pode causar surpresa o nome do arruamento, porque a maioria das pessoas não saberá explicar o topónimo. Do que se trata explicava-o na década de 1950 Luís de Freitas Branco (1898-1965)<sup>26</sup>, o industrial madeirense que se empenhou no seu aproveitamento:

«O que é, pois, uma pozolana? É uma matéria vulcânica que vem à superfície em certa fase das erupções. É um “vómito” de magma vindo das entranhas da Terra e que entrando em desagregação, por efeito da ação dos tempos, tem a propriedade de, em mistura com cal e água, adquirir qualidades hidráulicas. A esta propriedade dá-se a designação de “atividade pozolânica”.

A pozolana aparece na Natureza com aspeto argilo-terroso, arenoso ou rochoso. Não tem cor definida; pode ser cinzenta, castanha, amarela, esbranquiçada ou preta. A cor nada traduz quanto à sua “atividade pozolânica” e esta só se pode observar mediante “ensaios” repetidos feitos com amostras colhidas de vários pontos de supostas jazidas de pozolana»<sup>27</sup>.

---

<sup>23</sup> LATOUR, 1996, *Aramis ou l'amour des techniques*.

<sup>24</sup> NYE, 2003, *America as Second Creation: Technology and Narratives of New Beginnings*.

<sup>25</sup> Em 1996, a vila foi elevada a cidade.

<sup>26</sup> A seguir LFB.

<sup>27</sup> BRANCO, 1958, «Uma ideia acerca de pozolanas II».

Imagem n.º 2 – A evocação dum georrecurso na toponímia insular, 2013



Fonte: fotografia do autor.

Imagem n.º 3 – Carros de tração animal perto da Casa das Águas, no caminho da Fontinha. Pode tratar-se do transporte de combustível para a Fábrica de Cimento.

LFB está ao centro, de gravata. Década de 1930



Fonte: ELFB, autor não identificado.

O engenheiro civil António de Sousa Coutinho (1919-2007), foi investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e se destacou no estudo deste material. Escreveu:

«definimos a pozolana como um material que não tendo por si só propriedades aglomerantes hidráulicas é capaz de substituir parte do cimento dos betões e argamassas reagindo com os seus componentes e com o hidróxido de cálcio, originando compostos de grande estabilidade com propriedades aglomerantes que melhoram certas características do cimento Portland, como a resistência aos agentes químicos agressivos, a tensão de rotura à tração e o calor de hidratação. Esta melhoria de algumas propriedades aumenta a resistência à corrosão e diminui o risco de fissuração do betão em grandes massas»<sup>28</sup>.

A escala cromática prevalecte na paisagem é assim explicada:

«A pozolana natural das Pedras Pretas é obtida por moedura de uma rocha lávica de origem basáltica de cor acastanhada e na qual se encontram alguns nódulos de basalto negro. A pozolana encontra-se coberta, superficialmente, sobretudo nas zonas mais altas, por uma camada de calcário de fácil remoção de espessura variável»<sup>29</sup>.

Imagem n.º 4 – Aspeto de pozolana aparelhada usada nas paredes exteriores da fábrica, 2013



Fonte: fotografia do autor.

<sup>28</sup> COUTINHO, 1965, «Pozolanas de alta reatividade inicial. I. A reativação da pozolana natural», p. 548.

<sup>29</sup> RODRIGUES, 1962, Homologação..., p. 3.

Trata-se duma substância pertencente à órbita da indústria cimenteira, o que explica a referência à sua existência no Porto Santo num requerimento que LFB dirige, em 1937, em nome da Sociedade Produtora de Cal e Cimento, Lda., ao governo. Pretende que lhe sejam autorizados novos equipamentos na fábrica de cimento da Fontinha que então dirigia: «tendo absoluta necessidade de instalar um secador do tipo horizontal e rotativo para a secagem das suas matérias-primas, tais como: pozolanas, calcários, xistos e combustíveis»<sup>30</sup>. Em reportagem publicada na *Revista Portuguesa*, um ex-diretor da Secil põe na boca do «grande cimenteiro francês Candlot, filho do mestre do mesmo nome», uma menção positiva sobre o futuro do cimento pozolânico porto-santense<sup>31</sup>.

É no pós-guerra que a pozolana porto-santense entra em cena, já não como mera potencialidade, mas como substância suscetível de exploração industrial. Na biografia cultural deste georrecurso identificam-se acontecimentos que se podem equiparar a ritos de passagem.

Terá sido no primeiro semestre de 1952 que o presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (CAAHM)<sup>32</sup> enviou quatro amostras de pozolanas (designadas A, B, C, D) ao então Laboratório de Engenharia Civil (LEC), em Lisboa, assim como «uma amostra de argila tida como uma bentonite»<sup>33</sup>. É aberto um processo de estudo das pozolanas do Porto Santo<sup>34</sup>. Realizou-se a identificação e comparação com pozolanas originárias dos Açores e de Cabo Verde também estudadas naquele organismo. As amostras foram colhidas na ribeira da Vigia. Feitos os ensaios laboratoriais e confrontado o resultado obtido com a literatura italiana concluiu-se que

«as pozolanas A, B e C não tinham interesse, por serem de atividade extremamente reduzida. A pozolana D é, em face do regulamento italiano, uma pozolana fraca, não obedecendo, contudo, à especificação do Laboratório de Engenharia Civil»<sup>35</sup>.

<sup>30</sup> ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria, 26 de novembro de 1937.

<sup>31</sup> *Revista Portuguesa*, 1937, n.º 12, p. 16. Trata-se de Édouard Candlot (1858-1922) e de Charles Candlot (1884-1962). Não é claro se o filho visitou o Porto Santo.

<sup>32</sup> A comissão foi criada pelo decreto-lei 33158, de 21/10/1943. Incorporou a atividade anteriormente desenvolvida por uma missão com fins análogos (irrigação e hidroeletricidade), criada pelo decreto-lei 29718, de 26/07/1939. Na redação dos dispositivos legais que dizem respeito à CAAHM menciona-se a ilha da Madeira; a extensão da intervenção à ilha vizinha parece ter surgido posteriormente. Sobre a obra realizada pela comissão na ilha da Madeira, inclusive a ação do seu dirigente, ver o documentário de Sofia Leite na RTP1 (2015, *Água vai, Pedra leva. Parte I*, 52'42, e *Água vai, Pedra Leva. Parte II*, 49'46).

<sup>33</sup> RODRIGUES, 1958, Estudo das pozolanas de Porto Santo.

<sup>34</sup> RODRIGUES, 1958, Estudo das pozolanas de Porto Santo.

<sup>35</sup> Este relatório intitulado «Estudo de Pozolanas da Ilha de Porto Santo. Identificação de amostras de algumas argilas. 1.º Relatório Preliminar, junho de 1952» foi encadernado numa segunda capa com as indicações «Procº 383-II» e «Lisboa, abril de 1962».

## Quanto à

«classificação da argila tida como bentonite [...]. Dos resultados apresentados [...] pode concluir-se que se trata duma rocha muito fina; deverá conter uma certa percentagem de bentonite, pois possui uma certa expansão, embora pequena, devendo conter algumas impurezas, provavelmente caulino. Deve ter aplicações em todas as indústrias em que se exigem produtos argilosos finos e em que se aplicam verdadeiras bentonites e diatomites, tais como na filtração e clarificação de água, vinhos, pastas de papel, etc., na confeção de produtos cerâmicos e refratários, nas areias de fundição, nas indústrias do caoutchou, do sabão, de inseticidas e, finalmente na construção civil, na confeção de argamassas e betões, aos quais confere maior plasticidade [...] e impermeabilidade. É um produto que deve competir muito eficazmente, provavelmente com vantagem económica, com as diatomites»<sup>36</sup>.

A efetiva entrada em cena da pozolana porto-santense deve-se a esta iniciativa tomada por um organismo oficial – a citada comissão –, a quem competia, desde 1943, o estudo, a conceção e a construção dos aproveitamentos hidroagrícolas e hidroelétricos no arquipélago. Tendo por certos os contatos estabelecidos pelos responsáveis daquele organismo com os industriais ligados à cal (extração, fornos, distribuição), dá-se também por adquiridas conversas e troca de impressões entre LFB – em simultâneo produtor de cimento – e responsáveis da CAAHM.

Entretanto LFB encomenda, por sua conta, a análise química de amostras de pozolana das Pedras Pretas misturadas tanto com cal, como com cimento, assim como testes de resistência a compressão e a tensão, à firma de consultoria metalúrgica e química Riley, Harbord & Law, em Londres. Isto ocorre entre agosto de 1953 e março seguinte. Da correspondência existente retenho a carta de LFB, datada de 28 de outubro, em que refere a intenção de utilizar pozolana em obras públicas, tais como o encanamento de cursos de água e em obras marítimas<sup>37</sup>. Só se podem fazer conjeturas sobre o motivo desta iniciativa. Será que LFB receou ou sentiu falta de interesse por parte das instâncias nacionais, procurando legitimação externa?

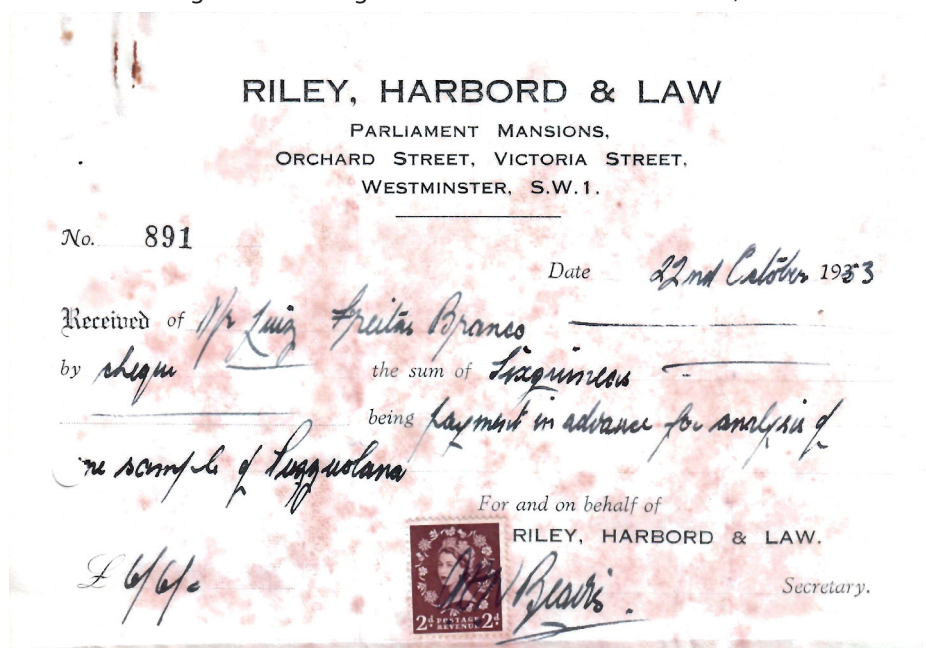
---

<sup>36</sup> Assinam Manuel Rocha, António de Sousa Coutinho e Henrique Novais Ferreira. Incorporado em ROCHA, RODRIGUES e FERREIRA, 1962, «Estudo de pozolanas da ilha de Porto Santo».

<sup>37</sup> Existem no espólio cinco cartas: ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a H. P. Miles & Co. Ltd. pedindo esclarecimentos... Londres, 22 de outubro de 1953; ELFB, de LFB a Riley, Harbord & Law sobre os ensaios pretendidos... Funchal, 28 de outubro de 1953; ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a LFB esclarecendo... Londres, 6 de novembro de 1953; ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a H. P. Miles & Co. Ltd. com os resultados das análises químicas à pozolana das Pedras Pretas. Londres, 13 de novembro de 1953; ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a LFB com os resultados dos ensaios mecânicos... Londres, 9 de março de 1954. O contato com os consultores londrinos pode ter sido mediado pela firma H. P. Miles & Co. Ltd., do Funchal.



Imagem n.º 5 – Pagamento ao laboratório londrino, 1953



Fonte: ELFB, Recibo Riley, Harbord & Law.

No âmbito do processo de estudo a decorrer no LEC surge, em junho de 1952, o 1.º Relatório Preliminar<sup>38</sup>, sendo que a respetiva identificação é posteriormente alterada para proc.º 383-II. No documento refere-se que a 21 de agosto de 1954, por indicação do ministro das Obras Públicas, LFB solicita ao LNEC o estudo das pozolanas do Porto Santo. O que leva a pensar que o processo anterior desencadeado pela CAAHM tivesse sido, entretanto, encerrado, explicando-se, assim, a nova numeração atribuída. Estariam as análises e ensaios feitos em Londres a produzir o efeito desejado?

São enviadas pelo requerente quatro amostras de 10 kg cada, com a indicação dos locais da colheita: Pedras Pretas, Vigia – como na anterior –, Lombas e Baltidoro<sup>39</sup>. Nas conclusões afirma-se

«que a pozolana da Vigia é a única que satisfaz a estes limites [...]. A pozolana das Pedras Pretas apresenta uma resistência muito interessante aos 28 dias, quase dupla da exigida, mas em contrapartida as resistências a 7 dias são anormalmente baixas comparadas com as que habitualmente exibem outras pozolanas. O maior inconveniente das pozolanas da Vigia e Pedras Pretas reside na sua elevada dureza, pois exigem tempos de moedura muito longos. [...] Nestas condições, propõe-se que se prossiga o estudo com as pozolanas de Pedras Pretas e da Vigia. O estudo que se prosseguirá consiste na determinação

<sup>38</sup> ROCHA, RODRIGUES e FERREIRA, 1962, «Estudo de pozolanas da ilha de Porto Santo».

<sup>39</sup> Localidade não identificada, talvez erro de datilografia por Barroca ou Farrobo.

das propriedades dos cimentos com adição de diferentes proporções de pozolanas. As propriedades que serão estudadas são as resistências mecânica, química, e calor de hidratação. A quantidade que é necessário enviar ao laboratório para este estudo é de cerca de 200 kg da cada pozolana»<sup>40</sup>.

Imagem n.º 6 – No verso lê-se com a caligrafia de LFB: «Ouvindo o discurso do ministro das Obras Públicas». O próprio está em primeiro plano. A fotografia foi tirada da varanda do edifício camarário, onde o governante – Eduardo Arantes e Oliveira (1907-1982) – falava. 9 de agosto de 1954: pela primeira vez um membro do governo visitava oficialmente a ilha. Na ocasião inaugurou melhoramentos no setor da hidráulica e da energia, destacando-se a termoelectricidade, com a Casa da Luz. Na reunião de 12 de agosto a Câmara deliberou o pagamento a «Jorge Caldeira, Funchal, a quantia de trezentos e sessenta escudos. Pelo fornecimento de morteiros e foguetes para a Festa de Representação da visita do Ministro das Obras Públicas ao concelho no corrente mês»<sup>41</sup>



Fonte: ELFB, fotografia que atribuo a Manuel O. Perestrelo; *Diário de Notícias* (Funchal), 1954, «O povo do Porto Santo...», n.º 25723, 10 de agosto.

Assinou A. de Sousa Coutinho. Em termos da sua biografia cultural a pozolana porto-santense atingia a adolescência.

Em 1960, a 27 de julho, LFB requer ao LNEC a homologação da pozolana dum jazigo no sítio das Pedras Pretas, de que é proprietário, de acordo com o preceituado no recentemente publicado caderno de encargos para o fornecimento e receção de

<sup>40</sup> COUTINHO, 1955, *Estudo de pozolanas de Porto Santo*.

<sup>41</sup> ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1953-1957, fl. 60, cota atual 12-A.

pozolanas<sup>42</sup>. A área a homologar tem cerca de 2 ha<sup>43</sup>. No relatório das circunstâncias que conduziram àquela homologação referem-se os ensaios laboratoriais levados a efeito desde 1954 a pedido do proprietário do jazigo, ou por iniciativa oficial, autorizando-se, finalmente, a aplicação controlada daquela pozolana em obras. Algumas delas foram superintendidas pelo laboratório, como o encanamento da ribeira de Machico – feito após as inundações ocorridas a 3 de novembro de 1956 naquela ribeira e vila madeirenses – onde se aplicaram cerca de 40 t daquele produto.

Imagem n.º 7 – Estragos causados pela aluvião na ponte que liga a freguesia de Machico à freguesia do Caniçal, concelho de Machico



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, PER/3753.

<sup>42</sup> Decreto n.º 42999, de 1 de junho de 1960.

<sup>43</sup> DROTE, Secção cadastral AI, concelho e freguesia Porto Santo, prédio 169, área total do prédio: 3840 m<sup>2</sup>. Mais tarde no contrato de venda verificar-se-á que a área em causa envolve terrenos adjacentes (ABM, Compra e venda, Escritura de venda da fábrica das Pedras Pretas à sociedade Pozol, Lda., 6 de outubro de 1962, liv. 7861, fls. 72-76v.

Imagem n.º 8 – Estragos causados pela aluvião, no sítio da Banda de Além, freguesia e concelho de Machico



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, PER/3754.

As obras de ampliação do molhe da Pontinha, no Funchal, proporcionaram outra ocasião para experimentar a pozolana porto-santense. A pedido da Junta Geral empregaram-se cerca de 80 t naquele empreendimento portuário<sup>44</sup>.

<sup>44</sup> RODRIGUES, 1962, «Homologação...», pp. 34-36.

Imagem n.º 9 – Pozolana para as obras de ampliação da Pontinha, Funchal, 1959

**Luiz de Freitas Branco**  
**PORTO SANTO**

Porto Santo, 19 de Dezembro, 1959.

Ill.ª Sr.ª *Antonio Moniz Coelho, Suc. Lda*  
*Funchal*

Nesta data e pelo barcos abaixo designados  
 remete a V. S.ª a mercadoria abaixo facturada, com destino à obra do  
 porto do Funchal.

De V. S.ª  
 Mt.º At.º e Venr.  
*L. F. Branco*

**Factura N.º** *copias*  
 C. P. 85831

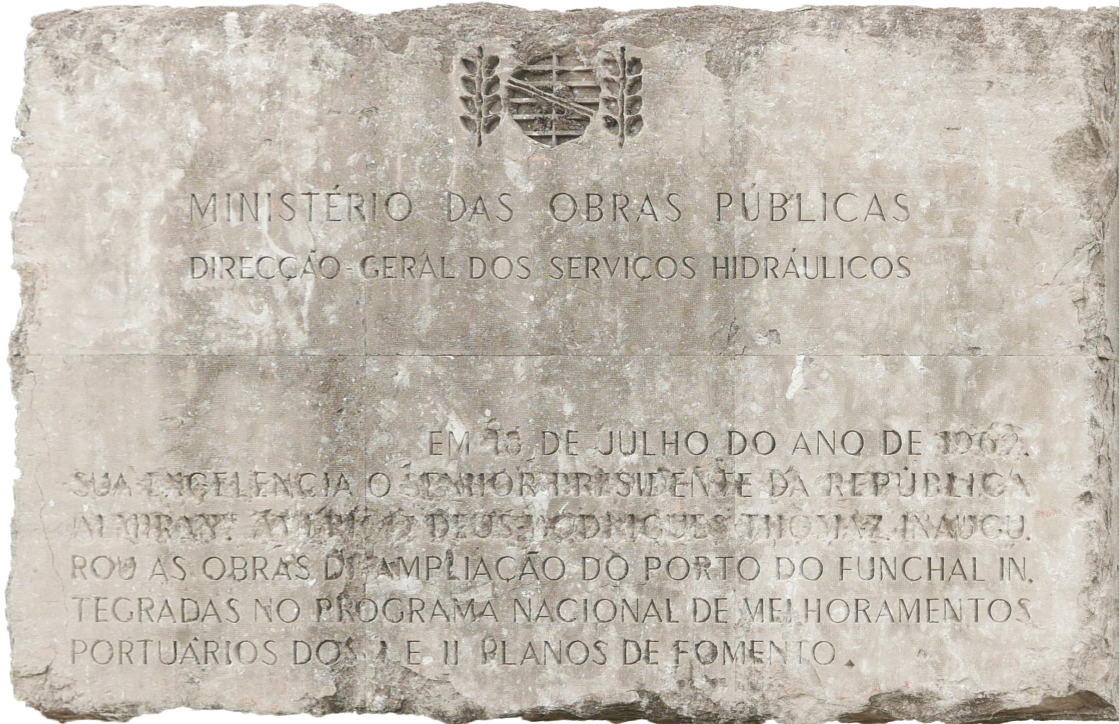
1959 dez -	15	Pelo "Portosantense": 10 tons (250 sacos x 40 Kgs.) ...	4000-	4.000,00
"	19	Pelo "Cisne": 14,040 (351 sacos x 40 Kgs.) ...	"	5.616,00
		1/2 comissão de 5% . . . . .	Esc.	9.616,00
				480,80
				9.135,20
		Deduzindo as fretes aos barcos a pagar por V. S.ª . . . . .		1.680,00
		Total liquido... Esc.º		7.455,20

*São: Setemil quatrocentos cinquenta e cinco  
 Escudos e vinte centavos.*

*S. L. ou D.*

Fonte: ELFB, fatura passada a António Moniz Coelho, Suc., Lda.

Imagem n.º 10 – Placa afixada no molhe da Pontinha:  
MINISTÉRIO DA OBRAS PÚBLICAS  
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS HIDRÁULICOS  
EM 18 DE JULHO DO ANO DE 1962 SUA EXCELÊNCIA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
ALMIRANTE AMÉRICO DE DEUS RODRIGUES THOMAZ INAUGUROU AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO  
PORTO DO FUNCHAL INTEGRADAS NO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORAMENTOS PORTUÁRIOS  
DOS I E II PLANOS DE FOMENTO

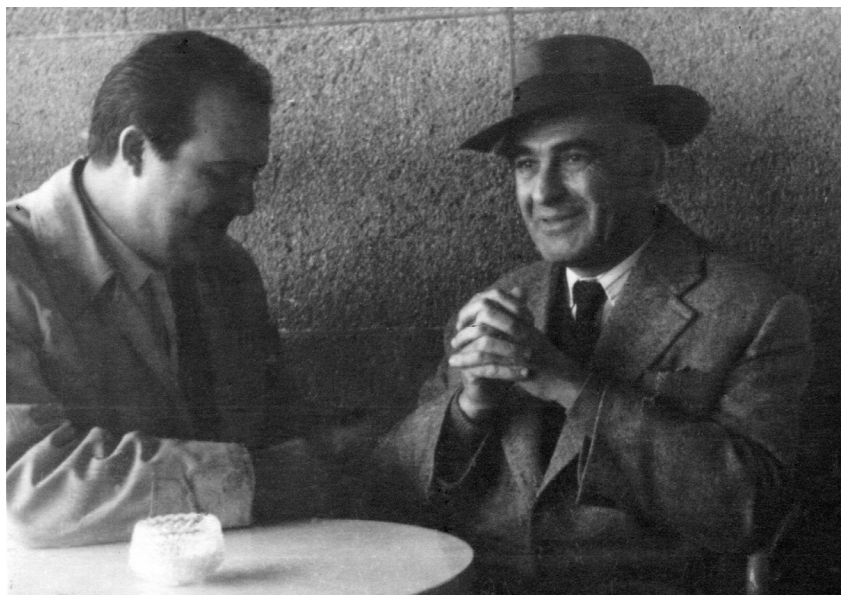


Fonte: fotografia do autor, 2021.

Na conclusão diz-se que na mistura com cal aérea a utilização desta pozolana «é homologada a título provisório, por três anos, prorrogáveis, se tal for necessário, aguardando-se a obtenção de maior experiência»; para «efeitos de mistura com cal aérea e cimento Portland normal» faz-se nos mesmos termos do anterior; finalmente, no que toca «mistura na betoneira com cimento Portland normal» e «fabrico de cimento pozolânico» a homologação foi definitiva<sup>45</sup>. Assinam os “pozolanistas” A. Sousa Coutinho, Fernando Peres Rodrigues e Carlos Martins de Oliveira que haviam trabalhado sobre o assunto nos Açores (ilhas de São Miguel e de Santa Maria) e em Cabo Verde (ilha de Santo Antão). A pozolana porto-santense atingia a idade adulta.

<sup>45</sup> RODRIGUES, 1962, «Homologação...», p. 38. É o proc.º 22/1/355, com data de 4 de junho de 1962.

Imagem n.º 11 – No verso: «Conversando com Raul Fernandes, do Lab<sup>o</sup> N<sup>al</sup> de Engenharia Civil, a propósito de Pozolanas, no *Golden Gate*, Funchal, inverno de 1958»



Fonte: ELFB, fotógrafo não identificado.

Sobretudo com o primeiro daqueles especialistas estabeleceu-se um relacionamento pessoal mais próximo. Comprovam-no notícias na imprensa funchalense sobre a presença de A. Sousa Coutinho em congressos internacionais ou a participação em viagens de estudo<sup>46</sup>. O facto é hoje confirmado pela viúva e pelo filho<sup>47</sup>.

<sup>46</sup> O *Diário de Notícias*, de Lisboa, noticia a 30/10/1958 a partida para Itália do engenheiro A. Sousa Coutinho, onde vai proceder ao estudo da exploração da pozolana em instituições situadas em Roma e Bergamo. A 20/11/1958 o *Diário de Notícias*, do Funchal, refere o encerramento dum colóquio em Munique em que haviam participado A. Sousa Coutinho e F. Peres Rodrigues, investigadores do LNEC. O autor da notícia recorda que aqueles investigadores tinham estado na Madeira em maio, seguindo depois para o Porto Santo para estudarem os jazigos de pozolana. A 20/03/1959 o mesmo diário volta a publicar uma notícia sobre pozolana. Fala do êxito económico que a pozolana cabo-verdiana está a terem obras no Continente e relembra o Porto Santo. Apela-se a que se inicie «a exploração a grande escala, para o que já conta com instalações adequadas e jazigos absolutamente assinalados que garantam o empreendimento». Pelo menos no que respeita o Funchal, LFB terá certamente facultado as informações que estarão na origem destas notícias. No espólio existem estes três recortes colados numa capa (ELFB, Recortes...). As respetivas fontes impressas: *Diário de Notícias* (Lisboa), 1958, «Laboratório Nacional de Engenharia Civil», 30 de outubro; *Diário de Notícias* (Funchal), 1958, «Em Munique encerra-se hoje colóquio sobre a fluência do betão no qual participa um investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil», n.º 27217, 20 de novembro; *Diário de Notícias* (Funchal), 1959, «As pozolanas de Cabo Verde e os resultados económicos da sua exploração», n.º 27330, 20 de março.

<sup>47</sup> O filho António G. F. Sousa Coutinho seguiu as pegadas do pai, uma vez que é engenheiro civil e investigador no LNEC. Informou-me: «O Investigador a que se refere era o meu pai. Nasceu a 7 de julho de 1919 e faleceu a 28 de julho de 2007. Incidentalmente, o meu pai conhecia bem um dos seus antepassados. Não sei o primeiro nome da pessoa em questão, mas lembro-me perfeitamente do meu pai falar de alguém da família Freitas Branco da Madeira. A minha mãe ainda é viva, e confirmei isso mesmo com ela, mas infelizmente ela também já não se lembra do 1.º nome. Apenas me disse que o Sr. Freitas Branco em causa devia ser mais velho do que o meu pai» (COUTINHO, 2022, «Uma informação...»).

Quando nos deslocamos ao terreno da fábrica, deparamo-nos com as instalações abandonadas. Pressente-se o tempo transcorrido pelo vigor da vegetação espontânea (p. ex. da *Nicotiana glauca* Graham) que se apoderou do local. Estas circunstâncias em nada impedem que me abalance num exercício de leitura regressiva. Em redor construíram-se nas décadas seguintes ao fim da laboração moradias de habitação secundária. Se indagadas, as pessoas não sabem explicar a persistência das ruínas num terreno sobranceiro à praia. Mantêm-se paredes de pedra e outras levantadas a blocos.

Imagens n.ºs 12, 13 e 14 – Nas ruínas da fábrica das Pedras Pretas, 2013







Fonte: fotografias do autor.

*Reconhece-se a organização do antigo espaço fabril. Entra-se pelo armazém, onde o produto era ensacado, pesado, fechado – com atilhos metálicos ajustados por um tensor – e empilhado até ao teto, pronto para ser levado para embarque. Da fábrica ao cais o transporte era feito em carros de bois, posteriormente em furgonete. Os transbordos eram efetuados às costas<sup>48</sup>, pelos operários da fábrica, primeiro, ao que se seguiam os barqueiros, para o trajeto ao longo do pontão até ao cais, seguindo-se a acomodação da carga a bordo.*

*Na fachada que dava para a estrada havia um portão, dimensionado para veículos poderem vir a transpô-lo. Ao nível do piso superior dois janelões garantiam a entrada da luz do dia. Nesses anos de 1950, a energia elétrica não chegava às Pedras Pretas. Transpondo outro portão no interior, acedia-se à zona de laboração, onde estava a maquinaria. O espaço fabril havia sido ganho à rocha viva. Foi a pedra dinamitada<sup>49</sup> que, afeiçãoada, serviu para levantar as paredes do nível inferior do edifício – onde se encontrava o armazém atrás referido. Reencontro veios e rodas de transmissão, britadeiras, moinhos, peneiras. Dos muitos metros de correias de transmissão que terão prestado serviço, nada sobra, por serem de material perecível. O coração da fábrica situava-se num anexo ao nível do piso mais elevado, sobre uma laje de cimento. Aí estava instalado um motor Perkins R6[1], que noto ligeiramente arredado da sua posição. Seria uma tentativa para o remover e reduzi-lo a sucata? Ao lado reconhece-se o tanque de refrigeração. A localização devia-se a uma questão de segurança e da facilidade no encaminhamento da água. Neste piso superior uma plataforma feita de madeira intermediava os pisos, ligados por uma escada de cimento. A restante área era formada por um vão, de forma que as correias de transmissão ligando o motor ao veio principal e este aos diversos maquinismos (britadeiras, moinhos) pudessem funcionar sem entraves. Este era um espaço de elevada perigosidade para os operários*

---

<sup>48</sup> Os sacos de pozolana (feitos de várias camadas de papel grosso) pesavam 40 kg, enquanto os de cal moída (feitos de juta) pareciam maiores. Estes dados são de memória e, por conseguinte, sem garantia de exatidão (mas confirmam-se pela informação contida na imagem n.º 9). O decreto n.º 43683, de 11 de maio de 1961 estabelece 50 kg. Em 1933, os decretos n.º 23142 de 17 de outubro e o n.º 23278 de 30 de novembro, fixam o frete para mercadorias e o preço das passagens entre ilhas. Determinaram-se para a cal (tonelada) 30 escudos e para o cimento (barrica) 12 escudos. Ignoro por quanto tempo se terá mantido este regime tarifário.

<sup>49</sup> Como havia as pedreiras de cal na ilha e no ilhéu de Baixo ou da Cal, existiam depósitos e venda de pólvora, onde os interessados se abasteciam. No estudo de Dinis Gouveia Pacheco faz-se referência a alguns, assim como a pedidos de autorização para os manter (PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», pp. 87-88).

*e para quem mais lá se encontrasse. Nem todas as correias tinham caixas metálicas de proteção. Acontecia soltarem-se ou rebentarem, obrigando a paragens de emergência do motor e de todo o sistema mecânico a ele acoplado.*

Imagem n.º 15 – «Porto Santo, agosto de 1959. A Fábrica das Pozolanas no sítio das Pedras Pretas. Vista do exterior na fase de construção», legendada no verso por LFB. Reconhece-se a extremidade dum tubo de escape, o que aponta para que o motor Perkins já estivesse instalado



Fonte: ELFB, fotografia de autor desconhecido.

Imagem n.º 16 – «Porto Santo, agosto de 1959. Parte interior da Fábrica das Pozolanas, sítio das Pedras Pretas, na sua fase inicial», legendada no verso por LFB. Em baixo vê-se o moinho, correias de transmissão, em cima, o piso intermédio de madeira, sobre plataforma de cimento a britadeira, atrás estaria o motor. Ainda em baixo, ao canto, pertences dos operários, baldes de madeira para o transporte de pedra e de brita às costas, pás, picaretas



Fonte: ELFB, fotografia de autor desconhecido.

*A pedreira ficava adjacente à fábrica. A extração de pedra obrigava a rebentamentos controlados de rocha. Para o efeito havia que determinar o sítio onde fazer o furo*

*para colocar a carga explosiva. Implicava ter experiência no reconhecimento do terreno, na avaliação da explosão e em antever a direção em que pedras poderiam ser projetadas. As explosões abriam fissuras na rocha. O furo era feito com brocas: primeiro mais curtas, depois outras maiores, podendo atingir dezenas de centímetros de comprimento. Perfurava-se com malho e a poder de braço. Fazer um furo podia levar horas, porque o esforço físico extremo obrigava a fazer intervalos para descanso. Às vezes martelavam dois brocadores frente a frente em cadência alternada. Terminada a perfuração introduzia-se a pólvora e estendia-se uma guia com vários metros de comprimento, para que chegasse até a um local ao abrigo de eventuais projeções de pedra. Então um dos homens subia a um ponto alto e exposto, olhava à volta, perscrutando o horizonte, tentando avistar alguém. Se as redondezas estivessem desimpedidas, gritava três vezes pausadamente, em curtos intervalos, avisando:*

*– Lá... vai... fô...gue!*

*Após novo controlo visual dava-se o sinal. A partir do local abrigado, pegava-se lume à guia. Era o rastilho. O tempo que transcorria até se ouvir o estrondo parecia uma eternidade. A explosão talvez ecoasse por toda a ilha. Esperava-se até a poeira assentar. Avaliava-se o resultado: a rocha arrancada, as fissuras abertas, o desbaste feito. Havia agora trabalho para vários dias. Com malhos, martelos, cunhas, brocas, picaretas, enxadas despedaçavam-se os blocos de rocha e depois a pedra. Quando partida no tamanho pretendido era levada às costas em baldes de madeira (imagem n.º 16) para a fábrica e vertida na britadeira primeiro, depois nos moinhos e finalmente passava para as peneiras. Obtido o pó, seguia-se a ensacagem e o embarque já descritos. A ligação para a Madeira era assegurada pelos barcos de carreira ao longo do ano, sempre que havia carga e o estado do mar permitia a viagem. No verão navios maiores faziam escala na pequena ilha, trazendo os veraneantes. Os barcos de que me lembro – talvez porque se identificavam à distância pela cor – eram o Arriaga – branco, o maior deles –, o Maria Cristina, o Devoto (Santíssimo) e o Cruz Santa eram verdes, o Cisne estava pintado de azul e o Portosantense, o mais pequeno, de amarelo-ocre. O trajeto inter-ilhas era feito a motor, ajudado com o pano. Nunca se sabia a duração da viagem, tais os imponderáveis. Dependia da potência do motor; decisivas eram as condições atmosféricas, manifestas na direção do vento, no estado do mar, na feição da vaga. Viagens boas duravam umas seis horas – falha-me aqui a memória. Mulheres e crianças iam resguardadas na câmara, por cima do porão.*

Imagem n.º 17 – Largada do Porto Santo. Pela carga reconhece-se o sentido da viagem. Os passageiros vão ainda em cima; logo que se levante o pano terão de ir para a câmara. Da esquerda para a direita: um homem de quem reconheço a cara, mas não recordo o nome, o meu avô, de chapéu, a minha mãe, suponho que a D. Zita, de chapéu, filha do fotógrafo Manuel Olim Perestrelo – que tirou a fotografia –, o meu irmão João, de boina e o autor. No espólio familiar consta esta ampliação e está também publicada com indicação de fonte<sup>50</sup>. Sobre as condições de embarque e desembarque de passageiros e carga, assinala-se que o chamado cais tem dois componentes: o pontão que foi construído em 1927, enquanto o cais definitivo é de 1951. Esta obra foi decisiva para facilitar a movimentação das mercadorias e melhorou a segurança e comodidade dos passageiros



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, PER/5147.

<sup>50</sup> PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», p. 89.

*Os homens acomodavam-se no exterior, ao lado e entre a carga coberta com oleados, e conforme o tempo bom ou mau permitisse ajeitarem-se. Durante a viagem só a tripulação circulava de pé para fazer as manobras do pano e verificar o estado geral das coisas. O arrais era a autoridade incontestada por conveniência, costume e lei. Durante o percurso ia ao leme, cara ao vento, a orientação era feita à vista. A bordo, o género definia-se na relação com o enjoo. Das mulheres e crianças esperava-se e compreendia-se que passassem mal. O controlo dos sentidos e, por conseguinte, do vómito, era um atributo associado a masculinidade. Durante o trajeto os homens comentavam as condições atmosféricas, conferenciando com o arrais. O estado da Travessa – o canal entre as duas ilhas – era matéria em que se revelavam os entendidos em meteorologia empírica: sentiam o soprar do vento, liam a configuração das nuvens, observavam o jeito da vaga. O arrais do Portosantense, Zé Morano, era parco de palavras. O Paulino, do Arriaga, era mais dialogante. Não havia horas certas para partir. Dependia das circunstâncias ditadas pela carga. Do Porto Santo largava-se pela tarde, para que se chegasse ao Cais Regional, no Funchal, à noite. Passada a ponta do Garajau, arreava-se o pano e deparava-se aos passageiros e à companhia um espetáculo feérico, proporcionado pelas luzes da cidade. Na altura, a eletrificação pública da vila porto-santense era muito reduzida, meia dúzia de candeeiros, que eram desligados à meia-noite. Talvez daí ser muito cantado o luar da ilha. Do Funchal zarpava-se de madrugada, para chegar ao destino durante a manhã. Quem estava no Funchal e queria marcar passagem, ia a uma mercearia na rua dos Tanoeiros e informava-se. Era lá que paravam os barqueiros e onde se sabia que barco saía, quando e se ainda aceitava passageiros. A última ação antes da partida do Porto Santo, por vezes já com os passageiros acomodados a bordo, era o arrais ir à capitania buscar o testemunho. Sem ele não podia largar. Nesse canudo de madeira, julgo, iam documentos: o manifesto da carga e a lista dos passageiros<sup>51</sup>.*

No artigo de apresentação da pozolana que publica, LFB explica a importância do produto e as suas aplicações, informando no final: «existe já na ilha do Porto Santo uma fábrica apta a fornecer pozolanas do Arquipélago da Madeira para o consumo nacional e para a exportação»<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Uma fotografia de Eduardo Nunes Pereira mostra a caixa que cada barqueiro levava a bordo com os seus teres e haveres (PEREIRA, PÁO & SANTOS, 2018, *O Porto Santo nas Fotografias do Padre Eduardo C. N. Pereira*, p. 121). Outras mostram-nas a bordo.

<sup>52</sup> BRANCO, 1958, «Uma ideia acerca de pozolanas II».

Imagem n.º 18 – A fábrica em construção: o edifício ficava rente à rocha



Fonte: ELFB, a fotografia deve ter sido tirada por LFB.

E o correspondente do Jornal da Madeira no Porto Santo – o padre Eduardo Nunes Pereira – relata com alguns pormenores imprecisos:

«Um despacho oficial, ao que nos consta, vai permitir a exploração de pozolanas no Porto Santo.

Por efeito de estudos geológicos realizados em Canárias e nos Açores, o Sr. Engenheiro Candlot, de Paris, sugeriu a pesquisa e aproveitamento deste precioso elemento natural de construção, ao Sr. Luís de Freitas Branco que se empenhou, há alguns anos, pela exploração e indústria de alguns produtos naturais desta Ilha.



É abundante a pozolana cá existente e com propriedades não inferiores às italianas. Congratulamo-nos com mais esta perspetiva de trabalho e economia para os porto-santenses»<sup>53</sup>.

Imagem n.º 19 – LFB proprietário e arquiteto da obra. Pedras Pretas



Fonte: ELFB, fotografia de autor desconhecido.

A laboração naquela fábrica caracterizou-se pela precaridade das instalações, pelo imprevisto, pelo ruído, pela poeira, pelos perigos e pelo esforço físico exigido<sup>54</sup>. Também por uma difícil gestão financeira. A fábrica não terá nunca dado emprego a mais de uma dúzia de homens em simultâneo. Para o contexto da ilha, na altura, representava uma fonte irregular, mas importante, não exclusiva, de trabalho assalariado. Os trabalhadores recebiam à semana – era a féria. Vem a propósito a reportagem

<sup>53</sup> Jornal da Madeira (Funchal), 1959, «Do Porto Santo. Pozolana», n.º 8144, 14 de abril, p. 4.

<sup>54</sup> As condições laborais não seriam tão más como as descritas nos relatos de trabalhadores das pedreiras e dos fornos no ilhéu da Cal (cf. TORRES & PAULO, 2003, «Nunca me esqueço o que passei...», pp. 59-64).

já citada publicada na *Revista Portuguesa*, intitulada «Cimento do Porto Santo». À pergunta sobre a impressão com que ficou dos operários porto-santenses, o engenheiro Medeiros que só podia ter a Fábrica de Cimento em mente, pronunciou-se nos seguintes termos:

«Ótimas, creia. Homens humildes, de boa índole, adoram o trabalho e são dedicadíssimos aos seus superiores. Têm grande fé no êxito das novas indústrias em perspetiva, considerando-as a 'sua Providência'»<sup>55</sup>.

Imagem n.º 20 – Da memória de infância: Fita métrica de 10 m usada por LFB nas obras das Pedras Pretas. Couro, metal, algodão. A fita original terá sido de metal. A atual é de algodão.

Remendada na ponta da presilha. Caixa Ø 5 cm (ELFB)



Fonte: Fotografia do autor.

A homologação da pozolana das Pedras Pretas, em 1962, foi o auge e, ao mesmo tempo, termo dum empreendimento extrativo. Em 1961, a laboração terá

<sup>55</sup> *Revista Portuguesa*, 1937, n.º 12, p. 16.

sido suspensa e não mais retomada. No ano seguinte, a 6 de outubro, na Secretaria Notarial do Funchal, perante o bacharel Frederico Augusto de Freitas (1894-1978)<sup>56</sup> compareceram LFB, como primeiro outorgante, e como segundos Américo Fernandes de Brito e Eduardo de Freitas, todos do Funchal e aí residentes. Os dois últimos

«em representação e como únicos sócios da sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada “Pozol Companhia de Pozolana do Porto Santo Limitada”, sociedade cuja sede é nesta cidade (provisoriamente à rua de João Gago número dois) e está instituída nos termos da escritura de quatro de outubro corrente [...]. Pessoas cuja identidade verifiquei pelo meu conhecimento pessoal. O primeiro outorgante disse: Que pela presente escritura vende definitivamente à sociedade “Pozol Companhia de Pozolana do Porto Santo Limitada” (neste ato representada pelos segundos outorgantes) toda a organização industrial e comercial de que é proprietário e está localizada no sítio das Pedras Pretas da ilha do Porto Santo, nela (organização) compreendendo-se as instalações fabris para extração e fabrico de pozolanas com o respetivo alvará (deferido pela Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal em sua sessão de doze de agosto de mil novecentos cinquenta e cinco)<sup>57</sup> respetivos maquinismos e utensílios, direitos comerciais e industriais, os terrenos aonde a instalação referida existe e a (exploração digo a) extração vem sendo e terá de ser feita e assim compreendendo todos os valores e direitos de natureza imobiliária e de natureza mobiliária, que a ele (primeiro outorgante) pertencem ou são de atribuir-lhe porque inerentes à organização referida (industrial e comercial) e consequentemente pela presente escritura transfere para a compradora (sociedade “Pozol Companhia de Pozolana do Porto Santo Limitada), completamente e desde já todo o jus domínio e para que até agora ele (primeiro outorgante) tinha no objeto de venda (tal como esse objeto fica definido) sem reserva alguma – e responsabiliza-se pela evicção de direito. Que os bens e direitos imobiliários compreendidos no objeto da venda com referência são designadamente os seguintes: PRIMEIRO – Um prédio rústico no sítio das Pedras Pretas, freguesia e concelho do Porto Santo, constante de terreno e benfeitorias, medindo cerca de cinco mil quatrocentos setenta e seis metros quadrados [...] SEGUNDO – A metade indivisa de um prédio rústico no mesmo sítio das Pedras Pretas, prédio que no todo consta de terreno e benfeitorias, [...] TERCEIRO – E uma terça parte indivisa de um prédio rústico no referido sítio das Pedras Pretas – prédio que no todo consta de terreno e benfeitorias, [...]. Que os maquinismos compreendidos no mesmo objeto não são integrados nos prédios aonde existem. Que o preço global comunicado para a venda agora titulada foi a importância de duzentos e sessenta mil escudos pormenorizadamente [ilegível] em trinta mil escudos para os bens e direitos imobiliários, em cento e trinta mil escudos para maquinismos pertencentes e utensílios, e em cem mil escudos para direitos industriais (incluindo o alvará referido) e comerciais; e esse preço está já pago ao primeiro outorgante – que presta à

<sup>56</sup> Colecionador de arte multifacetado. Doou em testamento à Região Autónoma a atual Casa-Museu Frederico de Freitas, na calçada de Santa Clara, Funchal, onde residira.

<sup>57</sup> ABM, Junta Geral do Distrito do Funchal, Secretaria, liv. 2306, fl. 34.

sociedade compradora, em razão de tal pagamento a quitação devida. Que o vendedor se obriga especialmente, e como condição da venda titulada agora, a prestar à compradora os seus serviços de instrução conselho oportuna presença e direção técnicas no funcionamento da organização que constitui objeto principal da mesma venda titulada – tudo durante o prazo de um ano a contar de hoje e para o fim de assegurar êxito e manter e melhorar quanto possível a produção respetiva; entendido e aceite que se assim não fizer terá de endemizar a compradora pelas perdas e danos resultantes – estas fixadas em importância mínima de quinhentos e vinte contos, logo exigível. E os segundos outorgantes disseram que aceitam a venda assim titulada, em todos os respetivos termos e condições expressas na presente escritura e para a sociedade sua representada. [...] Os outorgantes vão assinar comigo esta escritura, depois de lhes haver sido feita, em voz alta e na presença simultânea de todos, a leitura do texto e a explicação do seu conteúdo e efeitos. Especialmente fez aos outorgantes a advertência do conteúdo e alcance do disposto no número um do artigo treze do Código do Registo Predial. Em tempo. Os outorgantes deixaram em aditamento, e aceitaram como devidamente integrado no contrato de venda titulado agora, que ao alvará indicado acima se acrescenta o direito ao emprego de pozolanas constante da mencionada “Homologação da Pozolana natural das Pedras Pretas” reconhecida legalmente pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, do Ministério das Obras Públicas, no processo número vinte e dois traço um traço trezentos cinquenta e cinco (Serviço de materiais de construção divisão de aglomerantes e betões), em quatro do mês findo de junho. E em este aditamento, que também li e expliquei em voz alta aos outorgantes vai esta escritura ser assinada na forma acima exposta»<sup>58</sup>.

Os termos desta escritura causam estranheza, por alguns reparos que deles se podem fazer. Primeiro, o montante da venda, que pode estar subavaliado, atendendo ao conjunto dos bens transacionados. Segundo, a assistência técnica, prevista por um ano, não seria solicitada; a multa mínima estabelecida corresponde ao dobro do valor acordado para a venda. LFB nunca foi multado. Terceiro, o aditamento sobre a homologação, em princípio, a questão mais importante, surge como um bónus de última hora.

Nada mais aconteceria ali. LFB retira-se da vida ativa. Não voltaria ao Porto Santo. A sua ação na ilha distinguiu-se por ter sido menos um empresário e mais um industrial preocupado em inovar, como o fazem crer os derivados calcários que concebeu. Os seus concorrentes eram empresários que exploravam georrecursos e, ao mesmo tempo, estavam envolvidos em outros negócios.

---

<sup>58</sup> ABM, Compra e venda, Escritura de venda da fábrica das Pedras Pretas à sociedade Pozol, Lda., 6 de outubro de 1962, liv. 7861, fls. 72-76v. A sociedade «POZOL Companhia de Pozolana do Porto Santo Limitada» havia sido criada dois dias antes (ABM, Constituição de sociedade, 4 de outubro de 1962, cota atual 7861, fls. 65v.-69v.).

A venda do projeto pozolânico porto-santense foi uma morte sem ressurreição na biografia deste georrecurso. Significou a entrada num estado de coma profundo, com desfecho fatal. Porquê o falhanço? Vários fatores devem ser considerados: o isolamento oceânico, uma procura incerta, a insuficiência dos jazigos<sup>59</sup>.

A pozolana das Pedras Pretas teve uma presença curta na realidade insular. Foi um episódio que durou pouco mais de duas décadas – duma referência anunciando a intenção de aproveitamento industrial, em 1937, à homologação e venda em 1962.

Começavam a germinar ruínas nas Pedras Pretas.

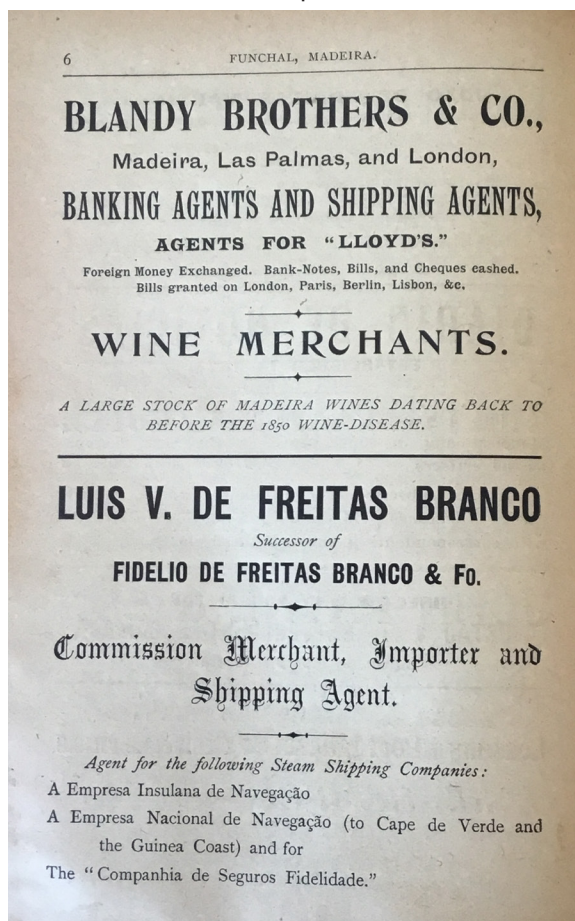
O interesse técnico-científico pelas pozolanas e matérias afins perdurará em LFB até à sua morte. Viajou por França e Alemanha, onde contactou laboratórios ligados ao assunto, inteirando-se do que se discutia e pesquisava, relacionando-se com especialistas. Em casa, fazia experiências. Visitou minas de potassa na Alemanha. Em Paris, informou-se sobre os procedimentos para registo de patentes. Tinha os formulários guardados juntamente com bibliografia que ia adquirindo. Passo em revista as lombadas desses livros. Identifico títulos sobre pozolanas italianas, *Kieselguhr*, bentonites, transmutações a baixa energia, dessalinização de água do mar. Eram assuntos que o tinham entusiasmado desde a juventude. Não quis ou pôde continuar o negócio herdado da família, com escritório no n.º 12 da rua do Carmo<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> O coma ter-se-á prolongado por uma década, pesem alguns esforços de reanimação. Em 1965, o advogado Manuel Anselmo Gonçalves de Castro (1911-1992), estabelecido em Lisboa, escreve uma carta particular ao então presidente do Conselho de Ministros, referindo que «vários industriais do Porto Santo e da Madeira pretendem levar a cabo, como já é do conhecimento de Vossa Excelência, uma valorização industrial da pozolana natural das Pedras Pretas». Para o efeito sugere que se crie um decreto-lei obrigando a misturar no cimento uma percentagem de pozolana (30-40%), robustecendo e embaratecendo o primeiro. Tal incentivo à indústria da ilha permitiria a concretização dum “velho sonho”, a “construção dum cais acostável” (ANTT, Arquivo Oliveira Salazar/AOS/CP-012, cx. 869, f. 474). O assunto parece não ter tido seguimento. Também não se identificam os industriais. Tal obra só viria a ser construída entre 1978 e 1982, já em pleno regime autonómico. A eventual reanimação da pozolana porto-santense terá sido ainda equacionada em meados da década de 1970, concluindo-se pela sua inviabilidade (informação prestada pelo engenheiro David Caldeira, a quem exprimo o meu agradecimento).

<sup>60</sup> Teve um escritório no Funchal, onde era a sede da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., conforme figura no respetivo papel timbrado (ELFB, Relatório «Rapport Services Techniques», sobre instalação na fábrica de transporte pneumático. Assina M. Gaillant. s.d., 2 pp) para onde, em 1938, vem endereçada correspondência (ELFB, Proposta «Modernization of your Cement Factory. Tender for the Mechanical Equipment of an Automatic Vertical Shaft Kiln suitable for the Burning of Cement, as per our Design No. 448 209», 3 pp., 15 de junho de 1938,...). Há também correspondência dirigida para a residência, na rua do Castanheiro, 53.

Imagem n.º 21 – Anúncio. O envolvimento de LFB na produção de cimento significou uma mudança de rumo, ao abandonar uma tradição familiar ligada ao mundo dos negócios – e não como proprietários – na praça funchalense. A informação de que disponho refere Fidélio António de Freitas Branco (1800-?), como um dos contribuintes para um fundo destinado à importação de cereal para socorrer as classes pobres do arquipélago, durante a crise da fome, de 1847, assim como a organização da mesma ação<sup>61</sup>. O mesmo é referido na correspondência comercial da firma José Bensaúde (datada de 1877 e anos seguintes), de Ponta Delgada, Açores, tratando da venda de tabaco açoriano na Madeira, endereçada a Fidélio de Freitas Branco e Filho<sup>62</sup>. Trata-se já do filho Silvano de Freitas Branco (1828-1916), conselheiro, que, em 1878, é representante do Banco de Portugal, no Funchal, sabendo-se estar instalado à rua do Carmo, n.º 12<sup>63</sup>. Na continuação das relações comerciais com os Açores, a partir de 1895 a correspondência vem dirigida a Luís Vicente de Freitas Branco (1867-?), o pai de LFB



Fonte: BROWN, 1901, *Brown's Madeira and the Canary Islands, with the Azores* [...], Advertisements, p. 6.

<sup>61</sup> MENEZES, 1848, *Coleção de documentos relativos à crise da fome* [...], pp. 85-93.

<sup>62</sup> DIAS, 1997, «Abordagem à estratégia comercial [...]», pp. 285, 294, 285, 297, 300.

<sup>63</sup> BdP, Agência do Banco de Portugal no Funchal, 1875. No *Boletim do Arquivo Histórico da Madeira, série Coleção Iconográfica*, 2, 2017, p. 197 publica-se uma fotografia tirada na rua do Carmo, no início do século.

Imagem n.º 22 – Alcoómetro com termómetro existente nos objetos pessoais de LFB, na residência no Funchal. Procedência provável será a casa comercial familiar, mantida até início da década de 1930. Fabrico alemão «Alkoholmeter nach Richter & Tralles». Vidro, papel, metal, 44 cm (ELFB)



Fonte: fotografia do autor.

Ao ser informado da sua morte, o engenheiro químico francês C. Louis Kervran (1901-1983), especialista em transmutações biológicas – e seu correspondente mais assíduo<sup>64</sup> – lamentou que LFB não tivesse conseguido aplicar industrialmente a técnica que havia desenvolvido para produzir sal potássico a partir de sal marinho.

### **1903: Um Segredo Enterrado na Cal**

No princípio era a cal. Sobre a sua extração e exportação para a Madeira, em pedra ou moída, desde períodos que antecedem o século passado, referi já a respetiva bibliografia.

Já mencionada por Dinis Gouveia Pacheco<sup>65</sup>, retomo uma escritura datada do início de novecentos, em que se acertam os termos de um acordo sobre o negócio da cal. Trata-se de um pacto.

«Saibam quantos virem esta escritura, que no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e três, aos vinte e sete dias do mês de agosto, [...] compareceram Maurice Faber, casado, negociante e proprietário, [...], na qualidade de sócio da firma comercial desta praça Blandy Brothers & Companhia, António Joaquim de Freitas,

<sup>64</sup> ELFB, Carta de C. Louis Kervran a Francisco de Freitas Branco, Paris 2 de maio de 1965.

<sup>65</sup> PACHECO, 2022, «Cal, indústria da», pp. 718-724. Nos vários trabalhos este autor dá a visão cronológica mais completa da exploração da cal no Porto Santo.

casado, negociante, [...], João de Andrade, casado, negociante, [...] outorgando por si e na qualidade de sócio da firma comercial desta praça Andrade & Marques, e João Frederico Rego, casado, negociante, [...] perante os quais por eles foi dito: Que (pela presente digo para) reduzirem à presente escritura o acordo que entre si fizerem como proprietários ou arrendatários de fornos de cal no Funchal, o qual é como segue: Artigo primeiro. O preço de cada moio de cal em pó (sessenta alqueires) será de quatro mil e duzentos reis; cada alqueire de cal virgem oitocentos reis, e cada alqueire de [ilegível] seiscentos reis tomado nos fornos, não incluindo sacas para fora da cidade. Artigo segundo. Haverá em cada forno sacos especiais para entrega de cal dentro da cidade, devendo essa sacadura ser despejada em outro continuo à entrega e imediatamente devolvida pela mesma pessoa ou pessoas que a conduziram. Artigo terceiro. Toda a cal fornecida deve ser medida e essa medida ser igual em todos os fornos. Artigo quarto. Não se abonará desconto nem gratificação de espécie alguma. Artigo quinto. O preço de cada caixão de pedra de cal do Porto Santo será mil e trezentos reis. Artigo sexto. Cada forno terá o direito de conservar os seus fregueses antigos e nenhum proprietário ou arrendatário que fizer parte deste acordo poderá, portanto, direta ou indiretamente solicitar a qualquer dos fregueses dos outros fornos, sendo isso considerado como transgressão deste contrato. Os proprietários e ou arrendatários não poderão, portanto, mandar para a praia pessoa alguma solicitar em seu nome nem em nome de terceiros pessoas, requisições aos barqueiros. Artigo sétimo. A cada proprietário e ou arrendatário se [ilegível] numa percentagem equivalente ao número de fornos e à média das vendas durante os dezoito meses decorridos de janeiro de mil novecentos e dois e junho de mil novecentos e três, devendo essa percentagem ser de trinta e cinco por cento à firma Blandy, Brothers & Companhia (não incluindo a cal inglesa que é unicamente para seu gasto particular), de vinte e três por cento ao outorgante António Joaquim de Freitas, de vinte e um por cento ao outorgante João Frederico Rego. Artigo oitavo. Haverá uma pessoa encarregada de fiscalizar diariamente o movimento dos fornos, paga por todos os interessados, devendo haver em cada forno um livro onde se escrete esse movimento, mencionando a quantidade de cal aviada e a vendida a dinheiro e ou crédito. Artigo nono. Esse empregado terá um livro onde se mencionará também diariamente o movimento e a existência em cada forno, podendo prestar os esclarecimentos precisos, sempre que necessário for, a qualquer dos interessados e deverá apresentar as notas diárias à pessoa ou pessoas encarregadas da superintendência do serviço que serão os senhores Blandy, Brothers & Companhia. Artigo décimo. O fornecimento de cal só se poderá fazer por meio de vales, a fim de se verificar com precisão as vendas pelos talões. Artigo undécimo. Nenhum dos interessados poderá recusar a apresentar ao empregado todos os documentos que ele entender necessários para o bom desempenho do serviço a seu cargo. Artigo duodécimo. Verificando-se no fim de cada mês pelas notas apresentadas depois de bem verificadas que qualquer ou quaisquer dos proprietários e ou arrendatários dos fornos que fizeram parte deste acordo venderam maior quantidade de cal do que lhe ou lhes competia, segundo as percentagem acordada, esse ou essas terão de reembolsar aquele ou aqueles que menos venderam comprando-lhe ou comprando-lhes tantos moios de cal quantos faltarem para



a sua percentagem. Décimo terceiro. Cada forno terá uma lista de preços dos carretos aprovada por todos os interessados e à qual todos se têm de cingir rigorosamente. Artigo décimo quarto. Se por qualquer razão se entender necessário estabelecer depósitos em qualquer ponto das ilhas se poderá fazer, devendo os fornecimentos ser feitos em comum e as vendas divididas na mesma proporção já mencionada. Artigo décimo quinto. É expressamente proibido a qualquer dos interessados falar com pessoa alguma estranha a este acordo sobre as condições e origem do mesmo. Artigo décimo sexto. Se qualquer proprietário e ou arrendatário de forno de cal que fizer parte deste acordo pretender vender, arrendar ou sublocar, não poderá fazer sem consultar os outros interessados, e desde o momento que nenhum deles o pretenda poderá fazê-lo e qualquer outra pessoa contando que ela se comprometa por completo a cumprir com as condições deste acordo, o que deverá ser mencionado na respetiva escritura. Artigo décimo sétimo. Se qualquer ou quaisquer dos interessados deixarem de cumprir com as condições aqui lavradas, pagarão, depois de bem verificada a sua falta, no primeiro caso uma multa de trezentos mil reis, no segundo quinhentos mil reis, e no terceiro um conto de reis. Artigo décimo oitavo. Este contrato vigorará por um ano, podendo, contudo, ser renovado por períodos de um ano, ou mais anos, conforme convier à partes interessadas devendo aquele ou aqueles que por qualquer razão não desejarem continuar participá-lo ao gerente, por escrito, com antecipação de três meses. Que nestes termos e nos mais de direito aplicável os outorgantes se obrigam respetivamente ao inteiro cumprimento deste contrato»<sup>66</sup>.

Desta transcrição, retenho os pontos seguintes. Primeiro: A identificação dos maiores negociantes de cal da época. Entre eles figura – destacada – uma firma anglo-madeirense com interesses económicos amplos e diversificados no arquipélago. Segundo: Os fornos de cal no Funchal – e, certamente, também outros existentes na ilha – eram abastecidos com matéria-prima extraída no Porto Santo. Terceiro:

Chega à Madeira cal de outra origem, nomeadamente inglesa. Quarto: Quem terá ficado fora do acordo? Quem e como se procedeu ao recrutamento de “conjurados”? A iniciativa de fazer uma escritura prevendo desde logo sanções deixa antever uma imposição dos mais fortes aos que não o eram. A ação foi muito além de um *gentlemen agreement*.

No ano seguinte, a 26 de setembro, os mesmos signatários fazem nova escritura, reafirmando os mesmos propósitos e reforçando as sanções anteriormente acordadas. Discutiu-se a situação nas pedreiras do ilhéu da Cal, onde se verificavam atritos<sup>67</sup>. A concorrência era forte, a pressão sobre o recurso elevada e, presente-se, desrespeitado o acordo.

---

<sup>66</sup> ABM, Registos Notariais, liv. 2454, fls. 57-59.

<sup>67</sup> ABM, Registos Notariais, liv. 2467, fls. 11-12.

Imagem n.º 23 – Vista do ilhéu da Cal a partir da Ponta da Calheta, freguesia e concelho do Porto Santo, ant. 1905



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, JAS/550.

## 1907, Viragem Extrativista

Outro documento dá conta do empenho de gente influente na vida insular em encontrar recursos que garantissem diversificar a economia do arquipélago, dependente que estava da exportação do vinho, da plantação de cana-de-açúcar<sup>68</sup> e do turismo terapêutico<sup>69</sup>:

«no ano [...] de mil novecentos e sete, aos cinco dias do mês de junho, nesta cidade e comarca do Funchal, [...] Que eles o visconde de Torre Bela e o tenente José Sotero e Silva, tendo resolvido, particularmente, fazer pesquisas de minerais nesta ilha da Madeira e na do Porto Santo, a fim de conhecer se de facto existem minas para então constituírem uma empresa ou companhia para exploração, reuniram em assembleia geral no dia treze de maio último, e nela por unanimidade ficou resolvido o seguinte que reduzem à presente escritura, a saber: Primeiro. Encarregar o outorgado Eugénio Ackermann, engenheiro francês para proceder às pesquisas nos concelhos da Calheta, Porto Moniz, Santana, Santa Cruz, freguesia do Porto da Cruz e na ilha do Porto Santo. Segundo. Para as despesas com essas pesquisas que montam à verba de um conto de reis os outorgantes contribuem pela maneira seguinte: o outorgante João de Freitas Martins com cinquenta mil reis, o outorgante Carlos Miles com vinte mil reis, [...] Terceiro. A responsabilidade de cada um dos outorgantes é limitada à verba com que entram para as seguintes despesas. Quarto. Conforme forem encontradas e

<sup>68</sup> CÂMARA, 2002, *A economia da Madeira (1850-1914)*.

<sup>69</sup> MATOS, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira. Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu Vicentes* [...].

julgadas vantajosas proceder-se-á ao registo das minas. Quinto. Este registo será feito em nome do presidente da direção com a obrigação, para esta, de ceder o direito à empresa ou companhia que for constituída para a respetiva exploração. Sexto. Terminadas as pesquisas os outorgantes reunir-se-ão em assembleia geral a fim de resolverem se constituem companhia ou empresa ou se cedem os seus direitos a terceiros. Sétimo. Constituída que seja uma companhia ou empresa para exploração de minas os outorgantes receberão uma ação ou quota por cada cinco mil reis que tenham contribuído para as pesquisas, sem obrigação de entrar com qualquer quantia a não ser que pretendam obter mais ações. [...] Nono. O tempo para as pesquisas será de doze semanas e a importância com que os outorgantes entraram como acima se refere é destinado aos honorários do engenheiro, despesas de hospedagem, pessoal, ferramenta, registos do minério e reagentes. Décimo. O engenheiro comunicará à direção tudo que for encontrado em condições, e esta reunida, resolverá se deve ou não ser efetuado o respetivo registo. Undécimo. Na reunião que terá lugar para o disposto no artigo sexto, a direção prestará suas contas. Duodécimo. Nenhum outorgante poderá ceder a terceiros os direitos que por esta escritura lhe são conferidos sem o fazer constar aos demais outorgantes e destes obter anuência»<sup>70</sup>.

O reconhecimento da ciência como fator económico ganha aqui expressão concreta; e, nesse esforço, está representada a iniciativa privada. Contratam um técnico experiente, o engenheiro de minas Eugène Ackermann, com credenciais adquiridas em trabalho nos trópicos sul-americanos. Da informação recolhida durante a campanha realizada no arquipélago nasce a obra *L'île de Madère au point de vue scientifique et économique*, publicada em 1910<sup>71</sup>.

## A Casa das Águas, ca. 1920

Desde o final do século XIX, uma diligência individual promoveu os benefícios que se presumiam contidos na água que brotava de algumas nascentes da ilha. Em contraste com a Madeira, onde muita água doce se desperdiçava no mar, no Porto Santo ela era um bem escasso, em permanente penúria. Confirmadas e certificadas propriedades terapêuticas, abria-se a via para a captação e exploração económica desse georrecurso. Numa página publicitária da *Ilustração Madeirense*<sup>72</sup> a Sociedade Águas do Porto Santo, Lda. lembra que foi

<sup>70</sup> ABM, Registos Notariais, liv. 2976, fls. 85-92.

<sup>71</sup> Deverá considerar-se esta como uma monografia inaugural sobre o arquipélago: ACKERMANN 1910 *L'île de Madère considérée au point de vue scientifique* [...]. Existe uma versão resumida em artigos: ACKERMANN, 1909, «L'île de Madère considérée au point de vue de ses richesses minérales [...]». Posteriormente surgiram a do geógrafo alemão HARTNACK 1930 *Madeira. Landeskunde einer Insel* e a de RIBEIRO, 1949, *L'île de Madère, Étude géographique*. O Porto Santo será objeto de um estudo etnográfico de MONTEIRO, 1950, *Porto Santo. Monografia* [...].

<sup>72</sup> *Ilustração Madeirense*, 1931, n.º 3, p. 28.

«o senhor Evaristo de Ornelas, pai do Barão de Ornelas, que residia em Paris e de onde vinha em cada verão passar a época estival no Porto Santo, quem levou, em 1893, água do Porto Santo para ser analisada na Escola Nacional de Minas, na grande capital francesa, tendo sido o resultado plenamente satisfatório».

Ao longo dos anos seguintes arranca a extração daquele que seria ao longo do século – a seguir à cal –, o georrecurso com mais peso na economia insular. Enquanto a extração da cal acontecia há séculos, a água mineral engarrafada e gaseificada registada sob a marca “Água do Porto Santo” tornou-se a novidade que o século proporcionou até ao último quartel aos apreciadores madeirenses. Foi um contributo vindo dos porto-santenses que insuflava ares de modernidade no microcosmos em que viviam os veraneantes.

Um relatório intitulado *Reconhecimento das nascentes de água mineral Lombas n.º 2 sita na ilha do Porto Santo* redigido por um jovem engenheiro de minas, que esquece ou omite datar a sua extensa explanação, mas que deduzo ter sido elaborada em 1920. O alvará correspondente terá sido publicado em 30 de agosto desse ano, no *Diário do Governo*, n.º 188, II série. O relator informa:

«Na ilha do Porto Santo, distrito Funchal existem fontes de águas minerais com a temperatura média de 19,5º umas brotando livremente, outras já com captagens feitas, mas nenhuma delas com concessão.

Fui encarregado de ali fazer o reconhecimento a três nascentes requeridas em 1916, denominadas “Fontinha” “Lombas” “Lombas n.º 2”. [...]

Talvez devido ao clima, talvez devido ao afastamento do resto do mundo, isolamento quase voluntário, é este povo, o povo do Porto Santo, de natureza indolente, e tão indolente, tão inimigo de progredir que nem sequer continuou com o trabalho de arborização começado no Pico do Castelo, com belo êxito, continuando a ilha a ter o aspeto triste e árido dum deserto. Tem uma esplêndida praia, limpa, ampla, com 7,300 m de extensão, de areia calcária, não tem um pequeno cais de embarque! O movimento de passageiros faz-se às costas do barco para a praia! [...]

É magnífico, porém, o estado sanitário, varrida pelos ventos como se fora a tolda dum navio, sem humidade, pela falta de vegetação, a ação do sol e a propriedade medicinal da totalidade das águas, conforme as indicações que colhi, tudo concorre, não obstante as dificuldades de comunicação, a falta duma estação telegráfica ou de T.S.F., a falta de recursos da pequena ilha, não obstante as carreiras de vapores costeiros se fazem quinzenalmente e em péssimas condições de conforto, é enorme o número de pessoas que fazem daquele pequeno torrão, uma estância de cura e de repouso».

Seguem-se reflexões sobre a configuração geológica das duas ilhas, alertando o autor para as questões a que a ciência geológica ainda não dava resposta. O Porto Santo é visto em contraste com a Madeira. Terminadas as considerações geológicas, passa à apreciação do estado das nascentes.

«Num terreno árido, havendo somente veredas como meio de comunicação com a vila do Porto Santo, brota a água medicinal requerida “Lombas n.º 2” no sítio das Lombas,

junto e para oeste da nascente do ribeiro Berguelha [sic<sup>73</sup>].

Fica na região onde as traquites romperam o basalto e conglomerados, esta nascente, saindo a água de umas fendas existentes nas traquites que se acham sobrepostas em lamelas em direção este-oeste.

Embora estas águas fossem descobertas por escavação junto à origem e nas margens do ribeiro Berguelha, não tem correlação alguma com a água deste, pois em quase todo o ano é este ribeiro seco junto à nascente como tive a ocasião de verificar, pois fiz a minha visita logo após os grandes temporais que caíram sobre as ilhas e este ribeiro na origem estava seco!

Tem esta água segundo análise [de] Charles Lepierre, o tipo de águas cloretadas sódica, bicarbonatada sódica, [ilegível] com iodetos e brometos.

Nas pesquisas fizeram um corte no terreno e à profundidade de quatro metros encontraram fendas donde saía água, fecharam essas nascentes com um poço de cimento, com 5,0m x 3,4m e 4,0m de profundidade, para proteção a estas águas. Como a pressão 773<sup>mmHg</sup> encontrei a água com a temperatura média de 19,5°, nos dois dias de experiência. A medição média do caudal foi de 5,5 litros por minuto. Com obras a executar apresenta o requerente um projeto muito rudimentar que, no entanto, respeita suficiente para esta exploração.

Pede o requerente licença para usar gás carbónico nas suas águas, conforme o requerimento junto.

Ao fazer a demarcação que consta do auto de demarcação apenas foi-me pedido que fizesse dentro do perímetro reservado, a fonte do ribeiro Coxino, que pelas suas propriedades julgo idênticas à da requerida, e por isso tracei a seguinte demarcação que tenho a honra de propor para ser aprovado: [ilegível] o cunhal sul da casa de João Luís existente junto à nascente do ribeiro Berguelha [sic], casa mais próxima da nascente, do lado oeste deste ribeiro, se tirou uma normal Ax à direção NS [ilegível] para este com comprimento de 330,0 m. Assim se obtém o ponto auxiliar x.

Por este ponto se tirou uma normal à reta Ax (que é a direção NS [ilegível]) e [ilegível] 125,0 m (cento e vinte cinco metros) para sul e 275,0 m (duzentos e setenta e cinco metros) para norte, se obtiveram os pontos A e B.

Por estes pontos se tiraram normais para oeste com 1730,0 m (mil setecentos e trinta metros) e fechando o retângulo se obteve uma área de 69 ha e 20 a (sessenta e nove hectares e vinte ares) como demarcação.

É este o primeiro relatório de reconhecimento oficial, que faço.

Seja-me relevada qualquer insuficiência que sempre há nos trabalhos dos novos.

À aprovação de V. Ex.<sup>a</sup> submeto eu meu pequeno trabalho.

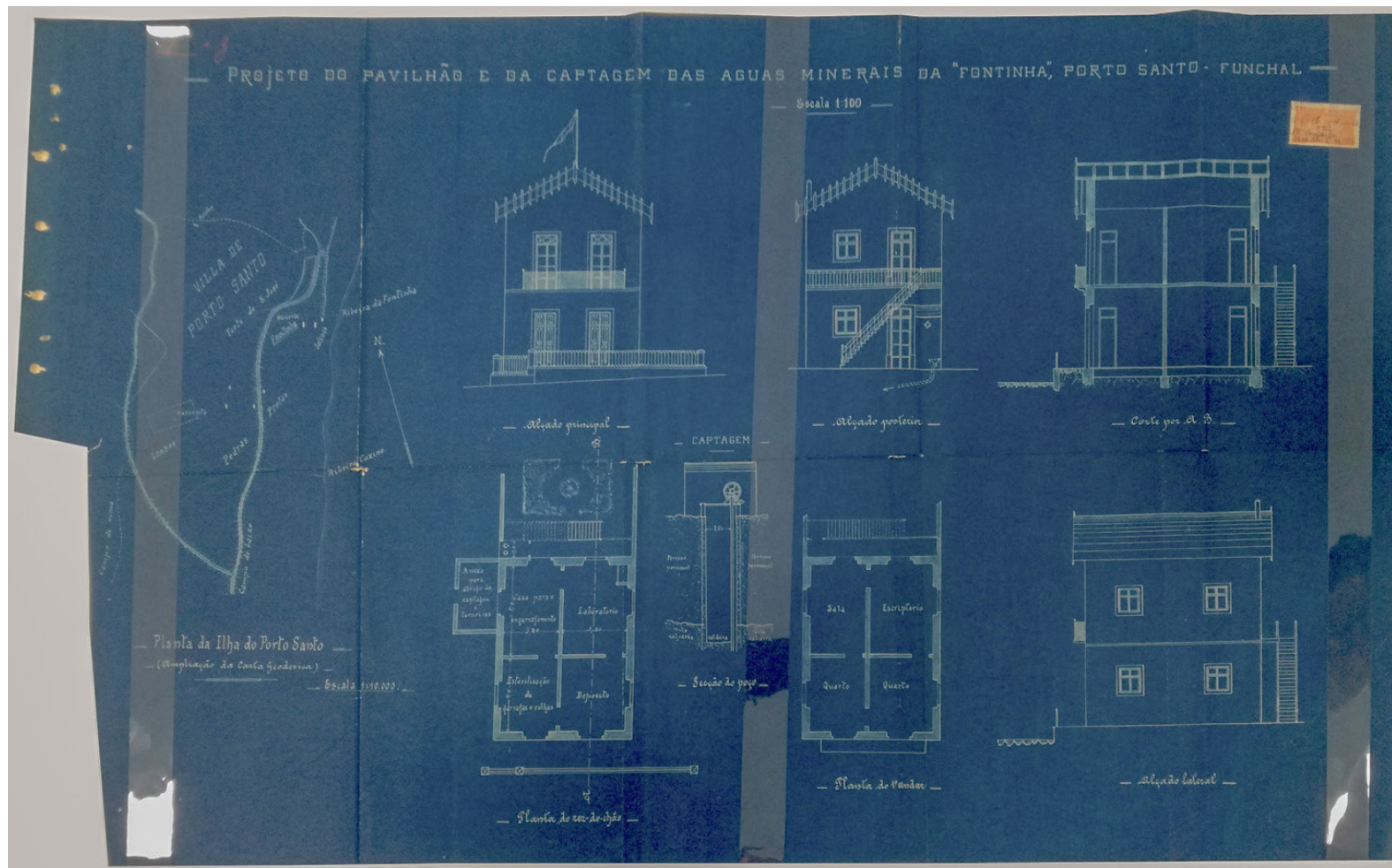
(a) Luís de Menezes Corrêa Acciaiuoli, Eng. de Minas»<sup>74</sup>.

Não localizei o reconhecimento às outras nascentes, a saber Fontinha e Lombas. Da redação deste relatório sobre Lombas n.º 2 não se depreende estar o mesmo feito para as outras nascentes.

<sup>73</sup> A designação será Barquilha, posteriormente designado ribeiro da Fontinha.

<sup>74</sup> ABM, Processos de concessão e de exploração de águas do Porto Santo, 1916-1974, cota atual 124-10.

Imagem n.º 24 – “Projeto do pavilhão e da captação das águas minerais da Fontinha”, propriedade da Sociedade Águas do Porto Santo, Lda. (1916)



Fonte: ABM, Processos de concessão e de exploração de águas do Porto Santo, 1916-1974, cota atual 124-10.

## **A Fábrica de Cimento, 1921**

No atual Hotel Praia Torre integraram-se vestígios duma edificação, que estava havia décadas em ruína<sup>75</sup> conhecida por fábrica de Cimento. No *hall* mantêm-se as paredes do forno industrial, que constituía o coração da fábrica. É a ideologia do património incrustada no turismo.

Mas é preciso recuar no tempo. Na quarta-feira, 1 de junho de 1921, três dezenas de cidadãos reuniram-se na rua do Comércio – a atual rua dos Ferreiros –, n.º 70, no Funchal. Constituíram uma sociedade que denominaram Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. Nascia a componente jurídica do maior empreendimento industrial até à altura levado a efeito na ilha. Era um reflexo da viragem extrativista. Na escritura colhem-se dados significativos. Apresentaram-se 30 indivíduos que assinaram na qualidade de sócios, indicando-se as respetivas quotas de participação. O ato foi levado a cabo pelo notário João Valentim Pires, que tinha escritório no largo do Chafariz, tendo-lhe bastado subir a rua para realizar este serviço notarial. Acompanharam-no dois oficiais de diligências servindo de testemunhas.

Passando em revista os presentes, pode afirmar-se que formavam um quadro representativo da classe dominante funchalense. Não eram só homens. Entre as assinaturas figuram duas de mulheres, na qualidade de cônjuges. Estavam presentes proprietários fundiários, comerciantes, membros de profissões liberais, militares; alguns detentores de altos cargos na vida política regional. Identificam-se laços familiares tanto por descendência como por afinidade, uns em graus próximos, outros mais afastados. Embora fossem quase todos nados e criados na ilha da Madeira, estavam dois porto-santenses, alguns eram continentais radicados na ilha, e outros, embora com nome ou apelido estrangeiros, estavam socialmente nativizados, mesmo que seguissem confissões que não a católica. Na sua maioria eram exportadores de vinhos generosos e importadores de géneros alimentares<sup>76</sup>. Havia ainda industriais (engenhos, fornos de cal) e capitalistas, exercendo-se na cidade como banqueiros. Somadas as quotas, reúnem um capital social de 260 000 escudos. Quase todos participam com o montante de 5000 escudos. Poucos com mais, como acontece com ditos banqueiros que investem o dobro ou o triplo daquele valor. Certas

---

<sup>75</sup> O hotel foi construído em 1990. A concessão do terreno à Sociedade J. Cardoso, Lda. para edificar uma unidade hoteleira ocorre com a resolução do Governo Regional n.º 767/88, de 16 de junho.

<sup>76</sup> O sócio Luís de Freitas Branco constitui um desses exemplos. O n.º 4, 1932 da Ilustração Madeirense na parte dedicada a publicidade divulga: *Luiz de Freitas Branco. Import & Export. Especialidade em vinhos velhos, engarrafados. Old Madeira Wines in bottles. Vieux vins de Madère en bouteilles. Rua do Carmo, 12. Madeira – Funchal*. Logo abaixo outro anúncio reporta-se à firma H. P. Miles & C.º Wine Shippers.

participações fazem-se em nome das firmas que possuem. E o coronel João Alfredo de Alencastre (1859-1938), de uma família influente na vizinha ilha do Porto Santo entra na sociedade com o terreno, onde será levantada a fábrica – e hoje está o hotel –, conforme registado no art.º 7.º § 1.º da escritura:

«A cota do sócio coronel João Alfredo d'Alencastre é representada: a) pelo prédio rústico sito à Fontinha da ilha do Porto Santo com suas benfeitorias, de uma casa em construção, uns muros de suporte e o casco das salinas na praia do Porto Santo. Confronta ao norte com a estrada da Fontinha e outro, a sul com o mar, leste com a vereda e herdeiros de Cândido Joaquim da Silva Caldeira e oeste com o ribeiro da Fontinha. Não se acha descrito na conservatória desta comarca, a cuja área pertence, como consta da certidão passada»<sup>77</sup>.

Fixou-se a sede social no Funchal, com uma morada provisória para escritório e referem-se os «estabelecimentos fabris na ilha do Porto Santo». No art.º 2.º determina-se que «a empresa tem por fim o fabrico de cimentos e de outros produtos sílico-calcários, telhas, tijolos e materiais corantes empregando as patentes requeridas».

A criação duma empresa cimenteira parece congregar um leque alargado de vontades e suscitar boas expectativas. Que futuro estará reservado à iniciativa?

Logo se iniciam as diligências necessárias a alcançar o objetivo pretendido. É o que se deduz da conta-corrente que a dita Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda. mantém aberta nos anos 1922-23 junto da firma Deutsche Import Gesellschaft, Lda., no Funchal, representante dos produtos Agfa. O montante das faturas lançadas naquele período eleva-se a £ 356.50. Presumo a compra de instrumentação<sup>78</sup>.

Outro documento merece atenção. Trata-se dum apontamento escrito à mão na metade duma folha de papel timbrado da empresa, em que se fazem cálculos e assentam valores sobre gasto de combustíveis, horas de laboração e mão-de-obra necessária. Atendo aos equipamentos mencionados: moinhos Krupp, elevadores e prensas Pfeiffer, uma referência a Ford (provavelmente um camião ou furgoneta<sup>79</sup>), um motor Crossley, uma caldeira Wolf, um forno sem indicação de fabricante (ver imagem n.º 25). Pode ser desta altura outra nota em que se listam «Ferramentas para a Fábrica do Porto Santo»: 10 enxadas rasas, 3 de bico, 6 enxadões, 1 martelo de bola, 3 tenazes, 6 pás de bico, e outros, assim como o frete de Lisboa para o Porto Santo

<sup>77</sup> ABM, Notários, Escrituras Sociedades Comerciais, liv. 1499, fls. 36-43v.

<sup>78</sup> Bundesarchiv, 1926-33, Deutsche Import-Gesellschaft Lda. Funchal (Madeira).

<sup>79</sup> Não encontro referência ao camião Ford. No documento reproduzido na imagem n.º 15 vem indicado Ford. E mais adiante haverá referência a uma garagem. No site da Câmara Municipal do Porto Santo diz-se ter sido da "fábrica da cal" o primeiro automóvel, uma furgonete chegada ao Porto Santo, em 1925. Não se fornece a fonte desta informação (Câmara Municipal do Porto Santo, s.d., *Porto Santo – História*).



e o despacho alfandegário<sup>80</sup>. Tais apetrechos e nesta quantidade estariam destinados a uso em pedreiras. Lá se chegará.

Três contratos – assinados a 26 e 27 de janeiro de 1924 – apontam nesse sentido. Num, Francisco Gonçalves Patrício, morador no Pé do Pico, e João Alexandrino Fernandes dos Santos, gerente da cimenteira acordam o seguinte:

«o primeiro de nós é proprietário duma barreira de barro preto sita às Casinhas [...] E nessa qualidade arrenda a dita barreira à mencionada empresa para a explorar, enquanto lhe aprover, pela quantia diária de cinco escudos entendendo-se que esta renda se refere a uma lavra de dois homens por dia empregados na cava e que variará proporcionalmente aos homens empregados na cava em cada dia de lavra. O senhorio ainda fica tendo preferência no transporte do barro para a fábrica em igualdade de preços e somente enquanto a empresa não tiver o transporte com carro seu»<sup>81</sup>.

Com data do dia seguinte José Alexandre de Faria e João Pestana de Vasconcelos, moradores no sítio da Fontinha, ajustam com a empresa os termos para o arrendamento de mais uma barreira:

«ao sítio dos Lombos [...] para as explorar, enquanto lhes forem necessárias pela quantia diária de cinco escudos, entendendo-se que em cada uma das barreiras trabalharão na cava do barro negro aproveitável dois homens por dia, e que aquela renda variará proporcionalmente ao número de homens empregados diariamente naquela cava. Mais se entende que tanto um como outro dos senhorios dão através das suas propriedades servidão para carro, e licença para estabelecimento de fios aéreos, se os quiser montar a arrendatária»<sup>82</sup>.

E num terceiro documento Juvenal d'Alencastre Pestana, proprietário, assenta com a empresa:

«achamo-nos juntos no seguinte contrato: O primeiro de nós dá de arrendamento à segunda uma pedreira de calcário sita no Campo de Baixo [...], com uma servidão de um metro de largura na direção norte-sul até à estrada e junto a esta trinta metros quadrados de terreno para depósito do mesmo calcário. A renda diária será igual ao salário de um brocador por cada três mãos de fogo que por dia se empreguem na lavra da pedreira e variará para mais proporcionalmente às mãos de fogo empregadas, se excederem as três. Pela ocupação dos trinta metros quadrados de terreno e servidão referida pagará a dita empresa anual e adiantadamente vinte escudos»<sup>83</sup>.

---

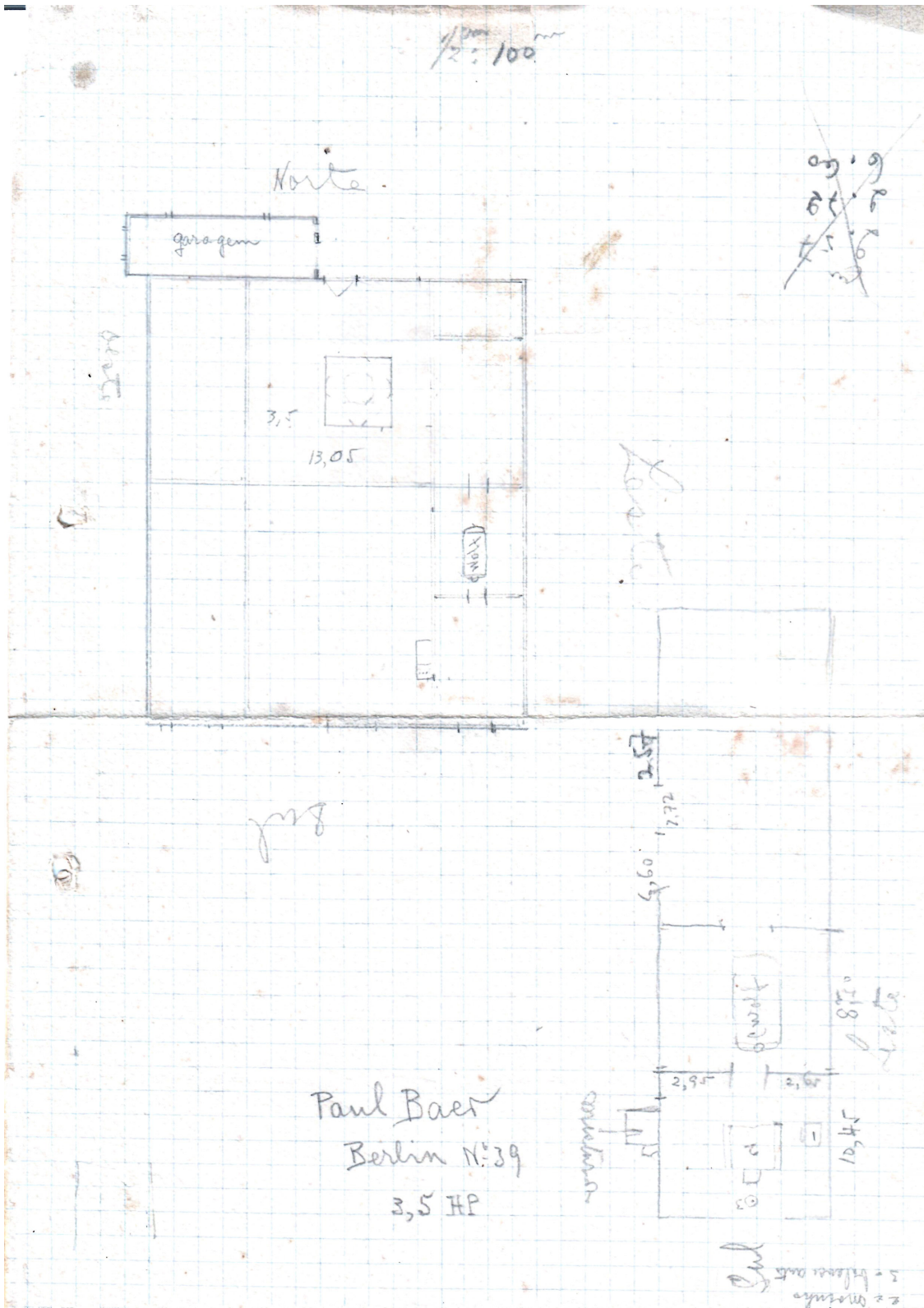
<sup>80</sup> ELFB, Apontamento escrito à mão «Ferramentas para a Fábrica do Porto Santo», s.d.

<sup>81</sup> ELFB, Contrato celebrado entre a Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda. e Francisco Gonçalves Patrício para arrendamento duma barreira no sítio das Casinhas. Porto Santo, 27 de janeiro de 1924.

<sup>82</sup> ELFB, Contrato de arrendamento celebrado entre José Alexandre de Faria e João Pestana de Vasconcelos e a Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda. para arrendamento duma barreira no sítio das Lombas e de outra no mesmo sítio. Porto Santo, 26 de janeiro de 1924.

<sup>83</sup> ELFB, Contrato celebrado entre a Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda. e Juvenal d'Alencastre Pestana para arrendamento de pedreira de calcário no sítio do Campo de Baixo. Porto Santo, 27 de janeiro de 1924.

Imagem n.º 25 – Croquis da fábrica de cimento a localização da caldeira Wolf, 1925



Fonte: ELFB.

Durante a década de 1920, terá havido laboração na cimenteira porto-santense. Não encontrei dados que especifiquem e quantifiquem produções.

É importante sublinhar que desde 1923 a fábrica de cimentos Liz, em Maceira, perto de Leiria, um investimento do empresário Henrique Sommer (1886-1944), tinha entrado em laboração, conforme se refere na fita do tempo publicada no site do atual grupo empresarial a que pertence<sup>84</sup>.

Imagem n.º 26 – Cálculos de consumos e custos da fábrica de cimento. Sem data

**EMPRESA DOS CIMENTOS DO PORTO SANTO L.TDA**  
 SEDE: FUNCHAL - MADEIRA / 19680  
 FABRICA: PORTO SANTO

END. TEL. CIMEN - FUNCHAL

Wolf = 16 horn  
 melch = 700 Kg = 290.50  
 oleo = 25.00  
 2 opum = 25.00  
340.50

Trasley = 8 horn  
 gregal 5 hltos a 1.80 = 9.00  
8  
 72.00  
 12.00  
84.00

Forst. 5 horn  
 5 x 180 = 9.00  
45.00

SEADOR = 2 machos = 42.00  
 8 Ton 9 x 6.00 = 54.00  
 108.00 = 8.00  
 48.50 = 18.00  
 305.00 = 18.00  
 207.00 = 14.00  
 9 = 58.00  
 Pfeiffer: 128.00 = 8.00  
 8K 58.50 = 36.00  
 7 = 44.00  
 Prensa: 108.00 = 8.00  
 8 ton 48.50 = 24.00  
 205.00 = 12.00  
 207.00 = 14.00  
 206.00 = 12.00  
 11 = 30.00  
 2 x 5.00 = 12.00

FUNCHAL, MADEIRA  
 From: 196 km  
 2 e 10 = 20.00  
 8 e 8 = 64.00  
 3 e 5 = 18.00  
 13 = 102.00  
 m/p = 10 ton a 50.00 = 500.00  
 50.00  
 5 ton a 120.00 = 600.00  
 Auth: 120.00

7K - 470.00  
 m/p = 226.00  
 102.00  
 m/p = 120.00  
918.00  
 Auth. P. 1450.00  
 (18%)  
1863.00

Fonte: ELFB.

A 21 de março de 1927, na rua do Comércio n.º 89, perante o notário Frederico Augusto de Freitas, reúnem-se como primeiros outorgantes Luís Rocha Machado, casado, banqueiro, José Quintino de Nóbrega, viúvo, proprietário, e Luís de Freitas Branco, casado, comerciante, como procurador de Manuel Gregório Pestana Júnior (1886-1969), sócios da Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., e sendo segundos outorgantes Ralph Henry Dickson e Hermann de Koenig, comerciantes e residentes no Funchal. Contratam particularmente entre dita empresa «proprietária

<sup>84</sup> SECIL, s.d., A história do Grupo Secil.

duma fábrica de cimentos e de cal, instalada em prédio próprio, na Fontinha» e os segundos outorgantes a «cessão temporária» da referida fábrica. Acordam-se as condições. Primeiro, que será feita uma relação dos aparelhos, máquinas e utensílios inventariados com o seu estado de conservação. Segundo, os segundos outorgantes exploram a fábrica pelo prazo de dez anos. Terceiro, os cessionários obrigam-se a explorar na fábrica a produção exclusiva de cal e de cimento. Quarto, trata da remuneração que cabe à Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda a) 5 *pence* por cada 180 kg de cimento produzido na fábrica, até 2700 t/ano, b) 6 *pence* por cada 180 moios acima da dita tonelagem/ano; c) 10% sobre o preço médio de venda no mercado do Funchal ou saída do Porto Santo preparada na fábrica, por moio (840 litros). Quinto, que os pagamentos são trimestrais. Sexto, aos cessionários incumbe a) pagar manutenção e conservação dos maquinismos, b) os encargos desta escritura e dos prédios da fábrica, c) os encargos com o seguro da fábrica e mecanismos num valor mínimo quase constante de £ 5.000. [...] Oitavo, os cessionários podem modernizar maquinismos e proceder a benfeitorias, com direito a indemnização [...]. Nono, haverá verificação própria dos embarques e das declarações. Décimo, a capacidade de produção da fábrica é avaliada em 6000 t/ano de cimento. Décimo primeiro, mantêm-se as marcas comerciais ou industriais introduzidas ou registadas. Décimo segundo, os cessionários pagam os impostos e as contribuições devidas (contribuição predial e urbana)<sup>85</sup>.

Este acordo não produziria os efeitos esperados. Passados poucos anos, voltamos a encontrar LFB à frente dos destinos da cimenteira da Fontinha.

Num anúncio à Fábrica de Cimentos do Porto Santo publicado na *Ilustração Madeirense*<sup>86</sup> lê-se «Os produtos desta Fábrica, que tem um lugar de grande destaque na vida industrial madeirense são primorosos e a sua excelente qualidade é o seu melhor reclame». O cimento foi registado com a marca Gigante. Para maior credibilidade há uma fotografia com a legenda: «Casal do Tamargal. Vivenda do Sr. Luís de Freitas Branco, em Santa Cruz, construída com produtos da Fábrica de Cimentos do Porto Santo»<sup>87</sup>. Em setembro desse ano de 1932, LFB, certamente no intuito de promover o produto solicitou à Repartição de Obras Públicas Municipais do Funchal

---

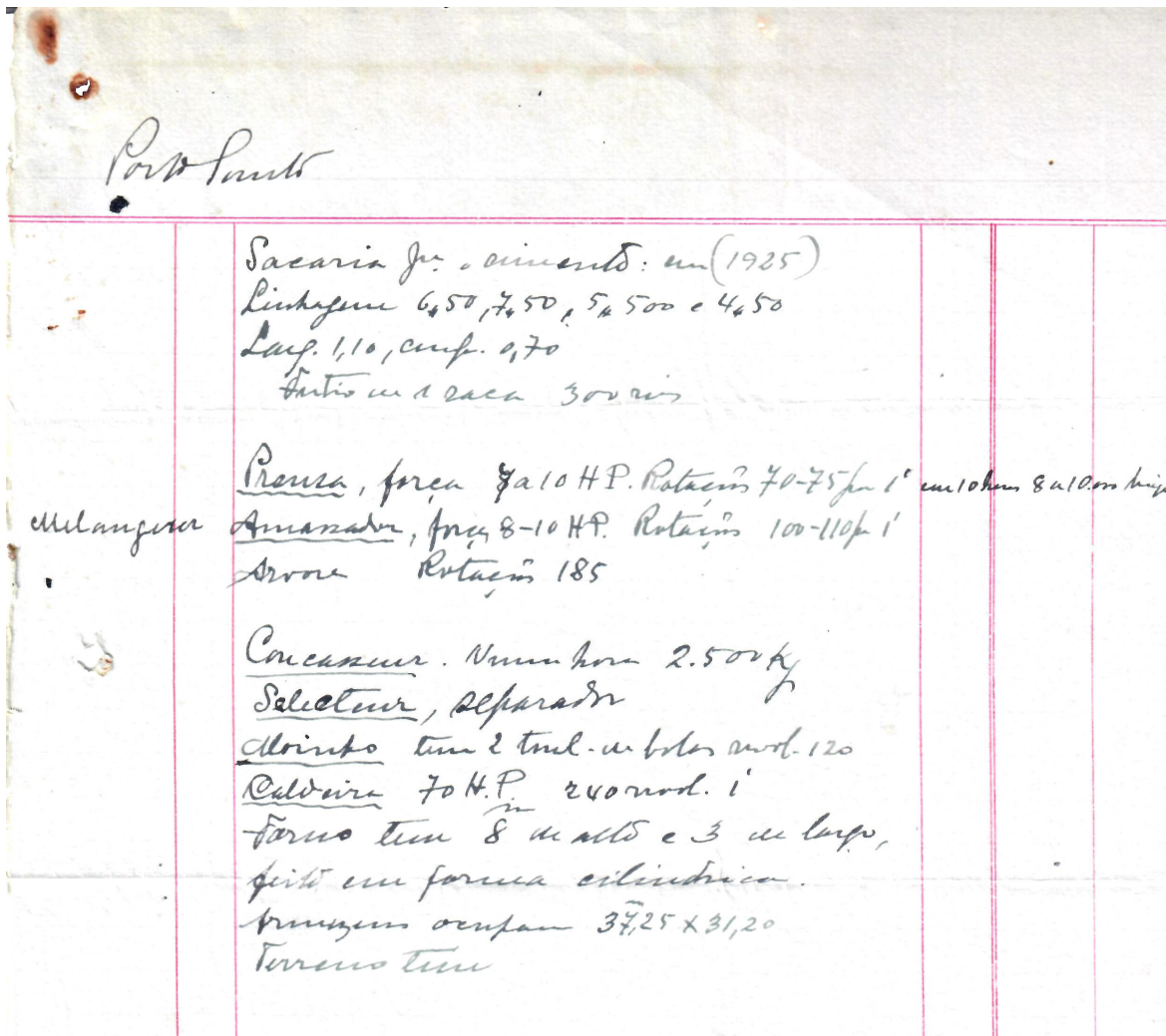
<sup>85</sup> ABM, Registos Notariais, liv. 6250, fls. 50-53v.

<sup>86</sup> *Ilustração Madeirense*, 1932, n.º 5, p. 18.

<sup>87</sup> Albatroz Beach & Yacht Club, s.d., *Localização*. A vivenda (sítio da Terça) corresponde à parte antiga da atual pousada.

a análise daquele cimento, sendo na altura seu distribuidor no Funchal a firma Teixeira & Companhia, Comissões e Consignações e Obra de Vimes<sup>88</sup>.

Imagem n.º 27 – Notas sobre embalagem do cimento e características técnicas de diversa maquinaria.  
O forno cilíndrico media 8x3 metros, 1925



Fonte: ELFB.

<sup>88</sup> ELFB, Certidão passada pela Repartição Técnica da Câmara Municipal do Funchal sobre análises do cimento marca Gigante. Funchal, 24 de setembro de 1932, 2 pp.; ELFB, Carta dirigida ao Chefe da 7.ª Circunscrição Industrial Funchal remetendo documentos abonatórios relativos à queixa apresentada pelas cimenteiras continentais. Funchal, 12 de fevereiro de 1936; ELFB, Certidão passada pela Junta Geral atestando os estragos causados pelas águas vindas da ribeira ocasionado inundações e elevados prejuízos na fábrica [1933]. Funchal, na fábrica pelas inundações vindas da ribeira vindas da ribeira ocorridas na fábrica. Funchal, 12 de fevereiro de 1936; ELFB, Pública-forma emitida pelo Cartório do Notariado da Comarca do Funchal sobre fornecimentos de cimento Gigante feitos pela firma Teixeira & Companhia, em 1933. Funchal, 13 de fevereiro de 1936 [cópia]. Estes documentos foram reunidos para fundamentar a contestação à queixa apresentada pelas cimenteiras continentais – que se irá conhecer adiante.

Já em março desse ano, considerou-se melhorar a maquinaria. No seguimento de uma consulta feita à firma parisiense Société d'Équipement Pour l'Industrie du Ciment (S.E.P.I.C.), resulta uma proposta de fornecimento de um forno de cimento, em segunda mão, garantindo-se que «em excelente estado de funcionamento». O orçamento apresentado elevava-se a 92 000 francos franceses<sup>89</sup>. Pretendeu-se também restabelecer a operacionalidade da caldeira. Voltou a ser abordada a firma Maschinenfabrik Buckau R. Wolf AG Magdeburg que apresentou orçamento de US\$ 285,00 para uma série de peças sobressalentes, a enviar em dois caixotes totalizando 1560 quilos<sup>90</sup>. Pediu-se ainda orçamento para um equipamento de dessalinização de água a outra firma alemã, a Atlas-Werke. A proposta apresentada cifrava-se em 1150 marcos, salvaguardando-se eventuais ajustes por complementos (tubagens, etc.) que viessem a ser necessários<sup>91</sup>.

A proposta foi considerada em parte ou terá mesmo sido na sua totalidade. No espólio familiar existe um dossiê contendo a cópia datilografada da legislação relativa ao caderno de encargos para fornecimento e receção de cimento Portland normal<sup>92</sup>. Na capa de papel pardo foi escrito a lápis numa caligrafia que não identifico o autor: «Para o Snr. Eng. Dewing»<sup>93</sup>.

Embora a ilha do Porto Santo se caracterize pela paisagem árida e tanto a população como o gado vivessem em permanente sujeição à falta de água doce, há notícia de temporais com chuvas torrenciais, que os solos ressequidos não absorviam. Assim ocorreu por duas vezes seguidas no outono de 1933. Com data de 4 de novembro, o então gerente da Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., o médico Nuno de Vasconcelos Porto (1886-1974) e o advogado Francisco Alberto Coreia Ribeiro dirigem-se à Junta Geral, a autoridade civil máxima do arquipélago:

«levam ao conhecimento da Comissão a que V. Ex.<sup>a</sup> preside de que as últimas chuvas que torrencialmente caíram na ilha do Porto Santo originaram que as águas corressem impetuosamente pelo ribeiro da Barquilha e arrasassem a margem leste do mesmo ribeiro logo abaixo da ponte, no sítio da Fontinha, e seguindo pelo terreno de que esta empresa é proprietária [...] penetraram no interior da Fábrica de Cimentos inundando-a e causando importantes prejuízos e pondo em sério risco os edifícios e maquinismos

---

<sup>89</sup> ELFB, Orçamento n.º 3984 da firma SEPIC para fornecimento de material usado destinado a forno de cimento, montante 92 000 francos. Paris, 12 de abril 1932, 5 pp.

<sup>90</sup> ELFB, Orçamento e proposta da Maschinenfabrik Buckau R. Wolf Aktiengesellschaft Magdeburg para fornecimento de peças para a locomóvel no montante de US\$ 285, Magdeburg, 3 de março de 1932.

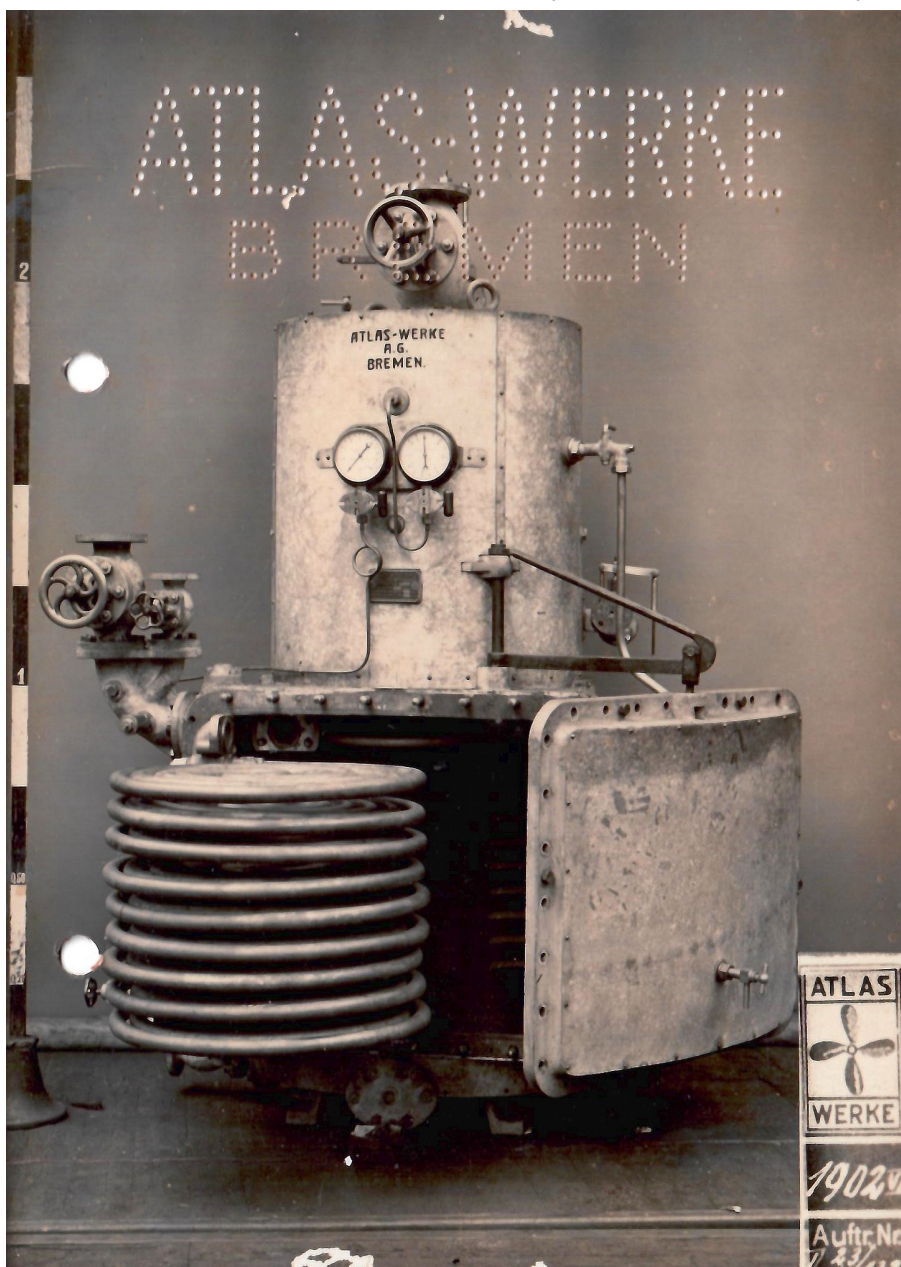
<sup>91</sup> ELFB, Atlas-Werke via Fa. H. Propfe & Co. m. b. H., Hamburg. Proposta de fornecimento de dessalinizadora de água do mar, ref.<sup>a</sup> Offerten Nr. 92218, Bremen 22 de março de 1932, 13 pp., incluindo anexos, 1 fotografia promocional do aparelho, em alemão, 2 pp., 1 tradução a português 3 pp.

<sup>92</sup> Decreto n.º 18782/1930, 28 de agosto.

<sup>93</sup> Não foi possível encontrar informações sobre este engenheiro.

de que se compõe a dita Fábrica de Cimentos. E porque é esta já a segunda vez que tal acontece reclamamos da Exma. Junta Geral as imediatas e imprescindíveis medidas que salvaguardem as propriedades confinantes com o mencionado ribeiro da Barquilha, tanto mais que as obras a realizar se limitam a um muro de vedação de pequena extensão»<sup>94</sup>.

Imagem n.º 28 – Dessalinizadora da Atlas-Werke num postal inserido no folheto publicitário



Fonte: ELFB.

<sup>94</sup> ELFB, Certidão passada pela Junta Geral atestando estragos causados pelas águas vindas da ribeira ocasionado inundações e elevados prejuízos na fábrica [1933]. Funchal, 12 de fevereiro de 1936.

Imagem n.º 29 – Salinómetro existente nos objetos pessoais de LFB, na residência do Funchal. Pertencia provavelmente ao equipamento usado no laboratório da fábrica. Fabrico alemão, escalas de temperatura em Celsius e Fahrenheit, salinidade em %. Vidro, papel, chumbo, 25 cm (ELFB)



Fonte: fotografia do autor.

Reunida a 14 de dezembro desse ano, a Comissão Administrativa da Junta Geral decide «mandar executar as obras por administração direta». Tratava-se de levantar uma muralha de proteção com 42 m de comprimento e 2,5 m de altura<sup>95</sup>.

Este contratempo veio tornar mais prementes as ações que iriam ser desencadeadas na cimenteira.

O passo seguinte – reconstituído a partir do espólio familiar – remete para uma “Nota indicativa” emitida pela conservatória do registo predial, datada de 15 de junho de 1935, em que se atesta ter sido lavrada escritura em 15 de abril no notário Frederico Augusto de Freitas numa sociedade comercial designada Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda.<sup>96</sup>. Os impressos para faturas em nome da nova firma, em formato próximo do DIN A5, retomam o logo do cimento Gigante.

Revelador do novo contexto é também a inscrição, realizada em 1938, a favor da nova firma, a Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda.

«do prédio no sítio da Fontinha, ilha do Porto Santo, descrito sob o n.º 32.164 a folhas 145 do livro B 89.º desta conservatória; o qual lhe ficou pertencendo, por ter o sócio coronel

<sup>95</sup> ELFB, Certidão passada pela Junta Geral atestando estragos causados pelas águas vindas da ribeira ocasionado inundações e elevados prejuízos na fábrica [1933]. Funchal, 12 de fevereiro de 1936.

<sup>96</sup> ELFB, Nota indicativa sobre a matrícula da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. na Conservatória do Registo Comercial da Comarca do Funchal, 15 de junho de 1935.



João Alfredo d'Alencastre, com o assentimento de sua mulher Dona Maria Adelaide d'Alencastre, [...] entrado para a dita empresa, com o referido prédio no valor de cinco mil escudos»<sup>97</sup>.

No mesmo documento esclarece-se que o prédio «tem benfeitorias de uma nora em construção, muros de suporte e o cano das salinas na praia do Porto Santo, tendo um valor venal de 450 escudos».

Tudo aparenta querer correr de feição. Na página 16 do n.º 12, ano 1937, a *Revista Portuguesa* publica uma entrevista feita a um antigo diretor da cimenteira Secil, intitulada «Cimento do Porto Santo». O engenheiro Armando de Medeiros passou no verão daquele ano 23 dias no Porto Santo. Afirma ter vindo como engenheiro químico industrial e especialista. Considera as produções porto-santenses de elevada qualidade e com capacidade para competir no mercado. Lembra que outro engenheiro, o francês Candlot, em 1935, também se referiu em termos positivos à qualidade superior do produto da ilha. Mais adiante, o entrevistado antevê que o Porto Santo irá exportar, além do cimento, cal hidráulica e carbonato de cálcio. Menciona dois nomes como formando «a alma da arrojada empresa»: Leonel G. Luiz<sup>98</sup> e Luiz de Freitas Branco.

Imagem n.º 30 – Impresso de fatura, com o logotipo da marca Gigante, agora da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda.

Sociedade Produtora de Cal e Cimentos Lda. FUNCHAL-MADEIRA

FACTURA N.º

O Ill.º Sr. \_\_\_\_\_

a importancia de \_\_\_\_\_ referente á seguinte mercadoria.

**DEVE**

Valor para o dia de \_\_\_\_\_

O Extracto da Factura sendo pago antes do vencimento tem o desconto de \_\_\_\_\_ % ao mez.

Fonte: ELFB.

<sup>97</sup> ELFB, Pública Forma emitida pelo Cartório do Notariado da Comarca do Funchal sobre fornecimentos de cimento Gigante feitos pela firma Teixeira & Companhia, em 1933. Funchal, 13 de fevereiro de 1936.

<sup>98</sup> Leonel G. Luís, Lda. era uma firma de «comissões, consignações e conta própria» na rua da Queimada de Cima, n.º 24, Funchal (*Revista Portuguesa*, n.º 19, 1941, s.p.), que distribuía os produtos de LFB.

Imagem n.º 31 – O primeiro da direita é um dos filhos de LFB (Francisco, meu pai), seguindo-se provavelmente o engenheiro Armando de Medeiros e talvez um dos filhos deste. Vê-se ainda a retaguarda de um camião. Considerando estes dados a fotografia data de agosto de 1937



Fonte: ELFB.

Imagem n.º 32 – Partilha duma melancia. Da direita para a esquerda: o engenheiro Armando Medeiros, julgo que talvez o engenheiro contratado para a fábrica (ainda Dewing ou já Gaillard?), o meu pai, suponho que filhos do primeiro mencionado. Ao fundo o Pico do Castelo. Agosto de 1937



Fonte: ELFB.

A situação iria mudar. Em dezembro, as cimenteiras continentais – Liz, Secil e Tejo –, queixam-se da fábrica no Porto Santo ao governo, por desrespeito da legislação. Denunciam dois aspetos.

O primeiro:

«Existe na vila do Porto Santo, ilha do mesmo nome, concelho do Funchal, uma fábrica denominada “Fábrica de Cimento do Porto Santo” a qual, ao que parece, possui um forno vertical e foi instalada em 1921 ou 1922, mas não chegou a praticamente a produzir cimento e esteve paralisada durante cerca de dez anos. Segundo consta, essa fábrica, agora arrendada a uma sociedade há pouco constituída no Funchal, denominada S.P. de C. e C., foi recentemente reposta em laboração para fabrico de cal hidráulica, mas a referida sociedade propõe-se também fabricar ali cimento para o que teria já contratado um técnico estrangeiro e importado novos maquinismos, conforme mostra a fotografia junta em que figura um aparelho descarregado no Funchal e destinado à referida fábrica».

O segundo:

«Ora às empresas signatárias não consta que tenha sido concedida a indispensável autorização para a instalação desses novos maquinismos [...] o condicionamento das indústrias, porquanto da sua instalação resultará necessariamente aumento da produção [...] não consta que a fábrica esteja licenciada ou registada, de harmonia com a legislação industrial em vigor».

Concluindo que:

«Tudo leva, portanto, a crer, que se trata dum estabelecimento industrial cujo funcionamento é ilegal e que agora se pretende ampliar, sem a necessária licença, para o exercício duma indústria que nunca ali foi praticamente exercida, pois as signatárias nunca tiveram conhecimento de ter aparecido no mercado qualquer cimento proveniente dessa fábrica»<sup>99</sup>.

Na qualidade de gerente da empresa visada LFB teve de reagir. Enviou um memorial aos membros do Conselho Superior das Indústrias<sup>100</sup>. Em sua defesa invoca os seguintes factos.

Quanto à alegada ausência de licença:

«se prova de que a Fábrica possui o alvará legalmente concedido após o cumprimento das formalidades ao tempo exigidas, e, de acordo com a autorização que lhe foi dada, a empresa proprietária construiu os edifícios da fábrica e apetrechou-se com o forno e maqui-

---

<sup>99</sup> ELFB, «Exposição de Liz, Secil e Tejo...». Este documento em que será uma cópia datilografada do original. Tem algumas abreviações, como na designação das empresas e também imprecisões, como p. ex. «Porto Santo, concelho do Funchal». Pode ser erro do datilógrafo ao escrever concelho em vez de distrito. No final: «Lisboa, 10/12/1935», «A Bem da Nação» e «(Liz, Secil e Tejo)», o que não terá figurado assim num original, mas os nomes e as assinaturas dos administradores, tratando-se duma exposição dirigida ao ministro. Além disso, tem sobre a referência à fotografia uma anotação à mão – a letra parece ser de LFB – a tinta preta: «é a fotografia do *clinker*, nota minha».

<sup>100</sup> ELFB, «Memorial sobre a Fábrica de Cimentos...» Tem uma anotação a lápis na primeira página: «Distribuído aos membros do C.S. das I».

nismos para o fabrico de cimentos. Nessa construção e montagem, se gastaram cerca de £ 15.000-0-0. Não pode nem deve oferecer dúvidas de que esse alvará<sup>101</sup> permite legalmente o exercício da indústria do fabrico de cimento e de cal, pois para a empresa proprietária da fábrica, foi feita transferência das patentes de invenção n.º 10769 e n.º 10770».

#### Sobre a inatividade da fábrica:

«A insinuação de que a fábrica estava paralisada há dez anos, é absolutamente gratuita. Ela laborou desde a sua fundação até 1927, com algumas intermitências e só esteve parada desde 1927 até junho de 1931 devido a ter estado na posse de um grupo estrangeiro, por cessão temporária, grupo este que afinal se verificou, tinha por único fim evitar que o fornecimento de cimento para o mercado da Madeira, deixasse de ser feito, ao tempo, por fábricas estrangeiras, especialmente suecas e dinamarquesas<sup>102</sup>. Em junho de 1931 o sócio Luiz de Freitas Branco (um dos fundadores da Fábrica de Cimentos do Porto Santo – fundada em 1923<sup>103</sup> após dificultosas diligências, conseguiu reaver a Fábrica ao grupo no estrangeiro, e de acordo com a Empresa proprietária, procedeu imediatamente à reparação e apetrechamento da fábrica, dando em meados do mesmo mês de junho início à laboração.

Para regularizar a situação jurídica existente, foi convocada a assembleia geral da Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., a qual homologou, com algumas alterações, a passagem da referida fábrica do grupo estrangeiro para o seu referido sócio. E deu-lhe autorização para fazer a exploração só ou em sociedade. [...]

Esta cessão foi titulada em 2 de janeiro de 1932.

Ao abrigo da autorização que lhe foi dada, o sócio e cessionário constituiu em 1935 (15 de abril) a Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., que tem hoje de capital – integralmente realizado – Esc. 700.000\$00; e para ela passou os direitos que haviam sido conferidos.

Depois da publicação do decreto n.º 20.521 de 17 de novembro de 1931 a referida fábrica nunca esteve paralisada 2 meses consecutivos».

#### Sobre a queixa propriamente dita, alega-se:

«A denúncia feita de que na fábrica iam ser montados maquinismos que determinariam um aumento de capacidade de produção, é igualmente gratuita, como se provou e como a seguir se esclarece: Nenhum maquinismo foi montado. Somente foi importado um moinho preparador da matéria-prima (areia do Porto Santo – que tem uma composição especial – e que fora aconselhado tecnicamente para aperfeiçoar e utilizar com economia a referida matéria-prima.»<sup>104</sup>

<sup>101</sup> Trata-se do Alvará n.º 1747 passado por despacho ministerial de 21 de junho de 1923, conforme se afirma num parágrafo anterior do Memorial. Não localizei este alvará.

<sup>102</sup> Numa fita do tempo disponibilizada no site do Grupo Secil é referido: «1930. Constituição da Secil Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. resultante da fusão da Secil com a Companhia Geral de Cal e Cimento e da participação das firmas dinamarquesas L. F. Smidth & Co. A/S e Hojgaard & Schultz A/S». SECIL, s.d., *A história do Grupo Secil*.

<sup>103</sup> Haverá aqui um lapso: 1921, como se sabe. O ano referido pode ter sido o do começo da laboração.

<sup>104</sup> ELFB, Memorial sobre a Fábrica de Cimentos do Porto Santo, [cópia] 4 pp. datilografadas [janeiro de 1936].

Acrescentam-se mais esclarecimentos. A fábrica é portuguesa e tem corpos gerentes portugueses, conforme a lei o exige. Os equipamentos para aperfeiçoamento da produção não prejudicam os interesses das «fábricas continentais reclamantes». A produção porto-santense é tão diminuta que não pode ser vista como uma concorrência e não tem condições para ir além do mercado insular. Remata-se nos seguintes termos:

«Finalmente o aperfeiçoamento e a intensificação do fabrico de cimentos e de cal hidráulica (ambos artificiais e de matéria-prima da ilha do Porto Santo) contribuem para o desenvolvimento e progresso dessa ilha portuguesa tão atrasada, em que quase 3.000 almas sofrem periodicamente a maior miséria, o que de resto é conhecido das instâncias superiores. A Fábrica de Cimentos do Porto Santo, de cuja laboração vivem, direta e indiretamente, umas centenas de pessoas, é uma iniciativa que foi lançada e prosseguida por quem tem interesses morais e materiais ligados à economia do arquipélago e por todos os motivos é credora de ser amparada e estimulada».

Nesses mesmos dias, o visado responde «à reclamação apresentada pelas fábricas de cimento do Continente sobre a pretensa ilegalidade do funcionamento da Fábrica de Cimentos do Porto Santo, propriedade da primeira signatária, da qual a segunda é atual cessionária»<sup>105</sup>. O texto é idêntico ao do memorial mencionado, salvaguardadas ligeiras adaptações na redação.

Datado dos primeiros dias do ano seguinte, talvez temendo que fosse dada razão às cimenteiras continentais, ou receando demora numa decisão, LFB equacionou termos para um entendimento. Não se consegue averiguar se o documento foi endereçado à outra parte ou se foi sequer objeto de discussão informal<sup>106</sup>. São cinco propostas, designadas bases, com o seguinte teor.

Base 1.<sup>a</sup>: Fazer um contrato por 15 anos, mas nunca menos de 5, a) cessando a produção insular de cimento Portland, b) ou fabricando-o para o entregar às fábricas continentais pelo preço de custo, entregando-o no mercado madeirense ou outro que lhe fosse indicado (Açores, Cabo Verde). Em qualquer dos casos a parte insular receberia da continental uma indemnização anual de 150 contos. A parte porto-santense comprometendo-se a manter os tempos de laboração necessários à garantia dos direitos.

---

<sup>105</sup> ELFB, Resposta à 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial sobre a reclamação apresentada pelas fábricas de cimento do Continente, Funchal 19 de fevereiro de 1936. Passado tempo pede-se a LFB «a fineza de comparecer nesta Circunscrição, com a possível brevidade, a fim de prestar uns esclarecimentos sobre a sua fábrica de cimentos» (ELFB, Ofício n.º 408, L.º 13 da 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial solicitando a LFB a comparência para esclarecimentos sobre a fábrica de cimentos, Funchal, 12 de setembro de 1936). Presume-se que o teor da conversa tenha sido a queixa das cimenteiras continentais e que se terá chegado a um acordo verbal, desfavorável à unidade cimenteira porto-santense, ou seja o fim do produto marca Gigante.

<sup>106</sup> ELFB, Bases para um acordo com as fábricas de cimento do Continente. Funchal, 7/1/936. 2 pp.

Base 2.<sup>a</sup>: Suspensão da «produção de cimento Portland, continuando a fabricar por sua conta a cal hidráulica e todos os outros produtos sílico-calcários – com exceção do cimento». Implicaria indemnização anual de 100 contos. Base 3.<sup>a</sup>: «A Soc. Prod. de Cal e Cimento cederá todos os seus direitos de fabrico de cal hidráulica e cimento incluindo propriedade, fábrica e maquinismos pela importância de 1.400 contos pagos de pronto». Base 4.<sup>a</sup>: «cederá todos os seus direitos de fabrico de cimento, por 1.400 contos, sendo 700 contos para pagamento da cessão desses direitos e 700 contos para as fábricas do continente entrarem com quotas na sociedade, cujo capital passaria para 1400 contos». Base 5.<sup>a</sup>: É proposto um aumento de capital para 1400 contos,

«com a entrada das fábricas do continente com quotas de 700 contos. A sociedade conservaria a sua fábrica em laboração, produzindo aquilo que fosse mais conveniente às fábricas do continente, fazendo-se a exportação de cal hidráulica para o continente e cimento para a África. A Sociedade seria a única entidade distribuidora dos cimentos do continente e assim realizaria em 2 anos, os lucros que compensavam as fábricas do continente dos 700 contos de capital que entravam para a sociedade».

A documentação sobre um eventual compromisso entre as partes acaba neste ponto. Com base num despacho ministerial de 30 de julho de 1936, a Direção Geral da Indústria autoriza a

«Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., com sede no Funchal, cessionária da Fábrica de Cimentos do Porto Santo, pertencente à Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda., a instalação na mesma dum moinho preparador, um triturador e um doseador, sob condição de a produção estabelecida anteriormente não ser aumentada e de a instalação estar concluída no prazo de seis meses»<sup>107</sup>.

Prosseguem os esforços para atualização da maquinaria. Em finais de 1936, LFB requer vistoria da instalação, exames de funcionamento e registo dum grupo gerador de eletricidade, com uma força de 3 HP efetivos, rotação 1450, construtor Paul Bayer, de Berlim, dínamo tipo VM de 1,6 KW, destinado o conjunto a produzir luz elétrica<sup>108</sup>; outro requerimento dirigido à mesma entidade visa um motor monocilíndrico de 12 HP efetivos, rotação 550, tambor 0,80x0,13, polé 0,30x0,30, construtor Richard Crispin & Co., Londres. Esclarece-se que se trata de um «motor de cerca de 15 anos e destina-se a trabalhar o sistema de prensagem de matéria-prima da fábrica»<sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> Despacho ministerial, 28 de agosto de 1936.

<sup>108</sup> ELFB, Requerimento à 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial Funchal para a vistoria dum grupo gerador de eletricidade, Funchal, 14 de dezembro de 1936 [cópia assinatura decalcada].

<sup>109</sup> ELFB, Requerimento à 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial Funchal para a vistoria de um motor do construtor Richard Crispin & Co Londres destinado a prensagem de matéria-prima da fábrica, Funchal, 14 de dezembro [cópia assinatura decalcada].

Em junho de 1938, a firma Humboldt-Deutzmotoren AG responde a uma consulta de 17 de maio feita pela Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda., apresentando um orçamento para «Modernization of your Cement Factory» num montante de 58 120 RM (*Reichsmark*). Em discussão está, entre outro equipamento, um forno<sup>110</sup>. Desconhece-se o seguimento.

Dois aspetos tornam-se evidentes. Primeiro, há produção e que ela não pode aumentar, acatando-se o condicionalismo legal imposto à indústria. Segundo, que se pretendeu modernizar o equipamento. Na documentação do espólio familiar existem folhetos de equipamentos da marca S.E.P.I.C. representada, entretanto, em Portugal pela Sociedade de Engenharia Michaëlis de Vasconcelos, SARL, no Porto.

Em requerimento posterior feito ao ministério do Comércio e Indústria, a Sociedade Produtora de Cal e Cimento, Lda. solicita

«que lhe seja autorizada a elevação da força motriz até o limite de 450 HP efetivos para assim ficar habilitada a fazer face à transformação prevista pela remodelação do fabrico e respetiva manutenção mecânica da fábrica e lhe torna possível a substituição futura do tipo atual de fornos verticais por um rotativo com capacidade de 60 a 70 toneladas diárias, produção para que a fábrica está calculada».

Logo de início, refere-se que os maquinismos anteriormente autorizados se encontram instalados<sup>111</sup>. Deve ser situado nesta altura o “Rapport” dos “Services Techniques”, redigido em francês, em que se propõe a instalação de um dispositivo de transporte pneumático dentro da fábrica, necessitando-se para tal de um compressor. O documento é assinado por M. Gaillard, na qualidade de diretor técnico da SOPROCALCIM<sup>112</sup>. Não é outra empresa, mas um acrónimo para Sociedade Produtora de Cal e Cimento, Lda., colocado em vários documentos, como nos folhetos descrevendo um forno vertical do fabricante alemão MIAG, de Braunschweig, ou ainda noutro, também sobre fornos de cimento automáticos do sistema Bühler, uma marca suíça.

---

<sup>110</sup> ELFB, Carta de Humboldt-Deutzmotoren «Modernization of your Cement Factory Our Ref. A. No. 26315», 15<sup>th</sup> June 1936; ELFB, Proposta «Modernization of your Cement Factory. Tender for the Mechanical Equipment of an Automatic Vertical Shaft Kiln suitable for the Burning of Cement, as per our Design No. 448 209», 3 pp., 15 de junho de 1938.

<sup>111</sup> ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria para elevação força motriz até 450 HP. Funchal, 27 novembro de 1937.

<sup>112</sup> ELFB, Relatório «Rapport Services Techniques», sobre instalação na fábrica de transporte pneumático. Assina M. Gaillant. s.d., 2 pp. Sobre este colaborador nada mais foi possível apurar. Há informação sobre um outro «empregado da fábrica», Alfred Wittwer. Deixou de lá trabalhar «em janeiro do corrente ano», conforme se comunica em ELFB, Declaração de LFB à Seção de Finanças por Alfred Wittner deixar de ser empregado na fábrica. Porto Santo, 25 de abril de 1939.

O apetrechamento com mais maquinaria é um processo recheado de intermissões por razões burocráticas, logísticas, técnicas e, provavelmente, também financeiras. Uma carta à firma Fried. Krupp Grusonwerk, AG, em Magdeburg, Alemanha, redigida em termos sucintos, pede informação para o fornecimento «as soon as possible» de um forno cilíndrico, destinado ao laboratório<sup>113</sup>. Ou ainda o caso de uma carta dirigida à firma R. Planche & Cie., em Villefranche-sur-Saône, França, indagando condições para fornecimento do equipamento de transporte pneumático, uma vez que não têm notícias sobre o assunto desde 18 de maio<sup>114</sup>.

Já pouco antes havia sido solicitada autorização para «montagem de um outro [motor] de 17 HP, tipo 1095, construtor Crossley Brothers Limited, de Manchester, Inglaterra», porque «devido ao prolongado uso não podem ser empregados em boas condições económicas, [...] e sendo necessário substituí-los»<sup>115</sup>. Nessa data pede-se a renovação de prova para a locomóvel n.º 239<sup>116</sup>; é a primeira vez que se menciona uma locomóvel do fabricante Wolf, existindo desde os anos 20 mencionada uma caldeira da mesma marca. Será o mesmo equipamento? Fazendo fé às designações serão dois dispositivos diferentes.

Mantêm-se os planos de modernização dos equipamentos, o que supõe existirem perspectivas de produção e de colocação no mercado favoráveis. Os secadores precisam ser substituídos por constituírem uma solução precária. Acompanha o pedido de autorização<sup>117</sup> uma memória descritiva da maquinaria pretendida. A saber: «1 câmara de combustão, feita em alvenaria e refratários, na qual serão empregados os resíduos do carvão utilizados na locomóvel Wolf», uma ventoinha, uma britadeira ligada a um elevador de baldes, um silo alimentador do tubo secador, prevendo-se um motor a gasóleo ou a óleo cru. Porque: «Em vista do elevado custo do combus-

---

<sup>113</sup> ELFB, Carta pedindo orçamento de forno para laboratório a Fried. Krupp Grusonwerk, AG, Magdeburg. Funchal, 22 de setembro de 1937.

<sup>114</sup> ELFB, Carta dirigida a R. Planche & Cie., Villefranche s/ Saône (Rhône) relativa ao fornecimento do equipamento para transporte pneumático. Funchal, 4 de outubro de 1937. A cópia existente foi decalcada a químico em papel timbrado com o cabeçalho (riscado à mão) Leonel G. Luís, Lda., P.O. Box 79, Funchal, Madeira.

<sup>115</sup> ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria para substituição de motores por outro de 17 HP do construtor Crossley Brothers Limited, Funchal, 3 de agosto de 1938 [cópia assinada]; ELFB, Talão n.º 2529 passado pela 7.ª Circunscrição Industrial para montagem motor de 17 HP, 5 escudos, 3 de agosto de 1938.

<sup>116</sup> ELFB, Requerimento à 7.ª Circunscrição Industrial Funchal para renovação de prova, Funchal, 3 de agosto de 1938 [cópia assinada]; ELFB, Talão n.º 2530 passado pela 7.ª Circunscrição Industrial para renovação de prova da caldeira 239, 10 escudos, 3 de agosto de 1938.

<sup>117</sup> ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria para instalação de secador de tipo horizontal e um motor semi-diesel até 17 HP. Funchal, 6 de agosto de 1938.



tível lenha em Porto Santo não se pode prever a montagem de 1 motor a gás-pobre e, por isso, se entendeu instalar o motor a gás-óleo»<sup>118</sup>.

Contestada a atividade cimenteira porto-santense, LFB reorienta-se. Procura outras oportunidades no mercado do arquipélago.

### **Ainda a Concorrência na Cal, 1934**

Regressando à altura em que LFB recupera a fábrica de cimento, ocorre um incidente entre produtores de cal, que evidencia a concorrência existente não só entre produtores, como a respeito do local de produção da cal.

Em maio, a Firma Nascimento & Irmão, do Funchal, solicita às autoridades licença para montar um forno de cal no Porto Novo, na freguesia madeirense de Gaula<sup>119</sup>.

Justifica a pretensão: proporcionará emprego a entre 3 e 5 homens, não gera substâncias nocivas, o local está livre de vizinhança, utiliza carvão de pedra, a matéria-prima procede do Porto Santo, o produto destina-se a abastecer o mercado madeirense, o requerente dispõe de capitais suficientes para manter a nova indústria. Além disso, alega que «desde há muito existia este forno de cal, que esteve parado por muito tempo»<sup>120</sup>.

É apresentada uma reclamação assinada por alguns empresários ou seus mandatários – Blandy Brothers & Co., Lda., J. Farinha & Co. Lda., Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., Pedro Gois de Mendonça, Alfredo Camacho & Co. e outros – que pedem o indeferimento da pretensão daquele concorrente. Identificam-se como fabricantes de cal «uns na ilha do Porto Santo, outros na ilha da Madeira». Afirmam que a concessão do alvará solicitado por Nascimento & Irmãos

«virá contribuir ainda mais para a agravamento da situação aflitiva em que presentemente se debate a indústria de fabrico e preparação de cal, motivada, em parte, pela diminuição de construções, mas, em especial, pela concorrência estabelecida entre numerosos fornos, os quais na presente ocasião são em demasia; porque o forno que se pretende agora fazer entrar em laboração nem ao menos vem modificar a forma rotineira do antigo fabrico de cal; e porque, ainda mesmo, a conceder-se tal alvará de licença não somente

---

<sup>118</sup> ELFB, Memória descritiva sobre sistema de secagem solicitado. Funchal, 16 de agosto de 1938.

<sup>119</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Requerimento de Nascimento & Irmão à Junta Geral para estabelecimento de forno de cal, Funchal 21 de maio de 1934, L.º 4, n.º 4405, cota 52.

<sup>120</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Memória descritiva e justificativa, Funchal 21 de maio de 1934, cota 52.

ficam prejudicados os reclamantes até mesmo a Câmara Municipal da ilha do Porto Santo que a breve tempo viria diminuída grandemente a sua principal fonte de receita»<sup>121</sup>.

Ao que o requerente se justifica, enumerando os seguintes aspetos:

«A Firma Nascimento & Irmãos teve em exploração [...] um forno de cal, o qual tem sido [sic] dos melhores resultados económicos para os povos das freguesias do Caniço, Gaula e Camacha.

Os povos destas freguesias antes da existência deste forno viam-se obrigados a terem que vir ao Funchal ou irem a Santa Cruz buscar cal, o que representava uma perda de tempo e uma grande despesa.

Este forno de cal também protege e contribui para debelar a crise de trabalho, pois emprega cerca de doze operários, além do movimento que dá a barcos com cargas, descargas, etc.

Nestas freguesias gastam muita cal e não podem compreender, como os industriais de outras freguesias queiram obrigá-los a irem tão longe adquirir cal.

Consta aos suplicantes que alguns industriais não querem que este forno exista, defendendo assim uma espécie de monopólio de fornos de cal»<sup>122</sup>.

A laboração daquele forno seria autorizada<sup>123</sup>.

## Calagem na Lavoura, ca. 1937-

Em junho de 1937, LFB comunica à autoridade marítima que

«pretende utilizar na fabricação de carbonato de cal e outros produtos, a areia extraída não só de parte dos combros na linha divisória da praia e que não são propriedade do requerente, mas, também, da própria praia do Porto Santo. [...]

Destina-se a maior parte da produção de carbonato de cal e ser exportada para a Madeira para a calagem de terrenos que, como é sabido, têm absoluta carência de cal»<sup>124</sup>.

O requerente assevera que a sua empresa não poderá suportar a aplicação de taxas, uma vez que a areia não se destina a “Obras e Indústria” como previsto na lei. Pede a isenção da taxa de extração de areia no que é sua propriedade, redução da

<sup>121</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Reclamação ao ministro do Comércio apresentada por Blandy Brothers & Co. Lda., Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda... contra Nascimento & Irmãos, Funchal, 25 de maio de 1934, entrada 4 jun 1934, L.º 4, n.º 4414, cota 52.

<sup>122</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Exposição à Junta Geral sobre a exploração de cal no Porto Novo e seus benefícios económicos para os povos (13 assinaturas), entrada n.º 13052, 16 de julho de 1934, cota 52.

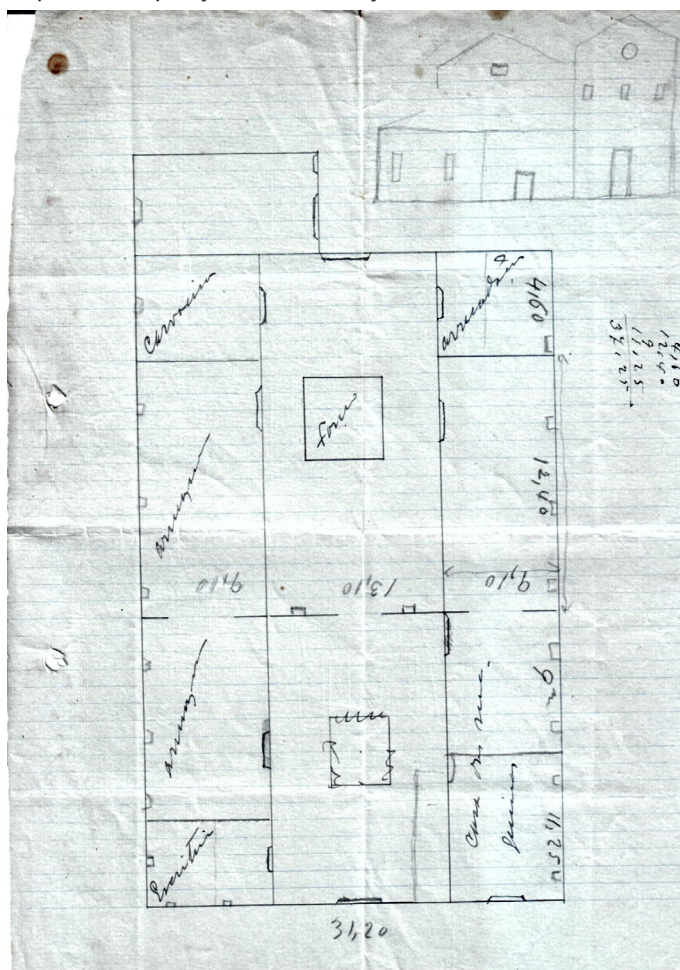
<sup>123</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Ofício n.º 253, L 12, deferimento a Nascimento & Irmãos Funchal, 26 de outubro de 1934, cota 52.

<sup>124</sup> ELFB, Requerimento ao Capitão do Porto do Funchal para extração de areia da praia do Porto Santo para produzir carbonato de cal. Funchal, 3 de junho de 1937.

taxa de 18\$00 (escudos) prevista na lei para 1\$50 por cada 5 m<sup>3</sup>, e garante acatar as indicações e a fiscalização da autoridade marítima<sup>125</sup>.

Ao reequipamento da unidade fabril segue-se a ampliação das instalações. Pedem-se as licenças necessárias, pormenorizando-se planos. As novas dependências serão construídas «aproveitando os alicerces e paredes da antiga salina que ali existiu, em terreno que pertence à requerente, os quais confinam com a praia (excetuando o cano que vai até à altura da praia-mar)»<sup>126</sup>.

Imagem n.º 33 – Croquis da ampliação das instalações da fábrica de Cimento, na Fontinha, 1937



Fonte: ELFB.

<sup>125</sup> ELFB, Requerimento ao Capitão do Porto do Funchal para extração de areia da praia do Porto Santo para produzir carbonato de cal. Funchal, 3 de junho de 1937.

<sup>126</sup> ELFB, Requerimento à Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira sobre construção de novas dependências da fábrica. Funchal 30 de junho de 1937; ELFB, Requerimento ao ministro da Marinha solicitando autorização para extração de areia da praia, assim como aligeiramento das condições fiscais com vista à produção de carbonato de cálcio para a agricultura, Funchal, 3 de junho de 1937.

Imagem n.º 34 – Pessoas por identificar (à esquerda talvez um tal senhor Abreu, à direita pode ser LFB) junto ao portão sul da fábrica. A parte ampliada não tem ainda cobertura para receber a maquinaria. Em primeiro plano reconhecem-se os restos dos alicerces das antigas salinas. 1937



Fonte: ELFB.

Numa anterior memória descritiva, presumidamente destinada à Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira, colhem-se informações importantes:

«As novas dependências constam de depósitos de matéria-prima e de carvão de pedra. A construção do primeiro depósito é feita totalmente de betão armado e a do segundo é também do mesmo material com exceção das paredes que são de alvenaria, assente em fundações existentes em parte. As coberturas destas dependências, que no futuro deverão servir de pavimentos de outras instalações, estão calculadas para resistirem às sobrecargas seguintes: a do depósito de matéria-prima, 2000 kg/m<sup>2</sup> e a do depósito de carvão, 100 kg/m<sup>2</sup>»<sup>127</sup>.

<sup>127</sup> ELFB, Memória descritiva sobre as novas dependências da fábrica. Funchal, 16 de junho de 1937; requerimento de teor idêntico foi dirigido ao Diretor-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos em que se afirma que «as construções requeridas são feitas, em sua grande parte sobre paredes de há muito anos existentes que faziam parte das antigas salinas». Faltam os anexos, onde figurariam a planta e corte que modificavam o primitivo projeto (ELFB, Requerimento ao diretor geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos para modificação do primitivo projeto de ampliação da fábrica, Funchal, 27 de maio de 1938 [cópia]).

Imagem n.º 35 – A instalação do “secador de tipo horizontal e rotativo”, ca. 1937-1938. A satisfação pelo êxito da montagem dum equipamento de grande dimensão parece ter desencadeado grande emoção nalguns presentes. Na altura estava criada a Legião Portuguesa (1936) e uma guerra civil assolava a Espanha (1936-39). Reconhecem-se dois tipos de indumentária. Uns têm fato-macaco – serão mestres e outros responsáveis que dirigem a obra de montagem – os restantes vestem roupas convencionais de trabalho – serão operários. A saudação legionária de braço direito estendido é feita ao centro por um indivíduo de fato-macaco. Outro à esquerda esboça manifestação idêntica, parece ser operário. A qualidade da fotografia não permite tentar identificar pessoas



Fonte: ELFB, autor não identificado.

LFB terá sentido comprometida a atividade cimenteira porto-santense. O requerimento dirigido à autoridade portuária é repetido ao ministro da Marinha. A matéria excedia as competências atribuídas à primeira<sup>128</sup>.

---

<sup>128</sup> ELFB, Requerimento ao ministro da Marinha solicitando autorização para extração de areia da praia, assim como aligeiramento das condições fiscais com vista à produção de carbonato de cálcio para a agricultura. Funchal, 3 de junho de 1937 [cópia].

A ata da reunião camarária do Porto Santo de 29 de agosto de 1940 dá conta de uma reclamação apresentada pela Sociedade Produtora de Cal e Cimento. A empresa pede isenção do pagamento da taxa de exportação da sua cal hidráulica para o Funchal, por já ser onerada com outra tributação sobre o mesmo produto. A edilidade rejeita a pretensão, invocando um dispositivo legal de 1927 que a favorece por ser um município muito pobre. Invoca ainda que, durante os três meses em que a cal hidráulica é preparada e exportada, não se o faz em relação à cal em pedra ou moída, ficando a câmara sem esta receita durante esse período. Dado que a laboração é sazonal, os cerca de 30 operários envolvidos ficam sem meios nos restantes meses do ano<sup>129</sup>.

Imagem n.º 36 – No Passeio da vila: LFB, o senhor Abreu e dois aguadeiros (1937). As vasilhas usadas eram aproveitadas de embalagens de azeite. Quem tinha posses mandava vir a água a casa, os outros tinham de fazer fila nos fontenários. Tal como no Porto Santo, a falta de água potável é um dos entraves “históricos” à conversão de muitas zonas mediterrânicas ao turismo<sup>130</sup>



Fonte: ELFB, fotógrafo não identificado.

<sup>129</sup> ABM, Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal Porto Santo, 1939-1942, fls. 89-89v., reunião de 29 de agosto de 1940.

<sup>130</sup> LÖFGREN, 1999, *On Holyday. The History of Vacationing*, p. 185.

Deste pedido retiram-se algumas ilações. É a partir de 1937, coincidindo *grosso modo* com a contestação feita pelas cimenteiras continentais, que LFB começa a mencionar a pozolana e o carbonato de cálcio; um como complemento ao cimento para obras públicas em meios húmidos, o outro para a calagem das culturas agrícolas madeirenses. São produtos preparados na mesma unidade fabril: a fábrica de cimento na Fontinha. Somente se refere a necessidade de adequação de maquinaria.

Imagem n.º 37 – Telegrama cifrado e respetiva descodificação, de enquadramento incerto. Transmitido a 16 de outubro de 1937. Assina: Abreu

**COMPANHIA PORTUGUESA RADIO MARCONI**

13-52 262

DE TODO O MUNDO CORRETELO  
PARA 16. OUT. 1937  
TODO O MUNDO FUNCHAL

*Via Rádio Directa* MADEIRA 18

RECEBIDO POR	HORA DA RECEPÇÃO
JT..	13.50

PORTOSANTO 14 10 16 11.30

CALCIM

FUNCHAL

I VUJU JHCAE PJKAA OMNQU PUTEU TTOEA EYGNB AAQOS

- 1) 4.000000
- 2) 30.000000
- 3) 00.000000
- 4) 00.000000
- 5) 00.000000
- 6) 00.000000
- 7) 00.000000?
- 8) 00.000000

Todas as reclamações ou dúvidas sobre qualquer telegrama, devem ser apresentadas nas Estações Telegraficas da Administração Geral dos Correios e Telegrafos.

SÉDE DA COMPANHIA:  
RUA DE S JULIÃO, 127  
LISBOA

Fonte: ELFB.

Imagem n.º 38 – Bilhete postal da Fábrica de Cimento depois da ampliação das instalações. À esquerda a chaminé da caldeira Wolf, à direita a do forno. As chaminés são metálicas e não de tijolo. Reconhece-se um «equipamento de transporte pneumático» conforme proposto pelo diretor técnico M. Gaillard. Finais dos anos 1930. Em 1963, o registo da fábrica passa para José Braz Gonçalves, um empresário madeirense<sup>131</sup>. Terreno, instalação fabril e equipamentos ficariam abandonados até inícios de 1990, quando se constrói o hotel



Fonte: ELFB, fotógrafo provavelmente Manuel O. Perestrelo.

## O Paradoxo da Cultura Material Líquida Porto-Santense, 1941

Até finais da década de 1970 a disponibilidade de água potável era o principal fator de regulação da vida social insular, em que se compreendem humanos e outros.

A água era uma fixação coletiva. As estiagens desencadeavam períodos de aflição, em que se faziam procissões de súplica aos céus, quando as nuvens avistadas sobre o oceano acalentavam uma esperança. Tais situações serviram de inspiração ao filme *Canção da Terra*, rodado em meados da década de 30 e estreado em 1938, realizado e produzido por Jorge Brum do Canto<sup>132</sup>. Esta convivência resignada com a

<sup>131</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Serviços Industriais, Registo dos estabelecimentos industriais do concelho do Porto Santo, 1918-1964, n.º 1288, cota atual 2370. Na coluna «Nome dos proprietários ou industriais» surge Vicente Braz Gonçalves e na de «Observações» indica-se o cancelamento em 26/8/1963, passando para José Braz Gonçalves.

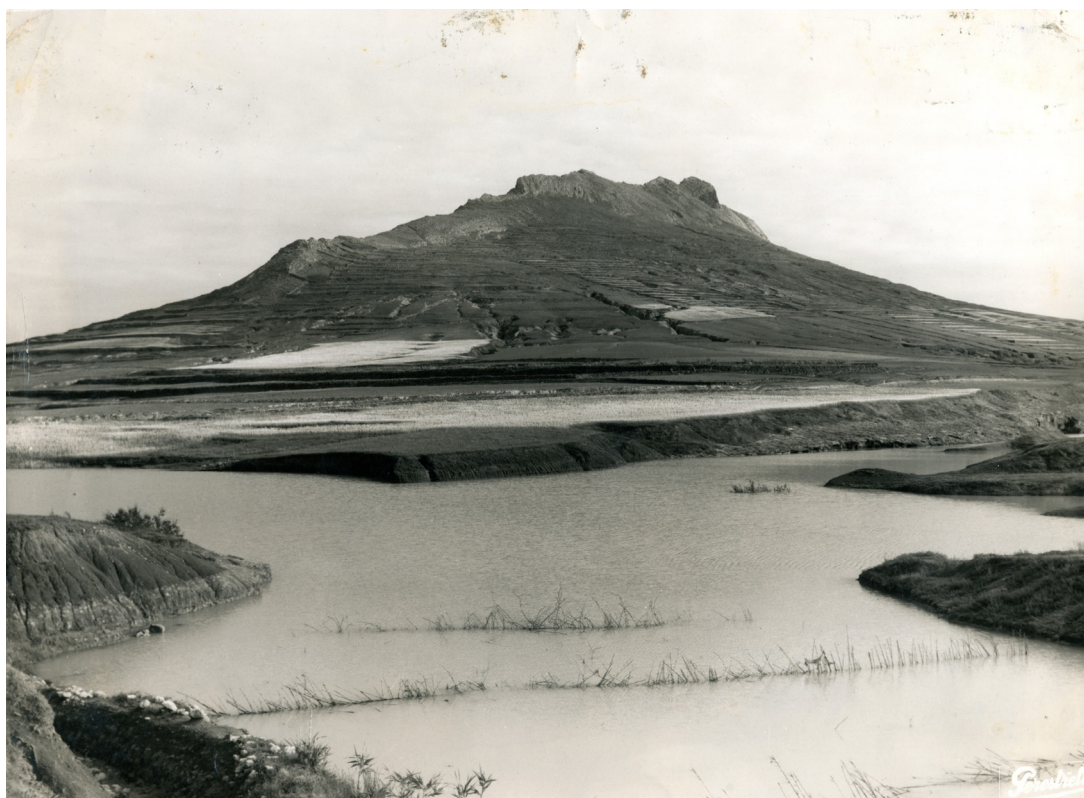
<sup>132</sup> CANTO 1938, cena a partir da minutagem 1:04:30.



aridez impressionava quem chegava à ilha. Joaquim Vieira Natividade (1899-1968), um agrónomo deslocado em missão técnica à Madeira para estudar o fomento da fruticultura, não esconde a sua emoção perante o que se lhe depara:

«Porto Santo é a ilha dos paradoxos. A sua agricultura, por mais estranho que isso pareça, tem por base, em boa parte, a erosão. A fertilidade das terras baixas mantém-se à custa da terra da montanha, arrastada pelas águas, e que renova incessantemente o solo agrícola. A ilha devora-se a si própria. A chuva traz, partícula a partícula, o monte para o vale, espalha-o pelas alagoas ou lança-o no mar – tremenda tarefa de planificação que só verá seu termo quando a água correr impotente por sobre a rocha descarnada. O cultivador de Porto Santo vive sob a obsessão da água. Só rega quando chove, e regar é fertilizar o solo, é conduzir a água das enxurradas, carregada de detritos, para as terras onde as aluviões se depositam. Os trabalhos hidráulicos até agora realizados, por incrível que isso pareça, não têm outro fim que não seja pôr a erosão ao serviço da agricultura. E de tal modo estão superiormente reguladas as coisas que, graças à baixa pluviosidade (371 mm), esta situação se mantém há séculos, permitindo a cultura cerealífera sem estrumes nem adubos químicos...»<sup>133</sup>.

Imagem n.º 39 – Represa do Ribeiro Salgado, 1949



Fonte: ABM, Eduardo Nunes Pereira, pt. 24, n.º 104.

<sup>133</sup> NATIVIDADE, [1947] 2018, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, p. 211.

A existência da Casa das Águas, na Fontinha, exportando água mineral gaseificada para o Funchal, surpreendia tudo e todos. A linha de engarrafamento causava espanto e desconcerto aos forasteiros que não madeirenses. Logo surgia a pergunta: perante tamanha precisão, porque exportar? A resposta é dada numa ata da reunião camarária extraordinária, realizada a 4 de outubro de 1941.

No requerimento dirigido à edilidade pela Sociedade Águas do Porto Santo, Lda., afirma-se:

«no corrente ano a falta absoluta de água na Fontinha, falta que durante os meses de verão nos últimos dez anos se vem notando persistentemente, e, considerando, em todo o caso, a deficiência da respetiva captação, julga inadmissível que dadas as possibilidades [de] se conseguir apreciável quantidade de água na Fontinha, se deixe de tentar a sua exploração e conveniente captação, não esquecendo quanto o Porto Santo deve à propaganda feita com o fundamento na excelência de sua água. Para remediar aquela falta e porque esta Sociedade desejaria contribuir para a realização dum melhoramento que julga de grande interesse para o concelho, propõe-se, em primeiro lugar, fazer as necessárias obras de proteção às nascentes de forma a garantir-lhes aquele grau de pureza que é essencial em águas desta natureza, em qualquer época do ano. Em segundo lugar, e porque é possível a obtenção de quantidade apreciável de água se se fizessem explorações mais profundas no local das nascentes, procederia esta Sociedade aos respetivos trabalhos, nas condições que forem estabelecidas e superiormente, e que, no caso de se encontrar água em quantidade suficiente ficaria esta Sociedade habilitada a instalar um serviço balnear, há tanto reclamado, além de abastecer o fontenário da Fontinha, e ainda, possivelmente, o fornecimento de água para um lavadouro público e bebedouro para o gado convenientemente localizados»<sup>134</sup>.

Analisado o requerimento e ponderada a questão colocada, a autoridade municipal recorda que a água da Fontinha começara a faltar no verão de 1935, depois dos melhoramentos feitos no ano anterior na nascente das Lombas, por conta da dita sociedade. Dado o baixo nível de receitas da câmara, não está a mesma em condições de proceder às obras na Fontinha. Autoriza, no entanto, a requerente «a profundar dois metros a nascente dando-lhe a proteção de higiene que ela merece» nas condições enumeradas:

«Primeiro: Abastecer o fontenário da Fontinha com três litros de água, por minuto, para o consumo público. Segundo: O aeromotor e motor – este para as ocasiões de falta de vento – serão colocados sobre o local da nascente, isto é, em terreno desta câmara. Terceiro: Construção dum depósito junto ao fontenário da Fontinha para onde correrá toda a água extraída, onde será feita a respetiva divisão, isto é, três litros, por minuto, para a câmara e o excedente para a requerente. Quarto: O depósito constante da condição terceira contará

---

<sup>134</sup> ABM, Atas das Sessões da Comissão Administrativa e da Câmara Municipal, 1939-1942, cota atual 8a. fls. 149v.-150v.

duas fechaduras com chaves diferentes, ficando uma em poder desta câmara e outra em poder da requerente. Quinto: Pela caducidade do contrato do exclusivo de exportação da água da Fontinha, celebrado a 15 de janeiro de 1916, entre o concessionário de então e esta Câmara Municipal, todas as benfeitorias agora feitas pela Sociedade requerente e todo o material ali existente para extração e elevação da água, ficará pertencendo a esta Câmara Municipal, sem indemnização à mesma Sociedade. Sexto: Sendo aceites estas condições lavrar-se-á uma escritura no respetivo livro de “Notas” desta Câmara Municipal entre a requerente e esta câmara representada pelo seu presidente»<sup>135</sup>.

As condições foram aceites, conforme se comprova pela escritura feita a 6 de dezembro de 1941<sup>136</sup>. Nela constam algumas precisões: a divisão do débito da água é válida pelos 25 anos da vigência do contrato, referem-se «casos de força maior», como a falta de vento, não imputáveis à requerente, e a capacidade do depósito a construir será de 10 m<sup>3</sup>.

No preâmbulo sublinha-se que o deferimento se deve à pobreza de recursos financeiros do município. Perante a escassez estrutural de água, exportá-la é uma sobrevivência, pela receita municipal arrecadada. E, nesse sentido, a publicidade radiofónica, de igual modo. *Porto Santo* foi um dos maiores êxitos interpretados pelo cantor madeirense Max (1914-80). É um bolero gravado em 1954. A canção nasceu de um *spot* publicitário encomendado pela empresa Águas do Porto Santo, Lda.<sup>137</sup>

## **A Vez das Plantas: Calcários de Natureza Conchífera, 1942**

Tanto o arquipélago como o país sofriam as restrições provocadas pela Segunda Guerra Mundial. Apesar do governo português ter declarado neutralidade, as rotas marítimas eram inseguras, faltavam géneros e o turismo cessou<sup>138</sup>. Da documentação em que me venho apoiando, depreendo que a produção do cimento Gigante estava suspensa. A queixa das cimenteiras continentais acabava produzindo os seus efeitos.

LFB equacionou alternativas, que lhe permitissem aproveitar os equipamentos instalados e que tivessem oportunidades no mercado madeirense. Com data de 28 de abril de 1942, requer ao ministro da Economia autorização para fabricar carbonato

---

<sup>135</sup> ABM, Atas das sessões da Comissão Administrativa e da Câmara Municipal, 1939-1942, cota atual 8a, fls. 149v.-150v.

<sup>136</sup> ABM, Contratos e escrituras, 1934-1960, fls. 6v.-8.

<sup>137</sup> SARDINHA, 2022, «Porto Santo – uma canção»

<sup>138</sup> MESQUITA, 2020, «Exílio no Atlântico». Em 1940, foram evacuadas, de Gibraltar para a Madeira, cerca de 2000 pessoas, na sua maioria mulheres e crianças.

de cálcio destinado a ser aplicado como corretivo nos terrenos agrícolas da ilha da Madeira. Sublinha que

«inicialmente essa produção se realizará na Fábrica de Cimentos do Porto Santo, da qual o requerente é simultaneamente sócio e arrendatário utilizando os moinhos apropriados nela existentes»<sup>139</sup>.

A memória justificativa contextualiza a pretensão.

«O conhecimento da acidez excessiva dos terrenos agricultados na ilha da Madeira preocupando, entre outros, os distintos engenheiros agrónomos, Senhores Maurílio Ferraz e Silva, diretor dos Serviços Agrícolas da Junta Geral Autónoma do Distrito do Funchal, e António Teixeira de Sousa, delegado do Governo junto do Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Madeira, levou o requerente a empreender a fabricação de carbonato de cálcio, pela moagem das areias calcárias e da pedra arenosa calcária existentes, ambas, em quantidades inesgotáveis na ilha do Porto Santo [...]. Estes dois calcários são de natureza conchífera, dando em média 90 por cento de  $\text{CaCO}_3$ , por vezes mais, e só existem naquela ilha de este arquipélago. Foi o requerente o primeiro a empreender esta nova quanto necessária indústria. Para isso se serviu das máquinas existentes na Fábrica de Cimentos, do Porto Santo, [...].

O processo de preparação é o seguinte. As matérias-primas são conduzidas à fábrica aonde se procede a secagem delas, após o que entram na britadeira que, automaticamente, por meio de elevador são conduzidas ao moinho de bolas onde se faz a farinação e este por sua vez remete o produto ao separador-ventoinha de alta rotação que separa as finuras desejadas reenviando o refugo automaticamente ao referido moinho.

Anteriormente ao emprego de cálcio, haviam sido feitas tentativas por alguns dos vários proprietários de fornos de cal para a venda da cal hidratada, como corretivo. Mas o desconhecimento, por parte dos lavradores rudes, dos perigos que o emprego, em quantidades excessivas da cal hidratada acarreta à agricultura fizeram com que a calagem dos terrenos da Madeira não se tornasse um facto, conforme os mencionados agrónomos aconselhavam. De aí surgiu a ideia das atenções se voltarem para a moagem dos calcários, o que, a título experimental, se tem feito, com ótimos resultados e os quais encorajam ao prosseguimento da empresa. E a carência de carbonato de cálcio nos terrenos da ilha é tão notória que, além dos aludidos técnicos, é o Grémio da Lavoura da Madeira, pela sua digna direção, que vem incitando o requerente a fornecer-lhe aquele produto para o distribuir pelos agricultores.

Presentemente não existem outros fabricantes, com este fim, neste distrito. A capacidade de produção do requerente é suficiente para as necessidades da Madeira. O requerente possui um laboratório químico apropriado para as suas indústrias»<sup>140</sup>.

<sup>139</sup> Assina Rodrigo Pedro de Castro, no entanto, na memória descritiva anexa fá-lo LFB.

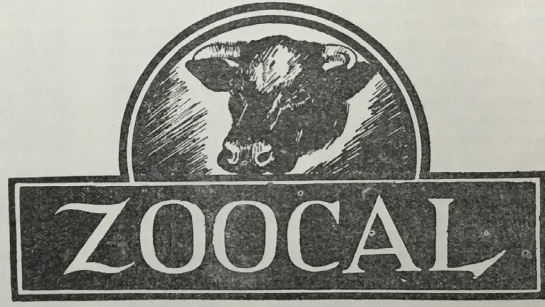
<sup>140</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Memória justificativa sobre a preparação do carbonato de cálcio, ass. Luís de Freitas Branco, Funchal, 28 de abril de 1942, 2 pp.

Imagens n.ºs 40a, 40b e 40c – A *Revista Portuguesa* deu continuidade à *Ilustração Madeirense*. Foram ambas dirigidas por Alfredo de Freitas Branco (1890-1962), visconde do Porto da Cruz, irmão mais velho de LFB. Isto explicará o espaço concedido aos produtos do irmão industrial: ao cimento Gigante, ao carbonato de cálcio para a calagem dos terrenos madeirenses e ao longo de duas décadas, ao Zoocal<sup>141</sup>. A coleção está disponível na Biblioteca Municipal do Funchal

**Carbonato de calcio**  
(Calcareao finamente moído)  
**O melhor correctivo para  
as terras de cultura**  
Fabricante: Luiz de Freitas-Branco  
*Depósito Central:*  
Rua de João Tavira, n.º 39-Funchal  
Depósito revendedor: M. P. FREITAS, L.de Suc.  
Rua 5 de Junho, 10—Funchal



**Complemento alimentar para animais**  
INDÚSTRIAS DO CÁLCIO  
DE — *Luiz de Freitas Branco*  
ILHA DO PORTO SANTO



(GRANULADO) — *Especial para aves*  
DOSE: — 30 gramas (1 colher de sopa) por dia para cada grupo de 6 aves. Deitar num cocho e as aves comerão livremente.  
Luiz de Freitas Branco Ilha do Porto Santo

Fontes: Carbonato, *Revista Portuguesa*, n.º 24, 1942; Zoocal (para bovinos), *Revista Portuguesa*, n.º 67, 1952; Zoocal, (para aves) *Revista Portuguesa*, n.º 72, 1953.

Mesmo atendendo a documentos entretanto omissos no espólio familiar, consegue-se reconstituir o rodopio gerado entre serviços e níveis de decisão num mesmo ministério. O processo arranca a 9 de maio, na 4.ª secção da Repartição dos Serviços das Indústrias e do Comércio Agrícolas, em Lisboa. Nessa data a Inspeção Geral das

<sup>141</sup> A publicidade ao Zoocal: 1937 (12) 1942 (24, 25) 1948 (55) 1952 (67, 68), 1953 (68, 69, 72), 1956 (79) 1957 (82), 1958 (83, 84).

Indústrias e Comércio Agrícolas remete a amostra do produto enviada por LFB que, conforme se informa, «pretende autorização para moer o produto, destinando-o depois a corretivo» à sua Direção-Geral. Ainda a 29 desse mês, o delegado da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, no Funchal – a saber, o já mencionado engenheiro Maurílio Ferraz e Silva –, presta ao seu superior hierárquico, entre outras, as informações seguintes.

«De facto, há anos que se verifica esta deficiência, tendo-se utilizado, de início, o hidrato de cálcio. Como existia na vizinha ilha do Porto Santo uma fábrica produtora de cimentos e cal hidráulica, foram aconselhados por mim, e por outros colegas a preparar calcário moído. A fim de ser utilizado na correção da acidez dos terrenos madeirenses, de começo o produto apareceu pouco pulverizado, sendo-lhe indicado que deveria ser tão fino quanto possível, desde que não fosse afetado grandemente o seu preço. Finalmente conseguiu o atual proprietário, que apresentou requerimento a V. Ex.<sup>a</sup>, para preparar um corretivo que julgou satisfazer em absoluto os fins em vista»<sup>142</sup>.

As autoridades em Lisboa solicitam ao requerente uma tradução do folheto com as informações sobre as máquinas alemãs referidas na memória descritiva; o que é satisfeito a 29 de maio<sup>143</sup>. Cerca de um mês depois a Direção Geral dos Serviços Agrícolas remete à Direção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas um ofício em que esclarece que o produto em causa é um corretivo e não um adubo:

«A sua introdução no mercado, como corretivo, cuja ação e eficácia depende do grau de finura e pulverização, pois é tanto mais positiva quanto a da percentagem de calcário de finura argiloide, é a de recomendar».

Após a troca de ofícios entre as duas direções gerais sobre o entendimento legal entre adubo e corretivo, a 15 de julho,

«esta secção é de parecer que pode Luiz de Freitas Branco ser autorizado a fabricar o produto em referência e a vendê-lo, mediante a necessária licença nos termos do citado regulamento».

Mais adiante recorda-se como

«nos termos da legislação do condicionamento industrial, o processo seja completado, designadamente no que respeita à prova de que o requerente se encontra coletado por mais esta modalidade industrial, condição indispensável para que produza os efeitos legais a autorização que vier a ser concedida.

<sup>142</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas com informação favorável ao pedido de Luís de Freitas Branco «para legalizar a fábrica do corretivo calcário», Funchal, Maurílio Ferraz e Silva, 29 de maio de 1942.

<sup>143</sup> ELFB, Carta ao Delegado da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Funchal, tradução do impresso dos maquinismos referidos no ofício n.º 186/942, L.º 4, secção 4.ª, do corrente mês, Funchal, 29 de maio de 1942.

O calcário em pó deve, porém, aplicar-se em grande dose, pelo menos de 5.000 quilos por hectare e o seu efeito tem a duração de 6 a 8 anos»<sup>144</sup>.

O *Diário do Governo*, de 8 de agosto de 1942, n.º 184, na II série, publica o correspondente despacho: «Concedida autorização a Luiz de Freitas Branco, industrial no distrito do Funchal, para fabricar e vender calcários moídos (carbonatos de cálcio) de origem conchífera»<sup>145</sup>.

Em outubro, LFB dirige-se à entidade que lhe havia deferido o requerimento com um novo pedido. Pretende exercer a atividade, mesmo não dispondo ainda das condições para montar uma unidade fabril separada.

Passados dias o delegado no Funchal da Inspeção Geral competente, Maurílio Ferraz e Silva, avalia a nova pretensão do industrial seu conterrâneo:

«solicita autorização para manter como está a sua fábrica que possui e na vizinha ilha do Porto Santo, a qual tem fabricado cimento e ultimamente calcário moído, mas sob a condição de não fabricar cimento algum. Diz o requerente que não pode presentemente adquirir no estrangeiro o moinho que necessita, para cumprir o determinado superiormente, em virtude da guerra. [...] peço que seja concedida [...] autorização provisória [...] para produzir o referido calcário moído, responsabilizando-se ele, a não fabricar cimento durante um período de 2 anos, limite máximo que julgo possível a fabrica de cimento suspender a sua laboração sem prejuízo de maior, dentro do condicionalismo industrial. Baseio este meu parecer na vantagem que existe para as culturas desta ilha, em fazer-se as calagens do solos agrícolas, tanto mais que muitos agricultores já constatarem a necessidade do emprego daquele corretivo»<sup>146</sup>.

Em finais de novembro, a Inspeção Geral considera «não se encontrar o novo pedido em condições de ser deferido». E isso, porque «a menciona fábrica de cimentos é uma unidade industrial distinta, com outra finalidade, e licenciada por outro organismo – a Direção Geral da Indústria»<sup>147</sup>.

---

<sup>144</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício n.º 1785 Parecer favorável ao requerimento de Luís de Freitas Branco, Lisboa, Repartição dos Serviços das Indústrias e do Comércio Agrícolas, 4.ª secção, 15 de julho de 1942.

<sup>145</sup> Despacho Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, *Diário do Governo*, n.º 184/1942, série II, 8 de agosto, p. 4247, «Concedida autorização a Luís de Freitas Branco, ... para fabricar e vender calcários moídos»; Despacho Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, *Diário do Governo*, n.º 196/1942, série II, 22 de agosto, p. 4577. «Por ter saído com inexatidões...».

<sup>146</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Informação dirigida ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas sobre requerimento de Luís de Freitas Branco para instalar uma fábrica para moenda de calcário no Campo de Baixo, Funchal, 11 de julho de 1946.

<sup>147</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Parecer desfavorável do Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas ao ministro da Economia para manter a produção do carbonato na fábrica de cimento, Lisboa, 26 de novembro de 1942.

Estamos em 1946. Passaram-se quase quatro anos. A guerra, entretanto, terminara. LFB repete o pedido feito anteriormente à Inspeção Geral para:

«a montagem das máquinas destinadas a moenda de calcários da ilha do Porto Santo para corretivos agrícolas, conforme a Memória Descritiva e Plantas juntas, e que serão montadas no sítio do Campo de Baixo, ilha do Porto Santo, distrito do Funchal.

As máquinas agora pedidas substituirão com vantagem as que no ano de 1942 haviam sido pedidas pelo mesmo requerente»<sup>148</sup>.

No dia seguinte o requerimento obtém parecer favorável do delegado no Funchal. A partir da memória descritiva fica-se a saber como ia acontecer a exploração.

«A máquina que o requerente [...] pretende instalar em substituição da que fora pedida em 1942, para a moenda de corretivo agrícola de proveniência calcária, compõe-se de dois rolos de aço, sendo um estriado e o outro liso, girando sobre duas chumaceira[s] de lubrificação por anel e outras duas lubrificadas por sistema de copos. O grau de finura desejável obtém-se por meio de molas de ajustamento dos rolos. O movimento ao primeiro rolo é imprimido por um motor acoplado como vai indicado na planta junta, e por meio de uma engrenagem é dado movimento diferente ao segundo dos rolos. Desta forma a pulverização dos grãos calcários torna-se mais perfeita e mais abundante.

Em virtude da dificuldade da obtenção de máquinas, o produto obtível com este moinho de rolos passará por um peneiro de rede metálica, manual, a fim de eliminar-se a percentagem mais grosseira indesejável.

As experiências realizadas para a pulverização dos calcários conchíferos (de textura arenosa) levam o requerente a adotar o tipo de moinho agora requerido em substituição do moinho cilíndrico de bolas pedido em 1942 e que as dificuldades ainda existentes nos diferentes meios fornecedores de máquinas tornam impossível adquirir».

A data da entrada do requerimento é 10 de julho. Passados dois meses, Lisboa pede informação ao Funchal sobre o andamento do assunto:

«Tendo decorrido mais de dois anos sobre a data do despacho [...] [do] Subsecretário de Estado da Agricultura em que autorizava o industrial Luis de Freitas Branco a fabricar e vender nessa cidade um corretivo agrícola, constituído por calcários moídos de origem conchífera, sem que V. Ex.<sup>a</sup> tenha prestado qualquer informação, queira comunicar à sede o que se oferecer sobre o assunto, designadamente os motivos que o levaram a não se utilizar como parece ter sucedido, do referido despacho.

---

<sup>148</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Requerimento de LFB ao Diretor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas solicitando autorização para a montagem de máquinas para a moenda de calcários no Campo de Baixo, Funchal, 10 de julho de 1946.



Como se depreende pelos novos documentos recentemente enviados, encontrar-se ainda interessado na instalação da moagem em referência, terá o assunto de ser considerado como novo pedido [...] novo requerimento dirigido a Sua Exa. o Ministro da Economia»<sup>149</sup>.

A informação dada pelo delegado do Funchal lembra à tutela que o requerente:

«não pôde cumprir o primeiro despacho de Sua Ex.<sup>a</sup> o Subsecretário da Agricultura, restando-lhe apenas aguardar o momento oportuno para efeito da aquisição do moinho que necessitava. Presentemente já possui o referido moinho e local apropriado, independente da fábrica de cimento, [...] solicita autorização superior para proceder à instalação da fábrica de corretivos calcários na vizinha ilha do Porto Santo»<sup>150</sup>.

No último dia desse ano vence-se nova etapa. A Inspeção Geral comunica ao Funchal que fora autorizado, a 6 de dezembro o licenciamento da unidade fabril no Campo de Baixo. Estavam por cumprir algumas exigências legais<sup>151</sup>. O que acontece em ofício enviado a Lisboa a 10 de setembro do ano seguinte, onde se aborda a vistoria. Para realizar-se, terá sido necessário proceder a obras. Consta do auto lavrado que, a 14 de agosto de 1948, a fábrica «se encontra devidamente montada e nas condições prescritas na lei». Assinam José Diamantino Lima (1908-1965) e Maurílio Ferraz e Silva<sup>152</sup>.

De volta ao Funchal, LFB requer à Inspeção Geral, em Lisboa, o seguinte:

«Verificando-se que o prédio situado em Campo de Baixo, [...] conforme a planta apresentada é de dimensões insuficientes para o desenvolvimento da indústria de corretivos agrícolas calcários, deseja o requerente construir um prédio mais amplo e como o local está compreendido na zona demarcada pelo Plano de Urbanização da vila de Porto Santo, não pode o requerente, por enquanto, dar início à referida construção sem que a

---

<sup>149</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício n.º 4123 ao Delegado da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Funchal indagando do interesse de LFB na instalação da moagem, Lisboa, 17 de setembro de 1946.

<sup>150</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Lisboa dando parecer favorável à pretensão do requerente LFB, Funchal, 14 de outubro de 1946.

<sup>151</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício n.º 5274 ao Delegado da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Funchal remetendo o processo de licenciamento n.º 275, Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, O Inspetor Geral, 31 de dezembro de 1946.

<sup>152</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Auto de vistoria às instalações da fábrica de corretivos no Ribeiro Cochino, Porto Santo, 14 de agosto de 1948. O primeiro era o único médico estabelecido na ilha e que dirigia o centro de saúde. Pelo menos nos anos 50 possuía um automóvel descapotável, que ao abrir-se a mala aparecia um assento.

respetiva Câmara Municipal esteja autorizada a deferir [...]. Por isso, vem o requerente muito respeitosamente, pedir a V. Ex.<sup>a</sup> se digne conceder-lhe um prazo mínimo de seis meses para a apresentação da nova planta e iniciar a instalação definitiva»<sup>153</sup>.

A produção de um corretivo para compensar a acidificação dos solos madeirenses foi objeto de um plano concebido por LFB. A iniciativa acontece em sintonia com os responsáveis pela política agrícola insular<sup>154</sup>. Por imperativos legais não pôde produzir o carbonato de cálcio na fábrica de cimento, como desejava. Constrói uma instalação no sítio do Campo de Baixo. Quando parece estar em condições de iniciar a laboração do corretivo, resolve solicitar a ampliação das instalações<sup>155</sup>. A indefinição duma legislação sobre urbanização da vila porto-santense não lho permite. Está em discussão um plano. Na sessão camarária de 20 de março de 1952, informa-se que o arquiteto Raúl Chorão Ramalho (1914-2002) foi incumbido pelo governo de elaborar o antepiano de urbanização da vila e que o mesmo terá aceitado a tarefa<sup>156</sup>. A partir daqui cessa a informação. No Arquivo e Biblioteca da Madeira este convoluto de papéis – o proc.º 216 que venho citando – foi agrupado sob a designação “Fábrica de Adubos”. Em boa verdade, era para ter sido de corretivos para a lavoura. Presumo que as instalações mencionadas se situavam num anexo de uma pedreira de cal. Deduzo que a laboração na fábrica de cimento na Fontinha havia, entretanto, cessado.

No *Registo dos estabelecimentos industriais do concelho do Porto Santo*<sup>157</sup> consta a fábrica de cimento, pertença da Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda., sob o registo n.º 1288 e indicado nas observações o cancelamento feito a 26/08/1963, passando a José Braz Gonçalves. No mesmo livro, sob o n.º 3577, figura uma *Oficina de moagem e preparação de argilas pozolânicas*, em nome de Luís de Freitas Branco, no sítio do Campo de Baixo<sup>158</sup>.

---

<sup>153</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Requerimento de LFB ao Inspetor Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais Lisboa solicitando adiamento de prazo para a instalação definitiva, Funchal, 18 de agosto de 1948.

<sup>154</sup> SOUSA, 1952, *Adubações*, pp. 34, 58-59.

<sup>155</sup> Numa primeira fase LFB poderá ter arrendado uma pedreira no Campo de Baixo a um tal Octaviano (Drumond?). Em 1950, este aparece referido como proprietário de uma pedreira, que solicita autorização para um depósito e venda de pólvora, o que acontece (PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», p. 87). Dificuldades de entendimento explicam esta alteração de planos?

<sup>156</sup> ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1946-1952, 20 de março de 1952, fls. 328.

<sup>157</sup> ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Serviços Industriais, Registo dos estabelecimentos industriais do concelho do Porto Santo, 1918-1964, fls. 5v.-6, n.º 1288, cota atual 2370.

<sup>158</sup> ABM, Junta Geral do Distrito do Funchal, Comissão Executiva, Alvará para Oficina de moagem e preparação de argilas pertencente a Luís de Freitas Branco, reunião de 12 de agosto de 1955, fl. 34v., n.º 3475.

Ao longo da década de 1930, a ilha da Madeira é assolada por uma febre de cimento. A busca na base de dados da documentação disponibilizada pelo Arquivo e Biblioteca da Madeira, por “fábrica de blocos de cimento”, devolve 24 resultados, que remetem para licenciamentos em quase todos os concelhos da ilha. Não encontrei alusão ao cimento Gigante.

A aposta no carbonato de cálcio, dadas as boas perspectivas anunciadas, terá levado LFB a requerer à Administração Geral do Correios, Telégrafos e Telefones, na estação do Funchal, a instalação de um telefone. A requisição tem o n.º 2696 e data de 23/02/1948. O pedido é autorizado a 19 de dezembro de 1949 – mesmo atendendo às restrições existentes –, solicitando-se o pagamento da quantia de 8000 Escudos necessária para a colocação dum telefone no Campo de Baixo. Não se especifica se numa residência ou na oficina. O requerente terá desistido do pedido.

### **Plano de Fomento Hidroagrícola e Florestal do Porto Santo, 1952**

Em julho de 1952, Manuel Rafael Amaro da Costa (1910-1998), presidente da Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira (CAAHM), apresenta um *Plano de Fomento do Porto Santo. Introdução e Resumo*<sup>159</sup>. Nele dá conta de como o estado da população da ilha é alarmante. Aqueles ilhéus vivem num ambiente generalizado de desolação e conformismo, que impressiona quem chega.

Nas 33 páginas datilografadas que o compõem, apresenta-se um diagnóstico, seguido de um plano para solução, com o cálculo financeiro para cada uma das etapas previstas. Dito plano é justificado à luz de fundamentos ideológicos dominantes na época:

«De modo algum se pode compreender que a primeira terra descoberta pelos Portugueses, e a mais próxima do Continente, continue a sofrer os horrores das crises que desde sempre a têm assolado, quando é certo, existirem recursos por aproveitar, muito a melhorar e a fazer em campo agrícola e florestal e a modéstia do meio facilitar a adoção das medidas convenientes» (p. 11).

---

<sup>159</sup> ABM, Empresa de Eletricidade da Madeira, *Plano de Fomento do Porto Santo. Introdução e Resumo*, 1952, datilografado, 33 pp.. O plano assenta em trabalho levado a cabo no terreno por engenheiros de várias especialidades, originando um relatório anterior apresentado ao ministro em agosto de 1951, que o aprovará.

Faz-se uma descrição da ilha, vista em contraste com a da Madeira: a aridez, a irregularidade do regime pluvial – «a um ano bom seguem-se três maus», frisa-se –, e assim, «Quando faltam as chuvas ou caem fora de tempo, é a miséria total e a fome surge implacável» (p. 5).

A ilha dispõe na costa sul de 8 km de praia de areia, mas os outrora pujantes vinhedos definham, encontram-se quase votados ao abandono; as

«pozolanas são também diferentes das madeirenses, tanto no aspeto como na jazida, pois enquanto no Porto Santo se apresentam à superfície em grandes massas, na Madeira estão encaixadas entre outras rochas e são menos abundantes e variadas» (p. 3).

A indústria limita-se a «conservas de peixe, ao engarramento das águas minerais da Fontinha [...], à fabricação de cal em três fornos, e alguma coisa de bordados e chapéus de palha» (p. 7).

«A exploração do calcário do ilhéu de Baixo, para fabricar cal nos fornos da Madeira, vai sendo cada vez mais reduzida e a moedura de calcário para fins agrícolas e de pavimentação de estradas têm pouca importância económica.

As culturas principais são a cevada e o trigo, havendo ainda a larga distância algum centeio, lentilhas e chícharos».

Sente-se a comoção causada aos autores pelo drama porto-santense<sup>160</sup>. Ao abordar a indústria constatam que esta atividade ocupa

«alguns operários, em virtude de as empresas serem de fora da ilha.

Os fornos de cal empregam 50 homens, a fábrica de conservas 15 e mais 100 mulheres durante três meses por ano; na pesca e nos barcos carreiros para a Madeira ocupam-se 75 homens.

Contando com a verba para as bordadeiras e o dinheiro (800\$00 por mês) obrigatoriamente enviado pelos 50 emigrantes que estão no Curaçau, encontramos a quantia total, anual de 1.200 contos, proveniente de salários ganhos por essa parte da população» (p. 9).

A rematar a avaliação da forma como vivem os porto-santenses, afirma-se:

«A miséria é geral, mas o hábito de a sofrer está tão arreigado, que é aparente para o primeiro que chega.

Bastantes a sofrem e em silêncio se deixam definir.

Em muitos e muitos lares não se toma mais do que uma negra refeição por dia, ou com maior intervalo ainda, constituída pela escarpiada (farinha de milho cozida entre duas

---

<sup>160</sup> É significativo vir referida a cevada em primeiro lugar na produção cerealífera. Trata-se duma cultura que resiste bem à seca. Entre outros usos alimentares, saliento o gófiu que se confeciona com a respetiva farinha tostada preparada em leite de cabra (cf. BRANCO, 1995, *Porto Santo – Registos insulares*, pp. 223-226). Há muitas referências a este alimento de alto valor nutritivo, conotado com a população pobre, nas ilhas Canárias, onde atualmente se consome como especialidade de gastronomia tradicional, entretanto turistificada.

pedras aquecidas) acompanhada, e nem sempre, por um carapau ou um pouco de peixe seco. Quando chove cedo, as ervas rebentam e pode-se melhorar a ementa com uma cozedura do saramago ou de serralha, ou comendo-os crus.

O gado enfraquece e para não perder tudo manda-se para o matadouro do Funchal, onde muitas vezes o rejeitam por excesso de magreza.

No meio deste quadro impressiona a resignação desta gente, a sua compostura, o cumprimento dos seus deveres cívicos e religiosos e o milagre da assistência clínica no posto sanitário pelo médico municipal, o único da ilha, traduzindo-se, além do mais, pela redução da mortalidade infantil, que o impróprio regime alimentar das crianças imposto pela falta de leite das mães acentua, e as épocas de crise agravam» (pp. 10-11).

Propõe-se um conjunto de iniciativas concertadas a concretizar em 20 anos, com um investimento de 12 000 contos, partilhado entre o Estado e a Junta Geral. O objetivo é inverter o estado de coisas<sup>161</sup>. As medidas indicadas preveem a abertura de poços e a captação de nascentes, com vista ao abastecimento imediato da população e a permitir regas, mesmo que só de alcance limitado. Importa produzir eletricidade para a elevação da água. Estes trabalhos, além do benefício imediato que proporcionam, ocupam braços, contrariando a falta de trabalho e conseqüente fome que assola a população. Além destas medidas de emergência, concebem-se outras estruturantes: arborização e arbustização de terrenos incultos, construção de represas e barragens, abertura de valas para rega com as águas pluviais, conserto dos caminhos, água canalizada para consumo doméstico, termoeletricidade para fornecimento dos veraneantes. Os benefícios destas medidas só se farão notar no longo prazo, mas até que se sintam, a execução dos trabalhos que implicam atenua o desemprego que alastra. São estas as traves-mestra do plano traçado e superiormente aprovado.

Também no curto prazo, refere-se a exploração dum georrecurso:

«Outro recurso natural, suscetível de vir a contribuir para a melhoria económica do Porto Santo, será o das suas pozolanas que parece existirem em grande quantidade e ser de fácil exploração.

Por indicação de Sua Excelência o Ministro, transmitida pelo Exmo. Engenheiro-diretor do Laboratório de Engenharia Civil, já foram colhidas amostras das zonas mais típicas, a fim de analisar e ensaiar o material» (pp. 16-17).

---

<sup>161</sup> A escarapiada é um alimento conotado com a pobreza e, sobretudo, com os anos de estiagens prolongadas e conseqüente ausência de colheita. O milho era o cereal enviado como socorro aos porto-santenses pela Junta Geral. A ilha não tinha condições para o seu cultivo. Nos anos de grande penúria, o próprio combustível doméstico constituía motivo de redobrada preocupação. Usava-se a bosta do gado vacum, que se apanhava seca do chão.

Imagem n.º 41 – O grupo parece encontrar-se no ribeiro da Vigia, Portela. Podem estar a colher as amostras de pozolana e de bentonite para envio e análise no laboratório inglês. LFB é o segundo, de pé, a contar da esquerda. As restantes pessoas não estão identificadas. Hipótese sobre a composição do grupo: um operário de pá e picareta, o motorista, a pessoa de boina presumo ser o médico municipal José Diamantino Lima (que substituíra o Dr. Rafael Nunes Pereira<sup>162</sup>), outra pessoa por identificar, um empregado que apontará o serviço realizado, as duas senhoras podem ser as proprietárias do terreno. No verso indica-se o camião como sendo um Chevrolet; e não um Ford conforme referência anterior. A confirmarem-se estes dados, a imagem seria de 1951 ou 1952. É ainda de admitir que se trate da colheita de amostras para o Laboratório de Engenharia Civil, em Lisboa



Fonte: ELFB.

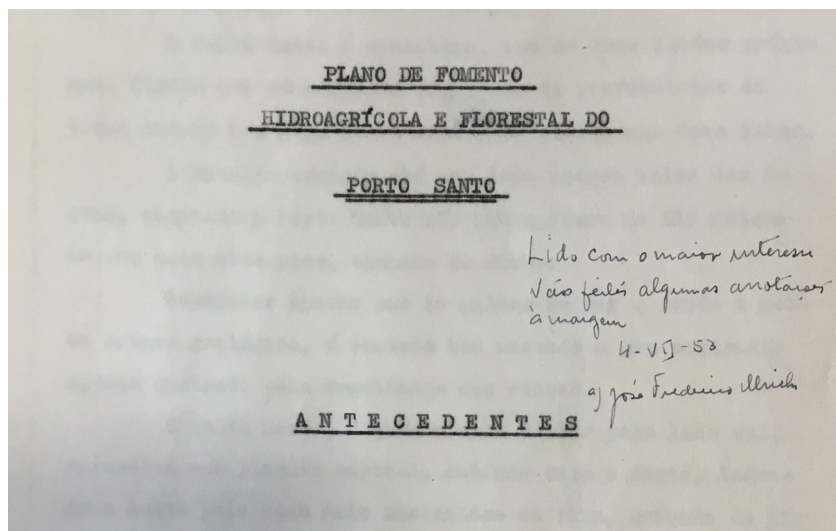
Se analisarmos o que foi feito nas duas décadas seguintes na infraestruturização da ilha e na conservação dos solos, poder-se-á concluir que o Plano de Fomento foi respeitado. Falhou no aspeto da manutenção e conservação de muita da obra realizada<sup>163</sup>. No entanto, dois fatores advieram, sem que pudessem ter sido previstos: a inauguração do aeroporto, em 1960, e o ritmo de aumento do veraneio. A estrutura aeroportuária generalizou o trabalho assalariado permanente – e já não sujeito a variação sazonal –, o que beneficiaria um número crescente de famílias porto-

<sup>162</sup> ABM, Atas das sessões da Comissão Administrativa e da Câmara Municipal do Porto Santo, 1939-1942, sessão de 11 de junho de 1942, cota atual 8a, fl. 189.

<sup>163</sup> GIL, 2015, *História da Conservação dos Solos na ilha de Porto Santo, Madeira*.

-santenses. E a pressão dos forasteiros forçou a reformulação dos parâmetros que regiam a cultura material líquida. Começa a falar-se com insistência de potabilização da água do mar. A dessalinização iria criar um recurso de novo tipo na vida insular.

Imagem n.º 42 – Despacho do ministro sobre o Plano de Fomento



Fonte: ELFB.

## **Zoocal, «complemento alimentar para animais»**

Uma vez mais a *Revista Portuguesa* forneceu-me evidências para o que não passavam de ténues recordações de infância.

Em finais da década de 1930, começa a surgir publicidade ao Zoocal, um complemento alimentar para animais. Na *Revista Portuguesa* fazem-se duas menções ao produto em reportagens sobre o Porto Santo: «O Porto Santo abastece a Madeira de todo o cálcio e é ali que a nova indústria do Zoocal, poderoso complemento alimentar para animais domésticos, tem a sua sede»<sup>164</sup>. A embalagem adotada tem como distintivo uma cabeça de vaca, remetendo para a aplicação na pecuária. O industrial que, anos antes, se apresentara em requerimentos dirigidos ao ministro como atuando no domínio das “cales e cimento”, desliga-se da construção civil, apostando em ingredientes para a agricultura madeirense. Depois do corretivo contra a acidificação dos solos, concebe um «complemento alimentar para animais». A publicidade na referida revista aparece pela primeira vez no n.º 12, 1937 e estende-se por duas décadas até ao n.º 84, 1958.

<sup>164</sup> *Revista Portuguesa*, n.º 72, 1953 e n.º 75, 1954.

O Zoocal teve bom acolhimento no mercado madeirense. Consistia na mistura – ignoro as proporções – de carbonato de cálcio com farinha de peixe. Preparava-se nas instalações do Campo de Baixo. A farinha vinha da conserveira que existia desde 1937 no sítio do Penedo, junto ao atual porto de Abrigo<sup>165</sup>. A mistura era empacotada em sacos de papel pardo reforçado de 1 kg, atados com um barbante. Posteriormente é desenvolvida uma variante granulada para aves. Nos anúncios<sup>166</sup> indicava-se a dose apropriada. A embalagem para bovinos tinha rótulo preto, a das aves azul.

*Guardo o cheiro desagradável e penetrante que o Zoocal exalava.*

Imagem n.º 43 – A fábrica de conservas, uma fonte relevante de trabalho feminino sazonal<sup>167</sup>.  
Em primeiro plano, o autor descansa na Pedra do Sono, no sítio do Penedo, em 1958,  
onde agora se encontra o Porto de Abrigo



Fonte: ELFB.

<sup>165</sup> A farinha era fornecida pela Empresa Industrial de Porto Santo, Lda., que laborou até 1977 (RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspetos da sua economia*). Há publicidade na *Revista Portuguesa*, 1937, n.º 10, p. 10, a propósito do início de atividade. As instalações definitivas terão ficado prontas quase uma década mais tarde (ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1942-1946, sessão de 25 de outubro de 1945, fl. 173v.; ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1946-1950, sessão de 10 de outubro de 1946, fl. 27v).

<sup>166</sup> *Revista Portuguesa*, n.º 84, 1958, s.p.

<sup>167</sup> PEREIRA, 2022, *Mulheres da minha ilha [...]*, p. 84-86. Recordações de Filomena sobre a sua experiência como operária conserveira sazonal nos anos 1970.



Nesses anos, o seu inventor já preparava outro aproveitamento de georrecurso insulares: a pozolana, cuja instalação fabril em ruínas me deu o mote para este trabalho.

As atividades industriais levadas a cabo por LFB tinham o contexto regional como pano de fundo. A ideia do carbonato de cálcio e do Zoocal terão sido dele, como resultado de conversas informais mantidas com individualidades ligadas à lavoura madeirense.

Recordo duas revistas que lhe chegavam endereçadas ao Porto Santo – não sei se assinadas ou oferecidas. Uma dedicada à agricultura madeirense, talvez fosse a *Frutas da Madeira*, publicada entre 1941 e 1958, precisamente pelas pessoas com quem ele conversava no Funchal. Outra era *A Fazenda* que me chamava a atenção pela profusão de fotografias e desenhos coloridos que trazia. Era financiada pelo governo norte-americano e distribuída pelo mundo em várias línguas. Lá a casa chegava a edição brasileira. Nas duas publicações sublinhava-se a importância dos fertilizantes nas “lavouras modernas”. Certamente que existia uma outra, de que inexplicavelmente não encontro rasto: a *Ilustração Madeirense*, depois *Revista Portuguesa*. Estranho que não figure no espólio familiar. A lacuna deve-se, de certeza, às inclemências das condições de armazenamento a que o espólio esteve sujeito. Estas revistas difundiam uma visão de confiança num progresso assente na máquina e na química.

Estudos de Dinis Gouveia Pacheco facultam uma perspetiva comparada dos empresários envolvidos na extração de cal e na preparação dos respetivos derivados<sup>168</sup>. Conhece-se a posição de LFB perante os outros industriais que, ao longo do tempo, foram atuando numa – extração e fornos – e na outra – só fornos – ilha. Os resultados quantitativos apurados por este investigador assentam no levantamento das receitas arrecadadas pelo município porto-santense. LFB integra aquela meia dúzia de industriais que estiveram envolvidos na exportação dos produtos abrangidos pela taxação camarária: cal, calcário, carbonato de cálcio<sup>169</sup>. A lista enumera uma vintena de empresários, no entanto, a maioria estava envolvida somente em uma ou duas das produções exportadas. As quantidades registadas em seu nome colocam-no entre os pequenos produtores. Exceção feita ao carbonato, em que lidera a produção e exportação, com 67% dos montantes apurados<sup>170</sup>. Nos dados compilados no estudo citado, verifica-se que aparecem, tanto Luís de Freitas Branco, como Sociedade

---

<sup>168</sup> PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX»; PACHECO, 2024, «A cal no arquipélago da Madeira nos séculos XIX-XX». Houve extração pontual de pedra destinada a fins ornamentais na construção civil madeirense.

<sup>169</sup> PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», p. 90.

<sup>170</sup> PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», p. 90.

Produtora de Cal e Cimento, Lda. Fica em aberto se os valores apurados para os dois produtos se sucedem no tempo – a empresa foi constituída em 1935 –, ou se os dados estão calculados atendendo a este pormenor.

LFB foi responsável por outras produções: cimento, Zoocal, pozolana. Não sendo conhecida a taxaço camarária, caso tenha sequer existido em alguns casos, torna-se inviável a quantificação.

Imagem n.º 44 – Uma história contada pelo avô ao neto, no Porto Santo: Um dia um homem – talvez um pescador – trouxe uma garrafa selada que havia dado à costa, na praia. O avô abriu-a. Dentro trazia uma mensagem pedindo a quem a encontrasse, comunicar local e data do achado.

Solicitava-se a identificação do remetente. Tinha sido lançada ao mar por uma instituição canadiana que estudava as correntes marítimas. O avô assim fez. Passado algum tempo chegou o agradecimento com uma recompensa. Era o mapa-múndi que está dentro desta carteira. Isto terá acontecido na década de 1930. Caixa: couro, 25 x 20,5 cm. Inscrição no mapa: *Hermann Brockhaus: Chart of the World on Mercators Projection. Entirely reconstructed by Hermann Habenicht and Bruno Domann. Gotha: Justus Perthes 1<sup>st</sup> Edition 1863, 14<sup>th</sup> Edition 1909, 157 x 97 cm. Montado sobre tecido de linho, marcas de punaises aplicadas nos cantos*



Fonte: ELFB, fotografia do autor.

## Zeitgeist

Cal e algum sal dominaram a atividade extrativa porto-santense ao longo do século XIX. Destinos opostos caracterizaram as respectivas vidas sociais. Enquanto a exploração das pedreiras de cal vinha de tempos anteriores e se manteria, as tentativas de explorar salinas saldaram-se por sucessivos malogros<sup>171</sup>. No século XX, assiste-se a uma aposta mais decidida nos georrecurso. Intensifica-se o aproveitamento da cal, tanto nas pedreiras, como nos fornos.

Pese um considerável investimento técnico e financeiro, o cimento teve uma vida curta, feita de intermitências e, por fim, sem solução de continuidade.

O balanço do episódio pozolânico é idêntico. Não chegou sequer a uma laboração efetiva.

O carbonato de cálcio para a calagem dos terrenos madeirenses e o Zoocal para a pecuária gozam por algumas décadas de escoamento assegurado. Mas são artesanais e não poderão competir com os adubos químicos e as rações para animais.

A cal manter-se-á, em declínio, até cessar, nos anos 1990. Também ela sucumbe perante a investida das tintas industriais.

Resta referir a água mineral gaseificada e «bacteriologicamente pura», conforme a informação prestada no rótulo das garrafas. Captação e engarrafamento empreendem-se até finais do século. Desde a década de 1990 a contaminação das nascentes devido à urbanização crescente e descontrolada, assim como falhas de manutenção pôs termo a esta indústria extrativa<sup>172</sup>.

---

<sup>171</sup> BRANCO, 2023, «As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», pp. 339-368.

<sup>172</sup> A enciclopédia Larousse tem uma entrada «Porto Santo», onde se menciona uma nascente termal (LAROUSSE, 1928-33, vol. 5, p. 728). O influente guia turístico Brown's ao enumerar «Mineral Springs» indica uma em Santo António, na Madeira (BROWN, 1901, *Brown's Madeira and the Canary Islands, with the Azores* [...], p. 46). Vista do exterior e na perspetiva duma grande enciclopédia internacional a ilha foi resumida nos seguintes termos. Na primeira década do século passado: «Porto Santo is about 25 m N.E. of Madeira. Pop. (1900) 2,311. It has a length of 6½ m. and a width of 3 m. The capital is Porto Santo, called locally the *villa* or town. The island is very unproductive, water being scarce and wood wholly absent. Around the little town there is a considerable tract of pretty level ground covered by calcareous sand containing fossil land shells. At each end of the island are hills, of which Pico do Facho, the highest reaches the altitude of 1,663 ft. Barley, but little else, is grown here, the limited requirements of the inhabitants being supplied from Funchal» (THE ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 1911, p. 280-281). Na segunda metade do século XX: «The Ilha de Porto Santo is about 26 mi northeast of Madeira; its main town of Vila de Porto Santo is called locally the *Vila*. At each end of the island are hills, of which Pico do Facho, the highest, reaches 1,696 ft (517 m). Crops include little besides wheat, vines, and barley» (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 1974, p. 468). No século atual: «Porto Santo is about 26 mi N.E. of Madeira. Pop. (1960) 3,558. Its greatest length is 7 mi. and its width 4 mi. The capital is Porto Santo, called locally the *villa* or town. At each end of the island are hills, of which Pico do Facho, the highest, reaches 1,663 ft. The vine, wheat and barley are grown, but little else. There is a fine sandy beach and an airport» (ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2010, p. 548).

Analisando a vida social dos georrecursores insulares ao longo do século XX, haverá que distinguir entre períodos (cal, água mineral) e episódios (os restantes). Foram os últimos – cimento, carbonato, pozolana – que introduziram na ilha maquinismos e motorização. Mas dado o fracasso dos respetivos projetos económicos – à exceção do carbonato – cedo ficam votados ao abandono e produzem sucata – um produto novo na ilha. Nas Pedras Pretas ela manteve-se *in situ* completando o quadro atual das ruínas. Da fábrica de cimento terá sido retirado o que ainda restava quando da construção do hotel. Desconheço o que aconteceu na “oficina de calcários”, no Campo de Baixo. Admito que, em finais da década de 50, alguns maquinismos tenham sido aproveitados e transferidos para as Pedras Pretas.

O Porto Santo foi visitado por cientistas e demais interessados na causa pública. Produziram artigos, livros e relatórios de serviço. Dos últimos, haverá um número indeterminado por identificar ou, entretanto, extraviado. Nomes sonantes da história da ciência estão relacionados com a ilha, como o biólogo Ernst Haeckel (1834-1919) ou o geólogo Georg Hartung (1821-1891), que se lá deslocou durante a sua permanência no arquipélago, em 1852-53. Mencionou-se o engenheiro de minas alsaciano Eugène Ackermann, que realizou uma missão com fins económicos. Também o então jovem engenheiro de minas Luís de Menezes Acciaiuoli (1888-1958), que – talvez motivado pela tarefa levada a cabo no Porto Santo – se especializaria mais tarde no estudo de águas minerais. No pós-Segunda Guerra Mundial, a CAAHM elabora o Plano de Fomento. Foi mérito deste plano articular o arranque das medidas estruturantes só alcançáveis no longo prazo, como a preservação e conservação da paisagem por meio de ações no imediato geradoras de trabalho. No futuro, não se faria manutenção<sup>173</sup>.

Em 1973, em conjunto com a União Internacional dos Arquitetos, o governo português organiza um concurso designado *International Ideas Competition for the Planning of Porto Santo Island*. Esta iniciativa resultou dum diploma legal<sup>174</sup>, definindo «a política dos solos tendente a diminuir o custo dos terrenos para construção». Pretendia-se contrariar a «especulação sobre os terrenos» e as «atuações especulativas», sobretudo nas grandes zonas urbanas, impondo a elaboração de planos de urbanização. Na ilha-concelho, ante a perspectiva de ser criada uma tal ferramenta para a gestão do território, aumentou a pressão especulativa. O governo impõe uma moratória sobre quaisquer construções ou modificações durante dois

---

<sup>173</sup> BRITO, 2009, *Estratégias para a Valorização do Coberto Vegetal [...]*; GIL, 2015, *História da Conservação dos Solos [...]*.

<sup>174</sup> Decreto-lei n.º 576/70, 24 de novembro.

anos, prolongada por mais um<sup>175</sup>. Fazia-se sentir o peso do setor turístico. O concurso internacional foi uma tentativa de refrear a especulação urbana.

A abertura do concurso acontece em outubro de 1973, as propostas seriam entregues até 15 de março, o júri decidiria até 15 de novembro e a 10 de dezembro seriam publicados os resultados. O 25 de Abril veio atrasar o processo. Só em junho de 1975 se conhecem os resultados<sup>176</sup>. Apresentaram-se 126 concorrentes, na maioria estrangeiros. Venceu um consórcio de arquitetos holandeses criado para o efeito, chamado Concarplan<sup>177</sup>.

Num artigo posterior os membros da equipa resumem a proposta. A ideia-base foi traçar uma “estratégia para um ecossistema estável”, assente em dois objetivos: deter o processo degenerativo da ilha e melhorar o nível de vida da população<sup>178</sup>. O diagnóstico feito parte da seguinte constatação: a área de uso agrícola decresce, tanto quantitativa como qualitativamente, verificando-se uma deterioração gradual na gestão dos recursos hídricos. Defende-se a procura de um equilíbrio ecológico, conjugando preservação da área agrícola com diversificação biológica. Propõe-se o zonamento da ilha em quatro setores: a) áreas de aproveitamento agrícola, casualmente com rega, b) áreas de transição com agricultura e regeneração, c) áreas para arborização, d) áreas, embora irrigáveis, não suscetíveis de aproveitamento agrícola (ravinas), em que a água escoar para o mar<sup>179</sup>. A terminar, os autores defendem a manutenção duma agricultura em regime de sequeiro com uma gestão hídrica apoiada por ações de conservação do solo. Não se entusiasma com a potabilização de água do mar, devido aos elevados custos associados.

Esperam que a proposta consiga quebrar o círculo vicioso que aflige os porto-santenses<sup>180</sup>.

---

<sup>175</sup> Decreto n.º 318/71, 22 de junho.

<sup>176</sup> AML, Fundo Francisco Keil do Amaral, Plano de desenvolvimento turístico de Porto Santo, Madeira, 1974, 138 pp., pp. 53-76, cota Francisco Keil do Amaral PT/AMLSB/FKL/04/009.

<sup>177</sup> Os resultados foram os seguintes: 1.º Concarplan & Haskoning, Países Baixos; 2.º Abrey & Hanson, Reino Unido; 3.º SWECO, Suécia; 4.º Equipa Grossinho, Portugal; 5.º Søren Lund, Dinamarca; (INFORMAÇÕES, 1975). Agradeço a indicação ao arquiteto Rui Campos Matos, no Funchal.

<sup>178</sup> CONCARPLAN, BOLT, DUIVENDIJK & VOLLMER, 1977, «Porto Santo Island: Strategy for a Stable Ecosystem», p. 51.

<sup>179</sup> CONCARPLAN, BOLT, DUIVENDIJK & VOLLMER, 1977, «Porto Santo Island: Strategy for a Stable Ecosystem», p. 52.

<sup>180</sup> CONCARPLAN, BOLT, DUIVENDIJK & VOLLMER, 1977, «Porto Santo Island: Strategy for a Stable Ecosystem», p. 59. Sobre uma perspetiva atual deste assunto, cf. CONDESSA DE MELO, SHANDILYE, SILVA & POSTMA, 2020, «Volcanic glass weathering and the groundwater geochemistry on the semi-arid Atlantic Island of Porto Santo» e MELO, Nuno, 2015, *Dessalinização, Reciclagem e Reutilização de água: Estudo de alternativas para diferentes usos face às disponibilidades – caso de estudo ilha de Porto Santo*.

A perspetiva do grupo vencedor refletia um posicionamento que vigorava já na Europa além-Pirenéus. Caracterizava-se por uma visão ecológica do desenvolvimento, marcada pelos receios e apreensões que o recente choque petrolífero provocara na economia internacional e na mente dos cidadãos. A proposta tinha um cariz progressista para o Portugal de então e atualizava tanto na essência como na linguagem o discurso sobre desenvolvimento, ao priorizar as forças endógenas. Em alguns pormenores nota-se a exterioridade positiva dos autores, que se manifesta na ênfase posta num desenvolvimento *soft*, embora não condenem ou sequer contradigam a importância do turismo.

Francisco Keil do Amaral (1910-1975), à época um dos mais conceituados arquitetos portugueses, apresentou uma proposta intitulada *Plano de Desenvolvimento Turístico de Porto Santo, Madeira*. Não ficou colocado entre os cinco primeiros. É diferente a leitura que elabora da realidade insular. A sua proposta assenta nos seguintes pontos: valorização agrícola, aeroporto, dessalinizadora, termoelétrica, museu de molinologia. Assume que o Porto Santo, por si, não vale. Excetuando a praia, a ilha tem uma paisagem desinteressante e padece da falta de água. Por isso, tem de ser encarada como um satélite da ilha vizinha, só essa articulação lhe conferindo viabilidade. Aqui reside a chave da questão. Considera mais dois aspetos: a pobreza da população e a concorrência das ilhas Canárias.

Em resumo: o Porto Santo é a praia da Madeira e o seu aeroporto a via de encaminhamento do fluxo turístico crescente destinado à Madeira. Considera os constrangimentos do aeroporto madeirense para aviões de grande porte (exiguidade, impossibilidade de ampliação). Defende outra estrutura aeroportuária em São Martinho que receba os transferes do Porto Santo (*Funchal Air Station*). Considera fundamental incrementar a produção termoelétrica para assegurar a dessalinização, minorando a falta de água potável. Do ponto de vista endógeno advoga um melhor aproveitamento do que já existe: mais condições de escolaridade, modernização da fábrica de conservas, valorização das águas minerais, da extração da cal e eventualmente retoma da pozolana, incremento das pequenas indústrias locais, de apoio à construção civil.

Trata-se, por conseguinte, duma proposta em que o motor do desenvolvimento porto-santense é colocado na satelização face à Madeira e no desenvolvimento de turismo de praia, sazonal, formulado pelo autor da seguinte forma:

«Porto Santo será, essencialmente, uma espécie de entreposto para os turistas estrangeiros em demanda do Funchal e uma praia para a Madeira (e para quem aqui queira passar umas férias repousadas em contato íntimo com o oceano)»<sup>181</sup>.

É um plano concebido a partir dos fatores exógenos àquela realidade insular.

Dos concorrentes premiados, só me foi possível aprofundar a proposta vencedora<sup>182</sup>. É de admitir diversidade de ideias e de soluções nas restantes. Em termos de história do planeamento urbanístico em Portugal, e nas regiões insulares em particular, teria relevância estudar este concurso, pelo contexto político que a ele conduz, pelos meios disponibilizados para a sua realização, assim como pela repercussão que acabaria por ter. Eis, a traços largos, o que se seguiu.

Em junho de 1975, conhecidas as propostas premiadas, e conforme estipulava o regulamento, a imprensa nacional terá dado a notícia. Os diários funchalenses ocupam-se do assunto, anunciando que por iniciativa da Junta Governativa se iam expor ao público os trabalhos premiados no Salão Nobre da Junta Geral, de 25 de agosto a 7 de setembro. Depois, os 16 painéis seguiriam para o Porto Santo, ficando expostos na Câmara Municipal, de 13 a 16 desse mês<sup>183</sup>. Nesse período de instabilidade política em todo o país, as instâncias competentes ressentiam-se do vazio legal que imperava na ilha. O então responsável pela Circunscrição de Urbanismo no Funchal, Fernando Santos Pessoa – posteriormente criador do Parque Natural da Serra da Estrela e diretor do então Serviço Nacional de Parques Naturais, além de impulsionador da ecomuseologia em Portugal –, expunha o dilema que se lhe deparava:

«Durante a preparação do Concurso Internacional de Ideias, foi promulgada e posteriormente renovada uma legislação com medidas cautelares para construções naquela Ilha; a vigência dessas medidas terminaram [sic] em 22-7-74 e não voltaram, a ser renovadas.

Hoje em dia não há qualquer base legal para controlar as construções no Porto Santo e assim, agora que o Concurso Internacional terminou e os resultados já são conhecidos, pode perder-se em semanas o que levou anos a preservar.

Neste momento só o espírito de boa colaboração faz com que a atual Câmara Municipal da Ilha continue a consultar esta Circunscrição quanto a pedidos de construção, mas

---

<sup>181</sup> AML, Fundo Francisco Keil do Amaral, Plano de desenvolvimento turístico de Porto Santo, Madeira, 1974, 138 pp., pp. 53-76, cota Francisco Keil do Amaral PT/AMLSB/FKL/04/009.

<sup>182</sup> Esta documentação encontrar-se-á no ex-Arquivo do Ministério das Obras Públicas, em Lisboa, atualmente dependente da Secretária-geral do Ministério da Economia. Existe uma coletânea desses materiais no LNEC para consulta presencial (MOP, 1984).

<sup>183</sup> Diário de Notícias (Funchal), 1975, «Plano de Ideias para a ilha do Porto Santo», n.º 32946, 15 de agosto, p. 1; Diário de Notícias (Funchal), 1975, «Estão expostos os trabalhos premiados no concurso internacional de ideias para o planeamento da ilha do Porto Santo», n.º 32955, 27 de agosto, p. 8.

este Serviço não dispõe de nenhuma base legal para impedir ou condicionar os tipos, volumes e densidades de construções que se pretendem fazer, nem sequer quanto às zonas possíveis ou não de edificar.

Sabendo isto surgem já inúmeras pressões para obter licenças de construção em locais de interesse turístico e / ou agrícola.

Ora é urgente que a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização se pronuncie sobre a política a seguir no Porto Santo. Quanto a nós, e admitindo que o primeiro classificado no Concurso Internacional satisfaz as condições para o desenvolvimento do “Plano de Ideias” em “Plano Diretor”, somos da opinião que deveria ser elaborada nova legislação provisória, de regime cautelar, delimitando as áreas que aquele plano de ideias classifica como possíveis para expansão urbana ou para novos núcleos urbanos a criar e interditando as construções nas zonas de terreno agrícola; em apoio desta última medida existe já o decreto-lei n.º 356/75 de 8 de julho, merece especial realce a faixa compreendida entre a praia e a estrada Vila – Ponta – Calheta, para onde incidem mais fortes pressões, mas que por ser de grande valor agrícola e turístico deve continuar desafetada de mais construções.

[...] solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que seja dada urgentemente uma resposta a este assunto, a fim de habilitar estes Serviços a uma atuação correta e eficaz no Porto Santo»<sup>184</sup>.

O plano vencedor não teve a continuação prevista, porque, entretanto, regionalizavam-se os serviços públicos, cumprindo-se o recém-aprovado Estatuto da Autonomia. A proposta da equipa Concarplan foi objeto de longo e aceso debate nos parlamentos nacional e regional. No Funchal, o governo regional do PPD-M<sup>185</sup> e a maioria absoluta parlamentar que o apoiava não se reviam na *Strategy for a stable ecosystem* preconizada pelos especialistas neerlandeses e premiada pelo júri internacional. Como o município do Porto Santo era governado por uma maioria do PS, partido que integrava a oposição no parlamento funchalense, instaurou-se um conflito político, em que as partes em contenda se acusavam de desrespeitar competências. No parlamento nacional, a questão também foi levantada pela maioria PS. O debate começa na Assembleia Regional, a 16 de dezembro de 1977, sendo proposto pelo partido maioritário uma alteração ao Plano de Ideias a debater a 19 desse mesmo mês. Nova intervenção a 9 de fevereiro do ano seguinte, protagonizada pelo PPD-M. Uma interpelação do PS na Assembleia da República ocorre a 26 de janeiro de 1979 e a 27 de junho seguinte. O Concarplan será abandonado. A 18 de dezembro de 1977 a maioria parlamentar regional aprova a Operação Integrada

---

<sup>184</sup> ABM, Direção de Obras Públicas (DOP), 1975, cx. 660, Ofício 746, proc.º U-552, 13 de setembro de 1975.

<sup>185</sup> Na altura designava-se Partido Popular Democrático (PPD), depois alterado para Partido Social Democrático (PSD).



de Desenvolvimento do Porto Santo<sup>186</sup>. Vingaria uma política de desenvolvimento assente em ciclos económicos sazonais<sup>187</sup>.

É no pós-Segunda Guerra Mundial que a situação da população porto-santense passa a ser alvo de políticas de desenvolvimento específicas. Desde então reconhecem-se duas tendências. O Plano de Fomento (1952-1972) representou uma opção dirigista, centrada na infraestruturização projetada no longo prazo. Em meados da década de 1970, ainda no declínio do regime autoritário, há um equacionar de estratégias para fazer face aos desafios colocados pelo turismo de massas emergente. O Plano de Ideias (1975) foi disso reflexo, mantendo-se o debate centrado na busca dum equilíbrio – hoje dir-se-ia sustentabilidade – do ecossistema insular. Com a instauração da Autonomia<sup>188</sup> este debate termina e o poder regional instaurado implementará uma política diferente, para não dizer oposta.

A estratégia económica defendida faz da praia símbolo identitário e eixo do desenvolvimento. A praia dourada – já cantada por Max – é a peça central no *marketing* criado para a ilha. A orla sul e seu cordão dunar – salvaguardada a especificidade do contexto – pode ser equiparada à *Waterfront* dos debates com vista à requalificação urbanística protagonizada para cidades portuárias<sup>189</sup>. Eva Blum estudou as culturas de planeamento urbanístico que entraram em confronto, quando do encerramento dos estaleiros da Lisnave, em Almada<sup>190</sup>. Ali os processos culturais em choque – e ainda sem solução à vista, para além do abandono a que se encontra votada a área –

---

<sup>186</sup> Este debate e o processo decisório teve como principais momentos: *Diário da Assembleia Regional*, I Legislatura, 2.ª sessão legislativa, n.º 18, 16/12/1977, p. 835; *Diário da Assembleia Regional*, I Legislatura, sessão extraordinária, n.º 19, 19/12/1977, p. 831; *Diário da Assembleia Regional*, I Legislatura, 2.ª sessão legislativa, n.º 34, 09/02/1978, p. 1368; *Diário da Assembleia da República*, II série, n.º 28, 26/01/1979, p. 506; *Diário da Assembleia da República*, II série, n.º 77, 27/06/1979, p. 1800; Resolução do Governo Regional n.º 1809/97, OID Porto Santo, *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, I série, n.º 124, 24 de dezembro de 1997; Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, I série, n.º 54, 19 de maio de 1999; Resolução do Governo Regional n.º 856/99, Plano Diretor Municipal do Porto Santo, Regulamento, *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, I série, n.º 64, 16 de junho de 1999; Resolução do Governo Regional n.º 86/2021, 8 de fevereiro, contrato para elaboração de Plano de urbanização da frente mar-sul da ilha do Porto Santo, entre o sítio do ribeiro Cochino e o sítio do Penedo do Sono, *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*, I série, n.º 25, 8 de fevereiro de 2021.

<sup>187</sup> GOUVEIA, 2011, «Porto Santo. Da euforia de Verão à melancolia de inverno»; GOUVEIA, 2011a, «Porto Santo. Do Plano de Ideias à sazonalidade profunda».

<sup>188</sup> JARDIM, 2018, *Relatório de combate. Memórias*; RODRIGUES, 2021, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*.

<sup>189</sup> Assinalo o trabalho de Márcio de Abreu (2008, *Mar e Mar... [caso Porto Santo]*), onde o autor explora de forma estimulante a temática das frentes de água (*Waterfront*). Recorre ao tratamento gráfico da fotografia, explorando potencialidades visuais da paisagem insular.

<sup>190</sup> BLUM, 2007, «Planungskultur(en) im Konflikt. Stadtumbau im Großraum Lissabon», pp. 39-63, BLUM & WELZ, 2006, «Contested Modernities. Politics, Culture and Urbanisation in Portugal», pp. 36-53.

opuseram a visão priorizando as forças do mercado urbanístico a outra, centrada na reformulação e gestão urbanísticas levadas a cabo com a participação da população.

Imagem n.º 45 – Na rua dos Tanoeiros, n.º 10, existiu a Mercearia Brasil, onde se marcavam as passagens para os barcos do Porto Santo. Era conhecida como a Mercearia dos Profetas. De acordo com informações orais facultadas na mercearia vizinha, a atual Mercearia do Bento (no n.º 2), os barqueiros vinham a esta última fazer compras. Numa fotografia publicada no *Boletim do Arquivo Histórico da Madeira, série Coleção Iconográfica*, 1, 2013, p. 338, «Edifício na rua dos Tanoeiros, n.º 18, Sé» reconhece-se a Mercearia Brasil



Fonte: fotografia do autor, 2023.

## Veraneio, Excursões, Turismo

Um anúncio de página inteira publicado na *Ilustração Madeirense*<sup>191</sup> divulga o ato fundador da água mineral do Porto Santo. Evaristo de Ornelas (1804-1895), dono de afamadas vinhas no Estreito de Câmara de Lobos<sup>192</sup>, residente em Paris, costumava veraneiar no Porto Santo. Em 1893, levou para aquela cidade amostras de águas para que fossem analisadas e confirmadas eventuais propriedades medicinais. Assim

<sup>191</sup> *Ilustração Madeirense*, 1931, n.º 3, p. 28.

<sup>192</sup> CLODE, 1984, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 350.

começa o empreendimento extrativo mais marcante no século XX porto-santense. Até então era a água da Fonte da Areia a que mais apreciada<sup>193</sup>. Passados poucos anos iniciou-se o seu engarrafamento industrial pela vantagem do alívio reconhecido propiciado à digestão. Não se conseguiria concretizar uma estância termal, embora perdurem vestígios dum tal plano: o edifício da Casa das Águas e a alameda de palmeiras que liga à praia, no local chamado Salinas e onde estava a fábrica de cimento. Foram projetos paralelos coincidentes no tempo. Este rudimento urbanístico confere ainda hoje àquele sítio um toque de estância balnear oceânica. Às virtudes do elemento líquido cedo se associaram as do clima seco: céu aberto, aragens, brisas. Um contraste com o litoral sul da ilha da Madeira, que alcançava fama internacional como estância terapêutica para a tuberculose<sup>194</sup>.

O Porto Santo com a água mineral, com a praia e com os banhos de mar atraía um fluxo de veraneantes proveniente da ilha vizinha, embora a acomodação fosse singela e o abastecimento rudimentar. Cláudia Faria reconstitui esse ambiente em período estival em finais da década de 1930 e nos anos de guerra, em que os funchalenses desembarcados superavam o milhar<sup>195</sup>. Praia, banhos e o ritual das refeições pautavam o seu quotidiano. Nos fins de tarde, abrandando o calor, faziam-se passeios de burro, sendo a fonte da Areia na costa norte um destino obrigatório, para beber a água da nascente. Nos anos 1960, veio a moda dos passeios em grupo de bicicleta alugada. Comiam-se uvas e melancias, talvez ainda figos. À noite fervilhavam os convívios. O alojamento realizava-se em casas particulares, de onde os proprietários se ausentavam ou se retiravam para as traseiras, alugando os espaços melhores a hóspedes. Só na sequência da construção do campo de aviação, iniciado em 1958 e inaugurado em 1960, irá surgir a primeira instalação hoteleira construída de raiz (1962). Esta sociabilidade estival mantinha-se entre famílias, amigos ou vizinhos do mesmo nível social, que se conheciam do Funchal. Estes setores sociais privilegiados funchalenses transferiam-se quase que em bloco temporariamente de uma para a outra ilha.

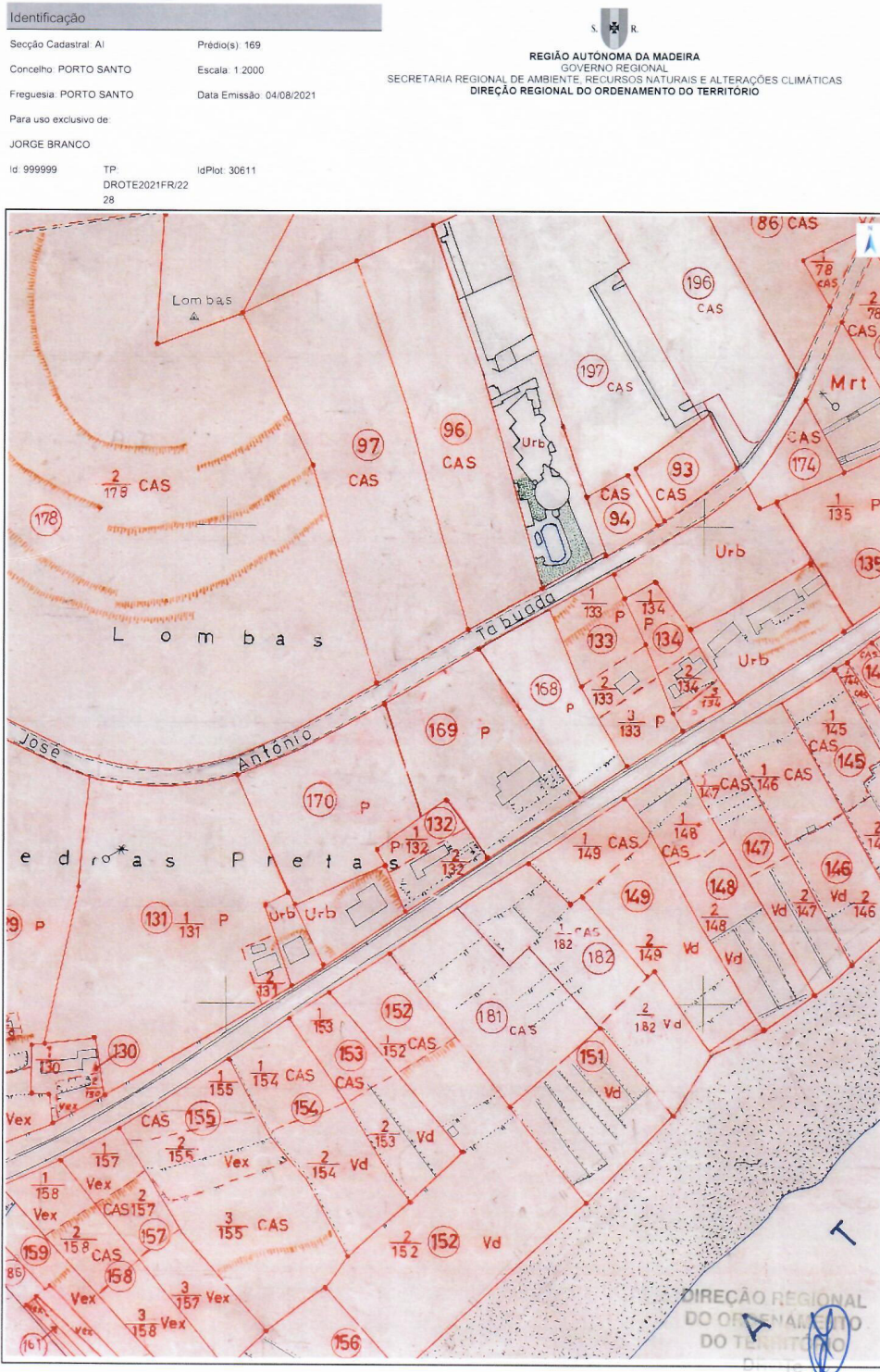
---

<sup>193</sup> Dois fatores levam-me a esta suposição. Em primeiro, lugar porque trata-se dum destino obrigatório em passeios ou excursões sob pretexto de provar a água doce que lá brota. Segundo, há uma indicação de finais do século XIX de origem inesperada, embora confusa e imprecisa. O *Grand Larousse du XIXe siècle* fornece mesmo dados errados (p. ex. ilha da África Portuguesa, excelente porto, escala da navegação para a Índia, efetivos de população exagerados, etc.), e menciona uma nascente quente «Araya» (cf. *GRAND DICTIONNAIRE*, 1874, «Porto-Santo», tomo 12, p. 1469).

<sup>194</sup> MATOS, 2016, *A arquitetura do turismo terapêutico. Arquipélago da Madeira e Canárias. Quadro histórico, 1800-1914*.

<sup>195</sup> FARIA, 2022, «Porto Santo, uma estância calmosa durante a II Guerra», pp. 106-120.

Imagem n.º 46 – O prédio 169 à beira da estrada corresponde à implantação da fábrica da pozolana, nas Pedras Pretas



Fonte: DROTE, Secção cadastral AI, concelho e freguesia Porto Santo, prédio 168, ref.ª DROTE2021FR/2228.

Ser retratado e a prática fotográfica faziam parte deste universo. A consulta de acervos fotográficos disponíveis no Arquivo e Biblioteca da Madeira, publicados em papel ou em linha, fornecem informação relevante para interpretar este meio. As imagens que nos deixou o padre Eduardo Nunes Pereira (1887-1976) revelam um amador assumido e não um fotógrafo acidental, conforme sublinha Filipe dos Santos<sup>196</sup>. As fotos compiladas evidenciam preocupação em mostrar o que o olho do fotógrafo teme estar em risco de desaparecer do dia-a-dia popular e que declara, assim, como digno para memória futura. Há que sublinhar as fotografias tiradas nos bailes na eira. As pessoas envergam um vestuário de domingo. Talvez tenham sido tiradas num casamento, batizado ou aniversário. Este pormenor é relevante. Admitindo que datam da década de 1950, reconhece-se neste pormenor a opção do autor em não as folclorizar, mas ainda e só a preocupação em documentar. As pessoas não estão aperaltadas no estilo de agrupamento folclórico.

No âmbito da cultura visual é significativo o ensaio de M. Misuraca com imagens de R. Porcas<sup>197</sup>. Um álbum de fotografias por ela encontrado na Feira da Ladra, em Lisboa, transporta-a para um Porto Santo dos anos 1930, aonde ela e o coautor se deslocam para identificar pessoas e fazer o reconhecimento de locais fotografados. O padre Eduardo Nunes Pereira é identificado, acompanhado de familiares que lá veraneavam – nessa altura, o médico Rafael Nunes Pereira já lá exerceria...?<sup>198</sup> –, há retratos de grupo em pose e individuais tirados em frente à estação do telégrafo, na praia, no pontão do cais, etc., subsistindo o enigma sobre a identidade de uma jovem, que a autora batiza Valentina<sup>199</sup>.

Existem mais evidências de visitantes da ilha. Refiro-me às excursões, a modalidade de um turismo popular *avant la lettre*. Pela repercussão tida, um desses casos ficou registado nas atas camarárias, dado o quadro invulgar em que ocorre. Naquele domingo, 28 de agosto de 1949, provavelmente a pretexto de apresentar aos porto-santenses o novo navio-bananeiro *Gorgulho*, realizou-se uma excursão com mais de 1000 pessoas à ilha. O presidente da câmara, em reunião efetuada a 29 de setembro, manifesta «o reconhecimento deste povo» aos promotores da iniciativa, fazendo votos de que outras se sigam<sup>200</sup>. Estas jornadas aconteciam com alguma frequência,

---

<sup>196</sup> SANTOS, 2018, «Introdução», in *O Porto Santo nas Fotografias do Padre Eduardo C. N. Pereira – Catálogo*, pp. 13-17.

<sup>197</sup> Agradeço ao meu irmão João ter-me chamado a atenção para esta publicação.

<sup>198</sup> Havia sido nomeado médico municipal na sessão camarária de 21 de abril de 1934 (ABM, Atas das Sessões da Comissão Administrativa, 1933-1934, fl. 55v).

<sup>199</sup> MISURACA & PORCAS, 2022, *Finding Valentina*.

<sup>200</sup> ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1946-1950, fl. 328.

aproveitando-se domingos ou feriados de verão. Eram organizadas por particulares que fretavam uma embarcação, como a lancha Milano.

*Participavam famílias inteiras, ao todo centenas de pessoas, entre adultos e crianças. Após o desembarque, acampavam aos ranchos na praia, abrindo farnéis de almoço e de merendas pela tarde. Do lado masculino, em rodadas intermináveis esvaziavam-se sucessivos garrafões de vinho seco – talvez jaqué ou americano. O fator etílico apoderava-se da comunidade excursionista; não raro, havia acidentes e incidentes devidos a digestões ou a ingestões. Os banhos de mar, as idas à água, alternavam com as ondas provocadas pelo vinho na mente humana. Eram jornadas para descomprimir das agruras da vida das gentes menos favorecidas. Tais ocorrências eram contadas e recontadas.*

Era um viajar e desfrutar diferente do veraneio reconstituído por Cláudia Faria<sup>201</sup>. Trata-se dum formato de convívio subalterno tornado viável, porque as embarcações já não navegavam à vela, permitindo o regresso no mesmo dia. Nos anos 1960, veraneio e excursões massificam-se, como resultado do desenvolvimento do setor dos serviços e da introdução da semana inglesa. Em breve as pessoas passarão a falar de turismo.

Na crónica «Da primeira vez» a jornalista Marta Caires<sup>202</sup> recorda como, em 1982, aos 11 anos de idade, foi ao Porto Santo com uma tia. A expectativa era grande: nada e criada no Funchal, numa família de recursos modestos, a ida e a volta no mesmo dia foi um acontecimento inesquecível. Que tinha a ilha vizinha de diferente? Enumera a areia, o mar, a praia, as palmeiras, os moinhos, os burros, as uvas, as melancias. Àquela criança, e não só, tudo parecia distinto do que conhecia. Sentia, sem saber exprimi-la, a diferença: os ares.

Outra das suas crónicas foca um pormenor do quotidiano feminino funchalense, igualmente importante nas famílias porto-santenses. Enquanto o ensaio de Misuraca & Porcas ilustra a realidade de funchalenses privilegiados – graças à imprensa da época até se sabem os seus nomes<sup>203</sup> –, na crónica «A máquina Singer»<sup>204</sup>, a adolescente recorda o costurar à máquina – desde o último quartel de oitocentos disseminada pelo mundo, transpondo sem cerimónias barreiras culturais e de género. Já em 1933, o decreto n.º 23142 publica o “Regulamento para as carreiras

---

<sup>201</sup> FARIA, 2022, «Porto Santo, uma estância calma durante a II Guerra», pp. 106-120.

<sup>202</sup> CAIRES, 2014, *Crónicas de Marta Caires. Um extraordinário regresso a casa*, pp. 165-166.

<sup>203</sup> FARIA, 2022, «Porto Santo, uma estância calma durante a II Guerra», pp. 106-120.

<sup>204</sup> CAIRES, 2014, «Crónicas de Marta Caires. Um extraordinário regresso a casa», pp. 119-120.

entre a Madeira e o Porto Santo<sup>205</sup>. Divulga uma extensa lista de produtos de primeira necessidade para o abastecimento da população, ou a tal equiparados, com os respetivos fretes atualizados. Entre açúcar, arroz, bacalhau, barricas de cimento – seriam importadas ou exportadas? –, guano, manteiga, petróleo, velas, ou *semilha* figuram, na página 1754, máquinas de costura. O frete importava em 15 escudos.

Regressando a Márcia Caires, ela conta como a mãe ia buscar a Singer, montada em móvel próprio, e arranjava ou adaptava a roupa usada para os dois adolescentes que queriam sair vestidos à moda. De outra forma tal não podia acontecer. Para uma mulher, a máquina de costura era um tesouro que se tinha em casa.

*Mesmo criança e rapaz, isso chamava-me a atenção. Lembro-me da O. que tinha uma, e disso estava orgulhosa, e de em outras casas da vizinhança acontecer o mesmo. Tenho a sensação de que as raparigas gostavam de costurar e menos de bordar; costurar era por gosto, bordar uma obrigação. E a propósito da máquina de costura e da sua centralidade na esfera feminina, recordo outros artefactos ligados ao género. À saída da missa, aos domingos, no Passeio, as pessoas juntavam-se, conversando em pequenos grupos. As raparigas aperaltadas, graças às suas artes de corte e costura. Os rapazes esperavam-nas, exibindo-se encavalitados nas suas bicicletas reluzentes e apetrechadas com um sem-fim de fitas e acessórios cromados, razão máxima do seu orgulho masculino – como se fossem cowboys no dia de folga reunidos em frente ao saloon. Além disso, exibiam o relógio de pulso – usado sempre no braço esquerdo. Vestiam camisa branca, calça escura. De casaco e chapéu pretos só andavam os homens mais velhos, já casados e arrumados. Dizia-se que o fato do casamento serviria de mortalha – quando chegada a altura. Terá sido nestes finais dos 1950 que houve uma ação da Caritas Holandesa. Durante o período de aulas, num dos intervalos da manhã, na escola masculina oficial ao lado da igreja – uma sala onde o professor Joaquim lecionava os quatro níveis da instrução primária em simultâneo – que ficava no edifício doado para Casa do Povo, cada criança recebia um quarto de pão – se branco ou de segunda, não me recordo – com uma fatia grossa de queijo holandês – coisa até então desconhecida para aquelas crianças – e um copo de leite. Hoje, refletindo, penso que se tratava de leite em pó, por certo, outra novidade. Este reforço alimentar vinha preparado e era servido por colaboradoras da paróquia.*

---

<sup>205</sup> A publicação do decreto n.º 23142 originou de imediato protesto no Porto Santo, de que na reunião camarária de 4 de novembro se fez eco, solicitando-se a sua revogação. Pouco depois, o decreto n.º 23278 deixa ao critério da capitania do porto do Funchal a fixação dos fretes; na prática ficava o anterior sem efeito. O abaixo-assinado vai à reunião camarária de 4 de novembro de 1933 (ABM, Atas das Sessões da Comissão Administrativa, 1933-1934, fl. 26).

O ambiente em que viviam e conviviam os veraneantes formava uma bolha, à margem dos nativos. Os da terra observavam os primeiros, não o inverso.

O esquecimento gradual do termo veraneio está ligado ao aeroporto. Nos anos iniciais os porto-santenses diziam campo de aviação, porque o outro termo era um neologismo difícil de pronunciar. Vários acontecimentos convergiram no sentido de se começar a falar de turismo. Uma das razões era por os aviões trazerem pessoas duma procedência que não a Madeira. Tratava-se de gente desconhecida, então dizia-se que eram turistas. Faziam escala para o transbordo inter-ilhas num *ferry* – inicialmente um desapropriado cacilheiro trazido do Tejo chamado Lisbonense, que serviu entre 1960 e 1962<sup>206</sup>.

Há vestígios do prelúdio do turismo que aqui esboço. Um deles é o documentário *P.X.O.*, realizado por Pierre Kast, em 1962, atualmente sem cópia possível de ser visionada, em que atua a atriz Catherine Deneuve. Estavam a rodar em Lisboa um filme e a ida à Madeira foi uma escapada, necessariamente via Porto Santo. Grande êxito teria o trecho instrumental composto e interpretado por Carlos Paredes, cujo título *Porto Santo* foi composto para o referido documentário. Seria publicado no LP *Guitarra Portuguesa*, em 1967.

Houve outros impulsos, que importa assinalar. Na década de 1930, o realizador Jorge Brum do Canto roda, não sem contratempos consideráveis, a fita *A Canção da Terra* (1938). Como Carlos Valente observa, o filme assenta num substrato neorrealista, embora lhe falte a autenticidade fonética<sup>207</sup>. Não se destinou a promoção turística. Teve influência considerável nos meios intelectuais. Nele o desespero é *leitmotiv* que se revela com intensidade, tanto no plano individual, como no da comunidade. O realizador era quase filho da terra e mais tarde foi pioneiro da prática de caça submarina desportiva nos mares da ilha. Para incentivar o veraneio e publicitar a água mineral surge nos anos 1950 a canção de Max *Porto Santo*. A praia é uma fonte inspiradora, onde tudo tem início e parece acabar.

A apropriação da ilha por forasteiros em demanda das características climáticas e ou curativas ocorre em dois tempos: o do veraneio e o do turismo. Em ambos os casos o fluxo emissor gera-se no quadro do arquipélago, a partir do Funchal. Sucessivas gerações de madeirenses criaram e mantêm um vínculo à ilha vizinha. Já desde as primeiras décadas do século XX as chamadas grandes famílias possuíam residências secundárias em localizações privilegiadas, serviam de âncoras afetivas. Concluindo o

---

<sup>206</sup> CORREIA, 2008, *Empresa de Navegação Madeirense, 1907-2007*, pp. 71-72, 134.

<sup>207</sup> VALENTE, 2019, «Do Mar à Serra: Estética e identidade da paisagem madeirense no cinema», p. 12.



seu livro *On Holyday*, Orvar Löfgren<sup>208</sup> propõe olhar o fenómeno como uma religião secular. Será essa uma das articulações criadas dentro do arquipélago?

## **Ruínas**

As ruínas das Pedras Pretas emitem sinais em várias direções. Já abordei a venda do empreendimento pozolânico à sociedade Prozol, Lda.

Entre o poder municipal porto-santense e a empresa Águas do Porto Santo, Lda. mantém-se desde meados da década de 1960 um diferendo em tribunal. Como referido, a produção foi descontinuada nos anos 1990. Desde então as instalações serviram de armazém e atualmente encontram-se em estado de degradação avançada. A documentação consultada no Arquivo e Biblioteca da Madeira dá conta de uma morte anunciada e acontecida a fogo lento<sup>209</sup>.

Estes litígios devem ser encarados como o toque de finados de uma prática extrativista assente na exploração material dos georrecursos insulares.

As ruínas permitem ainda tirar ilações sobre modos de construir. Tanto na Fontinha (cimento), como nas Pedras Pretas (pozolana), a obra foi pensada e orientada pelo proprietário e gerente, apoiado na sua sensibilidade técnica com os avanços e recuos ao sabor da disponibilidade financeira. Isto explica a variedade dos materiais usados, como está patente nas Pedras Pretas. Não houve traço de arquiteto. Ao longo do tempo fizeram-se ajustes e melhoramentos, como o transporte pneumático proposto por M. Gaillard. Foi mão de engenheiro. Aconteceram situações diferentes.

O edifício da Casa das Águas é de construção paralela à da fábrica de Cimento. Estavam em terrenos vizinhos. Não estão disponíveis dados que permitam saber a autoria e execução do projeto. Nem consta sequer que tenha sido usado o cimento marca Gigante produzido a escassos metros. A fachada denuncia risco de arquiteto. Mas tanto no cimento, como depois na pozolana, os espaços fabris foram sendo erguidos para envolver e abrigar os maquinismos que, pela sua dimensão, tinham de estar previamente instalados<sup>210</sup>. Outra forma de edificar.

---

<sup>208</sup> LÖFGREN, 1999, *On Holyday. The History of Vacationing*.

<sup>209</sup> ABM, Processos de concessão e de exploração de águas do Porto Santo, 1916-1974, cota atual 124-10.

<sup>210</sup> O mesmo pode ter acontecido na fábrica de conservas de peixe, no sítio do Penedo. São pavilhões acoplados.

O Porto Santo não conheceu uma arquitetura industrial. Num estudo dedicado à arquitetura pensada para cimenteiras, Wolfgang J. Stock alerta para a transformação ocorrida nesta especialidade, desde os anos 1950, e que acompanha o surto económico vivido na Europa. O que até então contava como arquitetura industrial, espraia-se, transformando-se em cultura industrial<sup>211</sup>. Na pequena ilha atlântica, tanto a extração de cal empreendida desde há séculos, como a produção de cimento e de pozolana, não se enquadram no quadro industrializado a que se reporta o autor do estudo citado.

Na Fontinha e nas Pedras Pretas os empreendimentos são iniciados com a ambição de satisfazer um mercado, que logo à partida se sabe comercialmente limitado e circunscrito na área de influência comercial. São iniciativas de afirmação local, que dão corpo a um discurso identitário de pendor regionalista. Exceção seria a Casa das Águas, onde se pode admitir ter havido conjugação entre engenheiro e arquiteto; não singra, porque a ambicionada estância termal não se concretiza. Mas aqui a solução arquitetónica pende para a ambicionada configuração de estância oceânica, encobrendo a vertente fabril, manifesta na linha de engarrafamento. Estava tapada, só se ouvia o seu funcionar. Proporcionava uma escuta. A praia está perto, mas o seu uso terapêutico não esteve concertado com a exploração daquele georrecurso líquido.

O Plano de Fomento implanta arquitetura civil na ilha. Ao arquiteto Raúl Chorão Ramalho são encomendados projetos de raiz: a Central Térmica (1954), a Adega Regional (1954), uma Escola Primária (1959), o Balneário Municipal (1960) – este talvez como consolação ou compensação pela estância termal oceânica não efetivada. Para W. J. Stock a distinção entre arquitetura industrial e cultura industrial reside no equilíbrio ambicionado entre as áreas opacas e as transparências criadas no edificado fabril, de forma que a vertente funcional ganhe leitura imediata. Corporalidades e planos abertos devem conferir plasticidade à construção<sup>212</sup>.

No Porto Santo, pedreiras, fornos, oficinas ou fábricas não se integram numa cultura industrial, mas numa outra ditada pela sazonalidade da produção. Só no edifício da dessalinizadora inaugurado em 1980 – opera em contínuo – se verificará o equilíbrio cultural enunciado por W. J. Stock<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> STOCK, 2000, *Industriebau. Kontinuität im Wandel. Märker Zementwerk Harburg Architekten Ackermann und Partner [...]*, p. 11.

<sup>212</sup> STOCK, 2000, *Industriebau. Kontinuität im Wandel. Märker Zementwerk Harburg Architekten Ackermann und Partner [...]*, p. 11.

<sup>213</sup> LNEC, 1981, *Estudo Global dos Recursos Hídricos da ilha do Porto Santo [...]*, pp. 121-126 dá conta das opções técnicas e da instalação da unidade dessalinizadora porto-santense.

O episódio pozolânico porto-santense é um fenómeno de “esquecimento automático”, de acordo com Aleida Assmann. Para esta autora esquecer é um procedimento normal nas sociedades. Lembrar, em contrapartida, pressupõe um esforço de memória, que implica processos de troca<sup>214</sup>. Com um tal pressuposto, importa agora encontrar sentidos a atribuir às inscrições apontadas na paisagem insular, de forma a suscitar trocas.

## **Temperatura, Ruído, Sazonalidade**

Serve-me de inspiração a exposição *Weight and Measure*, realizada pelo escultor Richard Serra na Tate Gallery, em Londres, no ano de 1992. Resumo os passos da sua produção.

Nas instalações da forja Vereinigte Schmiedewerke, em Hattingen, na Alemanha, havia um rolo abandonado de 1179 cm de comprimento e 192 cm no seu diâmetro máximo, pesando 104 toneladas aproximadamente. Tinha sido trazido de uma siderurgia em Dillingen, no Sarre. Em finais de julho, é resgatado da sucata e transportado num vagão para uma das oficinas da empresa, onde vai a um forno que, em 60 horas, o aquece a 700°C. Passa então a outra forja, onde após 7 horas, atinge os 1250°C. Nesse estado incandescente, vai a uma prensa, que o comprime, ganhando configuração cúbica. É então submetido a uma prensa de 8000 toneladas. Torna-se num bloco. Cortam-se-lhe as extremidades com um maçarico de acetileno usando uma mistura de oxigénio e gás a 2000°C. O bloco pesa agora 75 toneladas e volta à forja. Segue-se nova prensagem, ganhando arestas em ângulo reto. Sempre supervisionado pelo escultor, no final obtêm-se, por corte, dois blocos quase iguais, de 275 por 104 cm e 21 cm de diferença na altura. Equivalem a menos 4 toneladas. O bloco mais pequeno pesa 35, o maior 39 toneladas. O artista verifica as medidas e a superfície dos dois blocos de aço forjado obtidos. Fins de setembro, dois camiões de transportes especiais levam os “*artist’s blocks*” para Londres. A travessia do canal da Mancha faz-se num *ferry* de carga e dura 5 horas. Passados três dias, pelas seis da manhã, os dois camiões estão na Tate Gallery, aguardando a descarga. Gruas içam os blocos para o interior do edifício. Cada bloco é colocado sobre uma estrutura de carris com 90 m de comprimento. Um dispositivo hidráulico improvisado para este efeito permite que deslizem. De novo levantados e mantidos suspensos de uma grua, são ajustados ao milímetro na posição definitiva.

---

<sup>214</sup> ASSMANN, 2016, *Formen des Vergessens*, pp. 30-36.

Está terminada a sua instalação<sup>215</sup>. A exposição abre ao público a 29 de setembro.

Richard Serra explica o título deste seu projeto envolvendo trabalho escultórico e expositivo. Entre peso e leveza, é sobre o primeiro que se pode dizer e sentir mais, conforme o percurso da produção da exposição, desde a ideia à sua finalização, o demonstrou. Gravidade, equilíbrio, diminuição, carga, distribuição, labilidade, rotação, direcionamento – em tudo isto se manifesta o prazer em sentir as leis da gravidade. Além disso, a manipulação do metal permitiu ficar a saber mais sobre forjas e fundições<sup>216</sup>.

As ruínas das Pedras Pretas são o legado do episódio pozolânico. Para as tomarmos como cenário onde se plasmam, condensados, os extrativismos abordados, esboço três eixos analíticos, que permitam detetar sentidos outrora presentes na sociedade e na cultura porto-santenses.

*Temperatura* sentiu-se nas explosões nas pedreiras, no aquecimento e queima nos fornos de cal, assim como na laboração do forno e da caldeira na fábrica de cimento.

*Ruído* produziu-se em situações ocasionais, sequenciais ou prolongadas devido a processos mecanizados ou motorizados operados nas pedreiras, nas instalações fabris, na Casa da Luz: brocas manuais, rebentamentos, linhas de engarrafamento e de enlatamento, moagem dos georrecursos, motores de combustão interna, caldeiras a vapor. A agricultura de sequeiro, a que a maioria da população se dedicava não contribuía para este *output* sonoro. Aos ruídos provocados durante as extrações haverá que agregar outros vindos de emissores sem comando humano: ventanias, levadias, trovoadas, enxurradas. A sociedade porto-santense estava embebida em conjugações destes fatores sónicos. A escuta narrada – o conceito de auralidade no sentido que lhe atribuiu Ana María Ochoa<sup>217</sup>, entendam-se, as oportunidades e modos de escuta como dispositivos culturais para comunicar – integra lembranças ouvidas.

*Sazonalidade* revelou-se como um estruturador da temporalidade insular, tanto nas extrações, como nas laborações. O facto nada tem de novo, trata-se de uma noção clássica da morfologia social, conforme o referiu Marcel Mauss. Apenas os ritmos da variação podem alterar-se no tempo e no espaço<sup>218</sup>. Nem a termoelectricidade escapava ao funcionamento por períodos do dia ajustados à hora e à época do

---

<sup>215</sup> BERSWORTH, 2000, *Stephen Erfurt Weight and Measure* [...], pp. 14-79.

<sup>216</sup> BERSWORTH, 2000, *Stephen Erfurt Weight and Measure* [...], p. 4.

<sup>217</sup> OCHOA, 2014, *Aurality* [...].

<sup>218</sup> MAUSS, 2003 [1904-05] *Ensaio sobre as variações sazonais* [...].

ano. O regime da agricultura era cíclico, acomodado nas estações do ano. Nos anos bons a sazonalidade era benéfica. Mas a quebra dessa ordem significava penúria ou mesmo fome. Dois tipos de estresse ameaçavam os humanos e não-humanos: o hídrico e o alimentar. Então, a ordem tinha de ser reposta a partir do exterior. Vinham socorros em géneros e organizavam-se trabalhos públicos remunerados. Em situação normal, eram igualmente sazonais ou intermitentes as oportunidades de trabalho assalariado proporcionado pela exploração de georrecursos. O trabalho braçal mais bem pago implicava maior esforço físico, logo executado por homens jovens, como no caso dos brocadores. O dinheiro ganho repercutia-se no campo cultural e na competição social, porque permitia aceder a bens de ostentação, que se exibiam aos domingos finda a missa. O Passeio era um palco privilegiado para estimular ou consolidar arranjos matrimoniais.

Estes sentidos atribuídos fornecem ferramentas culturais para equacionar processos de patrimonialização equacionados a partir de ruínas e de maquinaria ainda existente *in situ*. Com intenção similar Anna Storm<sup>219</sup> ocupou-se de paisagens industriais abandonadas (uma central nuclear na Estónia e uma mina a céu aberto na Lapónia). No Porto Santo não estamos perante uma paisagem industrial desativada, mas face à uma sociedade desagrarizada. Adequam-se, por conseguinte, soluções focadas na infrapolítica ligada aos georrecursos.

## **Segunda Criação**

Tomo esta noção por empréstimo a David E. Nye<sup>220</sup>. A primeira criação verificou-se com o início do povoamento da ilha. Assenta na agricultura de sequeiro e estende-se até ao fecho do extrativismo dos georrecursos materiais.

A segunda criação começa com a transição para um extrativismo *soft* – fundamentado em justificação no plano do imaterial –, por conseguinte de novo tipo, sendo o seu corolário a integração da ilha e suas adjacências na Rede de Reservas da Biosfera da UNESCO, em 2020<sup>221</sup>.

O turismo transformou-se na estrutura básica da sociedade tornando-se dominante a postura extrativista que daí advém. Manifesta-se na apropriação da praia como georrecurso de primeiro nível. Esboçam-se propostas extrativas novas, como

---

<sup>219</sup> STORM, 2014, «Landscapes of Waste. Malmberger and Ignaline as Cultural Tools in Heritage Processes», pp. 161-176.

<sup>220</sup> NYE, 2003, *America as Second Creation: Technology and Narratives of New Beginnings*.

<sup>221</sup> FONTINHA, 2022, «Porto Santo. Reserva da Biosfera da UNESCO», pp. 160-171.

a geomedicina<sup>222</sup>. Já não é a confiança ou crença depositadas pelos frequentadores das «águas que curam» o *leitmotiv* das abordagens culturais ao termalismo<sup>223</sup>, mas agora trata-se de areia que cura.

A geologia insular é sujeita a uma extração visual apoiada numa narrativa centrada na sustentabilidade dos recursos ambientais. Surge um *marketing* turístico divulgado em *sites* e guias<sup>224</sup>.

O extrativismo da primeira criação deixou feridas na paisagem. Na década de 1990 descontinuou-se a extração das pedreiras e desativaram-se os fornos da cal<sup>225</sup>. Que lesões estarão a ser infligidas pelo extrativismo de novo tipo, agora em plano de biosfera?

A dupla condição periférica da ilha do Porto Santo já não advém do isolamento oceânico, como nos séculos passados. A segunda criação redesenhou a periferização. Agora, ela deriva da plena integração e subjugação aos embates económicos globais. As potencialidades endógenas foram desacreditadas<sup>226</sup>.

## Fontes

### Fontes Documentais<sup>227</sup>

ABM, Atas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal Porto Santo, 1939-1942, fls. 89-89v.

ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1942-1946.

ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1946-1950.

---

<sup>222</sup> SILVA, 2003, *Areia da praia da ilha do Porto Santo: geologia, génese, dinâmica e propriedades justificativas do seu interesse medicinal*.

<sup>223</sup> BASTOS, 2011, «Banhos de princesas e de lázaros: termalismo e estratificação social»; CÁTEDRA TOMÁS, 2009, «El agua que cura», pp. 177-210; QUINTELA, 2011, «Curar e recrear em águas termais: um diálogo etnográfico entre Portugal (Termas de São Pedro do Sul e Termas da Sulfúrea) e Brasil (Caldas da Imperatriz)».

<sup>224</sup> TOBIAS *et al.*, [2017], ... *viel mehr als nur eine Insel*.

<sup>225</sup> RIBEIRO, 1997, *Porto Santo. Aspetos da sua economia*; PACHECO, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», pp. 74-91.

<sup>226</sup> Na elaboração deste trabalho (pesquisa, texto, imagens, legendas) três peças musicais serviram-me de inspiração. Primeiro, a canção *Porto Santo* interpretada por Max e, mais tarde, também por Jorge Palma. Segundo, o instrumental *Porto Santo*, de Carlos Paredes, de 1962. Terceiro, a canção *Youkali*. Foi composta por Kurt Weill, em 1934, já no exílio, a que o poeta francês Roger Fernay acrescentou, em 1935, a letra e o título. Existem inúmeras interpretações dos três trechos disponíveis nas plataformas de partilha de vídeos.

<sup>227</sup> Abreviaturas usadas para as entidades detentoras dos fundos documentais: ABM – Arquivo e Biblioteca da Madeira, AML – Arquivo Municipal de Lisboa, ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo, BdP – Banco de Portugal, DROTE – Direção Regional de Ordenamento do Território.

- ABM, Atas das Sessões da Câmara Municipal do Porto Santo, 1953-1957.
- ABM, Atas das Sessões da Comissão Administrativa e da Câmara Municipal, 1939-1942, cota atual 8a.
- ABM, Atas das Sessões da Comissão Administrativa, 1933-1934.
- ABM, Constituição de sociedade, 4 de outubro de 1962, cota atual 7861, fols. 65v.-69v.
- ABM, Contratos e escrituras (1934-1960), fls. 6v.-8.
- ABM, Direção de Obras Públicas (DOP), 1975, cx. 660, Ofício 746, proc.º U-552, 13 de setembro de 1975.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Requerimento ao ministro da Economia solicitando autorização para fabricação de carbonato de cálcio para corretivo, Funchal, 28 de abril de 1942, ass. pelo requerente Rodrigo Pedro de Castro.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Lisboa sobre requerimento de Luis de Freitas Branco para manter a produção de carbonato de cálcio na fábrica de cimento sob condição de não fabricar cimento, Funchal, 22 de outubro de 1942, Maurílio Ferraz e Silva.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Requerimento de LFB ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Lisboa para que lhe seja concedido o alvará de fabrico e venda de corretivos agrícolas, entrada n.º de ordem 632, 15 de outubro de 1942.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Parecer desfavorável do Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas ao ministro da Economia para manter a produção do carbonato na fábrica de cimento, Lisboa, 26 de novembro de 1942.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Informação dirigida ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas sobre requerimento de Luís de Freitas Branco para instalar uma fábrica para moenda de calcário no Campo de Baixo, Funchal, 11 de julho de 1946.

- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Requerimento de LFB ao Diretor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas solicitando autorização para a montagem de máquinas para a moenda de calcários no Campo de Baixo, Funchal, 10 de julho de 1946.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Memória descritiva sobre a instalação dum moinho de rolos conforme requerimento da mesma data. Funchal, Luís de Freitas Branco, 10 de julho de 1946.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício n.º 4123 ao Delegado da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Funchal indagando do interesse de LFB na instalação da moagem, Lisboa, 17 de setembro de 1946.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Lisboa dando parecer favorável à pretensão do requerente LFB, Funchal, 14 de outubro de 1946.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Requerimento de LFB ao ministro da Economia para instalar fábrica de corretivos agrícolas no Porto Santo, Funchal, 10 de outubro de 1946.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Parecer favorável da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas à instalação de uma moenda de calcários conchíferos, Lisboa, 29 de novembro de 1946.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Auto de vistoria às instalações da fábrica de corretivos no Ribeiro Cochino, Porto Santo, 14 de agosto de 1948.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Informação da Repartição dos Serviços das Indústrias e do Comércio Agrícolas, Lisboa 9 de maio de 1942.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício ao diretor geral dos Serviços Agrícolas, Lisboa, remessa por Luís de Freitas Branco de amostra de calcário, 9 de abril de 1942.



- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício ao Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas com informação favorável ao pedido de Luís de Freiras Branco «para legalizar a fábrica do corretivo calcário», Funchal, Maurílio Ferraz e Silva, 29 de maio de 1942.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício do Inspetor Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas n.º 19631 informando que o pedido de Luís de Freitas Branco se trata de um corretivo e não de adubo, 20 de junho de 1942.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício n.º 1785 Parecer favorável ao requerimento de Luís de Freitas Branco, Lisboa, Repartição dos Serviços das Indústrias e do Comércio Agrícolas, 4.ª secção, 15 de julho de 1942.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício n.º 192 dirigido ao ministro da Economia com parecer favorável para o licenciamento da produção e venda de carbonato de cálcio solicitado por Luís de Freitas Branco, Lisboa, Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas. Concorde, 28 de julho de 1942.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Memória justificativa sobre a preparação do carbonato de cálcio, ass. Luís de Freitas Branco, Funchal, 28 de abril de 1942, 2 pp.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Fábrica de adubos, Porto Santo, sítio do Campo de Baixo (proc. n.º 216), cota 77, Ofício n.º 5274 ao Delegado da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Funchal remetendo o processo de licenciamento n.º 275, Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, O Inspetor Geral, 31 de dezembro de 1946.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Ofício n.º 253, L 12, deferimento a Nascimento & Irmãos, 26 de outubro de 1934, cota 52.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Requerimento de Nascimento & Irmão à Junta Geral para estabelecimento de forno de cal, Funchal 21 de maio de 1934, L.º 4, n.º 4405, cota 52.

- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Memória descritiva e justificativa, Funchal 21 de maio de 1934, cota 52.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Exposição à Junta Geral sobre a exploração de cal no Porto Novo e seus benefícios económicos para os povos (13 assinaturas), entrada n.º 13052, 16 de julho de 1934, cota 52.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Forno de cal, Gaula, sítio do Porto Novo (proc. n.º 239), Reclamação ao ministro do Comércio apresentada por Blandy Brothers & Co. Lda., Empresa dos Cimentos do Porto Santo, Lda... contra Nascimento & Irmãos, Funchal, 25 de maio de 1934, entrada 4 jun 1934, L.º 4, n.º 4414, cota 52.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Serviços Industriais, Registo dos estabelecimentos industriais do concelho do Porto Santo, 1918-1964, fls. 5v.-6, n.º 1288, cota atual 2370.
- ABM, Direção dos Serviços Industriais, Elétricos e de Viação, Serviços Industriais, Registo de geradores e recipientes a vapor (liv. 2), n.º 239, cota atual 2358.
- ABM, Empresa de Eletricidade da Madeira, Plano de Fomento do Porto Santo. Introdução e Resumo, 1952, datilografado, 33 pp.
- ABM, Junta Geral do Distrito do Funchal, Comissão Executiva, Alvará para Oficina de moagem e preparação de argilas pertencente a Luís de Freitas Branco, reunião de 12 de agosto de 1955, fl. 34v., n.º 3475.
- ABM, Junta Geral do Distrito do Funchal, Secretaria, liv. 2306, fl. 34.
- ABM, Notários, Escrituras Sociedades Comerciais, liv. 1499, fls. 36-43v.
- ABM, Processos de concessão e de exploração de águas do Porto Santo, 1916-1974, cota atual 124-10.
- ABM, Registos Notariais, liv. 2454, fls. 57-59.
- ABM, Registos Notariais, liv. 2467, fls. 11-12.
- ABM, Registos Notariais, liv. 2976, fls. 85-92.
- ABM, Registos Notariais, liv. 6250, fls. 50-53v.
- AML, Fundo Francisco Keil do Amaral, Plano de desenvolvimento turístico de Porto Santo, Madeira, 1974, 138 pp., pp. 53-76, cota Francisco Keil do Amaral PT/AMLSB/FKL/04/009, disponível em <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=3549694&type=PCD>, acedido a 2023-03-01.
- ANTT, Arquivo Oliveira Salazar/AOS/CP-012, cx. 869, fls. 473-539.
- BdP, Agência do Banco de Portugal no Funchal, 1875, disponível em <https://www.bportugal.pt/arquivo/details?id=16087>, acedido a 2023-05-05.

DROTE, Secção cadastral AI, concelho e freguesia Porto Santo, prédio 168, ref.<sup>a</sup> DROTE2021FR/2228, Funchal, 04 de agosto de 2021.

#### Documentos Online

Albatroz Beach & Yacht Club, s.d., *Localização*, disponível em <https://www.albatrozhotel.com/pt/>, acedido a 2023-02-02.

Bundesarchiv, s.d., *Deutsche Import-Gesellschaft Lda. Funchal (Madeira)*, 1926-33, disponível <https://invenio.bundesarchiv.de/invenio/direktlink/246ff1af-8702-44c5-92cb-f7928797877e/> acedido a 2023-11-04.

Câmara Municipal do Porto Santo, s.d., *Porto Santo – História*, <https://cm-portosanto.pt/porto-santo-historia/>, acedido a 2022-12-21.

SECIL, s.d., *A história do Grupo Secil*, disponível em <https://www.secil-group.com/pt/a-secil/quem-somos/a-historia>, acedido a 2023-04-01.

#### Espólio de Luís Freitas Branco (ELFB)

ELFB, Apontamento a lápis em papel timbrado «Empresa dos Cimentos do Porto Santo L<sup>tda</sup> Sede Funchal Madeira Fábrica Porto Santo» com cálculos dos custos da laboração, s.d.

ELFB, Apontamento escrito à mão «Ferramentas para a Fábrica do Porto Santo», s.d.

ELFB, Apontamento manuscrito com extrato de conta corrente da Empresa dos Cimentos do Porto Santo junto da Deutsche Import-Gesellschaft Madeira Lda., 1922. Funchal, 17 de dezembro de 1923.

ELFB, Apontamento manuscrito sobre «Custo da Fábrica e Instalações Actuais», 3 + 1 folhas, s.d.

ELFB, Atlas-Werke via Fa. H. Propfe & Co. m. b. H., Hamburg. Proposta de fornecimento de dessalinizadora de água do mar, ref.<sup>a</sup> Offerten Nr. 92218, Bremen 22 de março de 1932, 13 pp., incluindo anexos, 1 fotografia promocional do aparelho, 2 pp., em alemão, 1 tradução a português.

ELFB, Bases para um acordo com as fábricas de cimento do Continente. Funchal, 7/1/936. 2 pp.

ELFB, Caderno de encargos. Cópia datilografada do decreto n.º 18782, de 1 de março de 1930. 19 pp. Na capa: «Para o Snr. Eng. Dewing».

ELFB, Carta ao Delegado da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas Funchal, tradução do impresso dos maquinismos referidos no ofício n.º 186/942, L.º 4, secção 4.<sup>a</sup>, do corrente mês, Funchal, 29 de maio de 1942.

- ELFB, Carta de C. Louis Kervran a Francisco de Freitas Branco, Paris 2 de maio de 1965.
- ELFB, Carta de Humboldt-Deutzmotoren «Modernization of your Cement Factory Our Ref. A. No. 26315», 15<sup>th</sup> June 1936.
- ELFB, Carta de LFB a C. Louis Kervran, Berlim, 10 de março de 1965.
- ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a H. P. Miles & Co. Ltd. com os resultados das análises químicas à pozolana das Pedras Pretas. Londres, 13 de novembro de 1953.
- ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a H. P. Miles & Co. Ltd. pedindo esclarecimentos sobre incidências dos análises feitas às pozolanas, à cal e ao cimento. Londres, 22 de outubro de 1953.
- ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a LFB com os resultados dos ensaios mecânicos feitos à pozolana das Pedras Pretas. Londres, 9 de março de 1954. 2 pp.
- ELFB, Carta de Riley, Harbord & Law a LFB esclarecendo condições das análises e dos ensaios solicitados. Londres, 6 de novembro de 1953.
- ELFB, Carta dirigida a R. Planche & Cie., Villefranche s/ Rhône (Rhône) relativa ao fornecimento do equipamento para transporte pneumático. Funchal, 4 de outubro de 1937 [em francês].
- ELFB, Carta dirigida ao Chefe da 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial Funchal remetendo documentos abonatórios relativos à queixa apresentada pelas cimenteiras continentais. Funchal, 12 de fevereiro de 1936 [cópia, sem os anexos].
- ELFB, Carta pedindo orçamento de forno para laboratório a Fried. Krupp Grusonwerk, AG, Magdeburg. Funchal, 22 de setembro de 1937.
- ELFB, Catálogo SEPIC Société d'Exploitation des Procédés Industriels Candlot. Pasta contendo conjunto de 10 folhetos sobre maquinaria e equipamentos, s.d., e 1 circular sobre Pulpex, 1 agosto 1928, 3 pp. Em francês.
- ELFB, Catálogo Wolf Combined Boiler and Steam Engine Units, Maschinenfabrik Buckau R. Wolf AG Magdeburg, s.d.
- ELFB, Certidão da Repartição de Finanças do Porto Santo sobre contribuição industrial devida pela Fábrica de Cimentos do Porto Santo. Porto Santo, 4 de fevereiro de 1936 [cópia].
- ELFB, Certidão passada pela Junta Geral atestando estragos causados pelas águas vindas da ribeira ocasionado inundações e elevados prejuízos na fábrica [1933]. Funchal, na fábrica pelas inundações vindas da ribeira vindas da ribeira ocorridas na fábrica. Funchal, 12 de fevereiro de 1936.
- ELFB, Certidão passada pela Repartição Técnica da Câmara Municipal do Funchal sobre análises do cimento marca Gigante. Funchal, 24 de setembro de 1932. 2 pp.

- ELFB, Contrato celebrado entre a Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda. e Francisco Gonçalves Patrício para arrendamento dum barreira no sítio das Casinhas. Porto Santo, 27 de janeiro de 1924.
- ELFB, Contrato celebrado entre a Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda. e Juvenal d'Alencastre Pestana para arrendamento de pedreira de calcário no sítio do Campo de Baixo. Porto Santo, 27 de janeiro de 1924.
- ELFB, Contrato de arrendamento celebrado entre José Alexandre de Faria e João Pestana de Vasconcelos e a Empresa de Cimentos do Porto Santo, Lda para arrendamento dum barreira no sítio das Lombas e de outra no mesmo sítio. Porto Santo, 26 de janeiro de 1924.
- ELFB, Contribuição Industrial, ano económico de 1935-36, 2.º semestre. Porto Santo, 24 de agosto de 1935.
- ELFB, Contribuição Industrial, ano económico de 1938. Porto Santo, 26 de janeiro de 1938.
- ELFB, de LFB a Riley, Harbord & Law sobre os ensaios pretendidos com as amostras de pozolana e de cal enviados. Funchal, 28 de outubro de 1953 [cópia, em inglês].
- ELFB, Declaração de LFB à Seção de Finanças por Alfred Wittner deixar de ser empregado na fábrica. Porto Santo, 25 de abril de 1939.
- ELFB, Fatura passada a António Moniz Coelho, Suc., Lda. pela remessa de pozolana destinada ao porto do Funchal, 19 de dezembro de 1959.
- ELFB, Folheto MIAG Braunschweig Calcinador.
- ELFB, Impresso Sociedade Produtora de Cal e Cimentos Lda. para emissão de faturas.
- ELFB, Leaflet No. 7183 Perkins R6[I], F. Perkins Limited, Peterborough England, s.d.
- ELFB, Memória descritiva sobre as novas dependências da fábrica. Funchal, 16 de junho de 1937.
- ELFB, Memória descritiva sobre sistema de secagem solicitado. Funchal, 16 de agosto de 1938 [cópia assinada].
- ELFB, Memorial sobre a Fábrica de Cimentos do Porto Santo, [cópia] 4 pp. datilografadas [janeiro de 1936].
- ELFB, Nota indicativa sobre a matrícula da Sociedade Produtora de Cal e Cimentos, Lda. na Conservatória do Registo Comercial da Comarca do Funchal, 15 de junho de 1935.
- ELFB, Ofício n.º 408, L.º 13 da 7.ª Circunscrição Industrial solicitando a LFB a comparência para esclarecimentos sobre a fábrica de cimentos, Funchal, 12 de setembro de 1936.

- ELFB, Orçamento e proposta da Maschinenfabrik Buckau R. Wolf Aktiengesellschaft Magdeburg para fornecimento de peças para a locomóvel no montante de US\$ 285, Madgeburg, 3 de março de 1932.
- ELFB, Orçamento n.º 3984 da firma SEPIC para fornecimento de material usado destinado a forno de cimento, montante 92 000 francos. Paris, 12 de abril 1932, 5 pp.
- ELFB, Proposta «Modernization of your Cement Factory. Tender for the Mechanical Equipment of an Automatic Vertical Shaft Kiln suitable for the Burning of Cement, as per our Design No. 448 209», 3 pp., 15 de junho de 1938, anexo a Carta de Humboldt-Deutzmotoren.
- ELFB, Pública Forma emitida pelo Cartório do Notariado da Comarca do Funchal sobre fornecimentos de cimento Gigante feitos pela firma Teixeira & Companhia, em 1933. Funchal, 13 de fevereiro de 1936 [cópia].
- ELFB, Publicação « Institut National de la Propriété Industrielle. Brevets d’Invention. Guide du Déposant, Imprimerie Nationale, 1964».
- ELFB, Publicação «K. S. Spiegler, 1962, Salt Water Purification, New York, John Wiley & Sons».
- ELFB, Publicação «Pouzzolane et laitier expansé. Matériaux & Techniques de l’Architecture, 4. Éditions de l’Architecture Française », s.l., s.d., 43 pp.
- ELFB, Recibo n.º 891 Riley, Harbord & Law, 22nd October 1953.
- ELFB, Recortes do *Diário de Notícias* (Lisboa) de 30-10-1958 e do *Diário de Notícias* (Funchal) de 20-11-1958 e 20-03-1959.
- ELFB, Relatório «Rapport Services Techniques», sobre instalação na fábrica de transporte pneumático. Assina M. Gaillant. s.d., 2 pp.
- ELFB, Requerimento à 7.ª Circunscrição Industrial Funchal para a vistoria dum grupo gerador de eletricidade, Funchal, 14 de dezembro de 1936 [cópia assinatura decalcada].
- ELFB, Requerimento à 7.ª Circunscrição Industrial Funchal para a vistoria de um motor do construtor Richard Crispin & Cº Londres destinado a prensagem de matéria-prima da fábrica, Funchal, 14 de dezembro [cópia assinatura decalcada].
- ELFB, Requerimento à 7.ª Circunscrição Industrial Funchal para renovação de prova, Funchal, 3 de agosto de 1938 [cópia assinada].
- ELFB, Requerimento à Junta Autónoma dos Portos do Arquipélago da Madeira sobre construção de novas dependências da fábrica. Funchal 30 de junho de 1937 [cópia assinada].

- ELFB, Requerimento ao Capitão do Porto do Funchal para extração de areia da praia do Porto Santo para produzir carbonato de cal. Funchal, 3 de junho de 1937 [cópia].
- ELFB, Requerimento ao diretor geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos para modificação do primitivo projeto de ampliação da fábrica, Funchal, 27 de maio de 1938 [cópia].
- ELFB, Requerimento ao ministro da Marinha para que autorize obras de ampliação da fábrica, aproveitando os alicerces das antigas salinas. Funchal, 6 de junho de 1937 [cópia assinada].
- ELFB, Requerimento ao ministro da Marinha solicitando autorização para extração de areia da praia, assim como aligeiramento das condições fiscais com vista à produção de carbonato de cálcio para a agricultura. Funchal, 3 de junho de 1937 [cópia].
- ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria para elevação força motriz até 450 HP. Funchal, 27 novembro de 1937 [cópia].
- ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria para instalação de secador de tipo horizontal e um motor semi-diesel até 17 HP. Funchal, 6 de agosto de 1938 [cópia assinada].
- ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria para montagem de motor semi-diesel Crossley Brothers Ltd, 16 HP, Funchal, 26 de novembro de 1937 [cópia].
- ELFB, Requerimento ao ministro do Comércio e Indústria para substituição de motores por outro de 17 HP do construtor Crossley Brothers Limited, Funchal, 3 de agosto de 1938 [cópia assinada].
- ELFB, Requerimento ao Ministro do Comércio e Indústria, Funchal, 26 de novembro de 1937.
- ELFB, Resposta à 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial sobre a reclamação apresentada pelas fábricas de cimento do Continente, Funchal 19 de fevereiro de 1936 [?], 8 pp. [cópia].
- ELFB, Secil ao ministro do Comércio e Indústria sobre funcionamento ilegal da fábrica Sociedade Produtora de Cal e Cimento, no Porto Santo. Lisboa, 10 de dezembro de 1935 [cópia].
- ELFB, Talão n.º 2529 passado pela 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial para montagem motor de 17 HP, 5 escudos, 3 de agosto de 1938.
- ELFB, Talão n.º 2530 passado pela 7.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial para renovação de prova da caldeira 239, 10 escudos, 3 de agosto de 1938.

ELFB, Telegrama Marconi cifrado enviado por CALCIM, de Porto Santo para Funchal.  
16 de outubro de 1937, receção 13:50.

#### Fontes Impressas

Decreto n.º 18782, *Diário do Governo*, n.º 199/1930, I série, 28 de agosto, pp. 1736-47, «Aprova o caderno de encargos para o fornecimento e receção de cimento Portland normal».

Decreto n.º 23142, *Diário do Governo*, n.º 236/1933, I série, 17 de outubro, pp. 1754-55 «Promulga o regulamento para o tráfego de passageiros entre as Ilhas da Madeira e do Porto Santo».

Decreto n.º 23278, *Diário do Governo*, n.º 274/1933, I série, 30 de novembro, pp. 2063-64, «Determina que as tabelas de fretes publicadas em anexo ao decreto n.º 23142, para serem adotadas pela navegação entre o Funchal e Porto Santo, possam ser diminuídas pela Capitania do Porto do Funchal quando as circunstâncias do tráfego assim aconselhem».

Decreto n.º 42999, *Diário do Governo*, n.º 128/1960, I série, 1 de junho, pp. 1297-1314, «Aprova o caderno de encargos para o fornecimento e receção de pozolanas».

Decreto n.º 43683, *Diário do Governo*, n.º 110/1961, I série, 11 de maio, pp. 552-573, «Caderno de encargos para fornecimento e receção cimento pozolânico».

Decreto-lei n.º 318/71, *Diário do Governo*, n.º 171/1971, série I, 22 de julho, pp. 1067-68, «Estabelece que durante o prazo de dois anos fique dependente de autorização da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, sem prejuízo de quaisquer outros condicionamentos legalmente exigidos, a prática na área do concelho de Porto Santo de determinados atos ou atividades».

Decreto-lei n.º 576/70, *Diário do Governo*, n.º 273/1970, I série, 24 de novembro, pp. 1749-56, «Define a política dos solos tendente a diminuir o custo dos terrenos para construção».

Despacho Direcção Geral da Indústria, *Diário do Governo*, n.º 201/1936, II série, 28 de agosto, p. 4296.

Despacho Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, *Diário do Governo*, n.º 184/1942, série II, 8 de agosto, p. 4247, «Concedida autorização a Luís de Freitas Branco,... para fabricar e vender calcários moídos».

Despacho Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas, *Diário do Governo*, n.º 196/1942, série II, 22 de agosto, p. 4577. «Por ter saído com inexatidões...».



- Diário de Notícias* (Funchal), 1954, «O povo do Porto Santo recebeu com eloquentes manifestações de carinho o sr. Ministro das Obras Públicas», n.º 25723, 10 de agosto.
- Diário de Notícias* (Funchal), 1958, «Em Munique encerra-se hoje colóquio sobre a fluência do betão no qual participa um investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil», n.º 27217, 20 de novembro
- Diário de Notícias* (Funchal), 1959, «As pozolanas de Cabo Verde e os resultados económicos da sua exploração», n.º 27330, 20 de março.
- Diário de Notícias* (Funchal), 1975, «Estão expostos os trabalhos premiados no concurso internacional de ideias para o planeamento da ilha do Porto Santo», n.º 32955, 27 de agosto.
- Diário de Notícias* (Funchal), 1975, «Plano de Ideias para a ilha do Porto Santo», 1975, n.º 32946, 15 de agosto.
- Diário de Notícias* (Lisboa), 1958, «Laboratório Nacional de Engenharia Civil», 30 de outubro.
- Ilustração Madeirense*, diretor Visconde do Porto da Cruz, n.º 1, 1929 a n.º 7, 1934, Funchal.
- Jornal da Madeira* (Funchal), 1959, «Do Porto Santo. Pozolana», n.º 8144, 14 de abril, p. 4.
- Revista Portuguesa*, n.º 1, 1934-35 a n.º 55, diretor Visconde do Porto da Cruz, 1962, Aveiro.

### **Dissertações e Outros Trabalhos Académicos**

- ABREU, Márcio de, 2008, *Mar e Mar: o caso do caso Porto Santo*, trabalho final em Arquitetura, Universidade de Coimbra, disponível em <http://hdl.handle.net/10316/7433>, consultado em 2022-09-23.
- BORRALHO, Sónia A. M. F. M., 2006, *Fluorose e cárie dentária: um estudo de prevalência*, mestrado, Lisboa, NOVA.
- BRITO, Gina Maria Oliveira, 2009, *Estratégias para a Valorização do Coberto Vegetal da Ilha do Porto Santo*, mestrado, Aveiro, Universidade de Aveiro, disponível em <http://hdl.handle.net/10773/951>, acedido a 2022-12-04.
- FERREIRA, Lúgia Goes, 2005, *Património tecnológico: A indústria calcária no arquipélago da Madeira*, mestrado, Lisboa, NOVA.

- FERREIRA, Maria Raquel Vaz L. M., 2013, *Património geológico da ilha do Porto Santo e ilhéus adjacentes (Madeira): inventariação, avaliação e valorização como contributo para a geoconservação*, mestrado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, disponível em <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/2871>, acedido a 2022-11-02.
- GIL, Cátia V. F., 2015, *História da Conservação dos Solos na ilha de Porto Santo, Madeira*, mestrado, Lisboa, NOVA, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/18470>, acedido a 2022-10-10.
- MATOS, Rui Campos, 2016, *A arquitetura do turismo terapêutico. Arquipélago da Madeira e Canárias. Quadro histórico, 1800-1914*, doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11481>, acedido a 2021-10-01.
- MELO, Nuno Falcão de Castro, 2015, *Dessalinização, Reciclagem e Reutilização de água: Estudo de alternativas para diferentes usos face às disponibilidades – caso de estudo ilha de Porto Santo*, mestrado, Lisboa, NOVA, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/20331>, acedido a 2021-02-28.
- RAGHWENDRA, Narayan Shandilya, 2017, *Origin of natural occurring groundwater salinity and hydrogeochemical processes in the island of Porto Santo (Portugal)*, mestrado, Lisboa, Instituto Superior Técnico, disponível em <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/1970719973966554>, acedido a 2022-08-30.

## **Bibliografia**

- ACKERMANN, Eugène, 1909, «L'île de Madère considérée au point de vue de ses richesses minérales», in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, XXVII, pp. 259-277, 307-321, 355-365, 391-397.
- ACKERMANN, Eugène, 1910, *L'île de Madère considérée au point de vue scientifique et économique*, Rixheim (Alsace), F. Sutter & Co.
- ALMEIDA, M. Vale de, [1995] 2018, *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade. Posfácio para a 2.ª edição*, Lisboa, Etnográfica Press, disponível em <https://books.openedition.org/etnograficapress/459>, acedido a 2021-12-12.
- APPADURAI, Arjun (ed.), 1986, *The Social Life of Things. Commodification in Cultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ASSMANN, Aleida, 2016, *Formen des Vergessens*, Göttingen, Weillstein Verlag.

- BASTOS, Cristiana, 2011, «Banhos de princesas e de lázaros: termalismo e estratificação social», in *Anuário Antropológico* [Online], 36, 1, disponível em <http://journals.openedition.org/aa/1121>, acessado a 2022-12-22.
- BEHAR, Ruth & MAYOL, H., 2007, *An Island Called Home. Returning to Jewish Cuba*, New Brunswick, NJ, Rutgers University Press.
- BERSWORDT, A. V. (ed.), 2000, *Stephen Erfurt Weight and Measure. Henrichshütte Hattingen Tate Gallery London Richard Serra, Text David Sylvester*, Düsseldorf, Richter Verlag.
- BLUM, E. M. & WELZ, G., 2006, «Contested Modernities. Politics, Culture and Urbanisation in Portugal», in *Ethnologia Europaea*, 36, 2, pp. 36-53, disponível em DOI: <https://doi.org/10.16995/ee.1007>, acessado a 2022-05-01.
- BLUM, E. M., 2007, «Planungskultur(en) im Konflikt. Stadtumbau im Großraum Lissabon», in *Zeitschrift für Volkskunde*, 103, 1, pp. 39-63.
- BOWLES, Paul & VELTMEYER, H., 2020, «Extractivism», in KALTMAYER, O., TITTOR, A., HAWKINS, D. & ROHLAND, E. (eds.), *The Routledge Handbook to the Political Economy and Governance of the Americas*, Londres, Routledge, pp. 103-111.
- BRANCO, Francisco de Freitas, 1995, *Porto Santo – Registos insulares*, s.l., Edição do Autor.
- BRANCO, Jorge Freitas, [1987] 2019, *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no arquipélago, 1750-1900*, Funchal, Direção Regional da Cultura.
- BRANCO, Jorge Freitas, 2018, «O Património Cultural Imaterial e o Enigma Suscitado pelo Episódio Pozolânico na ilha do Porto Santo», in *Veduta Revista de Estudos de Património Cultural*, 12, pp. 36-41.
- BRANCO, Luís de Freitas, 1957, «Uma ideia acerca de pozolanas», in *Revista Portuguesa*, n.º 82.
- BRANCO, Luís de Freitas, 1958, «Uma ideia acerca de pozolanas II», in *Revista Portuguesa*, n.º 83.
- BRANCO, Luís Pedro, 2023, «As causas da falência do modelo económico no Porto Santo durante o século XIX», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 5, pp. 339-368, disponível em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/100/101>, acessado a 2023-05-01.
- BROSIUS, J. Peter, TSING, A. Lowenhaupt & TSING, Ch. Zerner (eds.), 2005, *Communities and Conservation. Histories and Politics of Community-Based Natural Resource Management*, Londres, Altamira Press.

- BROWN, A. Samler, 1901, *Brown's Madeira and the Canary Islands, with the Azores. A Practical and Complete Guide for the Use of Invalids Tourists and Residents, with Trade Statistics. Sixth and Revised Edition*, London, Sampson Low, Marston & Co., Limited.
- CAIRES, Marta, 2014, *Crónicas de Marta Caires. Um extraordinário regresso a casa*, Funchal, Nova Delphi.
- CÂMARA, Benedita, 2002, *A economia da Madeira (1850-1914)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CANTO, Jorge Brum do (produtor, realizador), 1938, *A Canção da Terra*, 115', Portugal, Filmes Albuquerque, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p8AMMfulkeY&t=15s>, acessado a 2023-02-19.
- CÁTEDRA TOMÁS, María, 2009, «El agua que cura», in *Disparidades. Revista de Antropología*, 64(1), pp. 177-210, disponível em <https://doi.org/10.3989/rdtp.2009.026>, acessado a 2022-02-02.
- CÉLÉRIER, Ph. P., 2022, « Un géant du cuivre chez les Papous », in *Le Monde diplomatique*, nov., pp. 8-9.
- CLODE, Luís Peter, 1984, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.
- COELHO, Tádzio Peters, 2014, *Projeto Grande Carajás. Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado*, Ibase, disponível em [https://ibase.br/wp-content/uploads/2023/04/Projeto-Grande-Carajas\\_2014.pdf](https://ibase.br/wp-content/uploads/2023/04/Projeto-Grande-Carajas_2014.pdf), acessado a 2023-05-29.
- CONCARPLAN, E. J. de Boer, BOLT, B. H. T. J. M. van der, DUIVENDIJK, J. van & VOLLMER, K. P., 1977, «Porto Santo Island: Strategy for a Stable Ecosystem», in *Ekistics*, 43, no. 254, pp. 51-59, disponível em <http://www.jstor.org/stable/43618780>, acessado a 2022-12-02.
- CONDESSA DE MELO, M. T., SHANDILYE, R. N., SILVA, J. B. P. & POSTMA, D., 2020, «Volcanic glass weathering and the groundwater geochemistry on the semi-arid Atlantic Island of Porto Santo», in *Applied Geochemistry*, vol. 114, disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S088329271930277X>, acessado a 2023-03-12.
- CORREIA, Luís Miguel, 2008, *Empresa de Navegação Madeirense 1907-2007*, Lisboa, EIN Náutica.
- COUTINHO, A. de Sousa, 1955, *Estudo de pozolanas de Porto Santo*, policopiado, Lisboa, LNEC.
- COUTINHO, A. de Sousa, 1965, «Pozolanas de alta reatividade inicial. I. A reativação da pozolana natural», in *Técnica*, ano 40, n.º 349, pp. 547-570.

- COUTINHO, A. de Sousa, 1965, «Pozolanas de alta reatividade inicial. II. A reativação da pozolana natural», in *Técnica*, ano 40, n.º 350, pp. 619-640
- COUTINHO, António, 2022, «Uma informação...», mensagem recebida por e-mail em 10/06/2022, às 18:54.
- D'ANGELO, Lorenzo & PIJERS, Roberto J. (eds.), 2021, *The Anthropology of Resource Extraction*, Londres, Routledge.
- DIAS, Fátima Sequeira, 1997, «Uma abordagem à estratégia comercial da F.T.M. durante a gerência de José Bensaúde (1866-1922)» *Arquipélago História*, 2.ª série, II, 281-312, disponível em <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/472>, acedido a 2023-06-25.
- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 1974, «Madeira», vol. 14, Chicago, Encyclopædia Britannica, Inc.
- ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 2010, *The New Encyclopædia Britannica in 30 volumes. Micropædia*, «Madeira Islands», vol. VI, 15<sup>th</sup> Edition, Chicago, Encyclopædia Britannica, Inc.
- FARIA, Cláudia, 2022, «Porto Santo, uma estância calma durante a II Guerra», in *Islenha Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 70, pp. 106-120.
- FLICK, Uwe, 2011, *Triangulation. Eine Einführung*, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- FLICK, Uwe, 2018, «Triangulation», in DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. (eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research*, 5<sup>th</sup> ed., Los Angeles, Sage, pp. 777-804.
- FONTINHA, Susana, 2022, «Porto Santo. Reserva da Biosfera da UNESCO», in *Islenha Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 70, pp. 160-171.
- GARCÍA, José Luis, 1996, *Prácticas paternalistas. Un estudio antropológico sobre los mineros asturianos*, Barcelona, Ariel.
- GOUVEIA, Gregório, 2011, «Porto Santo. Do Plano de Ideias à sazonalidade profunda», in *Tribuna da Madeira*, ano 10, n.º 615, 13 de agosto, p. 6; ano 10, n.º 616, 20 de agosto, p. 6.
- GOUVEIA, Gregório, 2011, «Porto Santo. Da euforia de Verão à melancolia de inverno», in *Tribuna da Madeira*, ano 10, n.º 617, 28 de agosto, p. 6.
- GRAND DICTIONNAIRE UNIVERSEL DU XIX<sup>E</sup> SIECLE, 1874, dir. Pierre Larousse, tomo 12, Paris, Librairie Larousse.
- HARTNACK, Wilhelm, 1930, *Madeira. Landeskunde einer Insel*, Hamburgo, Friederichsen, de Gruyter & Co. m. b. H.

- INFORMAÇÕES, 1975, «Informações. Resumo do concurso para a ilha de Porto Santo, Portugal» in *Boletim do IABsp*, p. 11, disponível em [http://www.iabsp.org.br/boletins/boletins\\_1975.pdf](http://www.iabsp.org.br/boletins/boletins_1975.pdf), acedido a 2023-05-02.
- JARDIM, Alberto João, 2018, *Relatório de combate. Memórias*, Lisboa, Dom Quixote.
- LAROUSSE *du XXe siècle en six volumes*, 1928-33, dir. Paul Augé, Tome V. Paris, Librairie Larousse.
- LATOURE, Bruno, 1996, *Aramis ou l'amour des techniques*, Paris, La Découverte.
- LEITE, Sofia (realizadora), 2015, *Água vai, Pedra leva. Parte I*, 52'42, e *Água vai, Pedra Leva. Parte II*, 49'46, documentário RTP, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/agua-vai-pedra-leva-parte-i/> e <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/agua-vai-pedra-leva-parte-ii/>, acedidos a 2023-02-27.
- LNEC, 1981, *Estudo Global dos Recursos Hídricos da ilha do Porto Santo. Estudo realizado para o Governo Regional da Madeira. Relatório*, Lisboa, LNEC.
- LÖFGREN, Orvar, 1999, *On Holyday. The History of Vacationing*, Berkeley, Ca., The University of California Press.
- LOMNITZ, Claudio, 2021, *Nuestra America. My Family in the Vertigo of Translation*, Nova Iorque, Other Press.
- MARQUES, Emília Margarida, 2009, *Os operários e as suas máquinas: Usos sociais da técnica no trabalho vidreiro*, Lisboa, F. C. Gulbenkian / FCT.
- MARTINS, Rui de Sousa, 1999, *A cerâmica modelada feminina dos Açores. Sistemas produtivos, formas de articulação e processos de mudança*, Cascais, Patrimónia.
- MATOS, Rui Campos, 2013, *As Origens do Turismo na Madeira. Quintas e Hotéis do Acervo da Photographia Museu Vicentes. The Origins of Tourism in Madeira. Quintas and Hotels From the Collection Photographia Vicentes*, Funchal, Delegação Regional da Ordem dos Economistas.
- MAUSS, Marcel, 2003, [1904-05] «Ensaio sobre as variações sazonais nas sociedades esquimós. Estudo de morfologia social» in Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia, precedido de uma Introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Lévi-Strauss. Textos Georges Gurvitch e Henri Lévy-Bruhl*, tradução Paulo Neves, Rio de Janeiro, Cosacnaify, pp. 425-505.
- MENDES, Sónia, ALMEIDA, C. M. de & BERNARDO, M., 2007, «Prevalence of dental caries and fluorosis in Porto Santo Island», in *Conference Paper, 85th General Session on Exhibition of IADR, New Orleans, March*.
- MENDONÇA, Duarte, 2016, «Luís Acciaiuolli (1899-1958)», in *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976)*, vol. 2, *Apontamentos biográficos de presidentes de Junta Geral no século XX*, Funchal, SRETC, pp. 197-205.

- MENEZES, Marluci, 2016, «Falas de quem faz cal», in VEIGA, M.<sup>a</sup> Rosário, MENEZES, M., SILVA, A. Santos, SANTOS, A. R., SANTOS, D. & BOTAS, S. (eds.), *A cal no espaço ibérico: um futuro com história, Livro de atas V Jornadas FICAL Fórum Ibérico da cal, LNEC 23-25 maio*, Lisboa, LNEC, pp. 129-141.
- MENEZES, Sérvulo Drummond de, 1848, *Coleção de documentos relativos à crise da fome por que passaram as ilhas da Madeira e Santo*, Funchal, Na Tip. Bernardo F. L. Machado.
- MESQUITA, Pedro (realizador), 2020, *Exílio no Atlântico*, documentário, 60'.
- MISURACA, Melinda & PORCAS, Russel, 2022, *Finding Valentina*, disponível em <https://hiddencompass.net/story/finding-valentina/>, acessado a 2023-02-02.
- MONTEIRO, Maria de Lurdes Oliveira, 1950, *Porto Santo. Monografia linguística, etnográfica e folclórica*, Coimbra, Casa do Castelo.
- MOP, 1984, *Ministério das Obras Públicas. Secretaria de Estado do Urbanismo e Habitação. Propostas concorrentes ao concurso internacional de ideias para o planeamento da ilha do Porto Santo. Coletânea organizada no LNEC para o proc.º 62/11/6356 (DH-NHHF/NHS), Lisboa, janeiro 1984*, policopiado.
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira, [1947] 2018, *Fomento da Fruticultura na Madeira*, Funchal, Direção Regional da Cultura.
- NEVES, Henrique Costa, 1993, «Aproveitamento de um recurso natural do Porto Santo. A cal e o seu transporte para a Madeira», in *Islenha Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 13, pp. 134-137.
- NYE, David E., 2003, *America as Second Creation: Technology and Narratives of New Beginnings*, Cambridge, MA, The MIT Press.
- OCHOA GAUTIER, Ana María, 2014, *Aurality. Listening & Knowledge in 19<sup>th</sup> Century Colombia*, Durham, NC, Duke University Press
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2020, «A indústria da cal no concelho de São Vicente (séculos XVII-XX)», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 2, pp. 493-542, disponível em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/36/43>, acessado a 2022-10-10.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A cal e a construção do arquipélago da Madeira nos séculos XV-XVI», in *Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série*, n.º 4, pp. 15-46, disponível em <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/75/88>, acessado a 2022-10-10.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «Cal, indústria da», in FRANCO, José Eduardo (dir.) e TRINDADE, Cristina (coord. executiva), *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 718-724.

- PACHECO, Dinis Gouveia, 2022, «A exploração dum recurso natural do Porto Santo, no século XX», in *Islenha Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 70, pp. 74-91.
- PACHECO, Dinis Gouveia, 2024, «A cal no arquipélago da Madeira nos séculos XIX-XX», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 6, pp. 501-590.
- PEREIRA, Ana Cristina, 2022, *Mulheres da minha ilha, mulheres do meu país. Igualdades que Abril abriu*, Lisboa, Bertrand Editora.
- PEREIRA, Eduardo Nunes, PÃO, Nélio & SANTOS, Filipe dos, 2018, *O Porto Santo nas Fotografias do Padre Eduardo C. N. Pereira*, Funchal, DRC | Arquivo e Biblioteca Pública da Madeira.
- PRISTA, Pedro, 2014, *Terra palha cal. Ensaios de antropologia sobre materiais de construção vernacular em Portugal. Earth Straw Lime. Anthropological Essays on Vernacular Building Materials in Portugal*, Lisboa, Argumentum Edições.
- QUINTELA, Maria Manuel, 2011, «Curar e recrear em águas termais: um diálogo etnográfico entre Portugal (Termas de São Pedro do Sul e Termas da Sulfúrea) e Brasil (Caldas da Imperatriz)», in *Anuário Antropológico* [Online], 36, 1, disponível em <http://journals.openedition.org/aa/1151>, acedido a 2022-12-20.
- RIBEIRO, João Adriano, 1992, «A indústria de conservas de peixe na Madeira», in *Islenha Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 11, pp. 59-70.
- RIBEIRO, João Adriano, 1997, *Porto Santo. Aspetos da sua economia*, Porto Santo, Câmara Municipal / Calcamar.
- RIBEIRO, Orlando, 1949, *L'île de Madère. Étude géographique*, Lisboa, Congrès International de Géographie.
- ROCHA, Manuel, COUTINHO, A. de Sousa, FERREIRA, H. N., 1962, *Estudo de pozolanas da ilha do Porto Santo: identificação de amostras de algumas argilas. 1.º relatório preliminar, junho de 1952*, policopiado, Lisboa, LNEC.
- RODRIGUES, Fernando M. C. Peres, 1958, *Estudo das pozolanas de Porto Santo*, policopiado, Lisboa, LNEC.
- RODRIGUES, Fernando M. C. Peres, 1962, *Homologação da pozolana natural das Pedras Pretas, ilha do Porto Santo*, policopiado, Lisboa, LNEC.
- RODRIGUES, Paulo Miguel, 2021, *Dicionário Breve da História da Autonomia da Madeira*, Funchal, Imprensa Académica.
- SANTOS, Filipe dos, 2018, «Introdução», in *O Porto Santo nas Fotografias do Padre Eduardo C. N. Pereira – Catálogo*, Funchal, DRC | Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, pp. 7-19.



- SANTOS-GRANERO, Fernando, 2009, *The Occult Life of Things. Native Amazonian Theories of Materiality and Personhood*, Tucson, The University of Arizona Press.
- SARDINHA, Vítor, 2022, «Porto Santo – uma canção», in *Isleña Temas Culturais das Sociedades Insulares Atlânticas*, n.º 70, pp. 154-159.
- SCOTT, Dayne N., 2020, «Extractivism: Socio-Legal Approaches to Relations with Lands and Resources», in *Articles & Books Chapters*, 2811, disponível em [https://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/scholarly\\_works/2811/](https://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/scholarly_works/2811/), acedido a 2023-06-05.
- SIEDER, R., ANSOLABEHHERE, K. & ALFONSO, T. (eds.), 2021, *Routledge Handbook of Law and Society in Latin America*, Nova Iorque, Routledge.
- SILVA, João Baptista Pereira, 2003, *Areia da praia da ilha do Porto Santo: geologia, génese, dinâmica e propriedades justificativas do seu interesse medicinal*, [Câmara de Lobos], Madeira Rochas Divulgação Científica e Cultural.
- SOUSA, António Teixeira de, 1952, *Adubações*, Funchal, Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira.
- STOCK, Wolfgang Jean, 2000, *Industriebau. Kontinuität im Wandel. Märker Zementwerk Harburg Architekten Ackermann und Partner. Industrial Architecture. Continuity and Change. Märkel Cement Works Harburg Architekten Ackermann und Partner*, Munique, Prestel.
- STORM, Anna, 2014, «Landscapes of Waste. Malmberger and Ignaline as Cultural Tools in Heritage Processes», in NYE, David E. & ELKIND, S. (eds.), *The Anti-Landscape*, Amsterdam, Rodopi, pp. 161-176.
- THE ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA, 1911, «Madeira, or The Madeiras», vol. XVII, Eleventh Edition, Cambridge, at the University Press.
- TOBIAS, Werner, *et al.*, [2017], ... *viel mehr als nur eine Insel*, Bramsche, Rasch Verlag.
- TORRES, Jorge & PAULO, João, 2003, «Nunca me esqueço o que passei...», in *Revista Xarabanda*, n.º 14, pp. 59-64.
- VALENTE, Carlos, 2019, «Do Mar à Serra: Estética e identidade da paisagem madeirense no cinema», in *pensardiverso. Revista de Estudos Lusófonos da Universidade da Madeira*, 7, pp. 133-150.
- WELZ, Gisela & BLUM, Eva, 2008, «Contested Modernities. Politics, Culture and Urbanisation in Portugal. A Case Study from The Greater Lisbon Area», in *Ethnologia Europaea*, 36, 2, pp. 36-53, disponível em <https://doi.org/10.16995/ee.1007>, acedido a 2022-02-02.
- WILLNOW, Anna J., 2019, *Understanding Extractivism. Culture and Power in Natural Resource Disputes*, Nova Iorque, Routledge.



## ***A Esperança* (1919-1938): A Materialização de uma Revista Católica de Formação Social Madeirense**

### *A Esperança* (1919-1938): The Materialization of a Madeiran Catholic *Bildung* Magazine

Bruno Abreu Costa<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo procura analisar *A Esperança* (1919-1938), uma revista católica fundada na diocese do Funchal. A ligação desta aos clérigos da Congregação da Missão, às diversas associações cristãs estabelecidas ao período e a sua longevidade (por comparação com revistas de teor semelhante) atribuem-lhe especial relevância. Com base em diversos textos e metatextos percorreram-se os 300 volumes da publicação com o objetivo de a caracterizar e desvendar a sua historicidade. Para tal, intentou-se conhecer o contexto de fundação, descobrindo os múltiplos fatores que promoveram o estabelecimento de um periódico católico num período republicano, mas igualmente estudar quem pertenceu aos seus quadros, incluindo editores, diretores e demais colaboradores. Após essas análises, o foco radicou n' *A Esperança* enquanto objeto físico e em constante evolução, através do estudo do título e subtítulos, capa e contracapa, dimensões, periodicidade, edições, grafismo e publicidade. Por último, fez-se uma breve caracterização da sua difusão, revelando as tipologias de aquisição, o preço e o seu público. Desse modo, pretende-se que o estudo d' *A Esperança* contribua, num primeiro plano, para um maior conhecimento da Boa Imprensa madeirense de inícios do século XX e, ultimamente, para um conhecimento da sociedade, da cultura e da religiosidade dos madeirenses desse período.

---

<sup>1</sup> Técnico Superior no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, pertencente à Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Licenciado em História (2011) e mestre em História – Sociedades, Políticas e Religiões (2013) pela Universidade de Coimbra. Doutorando em Ilhas Atlânticas: História, Património e Quadro Jurídico-Institucional pela Universidade da Madeira. Autor de diversos estudos sobre o clero, a Igreja e a religiosidade no arquipélago madeirense durante os séculos XV a XVIII, e colaborador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias – Universidade da Madeira. Endereço eletrónico: [bruno.a.costa@madeira.gov.pt](mailto:bruno.a.costa@madeira.gov.pt).

**Palavras-chave:** Publicações Periódicas na Madeira; Imprensa Católica; *A Esperança* (1919-1938); Congregação da Missão.

### **Abstract**

This article aims to analyse *A Esperança* (1919-1938), a catholic magazine founded in the diocese of Funchal. Its relation with the Congregation of the Mission, the multiple Christian associations established during the same period, and its longevity (whilst comparing it to similar publications) provides a valuable insight to the cultural milieu of Madeira. Based on texts and metatexts from its 300 volumes, the main objective of this study is to characterize the magazine in its multiple facets. Hence, one must start with the context in which it was created, by analysing the determining factors that made its establishment possible. After that, one must delve into the producing process of the publication, by knowing who the editors, directors and collaborators were. Then it is relevant to observe it as a material object, with its own evolution, by surveying features such as title and subtitles, front and back cover, periodicity, various editions, graphical aspect, and the advertisement. Finally, a study of its reception, concerning the forms of acquisition, price, and its audience. Thus, one can better know about the Good Press in the archipelago of Madeira, during the first three decades of the 20<sup>th</sup> century, but also about the society, culture, and religiosity of Madeirans.

**Keywords:** Periodical Publications in Madeira; Catholic Press; *A Esperança* (1919-1938); Congregation of the Mission.

## **A Nossa Esperança!**

«A Imprensa é o pregoeiro e o arauto do pensamento e das ideias. Vai a toda a parte: ao palacio do rico, á casa humilde do operario, á mansarda do indigente. [/] A esses logares pode levar a luz ou a treva, a verdade ou o erro, a moral ou o vicio». Assim declarou, a 11 de março de 1930, o P.<sup>o</sup> Jacinto da Conceição Nunes, pároco da Sé no Funchal, durante o sermão proferido na capela de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa, localizada no Hospício da Princesa D. Maria Amélia desta cidade<sup>2</sup>. Essa característica – a do vasto alcance da imprensa, que lhe conferia um papel determinante na propagação dos ideais católicos – foi assinalada pela Santa Sé desde

---

<sup>2</sup> J. N., 01-05-1930, «A Festa de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 12.<sup>o</sup>, n.º 3, pp. 86-89 (suplemento); a citação encontra-se na p. 87. Façam-se duas explicações que permeiam este texto. Como clarificado futuramente, a «grande edição» d’*A Esperança* teve uma dupla paginação: uma numeração atribuída à «pequena edição» e outra a uma adenda que foi inicialmente designada de “Suplemento Doutrinário e Literário”. Optou-se por, nas referências em rodapé, acrescentar “(suplemento)” quando o número corresponde às páginas desse acréscimo. Por sua vez, utilizou-se “[/]” nas citações para indicar uma mudança de parágrafo no texto original.

o final de oitocentos, e a mensagem foi reproduzida tanto nos próprios periódicos como por aqueles que, como o P.<sup>e</sup> Jacinto, se ocupavam dos seus rebanhos.

Registe-se que, nos séculos XIX e XX, o liberalismo, a secularização e o anticlericalismo abalaram a Igreja Católica, socorrendo-se de novos meios para a disseminação das suas ideologias<sup>3</sup>. Em 1912, um artigo no *Boletim Eclesiástico da Madeira* (1912-1919) advertia: «O mesmo *direito natural* que veda ao homem comer alimentos envenenados, proíbe-lhe também o perverter o espírito com o veneno, *certo e manifesto*, das más leituras». Porém, na impossibilidade de extirpar os “maus” livros, jornais e revistas, continua o autor, os católicos tinham somente dois métodos de os combater: «um *directo*, não os lendo, não consentindo que outros os leiam, inculcando aberta e desassombadamente por toda a parte a obrigação de não os ler[;] outro *indirecto*, mediante as *boas leituras*»<sup>4</sup>.

Foi com base nesta dicotomia, amplamente antagónica, que surgiu o conceito de “Boa Imprensa”, inicialmente utilizado por escritores e casas editoriais de pendor católico e mais tarde adotado pelo papado<sup>5</sup>. A título de exemplo, a sociedade secreta Amicizia Cristiana (1780-1817, e depois Amicizia Cattolica) tinha como um dos seus objetivos principais a promoção da “boa” leitura, através da publicação e distribuição de “bons” livros<sup>6</sup>; já María José Ruiz Acosta refere que o uso do termo generalizou-se após a fundação da editora Maison de la Bonne Presse, em 1873<sup>7</sup>. Por sua vez, foi o papa Leão XIII (1878-1903) o primeiro sucessor de Pedro a promover a difusão da “buona stampa”, da “Boa Imprensa”<sup>8</sup>.

Reiterando a mensagem papal, o P.<sup>e</sup> Jacinto, no dito sermão, distinguiu com clareza as características entre duas tipologias opostas:

«A Imprensa é boa, conscienciosa, livre de sectarismos, iluminada pelos clarões do Evangelho? Será então um agente de felicidade para a família e para as nações. A Imprensa é má, dirigida por ambiciosos e amorais, por homens sem Deus, nem Moral, sem amor ao trabalho mas eivados de odios satanicos contra os favorecidos da fortuna? Então exercerá uma influencia terrivel e conduzirá os povos ao desespero, á ruina e ao despotismo atraz dos ditadores aventureiros e ateus»<sup>9</sup>.

<sup>3</sup> CLARK & KAISER, 2003, «Introduction. The European Culture Wars».

<sup>4</sup> S. A., 01-10-1912, «Apostolado da Oração», in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 1.º, n.º 8, p. 188, itálicos no original.

<sup>5</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 87.

<sup>6</sup> GUNZBERG, 1992, *Strangers at Home* [...], pp. 63-64.

<sup>7</sup> RUIZ ACOSTA, 1999, «El Despegue de la “Buena Prensa” y el *Correo de Andalucía* en la Sevilla de comienzos del siglo XX», p. 230.

<sup>8</sup> Consulte-se ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 87-108, para uma análise do papel de Leão XIII em relação à imprensa católica.

<sup>9</sup> J. N., 01-05-1930, «A Festa de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 3, p. 87 (suplemento).

Retenha-se: a “Boa Imprensa” despontou por contraste à “Má Imprensa”, claramente num processo reacionário a uma imprensa laica e anticatólica<sup>10</sup>. Assumia-se, assim, não simplesmente como um conjunto de textos e de periódicos da autoria de ou dirigidos a católicos, mas como uma fação de um combate, cada uma com seu exército de livros, jornais e revistas pronto a atacar e a defender-se<sup>11</sup>. Para tal embate foi fulcral promover uma imprensa que «instrue os ignorantes, emenda os viciosos com o latego justiceiro d’uma severa crítica, orienta os indecisos, robustece os fracos e contribue assim mais poderosamente para a verdadeira felicidade do homem, do que qualquer outro benefício material, por grande e imenso que seja», como assinalou a pena de um autor anónimo<sup>12</sup>.

O P.<sup>e</sup> Henri Janssen, da Congregação da Missão (C. M.), capelão do Hospício da Princesa D. Maria Amélia – assinando como *Miles Christi*, o “soldado de Cristo”<sup>13</sup> –, exaltou o «escritor católico», indicando que este era um produtor de obras com o propósito de «doutrinar, moralisar, educar e espiritualisar milhares, por vezes milhões de seres humanos»<sup>14</sup>. Já o P.<sup>e</sup> João Vieira Caetano, pároco na Ponta do Sol, urgiu: «Para se cumprir o mandamento divino – ide e ensinai toda a creatura – precisam os católicos, os mandatários de Cristo, de utilizar os melhores meios de propaganda, sendo um destes incontestavelmente a imprensa»<sup>15</sup>. Assim, a Boa Imprensa assumiu o papel de apóstolo, qual missionário que disseminava a moral e a religião católica na paróquia, na diocese, e no Mundo.

Segundo Paulo Alves, a imprensa católica exerceu uma função relevante no conflito social originário da implantação da República em Portugal (1910). O «espírito de cruzada», em defesa dos direitos cerceados pelos republicanos, tornou-a numa «imprensa de combate», numa Boa Imprensa<sup>16</sup>. Algo que, de acordo com o P.<sup>e</sup> Jacinto, no mesmo sermão proferido em 1930, produziu os resultados esperados: «Foi a Boa Imprensa que em Portugal conduziu a governação ao terreno da ordem, do respeito às crenças, e que fez possível e viável uma administração progressiva e em harmonia com os supremos interesses do Continente e das Colónias»<sup>17</sup>. E foi esta resposta

---

<sup>10</sup> Como bem explicaram ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 85 e 95 e MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 27.

<sup>11</sup> SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 2005, «El Pan de los Fuertes [...]», p. 53.

<sup>12</sup> «Aos Dedicados Amigos de “A Esperança”», 01-05-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 5, p. 36.

<sup>13</sup> A identidade deste pseudónimo foi revelada em GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 610.

<sup>14</sup> Miles Christi, 01-04-1938, «Porque é que se ama a Imprensa?», in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 2, pp. 22-23.

<sup>15</sup> P. C., 01-03-1932, «Parabem», in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 1, p. 24.

<sup>16</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 127.

<sup>17</sup> J. N., 01-05-1930, «A Festa de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 3, p. 89 (suplemento).

católica – por escrito e difundida por todo o país, ilhas e possessões coloniais através de jornais, revistas e pasquins – que interessou investigadores como Jacinto Guerreiro<sup>18</sup>, Paulo Alves<sup>19</sup> e José Machado<sup>20</sup>.

Jacinto Guerreiro, na apresentação de um projeto que procurava estudar a imprensa católica portuguesa ao longo do século XX, afirmou que esse seria mesmo «o melhor meio para compreender a articulação e vitalidade do *movimento católico* com a sociedade a partir da presença institucional da Igreja»<sup>21</sup>. Através dessa análise seria possível avaliar a relação entre a Igreja e o Estado e, ainda, questões associadas à cultura, à missão, à educação, à espiritualidade, e até outras características de natureza social, pastoral e teológica<sup>22</sup>. Enfim, observar as mudanças sociais, políticas, culturais e económicas através da lente da Igreja. Já Paulo Alves e José Machado propuseram objetivos mais concretos e concentrados. O primeiro explorou a imprensa católica durante a Primeira República (1911-1926), em contexto nacional, com o objetivo de conhecer a sua evolução, multiplicidade e complexidade, integrando-a num dos mecanismos que, ao período, procuraram «a recristianização e a renovação da sociedade»<sup>23</sup>. O segundo focou-se nas publicações periódicas de pendor católico produzidas no arquipélago dos Açores entre 1900 e 1926; os propósitos foram semelhantes aos de Paulo Alves, mas a análise de um outro espaço insular permite comparações relevantes, apesar de extemporâneas a este estudo, com os periódicos madeirenses.

Numa tentativa de adaptar, ainda que de forma limitada, os intentos das investigações anteriores ao arquipélago da Madeira, recorreu-se à revista *A Esperança*, uma publicação católica produzida no Funchal. *A Esperança* foi encetada a 1 de março de 1919 e interrompida, definitivamente, a 1 de outubro de 1938, contabilizando duas décadas de atividade. A revista foi disponibilizada com uma periodicidade mensal, apesar de rapidamente se ter tornado quinzenal; porém, à conta das dificuldades económicas, regressou, após seis anos de quinzenário, à sua qualidade de mensário. Devido às ditas características, conhecem-se 300 volumes d'*A Esperança*<sup>24</sup>.

---

<sup>18</sup> GUERREIRO, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal [...]».

<sup>19</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...].

<sup>20</sup> MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...].

<sup>21</sup> GUERREIRO, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal [...]», p. 387, itálicos no original.

<sup>22</sup> GUERREIRO, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal [...]», pp. 385-388.

<sup>23</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 20.

<sup>24</sup> Atente-se que, por diversas vezes, se atribuíram dois números (o algarismo aposto na capa) a um só volume (o objeto físico), como por exemplo no volume datado de 25 de dezembro de 1925, cuja numeração é a de «N.ºs 20 e 21». Contabilizou-se estes casos como somente um único volume, o que totalizou os 300 já referidos.

Infelizmente, ignora-se o paradeiro do arquivo institucional da revista, que conteria os documentos administrativos e financeiros necessários ao bom funcionamento desta. Tal falta embarga o estudo aprofundado que se gostaria de produzir; contudo, considerou-se que a análise dos textos impressos nas páginas d'*A Esperança* permite concentrar a investigação numa tipologia documental ainda pouco estudada na historiografia madeirense: a publicação periódica. Mais, com frequência, a revista publicou “metatextos” que abordavam, a sua vivência e as suas dificuldades, o que possibilita reconstituir a sua historicidade e conhecer os meandros da sua existência. É a estes textos e metatextos que, neste artigo, se dará atenção, de modo a alcançar os objetivos estipulados.

Há, no entanto, que apontar “falhas” nas fontes consultadas, que não se conseguiram sanar mesmo após pesquisas no Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), na Biblioteca Municipal do Funchal, na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

A primeira destas consistiu na impossibilidade de verificar todas as edições de todos os volumes d'*A Esperança*, dado que não foi possível aceder a muitos exemplares da «pequena edição»<sup>25</sup>. Na medida em que se acredita que a «pequena edição» continha os textos da «grande edição», excetuando aqueles presentes no “Suplemento”, algo que se confirmou nos números aos quais se teve acesso às duas versões, presume-se que essa falha não prejudicará a análise. É à grande edição, ou à única existente em determinados casos, que se alude em todas as referências feitas em nota de rodapé.

Por sua vez, não foi possível consultar dois números da grande edição: o número 12 do 12.º ano (de 1 de fevereiro de 1931) e o sexto número do 20.º ano (de 1 de agosto de 1938). Em relação ao primeiro destes casos, não se conseguiu encontrar nenhuma das edições nas quatro bibliotecas consultadas, pelo que se presume que não chegou a ser publicado<sup>26</sup>. No segundo caso, somente se acedeu à edição de 36 páginas, o que por comparação com os volumes anteriores correspondia à pequena edição. Todavia, esse facto poderá não indicar uma falha documental. Registe-se que se trata de um volume do último ano da revista e as dificuldades financeiras assoberbavam a administração, tanto que o quinto número desse ano (de 1 de julho de 1938) foi, também ele, publicado com somente 36 páginas. A diferença reside na

---

<sup>25</sup> Com a entrada no quinto ano de publicação (1922-1923), a direção da *A Esperança* optou por publicar duas versões do mesmo número. A que continha menos páginas foi designada de «pequena edição», enquanto a complementada pelo “Suplemento Literário e Doutrinário” adquiriu a denominação de «grande edição».

<sup>26</sup> Esta questão será abordada, com maior detalhe, aquando da análise da periodicidade da revista.



seguinte informação impressa no volume de julho: «Sentimos não poder apresentar aos nossos prezados assinantes que se nos conservaram fieis, senão 36 paginas de leitura em vez das 52 habituais. A falta de recursos obriga-nos a impor-lhes este sacrificio»<sup>27</sup>. Apontamento que não foi repetido no número do mês seguinte, de agosto, mas que se poderá supor, ainda que sem inequívoca certeza, ser a causa da redução de páginas. Estas constituem, assim, dificuldades heurísticas, intransponíveis nesta fase, mas que não minimizam a consulta dos restantes volumes desta publicação.

Para a reconstituição da vivência d'*A Esperança*, uma revista<sup>28</sup>, adotou-se uma metodologia tipicamente utilizada nos estudos sobre a imprensa. Tal metodologia parte de um pressuposto fulcral: a impossibilidade de se considerar estas fontes como veículos de informação imparcial, desapaixonada ou neutra. Isto porque, segundo José D'Assunção Barros, um periódico, tendencialmente, é uma fonte «multiautoral», composto por uma profusão de escritores com interesses e perspetivas distintas, mesmo que guiado por linhas editoriais bem definidas que congreguem e homogeneizem opiniões e formas de observar factos e eventos<sup>29</sup>. Nesse sentido, como referiu Renné Zicman, «as informações não são dadas ao azar mas ao contrário denotam as atitudes próprias de cada veículo de informação[;] todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio “filtro”»<sup>30</sup>. Assim, não há que negar que a imprensa periódica apresenta um discurso sobre a realidade, umas vezes mais informativo outras mais opinativo e ainda outras nas quais a mescla de ambos é tão intrínseca que destrinçar componentes seria autopsiar os próprios textos. Retenha-se, então, que toda a imprensa procura alavancar interesses políticos, económicos, sociais, culturais, etc., numa tentativa de formar a opinião pública.

Logo, é natural reexaminar considerar como fonte um documento que, *a priori*, se sabe não possuir a neutralidade esperada. Todavia, os periódicos tornam-se fundamentais para os historiadores de épocas recentes. A sua regularidade – quais séries documentais, tão valorizadas pela Escola dos Annales – permite observar realidades e fenómenos não só na curta como na média e longa duração. É fundamental, como expuseram Heloisa Cruz e Maria Peixoto, «entender a Imprensa como linguagem

---

<sup>27</sup> «Expediente», 01-07-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 5, verso da capa.

<sup>28</sup> Segundo José D'Assunção Barros, a revista distingue-se do jornal pelas suas características essencialmente materiais – tamanho, preço, grafismo, qualidade do papel, etc. – ainda que rivalize em importância com este, como se refere em BARROS, 2021, «Sobre o uso dos jornais como fontes históricas [...]», p. 398, nota 1 e BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», p. 589.

<sup>29</sup> BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», pp. 590-591.

<sup>30</sup> ZICMAN, 1985, «História através da Imprensa [...]», p. 90.

constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe»<sup>31</sup>. E, desse modo, converter esses meios de comunicação em fontes históricas.

Faça-se uma distinção primacial: o estudo que se apresenta consiste num exercício de História da Imprensa e não de História através da Imprensa. Essa escolha leva à adoção de técnicas descritivas da realidade no passado já testadas. Pierre Albert, estudioso da imprensa francesa, recomendou observar por “de trás” (*derrière*), por “dentro” (*dans*) e em “frente” (*devant*) de um jornal<sup>32</sup>. Analisar um periódico por detrás implica compreender o seu processo de produção, a empresa produtora e os seus recursos, os editores e administradores, etc.; por dentro, impõe um estudo das características formais, dos artigos, das imagens, da publicidade...; e, por fim, uma abordagem aos seus meios de distribuição e ao seu público, a dianteira da publicação<sup>33</sup>. José D’Assunção Barros reforçou essa divisão e lembrou que toda a existência de um periódico se baseia na «intrincada dialética trinitária que coloca em interação o “polo editor” (1), o conjunto de discursos, conteúdos e mensagens encaminhadas (2), e, por fim, o “polo receptor” (3)», legitimando a abordagem tripartida<sup>34</sup>. Já Heloisa Cruz e Maria Peixoto procuraram simplificar o processo, com uma primeira análise sumária, através do registo dos elementos identitários de uma publicação – título, subtítulos, datas-limite e periodicidades – e uma investigação acerca dos «grupos produtores» e do «projeto gráfico/editorial», assente nas temáticas, autores, condições materiais (papel, capa, tamanho), elementos de distribuição (tiragem, preço, público, espaço de circulação), entre outras características a reportar<sup>35</sup>.

Seguindo estes considerandos metodológicos, espera-se contribuir para a História da Imprensa no arquipélago da Madeira – uma vertente da historiografia insular que conta já com alguns estudos, mas com muito potencial para desbravar novos caminhos<sup>36</sup> –, através da historicidade d’*A Esperança*, ao mesmo tempo que se apre-

---

<sup>31</sup> CRUZ & PEIXOTO, 2007, «Na Oficina do Historiador [...]», p. 258.

<sup>32</sup> ALBERT, 1988, «L’histoire de la presse [...]», p. 15.

<sup>33</sup> ALBERT, 1988, «L’histoire de la presse [...]», pp. 15-17.

<sup>34</sup> BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», p. 593.

<sup>35</sup> CRUZ & PEIXOTO, 2007, «Na Oficina do Historiador [...]», pp. 261-269.

<sup>36</sup> Tais como: OLIVEIRA, 1969, *Arquipélago da Madeira* [...], pp. 184-216; PITA, 1985, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época [...]»; PITA, 1986, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época [...]»; BARROS & SANTOS, 2007, *Terra de jornais* [...]; RODRIGUES, 2008, «Olhando sobre a *Margem* [...]»; FLORENÇA, 2010, «Imprensa republicana madeirense [...]»; SANTOS, 2012, *A Revista Atlântico (1985-1989)* [...]; CASTRO, 2016 «Periódicos Literários

senta diversos apontamentos que complexificam o conhecimento acerca do contexto sociocultural e económico do arquipélago nas primeiras décadas do século XX.

Após esta introdução, com apontamentos metodológicos, o restante artigo propõe analisar a materialização d'*A Esperança*, em duas perspetivas: numa primeira fase, através da sua concretização, expondo os contexto de fundação; para depois se abordar a materialidade – *A Esperança* enquanto objeto físico – seguindo os preceitos expostos por Pierre Albert, José D'Assunção Barros e Heloisa Cruz e Maria Peixoto. Desse modo, intenta-se caracterizar esta importante publicação periódica madeirense e as circunstâncias espaço-temporais em que ela se insere.

## 1. A Fundação

«A nossa esperança!». Assim principiou o editorial inaugural da recém-criada publicação periódica católica na diocese do Funchal, com a data de 1 de março de 1919. O artigo pretendia dar a conhecer aos futuros leitores d'*A Esperança* as razões da fundação desta nova revista.

Segundo o autor, não identificado, *A Esperança* nasceu de um conflito social que opunha duas fações: entre aqueles que possuíam «doutrinas subversivas e anti-sociais» e os que queriam «adorar o mesmo Deus de seus pais». A nova publicação pretendia servir de veículo disseminador dos ideais deste segundo grupo, que almejava melhores dias: «Queremos, sim, ter esperança num futuro risonho de felicidade para a nossa estremecida patria, para a sociedade portuguesa. [/] Virão dias bonançosos, não o duvidamos, depois de todas estas medonhas tempestades que tantas ruínas tem produzido neste solo abençoado»<sup>37</sup>. Não obstante tais princípios, os articulistas não esqueceram uma justificação mais prosaica: *A Esperança* «[s]ucede ao *Boletim Eclesiástico*, que suspende temporariamente a sua publicação; sucede lhe ainda mais reduzida em numero de paginas, em razão da crise financeira que continua a avassalar as empresas modestas da índole desta publicação»<sup>38</sup>.

Tais motivos – o conflito social e a substituição do *Boletim Eclesiástico da Madeira* – foram recordados mais tarde, aquando da celebração do décimo aniversário da revista. Durante a missa, o P.<sup>e</sup> João Vieira Caetano, pároco-coadjutor da Ponta do Sol e antigo diretor de um outro periódico católico madeirense, *O Brado do Oeste*,

---

[...]; SILVA, 2016, *De Hintze a Afonso Costa* [...]; LEMOS, 2020, «1931 – A Imprensa dos Revoltosos [...]; CARMO, 2020, «Imprensa Católica»; e SANTOS, 2022, «Atlântico, revista», além de outros.

<sup>37</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

<sup>38</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

relembrou o momento embrionário:

«Nasceu a Esperança num momento critico. Se bem me recordo, havia nuvens no horizonte. Os dias eram de desalento e desesperança para os que só confiam nos favores humanos e só olham para a Terra. A uma situação política de benevolência para com a Igreja, sucediam homens, no governo do Paiz, que apareciam animados de má vontade. Tinha suspendido o unico semanário de feição catolica que se publicava no Funchal. Á situação Sidonio Paes, sucedera uma politica de despeitos e desforra... Os dias eram de desalento, havia nuvens escuras no horizonte. [...] Nesses dias de desalento, quando havia nuvens negras no ceu, apareceu A Esperança»<sup>39</sup>.

É de atentar que os contextos que deram origem à *A Esperança* foram múltiplos, sendo necessário elucidar as realidades regionais, nacionais e internacionais que possibilitaram a dita fundação.

### A Primeira República Portuguesa

O leitor d'*A Esperança* depara-se, logo no dito primeiro editorial, com uma imagem sombria da sociedade: «O mundo está perdido, a sociedade não póde levantar-se do abismo em que jaz corroida de paixões degradantes e victima do seu orgulho desmedido», por culpa do «ódio inextinguivel a Deus, á sua religião, aos seus ministros e sequases mais ferverosos», promovido pela República e pelos republicanos, depois de um longo movimento liberal e anticlerical<sup>40</sup>. Foi desta dicotomia – de um confronto social que opôs os que possuíam «doutrinas subversivas e anti-sociais [...] que pretendem suplantar a lei sublime e a obra gigantesca do Evangelho» e os que eram «odiados, excecrados [sic] por aqueles [primeiros], como seus inimigos, como entes indignos de respirarem estas brisas balsâmicas do lindo rincão natal, por causa do nefando crime de respeitarem as tradições nacionais, querendo adorar o mesmo Deus de seus pais»<sup>41</sup> – que *A Esperança* nasceu.

Assim, para contextualizar a fundação do periódico, torna-se necessário aludir a diversos eventos ocorridos nas primeiras décadas do século XX. A implantação da República (1910), a “Questão Religiosa” e a *Lei da Separação do Estado das Igrejas* (de 20 de abril de 1911) foram momentos disruptivos da vida católica da sociedade portuguesa<sup>42</sup>. Na Madeira, segundo os estudos de Gabriel Pita, a *Lei* foi implementada

<sup>39</sup> P. C., 01-03-1928, «A Esperança», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 4.

<sup>40</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

<sup>41</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

<sup>42</sup> Veja-se, para a contextualização da «Questão Religiosa», SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...] e MOURA, 2010, *A «Guerra Religiosa» na I República*. Atente-se, todavia, que a legislação anticatólica não se resumiu à *Lei da Separação*, proliferando ainda antes da promulgação desta, como alertou NETO, 2010, «A questão religiosa [...]», pp. 132-133.

com celeridade, tomando-se medidas como a atribuição de pensões aos clérigos, o arresto de bens eclesiásticos, a punição de sacerdotes por desrespeito ao cumprimento da lei e o encerramento das instituições de ensino religioso<sup>43</sup>. O decreto – que, como assinala Pita, ao invés de separar as instituições, submeteu a Igreja ao Estado<sup>44</sup> – não gerou acicatadas contendas, dada a *sede vacante* da diocese funchalense<sup>45</sup>. Para este autor, e por comparação com o ocorrido no espaço continental, foi a ausência de antístite, *de jure*, a razão para uma transição razoavelmente pacífica<sup>46</sup>. Não obstante tais considerações, certamente que diversas camadas da sociedade regional, mormente os membros do clero local, responderam adversamente à nova situação política e às implicações sociais das suas reformas.

Segundo Paulo Fontes, após o Apelo de Santarém (1913)<sup>47</sup>, as forças clericais relegaram as divisões internas e unificaram-se contra os inimigos republicanos<sup>48</sup>. A partir desse momento, procedeu-se a uma mudança, numa paulatina aproximação entre Igreja e Estado, catalisada pela fundação do Centro Católico Português (1917)<sup>49</sup> e pelo golpe de Estado encabeçado por Sidónio Pais (a 5 de dezembro de 1917). A anulação dos desterros dos eclesiásticos, a revisão da *Lei da Separação*, o restabelecimento das relações diplomáticas com a Santa Sé e a participação de membros do governo, como o próprio Sidónio, em cerimónias religiosas – nos atos fúnebres, por exemplo, por alma dos soldados falecidos na I Guerra Mundial<sup>50</sup> – incrementaram a proximidade entre as fações durante o Sidonismo<sup>51</sup>. Com o fim trágico do estadista (a 14 de dezembro de 1918), o Centro Católico Português

---

<sup>43</sup> PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]».

<sup>44</sup> PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]», p. 108.

<sup>45</sup> PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]», p. 104. A Sé funchalense encontrava-se vaga devido ao falecimento de D. Manuel Agostinho Barreto, a 26 de junho de 1911, e pelo atraso na sua substituição, algo que só viria a acontecer a 2 de outubro de 1914 com a nomeação do vigário-capitular do Funchal, António Manuel Pereira Ribeiro, para prelado e cuja sagração e tomada de posse ocorreu somente em 1915. Para a biografia e atuação destes prelados consulte-se os estudos de COELHO, 2015, «D. Manuel Agostinho Barreto [...]»; ALMADA, 2017, *O ministério de D. Manuel Agostinho Barreto [...]*; e SILVA, 2012, *D. António Manuel Pereira Ribeiro [...]*.

<sup>46</sup> PITA, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República [...]», p. 104.

<sup>47</sup> A 10 de julho de 1913, os prelados portugueses, reunidos em Santarém, apelaram aos católicos que deixassem as anteriores divisões políticas e se unissem contra as investidas republicanas, estabelecendo uma União Católica. Consulte-se, sobre a importância do Apelo de Santarém, FONTES & FERREIRA, 2022, «A I Guerra Mundial na imprensa católica [...]» e SILVA, 2022, «Percurso e conflitos no catolicismo político e seu confronto com a sociedade liberal [...]».

<sup>48</sup> FONTES, 2000, «O catolicismo português no século XX [...]», p. 142.

<sup>49</sup> SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX [...]*, pp. 238-240.

<sup>50</sup> NETO, 2010, «A questão religiosa [...]», p. 145.

<sup>51</sup> SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX [...]*, pp. 249-263.

ganhou ainda maior relevo político e a República aproximou-se ainda mais do Catolicismo<sup>52</sup>.

É necessário compreender que a realidade conflitual das relações entre a Igreja e o Estado, vivida no início da década, sofrera alterações, não sendo manifestamente a mesma em 1919, aquando da fundação d'*A Esperança*. Todavia, como demonstra o editorial, a passagem do tempo não aligeirou uma certa contenda social, nem o ressentimento contra as ofensas impostas pela *Lei da Separação*. O mesmo foi perceptível a nível nacional, com a imprensa católica a realçar a necessidade de reverter a dita *Lei* mesmo após a revisão desta com o *Decreto Moura Pinto* (de 22 de fevereiro de 1918), e a anotar os ataques a membros do clero e a penúria a que a República os sujeitara<sup>53</sup>. Assim, tanto a situação político-social vivida no arquipélago como a ocorrida em Portugal Continental deram o mote para a existência de um conflito que serviu de pretexto para o aparecimento de uma nova revista.

### A Situação Económica

A secunda justificativa para o aparecimento da revista assentou na suspensão do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, «em razão da crise financeira que continua a avasalar as empresas modestas da índole desta publicação»<sup>54</sup>, uma situação com origem na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e nas suas consequências económicas.

A escassez de produto e a inflação resultantes da Grande Guerra levaram a um agravamento generalizado da economia portuguesa<sup>55</sup>. Se tal acontecera já em 1914, a situação acentuou-se em 1916 com a entrada de Portugal no conflito, pois os navios portugueses passaram a ser alvo dos submarinos alemães<sup>56</sup>.

A inflação resultou no aumento do custo de vida, incluindo bens de primeira necessidade. As estatísticas oficiais, com base no *Anuário Estatístico Português*, permitem registar um incremento de 293%, ao comparar os preços de 1918 com os

---

<sup>52</sup> SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...], pp. 265-273.

<sup>53</sup> ALVES, 2021, «A Ação de Combate da Imprensa Católica na Primeira República (1910-1926) [...]», pp. 151-153.

<sup>54</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

<sup>55</sup> Veja-se, sobre este assunto, MATA & VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal* [...], pp. 179-184.

<sup>56</sup> MATA & VALÉRIO, 1994, *História Económica de Portugal* [...], pp. 180-183. Registe-se que um submarino alemão atacou, em dezembro de 1916, dois navios franceses e um britânico no Porto do Funchal, afundando-os. O evento foi relatado em «Notícias Locais», 01-1917, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 5.º, n.º 11, pp. 255-260 e noutras publicações locais, como se refere em WILHELM, 2011, «O Ataque de um Submarino Alemão ao Porto do Funchal [...]».

de 1914<sup>57</sup>. A título de exemplo, os custos de produtos como o pão e o bacalhau tiveram um aumento no valor de 227% e de 270%, respetivamente<sup>58</sup>. E nos anos seguintes à Guerra, apesar da escassez de mercadorias ter reduzido, a inflação manteve-se elevada, causando um acréscimo do custo de vida de 24% entre 1918 e 1919, mas de 235% entre 1919 e 1920<sup>59</sup>.

Apesar das tentativas de fazer frente à inflação através de um reforço salarial<sup>60</sup>, presume-se que tanto a população portuguesa como a madeirense utilizaram os seus rendimentos na compra de bens de primeira necessidade em detrimento do pagamento de assinaturas de periódicos.

Além do incremento dos preços reduzir a venda de periódicos, diminuindo as receitas das publicações, há ainda que considerar o encarecimento da produção. Para o caso em concreto, não se sabe se a «Tipographia Camões», que imprimia o *Boletim* e mais tarde *A Esperança*, passou por um processo de modernização nas primeiras décadas do século XX, como acontecera com algumas tipografias em Portugal<sup>61</sup>. Tal poderia levar a que as gráficas aumentassem o preço das impressões para compensar o investimento na eletrificação e na aquisição de novas impressoras<sup>62</sup>. De igual modo, desconhece-se se os tipógrafos madeirenses participaram nas diversas greves que ocorreram em Portugal Continental durante este período<sup>63</sup>. Caso estas circunstâncias tenham ocorrido no arquipélago, o custo de produção do *Boletim* terá disparado<sup>64</sup>. Porém, além destas duas causas, incertas, outra situação, desta vez muito bem documentada, dificultou a produção de publicações periódicas no período: o aumento do preço do papel.

As dificuldades na obtenção de papel, ainda que a maioria fosse nacional<sup>65</sup>, começaram a ser sentidas em meados da primeira década do século XX. O periódico

---

<sup>57</sup> PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 469.

<sup>58</sup> PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 416.

<sup>59</sup> PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 469.

<sup>60</sup> FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

<sup>61</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 173.

<sup>62</sup> BARRETO, 1982, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)», pp. 185-186.

<sup>63</sup> Veja-se, sobre as condições materiais e de trabalho dos tipógrafos, BARRETO, 1981, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)» e BARRETO, 1982, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)».

<sup>64</sup> Ao contrário d'*A Esperança*, o *Boletim* prestou poucas informações relativas à sua historicidade. As referências à evolução do custo de produção e do preço que o leitor pagava para adquirir os volumes são, assim, escassas, o que impossibilita a confirmação da modernização das tipografias e da participação dos tipógrafos madeirenses nas greves.

<sup>65</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 176. O argumento assentou no conhecimento acerca da profusão de fábricas de papel nacional e nos elevados custos de importação.

A *Nação* agendou para 20 de janeiro de 1916 uma reunião para discutir a carestia e o preço daquela matéria-prima<sup>66</sup>. O diário católico *A Ordem* relatou, em 1918, que o papel para impressão custava 50 centavos ao quilograma; em 1914, esse preço era de oito centavos ao quilograma<sup>67</sup>! Tratou-se de um incremento de 625% em quatro anos, pelo que os editores exigiram que o governo republicano procurasse soluções. Estas tardaram, pois só em 1920 o Ministério do Comércio e Comunicações decidiu taxar a venda avulsa dos jornais, impondo que os mesmos não pudessem ser vendidos a menos de 50 centavos quando avulsos e por 18 escudos com uma assinatura anual<sup>68</sup>.

No caso das ilhas, como demonstra o estudo de José Machado para os Açores, as dificuldades no acesso ao papel foram ainda maiores, o que levava a que as tipografias ou as próprias publicações necessitassem de criar reservas que pudessem corresponder às demandas da impressão<sup>69</sup>. Desconhece-se se existiram, ao período, fábricas de papel no arquipélago da Madeira. Provavelmente, a situação seria semelhante ao caso açoriano, onde a maioria do papel era importado ou de Portugal Continental ou de outros espaços europeus ou mundiais, incrementando os custos de produção<sup>70</sup>. A redução da disponibilidade desta matéria-prima levou à quebra na qualidade, à transformação ou mesmo à extinção de periódicos. Assim aconteceu com o jornal açoriano *A Verdade* que referiu, em agosto de 1916, a necessidade de reduzir a sua dimensão, alegando o «excessivo e constante aumento do preço do papel, o que já tem levado muito jornais a suspenderem a sua publicação»<sup>71</sup>; algo que o *Boletim Eclesiástico da Madeira* também se viu obrigado a fazer.

As dificuldades económicas foram lembradas no editorial inaugural d'*A Esperança*, na medida em que se informa que esta nova publicação foi criada para ser mais sustentável, através da redução do número de páginas – e, logo, do custo de produção. E registre-se que a contenção idealizada foi concretizada: após um primeiro ano (1912-1913) no qual o *Boletim* possuiu um número variado de páginas, este estabilizou em 24 páginas por número mensal e em 20 páginas nos volumes finais;

---

<sup>66</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 177-178.

<sup>67</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 180.

<sup>68</sup> Ministério do Comércio e Comunicações, 24-06-1920, «Decreto n.º 6:703», in *Diário do Governo*, I.ª série, n.º 131, pp. 859-860.

<sup>69</sup> MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 88.

<sup>70</sup> É o que leva a crer a informação presente em «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 15-04-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 4, verso da contracapa, onde se refere que «[o] papel chegado de Lisboa pelo [navio] «Lima» já nos chegou com 10\$000 de majoração no preço de cada resma e com ordem de pagamento imediato».

<sup>71</sup> Citado em MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 88.



já *A Esperança* começou a ser publicada com 12 páginas por mês, efetivando a redução pretendida.

Há, no entanto, não só que atentar nas justificações alegadas para a fundação – a necessidade de uma voz contra a República e as agruras económicas do período –, mas observar outros condicionalismos que permitiram o estabelecimento de uma nova publicação periódica.

### O Fim do *Boletim*

A primeira das condições facilitadoras, associada às dificuldades económicas da época, foi mesmo a suspensão, que se revelou definitiva, do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, em fevereiro de 1919.

O *Boletim* surgiu no contexto da Boa Imprensa contra a República, e serviu de agregador de outras publicações extintas pela instabilidade política e social do período. Segundo Paulo Fontes, foi através dos boletins que os prelados e os seus clérigos se defendiam contra os ataques republicanos, o que explicou o aparecimento do *Boletim do Algarve* (1911-1912), do *Boletim Eclesiástico dos Açores* (1912-1987), do *Boletim da Diocese do Porto* (1914-1936), do *Boletim da Diocese de Coimbra* (1915-1916), do *Boletim da Diocese da Guarda* (1915-1932), do *Boletim da Diocese de Viseu* (1915-1938) e da *Acção Catholica*, «Boletim Archidiocesano» de Braga (1916-até aos nossos dias)<sup>72</sup>.

O *Boletim* madeirense correspondeu, assim, ao órgão oficial da Diocese do Funchal<sup>73</sup>. Teve uma periodicidade mensal e uma duração de sete anos, perfazendo um total de 84 volumes, publicados entre março de 1912 e fevereiro de 1919. Foi inicialmente dirigido pelo P.<sup>e</sup> Manuel Francisco Camacho, clérigo secular, e, desde julho de 1918, pelo P.<sup>e</sup> Manuel Silveira, C. M., ostentando na capa a sua pertença à Câmara Eclesiástica do Funchal. Paulo Alves considerou o *Boletim* como um periódico doutrinário, dado que a maioria dos ensaios, artigos de opinião, crónicas, e, inclusive, os textos literários, tinham um pendor moral. Além destes, publicaram-se diversas pastorais episcopais (inicialmente pela mão do vigário-capitular, António Manuel Pereira Ribeiro, e bispo a partir de 1914), encíclicas papais, artigos assinados por cónegos e clérigos seculares e secções de “perguntas e respostas”

<sup>72</sup> Veja-se FONTES, 2000, «O catolicismo português no século XX [...]», p. 144. Para as datações apresentadas, seguiu-se ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 627, 648, 650 e 652 e SOUSA, 2010, «A Diocese do Algarve e a Implantação da República [...]».

<sup>73</sup> Esta análise baseou-se na consulta dos 84 volumes do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, sem pretender, no entanto, elaborar-se um estudo exaustivo.

acerca de comportamentos morais e religiosos. Apesar de se assumir como não-informativo – «Embora este “Boletim” não tenha foros a folha noticiosa»<sup>74</sup> –, o *Boletim* registou eventos da atualidade, mantendo uma «Secção Noticiosa» ou de «Notícias Diversas» ao longo dos anos, com referências à Grande Guerra e a acontecimentos nacionais, coloniais e internacionais.

Registe-se que o *Boletim* diferiu d’*A Esperança* numa característica essencial: a ligação à cúpula religiosa. Apesar de se conhecerem textos assinados por cónegos nesta última – e de não se ter a certeza de quem se esconderia por detrás de certos pseudónimos –, *A Esperança* não publicou, com regularidade, bulas, encíclicas, pastorais, ou outros documentos tidos como oficiais. Em relação às semelhanças, note-se que os dois primeiros anos da revista não divergiram muito – na estrutura gráfica, nas temáticas, nas colunas incluídas, etc. – do *Boletim*. O mesmo aconteceu com certos autores, como Ernest Schmitz e *Ignotus* (identificado como o P.<sup>e</sup> António Álvaro, C. M.)<sup>75</sup>, que transitaram de uma publicação para a outra. Do mesmo modo, tanto um periódico como o outro possuíram uma estreita ligação à Obra de S. Francisco de Sales: no último número do primeiro ano (de 1 de fevereiro de 1913) do *Boletim* foi feito um «Aviso Importante», no qual constava que «[t]encionamos d’ora em diante publicar no nosso Boletim, quanto possível todos os mezes, uma pequena secção destinada aos interesses da Obra de S. Francisco de Sales. [...] Em cada numero haverá por via de regra algum assumpto attinente a esta associação»<sup>76</sup>; já *A Esperança* apresentou-se, durante os primeiros sete anos (1919-1925), como o «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales».

O *Boletim* terá deixado de ser publicado pelas razões oficiais que alega: as dificuldades financeiras que possuía e que impossibilitaram o seu sustento. Estas parecem ter principiado no quinto ano da publicação, entre março de 1916 e fevereiro de 1917. Logo no primeiro volume desse ano, o artigo que assinalou o quinto aniversário, «Mais um ano», refere as agruras que atravessavam. O redator afirmou que, apesar das tentativas de melhorar o periódico, pouco podiam fazer com tão poucas assinaturas, das quais nem todas eram cumpridas. Escreveu ainda que o número de assinantes não aumentava não só pelas adversidades financeiras, mas igualmente pela existência de uma Má Imprensa, pelo «mau paladar que a imprensa sectária e corrutora criou na sociedade»<sup>77</sup>. E continua:

---

<sup>74</sup> «Noticias Diversas», 01-1919, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 11, p. 188.

<sup>75</sup> A identidade deste pseudónimo foi revelada em GUIMARÃES, 2017-2018, *Apointamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 618.

<sup>76</sup> «Aviso Importante», 01-02-1913, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 1.º, n.º 12, p. 323.

<sup>77</sup> «Mais um ano», 01-03-1916, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 5.º, n.º 1, p. 1.

«Periódico que não faça soalheiro d'escândalos políticos e sociais, que não ponha a descoberto a vida íntima das famílias e dos indivíduos, que seja refractário ás influências da pornografia, que não seja veículo de blasfémias contra Deus e contra a Igreja, está de ordinário condenado a uma vida eriçada de dificuldades de toda a ordem, sobretudo económicas.

Por isso, sendo este “Boletim” a única publicação genuinamente católica, – isto é, que só se ocupa de assuntos religiosos, – que existe nesta religiosíssima Diocese, conta apenas algumas centenas de assinantes, quando é certo que deveria contar milhares, entrando em casa de todas as famílias católicas onde ha gosto pela leitura, ou, melhor, onde ha alguém que saiba ler»<sup>78</sup>.

No ano seguinte, o lamento mantém-se: «O jornal católico tem sempre uma vida de penúria. Não só não é uma empresa lucrativa, mas nem atinge receita que dê para pagar o papel, impressão e distribuição»<sup>79</sup>. O redator aludiu, ainda, à pretensão de introduzir melhorias na publicação: «Continuamos alimentando a esperança de que em breve será este “Boletim” substituído por outra publicação que corresponda melhor às necessidades religiosas desta diocese»<sup>80</sup>. Já no derradeiro ano, entre março de 1918 e fevereiro de 1919, a queixa não foi genérica: no mês de junho, pediam «encarecidamente aos dignos leitores do *Boletim* o obsequio de satisfazer os seus débitos»<sup>81</sup>; no mês seguinte, relembram-lhes o pagamento, enfatizando que «as dividas á imprensa católica, são dívidas sagradas»<sup>82</sup>; para no último número do ano, se encerrar a publicação informando

«[O]s nossos assinantes de que a administração do “Boletim” está lutando com as maiores dificuldades para poder satisfazer os encargos da sua publicação, sendo possível que se veja forçada a suspende-lo para não avolumar mais o *deficit* actual que é muito grande. Vai proceder-se imediatamente á cobrança das assinaturas em divida, esperando nós que os srs. assinantes não demorem o pagamento, afim de regularisarmos as nossas contas e decidirmos sobre o futuro desta publicação»<sup>83</sup>.

José Machado afirmou que a situação observada – a de converter periódicos em outros, do *Boletim* para *A Esperança* – não seria invulgar. Algumas publicações faziam-no com o objetivo de criar espaço para novos projetos jornalísticos; noutros casos a autoridade diocesana poderia decretar o encerramento para que outros periódicos tivessem maior projeção; ou a extinção dar-se-ia por «esgotamento da

<sup>78</sup> «Mais um ano», 01-03-1916, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 5.º, n.º 1, p. 1.

<sup>79</sup> «Mais um ano», março/abril-1917, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 6.º, n.º 1, p. 14.

<sup>80</sup> «Mais um ano», março/abril-1917, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 6.º, n.º 1, p. 16.

<sup>81</sup> «Um pedido urgente», 01-06-1918, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 4, p. 76.

<sup>82</sup> «Pedimos aos assinantes do “Boletim”», 01-07-1918, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 5, verso da contracapa.

<sup>83</sup> «Administração do “Boletim”», 02-1919, in *Boletim Eclesiástico da Madeira*, ano 7.º, n.º 12, p. 191.

linha editorial», quando o objetivo da sua fundação se concretizava; ou, por último, quando as dificuldades económicas ditavam a suspensão do periódico<sup>84</sup>. Parece ter sido esta última situação a que terá ocorrido com o *Boletim*. Porém, não se poderá ignorar as diferenças significativas entre o *Boletim* e *A Esperança* nem as múltiplas referências às tentativas de melhoramento daquela publicação, o que poderia indicar o reconhecimento da necessidade de um novo propósito editorial, no qual o periódico não se apresentasse exclusivamente como porta-voz da diocese funchalense, mas como um exemplo da Boa Imprensa.

### A Boa Imprensa e o Dinamismo Local

Além dos contextos locais, é necessário atentar, igualmente, em fatores internacionais que incentivaram a fundação e difusão de publicações periódicas católicas, através da análise da complexa relação entre o papado e a imprensa. E retenha-se um pressuposto primordial: a atitude da Igreja para com este novo meio de difusão das ideias modificou-se ao longo do século XIX.

O Liberalismo e as suas repercussões fizeram sentir-se no catolicismo<sup>85</sup>. Foi contra esse catolicismo de pendor mais liberal que Gregório XVI (1831-1846) se insurgiu ao criticar os partidários dos periódicos franceses *L'Avenir* e o *Le Correspondant*, sem, no entanto, os nomear na encíclica *Mirari Vos* (de 15 de agosto de 1832)<sup>86</sup>. Já Pio IX (1846-1878) apercebeu-se da importância da imprensa, mas seguiu as políticas do antecessor, desconfiando da liberdade dada aos jornalistas e aos articulistas. A encíclica *Nostis et Nobiscum* (de 8 de dezembro de 1849) alertou para produção de “maus” livros e para o possível uso perverso da imprensa. O pontífice instruiu, ainda, que a difusão dos “maus” livros deveria ser combatida por clérigos doutos que publicassem pequenas obras com o objetivo de propagar a fé; obras que, obrigatoriamente, teriam de ser aprovadas pelos seus prelados<sup>87</sup>. No ano seguinte, a urgência de se adaptar aos tempos levou a que o sucessor de Pedro, no seguimento de solicitações de um grupo de jesuítas, fundasse o periódico *Civiltà Cattolica*, escolhendo todos os funcionários do jornal e assinando o editorial inaugural<sup>88</sup>. O ato demonstra a relutância de Pio IX em relação à “nova” arma propa-

---

<sup>84</sup> MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], pp. 82-113; a citação encontra-se na p. 82.

<sup>85</sup> Veja-se, sobre este assunto, RODRIGUES, 1980, «Problemática Religiosa em Portugal no Século XIX, no Contexto Europeu», pp. 414-416.

<sup>86</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 85-86, nota 20.

<sup>87</sup> PIO IX, 1849, «Nostis et Nobiscum».

<sup>88</sup> GUNZBERG, 1992, *Strangers at Home* [...], p. 65.

gandística da fé, apesar de compreender a necessidade de retribuir os ataques da imprensa anticlerical através dos mesmos meios.

É com Leão XIII (1878-1904) que a perspetiva papal relativa ao periodicismo se modificou consideravelmente<sup>89</sup>. A transformação parece ter ocorrido em 1882. Na carta *Cognita Nobis* enviada aos prelados de Milão, Turim e Vercelli, datada de 25 de janeiro de 1882, o pontífice reconheceu a existência de jornais católicos nessas arquidioceses que se pautavam pelos princípios da “Verdade” e que defendiam a Igreja e o Papado. O bispo de Roma exortou, por isso, que os antístites incentivassem os jornalistas católicos, para que, seguindo os preceitos da “Verdade” e da “Justiça”, corrigissem os escritos “impróprios”. Todavia, lembrando Pio IX, Leão XIII aconselhou que os escritores cuidassem da sua arte, executando-a com honestidade e moderação, pois a grande difusão da imprensa lhes outorgava um papel fundamental na criação e divulgação da opinião pública<sup>90</sup>. Já no mês seguinte, a encíclica *Etsi Nos* (de 15 de fevereiro de 1882), dirigida aos bispos de Itália, admitiu a necessidade de promover os “bons” escritos e a mais-valia de “opor textos a textos” («scripta scriptis opponenda»)<sup>91</sup>. Os “bons” textos – de onde surge a Boa Imprensa – deveriam, assim, contra-argumentar os que atacavam a Igreja e que mantinham o pontífice “prisioneiro no Vaticano”<sup>92</sup>.

Em anos posteriores seguiram-se múltiplos documentos papais, com diversos destinos, alertando para a importância da imprensa na defesa dos ideais católicos<sup>93</sup>. A título de exemplo, refira-se a encíclica *Dall’Alto Dell’Apostolico Seggio* (de 15 de outubro de 1890), na qual Leão XIII se insurgiu contra a Maçonaria, alertando que o principal instrumento por esta adotado fora a imprensa, e que os católicos se deveriam opor àquela através de uma “boa” imprensa, que se pugnasse pela Verdade, pelo amor à religião e pelos direitos da Igreja<sup>94</sup>.

Já Bento XV (1914-1922), em março de 1915, fundou a Obra Nacional da Boa Imprensa (Opera Nazionale per la Buona Stampa), com o objetivo principal de impulsionar os periódicos católicos que «difundissem o pensamento e o sentimento

<sup>89</sup> Consulte-se ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 87-108, para uma análise do papel de Leão XIII em relação à imprensa católica.

<sup>90</sup> LEÃO XIII, 1882, «*Cognita Nobis*». Agradece-se à Ana Salgueiro o auxílio na leitura deste e de outros documentos originalmente em latim.

<sup>91</sup> LEÃO XIII, s.d. (1882), «*Etsi Nos*».

<sup>92</sup> Sobre a “Questão Romana” e o confronto político do Vaticano com a reunida Itália consulte-se SMITH, 1997, *Modern Italy* [...], especialmente as pp. 83-92.

<sup>93</sup> Em data incerta, a Maison de la Bonne Presse publicou uma coletânea de excertos de documentos de Leão XIII sobre a imprensa, em LEÃO XIII, s.d., «León XIII et la Presse d’après ses lettres et actes publics». Sabe-se que, em 1951 e em 1959, essa coletânea foi traduzida para português, como se refere em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 88.

<sup>94</sup> LEÃO XIII, 1890-1891 (1890), «*Dall’Alto Dell’Apostolico Seggio*».

católico»<sup>95</sup>. O estabelecimento da Obra e as funções desta tiveram repercussões na criação de diversas associações destinadas à constituição e manutenção da Boa Imprensa.

Registe-se que, na promoção da imprensa católica, Leão XIII mandou diretivas especificamente para as dioceses portuguesas em duas ocasiões: na encíclica *Pergrata Nobis* (de 14 de setembro de 1886), e na carta *Pastoralis Vigilantiae* (de 25 de junho de 1891) dirigida aos arcebispos e bispos de Portugal. No primeiro documento, o sucessor de Pedro assinalou a existência de “más” leituras que corrompiam a moral dos fiéis, devendo os prelados portugueses extirpar tais livros e periódicos. Ao mesmo tempo, Leão XIII incentivou à fundação de diários católicos pelos antístites, que os manteriam sob a sua alçada e procurariam que os articulistas fossem prudentes na sua escrita<sup>96</sup>. Na carta *Pastoralis Vigilantiae*, Leão XIII solicitou que os prelados mantivessem a vigília sobre as publicações, de modo a que estas promovessem a boa doutrina e as virtudes católicas, combatendo os inimigos da Verdade e impedindo o contágio pelos maus exemplos<sup>97</sup>.

Ainda nesse final de século, as dioceses portuguesas, com base em exemplos internacionais, desenvolveram um “Apostolado da Boa Imprensa”, conscientes da necessidade de combater a «secularização da sociedade e a laicização das instituições», observando a palavra impressa como uma arma de combate tão relevante quanto outras<sup>98</sup>. O Congresso dos Escritores e Oradores Católicos (1871-1872) e o Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses (1905) promoveram a criação de comissões diocesanas, designadas de “Ligas da Boa Imprensa”, que deveriam incitar ao aparecimento e facilitar a preservação de publicações católicas<sup>99</sup>; já no Congresso das Agremiações Populares Católicas (1906), o bispo do Algarve, D. António Mendes Belo (1884-1908), propôs a fundação da Associação Nacional de Proteção à Boa Imprensa<sup>100</sup>. Desse modo, as Ligas da Boa Imprensa foram surgindo em todas as dioceses e possuíam um fundo, oriundo de peditórios, para a constituição de periódicos próprios ou para a manutenção, promoção e melhoria de outros já existentes<sup>101</sup>.

---

<sup>95</sup> Citado em TACCHI, 2017, «La propaganda dell'errore non si combatte se nom mediante la propagazione della verità [...]», p. 165, tradução nossa.

<sup>96</sup> LEÃO XIII, 1886-1887 (1886), «Pergrata Nobis».

<sup>97</sup> LEÃO XIII, s.d. (1891), «Pastoralis Vigilantiae».

<sup>98</sup> FONTES, 2000, «Imprensa Católica», p. 423.

<sup>99</sup> CARMO, 2020, «Imprensa Católica» e GOMES, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», pp. 432-433.

<sup>100</sup> GOMES, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», p. 432.

<sup>101</sup> GOMES, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», p. 432.

Com estes incentivos, a Boa Imprensa ganhou tração e em todas as dioceses portuguesas estabeleceram-se publicações periódicas<sup>102</sup>.

O estudo de Paulo Alves sobre a imprensa católica fundada durante a Primeira República (1910-1926) permite, da mesma forma, contextualizar a materialização d'*A Esperança*, na medida em que a insere nos meandros de um movimento nacional<sup>103</sup>. O autor referiu exatamente o «espírito de cruzada» dos periódicos, cujos objetivos seriam «reforçar a vida religiosa, educar e moralizar o católico com a leitura de “bons jornais e revistas”, preservando-o das más influências que, temerosamente aos olhos da Igreja, o poderiam afastar dos ensinamentos cristãos católicos, ministrados desde Roma»<sup>104</sup>. Todavia, as características destes periódicos não foram estanques nem uniformes durante essa década e meia. Alves observou mutações, dividindo os títulos em três fases. Enquanto o primeiro estágio (1911-1913) caracterizou-se por uma «imprensa de combate», de modo a promover a Igreja e a desacreditar a República, o segundo (1914-1918) representou um momento de transição, de descontentamento popular com a República e de aproximação do poder político à Igreja, com o Centro Católico Português e o Sidonismo, o que invariavelmente se refletiu na imprensa<sup>105</sup>. Após um grande crescimento em 1914, influenciado pelo Apelo de Santarém, Alves registou uma quebra no aparecimento de novas revistas e jornais católicos, associada à crise económica da Primeira Guerra Mundial e à atenuação do combate com a República<sup>106</sup>. No terceiro período (1919-1926), no qual *A Esperança* se insere, o investigador observou uma redução de novas publicações que, embora não o refira explicitamente, se presume que estará relacionada às condições políticas do final do período anterior – por exemplo, a reversão de algumas das medidas da *Lei da Separação* a 22 de fevereiro de 1918, com o decreto de Moura Pinto, e o restabelecimento das relações com a Santa Sé, a 10 de julho do mesmo ano<sup>107</sup> – e às dificuldades económicas dos portugueses e das casas editoriais. A fundação da revista deverá ser, então, associada às agruras do pós-guerra

---

<sup>102</sup> Como se demonstra em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 765-769.

<sup>103</sup> Atente-se que o autor considerou nove publicações periódicas madeirenses no seu estudo, analisando-as no conjunto com outros 157 títulos: *A Boa Nova*, *A Esperança* (1914), *A Esperança* (1919-1938), *Boletim Eclesiástico da Madeira*, *Brado d'Oeste*, *Calendarium Ecclesiasticum Funchalense*, *O Madeirense*, *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* e *Vida Diocesana*, como se observa em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 767.

<sup>104</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 116.

<sup>105</sup> Veja-se a análise destes dois períodos em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 125-149 e 205-429.

<sup>106</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 138-140. Registe-se que este decréscimo atingiu valores ainda menores entre 1919 e 1926, como se afirma nas pp. 150-152.

<sup>107</sup> SEABRA, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX* [...], pp. 252-259.

e à fase inicial da Nova República. Os periódicos desta época, segundo Alves, caracterizaram-se por uma reversão do carácter puramente doutrinário e pelo aparecimento de novas publicações mais informativas, que procuraram dar «à população católica a sua versão dos factos»<sup>108</sup>. Ainda que tal distinção não seja fácil de observar n'A *Esperança*, a componente informativa é, de facto, superior à do seu antecessor direto, o *Boletim Eclesiástico da Madeira*.

Além dos incentivos internacionais e dos contextos nacionais, para compreender a fundação d'A *Esperança* é necessário ter em conta o dinamismo local. Partindo de uma lista, que se sabe incompleta<sup>109</sup>, apresentada pelo Visconde do Porto da Cruz nas suas *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, é possível calcular que *A Esperança* representou somente 0,96% dos periódicos fundados entre 1900 e 1940. Seguindo o referido elenco, entre 1821 e 1899 (79 anos) foram publicados 160 periódicos, correspondendo a uma média de 2,03 novas publicações por ano. Esse valor ascendeu aos 2,5 periódicos por ano durante 1900 e 1940 (40 anos), contabilizando-se 104 novos títulos nesse período. Destruindo estas décadas, entre os anos de 1911 e 1920 apareceram 43 publicações inéditas, valor superior ao período anterior (1900-1910, 31) e subsequentes (1921-1930, 26; 1931-1940, quatro)<sup>110</sup>. As estatísticas apresentadas demonstram a vitalidade da imprensa madeirense durante o início do século XX, e mormente na segunda década deste, dado o surgimento de novos periódicos, em número mais avultado que nos períodos anteriores.

Neste dinamismo, é igualmente relevante anotar o largo espectro de publicações de pendor católico, desde diários, boletim e revistas, que coexistiram no primeiro quarto do século: *O Domingo Católico* (1872-1901), a *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (1901-1910 / 1911-1912), *A Cruz* (1901-1902), *O Jornal* (1906-1910 / 1923-1926 / 1927-1932 / 1932-1952 / 1953-2015 / 2015-até aos nossos dias<sup>111</sup>), a *Esperança: Revista Litteraria Mensal* (1907-1910), *O Brado d'Oeste* (1909-1918), *A Boa Nova* (1912), o *Boletim Eclesiástico da Madeira* (1912-1919), *O Madeirense*

---

<sup>108</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 159. Para uma análise completa do período consulte-se as pp. 150-161 e 431-581.

<sup>109</sup> *O Domingo Católico*, por exemplo, não consta da lista citada. Ainda assim, para a exígua abordagem estatística aqui apresentada não se considera que as faltas, que não devem ser tão significativas, modifiquem drasticamente os resultados obtidos; o que justifica a sua utilização.

<sup>110</sup> Estas análises partem, como referido, da lista publicada em PORTO DA CRUZ, 1953, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, pp. 311-313.

<sup>111</sup> *O Jornal* interrompeu a sua publicação em 1910, retornando somente em 1923 como *Jornal da Madeira*, designação que reverteu em 1927 para a original. Já em 1932, *O Jornal* foi adquirido pela Diocese do Funchal continuando a sua publicação até 1952, altura em que assumiu o título de *Jornal da Madeira*. Em 2015 encurtou o nome para *JM*. Veja-se, sobre este assunto, CARMO, 2020, «Imprensa Católica» e SOUSA, 2020, «Jornal da Madeira disponível na plataforma de pesquisa de bibliotecas».



(1918-1919), *A Esperança* (1919-1938), a *Vida Diocesana* (1921-1931), e o *Correio da Madeira* (1922-1932)<sup>112</sup>.

Os incentivos internacionais por parte do papado, a constituição de uma Boa Imprensa nacional e o fulgor do periodismo madeirense na segunda década do século XX, com um número avultado de novas publicações, contribuem para explicar o aparecimento d'*A Esperança*, na medida em que são catalisadores do surgimento de uma determinada tipologia de periódicos, como a revista em análise.

## A Obra Vicentina

Difícilmente se consegue compreender a diocese do Funchal no século XX sem referir os padres da Congregação da Missão (C. M.), também designados de lazaristas ou vicentinos. A sua marca foi evidente nas diversas “obras católicas” associadas à missão do fundador, S. Vicente de Paulo, de ensinar, catequizar e evangelizar. Segundo o P.<sup>e</sup> Bráulio de Sousa Guimarães, C. M.<sup>113</sup>, os lazaristas chegaram ao arquipélago em 1757 a pedido do bispo D. Gaspar Afonso da Costa Brandão (1756-1784) para dirigirem o seminário. Na impossibilidade de o fazerem, os padres da Congregação deambularam pela cidade e pelas vilas organizando retiros e conferências para o clero e auxiliando espiritualmente os fiéis madeirenses, permanecendo na Madeira até 1767<sup>114</sup>. Passados 92 anos da sua saída, em 1859, a condessa de Rio Maior, D. Isabel Maria de Sousa Botelho Mourão de Vasconcelos, solicitou ao superior da Ordem, em França, a presença de irmãs vicentinas para o hospício fundado em memória da princesa D. Maria Amélia<sup>115</sup>, filha do monarca D. Pedro IV, e de irmãos vicentinos

---

<sup>112</sup> Veja-se, sobre estas publicações, CARMO, 2020, «Imprensa Católica». As datações, quando não apresentadas por Octávio Carmo, ou discordantes deste, baseiam-se nos diversos registos dos catálogos *on-line* do Arquivo e Biblioteca da Madeira, da Biblioteca Municipal do Funchal, da Biblioteca Nacional de Portugal e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>113</sup> Seguiu-se, para estas e outras questões associadas ao papel dos vicentinos, a obra de GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, 3 vols., publicados originalmente em 8 vols. entre 1959 e 1963. O P.<sup>e</sup> Bráulio de Sousa Guimarães foi vice-reitor e professor do seminário do Funchal entre 1916 e 1919, e regressou ao arquipélago como visitador em 1938, pelo que testemunhou a fundação e a extinção d'*A Esperança* e presenciou alguns dos eventos relatados na sua obra. O autor tanto faz referência a documentos em arquivo – por exemplo, o manuscrito da «Da Nossa Ida e Vinda da Ilha da Madeira», publicado em ABREU, 2010, «A Congregação da Missão na Madeira [...]» – como era assinante e leitor da revista analisada, como demonstram as múltiplas alusões que faz ao longo dos volumes. Nesse sentido, julga-se que a informação que transmite, ainda que por diversas vezes não assinale a sua proveniência, é credível. Sobre o P.<sup>e</sup> Bráulio Guimarães veja-se ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», p. 742.

<sup>114</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. I, pp. 257-269.

<sup>115</sup> Veja-se, sobre o Hospício, *Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia [...]*, 1962.

que assegurassem o acompanhamento espiritual das religiosas e dos combalidos instalados no dito hospício. A condessa referiu igualmente que o prelado, D. Patrício Xavier de Moura (1859-1872), considerava que os lazaristas seriam úteis no seminário do Funchal<sup>116</sup>. Após atrasos e negociações, dois vicentinos regressaram ao arquipélago em março de 1878, o P.<sup>e</sup> Ernest Schmitz e o irmão Désiré Descheemaker, tendo o primeiro recebido a direção do seminário, como vice-reitor, a 5 de maio de 1881<sup>117</sup>.

Este momento – da escolha do P.<sup>e</sup> Schmitz para o reitorado do seminário – estabeleceu uma relação duradoura entre os lazaristas em funções na capelania do Hospício da Princesa D. Maria Amélia e aqueles que participavam no ensino religioso no seminário do Funchal. Professores e capelães transitaram com regularidade entre serviços ou chegaram a acumular ambas as funções<sup>118</sup>. O P.<sup>e</sup> José Maria Luís Garcia, C. M., por exemplo, ocupou a chefia das duas instituições, sendo apontado para superior do seminário a 21 de outubro de 1908 e da capelania a 25 de janeiro de 1909<sup>119</sup>. Cargos que desempenhou até outubro de 1910, tendo, nessa data, se ausentado do país por receio das consequências da implantação da República<sup>120</sup>.

Como referido, desde o seu regresso à Madeira que os vicentinos se associaram ao ensino religioso. Aludiu-se à presença dos P.<sup>es</sup> Ernest Schmitz e José Maria Luís Garcia no seminário. Mas atente-se igualmente no importante papel do P.<sup>e</sup> León Xavier Prévôt, C. M., que em 1893 fundou a Obra das Escolas de S. Francisco de Sales, com o objetivo de alfabetizar crianças e jovens e que, em 1897, já possuía 17 estabelecimentos de ensino<sup>121</sup>; ou na função catequética do P.<sup>e</sup> Manuel Silveira, C. M., que erigiu o Centro da Penha, na capela da Penha de França, onde se ensinava catequese a mais de 300 crianças nos inícios do século XX e que, mais tarde, fundou uma biblioteca e o jardim infantil do Patronato de S. Pedro, o qual possuía um «salão-teatro» que projetava filmes de índole católica<sup>122</sup>. Já o P.<sup>e</sup> Schmitz estabeleceu o Museu do Seminário, dedicado à história natural, com a fauna e a flora que recolhera e estudara,

---

<sup>116</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 303-305.

<sup>117</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 319 e 405.

<sup>118</sup> ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», p. 743.

<sup>119</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 324.

<sup>120</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 322-323.

<sup>121</sup> ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», pp. 740-741.

<sup>122</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 605-609.

e o P.<sup>e</sup> Henri Janssen instituiu a Biblioteca Utile Dulci, que em 1937 era composta por 19 000 exemplares e emprestava anualmente 3600 livros<sup>123</sup>.

Todavia, a sua atividade não ficou restrita ao campo educativo. Os vicentinos prestaram apoio espiritual a diversas associações de carácter religioso: o P.<sup>e</sup> José Maria Luís Garcia foi diretor do Centro Catequético de Santa Clara<sup>124</sup> e diretor espiritual da União Sacerdotal Madeirense, cargo que o P.<sup>e</sup> Henri Janssen passou a ocupar em 1921<sup>125</sup>; diversos lazaristas auxiliaram a Associação das Damas da Caridade, as senhoras da Liga da Ação Social Cristã, as Conferências de S. Vicente de Paulo e a Associação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro<sup>126</sup>; foi ainda fundação dos lazaristas as agremiações religiosas das Filhas de Maria Imaculada da Medalha Milagrosa, dos Filhos de Maria e da Associação de S. José<sup>127</sup>. Além destas, por incentivo do P.<sup>e</sup> Janssen, estabeleceu-se, em 1921, a União Madeirense, uma cooperativa de bordadeiras<sup>128</sup>.

Mais, a ação dos lazaristas estendeu-se à Boa Imprensa. Desde 1894 que os padres da Congregação da Missão publicavam o *Boletim Mensal Diocesano da Obra de S. Francisco de Sales* (1894-1897)<sup>129</sup>. A este seguiu-se, por ordem do prelado e executada pelo P.<sup>e</sup> Prévôt, a *Quinzena Religiosa da Ilha da Madeira* (1901-1910 / 1911-1912<sup>130</sup>), congregando o *Boletim Mensal* e o mensário *O Domingo Católico* (1872-1901)<sup>131</sup>. Na primeira década do século XX, o seminário publicou a *Esperança* (1907-1910)<sup>132</sup> e com o fim da *Quinzena*, em 1912, lançou-se por alguns meses

---

<sup>123</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 411-413 e 617-618. Para as informações sobre o número de empréstimos e livros, veja-se Hugo de Lacerda, 31-01-1937, «Museus e Bibliotecas do Funchal», in *Diário da Madeira*, ano 25.º, n.º 7556, p. 5. Agradece-se a Martinho Mendes a referência a esta notícia.

<sup>124</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 606.

<sup>125</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 612.

<sup>126</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 614-615.

<sup>127</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 612-614.

<sup>128</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 615.

<sup>129</sup> ABREU, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», p. 741.

<sup>130</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 413-414. A *Quinzena* interrompeu a sua publicação, alegando falta de recursos, em 1910, mas retomou em fevereiro de 1911 e manteve-se até janeiro de 1912, como referem CARMO, 2020, «Imprensa Católica» e SILVA, 2016, *De Hintze a Afonso Costa* [...], pp. 144-145.

<sup>131</sup> SILVA, 2016, *De Hintze a Afonso Costa* [...], p. 143.

<sup>132</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 413.

A *Boa Nova* (fevereiro a julho de 1912), dirigida pelo P.<sup>e</sup> Eduardo C. N. Pereira, um clérigo secular, mas sem perder a ligação à Congregação da Missão<sup>133</sup>. A extinção d'*A Boa Nova* deu lugar ao *Boletim Eclesiástico da Madeira* (1912-1919), cuja direção esteve a cargo, a partir de 1 de julho de 1918, do P.<sup>e</sup> Manuel Silveira, C. M.<sup>134</sup>. Já em 1918, o P.<sup>e</sup> José Maria Luís Garcia escrevia no bissemanário católico *O Madeirense* (1918-1919) e, em março de 1919, foi fundada *A Esperança* (1919-1938), dirigida e administrada por lazaristas<sup>135</sup>. Refira-se ainda o *Vade-mecum do Seminarista* (1903)<sup>136</sup>, o *Catecismo Pequeno da Doutrina Cristã, composto especialmente para a diocese da Madeira* (1911)<sup>137</sup>, o livro *A Juventude Francesa e a Guerra* do P.<sup>e</sup> Janssen<sup>138</sup> e a tradução de diversos textos de outros periódicos e livros partilhados n'*A Esperança*, para que se compreenda a dimensão social, educativa e cultural dos vicentinos na Madeira neste período.

Conclui-se, então, que a fundação d'*A Esperança* não radicou exclusivamente no conflito social que opôs católicos e republicanos e na extinção, e conseqüente substituição, do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, tal como expôs o editorial inaugural da revista. Ainda que esses fossem os “motivos” fulgurantes, será necessário atentar nas condições políticas e económicas vividas em Portugal nas primeiras décadas do século XX, com a implantação da República Portuguesa e a crise económica originária da Grande Guerra. Mas é igualmente importante considerar o incentivo externo e interno da criação e promoção da Boa Imprensa, o dinamismo da fundação de periódicos durante a República e, em particular, o fulgor do caso madeirense; e isto sem esquecer o relevante papel que os religiosos lazaristas tiveram nas múltiplas frentes da cultura e do ensino na Madeira. Foi desta confluência de contextos e condicionalismos que, citando o P.<sup>e</sup> João Vieira Caetano, «apareceu a *Esperança*»<sup>139</sup>.

---

<sup>133</sup> Escreveu o redator logo no primeiro número: «A “Quinzena Religiosa publicar-se-ha d’ora avante sob a denominação de A BOA NOVA nos dias 1, 10 e 20 de cada mez», salvaguardando que os assinantes da Obra de S. Francisco de Sales «continuarão gosando dos mesmos privilegios», como se poderá consultar em «Expediente», 01-02-1912, in *A Boa Nova*, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

<sup>134</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], pp. 652-653.

<sup>135</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 616 e 610-611, respetivamente.

<sup>136</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 512-513.

<sup>137</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 605.

<sup>138</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 616.

<sup>139</sup> P. C., 01-03-1928, «*A Esperança*», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 4.

## 2. A Materialização (I): Produzir A Esperança

Como explanado anteriormente, procurou-se estudar a materialização d'A *Esperança* através dos preceitos apresentados por Pierre Albert e complementados por José D'Assunção Barros e por Heloisa Cruz e Maria Peixoto. Nesse sentido, abordou-se, em primeiro lugar, o «grupo produtor», assente na exposição da equipa editorial, composta por diretores, editores, administradores, redatores e outros tantos colaboradores. Após essa análise, o foco incidiu na produção dos volumes da revista. Concretizou-se, assim, o modelo estabelecido por Albert, de um estudo por “detrás” de um periódico<sup>140</sup>.

### Diretores, Editores e Proprietários

Segundo Heloisa Cruz e Maria Peixoto, «proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto força social que orienta e propõe o projeto político do periódico»<sup>141</sup>. Assim, é através de um conjunto de diversas personalidades, implementando projetos gráficos e editoriais próprios, que uma revista se constitui. Normalmente, a identificação de tais individualidades, indicando as suas funções, figura na capa ou no frontispício do periódico; noutros casos, a informação é recolhida nos metatextos. Foi, desse modo, que se ficou a conhecer a equipa editorial d'A *Esperança*.

Façam-se dois apontamentos prévios, antes de se revelar as equipas editoriais: 1.º a localização da sede foi constante ao longo da vida da publicação; e 2.º todos os envolvidos careciam de remuneração pelas suas funções, executando-as em total gratuidade.

Particularizando o primeiro apontamento, a sede da administração e da redação d'A *Esperança* localizou-se na Rua da Imperatriz, número 6, durante os vinte anos de publicação. O P.º Bráulio Guimarães, que residiu no Funchal entre 1916 e 1919, assinalou que esta morada correspondia à «casa dos capelães do hospício»<sup>142</sup>; uma escolha que comprova a intrínseca relação da revista com os lazaristas.

<sup>140</sup> ALBERT, 1988, «L'histoire de la presse [...]», p. 15.

<sup>141</sup> CRUZ & PEIXOTO, 2007, «Na Oficina do Historiador [...]», p. 263.

<sup>142</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 610. Cite-se uma pequena nota, que consta de «A Administração de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 4 (suplemento): «A sede da Administração de “A Esperança” tendo sido transferida novamente para a rua da Imperatriz, n.º 6, é para ahi que os nossos assinantes devem dirigir os pagamentos das suas assinaturas, mudanças de direcção, donativos, etc. etc.». Tal parece indicar que a sede da administração fora outra e que pouco antes deste número voltara à Rua da Imperatriz, 6. Porém, essa mudança nem constou das capas, onde normalmente se apontava «Redação e Administração: Rua da Imperatriz, 6», nem de nenhum metatexto.

No que diz respeito ao segundo ponto, no quinto ano de publicação (1923-1924) e prevendo queixas contra o aumento dos valores da assinatura, a administração informou que n' *A Esperança*, «todo o trabalho é sem remuneração», e que o incremento do preço seria avultado se «tivessemos de remunerar administradores [e] colaboradores, desde a cabeça até aos pés»<sup>143</sup>. O P.<sup>e</sup> João Vieira Caetano confirmou a afirmação anterior, ao assinalar os «trabalhos gratuitos da pena» como uma das formas de manter a revista em circulação<sup>144</sup>. Tal situação é aferida pela inexistência de verbas atribuídas ao pagamento de articulistas, aquando dos relatórios anuais nos quais se apresentava os gastos de produção<sup>145</sup>.

Tal situação não seria inédita. Paulo Alves detetou um grande esforço na organização de uma publicação católica, dada a presença constante de clérigos que ocupavam outras posições – em paróquias, cabidos, seminários, centros catequéticos, ou instituições religiosas e de solidariedade social – e que ainda assim se dedicavam ao “Apostolado da Boa Imprensa”<sup>146</sup>. Do mesmo modo, José Machado constatou que a maior parte dos periódicos católicos açorianos, nas primeiras décadas do século XX, foi composta por uma equipa de sacerdotes que assumiram cargos administrativos e redatoriais, sempre de modo parcial e em absoluta gratuidade<sup>147</sup>.

Atente-se que analisar o «grupo produtor», através de algumas destas personalidades, implicaria recolher diversas informações relativas à sua biografia e relações sociopolíticas e eclesíásticas, reconstituindo o seu papel social e cultural. Essa investigação, relevante, revela-se demasiado ambiciosa para o estudo introdutório que aqui se propõe. Procurou-se conhecer as três equipas que coordenaram *A Esperança* – a 1.<sup>a</sup>) António Alves Torres e José Maria Luís Garcia, C. M.; a 2.<sup>a</sup>) Vasco Tiago Nunes Quintal e Henri Janssen, C. M.; e a 3.<sup>a</sup>) Feliciano Soares e J. Vieira Júnior –, somente elaborando pequenos apontamentos biográficos associados ao seu papel na publicação.

Comece-se com António Alves Torres: no primeiro número do primeiro ano d' *A Esperança*, consta no seu frontispício a referência ao «Director, Proprietário e Editor» António Alves Torres. Pouco se sabe sobre este. *A Luz*, um jornal anticatólico,

---

<sup>143</sup> «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 15-03-1923, *A Esperança*, ano 5.º, n.º 2, verso da capa.

<sup>144</sup> P. C., 01-03-1928, «A Esperança», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 6.

<sup>145</sup> Como se poderá observar em «!... 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

<sup>146</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 169.

<sup>147</sup> MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 81. O custo elevado da produção e as dificuldades na manutenção das assinaturas obrigou a que as redações dos periódicos ficassem reduzidas ao pessoal essencial e que este não fosse remunerado pelos seus serviços, como se refere na p. 90.

a 6 de junho de 1919, identificou que o diretor da revista era «um sr. Antonio Alves Torres, farmaceutico ali da rua de João Tavira»<sup>148</sup>. Tal parece indicar que Alves Torres não seria uma personalidade conhecida, pelo menos do meio editorial, na ausência de adjetivação associada à sua escrita, direção ou trabalhos passados. A revista nunca teceu comentários sobre o seu primeiro “diretor”, exceto em 1921 quando publicou duas cartas do «prezado amigo e antigo Director d’esta Revista» que se encontrava em Porto Alegre, no Brasil<sup>149</sup>. Desconhecem-se os motivos para a sua ausência, e Alves Torres meramente afirmou que «[d]e coração agradeço ao Brazil o ter-me concedido a liberdade que o meu paiz me negava», sem explicitar melhor a situação<sup>150</sup>.

O P.<sup>e</sup> Bráulio Guimarães, na sua crónica da Congregação da Missão, fez um apontamento singular: *A Esperança* esteve «sob a direção nominal de António Alves Torres, mas efetiva do padre José Maria Luís Garcia, superior da casa»<sup>151</sup>. Não seria improvável que tal acontecesse, dada a reputação do P.<sup>e</sup> Garcia e a sua propensão para a escrita, mas a cronologia dos eventos reduz obrigatoriamente o papel do lazarista. Sabe-se que, em julho de 1919, o P.<sup>e</sup> Garcia foi chamado a Lisboa para representar o Hospício na assembleia provincial que decorreu nesse mês, partindo posteriormente para Paris para a assembleia geral da Ordem. O clérigo regressou a Lisboa a 19 de outubro e a 24 desse mês deu entrada no Hospital de S. Luís, com uma pneumonia, falecendo a 30 de outubro de 1919<sup>152</sup>. Não se duvida do seu papel enquanto diretor, dado que numa nota lutuosa, dois anos após a sua morte, este foi recordado como o «saudosos e infatigavel missionario e Director d’“A Esperança”»<sup>153</sup>. Do que se duvida é do papel preponderante atribuído por Bráulio Guimarães a Garcia – e por contraposição a diminuição da função de Alves Torres – dado que se a revista principiou em março, era publicada mensalmente e Garcia ausentou-se em julho (ainda que pudesse receber correspondência até outubro), a sua direção efetiva durou entre cinco e oito meses, o que corresponde entre cinco a oito números da revista. Por sua vez, Alves

---

<sup>148</sup> «Divertido», 06-06-1919, in *A Luz*, ano 1.º, n.º 5, p. 4.

<sup>149</sup> Publicadas em António A. Torres, 01-07-1921, «Noticias do Brazil», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 7, pp. 80-81 e em António A. Torres, 15-09-1921, «Noticias do Brazil», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 14, pp. 165-167. Nesta última carta é designado de «amigo e antigo editor da nossa revista», na p. 165.

<sup>150</sup> Como o próprio refere em António A. Torres, 01-07-1921, «Noticias do Brazil», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 7, p. 81.

<sup>151</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 610.

<sup>152</sup> Todas estas informações encontram-se em GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 623.

<sup>153</sup> «Cronica Madeirense», 01-11-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 17, p. 203.

Torres manteve-se como diretor, pelo menos no referido frontispício, até ao fim do segundo ano de publicação (1920-1921), efetivando 35 volumes naquele cargo.

Já se referiu o papel do P.<sup>e</sup> José Maria Luís Garcia (1869-1919) no contexto cultural madeirense. Retenha-se a sua atividade nas publicações católicas, escrevendo no *Boletim Mensal Diocesano da Obra de S. Francisco de Sales*, na *Quinzena Religiosa* e no *Madeirense*<sup>154</sup>; o dom para a oratória, com presença assídua nos púlpitos e no discurso de inauguração de um retrato de D. Manuel II<sup>155</sup>; o seu papel no seminário e no Hospício, desde 1896, assumindo a direção destes em 1909-1910 e em 1912-1919<sup>156</sup>; além da assistência espiritual na União Sacerdotal Madeirense, na Liga da Ação Social Cristã, nas Conferências de S. Vicente de Paulo e na Associação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro<sup>157</sup>.

Não obstante o papel do P.<sup>e</sup> Garcia, o nome de Alves Torres continuou a figurar na capa e/ou no frontispício, mesmo após a morte do P.<sup>e</sup> Garcia, até ao número 23 do segundo ano, datado de 1 de fevereiro de 1921. No volume seguinte, o último desse ano, os cargos de «Director, Proprietário e Editor» pertenciam já a Vasco Tiago Nunes Quintal. As informações biográficas sobre este são escassas, ainda que a sua relação com o jornalismo facilite a pesquisa.

Segundo Luís Marino, Vasco Quintal nasceu em Santa Cruz, em 1881, frequentou o seminário no Funchal, foi depois empregado na indústria de bordados e jornalista, trabalhando na Gráfica Regional e n' *O Jornal*. Em 1941, saiu do arquipélago e tomou o hábito da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, tendo falecido no Funchal, em 1955<sup>158</sup>. A relação de Quintal com a elite clerical é apenas conjecturada através de algumas fotografias, de 1937, nas quais Vasco Quintal foi fotografado na residência episcopal com alguns colegas d' *O Jornal* e com o prelado D. António Manuel Pereira Ribeiro<sup>159</sup>.

---

<sup>154</sup> Veja-se, sobre a biografia e atuação do P.<sup>e</sup> José Maria Luís Garcia, o tributo feito após a sua morte em Dr. P.<sup>e</sup> Fulgêncio de Andrade, 01-12-1919, «Tributo de saudade e amor», in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 10, pp. 73-84 e em F. A., 02-1920, «Luzeiro ardente e luminoso», in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 12, pp. 101-104.

<sup>155</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 606.

<sup>156</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 409 e 619-620.

<sup>157</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 612-615.

<sup>158</sup> ABM, Luís Marino, cx. 4, n.º 8, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 8 (letras P, Q e R), p. 154.

<sup>159</sup> São as seguintes fotografias: ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 28, número de inventário CMS/197; ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 22, número de inventário CMS/198; ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 26, número de inventário CMS/383; e ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 26, número de inventário CMS/390.



Imagem 1. Vasco Tiago Nunes Quintal na Quinta da Paz, freguesia do Monte, a 30 de abril de 1937, por altura do aniversário d'O Jornal. Nunes Quintal é o segundo, a contar da esquerda



Fonte: ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 28, CMS/197.

Imagem 2. Vasco Tiago Nunes Quintal na Quinta da Paz, freguesia do Monte, a 30 de abril de 1937, por altura do aniversário d'O Jornal. Nunes Quintal é o segundo, a contar da direita, de pé



Fonte: ABM, Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 26, CMS/390.

Não se sabe se por razões estéticas, a partir do décimo número do quinto ano (de 15 de julho de 1923), o frontispício deixou de conter a referência ao «Director, Proprietário e Editor», passando a constar somente o título, a designação de «Revista católica» e uma citação “famosa”. Nesse sentido, e sem informações presentes em metatextos, é difícil balizar a saída de Vasco Quintal da revista.

Desconhece-se, igualmente, quando começaram as relações do P.<sup>e</sup> Henri Janssen, C. M., – ou Henrique Janssen, como era por vezes referido – com *A Esperança*: se desde a sua fundação ou se só após o falecimento do P.<sup>e</sup> Garcia, assumindo Janssen, em 1919, muitos dos cargos do antigo superior do Hospício. No entanto, essa relação tornou-se simbiótica com o passar dos anos, como provam alguns dos textos publicados.

Presume-se que a dicotomia “António Alves Torres – P.<sup>e</sup> José Maria Luís Garcia” terá igualmente acontecido no caso “Vasco Tiago Nunes Quintal – P.<sup>e</sup> Henri Janssen”, isto é, enquanto o primeiro assumiu a direção *de jure*, o segundo era o diretor *de facto*. Relembre-se que o nome de Quintal figurou nas capas e frontispícios desde fevereiro de 1921 até junho de 1923. Todavia, a 1 de setembro de 1921, no número 13 do terceiro ano, publicou-se uma carta de *Miles Christi*, o pseudónimo reconhecido de Henri Janssen, a qual foi prefaciada pela redação da revista nestes termos: «Do nosso incançável director que, por motivos de saúde, foi à sua terra natal, onde se encontra actualmente, recebemos estas [*Impressões de Viagem*, o título do artigo]»<sup>160</sup>. No ano seguinte, ainda com Vasco Quintal como diretor, registou-se uma nova menção à direção de Janssen, ao felicitar-se o eclesiástico, no seguimento de uma palestra por ele proferida, pelo «valioso trabalho que o nosso querido Director, Rev. Henri Janssen, apresentou no dia 18 do passado» e acrescentando que «[t]odos os que trabalham nesta Revista, teem pelo seu Director, alta consideração e admiração devidas ao seu saber, ao seu estudo e às superiores qualidades do seu espírito»<sup>161</sup>.

Após a renovação do frontispício da revista (a 15 de julho de 1923), fizeram-se outras alocações às funções desempenhadas pelo P.<sup>e</sup> Janssen. Por exemplo: partiu para Lisboa «o sr. Padre Henri Janssen, nosso querido director, tendo-nos deixado o pesado encargo desta Revista»<sup>162</sup>; da Ponta do Sol e do Porto da Cruz, onde repousava, «o nosso querido director não deixou de enviar para a sua Revista os seus artigos habituais»<sup>163</sup>; e «Às oito horas da manhã, o nosso querido Director, Rev.<sup>o</sup> P.<sup>e</sup> Henri

---

<sup>160</sup> Miles Christi, 01-09-1921, «Impressões de Viagem», in *A Esperança*, ano 3.<sup>o</sup>, n.º 13, p. 146.

<sup>161</sup> «La Psychologie du Holandais. Conferencia pelo Rev. Henri Janssen», 01-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.<sup>o</sup>, n.º 23, verso da contracapa.

<sup>162</sup> «Crónica Madeirense», 01-11-1923, in *A Esperança*, ano 5.<sup>o</sup>, n.º 17, p. 267.

<sup>163</sup> «Crónica Madeirense», 15-10-1924, in *A Esperança*, ano 6.<sup>o</sup>, n.º 16, p. 327.

Janssen C. M. rezou a missa do Espírito Santo»<sup>164</sup>. Este último apontamento, feito já no oitavo ano de publicação (1926-1927), a 15 de março de 1926, contrasta com a informação de 1 de outubro desse ano, na qual se relata que «[e]ste nosso querido amigo [Henri Janssen], antigo director de “A Esperança” e seu apreciado colaborador, está passando o verão na “Quinta Esmeraldo” à freguesia de S. Martinho»<sup>165</sup>. Tal deve-se à entrada de Feliciano Soares na direção da revista, dois números antes.

O P.<sup>e</sup> Henri Janssen nasceu em 1880, em Bladel, nos Países Baixos, e entrou no Hospício em 1909<sup>166</sup>. A partir desse ano, passou a residir na Madeira e chegou a ser considerado como madeirense: a redação da revista «pede licença para [*Miles Christi*, o pseudónimo que Janssen usava] ingressar na fileira gloriosa dos escritores madeirenses, pois que uns 20 anos de estada n’esta Perola do Oceano, lhe criaram por sem duvida alguma costela, e o que mais é, um coração madeirense»<sup>167</sup>. Com frequência, durante o Verão, saía do arquipélago de volta à terra natal ou descansava em diversos sítios da ilha<sup>168</sup>. Foi o fundador da Biblioteca Utile Dulci e autor de um livro, escrito sob o *nom de plume* de *Um Neutro*, intitulado *A Juventude Francesa e a Guerra* (1917)<sup>169</sup>. Com a morte do P.<sup>e</sup> Garcia, Henri Janssen ocupou muitos dos cargos deixados por este, como o de superior do Hospício (1919-1930), a assistência na União Sacerdotal Madeirense e na Liga da Ação Social Católica, e a direção da Associação das Damas da Caridade e de um ciclo de estudos da Juventude Católica da Madeira<sup>170</sup>. Escrevia com muita frequência n’*A Esperança* e traduzia textos de periódicos e livros para nesta publicar<sup>171</sup>. Em dezembro de 1939, enquanto se encontrava no país natal, Janssen foi submetido a uma operação ao esófago, e do hospital passou para a casa da congregação em Panningen. De lá contactava com a Madeira, relatando que «estava esgotado por demais» e que as baixas temperaturas

---

<sup>164</sup> «A Esperança», 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 2, p. 25 (suplemento).

<sup>165</sup> «Crónica Madeirense», 01-10-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 12, p. 284 (suplemento).

<sup>166</sup> CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 263 e GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 325.

<sup>167</sup> «Expediente», 25-12-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 11, p. 352 (suplemento).

<sup>168</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 619-620.

<sup>169</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 616.

<sup>170</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, pp. 612-614 e V. J., 01-04-1938, «Notas e Comentários», in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 2, p. 56 (suplemento).

<sup>171</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, p. 616.

o impediam de sair do quarto. Faleceu a 24 de abril de 1940, sem ter regressado ao arquipélago<sup>172</sup>.

Com a entrada de Feliciano Soares para o cargo de diretor, Henri Janssen passou a ser designado de «director espiritual» e, posteriormente, de «redactor-chefe». No ano seguinte à mudança, em março de 1927, a redação confirmou que Janssen «sempre foi e continuará a ser, esperamos, o grande, o inteligente orientador espiritual de todos nós que aqui trabalhamos, ao seu lado, d'alma e coração»<sup>173</sup>; o mesmo termo foi utilizado no ano seguinte, em abril de 1928, identificando como o «Director espiritual de "A Esperança", [o] Rev.º Padre Henri Janssen»<sup>174</sup>. Todavia, em outubro desse ano e após a sua saída anual, optou-se pela denominação seguinte: «[c]hega por estes dias ao Funchal o nosso presadissimo amigo e prestigioso redactor chefe desta Revista»<sup>175</sup>.

Como se escreveu, apesar da passagem da equipa editorial, *A Esperança* era sinónimo de Henri Janssen, e vice-versa. Assim o estabelece um panegírico artigo de 1937, não assinado, acerca do eclesiástico. Cite-se extensivamente este texto, de modo a provar a relação intrínseca entre o clérigo e a publicação:

«Quando este numero da nossa Revista começar a ser distribuido, estará já de regresso da Holanda, seu paiz natal, onde foi passar alguns meses de férias, o nosso querido amigo, Senhor Padre Henri Janssen, da Congregação da Missão, que em *A Esperança* é conhecido como *Redactor-Chefe*.

O titulo de *Redactor-Chefe* não corresponde, de forma alguma, ás funções que sua exa. exerce na Revista. *A Esperança* é êle mesmo.

Orienta-a, organisa-a, escreve sobre os mais diversos assuntos, dá-lhe vida, imprime-lhe toda a directriz espiritual e social, vive dentro dela e vive para ela.

Isto quere [sic] dizer que o Senhor Padre Henri Janssen possui faculdades excepcionais e o seu valor intelectual, espiritual e social é verdadeiramente invulgar. Prova-o o seu trabalho em *A Esperança*.

Sim, porque *A Esperança* é dêle. Os outros, bem poucos, ajudam-no, mas sempre sob a sua direcção segura.

Ele é que marca. Ele é que diz.

E todos obedecem, pela confiança que inspiram o seu talento, o seu criterio, a sua bondade, o seu tacto.

---

<sup>172</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, pp. 232-233.

<sup>173</sup> «Como se passou mais um ano», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, p. 5.

<sup>174</sup> «A Festa do Aniversário de "A Esperança"», 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, p. 50 (suplemento).

<sup>175</sup> «Cronica Madeirense», 01-10-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 8, p. 225 (suplemento). Designação que perdurou até ao fim da publicação como, por exemplo, em «Despedida», 01-07-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 5-6, verso da capa.

Esta é a verdade. Não se trata dum elogio. Trata-se de dizer as coisas pelos seus nomes. E, mesmo, como poderia singrar, como *A Esperança*, uma Revista de *Formação Católica e Social*, sem ter um timoneiro seguro?

Nórdico, profundamente nórdico, com incrustações de latino, o seu temperamento é perfeitamente equilibrado.

Sabe o que quer, o que faz e quando faz. Como psicólogo, é eminente. Como teólogo é notável. Mas é literato, é crítico, ocupa-se de ciencias. Tem, se é necessario, seus laivos de Jornalista.

Tem um interesse maximo pela difusão das boas ideias. Esclarecer dúvidas, iluminar almas, colocar Deus em todos os espiritos, eis o seu ideal adentro de *A Esperança*<sup>176</sup>.

Feliciano Soares colaborou com *A Esperança*, na qualidade de redator, ainda antes de assumir a sua direção<sup>177</sup>. A aposição na capa, do cargo de «Director e Editor», ocorreu a 1 de agosto de 1926 (com o décimo número do oitavo ano). Porém, na verdade, como se noticiou no mesmo volume, Feliciano e a esposa, a escritora Laura de Castro e Almeida Soares, também ela colaboradora na revista, partiram para Paris a 19 de julho e regressaram ao arquipélago em setembro desse ano, como relata a «Crónica Madeirense», pelo que deverá ter exercido o cargo somente após a sua chegada<sup>178</sup>.

Feliciano José Regala Soares nasceu em Aveiro, em 1886, e faleceu no Funchal em 1952<sup>179</sup>. Foi aspirante da Alfândega em Lisboa, no Porto e no Funchal, tendo-se mudado para o arquipélago em 1912<sup>180</sup>. Foi professor do Liceu em Leiria (1906-1908) e fundador do Instituto do Ensino Secundário e Comercial (mais tarde renomeado de Instituto Comercial do Funchal) e da Bolsa da Estudos Antónia Georgina, nome da sua primeira mulher<sup>181</sup>. Escreveu vários livros: *Crucificadas* (1914), *Preocupações* (1926), *O que Eu Vi e Pensei* (1928), *O Mais Rico dos Pobres* (1935), *Uma Hora d'Anto* (1941) e *Dr. João Francisco de Almada (1874-1942) – In Memoriam* (1943)<sup>182</sup>; e participou em

---

<sup>176</sup> «O Reverendo Henri Janssen C. M.», 01-10-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 7-8, pp. 81-82, itálicos no original.

<sup>177</sup> Feliciano Soares foi um «dedicado amigo e colaborador», que «tantas vezes deliciou os leitores de “A Esperança” com seus aprimorados artigos, o nosso prezado amigo e dedicadissimo colaborador», como se refere em «Crónica Madeirense», 01-08-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 11, p. 247 e em «Crónica Madeirense», 01-08-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, p. 232 (suplemento), respetivamente.

<sup>178</sup> «Crónica Madeirense», 01-08-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, p. 232 (suplemento) e «Crónica Madeirense», 01-10-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 12, p. 284 (suplemento), respetivamente.

<sup>179</sup> Bertino Daciano, no seguimento da morte de Feliciano Soares, escreveu uma biografia e crítica literária a alguns dos textos da autoria do falecido, deveras fundamental para se conhecer a vida deste. Para tal, recolheu informações junto da esposa e de conhecidos; todavia, não fez referência à *A Esperança*, como se poderá observar em DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)».

<sup>180</sup> CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 455.

<sup>181</sup> DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», p. 6 e CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses [...]*, p. 455.

<sup>182</sup> DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», p. 9.

diversas conferências, tais como as que realizou em Coimbra e que lhe valeram um lugar de sócio do Instituto de Coimbra, e *As Crianças Salvam o Mundo* realizada na sede da Juventude Católica no Funchal, a 8 de novembro de 1928<sup>183</sup>. A partir de 1920, tornou-se doente hepático tendo complicações de saúde até à sua morte, a 16 de setembro de 1952<sup>184</sup>.

A sua escolha para diretor do *Diário de Notícias* levou a que a colaboração com *A Esperança* mirrasse. Tal é notado na substituição do cargo de «Director e Editor» para somente constar como «Director», a 1 de abril de 1931 (no segundo número do 13.º ano) e pelo apontamento no volume seguinte, de 1 de maio desse ano: «A forçada falta de colaboração nos últimos quatro anos da parte d’este talentoso escritor, não nos faz esquecer o muito que lhe deve a nossa Revista nos anos anteriores á 1927, quando não tinha ainda assumido a direcção do importante jornal local, “Diario de Noticias”»<sup>185</sup>. Todavia, Soares continuou como diretor d’*A Esperança* até ao fim da sua publicação.

Ao mesmo tempo que Feliciano Soares entrou para a direcção d’*A Esperança*, «J. Vieira Júnior» assumiu o papel de «Proprietario», a 1 de agosto de 1926, e mais tarde, a 1 de abril de 1931, o de «Editor e Proprietario». É difícil apresentar informações sobre este indivíduo, dada a complexidade em confirmar a sua identidade.

Talvez seja possível identificar J. Vieira Júnior como João Rodrigues Vieira Júnior, ainda que não haja certezas de tal. Tal suposição assentou em duas referências esparsas. Em 1929, a 16 de março, faleceu João Rodrigues Vieira; este foi apresentado como «o extremoso pai do nosso bom amigo e dedicado colaborador, sr. João Rodrigues Vieira Junior, inteligente societario da “Casa Minas Gerais” e director do nosso colega “A Mocidade”», concluindo-se com «[o]s nossos pezames á família enlutada nomeadamente ao filho do finado, sr. J. Vieira Junior»<sup>186</sup>. No ano seguinte, o relator da «Festa d’*A Esperança*» referiu algumas das presenças na missa celebratória de mais um aniversário da revista, anotando os «nossos dedicados colaboradores, como o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Coronel Alberto Artur Sarmiento, nosso prezado Director, Feliciano Soares e João Rodrigues Vieira Junior»<sup>187</sup>. A falta de um aposto próprio, tal como “o diretor da Mocidade”, a revista da Escola de Artes e Ofícios (publicada entre 1927 e

---

<sup>183</sup> Como se refere em: «Crónica Madeirense», 01-10-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 15, pp. 311-312; «Crónica Madeirense», 15-01-1925, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 22, p. 444; e em «Crónica Madeirense», 01-12-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 10, p. 295 (suplemento).

<sup>184</sup> DACIANO, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», pp. 7-8.

<sup>185</sup> «Feliciano Soares», 01-05-1931, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 3, p. 70.

<sup>186</sup> «João Rodrigues Vieira», 01-04-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 2, verso da contracapa.

<sup>187</sup> «A Festa de “A Esperança”», 01-04-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 2, p. 62 (suplemento).

1933), parece indicar que João Rodrigues Vieira Júnior pertenceria à equipa (editorial/diretiva) d'A *Esperança*.

Vejam-se, no entanto, outras referências. A 15 de novembro de 1923 – três anos antes de J. Vieira Júnior ter assumido a pasta de “Proprietário” –, a revista publicou trechos de uma conferência apresentada pelo «nosso amigo Snr. Vieira Junior», numa das sessões da Juventude Católica de Santa Maria Maior<sup>188</sup>. No número seguinte, na publicidade que se fez ao volume de Natal d'A *Esperança*, anunciou-se um texto da autoria de «J. Vieira Júnior, comerciante»<sup>189</sup>, que foi impresso no mês seguinte sob o título «A Paz»<sup>190</sup>. Passados dois anos, um «João Vieira Junior», apelidado de «presado colaborador», começou a trabalhar para a Administração da revista, informando-se os leitores que este «passa daqui para o futuro, a fazer parte dos que trabalham, com efectividade, na *Esperança*. [/] Ficam a cargo daquêle nosso amigo os serviços d'informação referentes á administração da nossa Revista», sem que se perceba que funções específicas executava<sup>191</sup>. Nesse mesmo ano, um filho do «querido amigo Snr. João Rodrigues Vieira Junior», Julião Xavier Conceição Vieira, acabou os estudos primários<sup>192</sup>. Já no oitavo ano da publicação (1926-1927), ano em que assumiu o “cargo” de «Proprietario», foi publicado um artigo de «J. Vieira Junior»<sup>193</sup> e noticiada a participação de «Vieira Junior», do Círculo Católico de Santa Maria Maior, numa palestra da Juventude Católica do Estreito de Câmara de Lobos<sup>194</sup>. Um «João Rodrigues Vieira Junior», que ocupava o cargo de vice-presidente do Círculo Católico de Santa Maria Maior, foi eleito, em 26 de agosto de 1928, para presidente da Direção dessa instituição no biénio de 1928-1929<sup>195</sup>. E na celebração do 12.º ano d'A *Esperança*, a revista agradeceu um artigo publicado n'A *Mocidade* da seguinte forma: «As palavras do Director do conceituoso mensario “A Mocidade” são palavras d'um dedicado amigo de “A Esperança” que nos honra constantemente com a sua muito apreciada colaboração. O Ex.º Sr. J. R. Vieira Junior avalia o nosso esforço e o elevado fim a que visamos. Por todas estas razões, somos-lhe muito sinceramente reconhecidos»<sup>196</sup>.

---

<sup>188</sup> Vieira Junior, 15-11-1923, «Circulo Catolico de Santa Maria Maior», in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 18, pp. 142-144 (suplemento).

<sup>189</sup> «O Numero de Natal de A Esperança», 01-12-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 19, p. 304.

<sup>190</sup> J. Vieira Junior, s.d., «Paz», in *A Esperança*, ano 5.º, n.ºs 20-21, pp. 335-336.

<sup>191</sup> «A Esperança», 01-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 9, verso da capa.

<sup>192</sup> «Crónica Madeirense», 15-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 10, p. 159.

<sup>193</sup> J. Vieira Júnior, 15-05-1926, «O que se diz nos “Circulos d'Estudos”. Politica ou Religião?», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 6, pp. 124-127 (suplemento).

<sup>194</sup> «Crónica Madeirense», 01-09-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 11, verso da contracapa.

<sup>195</sup> «Cronica Madeirense», 01-09-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 7, p. 220 (suplemento).

<sup>196</sup> «O Aniversario de A “Esperança”», 01-04-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 2, pp. 61-62 (suplemento).

Desconhece-se se todos estes – J. Vieira Júnior, João Vieira Júnior, Vieira Júnior, J. R. Vieira Júnior, e João Rodrigues Vieira Júnior – seriam a mesma pessoa, ainda que tal pareça que sim.

Atente-se, no entanto, que estas três equipa editoriais – António Alves Torres e José Maria Luís Garcia, C. M.; Vasco Tiago Nunes Quintal e Henri Janssen, C. M.; Feliciano Soares e J. Vieira Júnior – foram auxiliadas por diversos funcionários sobre os quais se conhece ainda menos.

#### Administradores, Redatores e Outros Colaboradores

Além dos elementos da equipa diretiva, conhecem-se três administradores cujo nome não foi expresso na capa ou no frontispício, mas dos quais se tem informações através dos metatextos publicados ao longo dos anos. Tratam-se de três padres lazaristas: o P.<sup>e</sup> António Álvaro, C. M.; o P.<sup>e</sup> «José» Jamet, C. M.; e o P.<sup>e</sup> «João» Karregat.

António Álvaro ingressou no Hospício da Princesa D. Maria Amélia em 1910, e foi nomeado seu procurador e consultor em 1914<sup>197</sup>. Escreveu sob a pena de *Ignotus*, tanto para o *Boletim Eclesiástico da Madeira*, do qual foi administrador, como para *A Esperança*<sup>198</sup>. O P.<sup>e</sup> Bráulio Guimarães afirmou que o P.<sup>e</sup> Álvaro fora o administrador da revista desde a sua fundação, o que parece ser confirmando pelo apontamento feito na altura da sua ida para Ordins, Penafiel: a 9 de maio de 1924, António Álvaro embarcou no vapor *Lima* a caminho de Lisboa, e «“A Esperança” que muito lhe deve, pois que o Rev.<sup>o</sup> Alvaro foi, desde sempre, o seu incansável administrador, sacrificando, por vezes, a sua saúde, deseja ao seu antigo companheiro de trabalho, a melhor viagem»<sup>199</sup>.

A referência seguinte foi feita exclusivamente numa breve passagem: «Entre tantos amigos que nos deixaram estes dias, “A Esperança” lamenta sobretudo a partida do seu competentíssimo administrador o Rev.<sup>o</sup> P.e José Jamet. Que Deus o recompense abundantemente pelo valioso auxílio prestado à nossa revista»<sup>200</sup>. Foi assim, através da partida do P.<sup>e</sup> «José» (Joseph?) Jamet, a 1 de julho de 1925, que se ficou a saber que este terá substituído o P.<sup>e</sup> António Álvaro na administração da revista durante esse ano, sem que se conheça mais sobre a sua vida e obra.

---

<sup>197</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 619.

<sup>198</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 610 e 618.

<sup>199</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 620 e «Crónica Madeirense», 15-05-1924, in *A Esperança*, ano 6.<sup>o</sup>, n.º 6, p. 151.

<sup>200</sup> «Crónica Madeirense», 01-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.<sup>o</sup>, n.º 9, p. 140.



O terceiro administrador que se conhece, muito parcamente, é o P.e «João» (Johan?) Karregat. Segundo o P.<sup>e</sup> Bráulio Guimarães, este religioso holandês terá chegado ao Hospício, doente, a 22 de setembro de 1925 e passou rapidamente a fazer parte dos religiosos lazaristas que prestavam auxílio espiritual, tornando-se procurador daquela instituição<sup>201</sup>. A 1 de março de 1926, na missa em louvor à *A Esperança*, pela celebração de mais um ano de existência, estava, entre os presentes, «o Rev.<sup>o</sup> Padre Karregat C. M. actual Administrador da nossa Revista»<sup>202</sup>. Desconhece-se se, após este, outro religioso vicentino terá ocupado o cargo de administrador ou se Karregat assumiu a pasta até ao fim da publicação, dado que não se encontraram informações sobre um novo administrador até à suspensão da revista.

Por razões diversas, optou-se por não analisar os redatores d'*A Esperança*. Estas prendem-se com o facto de os textos não terem, na sua maioria, autoria explícita ou ter-se revelado difícil identificar os seus escritores – que assinavam com as iniciais do seu nome, através de pseudónimos ou de múltiplos pseudónimos e, coloque-se ainda a hipótese da utilização de *noms de plume* coletivos, que congregavam diversos articulistas. Tal situação prejudica esta análise, impossibilitando, nesta fase, um estudo sobre estes autores e a sua relação com o meio cultural, político e religioso madeirense.

Contudo, enumere-se alguns dos autores que a historiografia identificou como tendo escrito para *A Esperança*: Abel Almada<sup>203</sup>; Ana Augusta de Castro Leal de Freitas-Branco, Mário Alves e Júlia da Graça de França e Sousa<sup>204</sup>; António Álvaro, C. M.<sup>205</sup>; António Homem de Gouveia<sup>206</sup>; António Marques da Silva<sup>207</sup>; Ernest Schmitz, C. M.<sup>208</sup>; Fernão Favila Vieira, José Luís de Canavial Brito Gomes, Henri Janssen, C. M., João da Costa Miranda, João Marinho da Nóbrega, Jacinto da Conceição Nunes, José Bebiano da Paixão, Alberto Artur Sarmento, Feliciano José Soares e Laura de

---

<sup>201</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 619-620.

<sup>202</sup> «A Esperança», 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 2, p. 25 (suplemento).

<sup>203</sup> ALVES, 2019, «Almada, Abel».

<sup>204</sup> PORTO DA CRUZ, 1953, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III, pp. 54-55, 184, 175-176, respetivamente.

<sup>205</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 618-619.

<sup>206</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 626.

<sup>207</sup> SILVA, 2017, «Silva, António Marques da».

<sup>208</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, pp. 624-625.

Castro Soares<sup>209</sup>; Jaime Vieira dos Santos<sup>210</sup>; João França<sup>211</sup>; João Vieira Caetano<sup>212</sup>; Juvenal Henriques de Araújo<sup>213</sup>; Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa de Andrade<sup>214</sup>; Maria Teresa Castro Leal de Freitas Branco<sup>215</sup>; Perillo Gomes<sup>216</sup>; Sebastião Pestana<sup>217</sup>; Teodósio de Gouveia<sup>218</sup>; além de muitos outros ainda por averiguar.

Refira-se a existência de outros colaboradores com funções definidas. Em primeiro lugar, já foi anotado que João Vieira Júnior, em 1925, passou a constar do grupo de funcionários d'*A Esperança*. Este teria a seu cargo «os serviços d'informação referentes á administração da nossa Revista»<sup>219</sup>. Não foi clarificado no que consistia estes “serviços de informação”, ainda que se presume que estejam associados à gestão dos assinantes da revista.

Conhecem-se ainda outros auxiliares cuja função esteve associada à cobrança das assinaturas. Um pontual apontamento, de 1 de abril de 1927, foi o único que particularizou um desses colaboradores, Gertrudes Acciaioli. A administração da revista agradeceu-lhe o serviço que prestou «durante alguns anos [...] [da] cobrança de “A Esperança” na cidade do Funchal»<sup>220</sup>. O apontamento permite perceber que a recolha dos valores das assinaturas – e, provavelmente, a própria venda avulsa dos volumes – seria feita por particulares, e não pela equipa editorial. Meses mais tarde, *A Esperança* agradeceu a «todas as Ex.<sup>mas</sup> Senhoras que dentro e fóra do Funchal se entregaram com tanta dedicação ao trabalho da cobrança»<sup>221</sup>. Já nos anos seguintes, solicitou-se aos assinantes que recebessem com gentileza as pessoas que, com zelo, se deslocavam às casas destes para recolher os pagamentos devidos<sup>222</sup>. No número

---

<sup>209</sup> CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses* [...], pp. 170-171, 228, 263, 318-319, 334, 340, 356, 431-433, 455 e 456, respetivamente.

<sup>210</sup> GOMES, 2016, «Santos, Jaime Vieira dos».

<sup>211</sup> CAMACHO, 2016, «França, João».

<sup>212</sup> CAETANO & PITA, 2007, *Notas Histórias e outras Estórias da Ponta do Sol*, pp. 7-10, com recolha de textos que foram publicados n'*A Esperança*.

<sup>213</sup> PITA, 2019, «Araújo, Juvenal Henriques de».

<sup>214</sup> TRINDADE & PAOLINELLI, 2019, «Andrade, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa de».

<sup>215</sup> TRINDADE & PAOLINELLI, 2022, «Branco, Maria Tereza Castro Leal de Freitas».

<sup>216</sup> PITA, 2019, «Ação Católica», p. 25.

<sup>217</sup> VERÍSSIMO, 1994, «Sebastião Pestana».

<sup>218</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. III, p. 230.

<sup>219</sup> «A Esperança», 01-07-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 9, verso da capa.

<sup>220</sup> «Cronica Madeirense», 01-04-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 2, p. 55 (suplemento).

<sup>221</sup> «Os Amigos de “A Esperança”», 01-07-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 5, contracapa.

<sup>222</sup> Como, por exemplo, em: «Expediente», 01-05-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 3, verso da capa; «Pagamentos», 01-03-1935, in *A Esperança*, ano 17.º, n.º 1, verso da capa; «Pagamentos», 01-02-1937, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 12, verso da capa; «Pagamentos», 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, verso da contracapa; e «Pagamentos», 01-03-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 1, verso da capa.

12 do décimo ano (de 1 de fevereiro de 1929), informou-se os leitores que a cobrança no Funchal seria efetuada por «cobradores particulares»<sup>223</sup>, enquanto no número 12 do 11.º ano (de 1 de fevereiro de 1930), o relatório da Liga da Ação Social Cristã registava que os seus membros se encarregavam da recolha dos valores das assinaturas como forma de «espalhar o [B]em»<sup>224</sup>. Já no 16.º ano, os assinantes deveriam pagar «pontualmente a sua assinatura, seja espontaneamente, seja quando fôrem solicitados para isso pelos nossos dedicados propagandistas»<sup>225</sup>. A informação de que estes fariam o serviço «por caridade» leva a crer que cobradores e propagandistas não seriam pagos pelas suas funções<sup>226</sup>.

Por último, refira-se a existência de distribuidores, que entregavam a revista aos seus assinantes, pelo menos na cidade do Funchal. A informação acerca destes provém mormente de pequenas notas nas quais a administração pedia desculpa pelos erros na distribuição: no segundo ano, o «descuido d'um distribuidor improvisado» levou a que alguns assinantes não recebessem o número 16 (de 15 de outubro de 1920)<sup>227</sup>; já no 14.º ano, por ocasião do sétimo número (de 1 de setembro de 1932), a administração d'*A Esperança* informou que «[p]or causa da doença do dedicado distribuidor da nossa Revista, o ultimo numero de "A Esperança" foi tardiamente distribuido aos nossos prezados assinantes da cidade, facto esse independente da nossa vontade, mas deveras lamentavel», justificando assim o atraso na entrega desse volume<sup>228</sup>. Segundo os gastos de produção de 1921-1922, o distribuidor na cidade acarretou determinados custos, que não foram discriminados, o que leva a crer que este seria um serviço remunerado<sup>229</sup>.

## A Produção

É difícil conhecer a produção d'*A Esperança* através dos seus metatextos. A consulta dos arquivos da revista certamente permitiria uma noção mais abrangente e concreta do seu funcionamento, mas intente-se uma possível reconstituição.

---

<sup>223</sup> «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>224</sup> «Liga d'Acção Social Cristã. Relatório que foi lido na Assembleia Geral a 24 de Novembro de 1929», 01-02-1930, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 12, p. 379 (suplemento).

<sup>225</sup> «A Necessidade e [sic] Grande», 01-03-1934, in *A Esperança*, ano 16.º, n.º 1, verso da capa.

<sup>226</sup> Como se refere em «Pagamentos», 01-03-1935, in *A Esperança*, ano 17.º, n.º 1, verso da capa.

<sup>227</sup> «Chronica Madeirense», 01-01-1921, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 21, verso da contracapa.

<sup>228</sup> «Expediente», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, verso da capa.

<sup>229</sup> Como se poderá observar em «!... 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

Parta-se do princípio de que todos os textos (originais, traduções ou transcrições), comissionados ou da total liberdade dos seus autores (autopropostos ou já com um vínculo regular à publicação, assinando “colunas”), deveriam chegar à redação com determinado tempo de antecedência. No início da «Secção dos Novos», a 15 de março de 1925, dedicada à publicação de originais de jovens articulistas – e a única na qual se convidava os leitores a escreverem para a revista –, foi referido que os textos deveriam chegar à sede da revista até ao dia 5, se quisessem publicar no volume que sairia no dia 15, e até dia 20 se fosse para os disponibilizar no princípio do mês seguinte<sup>230</sup>. Estes prazos estão claramente associados à bimensalidade da revista durante os primeiros anos (1920-1927); contudo, crê-se que, com o retorno à mensalidade, a obrigatoriedade do envio com algumas semanas de antecedência manteve-se, para que a equipa editorial, o episcopado e a gráfica aprovassem a sua publicação. Atente-se num exemplo de uma prática que poderá não ser a mesma para os textos impressos: a 1 de novembro de 1929, já enquanto mensário, solicitava-se às casas comerciais, que pretendessem publicitar os seus produtos, que enviassem os anúncios para a sede ou para a Tipografia Camões até ao dia 8 de dezembro<sup>231</sup>; já o número de Natal, contendo a dita publicidade, foi publicado a 25 de dezembro de 1929.

As restantes informações relativas à produção assentam na impossibilidade de publicar todos os textos que recebiam, seguindo uma lógica de contenção dos gastos, através do cumprimento rígido do número de páginas impressas, ou de atrasos na entrega dos originais. Vejam-se os exemplos de uma entrevista sobre a Escola de Artes e Ofícios, que não chegou a ser publicada no número 13 do quinto ano (de 1 de setembro de 1923), por «absoluta falta de espaço»<sup>232</sup>; ou a impossibilidade de se imprimir uma história de *Maria Francisca Tereza* (pseudónimo de Laura Veridiana de Castro e Almeida)<sup>233</sup>, na secção «A Leitura dos Pequenininos», no volume de 15 de novembro de 1924, ou o artigo «A Internacional Comunista, Sun-Yat-Sen e a China», um texto publicado originalmente no diário *A Epoca* (Lisboa, 1919-1927)<sup>234</sup>; ou o

---

<sup>230</sup> «As nossas secções», 15-03-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 2, verso da contracapa. Atente-se que se convidou a «toda a colaboração de moços que não se afastem na sua orientação, da linha que sempre tem seguido a “Esperança” – Religião, Sociologia, Descritivo, Arte, Sport, Contos».

<sup>231</sup> «Numero de Natal», 01-11-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 9, verso da capa.

<sup>232</sup> Nótula sem título, 01-09-1923, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 7, p. 198.

<sup>233</sup> A identidade deste pseudónimo foi revelada em CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses* [...], p. 456.

<sup>234</sup> «Crónica Madeirense», 15-11-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 18, p. 361. Registe-se que os dois textos foram publicados no volume seguinte como M.[aria] F.[rancisca] T.[ereza], 01-12-1924, «Preparação para a 1.ª Comunhão. XIV Lição», in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 19, pp. 372-376 e «A Internacional Comunista, “Sun-Yat-Sem” e a China. O que se passa em Barcelona», 01-12-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 19, pp. 93-94 (suplemento). As informações sobre *A Epoca* foram recolhidas em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 684.

caso de uns textos que, supostamente, deveriam ter sido publicados no número de Natal de 1931, mas que «por falta de espaço» foram retardados até ao volume impresso em fevereiro de 1932<sup>235</sup>; ou, por último, o artigo «Ter Férias» de *Uma Mulher* que saiu somente a 1 de novembro de 1937, mas que deveria «ter sido publicado no número anterior de “A Esperança”, não o tendo sido, então, por causa da abundância de original»<sup>236</sup>. Conhecem-se ainda referências a textos que, «por terem chegado demasiado tarde á redacção, tivemos, com grande magua, de pôr de parte», nos números 20-21 do quinto ano<sup>237</sup>; e da falha na publicação do calendário mensal, dado que «[p]or esta vez ainda o nosso calendarista tomou folego e não nos chegou o seu calendario»<sup>238</sup>.

### Aprovação e Impressão

A *Esperança* foi publicada com aprovação da Diocese do Funchal. As boas relações da Congregação da Missão com o prelado (relembre-se a presença de lazaristas no seminário), a existência de uma “solidariedade” entre instituições católicas e de uma linha evangelizadora comum, asseguraram o beneplácito episcopal à revista. Essa anuência esteve presente, nos primeiros quatro anos, na capa da publicação através de um claro «Com Licença e Aprovação da Autoridade Eclesiástica». Tal apontamento leva a crer que uma versão preliminar da revista era apresentada a determinados elementos da cúpula diocesana que teriam, certamente, algum papel decisório nos textos a publicar nos volumes seguintes.

Com a renovação da capa, no segundo número do quarto ano (de 15 de março de 1922), a referida mensagem desapareceu. Não se pense, no entanto, que a revista deixou de ser verificada, pois, ainda antes desta renovação, a partir de 15 de novembro de 1921 (o número 18 do terceiro ano), passava a constar na contracapa, ou no seu verso, um «Nihil obstat», “Nada obsta”, assinado pelo cónego Manuel Gomes Jardim e com a data correspondente à publicação da revista. Se o cónego Jardim aprovou os volumes restantes d’A *Esperança*, até à sua suspensão, já o «Imprimatur», “Imprima-se”, era assinado pelo vigário-geral da diocese funchalense, primeiro pelo cónego José Luís Monteiro e depois pelo cónego Manuel Francisco Camacho, até ao fim da publicação.

---

<sup>235</sup> «Expediente», 01-01-1932, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 11, verso da capa.

<sup>236</sup> «Ter férias», 01-11-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 9, verso da capa.

<sup>237</sup> Nótula sem título, s.d., in *A Esperança*, ano 5.º, n.ºs 20-21, p. 334.

<sup>238</sup> «Crónica Madeirense», 15-01-1924, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 22, p. 367.

Após a aprovação episcopal, a revista seguia para a tipografia. *A Esperança* utilizou a mesma gráfica que o *Boletim Eclesiástico da Madeira*, a Tipografia Camões, sita na rua da Alfândega n.º 52<sup>239</sup>, no centro da cidade, registando-se, na capa ou no seu verso, que a composição e a impressão estavam a cargo desta; algo que se manteve ao longo dos 20 anos de publicação. Ignoram-se os valores associados à tiragem de cada volume, mormente devido à pouca informação disponibilizada sobre a mesma. Somente se sabe que, em abril de 1923, foram impressos 2710 exemplares<sup>240</sup>.

A produção de uma revista católica passa, invariavelmente, por diversas mãos, cada uma delas transformadora. É, assim, relevante compreender quem foram os seus diretores, proprietários, editores, administradores, redatores e colaboradores ao longo do tempo. Conhecer o por “detrás” de uma publicação periódica, através da análise do seu «grupo produtor» e do seu processo de produção consiste numa abordagem introdutória ao próprio objeto de estudo da História da Imprensa, isto é, trata-se de uma forma preliminar para compreender *A Esperança* enquanto objeto físico, enquanto a materialização de diversos quereres.

### 3. A Materialização (II): O Objeto “*A Esperança*”

Analisar por “dentro” de um periódico, seguindo os parâmetros de Pierre Albert, implica atentar nas características formais, isto é, observar uma publicação periódica enquanto um objeto físico, com uma materialidade tangível. Assim, intentou-se estudar alguns atributos desse mesmo objeto, de modo a facilitar investigações posteriores e estudos comparativos. O foco residiu na concretização d’*A Esperança*, pelo título, pela capa, pelas dimensões, pela periodicidade, pelas diversas edições, pelo grafismo, pelas secções e pela publicidade que veiculava. Desse modo, procurou-se traçar, descritivamente, a materialização d’*A Esperança*, e, assim, reconstituir parte da sua historicidade.

#### Título e Subtítulo

A revista conservou o título desde o primeiro até ao último número, sem que, todavia, a administração alguma vez justificasse a escolha de “*A Esperança*”. No

---

<sup>239</sup> Assim o regista o roteiro do Funchal, de 1910, sendo que em maio de 1924, *A Esperança* referiu que a tipografia se localizava na «Rua da Alfândega», sem especificar o número da porta, como é possível observar em TRIGO & TRIGO, 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, pp. 47-48 e *A Esperança*, 01-05-1924, ano 6.º, n.º 5, capa.

<sup>240</sup> «A Questão Financeira d’*A Esperança*», 01-05-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 5, verso da contracapa.

primeiro editorial, o termo foi referido por diversas vezes – um «grito de esperança», «esperamos a salvação e a vida», «á ancora da esperança»<sup>241</sup> –, contudo, somente se mencionou que «A *Esperança* que hoje saúda a luz da publicidade, é este grito da nossa alma que se repercute no coração de todos os nossos leitores»<sup>242</sup>. O autor do texto, não identificado, referia-se certamente à virtude teologal, aquela pelo qual todo o católico deveria ansiar pela salvação da alma<sup>243</sup>. Almejou ainda o referido articulista que a nova publicação servisse de «grito», de afronta ao mundo «perdido», de rasgo contra o «horizonte negro e tetrico sem um menor vislumbre de risonha esperança»<sup>244</sup>. O P.<sup>e</sup> João Vieira Caetano, na comemoração do nono aniversário, considerou apenas que «[f]oi um título bem escolhido, esse nome de bom augúrio que deram á revista. Essa esperança dos dias primeiros, frutificou em realidades preciosas durante nove anos»<sup>245</sup>. Mas tais afirmações continuam a não justificar a escolha da intitulação.

Presume-se que a escolha do referido título esteve associado à existência de outras *Esperança(s)*. A publicação em estudo é a terceira, na Madeira de inícios do século XX, a designar-se desta forma. Entre 1907 e 1910, o seminário do Funchal produziu uma pequena revista que, segundo o P.<sup>e</sup> Bráulio Guimarães, «[e]ra redigida, isografada à mão e impressa no seminário pelos próprios seminaristas»<sup>246</sup>. A *Esperança* foi composta por 28 volumes, distribuídos por três anos de publicação: de dezembro de 1907 a novembro de 1908; de dezembro de 1908 a dezembro de 1909; e de janeiro a julho de 1910<sup>247</sup>. Já em 1914, Júlio Viterbo Dias deu à estampa

---

<sup>241</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, pp. 1-2.

<sup>242</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 2.

<sup>243</sup> HOFFMANN & PIEPER, 1967, «Espérance».

<sup>244</sup> «A nossa esperança!», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

<sup>245</sup> P. C., 01-03-1928, «A Esperança», in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 5.

<sup>246</sup> GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 413.

<sup>247</sup> Esta publicação, inicialmente subintitulada de «Revista Litteraria Mensal» e depois de «Revista scientifico-litteraria mensal» e de «Revista mensal e órgão da Academia da Immaculada Conceição», teve como redatores principais Joaquim Plácido Pereira (até julho de 1908) e Eduardo C. N. Pereira (até ao fim da publicação), e como diretor Silva Figueira e administrador C. Jorge Faria e Castro (ambos a partir de dezembro de 1908). Desconhece-se se a publicação cessou efetivamente em julho de 1910. Não se encontraram exemplares além daqueles presentes na Biblioteca Municipal do Funchal, que inclusivamente não possui todos os números desses três anos. Porém, dada a implantação da República, em outubro desse ano, que originou a retirada de diversos lazaristas que exerciam funções educativas, e ao encerramento do seminário no ano seguinte, por conta da *Lei da Separação do Estado das Igrejas*, crê-se que se a revista não terminou nesse número de julho, terá certamente findado nos meses seguintes. Sobre a expulsão dos lazaristas da Madeira, veja-se GUIMARÃES, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, vol. II, p. 416.

*A Esperança*, um semanário publicado entre 7 de março e 8 de junho desse ano, com um total de 11 números. A publicação, «[p]ropriedade da Empresa d'A Esperança» e administrada por Ernesto Dias, caracterizou-se pela sua componente evangélica, e não católica, ainda que o editorial inicial não o indicasse<sup>248</sup>. Os primeiros textos d'A *Esperança* (1914) criticaram a «superstição religiosa» e os clérigos que não constituíam um «espelho nítido de virtudes, um mostruário de bons exemplos, em cofre de moralidade»<sup>249</sup>, mas os resultados não foram certamente os expectáveis, dada a curta duração do periódico, desconhecendo-se quais os motivos concretos para o seu encerramento.

Como esclareceu Paulo Alves, as revistas católicas consideravam atentamente as suas intitulações. Segundo o investigador, o título deveria ser «suficientemente forte, esclarecedor e, se possível, indicar a identidade católica e o projecto social cristão no interior da sociedade»<sup>250</sup>. Não obstante, o autor referiu que os periódicos estudados, com origem entre 1919 e 1926, foram comédidos na sua escolha:

«A maioria dos títulos mantinha a tendência tradicional demonstrada no passado, isto é, apelava-se à apresentação de títulos com expressões religiosas ou com vocábulos que tivessem implícita uma mensagem católica, como está presente nos seguintes 14 títulos: *A Esperança* (Funchal, Madeira, 1919-1938); *Sinos d'Aldeia* (Bandeira, Pico, Açores, 1919-1924); *A União* (Lisboa, 1920-1938); *A Voz da Fe* (Guarda, 1920?-1934); *Vida Diocesana* (Funchal, Madeira, 1921-1931); *Voz do Pastor* (Porto, 1921-1969); *A Fe* (Ponta Delgada, São Miguel, Açores, 1922-1923); *Gabinete Catolico* (Lisboa, 1922); *Voz da Fatima* (Leiria, 1922-mantém publicação); *Boa Nova – Actualidade Missionaria* (Cucujães, 1924-mantém publicação); *A Voz do Paroco* (Nossa Senhora da Encarnação, Ameixoeira, Lisboa?, 1924? 1950); *A Boa Nova* (Horta, Faial, Açores, 1925); *A Flor de Lis* (Braga, 1925-mantém publicação); e *Opus Dei* (Braga, 1926-1935/36)»<sup>251</sup>.

Nesse sentido, a escolha por *A Esperança* (1919-1938) poderá ter radicado num fenómeno de preferência pessoal, por parte dos seus fundadores, mas esteve assente, também, numa tradição de nomeação de periódicos católicos e num aproveitamento do título já utilizado pelos seminaristas sob orientação dos lazaristas, tendo estes últimos também contribuído para a *Esperança* (1907-1910).

---

<sup>248</sup> Júlio Viterbo Dias (1889-1956) acabou por abandonar o seminário funchalense e converteu-se em pastor evangélico. Anos mais tarde, fundou e ficou responsável pelo jornal *A Madeira Evangélica: órgão oficial da Igreja Evangélica Madeirense* (1927-1928), como se refere em CLODE, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses* [...], p. 152.

<sup>249</sup> *A Esperança*, 07-03-1914, ano 1.º, n.º 1, p. 1.

<sup>250</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 161.

<sup>251</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 165.



Pelo contrário, os subtítulos d'*A Esperança* modificaram-se ao longo dos anos. Até ao oitavo ano de publicação (1926-1927), a revista esteve diretamente associada à Obra de S. Francisco de Sales, estabelecendo essa relação no subtítulo, com variações, como aquele utilizado entre março de 1920 e março de 1922 de «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales no Funchal»; ou o de «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales», que figurou na capa entre abril de 1922 e fevereiro de 1926. Esta relação era já antiga, pois o *Boletim Eclesiástico da Madeira* reportava já, e com regularidade, as atividades da Obra de S. Francisco de Sales. Obra essa que tivera auxílio de diversos lazaristas na sua implementação no arquipélago, como o P.<sup>e</sup> León Xavier Prévôt.

A alteração ocorreu no primeiro número do oitavo ano (de 1 de março de 1926) e manteve-se até ao cessar da publicação, em outubro de 1938. A nova capa, estreante nesse número, apresentou um novo subtítulo: «Revista de Formação Católica e Social».

Novamente, o grupo produtor, guiado certamente por Henri Janssen, que assinou o editorial do citado número, não expôs concretamente as razões para a escolha desse subtítulo, somente apresentando as “novas” linhas definidoras da ação d'*A Esperança*, nas quais se percebe uma maior sensibilidade com o ensino do catolicismo e da moral:

«[*A Esperança*] tem por guia uma publicação que se orienta pelos ensinamentos infalíveis do Homem-Deus que é Jesus-Cristo e da Igreja Católica que o representa na terra. A miude com efeito, os divinos textos dos Evangelhos aparecem nas laudas de “*A Esperança*”, entremeados com as questões práticas da vida, assuntos sociais, progresso material, etc., iluminando-as, projectando sobre elas a luz fulgurante que um dia baixou do céu luminoso para a terra envolvida em trevas. [...]

“*A Esperança*” é uma publicação *corajosa, intrepida*. Para atingir o seu fim, qual é a realização da maior soma de bem para a coletividade madeirense, tem por vezes de fazer ressoar aos ouvidos culpados a voz austera do dever, tem de apontar e censurar vícios e defeitos qualquer que seja o manto hipócrita debaixo do qual se encobrem, tem de fazer guerra a abusos sociais que prejudicam o bem colectivo, posto que estes desmandos sejam tolerados ou desculpados por um grande número dos nossos conterrâneos. [...]

“*A Esperança*” é uma publicação de orientação social. Preocupam-na especialmente os vícios, abusos e anormalidades que desprestigiam a sociedade madeirense. Portanto não deve ser repelida nem requer por aqueles que ainda não acreditam em todos os artigos do Credo nem praticam todos os mandamentos [sic] do Decálogo. Deve ser lida por todos aqueles que se preocupam com o levantamento moral e intelectual da nossa terra, pois que “*A Esperança*” pugna por esses interesses superiores com todo o ardor d’uma alma entusiasta.

“*A Esperança*” é uma publicação que professa uma predileção especial pelos assumptos d’um tal palpitante interesse social que são a educação e a instrução. E ninguém

ousará dizer que não sejam estes os assumptos que mais vezes convenha versar com argumentos de peso, n'esta nossa sociedade em que se topa tantas vezes com gente ignorante e deseducada. E nenhum sociologo ousará tampouco contestar que não seja esta a verdadeira democracia, que sob todos os regimens políticos e debaixo de todas as latitudes do orbe terraqueo, convenha praticar»<sup>252</sup>.

O autor de um editorial comemorativo de mais um aniversário, no ano seguinte à mudança de subtítulo, referiu sobre este:

«Quando, no ano findo, fizemos inscrever por baixo do titulo de “A Esperança”, o sub-titulo de “Revista de formação Católica e Social”, sabiamos bem que grande, que enorme responsabilidade chamávamos para cima dos nossos ombros. Impunhamo-nos a seriíssima missão d’orientar o pensamento da grande familia da “Esperança” que uma ou duas vêzes, por mês, lhe levaria, nas suas paginas, a nota orientadora d’ideias, de sentimentos, de costumes, de tudo o que constitui as mil manifestações da vida humana. Quizémos dar á «Esperança» um rumo definido e, sobretudo, marca-la claramente como *Revista*, afastando-nos assim, do genero de Publicação bi-mensal de *Faits divers* já mil vezes contados e lidos, e das intrigasinhas de visinhos mal humorados, de que nada d’util resulta a-final, para ninguem. Tempo perdido e papel mal gasto»<sup>253</sup>.

Como se nota, esta mudança no subtítulo foi explicada por uma transformação na linha orientadora d’*A Esperança*, que se propôs, com objetivos claros, formar a comunidade leitora numa sociedade católica, «sem vícios, abusos e anormalidades»<sup>254</sup>.

## Capa e Contracapa

Foi possível identificar cinco modelos distintos de capas, alguns com pequenas variações ao longo do tempo, além de um modelo utilizado nas edições especiais de Natal. Procure-se descrever os mesmos, acrescentando pequenos apontamentos quando a própria direção d’*A Esperança* os fez ao longo dos anos. Retenha-se que nenhum dos modelos foi implementado sincronicamente com as mudanças de equipa editorial e somente o quarto modelo foi introduzido aquando da implementação do novo subtítulo («Revista de Formação Católica e Social»). Tal parece indicar que as transições estariam mais associadas a gostos pessoais, a tentativas de renovação da sua imagem ou até a experiências estéticas, do que propriamente a transmutações profundas na revista.

---

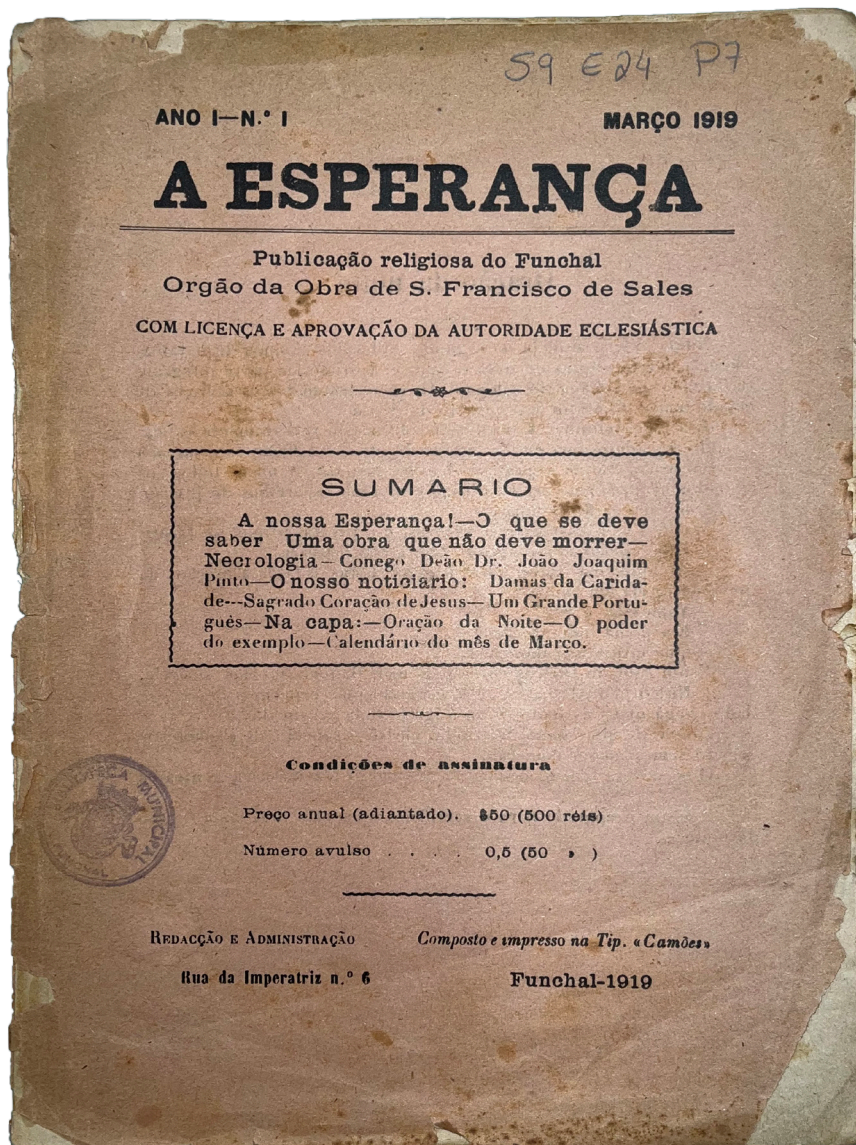
<sup>252</sup> Miles Christi, 01-03-1926, «O Oitavo Aniversario de “A Esperança”. O Nosso Fim», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, pp. 2-4, itálicos no original.

<sup>253</sup> «Como se passou mais um ano», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, pp. 1-2, itálicos no original.

<sup>254</sup> Miles Christi, 01-03-1926, «O Oitavo Aniversario de “A Esperança”. O Nosso Fim», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 4.

O primeiro modelo foi utilizado nos quatro anos iniciais, desde o primeiro número do primeiro ano (em março de 1919) até 15 de março de 1922 (o segundo número do quarto ano). Caracteriza-se por possuir uma capa exclusivamente informativa: no topo encontra-se identificado o ano, o número e a data de publicação; segue-se, logo abaixo, o título, o subtítulo e a aprovação episcopal; já a meio da página, um sumário das matérias, emoldurado por uma linha em ziguezague, apresenta os títulos e os autores dos artigos; por fim, na base, observam-se os valores da assinatura anual e da compra de exemplares avulsos e a identificação da localização da «Redação e Administração» e da tipografia.

Imagem 3. O primeiro modelo da capa d'A Esperança (1919-1922)



Fonte: A Esperança, 01-03-1919, ano 1.º, n.º 1, capa.

Atente-se que nos primeiros anos, as capas utilizaram um papel colorido, algo que prontamente foi substituído por papel “branco”. A 15 de agosto de 1920, no número 12 do segundo ano, *A Esperança*, justificou essa mudança informando que as cores utilizadas anteriormente, «tão variegadas, encarnado, azul, amarelo, verde, etc», encareciam demasiado a produção da revista<sup>255</sup>.

Foi no terceiro número do quarto ano (de 1 de abril de 1922) que se inaugurou um novo modelo de capa, que perdurou até 15 de abril de 1924 (o quarto número do sexto ano). Num pequeno editorial, o articulista referiu que se pretendia aplicar a renovada imagem desde o primeiro número do quarto ano (a 1 de março de 1922), mas tal revelou-se impossível, pois a renovação consistiu numa decisão de última hora, dado o receio de um incremento no custo de produção. Ultrapassada a apreensão, contactaram um desenhador que elaborou a nova roupagem d’*A Esperança*, presumivelmente de forma gratuita, a acreditar na «boa vontade» referida no texto. Nesse mesmo editorial publicaram-se as cartas entre *N. I. L.*, ainda por identificar, como representante da revista, e *A. T.*, o desenhador, também por identificar, mas que se sabe residir fora do arquipélago madeirense. *N. I. L.* foi deveras específico no que pretendia:

«Dê nos, em pedra burilada, uma *boia de salvação*, com o nome «A Esperança» no cimo; como assunto dessa marmorea rosa envidrasada, *uma ancora* no primeiro plano, simbolo d’«A Esperança», e uma vista do porto do Funchal em miniatura, ao longe, em segundo plano, fazendo vir mil saudades aos nossos presados leitores que vivem longe d’esta Perola de Oceano.

À esquerda, sobre a boia, *a tiara*; á direita a esfera armilar dos arrojados nautas lusitanos quando iam implantar *as Sacras Quinas* outrora tão gloriosas, em terras de infieis: no fundo *a Cruz Manuelina*, simbolos do nosso amor pelo divino Crucificado e pela Patria, e da nossa incondicional dedicação e obediencia ao Representante, sobre a terra, do Divino Mestre: *Ave-Crux-Spes-Unica*»<sup>256</sup>.

O desenho foi elaborado consoante as especificações anteriores e ficou pronto a 19 de fevereiro de 1922; porém, «por estarem em greve os tripulantes da nossa marinha mercante», não chegou ao Funchal a tempo de se incluir nos volumes de março e abril desse ano. Após o desenho ter chegado à redação, solicitou-se ao gravador José de Abreu que o incorporasse na capa, o que este prontamente concretizou como requerido<sup>257</sup>.

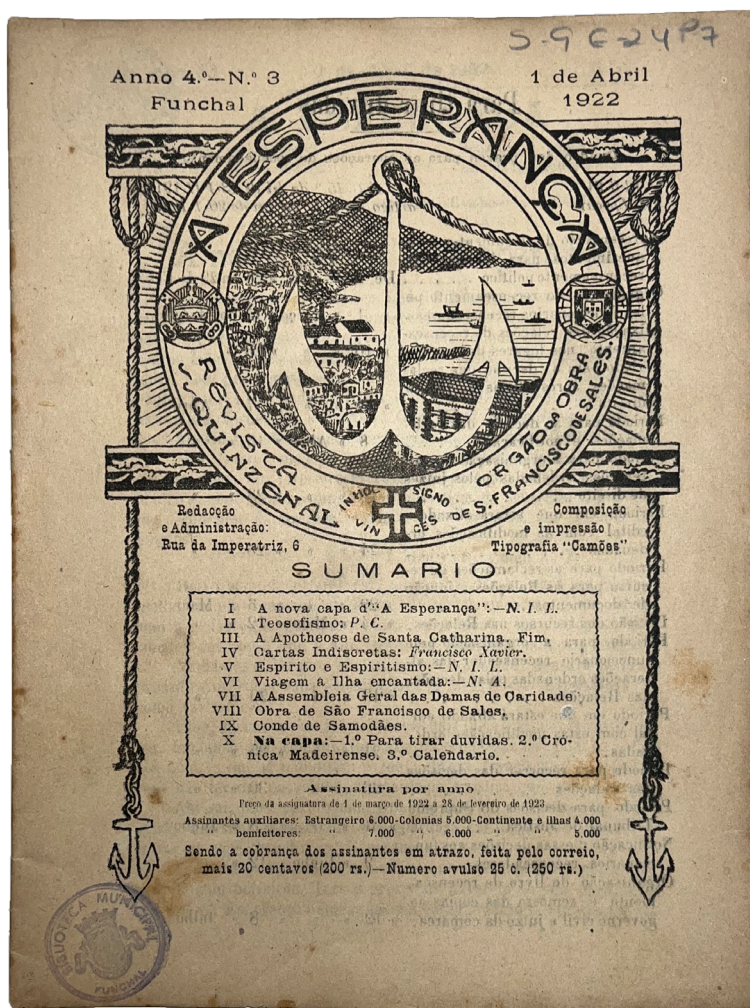
---

<sup>255</sup> «“A Esperança”», 15-08-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 12, contracapa.

<sup>256</sup> *N. I. L.*, 01-04-1922, «A Nova Capa d’“A Esperança”», in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 3, p. 42, itálicos no original.

<sup>257</sup> *N. I. L.*, 01-04-1922, «A Nova Capa d’“A Esperança”», in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 3, p. 42.

Imagem 4. O segundo modelo da capa d'A Esperança (1922-1924)



Fonte: A Esperança, 01-04-1922, ano 4.º, n.º 3, capa.

Imagem 5. Vista do Porto do Funchal, observando-se à esquerda o Hospício (primeira década do século XX)



Fonte: ABM, Museu de Fotografia da Madeira - Atelier Vicente's, Perestrellos Photographos, cx. 25, n.º 2, PER/132.

Este segundo modelo dista do primeiro por mesclar informação com decoração. Manteve-se, no topo, os dados relativos ao ano, número e data de publicação. Segue-se a imagem gravada da autoria de A. T.: um círculo, com o título, o subtítulo e a periodicidade da revista nas suas bordas, divididos por uma esfera armilar contendo o escudo de Portugal, uma cruz da Ordem de Cristo – identificada na carta de N. I. L. como uma «cruz manuelina» – com a locução latina «In Hoc Signo Vinces» e um pequeno círculo conjugando a tiara papal e as chaves de S. Pedro, símbolos da Igreja e do Papado. A paisagem inserida no círculo é uma representação, semirrealista entenda-se, do Funchal, visto de um miradouro perto do Hospício da Princesa D. Maria Amélia. Não se sabe se A. T. conhecia o Funchal, mas se não o conhecesse *in loco* facilmente poderia aceder a fotografias ou a postais representando aquela vista (veja-se, por exemplo, a Imagem 5). No primeiro plano, encontra-se uma âncora suportada por cordas, que extravasam a paisagem e emolduram toda a capa; o círculo é atravessado por dois frisos com motivos florais e das bordas laterais da circunferência veem-se pequenos raios, como se se tratasse de um halo. Abaixo da imagem, identifica-se a localização da redação e a tipografia responsável pela impressão, para depois se incluir o índice do volume, com a lista de títulos e autores dos diversos textos. A capa termina, na sua base, com os valores da assinatura anual e da venda de volumes avulsos. Registe-se que, a partir do segundo número do quinto ano (de 15 de março de 1923), acrescentou-se, no topo, a informação relativa à edição – se a «pequena edição» ou a «grande edição» – identificada através do número de páginas que compunham determinado volume.

O terceiro modelo vigorou igualmente dois anos, entre o quinto número do sexto ano (1 de maio de 1924) e o número 24 do sétimo ano (15 de fevereiro de 1926). Desconhece-se o motivo da mudança, dado que a mesma não constou dos editoriais ou dos metatextos. O modelo foi implementado numa edição especial da revista, na qual se publicaram as conferências do P.<sup>e</sup> Manuel Gonçalves Cerejeira, apresentadas no mês anterior no Teatro Manuel Arriaga. O formato da edição especial continuou no número seguinte, uma edição regular, mantendo uma capa informativa com diversos elementos decorativos. No topo, permanecem as informações relativas ao ano, ao número e à data de publicação, além do número de páginas indicativo da edição. Na base registaram-se a sede da redação, a tipografia e os valores das assinaturas e da compra de volumes avulsos. A distinção reside no meio da página, substituindo-se o círculo com a âncora por uma cruz da Ordem de Cristo e com o sumário das matérias daquele volume. Toda a capa encontra-se retangularmente emoldurada, apresentando besantes nos cantos, nas laterais e num friso que separa o texto da cruz. O mesmo modelo foi implementado nas edições especiais comemorativas do

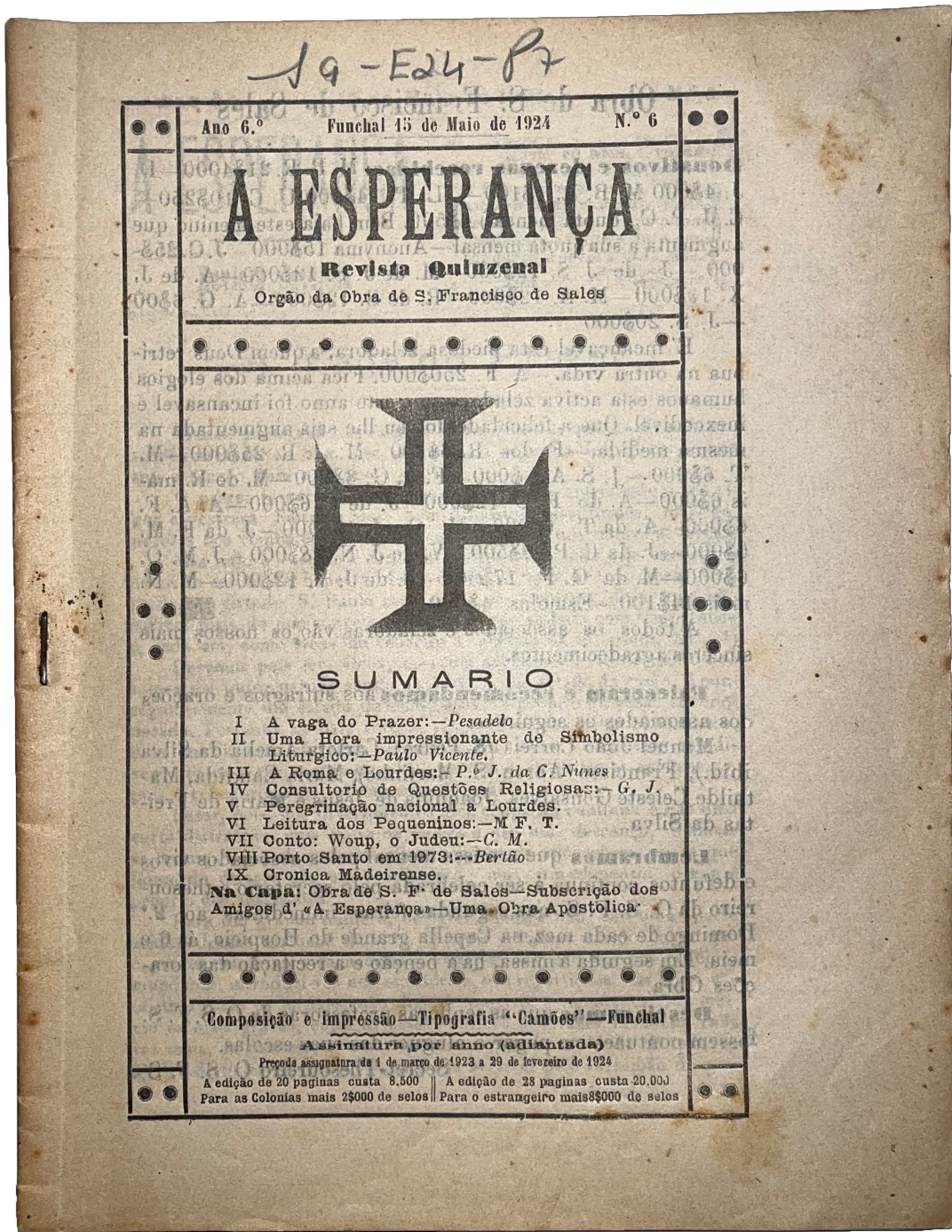
dia de S. Vicente de Paulo, por exemplo, no décimo número do sexto ano (de 15 de julho de 1924) e no mesmo número do sétimo ano (de 15 de julho de 1925).

Imagem 6. A edição especial d'A Esperança, com as conferências do P.º Manuel Gonçalves Cerejeira (1 de maio de 1924)



Fonte: A Esperança, 01-05-1924, ano 6.º, n.º 5, capa.

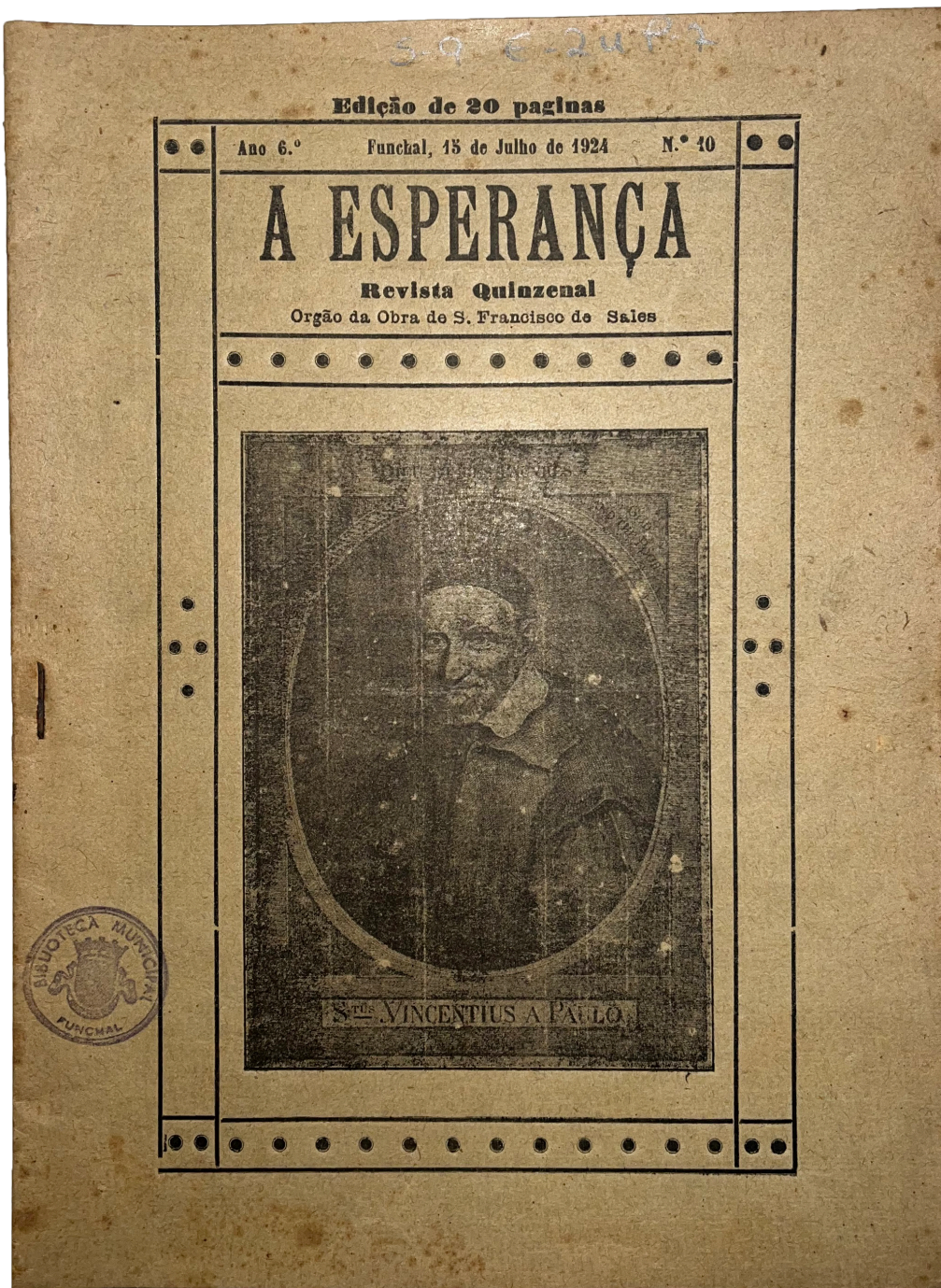
Imagem 7. O terceiro modelo da capa d'A Esperança (1924-1926)



Fonte: A Esperança, 15-05-1924, ano 6.º, n.º 6, capa.



Imagem 8. A edição comemorativa do dia de S. Vicente de Paulo (15 de julho de 1924)



Fonte: *A Esperança*, 15-07-1924, ano 6.º, n.º 10, capa.

No final do sétimo ano, a 15 de fevereiro de 1926, *Miles Christi* assinou um editorial no qual alertou os leitores para determinadas alterações no novo ano. A mudança foi puramente estética: «a partir do 1 de Março “A Esperança” vae entrar n’um novo periodo de actividade, já renovando e embelezando a sua capa exterior, já multiplicando o numero das suas paginas embora reduza um pouco o seu formato, para assim ter um aspecto mais belo, artistico e atrahente»<sup>258</sup>. No número seguinte, o primeiro do oitavo ano, a equipa editorial revelou a nova capa: «É tocante de verdade sublime o artístico desenho que adorna a capa de “A Esperança”[.] É o Cristo aureolado de santidade a semear sua doutrina divina. E semeia-a n’um gesto de bondade que convida e chama ternamente pela muita doçura de que é revestido»<sup>259</sup>. Para o articulista, anónimo, toda a imagem era profunda em significado: «a paisagem suave e serena representa ás mil maravilhas os nossos leitores que recebem a divina semente “com um coração bom e optimo, a reteem, e dão fructo pela paciencia, até cento por um”»; «A extensão indefinida da paisagem representa por ventura o campo imenso dos leitores que “A Esperança” já abrange e d’aqueles que espera abranger no futuro, se os seus assinantes e propangandistas continuarem a difundil-a com zelo ardoroso»<sup>260</sup>. O autor do desenho foi Roberto Vieira de Castro, e a sua capa durou somente um ano de publicação, entre o primeiro número (de 1 de março de 1926) e o número 16 do oitavo ano (de 1 de fevereiro de 1927).

Este modelo, o quarto, diferiu dos anteriores pela exiguidade das informações na capa. No topo, manteve-se o número de páginas, o título a vermelho e o subtítulo a preto. Como referido, a meio, a imagem de Cristo a lançar sementes, em pleno movimento. O Semeador ostenta um halo, veste um manto, está descalço, e possui um cesto no braço esquerdo; no canto esquerdo é possível observar o cordeiro e a assinatura «R. V. C.» (Roberto Vieira de Castro). No topo, veem-se silhuetas humanas e um sol poente. Por debaixo da gravura, o lema «Saiu a Semear a Boa Semente», numa passagem alusiva à parábola do semeador<sup>261</sup>. A capa termina com informações relativas à tipografia e à sede da redação. Ao longo desse ano, acrescentaram-se outros dados, como o ano, número e data de publicação e os nomes do diretor e editor (Feliciano Soares) e do proprietário (J. Vieira Júnior).

---

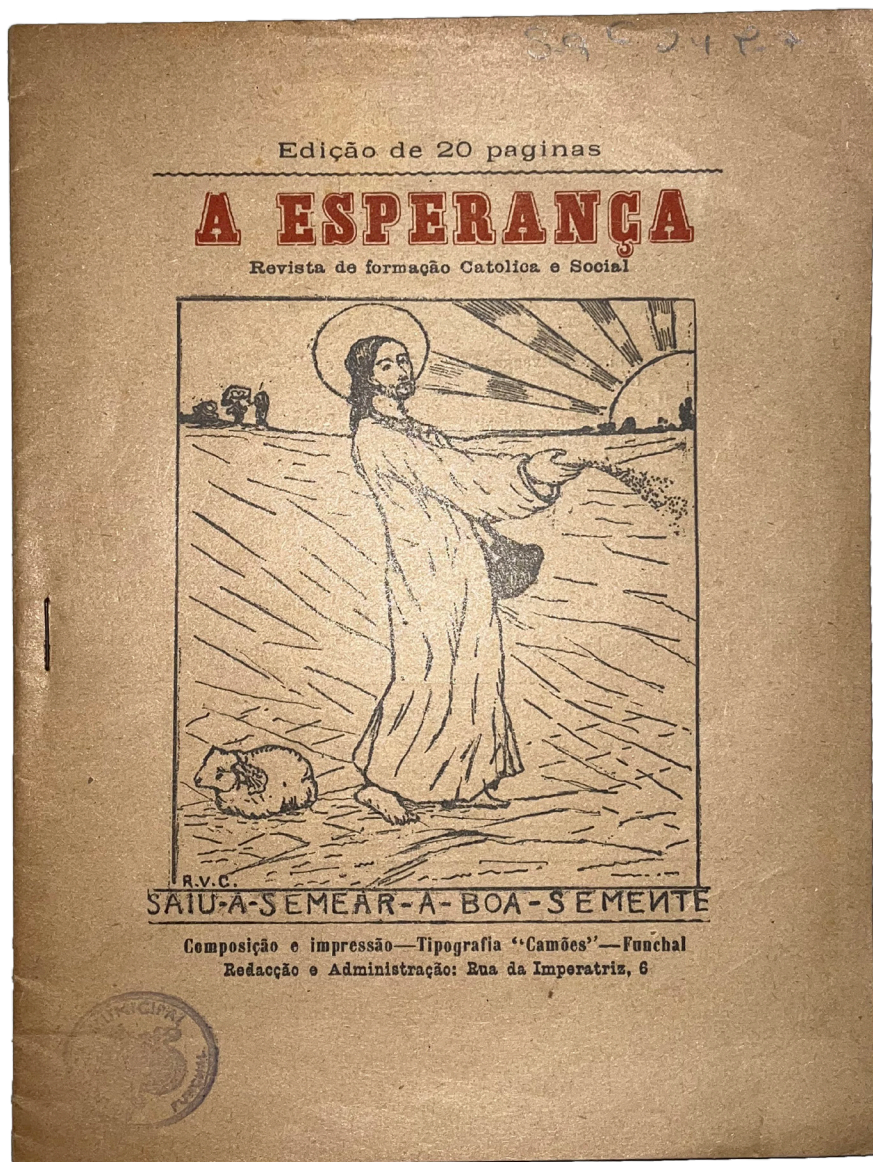
<sup>258</sup> Miles Christi, 15-02-1926, «O Proximo Aniversario de “A Esperança”», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 24, p. 408.

<sup>259</sup> «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 8.

<sup>260</sup> «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 8, itálicos no original.

<sup>261</sup> Presente em Mt. 13, 3-23; Mc. 4, 1-20; e em Lc. 8, 4-15.

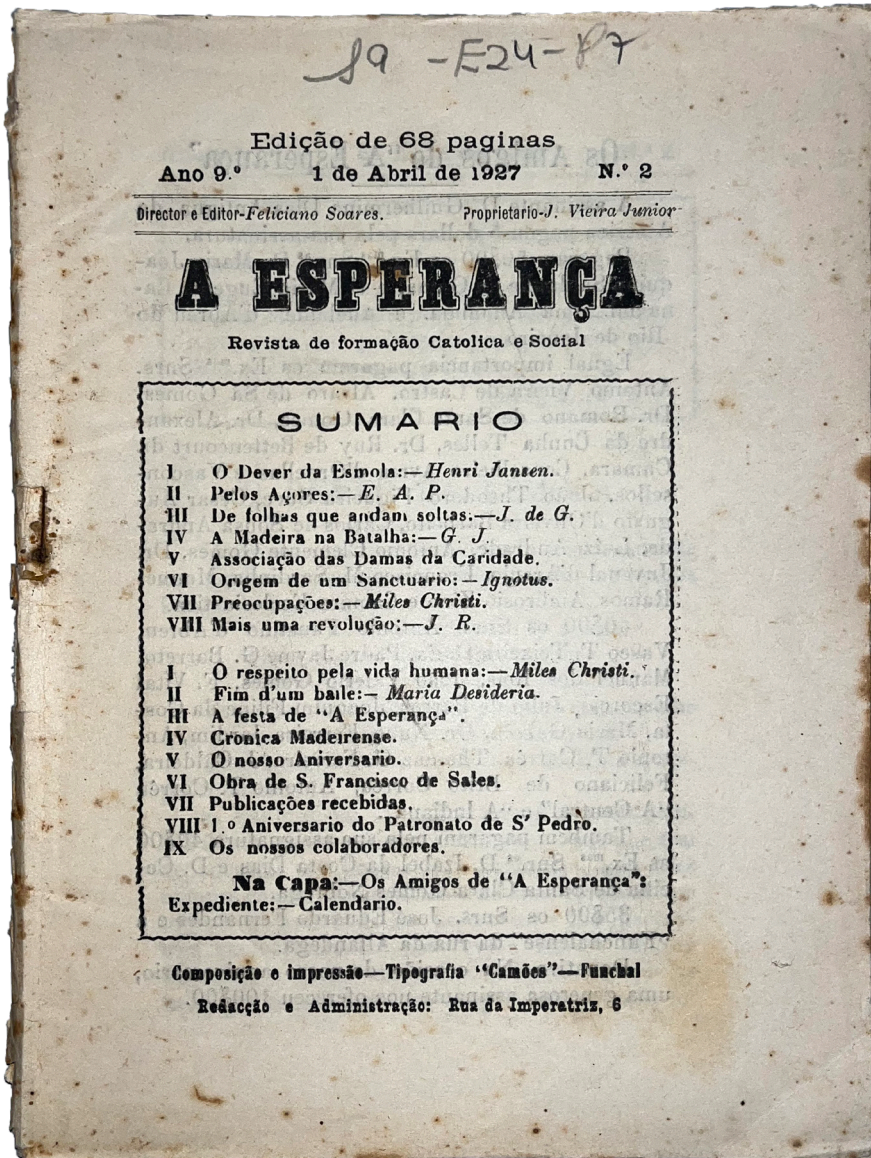
Imagem 9. O quarto modelo da capa d'A Esperança (1926-1927)



Fonte: A Esperança, 01-03-1926, ano 8.º, n.º 1, capa.

O último modelo, o quinto, perdurou no tempo, sendo utilizado desde o primeiro número do nono ano (de 1 de março de 1927) até à suspensão da revista, com o sétimo número do 20.º ano (de 1 de outubro de 1938). Esta capa contrasta abissalmente com o modelo anterior. No topo, o número de páginas do volume, identificando a edição, o ano, o número e a data de publicação; seguem-se os elementos do grupo editorial, a intitulação do periódico, um sumário dos artigos, contendo os seus títulos e autores, e a localização da sede da redação e da tipografia. A linha em ziguezague, em torno do índice, constitui o único elemento decorativo.

Imagem 10. O quinto modelo da capa d'A Esperança (1927-1938)



Fonte: *A Esperança*, 01-04-1927, ano 9.º, n.º 2, capa.

Por sua vez, as edições especiais de Natal possuíam capas distintas das versões regulares da revista. Foi nos números 20-21 do quinto ano (sem data especificada)<sup>262</sup>

<sup>262</sup> A data de publicação não foi aposta, como costume, nem na capa nem no frontispício. Dado que neste período a revista era quinzenal e o número anterior saiu a 1 de dezembro e o posterior a 15 de janeiro, presume-se que este volume teria uma data intermédia: ou a de 15 de dezembro de 1923 ou a de 1 de janeiro de 1924. Todavia, atente-se que, nos anos seguintes (1924-1925 e 1925-1926), a edição de Natal datou de 25 de dezembro, enquanto o volume anterior foi publicado a 1 de dezembro e o posterior a 15 de janeiro. Terá sido o quinto ano, o modelo para os dois anos posteriores, e sido ele também disponibilizado a 25 de dezembro? Desconhece-se a resposta a esta questão.

que tal ocorreu pela primeira vez. O título, um subtítulo («Revista Católica» e não «Orgão da Obra de S. Francisco de Sales», como ainda era comum nesse ano), a referência à edição especial («Numero de Natal Ilustrado 1923»), a Cruz da Ordem de Cristo e a informação da tipografia encontram-se emoldurados por frisos, adornados com pequenos círculos. Tanto as letras como a decoração foram feitas a vermelho acastanhado.

Imagem 11. A capa da edição de Natal de 1923



Fonte: *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, capa.

No ano seguinte, no volume datado de 25 de dezembro de 1924 (os números 20-21 do sexto ano), a capa é muito semelhante em termos dos elementos consti-

tuintes, modificando-se a moldura e substituindo-se os círculos por pequenas cruces gregas. Já as edições de Natal dos anos seguintes, pelo menos até ao 13.º ano (1931-1932), apresentam-se como variantes desta capa, acrescentando-se outras informações, alterando as cores das letras, e os pormenores da decoração.

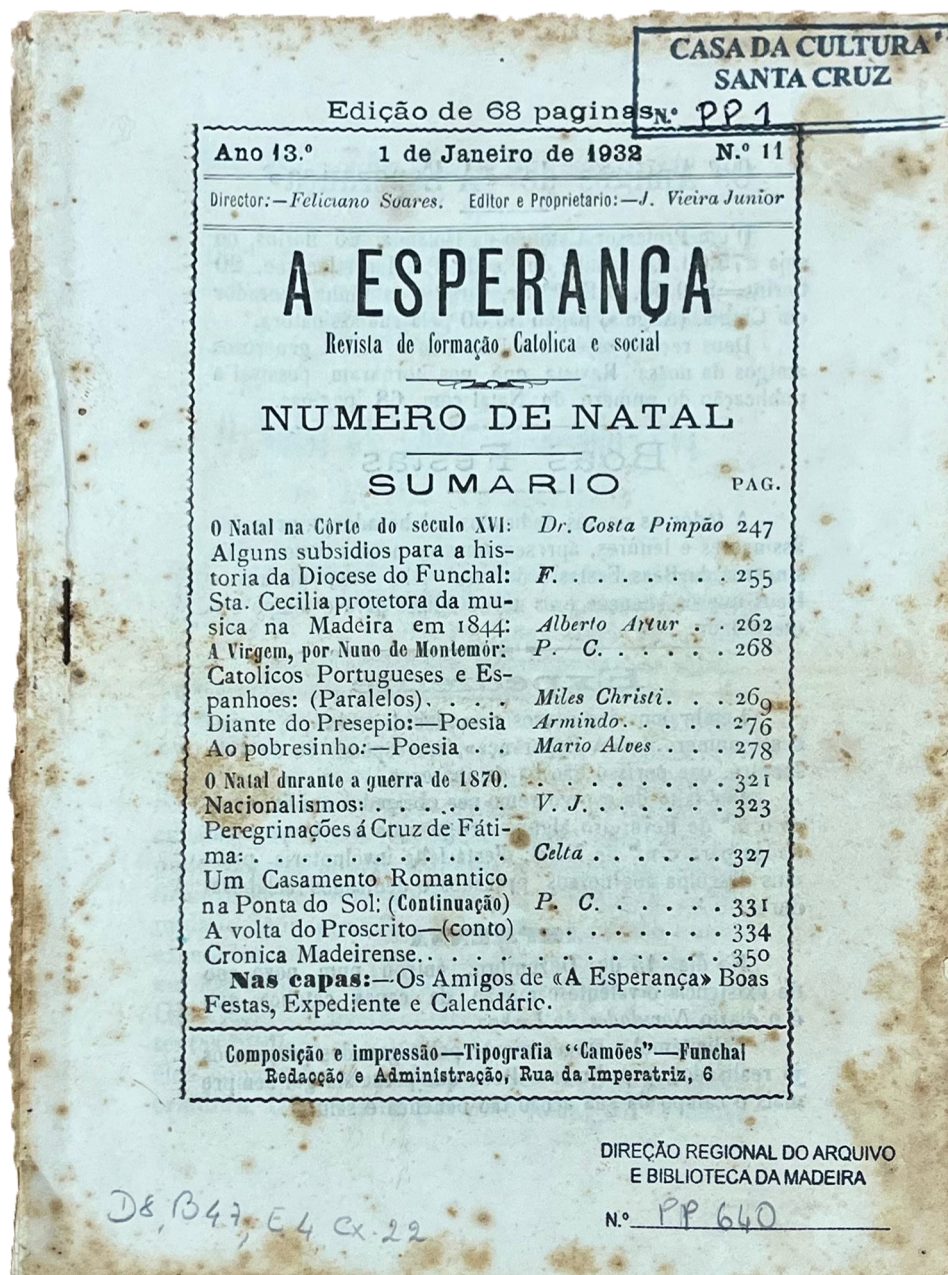
Imagem 12. A capa da edição de Natal de 1924



Fonte: *A Esperança*, 25-12-1924, ano 6.º, n.ºs 20-21, capa.

Entre o 13.º (1931-1932) e o 19.º ano (1937-1938), as capas da edição natalícia seguem o quinto modelo utilizado nas edições regulares, com o acrescento de «Número de Natal» antes do sumário de matérias.

Imagem 13. A capa da edição de Natal de 1931-1932



Fonte: A Esperança, 01-01-1932, ano 13.º, n.º 11, capa.

Já a contracapa d'A Esperança é relativamente mais simples de descrever. Durante o primeiro ano (1919-1920), esta foi exclusivamente composta pelo calendário da Diocese do Funchal, um calendário mensal com anotações santorais e litúrgicas, pejado de invocações semanais e mensais, com recomendações de jejuns e abstinências e de dias de indulgências. Com o passar dos tempos, a complexidade do calendário reduziu, permanecendo exclusivamente o santoral.

Com a entrada no segundo ano (1920-1921) e o início de uma nova periodicidade, dado que a revista passou de mensal a quinzenal, o calendário na contracapa intercalou com textos iniciados ou na contracapa ou no verso desta. Presume-se que os editores não consideraram necessário imprimir o calendário em duplicado ou solicitar que fosse elaborado um calendário quinzenal. Assim, a contracapa passou a conter adivinhas, poemas, crónicas, avisos e publicações de outros textos relativos à vida da revista. A partir do oitavo ano (1926-1927), com a simplificação do calendário, é possível observar contracapas que distribuem o espaço entre o santoral e os textos.

## Dimensões

Paulo Alves, no seu estudo relativo à imprensa católica nas primeiras décadas do século XX, referiu que a dimensão das revistas estava intimamente associada às máquinas de impressão e ao papel utilizado na tipografia comissionada por determinada publicação. Assim, as administrações dos periódicos concertavam as suas escolhas com as gráficas, ao escolher tamanhos, formatos e tipos de papel, consoante, claro, a acessibilidade da matéria-prima e as finanças das próprias administrações<sup>263</sup>.

Atente-se que *A Esperança* não apresentou dimensões standardizadas ao longo do seu tempo de publicação, algo que esteve certamente interligado com as dificuldades económicas do pós-Primeira Guerra Mundial e a carestia de papel, mas também com a constante falta de liquidez da revista. Em valores obtidos por amostragem, refira-se que o volume da revista de menores dimensões, medindo 19,5 cm de altura por 13 cm de largura, corresponde ao primeiro número do sétimo ano (de 1 de março de 1925). Por contraposição, o volume de maiores dimensões foi registado no número 22 do quinto ano (de 15 de janeiro de 1924), medindo 21,5 cm de altura e 16,5 cm de largura.

É interessante notar que mesmo esta questão das dimensões tem uma historicidade própria. No último número do sétimo ano (de 15 de fevereiro de 1926), o P.<sup>e</sup> Henri Janssen informou que a partir do número seguinte os volumes sairiam num formato menor, «para assim ter um aspecto mais belo, artistico e atrahente»<sup>264</sup>. Tal redução foi concretizada: o último número do sétimo ano media 21,5 cm de altura por 15,5 cm de largura; já o volume seguinte, o primeiro do oitavo ano (de 1 de março de 1926), diminuiu para 19,5 cm de altura por 13,5 cm de largura. Esta foi uma

---

<sup>263</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 183.

<sup>264</sup> Miles Christi, 15-02-1926, «O Proximo Aniversario de "A Esperança"», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 24, p. 408.



ideia que partira dos leitores da revista, a acreditar num singelo apontamento: «Foi-nos dito a miude e acreditamos piamente que convinha reduzir o formato da nossa Revista para torná-la mais leve, cómoda, ágil e portátil. Gostosamente obedecemos hoje ás indicações que nos foram dadas, desejando apenas que «A Esperança» do seu novo vestido agrade aos nossos leitores»<sup>265</sup>. Segundo o P.<sup>e</sup> «António» (Antoine?) Labarre, que escreveu desde Túnis, «o novo formato é o “de La Revue des Jeunes” de Paris, e também, se não me engano, o dos “Estudos” de Coimbra», incluindo um elogio pela renovação gráfica e o desejo de que *A Esperança* «chegue a ter o mesmo valor que as duas revistas supracitadas»<sup>266</sup>. Dado a relevância tanto da *La Revue des Jeunes* (1915-1944) como dos *Estudos* (Coimbra, 1922-1970) no paradigma das publicações católicas, não seria de estranhar que modelos nacionais e internacionais fossem copiados pela *A Esperança*, ainda que não se possa confirmar tal situação<sup>267</sup>. A mudança foi percebida também por outras publicações. *O Rosario* (Lisboa, 1907-1959), dois anos após a redução das dimensões, louvou a dita transformação: «A Esperança – Muito nitidamente impressa, de formato que a torna facilmente manuseável e até transportável na algibeira, bem redigida, com secções variadas e interessantes[.] A Esperança honra a imprensa católica portuguesa»<sup>268</sup>.

## Periodicidade

*A Esperança* principiou a sua publicação a 1 de março de 1919 e concluiu, com uma suspensão que se revelou definitiva, a 1 de outubro de 1938. Regista-se, assim, que a publicação da revista subsistiu durante 20 anos, anos esses que se iniciavam em março e terminavam em fevereiro do ano “civil” seguinte. Esta longevidade apresenta-se como uma anomalia, de acordo com o estudo de Paulo Alves, pois a maioria das publicações católicas fundadas entre 1919 e 1926 persistiram somente um ou dois anos<sup>269</sup>.

Durante estas duas décadas, a revista contou com uma dupla periodicidade: mensal e quinzenal. Fruto das dificuldades inerentes à sua fundação e seguindo o modelo do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, *A Esperança* constituiu-se, durante

---

<sup>265</sup> «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 9.

<sup>266</sup> Antonio Labarre, 15-04-1926, «“A Esperança” em Tunis», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 4, p. 78 (suplemento).

<sup>267</sup> Sobre o papel da *La Revue des Jeunes* no movimento intelectual católico francês consulte-se FOUILLOUX, 1997, «Intellectuels Catholiques? [...]», p. 17, e acerca da relevância dos *Estudos* ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 48, nota 109 e p. 688.

<sup>268</sup> «A Esperança», 01-03-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, verso da contracapa.

<sup>269</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 155.

o primeiro ano, como uma publicação mensal. Assim sendo, entre março de 1919 e fevereiro de 1920, imprimiram-se 12 volumes, todos com a data de publicação correspondente ao primeiro dia de cada mês.

Todavia, logo no primeiro número do segundo ano (de 1 de março de 1920), a administração decidiu aumentar a periodicidade da revista e convertê-la numa publicação quinzenal. Para tal, alegou que:

«Apesar de tanta miseria, instados por almas generosas que sabem apreciar os benefícios da Boa Imprensa, ousamos, tentar um esforço para melhorarmos a nossa humilde revista, e este primeiro esforço de a fazer chegar às mãos dos nossos excelentíssimos e benevolos assinantes e leitores, 2 vezes por mez; pois sendo esta publicação catolica a unica da Ilha, neste momento, pouco alcance teria continuando a ser mensal como até agora»<sup>270</sup>.

A justificação – de uma tentativa de evangelização mais acicatada – compensaria todo o esforço financeiro que a bimensalidade acarretaria. Assim, entre 1 de março de 1920 e 15 de junho de 1926, entre o segundo e meados do oitavo ano de publicação, deram-se à estampa, anualmente, 24 volumes, intercalando as datas de publicação entre o primeiro e o décimo quinto dia de cada mês.

Contudo, a periodicidade quinzenal foi interrompida no oitavo ano (1926-1927), retomando àquela inicialmente estipulada<sup>271</sup>. As dificuldades financeiras ditaram o “retrocesso” d’*A Esperança* à qualidade de mensário: «Com muita magoa do nosso coração, seremos forçados, a partir do 1.º de Julho, a publicar apenas uma vez por mez, a nossa Revista. Esse procedimento é-nos imposto pela triste situação financeira de “A Esperança”, que lucha com um deficit de pelo menos 8 contos para o ano economico de 1926-27»<sup>272</sup>. Retornou-se então à impressão de 12 volumes anuais, com data de publicação correspondente ao primeiro dia do mês. Já no derradeiro ano (1938), publicaram-se somente sete volumes, os primeiros seis sequencialmente, entre março e agosto, e o último em outubro desse ano.

Atente-se, não obstante as considerações anteriores, que esta periodicidade não foi tão regular como aparenta. A revista registou intervalos mensais, colmatando essas “falhas” através da atribuição de dois números a determinado volume. A título de exemplo, no quarto ano de publicação, do volume datado de 15 de dezembro de 1922 transitou-se diretamente para o de 15 de janeiro de 1923, suprimindo-se o de 1 de janeiro de 1923; ao volume de 15 de dezembro atribuiu-se os números 21-22 e ao de 15 de janeiro o número 23. Já no décimo sétimo ano (1935-1936), o volume de

---

<sup>270</sup> A Administração, 01-03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

<sup>271</sup> Por esta razão, nesse oitavo ano, foram impressos 16 volumes e não os 24 que seriam expectáveis de uma publicação quinzenal.

<sup>272</sup> «Situação Financeira de “A Esperança”», 01-06-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 7, p. 160 (suplemento).

1 de novembro figura com os números 10-11, enquanto o de 1 de janeiro de 1936 apresenta o número 12, elidindo-se o que deveria sair em dezembro. Acrescente-se, ainda, outros casos que interromperam a periodicidade regular.

Como referido na introdução deste artigo, presume-se que o número 12 do 12.º ano, que deveria ter a data de publicação de 1 de fevereiro de 1931, não chegou a ser publicado. Não se encontraram exemplares desse volume nas quatro bibliotecas consultadas; e um apontamento posterior, a lápis, num número anterior resguardado no Arquivo e Biblioteca da Madeira indica que «[o] n.º 12 não foi publicado»<sup>273</sup>. Tais factos não provam, em si, o pequeno interregno na publicação, mas estranha-se o facto de existirem exemplares de todos os outros (por vezes somente a pequena ou a grande edição), mas nenhum deste volume. Porém, também nada aponta para que este tenha realmente sido publicado: não se fez referência nos metatextos (que aludem às dificuldades económicas de manter a publicação), nem se encontraram artigos que tivessem principiado nos volumes anteriores e que culminassem nos seguintes, algo muito comum n'A *Esperança*. Mais, registre-se tanto a crise financeira na Madeira decorrente do *crash* da bolsa de Nova Iorque, com o Banco Henrique Figueira da Silva a encerrar, no final do ano anterior, como a referência da administração d'A *Esperança*, no décimo número (de 1 de dezembro de 1930), afirmando não saber se conseguiriam publicar o volume de janeiro, a edição de Natal, por conta das suspensões dos pagamentos do referido banco<sup>274</sup>. Atendendo aos exemplos do parágrafo anterior, não se admira este salto mensal, principalmente quando o número 11 (de 1 de janeiro de 1931) correspondeu à edição de Natal que recebia, tendencialmente, uma dupla numeração dado o maior número de páginas. Estranha-se, sim, a inexatidão da numeração: os casos reportados anteriormente estabelecem que, no caso de um salto mensal, um dos volumes recebia dois números – ao longo da vida da revista conhecem-se volumes com a numeração “5-6”, “6-7”, “7-8”, “10-11”, “20-21” e “21-22”); contudo, tal não aconteceu nesse ano, pois o volume de 1 de janeiro de 1931 não possuía a indicação de que este se tratava do número 11-12 do 12.º ano. Como se tratava do último volume do ano e a numeração reiniciava a cada março (o que comprovaria a existência, ou não, de um número em falta, no caso de um salto na sequência dos algarismos) e não se registaram artigos que continuaram no volume do ano seguinte (o que comprovaria que os artigos haviam

---

<sup>273</sup> A *Esperança*, 01-01-1931, ano 12.º, n.º 11, capa, no volume guardado no Arquivo e Biblioteca da Madeira.

<sup>274</sup> Sobre este assunto consulte-se FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX [...]»; já a repercussão n'A *Esperança* poderá ser observada em «Expediente», 01-12-1930, in A *Esperança*, ano 12.º, n.º 10, verso da capa.

princiado naquele em falta), é impossível sem a documentação administrativa ter a certeza se este foi, ou não, efetivamente publicado.

Já nos últimos três anos, a direção adotou uma prática comum, como referiam, em periódicos semelhantes: a de não publicar durante um mês para que os colaboradores e os elementos da administração descansassem. No volume de 1 de agosto de 1936, informou-se: «Em conformidade com o uso quasi geral adoptado pelas revistas portuguezas, o numero de 1 de Setembro de “A Esperança” não ha-de aparecer. Assim os directores e dedicados colaboradores da nossa Revista hão-de gozar umas férias bem merecidas e as finanças de “A Esperança” poderão equilibrar-se mais facilmente»<sup>275</sup>. Esta interrupção para férias repetiu-se nos anos subsequentes; e, no penúltimo ano, as “férias” duraram dois meses, entre agosto e setembro, por três razões:

- «1.º para dar algum descanso aos nossos dedicados colaboradores, que foram incansáveis em nos ajudar durante o ano inteiro;
- 2.º por falta de verba que nos permita publicar «A Esperança», como tanto desejaríamos, durante os meses de verão;
- 3.º por causa da ausencia do redactor-chefe de «A Esperança» e pela dificuldade de encontrar quem o substitua»<sup>276</sup>.

Um outro hiato no calendário editorial ocorreu aquando da publicação da edição especial associada à celebração natalícia. Como já notado anteriormente, era comum suprimir-se um dos volumes nos meses de dezembro ou janeiro. A justificativa para tal nunca foi explicitada, contudo parece lógico que o gasto adicional, decorrente de um volume com um maior número de páginas, recorrendo a tintas coloridas e incluindo gravuras, fosse compensado através de uma pausa mensal no volume anterior ou no subsequente. Assim, no sexto ano de publicação (1924-1925) o número que deveria ter a data de 15 de dezembro foi somente publicado a 25 desse mês; no ano seguinte, o de 15 de dezembro de 1925 foi adiado para 25 de dezembro e suprimiu-se o volume de 1 de janeiro de 1926; no 11.º ano (1929-1930) imprimiram-se os volumes de 1 de dezembro, 25 de dezembro (que correspondia ao de 1 de janeiro) e de 1 de fevereiro; e, no 19.º ano (1937-1938), publicou-se somente um volume, a 20 de dezembro de 1937, elidindo-se aqueles correspondentes a 1 de dezembro e de 1 de janeiro de 1938.

Associada a esse hiato natalício, refira-se uma ocorrência no quarto ano (1922-1923). O número 20 desse ano (de 15 de dezembro de 1922) foi maior do que

---

<sup>275</sup> «Expediente», 01-08-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.ºs 5-6, verso da capa.

<sup>276</sup> «Expediente», 01-07-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 5-6, verso da capa.

o esperado, com 36 páginas em vez das 28 habituais. Assim o foi para «compensarmos os nossos queridos leitores pela falta do numero de 1.º de Janeiro, 1923, que sentimos imenso não poder publicar»<sup>277</sup>. A falta do volume seguinte estava associada à quadra natalícia que se aproximava e ao «Aniversario do V Centenario da Descoberta da Madeira», pelo que «o pessoal operário da typografia em que se imprime a nossa Revista, não pode comprometer-se, por falta de tempo, a compor a Revista no tempo marcado»<sup>278</sup>.

Não obstante as datações referidas ao longo deste artigo, há evidências de que as datas de publicação, estampadas nas capas, nem sempre correspondiam à data em que o periódico era disponibilizado ao público. Refiram-se alguns exemplos que comprovam tal afirmação. No quarto ano (1922-1923), acrescentou-se um pequeno apontamento ao número 12, cuja data na capa é a de 15 de agosto de 1922 – data essa que segue a sequência editorial de uma revista bimensal, logo, encontra-se correta –, no qual pediam desculpa por um atraso: «Por motivo alheio á nossa vontade, o presente numero d'A *Esperança* sai com atrazo d'alguns dias, do que pedimos desculpa aos nossos leitores»<sup>279</sup>. Tal acréscimo só teria sido possível se a revista não saísse mesmo no dia que figura na capa. O mesmo aconteceu no ano seguinte, no terceiro número, datado de 1 de abril de 1923 (novamente, adequado à sequência de publicação): «Por causa da Semana Santa e da gréve do pessoal do [navio] "Lima", saiu "A *Esperança*" com alguns dias de atrazo, de que pedimos desculpa aos nossos prezados leitores»<sup>280</sup>. No número 11 do 13.º ano, aparece a insólita referência de: «Lembramos os nossos prezados leitores que o presente numero de "A *Esperança*", corresponde ao de 1 de Janeiro, que por isso não ha de aparecer», indicando que esse volume seria suprimido<sup>281</sup>; porém, a data que figura na capa é mesmo a de 1 de janeiro de 1932 e tanto o volume de dezembro de 1931 como o de fevereiro de 1932 foram efetivamente publicados. Provavelmente, tratando-se da edição de Natal, a pretensão fora que o volume tivesse sido disponibilizado no final de dezembro, algo que acabou por não acontecer, tendo o aviso permanecido sem que o tivessem corrigido. No ano seguinte, a situação repetiu-se, com a informação de que o volume correspondente a 1 de janeiro não seria publicado exatamente no volume que data de 1 de janeiro de 1933<sup>282</sup>.

---

<sup>277</sup> «Crónica Madeirense», 15-12-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 20, p. 464.

<sup>278</sup> «Crónica Madeirense», 15-12-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 20, p. 464.

<sup>279</sup> «Em atrazo», 15-08-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 12, p. 257.

<sup>280</sup> «Atrazo», 01-04-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 3, verso da capa.

<sup>281</sup> «Expediente», 01-01-1932, in *A Esperança*, ano 13.º, n.º 11, verso da capa.

<sup>282</sup> «Expediente», 01-01-1933, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 11, verso da capa.

Contudo, apesar de interrupções, saltos, e datações que poderão não corresponder à realidade, o estudo da periodicidade d'*A Esperança* releva o zelo da sua equipa editorial, na constância de a publicar mensal ou bimensalmente, ao longo de duas décadas.

### Pequena e Grande Edição

Desde os seus primórdios que a equipa editorial d'*A Esperança* pretendia aperfeiçoar a revista. A "Redação" assim o referiu no final do segundo ano: «Quanto a nós, não descançaremos enquanto a nossa querida Revista não aparecer ampliada e melhorada e não corresponder assim aos esforços dos nossos dedicados amigos»<sup>283</sup>. Essas intenções traduziram-se num gradual, mas notório, incremento do número de páginas, impressas mensal ou bimensalmente. Contudo, o crescimento esbarrou contra um entrave inultrapassável: as dificuldades económicas da população madeirense.

No final do quarto ano de publicação (1922-1923), a administração da revista declarou que tanto o preço do papel como os custos de produção, levaram à ponderação de se publicar duas edições d'*A Esperança*: «Subindo constantemente o preço do papel e a mão d'obra, resolvemos tirar duas edições: uma para os assinantes que pagarem de 5\$ a 7\$000 inclusos, com 20 paginas inculindo [sic] as capas e a outra de 28 paginas incluindo as capas, para quem pagar de 7\$000 para cima»<sup>284</sup>. No número seguinte, a explicação desta distribuição assentou no «preço alto da assinatura que nos levou a adoptar as 2 edições diferentes para não perdermos os nossos assinantes»<sup>285</sup>. Deste modo, os menos possidentes poderiam continuar a pagar a assinatura e a receber a revista, enquanto os mais possidentes teriam uma "recompensa", um volume com um maior número de páginas correspondente ao pagamento de um valor superior.

Assim, com o início do quinto ano (1922-1923) passou-se, então, a publicar duas versões do mesmo número, com valores de assinatura distintos: «5\$000 [reais] para a pequena edição e 10.000 para a grande edição para não ver fugir, sem *Esperança*, os desherdados da fortuna»<sup>286</sup>. As edições eram essencialmente semelhantes, com os mesmos artigos de fundo; a diferença residiu num suplemento, intitulado

---

<sup>283</sup> A Redação, 01-01-1921, «Anno Novo e Anno Velho», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 21, p. 161.

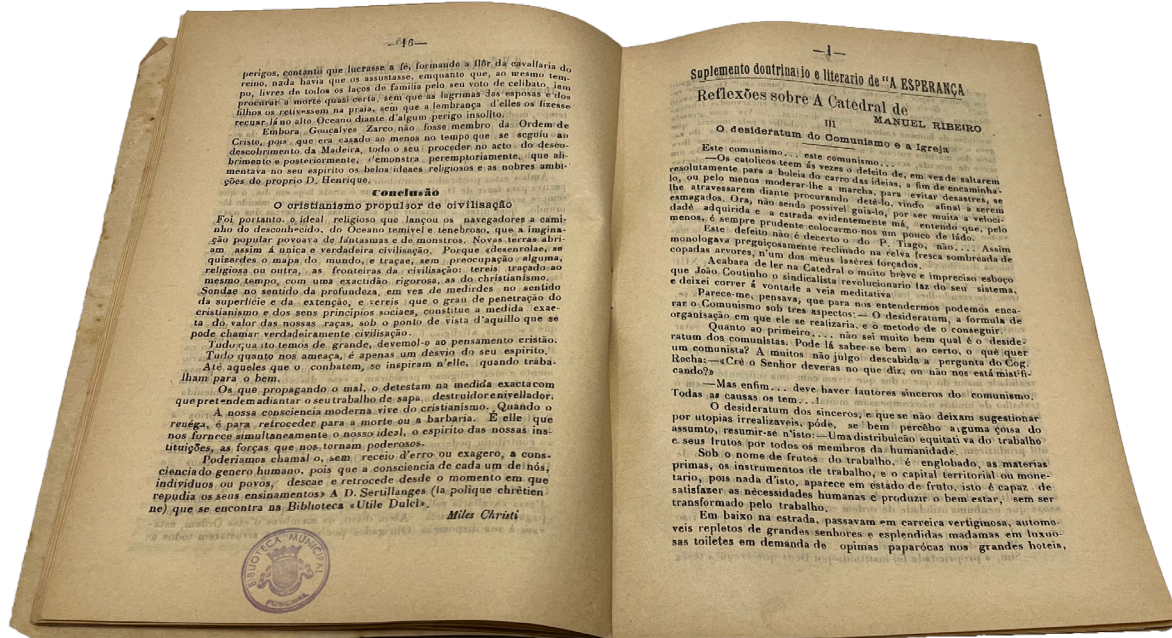
<sup>284</sup> «Subscrição dos Amigos d'"*A Esperança*"», 01-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 23, verso da contracapa.

<sup>285</sup> «Subscrição dos Amigos d'"*A Esperança*"», 15-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 24, verso da capa.

<sup>286</sup> «Subscrição dos Amigos d'"*A Esperança*"», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

«Suplemento doutrinário e literário de “A Esperança”», que adquiriu uma numeração própria das páginas, sendo este composto por outros textos. Com o tempo, este acrescento perdeu a designação original, mas manteve a numeração individualizada.

Imagem 14. O «Suplemento doutrinário e literário de “A Esperança”»



Fonte: *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, pp. 16 e 1 (suplemento).

Nota: Observe-se a dupla numeração de páginas, no topo.

Não é fácil distinguir os artigos – na sua tipologia textual, teor ou conteúdo – que figuravam na pequena edição<sup>287</sup> ou que eram escolhidos para o «Suplemento». O autor F. S. – será Feliciano Soares, a escrever ainda antes de ser diretor da revista? – no editorial inicial do sétimo ano de publicação (1925-1926) estabeleceu uma certa divisão:

«Os nossos leitores pertencem aos mais diversos graus de cultura. E a todos prezamos igualmente. Assim tendo em vista afastarmo-nos o menos possível, do nosso fim que é o da realização duma aula essencialmente para o povo, organizamos um *Suplemento literario e doutrinario* que adicionamos á nossa edição popular, tentando assim satisfazer os dois fins: escrever para o povo e escrever para os que teem habito dum genero de leitura em que a forma se cultiva com mais esmero, com mais minucioso cuidado»<sup>288</sup>.

<sup>287</sup> A designação de «pequena edição» e de «grande edição» foi referida logo no primeiro número do quinto ano em «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa. Ainda que esta distinção não tenha sido aplicada uniformemente ao longo da publicação nem figure na capa, optou-se por diferenciar dessa maneira as duas versões de um só número.

<sup>288</sup> F. S., 01-03-1925, «Mais uma Pagina de Vida», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 1, p. 2, itálicos no original.

Tal explica a razão de colunas sobre a atualidade, como era o caso da «Crónica Madeirense», raramente terem sido exclusividade do suplemento, sendo disponibilizadas a todos os compradores d'A *Esperança*.

Uma outra divisão do periódico foi ainda idealizada. No mesmo texto, de F. S., o articulista deu conta de que «[s]e tanto nos ajudassem, publicaríamos duas edições completamente separadas, uma destinada aos campos e outra reservada aos nossos assinantes da cidade»<sup>289</sup>. Divisão essa associada ao presumido diferente grau cultural entre os assinantes rurais e urbanos. Todavia, esta pretensão nunca foi concretizada.

### Número de Páginas

Desde a fundação da revista que o número de páginas que compunham determinado volume era um parâmetro bem considerado. Relembre-se que uma das justificações para a fundação d'A *Esperança* radicou nos gastos avultados com a produção do *Boletim Eclesiástico da Madeira*. Este findou a sua publicação imprimindo 20 páginas mensais (contabilizando a capa e o seu verso e a contracapa e o seu verso) e *A Esperança* principiou publicando 12 páginas por mês. Como já referido, a dita redução procurava essencialmente minorar os gastos de produção, através de uma diminuição do papel utilizado, da impressão e da mão de obra tipográfica. Porém, foi somente nesse primeiro ano que se manteve o número reduzido de páginas.

Ao longo dos 20 anos de publicação, o número de páginas foi sempre aumentando. Esse facto foi, por diversas vezes, referido nos metatextos. Logo no terceiro ano (1921-1922) «“A Esperança” aparece amppliada com 4 paginas»<sup>290</sup>, o que aumentava o custo de produção e preocupava a administração: «Mas se com 8 paginas o deficit era de 700\$000 rs. o que não será com 12 paginas? Nem sequer ousou pensar n'isso. Há de subir até perto de dois contos»<sup>291</sup>. Assim, no final do terceiro ano, a revista era publicada já com 24 páginas, o dobro do número inicial.

Com a introdução das duas edições, procedeu-se a uma distinção no número de páginas: a pequena edição era composta por 20 páginas enquanto a grande era constituída por 28 páginas. Uma assimetria que se manteve até ao fim da publicação, apesar do número de páginas crescer continuamente.

---

<sup>289</sup> F. S., 01-03-1925, «Mais uma Pagina de Vida», in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 1, p. 2.

<sup>290</sup> Miles Christi, 01-03-1921, «O Canto da Esperança», in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 1, p. 1.

<sup>291</sup> «Queremos e Devemos Viver», 01-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 1, p. 12. Atente-se que, numa primeira fase, a contabilização do número de páginas fazia-se sem contar com a capa e o seu verso e sem a contracapa e o seu verso. Só mais tarde, com a divisão entre pequena e grande edição e a aposição do número de páginas na capa, é que se passou a incluir tudo.



No oitavo ano (1926-1927) procedeu-se ao primeiro aumento: a pequena edição manteve as suas 20 páginas, mas a grande passou para 44 páginas. No ano seguinte, novo aumento: 36/60 páginas, relativamente à pequena e à grande edição, respetivamente; valor esse que estabilizou até ao 13.º ano (1931-1932). No 14.º ano (1932-1933), as dificuldades financeiras ditaram um retrocesso, tendo as edições 36/52 páginas. Já um dos maiores volumes foi o número 12 do décimo ano (de 1 de fevereiro de 1929), com 44/72 páginas.

Atente-se que, de devido à sua natureza, as edições especiais de Natal possuíam um maior número de páginas: a título de exemplo, no sétimo ano (1925-1926), a edição grande do número 19 (de 1 de dezembro de 1925) teve 28 páginas, já o número seguinte, o 20-21 (de 25 de dezembro de 1925), era composto por 55 páginas.

Como referido, a partir do 14.º ano, o número de páginas reduziu para 36/52 páginas. Tal deveu-se à necessidade premente de contenção de gastos por parte da administração da revista. No penúltimo ano (1937-1938) procurou-se recuperar as 36/52 páginas, publicando-se determinados números com 44/60 páginas (como os datados de 1 de março e de 1 de outubro de 1937). Já no último ano, a maioria das edições teria 36/52 páginas, excetuando os números 5 e 6 (de 1 de julho e 1 de agosto de 1938), que somente foram publicados com 36 páginas<sup>292</sup>. Já no derradeiro número, a grande edição – infelizmente não se conseguiu aceder à pequena, nem se sabe se na sequência dos dois números anteriores só existiu uma única edição – foi publicada com 60 páginas.

### Edições Especiais

Além das edições regulares, publicadas consoante a periodicidade estabelecida e sem motivos ou temáticas específicas, foram impressas edições especiais d'A *Esperança*. É possível classificá-las em três tipologias distintas: a edição natalícia da revista, a comemoração do dia de S. Vicente de Paulo e o caso singular da publicação de um conjunto de conferências ocorridas em 1924.

---

<sup>292</sup> No quinto número do 20.º ano (de 1 de julho de 1938) a equipa editorial explicou o porquê de somente ter publicado uma edição com 36 páginas: «Sentimos não poder apresentar aos nossos prezados assinantes que se nos conservaram fieis, senão 36 paginas de leitura em vez das 52 habituais. A falta de recursos obriga-nos a impor-lhes este sacrifício», em «Expediente», 01-07-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 5, verso da capa. A mesma explicação não consta do número seguinte (de 1 de agosto), porém, presume-se que terá ocorrido o mesmo, como já referido na introdução deste artigo.

Nos primeiros quatro anos de publicação (1919-1923), a revista não emitiu nenhuma edição especial. Apesar dos números de dezembro poderem possuir algum texto de teor natalício, somente no quinto ano, se publicou uma edição especial, um «Numero de Natal Ilustrado 1923»<sup>293</sup>. Nos anos de 1924-1925 e de 1925-1926 (o sexto e sétimo anos de publicação), a edição de Natal datou de 25 de dezembro. O regresso à qualidade de mensário, no oitavo ano (1925-1926), levou a que o volume natalício saísse, tendencialmente, com a data de 1 de janeiro<sup>294</sup>. Presume-se que tal situação esteja associada ao excesso de trabalho da Tipografia Camões na quadra natalícia, tal como aconteceu no quarto ano (1922-1923): «Com efeito n'esta quadra das Festas, e do Aniversario do V Centenario da Descoberta da Madeira, o pessoal operário da typografia em que se imprime a nossa Revista, não pode comprometer-se, por falta de tempo, a compor a Revista no tempo marcado»<sup>295</sup>.

A edição de Natal era sempre celebrada com gáudio, tanto pelo valor doutrinário dos textos como pela estética implementada, pelo que o risco de não ser publicada causava uma certa tristeza à administração:

«Encontramo-nos n'uma dolorosa incerteza a respeito do aparecimento do n.º de Natal de "A Esperança"

D'um lado desejamos vivamente oferecer aos nossos caros leitores um valioso e volumoso numero comemorativo do Natal de Jesus, e d'outro lado, por causa da suspensão de pagamento do banco "Henrique Figueira da Silva", onde se encontra todo o dinheiro destinado a este fim, estaremos talvez na impossibilidade de o fazer.

Entretanto, mesmo na peor das hipóteses, sempre "A Esperança" ha de aparecer, embora seja com um numero reduzido de paginas.

E no caso de a vida bancaria se normalisar completamente, hemos de aparecer com um numero realmente valioso e volumoso»<sup>296</sup>.

A edição natalícia consistiu num volume com maior número de páginas, acompanhado de fotogravuras e de secções de anúncios. A própria capa, como já explorado, distou das versões normais e alguns dos volumes comemorativos foram totalmente impressos a cores, como aquele inaugural, no quinto ano (1923-1924), cuja capa ganhou a tonalidade de vermelho acastanhado e todo o texto a de azul; ou o do

---

<sup>293</sup> *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, capa.

<sup>294</sup> Conhecem-se duas exceções após o oitavo ano: no décimo e no 19.º ano, ostentando a data de 25 de dezembro de 1929 e de 20 de dezembro de 1937, respetivamente.

<sup>295</sup> «Crónica Madeirense», 15-12-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 20, p. 464.

<sup>296</sup> «Expediente», 01-12-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 10, verso da capa. Atente-se que a suspensão dos pagamentos do Banco Henrique Figueira da Silva esteve associada, como já referido, ao *crash* da bolsa de Nova Iorque.

ano seguinte, integralmente publicado a vermelho acastanhado. Já a publicidade foi frequente até ao 11.º ano (1929-1930), com anúncios a múltiplos produtos e a diversos estabelecimentos comerciais. Após o 12.º ano (1930-1931), todas estas questões gráficas deixaram de ter grande relevância, e a edição especial seguiu aquela regular, introduzindo apenas pequenas mudanças na capa e no seu conteúdo.

Como seria lógico, os números de Natal possuíam um maior número de artigos de temática natalícia, tanto crónicas, como outros textos de pendor ficcional, mais ou menos doutrinários, mais ou menos sociológicos. No número 11 do décimo ano (de 1 de janeiro de 1929) foi referido que essa edição de Natal era:

«um numero especial da nossa Revista, que dizêr, um numero mais belo que os outros, um numero que encerra leitura variada e amena, em que se lêem artigos substanciosos sobre as mais graves questões da vida dos nossos dias.

É portanto um numero VARIADO, por que n'ele a curiosidade intelectual mais exigente encontra satisfação completa nos artigos de sociologia, nos estudos religiosos, nas poesias e narrativas de viagens, nos estudos de historia local e trechos de arte e de literatura, nas biografias e noticias variadas, etc»<sup>297</sup>.

Constatou-se que a receção dos restantes periódicos madeirenses e nacionais aos volumes natalícios foi sempre positiva, vangloriando-se *A Esperança* por esses elogios, tal como aconteceu no décimo ano (1928-1929): «O numero de Natal de “A Esperança”, foi muito apreciado. As poucas pessoas com quem falamos no-lo disseram espontaneamente, e algumas delas até manifestaram a sua funda admiração. [/] Na imprensa, os nossos prezados colegas “Diario da Madeira”, e “Correio da Madeira” referiam-se elogiosamente ao mesmo numero»<sup>298</sup>.

A segunda tipologia de edições especiais procurava honrar o fundador da ordem da Congregação da Missão, S. Vicente de Paulo. As poucas edições dedicadas ao dia do santo (inicialmente 19 de julho e depois 20 de dezembro)<sup>299</sup> pouco se transformaram comparativamente à edição normal. Além da capa (veja-se o exemplo do sexto ano na Imagem 8, acima), publicaram-se textos relativos à biografia, feitos e ensinamentos do santo. A primeira vez que se publicou a dita edição foi no ano de 1923, no décimo número do quinto ano (de 15 de julho), repetindo-se nos dois anos seguintes, sempre no volume de 15 de julho, perto da data litúrgica de S. Vicente.

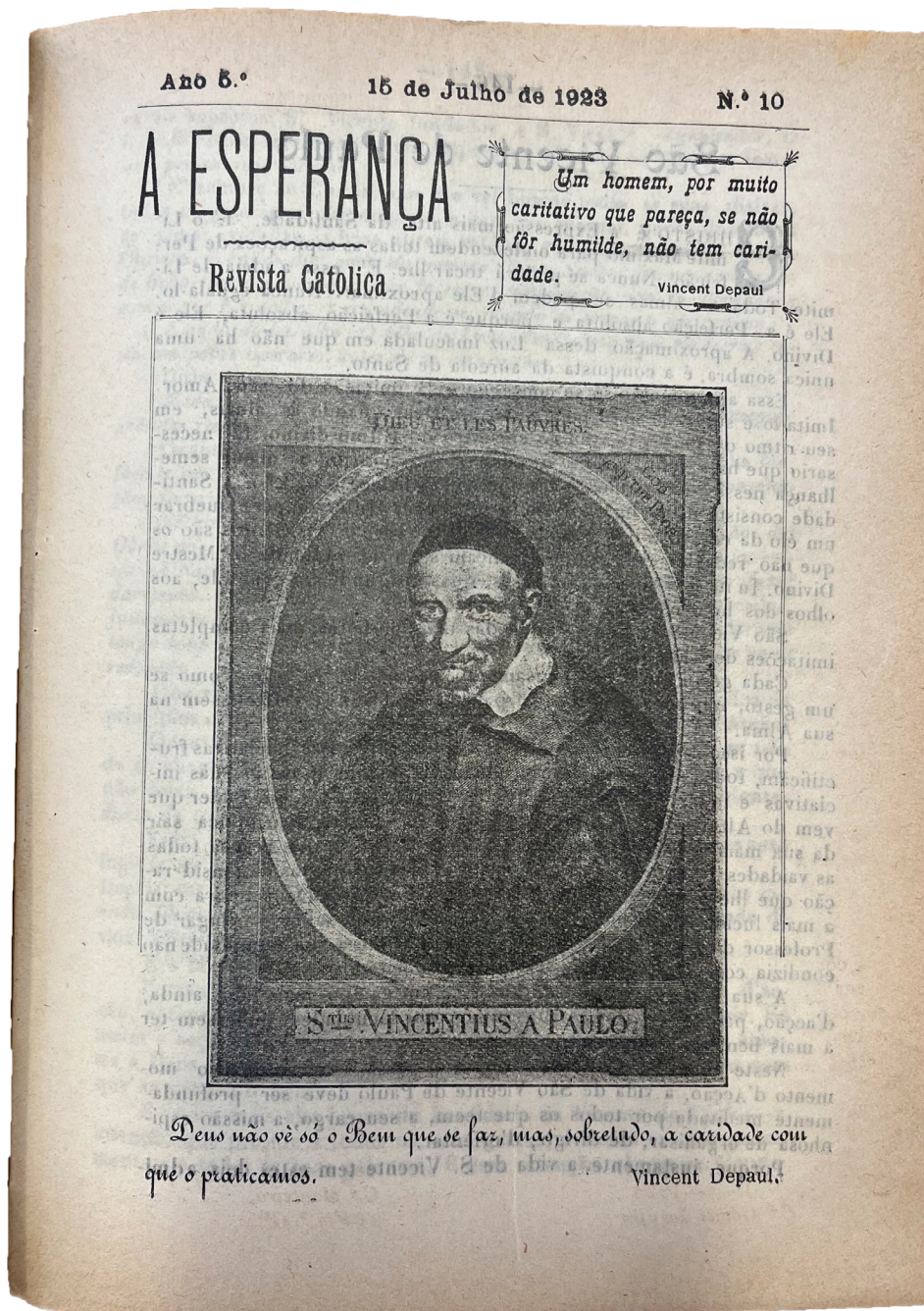
---

<sup>297</sup> «Boas Festas», 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 304, maiúsculas no original.

<sup>298</sup> «Jornalismo», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, pp. 371-372 (suplemento).

<sup>299</sup> Segundo P. V., 15-07-1924, «O Dia de São Vicente de Paulo», ano 6.º, n.º 10, p. 221 e «S. Vicente de Paulo», 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 297 (suplemento).

Imagem 15. A edição comemorativa do dia de S. Vicente de Paulo (15 de julho de 1923)



Fonte: *A Esperança*, 15-07-1923, ano 5.º, n.º 10, frontispício.

A partir do oitavo ano deixou-se de publicar essa edição especial, apesar de se fazer alusão, esporadicamente, ao evento: no décimo ano (1928-1929), uma singela página com uma gravura do santo, uma citação a este atribuída, e informações sobre o dia litúrgico<sup>300</sup>; já no 11.º ano (1929-1930), um pequeno artigo sobre a celebração de três missas em honra de S. Vicente<sup>301</sup>. Não se encontraram outras referências a esta celebração.

Por último, registre-se a edição especial associada às conferências ocorridas em 1924. A 9 de abril desse ano, o «Doutor Gonsalves Cerejeira» – Manuel Gonçalves Cerejeira (1887-1977), mais tarde elevado a cardeal e conhecido pela proximidade a António de Oliveira Salazar (1889-1970) – participou num conjunto de conferências intitulado de «Acção Social». Segundo Emanuel Janes, as palestras inseriram-se numa tentativa de propaganda do Centro Católico Parlamentar, para dar a conhecer as propostas, o intuito e as personalidades do partido<sup>302</sup>. O ciclo de conferências foi organizado pela Juventude Católica da Madeira, através de Juvenal de Araújo (1892-1976), e contou com a presença do futuro cardeal Cerejeira, mas também de Salazar e de António Lino Neto (1873-1961)<sup>303</sup>, o líder do partido, além de outros indivíduos<sup>304</sup>. A edição especial saiu no quinto número do sexto ano, a 1 de maio de 1924, e a capa informou que se tratava de um «Numero Especial» (veja-se, acima, a Imagem 6). O volume era composto pelo texto da conferência inaugural e pela tradicional «Crónica Madeirense». *A Esperança* não deu destaque a nenhuma das restantes palestras desse ciclo, nem a outros eventos semelhantes.

## Grafismo

Os artigos publicados nos diversos volumes seguiram um grafismo idêntico ao longo das duas décadas de publicação: uma coluna por página, com textos justificados às margens e títulos bem delimitados – por vezes uma discreta linha separava os

---

<sup>300</sup> «S. Vicente de Paulo», 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 297 (suplemento).

<sup>301</sup> «Festa de S. Vicente de Paulo», 01-08-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 16, pp. 187-189 (suplemento).

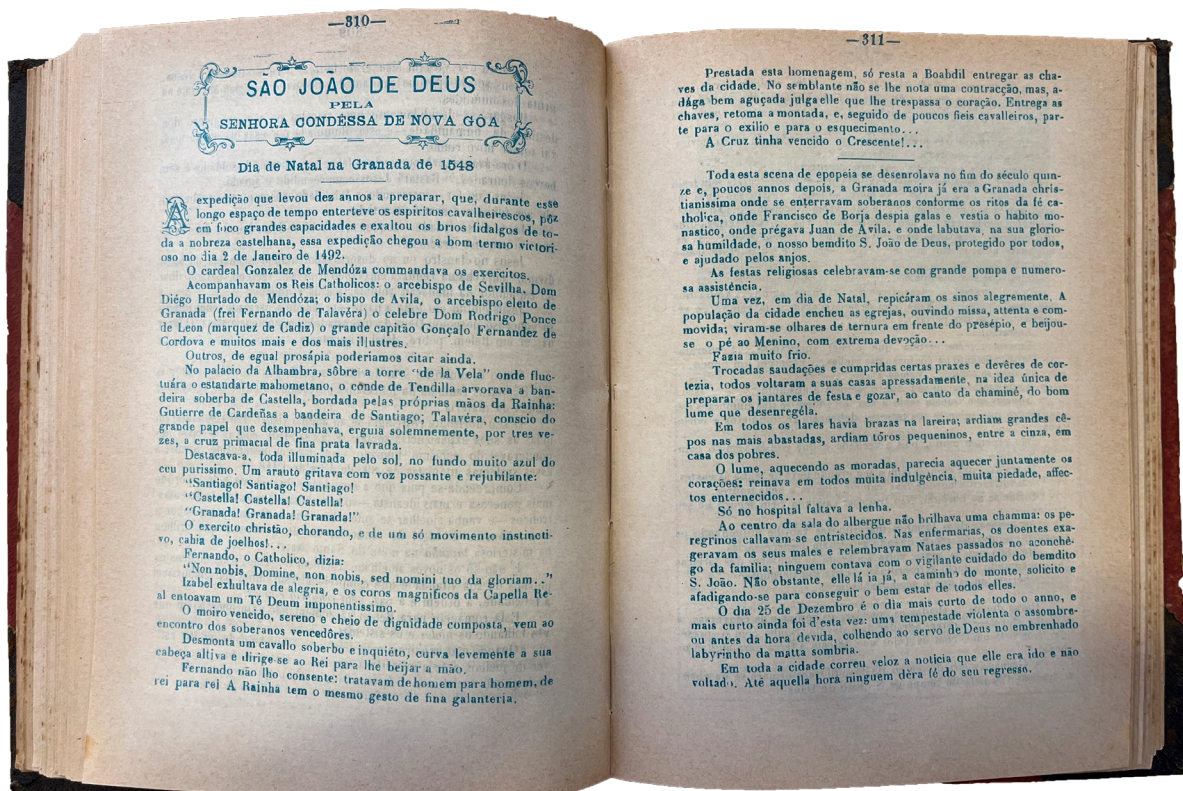
<sup>302</sup> JANES, 1996, «Cerejeira na Madeira [...]», p. 139.

<sup>303</sup> Veja-se o relato da visita de Lino Neto e da sua conferência em «Crónica Madeirense», 01-05-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 5, pp. 120-122.

<sup>304</sup> JANES, 1996, «Cerejeira na Madeira [...]», p. 139.

títulos do seu conteúdo, noutros casos aqueles foram emoldurados e ainda noutros a demarcação fez-se por um espaçamento acentuado ou através de \* \* \*. Para realçar palavras ou expressões, os autores utilizaram negritos, sublinhados e maiúsculas. E em relação às cores, a maioria dos textos foi impressa a preto; porém, conhecem-se edições especiais com capas e textos a vermelho acastanhado e a azul.

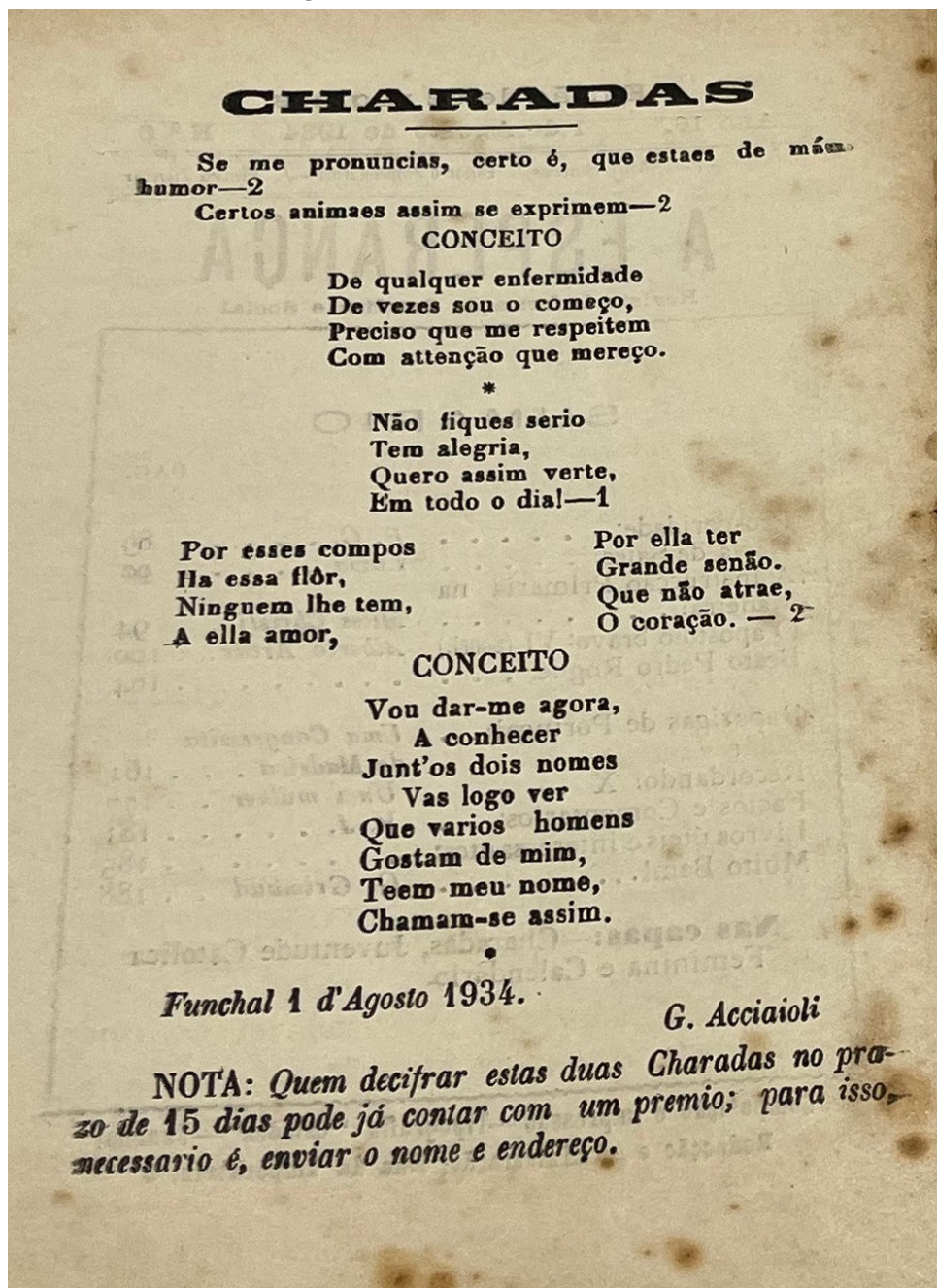
Imagem 16. A tinta azul utilizada na edição de Natal (1923)



Fonte: *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 21-22.

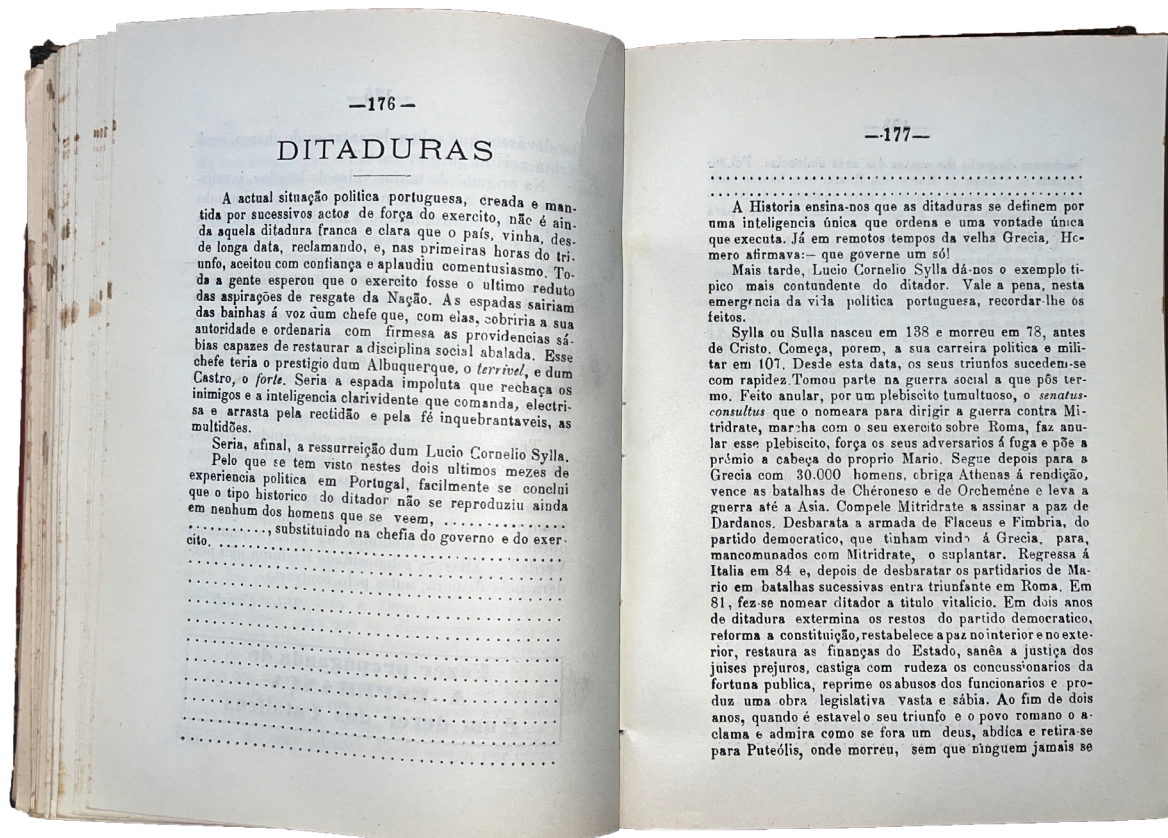
Atente-se que textos de natureza distinta, como por exemplo poemas ou charadas, possuem um grafismo que se adaptou às suas necessidades de apresentação. Por sua vez, somente no décimo número do oitavo ano (de 1 de agosto de 1926) se notaram parcelas de texto branqueadas, assinalando, como referiu Gabriel Pita, as marcas da censura da Ditadura Militar (1926-1933); uma ocorrência única em 20 anos de publicação.

Imagem 17. As charadas de G. Acciaioli



Fonte: G. Acciaioli, 01-08-1934, «Charadas», in *A Esperança*, ano 16.º, n.º 6, verso da capa. Nota: Será o autor/a destas charadas Gertrudes Acciaioli, que em 1927 pedira dispensa da cobrança das assinaturas d'*A Esperança*?

Imagem 18. A censura da Ditadura Militar (1926)



Fonte: M., 01-08-1926, «Ditaduras», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, pp. 176-177.

É notória a presença de gralhas ao longo da publicação, que se presume terem sido causadas por erros na tipografia. A situação chegou ao ponto de a administração ou os autores sentirem necessidade de pedir desculpa aos leitores: no sexto ano (1924-1925), depois de publicados diversos artigos intitulados «Roma e Lourdes», o P.<sup>e</sup> Jacinto da Conceição Nunes (assinando como P.<sup>e</sup> J. da C. Nunes) «farto já de engolir tanta gralha e tanto estropiamento que, desde o principio, teem sofrido os seus escritos, resolveu se protestar a (d'esta vez não é energicamente) contra taes diabruras tipográficas e propõe as seguintes emendas ao seu artigo», apresentando diversas correções no seguimento<sup>305</sup>; já no último ano, a gráfica enganou-se na paginação do primeiro número (de 1 de março de 1938), e a administração apontou que «O presente numero de "A Esperança" sendo o primeiro d'um ano novo devia ter principiado com a pagina 1 terminado com a pagina 56. Os nossos tipógrafos esqueceram-se disso e continuaram a paginar o presente numero como se fosse a

<sup>305</sup> P.<sup>e</sup> J. da C. Nunes, 15-09-1924, «Corrigindo», in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 14, p. 292.



continuação do anterior. [/] Os nossos leitores hão de perdoar esse erro involuntário, fazendo de conta que o presente numero começa com a pagina 1 e acaba com a paginas 56»<sup>306</sup>.

## Secções

Qualquer publicação periódica, tendencialmente, possui secções, folhetins ou colunas; *A Esperança* não foi exceção. Há, no entanto, que deslindar quatro casos distintos sobre as secções da revista em análise.

O primeiro desses casos assenta na maior divisão: a constituição de uma pequena e de uma grande edição. A primeira das secções d'*A Esperança* consistiu, então, no «Suplemento Doutrinário e Literário» publicado na grande edição<sup>307</sup>. Como referido anteriormente, pretendeu-se que este suplemento fosse agremiador de artigos para os mais literatos, devendo, por isso, conter textos de carácter ficcional e teológico que apelassem a esses públicos. Mas não deixou de comportar, em alguns números, a «Crónica Madeirense» ou crónicas de autoria diversa, como as que figuravam na pequena edição e que eram destinadas a um público mais alargado.

A segunda “tipologia” de secções, assenta na existência de duas “colunas” de longa duração, publicadas em todos os volumes desde o seu aparecimento: a «Crónica Madeirense» e a «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”». Logo no primeiro ano, e mantendo a tradição desde o *Boletim*, a revista continha informações sobre a atualidade. Aquele que começou como «O Nosso Noticiário» evoluiu para a «Crónica Estrangeira», para a «Crónica Portuguesa» e ainda para aquela que se reportava à diocese funchalense<sup>308</sup>. O título adotado, para a terceira situação anterior foi o de «Crónica Madeirense»<sup>309</sup>, utilizado pela primeira vez no número 16 do segundo ano (de 15 de outubro de 1920); e esse foi o nome que perdurou até ao fim da publicação. Foi nesta secção que se publicaram diversas notícias sobre a vida no arquipélago nas primeiras décadas do século XX, sobre a relação d'*A Esperança* com outros periódicos e sobre a própria historicidade da revista. Já a «Subscrição» teve início no segundo

---

<sup>306</sup> «Erro de paginação», 01-03-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 1, verso da contracapa.

<sup>307</sup> O “Suplemento” perdeu a designação no segundo número do oitavo ano, de 15 de março de 1928. A sua distinção passou a ser essencialmente gráfica: um segundo frontispício, indicando o ano, o número e a data de publicação, demarcava essa separação.

<sup>308</sup> «O Nosso Noticiário», 01-03-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 1, p. 8. Esta designação perdurou durante o primeiro ano e, por vezes, constava apenas como «Noticiário»; já a «Crónica Estrangeira» principiou no segundo número do segundo ano (de 15 de março de 1920) e a «Crónica Portuguesa» no décimo número do segundo ano (de 15 de julho de 1920).

<sup>309</sup> «Chronica Madeirense», 15-10-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 16, p. 127.

número do terceiro ano (de 15 de março de 1921)<sup>310</sup>. As dificuldades económicas da publicação, que sofria com um *déficit* ainda proveniente do *Boletim*, levou a que se criasse uma subscrição com o objetivo de auxiliar *A Esperança*. Nesta secção registaram-se, como forma de agradecimento e, presume-se, como incentivo a outros, todos os “amigos” da revista que contribuíram ou pagaram um valor superior ao da assinatura anual<sup>311</sup>. Foram também aqui declarados os custos de produção e outras informações do foro económico. Apesar de uma mudança de nome, para «Amigos d’A Esperança», no oitavo ano (1926-1927), a secção continuou até ao último volume<sup>312</sup>.

O terceiro tipo de secções radicou na existência de “colunas”, de duração mais reduzida e de publicação intermitente. São textos de autoria constante ou sobre uma temática, sempre escritos sob um determinado título e com uma certa regularidade. É difícil perceber quando terminaram as diversas colunas, na medida em que, se não havia uma regularidade pré-estabelecida, não se saberá quando deveriam ter sido publicadas e deixaram de o ser; situação dificultada pela existência de saltos substanciais na publicação. Refira-se, sem pretensões de exaustividade, o nome de algumas destas colunas: «Cartas da Palestina»<sup>313</sup>; «Consultório de Questões Religiosas»<sup>314</sup>; «Do Meu Postigo»<sup>315</sup>; «Impressões de Viagem»<sup>316</sup>; «Leitura dos Pequenininos»<sup>317</sup>; «Relatórios» da Obra de S. Francisco de Sales ou das Damas da Caridade<sup>318</sup>; «Secção Amena»<sup>319</sup>; e «Secção dos Novos»<sup>320</sup>.

---

<sup>310</sup> «Subscrição a favor d’A Esperança», 15-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 2, contracapa. A designação de «Subscrição dos Amigos d’A Esperança» foi adotada logo no número seguinte, de 1 de abril de 1921.

<sup>311</sup> Segundo «Os Amigos de “A Esperança”», 01-02-1927, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 16, verso da contracapa: «Parece-nos que a generosidade d’esses assinantes para com uma publicação de tão proveitosos resultados como a nossa, merece ser salientada como um exemplo a imitar».

<sup>312</sup> A passagem de nomenclatura deu-se no número 16 do oitavo ano (de 1 de fevereiro de 1927).

<sup>313</sup> As «Cartas da Palestina» do P.º Ernest Schmitz descrevem a vida do lazarista durante o seu tempo na Terra Santa, após a saída do arquipélago da Madeira.

<sup>314</sup> O «Consultório de Questões Religiosas» transitou das páginas do *Correio da Madeira* e pretendia responder às perguntas sobre religião e moralidade que os leitores enviassem para a revista.

<sup>315</sup> Tratou-se de uma coluna de V. J. – será Vieira Júnior, o proprietário e editor d’A Esperança? – contendo crónicas sobre a Madeira.

<sup>316</sup> As «Impressões de Viagens», de *Miles Christi*, ou Henri Janssen, contavam alguns dos seus feitos numa das suas viagens aos Países Baixos.

<sup>317</sup> A «Leitura dos Pequenininos» era uma coluna da autoria de *Maria Francisca Tereza* onde se publicava contos para as crianças.

<sup>318</sup> Dada a proximidade da Congregação da Missão, tanto com a Obra de S. Francisco de Sales como com as Damas da Caridade, publicou-se, anualmente, um relatório da sua atividade.

<sup>319</sup> A «Secção Amena» continha textos impressos originalmente em francês, no *La Croix*, traduzidos por *M. T. de S.*

<sup>320</sup> A «Secção dos Novos» propunha publicar textos de jovens escritores, com o objetivo de os ajudar a desenvolver a escrita.

A última tipologia não consistiu propriamente numa secção da revista: ao longo das duas décadas, ao invés de secções observaram-se inúmeros artigos que não se concentraram num só volume. Assim, diversos textos principiaram em determinado número e só terminaram no número seguinte ou após dois números. Tal deveu-se à dimensão e complexidade dos assuntos tratados, sendo muito comum observar esses casos nos artigos hagiográficos ou proto-hagiográficos<sup>321</sup>.

## Publicidade e Imagem

Paulo Alves afirmou que a inserção de publicidade nas revistas e boletins católicos era mais limitada: dado que estes periódicos eram mais doutrinários que informativos, Alves especulou que o interesse das casas comerciais seria mais reduzido<sup>322</sup>. Parece acontecer isso mesmo com *A Esperança* que só raramente imprimia anúncios a produtos, serviços e estabelecimentos comerciais. No entanto, como forma de aliviar uma balança comercial sempre deficitária, a revista procurou vender espaço na sua publicação para diversos anúncios. Por esse motivo, a administração anunciou estar disponível para aceitar publicidade no seu número de Natal de 1929, algo que seria vantajoso dado o alcance da revista: «Para esse numero especial do Natal e afim de lhe aliviar um tanto o custo extraordinário, aceitaremos de bom grado, ANUNCIOS das casas comerciaes e das empresas industriaes. [...] Notem os Ex.<sup>mos</sup> Snrs. Comerciantes que um anuncio da “Esperança” penetra em quasi todas as famílias católicas da cidade e do campo»<sup>323</sup>. O texto informa ainda que os anúncios deveriam ser remetidos para a sede da administração ou diretamente para a Tipografia Camões.

Todavia, esta prática estava implementada desde, pelo menos, o sexto ano (1924-1925). No número 19 desse ano (de 1 de dezembro de 1924) indicou-se que no número seguinte, a edição natalícia, sairia com anúncio de «pagina, meia pagina e um quarto de pagina»<sup>324</sup>. O mesmo é dito no ano seguinte e no segundo número

---

<sup>321</sup> Tal como, por exemplo: «A Conversão do Pianista Hermann» sobre o carmelita Hermann Cohen (1820-1871) publicado entre o quinto número do quarto ano (de 1 de maio de 1922) e o número 19 do quinto ano (de 1 de dezembro de 1923); ou «A Vida de S. Francisco de Sales» de *José Agostinho*, publicado entre o número 12 do 17.º ano (de 1 de fevereiro de 1936) e o quinto número do 19.º ano (de 1 de julho de 1937).

<sup>322</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 194.

<sup>323</sup> «Numero de Natal», 01-11-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 9, verso da capa, maiúsculas no original.

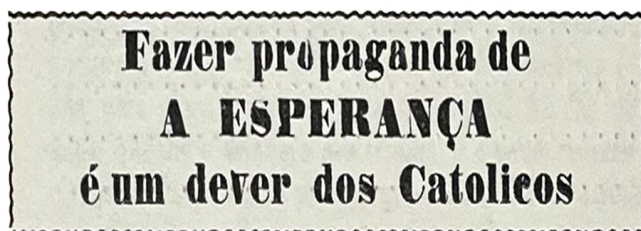
<sup>324</sup> Nótula sem título, 01-12-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 19, p. 369.

do oitavo ano (de 15 de março de 1926), informando-se que os anúncios de página inteira custariam 40\$00 escudos, os de meia páginas 20\$00 e os de um quarto 10\$00 escudos<sup>325</sup>; tabelando-se, pela primeira vez, o custo de publicitar n'A *Esperança*. A informação sobre o custo deixou de constar dos volumes durante o nono ano (1927-1928), mas os anúncios mantiveram-se.

Atente-se, todavia, que se poderá considerar que *A Esperança* praticou três tipos de publicidade: 1.<sup>a</sup>) publicidade sobre a própria revista; 2.<sup>a</sup>) publicidade às atividades e aos produtos dos seus “parceiros” católicos; e 3.<sup>a</sup>) publicidade nos termos mais tradicionais, a produtos, serviços e estabelecimentos sem relação intrínseca à revista.

O primeiro destes três tipos de publicidade assentou numa publicitação sobre a própria revista e as suas características: desse modo, informa-se onde adquirir a revista, ou anuncia-se a existência de um artigo num número futuro, incitando à compra, ou ao aproximar da publicação da edição especial de Natal. Registe-se alguns exemplos. No número 11 do sétimo ano (de 1 de agosto de 1925) anunciou-se que se publicaria no volume seguinte «[o] magnifico Artigo “A Influencia das pequenas Industrias rurais e na expressão da vida agraria” por Fernando Araujo, que, há pouco, publicou no Diario de Noticias, de Lisboa, um valioso estudo sobre a Industria dos Bordados da Madeira»<sup>326</sup>. Por sua vez, fizeram-se várias tentativas para incentivar a leitura e a compra da revista, apelando ao dever católico (Imagens 19 e 20), e informou-se que, pelo menos no 11.º ano (1929-1930), a revista poderia ser adquirida na Livraria Popular, podendo este estabelecimento também receber novas assinaturas<sup>327</sup>. Era igualmente comum promover-se o número de Natal (Imagem 21) e questionar quem pretendia colocar os seus anúncios num desses volumes<sup>328</sup>.

Imagem 19. «Fazer propaganda de A Esperança é um dever dos Catolicos»



Fonte: Nótula sem título, 01-08-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 10, p. 175.

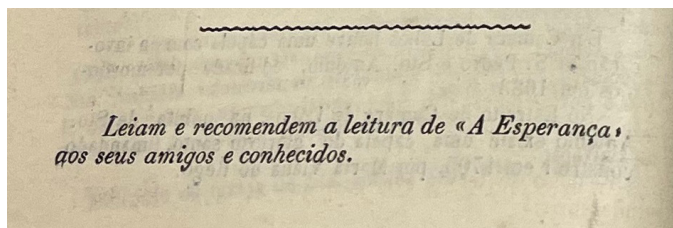
<sup>325</sup> «Anuncios», 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 2, verso da capa.

<sup>326</sup> «Terra, Trabalho e Capital Madeirenses», 01-08-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 11, p. 173.

<sup>327</sup> «Expediente», 01-06-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 4, verso da contracapa.

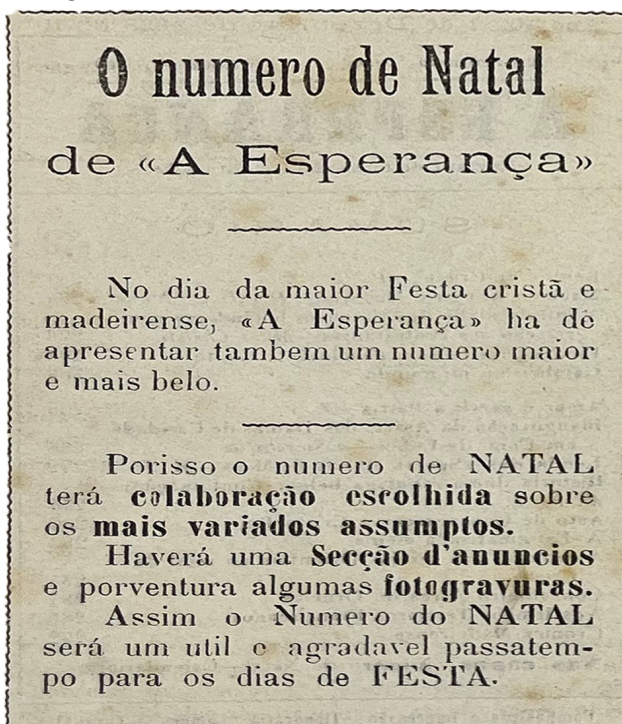
<sup>328</sup> Nótula sem título, 01-12-1926, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 10, p. 248.

Imagem 20. «Leiam e recomendem a leitura de “A Esperança” aos seus amigos e conhecidos»



Fonte: Nótula sem título, 01-08-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 6, p. 176.

Imagem 21. Publicidade ao futuro número de Natal



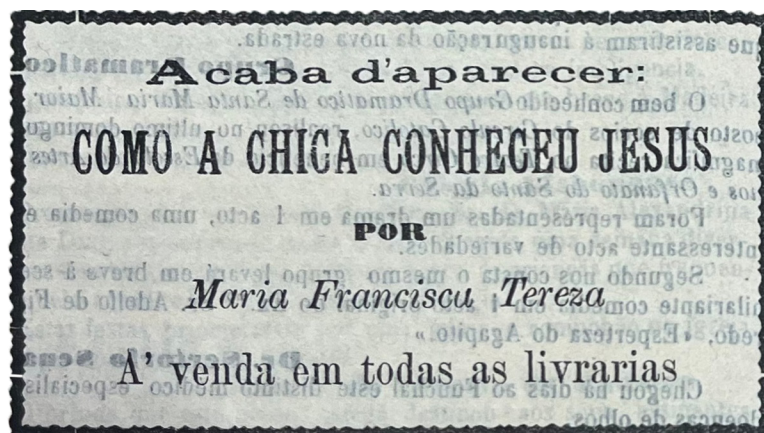
Fonte: «O numero de Natal de “A Esperança”», 01-12-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 10, verso da capa.

O segundo tipo de publicidade esteve associado a produtos ou serviços alheios à revista, mas que, de alguma forma, mantêm ligação a esta, seja pelos colaboradores ou pela missão católica partilhada. Atente-se na publicidade, com críticas literárias, aos livros de Feliciano Soares, como *O Que eu Vi e Pensei*<sup>329</sup>, ou aos livros da sua esposa Laura Veridiana de Castro e Almeida, que assinava como *Maria Francisca Tereza*, cujo livro *Como a Chica Conheceu Jesus* começou por pequenos contos publicados

<sup>329</sup> M. R., 01-04-1924, «O que eu vi e pensei», in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 3, pp. 74-75.

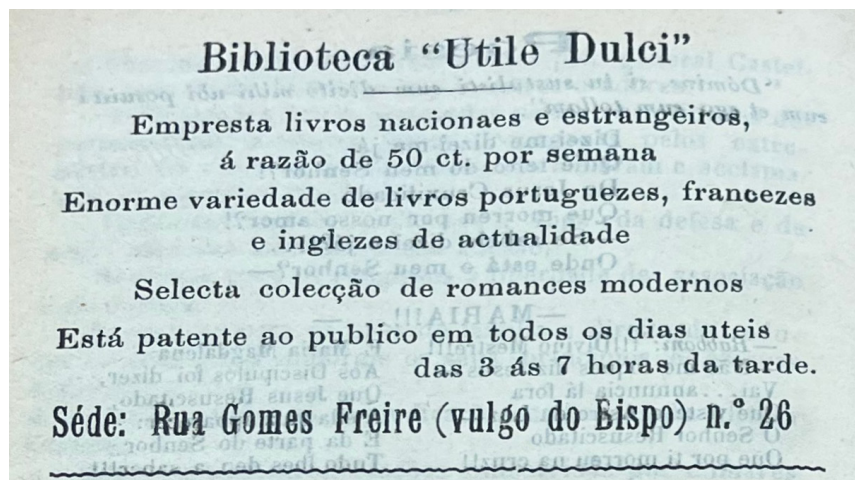
na secção «Leitura dos Pequenininos» e depois se individualizou (Imagem 22)<sup>330</sup>. Há igualmente referências à venda de um livro cuja tradução esteve a cargo de *Ignotus*, o P.<sup>e</sup> António Álvaro, um dos lazaristas que chegou a ser administrador da revista<sup>331</sup>. Muito publicitada foi também a Biblioteca Utile Dulci, uma fundação do P.<sup>e</sup> Henri Janssen. Nas páginas d'*A Esperança* informava-se a sua localização, o horário de funcionamento, o custo de empréstimo, os tipos de livros e igualmente as novidades literárias que chegavam vindas de Portugal e da Europa (Imagem 23)<sup>332</sup>.

Imagem 22. Publicidade a *Como a Chica Conheceu Jesus*, de Maria Francisca Tereza



Fonte: Nótula sem título, 15-06-1925, in *A Esperança*, ano 7.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 8, p. 28.

Imagem 23. Publicidade à Biblioteca Utile Dulci



Fonte: «Biblioteca "Utile Dulci"», 01-04-1926, in *A Esperança*, ano 8.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 3, p. 64 (suplemento).

<sup>330</sup> Veja-se, por exemplo, a publicidade ao livro *O Querido Tio Gustavo* da mesma autora em Nótula sem título, 15-11-1925, in *A Esperança*, ano 7.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 18, p. 278.

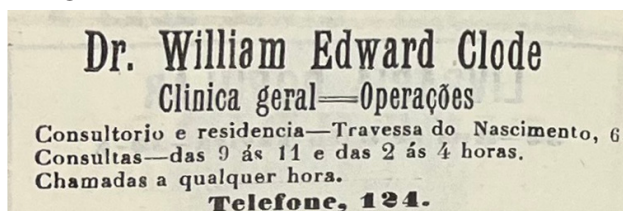
<sup>331</sup> Nótula sem título, 01-06-1927, in *A Esperança*, ano 9.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 4, p. 97 (suplemento).

<sup>332</sup> «Biblioteca "Utile Dulci"», 15-04-1926, in *A Esperança*, ano 8.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 4, p. 88 (suplemento).

A terceira tipologia de anúncios poderá ser caracterizada como a publicidade nos termos tradicionais, na medida em que procurava promover produtos, serviços e estabelecimentos comerciais ou empresas. A quantidade de publicidade a serviços foi sempre inferior às restantes duas categorias. Registe-se a publicitação dos serviços do «[p]rocurador (forense e extrajudicial)» António Alexandrino de Sousa<sup>333</sup> e do médico William E. Clode<sup>334</sup>, além de um «curso de comercio», ministrado pelo Instituto Comercial do Funchal<sup>335</sup>. Depois dos serviços seguem-se os produtos, encontrando-se uma variedade de anúncios, desde bens alimentares (farinha, sal, leite, queijo, manteiga, batata, água do Porto Santo, chá e vinho), até consumíveis (tabaco e canetas), produtos de limpeza e para a casa (sabonetes, cera para móveis, cal e inseticida), roupa e acessórios (chapéus, sapatos e pomadas, camisas e gravatas) e produtos automobilísticos (gasolina e pneus). Por último, a maioria dos anúncios era referente a estabelecimentos comerciais e a empresas de diversa tipologia: lojas generalistas (armazéns, bazares, empresas de *import/export*); de produtos alimentares (máquinas agrícolas, panificação, mercearias, restaurantes e cafés); de vestimentas (lojas de roupa, chapelarias e sapatarias); casas bancárias e de seguros; e outras (casas de bordados, drogarias, perfumarias, livrarias, tipografias, etc.).

Não é possível tecer considerações relativamente ao público a que se destinava esta publicidade. Ainda que se possa considerar a quantidade de produtos para o lar – e logo, consoante o preceito da época, destinada às donas de casa –, há uma variedade de outros produtos que seriam exclusivamente vendidos a homens. Assim, a publicidade de *A Esperança* era, como a própria revista, abrangente e destinada a todos.

Imagem 24. Publicidade ao médico William E. Clode



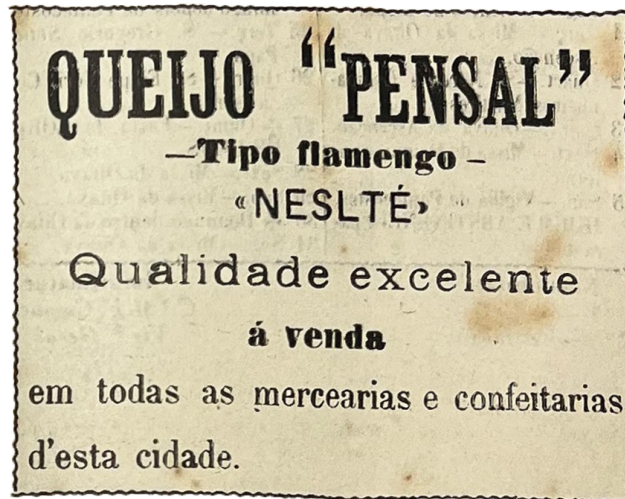
Fonte: Nótula sem título, 01-01-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 11, p. 332 (suplemento).

<sup>333</sup> Nótula sem título, 15-04-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 4, contracapa.

<sup>334</sup> Nótula sem título, 25-12-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.ºs 20-21, p. 352.

<sup>335</sup> Nótula sem título, 15-05-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 6, contracapa.

Imagem 25. Publicidade ao queijo Pensal



Fonte: Nótula sem título, 01-05-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 3, verso da contracapa.

Imagem 26. Publicidade à água do Porto Santo



Fonte: Nótula sem título, 01-01-1936, in *A Esperança*, ano 17.º, n.ºs 10-11, p. 328 (suplemento).


Imagem 27. Publicidade ao tabaco Soho



Fonte: Nótula sem título, 01-11-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 9, p. 240 (suplemento).



Imagem 28. Publicidade à cera Galo

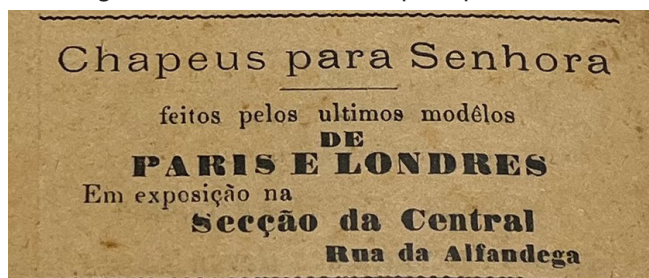


**CERA PARA SOALHOS  
E  
MOVEIS  
«GALO»**

Esta marca é de garantia e os fabricantes responsabilizam-se pela sua pureza, bom brilho e **Conservação.**

Fonte: Nótula sem título, 01-04-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 2, verso da contracapa.

Imagem 29. Publicidade a chapéus para senhora



**Chapeus para Senhora**  
feitos pelos ultimos modelos  
**DE  
PARIS E LONDRES**  
Em exposição na  
**Secção da Central**  
**Rua da Alfandega**

Fonte: Nótula sem título, 15-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 2, contracapa.

Imagem 30. Publicidade aos pneus Goodyear



**“NÃO PODE HAVER  
EXITO DOURADOURO  
sem  
QUALIDADE  
... Há vinte e um anos é uma  
verdade que mundialmente  
se viaja mais em Pneus  
GOODYEAR do que em  
qualquer outra marca!”**  
**AGENTE:**  
**CARLOS DE BIANCHI LDA.**  
Telefone, n.º 599—Funchal  
Rua do Carmo, 2-2A

Fonte: Nótula sem título, 01-04-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 2, p. 47 (suplemento).

Imagem 31. Publicidade à loja generalista A Central e ao café A Indiana

<p><b>A "CENTRAL"</b> Largo da Sé n.ºs 2 a 8.</p> <p>Grande stock de generos alimenticios tanto nacionaes como estrangeiros, como seja Corned Beef, Salsichas, Molho picante, Camarão, Lagosta Ostra, Whiski, Gognac, Licores, Chá de varias marcas e das melhores qualidades, Vinhos de Colares, Porto, Lisboa e Madeira etc.</p> <p>"A Central" é o estabelecimento mais amplo e fornecido do Funchal.</p>	<p><b>A "INDIANA"</b> R. do Aljube n.º 1 — R. de João Tavira, 2</p> <p>Completo fornecimento de doces, chocolate, cacau, pastelaria, bebidas nacionaes e estrangeiras etc etc.</p> <p>Serviço vario de chá, café e chocolate.</p>
--	---

Fonte: Nótula sem título, 15-04-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 4, contracapa. Nota: São os primeiros dois anúncios que figuram n' *A Esperança*.

Imagem 32. Publicidade à J. M. Corrêa & C.ª L.ª

**J. M. Corrêa & C.ª L.ª**  
Rua da Alfandega, 68

**Telefone, 92 Funchal**

Representantes das mais importantes casas comercias  
**NACIONAIS E ESTRANGEIRAS**

Excepcionais condições de venda e preços para o fornecimento dos seguintes artigos:

Linhos e algodões para a industria de Bordados.	Ferragens e Drogas, Cal
Lanifícios, malhas, mindozas, artigos para chapéus de senhora, etc., etc.	cosida a mato, Gesso, Oleos, Agua-raz, Cordoaria, Correias etc., etc.

Azeites, Azeitonas, e Cereais, Legumes e frutas sêcas, Produtos Porcinos, Arroz colonial e todos os Viveres em geral.

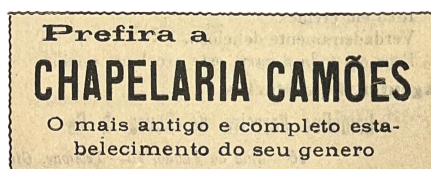
---

Agentes Gerais da: **COMPANHIA DE SEGUROS "La Préservatrice"**  
Capital: 20 milhões de francos  
A mais antiga experiencia — A mais moderna tecnica

Efectua seguros de:  
**Incendios**  
Automovsis (todos os riscos)  
Acidentes no Trabalho  
Acidentes Individuais  
**Roubos, Greves, Assaltos e Tumultos.**

Fonte: Nótula sem título, 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, p. 38 (suplemento).

Imagem 33. Publicidade à Chapelaria Camões



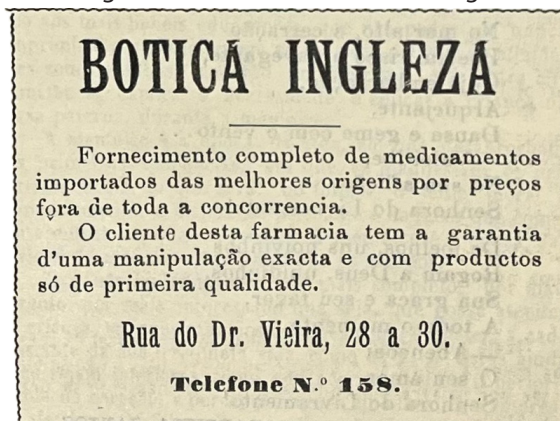
Fonte: Nótula sem título, 01-03-1936, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 1, p. 30 (suplemento).

Imagem 34. Publicidade à Royal Exchange Assurance



Fonte: Nótula sem título, 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, p. 40 (suplemento).

Imagem 35. Publicidade à Botica Ingleza



Fonte: Nótula sem título, 01-01-1928, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 11, p. 279.

Imagem 36. Publicidade à Livraria Popular



Fonte: Nótula sem título, 01-03-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 1, p. 40 (suplemento).

Em relação à imagem, é de notar que *A Esperança* não foi uma revista profusa em ilustrações. Além das gravuras na capa e as pertencentes aos anúncios, eram raras as imagens que acompanhavam os textos. Registrem-se algumas exceções: a primeira é a figura de S. Vicente de Paulo que, mesmo que não estivesse na capa, costumava figurar nos artigos a este respeitantes, mormente nos volumes do mês da sua invocação (Imagem 15, acima); a primeira edição de Natal, os números 20-21 do quinto ano (1923-1924) contêm diversas imagens ilustrativas da quadra natalícia (Imagens 37 e 38); gravuras de efigies de santos (Imagem 39); selos num artigo sobre numismática na Madeira<sup>336</sup>; e a gravura de um moinho, num artigo sobre moinhos holandeses (Imagem 40).

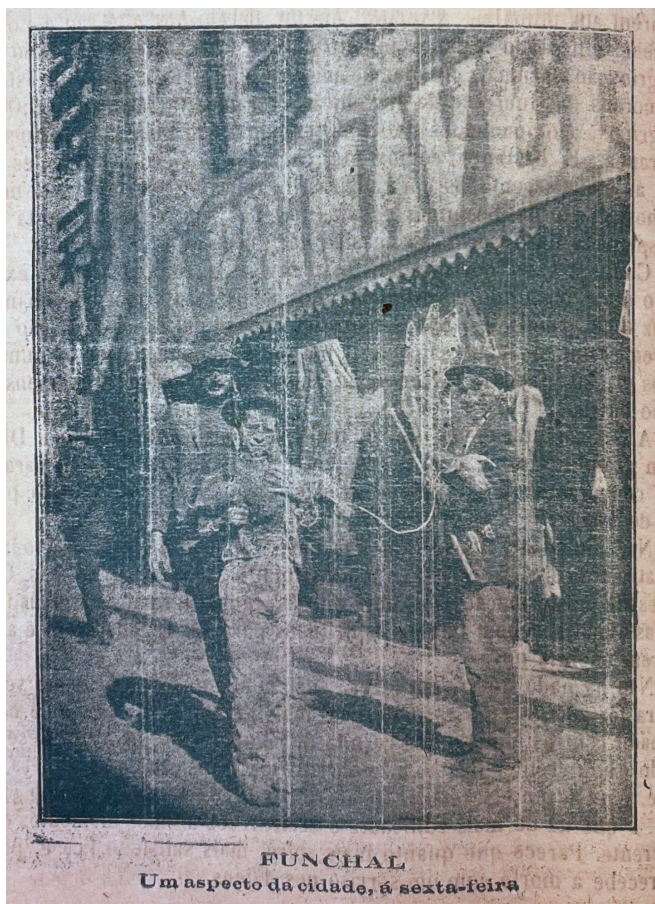
Imagem 37. «A Adoração»



Fonte: *A Esperança*, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, p. 307.

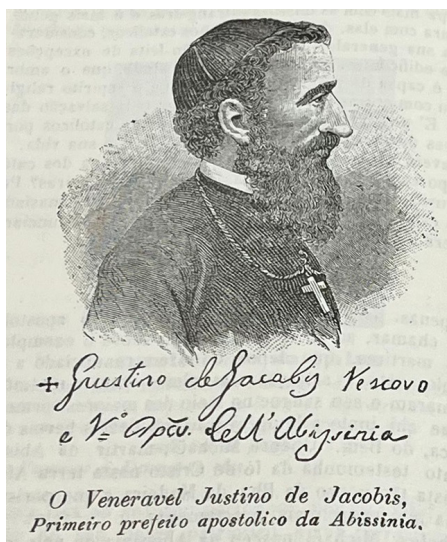
<sup>336</sup> Veja-se: Alberto Artur, 01-03-1933, «Os Sêlos na Madeira», in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 1, pp. 13-16; Alberto Artur, 01-04-1933, «Os Sêlos na Madeira», in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 2, pp. 29-34; e Alberto Artur, 01-06-1933, «Os Sêlos na Madeira», in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 4, pp. 108-112.

Imagem 38. «Funchal. Um aspecto da cidade, á sexta-feira»



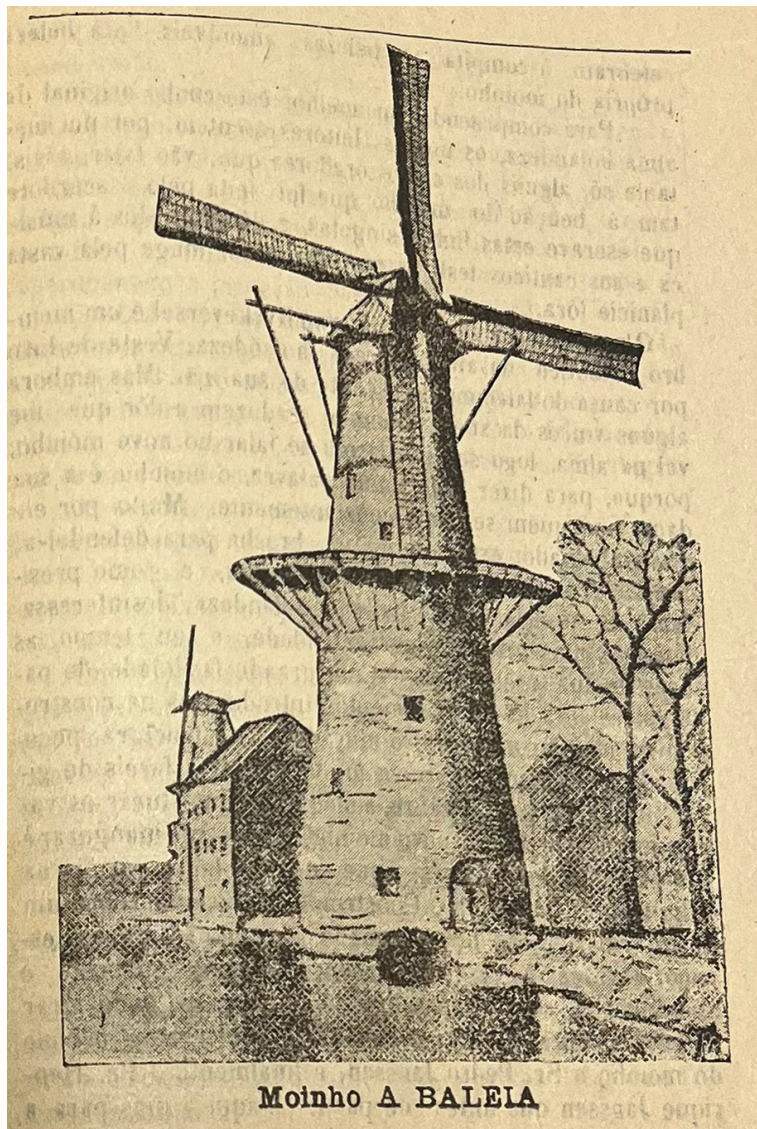
Fonte: A Esperança, s.d., ano 5.º, n.ºs 20-21, p. 320.

Imagem 39. Efigie do venerável Justino de Jacobis



Fonte: Miles Christi, 01-10-1929, «As Missões Estrangeiras», in A Esperança, ano 11.º, n.º 8, p. 230 (suplemento).

Imagem 40. «Moinho A Baleia»



Fonte: Miles Christi, 01-02-1938, «A festa do moinho», in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 12, p. 291 (suplemento).

Ao longo deste capítulo procurou-se traçar diversos aspetos da materialização da revista – título e subtítulo, capa e contracapa, dimensões, periodicidade, edições regulares e edições especiais, números de páginas, grafismo, secções, publicidade e imagem –, implementando um estudo por “dentro” de um periódico. Contudo, não se pense que essa análise permitiu somente conhecer melhor a própria *A Esperança*, pois o estudo de todos estes “pormenores” permite reconstituir a historicidade do periódico e caracterizar o contexto socioeconómico e cultural em que ele se insere.

#### 4. A Materialização (III): Difundir A Esperança

Na sequência dos capítulos anteriores, cumpre investigar o processo de difusão e de receção dos periódicos, ou o que Pierre Albert designou de «devant le journal»<sup>337</sup> e José D'Assunção Barros identificou como o «polo receptor»<sup>338</sup>. Com esse propósito, intentou-se analisar três parâmetros distintos: os métodos de aquisição; o preço da revista e suas circunstâncias; e o público d'A *Esperança*. O estudo permite, assim, compreender a disseminação dos valores católicos a partir do Funchal e com destino a diferentes partes do globo.

##### Aquisição

A aquisição d'A *Esperança* assumiu três modalidades: 1.<sup>a</sup>) a compra de exemplares avulsos; 2.<sup>a</sup>) o pagamento de uma assinatura anual e o conseqüente recebimento de 12 a 24 números da revista; e 3.<sup>a</sup>) a receção de volumes doados pela administração. A cada uma destas correspondiam processos, mais ou menos complexos, de obtenção dos volumes, que merecem uma análise detalhada.

A venda avulsa de números consistiu num dos processos mais simples e mais rentáveis para a própria publicação. O leitor dirigia-se a determinado local, pagava o valor estipulado e obtinha um exemplar da revista. Esta solução não era a predileta a médio ou a longo termo, como refere Paulo Alves, pois não estabelecia uma relação duradoura entre o leitor e o periódico<sup>339</sup>. Logo, como forma de estimular a subscrição e apelar o custo de uma impressão de exemplares cuja venda não estava garantida, a administração da revista elevou os preços dos volumes avulsos por comparação com os de assinatura, arrecadando um maior rendimento. Talvez pelos motivos anteriores, *A Esperança* deixou de apresentar na capa, a partir do sexto ano (1924-1925)<sup>340</sup>, esta modalidade de aquisição<sup>341</sup>.

Pouco se conhece sobre a venda avulsa d'A *Esperança*. Ignora-se se, tal como nos Açores, a revista era disponibilizada na tipografia e nas tabacarias da cidade<sup>342</sup>.

<sup>337</sup> ALBERT, 1988, «L'histoire de la presse [...]», p. 15.

<sup>338</sup> BARROS, 2022 «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas [...]», p. 593.

<sup>339</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 192.

<sup>340</sup> Esta alteração foi sincrónica com um novo modelo de capa, que ocorreu no quinto volume do sexto ano (de 1 de maio de 1924).

<sup>341</sup> Retenha-se que, numa análise de custo-benefício, seria mais rentável produzir tiragens com números fixos, obtidos através da contabilização do total de assinantes, do que produzir exemplares avulsos, os quais não se tinha a certeza se seriam vendidos.

<sup>342</sup> Como se refere em MACHADO, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores* [...], p. 78.

É possível especular que os números da revista poderiam ser vendidos na própria sede do periódico e na Tipografia Camões, sem que se possuía certeza disso<sup>343</sup>. Pelo contrário, conhecem-se referências à comercialização durante o 11.º ano (1929-1930) na Livraria Popular<sup>344</sup>, e no 14.º ano (1932-1933) na Biblioteca Utile Dulci<sup>345</sup>.

Por contraposição à modalidade anterior, o processo relativo à assinatura anual era mais complexo; ainda assim, a base do mesmo consistiu numa transação relativamente simples: estabelecia-se um “contrato” entre o leitor e a publicação, no qual o primeiro outorgante se comprometia a pagar determinado valor e o segundo outorgante disponibilizaria, durante um ano inteiro, todos os volumes impressos naquele período<sup>346</sup>.

A primeira fase deste processo assentava numa tentativa de angariação de novos assinantes. Para tal, solicitou-se que outros leitores, já subscritores da revista, questionassem se os seus familiares, vizinhos ou conhecidos teriam interesse em adquirir a publicação<sup>347</sup>. Em caso afirmativo, a administração enviava um exemplar para a morada fornecida, para que os possíveis leitores pudessem contemplar a publicação antes de decidirem subscrever<sup>348</sup>. Atente-se que, segundo os editores, «[q]uem angariar uma nova assinatura para “A Esperança”, pratica um acto de caridade espiritual muito agradável a Deus e muito proveitoso ao proximo»<sup>349</sup>.

A assinatura do “contrato” era, na maioria das vezes, tácita. A meados do primeiro ano (1919-1920), a administração registou que, no segundo número desse ano (de 1 de abril de 1919), constava, colado na primeira página, um «recibo», que os leitores deveriam pagar se quisessem subscrever à assinatura anual da revista. Caso não tivessem interesse, deveriam devolver o recibo, juntamente com os exemplares enviados<sup>350</sup>. Tal modalidade de aquisição levou a que a administração d’*A Esperança*

---

<sup>343</sup> Tal presunção advém da informação, veiculada em «Expediente», 01-02-1933, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 12, verso da capa, de que era possível os assinantes levantarem os seus exemplares na portaria do Hospício.

<sup>344</sup> «Expansão e amigos de “A Esperança”», 01-05-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 3, verso da capa.

<sup>345</sup> Nótula sem título, 01-03-1931, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 1, verso da contracapa.

<sup>346</sup> Comparando o sistema d’*A Esperança* com o de outros periódicos católicos, como os estudados por Paulo Alves, conclui-se que a revista seguiu as práticas utilizadas por outras publicações semelhantes. Confirme-se em ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 188.

<sup>347</sup> Presume-se que, no primeiro ano de publicação, a administração d’*A Esperança* tenha procedido da mesma forma. Porém, nesse caso, provavelmente utilizou-se a rede de assinantes do *Boletim Eclesiástico da Madeira*, além dos párocos e demais eclesiásticos na divulgação da nova publicação.

<sup>348</sup> «Propaganda», 01-12-1933, in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 10, verso da capa.

<sup>349</sup> «Crónica Madeirense», 01-03-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 1, p. 28 (suplemento).

<sup>350</sup> «Aviso», 01-07-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 5, verso da contracapa.



assumissem a existência de subscrições que, efetivamente, não o eram, pois os leitores poderiam ter perdido ou se esquecido de reenviar o recibo ou este ter-se extraviado durante a devolução. Tal situação comprovou-se com uma anotação no início do segundo ano (1919-1920), que comunicava que nem todos os que receberam *A Esperança* durante o primeiro ano, e que não a quiseram assinar, a devolveram ou alertaram para que se interrompesse a remessa dos restantes volumes<sup>351</sup>. Tal afirmação leva a crer que vários números da revista foram enviados até que a administração se apercebesse que determinados indivíduos não pretendiam assinar o periódico. Contudo, registou-se que, durante o 11.º ano (1929-1930) foi possível subscrever a revista na Livraria Popular<sup>352</sup>.

Após a “assinatura do contrato” era necessário proceder ao pagamento. O caso de um extravio em Chibia, Angola, em 1930, permite observar os trâmites quando os assinantes residiam fora do arquipélago:

«No mez de Abril de 1929, o Administrador de “A Esperança” mandou pelo correio, para serem pagos, os recibos dos assinantes de Chibia, Mossamedes, Angola. Esses recibos chegaram ao seu destino, pois que um assinante de Chibia, ao escrever ao Administrador de “A Esperança”, lhe mandou ao mesmo tempo o recibo seu que tinha pago. No dia 1 de Março de 1930, o mesmo Administrador mandou ao Director do Correio de Chibia, uma carta registada pedindo-lhe que tivesse por bem mandar o dinheiro que recebeu pelo pagamento d’uma assinatura pelo menos e os demais recibos. Nunca este Ex.<sup>mo</sup> Snr. Director se dignou a responder e mandar o dinheiro.

Se não houvesse culpa da parte d’ele, não hesitaria em responder»<sup>353</sup>.

O caso ilustra bem o processo: os recibos eram enviados e os assinantes deveriam pagar pelos volumes recebidos, diretamente ou por meios alternativos. Nesta situação, respeitante aos assinantes das colónias, mas que era expansível aos residentes de Portugal Continental<sup>354</sup>, dos Açores e de outros países estrangeiros, a administração sugeriu enviar o dinheiro diretamente para a sede da revista, por

---

<sup>351</sup> «Rogamos aos nossos presados assignantes que receberam a nossa revista durante o ano de 1919 sem a devolverem ou sem nos darem aviso para que a não continuassem a enviar, o favor de satisfazerem o mais breve possível, ou de nos avisarem para cessarmos a remessa da mesma, para não nos crearem novas dificuldades economicas», como apontado em «Crónica financeira», 01-03-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6. Já na capa desse mesmo número, refere-se que «[s]erão considerados assignantes todas as pessoas que não devolverem o presente numero».

<sup>352</sup> «Expansão e amigos de “A Esperança”», 01-05-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 3, verso da capa.

<sup>353</sup> «Expediente», 01-06-1930, in *A Esperança*, ano 12.º, n.º 4, verso da contracapa.

<sup>354</sup> Como referido em «Subscrição dos Amigos d’“A Esperança”», 15-11-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 18, verso da contracapa, os assinantes de Lisboa poderiam pagar as suas assinaturas na igreja de S. Luís dos Franceses, com o irmão Ramos.

carta registada ou por vale postal e, dessa forma, evitar outras despesas<sup>355</sup>. Noutras situação, a cobrança postal foi método utilizado para se proceder ao pagamento<sup>356</sup>. Alertava-se, no entanto, que o dinheiro enviado deveria ser em escudos portugueses ou, então, o seu equivalente convertido em vale postal<sup>357</sup>.

Caso os assinantes residissem no arquipélago, no primeiro ano (1919-1920), foi solicitado que enviassem os pagamentos pelos párocos ou por pessoas da sua confiança<sup>358</sup>; anos mais tarde, a recolha dos valores da assinatura, no Funchal, era feita por «cobradores» e «propagandistas» particulares<sup>359</sup>. Neste último cenário, desconhece-se como se procederia à cobrança dos assinantes residentes nas freguesias rurais: se pelos seus eclesiásticos, por coletores, ou se pelo correio.

Os volumes chegavam às mãos dos assinantes pelo correio ou levantando o exemplar na portaria do Hospício. O meio preferido dos residentes fora da urbe funchalense seria, certamente, o primeiro; porém, pelo que veiculou na revista, alguns dos assinantes com moradia na cidade prometeram dirigir-se ao Hospício e lá recolher o que lhes era devido. A administração solicitou que estes cumprissem o seu dever e recolhessem os volumes ou cancelassem a sua assinatura, pois causavam prejuízo à publicação. Foi feito ainda um reparo interessante: a administração notou que, com o aproximar do mês respeitante ao pagamento das assinaturas, o número de pessoas que recolhia *A Esperança* na portaria do Hospício diminuía consideravelmente<sup>360</sup>.

Porém, conhecem-se falhas na distribuição dos exemplares. Este problema teve, na maioria das vezes, dois culpados: 1.º) erros imputados aos distribuidores, como no caso do relatado no número 21 do segundo ano (de 1 de janeiro de 1921), no qual, «[p]elo descuido d'um distribuidor improvisado, não foi distribuído a alguns assinantes o numero 16 d'esta Revista»<sup>361</sup>, ou no sétimo número do 14.º ano (de 1 de setembro de 1932), que por doença do distribuidor alguns subscritores recebe-

---

<sup>355</sup> «Crónica Madeirense», 15-11-1925, in *A Esperança*, ano 7.º, n.º 18, p. 286 e «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>356</sup> «Aos nossos presados assinantes do Continente», 15-10-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 16, p. 330 e «Cobrança de assinaturas em Lisboa, Açores, etc.», 01-11-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 9, p. 202 (suplemento).

<sup>357</sup> «Expediente», 01-02-1930, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>358</sup> «Aviso», 01-07-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 5, verso da contracapa.

<sup>359</sup> «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>360</sup> «Crónica Madeirense», 01-03-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 1, p. 351 (suplemento).

<sup>361</sup> «Chronica Madeirense», 01-01-1921, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 21, verso da contracapa.

ram tardiamente os seus exemplares<sup>362</sup>; e 2.º) a desatenção dos leitores que não informavam, atempadamente, a administração da sua mudança de residência, o que levava ao extravio dos volumes da revista<sup>363</sup>.

Um dos motivos de maior confusão, e que contribuiu indubitavelmente para o caos financeiro da revista, radicou na existência de diferentes calendários de pagamento. Atente-se que o ano de publicação foi sempre discordante do ano civil, iniciando em março e terminando em fevereiro; tal implicou que as assinaturas anuais respeitassem esta periodicidade, devendo ser pagas antes do novo ano principiar ou, o mais tardar, em março. Todavia, dada a existência de referências a pagamentos pelo Natal ou em janeiro e a ocorrência de alterações nos preços das assinaturas durante o decorrer do ano de publicação, crê-se que haveria múltiplas cronologias na renovação das assinaturas, provavelmente respeitantes a cada assinante<sup>364</sup>. E se tanto o administrador como o tesoureiro da publicação conseguiram gerir esse processo, não é de esperar os que os leitores o fizessem, e, por isso, confundissem a calendarização dos pagamentos ocasionando atrasos.

Como denotado, um dos problemas mais frequentes ao longo dos anos consistiu na falta de um atempado pagamento das assinaturas. O aviso foi explícito no penúltimo ano (1937-1938): «[a]parecendo como o dia 1 de Março a data do pagamento das assinaturas da nossa Revista, os nosso prezados assinantes pensem desde já em arrecadar a quantia suficiente, para poder pagar a sua assinatura a tempo, e habilitar assim a nossa Revista a continuar a sua benéfica missão»<sup>365</sup>.

Retenha-se, porém, que o pedido para que cumprissem as assinaturas era anual. Observe-se alguns exemplos: no segundo ano (1920-1921), assinala-se que 77 subscritores rurais e 34 urbanos não pagaram a assinatura de 1919, pelo que esse valor seria acrescentado ao de 1920<sup>366</sup>; no quarto ano (1922-1923), solicita-se que se paguem as assinaturas, de modo a que a administração possa regular a tiragem dos próximos números, advertindo que aqueles que não o fizerem somente receberão a pequena edição no ano vindouro<sup>367</sup>; já no 15.º ano (1933-1934), os administradores

---

<sup>362</sup> «Expediente», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, verso da capa.

<sup>363</sup> Como, por exemplo, em «Aviso», 15-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 2, contracapa e em «Aviso», 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

<sup>364</sup> Como se refere em: «Expediente», 01-04-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 2, verso da contracapa; «Pagamentos», 01-02-1935, in *A Esperança*, ano 16.º, n.º 12, verso da contracapa; e «Pagamentos», 20-12-1937, in *A Esperança*, ano 19.º, n.ºs 10-11, verso da capa.

<sup>365</sup> «Cronica Madeirense», 01-02-1938, in *A Esperança*, ano 19.º, n.º 12, verso da contracapa.

<sup>366</sup> A Administração, 03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

<sup>367</sup> «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 01-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 23, verso da contracapa.

afirmaram estar «bastante admirados que certos assinantes que há bastante tempo já receberam aviso de pagamento, se demorem tanto em cumprir o seu dever»<sup>368</sup>; enquanto, no 18.º ano (1936-1937), «[a]lguns assinantes que costumavam pagar a assinatura por ocasião do Ano Bom, esqueceram-se este ano de continuar este bom habito»<sup>369</sup>. Assinale-se uma ocorrência peculiar: somente no último ano de publicação (1938), a três números da sua suspensão (a 1 de junho de 1938), decidiu a administração d'*A Esperança* suspender o envio da revista a todos os que não tivessem pagado a sua assinatura até ao dia 15 de junho<sup>370</sup>.

Deveras mais simples que os processos anteriores era a modalidade de doação. Nessa, a revista era disponibilizada gratuitamente, de acordo com casos específicos. Já foi referido que, numa tentativa de se angariar assinantes, era comum enviar exemplares para diversas residências, esperando que a qualidade destes incitasse à subscrição da publicação<sup>371</sup>.

Por outro lado, sabe-se que, durante os primeiros anos, *A Esperança* foi atribuída de forma gratuita aos chefes das «dezenas»<sup>372</sup> da Obra de São Francisco de Sales. Logo no segundo número do primeiro ano (de 1 de abril de 1919), a administração da revista apontou que «só podemos oferecer um exemplar a cada chefe que tenha organizado duas dezenas ou que á sua dezena possa acrescentar mais 300 reis para d'esta sorte se poder custear a despesa da publicação»<sup>373</sup>. Já no terceiro ano (1921-1922) a chefia deveria possuir três dezenas, como se escreveu:

«[T]odos os associados da O. S. F. S. [Obra de São Francisco de Sales] **podem ler a revista gratuitamente** pedindo-a ao chefe de dezena. É este ou esta chefe de dezena que tem direito de receber gratis a nossa revista com a condição de a fazer circular por todos os associados da sua dezena. Taes eram as determinações anteriores a estes dois últimos anos. Actualmente, por causa do augmento do preço da assignatura, a praxe vigente é esta a saber que **so recebe um numero gratis da «Esperança» quem fôr chefe de tres dezenas**, e este chefe de tres dezenas fica na obrigação de fazer circular a revista entre os associados»<sup>374</sup>.

Anos mais tarde, no primeiro número do sexto ano (de 1 de março de 1924), de modo a reduzir os gastos, aumentou-se o número de dezenas: «Para evitarmos

<sup>368</sup> «Pagamentos», 01-02-1934, in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>369</sup> «Pagamentos», 01-02-1937, in *A Esperança*, ano 18.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>370</sup> «Expediente», 01-06-1938, in *A Esperança*, ano 20.º, n.º 4, verso da capa.

<sup>371</sup> «Propaganda», 01-12-1933, in *A Esperança*, ano 15.º, n.º 10, verso da capa.

<sup>372</sup> Não foi possível discernir a que correspondia, especificamente, uma «dezena». Presume-se que seja uma estrutura dentro do modelo organizacional da Obra de São Francisco de Sales.

<sup>373</sup> «Noticiario d'A Esperança», 01-04-1919, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 2, p. 14.

<sup>374</sup> «Obra de S. Francisco de Sales», 15-08-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 12, verso da capa, negritos no original.

o incremento do nosso déficit começaremos a enviar para as freguezias rurais, os exemplares destinados aos associados da *Obra de São Francisco de Sales* [...] conforme as dezenas respectivas que entregaram ao seu Tesoureiro, Rev. P. Manuel da Silveira, isto é 1 A Esperança por cada 4 dezenas»<sup>375</sup>.

Ainda assim, no sétimo número do 14.º ano (de 1 de setembro de 1932) a administração asseverou que o déficit de que padecia era agravado pela «excessiva caridade da Administração que fornece de graça a nossa Revista a um grande numero de pessoas e de Associações catolicas que muito apreciam a nossa publicação, mas dificilmente podem pagar a importancia da assinatura»<sup>376</sup>.

Por último, registre-se uma outra forma de aceder aos conteúdos da revista: pelo empréstimo. Além dos chefes das dezenas da *Obra de São Francisco de Sales* terem a obrigação de fazer circular *A Esperança* pelos seus associados, e de o mesmo acontecer em outras agremiações que recebiam exemplares gratuitos da publicação, é de notar que foi possível requerer o empréstimo de exemplares da revista na Biblioteca *Utile Dulci*, como se refere numa pequena publicidade a essa biblioteca<sup>377</sup>.

## Preço

Analisar o preço d'*A Esperança* é determinante para compreender a difusão e o próprio público da revista, pois permite dissertar sobre o poder de compra da população e quais as camadas sociais que poderiam adquirir o periódico com regularidade. O registo do custo, com as suas variantes, figurou de início na capa até ao final do sétimo ano (1925-1926). Com a entrada no oitavo ano (1926-1927), e a mudança da capa para o Cristo Semeador (o quarto modelo), a informação passou a constar do verso da capa, exclusivamente durante esse ano. No décimo ano (1928-1929), esses dados regressaram à revista, meramente nos primeiros dois números (de 1 de março e 1 de abril de 1928), para, depois, constarem de um metatexto no último volume desse ano (de 1 de fevereiro de 1929)<sup>378</sup>. Esta última situação repetiu-se no 11.º ano (1929-1930), no primeiro e último número do ano, podendo indicar

---

<sup>375</sup> «Aviso Importante», 01-03-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 1, p. 28, itálicos no original.

<sup>376</sup> «É angustiosa a situação financeira de "A Esperança"», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, p. 224 (suplemento) e verso da contracapa.

<sup>377</sup> Nótula sem título, 01-03-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 1, verso da contracapa.

<sup>378</sup> Nótula sem título, 01-03-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, verso da capa; Nótula sem título, 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa; e «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

que a inclusão serviria somente para lembrar os assinantes do custo da revista<sup>379</sup>. O registo do preço da assinatura seguinte fez-se somente no sétimo número do 14.º ano (de 1 de setembro de 1932), num pequeno metatexto dedicado à catastrófica situação económica da revista<sup>380</sup>. Por esse motivo, desconhece-se os preços dos restantes seis anos de publicação. Presume-se que estes tivessem estabilizado, dada a inexistência de novos preços ou de textos justificando o seu aumento.

Distribua-se esta análise consoante as duas primeiras modalidades de aquisição, anotadas anteriormente: a compra de números avulsos e a subscrição anual da revista. Todavia, retenha-se que *A Esperança* deu maior relevância à segunda modalidade, pelo que a maioria dos textos que versaram o aumento dos preços diziam respeito às assinaturas, e pouco se sabe sobre a venda avulsa.

No primeiro ano de publicação (1919-1920), um exemplar único custava 5 centavos, ou 50 réis<sup>381</sup>. Este valor manteve-se até ao número 17 do segundo ano (de 1 de novembro de 1920), incrementando para 10 centavos por volume<sup>382</sup>. Tal situação revelou-se irregular, pois o custo da assinatura aumentou logo no primeiro número desse segundo ano (de março de 1920), enquanto o preço da venda avulsa demorou 11 meses para duplicar. Apesar de se ter explicado aos subscritores as razões para o aumento das assinaturas, o mesmo não aconteceu para este caso; assim, poder-se-ia especular que a venda avulsa não era tão frequente ao ponto de se achar necessário aumentar o preço dos exemplares, esperando que a comercialização incrementasse se se mantivesse o baixo preço.

O custo de 10 centavos por volume manteve-se inalterado até ao número 18 do terceiro ano (de 15 de novembro de 1921)<sup>383</sup>, novamente contrastando com o incremento da assinatura que ocorrera no final do segundo ano. Passou, assim, de 10 centavos para 15 centavos, no final de 1921, e depois para 25 centavos, no primeiro número do quarto ano (de 1 de março 1922)<sup>384</sup>. Com a divisão em duas edições, no

---

<sup>379</sup> «Expediente», 01-03-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 1, verso da capa e «Expediente», 01-02-1930, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>380</sup> «É angustiosa a situação financeira de “A Esperança”», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, p. 224 (suplemento) e verso da contracapa.

<sup>381</sup> *A Esperança*, 01-03-1919, ano 1.º, n.º 1, capa. Até bem tarde *A Esperança* apresentou os valores da sua aquisição em réis. Por vezes, conjugou a nova moeda, estabelecida na República, com a antiga; noutras, referiu somente os valores em réis. Por uma questão de clareza metodológica, e de melhor compreensão da evolução dos preços, converteu-se todos os valores em réis para escudos, equivalendo 1\$00 escudo a 1\$000 réis, e utilizando o seu submúltiplo, o centavo, com \$100 centavos a corresponder a 1\$00 escudo.

<sup>382</sup> *A Esperança*, 01-11-1920, ano 2.º, n.º 17, capa.

<sup>383</sup> *A Esperança*, 15-11-1921, ano 3.º, n.º 18, capa.

<sup>384</sup> *A Esperança*, 01-03-1922, ano 4.º, n.º 1, capa.

primeiro número do quinto ano (de 1 de março de 1923), taxou-se a pequena edição a 35 centavos e a grande a 55 centavos<sup>385</sup>. A partir do penúltimo número desse ano (de 1 de fevereiro de 1924), o preço da venda avulsa deixou de constar das informações relativas às modalidades de aquisição apostas na capa<sup>386</sup>.

No décimo ano, as parcas informações registam que cada número avulso custava 3\$00 escudos, não destrinchando se se estaria a vender a pequena ou a grande edição<sup>387</sup>. Presume-se que este preço correspondesse à venda de um exemplar da grande edição; isto porque, no ano seguinte, informam-se os leitores que é possível adquirir números avulsos na Livraria Popular «ao preço de 2\$50 pela grande edição e de 1 escudo pela pequena edição», um valor abaixo do praticado pela administração<sup>388</sup>.

Por sua vez, as informações relativas aos preços da assinatura anual são consideravelmente mais detalhadas. A subscrição d'*A Esperança* principiou a 50 centavos que deveriam ser pagos antecipadamente, algo que, como se confirmou, raramente acontecia<sup>389</sup>. Porém, esse valor somente vigorou no primeiro ano (1919-1920), duplicando, para 1\$00 escudo, no primeiro número do segundo ano (de março de 1920)<sup>390</sup>. A justificação para tal aumento perdurou durante toda a existência da revista: o aumento do custo de produção ou o excessivo déficit da revista obrigavam ao incremento do preço das assinaturas. Nesta situação em concreto, a administração apontou o elevado custo do papel e a pretensão de manter a bimensalidade da revista como justificativas para o aumento da assinatura<sup>391</sup>. Porém, também reconheceu que «[o]s sacrifícios pedidos aos nos nossos assignantes, criam para a Redação d'esta Revista, gravíssimas responsabilidades», sendo necessário trabalhar afincadamente para produzir uma «obra de incalculavel alcance social, moral e religioso»<sup>392</sup>.

Contudo, ainda antes de acabar o ano, no número 19.º do segundo ano (de 1 de dezembro de 1920), o valor da assinatura duplicou novamente, para 2\$00 escudos<sup>393</sup>. Segundo a revista, tratou-se de um acréscimo «provisoriamente», implementando-o para fazer face às despesas da publicação<sup>394</sup>; um «provisoriamente» que perdurou

---

<sup>385</sup> *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, capa.

<sup>386</sup> *A Esperança*, 01-01-1924, ano 5.º, n.º 23, capa.

<sup>387</sup> Nótula sem título, 01-04-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

<sup>388</sup> «Expansão e amigos de "A Esperança"», 01-05-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 3, verso da capa.

<sup>389</sup> *A Esperança*, 01-03-1919, ano 1.º, n.º 1, capa.

<sup>390</sup> *A Esperança*, 03-1920, ano 2.º, n.º 1, capa.

<sup>391</sup> A Administração, 03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

<sup>392</sup> A Redação, 03-1920, «"A Esperança" a caminho do Progresso», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 2.

<sup>393</sup> *A Esperança*, 01-12-1920, ano 2.º, n.º 19, capa.

<sup>394</sup> «Chronica Madeirense», 01-12-1920, in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 19, verso da contracapa.

durante um ano e que no ano vindouro acabou por aumentar. Já as razões são as normalmente apontadas: contrapor o déficit gritante e o aumento inesperado do custo de produção<sup>395</sup>, ou então, o aumento do dispêndio com os correios, fundamentais para o envio de exemplares para os múltiplos assinantes residentes fora do arquipélago da Madeira<sup>396</sup>.

A partir do número 18 do terceiro ano (de 15 de novembro de 1921), o valor da assinatura foi atualizado. Desta vez, a administração introduziu duas alterações substanciais: 1.<sup>a</sup>) uma distinção entre «assinantes auxiliares» e «assinantes benfeitores»; e 2.<sup>a</sup>) a separação dos valores consoante o local de residência dos subscritores. No primeiro caso, depreende-se, dado que a revista nunca explicou a distinção, que o primeiro grupo de assinantes correspondeu aos subscritores regulares, enquanto os “benfeitores” seriam os mecenas do periódico<sup>397</sup>. A segunda mudança assentou numa clara e necessária diferenciação entre os assinantes residentes no arquipélago da Madeira, no dos Açores, em Portugal Continental, nas colónias portuguesas e em outros países. Aqui, implicou reconhecer que o custo dos correios para estes sítios era deveras distinto, sendo fundamental refletir esse valor extraordinário na própria assinatura. Assim, criou-se uma tabela de preços. Os assinantes auxiliares residentes no estrangeiro pagariam 5\$60 escudos por uma subscrição anual; um morador nas colónias necessitaria de desembolsar 4\$30 escudos; enquanto as assinaturas dos residentes no «Continente e Ilhas» custavam somente 3\$40 escudos. Por sua vez, seguindo as mesmas divisões geográficas, aos assinantes benfeitores foi cobrado 6\$00, 4\$50 e 3\$50 escudos, respetivamente<sup>398</sup>. Registe-se que a diferença entre as tipologias de subscritores foi somente de 40, 20 e 10 centavos, nos distintos casos.

Todavia, o valor da assinatura voltou a aumentar no primeiro número do quarto ano (de 1 de março de 1922). Os assinantes auxiliares residentes no estrangeiro, nas colónias e no continente e arquipélagos pagavam, respetivamente, 6\$00, 5\$00<sup>399</sup>

---

<sup>395</sup> «Queremos e Devemos Viver», 01-03-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 1, pp. 11-12.

<sup>396</sup> «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 15-04-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 4, contracapa.

<sup>397</sup> Não é fácil explicar o estabelecimento desta diferença entre assinantes. Registe-se que a «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», implementada desde 15 de março de 1921, uns meses antes, apresenta já os nomes dos subscritores que pagavam valores consideravelmente superiores ao estipulado, sendo recompensados com o reconhecimento público das suas ações. Será que esta foi uma tentativa de institucionalizar o mecenato? Ou uma forma de forçar assinantes mais possidentes a pagar subscrições mais elevadas, pelo receio de serem considerados, pelo menos pela administração e pelas suas redes de influência, como avarentos?

<sup>398</sup> *A Esperança*, 15-11-1921, ano 3.º, n.º 18, capa.

<sup>399</sup> Atente-se que, nos primeiros dois números do quarto ano (de março de 1922), o valor da assinatura dos assinantes auxiliares residentes nas colónias foi de 4\$50 escudos. Dada a comparação com o montante pago pelos benfeitores e com o que vigorou a partir do terceiro número, presume-se que se tenha tratado de um erro tipográfico, devendo constar 5\$00 escudos.



e 4\$00 escudos; enquanto aos benfeitores a subscrição custava 7\$00, 6\$00 e 5\$00 escudos<sup>400</sup>. Tratou-se de uma subida de entre 40 a 70 centavos, no caso dos assinantes auxiliares, e de entre 1\$ e 1\$50 escudos, no dos benfeitores, por comparação com o ano anterior, e de uma diferença de 1\$00 escudo entre os valores das subscrições entre auxiliares e benfeitores. A administração procurou justificar o aumento com a dimensão, a periodicidade e a qualidade da revista: «Socegue amigo leitor [que se queixara do aumento do preço] (oxala, pois, seja só um)... Em 1919 davamos-lhe 8 boas paginas de boa leitura, mas a nossa Revista era apenas mensal. Hoje "A Esperança" a instancias repetidas de muitos amigos nossos e da boa causa, da-lhe ora 22 ora 23 paginas de excelente, de deliciosa leitura, e isso não uma vez por mez, mas todos os 15 dias»<sup>401</sup>. O aumento dos gastos de produção levou à necessidade de se aumentar os valores das assinaturas mas, mesmo assim, a revista mantinha-se deficitária: «Queremos que a nossa "A Esperança" fique sempre popular, ao alcance dos leitores dos campos, mesmo dos pobresinhos. Por isso marcamos para esses menos favorecidos da fortuna 4\$000 (o que nos deixa, a nós, uma perca de 1\$950 rs. em cada assinatura), e para todos os outros 5\$000 [réis]»<sup>402</sup>.

Contudo, «[f]oi esse alto preço da assinatura que nos levou a adoptar as 2 edições diferentes para não perdermos os nossos assinantes»<sup>403</sup>. Com a divisão em duas edições, no primeiro número do quinto ano (de 1 de março de 1923), essa distinção ficou patente nos valores das assinaturas, eliminando-se as designações de «assinantes auxiliares» e «assinantes bemfeitores». Assim, a pequena edição, de 20 páginas, foi taxada a 5\$00 escudos; e a grande, de 28 páginas, a 10\$00 escudos<sup>404</sup>. Ainda o ano não acabara e, no número 22 (de 15 de janeiro de 1924), o custo de subscrição subira para 8\$50 e 20\$00 escudos, respetivamente para a pequena e a grande edição<sup>405</sup>. A cautela do primeiro número – «Não ousamos marcar mais de 5\$000 para a pequena edição e 10.000 para a grande edição para não ver fugir, sem Esperança, os desherdados da fortuna»<sup>406</sup> – deu lugar às necessidades, dado

---

<sup>400</sup> *A Esperança*, 01-04-1922, ano 4.º, n.º 3, capa.

<sup>401</sup> «!.. 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

<sup>402</sup> «!.. 5\$00! Cinco Escudos!?!...», 01-03-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, verso da capa.

<sup>403</sup> «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 15-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 24, verso da capa.

<sup>404</sup> *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, capa. A estes valores, os assinantes residentes nas colónias teriam de acrescentar 1\$20 escudos de selo, os de Espanha \$50 e os dos restantes países estrangeiros 4\$80 escudos, como se refere em «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

<sup>405</sup> *A Esperança*, 15-01-1924, ano 5.º, n.º 22, capa.

<sup>406</sup> «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

o aumento do preço do papel<sup>407</sup>. No início do ano seguinte, a administração d'*A Esperança* apresentou as contas aos assinantes que se queixavam do aumento dos preços: referiu que, em 1919, a revista era composta por «8 paginas mensais e pedia 500 rs por ano»; atualmente disponibilizava 56 páginas mensais e só pedia 20\$00 escudos. Mais, «ora como os jornais da Ilha pedem 15 vezes mais caro, devíamos pedir 52\$500, se também pedíssemos 15 vezes mais caro»<sup>408</sup>.

O preço estipulado de 8\$50 e de 20\$00 escudos manteve-se até ao número 17 do sexto ano (de 1 de novembro de 1924). Nesse mesmo número, alertou-se para o aumento das subscrições que ocorreria já no mês seguinte: «A Administração da nossa Revista não gosta de pedinchar. Só o faz quando a tanto o impelle a necessidade imperiosa, indeclinavel, o direito à vida, o medo d'uma morte pelo menos parcial. Mas n'este caso tambem não hesita. Julga que deve sujeitar o orgulho que se envergonha de pedir, á necessidade gloriosa de fazer o bem, á necessidade de fazer viver a nossa Revista para que continue a ser entre nós o apóstolo do Bem, da Verdade e do Belo»<sup>409</sup>. A administração informou ainda que cada exemplar de 20 páginas custava a produzir anualmente 19\$50 escudos e que só recebiam entre 8\$50 a 10\$00 escudos dos subscritores; já o volume de 28 páginas tinha um custo de 23\$50 escudos e recebiam somente 20\$00. Pelo déficit causado só na produção anual, a juntar a um caos financeiro de pelo menos seis anos, a administração viu-se na obrigação de aumentar ainda mais o valor da assinatura, taxando a pequena edição a 15\$00 escudos e a grande a 30\$00 escudos<sup>410</sup>. Uma alteração implementada logo no número seguinte e que duraria até ao fim, presume-se, da publicação<sup>411</sup>.

Como anotado anteriormente, a partir do nono ano (1927-1928), os valores da subscrição d'*A Esperança* deixaram de constar da capa ou do verso da capa da revista e foram integrados em metatextos esporádicos<sup>412</sup>. A única alteração registada deu-se no décimo ano, com um valor distinto respeitante à assinatura da grande edição para os residentes nos países estrangeiros (excluindo as colónias portuguesas). Para esses, o valor da subscrição seria de 40\$00 escudos, por contraposição com os 30\$00 que os assinantes do «Continente, Madeira, Açores e Ultramar» teriam de pagar

<sup>407</sup> «Crónica Madeirense», 01-02-1924, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 23, p. 380.

<sup>408</sup> «Para desfazer duvidas. Ser ou não ser», 01-03-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 1, p. 28. Atente-se que o articulista não está a contabilizar a capa, a contracapa e os seus versos, nas "oito" páginas.

<sup>409</sup> «O aumento do preço da assinatura», 01-11-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 17, verso da capa.

<sup>410</sup> «O aumento do preço da assinatura», 01-11-1924, in *A Esperança*, ano 6.º, n.º 17, verso da capa.

<sup>411</sup> *A Esperança*, 15-11-1924, ano 6.º, n.º 18, capa.

<sup>412</sup> Como em «Expediente», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, verso da capa e em «Expediente», 01-04-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 2, verso da contracapa.

anualmente<sup>413</sup>. Nesse pequeno registo, não constou o preço da edição pequena para os moradores no estrangeiro. O mesmo acontece na seguinte referência: «As condições de assinatura de “A Esperança” (edição maior) continuam a ser de 30\$00 para o Continente, Açores e Ultramar, e de 40\$00 para o Estrangeiro. A pequena edição custa 15\$00»<sup>414</sup>. Dadas estas faltas, não se tem a certeza de que esta edição fosse comercializada nos países estrangeiros.

Estes valores – 30\$00 e 40\$00 para a edição grande e 15\$00 para a pequena – repetem-se no ano seguinte, o 11.º (1929-1930) e no 14.º ano (1932-1933)<sup>415</sup>; e dada a inexistência de outras tabelas de preços ou de referências em metatextos, presume-se que terão sido estes os valores das subscrições nos restantes seis anos de publicação.

Contudo, é necessário atentar que além dos custos das assinaturas, outros, de menor monta, eram igualmente devidos à revista. O primeiro deles assenta no pagamentos de assinaturas em atrasos. Claramente, e isso é explícito, logo nos primeiros anos<sup>416</sup>, o valor em falta por exemplares recebidos d’*A Esperança* deveria ser ressarcido aquando dos pagamentos da assinatura corrente. Mais, foi a partir do número 18 do terceiro ano (de 15 de novembro de 1921) que se estabeleceu, na capa, que se deveria pagar uma taxa de atraso de 20 centavos<sup>417</sup>. Uma quantia que aumentou, no primeiro número do quinto ano (de 1 de março de 1923), para 50 centavos<sup>418</sup>.

Os assinantes residentes fora do arquipélago pagavam ainda um outro valor: o dos selos dos correios. A primeira referência a tal pagamento figurou no final do quarto ano (1922-1923), no qual se anotou que os residentes nos países estrangeiros deveriam pagar, além da assinatura de 10\$00 escudos, 4\$80 escudos de selo<sup>419</sup>. No princípio do quinto ano (1923-1924), destrinça-se os valores de 1\$20 escudos para os residentes das colónias portuguesas, \$50 centavos para os moradores em Espanha e 4\$80 para os habitantes de outros países<sup>420</sup>. Nesse mesmo ano, registou-se ainda

---

<sup>413</sup> Nótula sem título, 01-04-1923, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

<sup>414</sup> «Expediente», 01-02-1929, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 12, verso da capa.

<sup>415</sup> «Expediente», 01-03-1929, in *A Esperança*, ano 11.º, n.º 1, verso da capa e «É angustiosa a situação financeira de “A Esperança”», 01-09-1932, in *A Esperança*, ano 14.º, n.º 7, pp. 224 (suplemento) e verso da contracapa.

<sup>416</sup> Como por exemplo em *A Administração*, 03-1920, «Cronica Financeira», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 1, p. 6.

<sup>417</sup> *A Esperança*, 15-11-1921, ano 3.º, n.º 18, capa.

<sup>418</sup> *A Esperança*, 01-03-1923, ano 5.º, n.º 1, capa. Este valor deixou de constar do preçário d’*A Esperança* no número 22 do quinto ano (de 15 de janeiro de 1924).

<sup>419</sup> «Subscrição dos Amigos d’“A Esperança”», 15-02-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 24, verso da capa.

<sup>420</sup> «Subscrição dos Amigos d’“A Esperança”», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa.

o custo de 2\$50 escudos para os assinantes de Portugal Continental<sup>421</sup>; e no final do ano, no número 24 (de 1 de fevereiro de 1924), os montantes de 2\$00 e de 8\$00 escudos, para os assinantes das colónias e dos países estrangeiros<sup>422</sup>. Até ao nono ano (1927-1928) esse valor manteve-se, porém deixa de figurar no ano seguinte<sup>423</sup>.

A falta de estudos de cariz económico aprofundados, relativos ao arquipélago da Madeira, nas décadas de 1920-1930, dificulta a análise que se pretendia elaborar, contrapondo o custo de vida de um insular com o montante da assinatura anual da revista. Assim, é relevante atentar nos valores apresentados para Portugal, na sua generalidade, ainda que estes possam esconder idiossincrasias locais, as quais estão por investigar e descobrir.

Parece redundante anotar que o aumento, por vezes galopante, dos valores da venda avulsa ou das assinaturas esteve associado a dois fatores já apresentados anteriormente: a carestia de papel, que aumentou exponencialmente o preço desta matéria-prima e, por sua vez, o custo de produção da revista; e a inflação decorrente das consequências do pós-Primeira Guerra Mundial. José Manuel Ferraz calculou que os preços em 1925 foram 25 vezes superiores aos de 1914<sup>424</sup>. O mesmo autor apontou que o salário médio diário, nas áreas rurais, seria de 8\$50 escudos, em 1924<sup>425</sup>. Nesse mesmo ano, o valor da pequena edição seria de 8\$50 e o da grande de 20\$00 escudos anuais. Há, no entanto, que ter em conta que, segundo o dito investigador, «o ordenado diário de um trabalhador não chegava para comprar 1 kg de carne ou 1/2 kg de manteiga. Para comprar 1 l de leite gastava 18% do salário diário, 12 ovos, 60%, 1 kg de pão, 30%, 1 kg de arroz, 40%, e 1 kg de batatas, 20%»<sup>426</sup>. Ainda que os preços tenham reduzido nos anos seguintes até ao final da década de 1930, como parece demonstrar o custo de um quilograma de pão de trigo<sup>427</sup>, considera-se que o madeirense rural dificilmente conseguiria acumular tostões para, ao fim de um ano, pagar uma anuidade d'*A Esperança*. Este certamente recorreu ao empréstimo dos exemplares outorgados às chefias das dezenas da Obra de S. Francisco de Sales ou à leitura em voz alta por um qualquer pároco.

---

<sup>421</sup> «Subscrição dos Amigos d'“A Esperança”», 15-11-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 18, verso da contracapa.

<sup>422</sup> *A Esperança*, 01-02-1924, ano 5.º, n.º 23, capa.

<sup>423</sup> Como se nota em «Expediente», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, verso da capa e em Nótula sem título, 01-04-1923, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 2, verso da capa.

<sup>424</sup> FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

<sup>425</sup> FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

<sup>426</sup> FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», p. 465.

<sup>427</sup> PAIS *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos [...]», p. 469.

## O Público d'A Esperança

Retenha-se, desde logo, que não é possível apresentar uma imagem clara do leitor d'A *Esperança*. Os dados que o permitiriam fazer – género, idade, literacia, local de residência, etc. – não foram, pelo menos que se saiba, recolhidos pela administração, nem se possui uma lista de “leitores” / assinantes, além daquela que consta da “Subscrição dos Amigos d'A *Esperança*”, onde se registou o nome dos subscritores que contribuíam para a manutenção do periódico, além do preço tabelado. Essas listas permitem tecer alguns comentários; mormente possibilitam conhecer a proveniência, social e geográfica, de alguns assinantes, porém, são claramente inflacionadas, pois somente se encontrará os nomes daqueles que tinham maiores posses, logo pessoas de uma classe social, por motivos económicos, culturais e religiosos, mais elevada.

De igual modo, é difícil conhecer quantas pessoas / residências assinavam A *Esperança*. A revista apresentou estes quantitativos esporadicamente (no quarto e quinto ano, 1922-1924) e não se sabe da imparcialidade desses valores, dado que era possível empolar o número, procurando demonstrar aos leitores que esta seria mais lida do que verdadeiramente o era. Registe-se, todavia, que a publicação afirmou sempre conseguir manter e procurar aumentar o número de assinantes. Por exemplo, no final do segundo ano (1920-1921), a administração asseverou que, apesar do aumento dos valores das assinaturas, os subscritores haviam permanecido<sup>428</sup>; ou no número 19 do sétimo ano (de 1 de dezembro de 1925), com o pedido que todos os católicos cumprissem o seu dever para com a Boa Imprensa, auxiliando a revista com qualquer importância monetária, para debelar o *deficit* que a afligia, e que conseguissem novos assinantes<sup>429</sup>.

Como referido, as informações relativas ao número concreto de assinantes figuram somente no quarto e quinto ano de publicação (1922-1924), o que as torna exíguas para se poder avaliar os quantitativos reais dos restantes anos. Logo no primeiro número do quarto ano (de 1 de março de 1922), informavam-se os leitores que o número de assinantes duplicara desde 1919<sup>430</sup>. Passados sete números (em junho de 1922), concretizou-se o dito valor: assinavam A *Esperança* 1400 pessoas; 840 tinham cumprido a sua obrigação e pagado a subscrição anual, enquanto 560 estavam

---

<sup>428</sup> «Chronica Madeirense», 01-01-1921, in A *Esperança*, ano 2.º, n.º 21, verso da contracapa.

<sup>429</sup> «Crónica Madeirense», 01-12-1925, in A *Esperança*, ano 7.º, n.º 19, p. 299.

<sup>430</sup> «O Nosso Anniversario», 01-03-1922, in A *Esperança*, ano 4.º, n.º 1, p. 5.

em falta<sup>431</sup>. Em outubro, esse cálculo era já de 1390, com 339 faltosos e 1051 assíduos nos pagamentos das assinaturas<sup>432</sup>. No quinto ano (1923-1924), os quantitativos apresentavam-se truncados, registando-se somente o número de assinantes que haviam pagado a assinatura: em maio de 1923, contabilizavam-se 501 assinantes<sup>433</sup>; enquanto em setembro, tal número ascendia apenas a 942 subscritores<sup>434</sup>. A fiar no valor do ano anterior, de 1390 assinaturas, questiona-se se os restantes 448 indivíduos / moradias permaneceram como assinantes.

Como referido, torna-se complicado caracterizar o público da revista. Esta parece ter noção de que a sua disseminação seria superior pelas diversas associações católicas do arquipélago da Madeira, algumas das quais estavam sob a alçada dos lazaristas:

«Porventura, a maioria dos leitores d'esta modesta Revista, será constituída pelos membros de varias Associações catolicas que se encontram organisadas nesta Ilha da Madeira, e que visam ou a defender e conservar a Fé, como a Obra de S. Francisco de Sales, ou procuram introduzir em todas as camadas sociaes a influencia salutar, purificadora e redemptora da doutrina de Jesus-Christo, como a Liga d'Acção Social Christã, ou levam principalmente em vista a sanctificação pessoal, como a Associação das Filhas de Maria, ou finalmente escolheram para campo da sua acção o tugurio do pobre e do doente, afim de lhe mitigar a miseria e o sofrimento, como os membros tão benemeritos das Conferencias de São Vicente de Paulo e da Associação das Damas de Caridade».<sup>435</sup>

Reportando-se ao género, *A Esperança* relevou consciência que parte do seu público seria feminino, mas que pretendia agradar igualmente ao público masculino, caso este lesse a revista<sup>436</sup>. No primeiro número do oitavo ano (de 1 de março de 1926), registou-se:

«Nos primeiros anos da existencia da nossa Revista quando se pedia a um cidadão *semi-religioso* do Funchal que se dignasse assinar "A Esperança", recebia-se a miude a resposta desdenhosa que não se interessava por uma publicação religiosa que não tratava senão

---

<sup>431</sup> «Subscrição dos amigos d'"A Esperança"», 01-06-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 7, verso da capa.

<sup>432</sup> «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 01-10-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 15, verso da contracapa. Este valor foi confirmado, mais tarde, em «Cronica Madeirense», 15-11-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 18, p. 412.

<sup>433</sup> «A Questão Financeira d'"A Esperança"», 01-05-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 5, verso da contracapa.

<sup>434</sup> «Subscrição dos Amigos d'"A Esperança"», 15-09-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 14, contracapa.

<sup>435</sup> Miles Christi, 15-09-1920, «Aos Prestimosos Membros das Associações Catolicas», in *A Esperança*, ano 2.º, n.º 14, p. 108.

<sup>436</sup> Retenha-se, ainda, o que se escreveu aquando da publicidade, sobre esta não ter uma vertente feminina, associada ao lar, nem completamente masculina, com anúncios sobre tabaco, automobilismo e gravatas.

de devoções e de notícias religiosas. E quando se insistia, recebia-se por vezes um “*pois sim*” muito condescendente e um tanto aborrecido e acrescentava-se: “*então será para minha mulher, que eu não preciso d’estas coisas*”.

Hoje felizmente os ventos mudaram.

Esses mesmos homens que fallavam assim, hoje em dia depois de ter lido quasi constantemente “A Esperança” interessam-se deveras por ela e muito prazenteiramente pagam a sua assinatura quasi pelo dobro com palavras de elogio para nós[.] É que viram a largueza da nossa orientação religiosa e social, admiraram o valor doutrinario e literario de muitos dos nossos artigos e se deixaram assim ganhar por uma secreta simpatia por nos»<sup>437</sup>.

No que concerne à literacia, os editores da revista eram conscientes da sua difícil tarefa. A taxa de analfabetismo era elevada e, em 1920, segundo José Manuel Ferraz, 64% da população não saberia ler nem escrever. Uma percentagem que se assemelha à da população que trabalhava na agricultura<sup>438</sup>. Paulo Alves fez o mesmo reparo, alegando, no entanto, que os párocos e demais eclesiásticos e os restantes católicos letrados das povoações eram incentivados a fomentar a leitura coletiva, em voz alta, de jornais e livros recomendados pela Igreja<sup>439</sup>. Henri Janssen tinha igual noção destas realidades ao reportar-se às modalidades de leitura d’A *Esperança*: «Apenas queremos salientar aqui que muitos dos que nos leem, oralmente ou por escripto, renderam homenagem á isenção e nobreza das nossas intenções, e reconheceram o real valor da nossa publicação»<sup>440</sup>.

Claramente, os editores teriam conhecimento da quantidade de analfabetos residentes no arquipélago, pelo que se espantam com a quantidade de assinantes: «a exiguidade do meio e o grande numero de analfabetos na Madeira, e o grande número d’aquelles que apênas sabem ler um unico livro, o seu livro de Missa, e o grande número d’aquelles que d’este unico livro, sabem apenas soletrar e quasi decorar o texto da Missa»<sup>441</sup>. Porém, estão conscientes da necessidade da sua função igualmente nas cidades, junto da elite, pelo que refletem:

«A nossa tarefa é difficilima. Cada vez mais o sentimos. E torna-se mais difficil ainda, se atender-mos a que a nossa Revista tanto entra na Biblioteca do Intellectual, como é lida

---

<sup>437</sup> «Echos da Vida de “A Esperança”», 01-03-1926, in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 9, itálicos no original.

<sup>438</sup> FERRAZ, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República [...]», pp. 459-460.

<sup>439</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 117.

<sup>440</sup> Miles Christi, 01-03-1926, «O Oitavo Aniversario de “A Esperança”. O Nosso Fim», in *A Esperança*, ano 8.º, n.º 1, p. 5.

<sup>441</sup> «O Nosso Anniversario», 01-03-1922, in *A Esperança*, ano 4.º, n.º 1, p. 5.

nas cosinhas fumentas dos trabalhadores dos campos. Satisfazer a uns e a outros é um problema de bem custosa solução. [/] Talvez d'impossível solução. Estabelecer um certo equilíbrio entre as duas classes – eis a questão fundamental. Tê-lo-hemos conseguido?»<sup>442</sup>.

Em relação à distribuição geográfica dos leitores, é interessante registar a dispersão da revista. Na seção dos «Amigos» d'*A Esperança* foram nomeados assinantes residentes na Europa (Bélgica, França, Países Baixos e Reino Unido), América (Argentina, Brasil, Guiana Britânica e Estados Unidos da América) e África (África do Sul, Angola e Tunísia), e fez-se ainda referência à necessidade de selos para Espanha e à permuta com a *Gaceta de Tenerife*<sup>443</sup>. Em território português, aludiu-se a subscritores de Angra, Coimbra, Felgueiras, Lisboa, Reguengos, Rio Maior e Sesimbra.

Paulo Alves apontou que a decisão de circunscrever periódicos a uma determinada região (paróquia, diocese, arquidiocese) era muitas vezes percecionada como um «acto de venda seguro»<sup>444</sup>. Na verdade, a maioria dos assinantes residiria, naturalmente, no arquipélago da Madeira. São nomeados, na lista de benfeitores da revista, diversos eclesiásticos de múltiplas freguesias. Logo no primeiro ano, a administração relatou que em todas as freguesias rurais da ilha se encontravam assinaturas ainda por cumprir, solicitando aos párocos que incitassem os seus fiéis a pagar os valores devidos<sup>445</sup>; já no número 15 do terceiro ano (de 1 de outubro de 1921) se registou a existência de 39 assinantes moradores no Porto Santo<sup>446</sup>.

No estado presente desta investigação, revelou-se impossível traçar, com toda a certeza, linhas de força relativas ao público da revista. É, assim, necessário, acreditar nos seus editores e administradores, no seu ideal de abranger um público heterogéneo suscetível de receber a mensagem católica e de melhorar os seus comportamentos, pois «a nossa Revista vai ás mãos dum publico formado dos mais diversos elementos, cultos e incultos, do povo das vilas e aldeias sem habitos de leitura, e da população das cidades que naturalmente lê de tudo, bom e mau, e até de crentes e descrentes. [/] *A Esperança*, humilde como é, alastra-se num grande meio»<sup>447</sup>.

---

<sup>442</sup> «Como se passou mais um ano», 01-03-1927, in *A Esperança*, ano 9.º, n.º 1, p. 3.

<sup>443</sup> Veja-se «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 01-03-1923, in *A Esperança*, ano 5.º, n.º 1, verso da capa e «Crónica Madeirense», 15-01-1923, in *A Esperança*, ano 4.º, n.ºs 21-22, p. 497, respetivamente.

<sup>444</sup> ALVES, 2012, *A imprensa católica na Primeira República* [...], p. 191.

<sup>445</sup> «Aviso», 01-1920, in *A Esperança*, ano 1.º, n.º 11, verso da contracapa.

<sup>446</sup> «Subscrição dos Amigos d'«A Esperança»», 01-10-1921, in *A Esperança*, ano 3.º, n.º 15, verso da capa.

<sup>447</sup> «Mais um ano de trabalhos», 01-03-1928, in *A Esperança*, ano 10.º, n.º 1, p. 2.



O presente capítulo encerra o estudo da materialização d'*A Esperança*. A análise das modalidades de aquisição, da evolução dos preços e do fraco poder de compra das populações durante as décadas de 1920 e de 1930, e do público heterogéneo da revista. Tal abordagem permite conhecer a vida da revista de forma externa, pensando naqueles que a recebiam e não nos que a produziam.

### **Em Jeito de Introito**

Não cumpre aqui, no término deste artigo, elaborar qualquer tipo de conclusões gerais. O relatado ao longo dos capítulos anteriores pouco permite declarar inferências sobre a imprensa na Madeira durante o século XX, ou mesmo sobre a imprensa católica no mesmo período e espaço.

Todavia, essa falta adequa-se ao propósito deste texto: este artigo pretende servir de introito, e nada mais. Introito a outras investigações sobre a própria *A Esperança* – que se espera poder lançar nos próximos números da revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série – mas, igualmente, investigações sobre a imprensa na Madeira, sobre a História da Madeira através da imprensa, sobre as organizações religiosas existentes no arquipélago durante o século XX, sobre as personalidades aqui referidas e o seu papel cultural, educativo e social. Serve, assim, de uma introdução extensa, complexa e multifacetada, sobre uma publicação periódica ainda pouco estudada, com o único propósito de a caracterizar e de reconstituir parte da sua historicidade.

A análise elaborada passou por conhecer o processo de fundação, discriminando os múltiplos fatores que promoveram a constituição de um novo periódico, para depois se implementar preceitos metodológicos já implementados em múltiplos estudos que permitissem compreender a materialização e a evolução d'*A Esperança*. Esses ditames levaram ao estudo da publicação através da sua equipa produtora – diretores, editores e proprietário –, a aspetos materiais da revista – observando-a na qualidade de objeto em constante mudança –, e à própria receção – através dos mecanismos de difusão das publicações. Estas abordagens permitem, facilmente, a reprodutividade, analisando-se outros periódicos com base nos mesmo parâmetros, tal como Paulo Alves fez para a imprensa católica de Portugal Continental e José Paulo Machado para os Açores. Exorta-se outros investigadores a proceder a esse estudo ou a elaborar estudos comparativos. Esses, sim, que tragam profícuas e alicerçadas conclusões.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira (ABM), Carlos Maria dos Santos, cx. 18, n.º 22, n.º de inventário CMS/198; cx. 18, n.º 26, n.º de inventário CMS/383; cx. 18, n.º 26, n.º de inventário CMS/390; cx. 18, n.º 28, n.º de inventário CMS/197.

ABM, Luís Marino, cx. 4, n.º 8, *Panorama Literário do Arquipélago da Madeira*, vol. 8 (letras P, Q e R).

ABM, Museu de Fotografia da Madeira – Atelier Vicente's, Perestrellos Photographos, cx. 25, n.º 2, n.º de inventário PER/132.

### Fontes Impressas

*A Boa Nova*, Funchal, 1912.

*A Esperança*, Funchal, 1914.

*A Esperança*, Funchal, 1919-1938.

*A Luz*, Funchal, 1919.

ABREU, Luís Machado, 2010, «A Congregação da Missão na Madeira (Lazaristas) – “Da Nossa Ida e Vinda da Ilha da Madeira” (Documento Inédito)», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, volume antezero, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 51-61.

*Bíblia Sagrada*, 2015, Fátima, Difusora Bíblica.

*Boletim Eclesiástico da Madeira*, Funchal, 1912-1919.

*Diário da Madeira*, Funchal, 1937.

*Diário do Governo*, Lisboa, 1920.

*Esperança*, Funchal, 1907-1910.

LEÃO XIII, 1882, «Cognita Nobis», in *Acta Sanctae Sedis, in Compendium Opportune Redacta et Illustrata*, vol. XIV, pp. 289-291.

LEÃO XIII, 1886-1887 (1886), «Pergrata Nobis», in *Acta Sanctae Sedis, in Compendium Opportune Redacta et Illustrata*, vol. XIX, pp. 209-215.

LEÃO XIII, 1890-1891 (1890), «Dall'Alto Dell'Apostolico Seggio», in *Acta Sanctae Sedis, in Compendium Opportune Redacta et Illustrata*, vol. XXIII, pp. 193-206.

LEÃO XIII, s.d. (1882), «Etsi Nos», in *Actes de León XIII. Encycliques, Motu Proprio, Brefs, Allocutions, Actes des Dicastères, etc.*, tomo VII, Paris, Maison de la Bonne Presse, pp. 26-43.

- LEÃO XIII, s.d. (1891), «Pastoralis Vigilantiae», in *Lettres Apostoliques de S. S. Léon XIII*, tomo III, Paris, A. Roger et F. Chernoviz Éditeurs, pp. 72-83.
- LEÃO XIII, s.d., «León XIII et la Presse d'après ses lettres et actes publics», in *Actes de León XIII. Encycliques, Motu Proprio, Brefs, Allocutions, Actes des Dicastères, etc.*, tomo VII, Paris, Maison de la Bonne Presse, pp. 251-268.
- PIO IX, 1849, «Nostis et Nobiscum», in *Papal Encyclicals Online*, disponível em <http://tinyurl.com/yhrtun2b>, consultado em 12-01-2024.
- TRIGO, Adriano A. & TRIGO, Annibal A., 1910, *Roteiro e Guia do Funchal*, Funchal, Typographia Esperança.

## Bibliografia

- ABREU, Luís Machado de, 2015, «Presença de Lazaristas na formação do Clero Madeirense», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidades*, vol. I, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 733-744.
- ALBERT, Pierre, 1988, «L'histoire de la presse: besoins et problèmes», in *Gazette des Archives*, n.º 140, pp. 14-18, DOI: 10.3406/gazar.1988.3890.
- ALMADA, Carlos Ismael Faria, 2017, *O ministério de D. Manuel Agostinho Barreto, bispo do Funchal (1876-1911). A reorganização religiosa na segunda metade do século XIX*, Dissertação de Mestrado em Teologia, Lisboa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.
- ALVES, Graça Maria Nóbrega, 2019, «Almada, Abel», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 338-339.
- ALVES, Paulo Bruno Pereira Paiva, 2012, *A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*, Tese de Doutoramento em Letras, área da Ciência da Comunicação, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALVES, Paulo Bruno, 2021, «A Ação de Combate da Imprensa Católica na Primeira República (1910-1926): Um olhar sobre a “guerra religiosa” em que mergulhou o país», in BAPTISTA, Carla; SOUSA, Jorge Pedro & AZEVEDO, Celiana (coord.), *Para uma História do Jornalismo em Portugal*, vol. II, Lisboa, ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA, pp. 143-155, DOI: 10.34619/tv6x-rwhm.
- BARRETO, José, 1981, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (I)», in *Análise Social*, vol. XVII, n.º 66, pp. 253-291.

- BARRETO, José, 1982, «Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)», in *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 70, pp. 183-212.
- BARROS, Fátima & SANTOS, Marisa (coord.), 2007, *Terra de jornais. A imprensa pontassolense, 1909-1923*, s.l., Câmara Municipal da Ponta do Sol, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direção Regional dos Assuntos Culturais e Arquivo Regional da Madeira.
- BARROS, José D'Assunção, 2021, «Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica», in *Revista Portuguesa de História*, tomo 52, pp. 397-419, DOI: 10.14195/0840-4147\_52\_17.
- BARROS, José D'Assunção, 2022, «Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrónica e diacrónica», in *História Unisinos*, vol. 26, n.º 3, pp. 588-604, DOI: 10.4013/hist.2022.263.15.
- CAETANO, Padre João Vieira (autor) & PITA, Gabriel de Jesus (organização, introdução e notas), 2007, *Notas Históricas e outras Estórias da Ponta do Sol*, Funchal, Editorial Eco do Funchal.
- CAMACHO, Élvio, 2016, «França, João», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/45c57hdt>, consultado em 03-01-2023.
- CARMO, Octávio, 2020, «Imprensa Católica», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/4eesu9dx>, consultado em 03-01-2023.
- CASTRO, Fernanda de, 2016, «Periódicos Literários (sécs. XIX e XX)», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/tdsmpdfy>, consultado em 03-01-2023.
- Centenário do Hospício da Princesa Dona Maria Amélia – Funchal 1862-1962*, 1962, Lisboa, s.n.
- CLARK, Christopher & KAISER, Wolfram, 2003, «Introduction. The European Culture Wars», in CLARK, Christopher & KAISER, Wolfram (ed.), *Culture Wars. Secular-Catholic Conflict in Nineteenth-Century Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-10.
- CLODE, Luiz Peter, [1984], *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses. Sécs. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal.
- COELHO, Francisco Senra, 2015, «D. Manuel Agostinho Barreto. O homem e o seu tempo», in FRANCO, José Eduardo & COSTA, João Paulo Oliveira e (dir.), *Diocese do Funchal – A Primeira Diocese Global: História, Cultura e Espiritualidades*, vol. II, Funchal, Diocese do Funchal, pp. 577-606.
- CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, 2007, «Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa», in *Projeto História*, n.º 35, pp. 253-270.

- DACIANO, Bertino, 1953, «Feliciano Soares (1886-1952)», in *Gazeta Literária*, n.º 5, 6-7 e 8, separata com numeração própria.
- FERRAZ, José Manuel, 1975, «O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República (1910-26)», in *Análise Social*, vol. XI, n.º 42-43, pp. 454-471.
- FLORENÇA, Teresa, 2010, «Imprensa republicana madeirense. 1880-1926», in *República e Republicanos na Madeira, 1880-1926*, Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura e Centro de Estudos de História do Atlântico, pp. 490-544.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira & FERREIRA, Nuno Estêvão, 2022, «A I Guerra Mundial na imprensa católica: o caso da *Liberdade*», in *Lusitania Sacra*, n.º 46, pp. 61-100.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira, 2000, «Imprensa Católica», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 423-429.
- FONTES, Paulo F. de Oliveira, 2000, «O catolicismo português no século XX: da separação à democracia», in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 129-351.
- FOUILLOUX, Étienne, 1997, «Intellectuels Catholiques? Réflexions sur une naissance différée», in *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, n.º 53, pp. 13-24.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização», in *Revista Portuguesa de História*, tomo 46, pp. 369-389, DOI: 10.14195/0870-4147\_46\_19.
- GOMES, Jesué Pinharanda, 1987-1988, «O Pensamento Teológico Contemporâneo em Portugal», in *Theologica*, vols. XXII-XXIII, fascs. 1-4, pp. 333-435.
- GOMES, Sílvia G., 2016, «Santos, Jaime Vieira dos», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/3zczsxux>, consultado em 03-01-2023.
- GUERREIRO, Jacinto Salvador, 1998, «A Imprensa Católica no Século XX em Portugal: Apresentação de um projecto», in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 10, pp. 383-388.
- GUIMARÃES, Bráulio de Sousa, 2017-2018, *Apontamentos para a História da Província Portuguesa da Congregação da Missão*, 3 vols., Lisboa, Esfera do Caos.
- GUNZBERG, Lynn M., 1992, *Strangers at Home. Jews in the Italian Literary Imagination*, Berkeley, University of California Press.
- HOFFMANN, B. & PIEPER, J., 1967, «Espérance», in FRIES, H. (dir.), *Encyclopédie de la Foi*, tomo II, Paris, Éditions du CERF, pp. 9-18.
- JANES, Emanuel, 1996, «Cerejeira na Madeira: As Conferências de Acção Social 1924», in *Islenha*, n.º 19, pp. 139-146.

- LEMOS, Mário Matos e, 2020, «1931 – A Imprensa dos Revoltosos – Madeira, Açores e Guiné», in BAPTISTA, Carla & SOUSA, Jorge Pedro (org.), *Para uma História do Jornalismo em Portugal*, Lisboa, ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA, pp. 137-160.
- MACHADO, José Paulo Fernandes de Oliveira, 2017, *A Imprensa Católica nos Açores: Do início do século XX ao Concílio Plenário Português*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- MATA, Eugénia & VALÉRIO, Nuno, 1994, *História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito, 2010, *A «Guerra Religiosa» na I República*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- NETO, Vítor, 2010, «A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade», in ROSAS, Fernando & ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, pp. 129-148.
- OLIVEIRA, A. Lopes de, 1969, *Arquipélago da Madeira. Epopeia Humana*, Braga, Editora Pax.
- PAIS, José Machado *et al.*, 1976, «Elementos para a história do fascismo nos campos: A “Campanha do Trigo”: 1928-38 (I)», in *Análise Social*, vol. XII, n.º 46, pp. 400-474.
- PITA, Gabriel de Jesus, 1985, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época (1924-1926)», in *Atlântico*, n.º 3, pp. 194-208.
- PITA, Gabriel de Jesus, 1986, «Decadência e Queda da Primeira República analisada na Imprensa Madeirense da Época. 1924-1926 (2.<sup>a</sup> e última parte)», in *Atlântico*, n.º 5, pp. 37-50.
- PITA, Gabriel de Jesus, 2013, «A Questão Religiosa na Primeira República: Repercussões na Madeira», in *Isleña*, n.º 52, pp. 101-120.
- PITA, Gabriel, 2019, «Ação Católica», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 19-41.
- PITA, Gabriel, 2019, «Araújo, Juvenal Henriques de», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 554-556.
- PORTO DA CRUZ, Visconde do, 1953, *Notas & Comentários para a História Literária da Madeira*, vol. III – 3.º Período – 1910-1952, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.
- RODRIGUES, Ana Salgueiro, 2008, «Olhando sobre a *Margem*: notas acerca de uma revista cultural (Funchal, 1981-2008)», in *Margem 2*, n.º 25, pp. 141-161.

- RODRIGUES, Manuel Augusto, 1980, «Problemática Religiosa em Portugal no Século XIX, no Contexto Europeu», in *Análise Social*, vol. XVI, n.ºs 61-62, pp. 407-428.
- RUIZ ACOSTA, María José, 1999, «El Despegue de la “Buena Prensa” y el *Correo de Andalucía* en la Sevilla de comienzos del siglo XX», in *Ámbitos*, n.º 2, pp. 229-240.
- SÁNCHEZ SÁNCHEZ, Isidro, 2005, «El Pan de los Fuertes. La “Buena Prensa” en España», in DE LA CUEVA MERINO, Julio & LÓPEZ VILLAVERDE, Ángel Luis (coord.), *Clericalismo y Asociacionismo Católico en España: De la Restauración a la Transición. Un siglo entre el palio y el consiliario*, Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 51-105.
- SANTOS, Cláudia Cristina Ponte, 2012, *A Revista Atlântico (1985-1989): do Suporte Impresso ao Digital – Construção de uma Base de Dados Bibliográfica*, Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural, Funchal, Universidade da Madeira.
- SANTOS, Filipe dos, 2022, «Atlântico, revista», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 9-11.
- SEABRA, João, 2009, *O Estado e a Igreja em Portugal no Início do Século XX – A Lei da Separação de 1911*, Cascais, Principia.
- SILVA, Amaro Carvalho da, 2022, «Percurso e conflitos no catolicismo político e seu confronto com a sociedade liberal: a organização de um partido católico (1890-1913)», in *Lusitania Sacra*, n.º 46, pp. 61-100.
- SILVA, Ana Isabel Marques da, 2017, «Silva, António Marques da», in *Aprender Madeira*, disponível em <http://tinyurl.com/3rvrx5x5>, consultado em 03-01-2023.
- SILVA, Luís Eduardo Nicolau Marques da, 2016, *De Hintze a Afonso Costa. O fenómeno (anti)clerical na imprensa madeirense (1901-1910)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Regionais e Locais, Funchal, Universidade da Madeira.
- SILVA, Paulo Sérgio Cunha da, 2012, *D. António Manuel Pereira Ribeiro, bispo do Funchal (1915-1957). Igreja e sociedade nos inícios do século XX no Funchal*, Dissertação de Mestrado em Teologia, Lisboa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.
- SMITH, Denis Mack, 1997, *Modern Italy: A Political History*, New Haven, Yale University Press.
- SOUSA, Andreia, 2020, «Jornal da Madeira disponível na plataforma de pesquisa de bibliotecas», in *ABM*, disponível em <http://tinyurl.com/bdf9azsx>, consultado em 17-02-2023.

- SOUSA, Luís Filipe Marques de, 2010, «A Diocese do Algarve e a Implantação da República. A Questão Religiosa e a Lei da Separação das Igrejas do Estado através do Boletim do Algarve (1911-1912)», comunicação apresentada em *I República e Republicanismo. Congresso Histórico Internacional*, disponível em <http://tinyurl.com/hnaaxhcw>, consultado em 17-02-2023.
- TACCHI, Francesco, 2017, «“La propaganda dell’errore non si combatte se nom mediante la propagazione della verità”. L’Opera Nazionale per la Buona Stampa e la Grande Guerra (1915-1918)», in *Rivista di Storia del Cristianesimo*, vol. 14, n.º 1, pp. 165-190.
- TRINDADE, Cristina & PAOLINELLI, Luísa M. Antunes, 2019, «Andrade, Maria da Conceição Homem de Gouveia e Sousa de», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 1, Lisboa, Theya Editores, pp. 446-447.
- TRINDADE, Cristina & PAOLINELLI, Luísa M. Antunes, 2022, «Branco, Maria Tereza Castro Leal de Freitas», in FRANCO, José Eduardo (dir.), *Madeira Global. Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira*, vol. 2, Lisboa, Theya Editores, pp. 547-548.
- VERÍSSIMO, Nelson, 1994, «Sebastião Pestana», in *Girão*, vol. II, n.º 12, pp. 5-8.
- WILHELM, Eberhard Axel, 2011, «O Ataque de um Submarino Alemão ao Porto do Funchal, em 1916», in *Islenha*, n.º 48, pp. 97-119.
- ZICMAN, Renée Barata, 1985, «História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas», in *Projeto História*, vol. 4, pp. 89-102.



## **Recrutamento de Madeirenses para o Colonato do Limpopo (Moçambique) entre 1960 e 1962<sup>1</sup>**

### Recruitment of Madeirans to the Limpopo Colony (Mozambique) between 1960 and 1962

*Odete Mendonça Henriques Souto*<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Este artigo lança luz sobre o recrutamento de colonos madeirenses para o colonato do Limpopo, em Moçambique, entre 1960 e 1962.

A metodologia empregue envolveu a análise de documentos oficiais do Arquivo e Biblioteca da Madeira, imprensa regional, fotografias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino e bibliografia especializada.

Os resultados revelam que um significativo número de 580 indivíduos, distribuídos por 82 famílias, foram selecionados para a colonização do vale do Limpopo, no espaço de apenas três anos. O concelho de Santana foi o que mais contribuiu com colonos.

Este estudo conclui que a Madeira desempenhou um papel relevante na história do povoamento português na região do Limpopo, Moçambique, contribuindo significativamente para o projeto de colonização e deixando uma herança cultural duradoura, que continua a influenciar a vida e a economia locais.

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de expressar a nossa profunda gratidão ao Prof. Doutor Fernando Tavares Pimenta, não apenas pela leitura atenta e cuidadosa deste trabalho, mas também pelas valiosas sugestões que contribuíram para a sua melhoria. Importa salientar que somos os únicos responsáveis pelo conteúdo apresentado.

<sup>2</sup> Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Mestre em Relações Interculturais e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Aberta. Tem desenvolvido trabalhos de investigação incidentes sobre a emigração madeirense no passado recente (século XX) até à atualidade, tendo alguns artigos publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série. Tem como principais áreas de investigação: migrações; identidades sociais, culturais e diversidades; relações interculturais; transnacionalismo; integração e transformação social. Endereço eletrónico: [odete.mh.souto@madeira.gov.pt](mailto:odete.mh.souto@madeira.gov.pt).

Com este trabalho adicionamos um contributo à compreensão da história da Madeira e do período colonial português.

**Palavras-chave:** Colonização; Colonato do Limpopo; Colonos Madeirenses.

### **Abstract**

This article sheds light on the recruitment of settlers from Madeira for the Limpopo settlement in Mozambique, between 1960 and 1962. The methodology employed involved the analysis of official documents from the Madeira Archives and Library (Arquivo e Biblioteca da Madeira), regional press, photographs from the National Archive Torre do Tombo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) and the Overseas Historical Archives (Arquivo Histórico Ultramarino), and specialized bibliography.

The results reveal that a significant number of 580 individuals, distributed among 82 families, were selected for the colonization of the Limpopo valley in just three years. The municipality of Santana was the one which sent the most quantity of settlers. This study concludes that Madeira played a significant role in the history of Portuguese settlement in the Limpopo region, Mozambique, contributing significantly to the colonization project and leaving a lasting cultural heritage, which continues to influence local life and economy. With this work, we add a contribution to the understanding of the history of Madeira and the Portuguese colonial period.

**Keywords:** Colonization; Limpopo Colony; Settlers from Madeira.

## **Introdução**

Este artigo investiga o papel da ilha da Madeira no recrutamento de colonos para o colonato do Limpopo, em Moçambique, entre 1960 e 1962.

Através de uma análise metódica de documentos históricos, imprensa regional e registos fotográficos, bem como a revisão de literatura especializada, este estudo destaca o papel crucial da ilha da Madeira como fonte de colonos e o envolvimento direto do Estado português no processo de povoamento agrário.

O trabalho é dividido em duas partes: a primeira parte contextualiza o tema dentro do panorama histórico e político da época, enquanto a segunda parte apresenta e analisa os dados recolhidos, revelando as dinâmicas e os resultados do processo de colonização.

## **1. A Política de Povoamento Português e os Planos de Fomento**

A política de povoamento português em África, que começou no século XV, foi inicialmente focada no comércio costeiro de escravos e especiarias<sup>3</sup>. A colonização intensificou-se nos séculos XIX e XX, impulsionada por interesses financeiros, políticos e ideológicos, incluindo a exploração de recursos e a disseminação da cultura e religião portuguesas<sup>4</sup>. No entanto, até meados do século XX, houve pouca ação política efetiva em relação ao povoamento branco de Angola e Moçambique, com exceção da fundação de Moçâmedes e do Lubango<sup>5</sup>.

Em 1884, o governo português fez uma tentativa de incentivar a migração para África, assumindo todas as despesas para os indivíduos que quisessem mudar-se para lá. Contudo, o número de inscrições foi baixo, exceto na Madeira<sup>6</sup>. Foram os colonos que se estabeleceram no Planalto da Huíla, em Angola<sup>7</sup>.

Em 1890, após o Ultimato britânico, portugueses mal preparados foram enviados para Angola e Moçambique, o que resultou em expulsões e desprestígio para Portugal<sup>8</sup>.

A partir do ato colonial de 1930<sup>9</sup>, o Estado Novo português procurou criar uma imagem imperial que unisse o país em defesa das colónias. No entanto, não promovia a livre circulação, mas sim uma migração especializada<sup>10</sup>.

De acordo com Fernando Tavares Pimenta<sup>11</sup>, a reforma colonial não atendia às aspirações das elites coloniais, que queriam mais descentralização e participação. Além disso, a política económica de Salazar, que favorecia os interesses metropolitanos, agravava o descontentamento dos colonos.

Genipro de Eça D'Almeida<sup>12</sup> foi uma das vozes que se opôs à política colonial do Estado Novo. Ele defendeu a colonização oficial como essencial para fornecer às colónias o número de pessoas de que precisavam.

---

<sup>3</sup> MARQUES, 2009, *Breve História de Portugal*, pp. 201-249.

<sup>4</sup> Sobre dominação colonial em África, ver BOAHEN *et al.*, 1985, *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination 1880-1935*.

<sup>5</sup> CASTELO, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», pp. 410-411.

<sup>6</sup> BASTOS, 2011, «Ilhas, Planaltos e Travessias: Os fluxos [...]», p. 192.

<sup>7</sup> PIMENTA, 2023, «“Nova Madeira”? Notas e Reflexões para o Estudo [...]», p. 511.

<sup>8</sup> CASTELO, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», p. 411.

<sup>9</sup> Decreto n.º 18:570, de 8 de julho de 1930, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 156.

<sup>10</sup> CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]», p. 511.

<sup>11</sup> PIMENTA, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império [...]*, pp. 92-94.

<sup>12</sup> D'ALMEIDA, 1945, *Colonização: Um Problema Nacional*, p. 173.

Apesar das críticas, a atuação do Estado português em relação ao povoamento dirigido foi, durante muito tempo, relegada à iniciativa privada<sup>13</sup>. Havia uma ausência de vontade política para promover o povoamento branco das colónias portuguesas por receio das eventuais consequências que poderiam advir do crescimento demográfico da comunidade branca em Angola e Moçambique<sup>14</sup>.

De acordo com as estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a migração portuguesa para as províncias ultramarinas de Angola e Moçambique era bastante limitada até a criação da Junta da Emigração. A partir desse momento, observou-se um aumento significativo do fluxo migratório. A situação na Madeira era semelhante na década de 40, com a maioria dos emigrantes a escolher destinos como Brasil, Curaçau, Venezuela e África do Sul. Embora existissem algumas deslocções de madeirenses para as províncias ultramarinas, estas eram praticamente inexistentes. No entanto, a partir de 1947, começou-se a notar um aumento na migração de madeirenses para Angola e Moçambique<sup>15</sup>.

A década de 1950 marcou uma mudança significativa na política económica de Portugal em relação a África. Esta mudança foi impulsionada pela redefinição da política colonial do governo de Salazar, que introduziu várias medidas importantes. Entre elas, destaca-se o conceito de luso-tropicalismo, desenvolvido por Gilberto Freyre e adotado pelo regime salazarista como justificativa para o colonialismo. Este conceito serviu para mascarar a opressão e exploração nas colónias, promovendo uma identidade nacional baseada numa suposta superioridade moral e cultural dos portugueses<sup>16</sup>. A revisão constitucional de 1951 também desempenhou um papel crucial, alterando a terminologia de "Império" e "Colónias" para "Ultramar" e "Províncias Ultramarinas", refletindo uma nova visão das colónias. Além disso, os capitais do Plano Marshall foram investidos em infraestruturas, contribuindo para o desenvolvimento económico de Portugal na época<sup>17</sup>. Por fim,

---

<sup>13</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, p. 375.

<sup>14</sup> PIMENTA, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império [...]*, p. 94.

<sup>15</sup> Veja-se SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)».

<sup>16</sup> Alguns autores aprofundaram a análise acerca desta questão. Destacamos: CASTELO, 1999, *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo [...]*; MARQUES, 2004, *Je ne suis pas raciste, mais... Du «non-racisme» portugais [...]*; e ROSAS, 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*.

<sup>17</sup> ROSAS, 2018, *História a História – África*, pp. 112-113.

foram criadas missões científicas e antropológicas para o Ultramar com o objetivo de promover a chamada “ocupação científica”<sup>18</sup>.

O povoamento das províncias ultramarinas foi então fortemente apoiado pelo Estado, por meio de programas de colonização dirigida e, indiretamente, através do auxílio à colonização espontânea e ao crescimento económico<sup>19</sup>.

A conceção de que, para garantir o desenvolvimento de sociedades e economias coloniais prósperas, era necessário conceder terras a grupos que demonstrassem capacidade de aproveitá-las foi também defendida<sup>20</sup>. Sob esses ideais, em 1951 iniciaram-se as obras de construção do colonato de Cela em Angola e foi aprovado o plano de povoamento do Limpopo<sup>21</sup>.

O colonato do Limpopo em Moçambique, de acordo com Cláudia Castelo, resultou «em parte pelo substrato ideológico do salazarismo e pela agência de actores com real capacidade de influência política, como o governador-geral de Angola Agapito da Silva Carvalho e o engenheiro António Trigo de Moraes»<sup>22</sup>.

António Trigo de Moraes<sup>23</sup> foi o engenheiro responsável pelo plano de irrigação do vale do Limpopo, concebido para viabilizar a colonização agrícola da região. Aprovado em 1951, este projeto permitiu a irrigação de 31 000 hectares de terrenos e a construção de uma linha férrea para ligar Lourenço Marques à Rodésia<sup>24</sup>. No ano seguinte, foram seleccionadas, por concurso público, as empresas encarregadas das obras. Em 1953, iniciaram-se os trabalhos de construção da Barragem de Trigo de Moraes (imagem n.º 1), dos canais de irrigação (imagem n.º 2) e das aldeias (imagem n.º 10)<sup>25</sup>.

---

<sup>18</sup> Veja-se SARMENTO, 2022, «África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX».

<sup>19</sup> CASTELO, 2009, «Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos», p. 72.

<sup>20</sup> PAULA, 2016, *O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884-1975)*, p. 187.

<sup>21</sup> ROSAS, 2018, *História a História – África*, p. 118.

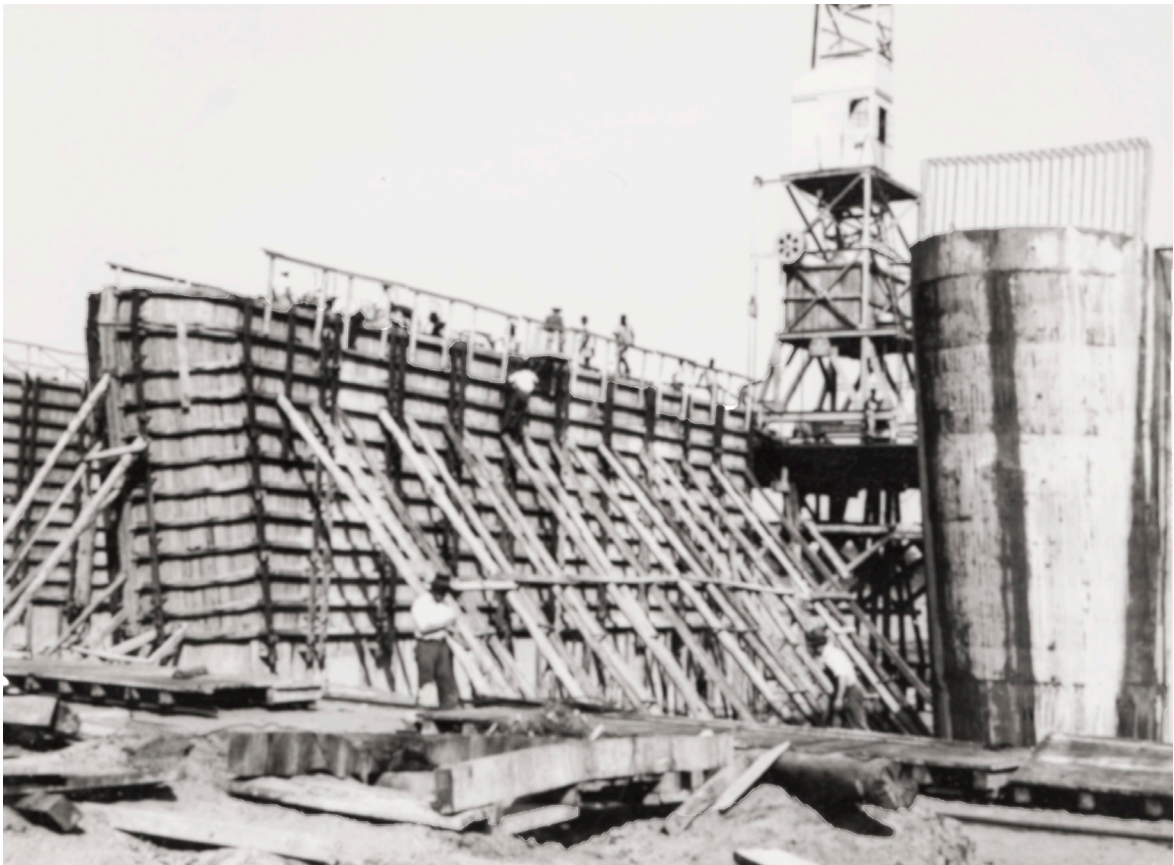
<sup>22</sup> CASTELO, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», pp. 415-416.

<sup>23</sup> Frequentemente considerado o pioneiro da Hidráulica em Portugal, Trigo de Moraes foi um engenheiro, professor e político português. Foi também uma figura central no projeto de colonização agrícola do Estado Novo em África, especificamente no colonato do Limpopo. A sua influência e capacidade de liderança foram fundamentais para a implementação desse plano.

<sup>24</sup> CASTELO, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», p. 32.

<sup>25</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 21.

Imagem n.º 1 – Fotografia da Barragem de Trigo de Morais (em construção)



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 37, n.º 17552, PT/TT/AGU/006/017552. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

A Barragem de Trigo de Morais, atualmente conhecida como Barragem de Macarretane, foi um elemento crucial no plano de colonização agrícola do Estado Novo em África. As valas de irrigação construídas como parte do sistema de irrigação do Limpopo foram fundamentais, permitindo a irrigação de vastas áreas de terra, viabilizando a agricultura e o povoamento da região, e contribuindo para a dinamização de toda a área.

Imagem n.º 2 – Fotografia de vala de irrigação no Limpopo



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 37, n.º 17555, PT/TT/AGU/006/017555. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

Os projetos de Trigo de Morais tiveram um impacto duradouro, ainda sentido em Portugal e Moçambique até aos dias de hoje. Este ilustre engenheiro foi homenageado com prémios e teve o seu nome atribuído a barragens e a uma vila. A cidade de Chókwè, situada junto ao rio Limpopo, é um testemunho do seu legado. Originalmente conhecida como Vila Trigo de Morais, a cidade foi renomeada para Chókwè em 13 de Março de 1976, após ter sido elevada a cidade<sup>26</sup>. António Trigo de Morais, que foi também nomeado inspetor-geral do Fomento do Ultramar em 1953, teve uma contribuição essencial na realização deste projeto de colonização agrícola, desde a conceção do plano de irrigação até à implementação e construção de infraestruturas chave. A sua visão e liderança foram fundamentais na transformação do vale do Limpopo e na implementação de um plano de povoamento agrícola.

<sup>26</sup> Veja-se MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...].

Um dos seus outros projetos notáveis foi a Barragem de Vale do Gaio, em Portugal, operacional desde 1949 e também conhecida como Barragem de Trigo de Morais. Localizada no município de Alcácer do Sal, distrito de Setúbal, esta infraestrutura, juntamente com a Barragem de Macarretane, são testemunhos do seu legado e da sua contribuição para a agricultura e o desenvolvimento das regiões onde foram construídas. Após a sua morte, em 1966, Trigo de Morais foi sepultado no Limpopo, conforme era seu desejo.

A lei orgânica do Ultramar, promulgada em junho de 1953<sup>27</sup>, estipulou que a vida económica e social das províncias ultramarinas seria regulada e coordenada tendo em conta alguns objetivos. Estes incluíam a exploração dos recursos naturais e potenciais do território, o povoamento por famílias nacionais, a disciplina e proteção da emigração, e a progressiva nacionalização das atividades a serem integradas na economia nacional. Após a promulgação desta lei, foram publicados vários diplomas que criaram facilidades e recursos financeiros para a implementação da política de povoamento do Estado.

Desta forma, o Estado português fez uma transição de um colonialismo retórico e de exploração predatória dos recursos naturais e humanos para um colonialismo modernizador<sup>28</sup>. Tornava-se cada vez mais premente a implementação de medidas que respondessem ao crescente descontentamento político dos colonos e aos emergentes movimentos nacionalistas e anticolonialistas, bem como à pressão internacional a favor da autodeterminação das populações africanas. Estas condições criavam uma situação «muito complicada do ponto de vista diplomático.»<sup>29</sup>

Foram criados os Planos de Fomento<sup>30</sup> (três principais e um intercalar), que estiveram em vigor entre 1953 e 1973, que tinham por objetivo aumentar e otimizar o investimento público, através do estabelecimento de medidas políticas para o desenvolvimento económico e social da metrópole e das suas províncias ultramarinas. Estes planos destinavam um grande volume de capitais a serem aplicados nas províncias ultramarinas (cerca de 27% do valor total), sobretudo em Angola e Moçambique, que ficavam com uma percentagem de 90% desse montante<sup>31</sup>. O capital destinava-se à construção de infraestruturas diversas, bem como ao

---

<sup>27</sup> Lei n.º 2.066, 27 de junho de 1953, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 135.

<sup>28</sup> CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]», p. 513.

<sup>29</sup> PIMENTA, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império* [...], p. 96.

<sup>30</sup> Sobre o tema veja-se: FERRAZ, 2022, *Os Planos de Fomento do Estado Novo – Quantificação e Análise*; CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento* [...]; CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]»; e CAEIRO, 2005, «Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento [...]».

<sup>31</sup> PAULA, 2016, *O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884-1975)*, p. 197.



investimento na agricultura, indústria, educação e saúde, visando ainda aumentar a presença de colonos portugueses naqueles territórios e a integração das populações locais na cultura portuguesa. A criação de colonatos beneficiava de um grande volume de capital, destinando-se, exclusiva ou maioritariamente, a famílias de trabalhadores rurais da metrópole, transportadas a expensas públicas, com o objetivo de reproduzir em África a freguesia rural metropolitana assente na pequena propriedade agrícola<sup>32</sup>.

O Primeiro Plano de Fomento<sup>33</sup> (1953-1958), alocava uma grande quantia de fundos para projetos de colonização em Angola e Moçambique.

O colonato da Cela, em Angola, ao abrigo deste Primeiro Plano, foi o primeiro a ser criado durante o Estado Novo, mais precisamente no ano de 1953. Neste povoamento, os primeiros grupos de colonos enfrentaram muitas dificuldades levando a várias desistências<sup>34</sup>.

Em 1954, foram estabelecidos os colonatos do Cunene, em Angola, e do Limpopo, em Moçambique, ambos apoiados por sistemas de irrigação e complementados por barragens hidroelétricas.

O Segundo Plano de Fomento<sup>35</sup> (1959-1964) seguiu-se, com um aumento significativo no volume de capital destinado ao investimento público, e foram criadas as Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique<sup>36</sup>. Além do já estabelecido colonato do Limpopo, a Junta Provincial de Povoamento de Moçambique iniciou atividades em núcleos como Nova Madeira (1963), Mandimba e Maúa (1964), aceitando colonos tanto metropolitanos quanto africanos<sup>37</sup>.

Depois, houve um Plano Intercalar<sup>38</sup> (1965-1967) focado no investimento na promoção social das populações autóctones e, finalmente, o Terceiro Plano de Fomento (1968-1973) que visava assegurar um «crescimento equilibrado, quer em relação às condições de vida dos diferentes grupos da população, quer no que respeita às condições de progresso nas várias regiões do país»<sup>39</sup>. Este plano também apoiava a educação e investigação, além de atribuir verbas para o financiamento de colonos já estabelecidos e para a fixação de novos colonos em regiões estratégicas

---

<sup>32</sup> CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]», p. 522.

<sup>33</sup> Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 291.

<sup>34</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, pp. 143-144.

<sup>35</sup> Lei n.º 2094, de 25 de novembro de 1958, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 256.

<sup>36</sup> Decreto 43.895, de 6 de setembro de 1961, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 207.

<sup>37</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, pp. 156-157.

<sup>38</sup> Lei n.º 2123, de 14 de dezembro de 1964, in *Diário do Governo*, I Série n.º 291.

<sup>39</sup> CAEIRO, 2005, «Os Planos de Fomento Nacional [...]», p. 215.

do norte de Moçambique, como Niassa (Mandimba), Cabo Delgado (Montepuez) e Zambézia (Lioma)<sup>40</sup>.

O povoamento português do vale do Limpopo foi estabelecido na margem direita do rio homónimo, a 100 km da sua foz, onde existia a povoação Ngajane e, de acordo com Manuel Matine<sup>41</sup>, resultou na expropriação de cerca de 3000 famílias negras das suas terras. Este projeto previa a constituição de «uma sociedade “*multi-racial*”, que se tornasse, segundo a propaganda colonial, um exemplo insólito de projeto de povoamento na história do colonialismo»<sup>42</sup>. O principal objetivo do Estado português, em conformidade com a lei orgânica do Ultramar, era nacionalizar o território, fugindo das pressões crescentes a favor da descolonização.

Além desse objetivo político, que envolvia o aumento da ocupação portuguesa de Gaza, existiam ainda interesses financeiros que visavam aumentar a produção de arroz e reduzir a importação de alimentos básicos dos países vizinhos, bem como objetivos ideológicos relativos às questões da soberania nacional no território e à criação de «miniaturas de Portugal em África»<sup>43</sup>.

Havia também vontade de demonstrar ao mundo que o Estado português possuía capacidade económica e científica para manter as suas colónias, enquanto aliviava simultaneamente a difícil situação da agricultura em Portugal, salvaguardava a presença portuguesa naqueles territórios e incentivava a formação de uma burguesia rural que iria ser útil para apoiar o governo contra o surgimento de movimentos independentistas<sup>44</sup>.

O projeto era composto por aglomerados populacionais organizados em forma de aldeias de povoamento agrupado – 13 no total – Guijá (que depois foi elevada a vila); Barragem; Lionde; Sagres; Ourique; Senhora da Graça; Folgares; Freixial; São José de Ribamar; Madragoa; Santana; Pegões e Santa Comba. Essas aldeias tinham, na sua maioria, nomes de santos católicos ou de concelhos e freguesias portuguesas<sup>45</sup>. Esta estrutura de povoamento refletia a influência da cultura e religião portuguesas na organização social e espacial das colónias. Até aos dias atuais, algumas dessas regiões preservam os nomes atribuídos durante o período colonial (caso de Guijá e de Lionde), evidenciando a persistente influência portuguesa na região.

---

<sup>40</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, p. 159.

<sup>41</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, pp. 5-6.

<sup>42</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 5.

<sup>43</sup> CASTELO, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...], p. 32.

<sup>44</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 21.

<sup>45</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, pp. 21-25.

A primeira aldeia a ser povoada foi Guijá, em 1954. Além das casas, foram construídas diversas infraestruturas necessárias à vida do colonato, como por exemplo: igreja; hospital; escola e cemitério. Isso permitiu atrair para a região outro tipo de investimento, do tipo privado, com a abertura de estabelecimentos comerciais, turísticos, desportivos e industriais<sup>46</sup>.

No entanto, de acordo com Fernando Rosas<sup>47</sup>, a construção desta aldeia foi marcada por uma série de violações contra a população nativa. Além do grande número de expulsões de famílias indígenas, as obras vieram a ser executadas por trabalhadores forçados que foram recrutados pelos administradores da região. Além disso, a população nativa nunca chegou a receber as indemnizações acordadas e as obras na margem direita do rio impediram o seu acesso à água. Apesar das promessas de regadio, muitos desses camponeses nunca vieram a beneficiar do regadio porque não regressaram às terras de onde tiveram de sair.

Em 1958, quatro anos após o início da colonização agrícola do Limpopo, já se encontravam 262 famílias instaladas, formando, com os nativos, uma comunidade de mais de 5000 pessoas. Este número, já significativo, cresceu exponencialmente, ao longo da década seguinte, atingindo cerca de dez mil habitantes no ano de 1968, tornando o concelho do Baixo Limpopo num dos mais populosos de Moçambique<sup>48</sup>. Esses dados vêm sublinhar a importância e o impacto significativo do projeto de colonização implementado pelo Estado português naquele território.

## **2. Os Madeirenses e a Colonização do Limpopo**

O movimento migratório de madeirenses para Moçambique em 1960, cujo volume triplicou nesse ano, foi um evento atípico na história regional<sup>49</sup>. Este movimento, coincidiu com o ano do primeiro recrutamento analisado neste trabalho, o qual teve uma adesão significativa.

A seleção de famílias madeirenses para o Limpopo foi conduzida pela Junta da Emigração, com o apoio do Governo do Distrito Autónomo do Funchal e das câmaras municipais na Madeira.

---

<sup>46</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 24.

<sup>47</sup> ROSAS, 2018, *História a História – África*, pp. 121-122.

<sup>48</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, p. 149.

<sup>49</sup> SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», p. 438.

Os madeirenses foram atraídos para esse povoamento principalmente por razões económicas, como a pobreza e a falta de terra para cultivar. A insularidade e a alta pressão demográfica também contribuíram para uma alta taxa de emigração para o estrangeiro<sup>50</sup>. Além disso, foram atraídos para o Limpopo pelos benefícios oferecidos pelo Estado português para este destino específico, que se diferenciava dos outros destinos de emigração madeirense. O Estado cobria os custos de viagem, incluindo a passagem para África e as deslocações para o Funchal<sup>51</sup>, além das despesas com documentação<sup>52</sup>. Os colonos recebiam no local de destino uma habitação, terra para cultivo e equipamentos agrícolas<sup>53</sup>, através da assinatura de um contrato com o Estado português<sup>54</sup>. Essas condições eram atraentes para os agricultores madeirenses, muitos dos quais não possuíam na Madeira as terras que cultivavam<sup>55</sup>. A oferta do Estado parecia promissora, sugerindo uma melhoria na posição social em Moçambique, apesar de manterem a profissão de agricultor. No novo território, os colonos madeirenses tinham ainda vantagens em relação aos africanos, devido à estrutura social do regime colonial.

A seguir, apresentamos os dados relativos aos recrutamentos.

## 2.1. Ano de 1960

As autoridades apostaram no recrutamento na Madeira, baseando-se em experiências passadas. Os madeirenses, familiarizados com o clima semelhante ao de África, tinham uma capacidade de adaptação eficiente, como já havia sido demonstrado em situações anteriores no Brasil e em Angola. Um exemplo disso foi a comunidade madeirense em Huíla, Angola, que demonstrou uma grande capacidade de adaptação à realidade africana, influenciando-a através da incorporação de aspetos da sua vida material e espiritual da Ilha da Madeira<sup>56</sup>.

O objetivo inicial do recrutamento, no ano de 1960, para o colonato do Limpopo era enviar 50 famílias madeirenses, tendo o Conselho Superior de Fomento, através

---

<sup>50</sup> SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», pp. 419-451.

<sup>51</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira (doravante abreviado como ABM), Direção Regional da Administração Pública e Local (doravante abreviada como DRAPL), Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, de 30 de maio de 1960.

<sup>52</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.

<sup>53</sup> CASTELO, Cláudia, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», p. 35.

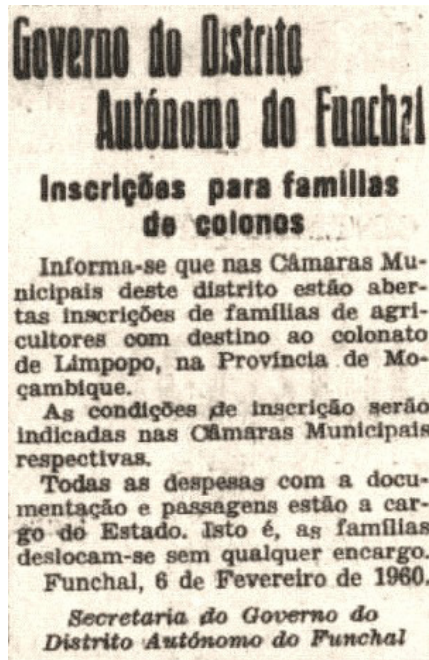
<sup>54</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal n.º 3241, 6 de novembro de 1961.

<sup>55</sup> SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», p. 431.

<sup>56</sup> PIMENTA, 2023, «“Nova Madeira”? Notas e Reflexões [...]», pp. 503-536.

da Junta da Emigração, conduzido o processo de seleção<sup>57</sup>. O pedido de inscrições foi encaminhado para seis câmaras municipais da Região e posteriormente estendido às restantes autarquias. A notícia foi divulgada na imprensa regional.

Imagem n.º 3 – Anúncio de recrutamento na Madeira para o Limpopo



Fonte: «Inscrições para famílias de colonos», 06-02-1960, in *Diário de Notícias*, p. 3.

A imagem n.º 3 mostra um anúncio de recrutamento na Madeira para o Limpopo. Este anúncio, que foi divulgado em três jornais distintos – *Diário de Notícias*, *Jornal da Madeira* e *Eco do Funchal* –, resultou numa grande adesão da população<sup>58</sup>.

É importante esclarecer que, apesar do grande interesse dos madeirenses e do Estado em enviar colonos para Moçambique, os candidatos passavam por um rigoroso processo de seleção. Os requisitos incluíam: a) idade do chefe de família (não podia ultrapassar os 45 anos); b) alfabetização (o candidato devia saber ler e escrever, embora muitos analfabetos tenham sido admitidos); c) ocupação única (o candidato deveria ter como única ocupação a agricultura); d) famílias numerosas (quanto mais filhos o candidato tivesse, maior a probabilidade de ser aceite como

<sup>57</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 30/59-SU / Limpopo 1960.

<sup>58</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.

colono); e) não possuir recursos financeiros; e, f) robustez física e psicológica, avaliada por uma inspeção médica feita ao candidato e ao seu agregado familiar<sup>59</sup>.

Na Câmara Municipal do Funchal, que recebeu o maior número de inscrições, foram registadas quarenta e sete inscrições<sup>60</sup>. Curiosamente, deste concelho apenas duas famílias foram selecionadas. Isso poderá estar relacionado com questões relativas à dimensão das famílias ou com as que dizem respeito à obrigatoriedade de o chefe de família não poder ter exercido outra profissão que não a de agricultor. Este critério reflete a intenção de promover a agricultura como meio de subsistência no novo colonato.

Durante a avaliação médica dos candidatos madeirenses para o Limpopo, muitos jovens apresentaram condições de saúde preocupantes, incluindo parasitoses intestinais. O médico que procedeu aos exames destacou a prevalência de ancilostomíase e amebíase intestinal, especialmente entre as crianças. Referia o médico:

«dada a intensidade de infestação, o seu carácter endémico, e ainda a predilecção pelas populações agrícolas; tudo ademais facilitado pelo meio ambiente: maus hábitos higiénicos, a promiscuidade em que vivem, leva-nos a crer que estas crianças estejam minadas por vermes.

A par de existir um foco endémico, refiro-me especialmente às freguesias do Porto da Cruz e Faial, a infestação deste parasitismo intestinal propaga-se assustadoramente»<sup>61</sup>.

E acrescentava: «vi crianças de 16 anos de idade que aparentavam ter 10 anos, anemiadas, quase em caquexia, tal era o grau de desnutrição»<sup>62</sup>.

Essas condições de saúde que relatava, graves e preocupantes, estavam ligadas às difíceis condições sociais e financeiras da população madeirense<sup>63</sup>.

Apesar desses desafios, o Estado fez esforços para melhorar a saúde dos colonos antes da sua partida para o Limpopo. Com base no diagnóstico médico, todos os membros das famílias selecionadas foram desparasitados nos postos antiparasitários da Região<sup>64</sup>. Este passo crucial foi realizado antes da emissão das autorizações de embarque, garantindo que todos estivessem em melhor estado de saúde quando iniciassem a sua nova vida no Limpopo.

<sup>59</sup> CASTELO, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», pp. 33-34.

<sup>60</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Câmara Municipal do Funchal, 19 de fevereiro de 1960.

<sup>61</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, relatório médico, 24 de fevereiro de 1960; o sublinhado é da fonte.

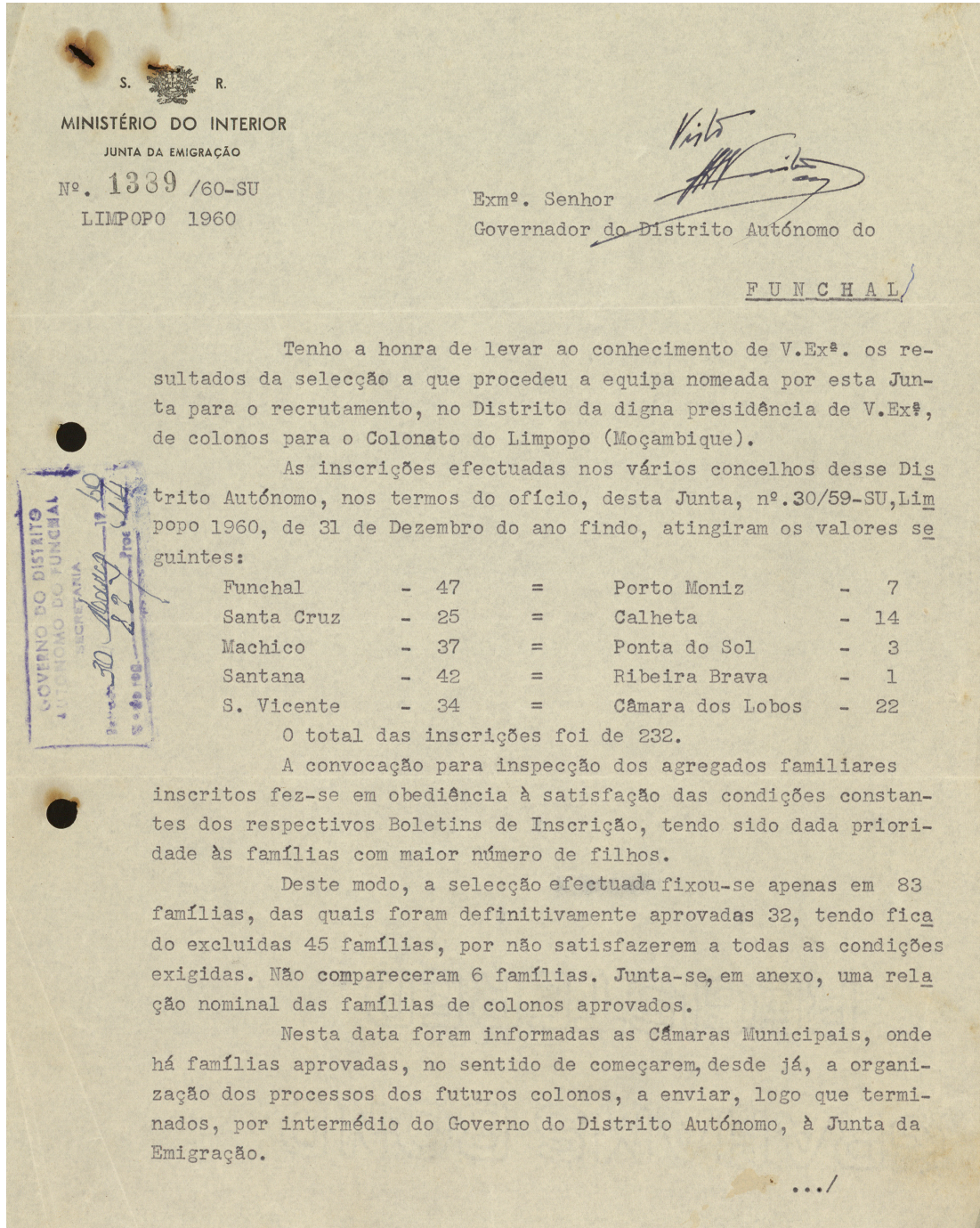
<sup>62</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, relatório médico, 24 de fevereiro de 1960.

<sup>63</sup> Veja-se VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

<sup>64</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 26 de abril de 1960.

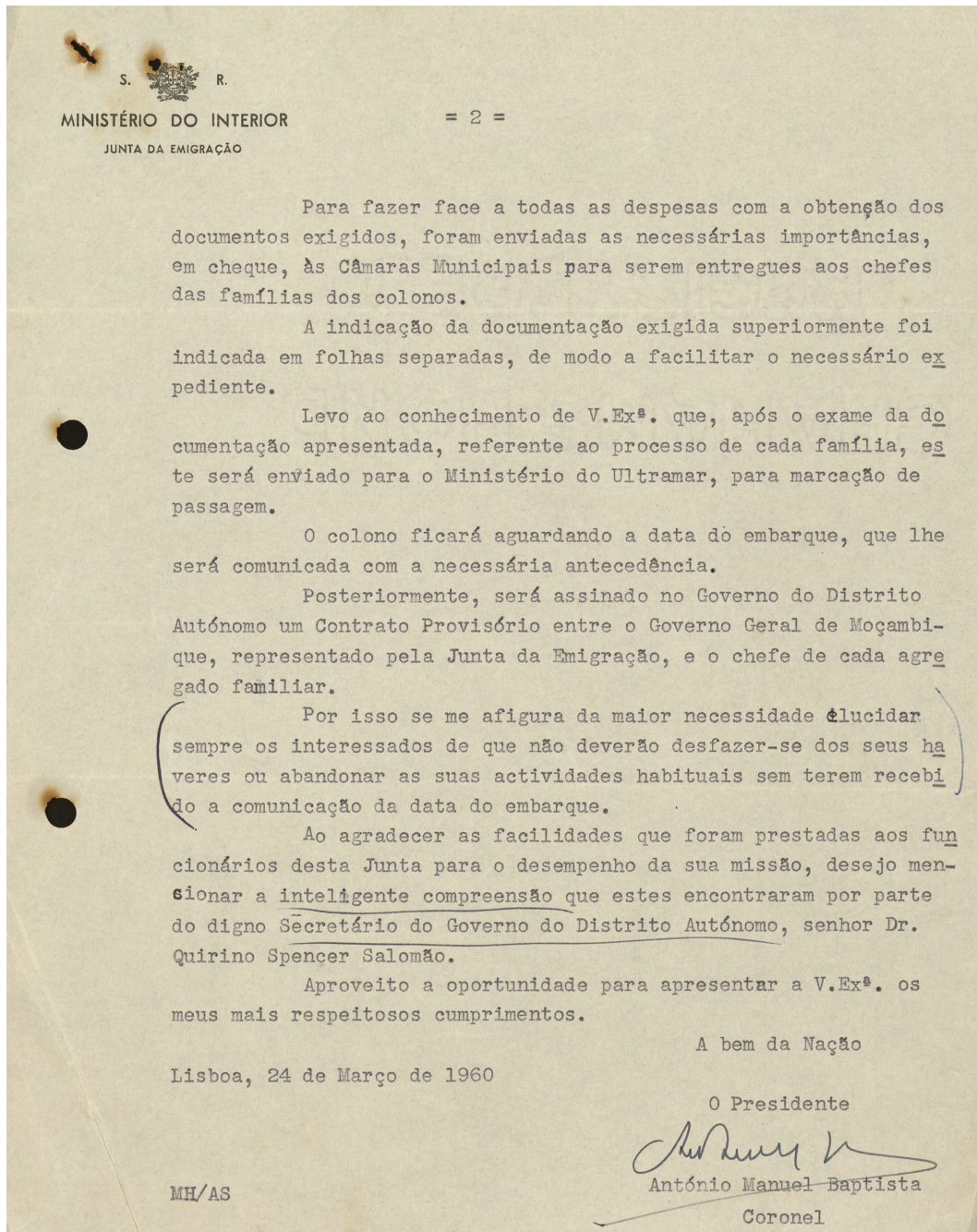
Quanto ao processo de selecção, este foi concluído a 24 de março, através do envio de um ofício ao Governo do Distrito Autónomo do Funchal, com os resultados finais. Seguidamente, anexamos uma digitalização deste ofício.

Imagem n.º 4 – Ofício de finalização do processo de selecção



Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.

Imagem n.º 5 – Ofício de finalização do processo de seleção (p. 2)



Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.

Conforme se lê, houve um total de 232 inscrições na Madeira, mas apenas 32 foram aprovadas. O objetivo era enviar 50 famílias madeirenses, mas esse número não foi alcançado, apesar do volume de inscrições ter sido cerca de cinco vezes superior ao necessário. As razões apontadas pelos serviços da Junta da Emigração para uma



tão alta taxa de exclusão de candidaturas foram a dimensão das famílias (que não eram grandes o bastante) e o não cumprimento de todas as condições exigidas. O documento também menciona que seriam emitidos cheques para cobrir as despesas dos colonos na obtenção dos documentos necessários para o processo.

Viagem marcada, os colonos compareciam no Governo do Distrito Autónomo do Funchal na véspera do embarque para assinar o contrato provisório e receber a documentação necessária para a viagem<sup>65</sup>. Esta documentação incluía certificados de vacinação, bilhete de identidade, bilhete de passagem, documento militar (para homens) e visto da PIDE<sup>66</sup>. Os contratos eram assinados por três partes distintas: o colono, um representante da JE (que seria nomeado pelo Governador do Distrito Autónomo do Funchal) e duas testemunhas. Após a assinatura, um dos exemplares era enviado para a JE e os outros dois acompanhavam o colono para o Limpopo<sup>67</sup>. Chegados ao destino, assinavam um novo contrato, idêntico ao anterior, com algumas novas cláusulas e disposições específicas<sup>68</sup>.

Em um ofício da Junta da Emigração é referido que no «caso dos colonos analfabetos, será dactilografado, no espaço para as assinaturas, o respectivo rogo.»<sup>69</sup> Esta indicação comprova que foram admitidos candidatos analfabetos, conforme referimos anteriormente, apesar de a literacia ser uma das condições para a admissão no colonato do Limpopo.

Entre os candidatos aprovados para o recrutamento do ano de 1960, foram suspensos os processos de duas famílias devido à existência de antecedentes criminais detetados nos seus registos criminais e por terem ocultado esse facto<sup>70</sup>. Houve ainda uma terceira família, cujo processo não prosseguiu sem uma explicação clara sobre o motivo, o que nos leva a acreditar que possa ter desistido.

Em resumo, das 32 candidaturas aprovadas, apenas 29 foram concretizadas, num total de duzentos e setenta e cinco colonos, conforme podemos ver na seguinte tabela.

---

<sup>65</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, N.º 2364/60-SU / Limpopo, 20 de maio de 1960.

<sup>66</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 30 de maio de 1960.

<sup>67</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, N.º 2419/60-SU / Limpopo, 24 de maio de 1960.

<sup>68</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...], p. 45.

<sup>69</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, N.º 2419/60-SU / Limpopo, 24 de maio de 1960.

<sup>70</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Telegrama da Junta da Emigração para o Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 5 de abril de 1960.

Quadro n.º 1 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1960)

<b>Concelho</b>	<b>N.º de famílias</b>	<b>N.º de pessoas</b>
Santana	7	66
Machico	7	60
Porto Moniz	3	27
Santa Cruz	3	28
São Vicente	2	23
Calheta	2	23
Funchal	2	23
Ponta do Sol	2	16
Câmara de Lobos	1	9
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>275</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

As 29 famílias selecionadas partiram para o Limpopo em três grupos:

- a. O primeiro grupo<sup>71</sup>, formado por 21 famílias (193 pessoas), embarcou no dia 16 de junho, no navio *Quanza*;
- b. O segundo grupo<sup>72</sup>, composto por sete famílias (70 pessoas), embarcou no dia 26 de agosto, no navio *Quanza*;
- c. O terceiro e último grupo<sup>73</sup>, formado por uma única família (12 pessoas), embarcou no dia 24 de novembro, no navio *Moçambique*.

Esta última família embarcou mais tarde devido ao nascimento do último filho do casal<sup>74</sup>.

Verifica-se que a maior parte das famílias selecionadas era proveniente dos municípios de Santana e Machico. Especificamente, havia sete famílias de cada município. É interessante notar que nesse ano não houve nenhuma família de colonos originária da Ribeira Brava e apenas uma família era proveniente de Câmara de Lobos.

Na imprensa regional foram encontradas notícias sobre o embarque dos primeiros dois grupos de colonos aqui referenciados (imagens n.ºs 6 e 7). Essas notícias corroboram os resultados que apresentamos<sup>75</sup>.

<sup>71</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, n.º 1566, 17 de junho de 1960.

<sup>72</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 19 de julho de 1960.

<sup>73</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, n.º 3194, 23 de novembro de 1960.

<sup>74</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 4733/60-SU, 29 de outubro de 1960.

<sup>75</sup> Há uma pequena discrepância entre os dados coletados e as informações divulgadas pela imprensa, consistindo em apenas um caso. Conforme a documentação armazenada no Arquivo e Biblioteca da Madeira, o número total de colonos embarcados em 1960 foi de 70.

A notícia «Gente da Madeira para o colonato do Limpopo [...]», publicada no *Diário de Notícias* em 18 de junho de 1960, documenta a jornada do primeiro grupo de colonos madeirenses para o Limpopo, que embarcou a 16 de junho de 1960. A presença de muitas crianças entre os colonos, visível na fotografia da notícia, é um detalhe importante que provavelmente influenciou as decisões das famílias, as dificuldades que enfrentaram e a forma como se estabeleceram na sua nova casa. A frase «À partida: emoção, esperança em melhores dias» captura a mistura de sentimentos que os colonos madeirenses provavelmente sentiram ao embarcar para o Limpopo, refletindo as circunstâncias difíceis que enfrentavam na Madeira e um otimismo cauteloso em relação ao futuro.

Imagem n.º 6 – Notícia acerca do 1.º grupo de colonos (1960)

**Gente da Madeira**  
para o Colonato do Limpopo  
(Reportagem de Alberto Malho)  
**A' partida: emoção, esperança em melhores dias**



**Momentos antes da embarque**

Conforme referimos, embarcaram anteontem, no «Quansa», com destino ao Colonato do Limpopo, em Moçambique, 31 famílias madeirenses, num total de 193 pessoas. O recrutamento destes nossos conterrâneos fez-se por iniciativa da Junta de Emigração, de colaboração com o Ministério do Ultramar, organismos que tiveram — como se disse — a cooperação do Governo do Distrito e das Câmaras Municipais dos diferentes concelhos desta Ilha. Esta decisão foi acolhida com extraordinário entusiasmo pelas famílias modestas da Madeira, mormente pelas que habitualmente se empregam na lavoura. E anteontem, às primeiras horas, muito antes da chegada do barco, já muitas dessas pessoas, com os seus familiares que aqui ficaram, se dirigiram à Agência da Companhia Nacional de Navegação — Casa Elandy — a inquirir da hora do embarque e, também, para se mudarem dos respectivos bilhetes de passagem. Mas, antes do embarque, toda essa gente quis assistir ao desfile da imponente procissão do Corpo de Deus, dando assim mostras do seu espírito de religiosidade. E momentos antes do embarque.

(Continua na 8.ª página)

**O caso argelino**

PARIS, 17. — A F. L. N. rejeitou a proposta francesa. Os países afro-asiáticos vão levar o assunto, pela sexta vez, à ONU. Foi nomeado Comandante Militar da África Negra o Coronel Bideard, dos mais condecorados do Exército francês, herói da Indochina e da África do Norte. — L.

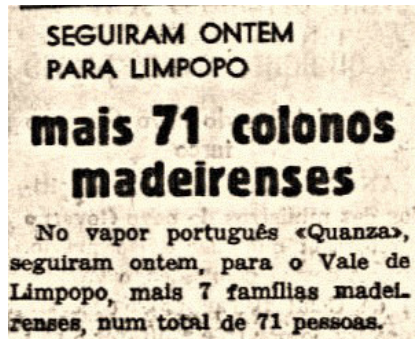
Fonte: «Gente da Madeira para o colonato do Limpopo. À partida: emoção, esperança em melhores dias», 18-06-1960, in *Diário de Notícias*, p. 1.

No entanto, é importante lembrar que a cobertura da imprensa pode não ter refletido completamente a realidade vivida pelos colonos. As dificuldades e desafios enfrentados em África podem ter sido minimizados ou mesmo omitidos nas reportagens. Portanto, ao analisar a notícia «Gente da Madeira para o colonato do Limpopo [...]» e outras reportagens semelhantes, é crucial considerar as circunstâncias da sua criação.

Além disso, a notícia do “caso argelino” publicada na mesma página do jornal, que relata a rejeição da proposta francesa pela Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina, pode ser vista como um reflexo dos movimentos de descolonização em curso em África e das respostas variadas dos poderes coloniais. Esta colocação conjunta das notícias pode ter sido uma tentativa de ilustrar as complexidades e os desafios dos processos de colonização e descolonização.

Já a notícia intitulada «Seguiram ontem para o Limpopo mais 71 colonos madeirenses», publicada no *Diário de Notícias* em 27 de agosto do mesmo ano, é muito mais concisa do que a primeira que analisamos. Ela informa brevemente que mais sete famílias madeirenses, num total de 71 pessoas, embarcaram para o Vale de Limpopo. Importa, porém, esclarecer que, de acordo com a documentação constante no Arquivo e Biblioteca da Madeira, o grupo era na verdade composto por 70 pessoas.

Imagem n.º 7 – Notícia acerca do 2.º grupo de colonos (1960)



Fonte: «Seguiram ontem para o Limpopo mais 71 colonos madeirenses», 27-08-1960, in *Diário de Notícias*, p. 1.

A diferença no estilo e no tamanho das duas notícias pode ser atribuída a várias razões. A primeira notícia pode ter sido considerada mais nova ou mais significativa pelos editores, justificando um espaço maior e uma cobertura mais detalhada.

Em contraste, a segunda notícia, embora ainda importante, pode ter sido vista como uma atualização ou seguimento da primeira e, por isso, recebeu uma cobertura mais breve. Além disso, a evolução da narrativa pode ter desempenhado um papel propositado. A primeira notícia pode ter sido escrita para introduzir a ideia da colonização do Limpopo aos leitores, enquanto a segunda notícia pode ter sido destinada a manter os leitores informados sobre o progresso da colonização. Por último, mas não menos importante, a influência da propaganda também deve ser considerada, pois, frequentemente, a imprensa da época fazia propaganda das colónias. A primeira notícia, com a sua cobertura mais extensa e detalhada, pode ter sido parte dessa propaganda. A segunda notícia, sendo mais informativa e direta, pode representar uma abordagem mais objetiva. No entanto, ao analisar essas notícias, é crucial considerar o contexto em que foram escritas e o possível viés da imprensa da época.

## 2.2 Dados de 1961

Em fevereiro de 1961<sup>76</sup>, a Junta da Emigração abriu novas vagas para mais uma centena de famílias madeirenses para o colonato do Limpopo. Desta vez, foram reservadas 50 vagas para famílias mais pequenas, no máximo com dois filhos, além das 50 vagas destinadas a famílias numerosas. Os chefes de família do primeiro grupo não poderiam ter mais de 35 anos de idade e para os de famílias numerosas mantinha-se o limite dos 45 anos.

O processo de inscrição e seleção deste ano foi conduzido de maneira semelhante ao do ano anterior, cujos detalhes já foram explicados anteriormente.

Foram selecionadas 40 famílias este ano, somando um total de 220 indivíduos. Diferentemente do ano anterior, que tinha apenas famílias numerosas, a seleção deste ano foi mais diversificada.

Entre as famílias selecionadas, 19 tinham mais de dois filhos, 16 tinham um ou dois filhos e cinco eram casais sem filhos.

---

<sup>76</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício-circular do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, de 7 de fevereiro de 1961.

Quadro n.º 2 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1961)

<b>Concelho</b>	<b>N.º de famílias</b>	<b>N.º de pessoas</b>
Santana	19	75
Machico	6	49
Câmara de Lobos	6	40
Calheta	2	14
Funchal	2	17
Ribeira Brava	2	8
Porto Moniz	1	6
São Vicente	1	4
Santa Cruz	1	7
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>220</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Este ano, conforme referimos anteriormente, o governo aceitou famílias mais pequenas, incluindo casais sem filhos. Isto representou uma mudança significativa em relação aos critérios do ano anterior. Seria interessante explorar as razões por trás dessa alteração dos critérios de seleção, que podem estar relacionados com uma eventual dificuldade em ter número suficiente de famílias numerosas.

No ano de 1961, Santana continuou a ser o concelho que mais contribuiu com colonos para o Limpopo, tal como havia acontecido no ano anterior. Desse concelho, provieram 19 famílias, seguido por Machico e Câmara de Lobos, cada um com seis famílias. Foi verificado que não houve nenhuma família selecionada da Ponta do Sol.

Assim como no ano anterior, foram formados três grupos de colonos.

- a. O primeiro grupo<sup>77</sup>, formado por 14 famílias (49 pessoas), embarcou no navio *Moçambique*, que saiu de Lisboa no dia 21 de agosto;
- b. O segundo grupo<sup>78</sup>, composto por 13 famílias (69 pessoas), embarcou no navio *Angola*, que saiu de Lisboa no dia 19 de setembro;
- c. O terceiro e último grupo<sup>79</sup>, formado por 13 famílias (102 pessoas), embarcou no navio *Moçambique*, que saiu de Lisboa no dia 21 de novembro.

<sup>77</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 2963/61-SU, 7 de agosto de 1961.

<sup>78</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 3392/61-SU, 9 de setembro de 1961.

<sup>79</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 7 de novembro de 1961.

As datas de embarque que apresentamos em relação a este ano são relativas à partida de Lisboa, devendo acrescentar-se dois dias como data provável da saída do Funchal.

### 2.3. Dados de 1962

A análise deste ano é fundamentada em alguns documentos que detalham os agregados familiares que embarcaram para o colonato do Limpopo em março. Dois documentos principais, ambos em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, são de diferentes entidades, mas apresentam conteúdo coincidente.

O primeiro é uma relação das famílias de colonos a embarcar para o colonato do Limpopo, no navio *Príncipe Perfeito*, a sair de Lisboa no dia 2 de março de 1962, emitida pela Junta da Emigração<sup>80</sup>. Esta lista, fornece os nomes, idades e origens dos colonos. O segundo é um ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, datado de 2 de março de 1962, dirigido ao Subinspetor da PIDE<sup>81</sup>, informando os nomes das pessoas que vão embarcar no dia seguinte para o colonato do Limpopo no navio *Príncipe Perfeito*.

Além desses documentos principais, existem mais alguns documentos avulsos<sup>82</sup> que se referem a este grupo de colonos e à sua partida naquela data<sup>83</sup>. A consistência entre os documentos de diferentes entidades reforça a veracidade das informações apresentadas.

Nas listas referidas constata-se que 13 famílias foram selecionadas, num total de 85 pessoas, e que o grupo partiu para África no dia 3 de março de 1962 a bordo do navio *Príncipe Perfeito*.

---

<sup>80</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Relação das famílias a embarcar, da Junta da Emigração, s.d.

<sup>81</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 2 de março de 1962.

<sup>82</sup> Veja-se: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Lista de contratos provisórios do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 3 de março de 1962; ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 747/62-SU, março de 1962; e, ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 5 de março de 1962.

<sup>83</sup> Alguns dos documentos são ABM, DRAPL, Emigração, pt. 2291, Lista do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 3 de março de 1962 e Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, n.º 747/62-SU / Limpopo, 20 de fevereiro de 1962.

Quadro n.º 3 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1962)

<b>Concelho</b>	<b>N.º de famílias</b>	<b>N.º de pessoas</b>
Ribeira Brava	12	81
Santana	1	4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>85</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Verifica-se que, com exceção de uma família, todas são originárias da Ribeira Brava.

O aumento significativo na representação de famílias da Ribeira Brava, em 1962, é notável. Embora não possamos confirmar as razões exatas para esta mudança sem mais informações, é possível que o município da Ribeira Brava tenha feito algum tipo de reivindicação ou intervenção após a falta de representação nos anos anteriores. No entanto, esta suposição requer mais investigação de forma a ser confirmada.

Conforme já referimos neste trabalho, é possível que mais colonos madeirenses tenham embarcado neste ano, mas não dispomos de documentação adicional que o confirme.

Neste último recrutamento ao qual tivemos acesso, constatamos que existem três famílias de pequenos agregados, cada uma composta por um casal e dois filhos. As restantes famílias são maiores, sendo a maioria composta por seis pessoas e a família com mais membros é composta por onze pessoas (um casal e nove filhos).

Os navios *Quanza*, *Moçambique*, *Angola* e *Príncipe Perfeito*, todos referenciados neste trabalho, eram embarcações que estabeleciam a ligação entre Lisboa e as colónias africanas, fazendo escala na Madeira. Estes navios não transportavam apenas os colonos recrutados pelo Estado português, mas também um fluxo de migração espontânea de pessoas que procuravam estabelecer-se nas províncias ultramarinas<sup>84</sup>.

#### 2.4. Análise dos Dados (Anos de 1960, 1961 e 1962)

Após analisar a quantidade de colonos selecionados em cada um dos anos estudados, estamos em condições de compilar os dados, caracterizá-los e tirar conclusões. Os dados globais são apresentados no quadro n.º 4 e representados no gráfico n.º 1.

<sup>84</sup> Os portugueses que iam sem contrato de colono necessitavam ter contrato de trabalho com alguma empresa em Moçambique ou carta de chamada de parente seu a residir naquele território. Veja-se SOUTO, 2023, «Regulação Estatal da Emigração Madeirense no Estado Novo – *Cartas de Chamada*».

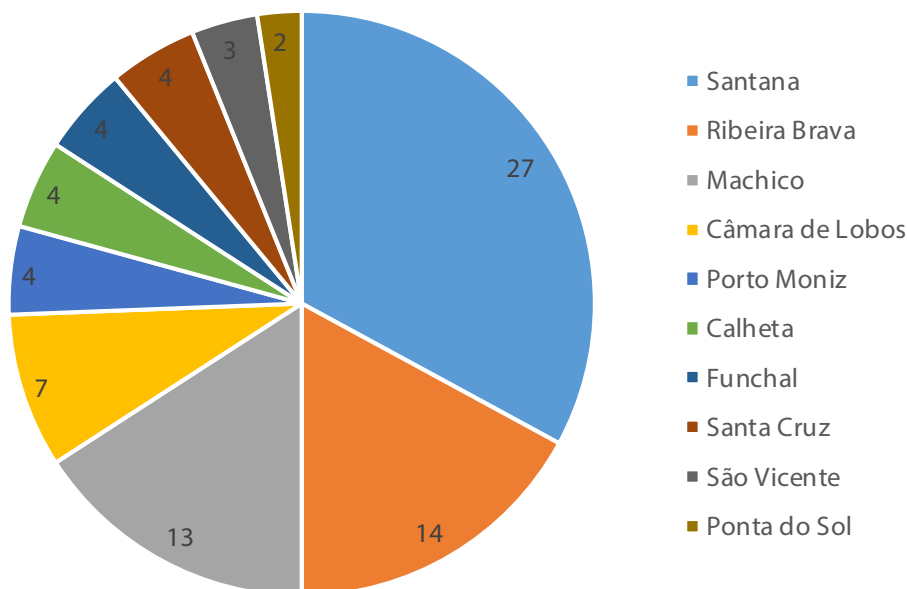


Quadro n.º 4 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1960-1962)

Concelho	N.º de famílias	N.º de pessoas
Santana	27	145
Ribeira Brava	14	89
Machico	13	109
Câmara de Lobos	7	49
Porto Moniz	4	33
Calheta	4	37
Funchal	4	40
Santa Cruz	4	35
São Vicente	3	27
Ponta do Sol	2	16
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>580</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Gráfico n.º 1 – Famílias de colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1960-1962)



Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Observamos que, ao longo de três anos, foram selecionadas 82 famílias de colonos madeirenses para o colonato do Limpopo, totalizando 580 indivíduos, distribuídos da seguinte forma:

- Em 1960, foram selecionadas 29 famílias, num total de 275 pessoas;
- Em 1961, foram selecionadas 40 famílias, num total de 220 pessoas;
- Em 1962, foram selecionadas 13 famílias, num total de 85 pessoas.

Em termos gerais, Santana foi o concelho que forneceu o maior número de famílias para o colonato do Limpopo, num total de 27. Esse volume perfazia cerca de centena e meia de pessoas.

Em segundo lugar, em termos de número de famílias, esteve a Ribeira Brava, com 14 famílias, num total de 89 pessoas. No entanto, em termos de número de pessoas, Machico superou a Ribeira Brava com 109 pessoas de 13 famílias.

Câmara de Lobos contribuiu com sete famílias, formando um grupo de 49 pessoas. Porto Moniz, Calheta, Funchal e Santa Cruz contribuíram com quatro famílias cada, num total conjunto de 145 pessoas.

Além disso, três famílias eram originárias de São Vicente, com um total de 27 pessoas, e apenas duas da Ponta do Sol, que formavam um grupo de 16 pessoas.

Em resumo, entre 1960 e o primeiro trimestre de 1962 aproximadamente seiscentas pessoas da Madeira participaram na colonização do Limpopo.

De acordo com um estudo de Manuel Matine<sup>85</sup>, a Madeira foi a terceira maior fonte de colonos para aquele povoamento, atrás de Bragança e Vila Real. Terão os madeirenses, desta forma, desempenhando um papel significativo na história do povoamento português no Limpopo.

Lá, os colonos dedicaram-se ao cultivo de várias culturas, incluindo arroz, forrageiras, tabaco, algodão, tomate, citrinos e fibras têxteis. Mas a agricultura era rudimentar, resultando numa produção fraca que, associada aos preços baixos dos produtos, trazia um baixo rendimento para os agricultores<sup>86</sup>.

Além dessas dificuldades, os colonos enfrentavam uma série de outros desafios. Um desses problemas era a proximidade entre humanos e animais. As pocilgas, que frequentemente tinham um tamanho inadequado, não só eram uma fonte de desconforto devido ao seu cheiro nauseabundo, mas também representavam um risco para a saúde pública. Outro problema significativo era a presença de carraças no gado bovino. Estes parasitas não só afetavam a saúde e o bem-estar do gado, mas também facilitavam a disseminação de várias doenças infecciosas para a população humana, como febres e malária<sup>87</sup>.

Assim, os colonos madeirenses, atraídos pela promessa de uma vida melhor no Limpopo, encontraram uma realidade muito diferente das suas expectativas. As condições atraentes oferecidas pelo Estado português, incluindo habitação, terra para cultivo e equipamentos agrícolas, contrastavam fortemente com os desafios

---

<sup>85</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...], p. 58.

<sup>86</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento* [...], pp. 148-149.

<sup>87</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...], p. 23.

que enfrentaram no novo território. A agricultura rudimentar, os preços baixos dos produtos e os problemas de saúde pública e animal eram obstáculos significativos para a sua prosperidade. A expectativa de uma melhoria na posição social em Moçambique, mantendo a profissão de agricultor, rapidamente se transformou numa luta diária para sobreviver e prosperar. Esta realidade dura serve como um lembrete da complexidade e multiplicidade dos desafios enfrentados pelos colonos, que iam muito além das dificuldades imediatas e evidentes.

Imagem n.º 8 – Fotografia de agricultores no vale do Limpopo



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 39, n.º 19240, PT/TT/AGU/006/019240. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

A imagem n.º 8 retrata agricultores no vale do Limpopo, provavelmente em campos irrigados pelo sistema de Trigo de Morais. Este cenário é um reflexo direto da engenharia hidráulica que foi fundamental para moldar o vale às exigências climáticas e estabelecer a agricultura como pilar da colonização e da economia local.

Ao longo das últimas décadas, desafios como inundações e a necessidade de manutenção contínua da infraestrutura tiveram um impacto significativo na barragem e na vida dos agricultores. Recentemente, o governo moçambicano empreendeu

esforços notáveis para revitalizar a agricultura<sup>88</sup>, um movimento que culminou na reabilitação da Barragem de Macarretane, anteriormente conhecida como Barragem de Trigo de Morais. Segundo relatos da imprensa local, a barragem está agora operacional e pronta para fornecer água a aproximadamente 12 mil produtores, tornando-se um elemento crucial para impulsionar a produção agrícola da região<sup>89</sup>. Este desenvolvimento é um testemunho eloquente da duradoura influência portuguesa no vale do Limpopo. A barragem e os sistemas de irrigação estabelecidos durante o período colonial não só continuam a ser essenciais para a agricultura local, mas também representam um aspeto crucial do desenvolvimento contínuo da região. Os esforços para melhorar e expandir esses sistemas refletem a importância de preservar e modernizar o legado histórico com vista a assegurar um futuro próspero para a comunidade local e a sua economia.

Imagem n.º 9 – Fotografia de agricultor madeirense no vale do Limpopo



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Agência Geral do Ultramar, PI0026, n.º 17025, PT/AHU/AGU/PI0026. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo AHU.

<sup>88</sup> Veja-se CAPAINA, 2022, «Produção Orizícola em Moçambique: (Des)continuidades [...]».

<sup>89</sup> MASSINGUE, 2020, «Barragem de Macarretane pronta para abastecer água [...]».

A fotografia anterior (n.º 9) ajuda a ilustrar a vivência dos colonos que foram para as zonas rurais de Moçambique trabalhar os campos agrícolas e a contribuição significativa dos madeirenses. A imagem retrata um homem que aparenta ser madeirense – identificável pelo seu barrete típico regional – em pleno trabalho agrícola. Este agricultor representa o terceiro maior grupo de colonos no Limpopo, os madeirenses, cuja presença e influência foram fundamentais para o desenvolvimento agrícola da região.

A imagem do madeirense a trabalhar a terra, de pés descalços e barrete na cabeça – impróprio para o clima quente do Limpopo –, é um testemunho poderoso do espírito resiliente e da ética de trabalho que esses colonos levaram consigo. Apesar da referida esperança em dias melhores, relatada anteriormente numa notícia regional, a realidade do trabalho agrícola que encontraram no Limpopo não correspondeu às suas ambições. A prática agrícola no Limpopo era tão rudimentar quanto a que estavam habituados na Madeira não representando, portanto, a melhoria que esperavam. Eles enfrentaram e superaram inúmeros desafios e a sua história é uma parte integrante da tapeçaria cultural e agrícola da região. Esta fotografia serve como um lembrete visual da importante contribuição dos madeirenses naquele povoamento.

Imagem n.º 10 – Fotografia de casa de colonos na aldeia de Guijá



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 37, n.º 17144, PT/TT/AGU/006/017144. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

A imagem n.º 10 captura uma casa colonial erguida nos anos cinquenta em Guijá. Observa-se que a habitação tem uma forma retangular, telhado inclinado e uma chaminé. O alpendre e a grande janela envidraçada são elementos distintivos que refletem a funcionalidade e o desejo de integração com o ambiente natural.

Nesta análise à arquitetura da casa é relevante ter em conta que, entre 1936 e 1960, a Junta de Colonização Interna empreendeu a construção de sete colónias agrícolas no norte e centro de Portugal Continental<sup>90</sup>. Paralelamente, os colonatos agrários de Angola e Moçambique foram estabelecidos. Em ambos os projetos, o casal agrícola era uma unidade fundamental de colonização<sup>91</sup>. No Limpopo, cada uma dessas unidades era composta por uma casa com anexos agrícolas, incluindo estábulo e forno de pão partilhados por duas famílias, num quintal de 1000 m<sup>2</sup>, além dos terrenos de regadio e pastagem natural<sup>92</sup>. Igualmente, em ambos os casos, se previa a assistência técnica e social, visando a educação e transformação dos hábitos dos colonos, alinhando-os com os ideais do Estado Novo<sup>93</sup>.

Observa-se ainda que a casa representada é geminada, conforme se percebe pela divisão do alpendre, o que significa que foi projetada para acomodar duas famílias.

Recorremos a um estudo da arquiteta Filipa Guerreiro, no qual a autora explica que «Na segunda metade da década de 1950, os projectos da JCI deixam de recorrer ao edifício isolado na parcela em reacção às críticas aos modelos de habitação unifamiliar, muito criticados no Congresso Nacional de Arquitectura em 1948.»<sup>94</sup> Tal afirmação ajuda a clarificar a estrutura da construção das casas dos colonos no Limpopo, que seguiram essa mesma linha de orientação<sup>95</sup>. Adicionamos que essa escolha tinha também o benefício de facilitar a partilha e ajuda mútua entre vizinhos. O mesmo acontecia pela presença de um alpendre como espaço central do quotidiano familiar<sup>96</sup>, favorecendo o convívio entre os colonos.

A presença de uma bicicleta junto à casa sugere a adoção de meios de transporte pessoal, refletindo uma certa autonomia dos colonos e a adaptação às necessidades de mobilidade da época.

---

<sup>90</sup> As sete colónias agrícolas foram: Milagres, em Leiria; Martim Rei no Sabugal; Pegões no Montijo; Gafanha em Ílhavo, Barroso em Montalegre e Boticas; Alvão em Vila Pouca de Aguiar; e Boalhosa em Paredes de Coura.

<sup>91</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 14.

<sup>92</sup> CASTELO, Cláudia, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», p. 35.

<sup>93</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 14.

<sup>94</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 251.

<sup>95</sup> Veja-se FONTE, 2007, *Urbanismo e Arquitectura em Angola* [...], p. 406.

<sup>96</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 258.

Uma análise social do colonato destacou a existência de vários problemas, sobretudo que as habitações eram inadequadas ao clima e estavam distantes das terras cultiváveis. Além disso, a idade avançada e a baixa escolaridade dos agricultores recrutados foram também objeto de críticas<sup>97</sup>. Os colonos expressaram insatisfação com a falta de apoio técnico e social, bem como dificuldades na comercialização dos produtos. O objetivo do projeto era a subsistência, não o enriquecimento. Os colonos portugueses no Limpopo viviam de forma modesta, demonstrando aos africanos que havia brancos com vidas semelhantes às suas<sup>98</sup>.

Muitos colonos do Limpopo, insatisfeitos com a disciplina rigorosa do colonato, buscavam em Lourenço Marques uma vida mais próspera<sup>99</sup>. A cidade, um centro de oportunidades de trabalho e comércio, oferecia uma qualidade de vida elevada e uma diversidade cultural rica. Além disso, a sua natureza cosmopolita atraía pessoas de todas as partes do mundo, tornando-a num lugar de encontro para pessoas de todas as raças<sup>100</sup>. Esta combinação de fatores tornava Lourenço Marques um destino atraente para aqueles que buscavam melhores oportunidades de trabalho e de vida.

Não obstante, apesar dos obstáculos, os colonos madeirenses mostraram resiliência. Mesmo com desistências e migração para a capital de Moçambique, muitos persistiram.

Com a descolonização, aqueles que permaneceram no colonato acabaram por abandonar tudo, retornando principalmente a Portugal ou indo para a África do Sul<sup>101</sup>.

Este período histórico não apenas moldou as suas vidas, mas também teve um impacto duradouro nas relações entre Portugal e Moçambique.

## **Conclusão**

Em suma, a ilha da Madeira emergiu como um pilar fundamental na colonização do Limpopo, posicionando-se como a terceira maior fonte de colonos. Este estudo forneceu uma análise detalhada sobre a migração madeirense para o Limpopo, destacando o complexo processo de povoamento agrário e o envolvimento direto do Estado português na seleção criteriosa das famílias madeirenses.

---

<sup>97</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento* [...], pp. 152-153.

<sup>98</sup> CASTELO, 2012, «O "Branco do Mato de Lisboa" [...], pp. 45-50.

<sup>99</sup> CASTELO, 2016, «"O Portugal das aldeias" em África (século XX)», p. 429.

<sup>100</sup> PIMENTA, *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo* [...], p. 35.

<sup>101</sup> Veja-se SOUTO, 2017, *Os Retornados de África – Estudo de caso* [...].

Este estudo também destacou a discrepância entre as expectativas dos colonos madeirenses e a realidade que encontraram no Limpopo. Atraídos pela promessa de uma vida melhor, os colonos enfrentaram uma série de desafios inesperados, incluindo uma agricultura rudimentar, preços baixos dos produtos e problemas de saúde pública e animal. Estes desafios sublinham a complexidade e a multiplicidade dos obstáculos que os colonos tiveram de superar, que se estendiam além das adversidades prontamente perceptíveis. A experiência dos colonos madeirenses no Limpopo serve como um lembrete da importância de uma gestão eficaz dos recursos e do ambiente para garantir a saúde e o bem-estar da população.

O empreendimento de povoamento agrário, embora complexo e multifacetado, envolveu diversas entidades governamentais e foi marcado por uma reestruturação significativa da política colonial. Tal reestruturação redirecionou o foco para o continente africano, resultando na edificação de colonatos em Angola e Moçambique, financiados pelos Planos de Fomento do Estado.

Durante um período de três anos, 82 famílias madeirenses foram escolhidas para se estabelecerem no Limpopo, totalizando 580 pessoas. Contudo, o retorno financeiro do projeto mostrou-se insatisfatório, levando muitos colonos a desistirem e a abandonarem a região. O projeto foi, por fim, descontinuado pelo Estado português em 1973.

A seleção das famílias madeirenses não foi apenas um marco histórico para a Madeira, mas foi também um reflexo do papel ativo do Estado. A Barragem de Trigo de Morais, erguida sobre o rio Limpopo entre 1953 e 1955, permanece como uma infraestrutura hidráulica vital, sustentando a produção agrícola e a economia da região até os dias atuais. Ademais, a preservação dos nomes de algumas regiões no Limpopo perpetua a herança cultural portuguesa.

António Trigo de Morais, o engenheiro visionário responsável pelo projeto, ainda é referenciado e estimado pela comunidade local, mesmo após seis décadas do seu falecimento. A sua contribuição foi decisiva para a conceção e execução do projeto de colonização, deixando um legado que transcende o tempo.

A influência portuguesa no Limpopo persiste, não somente nos marcos físicos, mas igualmente na cultura e nas tradições que foram passadas de geração em geração. A herança lusitana manifesta-se na língua, na gastronomia, na música e nos costumes locais, atuando como um elo contínuo entre o passado e o presente.

Este estudo, ao lançar luz sobre a migração madeirense para o Limpopo, contribui para a compreensão da história de Portugal e de Moçambique. No entanto,



ainda há muito a ser explorado. O impacto a longo prazo da colonização na vida dos colonos e a influência da colonização na relação entre Portugal e Moçambique são áreas que merecem mais investigação. Este trabalho é apenas o começo de uma jornada de descoberta que, esperamos, possa ser continuada no futuro.

## **Fontes e Bibliografia**

### Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Direção Regional da Administração Pública e Local, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Arquivo Histórico Ultramarino, Agência Geral do Ultramar, PI0026, n.º 17025, PT/AHU/AGU/PI0026.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique: cx. 37, n.º 17144, PT/TT/AGU/006/017144; cx. 37, n.º 17552, PT/TT/AGU/006/017552; cx. 37, n.º 17555, PT/TT/AGU/006/017555; cx. 39, n.º 19240, PT/TT/AGU/006/019240.

Decreto n.º 18:570, de 8 de julho de 1930, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 156.

Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 291.

Lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 135.

Lei n.º 2094, de 25 de novembro de 1958, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 256.

Decreto 43.895, de 6 de setembro de 1961, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 207.

Lei n.º 2123, de 14 de dezembro de 1964, in *Diário do Governo*, I Série n.º 291.

### Publicações Periódicas

«Inscrições para famílias de colonos», 08-02-1960, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 3.

«Gente da Madeira para o colonato do Limpopo. À partida: emoção, esperança em melhores dias», 18-06-1960, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.

«Seguiram ontem para o Limpopo mais 71 colonos madeirenses», 27-08-1960, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.

### Bibliografia

BASTOS, Cristiana, 2011, «Ilhas, Planaltos e Travessias: Os fluxos de Madeirenses entre Plantações e Colonias», in *As Ilhas e a Europa, a Europa das Ilhas*, Coleção Debates, n.º 5, Funchal, CEHA, pp. 187-196.

- BOAHEN, A. Adu (org.) *et al.*, 1985, *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination 1880-1935*, 1.<sup>a</sup> ed., Paris, UNESCO; Berkeley, CA, University of California Press; London, Heinemann Educational Publishers Ltd.
- CAEIRO, Joaquim Croca, 2005, «Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós-guerra», in *Intervenção Social*, n.º 31, pp. 193–219, disponível em <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1386>, consultado a 21 de julho de 2023.
- CAPAINA, Nelson, 2022, «Produção Orizícola em Moçambique: (Des)continuidades Políticas, Desafios para os Pequenos Agricultores», in *Observatório do Meio Rural*, n.º 178, pp. 1-10.
- CASTELO, Cláudia, 1998, *O Modo Português de Estar no Mundo, o Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2009, «Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos», in *Ler História*, n.º 56, pp. 69-82.
- CASTELO, Cláudia, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa”: a Colonização Agrícola Dirigida e os seus Fantasmas», in *Os Outros da Colonização: Ensaios Sobre Tardo-Colonialismo em Moçambique*, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 27-50.
- CASTELO, Cláudia, 2014, «“Novos Brasis” em África: Desenvolvimento e Colonialismo Português Tardio», in *Varia História*, n.º 30 (53), pp. 507-532.
- CASTELO, Cláudia, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», in *O Governo dos Outros. Poder e Diferença no Império Português*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 409-434.
- CASTELO, Cláudia, 2021, «Colonatos e Aldeamentos no Niassa, Moçambique: Processos e Impactos Sociais em Tempo de Guerra (1964-1974)», in *Tempo*, n.º 27 (3), pp. 478-500.
- D’ALMEIDA, Genipro de Eça, 1945, *Colonização: Um Problema Nacional*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editora Marítimo-Colonial.
- FERRAZ, Ricardo, 2022, *Os Planos de Fomento do Estado Novo – Quantificação e Análise*, Lisboa, Edições Sílabo.
- FONTE, Maria Manuela, 2007, *Urbanismo e Arquitectura em Angola – De Norton de Matos à Revolução*, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico – Universidade Técnica de Lisboa.
- GUERREIRO, Filipa de Castro, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura entre o doméstico e o território 1936-1960*, Porto, Dafne Editora.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, 2009, *Breve História de Portugal*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editorial Presença.
- MARQUES, João Filipe, 2004, *Je ne suis pas raciste, mais... Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*, Thèse Docteur Sociologie, École des Hautes Études en Sciences Sociales – Universidade do Algarve.
- MARQUES, João Filipe, 2008, «Racistas são os outros! Reflexão sobre as origens e efeitos do mito do “não-racismo” português», in *Estudos III*, Faro, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, pp. 5-20.
- MASSINGUE, Raúl, 2020, «Barragem de Macarretane pronta para abastecer água a 12 mil produtores», in *O País*, Moçambique, disponível em <https://opais.co.mz/barragem-de-macarretane-pronta-para-abastecer-agua-a-12-mil-produtores/>, acedido a 11 de dezembro de 2023.
- MATINE, Manuel Henriques, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-1977*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea — Universidade Federal Fluminense.
- NEPOMUCENO, Rui, 2006, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, Porto, Campo de Letras.
- PAULA, Simoni Mendes de, 2016, *O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884-1975)*, Tese de Doutoramento em História – Universidade Federal de Santa Catarina.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2018, *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2023, «“Nova Madeira”? Notas e Reflexões para o Estudo da História da Colonização Madeirense no Planalto da Huíla (Angola)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 503-536.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º vol., MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando, 2018, *História a História – África*, Lisboa, Edição Tinta da China.
- SARMENTO, João, 2022, «África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX», in *Terra Brasilis* [online], n.º 17|2022, disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/10593>, consultado a 21 de dezembro de 2023.
- SOUTO, Odete, 2017, *Os retornados de África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais – Universidade Aberta.

- SOUTO, Odete, 2021, «Os “Retornados” de África – Integração na Madeira (1974-1977)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 649-692.
- SOUTO, Odete, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 419-451.
- SOUTO, Odete, 2023, «Regulação Estatal da Emigração Madeirense no Estado Novo – *Cartas de Chamada*», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 617-654.
- VIEIRA, Rui, FREITAS, João Abel de, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», in FREITAS, João Abel de (coord.), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.

#### Materiais Audiovisuais

- ROSAS, Fernando, 2017, *O Colonato do Limpopo*, RTP Ensina, Lisboa, 19 de novembro de 2017, disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-colonato-do-limpopo/>, acedido a 2 de agosto de 2023.
- RTP Arquivos, 1960, *Partida de colonos para o Limpopo*, 28 de fevereiro de 1960, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-de-colonos-para-o-limpopo/>, acedido a 2 de agosto de 2023.
- RTP Arquivos, 1960, *Partida de colonos para o Limpopo (2)*, 28 de fevereiro de 1960, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-de-colonos-para-o-limpopo-2/>, acedido a 2 de agosto de 2023.

## Horácio Bento de Gouveia: Romances com o Mar lá dentro

### Horácio Bento de Gouveia: Novels dashed by the Sea

Susana Caldeira<sup>1</sup>

#### Resumo

Revisitámos os seis romances de Horácio Bento de Gouveia (1901-1983), que convocámos para este ensaio, para perceber de que modo se (d)escrevia o mar na sua obra. Que dimensão lhe deu Bento de Gouveia? Que importância teve o mar para este escritor que tão bem retratou a identidade ilhoa madeirense, a condição de ser-se insular, sobretudo no Norte da ilha onde a vida era mais dura?

Ao percorrermos *Lágrimas Correndo Mundo* (1959), *Águas Mansas* (1963), *Canga* (1975), *Torna-Viagem* (1979), *Margareta* (1980) e *Luísa Marta* (1982), apercebemo-nos de que o mar se faz presente em todas estas obras literárias. E não se trata apenas de um mar que se contempla em jeito de admiração, mas é um mar que leva e traz gentes e coisas, um mar que se quer revolto porque é do Norte, um mar que abre caminhos para a emigração e para a evasão, um mar que separa, que atrai e que condiciona a vida insular.

**Palavras-chave:** Romance; Horácio Bento de Gouveia; Mar; Identidade Insular.

#### Abstract

We revisited the six novels by Horácio Bento de Gouveia (1901-1983), that we have summoned to this essay, in order to understand how the sea was depicted in his work.

---

<sup>1</sup> Mestre pela Universidade da Madeira em 2005, estudou Cultura e Literatura Anglo-Americanas e focou a sua pesquisa na emigração madeirense para o Hawaii, fazendo uso do diálogo fértil entre múltiplas ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Etnografia, etc., para explorar temas como mobilidade, identidade, alteridade, preconceito, racialização, aculturação, entre outros: CALDEIRA, Susana, 2010, *Da Madeira para o Hawaii: A Emigração e o Contributo Cultural Madeirense*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. Os seus interesses focam-se, sobretudo, no âmbito da cultura e literatura insulares e tem revelado alguma pesquisa sobre o papel da mulher nas migrações. Tem vários artigos publicados. É investigadora no Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, membro do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa (CEC) e Investigadora Associada do Projeto Colour of Labour: The Racialized Lives of Migrants (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Contacto: [susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt](mailto:susana.coc.caldeira@madeira.gov.pt).

What dimension did Bento de Gouveia give to it? What importance did the sea have for this writer who portrayed the Madeiran islander identity so well, mainly in the north of the island where life was harder?

As we went through *Lágrimas Correndo Mundo* (1959), *Águas Mansas* (1963), *Canga* (1975), *Torna-Viagem* (1979), *Margareta* (1980) and *Luísa Marta* (1982), we realised that the sea is present in these literary works. And it is not merely about the sea that one gazes in amazement; it is about the sea that takes and brings people and things, the sea that is rough because it is the Northern Sea, the sea that makes way for emigration and evasion, the sea that separates, attracts and constrains the islander life.

**Keywords:** Novel; Horácio Bento de Gouveia; Sea; Islander Identity.

O romance bentiano, de temática madeirense, reflete, regra geral, uma visão de um espaço islenho muito particular porque condicionado pelos limites do mar – que fazem a fronteira com a ilha –, pelas condições meteorológicas e orográficas e pelos constrangimentos socioeconómicos que afetam, muito mais diretamente, os pobres lavradores rurais sujeitos que estão ao peso da história que carrega consigo um sistema de exploração da terra injusto e caduco, mas culturalmente aceite.

Não menos importante que o espaço, é o tempo da narrativa que com o espaço se interliga, revelando épocas específicas da História da ilha da Madeira, retratadas quase que fielmente porque foram épocas vividas pelo autor que, de um modo pitoresco, recria os falares das gentes do campo, aponta as dificuldades vividas num espaço insular onde faltavam as vias de comunicação, onde a terra fértil havia deixado de alimentar o povo que se viu forçado a emigrar para destinos inóspitos, e critica a falsa moralidade social e política que então se vivia.

Horácio Bento de Gouveia foi um escritor insular que viu a sua obra confinada ao arquipélago da Madeira. Apesar de, como apontou Thierry dos Santos, ser um «autor não canonizado pela instituição literária nacional»<sup>2</sup>, cremos poder afirmar com propriedade que se destacou como símbolo da identidade madeirense e da História da cultura na Região Autónoma da Madeira, no que à literatura madeirense diz respeito.

Muitos dos seus escritos foram publicados na imprensa regional, na qual também foi colaborador como jornalista. A propósito das crónicas jornalísticas de Bento de Gouveia, Lisandra Ornelas Faria, num ensaio bem construído, destaca o contributo dessas crónicas para a afirmação da identidade madeirense:

---

<sup>2</sup> SANTOS, 2001, «Em Torno de Horácio Bento de Gouveia e do seu Romance *Ilhéus / Canga*», p. 6.

«A escrita bentiana representa uma prova documental da identidade da Ilha da Madeira, que embora não esteja teoricamente consolidada, é uma realidade. E a crónica jornalística, sendo um género subjetivo, opinativo e híbrido, foi o “palco” ideal para o madeirense exprimir, por diversos momentos, a sua faceta regionalista»<sup>3</sup>.

Horácio Bento de Gouveia foi também, durante muitos anos, professor e conferencista (tanto na Madeira como em Portugal continental) e, para além dos seus romances, que em breve abordaremos, deixou-nos ainda crónicas e contos que, mais do que revelarem a experiência da insularidade, revelam a experiência da madeirensidade porque é nesta ilha e nas suas gentes que encontra a identidade singular dos seus escritos: «As fontes diretas são a sua experiência da ilha, o seu modo de olhar para as coisas e as gentes, atento aos pequenos nada que dizem muito, à aprendizagem da vida que fez dele um homem»<sup>4</sup>.

De facto, a cultura e a literatura populares estão sempre presentes e evidentes na obra de Horácio Bento de Gouveia, sobretudo nas crónicas e nos seus romances que são, tacitamente, de inspiração regionalista. É manifesto que o escritor, para além de dar voz a quem não a tem, se preocupa em dar enfoque ao linguajar madeirense e à representação do quotidiano do povo ilhéu, reproduzindo as tradições etnográficas e religiosas como se de um apontamento histórico para a posteridade se tratasse: «Há em Horácio Bento de Gouveia a consciência de que cabe à literatura essa função nobre de ser a depositária de uma memória colectiva que de outro modo, com o desaparecimento das pessoas em que ela habita, se perderia»<sup>5</sup>.

Bento de Gouveia foi um escritor que, elevando a raia miúda da sociedade rural e ironizando e criticando o poder político, soube ser grande na sua ilha. Margarida Macedo Silva «[r]ecordando o Mestre» em tom elogioso, resume a ideia da qual partilhamos:

«Para além do seu imenso amor ao torrão natal, evidenciado em todas as suas obras, Horácio Bento de Gouveia sabia ter uma missão a cumprir, tinha de plasmar em literatura a marca humana do drama ilhéu. E foi auscultando os heróis desse drama, na convivência com a gente pobretana, ouvindo a saudade dos *Torna-Viagem*, sentindo as lágrimas dos revoltados, que Horácio Bento de Gouveia se realizou de modo tão completo»<sup>6</sup>.

Neste ensaio, propusemo-nos a analisar a presença do mar nos seis romances de Horácio Bento de Gouveia. A literatura de temática madeirense cheira a maresia

---

<sup>3</sup> FARIA, 2017, «As crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia: Contributos para a Afirmação da Identidade Madeirense», p. 45.

<sup>4</sup> SANTOS, 2001, «Em Torno de Horácio Bento de Gouveia e do seu Romance Ilhéus / Canga», p. 12.

<sup>5</sup> FOURNIER e JOAQUIM, 2002, «Fantasia da Memória e Fantasma Erótico em *Luísa Marta* de Horácio Bento de Gouveia», p. 47.

<sup>6</sup> SILVA, 2002, «Recordando o Mestre. Anotações a um Itinerário Bibliográfico», p. 30.

porque tem quase sempre esta presença do mar<sup>7</sup>, uma presença que na ilha é quotidiana, esse azul imenso que abraça a ilha e que ora a eleva, ora a subjuga.

Como tão bem escreveu Hélder Spínola ao dissertar sobre a humanização da paisagem madeirense:

«Quando, há seis séculos, os portugueses deram os primeiros passos para o povoamento da Madeira e do Porto Santo, iniciaram esse processo pela porta de entrada, o litoral. Foi no litoral que se instalaram e de onde começaram por retirar o seu sustento. Sem acessos terrestres, as deslocações na ilha fizeram-se por mar, em navegação junto à costa, e foi à beira desta estrada marítima que se erigiram os primeiros povoados e se cultivaram os primeiros solos»<sup>8</sup>.

Creemos poder afirmar que o mar é mesmo um dos traços da nossa idiossincrasia como ilhéus. Este elemento líquido surge na literatura seja como paisagem idílica, objeto de contemplação, como possibilidade de fuga da ilha, ou como obstáculo a essa fuga, seja simplesmente como ambiente de trabalho ou cenário de sonhos, de imaginário e de aventuras. A propósito deste mar e da condição de ser-se ilhéu, diz João David Pinto Correia:

«O mar, sempre presente, é ambiente de trabalho, mas também traz outros mundos e possibilita os projectos de refazer vidas ou simplesmente a aventura ou o gosto de conhecer novas paragens. Como a própria terra de basalto dos picos e das encostas, ele patenteia-se, em muitos sítios da ilha, como falésia vertical, calmo e de azul intenso ou, pelo contrário, revoltado e de cinzento carregado»<sup>9</sup>.

Habitar a ilha é ter a certeza da finitude de todos os caminhos que desembocam no mar, é sentir o confinamento a que o mar obriga, mas é também sonhar com as terras que estão para lá do horizonte, essa linha onde o mar e o céu se tocam, tornando-se num só. Habitar a ilha é também viver do mar, usar o mar e esperar o que (ou quem) do mar possa chegar. Habitar a ilha é ser-se ilhéu em toda a sua singeleza e complexidade. É nascer a ver, a ouvir e a sentir o mar. Diz-nos Maria Júlia Caré:

---

<sup>7</sup> Curiosamente, António Fournier não partilha da nossa opinião. Apesar de asseverar que Maria Aurora Homem, João Carlos Abreu e José António Gonçalves (escritores madeirenses) fazem alusão ao mar, escreve num ensaio: «Não passará inobservado ao leitor da literatura de temática madeirense, que o mar, por incrível que pareça, está muitas vezes distante ou é mesmo inexistente. Este quase silenciamento do elemento líquido, ao contrário do que se passa nos Açores, faz com que não se possa escrever um livro sobre a Madeira nos mesmos moldes que a *A dona de porto Pim* de Antonio Tabucchi, apesar de os madeirenses se terem dedicado também à epopeia baleeira, como aliás se vê em *Moby Dick*, o célebre filme de John Huston, rodado também nos mares da Madeira». Acrescenta que na literatura de temática madeirense «[o] mar aparece como paisagem que se contempla à espera de uma qualquer epifania ou novidade, como a chegada dos grandes transatlânticos iluminados como teatros e carregados de turistas que se divertiam a jogar uma moeda para a água e a ver os rapazes pobres exibirem-se mergulhando para recolhê-la», FOURNIER, 2021, «O céu sobre as ilhas», pp. 29-30.

<sup>8</sup> SPÍNOLA, 2021, «A natureza e o ilhéu madeirense», p. 135.

<sup>9</sup> CORREIA, 2021, «A condição de ilhéu: vivência, memória, testemunho», p. 19.



«É o mar que nos faz ilhéus. Dele nos vem a origem líquida que marca para sempre a nossa identidade. Porque, hoje mais do que nunca, a ilha não se reduz ao espaço sólido; completa-se no mar que consagra esta relação umbilical, numa imagem de aconchego materno, de lar, de refúgio do náufrago, mas também de prisão que oprime»<sup>10</sup>.

O mar, imensurável elemento da Criação, aparece na literatura sempre carregado de mistério e de simbolismo. Existe um sem número de lendas e de mitos literários ligados ao mar. Recordamos, entre outros, o mito de Narciso que se contemplava nas águas, apaixonando-se pela sua própria imagem refletida, até que se afogou. Podemos também falar do mar exaltado na grande viagem épica para a Índia, de que fez eco o grande poeta Luís de Camões em *Os Lusíadas*; o mar das Descobertas portuguesas, tantas vezes celebrado por escritores e historiadores; o mar lágrimas, causadas pelas almas para sempre perdidas, pelas partidas (quantas para sempre, sem regresso), ou pelas chegadas e o colmatar da saudade; o mar dos poetas inspirados pelas ninfas, pelas juras de amor, pelas águas cristalinas, confidentes e amenizantes, pelos lamentos saudosistas; o mar tenebroso, enfrentado por valentes marinheiros que o desbravam, transformando-se, tantas vezes, em mar temido e misterioso, em mar tragédia, onde reside o perigo e a morte; o mar chamamento que repetidamente faz sonhar o ilhéu que o quer rasgar e alcançar as terras que estão para lá do horizonte onde a vida se adivinha menos difícil; o mar aventura que desafia quem não se contenta com a pequenez da sua ilha. É o mar dos arrojados que, com maior ou menor sensatez e com o deslumbramento do desconhecido, querem arriscar e conquistar mais além, olhando para essa imensidão de azul como portas abertas para uma qualquer liberdade; o mar provação, daqueles que diariamente fazem a faina ou dos tantos que, ao longo da História, passaram privações em alto mar: fome, frio, calor, sede, doenças, ataques de piratas, etc.; o mar fronteira que isola a ilha e o ilhéu e que o obriga a viver os constrangimentos da insularidade. Enfim, todo um mar que desde sempre influenciou a literatura e a cultura portuguesas.

Como tão bem disse Larsen:

«The sea is more than water and remote horizons. Since the beginning of literatures, the sea has sent waves of challenges to human existence through numerous stories and poems and continues to do so in all media. Everywhere the sea marks the limits of collective and individual human identity both on a social level as a question of survival, on an anthropological level as a non-human space we are bound to and on an ontological level as the boundary between life and death. The role of the sea in literature reaches

---

<sup>10</sup> CARÉ, 2021, «Ilhéu madeirense: um testemunho no feminino», p. 84.

far beyond maritime novels and heroic epics feeding on adventures at sea. In constantly changing cultural contexts it releases the basic question of human identity in all its complexity across time and space»<sup>11</sup>.

Revisitámos os seis romances de Horácio Bento de Gouveia (1901-1983), que convocámos para este ensaio, para perceber de que modo se (d)escrevia o mar na sua obra. Que dimensão lhe deu Bento de Gouveia? Que importância teve o mar para este escritor que tão bem retratou a identidade ilhoa madeirense, a condição de ser-se insular, sobretudo no Norte da ilha onde a vida era mais dura?

Ao percorrermos *Lágrimas Correndo Mundo* (1959), *Águas Mansas* (1963), *Canga* (1975), *Torna-Viagem* (1979), *Margareta* (1980) e *Luísa Marta* (1982), apercebemo-nos de que o mar se faz presente em todas as obras literárias, não deixando o autor indiferente à sua grandeza. E não se trata apenas de um mar que se contempla em jeito de admiração, mas é um mar que leva e traz gentes e coisas, um mar que se quer revoltado porque é do Norte, um mar que abre caminhos para a emigração e para a evasão, um mar que separa, que atrai e que condiciona a vida insular.

Horácio Bento de Gouveia é um escritor que se preocupa com a descrição do magro viver das gentes da terra, com as crises agrícolas que votam o camponês à miséria e com o terrível contrato de colónia que faz com que o senhorio fique cada vez mais rico, enquanto o colono trabalha as suas terras entregando metade da produção e ficando com pouco ou nada para o seu sustento e dos seus. Esta realidade está, sobretudo, retratada no romance *Canga* onde, segundo Thierry Proença dos Santos, «são descritas situações de grupos que vivem em condições desumanas. Neste prisma, o romance é uma obra de denúncia da exploração do homem pelo homem, em que o romancista procura focar um grupo social menos protegido, os colonos, e uma estrutura económica que aliena, o contrato de colónia»<sup>12</sup>. Este contrato de colónia roçava uma espécie de escravatura branca, também denunciada por historiadores e escritores quando se referiam a essas épocas idas: «Na gesta do povoamento da Madeira, não podemos deixar de referir o tenebroso “regime de colónia” que o engenho humano engendrou sob o impulso malévolo de alguns beneficiarem com o suor, a perda da dignidade e a subjugação de uma larga maioria. A Madeira enforma uma história vergonhosa de uma autêntica “escravatura branca”»<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> LARSEN, 2012, «Sea, Identity and Literature», pp. 171-172.

<sup>12</sup> SANTOS, 2002, «Horácio Bento de Gouveia: a (Re)escrita de *Ilhéus/Canga*», p. 53.

<sup>13</sup> RODRIGUES, 2021, «Ilhéu Madeirense», p. 125.

A propósito do contrato de colônia e das conseqüentes vagas migratórias que vitimaram a ilha da Madeira, não queríamos deixar de reproduzir o quadro vivo e fiel da ilha que nos deixou o historiador Nelson Veríssimo quando escreve:

«Este sistema de estrutura fundiária e a predominância de uma cultura agrícola cujo produto final se destinava à exportação, como era o caso da vinha, favoreceram a emigração, principalmente dos que não conseguiam arrancar da terra sustento para as suas famílias e dos que não tinham possibilidade de trabalhar a meias uma parcela de terreno.

O desconhecimento do local de destino, a incerteza do sucesso e do regresso ensombriavam a partida, mas agora a determinação e a esperança, mais do que a coragem, ofuscavam medos ancestrais. Havia quem neles quisesse ver um espírito aventureiro, mas a barriga vazia não lhes permitia, por certo, devaneios burgueses. Partia-se, sim, com receio, mas com a firme vontade de largar a enxada da vida magra, do tamanho do poio que cultivavam a meias ou de coisa nenhuma.

A emigração marcou as vivências insulares. O exemplo dos bem-sucedidos contagiou quem ainda hesitava. Pedia-se dinheiro para as viagens e partia-se com o receio de não poder cumprir a obrigação selada com um aperto de mão. Partidas ficavam também as famílias. Despedaçadas esperanças de olhares e corpos apegados»<sup>14</sup>.

Irene Lucília, por outro lado, numa prosa quase poética, fala também dos emigrantes ilhéus:

«Se sai [o ilhéu] à procura dum mais largo horizonte é porque sente dentro de si uma espécie de nascente copiosa que não se resigna com a estreiteza dos vales por lhe travar a extensão dos caudais. Este apelo insular é comum à maior parte dos que saem, um fenómeno intrínseco à natureza dos mais sensíveis que são, afinal muitos, quase todos. Desde o homem do campo ao habitante da urbe, são conhecidas as experiências dos que, dum modo ou de outro, têm histórias de viagem para contar. A aventura da procura, o deslumbramento e o desencanto, a luta e a aflição do desfasamento que mói dia a dia e acicata a saudade»<sup>15</sup>.

As crises e as condições de vida deploráveis sentidas sobretudo no meio rural levam a que muitos tenham de abandonar os campos e recorrer à emigração, na esperança de um futuro mais promissor. Os barcos que rasgam os mares repletos de emigrantes e os que trazem notícias ou dinheiro para quem ficou na ilha são, por isso, tema frequente nos romances de Bento de Gouveia. E, assim, ficamos a conhecer, em *Lágrimas Correndo Mundo*<sup>16</sup>, a história de Manulinho, cuja ambição era maior do que aquilo que a ilha tinha para lhe oferecer e que «embarcou certa manhã de aguaceiros

<sup>14</sup> VERÍSSIMO, 2021, «Entre mar, serras e medos», pp. 40-41.

<sup>15</sup> ANDRADE, 2021, «Ainda que o digas, não partirei», p. 35.

<sup>16</sup> GOUVEIA, 1959, *Lágrimas Correndo Mundo*.

no “Pretoria Castle”, rumo da África do Sul, em busca de fortuna, a fim de casar com a Maria de Jesus» (p. 23). O mesmo mar traz uma carta de Manulinho para a sua amada:

«Maria de Jesus: Graças a Deus vua indo bem na casa. Os patrões só no sábado é que vêm aos escritórios pagar a féria. Eu ainda não os intendo proque eles falo inglês e nã conhecem a nossa fala. Aqui tudo é munto grande comparado com ei nossas casas e ruas. O jardim é comprido. Maria de Jesus, espero tar aqui cinco anos e ao depois vua à Madeira p’ra gente se casar. O dinheiro de quatro anos deve chegar para mandar fazer ua casa. Não há cuma se viver naquilo que é nosso. Não se paga renda nem o dono aumenta renda. Já tenho soidades de ti e alembro-me sempre do Palheiro Ferreiro onde nos conhecemos, naquele mês de Maio.

Dá soidades à tua mãe e arrecebe muntas soidades que só à vista terão fim, do Manulinho» (pp. 65-66).

Transcorridos anos de labuta e saudade, num dia de janeiro, o mar traz uma nova carta de esperança e de promessa de um futuro melhor para o casal:

«Alembrada Maria:

Espero que ao receberes esta carta, ela te vá encontrar de saúde que, quanto à minha, vai boa graças a Deus.

Participo-te que me vou embora para o mês de São João. As soidades são tantas que já não posso tar mais tempo longe de ti. Ao depois, tou desejando de ver a nossa casa nova. Peço-te que me mandes o retrato dela, do pessegueiro, da latada da vinha e do porco da Festa. Parece-me mentira que é este ano que a gente se vai casar, inda que se esteja casados no registo.

O vezinho Josia da Fonte vive cá com ua mulher da Calheta que fugiu ao marido. Ui filhos dela ficaro a viver com o pai. Não digas nada disto à vezinha Berta p’ra não se apoquentar. Isto de homens casados embarcar e deixar as mulheres dá nesta falta de respeito.

Maria de Jesus, tou sempre a alembrear-me de ti com muntas soidades. Recomendações a todos que por mim perguntar. Soidades à tua mãe e arrecebe muntas soidades minhas.

Manulinho» (p. 131).

Muitas outras referências aos embarcadiços são feitas em *Lágrimas Correndo Mundo*. Fala-se do alfaiate que «tinha partido em Março, em demanda de fortuna, para o Rio de Janeiro» (p. 159), do filho do compadre Joaquim do Estreito de Câmara de Lobos: «Aqui na carta tão uas linhas que não percebo. Ora lê! São notícias do mê Joaquim que tá no Rio de Janeiro, meis lá pra o interior» (p. 187), ou do procurador, vizinho de Gregório que recebeu de longe uma procuração para vender a fazenda a quem a comprasse (p. 189).

Também em *Luísa Marta*<sup>17</sup> podemos ler a sina do pobre José Casca que, fugido da Lombada da Ponta Delgada<sup>18</sup> para o Noroeste brasileiro, se vê obrigado a voltar à

<sup>17</sup> GOUVEIA, 1982, *Luísa Marta (Ficção e Memória)*.

<sup>18</sup> Como constatou Thierry Santos, «o autor elegeu a Ponta Delgada como o centro geográfico-sentimental da sua insularidade», in SANTOS, 2002, «Horácio Bento de Gouveia: (Re)escrita de *Ilhéus/Canga*», p. 56.

Madeira para despedir-se da mãe no seu leito de morte (p. 119) e da sua irmã Lucília que se casara com José Barbado, mas a triste vida insular empurrara-os para outras paragens: «Embarcaro pá América» (p. 143). Como empurrava outros para diferentes destinos: «o cais apinhado de familiares dos que se iam para as Áfricas foi-se desapinhoando» (p. 191).

Em *Torna-Viagem*<sup>19</sup> o tema da emigração e do retorno à ilha da Madeira são amplamente abordados. A certeza de que só fora da ilha é possível fazer fortuna faz com que Artur, um dos protagonistas do romance, afirme: «-Eu inda sua novo. Um dia hei-de imbarcar. Lá fora ganha-se munto» (p. 12). Esta ideia de embarcar é corroborada pelo vendeiro da aldeia que trespassa a venda e trata do «passaporte a fim de alistar-se numa leva de emigrantes que demandavam a Venezuela» (p. 40). Questionado por Artur se vai emigrar, responde o vendeiro: «Poi vua. Pá Venezuela. Aqui ñã se alevanta cabeça. Ei terras ñã dão mais que p'ra se comer, p'ra se vestir case ñã chega» (p. 49). Também Inês – outra das protagonistas do romance – tem como maior aspiração emigrar para a Venezuela e lá fazer fortuna: «Em primeiro lugar iria o marido e quando fosse possível então ela e os filhos se embarcavam» (p. 63).

Chega o dia em que Artur cumpre o sonho de sair da Madeira rumo à Venezuela:

«O “Cabo Hornos”, navio espanhol de emigrantes, abicou em frente ao cais da cidade. [...] Desceu Artur a escada do cais e saltou para dentro da lancha que se achava já repleta de passageiros. O gasolina desapegando-se da sapata da escada que o mar babujava, lento e lento, aos haustos activos e passivos, fendeu o movente domínio de Neptuno e acercou-se do paquete. [...] Zarpou o “Cabo Hornos” com a noite estrelada» (p. 73).

Também Francisco, marido da Inês, teve a sorte de conseguir emigrar para o mesmo destino: «E partiu-se do cais da cidade, debaixo de um céu de nuvens encarvoadas, o Francisco da Inês. Na Achada se fizeram os adeuses» (p. 103). Ao contrário de Artur, Francisco é bem-sucedido nos negócios e, assim que amealhou o suficiente, «escreveu à Inês [para quem a felicidade só seria possível atravessando o mar] uma carta diferente das demais que, pela surpresa a encheu de desmedida alegria. Que tratasse das passagens e viesse no primeiro navio de escala que demandasse à Venezuela» (p. 105).

Em *Canga*<sup>20</sup> ressoam, nos diálogos dos pobres colonos, os desejos de embarcar para paragens mais promissoras: «quem ñã tem terra de vinho ou de cana o melhor que pode fazer é imbarcar» (p. 39). E ainda: «Pensei em imbarcar. O Gracês há mai de cinco anos que foi p'ra o Brasil com a família e 'tá bem cuma bem. A terra alheia

<sup>19</sup> GOUVEIA, 1995, *Torna-Viagem*, cuja primeira edição data de 1979.

<sup>20</sup> GOUVEIA, 2008, *Canga*, cuja primeira edição data de 1975.

nunca foi madrasta p'ra quem não quer andar à boa vida» (p. 42) ou: «– O pai proque nã vende ei benfeitorias ao Perrolho que chigou do Brasil, e ao depois embarcamos todos?» (p. 65).

Mas os embarques e os embarcações nem sempre se reportam apenas à emigração. Existem também as viagens marítimas, símbolo de fuga ou de evasão momentânea da ilha. Tanto em *Margareta*<sup>21</sup>, como em *Luísa Marta*, esses momentos de evasão estão bem patentes. No romance *Margareta*, deparamo-nos com um Nuno que «aperreado entre o mar e a montanha sempre viveu na inquietude de evadir-se na busca de novo contacto humano» (p. 185). Já em *Luísa Marta*, o mar levará o narrador até Lisboa, onde este prosseguirá os seus estudos – «Jaz no silêncio da noite englobante, muito distante do cais, o paquete “Moçambique” que me conduzirá a Lisboa» (p. 113) – e mais tarde ao Brasil, em viagem de recreio: «foi por uma outonada morrente, em que um desconsolo indefinido paira nos espaços sem vida humana; embarquei-me no cais da cidade para bordo do “Sierra Morena” que me transportou ao Rio de Janeiro onde me reuni ao “Orfeon Académico de Lisboa”» (p. 126).

O mar é também motivo de separação causado pela distância. Em *Margareta*, Amália escreve a Vasco uma carta onde se lia: «Aqui estou sempre a pensar em ti, que é quem eu mais amo neste mundo, e, tu, meu amor, esqueces-me porque o mar nos separa» (p. 94). Também Margareta tem dificuldade em separar-se de Nuno: «– Eu quero dizer que o espaço entre a Madeira e a Dinamarca, esta ideia devia ser mais restrita, sem o mar a separar-nos e com a terra menos extensa» (p. 269). Em *Luísa Marta*, Raquel sofre a separação de um marinheiro inglês por quem se tinha enamorado, quando este é levado para o Funchal após um naufrágio (p. 45). Também D. Clotilde e Luísa Marta abandonam a Madeira, depois de D. Clotilde ficar a par da traição do marido, e vivem uma espécie de exílio voluntário no Porto Santo: «Luísa Marta surpreendeu o esplendoroso do entardecer na ilha que o Atlântico criou por insistência de Neptuno. Sentia-se num outro mundo, um mundo diferente da Lombada, a Lombada da sua infância, que o mar separava sem que ela tivesse a consciência do ocultamento do existir» (p. 225).

A imagem do mar sepultura aparece também nos romances. Em *Margareta*, quando apreciam a vista a partir do Cabo Girão, Margareta dirige-se assim a Nuno: «Nuno, o mar lá em baixo chama por mim. Não seria eu mais feliz se ele me sepultasse nas suas águas?» (p. 306). Já em *Águas Mansas*<sup>22</sup> ao falar sobre a Maria do Cabós, que morreu numa enxurrada quando atravessava a ponte, dizia-se: «Rais parta esta vida.

---

<sup>21</sup> GOUVEIA, 1980, *Margareta*.

<sup>22</sup> GOUVEIA, 1963, *Águas Mansas*.

Ua pessoa vem ao mundo, anda por i aos trambolhões, trabalha mais para os outros que p'ra si e, finalmente, ua enxurrada vai atupi-lo como a cachorro, entre penedos no fundo do mar» (p. 34). Em *Luísa Marta*, regressamos à pessoa de José Casca, fugido da Lombada da Ponta Delgada rumo ao Brasil, quando, no navio que o transporta, pensa em atirar-se ao mar: «Olhou ele para o mar da morte, mas, espontaneamente, ergueu a cabeça para o alto e o céu, sementeira de estrelas, recordou-lhe o céu da Lombada em noite de Julho quente. [...] Morrer seria fechar os olhos para sempre, seria abrir uma cova no mar e nela ficar sepultado» (p. 121). Para Domingalhos, o “tontinho” da Lombada, apaixonado por Luísa, o mar do Porto Santo acabou mesmo por ser a morte. Ao ver Luísa Marta com outro homem, Domingalhos não suportou a dor: «E porque não admite a ilusão do entendimento, o Domingalhos, naquele entardecer de amores perfeitos diluídos na curvatura côncava do céu, braços pendentes ao longo do corpo, estátua andante, entrou-se no mar, assim com o seu vestuário rústico de serrano. E foi pelo mar abaixo» (p. 260). Também em *Torna-Viagem*, quando a mãe de Gregório lhe escreve, conta o que aconteceu à filha do Ramalho da Fajã do Penedo que, tendo o marido emigrado para o Brasil, engravidou de um outro. Com vergonha, matou-se e o cenário continua a ser o mar: «ela botou-se de lá imbaixo, de lá donde savista o mar no fundo» (p. 135).

O mar do Norte, na Ponta Delgada, é poucas vezes descrito como um mar suave e prazeroso. O leitor fica com a imagem de um mar revoltoso e difícil, que brame e ruge nos fundões das arribas, ao ponto de abafar os barulhos da aldeia, como se pode ler em *Canga* quando, depois da missa do parto, «[o] mar, com levadia rija, fazia tal zoadada que abafava o algaraviar dos grupos que cavaqueavam atrás da igreja» (p. 44). Outras descrições se assemelham: «O dia amanheceu cinzento, brumoso, nublado, de névoas no mar e na serra. [...] Uma zoeira constante avolumava-se, tornando-se cada vez mais forte. Era o mar rugindo, tragando a costa, em uma levadia furiosa» (p. 102); «O mar bramia como leão ferido. E a cerração do mar casou-se com a do céu e da terra» (p. 216); «Urrava o mar de encontro aos penedos por detrás da igreja» (p. 225). Quando Manuel – a personagem que serve de fio condutor em toda a trama de *Canga* – regressa à Ponta Delgada: «Deambulou até aos confins da fazenda para os lados do mar. A chiadeira das ondas tinha a mesma ressonância que outrora. E as vagas quebravam-se e lambiam os rochedos do litoral, desfazendo-se em flores branquíssimas de espuma» (p. 198).

A fúria do mar também se revela nas viagens de cabotagem, muitas vezes a única possibilidade de mobilidade entre povoações, devido à escassez de meios de comunicação terrestre. Horácio Bento de Gouveia era particularmente sensível às questões orográficas e à falta de vias de comunicação entre o norte e o sul, como

se reivindicasse, através dos seus escritos, a dignidade devida a uma população que vivia isolada dentro da ilha: «há em Horácio Bento de Gouveia a consciência aguda do peso moral que constitui a barreira natural da orografia para o homem do norte, e de como essa cicatriz opera uma cisão profunda, determinante e irrasurável, na identidade dos habitantes das duas partes da ilha»<sup>23</sup>.

Em *Lágrimas Correndo Mundo*, podemos observar como deixar os passageiros em terra poderia tornar-se uma aventura apenas possível devido à experiência dos barqueiros:

«No Porto da Ponta Delgada estava o mar grosso, o mar jogava e batia na rocha alta, na falésia rajada de tufo vulcânico, pulverizando-se em rendas de branca espuma. Por vezes, quebrava a onda e a vaga, rolando, ia de novo rebentar, de encontro à fraga com tal fúria, que subia o mar pela rocha fora.

Apitou o «Bútio», um apito longo e esmarrido que estrugiu no côncavo da montanha. E, lançada ao mar a poita, é arreada a lancha dos turcos e para ela saltam os passageiros. Posto que seja o mar grosso e cavado, há minutos de jazida. Aproveitam os barqueiros, um dos quais, a lancha encalha, desliza nos paraís, puxada por um rancho de homens que parecem a cauda enorme dum centauro, corpos curvados em bicha e mãos chumbadas à comprida corda amarrada à popa da canoa» (pp. 27-28).

Mas nem sempre era possível descarregar os mantimentos e materiais que vinham da cidade para abastecer as povoações costeiras, como se lê em *Torna-Viagem* quando Francisco diz: «– Não me alembra qu'a «Festa» tá à porta e com mar mau o vapor não descarrega» (p. 44), e em *Águas Mansas*, quando Eduardinha conversa com a avó de Pedro na cozinha: «– Com a brabeza do mar o vapor não descarrega. Ei velas gasto-se nu instante» (p. 101). E quando Pedro está a sós com Constança, esta revela o temor que o mar pode causar: «De minutos a minutos, a atenção desligava-se e o ruído surdo e pastoso do mar vencia o silêncio total. E Constança, em sua ingenuidade, apertando-me as mãos perguntava-me se o mar não podia, em sua bravura, alagar a terra» (p. 112).

Os mares remexidos do Norte também estão presentes em *Luísa Marta*:

«– Tá um tempo feio. Alevantou-se uma levadia braba! – disse o Japona de cachimbo na boca e a cara tisonada do habitual fogo da lareira.

– Cando vem o vapor? interrogou o Faria.

– O «Bútio» deve tar aí com carga dentro de oito dias, se o mar fizer a vontade – retorquiu o Japona» (p. 35).

Era como se o mar comandasse a vida da aldeia e o sentir dos aldeões, entrando-lhes pela casa dentro e pelos campos fora: «A zoada do mar monocórdica, penetrava,

---

<sup>23</sup> FOURNIER e JOAQUIM, 2002, «Fantasia da Memória e Fantasma Erótico em *Luísa Marta* de Horácio Bento de Gouveia», p. 39.



forcejada pela ventania, através dos interstícios das portas e das janelas» (p. 52); «E assim iam galopando os dias até que o mar se crispa e enche de neblina e a névoa espessa e movediça cobre a mata cerrada das urzes e dos loireiros. É a outonada de Outubro» (p. 201); «Daquele compacto e movediço mar chúmbeo, vem ululante, o rumorejo guinchado, gritado, lamuriento, esmarrido, doloroso, desesperante e alanceante e súplice da voz dos pinheiros arquejando de braços torcidos e troncos vergados pelo tagante impalpável mas potentíssimo do vento» (p. 238).

Também a Sul o mar nem sempre estava de feição e por vezes causava estragos. Em *Lágrimas Correndo Mundo*, Maria Clara e Maria da Luz conversam sobre a levadia que atingiu a cidade do Funchal:

«– Para onde vai?

– Até ao cais ver o mar que stá de levadia, atirando pedras par o largo da Praça da Rainha.

– Então eu também vou.

Quando se acercaram do “Golden Gate” a multidão enchia os passeios e a rua que desembocava no cais, e adensava-se para a beira-mar. As ondas vinham empinadas, violentas, quebrar-se na ponta do cais e, em certas ocasiões, parecia mesmo que o devoravam com todas as potencialidades da génese do Mundo. E era um rugir rouco e arrastado, no qual se pressentia a dor do impulso que fraquejava, por fim, no retrocesso» (p. 100).

O estado do mar condicionava a navegação de cabotagem. Os vapores transportavam mantimentos e materiais, mas levavam também pessoas que, por um ou outro motivo, tinham de deslocar-se à cidade e voltar. Estas experiências, melhores para uns do que para outros, também polvilham os romances de Horácio Bento de Gouveia que, sendo natural da Ponta Delgada, devia conhecer bem esta realidade ilhoa. O vapor *Bútio* é o mais mencionado nas suas viagens para o Norte da ilha. Era nele que se deslocavam os caixeiros de bordados, por exemplo, que faziam viagens, permanentemente, para levar os bordados para as bordadeiras dos campos executarem, como é o caso de João de Freitas em *Lágrimas Correndo Mundo*. Para o Sul, havia o vapor costeiro *Falcão*, também usado por João de Freitas nas suas viagens para dirigir-se às povoações da costa de baixo: «Ao chegar ao cais a lancha do Falcão tomava os primeiros passageiros. Aproximou-se da escada de pedra. O cheiro da maresia indispôs-lhe o estômago» (p. 80).

Para além de serem escassas as vias de comunicação terrestre, também os desastres naturais impediam muitas vezes as deslocações por terra, tornando-se a navegação costeira a única alternativa para quem tinha de deslocar-se, conforme se depreende da conversa entre Simão e João de Freitas:

«– Deu-se uma grande quebrada no Paço da Areia, entre a Fajã e a Ponta Delgada. A rocha entrou mais de vinte metros pelo mar.

– Aqui há tempos, quando por lá passei, em serviço da Casa, eu estava mesmo a ver a rocha desabar em cima de mim. Agora só posso ir da Ponta Delgada para São Vicente no «Gavião» ou no «Bútio»» (p. 95).

Eram também estas embarcações que se prestavam ao transporte dos romeiros para as romarias e arraiais que iam acontecendo nas diferentes povoações: «Na Ribeira Brava o mar colava-se ao cais como às pedras se fixam os rizoides do musgo. Não buliam as águas. A lancha vinha do “Gavião” cheia de romeiros. Unia-se ao degrau da escada do cais e, de cambulhada, todos saltavam» (p. 165). Em *Canga*, o vapor *Gavião* vai também ao serviço dos romeiros que almejam participar no arraial da Ponta Delgada:

«O vapor “Gavião”, embandeirado em arco, apitou e ancorou no porto onde vai golfar centenas de romeiros. As lanchas mal topam no calhau e o primeiro “paral” se ajeita ao escorregar da quilha, vá de a companha puxar pela corda que está presa à popa, antes que uma onda mais forte revire o barco e encharque a malta dos passageiros que, precipitadamente, saltam em terra aos tropos-galhopos, mergulhando os pés nas poças, molhando os sapatos e atirando cestas e balaios para longe do quebra-mar» (p. 80).

Como que acentuando as dificuldades mais sentidas a Norte, em *Canga*, encontramos uma descrição de viagem que faz da travessia Sul-Norte uma provação, como se já não fosse provação suficiente o viver isolado dos ilhéus nortenhos que pareciam padecer de uma dupla insularidade:

«Quando o “Bútio” dobrou a ponta de São Lourenço e principiou a sulcar o mar do Norte, as vagas, eriçadas pelo vento rijo a soprar do largo, pareciam pôr em perigo a pequena embarcação que, aos tombos, era invadida pelas ondas mais alterosas que varriam o convés. Começou então a ladainha dos passageiros, que imploravam a protecção do Senhor Jesus para as suas vidas. O Miséria e a mulher para ali estavam estirados no chão, com os fatos emporcalhados de vômitos amarelos dos que nauseavam da ponte, onde o ajuntamento de homens e mulheres era mais tumultuário. Os gemidos, ora enfraqueciam, ora se elevavam a par das súplicas aos santos da devoção de cada um.

Mas o mar foi amainando e muitos olhos pasciam pelas anfractuosidades do litoral, onde se erguiam colunatas negras de basalto e se delineavam perfis de castelos com suas barbacãs. E o “Bútio” apitou e lançou a âncora na enseada da Ponta Delgada.

Ao varar das lanchas no calhau havia muitos curiosos para assistir ao desembarque e ao embarque. Além das senhoras da terra, achavam-se os parentes e amigos dos que vinham e dos que partiam» (p. 208).

Descrição semelhante acontece em *Luísa Marta*:

«O “Falcão”, naviozinho de cabotagem, perlongava a Ilha quase todas as semanas. Assemelhava-se a qualquer dos cacilheiros que fazem o percurso entre o Terreiro do Paço e Almada. Mas porque a sua estrutura assentava toda em madeira, o barquito boiava como cortiça ao lume de água.

Desferrámos do cais da cidade pelas 5 horas da manhã. Continuava-se a terra pelo mar dentro no estático, na estabilidade do “Falcão” que parecia imóvel na massa líquida móvel. Mas a planura aquática desequilibra-se assim que o “Falcão” entre no mar do Norte, dobrando a Ponta de São Lourenço. Assiste-se e vive-se o espectáculo da onda que sobe e desce para, em seu lugar, se formar uma cova onde o navio se abisma, voltando ao cocuruto doutra vaga desmesurada. Os estômagos não podem sofrer os vómitos que derrancam todo o organismo, como se a morte espreitasse» (p. 74).

Para fazer o transbordo de carga e passageiros, usavam as lanchas, chamadas “gasolinas”, que ligavam os navios de cabotagem aos cais e portos de acostagem: «E, porque principiou de molinhar, lá fomos a caminho do cais onde o gasolina estava prestes a partir, adjacente à escada do cais» (p. 250).

As viagens do Norte da ilha para o Funchal também marcam presença na obra bentiana. Em *Canga*, por exemplo, assiste-se à partida dos Garipos da Ponta Delgada rumo à cidade onde tentarão a sua sorte: «Quando o vapor, o “Bútio”, levantou ferro da enseada e a igreja do Senhor Jesus, como pomba branca, rente ao mar, parecia dar o derradeiro aceno aos que iam a bordo, os Garipos desataram às súplicas ao Senhor para que a sorte os favorecesse na terra alheia, na cidade onde esperavam acabar os seus dias» (p. 219). Porém estas viagens eram para quem podia pagar e estavam, muitas vezes, sujeitas às condições marítimas, como podemos ler em *Luísa Marta*:

«Mantinhm-se primitivas as comunicações com a cidade que eu sabia situar-se lá para o sul: jornadas pedestres desde manhã cedo até à noite, quando o tempo bonançoso, sem chuvadas e sem refegas do Norte, favorecia o viajar. De onde em onde, um barco de cabotagem longe do porto de calhau apoitava, se o mar estava desencapelado sem as movediças ovelhas brancas de espuma» (p. 26).

O que mais à frente se confirmava: «Ir à cidade, no Inverno, tornava-se perigoso e dificultoso por via das quebradas que destruíam o caminho, já de si incómodo, com os degraus primitivos que exigiam bordão. De barco, quem pensava nessa viagem! O mar continuamente de levadia com as vagas desenrolando-se a muitas dezenas de metros do calhau» (p. 50). Talvez por esse motivo muitos adultos das aldeias nunca iam à cidade. A própria Luísa, quando vai no *Gavião* acompanhada pelo tio Francisco, a caminho da cidade para empregar-se como criada na casa de uns ingleses, afirma: «– Eu nunca andei de vapor. Há gente que passa mal a viagem, nauseando. Meu irmão ia morrendo quando foi na excursão ao Porto-Santo» (p. 58).

Mas as viagens do Norte para a cidade do Funchal não eram todas más:

«De uma vez, em Agosto, propiciou-se-me sair da freguesia para emboscar-me no arraial da Senhora do Monte. O “Gavião”, navio que costeava a Ilha, na véspera da festa religiosa e profana, ancorou no porto de calhau com mar banzeiro como é específico do mar do

Norte no Verão. E eu me embarquei, embora mau marinheiro, receoso de temor, pois jamais esquecera a viagem do “Falcão” tão angustiosa fora numa Páscoa inolvidável de cinco anos para trás» (p. 97).

O Dr. Egídio, natural da Ponta do Sol, recorda «[q]uando regressava das férias do Carnaval, e principalmente da Páscoa, a bordo do barquito “Victória”, durante as horas do percurso, a viagem era uma divertenga pegada com os estudantes que se deslocavam de mais longe, da Calheta» (p. 276). Em *Lágrimas Correndo Mundo* também temos viagens prazenteiras dos caixeiros de bordados que, depois de distribuírem os trabalhos pelas bordadeiras do campo, regressavam à cidade: «O vapor “Victória” não tarda a largar em derrota da cidade. Enfiam pelo furado, percorrem o cais, descem a escada e saltam para a lancha, os dois caixeiros de bordados. Sete horas da noite. Entra o “Victória” na baía. A cidade é um candelabro imenso, de imensos braços que se bifurcam em diademas de luzes» (p. 49).

E esta cidade, com a sua ampla baía cheia de um azul intenso de mar ilhéu, é também alvo de constante contemplação. Em *Lágrimas Correndo Mundo*, quando Maria de Jesus e a sua mãe Luísa vão a caminho de casa, podemos ler a seguinte descrição:

«E de degrau em degrau, chegaram ao cabeço, miradoiro natural sobre a baía. Reverberava a cidade com as fiadas de luzes, rente ao mar, e as constelações que elas desenhavam, por vales e colinas, as quais luzes assinalavam a criação de Deus e a Ciência do homem. Iluminado o *giorno*, via-se um paquete de duas chaminés a meio da enseada.

– Será um vapor alemão?

– Pode ser que ele traga notícias do Joaquim, afilhado da mãe. Deve andar por quatro meses qu’ele escreveu e até agora ñã deu sinal de si» (pp. 20-21).

Numa manhã, Maria de Jesus lavou-se e penteou-se e «[d]epois, olhou para o mar, absorta. Nem a mais leve ondulação se notava. Era um deserto. Nenhum navio tinha apoitado. Só uma lancha cortava as águas da baía, da Pontinha para o cais» (p. 66). Já na noite de São Silvestre «quatro grandes paquetes iluminados em arco embelezavam a baía calma. Para se sentir a arfagem da respiração do mar, o ouvido devia concentrar-se e os olhos acompanharem o espreguiçamento soluçante das águas em desmaio, cingindo o cais, e apegando-se e despegando-se da cintura do litoral» (p. 113).

Este desejo de contemplação é observado em *Margareta*, desde o momento em que ela entra no avião rumo à Madeira: «Subiu a escada e foi sentar-se na cadeira com lucarna para o mar» (p. 12). Quando Margareta e Nuno estão a almoçar no Porto Moniz: «Pela janela aberta para o mar, o revérbero das águas, a cintilação da luz que

o céu derramava criando a via entravam nos olhos dela e dele, alteando o sentimento que os unia» (p. 16). Já quando se encontram no Terreiro da Luta, contemplam a vista para baixo, em direção à cidade: «Lá em baixo, a faixa branca e vermelha torrada do casario que forma a cidade, a cidade das mais variadas configurações geométricas de casas que à distância são pegadas umas às outras, casas que sobem do mar para a montanha ou descem da montanha para o mar» (p. 309). E resume-se a contemplação do mar com a história de amor entre os dois protagonistas:

«O fim do dia vê-se olhando para o mar. E o parque de sonho acaba, mas não acaba para os olhos que vêem a bola vermelha do sol tombar no final do mar. E a companheira de Nuno reflecte: o acabar é ilusório. O sol esconde-se e o mar continua a ser visto por outros olhos. Assim é o amor de Nuno. Parece que acaba para comigo, mas não acaba em mim onde ele vive mesmo que não exista nele. Agora encaro com esperança esta ilusão, mas porque não é realidade ora se dilui, ora renasce, mas não morre, acaba mas não acaba porque há uma presença sensível tal como a do mar» (p. 323).

Também em *Águas Mansas* existe a contemplação do mar: «como em viagem de mar, quando se alonga os olhos em busca de terra, uma névoa é ilusão da certeza até que outra sombra se adensa e avulta e não desmente a vista porque não é miragem» (p. 129). Em *Luísa Marta*, o narrador passeia-se e, em jeito de contemplação, compara o mar do Norte com o do Sul:

«Vou divagando pela rua abaixo, a caminho do centro da cidade. Dirijo-me ao cais. Fico pasmado ao olhar para o mar que me pareceu a superfície de um grande lago, sem mexer-se, sem uma ruga. Era um mar diferente do mar do Norte, revoltado, em luta constante com a terra. Medito. O mar do Norte é que respira vida como o vento aos refegões. O mar do Sul está morto» (p. 54).

E como a contemplação é feita através do olhar: «A vida externava-se através do verbo ver. Vêem-se ruas, casas, esquinas, pessoas, carros, os barcos que aportam na baía» (p. 81). Mas também através da audição. No Porto Santo, D. Clotilde e Luísa «[m]uitas vezes pelas manhãs formosas de Maio iam as duas à praia só para recreio dos sentidos; ouvir o unísono da ondulação das vagas mobilizando-se num eterno começar e num eterno acabar» (p. 279).

Em *Torna-Viagem*, no navio *Cabo Hornos*, onde seguia Artur para a Venezuela, pode observar-se: «da amurada do tombadilho, na banda da ré, olhando o mar, um casal de recém-casados ainda sonhava sob a noite estrelada» (p. 75). Esta atração pelo mar também está patente em *Canga*, quando «[v]ezes sem conta Manuel trepava à árvore [uma figueira] e empoleirava-se nos galhos mais altos para pesquisar a barra azul do horizonte onde o mar lhe parecia que acabava. E tinha razão de ser a atracção

que sentia. Todas as semanas despontava, lá muito longe, um navio que demandava a ilha» (p. 37). Anos mais tarde, o mesmo Manuel no cais da cidade do Funchal também contemplava o mar e os navios: «Os passeios ao cais faziam-no reviver, por associação de imagens no espaço e no tempo, os seus dez anos quando, do alto da figueira lá da sua aldeia do Norte, pesquisava o horizonte e, deslumbrado, surpreendia os grandes navios que demandavam a ilha. Agora, via bem de perto os transatlânticos que, cheiinhos de gente, de todas as partes do mundo, se dirigiam, cortando os mares, para as terras do Sul» (p. 125). Uma contemplação que também é partilhada por Cristina: «Abre a janela e, contemplativa, alonga, para os lados da Pontinha, o olhar de concentrada cisma. Sente-se em um estado de espírito tranquilo como as águas paradas do mar na enseada do porto. Nem uma ruga ela distingue na superfície do mar» (p. 135).

Como não podia deixar de ser, em *Lágrimas Correndo Mundo*, faz-se também alusão aos bomboteiros (homens que se empregam na venda, a bordo, de bordados e outros produtos da ilha da Madeira). Certo dia, José de Freitas vai à rua de Santa Maria à «procura do Francisco Elias “bomboteiro” de fama, para o incumbir de tomar conta de bordados a fim de os vender a bordo dos paquetes que cruzam o porto do Funchal, com rumo a África, às Américas e à Europa» (p. 150). Depois de muito pensar na proposta de José de Freitas, Francisco Elias está decidido:

«– Já resolvi o assunto, sr. Freitas. Encarrego-me da venda dui bordados dentro dui navios. O primeiro barco a passar pelo porto é o “Arlanza” depois de amanhã, terça-feira. O senhor que apronte uma remessa de tudo o que tiver na casa no valor de vinte contos. Os ingleses e os alemães são bons fregueses. Vua fazer o impossível por despachar os artigos mais caros. Tem muita procura as toalhas arrendadas e de cores. Vua falar ao Julinho para ele me alugar uma canoa das novas, com riscas azuis e brancas. Faz outra vista ir para bordo em canoa bem pintada» (p. 153).

Estas toalhas eram as que custavam tanto às bordadeiras a bordar, para ganharem apenas umas míseras patacas, como dizia Maria de Jesus à sua mãe: «A vida de bordadeira é feita de munta lágrima. Mal sabem esses milionários que passam por aqui nui vapores de recreio canto custa cada toalha das muito arrendadas que eles compram, dando muitos contos de réis. Sim, minha mãe, mal sabem quanto custa à digraçada da bordadeira» (p. 72). Mas o certo é que as toalhas seguiam o seu caminho: «O “deque” do navio ia ser, em breves minutos, um bazar de lágrimas que correm mundo, transformadas em regalo dos olhos por mãos pacientes de ignoradas artistas» (p. 204).

Também a mergulhança (rapazes que se abeiravam dos navios de recreio em canoas e que mergulhavam para apanhar as moedas que os turistas jogavam para o mar) não foi esquecida. Em *Canga*, «a enseada hospitaleira recebe o navio. Da borda do mar eleva-se a cidade em anfiteatro, a cidade-presépio. Uma chusma de canoas circunda o paquete. Garotos de dorso nu pedem dinheiro. A moeda zigzagueia no mar e eles mergulham e agarram-na» (p. 196).

Não seria possível, no âmbito deste ensaio, mencionar todas as citações que ao mar dizem respeito na obra de Horácio Bento de Gouveia. Pretendemos, sim, com esta breve dissertação, mostrar como os seis romances envolvem o mar em diversas temáticas e relevar a importância do mar na literatura de temática madeirense do escritor nortenho que também vivenciou o isolamento causado pela falta de vias de comunicação terrestre e teve no mar o seu ponto de escape para a cidade do Funchal e mais tarde para Lisboa e para o mundo.

Embora tenhamos analisado os seis romances com base nas alusões feitas ao mar, como espaço e tempo líquidos da narrativa, não nos podemos esquecer das tantas idiosincrasias regionalistas, culturais, críticas e acutilantes que, numa prosa absolutamente humanista, denunciavam o drama do ilhéu do qual era o escritor o porta-voz. E é neste modo de emprestar a palavra àqueles que nunca a tiveram que, de certa forma, Horácio Bento de Gouveia nos faz um retrato da realidade insulana de então, deixando registos literários que constituem um marco na História da literatura madeirense, constando, assim, como um dos mais proeminentes escritores madeirenses contemporâneos.

## Fontes

GOUVEIA, Horácio Bento de, 1959, *Lágrimas Correndo Mundo*, Coimbra, Coimbra Editora.

GOUVEIA, Horácio Bento de, 1963, *Águas Mansas*, Coimbra, Coimbra Editora.

GOUVEIA, Horácio Bento de, 1980, *Margareta*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal.

GOUVEIA, Horácio Bento de, 1982, *Luísa Marta (Ficção e Memória)*, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Secretaria Regional do Turismo e Cultura.

GOUVEIA, Horácio Bento de, 1995, *Torna-Viagem*, 2.<sup>a</sup> Edição, Funchal, Editorial Correio da Madeira.

GOUVEIA, Horácio Bento de, 2008, *Canga*, 4.<sup>a</sup> Edição, Funchal, Empresa Municipal "Funchal 500 Anos".

## Bibliografia

- ANDRADE, Irene Lucília, 2021, «Ainda que o digas, não partirei», in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coord.), *A Condição de Ilhéu, Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 33-38.
- CARÉ, Maria Júlia Gomes Henriques, 2021, «Ilhéu madeirense: um testemunho no feminino», in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coord.), *A Condição de Ilhéu, Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 75-84.
- CORREIA, João David Pinto, 2021, «A condição de ilhéu: vivência, memória, testemunho», in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coord.), *A Condição de Ilhéu, Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 13-22.
- FARIA, Lisandra Ornelas, 2017, «As crónicas jornalísticas de Horácio Bento de Gouveia: Contributos para a Afirmação da Identidade Madeirense», in *Islenha*, n.º 60, pp. 45-54.
- FOURNIER, António, JOAQUIM, Duarte Correia, 2002, «Fantasia da Memória e Fantasma Erótico em *Luísa Marta* de Horácio Bento de Gouveia», in *Islenha*, n.º 30, pp. 37-49.
- FOURNIER, António, 2021, «O céu sobre as ilhas», in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coord.), *A Condição de Ilhéu, Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 23-31.
- LARSEN, Svend Erik, 2012, «Sea, Identity and Literature», in *1616: Anuario de Literatura Comparada*, n.º 2, pp. 171-188. Disponível em [https://www.academia.edu/83958661/Mar\\_identidad\\_y\\_literatura](https://www.academia.edu/83958661/Mar_identidad_y_literatura), consultado em 2022/ 12/ 22.
- RODRIGUES, José Luís, 2021, «Ilhéu Madeirense», in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coord.), *A Condição de Ilhéu, Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 119-129.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2001, «Em Torno de Horácio Bento de Gouveia e do seu Romance Ilhéus / Canga», in *Islenha*, n.º 29, pp. 5-15.
- SANTOS, Thierry Proença dos, 2002, «Horácio Bento de Gouveia: a (Re)escrita de *Ilhéus / Canga*», in *Islenha*, n.º 30, pp. 51-68.



- SILVA, Margarida Macedo, 2002, «Recordando o Mestre. Anotações a um Itinerário Bibliográfico», in *Isleña*, n.º 30 pp. 26-31.
- SPÍNOLA, Hélder, 2021, «A natureza e o ilhéu madeirense», in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coord.), *A Condição de Ilhéu, Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 131-142.
- VERÍSSIMO, Nelson, 2021, «Entre mar, serras e medos», in VERÍSSIMO, Nelson e BURNAY, Catarina Duff (coord.), *A Condição de Ilhéu, Arquipélago da Madeira*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 39-42.

